



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2377

Segunda-feira - 06 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Dona Emma .....	198	Leoberto Leal .....	725
Agronômica .....	6	Doutor Pedrinho .....	204	Lindóia do Sul .....	727
Água Doce .....	22	Faxinal dos Guedes .....	207	Lontras .....	729
Alfredo Wagner .....	24	Flor do Sertão .....	208	Luis Alves .....	730
Alto Bela Vista .....	27	Formosa do Sul .....	209	Luzerna .....	732
Anchieta .....	28	Forquilha .....	210	Maracajá .....	776
Anitápolis .....	29	Fraiburgo .....	213	Maravilha .....	782
Antônio Carlos .....	30	Frei Rogério .....	513	Marema .....	790
Apiuna .....	33	Galvão .....	514	Massaranduba .....	791
Arabutã .....	38	Garopaba .....	515	Matos Costa .....	796
Arroio Trinta .....	42	Garuva .....	518	Meleiro .....	801
Arvoredo .....	52	Gaspar .....	530	Modelo .....	808
Atalanta .....	58	Governador Celso Ramos .....	534	Mondaí .....	816
Balneário Piçarras .....	59	Grão Pará .....	539	Morro da Fumaça .....	818
Balneário Rincão .....	60	Gravatal .....	560	Morro Grande .....	820
Barra Bonita .....	64	Guaraciaba .....	561	Navegantes .....	821
Barra Velha .....	66	Guaramirim .....	562	Nova Erechim .....	837
Benedito Novo .....	67	Guarujá do Sul .....	569	Nova Itaberaba .....	840
Biguaçu .....	71	Guatambú .....	570	Nova Trento .....	842
Blumenau .....	76	Herval d'Oeste .....	571	Nova Veneza .....	845
Bom Jesus do Oeste .....	107	Ibicaré .....	582	Novo Horizonte .....	853
Bom Retiro .....	110	Ibirama .....	584	Orleans .....	854
Botuvera .....	111	Ilhota .....	585	Otacílio Costa .....	859
Braço do Trombudo .....	112	Imbituba .....	588	Ouro Verde .....	861
Brunópolis .....	122	Indaial .....	592	Paial .....	864
Brusque .....	123	Iomerê .....	596	Palhoça .....	865
Caçador .....	132	Iporã do Oeste .....	598	Palma Sola .....	870
Caibi .....	135	Ipuacú .....	599	Palmitos .....	873
Camboriú .....	136	Ipumirim .....	601	Papanduva .....	878
Campo Alegre .....	142	Iraceminha .....	609	Paraíso .....	879
Campos Novos .....	149	Irani .....	610	Passos Maia .....	881
Canelinha .....	150	Iratí .....	611	Paulo Lopes .....	885
Canoinhas .....	151	Irineópolis .....	612	Penha .....	886
Capão Alto .....	156	Itá .....	613	Peritiba .....	895
Capinzal .....	157	Itaiópolis .....	620	Pescaria Brava .....	904
Catanduvas .....	162	Itapema .....	621	Petrolândia .....	907
Caxambu do Sul .....	164	Itapiranga .....	624	Pinheiro Preto .....	908
Cerro Negro .....	167	Itapoá .....	629	Piratuba .....	917
Chapadão do Lageado .....	168	Ituporanga .....	634	Planalto Alegre .....	925
Cocal do Sul .....	169	Jaborá .....	636	Pomerode .....	927
Concórdia .....	171	Jacinto Machado .....	637	Ponte Alta do Norte .....	929
Cordilheira Alta .....	179	Jaraguá do Sul .....	647	Ponte Serrada .....	930
Coronel Freitas .....	181	Joaçaba .....	676	Porto Belo .....	931
Coronel Martins .....	182	José Boiteux .....	689	Porto União .....	932
Correia Pinto .....	183	Lacerdópolis .....	694	Pouso Redondo .....	943
Corupá .....	189	Lages .....	706	Praia Grande .....	946
Cunhataí .....	190	Laguna .....	707	Presidente Nereu .....	947
Curitibanos .....	193	Lauro Muller .....	713	Princesa .....	960
Descanso .....	197	Lebon Regis .....	722	Rancho Queimado .....	970

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2377

Segunda-feira - 06 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Rio das Antas.....	972	São José.....	1050	Três Barras .....	1185
Rio do Campo .....	973	São José do Cedro.....	1073	Treze Tílias .....	1189
Rio dos Cedros.....	982	São Lourenço do Oeste.....	1095	Trombudo Central.....	1255
Rio do Sul.....	974	São Miguel da Boa Vista .....	1102	Tunápolis .....	1262
Rio Fortuna.....	983	São Miguel do Oeste.....	1103	União do Oeste .....	1273
Romelândia.....	984	São Pedro de Alcântara.....	1106	Urussanga .....	1274
Santa Terezinha do Progresso .....	1007	Schroeder .....	1118	Vargeão.....	1279
Santiago do Sul.....	1008	Seara .....	1130	Vargem Bonita .....	1281
São Bento do Sul.....	1012	Serra Alta .....	1137	Videira.....	1283
São Bonifácio .....	1018	Sombrio.....	1140	Vitor Meireles.....	1321
São Carlos .....	1020	Tangará.....	1141	Xanxerê.....	1324
São Francisco do Sul.....	1021	Tigrinhos .....	1147	Xavantina .....	1329
São João Batista.....	1033	Tijucas .....	1148	Xaxim.....	1336
São João do Oeste .....	1042	Timbé do Sul .....	1150	Zortéa .....	1338
São Joaquim .....	1046	Timbó .....	1156		

## Associações

AMAUC.....	1339	AMMVI .....	1345	AMNOROESTE.....	1346
------------	------	-------------	------	-----------------	------

## Consórcios

AGIR .....	1350
ARIS .....	1351
CIM-AMAVI .....	1351
CIS/AMARP .....	1352
CIS/AMAUC.....	1352
CIS/AMFRI.....	1359
CIS/AMOSOC.....	1360
CIS/AMREC.....	1360
CITMAR.....	1360
CONSAD .....	1361



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 144/2017 PREGÃO PRESENCIAL 124/2017

Publicação Nº 1417969

Nota de anulação de Processo Licitatório 144/2017 Pregão Presencial 124/2017

Por interesse e conveniência da administração publica, por questões técnicas formais relevantes decide-se anular o processo nº 144/2017 pregão presencial: 114/2017, cujo objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Abdon Batista 01 de novembro de 2017

Lucimar Antônio Salmoria

### PORTARIA 365 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417130

Portaria nº 365/2017

NOMEIA DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei complementar nº 018/2011;

Resolve:

Art.1º - Nomear JACIARA MOCELIN, portadora do CPF nº 087.292.299-52, para responder pelas funções do cargo de Diretora de Recursos Humanos, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 01 de novembro de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

### PORTARIA 366 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417131

Portaria nº 366/2017

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à MARIZANE MECABO, ocupante do cargo em provimento em comissão de Secretária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03.10.2015 à 02.10.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 à 30 de novembro

de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de novembro de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### PORTARIA 367 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417132

Portaria nº 367/2017

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à DONIZETE APARECIDA CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Saúde, referente ao período aquisitivo de 21.04.2015 a 20.04.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 à 30 de novembro de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de novembro de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### PORTARIA 368 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417133

Portaria nº 368/2017

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à ILAINE CARISE VIEIRA BRANCO, ocupante do cargo em provimento em comissão de Coordenadora de Compras e Licitações, referente ao período aquisitivo de 17.10.2015 a 16.10.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 à 30 de novembro de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de novembro de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

## **PORTARIA 370 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417577

Portaria nº 370/2017

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal em de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a DILMAR DEMENECK, ocupante do cargo em provimento efetivo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, referente ao quinquênio de 01.10.200 a 01.10.2005.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 90 dias: 01 de novembro de 2017 a 29 de janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de novembro de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

## **PREGÃO PRESENCIAL 09/2017**

Publicação Nº 1417965

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITARIO NOVO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (TIPO VAN) COM CAPACIDADE MINIMA DE 15 PASSAGEIROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

TIPO :Menor preço por ITEM

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 23 de novembro de 2017  
Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 01 de novembro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 10/2017**

Publicação Nº 1417967

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A SALA DE FISIOTERAPIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO D DESTE EDITAL.

TIPO :Menor preço por ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 23 de novembro de 2017  
Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 01 de novembro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 11/2017**

Publicação Nº 1417962

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 11/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO FAMPYRA PARA DISTRIBUIÇÃO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN.

TIPO :Menor preço por ITEM

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 24 de novembro de 2017  
Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 01 de novembro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 115/2017**

Publicação Nº 1417963

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 146/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 115/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO ANO 2017 OU SUPERIOR E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 844222/2017, MAPA/CAIXA, ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D, DESTE EDITAL.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 22 de novembro de 2017  
Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e



site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 01 de novembro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Agrônômica

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 53/2017

Publicação Nº 1418130

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNOMICA – SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2017  
PREGAO PRESENCIAL Nº 53/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO MERCEDES PIPA PLACAS MDE-9320.

Abertura dos envelopes: 17/11/2017 as 08:30h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br, ou no site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542 0166.

Agrônômica, em 01 de novembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 084/2017 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417399

DECRETO N.º 084/2017 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPORER A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE AGRÔNOMICA”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

DECRETA :

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão de Avaliação de Imóveis de Agrônômica:

I - Sr. HUGO ROBERTO TSCHUMI, brasileiro, corretor de imóveis, devidamente credenciado junto ao CRECI sob o nº 022.073, portador da carteira de identidade Nº 3.693.371, inscrito no CPF sob Nº 009.986.049-09, sito a Rua XV de novembro, 325, Bairro Centro, Agrônômica – SC;

II – Sra. GISELEN ROSA, brasileira, técnica administrativa no Município de Agrônômica, matrícula 789, portadora da carteira de identidade Nº 4.740.556, inscrita no CPF sob o Nº 083.077.539-02, sito a rua Estrada Geral Ribeirão Fausto, 1998 – bairro Ribeirão Fausto, Agrônômica – SC.

III – Sr. MAICON JAHN, brasileiro, fiscal de tributos no Município de Agrônômica, matrícula 662, portador da carteira de identidade Nº 3.395.538, inscrito no CPF sob o Nº 005.810.109-81, sito a Rua Juvenal Maçaneiro, 435, bairro Belo Horizonte, Agrônômica – SC.

IV – Sr. SERGIO RUDOLF, brasileiro, Diretor do Departamento de Planejamento no Município de Agrônômica, matrícula 869, portador da carteira de identidade Nº. 7R/2.495.975, inscrito no CPF sob o Nº. 720.454.859-00, sito a Rua XV de novembro, 212 Ap. 202, bairro Centro, Agrônômica – SC.

Art. 2º - Revoga-se o Decreto Nº. 081/2017 de 25 de outubro de 2017 e disposições ao contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de novembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

### Nº362/2017

Publicação Nº 1418686

PORTARIA N.º 362/2017 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade do servidor municipal Sr. JULIANO INACIO, matrícula n.º 865, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR ADJUNTO, do quadro do município e lotação no Departamento de Administração.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração a pedido, de seu cargo e funções e a partir de 01/11/2017, (primeiro de novembro de dois mil e dezessete), para o servidor municipal Sr. JULIANO INACIO, matrícula n.º 865, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR ADJUNTO, do quadro do município e lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 06 de novembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº363/2017**

Publicação Nº 1418692

PORTARIA Nº 363/2017 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. CLEIZI DIANA RECH matrícula nº 586 ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO ANM-2.07, com lotação no Departamento de SAÚDE, encontra-se com as férias do período aquisitivo 07/11/2016 A 07/11/2017.

**RESOLVE:**

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 31/10/2017 a 29/11/2017, (TRINTA) dias, que referem-se ao período aquisitivo 07/11/2016 A 07/11/2017, para a servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH matrícula nº 586 ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO ANM-2.07, com lotação no Departamento de SAÚDE.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 de Novembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**ATA REGISTRO DE PREÇO 50/2017**

Publicação Nº 1417390

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 1/8  
 Processo Nº.: 57/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2017**

No dia 31 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agronômica/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2017, Processo Licitatório nº. 57/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9525	ABS PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME	15, 20, 21
9261	CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	9, 11, 13
6028	DPASCHOAL COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	
9530	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	4, 5, 6, 7, 8
7980	MODELO PNEUS LTDA	
9526	NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP	
9527	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	16, 17, 18
9529	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	
9528	PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIRELI	1, 19
9524	RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA.	2, 3, 10, 12, 14
7743	TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ABS PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME	01.104.492/0001-28	JOSÉ RODOLFO ARAUJO DE ALMEID	830.111.610-20
CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	08.888.040/0009-80	DOUGLAS CANSAN	828.359.180-00
DPASCHOAL COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	45.987.005/0109-08	WILLIAN TIAGO MARZZANI	009.595.839-80
GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	93.894.954/0008-42	EDUARDO RIBEIRO	019.728.780-85
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	IGELSO LUDOVICO CECON	102.757.970-15
NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP	27.879.590/0001-20	ARNALDO LUIZ MORETI	445.072.910-20
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	23.794.633/0001-14	RAFAEL ALGUSTO MIRANDA	057.348.169-57
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	17.092.175/0001-79	. . .	
PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIRELI	06.880.642/0001-09	TERCIO GUSTAVO SENIFF	064.038.449-89
RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA	06.889.977/0001-98	JOÃO MARCO KRIEK DE SOUZA]	046.957.909-98
TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA	81.337.693/0001-04	VITOR TONTINI	009.255.789-91

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 2/8  
 Processo Nº.: 57/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 9261 - CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	PNEU 165/70R 13 PARA AUTOMOVEL	UN	KUMHO	8,000	135,0000	1.080,00
11	PNEU 175/70/14 PARA AUTOMOVEL	UN	KUMHO	8,000	155,0000	1.240,00
13	PNEU 18.4X30 12 LONAS PARA TRATOR	UN	SPEEDWAYS	8,000	1.590,0000	12.720,00

**Fornecedor: 9524 - RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU 1000R20 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 23MM	UN	APOLLO END	40,000	1.100,0000	44.000,00
3	PNEU 1000R20 RADIAL MISTO 18 LONAS PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 18MM	UN	JK JETWAY J	40,000	1.185,0000	47.400,00
10	PNEU 17.5 R 25 L3-16 LONAS PARA PA CARREGADEIRA	UN	TRIANGLE TE	8,000	3.491,0000	27.928,00
12	PNEU 18.4X30 10 LONAS PARA TRATOR	UN	SUPERGUIDE	8,000	1.843,0000	14.744,00
14	PNEU 19.5 L 24 12 LS IT 525 R 4	UN	SUPERGUIDE	8,000	1.757,0000	14.056,00

**Fornecedor: 9525 - ABS PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	PNEU 215/75 R17,5 12 LONAS LISO PARA MICRO ONIBUS	UN	FATE/SR200	6,000	540,0000	3.240,00
20	PNEU 900 X 20 14 LONA LISO PARA ÔNIBUS	UN	CENTELLA/CI	20,000	715,0000	14.300,00
21	Pneu 185/65 r14	UN	MASTERCRA	8,000	210,0000	1.680,00

**Fornecedor: 9527 - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	PNEU 225/50-17 PARA AUTOMOVEL	UN	BRIDGESTON	8,000	400,0000	3.200,00
17	PNEU 275/80R22.5 BORRACHUDO PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 23MM	UN	BRIDGESTON	20,000	1.400,0000	28.000,00
18	PNEU 275/8022.5 MISTO PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 18MM	UN	BRIDGESTON	20,000	1.300,0000	26.000,00

**Fornecedor: 9528 - PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 1000R20 RADIAL BORRACHUDO C/ CAMARA E PROTETOR PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO 25MM	UN	GOODYEAR	40,000	1.790,0000	71.600,00
19	PNEU 750 X 16 RIB TRAC 8 LS C/C	UN	GOODYEAR	8,000	428,0000	3.424,00

**Fornecedor: 9530 - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	PNEU 12.4X24 10 LONAS PARA TRATOR	UN	BKT/TR135	16,000	990,0000	15.840,00
5	PNEU 12.5/ 80 X 18 12 LS SGL 13 TL	UN	ROADGUIDE	4,000	854,0000	3.416,00
6	PNEU 12.5/80 X 18 10 LS SGL 13 TL	UN	ROADGUIDE	4,000	900,0000	3.600,00
7	PNEU 14.9X26 12 LONAS.	UN	BKT/TR135	16,000	1.467,0000	23.472,00
8	PNEU 1400 X 24 16 LONAS PARA MOTONIVELADORA	UN	ROADGUIDE	8,000	1.510,0000	12.080,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 3/8  
Processo Nº.: 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 8/8  
Processo Nº.: 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agronômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agronômica, 31 de Outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
CESAR LUIZ CUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ABS PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME	CNPJ: 01.104.492/0001-28	_____
CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	CNPJ: 08.888.040/0009-80	_____
DPASCHOAL COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	CNPJ: 45.987.005/0109-08	_____
GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 93.894.954/0008-42	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP	CNPJ: 27.879.590/0001-20	_____
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	CNPJ: 23.794.633/0001-14	_____
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	CNPJ: 17.092.175/0001-79	_____
PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIRELI	CNPJ: 06.880.642/0001-09	_____
RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA.	CNPJ: 06.889.977/0001-98	_____
TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA	CNPJ: 81.337.693/0001-04	_____

**ATA REGISTRO DE PREÇO 51/2017**

Publicação Nº 1417391

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 1/6  
 Processo Nº.: 58/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 51/2017**

No dia 30 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agronômica/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 51/2017, Processo Licitatório nº. 58/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DA CIDADE DE AGRONOMICA, PARA FINS DIVERSOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9520	HUGO ROBERTO TSCHUMI	1, 2
9045	VALDECIR LUCHTENBERG	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
HUGO ROBERTO TSCHUMI	009.986.049-09	HUGO ROBERTO TSCHUMI	009.986.049-09
VALDECIR LUCHTENBERG	552.206.659-87	VALDECIR LUCHTENBERG	552.206.659-87

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DA CIDADE DE AGRONOMICA, PARA FINS DIVERSOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9520 - HUGO ROBERTO TSCHUMI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS E/OU RURAIS DA CIDADE DE AGRONOMICA, PARA FINS DIVERSOS COMO: DESAPROPRIAÇÕES, PERMUTAS, COMPRAS, LOCAÇÃO, DOAÇÕES, CONSTRUÇÕES, DAÇÃO EM PAGAMENTO, USUCAPÍO, CONCESSÃO DE USO, ELABORAÇÃO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA, ENTRE OUTROS, SENDO CONSIDERADO CADA SERVIÇO POR REUNIÃO EM QUE A CONTRATADA SEJA CONVOCADA, NA QUAL SERÃO AVALIADOS ENTRE 1 A 10 IMÓVEIS, ONDE A CONTRATADA DEVERÁ SE DESLOCAR ATÉ OS LOCAIS DOS IMÓVEIS QUANDO NECESSÁRIO.	S		50,000	300,0000	15.000,00
2	AVALIAÇÃO PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS (PAVIMENTAÇÃO). SENDO CONSIDERADO CADA SERVIÇO A AVALIAÇÃO DE TODOS OS IMÓVEIS PERTENCENTES A RUA, SEM LIMITE DE IMÓVEIS.	S		5,000	1.000,0000	5.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 2/6  
Processo Nº.: 58/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 58/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 58/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 58/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 58/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agronômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agronômica, 30 de Outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
CESAR LUIZ CUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

HUGO ROBERTO TSCHUMI

CPF: 009.986.049-09

VALDECIR LUCHTENBERG

CPF: 552.206.659-87

# Água Doce

## PREFEITURA

**357/2017**

Publicação Nº 1418296

PORTARIA Nº 357/2017 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017  
“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA, inscrita no CPF nº022.815.839-70, efetiva no cargo de Enfermeira, no período de 03/11/2017 até 17/11/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI      LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Prefeito Municipal          Diretora do Dpto Recursos Humanos

**358/2017**

Publicação Nº 1418460

PORTARIA Nº 358/2017 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017  
“EXONERA DA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Orgânica do município, Art. 72, VIII,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar da função gratificada recebida por ser Coordenadora dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do ESF Alzira Itália Ferretti e ESF Três Pinheiros, a servidora LORELEI VALCARENGHI, inscrita no CPF sob o nº 014.454.509-84, servidora efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 253/2017.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI      LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Prefeito Municipal          Diretora do Dpto Recursos Humanos

**359/2017**

Publicação Nº 1418464

PORTARIA Nº 359/2017 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017  
“EXONERA DA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Orgânica do município, Art. 72, VIII,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar da função gratificada recebida por ser a Coordenadora dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do ESF Irmã Thereza Uber, a servidora LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI, inscrita no CPF sob o nº 710.426.109-59, servidora efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 254/2017.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 104/2017 DE 31-10-17

Publicação Nº 1417080

Resolução n.º 104/2017 de 31 de outubro de 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DOS VEREADORES E VEREADORAS MIRINS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO DE 2018 e 2019.

James Francisco Beal, Vereador e Presidente do Poder Legislativo Municipal, no pleno uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as disposições legais por meio da Resolução nº 087/2015 - de 03 de setembro de 2017, alterada pela Proposta de Emenda Modificativa e Aditiva n. 001/2016 de 18 de outubro de 2016, com seus respectivos artigos, Incisos e alíneas, vem tornar público a homologação do resultado da eleição dos vereadores e vereadoras mirins do Município de Água Doce, SC, para o exercício de 2018 e 2019, passando-se a seguinte composição:

Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon			
	Nome	Idade	Votos
1.º	JOÃO VITOR GEMELLI	13	159
CEDUP			
2.º	ELIAN JOAQUIM ELEUTÉRIO DA LUZ CORDEIRO	15	83
Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon			
3º	MARIA ANDRIELI CAVALHEIRO DE SOUZA	15	73
CEM Marcelino Ivo Dalla Costa			
4.º	ANDERSON JONATAN KOSHIRSKI	14	65
CEDUP			
5º	MATHEUS DIDOMENICO	15	62
Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon			
6.º	STEFANI CRISTINA DOS SANTOS	12	39
7.º	CARLOS EDUARDO WEBER CARMAZIO	12	28
8.ª	NAISSARA CRISTINA SCHLINDWEIN DE OLIVEIRA	12	26
9.º	KARLOS EDUARDO CORDEIRO FERREIRA	11	17

Suplentes			
CEM Marcelino Ivo Dalla Costa			
	Nome	Idade	Votos
1.º	CRISTIANO CISENKO RODRIGUES	13	14
2.º	OÉLINTON RODRIGUES PADILHA	12	05

Votos Brancos	21
Votos Nulos	15
Total de votos	607

Água Doce, 31 de outubro de 2017

James Francisco Beal

Presidente

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

**275**

Publicação Nº 1417882

PORTARIA Nº 275/2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR JOSE CARLOS DE MELO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JOSE CARLOS DE MELO, dia 21 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 25 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**276**

Publicação Nº 1417888

PORTARIA Nº 276/2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA CLEDINEIA SILVA DA SILVA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora CLEDINEIA SILVA DA SILVA matrícula nº 1295 no dia 22 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeitos retroativos na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 10 de outubro de 2017.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**277**

Publicação Nº 1417894

PORTARIA Nº 277/2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR ALDENIZIO MARIANN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 10 (dez) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ALDENIZIO MARIANN matrícula nº 3383 no dia 29 de setembro até dia 08 de outubro de 2017 de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 10 de outubro de 2017.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**278**

Publicação Nº 1417897

PORTARIA Nº 278/2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA FERNANDA WERLICH COSTA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde a FERNANDA WERLICH COSTA matrícula nº 4180 no dia 03 de outubro

de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na efeitos data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 10 de outubro de 2017.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

## 279

Publicação Nº 1417916

PORTARIA Nº 279/2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA JULIANA HASCKEL.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora JULIANA HASCKEL matrícula nº1286 nos dias 02,03, de outubro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 10 de outubro de 2017.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

## 280

Publicação Nº 1417921

PORTARIA Nº 280/2017.

PRORROGA A PORTARIA 202/2017 DE 20/08/2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria nº 060/2015 de 24/01/2015, que concedeu licença para tratamento de saúde ao servidora DENISE WERLICH matrícula nº 3364, Agente Comunitário de Saúde, até 30/11/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 10 de outubro de 2017.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
Prefeito Municipal  
PUBLICADA NESTA DATA

## 4215

Publicação Nº 1417836

DECRETO Nº 4215/20017  
EXONERA O SERVIDOR EDSON ANDREAS VOIGT DO CARGO EM COMISSÃO DE CONSULTOR JURIDICO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº. 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º- Fica exonerado o servidor EDSON ANDREAS VOIGT, do cargo em Comissão de Gerente de Consultor Jurídico, a partir de 30 de setembro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 30 de setembro de 2017.  
Naudir Antonio Schmitz  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

## 4216

Publicação Nº 1417844

DECRETO Nº 4216/2017  
EXONERA O SERVIDOR ANDERSON LUIZ MARTINI DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº. 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º- Fica exonerado o servidor ANDERSON LUIZ MARTINI, do cargo em Comissão de Assistente de Gabinete, a partir de 30 de setembro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 30 de setembro de 2017.  
Naudir Antonio Schmitz  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

**4217**

Publicação Nº 1417847

DECRETO Nº 4217/2017.  
NOMEIA PEDRO ELIZABET LAMIN DA ROSA PARA CARGO DE CARREIRA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA :

ART. 1º - Fica nomeado de acordo com o Edital de Concurso nº 002/20 de julho de 2017 e artigos 18,19 e 20 da lei Complementar nº 005/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alfredo Wagner a Sra. Elizabet Lamin da Rosa, brasileira, viúva, para exercer o Cargo de Carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de outubro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 02 de outubro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

**4221**

Publicação Nº 1417853

DECRETO Nº 4221/2017.  
NOMEIA A SERVIDORA MANUELA ANDERSEN KRETZER MUNIZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CONSULTOR JURIDICO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º- Fica nomeada de acordo com os artigos 16 da Lei Complementar nº 008/2005 - Quadro Geral do Município e Lei Complementar nº 033/2013 a Sra. Manuela Andersen Kretzer Muniz, para o cargo em comissão de Consultor Jurídico, a contar de 02 de outubro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entrara em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de outubro de 2017.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, de 09 de outubro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

**4228**

Publicação Nº 1417856

DECRETO Nº 4228/2017  
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela seção II, Artigo 93, item XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ART. 1º - Declarar vago o cargo de Professor do Ensino Fundamental, 40 (quarenta) horas semanais nos termos do Inciso IV do artigo 50, da Lei Complementar nº 005/2003 do Estatuto dos servidores Públicos, em face da aposentadoria por tempo de contribuição da servidora Maria do Carmo da Silva, Matrícula nº.50, conforme Concessão de Aposentadoria do INSS nº.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 30 de outubro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2506, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1418259

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do §1º, do art. 24º da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), na seguinte ação orçamentária:

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.07	Esporte e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer de Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 20.300,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
10.04	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.691	Promoção Comercial
23.691.0030	Geração de Renda e Empregos
23.691.0030.1.022	Implantação do Parque Municipal de Eventos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 2.700,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2016, nos vínculos abaixo:

- a) "0.1.0000" - Recursos Ordinários  
- R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 25 de Outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017 - FMS

Publicação Nº 1417628

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017 - FMS

A Prefeita Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Vilmar José Zonta, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para o credenciamento de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de medicamentos em farmácia regulamentados conforme normas da ANVISA do Anexo "B" do Edital de Credenciamento 002/2017, para atendimento à população do Município, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Gerência Municipal de Saúde, em favor da empresa KARINA AKAUANA BERNARDI BERVIAN EPP, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e da empresa ANDRE JONAS BERVIAN EPP, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com vigência até 31/12/2017.

Alto Bela Vista, SC, 1º de novembro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N 039/2017 - PM

Publicação Nº 1417136

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 039/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, visando o Registro de Preço para aquisição futura, eventual e parcelada de peças e prestação de serviço de mão de obra, para os veículos e máquinas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Administração, Fazenda, Educação Cultura e Esporte, Desenvolvimento Local e Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 28/11/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 01 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal



# Anitápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DOS CONTRATOS PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Publicação Nº 1417069

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017. OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente através de repasse do Ministério da Saúde do Governo Federal, proposta nº 08438.054000/1160-03. EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Metromed Com. de Mat. Medico Hospitalar Ltda. Valor: R\$ 9.019,42. EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Isamed – Materiais Médicos Hospitalares Ltda ME. Valor R\$ 615,70. EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA-ME. Valor: R\$ 9.861,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: ANITAPOLIS INFORMATICA COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA-ME. Valor R\$ 4.808,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: COMP1 INFORMATICA LTDA -EPP. Valor: R\$ 2.985,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 027/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA-EPP. Valor: R\$ 24.282,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: JEFERSON DA SILVEIRA-ME. Valor: R\$ 5.190,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 029/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: R.S.A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA.Valor: R\$ 7.620,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 030/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: ARTEDANIO SILVA VIEIRA-EPP. Valor: R\$ 3.432,50. EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: PPS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-EPP. Valor: R\$ 4.875,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: GILMAR SANI - ME. Valor: R\$ 3.135,00. Data da Assinatura: 19/10/2017. Prazo de Vigência: 31/12/2017. Anitápolis, 01/11/2017. Adriana Motta Probst – Secretaria de Saúde.

### EXTRATO DOS CONTRATOS PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 - FMS

Publicação Nº 1417077

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017. OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente através de repasse do Ministério da Saúde do Governo Federal, proposta nº 08436.054000/1150-01. EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Metromed Com. de Mat. Medico Hospitalar Ltda. Valor: R\$ 1.164,20. EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Isamed – Materiais Médicos Hospitalares Ltda ME. Valor R\$ 6.795,61. EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA-ME. Valor: R\$ 552,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA-EPP. Valor R\$ 6.316,50. EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: JEFERSON DA SILVEIRA-ME. Valor: R\$ 4.849,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 038/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: VENA VITA CONSULTORIA COMERCIAL EIRELI-EPP. Valor: R\$ 7.914,20. EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: PPS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-EPP. Valor: R\$ 20.669,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 040/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP. Valor: R\$ 3.782,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 041/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA-ME. Valor: R\$ 534,50. EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: W & Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA-EPP. Valor: R\$ 3.950,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: SCHEYLLA DE MENDONÇA-ME. Valor: R\$ 5.035,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 044/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: OSMAR ORLANDI JUNIOR-ME. Valor: R\$ 4.744,00. EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: QUALY-MEDIC – COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA-EPP. Valor: R\$ 585,00. Data da Assinatura: 20/10/2017. Prazo de Vigência: 31/12/2017. Anitápolis, 01/11/2017. Adriana Motta Probst – Secretaria de Saúde

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 185/2017, 186/2017, 187/2017, 188/2017, 189/2017, 190/2017, 191/2017 E 192/2017

Publicação Nº 1417207

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 185/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 02, 04, 13, 28, 32, 36 e 45, no valor estimado de R\$ 5.943,91 (cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 186/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: SOMA/SC Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 14, 16, 17 e 33, no valor estimado de R\$ 76.010,00 (setenta e seis mil e dez reais). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 187/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Trade Medical Com. Mat. Hospitalar Ltda EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 01, 03, 05, 06, 07, 11, 12, 27 e 43, no valor estimado de R\$ 29.428,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e vinte e oito reais). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 188/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 08, 09, 25, 26 e 37, no valor estimado de R\$ 3.546,30 (tres mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta centavos). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 189/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 44 e 47, no valor estimado de R\$ 4.345,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 190/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do item: 34, no valor estimado de R\$ 8.675,00 (oito mil e seiscentos e

setenta e cinco reais). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 191/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 39 e 40, no valor estimado de R\$ 1.783,40 (um mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Ata de Registro de Preço nº 192/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 026/2017 – Processo Licitatório nº 035/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PROD., ALIM. E EQUIP. LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem para unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do item: 23, no valor estimado de R\$ 3.458,00 (trez mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais). Prazo: 31/10/2017 - 31/10/2018.

Antônio Carlos, 01 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 193/2017

Publicação Nº 1417220

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 193/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 087/2017 – Processo Licitatório nº 116/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA – EPP; Objeto: Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, na forma e condições definidas em cada lote, com fornecimento de peças, sem exclusividade. Valor: Empresa vencedora dos lotes: 01 e 02, no valor estimado de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Prazo: 01/11/2017 – 01/11/2018.

Antônio Carlos, 01 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1551/2017

Publicação Nº 1417582

LEI Nº 1.551/2017

“ACRESCENTA ARTIGOS À LEI MUNICIPAL N. 1.356/2011, QUE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES/PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, PARA ESTABELECE MECANISMOS DE ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DO PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara

Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal n. 1.356/2011, passa a vigorar com os seguintes artigos:

“Art. 33 – A. Para atender às necessidades específicas da unidade escolar, o titular do cargo de Professor poderá ter sua jornada de trabalho alterada até completar 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º A alteração da jornada de trabalho de que trata o caput deste artigo poderá ocorrer para atender à demanda originada nas seguintes hipóteses:

I - substituição de titular afastado do exercício do cargo;

II - atendimento a projetos com prazo certo de duração; e

III - ausência de titular na unidade escolar.

§ 2º Terá prioridade para a alteração de jornada de trabalho o titular do cargo de Professor que contar com maior tempo de serviço na unidade escolar em houver a vacância temporária. Em não havendo Professor na unidade, será possibilitado a utilização de profissional de outra unidade respeitando o critério de proximidade da unidade.

§ 3º. O prazo de validade da alteração da jornada de trabalho encerrará na data de término do afastamento do titular.

§ 4º Na hipótese em que o afastamento do titular não tiver prazo certo de duração, a alteração da jornada de trabalho cessará no último dia do ano letivo da unidade escolar em que o professor estiver sendo substituído.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 31 de outubro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

## PORTARIA N 511/2017

Publicação Nº 1417932

PORTARIA Nº 511/2017

Revoga Portaria nº 497/2017.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar Portaria nº 497/2017, que concedia Licença Prêmio ao servidor JOSÉ WALTER MACHADO, publicada no DOM no dia 18 de outubro de 2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de novembro de 2017.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 003/2017

Publicação Nº 1417745

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE ANTÔNIO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais atribuídas pelo artigo 31, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 126 do Regimento Interno e Lei Municipal nº 898/2001.

DECRETA:

Artigo 1º Fica concedido o “Título de Cidadão Honorário” do Município de Antônio Carlos/SC aos ilustres Senhores:

- 1- Esperidião Amin Helou Filho;
- 2- Marcos Luiz Vieira;
- 3- Paulo Alcione Torres de Melo;

Artigo 2º. Fica concedido a “Medalha Mérito Cônego Raulino Reitz” pelos relevantes serviços prestados ao Município de Antônio Carlos /SC aos ilustres cidadãos:

- 1- Antônio Carlos Ludvig;
- 2- Berlindo Koch;
- 3- Chácara Beija Flor;
- 4- Diácono José Nali Mannes;
- 5- Diácono Leonilo da Cunha;
- 6- Lourdes Gesser;

7- Maria Madalena Goedert Schmitz;

8- Padre Hélio da Cunha;

9- Padre Pedro Alcido Phillipe.

Artigo 3º As honrarias de que tratam os artigos anteriores serão conferidas em Sessão Solene, no dia 06 de novembro de 2017, em comemoração aos festejos do 54º aniversário de Emancipação Política do Município de Antônio Carlos/SC.

Artigo 4º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário;

Artigo 5º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 31 de outubro de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

Presidente

**PORTARIA 16/2017-PONTO FACULTATIVO FINADOS**

Publicação N° 1417702

PORTARIA N° 16/2017

Fixa ponto facultativo na Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e dá outras providências.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

**RESOLVE:**

Art. 1ª - Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, no dia 03 de novembro de 2017 (sexta-feira), em razão do feriado nacional de FINADOS (02 novembro).

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 01 de novembro de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO  
Presidente



# Apiuna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2833/2017

Publicação Nº 1417619

DECRETO Nº 2833/2017

De 31/10/2017

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA OUVIDORIA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 64 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar o Poder Executivo Municipal de um canal de comunicação com a sociedade, que vise à melhoria constante de seus serviços;

CONSIDERANDO que o direito à prestação de serviço de qualidade, o acesso à informação e a ampliação dos mecanismos de controle e transparência na gestão do bem público devem ser incentivados e praticados, para a defesa do cidadão e aperfeiçoamento do próprio processo democrático;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o serviço de Ouvidoria do Poder Executivo do Município de Apiúna, o qual será diretamente vinculado e subordinado à Controladoria do Município, nos termos deste Decreto.

Art. 2º A Ouvidoria do Município de Apiúna tem por finalidade atuar no sentido de garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados pelos diversos órgãos do Poder Executivo Municipal à sociedade.

Parágrafo único. Considera-se Ouvidoria pública a instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

Art. 3º O ouvidor exercerá as suas atividades com autonomia e no interesse geral dos cidadãos, devendo guardar sigilo das informações levadas a seus conhecimentos, no exercício de suas funções.

Art. 4º Compete à Ouvidoria do Poder Executivo Municipal:

I – receber, examinar e encaminhar as reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios e demais manifestações que lhe forem dirigidas, notificando os órgãos envolvidos para os esclarecimentos necessários;

II – acompanhar as providências adotadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Municipal, para a solução do problema;

III – recomendar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação do serviço público, quando for o caso;

IV – zelar pela legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e eficiência dos atos praticados pelo Poder Executivo Municipal;

V – realizar inspeções para averiguar fatos relacionados às manifestações registradas;

VI – garantir a todos que a procurarem o retorno das providências adotadas a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

VII – sugerir medidas de aprimoramento da prestação dos serviços públicos, com base nas reclamações, denúncias, sugestões e demais manifestações recebidas, visando garantir que os problemas detectados não se tornem repetições contínuas;

VIII – criar processo permanente de divulgação do serviço por ela prestado perante a sociedade, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

IX – organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativo às reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e demais manifestações recebidas;

X – desenvolver outras atividades correlatas.

Art. 5º Às reclamações, solicitações, denúncias e sugestões recebidas pela ouvidoria serão oferecidas respostas conclusivas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez).

Art. 6º O elogio direcionado a agente público específico deve ser a ele encaminhado, dando-se ciência à área de gestão de pessoas para eventual registro em folha funcional.

Parágrafo único. No caso do elogio, é conclusiva a resposta que contenha informação sobre o recebimento e, se for o caso, o encaminhamento.

Art. 7º Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento, para os órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Municipal apresentarem os resultados das apurações à Ouvidoria, que responderá diretamente ao interessado.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser estendido em razão da natureza da solicitação, a critério do Ouvidor.

Art. 8º Compete ao servidor público na função de ouvidor do Poder Executivo Municipal:

I – exercer a função de representante do cidadão junto ao Poder Executivo Municipal;

II – agilizar a remessa de informação de interesse do cidadão ao seu destinatário;

III – facilitar ao máximo o acesso do usuário do serviço à Ouvidoria, simplificando seus procedimentos;

IV – encaminhar as questões ou sugestões apresentadas à área competente, acompanhando a sua apreciação;

V – identificar problemas no atendimento ao usuário;

VI – sugerir soluções de problemas identificados ao dirigente do órgão em que atue;

VII – propor a correção de erros, omissões ou abusos cometidos no atendimento ao usuário/cidadão;

VII – atuar na prevenção e solução de conflitos.

§ 1º O ouvidor apresentará relatórios mensais à Controladoria do Município, sem prejuízo dos relatórios parciais que se fizerem necessários.

§ 2º O ouvidor manterá permanentemente atualizadas as informações e estatísticas referentes às suas atividades.

Art. 9º O ouvidor poderá, a qualquer tempo, solicitar as informações necessárias para o acompanhamento das providências adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal em razão de reclamações, solicitações, denúncias e sugestões.

Parágrafo único. O ouvidor terá livre acesso a todos os setores, para que possa apurar e propor as soluções requeridas em cada situação.

Art. 10 Todas as denúncias recebidas serão encaminhadas ao setor responsável pela apuração.

Art. 11 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, diretamente ou mediante representação, apresentar reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios à Ouvidoria.

§ 1º As reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios serão reduzidas a termo e formalizadas no momento de seu recebimento.

§ 2º Quando o processo se referir a uma reclamação ou denúncia, devem constar de seu registro os motivos que a determinou e a identidade do interessado, a qual deverá ser protegida por sigilo sempre que solicitado.

§ 3º O ouvidor não apreciará questões que tenham por objeto

análise de decisão judicial ou de questão posta em juízo, nem colocará em causa o bom fundamento das decisões nele tomadas.

§ 4º Quando for o caso, o ouvidor aconselhará o interessado a dirigir-se à autoridade competente.

§ 5º Os processos formalizados perante a Ouvidoria não interrompem os prazos de interposição de recursos judiciais ou administrativos.

Art. 12. O servidor público na função de ouvidor exercerá suas funções com independência e autonomia, sem qualquer ingerência político-partidária, visando garantir os direitos do cidadão usuário do serviço público, desempenhando as seguintes atividades:

I – dar sempre ao cidadão uma resposta à questão apresentada, no menor prazo possível, com clareza e objetividade;

II – atender com cortesia e respeito, afastando-se de qualquer discriminação ou pré-julgamento;

III – agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça.

Art. 13. Os servidores do Município de Apiúna deverão prestar apoio e informações à Ouvidoria, em caráter prioritário e em regime de urgência, desde que formalmente demandados.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Apiúna, em 31 de outubro de 2017.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito de Apiúna em exercício

## EXTRATO CONTRATOS, APOSTILAS, ADITIVOS OUTUBRO/2017

Publicação Nº 1417050

### PREFEITURA DE APIÚNA

Contrato Nº : 10/2017

Aditivo Nº : 1/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : WG QUADRATEC PISOS ESPORTIVOS LTDA - ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL - "NHÉCA" COM ÁREA TOTAL DE 1.300,27 M²

Vigência : Início: 14/10/2017 Término: 14/01/2018

Assinatura : 09/10/2017

Valor R\$: 0,00 (Zero )

Dotação : 138 - 13.001.2130.344905107000000.01000000

Dotação : 441 - 13.001.2130.344905107000000.03000000

Dotação : 442 - 13.001.2130.344905107000000.03640400

Dotação : 443 - 13.001.2130.344905107000000.01640400

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 14/2016

Aditivo Nº : 3/2017

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : TRANSPORTE E TURISMO OLIVEIRA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 126/2015

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE ESCOLAR

Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 20/10/2017

Valor R\$: 3.115,50 (Três Mil, Cento e Quinze Reais e Cinquenta Centavos )

Dotação : 74 - 04.001.2147.333903926000000.01010000

Dotação : 86 - 04.001.2146.333903926000000.01010000

Dotação : 121 - 04.001.2147.333903926000000.01620200

Dotação : 135 - 04.001.2048.333903926000000.01010000

Dotação : 140 - 04.001.2048.333903926000000.01360000

Dotação : 146 - 04.001.2049.333903926000000.01620200

Dotação : 157 - 04.001.2047.333903926000000.01190000

Dotação : 161 - 04.001.2049.333903926000000.01010000

Dotação : 205 - 04.001.2047.333903926000000.01360000

Dotação : 213 - 04.001.2048.333903926000000.01190000

Dotação : 215 - 04.001.2047.333903926000000.01010000

Dotação : 215 - 04.001.2047.333903999000000.01010000

Dotação : 223 - 04.001.2049.333903926000000.01370600

Dotação : 231 - 04.001.2147.333903926000000.01370600

Dotação : 258 - 04.001.2049.333903926000000.01360000

Dotação : 401 - 04.001.2049.333903926000000.03370600

Dotação : 402 - 04.001.2049.333903926000000.03620200

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 26/2016

Aditivo Nº : 5/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 129/2015

Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NOS BAIRROS DE SUBIDA E RIBEIRÃO VINTE, APIÚNA/SC

Vigência : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 11/10/2017

Valor R\$: 0,00 (Zero )

Dotação : 132 - 06.001.1063.344905199000000.01000000

Dotação : 250 - 06.001.1063.344905199000000.01830000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 29/2017

Aditivo Nº : 5/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 31/2017

Objeto : REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL, ÁREA TOTAL DA COBERTURA 1.412,00 M2

Vigência : Início: 11/10/2017 Término: 11/11/2017

Assinatura : 10/10/2017

Valor R\$: 0,00 (Zero )

Dotação : 441 - 13.001.2130.344905199000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 33.2016/2016

Aditivo Nº : 02/2017

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO, MANUTENÇÃO DE USO, FORNECIMENTO DE TONER OU CARTUCHO E EQUIPAMENTOS AUXILIARES

Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 20/10/2017

Valor R\$: 9.576,00 (Nove Mil e Quinhentos e Setenta e Seis Reais )

Dotação : 10 - 05.001.2050.333903912000000.01020000

Dotação : 179 - 03.001.2030.333903912000000.01390300

Dotação : 205 - 04.001.2047.333903912000000.01360000

Dotação : 214 - 03.001.2030.333903912000000.01000000

Dotação : 215 - 04.001.2047.333903912000000.01010000

Dotação : 491 - 03.001.2030.333903912000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 39/2017

Aditivo Nº : 1/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 26/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS FORTUNATO CIPRIANI (TRECHO III) E ANGELO ROMAGNANI, LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC

Vigência : Início: 25/10/2017 Término: 25/01/2018

Assinatura : 11/10/2017

Valor R\$ : 0,00 (Zero )

Dotação : 445 - 06.001.1063.344905199000000.03000000

Dotação : 446 - 06.001.1063.344905199000000.01340500

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 56/2016

Aditivo Nº : 05/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 42/2016

Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA PONTA GROSSA - CENTRO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC

Vigência : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 11/10/2017

Valor R\$ : 0,00 (Zero )

Dotação : 250 - 06.001.1063.344905199000000.01830000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 57/2017

Aditivo Nº : 3/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 76/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA QUADRA DA LOCALIDADE DE SANTO ANTÔNIO INCLUINDO EDIFICAÇÃO DE CANTINA, SANITÁRIOS, PARQUE/GINÁSTICA E QUADRA DE AREIA, FECHAMENTO, CERCADO E ILUMINAÇÃO DO CAMPO

Vigência : Início: 10/10/2017 Término: 10/11/2017

Assinatura : 10/10/2017

Valor R\$ : 0,00 (Zero )

Dotação : 471 - 13.001.1301.344905199000000.01890000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 57/2017

Aditivo Nº : 4/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 76/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA QUADRA DA LOCALIDADE DE SANTO ANTÔNIO INCLUINDO

EDIFICAÇÃO DE CANTINA, SANITÁRIOS, PARQUE/GINÁSTICA E QUADRA DE AREIA, FECHAMENTO, CERCADO E ILUMINAÇÃO DO CAMPO

Vigência : Início: 10/10/2017 Término: 10/01/2018

Assinatura : 10/10/2017

Valor R\$ : 0,00 (Zero )

Dotação : 471 - 13.001.1301.344905199000000.01890000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 60/2017

Aditivo Nº : 2/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 92/2017

Objeto : CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE MATACO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LOCALIDADE DE MARGEM ESQUERDA APIÚNA/SC, PARA RECUPERAÇÃO DE DANO CAUSADO EM ÁREA DANIFICADA POR DESASTRE AMBIENTAL CONFORME INFORMAÇÕES CONTIDAS NO FIDE - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO DESASTRE, ELABORADO PELA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

Vigência : Início: 14/10/2017 Término: 14/12/2017

Assinatura : 11/10/2017

Valor R\$ : 0,00 (Zero )

Dotação : 445 - 06.001.1063.344905199000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 63/2017

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : MARIO ROEDEL

Licitação : Dispensa de Licitação 121/2017

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A FAMÍLIA DO SENHOR ADEMAR ANASTÁCIO NUNES QUE TEVE SUA RESIDÊNCIA NA ESTRADA GERAL MARGEM ESQUERDA INTERDITADA PELA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC

Vigência : Início: 05/10/2017 Término: 30/11/2017

Assinatura : 05/10/2017

Valor R\$ : 1.140,00 (Um Mil e Cento e Quarenta Reais )

Dotação : 491 - 03.001.2030.333903615000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 64/2017

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : ASSOCIACAO CULTURAL RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE APIUNA

Licitação : Inexigibilidade 113/2017

Objeto : Credenciamento de empresas da área de comunicação, especificamente de radiodifusão - FM e FM Comunitária, com sede ou abrangência em no mínimo 70% (setenta por cento) do território do município de Apiúna para prestação de serviços de divulgação de notícias de interesse público em forma de inserções. O numero de inserções, tempo de duração, dias e horários serão informados pelo município através de sua Assessoria de Comunicação por meio de solicitação

Vigência : Início: 17/10/2017 Término: 17/10/2018

Assinatura : 17/10/2017

Valor R\$ : 15.000,00 (Quinze Mil Reais )

Dotação : 10 - 05.001.2050.333903988000000.01020000

Dotação : 12 - 05.001.2055.333903988000000.01020000

Dotação : 15 - 05.001.2056.333903988000000.01020000

Dotação : 36 - 05.001.2055.333903988000000.01380800

Dotação : 40 - 05.001.2056.333903988000000.01380900

Dotação : 84 - 08.001.2085.333903988000000.01000000

Dotação : 91 - 13.001.2132.333903988000000.01000000

Dotação : 124 - 07.001.2070.333903988000000.01000000



Dotação : 148 - 08.001.2087.333903988000000.01000000  
 Dotação : 157 - 04.001.2047.333903988000000.01190000  
 Dotação : 159 - 08.001.2086.333903988000000.01000000  
 Dotação : 163 - 08.001.2088.333903988000000.01000000  
 Dotação : 165 - 06.001.2060.333903988000000.01390300  
 Dotação : 179 - 03.001.2030.333903988000000.01390300  
 Dotação : 191 - 09.001.2091.333903988000000.01000000  
 Dotação : 214 - 03.001.2030.333903988000000.01000000  
 Dotação : 215 - 04.001.2047.333903988000000.01010000  
 Dotação : 220 - 02.001.2020.333903988000000.01000000  
 Dotação : 235 - 06.001.2060.333903988000000.01000000  
 Dotação : 240 - 13.001.2131.333903988000000.01000000  
 Dotação : 251 - 02.001.2006.333903988000000.01000000  
 Dotação : 435 - 09.001.2091.333903988000000.03350300  
 Dotação : 465 - 06.001.2060.333903988000000.03000000  
 Dotação : 469 - 08.001.2087.333903988000000.03000000  
 Jose Gerson Gonçalves  
 Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 65/2017

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : METROPOLITANA FM DE COMUNICACAO LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 113/2017

Objeto : Credenciamento de empresas da área de comunicação, especificamente de radiodifusão - FM e FM Comunitária, com sede ou abrangência em no mínimo 70% (setenta por cento) do território do município de Apiúna para prestação de serviços de divulgação de notícias de interesse público em forma de inserções. O numero de inserções, tempo de duração, dias e horários serão informados pelo município através de sua Assessoria de Comunicação por meio de solicitação

Vigência : Início: 17/10/2017 Término: 17/10/2018

Assinatura : 17/10/2017

Valor R\$: 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais )

Dotação : 10 - 05.001.2050.333903988000000.01020000

Dotação : 12 - 05.001.2055.333903988000000.01020000

Dotação : 15 - 05.001.2056.333903988000000.01020000

Dotação : 36 - 05.001.2055.333903988000000.01380800

Dotação : 40 - 05.001.2056.333903988000000.01380900

Dotação : 84 - 08.001.2085.333903988000000.01000000

Dotação : 91 - 13.001.2132.333903988000000.01000000

Dotação : 124 - 07.001.2070.333903988000000.01000000

Dotação : 148 - 08.001.2087.333903988000000.01000000

Dotação : 157 - 04.001.2047.333903988000000.01190000

Dotação : 159 - 08.001.2086.333903988000000.01000000

Dotação : 163 - 08.001.2088.333903988000000.01000000

Dotação : 165 - 06.001.2060.333903988000000.01390300

Dotação : 179 - 03.001.2030.333903988000000.01390300

Dotação : 191 - 09.001.2091.333903988000000.01000000

Dotação : 214 - 03.001.2030.333903988000000.01000000

Dotação : 215 - 04.001.2047.333903988000000.01010000

Dotação : 220 - 02.001.2020.333903988000000.01000000

Dotação : 235 - 06.001.2060.333903988000000.01000000

Dotação : 240 - 13.001.2131.333903988000000.01000000

Dotação : 251 - 02.001.2006.333903988000000.01000000

Dotação : 435 - 09.001.2091.333903988000000.03350300

Dotação : 465 - 06.001.2060.333903988000000.03000000

Dotação : 469 - 08.001.2087.333903988000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 66/2017

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : RT TOPOGRAFIA LTDA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 126/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE EDITAL VOLTADO AOS SERVIÇOS DE CADASTRO IMOBILIÁRIO E FOTOGRAFIAS AEROFOTOGRAFÍAS E APOIO TERRESTRE PARA LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO, COM

O OBJETIVO DE ATUALIZAR A BASE CARTOGRÁFICA E CADASTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, CONFORME TODOS OS TRECHOS DO PERÍMETRO URBANO

Vigência : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 23/10/2017

Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais )

Dotação : 214 - 03.001.2030.333903905000000.01000000

Dotação : 491 - 03.001.2030.333903905000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 86/2016

Aditivo Nº : 3/2017

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : WILLY WOHL JUNIOR ME

Licitação : Pregão Presencial 109/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, LOCALIZADOS NAS DIVERSAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIUNA

Vigência : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 02/10/2017

Valor R\$: 56.885,00 (Cinquenta e Seis Mil e Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais )

Dotação : 124 - 07.001.2070.333903995000000.01000000

Dotação : 205 - 04.001.2047.333903995000000.01360000

Dotação : 209 - 03.001.2032.333903995000000.01000000

Dotação : 214 - 03.001.2030.333903995000000.01000000

Dotação : 215 - 04.001.2047.333903995000000.01010000

Dotação : 235 - 06.001.2060.333903995000000.01000000

Dotação : 253 - 04.001.2140.333903995000000.01010000

Dotação : 448 - 04.001.2047.333903995000000.03360000

Dotação : 491 - 03.001.2030.333903995000000.03000000

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 21.2013/2013

Aditivo Nº : 002/2017

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : DEISE BENNERT & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 44/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DAR SUPORTE TECNICO E APOIO ADMINISTRATIVO NAS AREAS DE PLANEJAMENTO, PRESTACAO DE CONTAS, ALEM DE ORDEM OPERACIONAL DAS ROTINAS DE PLANEJAMENTO ORCAMENTARIO EM SEUS VARIOS MODULOS

Vigência : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 25/10/2017

Valor R\$: 6.497,90 (Seis Mil, Quatrocentos e Noventa e Sete Reais e Noventa Centavos )

Dotação : 179 - 03.001.2030.333903979000000.01390300

Dotação : 214 - 03.001.2030.333903979000000.01000000

Dotação : 220 - 02.001.2020.333903979000000.01000000

Dotação : 491 - 03.001.2030.333903979000000.03000000

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito em Exercício de Apiúna

Contrato Nº : 39/2015

Aditivo Nº : 003/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : MERI CERLI RECH

Licitação : Dispensa de Licitação 70/2015

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 31/10/2017



Valor R\$ : 1.839,44 (Um Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Quarenta e Quatro Centavos )  
Dotação : 191 - 09.001.2091.333903615000000.01000000  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito em Exercício de Apiúna

Contrato Nº : 67/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : JOELMA MENEGHELLI  
Licitação : Dispensa de Licitação 128/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE À VIGÊNCIA DE 2018 A 2021  
Vigência : Início: 27/10/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$ : 1.600,00 (Um Mil e Seiscentos Reais )  
Dotação : 410 - 09.001.2091.333903606000000.03350600  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito em Exercício de Apiúna

Contrato Nº : 39/2015  
Aditivo Nº : 003/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : MERI CERLI RECH  
Licitação : Dispensa de Licitação 70/2015  
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 31/10/2017  
Valor R\$ : 1.839,44 (Um Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Quarenta e Quatro Centavos )  
Dotação : 191 - 09.001.2091.333903615000000.01000000  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito em Exercício de Apiúna

Contrato Nº : 68/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : GC FORMações LTDA ME  
Licitação : Dispensa de Licitação 129/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO DE ALUNOS DE 6º AO 9º ANO, DE TRÊS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, COM TEMA SEXTING, ENVOLVENDO TAMBÉM O USO CONSCIENTE DAS TECNOLOGIAS, DIREITOS E RESPONSABILIDADES E SEXUALIDADE  
Vigência : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 31/10/2017  
Valor R\$ : 4.000,00 (Quatro Mil Reais )  
Dotação : 486 - 09.001.2091.333903999000000.03000000  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito em Exercício de Apiúna

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA  
Contrato Nº : 6/2016  
Aditivo Nº : 02/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA  
Contratada : EVERALBA APARECIDA SCHIMIDT BLOEMER  
Licitação : Dispensa de Licitação 6/2016  
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE SÃO PEDRO  
Vigência : Início: 31/10/2017 Término: 31/08/2018  
Assinatura : 31/10/2017  
Valor R\$ : 6.000,00 (Seis Mil Reais )  
Dotação : 10 - 05.001.2050.333903615000000.01020000  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito em Exercício de Apiúna

## **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017**

Publicação Nº 1417885

Prefeitura Municipal de Apiúna  
Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 131/2017  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA DIVERSAS SECRETARIAS  
Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000  
Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 17/11/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos  
Data/Hora da Abertura: 17/11/2017 – Às 09 horas e 40 minutos  
Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br)  
Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

# Arabutã

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO SETEMBRO2017

Publicação Nº 1418344

Extrato Contrato Setembro/2017

"Aditivo Nº ..... : 1º adt ata124/17 - Contrato Nº: Ata 124/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP

Valor ..... : 1.653,59 (um mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 20/09/2017 Término: 19/07/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Do Objeto, da Ata primitivamente celebrada entre as partes, fica acrescido a seguinte quantidade, conforme dispõe o Comunicado Interno da Secretaria Municipal de Educação:

Item Quantidade Unid. Especificação Preço Unit. Preço Total

1 26 UN Camisetas de uniforme escolar para alunos da Rede Municipal de Educação, TAMANHO A (01 ao 04) com malha Active Anti Pilling 100% poliéster com estampa em sublimação, na cor branca, manga curta, decote redondo de ribana, com estampa frontal a logo da Rede Mu"

### ATA SESSÃO TP 3.2017

Publicação Nº 1418421

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017. OBJETO: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de iluminação de quadra poliesportiva.

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arabutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2004/2017, sob a presidência da Senhora Glaucia Pottratz, membros a Senhorita Deise Karin Morche e a Senhorita Maila Kreibin, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: NEIVALDO ZAMPRONIO & CIA LTDA representada pelo Senhor Neivaldo Zampronio. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representantes presentes, Envelopes 01 – Documentação e o Envelopes 02 – Proposta de Preços, verificando-se que a licitante protocolou os envelopes dentro do prazo estipulado nos subitens 1.2 e 1.3 do edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos, rubricados e numerados pelos membros da Comissão e representante presente, constatando-se que a licitante comprovou o enquadramento como ME ou EPP, atendendo as exigências do subitem 5.1.1 do Edital, podendo assim usufruir dos benefícios concedidos pela lei 123/2006. A licitante atendeu adequadamente os requisitos de Habilitação, sendo assim foi julgada habilitada. Quando indagado pela presidente da comissão de licitação da intenção de recurso da fase de habilitação o representante da licitante renunciou expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de Proposta bem como ao respectivo prazo recursal. Por conseguinte, a Presidente deu continuidade à sessão fazendo a abertura do envelope número dois da licitante habilitada,

sendo que a proposta foi conferida e rubricada pela Presidente, pelos membros da comissão de licitação, constatando-se que a mesma atendeu os requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. De consequência foi apurado o seguinte resultado: a licitante NEIVALDO ZAMPRONIO & CIA LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais). Ressalva-se que o preço global cotado pela licitante vencedora ficou de acordo com o estipulado no subitem 9.1 do Edital. Quando indagado pela presidente da comissão de licitação da intenção de recurso da fase de julgamento de propostas o representante da licitante renunciou expressamente ao direito de recorrer, bem como, ao respectivo prazo recursal. Ficou ressalvado, ainda, que a Comissão verificará a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores, antes da emissão de seu parecer final. Deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

GLAUCIA POTTRATZ Presidente da CPL	MAILA KREIBIN Membro da CPL
DEISE KARIN MORCHE Membro da CPL	NEIVALDO ZAMPRONIO Neivaldo Zampronio & Cia Ltda

### ATA SESSÃO TP 4.2017 I

Publicação Nº 1418419

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS E ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de pavimentação asfáltica em parte da Rua Maria Hartmann Nitschke (Trecho B - Até a Escola).

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arabutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2004/2017, sob a presidência da Senhora Glaucia Pottratz, membros a Senhorita Deise Karin Morche e a Senhorita Maila Kreibin, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A. representada pela Sra. Daiane Maziero e SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA representada pelo Senhor Érico J. Ferreira da Silva. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representantes presentes, Envelopes 01 – Documentação e o Envelopes 02 – Proposta de Preços, verificando-se que as licitantes protocolaram os envelopes dentro do prazo estipulado nos subitens 1.2 e 1.3 do edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos, rubricados e numerados pelos membros da Comissão e representantes presentes, constatando-se que a licitante SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA comprovou o enquadramento como ME ou EPP, podendo assim usufruir dos benefícios concedidos pela

lei 123/2006. As licitantes atenderam adequadamente os requisitos de Habilitação, sendo assim foram julgadas habilitadas. Quando indagados pela presidente da comissão de licitação da intenção de recurso da fase de habilitação os representantes das licitantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de Proposta bem como ao respectivo prazo recursal. Por conseguinte, a Presidente deu continuidade à sessão fazendo a abertura do envelope número dois das licitantes habilitadas, sendo que as propostas foram conferidas e rubricada pela Presidente, pelos membros da comissão de licitação, constatando-se que as mesmas atenderam os requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. De consequência foi apurado o seguinte resultado: a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A., sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 203.673,42 (duzentos e três mil seiscentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) e a licitante SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 215.857,59 (duzentos e quinze mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos). Em atendimento ao subitem 8.3.1 do Edital, abre-se o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a licitante SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, se assim o desejar, apresente nova proposta visando usufruir dos benefícios concedidos pela 123/06. Em apresentado será reformulada a classificação ou em não apresentando será mantida a classificação atual. Ressalva-se que o preço global cotado pelas licitantes ficaram abaixo do estipulado no subitem 9.1 do Edital. Quando indagados pela presidente da comissão de licitação da intenção de recurso da fase de julgamento de propostas os representantes das licitantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer, bem como, ao respectivo prazo recursal. Ficou ressalvado, ainda, que a Comissão verificará a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores, antes da emissão de seu parecer final. Deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

GLAUCIA POTTRATZ Presidente da CPL	MAILA KREIBIN Membro da CPL
DEISE KARIN MORCHE Membro da CPL	ÉRICO J. FERREIRA DA SILVA Santasul Pavimentação e Obras LTDA
DAIANE MAZIERO Setep Construções S.A.	

## ATA SESSÃO TP 4.2017 II

Publicação Nº 1418420

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DA NOVA PROPOSTAS DE PREÇOS E RECLASSIFICAÇÃO, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de pavimentação asfáltica em parte da Rua Maria Hartmann Nitschke (Trecho B - Até a Escola).

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às treze e trinta horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arbutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2004/2017, sob a presidência da Senhora Glaucia Pottratz, membros a Senhorita Deise Karin Morche e a Senhorita Maila Kreibin, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura do envelope da nova proposta de preços, de acordo com subitem 8.3.1 do Edital. Sendo apurado que a licitante SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 203.664,59 (duzentos e três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove

centavos e na segunda colocação SETEP CONSTRUÇÕES S.A., com o valor global de R\$ 203.673,42 (duzentos e três mil seiscentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos). Ressalva-se que o preço global cotado pelas licitantes ficaram abaixo do estipulado no subitem 9.1 do Edital. A Presidente deu por encerrada a sessão oficializando que o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, disposto no art. 109, inc. I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, será contado a partir da data de publicação do resultado desta sessão, junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, sendo que a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso as licitantes se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

GLAUCIA POTTRATZ Presidente da CPL	MAILA KREIBIN Membro da CPL
DEISE KARIN MORCHE Membro da CPL	ÉRICO J. FERREIRA DA SILVA Santasul Pavimentação e Obras LTDA

## CONTRATO ACT 56.2017

Publicação Nº 1418311

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 056/2017

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARBUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arbutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e BEATRIZ C. KIEKOW DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº. 069.691.859-58, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de professora, devido atestado médico da servidora Leila Cristina Pichetti Lueckemeier para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
  - 2) VIGÊNCIA: de 06 de novembro de 2017 até 14 de novembro de 2017;
  - 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
  - 4) VENCIMENTO: R\$ 1493,04 (um mil quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
  - 5) CARGO/FUNÇÃO: Professora;
  - 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – P.E.C;
  - 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino;
  - 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
  - 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);
- Arbutã/SC, 3 de novembro de 2017.

Beatriz C. Kiekow de Oliveira  
Contratada

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Testemunhas:  
Cléo Fernando Morche  
CPF/MF nº. 069.405.499-27

Dulci Driemeier Lösch  
CPF/MF nº. 009.112.609-60

**CONTRATO ACT 57.2017**

Publicação Nº 1418322

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 057/2017**

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e LUCIANE SCHIAVINI, inscrita no CPF/MF sob o nº. 022.820.189-66, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de agente de copa e higienização, devido a licença maternidade da servidora Anelori Pinow para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 002/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 06 de novembro de 2017 até 21 de abril de 2018;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1238,44(um mil duzentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Agente de Copa e Higienização;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – N.E.M.N.E.;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 3 de novembro de 2017.

Luciane Schiavini  
ContratadaLeani Kapp Schmitt  
Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche  
CPF/MF nº. 069.405.499-27Dulci Driemeier Lösch  
CPF/MF nº. 009.112.609-60**PORTARIA 348/2017**

Publicação Nº 1418320

**PORTARIA Nº 348/2017  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, à servidora ANELORI MARIA BASTIAN PINNOW, inscrita no CPF sob nº. 023.118.429-86, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de copa e higienização, licença maternidade conforme art.104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 24 de outubro de 2017.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 24 de outubro de 2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 27 de outubro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz  
Responsável pela publicação.**PORTARIA350.2017**

Publicação Nº 1418545

**PORTARIA Nº 350/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade a servidora SILVA DUARTE, inscrita no CPF-MF sob nº. 046.442.089-06, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, no percentual de 15%(quinze por cento) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, I, letra "c", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Revogados em especial os termos da portaria Nº269 de 18 de junho de 2015, está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 03 de novembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado em data supra.

Glauca Pottratz  
Responsável pela publicação.**PORTARIA351.2017**

Publicação Nº 1418543

**PORTARIA Nº 351/2017  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, a servidora LILIAN MARIA FEIOCK, inscrita no CPF sob nº. 051.057.509-93, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na forma do disposto no artigo 115 da Lei Complementar nº 159/2014, licença por motivo de doença de sua mãe, que foi submetido a procedimento cirúrgico, necessitando de acompanhamento no período que vai de 25 de outubro a 23 de novembro de 2017.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 25 de outubro 2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 03 de novembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz  
Responsável pela publicação



**PREGÃO 94.2017**

Publicação Nº 1418626

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 109/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 094/2017

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O NATAL DE 2017, conforme especificações constantes no Termo de Referência disposto no Anexo "E" do edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 16/11/2017.

Abertura: às 09h00 do dia 16/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 03 de Novembro de 2017

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

CONTRATADA

Dilvana Aparecida U. Scortegagna

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche

CPF/MFnº. 069.405.499-27

Dulci Driemeier Lösch

CPF/MFnº. 009.112.609-60

**TERMO ADITIVO CONTRATO 55.2017**

Publicação Nº 1418319

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 55/2017

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DILVANA APARECIDA URBANSKI SCORTEGAGNA, celebrado em 13 de outubro de 2017.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora, DILVANA APARECIDA URBANSKI SCORTEGAGNA, inscrita no CPF/MF sob o nº. 070.861.459-04, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Na Cláusula Segunda: Fica prorrogado a vigência contratual até a data de 14/12/2017 devido a prorrogação de atestado médico da servidora Gabriela Luiza Scharammel Hollerwerger conforme comunicado interno da Secretaria Municipal de Educação.

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 03 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Leani Kapp Schmitt – Prefeita

## Arroio Trinta

## PREFEITURA

## CONTRATO Nº 0077/2017 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

Publicação Nº 1417110

CONTRATO Nº0077 /2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2017, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ENTRE OUTROS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP.

Contrato de compra e venda de produtos, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e de outro lado à empresa PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.24.170.620/0001-37, com sede na Rodovia SC, 283, Município de Planalto Alegre– Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS, brasileira, casada, empresária, Portadora do CPF sob nº 005.351.199-92 e Carteira de Identidade nº 4256.445, residente e domiciliada na cidade de Planalto Alegre – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0110/2017, Pregão Presencial nº 00035/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8666/93, consolidadas e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ENTRE OUTROS, PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA UM PERÍODO DE 8 MESES, e o fornecedor se compromete a entregar, no preço de sua proposta e de acordo com as condições do edital, a lista de itens abaixo descrita:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	27673 - Álcool etílico hidratado 92,8 %. I.N.P.M embalagem em PVC de no mínimo 01 litro; ITAJA	Un	459	4,45	2.042,55
15	27684 - Cera em pasta amarela, lata com 400 gr, andreia	Un	5	7,90	39,50
16	27685 - Cera Líquida. Cera líquida desenvolvida especialmente para o tratamento de madeira. Não necessita enceradeira. Embalagem de 750 ml. andreia	Un	100	2,74	274,00
29	27698 - Esponja de lã de aço. Formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades; INOVE	PCT	55	0,99	54,45
30	27699 - Esponja de aço. (também chamado esfregão de aço) Esponja de aço em arame galvanizado, malha tricotada e entrelaçada. Pacotes com duas unidades Relux	PCT	20	1,40	28,00
31	27700 - Esponja para limpeza tipo dupla face. Manta não tecido, de fibras sintéticas, unidas com resina à prova d'água, impregnada com mineral abrasivo e aderida a espuma de poliuretano com bactericida. Propriedades físicas: Largura (mm): 75 +-1 Espessura Total (mm): min. 22,0. Comprimento (mm): 110 +-1. Cor: Amarelo (espuma) e verde (fibra). Em pacote individual. Betanin	PCT	541	0,47	254,27
37	27706 - Limpa vidro tipo líquido. Cor incolor/azul. Frasco plástico de 500ml com gatilho. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde; BELLA DONA	Un	150	3,99	598,50
54	27723 - Papel Higiênico. Papel higiênico picotado e grofado duas folhas. 100 % celulose, testado dermatologicamente. Pacotes com pelo menos 30 rolos de 30 m, que permitam a fácil identificação das especificação técnica. Sugestão de marca: Neve, podendo ser qualquer marca equivalente ou superior. Fofinho	PCT	386	22,49	8.681,14
58	27727 - Rodo de espuma com manta abrasiva; (dupla face) Tam. 25x10x8 cm, espuma com densidade média, cabo com 1,20 m de comprimento. LOCATELLI	Un	34	8,23	279,82

60	27729 - Rodo para puxar água. Base plástica com duas borrachas pretas, de espessura não inferior a 3 mm, corretamente esticadas e fixas à base do rodo, com o mesmo comprimento desta, devendo remover a água sobre a superfície lisa e plana à primeira passada. O cabo deverá ser reforçado, confeccionado em madeira resistente, plastificado e perfeitamente adaptado à base. Rosca de Madeira. Dimensões: 60 cm de largura da base do rodo e cabo com 1,50 m de comprimento; LOCATELLI	Un	24	11,69	280,56
64	27733 - Sabonete líquido. Aspecto físico viscoso, com fragrância de coco ou erva-doce. Aplicação: para higienização e hidratação da pele. Frasco de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde; BELLA DONA	Un	73	11,29	824,17
77	27746 - Toalha de papel. Folha dupla, picotada, cor branca (100% branca), super resistente, de rápida absorção, primeira qualidade. Pacote com 02 rolos de 60 toalhas medindo 20x22cm.; SORELA	PCT	274	2,74	750,76
78	27747 - Toalha de papel. Tipo folha 3 dobras, grifada, medindo 27x23cm, cor branca (100% branca), super resistente, rápida absorção de líquido, de primeira qualidade. Aplicação: higiene pessoal. Pacote com 1.000 folhas; GUIPEL	PCT	872	7,67	6.688,24
90	27759 - Copos descartáveis, 50 ml, pacote com 100 unidades; Coposul	PCT	105	0,99	103,95
91	27760 - Copos descartáveis, 80 ml, pacote com 100 unidades; Coposul	PCT	205	2,54	520,70
93	27762 - Copos descartáveis 300 ml, pacote com 100 unidades; Coposul	PCT	259	3,99	1.033,41
100	27769 - Garrafa térmica, capacidade 1,8 litros ; ALADIM	Un	11	46,51	511,61
104	27773 - Pratinho para bolo. Plástico em cores diversas (unidades); Coposul	Un	5.100	0,12	612,00
Total					23.577,63

§ 1º São integrantes deste contrato, independentemente de transcrição, o edital de licitação, a proposta comercial, as atas de propostas de preços e todos os demais documentos pertinentes do processo licitatório.

§ 2º Os produtos deverão ser entregues no período de outubro de 2017 a junho de 2018, de forma parcelada, a depender da necessidade de cada setor e da quantidade de cada item.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O Município pagará pelos produtos, o valor total de R\$23.577,63 (VINTE E TRÊS MIL QUINHENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SESENTA E TRÊS CENTAVOS), por transferência bancária, em até 5 dias úteis após a sua entrega, que deverá ser realizada no Almoxarifado Central, localizado à rua XV de Novembro, 26, Centro, Arroio Trinta, SC, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria do Município.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de entrega será de no máximo 10 dias corridos a contar do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Município de Arroio Trinta.

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência do presente contrato, terá seu início em 06 de outubro de 2017 e terminará em 30 de Junho 2018, ou antes, desde que os produtos tenham sido totalmente entregues. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA** - As despesas deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017, conforme segue:

4 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 111 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 59 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 37 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 97 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 101 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 66 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 71 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 88 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
 77 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

11 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos produtos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 06 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

Prefeito Municipal

PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

CNPJ nº.24.170.620/0001-37

CONTRATADA

RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS

CPF nº 005.351.199-92

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

CONTRATO Nº0077 /2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2017

FINALIDADE: MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA E OUTROS



CONTRATADA: PARANÁ FOODS.  
VALOR: R\$23.577,63

### CONTRATO Nº 0078/2017 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Publicação Nº 1418273

CONTRATO Nº0078 /2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2017, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA ENTRE OUTROS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

Contrato de compra e venda de produtos, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e de outro lado à empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.85.248.680/0001-10, com sede na Avenida XV de Novembro 818, Centro no município de Joaçaba – Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor ROBERTO ANTÔNIO TESSARO, brasileiro, casado, empresário, Portador do CPF sob nº 518.086.929-34 e Carteira de Identidade nº 2.140.493 Avenida XV de Novembro 818, Centro no município de Joaçaba – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0110/2017, Pregão Presencial nº 00035/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8666/93, consolidadas e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E COZINHA PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA UM PERÍODO DE 8 MESES, e o fornecedor se compromete a entregar, no preço de sua proposta e de acordo com as condições do edital, a lista de itens abaixo descrita:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	27672 - Álcool 70%. Gel Antisséptico para Mãos, embalagem 1 litro	Un	409	7,59	3.104,31
7	27676 - "Aromatizante para Ambientes. 360ml, Spray (Tubo);"	Un	83	6,45	535,35
9	27678 - Balde, 15 litros. Material plástico, capacidade de 15 litros, material alça arame galvanizado, cor natural	Un	17	6,70	113,90
10	27679 - Balde, 20 litros. Material plástico, capacidade de 20 litros, material alça arame galvanizado, cor natural	Un	12	7,90	94,80
11	27680 - Balde 10 litros quadrado. (uso no carrinho de limpeza) Para o Fundo Municipal de Saúde, devem ser entregues duas unidades de cada cor.	Un	4	8,70	34,80
13	27682 - Cabo de madeira para rodos e vassouras 1,50m Cabo de madeira para rodos e vassouras com rosca universal. Ponteira de madeira, rebites de alumínio, tamanho de 1,50m. Plastificado.	Un	72	8,99	647,28
24	27693 - Escova para limpeza de unhas. Produto ideal para limpeza de unhas e região ao seu redor. Composta em polipropileno com cerdas macias de nylon. Cabo antiderrapante.	Un	20	2,40	48,00
25	27694 - Escova Limpa Mamadeira E Bico 2 Em 1 Alcança todas as partes dos acessórios para limpeza eficaz. Escova para mamadeira e pequena escova para bico. Cerdas suaves e duráveis. Resistente à água. Sugestão de marca: Multilaser.	Un	5	10,00	50,00
26	27695 - Escova para azulejos e cantinhos cabo longo fixo. Possui Cabo Plástico Fixo De Fácil Manuseio E Cerdas De Nylon De Alta Eficiência. Sugestão de marca: Bettanin	Un	3	4,30	12,90
27	27696 - Escova para vaso sanitário. Com suporte. Confeccionada em polipropileno com cerdas de nylon maleável.	Un	38	4,90	186,20
34	27703 - Guardanapo de papel. Material celulose, largura 30 cm, comprimento 30 cm, folha simples de cor branca (100% branca), macio. Pacote com 50 unidades;	PCT	319	1,59	507,21
36	27705 - Limpa forno. Embalagem em PVC, com 250 ml, composta de soda cáustica, espessante, óleo de menta e água	Un	22	11,40	250,80
40	27709 - Lixeira para escritório. Polietileno, 14L, 24cm x 30cm, preta, para coleta de lixo;	Un	13	21,99	285,87
41	27710 - Lixeira para escritório com pedal Polietileno, 14L, 24cm x 30cm, preta, para coleta de lixo;	Un	4	22,50	90,00
44	27713 - Lixeira vertical para copo descartável em PVC ;	Un	5	28,50	142,50
48	27717 - Mini prendedor de roupa em madeira, pacote com 100 unidades. Tamanho min. Cada prendedor mede 4,5 x 0,7 cm	PCT	4	5,00	20,00

49	27718 - Óleo de Peroba. Lustra, limpa e renova superfícies em madeira. Aroma de lavanda. Embalagem de 200 ml.	Un	31	9,99	309,69
51	27720 - Panão Cor para limpeza. Pano extra grande para limpeza pesada de uso industrial, comercial e residencial. Dimensões Mínimas: 78cm x 88 cm. Ecológico com composição mínima de 85% algodão. Cor branca	Un	117	6,79	794,43
52	27721 - Pano de prato alvejado. Em tecido grosso, 100% algodão;	Un	38	3,09	117,42
53	27722 - Pano de Copa. Para cozinha, resistente, 100 % algodão, branco, com barras, medindo, no mínimo 1,00 x 1,15m	Un	30	5,80	174,00
55	27724 - Prendedores de roupa em madeira, tamanho médio, pacote com 12 un	PCT	20	3,00	60,00
56	27725 - Prendedor de madeira para roupa 9 cm gigante, pacote com 48 unidades	PCT	5	5,00	25,00
57	27726 - Rodo de espuma. Com largura de 30cm, e encabado com madeira de 120cm de comprimento;	Un	24	6,29	150,96
59	27728 - Rodo para puxar água. Base plástica com duas borrachas pretas, de espessura não inferior a 3 mm, corretamente esticadas e fixas à base do rodo, com o mesmo comprimento desta, devendo remover a água sobre a superfície lisa e plana à primeira passada. O cabo deverá ser reforçado, confeccionado em madeira resistente, plastificado e perfeitamente adaptado à base. Rosca de Madeira. Dimensões: 40 cm de largura da base do rodo e cabo com 1,20 m de comprimento;	Un	55	6,39	351,45
61	27730 - Sabão em barra. De glicerina, aproximadamente 400g. Embalado em saco plástico. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde;	Un	70	2,09	146,30
65	27734 - Saco plástico para lixo. Sem impressão, em polietileno; PRETO, capacidade de 100 litros, de boa qualidade, reforçado, espessura de 0,08 micras, acondicionado em material que garanta a integridade do produto, contendo cada pacote 100 unidades;	PCT	166	22,49	3.733,34
66	27735 - Saco plástico para lixo. Sem impressão, em polietileno; PRETO, capacidade de 30 litros, de boa qualidade, reforçado, espessura de 0,08 micras, acondicionado em material que garanta a integridade do produto, contendo cada pacote 100 unidades;	PCT	125	11,29	1.411,25
67	27736 - Saco plástico para lixo. Sem impressão, em polietileno; PRETO, capacidade de 50 litros, de boa qualidade, reforçado, espessura de 0,08 micras, acondicionado em material que garanta a integridade do produto, contendo cada pacote 100 unidades;	PCT	138	11,99	1.654,62
68	27737 - Saco plástico para lixo. Sem impressão, em polietileno; PRETO, capacidade de 15 litros, de boa qualidade, reforçado, espessura de 0,08 micras, acondicionado em material que garanta a integridade do produto, contendo cada pacote 100 unidades;	PCT	119	6,19	736,61
70	27739 - Shampoo infantil, De fragrância suave, embalagem com 200 ml	Un	2	6,99	13,98
71	27740 - Suporte para colocar copos descartáveis, verticalmente de 50 ml;	Un	3	26,50	79,50
72	27741 - Suporte para colocar copos descartáveis, verticalmente de 180 ml;	Un	2	29,00	58,00
73	27742 - Suporte de parede para papel toalha.	Un	2	26,00	52,00
75	27744 - Toalha de banho. Para pano de chão, 85% algodão medindo aproximadamente 65cm por 1m.; (cores a escolher)	Un	120	3,89	466,80
76	27745 - Toalha de banho colorida (higiene pessoal) 0.70x1.40m; Composição: 97% Algodão 3% Poliéster; Gramatura: 430g/M² - Acabamento Cotton - Alta Maciez E Absorção.	Un	31	15,99	495,69
81	27750 - Vassoura tipo gari (piaçava) Vassoura para uso externo, na varredura de pisos irregulares e molhados. Deve conter no mínimo 4 fileira de cerdas em piaçava sintética de 90 mm de altura. Cepa em madeira, com largura mínima aproximada de 48 milímetros e comprimento mínimo aproximado de 40 centímetros. O cabo deve ser em madeira plastificada, com no mínimo 1,20 metros de comprimento. Marca de referência: Vonder. Poderá ser qualquer marca, desde que atenda aos requisitos técnicos estabelecidos.	Un	30	17,99	539,70
82	27751 - Vassoura de nylon Com cerdas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tu-fos justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico;	Un	140	6,90	966,00

83	27752 - Acendedor de fogão . À gás, tipo havió;	Un	12	5,10	61,20
84	27753 - Bobinas de sacos para freezer. Transparentes, picotadas, tamanho de 22x36cm em cada saco.  Bobina de 5 kg com 100 unidades cada.	BOBINA	32	3,89	124,48
85	27754 - Bobinas de sacos para freezer. 2 KG. Transparentes, picotadas,  Bobina de 2kg com 100 unidades cada.	BOBINA	10	2,90	29,00
86	27755 - Bobinas de sacos para freezer. 3 KG Transparentes, picotadas, Bobina de 3 kg com 100 unidades cada.	BOBINA	10	3,29	32,90
87	27756 - Bobinas de sacos para freezer. 8 KG Transparentes, picotadas, Bobina de 8 kg com 100 unidades cada.	BOBINA	50	6,19	309,50
88	27757 - Colher para sobremesa. Com cabo em polipropileno e lâmina em aço inox	Un	36	1,19	42,84
92	27761 - Copos descartáveis, 180 ml, pacote com 100 unidades;	PCT	555	2,17	1.204,35
94	27763 - Copos descartáveis de isopor, 300 ml, pacote com 50 unidades	PCT	470	8,49	3.990,30
97	27766 - Fósforos longos, caixa com 200 Unidades	CX	16	1,49	23,84
98	27767 - Garfo para bolo. Plástico em cores diversas(unidades);	Un	2.400	0,14	336,00
101	27770 - Garrafa Térmica, capacidade de 12 litros	Un	3	119,00	357,00
103	27772 - Papel alumínio, rolo com 7,5 x 30 cm;	RL	25	2,64	66,00
105	27774 - Prato de papelão branco nº 03 (17cm) Pacote com 100 un.	PCT	3	17,60	52,80
106	27775 - Prato de papelão branco nº 06 (25cm) Pacote com 100 un.	PCT	3	24,20	72,60
107	27776 - Prato de papelão branco nº 09 (32cm) Pacote com 100 un.	PCT	3	40,00	120,00
110	27779 - Prato para sobremesa. Descartável, tamanho 15 cm, pacote com 10 unidades;	PCT	40	0,81	32,40
111	27780 - Talher tipo colher Para uso adulto, inox, cabo em madeira	Un	6	2,49	14,94
114	27783 - Talher tipo garfo, inox, cabo em madeira.	Un	12	2,49	29,88
115	27784 - Luva de vinil transparente. Tamanho M. sem talco. Caixa com 50 unidades.	CX	20	15,19	303,80
116	27785 - Luva para Limpeza Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com a ABNT NBR 13.393	PAR	15	2,29	34,35
117	27786 - Luva tipo cirúrgica. Tamanho G. Luva com 50 pares sem talco.	CX	10	11,79	117,90
149	27818 - Trena de 5 metros para construção civil. Comprimento mínimo de 5 metros e largura mínima de 19 milímetros. Deve possuir pintura fosca e antireflexiva, com alça e gancho para cinto. Marca de referência: Vonder. Pode ser qualquer marca, desde que com qualidade equivalente ou superior.	Un	2	15,29	30,58
154	27823 - Bastão de cola quente transparente 11mm, pacote com 1kg	PCT	1	29,99	29,99
165	27834 - Mangueira silicionada trançada para jardim 1/2 polegada, em metro.	M	30	1,90	57,00
172	27841 - Saboneteira Para Sabonete Líquido Com Reservatório 900ml Acompanha Kit Para Fixação Na Parede Contendo Buchas E Parafusos. Cor predominante branca.	Un	26	26,99	701,74
173	27842 - Bateria 3v (CR 2032)	Un	10	4,99	49,90
174	27843 - Bateria 9v Alcalina	Un	25	10,50	262,50
185	27854 - "Pilha Alcalina AA. Pacote com 4 unidades cada"	PCT	99	6,99	692,01
186	27855 - "Pilha Alcalina AAA Pacotes com 4 unidades cada."	PCT	72	6,99	503,28
192	27861 - "Querosene. Para limpeza de quadra esportiva, embalagem de 1 litro"	Un	170	9,89	1.681,30
193	27862 - Bacia para cozinha, 30 a 40 cm.	Un	2	19,50	39,00
194	27863 - Banqueta de plástico; Cor pret, tamanho 370x370x460mm, produto monobloco, resistente e empilhável, resistente aos raios solares, produzido com matéria prima 100 % virgem.	Un	2	27,00	54,00
195	27864 - Estrados de plástico. Polipropileno branco, dimensões: 60x80x5cm aproximadamente.	Un	7	120,00	840,00
196	27865 - Fervedor (leiteira) 16cm 2,60 Lts Material da Estrutura: alumínio com revestimento antiaderente startflon Medidas: 13,8 x 17,1 x 21,6 Capacidade: 2,60 Lts Material do Cabo: baquelite antitérmico Espessura: 1,6 mm Tipo: Fervedor Sugestão de marca: Tramontina.	Un	3	55,00	165,00
197	27866 - Fervedor aço inox com fundo triplo e cabo de baquelite 14cm Cap. 2 litros. Material: aço inox com cabo de baquelite. Produto com fundo triplo (aço inox + alumínio + aço inox). Dimensões aproximadas: Peso 0,66 kg. Comprimento 202 mm. Largura 150 mm. Altura 131 mm. Capacidade mínima de 2.00 L. Sugestão de marca: Tramontina Allegra	Un	4	140,00	560,00
Total					31.483,04

§ 1º São integrantes deste contrato, independentemente de transcrição, o edital de licitação, a proposta comercial, as atas de propostas de preços e todos os demais documentos pertinentes do processo licitatório.

§ 2º Os produtos deverão ser entregues no período de outubro de 2017 a junho de 2018, de forma parcelada, a depender da necessidade de cada setor e da quantidade de cada item.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O Município pagará pelos produtos, o valor total de R\$31.483,04 (TRINA E UM MIL QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E QUATRO CENTAVOS), por transferência bancária, em até 5 dias úteis após a sua entrega, que deverá ser realizada no Almoxarifado Central, localizado à rua XV de Novembro, 26, Centro, Arroio Trinta, SC, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria do Município.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de entrega será de no máximo 10 dias corridos a contar do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Município de Arroio Trinta.

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência do presente contrato, terá seu início em 06 de outubro de 2017 e terminará em 30 de Junho 2018, ou antes, desde que os produtos tenham sido totalmente entregues. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA** - As despesas deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017, conforme segue:

4 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
111 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
59 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
37 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
97 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
101 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
66 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
71 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
88 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
77 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas  
11 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

**CLÁUSULA SEXTA** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

**CLÁUSULA OITAVA** - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**CLÁUSULA NONA** - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos produtos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 06 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
Prefeito Municipal

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
CNPJ nº. 85.248.680/0001-10  
CONTRATADA  
ROBERTO NTÔNIO TESSARO  
CPF nº 518.086.929-34

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO  
CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI  
CPF Nº: 088.733.359-18

CONTRATO Nº0078 /2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2017  
FINALIDADE: MATERIAL DE COPA E COZINHA, LIMPEZA E OUTROS  
CONTRATADA: EMPRESA ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.  
VALOR: R\$31.483,04

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2017**

Publicação Nº 1418554

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2017 - PR  
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACA LUMINOSA PARA DECORAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL; MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS A SER UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES; E CAIXAS DE BOMBOM PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS PARA AS CELEBRAÇÕES NATALINAS.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 20/11/2017

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 20/11/2017

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 03 de Novembro de 2017  
Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal



**TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0060/2017 - SEP ENGENHARIA EIRELI ME - REFEITÓRIO CRECHE - PRAZO**

Publicação Nº 1418591

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO Nº0060/2017, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO CRECHE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA SEP ENGENHARIA EIRELI - ME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017. TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2017.

**1ª CONTRATANTE:**

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Sardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

**2ª CONTRATADA:**

SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.818.418/0001-79 com sede na Rua Orlando Zardo 148, na cidade de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor SINVAL LEGNANI, portador do CPF sob nº 049.148.479-81 e Carteira de Identidade nº 3.535.541, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

**CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - CLÁUSULA 6ª DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Fica aditivado o prazo para a execução da obra, objeto do contrato nº 060/2017, por mais 02(dois) meses, ou seja, até 06 de dezembro de 2017.

§1º - (...)

§2º - (...)

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 05 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ. 82.826.462/0001-27  
CLAUDIO SPRICIGO  
PREFEITO MUNICIPAL

SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME  
CNPJ Nº 24.818.418/0001-79  
SINVAL LEGNANI  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA-SC, 05 DE OUTUBRO DE 2017.  
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II, § 1º, DA LEI 8.666/93, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL NO CONTRATO 0060/2017, ACIMA REFERIDO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO CRECHE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA SEP ENGENHARIA EIRELI - ME, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017, TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2017.

A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DEVERÁ SER POR MAIS 2(DOIS) MESES, TENDO EM VISTA A DEMORA PARA ENTREGA DE MATERIAIS, ESPECIALMENTE OS VIDROS.

CLAUDIO SPRICIGO  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO Nº 0060/2017  
CONTRATADO: SEP ENGENHARIA EIRELI ME  
OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA LINHA SANTO ANTÔNIO  
ADITIVAÇÃO DE PRAZO: 06/12/17

**TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0065/2017 - SEP ENGENHARIA EIRELI ME - MURO DE PEDRA BASALTO - PRAZO**

Publicação Nº 1418596

TERMO ADITIVO Nº 0001 2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0065/2017, QUE ENTRE SI CELERAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA SEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EURELI ME – CONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASALTO

**1ª CONTRATANTE:**

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua VX de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Sardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, e de ora diante denominada simplesmente PREFEITURA;

**2ª CONTRATADA:**

CONSTRUTORA SEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº24.818.418/0001-79, com sede na Rua Orlando Zardo nº 148, Centro, na cidade de Arroio Trinta Estado de Santa Catarina, neste Ato representada por PÂMELA JAINE SILVA DA SILVA, portadora do CPF sob nº 076.844.599-02 e CI sob nº 5.219.241, residente e domiciliada na Rua Orlando Zardo, Centro de Arroio Trinta - SC, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº0002/2017, datado em 20 de julho de 2017 e homologado em 09 de agosto de 2017, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso V, da Lei 8.666/93,

para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0065/2017, por mais 3(três) meses, ou seja, até 31/01/2018, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 30 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

CLAUDIO SPRICIGO

CPF nº 518.040.009-06

CONSTRUTORA SEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI  
LTDA

C.P.N.J. nº24.818.418/0001-79

PÂMELA JAINE SILVA DA SILVA

CPF nº 076.844.599-02

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33, no município de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo, para conclusão da obra, até 31/01/2018, referente contrato nº 0065/2017, celebrado com a empresa SEP – ENGENHARIA. Motivo: Prazo curto proposto para a execução

Arroio Trinta – SC, 30 de outubro de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 AO CONTRATO Nº 0065/2017, OBJETO: CONSTRUÇÃO DE MURO DE TAIPA

CONTRATADA: SEP ENGENHARIA

ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/01/18

# Arvoredo

## PREFEITURA

### DECRETO 2.138

Publicação Nº 1417054

Decreto nº 2.138, de 23 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
6	Segurança Pública
6.181	Policiamento
6.181.0005	Defesa Civil e Segurança Pública
6.181.0005.2.081	Atividades de Segurança Bombeiros Militar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.737	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte ação orçamentária;

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
6	Segurança Pública
6.181	Policiamento
6.181.0005	Defesa Civil e Segurança Pública
6.181.0005.2.081	Atividades de Segurança Bombeiros Militar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0737	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 23 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi  
Gerente de Administração e Gestão

### DECRETO 2.139

Publicação Nº 1417056

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2016, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.885,23 (onze mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos), na seguinte ação orçamentária:

09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.052	Manutenção de Atividades do CRAS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0546	Aplicações Diretas
	R\$ 11.885,23

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2016, no vínculo Recursos Vinculados - FNAS/SCFV (01.0546), no valor de R\$ 11.885,23 (onze mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), 24 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Jacir Nardi  
Gerente de Administração



**DECRETO 2.140**

Publicação Nº 1417057

Decreto nº 2.140, de 25 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
4.122.0003.2.008	Manutenção e Reforma do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.01	Programa de Alimentação Escolar
12	Educação
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0012	Programa de Alimentação Escolar
12.306.0012.2.022	Atividades de Alimentação Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.033	Serviços Diretos de Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES

3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.083	Assistência Social Benefícios Eventuais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.100,00
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.481	Habitação Rural
16.481.0027	Habitação Adequada aos Arvoredoenses
16.481.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.900,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso nos vínculos;

I – (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais);

II - (01.0206) - Rec. Vinculados à Educação Básica, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 25 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

Publicado em data supra.  
Jacir Nardi  
Gerente de Administração e Gestão

**DECRETO 2.141**

Publicação Nº 1417059

Decreto nº 2.141, de 30 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.051	Atividades Gerais de Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte ação orçamentária;

09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.051	Atividades Gerais de Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 30 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

## DECRETO 2.142

Publicação Nº 1417060

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2017, NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 029/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando os pedidos de alteração ao Edital que rege o Processo de Licitação nº 038/2017, na modalidade de Pregão nº 029/2017, propostos por potenciais interessados em fornecer o objeto da licitação;

Considerando que a licitação deve possibilitar a participação do maior número possível de interessados, nos termos do art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e que ao final a Administração eleja a proposta que lhe seja mais vantajosa, consideradas suas necessidades e o interesse da coletividade;

Considerando que a Administração não pode se afastar dos princípios constitucionais e legais que disciplinam sua atuação, notadamente na seara das licitações e dos contratos administrativos, em que sempre deve satisfazer o interesse público, com restrita obediência aos princípios estabelecidos no caput do art. 37 da Constituição Federal e no caput do art. 3º da Lei das Licitações – Lei 8.666/93;

Considerando a possibilidade de revogação de licitação, conforme

estabelece o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo de Licitação nº 038/2017, na modalidade de Pregão nº 029/2017.

Parágrafo único. Além das providências necessárias, inclusive de ampla publicação deste ato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, 31 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Jacir Nardi

Responsável pelas Publicações

## DECRETO 2.143

Publicação Nº 1417062

Decreto nº 2.143, de 31 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.124 de 31 de outubro de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para abertura da seguinte nova dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no vínculo (01.0116) – Recursos Vinculados FUNDEB, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 31 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra  
JACIR NARDI  
Gerente de Administração e Gestão

## DECRETO 2.144

Publicação Nº 1417065

Decreto nº 2.144, de 31 de outubro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.125 de 31 de outubro de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 124.000,00 (cem e vinte e quatro mil reais), para suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0031.2.067	Manutenção de Ambulâncias e Veículos AB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 48.500,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades da Estratégia de Saúde da Família
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0551	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF

10.301.0032.2.072	Atividades do Núcleo de Apoio à Saúde da Família-ESF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,00
10.301.0033	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0033.2.073	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar, abertos nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.066	Manutenção e Reforma da UBS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades da Estratégia de Saúde da Família
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 48.000,00
10.301.0034	Programa de Saúde Bucal
10.301.0034.2.074	Atividades de Saúde Bucal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
3.1.90.00.00.01.0551	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 31 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra  
JACIR NARDI  
Gerente de Administração e Gestão

**LEI 1.124**

Publicação Nº 1417051

Lei Municipal nº1.124 de 31 de outubro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para abertura da seguinte nova dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no vínculo (01.0116) – Recursos Vinculados FUNDEB, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 31 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

**LEI 1.125**

Publicação Nº 1417049

Lei Municipal nº1.125 de 31 de outubro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 124.000,00 (cem e vinte e quatro mil reais), para

suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0031.2.067	Manutenção de Ambulâncias e Veículos AB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 48.500,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades da Estratégia de Saúde da Família
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0551	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.072	Atividades do Núcleo de Apoio à Saúde da Família-ESF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,00
10.301.0033	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0033.2.073	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes



3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar, abertos nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.066	Manutenção e Reforma da UBS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades da Estratégia de Saúde da Família
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 48.000,00
10.301.0034	Programa de Saúde Bucal
10.301.0034.2.074	Atividades de Saúde Bucal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
3.1.90.00.00.01.0551	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 31 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra  
JACIR NARDI  
Gerente de Administração e Gestão

## PORTARIA 201/2017

Publicação Nº 1418221

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº. 201, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor SERGIO LUIZ CALZA, que ocupa o cargo de Operador de Trator e Implementos Agrícolas, do Quadro Geral de Cargo efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo,

férias, no período de 01/11/2017 até 30/11/2017.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 22-10-2016 á 22-10-2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

## PORTARIA 202/2017

Publicação Nº 1418222

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 202, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo em que consta o Cid F42.2  
RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora INÊS LUCIA NARDI BADIN, que ocupa o cargo de Enfermeira, do Quadro Geral de Cargos Admitida em Caráter Temporário, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 27 de outubro até 24 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 27 de outubro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

# Atalanta

## PREFEITURA

### RATIFICAÇÃO DE EDITAL - 1/2017

Publicação Nº 1417297

RATIFICAÇÃO DE EDITAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017-FMS  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº3/2017-FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO Nº3/2017- FMS, para o seguinte objeto CHAMAMENTO PUBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES, NAS MODALIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ÀS PESSOAS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, NA FORMA DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR, EM REGIME DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS. Julgamento: Menor Preço Global. Abertura dia 28 de novembro de 2017, às 09:00 horas. Passa para Abertura dia 07 de dezembro de 2017, às 09:00 horas Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta ou pelo e-mail [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br) ou [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br), ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 01 de novembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL- Prefeito Municipal de Atalanta-SC

# Balneário Piçarras

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 013/2017

Publicação Nº 1417453

DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2017

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições Legais Promulga o Seguinte Decreto:

Art 1º Em virtude do feriado no dia 02 de novembro de 2017 (Dia de Finados), e considerando que o Executivo Municipal em seu calendário, Decretou Ponto Facultativo para o dia 03 de novembro de 2017, fica concedido dispensa de expediente dos serviços do Poder Legislativo Municipal no dia 03 de novembro de 2017, ressalvadas as atividades de natureza essencial.

Art 2º Em caso de especial necessidade, visando atender o interesse público esta disposição poderá ser revogada.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 de novembro de 2017

João Bento Moraes

Presidente

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO - FLORESTAL

Publicação Nº 1418674

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 033/SAMAE/2017. OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de material para repavimentação, do tipo paver intertravado, para execução de passeio na Avenida Leoberto Leal, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante o ano de 2017, necessários e imprescindíveis para a continuação dos serviços pertinentes ao Contrato Nº. 033/SAMAE/2017 objeto do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/SAMAE/2017. ASSINATURA: 31/10/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Ademar Darolt – presidente e pela Sra. Roni Cesar de Souza Pires

### EXTRATO DE ADITIVO - LOCAÇÃO CENTRAL DO CIDADÃO

Publicação Nº 1418677

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 103/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência, que prevê o termino em 01/11/2017, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, de 01/11/2017 até 01/11/2018, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 01/11/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio- Prefeito Municipal e pela empresa a Sr. Anibal Valdomiro Patrício

### EXTRATO DE ADITIVO - POSTO FERREIRA

Publicação Nº 1418678

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 001/FMS/2017. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DO FORNECIMENTO de combustível, para manter a frota de veículos, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2017, necessários e imprescindíveis para a continuação dos serviços pertinentes ao Contrato Nº. 001/FMS/2017 objeto do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/FMS/2016, Homologado em 02/01/2017, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 01/11/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio- Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Antônio Valvito Ferreira

### LEI Nº 305/2017

Publicação Nº 1418441

LEI Nº 305, DE 24 DE JULHO DE 2017.

Autoriza o Poder Público Municipal a firmar Termo de Cooperação Técnica com empresa privada afim de receber em doação Rodovia revestida com saibro e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação rodovia revestida com saibro nos imóveis que menciona a Lei 154/2014.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal celebrará termo de cooperação técnica com a Empresa Milenium Administradora de Bens Ltda, inscrita no CNPJ sob nº: 04.073.929/0001-00, na qual firmará compromisso com a construção de rodovia revestida com saibro, mediante a disponibilização de área de terra por parte da Municipalidade.

Art. 3º. A rodovia recebida em doação fará parte do novo traçado da ICR 359, ligando a ICR 360 à Rua José Manoel Bagé, no Balneário de Barra Velha sendo este o novo traçado localizado ao norte do atual.

Art. 4º O termo de cooperação técnica deverá conter:

I - matrícula dos imóveis onde será implantada a obra;

II - área a ser construída com suas especificações;

III - prazo para início e conclusão das obras;

IV - os deveres relativos à manutenção do patrimônio público;

V - os direitos, garantias e obrigações das partes;

VI - as sanções;

VIII - projeto;

VII - o foro e modo para solução extrajudicial das divergências contratuais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário

Balneário Rincão, 24 de julho de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 24 de julho de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

### LEI Nº 306/2017

Publicação Nº 1418461

LEI Nº 306, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Balneário Rincão para o período de 2018 a 2021 de dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:



Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I (Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais) e II (Relação detalhada das receitas planejadas).

Parágrafo único. O dispositivo neste Lei compreende todos os órgãos da administração direta, indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específica.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações subseqüentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 4º Fica o Poder Executivo poderá alterar as metas fiscais estabelecidas, afim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada para cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas e a conjuntura do momento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 22 de setembro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 22 de setembro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

## LEI Nº 307/2017

Publicação Nº 1418462

LEI Nº 307, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a criação do Coral Municipal de Balneário Rincão.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º - Fica criado o Coral Municipal do Balneário Rincão, subordinado à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, com a finalidade de promover a difusão de arte, música, cultura e resgate das tradições.

Art.2º- A atividade do membro do coral será considerada de relevante interesse público de cunho social e cultural.

Art.3º- O Coral Municipal tem como objetivos:

I - promover integração da comunidade municipal, sem qualquer distinção social, de origem, cor, raça, sexo, religião ou partidária;

II - divulgar o Município de Balneário Rincão, no estado e no país;

III - oportunizar o desenvolvimento de habilidades artísticas;

IV - despertar o interesse da comunidade para a cultura musical, estimulando o canto-coral nos Clubes de Mães, Grupos de Terceira Idade, bem como nas escolas;

V - oportunizar aos integrantes o desenvolvimento da auto expressão, autoconfiança, concentração, disciplina, memorização, percepção auditiva, postura física, respiração, dicção e outros.

VI - apresentação em eventos oficiais do Município

Art. 5º - São considerados integrantes do Coral Municipal, pessoas com mais de 21 (vinte e um) anos, que passe pelo teste de seleção com o regente do mesmo.

Art. 6º - O Coral Municipal do Balneário Rincão, reger-se-á pela presente Lei, bem como pelo Regimento Interno e demais planos de ação que forem aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 7º - São direitos dos integrantes:

I - tomar parte das reuniões, discutir, propor;

II – portar carteira de identificação.

III – Eleger uma direção entre os seus membros, composta de coordenador e secretário que manterão o contato com o meio do canto-coral, auxiliar a Secretaria e o Conselho na gestão do Coral;

Art. 8º - São deveres dos integrantes:

I - zelar pela moralidade do Coral;

II - cumprir e fazer cumprir a presente Lei;

III - comparecer nas apresentações, ensaios e reuniões; e,

IV - zelar pela conservação do patrimônio do Coral.

Art. 9º - Ao infringir qualquer disposição deste, o integrante será passível das seguintes penalidades por escrito:

I - observação;

II - suspensão; e,

III - exclusão.

Art. 10º - As receitas serão constituídas de:

I - dotação orçamentária da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo; e,

II - donativos feitos voluntariamente.

III – captação de recursos por projetos

Art. 11. Fica o Município autorizado a destinar local de ensaios, nomear o maestro e custear os gastos com de transporte, hospedagem, uniformes, alimentação nos eventos em que participa quando fora de seu território.

Art. 12. Fica criado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo o cargo em comissão, de livre provimento e exoneração, de Regente de Coral, com nível de remuneração CC-7.

I- Compete ao Regente de Coral:

- a) Elaborar a programação artística do Coral Municipal, escolher as partituras e definir o repertório das apresentações;
- b) ensaiar e reger o Coral em suas apresentações;
- c) participar da avaliação de cantores;
- d) distribuir aos demais componentes do Coral as atividades que se façam necessárias;
- e) executar outras atividades correlatas a critério do Secretário Municipal de Cultura.

Art. 14. As despesas com a execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 18 de Outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 18 de Outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

## LEI Nº 308/2017

Publicação Nº 1418465

LEI Nº 308, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Institui o programa de recuperação fiscal do Município de Balneário Rincão - REFIS e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Balneário Rincão - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários, vencidos ou não, daqueles créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º. O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais devidos ao Município.

Art. 3º. Fica concedido desconto de 95% (noventa e cinco por cento) no valor de multas e juros de mora devidos ao Município, isto para pagamento integral em parcela única pelo sujeito passivo que fizer esta opção até 30 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Ficam concedidos os seguintes descontos para pagamento parcelado requerido até 30 de dezembro de 2017:

I - 90% de desconto no valor das multas de mora e juros de mora, para parcelamento em até 02 parcelas;

II - 60% de desconto no valor das multas de mora e juros de mora, para o parcelamento em até 6 parcelas;

III - 30% de desconto no valor das multas de mora e juros de mora, para o parcelamento em até 12 parcelas;

§ 1º O desconto para o valor parcelado fica condicionado ao pagamento no vencimento de cada uma delas, perdendo o contribuinte, com relação à parcela não paga, o respectivo benefício, sendo que a primeira parcela deverá ser paga no ato da aceitação do presente REFIS;

§ 2º Será excluído automaticamente dos benefícios desta lei o contribuinte que atrasar o pagamento das parcelas por dois meses consecutivos, produzindo a partir desta data todos os efeitos existentes anteriormente;

§ 3º A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência do fato gerador, perdendo todos os benefícios dos arts. 3º e 4º.

Art. 5º O débito consolidado na forma desta Lei, sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, à atualização monetária e a juros simples de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo.

Art. 6º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta Lei.

Art. 7º A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais consolidados;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria de Administração e Finanças do Município, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data da opção pelo REFIS, respeitada a legislação aplicável;

IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS;

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 23 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 23 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

## LEI Nº 309/2017

Publicação Nº 1418466

LEI Nº 309, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO A REALIZAR O ALINHAMENTO E RETIRADA DOS FIOS INUTILIZADOS NOS POSTES, NOTIFICAR AS DEMAIS EMPRESAS QUE UTILIZAM OS POSTES COMO SUPORTE DE SEUS CABEAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica, obrigada a realizar o alinhamento e retirada dos fios inutilizados nos postes e a notificar as demais empresas que utilizam os postes como suporte de seus cabamentos, a fim de que estas possam realizar o alinhamento e retirada dos cabos e demais instrumentos inutilizados.

Art. 2º A empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica e demais empresas que se utilizem dos postes de energia elétrica, após devidamente notificadas têm o prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a situação de seus cabos e/ou instrumentos existentes.

Art. 3º A empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica deve fazer a manutenção, conservação, remoção, substituição, sem qualquer ônus para a administração, de poste de concreto ou madeira, que encontram-se em estado precário, tortos, inclinados ou em desuso.

§1º Em caso de substituição do poste, fica a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica, obrigada a notificar as demais empresas que utilizam os postes como suporte de seus cabamentos, a fim de que possam realizar o realinhamento dos cabos e demais petrechos.

§2º A notificação de que trata o § 1º do artigo 3º desta Lei, deverá ocorrer em 48 (quarenta e oito) horas da data da substituição do poste.

§ 3º Havendo a substituição do poste, as empresas devidamente notificadas têm o prazo de 15 (quinze) dias para regularizar a situação de seus cabos e/ou petrechos.

Art. 4º O compartilhamento da faixa de ocupação deve ser feito de forma ordenada e uniforme, de modo que a instalação de um ocupante não utilize pontos de fixação e nem invada a área destinada a outros, bem como o espaço de uso exclusivo das redes de energia elétrica e de iluminação pública.

Art. 5º Fica a empresa concessionária ou permissionária que detenha a concessão de energia elétrica, obrigada a enviar mensalmente ao Poder Executivo, relatório das notificações realizadas, bem como do comprovante de recebimento por parte do notificado.

Art. 6º As fiações devem ser identificadas e instaladas separadamente com o nome da ocupante, salvo quando o desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento.

Parágrafo único. Nas ruas arborizadas, os fios condutores de energia elétrica, telefônicos e demais ocupantes dos postes de energia elétrica, deverão ser estendidos à distância razoável das árvores ou convenientemente isolados.

Art. 7º O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à multa de:

I — à empresa concessionária ou permissionária, multa de R\$ 200 (duzentos reais), por cada notificação que deixar de realizar;

II — à empresa que utiliza os postes da concessionária ou permissionária de energia elétrica para suporte de seus cabamentos, multa de R\$ 400 (quatrocentos reais) se, depois de notificada, não realizar a manutenção de seus cabos e/ou petrechos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se infratores todas as empresas, concessionárias e/ou terceirizadas que estiverem operando dentro do âmbito do município de Balneário Rincão, agindo em desacordo com esta legislação.

Art. 8º O prazo para implementação total do que determina esta Lei para a fiação existente, será de no máximo 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º Os valores arrecadados a título de multas oriundos da presente lei, serão destinados para a compra de medicamentos a serem disponibilizados à população nos postos de saúde municipais.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 24 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 29 de junho de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 985/2017

Publicação Nº 1418191

DECRETO Nº985/2017

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA A EMPRESA ADEMILTON PEREIRA DE ASSUMÇÃO ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Poder de Império Administrativo de unilateralmente impor sua vontade para almejar o interesse público.

CONSIDERANDO o poder de a Administração revogar seus próprios atos de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 277 da Lei Complementar Municipal nº56/2015, no qual prevê a proibição do exercício do comércio eventual, ambulante ou feirante de produtos ou mercadorias amplamente disponíveis no mercado local;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o ALVARÁ DE LICENÇA emitido em 31 de outubro de 2017 para empresa ADEMILTON PEREIRA DE ASSUMÇÃO ME, conforme Art. 277 da Lei Complementar Municipal nº56/2015 – Código Tributário Municipal, considerando que os produtos a serem comercializados são amplamente disponíveis no mercado local.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de NOVEMBRO de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito de Barra Bonita/SC

### DECRETO Nº. 984/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417693

DECRETO Nº. 984/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação da comissão responsável pelo Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação Lei nº 735/2015 de 12/06/2015 do município de Barra Bonita, revoga o decreto nº921/2017 e dá outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente e, considerando a necessidade de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação Lei nº 735/2015 de 12/06/2015 no cumprimento ao que dispõe o art. nº 07 da referida Lei,

Decreta:

Art.1º - Nomear Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, composta pelos membros definidos em Lei Municipal:

I. Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Fabiana Michelle Schauble Maciel

Suplente: Marli Teresinha Caus de Luca

II. Representante do Conselho Municipal de Educação - CME

Titular: Rafael Favretto

Suplente: Inez Lazarotto

III. Representante da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores

Titular: André Pavanatto

Suplente: Ivo Araldi

IV. Representante do Fórum Municipal de Educação

Titular: Jézica Guaragni

Suplente: Sirlei Castamann

V. Representante da Gerencia Regional de Educação

Titular: Rosangela Fiameti

Suplente: Maria Iolanda Fernandes Santana Gohlke

Art.2º- São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação:

I. Organizar o trabalho mediante convocação prévia para as reuniões, elaboração do cronograma de reunião, pautas, material de estudo;

II. Apropriar - se do Plano Municipal de Educação;

III. Envolver todas as esferas administrativas e as instituições que atuam ou interferem nas políticas educacionais em cada território municipal;

IV. Promover reuniões de estudo das informações que foram sistematizadas pela equipe técnica na ficha de monitoramento;

V. Promover debates para, então, emitir relatórios sobre a evolução das metas, contidas

no plano, a cada ano;

VI. Buscar apoio técnico da equipe técnica e parceiros, estes últimos se necessário, para melhor fundamentação do relatório e seus acessórios;

VII. Divulgar, amplamente, os Relatórios Anuais de Monitoramento construídos por meio eletrônico e presencial, em reuniões nas escolas e órgãos colegiados, por exemplo, Conselhos Municipais;

VIII. Recolher com o apoio da equipe técnica, as análises e as impressões manifestadas durante a exposição/divulgação dos Relatórios Anuais de Monitoramento, enviando a cada ano, a sistematização destas contribuições a todas as instituições envolvidas no processo.

Art.3º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Barra Bonita, 31 de outubro de 2017.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N.º349, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417899

PORTARIA N.º349, de 01 de novembro de 2017

“Exonera servidora por concessão de aposentadoria e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Maria Ines Fernandes Massolini

matricula nº159801, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em função de concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de novembro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

## PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017 QUADRO DE VAGAS – 4ª CHAMADA

Publicação Nº 1417908

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017  
QUADRO DE VAGAS – 4ª CHAMADA  
PROFESSORES E INSTRUTORES PARA O ANO DE 2017

O Prefeito Municipal de Barra Bonita torna público o Quadro de Vagas, conforme estabelecido no edital de Processo Seletivo nº. 001/2017.

A escolha da vaga irá acontecer no dia 06/11/2017 as 08:00h nas dependências da Secretaria de Educação.

Unidade Escolar	Disciplina / Turma	Carga horária	Períodos Semanais
E. B. M. OLAVO BILAC	Professor/ EDUCAÇÃO FISICA • Vaga vinculada • Período 45 dias (Licença para tratamento de saúde)	30 horas	Turno matutino/vespertino

Informamos ainda que não havendo interessados inscritos neste seletivo, haverá inscrições logo em seguida de novos candidatos para a vaga.

Barra Bonita, 01 de novembro de 2017.

MOACIR PIROCA                      NADIA M. F. BERNARDI  
Prefeito Municipal                  Secretária Municipal de Educação



# Barra Velha

## PREFEITURA

### PP 058/2017 PMBV

Publicação Nº 1417870

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 084/2017 - Pregão Presencial nº 058/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para prestação de serviços de pintura com fornecimento de material nos diversos prédios da Secretaria de Educação do município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 20/11/2017 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 20/11/2017 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 06 de novembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

### TP 010/2017 PMBV

Publicação Nº 1417810

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 083/2017

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2017 O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de terraplanagem e drenagem pluvial rua Dona Carlota e Rua Coimbra, Bairro Quinta dos Açorianos em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 17/11/2017. Data/horário recebimento envelopes: 21/11/2017 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 21/11/2017 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 06 de novembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2017

Publicação Nº 1418060

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº006/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº006/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2017

Registrador: Câmara de Vereadores de Barra Velha  
Objeto: Água Mineral natural envasada em bombonas de 20 litros COM CASCO.

Lote: I

Data de Assinatura: 27/10/2017

Vigência: 27/10/2017 a 26/10/2018

Valor Total do Lote: R\$ 240,00 (Duzentos e quarenta reais)

Empresa Vencedora: COMÉRCIO DE GÁS NETOS LTDA – ME CNPJ: 17.724.226/0001-38.

Registrador: Câmara de Vereadores de Barra Velha  
Objeto: Água Mineral natural envasada em bombonas de 20 litros SEM CASCO.

Lote: II

Data de Assinatura: 27/10/2017

Vigência: 27/10/2017 a 26/10/2018

Valor Total do Lote: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

Empresa Vencedora: COMÉRCIO DE GÁS NETOS LTDA – ME CNPJ: 17.724.226/0001-38.

Registrador: Câmara de Vereadores de Barra Velha  
Objeto: Fardos de água mineral natural sem gás, embalada em garrafas descartáveis de 500/510ml.

Lote: III

Data de Assinatura: 27/10/2017

Vigência: 27/10/2017 a 26/10/2018

Valor Total do Lote: R\$ 2.290,00 (Dois mil, duzentos e noventa reais)

Empresa Vencedora: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP CNPJ: 08.310.833/0001-60.

Registrador: Câmara de Vereadores de Barra Velha

Objeto: Fardos de água mineral natural com gás, embalada em garrafas descartáveis de 500/510ml.

Lote: IV

Data de Assinatura: 27/10/2017

Vigência: 27/10/2017 a 26/10/2018

Valor Total do Lote: R\$ 1.385,00 (Um mil, trezentos e oitenta e cinco reais)

Empresa Vencedora: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP CNPJ: 08.310.833/0001-60.

Registrador: Câmara de Vereadores de Barra Velha

Objeto: Recarga de gás GLP 13Kg.

Lote: V

Data de Assinatura: 27/10/2017

Vigência: 27/10/2017 a 26/10/2018

Valor Total do Lote: R\$ 520,00 (Quinhentos e vinte reais)

Empresa Vencedora: COMÉRCIO DE GÁS NETOS LTDA – ME CNPJ: 17.724.226/0001-38.

Barra Velha, 27 de outubro de 2017.

ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha



**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 97/2017**

Publicação Nº 1417048

**ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2017.  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 97/2017.  
DATA: 31/10/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos de habilitação constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 97/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA UTILIZAÇÃO NO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Orçamentos	Lei 8.666/93, Art. 24, II e Art. 40, § 2º, II
Contrato Social ou Documento Equivalente	Lei 8.666/93, Art. 28, II
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa contratada ANDRÉ BERNARDO NASCIMENTO DA CUNHA ME se encontra com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES****SÉRGIO DÁRIO PASQUALI**

Presidente

**MAURICIO STEFFEN**

Membro

**JOICE APARECIDA COSTA**

Membro

**DECRETO Nº 094/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1417756

DECRETO Nº 094, DE 24 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 10.523,91 (dez mil, quinhentos e cinte e três reais e noventa e um centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0041.2017.3339000000000000 01020000 7.734,41 04.001.0010.0305.0041.2019.3319000000000000 01380201 2.789,50

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0041.2017.3449000000000000 01020000 7.734,41 04.001.0010.0305.0041.2019.3449000000000000 01380201 2.789,50

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 094/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## DECRETO Nº 095/2017 - DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 1417761

DECRETO Nº 095, DE 24 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.8, de 24 de outubro de 2017.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 699.314,90 (seiscentos e noventa e nove mil, trezentos e catorze reais e noventa centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

05.001.0012.0365.0051.2029.3319000000000000	01010000	154.537,00
05.001.0012.0361.0051.2025.3449000000000000	01360000	30.000,00
05.001.0012.0365.0051.2029.3319000000000000	01180000	27.000,00
05.001.0012.0361.0051.2025.3319000000000000	01190000	36.000,00
07.001.0020.0606.0071.2041.3339000000000000	01000000	10.000,00
08.001.0015.0451.0080.2050.3339000000000000	01000000	10.000,00
03.001.0004.0122.0031.2006.3339000000000000	01000000	16.777,90
09.001.0004.0122.0090.2052.3319000000000000	01000000	44.000,00
08.001.0015.0451.0080.2050.3319000000000000	01000000	267.000,00
07.002.0015.0452.0072.2043.3319000000000000	01000000	11.000,00
07.001.0020.0606.0071.2041.3319000000000000	01000000	44.000,00
04.002.0008.0243.0042.2023.3319000000000000	01000000	5.000,00
03.001.0014.0422.0033.2013.3319000000000000	01000000	24.000,00
03.001.0028.0843.0032.2008.3469000000000000	01000000	18.000,00
03.001.0028.0843.0032.2008.3329000000000000	01000000	2.000,00
Total		699.314,90

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

03.001.0004.0122.0031.1005.3449000000000000	01000000	15.000,00
06.001.0027.0812.0060.1037.3449000000000000	01000000	8.000,00
06.001.0027.0813.0060.1038.3449000000000000	01000000	5.000,00
07.001.0020.0606.0071.1040.3449000000000000	01000000	3.000,00
07.002.0017.0512.0072.1042.3449000000000000	01000000	5.000,00
08.001.0015.0451.0080.1044.3449000000000000	01000000	40.000,00
02.001.0004.0124.0020.2004.3449000000000000	01000000	3.000,00
02.001.0004.0122.0020.2002.3319000000000000	01000000	55.500,00
02.001.0004.0124.0020.2004.3319000000000000	01000000	5.500,00
02.001.0004.0122.0020.2002.3449000000000000	01000000	2.000,00
03.001.0009.0273.0031.2007.3319000000000000	01000000	99.000,00
03.001.0006.0181.0033.2011.3319000000000000	01000000	7.000,00
04.002.0008.0244.0042.2020.3317100000000000	01000000	9.876,90
04.002.0008.0244.0042.2020.3319000000000000	01000000	12.000,00
04.002.0008.0244.0042.2020.3337100000000000	01000000	105.389,90
03.002.0006.0182.0034.2015.3339000000000000	01000000	3.553,86
03.002.0006.0182.0034.2015.3449000000000000	01000000	79,00
04.002.0008.0244.0042.2020.3447100000000000	01000000	9.878,24
04.002.0008.0241.0042.2021.3319000000000000	01000000	10.000,00
04.002.0008.0241.0042.2021.3449000000000000	01000000	1.000,00
05.001.0013.0392.0052.2035.3319000000000000	01000000	18.000,00
06.001.0027.0812.0060.2039.3319000000000000	01000000	34.000,00

05.001.0012.0365.0051.2029.3319000000000000	01190000	36.000,00
05.001.0012.0361.0051.2025.3319000000000000	01180000	27.000,00
05.001.0012.0365.0051.1030.3449000000000000	01010000	100.000,00
05.001.0012.0365.0051.1030.3449000000000000	01360000	30.000,00
05.001.0012.0361.0051.2025.3449000000000000	01010000	6.537,00
05.001.0012.0361.0051.2027.3319000000000000	01010000	38.000,00
05.001.0012.0361.0051.2027.3449000000000000	01010000	5.000,00
05.001.0012.0361.0051.2027.3339000000000000	01010000	5.000,00
Total	699.314,90	

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 095/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## **DECRETO Nº 096/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1417765

DECRETO Nº 096, DE 24 de outubro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 11.957,72 (onze mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.002.0008.0243.0042.2023.3339000000000000	01000000	104,85
05.001.0012.0361.0051.2025.3319000000000000	01010000	10.000,00
05.001.0012.0365.0051.2029.3339000000000000	01010000	1.500,00
03.001.0014.0422.0033.2013.3339000000000000	01000000	352,87

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

03.001.0014.0422.0033.2013.3449000000000000	01000000	352,87
05.001.0012.0365.0051.2029.3449000000000000	01010000	1.500,00
05.001.0012.0361.0051.2025.3339000000000000	01010000	10.000,00
04.002.0008.0243.0042.2023.3319000000000000	01000000	104,85

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 096/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

**DECRETO Nº 097/2017 - AUTORIZA, A TÍTULO PRECÁRIO, A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS JUNTO AO PÁTIO DA EMPRESA RENATO SCHUMANN EPP, NA FORMA QUE DISPÕEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1417816

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 - BENEDITO NOVO – SC

DECRETO Nº 97/2017, de 24 de outubro de 2017.

Autoriza, a Título Precário, a Remoção e Depósito de Veículos Apreendidos junto ao Pátio da Empresa Renato Schumann EPP, na Forma que Dispõem e Dá Outras Providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "j" c/c "n", e

Considerando que o Município não dispõe de local adequado para fazer depósito e remoção de veículos apreendidos em decorrência de infração as normas de trânsito;

Considerando que a sede da Comarca de Timbó, possui delegação de tais serviços à empresa privada a qual detém capacidade instalada para receber e acomodar os veículos apreendidos e depositados em decorrência das fiscalizações de trânsito realizadas no âmbito do Município de Benedito Novo;

Considerando a necessidade de promover a rápida e eficiente regularização de tais pendências sob pena de prejuízos que vão além de questões afetas ao trânsito, podendo inclusive atingir a seara de proteção ao meio ambiente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica AUTORIZADA, à título precário, sem gerar qualquer direito adquirido, podendo ser rompida a qualquer momento sem gerar qualquer direito à indenização, que se promove a remoção e depósito de veículos objeto de apreensões decorrentes de fiscalizações de trânsito para o depósito da empresa RENATO SCHUMANN EPP (Nome fantasia: Mecânica e Guinchos Schumann), com sede na Rua Pomeranos, nº 2266, Bairro Pomeranos, em Timbó, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 81.304.313/0001-35.

Parágrafo Primeiro - A presente AUTORIZAÇÃO é feita pelo período de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada.

Art. 2º - Cópia deste ato deverá ser encaminhado ao representante da referida empresa a fim de que, anuindo aos termos da presente AUTORIZAÇÃO, subscreva-o.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 097/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 24 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DL215/2017-PMB

Publicação Nº 1417754

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 215/2017-PMB

OBJETO: Aquisição de material para instrumento musical, conforme condições e especificações constantes neste termo de referência.

EMPRESA CONTRATADA: Musical Floripa Comércio de Instrumentos Musicais Eireli ME

VALOR: R\$ 5.555,89 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

249 13/1 2011 3339030992000000

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária para dar continuidade das atividades da Escola de Música do Município. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2017 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 31 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz  
Secretário de Administração

### DL220/2017-PMB

Publicação Nº 1417753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 220/2017-PMB

OBJETO: Aquisição de cadeiras para os setores administrativos da Secretaria de Administração e Secretaria de Governo.

EMPRESA CONTRATADA: Jeferson da Silveira-ME

VALOR: R\$ 5.800,00 (cinco mil, oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

36 3/1 2011 344905242000000

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária tendo em vista a readequação de alguns setores administrativos da PMB. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2017 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Administração, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 31 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz  
Secretário de Administração

### DL224/2017-PMB

Publicação Nº 1417752

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 224/2017-PMB

OBJETO: Contratação da CIEE/SC para desenvolver 02 (dois) Programas PIT - Programa de Iniciação para o Trabalho para adolescentes e jovens e 03 (três) oficinas de capacitação para aproximadamente 65 (sessenta e cinco) estagiários de nível médio e superior que estão atuando na Prefeitura Municipal de Biguaçu.

EMPRESA CONTRATADA: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de SC-CIEE-SC

VALOR: R\$ 7.400,00 (sete mil, quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

761 11/2 2061 333903953000000

JUSTIFICATIVA: Trata-se de proposta de termo de parceria, cuja medida tem por finalidade capacitar através de oficinas os estagiários de nível médio e superior da PMB e ofertar o Programa de Iniciação para o mercado de trabalho, para adolescentes de 14 a 24 anos em situações de vulnerabilidades sociais. O Centro de Integração Empresa-Escola/Santa Catarina (CIEE/SC), é entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, que atua na formação, acompanhamento e apoio aos jovens na sua integração ao mercado de trabalho, mediante a administração de programas de estágio, em conformidade com a Lei federal nº 11.788, de 2008. Dentre seus principais parceiros destacam-se diversas Secretarias Estaduais e Municipais, a Justiça Federal, a Defensoria Pública do Estado de SC, a procuradoria Geral do estado de SC, o Ministério da Agricultura, a Câmara de Vereadores de Joinville, o tribunal Regional Eleitoral de SC, além de diversos setores privados. Optou-se por Dispensa de Licitação, de acordo com o art.24, XIII da Lei 8.666/93.

II- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

A contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz

Secretário de Administração

#### DL50/2017-FMS

Publicação Nº 1417395

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU			
Secretaria de Administração – Diretoria de Licitação			
CNPJ:	82.892.308/0001-53		
Endereço:	PRAÇA NEREU RAMOS, 90	CEP:	88.160-000
Telefone:	(48) 3279-8022	Cidade:	Biguaçu

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº50/2017-FMS

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL - PAVIMENTO TÉRREO, CONTANDO COM 2 SANITÁRIOS, 1 COZINHA, 4 SALAS E COM 4 VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA AS VIATURAS, COM ÁREA TOTAL DE 201,69 M², SITUADO À RUA LEOPOLDO FREIBERGUER, Nº 275, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, HAJA VISTA O ESPAÇO FÍSICO ATUAL NÃO ATENDER A DEMANDA.

CONTRATADO: JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

VALOR: R\$ 5.500,00 ( cinco mil quinhentos e cinquenta reais), por um período de 12 (doze) meses, totalizando R\$ 132.000,00 (cento

e trinta e dois mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

X – para a compra e locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 08/06/94).

O Contratado apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade, anexos ao processo.

Biguaçu, 27 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniel Cesar da Luz

Secretário de Administração

#### DL51/2017-FMS

Publicação Nº 1417751

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2017-FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos através de dispensa de licitação para uso na Atenção Básica do Município.

EMPRESA CONTRATADA: Genésio A Mendes & CIA Ltda

VALOR: R\$ 1.956,40 (um mil novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

528 18/1 2038 333903202000000

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a falta de interessados em participar das Licitações PP12, 25 e 37/2017, sendo que a sua repetição ocasionaria prejuízo para a Administração Pública, optou-se por Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei 8666/93:

V - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Biguaçu, 31 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel César da Luz

Secretário de Administração



**LEI Nº 3803/2017**

Publicação Nº 1417444

LEI Nº 3803/2017 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.  
 INSTITUI A MEDALHA ALUNO DESTAQUE "BELIZARIO FERNANDES" NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Biguaçu, a Medalha Aluno Destaque "Belizario Fernandes" com o escopo de agradecer alunos que tenham se destacado durante o ano letivo na rede pública de ensino.

Parágrafo único - A medalha será conferida a um único aluno de cada ano escolar, do 1º ao 9º, por unidade escolar da rede pública de ensino.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar parcerias ou convênios com empresas privadas para consecução desta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 27 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger  
 Prefeito Municipal

Lei nº 3803/2017, de 27/10/2017.

Sancionada em 27/10/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
 Escriturária

**LEI Nº 3804/2017**

Publicação Nº 1417450

LEI Nº 3804/2017 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.  
 INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituída, no Município de Biguaçu, a Semana de Conscientização sobre o Autismo, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 02 e 08 de abril.

Art. 2º. O objetivo da Semana ora instituída será informar e orientar a população sobre o autismo, a importância do diagnóstico precoce, as formas de tratamento, os serviços de apoio à família e respeito ao cidadão autista.

Art. 3º. A sociedade civil organizada e grupos organizados de pais, poderão realizar eventos sobre a Semana Municipal de Conscientização do Autismo, a exemplo de campanhas, debates, seminários, aulas, palestras, eventos esportivos, distribuição de panfletos, cartilhas, cartazes com ações educativas, entre outras atividades que contribuam para a divulgação do Transtorno do Espectro Autista -TEA.

Art. 4º. A Semana instituída passa a integrar o calendário oficial de atividades do Município de Biguaçu.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger  
 Prefeito Municipal

Lei nº 3804/2017, de 30/10/2017.

Sancionada em 30/10/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
 Escriturária

**PORTARIA Nº 3419/2017**

Publicação Nº 1417392

PORTARIA nº 3419 de 01 de novembro de 2017

Reconhece a alteração da nomenclatura dos cargos comissionados nos termos da Lei Complementar nº 130/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a alteração da nomenclatura dos cargos comissionados nos termos da Lei Complementar nº 130/2017, estabelecendo efeitos para os seguintes servidores:

Nome	Nomenclatura Atual	Nomenclatura Nova
TAMARA APARECIDA MARÇAL	ASSESSOR TÉCNICO DA PROCURADORIA	ASSISTENTE DA PROCURADORIA
MATHEUS CONRADO BIZATTO	ASSESSOR TÉCNICO DA PROCURADORIA	ASSISTENTE DA PROCURADORIA
ARIANE CIDRAL	DIRETORIA DE CADASTRO TÉCNICO E CONTROLE DE ÍNDICES URBANÍSTICOS	DIRETOR DE CADASTRO TÉCNICO E CONTROLE DE ÍNDICES URBANÍSTICOS
GABRIEL CITATIN DE MELO	ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA	ASSISTENTE DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PARTICIPATIVA
CHRISTYAN GONÇALVES	ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA	ASSISTENTE DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PARTICIPATIVA
MARCIO GUSMAO DE LIMA	ASSESSOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	ASSISTENTE DA ADMINISTRAÇÃO
LUCAS SCHMITZ	ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE	ASSISTENTE DA SAÚDE
MARILEIA GLORIA FERREIRA	ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE	ASSISTENTE DA SAÚDE
ALINE TELES DE MORAES	ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE	ASSISTENTE DA SAÚDE
JAQUELINE COELHO DE SIMAS	ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE	ASSISTENTE DA SAÚDE
NILSON DE FARIA	ASSESSOR TÉCNICO DE OBRAS	ASSISTENTE DE OBRAS
LAURO LUIZ DE CAMPOS	ASSESSOR TÉCNICO DE OBRAS	ASSISTENTE DE OBRAS
BRUNO LOCKS BERNARDINO	ASSESSOR TÉCNICO DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO	ASSISTENTE DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO
ALEXANDRE GUEDES	ASSESSOR TÉCNICO DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO	ASSISTENTE DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO
EVELIZE MARA SCHMITT	COORDENADOR DE VIGILÂNCIA SOCIAL	COORDENADOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
CRISTIANE DA SILVA	COORDENADOR DO RECREIO	COORDENADOR DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV

ELIZANGELA DE SOUZA GERENT	COORDENADOR DE HABITAÇÃO	COORDENADOR DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
NELSON CESAR DE OLIVEIRA	DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA	DIRETOR ADMINISTRATIVO DA PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA
VALTRICK CESAR CORREIA	CHEFIA DE DIVISÃO DE PESCA E MARICULTURA	CHEFE DE DIVISÃO DE PESCA E MARICULTURA
BARBARA FAGANELLO COSTA	ASSESSOR TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	ASSISTENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RICARDO JOSE DE SOUZA	ASSESSOR TÉCNICO DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER	ASSISTENTE DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

Art. 2º A alteração da nomenclatura não implica o acréscimo de novas atribuições e não acarreta a fixação de novo padrão de subsídio para o cargo provido.

Art. 3º Fica vedada a realização de rescisões por força da alteração de nomenclatura dos cargos comissionados reconhecida nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2017.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 3420/2017**

Publicação Nº 1417455

PORTARIA nº 3420 de 01 de novembro de 2017  
Nomeia Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Anoraldo Borba Filho, brasileiro(a), para exercer o cargo autônomo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em substituição ao Conselheiro Tutelar Saulo César Galliani, afastado conforme Portaria nº 3.417/2017, a partir de 31/10/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2017.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 3421/2017**

Publicação Nº 1417456

PORTARIA nº 3421 de 01 de novembro de 2017  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARÍLIA DE LARA SIQUEIRA LEMOS CHAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada semanal de 30 horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 25/10/2017 a 02/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/10/2017.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.  
Dircilene Carmelita Maria da Luz  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### **PORTARIA Nº 3422/2017**

Publicação Nº 1417457

PORTARIA nº 3422 de 01 de novembro de 2017  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDJANE TRAJANO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/10/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/10/2017.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 3423/2017**

Publicação Nº 1417458

PORTARIA nº 3423 de 01 de novembro de 2017  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CAROLINE SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/10/2017 a 07/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/10/2017.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3424/2017**

Publicação Nº 1418014

PORTARIA nº 3424 de 01 de novembro de 2017  
Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) DANIELA DOS SANTOS SILVA, ocupante do cargo efetivo de Bibliotecária II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O(a) servidor(a) terá sua jornada de trabalho fixada em 30 horas semanais no período de 04/10/2017 a 01/02/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 04/10/2017.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PP 11/2017 - FAMABI**

Publicação Nº 1417446

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 11/2017 FAMABI  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 20 de novembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 20 de novembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
Local para obtenção do edital: No site da Prefeitura bigua.atende.net ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 31 de outubro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.495/2017

Publicação Nº 1417760

LEI Nº 8.495, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADORIA - CUEM, CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO - CDRU, DA DOAÇÃO E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DE TITULARIDADE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU ABRANGIDOS PELA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB, DE INTERESSE SOCIAL OU ESPECÍFICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia - CUEM e para a Concessão do Direito Real de Uso - CDRU, autoriza a alienação direta, gratuita ou onerosa, de imóveis de titularidade do Município de Blumenau abrangidos pela Política de Regularização Fundiária Urbana - Reurb de Interesse Social ou Específico.

Art. 2º A CUEM e a CDRU somente serão conferidas aos moradores identificados, cadastrados e incluídos no projeto de regularização fundiária de interesse social ou específico, desde que estes não sejam proprietários, promitentes compradores ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural, bem como beneficiários de legitimação de posse ou doação de imóvel público concedida anteriormente pelo Poder Público.

Art. 3º O Termo de Concessão para CUEM ou CDRU conterá, no mínimo:

I - as condições de manutenção do imóvel;

II - a possibilidade de doação ou venda, conforme o tipo de concessão;

III - as formas de extinção e suas consequências;

IV - a proibição de transferência, gravames ou garantias negociais, sem a prévia e expressa anuência do Município de Blumenau;

V - que as acessões e benfeitorias existentes sobre o imóvel não geram direito à indenização ou qualquer ressarcimento, quando do retorno do imóvel à posse do Município de Blumenau.

§1º A concessão não conferirá ao seu titular a propriedade do bem outorgado, que se conservará sob domínio público, nem importará em direito de retenção por força das benfeitorias implantadas a qualquer título no imóvel, não podendo o imóvel ser negociado, vendido, alugado, transferido ou objeto de qualquer negociação, tampouco poderá ser utilizado para fins não residencial, com exceção de atividades de pequeno porte, desde que permitidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§2º O concessionário fruirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos no Termo de Concessão e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, desde sua posse.

§3º A regularização das edificações na Concessão de Direito Real

de Uso serão efetuadas por seu concessionário.

§4º O Termo de Concessão e sua extinção será averbada na Matrícula do Imóvel no Registro de Imóveis Competente, devendo o Município manter registro desses termos.

Art. 4º O interessado em receber o bem público a título de concessão deverá apresentar:

I - declaração:

a) de que não possui outro imóvel urbano ou rural em qualquer local do país;

b) que o imóvel concedido será utilizado para sua moradia e de sua família;

c) de que nunca foi beneficiário de legitimação de posse, doação de imóvel público ou privado ou concessão especial para fins de moradia.

II - comprovação do tempo de posse, de pelo menos, um ano para a CDRU e, no mínimo seis meses para a CUEM.

§1º A comprovação do tempo de posse poderá ser feita por conta de energia elétrica, água, telefone, etc.

§2º Para a comprovação do tempo de posse poderão ser somadas o tempo de posse dos antecessores, desde que comprovados documentalmente.

§3º O concessionário será responsabilizado criminalmente por eventual falsidade nas declarações descritas no "caput", sem prejuízo da caducidade da concessão.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o Uso Especial para Fins de Moradia em imóveis de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja renda familiar não exceda a três salários mínimos, observadas as demais condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º O Termo de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia deverá conter, além das obrigações determinadas no Capítulo I, as seguintes cláusulas:

I - que a concessão será gratuita pelo prazo de 5 (cinco) anos;

II - que o imóvel concedido poderá ser utilizado para atividade não-residencial de pequeno porte, desde que essa utilização seja, obrigatoriamente, conjugada com a residencial.

§1º O prazo determinado no inciso I será contado a partir do tempo de posse do beneficiário que deverá ser comprovado, sendo a CUEM concedida pelo tempo que faltar para completar os cinco anos.

§2º Findo o prazo estabelecido no caput sem que haja intercorrência, o imóvel será doado ao concessionário, nos termos do artigo 17, caput e inciso I, alíneas "f" e "h", da Lei Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações.

§3º O Município poderá doar diretamente o imóvel se o beneficiário



comprovar estar de posse deste há pelo menos cinco anos.

Art. 7º Fica autorizado o Poder Executivo a conceder Direito Real de Uso, sempre de forma onerosa, de imóvel urbano de propriedade do Município de Blumenau, a favor de famílias identificadas, cadastradas e incluídas em projetos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – ReurbE.

Parágrafo único. A Concessão de Direito Real de Uso será concedida ainda que exista atividade econômica de pequeno porte conjugada com a utilização predominante do imóvel para fins de moradia.

Art. 8º A CDRU, de forma onerosa, será concedida pelo prazo máximo de cinco anos, renovada por igual período, e sua forma de remuneração será mensal cujo valor da prestação será de, no mínimo, 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor apurado para o terreno.

Parágrafo único. Os valores pagos mensalmente pelo concessionário serão abatidos no valor do imóvel, caso este exerça opção de compra, e não sofrerão qualquer espécie de atualização.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a vender imóvel público em favor de famílias identificadas, cadastradas e incluídas em projetos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social ou Específico, nos termos do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei das Licitações -, desde que:

I – comprovem estar na posse do imóvel por cinco anos ou mais;  
II – que o utilizem, predominante, para fins de moradia, admitindo-se a conjugação de atividade econômica de pequeno porte, desde que permitidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo;  
III – que não sejam proprietários, promitentes compradores ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural, bem como beneficiários de legitimação de posse ou doação de imóvel público concedida anteriormente pelo Poder Público.

Parágrafo único. O beneficiário da CDRU deverá apresentar, por escrito, opção pela compra do imóvel.

Art. 10. Para fins de alienação o valor do imóvel será subsidiado pelo Poder Público às famílias que apresentem a seguinte condição econômica:

I – renda mensal maior que três e inferior a cinco salários mínimos, o subsídio será de 70% (setenta por cento) do valor do imóvel;

II – renda mensal maior que cinco e inferior a dez salários mínimos, o subsídio será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel.

§1º As famílias que tiverem renda superior a dez salários mínimos não receberão qualquer subsídio.

§2º O imóvel a ser vendido será avaliado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município de Blumenau, sem as benfeitorias, conforme valor de mercado, e a avaliação terá validade de seis meses contados da data de sua expedição.

Art. 11. Na hipótese do terreno, na CUEM, tiver metragem superior a 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), o Município avaliará a metragem excedente e concederá subsídio de 90% (noventa por cento) do valor apurado para a compra do terreno pelo beneficiário.

Parágrafo único. O valor apurado poderá ser pago pelo em até 120 prestações mensais e consecutivas, desde que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 12. Na hipótese de alienação do imóvel o pagamento poderá

ser feito em até 120 (cento e vinte) prestações mensais e consecutivas, ajustadas anualmente pelo INPC ou outro índice que o venha a substituir ou, por financiamento habitacional junto a uma instituição financeira.

§1º As alienações mediante parcelamento direto com o Município serão formalizadas mediante promessa de compra e venda em que estarão previstas as garantias de pagamento, as obrigações das partes e as penalidades em caso de inadimplemento.

§2º Na hipótese de atraso no pagamento, as parcelas ficarão sujeitas a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês acrescidas de correção monetária.

§3º O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 100,00.

§4º Na hipótese de pagamento à vista o valor total a ser pago sofrerá uma redução de 10% (dez por cento).

§5º O imóvel não poderá ser negociado com terceiros, enquanto durar o financiamento, sem a anuência prévia e expressa do Município de Blumenau, sob pena de rescisão contratual, hipótese em que, o imóvel voltará ao domínio do Município.

§6º Na hipótese de rescisão contratual, o Município promoverá o cancelamento dos registros respectivos junto ao Cartório de Imóveis competente.

§7º Todas as despesas referentes à transferência do imóvel, como emolumentos, tributos, etc., ficarão por conta do adquirente.

Art. 13. O Município poderá extinguir ou modificar, por ato unilateral, com o objetivo de viabilizar obras de urbanização ou infraestrutura, os contratos de CDRU ou CUEM.

§1º A modificação do contrato se dará quando parte do imóvel for necessário para obras de urbanização ou infraestrutura.

§2º O concessionário continuará na posse do imóvel até que seja notificado, pelo Município, a deixá-lo, em prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

§3º Nos contratos de CUEM onde seja necessária a extinção do contrato, o concessionário deverá ser relocado e o tempo de posse exercido no imóvel deverá ser considerado no novo local.

Art. 14. A operacionalização das transferências de propriedade das unidades habitacionais, o parcelamento de valores e o seu controle serão promovidos pelo Município diretamente ou a quem este indicar.

Art. 15. Os recursos oriundos da alienação dos imóveis previstos nesta Lei constituirão receita em favor do Fundo Municipal de Habitação Interesse Social.

Art. 16. Esta Lei será regulamentada, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 8.252, de 09 de março de 2016.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.497/2017**

Publicação Nº 1418566

LEI Nº 8.497, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, A LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, DISCIPLINANDO O PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINADO À APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

MARCOS DA ROSA, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPITULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Blumenau, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, disciplinando o processo administrativo destinado à apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal.

§1º Para efeitos desta Lei, a expressão administração pública municipal compreende a administração:

I - do Poder Legislativo Municipal;

II - direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

§2º Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território Blumenauense, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

§1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.

§2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

§1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

§2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente

responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

**CAPÍTULO II  
DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública municipal, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no §2º do art. 1º que atentem contra o patrimônio público municipal ou contra princípios da administração pública, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em Lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização municipal.

**CAPÍTULO III  
DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 6º Na esfera administrativa serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 6% (seis por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão condenatória.

§1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.



§2º A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida da manifestação jurídica elaborada pelo órgão de representação judicial do Município e consultoria jurídica do Poder Legislativo Municipal.

§3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

§4º Na hipótese do inciso I do caput, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

§5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, estadual e municipal, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.

Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a gravidade da infração;

II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

III - a consumação ou não da infração;

IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;

V - O efeito negativo produzido pela infração;

VI - a situação econômica do infrator;

VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;

VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;

IX - O valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados.

Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do caput serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo Municipal.

#### CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo e Legislativo, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§2º No âmbito do Poder Executivo Municipal, a Secretaria de Governo e Transparência - SGT terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com

fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir o andamento.

Art. 9º O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores efetivos e estáveis.

§1º O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão a que se refere o caput, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

§2º A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

§3º A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

§4º O prazo previsto no §3º poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora, por igual período (180 dias).

Art. 10. No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação de um dos sócios ou representante devidamente identificado.

Art. 11. O processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade instauradora, na forma do art. 9º, para julgamento.

Art. 12. A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Concluído o processo e não havendo pagamento, o crédito apurado será inscrito em dívida ativa da fazenda pública.

Art. 13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

#### CAPÍTULO V DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 15. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Art. 16. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a administração pública municipal, por meio de seu órgão de representação judicial, poderá ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

I - Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem

vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

II - Suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III - Dissolução compulsória da pessoa jurídica;

IV - Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

§1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I - Ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II - Ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

§2º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

§3º O Ministério Público Estadual ou o órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Cumprida à autoridade máxima de cada órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Municipal informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Poder Executivo Federal, criado pelo art. 22 da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Os órgãos e entidades referidos no caput deverão informar e manter atualizados, no CNEP, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

§2º O CNEP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das sanções aplicadas:

I - Razão social e número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - Tipo de sanção; e

III - data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.

§3º O órgão ou entidade sancionadora deverá solicitar a exclusão dos registros das sanções depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador e houver sido reparado do eventual dano causado.

Art. 18. Os órgãos ou entidades da administração pública municipal deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

Art. 19. No âmbito do Poder Executivo Municipal, o perdimento de

bens, direitos ou valores com fundamento nesta Lei serão destinados exclusivamente ao Fundo Municipal de Apoio ao Jovem Empreendedor.

Art. 20. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo administrativo que tenha por objeto a apuração da infração.

Art. 21. A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

Parágrafo Único. As sociedades sem personalidade jurídica serão representadas pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.

Art. 22. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos, será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 23. O disposto nesta Lei não exclui as demais competências estabelecidas em lei para processamento e julgamento de fato que constitua infração à ordem econômica.

Art. 24. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:

I - Ato de improbidade administrativa nos termos da Lei Federal nº 8429, de 2 de junho de 1992; e

II - Atos ilícitos alcançados pela Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Art. 25. Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias contados do início da sua vigência.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de novembro de 2017.

MARCOS DA ROSA

Prefeito Municipal em exercício

## LEI Nº 8.498/2017

Publicação Nº 1418568

LEI Nº 8.498, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

DENOMINA DE "CELSO MÁRIO OTTIQUIR", PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO FORTALEZA.

MARCOS DA ROSA, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Celso Mário Ottiquir, a ponte de concreto localizada na Rua Júlio Michel, sobre o Ribeirão Fortaleza, distando

cerca de 100,00 m (cem metros) da Rua Francisco Vahldieck, no Bairro Fortaleza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de novembro de 2017.

MARCOS DA ROSA

Prefeito Municipal em exercício

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.155/2017**

Publicação Nº 1418569

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.155, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS COMPLEMENTARES NS. 751 DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" E 1.030, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010, que "dispõe sobre o Código do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Blumenau" passa a vigorar acrescida do art. 35-A, com a seguinte redação:

"Art. 35-A. É proibido aberturas como janelas, terraços, sacadas ou varandas, a menos de metro e meio do terreno vizinho.

§ 1º As aberturas cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, poderão ser abertas a, no mínimo, setenta e cinco centímetros da divisa do imóvel.

§ 2º As aberturas perpendiculares que distem a menos de setenta e cinco centímetros da divisa do imóvel, obrigatoriamente, deverão prolongar a parede lateral em, no mínimo, um metro.

§3º As disposições deste artigo não abrangem as aberturas para luz ou ventilação, não maiores de dez centímetros de largura sobre vinte centímetros de comprimento e construídas a mais de dois metros de altura de cada piso, devendo ser observado o Direito de Vizinhança estabelecido no art. 1.302 do Código Civil."

Art. 2º Os dispositivos abaixo indicados da Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, que "dispõe sobre o Código de Edificações de Blumenau" passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 [...]

[...]

c) cortes longitudinal e transversal da edificação ou rede de serviço simplificados, contendo apenas cotas gerais e níveis;

d) fachada frontal

[...]

Art. 26. [...]

[...]

Parágrafo único. Para a emissão do habite-se é necessária a apresentação da vistoria da análise dos sistemas de segurança contra incêndio realizada pelo órgão estadual responsável, exceto para edificação residencial unifamiliar.

[...]

Art. 62. Indicar em planta o espaço reservado, com dimensão

mínima de 01 (um) metro, para a instalação de recipiente(s) fechado(s) para depósito de recolhimento de resíduos."

Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, que institui as Áreas mínimas de estacionamento, fica substituído pelo anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei Complementar.

Art. 4º Ficam revogados o parágrafo único do art. 35 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010, e o inciso V do art. 26 da Lei Complementar 1.030, de 18 de dezembro de 2015.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.156/2017**

Publicação Nº 1418570

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.156, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 747, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 11 da Lei Complementar

nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA serão aplicados:

I - ao desenvolvimento de planos, programas e projetos:

- a) que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais;
- b) de manutenção, melhoria e/ou recuperação de qualidade ambiental;
- c) de pesquisa e atividades ambientais;
- d) de educação ambiental;
- e) que sejam implementados em unidades de conservação do Município;
- f) de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- g) de manejo e extensão florestal;
- h) de desenvolvimento institucional;
- i) de controle ambiental;
- j) de aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas; e

II - ao controle, à fiscalização e à defesa do meio ambiente;

III - a modernização tecnológica das áreas técnicas do órgão ambiental municipal;

IV - a programas de capacitação técnica dos servidores da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA;

V - para aquisição de equipamentos, material permanente e de bens de consumo, bem como na construção, manutenção e conservação das áreas físicas das instalações da Fundação Municipal

do Meio Ambiente – FAEMA;

VI – para aquisição de imóvel, para utilização da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, ou que tenha relevante interesse ambiental neste município;

VII - ao custeio de necessidades relacionadas a ações de apoio a programas e projetos de interesse ambiental.”

Art. 2º O art. 21 da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. O órgão ambiental municipal, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Ambiental Prévia (LAP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação, não sendo passível de renovação, somente de prorrogação por igual período, nas mesmas condicionantes;

II - Licença Ambiental de Instalação (LAI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, das quais constituem motivo determinante, não sendo passível de renovação, somente de prorrogação por igual período, nas mesmas condicionantes;

III - Licença Ambiental de Operação (LAO) - autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação, sendo passível de renovação;

IV - Licença de Adesão ou Compromisso (LAC) - documento de licenciamento, preferencialmente obtido por meio eletrônico, em uma única etapa, por meio de declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios e pré-condições estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador para a instalação e operação do empreendimento ou atividade;

V - Autorização Ambiental (AuA) - documento de licenciamento ambiental simplificado, constituído por um único ato, que aprova a localização e concepção do empreendimento ou atividade, bem como sua implantação e operação, de acordo com os controles ambientais aplicáveis a serem definidos pelo órgão ambiental licenciador;

VI - o prazo de validade da Declaração de Atividade Não Constante deverá ser de no máximo 1 (um) ano;

VII - o prazo de validade da Certidão de Conformidade Ambiental deverá ser de acordo com o prazo de validade indicado na Declaração de Conformidade Ambiental.

§1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada, sucessiva ou concomitantemente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade;

§2º Os procedimentos para obtenção de licenciamento ambiental dar-se-ão através de pedido por escrito ou por meio eletrônico, formulados ao setor de protocolo da FAEMA e/ou da Prefeitura Municipal de Blumenau;

§3º O órgão ambiental municipal estabelecerá os prazos de validade

de cada tipo de licença ambiental, especificando-o no respectivo documento, respeitando o cronograma de execução da atividade ou empreendimento e nunca sendo superior a 4 (quatro) anos;

§4º Poderão ser aprovados procedimentos simplificados de licenciamento ambiental, tais como declarações e autorizações, para supressão de vegetação, terraplanagem, corte seletivo de palmito e madeira e para atividades ou empreendimentos de baixo potencial de impacto ambiental;

§5º Cabe ao empreendedor solicitar uma nova LAO, ou alteração da mesma, caso venha a modificar ou aumentar a atividade anteriormente licenciada, para não incorrer em sanções administrativas dispostas neste Código.”

Art. 3º Acrescenta a Subseção I, na Sessão II do Capítulo III, da Lei Complementar nº 747/2010, com a seguinte redação:

“Subseção I  
Da Regularização do Licenciamento Ambiental

Art. 23-A. Os empreendimentos ou atividades que se encontrem implantados ou em operação sem o devido licenciamento ambiental deverão requerê-lo junto ao órgão municipal ambiental licenciador, a fim de verificar a possibilidade de regularizar sua situação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

§1º A regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades se dará pela emissão de LAO.

§2º Para fins de emissão da LAO deverá o órgão municipal ambiental exigir um Estudo de Conformidade Ambiental - ECA compatível com o Porte e o Potencial poluidor do empreendimento ou atividade compreendendo, no mínimo:

a) diagnóstico atualizado do ambiente;  
b) avaliação dos impactos gerados pela implantação e operação do empreendimento ou atividade, incluindo os riscos;  
c) medidas de controle, mitigação, compensação e de readequação, se couber.

§3º O nível de abrangência dos estudos constituintes do Estudo de Conformidade Ambiental - ECA guardará relação de proporcionalidade com os estudos necessários para fins de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade no âmbito da LAP.”

Art. 4º Acrescenta a Subseção II, na Sessão II do Capítulo III, da Lei Complementar nº 747/2010, com a seguinte redação:

“Subseção II  
Da Comissão de Licenciamento Ambiental e Recursos

Art. 23-B. Fica criada a Comissão de Licenciamento Ambiental e Recursos – CLAR, com as seguintes competências:

I - decidir, em grau de recurso, sobre o deferimento ou indeferimento de licença ambiental de atividades submetidas à realização de EIA/RIMA, de Estudo Ambiental Simplificado - EAS, de Estudo de Conformidade Ambiental - ECA, de Relatório Ambiental Prévio - RAP, Autorização Ambiental - AuA, de Autorização para Corte - AuC, Manejo de Vegetação, de Autorização de Terraplanagem - AuT e de parecer técnico conclusivo;

II - requerer complementação do parecer técnico conclusivo ou novas informações, ao responsável pelo processo;

III - julgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua protocolização, os recursos contra o deferimento ou indeferimento do pedido de licença ou autorização ambiental.



IV - julgar os Recursos Administrativos de Multas apresentado em julgamento de defesa administrativa.

Art. 23-C. A Comissão de Licenciamento Ambiental e Recursos - CLAR será composta por 7 (sete) membros, sendo constituída pelo Presidente da FAEMA, pelo Diretor de Recursos Naturais, pelo Gerente de Recursos Naturais, pelo Gerente de Controle da Poluição, pelo Diretor Jurídico, e 2 (dois) membros do quadro técnico da FAEMA, indicados pelo Presidente, sendo presidida pelo primeiro.

§1º A Comissão de Licenciamento Ambiental e Recursos - CLAR reunir-se-á, com a presença mínima de 5 (cinco) membros, lavrando-se ata de suas reuniões, as quais deverão ser juntadas nos processos de licenciamento ambiental sob análise.

§2º O Presidente da FAEMA terá voto de qualidade no caso de empate na deliberação da CLAR."

Art. 5º O art. 77 da Lei Complementar nº 474/2010 passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

"Art. 77 [...]

[...]

V – compensação financeira, em decorrência de interferência em vegetação, Área de Preservação Permanente, como também decorrentes de dano ambiental paisagístico ou estético, valores os quais são destinados ao órgão municipal ambiental e disciplinados por Termo de Compromisso de Compensação Ambiental próprio;"

Art. 6º O art. 92 da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92. Nas áreas localizadas fora da Área de Preservação Permanente - APP, abaixo da cota de enchente 10 (dez) metros, não serão permitidos aterros.

§1º Acima da cota de enchente 10 (dez) metros e abaixo da cota 12 (doze) metros, desde que fora da faixa de APP, os aterros poderão ser permitidos se comprovadamente não interferiram com o fluxo máximo de enxurradas no local, atendendo a vazão de recorrência de 25 (vinte e cinco) anos, confirmada por meio de parecer técnico dos órgãos municipais competentes.

§2º Não serão permitidos aterros abaixo da cota 10 (dez) metros, com exceção à execução de obras de utilidade pública, interesse social e as consideradas de baixo impacto ambiental, desde comprovado que não haja outra alternativa técnica, locacional e econômica."

Art. 7º O art. 93 da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham

largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

VI - as encostas ou partes destas com declividade natural superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

§1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

§2º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental municipal."

Art. 8º A Subseção II, na Sessão XVII do Capítulo III, da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção II

Da Área de Preservação Permanente Reduzida em Área Urbana Consolidada

Art. 95. As áreas de preservação permanente existentes às margens de cursos d'água naturais perenes e intermitentes, excluídos os efêmeros, localizados em áreas urbanas consolidadas, serão delimitadas de acordo com a bacia de contribuição a que pertençam, observando-se, no mínimo, as seguintes metragens:

I - quinze (15) metros, na hipótese da área da bacia hidrográfica ser de até vinte e cinco (25) quilômetros quadrados;

II - vinte (20) metros, na hipótese da área da bacia hidrográfica ser maior que vinte e cinco (25) quilômetros quadrados;

III - quarenta e cinco (45) metros, ao longo das margens do Rio Itajaí-Açu.

§1º Excetuam-se do disposto no inciso III, deste artigo:

I - os lotes ao longo do Rio Itajaí-Açu, aprovados até 28 de fevereiro de 1997, onde a APP da faixa marginal mínima é definida em 33,00m (trinta e três metros);

II - os imóveis localizados ao longo do Rio Itajaí-Açu, com edificações já aprovadas com APP de 33,00m (trinta e três metros);

III - havendo via pública oficial localizada ao longo do Rio Itajaí-açu, demais cursos d'água, nas áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, a APP a ser considerada será a faixa marginal até o alinhamento da via pública.

§2º Para fins de delimitação das distâncias a que se referem os incisos I e II deste artigo será utilizado como referência o nível médio do escoamento na estação fluviométrica localizada na Ponte Adolfo Konder, no Bairro Centro."

Art. 9º O art. 96 da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. Para que ocorra a redução da APP dos paramentos estabelecidos no Código Florestal conforme especificado no caput, será necessário a emissão de certidão específica, havendo a necessidade de compensação pecuniária ou in natura sobre a diferença da APP Código Florestal com a da APP reduzida em área urbana consolidada nos termos do art. 95, conforme regulamentação estabelecida."

Art. 10. O art. 115, da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115. Poderá o infrator, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência da autuação, apresentar Defesa Administrativa contra Auto de Infração Ambiental, devendo ser protocolada no setor de protocolo da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA e direcionada à Diretoria de Recursos Naturais."

Art. 11. A Lei Complementar nº 747/2010 fica acrescida dos arts. 115-A e 124-A, com a seguinte redação:

"Art. 115-A. Do julgamento da Defesa administrativa, poderá o infrator, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência do julgamento, interpor Recurso Administrativo, devendo ser protocolado no Setor de Protocolo da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA e direcionado à Comissão de Licenciamento Ambiental e Recursos - CLAR.

[...]

Art. 124-A. No caso do inadimplemento de termo de compromisso criado por esta lei, e da existência de penalidade pecuniária por infração ambiental às disposições legais, da qual não caiba mais recurso administrativo, o Licenciamento Ambiental somente será expedido após a sua quitação, ou mediante termo de confissão e parcelamento do débito."

Art. 12. O Capítulo III da Lei Complementar nº 747/2010 fica acrescido da Seção XXI, com a seguinte redação:

#### "SEÇÃO XXI DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

Art. 124-B. O Município de Blumenau pela FAEMA, como órgão ambiental integrante do SISNAMA, responsável pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, está autorizada a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso ambiental com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

§1º O termo de compromisso a que se refere este artigo

destinar-se-á, exclusivamente, a permitir que as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no caput possam promover as necessárias correções de suas atividades, para o atendimento das exigências impostas pela autoridade ambiental, sendo obrigatório que o respectivo instrumento disponha sobre:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - o prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

III - a descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas trimestrais a serem atingidas;

IV - as multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada e os casos de rescisão, em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas;

V - o valor da multa de que trata o inciso IV não poderá ser superior ao valor do investimento previsto.

VI - o foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§2º Da data da protocolização do requerimento e enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de compromisso, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

§3º A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

§4º Considera-se rescindido de pleno direito o termo de compromisso, quando descumprida qualquer de suas cláusulas, ressalvado o caso fortuito ou de força maior.

§5º O requerimento de celebração do termo de compromisso deverá conter as informações necessárias à verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, sob pena de indeferimento do plano."

Art. 13. O inciso X do Anexo I da Lei Complementar nº 747/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"X - topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25º, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação."

Art. 14. Ficam revogados os incisos, V, XXX, XXXIV e XXXV do ANEXO I da Lei Complementar nº 747, de 23 de março de 2010.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 11.524/2017**

Publicação Nº 1418572

DECRETO Nº 11.524, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, no valor de R\$ 55.699,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais), na seguinte dotação orçamentária:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE  
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense  
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Man. Ativ. Fundação Pró-Família  
Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 55.699,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE  
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense  
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Man. Ativ. Fundação Pró-Família  
Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Modalidade 3.1.91 (10) Aplicações Diretas R\$ 11.175,14  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Modalidade 3.3.91 (13) Aplicações Diretas R\$ 19.523,86  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.525/2017**

Publicação Nº 1418573

DECRETO Nº 11.525, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 11.512, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017, QUE "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.512, de 24 de outubro de 2017, que abre crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, por não haver necessidade de promover a suplementação orçamentária prevista no

referido Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.526/2017**

Publicação Nº 1418575

DECRETO Nº 11.526, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR GERAL DO GABINETE DO VICE-PREFEITO - GAVICE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e atendendo ao pedido efetuado pelo Vice-Prefeito:

**DECRETA**

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor Geral do Gabinete do Vice-Prefeito - GAVICE, ANDRÉ ROSS ESPEZIM DA SILVA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquele Gabinete e da Secretaria Executiva do Programa de Mobilidade Sustentável e de Projetos Especiais, no período de 03 a 07 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.324/2017**

Publicação Nº 1418576

PORTARIA Nº 21.324, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
NOMEIA MATHEUS RAMOS DE AGUIAR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO ESCOLAR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

MATHEUS RAMOS DE AGUIAR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e Legislação Escolar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no dia 16 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.328/2017**

Publicação Nº 1418581

PORTARIA Nº 21.328, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO  
DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSVALDO  
TOMAZ, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA NA SE-  
CRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e atendendo ao Memorando SEDEAD nº 761/2017, de 20/10/2017, resolve:

**ALTERAR**

o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal OSVALDO TOMAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para GC de 30% (trinta por cento), a contar de 01 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.329/2017**

Publicação Nº 1418583

PORTARIA Nº 21.329, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA JANIO SCHMITZ PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPORTES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 1º de novembro de 2017, JANIO SCHMITZ, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Transportes, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.330/2017**

Publicação Nº 1418586

PORTARIA Nº 21.330, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA SABRINA ALMEIDA PARA CONSTITUIR O ÓRGÃO COLEGIADO DA CONTROLADORIA MUNICIPAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g", ambos da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade como art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22/12/2003 e o Decreto nº 9.168, de

03/05/2010, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 437, de 22 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 9.168, de 03 de maio de 2010, para constituir o Órgão Colegiado da Controladoria Municipal, juntamente com os demais membros:

SABRINA ALMEIDA, representante suplente da Secretaria Municipal de Gestão e Transparência – SEGT, em substituição, a GABRIELA KIELING, nomeada pela Portaria nº 21.173 de 24 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.331/2017**

Publicação Nº 1418587

PORTARIA Nº 21.331, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - CMJ.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 921, de 24 de março de 2014, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 921, de 24 de março de 2015, para o Conselho Municipal da Juventude – CMJ, juntamente com os demais membros:

IVAN CLAUS SCHAEFFER FILHO e LEANDRO GALDINO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, em substituição a NATÁLIA GOULART RIBEIRO e IVAN CLAUS SCHAEFFER FILHO, nomeados pela Portaria nº 20.807, de 05 de maio de 2017;

LIGIA FERNANDES, representante titular da Fundação Cultural de Blumenau – FCB, em substituição a MATHEUS RAMOS DE AGUIAR, nomeado pela Portaria nº 20.807, de 05 de maio de 2017;  
NATÁLIA GOULART RIBEIRO e GUSTAVO HENRIQUE LOCH SOARES, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a GUSTAVO HENRIQUE LOCH SOARES e MARIANA DIAS, nomeados pela Portaria nº 20.807, de 05 de maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 510**

Publicação Nº 1418592

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 510**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
31.824/2017	29.09.2017	ANDRE RICARDO LOEWEN	De 30 horas para 40 horas	01.10.2017
31.824/2017	29.09.2017	ADRIANO DOS SANTOS DIAS	De 30 horas para 40 horas	01.09.2017
31.830/2017	03.10.2017	FAUSTO TORRES	De 20 horas para 40 horas	02.10.2017
31.834/2017	04.10.2017	ANA CARLA ARAÚJO LIMA	De 30 horas para 40 horas	04.10.2017
31.835/2017	04.10.2017	CINDIMARA FERREIRA DA SILVA DA SILVA	De 30 horas para 40 horas	05.09.2017
31.835/2017	04.10.2017	DAIANE HEMANN PRESTES	De 30 horas para 40 horas	23.08.2017
31.868/2017	19.10.2017	MAIARA GRAH	De 30 horas para 40 horas	10.10.2017

Blumenau, 31 de outubro de 2017  
ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 513**

Publicação Nº 1418594

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 513**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
31.854/2017	16.10.2017	FLAVIA GENN CRUZ ANTUNES	De 40 horas para 20 horas	29.10.2017
31.870/2017	23.10.2017	VIVIAN BECKER	De 40 horas para 30 horas	18.10.2017
31.878	25.10.2017	GABRIELA BARDINI	De 30 horas para 20 horas	31.10.2017

Blumenau, 31 de outubro de 2017.  
ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 514**

Publicação Nº 1418597

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 514**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE**

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
				INÍCIO	TÉRMINO
31.859	2017	17.10.2017	2017/10/008331	ANA BEDUSCHI NEMETZ	31/01/2018 31/03/2018

31.858	2017	16.10.2017	2017/10/008308	ANA MARIA MACHADO BARCELOS GOLLE	06/02/2018	06/04/2018
31.876	2017	25.10.2017	2017/10/008517	DAIANE BATISTI	18/02/2018	18/04/2018
31.832	2017	04.10.2017	2017/10/008047	DAYSE VOLTOLINI	20/01/2018	20/03/2018
31.864	2017	18.10.2017	2017/10/008379	ELIANA LOPES COUTO DA SILVA	01/11/2017	30/12/2017
31.831	2017	03.10.2017	2017/10/008010	JULIANA PAULA CORREA DE LYRA	02/01/2018	02/03/2018
31.874	2017	23.10.2017	2017/10/008485	LILIAN MARTHENDAL DA SILVA	07/02/2018	07/04/2018
31.845	2017	10.10.2017	2017/10/008197	MADANELI DE OLIVEIRA RODRIGUES	11/01/2018	11/03/2018
31.846	2017	10.10.2017	2017/10/008204	MERIELLEN HEIDEN STANG	05/02/2018	05/04/2018
31.865	2017	18.10.2017	2017/10/008385	NIKOLE KAREEN KOENIG FLORES	13/02/2018	13/04/2018

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 515

Publicação Nº 1418600

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 515

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
31.825	2017	29.09.2017	2017/09/007883	ROSEMARI CAMPIGOTO MARGARIDA	10.10.2006 a 10.10.2016
31.826	2017	02.10.2017	2017/10/007956	MARCELO CAMPIGOTTO	30.11.2004 a 30.11.2014
31.827	2017	02.10.2017	2017/10/007961	ANA PAULA DA SILVA	05.08.2007 a 05.08.2017
31.833	2017	04.10.2017	2017/10/008040	ANSELMO LEONARDO REYNAUD DOS SANTOS	04.09.2007 a 04.09.2017
31.842	2017	06.10.2017	2017/10/008132	MARILI ALAIDE SCHNAIDER	30.12.2006 a 30.12.2016
31.847	2017	10.10.2017	2017/10/008250	VIVIANE APARECIDA GOMES BELZ	29.09.2007a a 29.09.2017
31.848	2017	11.10.2017	2017/10/008256	MONICA RASO DA SILVA	21.02.2004 a 21.02.2014
31.855	2017	16.10.2017	2017/10/008297	STELAMARIS CLAUMANN DA SILVA	16.09.2007 a 16.09.2017
31.873	2017	23.10.2017	2017/10/008483	ANA KARLA RADTKE MONTAGNA	21.10.2007 a 21.10.2017
31.884	2017	26.10.2017	2017/10/008548	IZADIR MALINSKY COUTINHO	16.03.2007 a 16.03.2017
31.892	2017	31.10.2017	2017/10/008655	SIMONE JANICE BRETZKE PROBST	02.02.2007 a 02.02.2017

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 516

Publicação Nº 1418602

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 516

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
31823/2017	29.09.2017	2017/09/007875	ALMIRETE APARECIDA RAIMUNDI	22.09.2007 a 22.09.2017
31856/2017	16.10.2017	2017/10/008294	NEUSETTE CORREIA DA SILVA LICHTENFELS	08.10.2007 a 08.10.2017

31857/2017	16.10.2017	2017/10/008302	VANDERLEIA NUNES RIBEIRO	13.10.2007 a 13.10.2017
31872/2017	23.10.2017	2017/10/008479	ELAINE THEISS	07.09.2007 a 07.09.2017
31888/2017	30.10.2017	2017/10/008619	NAURIA DA SILVA GUIMARÃES	27.10.2007 a 27.10.2017
31889/2017	30.10.2017	2017/10/008621	ORENCIO CAPESTRANO DOS ANJOS FILHO	06.08.2007 a 06.08.2017

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 511

Publicação Nº 1418604

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 511

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.828/2017	ADELIA GLATZ	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	ADILSON ROGERIO BEHLING	Musico	M	GO	01/10/2017
31.828/2017	ALBINO CENZI	Agente de Zeladoria	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	ALESSANDRA LETICIA DA PAIXAO	Assistente Social	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	ALEXANDRE KREPSKY	Agente de Vigilância	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	ALZIRA GOMES WALDRICH	Cozinheiro	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	ANDRESSA QUINTINO ZANLUCA	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	ARACELY DE OLIVEIRA XAVIER	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/10/2017
31.828/2017	BRUNA LUIZA DOMNING	Médico - 20 Horas	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	CARLOS ALBERTO TOSI PRATIS	Agente de Combate às Endemias	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	CASSIO BORTOLOTO	Arquiteto	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	CHRISTIAN R. CAMARA DE ABREU	Analista de Informática	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	CINTIA NELI DE OLIVEIRA	Auxiliar de Consult. Dentário	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	CINTYA REGINA DE SOUZA	Professor 40H Quadro Especial	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	CLAUDIA FERNANDES DA CRUZ	Técnico em Enfermagem	D	GT	01/10/2017
31.828/2017	CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR	Agente Administrativo	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	CLEIDE TEREZINHA DE OLIVEIRA	Assistente Social	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	CRISTIANO R. DA CUNHA CAPORAL	Agente Administrativo	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	DAIANE RAQUEL STUEPP	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	DAIANE VARGAS	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	DANIELA TORRI	Médico - 40 Horas	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	DAVI ADRIANO	Agente de Zeladoria	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	EDER CASTANHA DE MELO	Motorista	D	GO	01/10/2017
31.828/2017	EDSON VILSON GONCALVES BAUER	Agente de Vigilância	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	EFRAIM BARBOSA CICERELLI	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	ELESSANDRA BIONDES DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	ELIANE CORREIA	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	ELIANE TERESINHA HEIDEN	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	ELISABETH KRUGER MOURA DA SILVA	Agente Administrativo	E	GF	01/10/2017
31.828/2017	ELISABETH TORRESANI	Enfermeiro	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	EMERSON LUIZ MARCHESINI	Economista	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	EMMA EMILIA ZIMMERMANN	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/10/2017
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.828/2017	FERNANDA CHRISTINE ZAPFF	Agente Administrativo	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	FERNANDA DA ROSA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	FERNANDA M. ALVES WEINGARTNER	Auxiliar de Consult. Dentário	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	FERNANDA REGINA DOS SANTOS	Assistente Social	B	GE	01/10/2017



31.828/2017	GILSON ADRIANO PAIM DA SILVA	Motorista	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	GISLAINE STEFEN	Auxiliar de Consult. Dentário	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	GISLENE RINKUS SCHULTER	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	GLENDA LEE MIRANDA RHEE SCHULDT	Cirurgião Dentista - 20 Horas	E	GE	01/10/2017
31.828/2017	GRACIELA SCHART ONEDA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	GRASIELA ALVES	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	GREISE PERON	Assistente Social	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	HINGRIDI CARDOSO	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	INDIRA KARINA BECKER DIAS	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	ISABEL CESCION	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	IVO ROGERIO CORDEIRO	Agente Administrativo	M	GF	01/10/2017
31.828/2017	JACIRA DOS SANTOS FARIAS	Coordenador Pedagógico (40H)	E	GE	01/10/2017
31.828/2017	JACQUELINE GAZANIGA	Técnico em Higiene Dental	D	GT	01/10/2017
31.828/2017	JAMES SCHEUNEMANN	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	JANAINA DO AMARAL BATALHA BACCI	Técnico em Segur. do Trabalho	B	GT	01/10/2017
31.828/2017	JANDIRA INEZ ROSA DA SILVA	Cozinheiro	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	JOCIMAR MACHADO	Agente de Vigilância	C	GO	01/10/2017
31.828/2017	JOICE DOS SANTOS SPEROTTO	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	JONAS JACINTO	Agente Administrativo	E	GF	01/10/2017
31.828/2017	JOSE RICARDO SEARA DA COSTA	Professor - 20 Horas (QP)	G	GE	01/10/2017
31.828/2017	JUCIANE MARA MOTA	Educador - Ensino Médio	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	JULIA KRACIK	Arquiteto	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	JULIANE FLAVIANA HABITZREUTER	Assistente Social	E	GE	01/10/2017
31.828/2017	JURACI CUNHA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	JUZISCLEI MARQUIO PADILHA	Motorista	D	GO	01/10/2017
31.828/2017	KARINA PEREIRA ANDRADA	Assistente Social	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	KARINE DE PAULA VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	KATIA CILENE BAULER	Cozinheiro	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	LEONI LAURENTINO DA ROSA	Cozinheiro	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	LETICIA MARA TAVARES	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/10/2017
31.828/2017	LIGIA SCHRUBBE ZIESE	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	LOIDE TEIXEIRA DO NASCIMENTO	Técnico em Higiene Dental	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	LORENA MARIA DE CASTRO	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/10/2017
31.828/2017	LUCIANO PACHECO	Motorista	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	MANOEL MAFRA	Motorista	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	MARCIA CRISTINA REINHOLD	Assistente Social	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARCIO JOSE WEBER	Administrador	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARCOS ANTONIO GHIZONI	Enfermeiro	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARCOS CARVALHO	Engenheiro de Seg. do Trabalho	M	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARIA DIOMAR REITER	Educador - Magist./Pedagogia	E	GF	01/10/2017
31.828/2017	MARIA ROSANGELA MARQUATO	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	MARIA SALETE B. RAUTENBERG	Cozinheiro	D	GO	01/10/2017
31.828/2017	MARILDA TAVARES	Educador - Magist./Pedagogia	E	GF	01/10/2017
31.828/2017	MARILDA TOMAZ	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARINA DOS SANTOS DALFOVO	Assistente Social	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARIO ZIMMERMANN	Agente de Vigilância	E	GO	01/10/2017
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.828/2017	MARISA VENZKE	Coordenador Pedagógico (40H)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	MARISE HORT TOMAZ	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	MICHELE RIBEIRO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/10/2017
31.828/2017	MICHELE TELES NIVALDO DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	MONICA LETICIA DESCHAMPS	Coordenador Pedagógico (40H)	E	GE	01/10/2017
31.828/2017	NARA CRISTINA DE MOURA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	NERI FERREIRA LEMES	Agente de Vigilância	E	GO	01/10/2017
31.828/2017	NEUSIANE DA SILVA MORAN	Médico - 40 Horas	E	GE	01/10/2017
31.828/2017	PEDRO HENRIQUE WIEDERKEHR MIEHE	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	RAFAEL LOTAR WRUCK	Agente Administrativo	E	GF	01/10/2017
31.828/2017	RAFAEL RUAN RUZINSKI	Farmacêutico	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	RAQUEL OLIVEIRA DUARTE MUNARETTI	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017



31.828/2017	REGIANE KAMMER	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/10/2017
31.828/2017	REJANE ROCHINSKI	Administrador	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	ROBERTO ESSIG	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	ROSEANA MARTA LAFIN	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	ROSEMERI MOSER	Assistente Social	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	SANDRA REGINA DE LIMA MARQUETTI	Agente de Combate às Endemias	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	SANDRA SCHIQUET	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/10/2017
31.828/2017	SARA HOFFMANN TERNES	Assistente Social	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	SELMA APARECIDA BATISTA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	SERGIO MAURICI BERNARDO	Assistente Social	E	GE	01/10/2017
31.828/2017	SILVANA APARECIDA RODRIGUES LEYVA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	SILVANA PIAZZA	Assistente Social	B	GE	01/10/2017
31.828/2017	SIMONE RAQUEL MERINI SANTOS	Educador Social	C	GF	01/10/2017
31.828/2017	SONIA MARIA FALK	Fiscal de Obras e Posturas	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	SOYARA DALSENTER	Agente Administrativo	D	GF	01/10/2017
31.828/2017	SUELEN MATOSO DA SILVA VENTURELLI	Técnico em Higiene Dental	C	GT	01/10/2017
31.828/2017	TANIA MARIA ADRIANO	Educador Social	I	GF	01/10/2017
31.828/2017	TANIA REGINA DIAS II	Professor 40H Quadro Especial	D	GE	01/10/2017
31.828/2017	TATIANA CRUZ MACHADO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/10/2017
31.828/2017	TERESINHA AP. GODOY NASCIMENTO	Agente Administrativo	E	GF	01/10/2017
31.828/2017	VALCIR CENCI	Enfermeiro	D	GE	01/10/2017

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 512

Publicação Nº 1418605

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 512

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

### CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
31.829/2017	2017/7115	GICELDA CANDIDA MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/10/2017
31.829/2017	2017/7847	GIOVANA DE ANDRADE	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	C	01/10/2017
31.829/2017	2017/7377	GLAUCO ANDERSON ESPINDOLA	Psicólogo	I2II	M	01/10/2017
31.829/2017	2017/7664	ROSANA ROSSONI	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	C	01/10/2017
31.829/2017	2017/7259	ROSEANA MARTA LAFIN	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	D	01/10/2017
31.829/2017	2017/7670	SANDRA REGINA M. SECCHI	Terapeuta Ocupacional	I3II	B	01/10/2017

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2017**

Publicação Nº 1418607

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2017

Objeto: Registro de Preços para manutenção preventiva e corretiva da frota do Corpo de Bombeiros, sendo mecânica em geral e serviços especializados em borracharia, balanceamento, estofaria, serralheria entre outros, com fornecimento de peças sem exclusividade, para a frota do Corpo de Bombeiros 3º BBM, pelo período de 01 ano – SEDECI. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 17 de novembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 17 de novembro de 2017, às 09:30 horas. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 01/11/2017 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

**PORTARIA Nº 7031/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1418633

PORTARIA Nº 7031/17

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL – 25 ANOS, AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

CONCEDER

Prêmio Especial de 25 anos, conforme Artigo 130, "Caput", da Lei Complementar de nº 660, de 28 de novembro de 2007, à:

ALMIR DA SILVA, cadastro 1143-6, servidor público autárquico municipal desde 26/10/1992, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo nº. 536/1710;

Samae, 03 de novembro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7032/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1418634

PORTARIA Nº 7032/17

CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

CONCEDER

Licença Prêmio em Pecúnia Parcial, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, ao servidor:

CARLOS ROBERTO MANDEL, Cadastro nº. 1103-7, servidor público autárquico municipal desde 01/06/2017, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras Públicas, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2007/2017, conforme Processo Administrativo nº. 504/1710.

Samae, 03 de novembro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7033/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1418635

PORTARIA Nº 7033/17

CONCEDE GOZO DO PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL CONCEDIDA PELA PORTARIA 7003/17, AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

**CONCEDER**

Gozo da Licença Prêmio em Pecúnia Parcial, conforme art. 146 e art. 151, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, ao servidor:

JAIME SCABURRI, Cadastro nº. 1397-8, servidor público autárquico municipal desde 01/04/1997, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria de operações, referente ao decênio 2007/2017, com gozo no período de 09 de outubro de 2017 a 08 de fevereiro de 2018, conforme Processo Administrativo nº. 383/1708.

Samae, 03 de novembro de 2017.  
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7034/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1418638

**PORTARIA Nº 7034/17**

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

**DECLARAR**

Estável no serviço público autárquico municipal os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencente do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Jonathan Jander Tavares	1980-1	Técnico Mecânico	Diretoria Técnica	11/11/2017
Kadu Henrique Hildinger	1987-9	Agente de Vigilância	Diretoria Administrativa	05/11/2017
Flavio Luiz Bertoldi	1988-7	Agente de Vigilância	Diretoria Administrativa	14/11/2017
Agostinho Knopp Soares	1991-7	Agente de Obras	Diretoria de Operações	11/11/2017
Janor Fernandes Andre	1993-3	Químico	Diretoria de Operações	14/11/2017
Alvaro Jose Goetten Junior	1995-0	Agente de Obras	Diretoria de Operações	19/11/2017
Emanoel Oliveira de Quadros	1997-6	Agente de Manutenção	Diretoria de Operações	25/11/2017
Gilberto de Oliveira	1998-4	Motorista	Diretoria de Operações	25/11/2017

Samae, 03 de novembro de 2017.  
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 515/2017 - FURB**

Publicação Nº 1418640

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 515/2017  
CONTRATO Nº. 282/2017**

Celebrado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a empresa Imagem Geosistemas e Comércio Ltda em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº. 515/2017, cujo objeto trata da Contratação do serviço de manutenção do Software ArcGIS, utilizado em diversas disciplinas do Curso de Engenharia Florestal da FURB.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), pessoa jurídica de direito público interno, instituída pela Lei Municipal nº. 1.557, de 14 de dezembro de 1968 e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau, Santa Catarina, na forma de autarquia municipal de regime especial, com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar nº. 743, de 19 de março de 2010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº. 82.662.958/0001-02, com sede e foro na cidade de Blumenau/

SC, na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Bairro Itoupava Seca, CEP 89030-903, neste ato representada por seu Vice Reitor, credenciado para tanto pela Portaria nº. 125 de 11 de fevereiro de 2015, da lavra do Magnífico Reitor da Instituição, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Imagem Geosistemas e Comércio Ltda, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº. 67.393.181/0001-34, situada na Rua Itororó, nº. 555, bairro Jardim Paulista, CEP 12216-440, no município de São José dos Campos/SP, ora denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador, o Senhor José Geraldo Ferreira Malta, portador da Cédula de Identidade nº. 59.685.113-3, expedida pela SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 967.647.918-72, têm entre si, justo e contratado:

#### I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇO E PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. Constitui o objeto do presente a Contratação do serviço de manutenção do Software ArcGIS, utilizado em diversas disciplinas do Curso de Engenharia Florestal da FURB, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 515/2017, cujos autos passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição.

1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 9.469,67 (nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 515/2017, especialmente quanto a Proposta de folha 07, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição básica do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	38611	1	Despesa	Manutenção do software ArcGIS Desktop Advanced de uso concorrente e limitado a fins educacionais (Educational Teaching Lab Pak), incluindo suporte técnico, serviço de manutenção de versão, cinquenta usuários nomeados para acessar dados e "online services" e mil créditos de serviço do ArcGIS Online Services.	7.891,39	7.891,39
2	38612	1	Despesa	Serviço de manutenção do software ArcGIS Spatial Analyst for Desktop, de uso corrente e limitado a fins educacionais (Educational Teaching Lab Pak), incluindo suporte técnico e serviço de manutenção de versão.	789,14	789,14
3	38613	1	Despesa	Despesa com serviço de manutenção do software ArcGIS 3D Analyst for Desktop de uso corrente e limitado a fins educacionais (Educational Teaching Lab Pak), incluindo suporte técnico e serviço de manutenção de versão.	789,14	789,14
Preço Total (em R\$)				R\$ 9.469,67		
Preço Total (em reais, por extenso)				nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos		

1.3. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de extensão da referida duração até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o exposto no artigo 57, IV da Lei Federal nº. 8.666/93.

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. O preço contratado é fixo e irrevogável.

1.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

#### II – CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1. As despesas para o pagamento dos serviços que formam o objeto deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa
01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)	3.3.90.39

2.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a prestação do serviço, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e entrega Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

2.3. É facultado à Administração Fundacional a suspensão do pagamento no caso de não aceitação dos serviços, enquanto não for providenciada a reexecução dos mesmos.

2.4. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

2.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP  
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### III – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Prof. Julio Cesar Refosco, o qual será denominado neste instrumento como Gestor, tendo poderes para:

3.1. Transmitir à CONTRATADA as determinações que julgar necessárias.

3.2. Recusar os serviços no caso de irregularidade detectada na entrega ou em análise efetuada posteriormente a este ato.

3.3. Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§1º e 2º do art. 67 da Lei nº. 8.666/93.

3.4. Comunicar à CONTRATADA quaisquer defeitos ou irregularidades encontradas nos equipamentos.

§1º: A eventual omissão por parte da CONTRATANTE na fiscalização, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade pelo fiel cumprimento de todas as suas obrigações previstas neste Contrato.

§2º: As intimações relativas à execução contratual serão remetidas à CONTRATADA através dos seguintes endereços de correio eletrônico: juliorefosco@hotmail.com

#### IV – CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, compete à CONTRATADA:

4.1. Prestar serviço de manutenção e atualização do software ArcGIS utilizado em diversas disciplinas do Curso de Engenharia Florestal da FURB, conforme Proposta constante das folhas 07, dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 515/2017.

4.2. Prestar serviço de apoio através do Centro de Suporte para instalação dos softwares;

4.3. A entrega das manutenções dos softwares dar-se-á através do fornecimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de link para acesso ao Portal do Fornecedor, para a criação de login e senha, que posteriormente possibilitarão download das manutenções do software. Uma vez encaminhado link para acesso ao Portal, e decorridos 5 (cinco) dias úteis sem qualquer protesto da CONTRATANTE, a entrega será considerada efetivada para todos os fins de direito, já que o download deverá ser efetuado por ação volitiva da CONTRATANTE. É certo ainda, que a criação de login e senha são de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, que será a única responsável por sua utilização;

4.4. Prestar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, descrito em sua Proposta de Preços, a garantia ofertada para os softwares, a contar da sua efetiva entrega;

4.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.6. Relatar à Gestão Contratual toda e qualquer irregularidade observada nos softwares.

4.7. Prestar todas as informações e esclarecimentos, conforme solicitados, no prazo estipulado pela Administração Fundacional.

4.8. Comunicar à Gestão Contratual, bem como ao Setor de Compras da Divisão de Administração de Materiais (DAM) da Universidade toda e qualquer alteração de endereço (físico e de recebimento de correspondências eletrônicas) e demais dados cadastrais.

#### V – CLÁUSULA QUINTA – DA RELAÇÃO ENTRE AS PARTES E DAS VEDAÇÕES

5.1. O presente Contrato não gerará quaisquer vinculações tributárias, trabalhistas e previdenciárias para a CONTRATANTE.

5.2. Não é permitida a subcontratação total ou em partes do objeto.

5.3. É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem como interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### VI – CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

6.1. A inexecução parcial ou total do contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Fundação Universidade Regional de Blumenau, de acordo com a gravidade da infração.

6.2. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, devendo estar limitada aos montantes descritos a seguir e ser aplicada pela Divisão de Administração de Materiais da FURB:

§1º. 1,0% (um por cento) do valor total da Ordem de Compra, devidamente atualizado, por dia de atraso no prazo estabelecido para substituição dos software, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE;

§2º. 2,0% (dois por cento) do valor total da Ordem de Compra, devidamente atualizado, por dia de atraso na entrega dos softwares, sem que haja justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

§3º. 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;

§4º. 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, no caso de inexecução completa do pactuado.

6.3. A Administração Fundacional se reserva o direito de descontar do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste instrumento contratual.

6.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### VII – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

7.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

7.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, sendo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.5. O Termo de Rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



c) Indenizações e multas.

#### VIII – CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no prazo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

#### IX – CLÁUSULA NONA – DAS OMISSÕES

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE conforme as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e, subsidiariamente, segundo as disposições expressas na Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as normas e princípios gerais dos contratos.

#### X – CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

As partes elegem o foro da cidade de Blumenau, Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que subscrevem, depois de lido e achado conforme.

Blumenau, 01 de novembro de 2017.

Prof. Udo Schroeder	Sr. José Geraldo Ferreira Malta
Vice Reitor (FURB)	Imagem Geosistemas e Comércio Ltda
CONTRATANTE	CONTRATADA
Testemunha 01	Testemunha 02
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:

#### EXTRATO Nº 555/2017 - FURB

Publicação Nº 1418641

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 555/2017

Dispensa de Licitação nº. 549/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, X, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FURB E PARA SETORES DE SUPORTE ÀS SUAS ATIVIDADES. Contratada: DRH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (02.852.280/0001-91). Forma de Pagamento: Mensal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.10 (Locação de Imóveis).

Blumenau, 01 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

#### EXTRATO Nº 556/2017 - FURB

Publicação Nº 1418642

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 556/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 541/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o

devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. e demais alterações, para o PAGAMENTO DE PRÓ-LABORE PARA AVALIADORES EXTERNOS PARA RENOVAÇÃO JUNTO AO CEE/SC DE RECONHECIMENTO DO CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA OFERTADO PELA FURB. Contratada: Graziela Amboni Machado Menezes (961.353.609-49). Forma de Pagamento: Em até 05 (cinco) dias após a entrega do Relatório de Avaliação ao CCS. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.721,00 (um mil setecentos e vinte e um reais) / 01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas)/ 3.3.90.36.99.04.02 (Outras Atividades sem vínculo).

Blumenau, 01 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

#### EXTRATO Nº 557/2017 - FURB

Publicação Nº 1418643

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 557/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 542/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. e demais alterações, para o PAGAMENTO PRÓ-LABORE PARA A PROF. IDA LUCIANA MARTINS NORILE, QUE REALIZARÁ PALESTRA SOBRE O TEMA "EMPREENDEDORISMO EM DOIS TEMPOS" NO EVENTO "SEMANA GLOBAL DO EMPREENDEDORISMO" CONVÊNIO FURB/SEBRAE. Contratada: Ida Luciana Martins Noriler



(988.393.579-04). Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias após a conclusão do curso. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 01 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

#### **PORTARIA Nº 6121/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418644

PORTARIA N.º 6121/2017

ALTERA A PARTE NORMATIVA DA PORTARIA N.º 6059/2017 QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI OLENDINA STIEHLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

ALTERAR

A Portaria N.º 6059/2017, de 14 de setembro de 2017, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à MARLI OLENDINA STIEHLER, especificamente quanto ao dispositivo constitucional que embasa sua emissão, alterando de "artigo 3º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005", para "artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003".

Blumenau, 23 de outubro de 2017.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6122/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418645

PORTARIA N.º 6122/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DALVA JUDITE DALLAGNOLLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DALVA JUDITE DALLAGNOLLO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 119/2017, de 30/08/2017, expedida pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 30/05/1985 a 30/07/1985,

06/08/1985 a 06/09/1985, e 20/09/1985 a 30/09/1991, um total de 2288 (dois mil, duzentos e oitenta e oito) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 3 (três) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 02896/10/2017.

Blumenau, 24 de outubro de 2017.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6123/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418646

PORTARIA N.º 6123/2017

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU N.º 01/2015 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

KARINE LOPES, para exercer o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional, carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6124/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418647

PORTARIA N.º 6124/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIA HASSELMANN SCHLINDWEIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, e 7º, § 1º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, artigo 5.º, inciso e II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a" e 3.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CLAUDIA HASSELMANN SCHLINDWEIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor

Universitário, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.166,44 (Seis mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), a contar de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02720/09/2017.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6125/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418648

PORTARIA N.º 6124/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIA HASSELMANN SCHLINDWEIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, e 7.º, § 1º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, artigo 5.º, inciso e II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a" e 3.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CLAUDIA HASSELMANN SCHLINDWEIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.166,44 (Seis mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), a contar de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02720/09/2017.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6126/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418649

PORTARIA N.º 6126/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIGIA BORGES DE JESUS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com o artigo 4.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, inciso I, § 1.º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LIGIA BORGES DE JESUS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.049,99 (Mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), a partir de 1 de novembro de 2017, conforme Processo nº 02819/10/2015.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6127/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418650

PORTARIA N.º 6127/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAISE LUDGERA LOPES MARQUETTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MAISE LUDGERA LOPES MARQUETTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.560,53 (Dois mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e três centavos), a partir de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02735/09/2017.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6128/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418651

PORTARIA N.º 6128/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONÉTE CUÇO ROQUE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a", e 3.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas

Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IVONÉTE CUCO ROQUE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.604,34 (Dois mil,seiscentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), a contar de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02755/09/2017.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6129/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418652

PORTARIA N.º 6129/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANGELA SCHLINDWEIN LIESENBERG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, parágrafo único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

ROSANGELA SCHLINDWEIN LIESENBERG, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.777,57 (Dois mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), contar de 1 de novembro de 2017, conforme Processo nº 02543/08/2017.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6130/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418653

PORTARIA N.º 6130/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017 ÀS 14H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de

dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KAREN CRISTINA BOZKO, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 26 de outubro de 2017, às 14H30MIN.

Blumenau, 26 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6131/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418654

PORTARIA N.º 6131/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA GORETI VIGARANI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

MARIA GORETI VIGARANI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.001,82 (Dois mil, um real e oitenta e dois centavos), a partir de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02898/10/2017.

Blumenau, 26 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6132/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418655

PORTARIA N.º 6132/2017

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GÓES E TEMPORÁRIA À GIOVANA ANDRADE GÓES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA E TEMPORÁRIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, 2º, e 4º, e 18, incisos I, alínea

"a", e II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, artigo 24 Lei Complementar 1047, de 1 de abril de 2016, combinado o artigo 5.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GÓES, cônjuge, e GIOVANA ANDRADE GÓES, filha de JOÃO DE GÓES NETO (Matrícula 221147), servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 19 de outubro de 2017, devendo perceber mensalmente o valor de R\$ 5.874,45 (Cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), dividido em partes iguais, a contar da data do óbito, conforme Processo nº 02885/10/2017.

Blumenau, 26 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6133/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418656

PORTARIA N.º 6133/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE VOLPI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 109, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 1.º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

SOLANGE VOLPI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 12.677,00 (Doze mil, seiscentos e setenta e sete reais), a partir de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02851/10/2017.

Blumenau, 27 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6134/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418658

PORTARIA N.º 6134/2017

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GÓES E TEMPORÁRIA À GIOVANA ANDRADE GÓES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que

lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA E TEMPORÁRIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, 2º, e 4º, e 18, incisos I, alínea "a", e II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, artigo 24, Lei Complementar n.º 1047, de 1 de abril de 2016, combinado o artigo 5.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GÓES, cônjuge, e GIOVANA ANDRADE GÓES, filha de JOÃO DE GÓES NETO, servidor público municipal (Matrícula 110817), ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 19 de outubro de 2017, devendo perceber a beneficiária da pensão vitalícia o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos, no valor de R\$ 4.030,03 (Quatro mil, trinta reais e três centavos), e a beneficiária da pensão temporária, o correspondente a 50% (cinquenta por cento), no valor de R\$ 4.030,03 (Quatro mil, trinta reais e três centavos), até completar 21 (vinte e um) anos, totalizando R\$ 8.060,06 (Oito mil, sessenta reais e seis centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 02888/10/2017.

Blumenau, 27 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6135/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418660

PORTARIA N.º 6135/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHEILA ELISA SCHEIDEMANTEL KLEIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, artigo 5.º, incisos II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SHEILA ELISA SCHEIDEMANTEL KLEIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.503,86 (Quatro mil, quinhentos e três reais e oitenta e seis centavos), a contar de 1 de novembro de 2017, conforme Processo n.º 02633/09/2017.



Blumenau, 26 de outubro de 2017.  
**ELÓI BARNI**  
 Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6136/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418661

PORTARIA N.º 6136/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DULCE MARTINS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DULCE MARTINS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00014/15-3, em 16/05/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	26/10/1977 a 21/05/1979
Santa Joana Comércio de Roupas Ltda. - ME	01/06/1979 a 21/11/1982
Casa Salzi Ltda. - ME	01/12/1982 a 12/08/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	14/08/1986 a 22/05/1987 20/07/1987 a 28/04/1989 11/02/2008 a 19/02/2008 16/02/2009 a 18/12/2009
Lundgren Irmãos Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas	01/08/1989 a 22/01/1990
Associação Rogacionista de Educação e Assistência Social	01/03/1990 a 30/10/1991
Livraria Fátima Eireli – EPP	16/02/1994 a 16/08/1994
Sassi Comércio de Calçados e Confecções Ltda. - ME	02/01/1995 a 30/09/1995
Contribuinte Individual	01/10/1998 a 30/04/1999
AFASC - Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma	02/04/2002 a 20/05/2002 01/04/2004 a 08/09/2005
Prefeitura Municipal de Criciúma	15/08/2006 a 20/12/2006
FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial	16/03/2007 a 30/04/2007 10/04/2007 a 31/05/2007
SED – Secretaria de Estado da Educação	01/08/2007 a 29/10/2007 30/11/2007 a 31/12/2007

Totaliza o tempo de 7094 (sete mil, noventa e quatro) dias, correspondente a 19 (dezenove) anos, 5 (cinco) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 02900/10/2017.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

**ELÓI BARNI**  
 Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6137/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418662

PORTARIA N.º 6137/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAINILDA STEIN BAUMGARTEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RAINILDA STEIN BAUMGARTEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00153/12-9, em 20/10/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Associação Jardins de Infância Vovó Belinha	01/01/1984 a 31/12/1984 01/01/1985 a 31/12/1986 01/01/1987 a 31/12/1987 01/01/1988 a 31/12/1988 01/01/1989 a 18/08/1990
Colégio Dom Bosco	01/03/1982 a 31/12/1983
Col Evang Ruy Barbosa da Comunidade Evang de Rio do Sul	19/08/1990 a 31/05/1993
Estado de Santa Catarina	06/02/1995 a 31/12/1995
Instituto Maria Auxiliadora	06/02/1996 a 19/12/1997
Prefeitura Municipal de Blumenau	02/02/1998 a 21/12/1998 17/02/1999 a 21/12/1999

Totaliza o tempo de 5749 (cinco mil, setecentos e quarenta e nove) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 9 (nove) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 015155/11/2013.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

**ELÓI BARNI**  
 Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6138/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418663

PORTARIA N.º 6138/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CRISTINA MASERA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,



A favor de ANA CRISTINA MASERA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Fazendário, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00324/17-9, em 11/10/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Farmácia Nossa Senhora do Carmo Ltda. - EPP	01/02/1984 a 10/02/1988
Prefeitura Municipal de Blumenau	17/03/1988 a 08/05/1994

Totaliza o tempo de 3712 (três mil, setecentos e doze) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 2 (dois) meses, e (2) dias, conforme Processo n.º 02913/10/2017.

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6139/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1418664

PORTARIA N.º 6139/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TARCISIO PRAWUTZKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TARCISIO PRAWUTZKI, servidor público municipal, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 097/17, de 28/08/2017, expedida pelo Ministério da Defesa Exército Brasileiro – 23º Batalhão de Infantaria, no período de 16/05/1973 a 15/04/1974, um total de 330 (trezentos e trinta) dias, correspondente a 11 (onze) meses, conforme Processo n.º 02899/10/2017.

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6140/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1418665

PORTARIA N.º 6140/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TARCISIO PRAWUTZKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TARCISIO PRAWUTZKI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20024100.1.00035/17-0, em 31/07/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	23/04/1975 a 01/07/1977
Contribuinte Individual	01/08/1979 a 28/02/1981
	01/01/1983 a 31/05/1985
	01/08/1985 a 30/09/1985

Totaliza o tempo de 2319 (dois mil, trezentos e dezenove) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 4 (quatro) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 02899/10/2017.

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6141/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1418666

PORTARIA N.º 6141/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIOLA KANAREK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de FABIOLA KANAREK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.100013/14-9, em 22/01/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Casa Willy Sievert S.A. Comercial	14/09/1989 a 10/07/1990
Loja de Calçados Hass Ltda. – ME	10/09/1990 a 08/02/1992
Anna Marlene Fischer	04/05/1992 a 29/12/1992
Secretaria do Estado da Educação	03/07/1993 a 31/12/1993
	17/02/1994 a 30/12/1994
	06/02/1995 a 30/12/1995
	15/02/1996 a 30/12/1996
	03/02/1997 a 01/08/1997
	22/08/1997 a 30/12/1997
Estado de Santa Catarina	06/03/1996 a 30/12/1996

Prefeitura Municipal de Blumenau	07/03/1997 a 30/12/1997 10/02/1998 a 21/12/1998 17/02/1999 a 21/12/1999 21/02/2000 a 22/12/2000 10/01/2001 a 27/07/2001
----------------------------------	---

Totaliza o tempo de 3670 (três mil, seiscentos e setenta) dias, correspondente a 10 (dez) anos, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 02910/10/2017.

Blumenau, 31 de outubro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6142/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418667

PORTARIA Nº 6142/2017

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE KARINE LOPES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

TORNAR SEM EFEITO,

a nomeação de KARINE LOPES, em conformidade com o disposto no artigo 16, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, para o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal, Categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional, Carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, nomeada pela Portaria Nº 6123/2017, de 25 de outubro de 2017.

Fica a candidata deslocada para a última posição de classificação

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **DECRETO 959**

Publicação Nº 1417440

DECRETO LEGISLATIVO Nº 959

AUTORIZA O VICE-PREFEITO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAÍS EM MISSÃO OFICIAL.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Fica autorizado o Vice-Prefeito Municipal de Blumenau, Senhor Mário Hildebrandt, a ausentar-se do País, no período de 3 a 7 de novembro de 2017, para empreender viagem em missão oficial à Bolívia, conforme Ofício GAPREF nº 911/2017.

Art. 2º No período de 3 a 7 de novembro de 2017, em razão de afastamento do Prefeito Municipal, Senhor Napoleão Bernardes Neto, em gozo de férias conforme comunicado no Ofício nº 919/2017, e considerando a ausência do Vice-Prefeito, assumirá a chefia do Poder Executivo, o Presidente da Câmara Municipal, Senhor Marcos da Rosa.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

entre os aprovados para o cargo de Agente Administrativo, do Concurso Público nº 01/2015, conforme disciplina o artigo 6º, § 3º, do Decreto Municipal nº 9291, de 8 de novembro de 2010.

Blumenau, 1 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 6143/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1418668

PORTARIA Nº 6143/2017

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 01/2015 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

HELOISE ANDRÉ, para exercer o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, Categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional, Carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 1 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCOS DA ROSA  
Presidente

ALMIR VIEIRA  
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN  
1º Secretário 2º Secretário

#### **2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417442

Reunião Ordinária do dia 31 de outubro de 2017.

Terça-Feira - 18:25 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.014 (Destino: publique-se, ficando promulgado o Decreto Legislativo); do Projeto de Lei Complementar nº 1.740 e do Projeto de Lei nº 7.534. Destino: à sanção do Executivo.

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417443

Reunião Ordinária do dia 31 de outubro de 2017.  
Terça-Feira - 18:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovadas, em única discussão e votação, as cessões do Plenário ao Movimento Nós Podemos Blumenau, e à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.740, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.014 e o Projeto de Lei nº 7.534. Destino: à Comissão de Redação Final.

### REUNIÃO ORDINÁRIA DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417445

Reunião Ordinária do dia 31 de outubro de 2017.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em 1ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 552. Destino: ao segundo turno de discussão e votação, transferindo-se para a próxima reunião o primeiro turno de discussão e votação do Projeto de Resolução nº 552.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 552. Destino: à próxima Sessão.

Rejeitada, em 1ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 553. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em 1ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 553. Destino: ao segundo turno de discussão e votação.

Rejeitado, em 1ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 554. Destino: ao arquivo.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2895, 2896 e 2897. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.527.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.014, que "AUTORIZA O VICE-PREFEITO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAÍS EM MISSÃO OFICIAL".

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.748, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 12 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.131, DE 20 DE JULHO DE 2017".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.534, que "DENOMINA DE CELSO MÁRIO OTTIQUIR, PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO FORTALEZA".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.536, que "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DO CACHIMBO DE ÁGUA EGÍPCIO NARGUILÉ AOS MENORES DE 18 ANOS DE IDADE".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.537 (Mensagem nº 125/2017), que "ALTERA o artigo 2º DA LEI Nº 8.298, DE 23 DE JUNHO DE 2016, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF PARA O PAGAMENTO DE CONTRAPARTIDA DEVIDA PELO MUNICÍPIO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC2 - PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - ETAPA 3".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.538 (Mensagem nº 126/2017), que "ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.948, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.539 (Mensagem nº 127/2017), que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR, EM FAVOR DO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A CESSÃO GRATUITA DE USO PARCIAL DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.540, que "INSTITUI A FICHA DE CONDUTA DISCIPLINAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.541, que "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA OU CULTURAL, COM TEOR PORNOGRÁFICO, NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

**MD 2895**

Publicação Nº 1417678

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.895**

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo, no dia 3 de novembro de 2017, na Câmara Municipal de Blumenau, como medida de economicidade.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCOS DA ROSA  
Presidente

ALMIR VIEIRA  
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA  
1º Secretário

MARCELO LANZARIN  
2º Secretário

**MD 2896**

Publicação Nº 1417679

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.896**

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO PARA CESSÃO DE ESTAGIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Blumenau, por seu Presidente, autorizada a celebrar convênio com o Ministério do Trabalho, por intermédio da Gerência Regional do Trabalho Substituta em Blumenau, tendo por objeto a cessão de estagiários do Poder Legislativo, em caráter excepcional e temporário, na forma do Convênio de Cooperação Técnica, anexo, que é parte integrante desta Resolução MD.

Parágrafo único. O Convênio de que trata esta Resolução MD deverá ser registrado em livro próprio, com arquivamento de cópia e documentos que o instruem, na Diretoria Geral da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCOS DA ROSA  
Presidente

ALMIR VIEIRA  
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA  
1º Secretário

MARCELO LANZARIN  
2º Secretário

**MD 2897**

Publicação Nº 1417680

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.897**

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo, no dia 3 de novembro de 2017, na Câmara Municipal de Blumenau, como medida de economicidade.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCOS DA ROSA  
Presidente

ALMIR VIEIRA  
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA  
1º Secretário

MARCELO LANZARIN  
2º Secretário

**INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017**

Publicação Nº 1418184

PROCESSO:  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

CAUSA ENSEJADORA DA INEXIGIBILIDADE:  
Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

OBJETO:  
Prestação de serviços de TV por assinatura.

CONTRATADA:  
Claro S.A.

CNPJ/MF DA CONTRATADA:  
40.432.544/0191-66.

ENDEREÇO DA CONTRATADA:  
Rua Cristóvão Nunes Pires, 110, sala 201, centro, CEP 88.010-120-Florianópolis – SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:  
12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES:  
R\$ 9.331,20 (nove mil trezentos e trinta e um reais e vinte centavos).

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 05/2015**

Publicação Nº 1418187

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Sigma Serviços em Segurança do Trabalho Ltda ME.

OBJETO: Prestação de serviços medicina ocupacional.

VALOR: R\$2.869,74 (dois mil oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão nº 22/2015, de 16/10/2015 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 29/10/2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 01/2016**

Publicação Nº 1418188

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e ARTONHO CLIMATIZAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado para a Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: O valor anual estimado do contrato é de R\$ 35.907,42 (trinta e cinco mil novecentos e sete reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 2.266,35 (dois mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos) mensais relativos à manutenção preventiva e corretiva e R\$ 8.711,22 (oito mil setecentos e onze reais e vinte e dois centavos) estimados para o ressarcimento de peças.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão nº 12/2016 e Lei nº 8.666/93.

VENCIMENTO: 14/10/2018.

BLUMENAU, 11 DE OUTUBRO DE 2017.

**EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 11/2012**

Publicação Nº 1418189

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONTROLE DE VEÍCULOS POR 30 DIAS, A PARTIR DE 20/10/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 11/2012, de 02/10/2012 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 20/11/2017.

BLUMENAU, 20/10/2017.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016**

Publicação Nº 1418190

PROCESSO: 14/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Blumenau

CONTRATADA: Osvaldo Dias da Silva Eireli ME.

CNPJ: 00.851.016/0001-08.

OBJETO: Rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços n. 13/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, em especial os arts. 77, inciso I; 78, inciso I e 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, bem assim da Cláusula Décima da Ata de Registro de Preços n. 13/2016.

DATA DE RESCISÃO: 18/10/2017.



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5100/2017

Publicação Nº 1417245

DECRETO MUNICIPAL Nº 5100/2017,  
DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DEPARTAMENTO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto no art. 16 da Lei Municipal nº 1.003/2015 e sua alteração na Lei Municipal nº 1.022/2016:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica por este Decreto nomeada Marília Ceccon Maggi, como Membro Titular dos Representantes da Secretaria Municipal de Administração em substituição de Jandrei Luiz Brutscheer no Conselho Municipal do Departamento da Cultura do município de Bom Jesus do Oeste – SC.

Parágrafo Único – Ficam mantidas inalteradas todas as demais disposições do Decreto Municipal Nº 5001/2017, de 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 4885/16.016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 1º de novembro de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5101/2017

Publicação Nº 1417715

DECRETO MUNICIPAL Nº 5101/2017,  
DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CAMPANHA DE NOMINAÇÃO "MOVIMENTA BOM JESUS DO OESTE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1064/2017, de 11 de outubro de 2017.

#### DECRETA:

##### CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto regulamentada a Lei Municipal nº 1064/2017, de 11 de outubro de 2017, que dispõe sobre a CAMPANHA "MOVIMENTA BOM JESUS DO OESTE" no município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 2º. A execução da campanha denominada CAMPANHA "MOVIMENTA BOM JESUS DO OESTE", será desenvolvida pela Administração Municipal, através de suas secretarias e departamentos, segundo as normas deste regulamento e demais instruções que se fizerem necessárias.

Parágrafo Único - A coordenação geral da campanha será exercida pela Secretaria de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a qual compete-lhe organizar e determinar a execução das tarefas inerentes.

Art. 3º. A campanha "MOVIMENTA BOM JESUS DO OESTE", visa premiar mediante sorteio realizado conforme este regulamento, produtores rurais portadores da Nota Fiscal de produtor, consumidores contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e serviços em geral e consistirá:

I – Na apresentação dos seguintes documentos fiscais, que dará direito a cupons de premiação tipograficamente impressa para esse fim concorrendo a sorteio de prêmios, mediante identificação por nomes e endereço.

- a) Nota fiscal de compra de mercadorias do comércio local;
- b) Nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra;
- c) Nota fiscal de pagamento de prestação de serviço recolhida no município.

II - Na participação e conscientização da população, através dos meios de comunicação, para que façam as trocas previstas no inciso anterior.

Art. 4º. A participação na campanha é voluntária e facultada às entidades, associações, pessoas físicas, que apresentarão os documentos fiscais acima mencionados para recebimento de cupons de premiação no posto de troca do município.

#### CAPÍTULO II

Da Apresentação e Validade dos Documentos Fiscais

Art. 5º. Caberá ao responsável pelo movimento econômico do município realizar a verificação dos documentos fiscais para a entrega dos cupons de premiação na forma deste regulamento.

Parágrafo Único - Haverá um posto de troca e uma urna coletora, que estará localizada na Prefeitura Municipal, a qual será personalizada com identificação da campanha, para recolhimento dos cupons de premiação.

Art. 6º. As pessoas participarão da campanha apresentando as primeiras vias dos seguintes documentos fiscais emitidos por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço sediados no município de Bom Jesus do Oeste - SC:

I – Indústria, comércio e prestação de serviço:

- a) Nota fiscal ou cupom fiscal da compra e/ou de prestação de serviço, de empresa estabelecida no município, que cada R\$ 100,00 (cem reais), dará direito a 01 (um) cupom de premiação;

§ 1º. O participante deverá apresentar a nota fiscal de compra do comércio local ou da prestação do serviço, a qual será carimbada e devolvida ao mesmo, recebendo em troca, cupons de premiação na quantia equivalente o valor apresentado.

#### II - Agropecuário:

a) Nota fiscal de venda de produto, de produtor inscrito no município, que a cada R\$ 1.000,00 (um mil reais), dará direito a 01 (um) cupom de premiação.

§ 2º. O participante deverá apresentar a contra nota de compra, juntamente com a via amarela do bloco de produtor rural, emitida no período de 01 de janeiro de 2018 à 28 de dezembro de 2018.

§ 3º. Não farão parte da Campanha "MOVIMENTA BOM JESUS DO OESTE", as notas fiscais de Produtor Agropecuário com o CFOP 1.451 - Retorno de animal do estabelecimento produtor.

§ 4º. As pessoas poderão acumular os documentos fiscais até perfazer, no mínimo, o valor que dará direito a um cupom de premiação.

§ 5º. O valor totalizado dos documentos fiscais será trocado por tantos cupons de premiação quantos inteiros forem obtidos da divisão pelo valor de cada cupom, desconsiderando-se as frações e sobras encontradas.

§ 6º. Os cupons de premiação impressos para esta campanha terão validade nos sorteios estabelecidos neste regulamento.

§ 7º. É proibida a venda de cupons de premiação desta campanha.

Art. 7º. O período de apresentação dos documentos fiscais para recebimento de cupons de premiação, junto ao posto de troca na prefeitura municipal, será de 01 de janeiro a 28 de dezembro de 2018, ou enquanto houver cupons para troca.

#### CAPÍTULO III

##### Dos Prêmios

Art. 8º. A premiação destinada ao sorteio será a seguinte:

01 - LAVADORA 11 KG CLEAN-BWC 11ABBNA;  
02 - TV 32P HD USB HDMI 32PHG4109;  
02 - MICROONDAS 30L EASYCLEAN BCO C/PUXADOR 220V;  
01 - FORNO ELETRICO 44L BRANCO;  
02 - BICICLETAS ARO 26/18 MARCHAS;  
02 - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 1400W WAPP;  
02 - APARADOR DE GRAMA 1000W;  
02 - TORNEIRA ELÉTRICA PRÁTICA;  
02 - LIQUIDIFICADOR  
02 - GARAFAS TÉRMICAS 1,8L  
BRINQUEDOS.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos sorteios

Art.9º. Serão realizados dois sorteios, sendo:

I – O Primeiro Sorteio será realizado no dia 19/07/2018, junto a programação das festividades do município em comemoração aos 23 anos de Emancipação Política Administrativa, com os seguintes prêmios:

1º Prêmio : 01 TV 32P LED HD USB HDMI 32PHG4109;  
2º Prêmio : 01 MICROONDAS 30L EASYCLEAN BCO C/PUXADOR 220V;  
3º Prêmio : 01 FORNO ELETRICO 44L BRANCO;  
4º Prêmio : 01 BICICLETA ARO 26/18 MARCHAS  
5º Prêmio : 01 LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 1400W WAPP  
6º Prêmio : 01 APARADOR DE GRAMA 1000W  
7º Prêmio: 01 TORNEIRA ELÉTRICA PRÁTICA

8º Prêmio : 01 LIQUIDIFICADOR

9º Prêmio: 01 GARAFa TÉRMICA 1,8L

10º Prêmio: BRINQUEDOS.

II – O Segundo e Sorteio final da campanha acontecerá no dia 29 de dezembro de 2018 na Praça Municipal sendo:

1º Prêmio: 01- LAVADORA 11 KG CLEAN-BWC 11ABBNA;

2º Prêmio: 01 TV 32P LED HD USB HDMI 32PHG4109

3º Prêmio: 01 MICROONDAS 30L EASYCLEAN BCO C/PUXADOR 220V

4º Prêmio: 01- BICICLETA ARO 2618 MARCHAS

5º Prêmio: 01 -LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 1400W WAPP

6º Prêmio: 01 - APARADOR DE GRAMA 1000W

7º Prêmio: 01 - TORNEIRA ELÉTRICA PRÁTICA

8º Prêmio: = 01-LIQUIDIFICADOR

9º Prêmio: 01 - GARAFa TÉRMICA 1,8L

10º Prêmio: BRINQUEDOS.

Art. 10. Concorrerão ao sorteio os participantes da campanha que houverem informado os dados requeridos no cupom de premiação e tiverem depositado os mesmos na urna, que ficará na prefeitura Municipal, junto a recepção do centro administrativo Municipal.

Parágrafo Único - Cada cupom de premiação será objeto de um único prêmio.

Art. 11. Todos os prêmios deverão ser reclamados até 30 (trinta) dias a contar da data do sorteio, perdendo o direito aos mesmos depois desta data.

Parágrafo Único - Os cupons desclassificados por falta de legibilidade serão sorteados novamente e os que não forem entregues por falta de reclamação ou qualquer outro motivo alheio à vontade da coordenação da campanha, serão destinados a entidades do município.

#### CAPÍTULO V

##### Das Responsabilidades

Art. 12. O controle da campanha será feito pela Administração Municipal juntamente com as secretarias e departamentos, que examinarão o enquadramento dos documentos fiscais apresentados dentro das normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 13. Constitui responsabilidade do setor econômico do município, realizar a entrega dos cupons de premiação mediante apresentação dos documentos fiscais, respeitando as condições e os prazos estabelecidos neste regulamento.

Art. 14. Em caso de má fé ou inobservância das condições estabelecidas neste regulamento por algum dos participantes serão aplicadas as sanções legais cabíveis

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Finais

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração juntamente com os técnicos do município.

Art. 16. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 1º de novembro de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENGHER,  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 222/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417621

PORTARIA Nº 222/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGHER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. VOLMIR PETER, inscrito no CPF sob nº 692.720.859-34, e matrícula sob nº 714-5, ocupante do cargo de Auxiliar Dos Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, sendo do período aquisitivo de 06/11/2016 a 05/11/2017 e período de concessão de 06/11/2017 a 05/12/2017. (30 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de novembro de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGHER  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

**EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1417341

**ERRATA – EXTRATO DO EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

Processo Seletivo: nº 001/2017; ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 para preenchimento de vagas de provimento efetivo do Legislativo Municipal e para a formação de cadastro de reserva. O qual reger-se-á pela Lei do Legislativo nº 20 de 16 de agosto de 2017, com execução técnico-administrativa da empresa Scheila Aparecida Weiss ME

**DAS VAGAS E HABILITAÇÕES**

O Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos públicos de provimento efetivo a seguir:

CARGO	C.H	VAGAS	VENCIMENTOS	HABILITAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO	TIPO DE PROVA
Auxiliar de Serviços Gerais	30h	CR	919,42	1º grau	Prova Objetiva

**DAS INSCRIÇÕES**

As inscrições serão realizadas somente através da internet no site [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no período de 23/10/2017 até às 23h59min do dia 22/11/2017

Onde se lê: Provimento efetivo do Legislativo, leia-se : provimento temporário do Legislativo

Onde se Lê : Concurso público, leia-se : Processo Seletivo do Legislativo

As demais disposições contidas no referido aviso permanecem inalteradas.

Bom Jesus do Oeste, 01 de novembro de 2017.

Antonio Nascimento – Prefeito Legislativo

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 213/2017

Publicação Nº 1417732

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 213/2017 Pregão Presencial 11/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Diogo Cassio Cabral ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços telecomunicações de link internet dedicado em conformidade com as especificações constantes nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Valor Total: R\$ 93.960,00 (noventa e três mil novecentos e sessenta reais).

Bom Retiro, 06 de novembro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### PL55/2017-PP46/2017-MEDICAMENTO DE A-Z

Publicação Nº 1417285

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição parcelada de MEDICAMENTOS DIVERSOS, divulgados nas listas de preços emitidos pela CMED/ANVISA. Recebimento da documentação e propostas: 20/11/2017, Até as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br)

Botuverá-SC, 31 de outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 093 2017

Publicação Nº 1417339

DECRETO Nº 093/2017

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o 7º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 01.11.2017.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 31 de outubro de 2017.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 094 2017

Publicação Nº 1417340

DECRETO Nº 094/2017.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de outubro de 2017 para 16.11.2017.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de outubro/2017 para o dia 16.11.2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 31 de outubro de 2017.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 32/2017 - SRP

Publicação Nº 1417624

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2017

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 32/2017 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 20.11.2017, estará selecionando a melhor proposta Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão

Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo, envolvendo somente equipes do município, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 01 de novembro de 2017.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

### LEI Nº 0887/2017

Publicação Nº 1418020

LEI Nº 0887/2017

Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Braço do Trombudo e da outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de David Canabarro, o qual é parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 01 de novembro de 2017.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 0888/2017

Publicação Nº 1418024

LEI Nº 0888/2017

Altera a Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, que autoriza o ingresso do Município de Braço do Trombudo no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Braço do Trombudo no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Braço do Trombudo, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º O artigo 3º, da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município  
R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços

de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana

e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 .....

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 692, de 27 de outubro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 .....

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 01 de novembro de 2017.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2017 PMBT

Publicação Nº 1416137

Página: 1/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017**

Número do Registro de Preços: 15/2017 Data do Registro: 03/08/2017 Válido até: 03/08/2018

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para construção e manutenção de pontes e galerias do Município de Braço do Trombudo - SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pedras de 6m x 70 cm x 30cm (20136)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	228,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	228,1000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	232,5800	3
2	Pedras de 4m x 70 cm x 30cm (20137)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	155,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	155,1000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	158,1000	3
3	Pedras de 3 m x 70 cm x 30cm (20138)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	116,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	116,1000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	118,9900	3
4	Pedras de 4 m x 1 m x 26 cm (20139)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	219,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	219,5000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	222,5000	3
5	Pedras de 3 m x 1 m x 26 cm (20140)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	165,2000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017**

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 15/2017		Data do Registro: 03/08/2017		Válido até: 03/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para construção e manutenção de pontes e galerias do Município de Braço do Trombudo - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Pedras de 2 m x 1 m x 26 cm (20141)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	165,3000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	168,2300	3
7	Pedras de 4 m x 1 m x 20 cm (20142)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	116,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	116,2000	2
8	Pedras de 3 m x 1 m x 20 cm (20143)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	164,8000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	165,0000	2
9	Pedras de 2 m x 1 m x 20 cm (20144)	UND	NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	168,2300	3
			ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	116,0000	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	116,5000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	118,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 15/2017      Data do Registro: 03/08/2017      Válido até: 03/08/2018						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para construção e manutenção de pontes e galerias do Município de Braço do Trombudo - SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
10	Pedras de 4 m x 1 m x 18 cm (20145)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	219,0000
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	219,1000
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	222,5000
11	Pedras de 2 m x 1 m x 18 cm (20146)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	116,0000
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	116,1000
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	118,9900
12	Pedras de 2 m x 2 m x 16 cm (20147)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	145,0000
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	145,4000
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	148,3000
13	Pedras de 2 m x 1,5 m x 16 cm (20148)	UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	113,5000
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	113,7000
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	116,2900
14	Brita Ardósia número 2 (20149)	M3	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	35,0000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017**

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 15/2017		Data do Registro: 03/08/2017		Válido até: 03/08/2018		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para construção e manutenção de pontes e galerias do Município de Braço do Trombudo - SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Pedras de 1 m x 30 cm x 6 cm (20150)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	36,0000	2
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9608)	Prada	0	36,0000	3
		UND	ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA (8209)	ARDOSIA	0	5,1000	1
			NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (9606)	Prada	0	5,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 15/2017		Data do Registro: 03/08/2017		Válido até: 03/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para construção e manutenção de pontes e galerias do Município de Braço do Trombudo - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	Mineração Itau	0	5,3000	3

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017

Número do Registro de Preços: 15/2017		Data do Registro: 03/08/2017		Válido até: 03/08/2018			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para construção e manutenção de pontes e galerias do Município de Braço do Trombudo - SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017

PROCESSO Nº 26/2017

(8209) - ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA

(9429) - Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me

(9608) - NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -

Braço do Trombudo, 3 de Agosto de 2017.



# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 67/2017

Publicação Nº 1417530

DECRETO Nº 67 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

#### ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e Considerando que o período primavera/verão proporciona maior luminosidade; Considerando o "horário de verão" estabelecido em algumas regiões do território nacional, da qual fazemos parte integrante; Considerando a necessidade de otimizar o uso dos equipamentos e materiais públicos; e Considerando que a economia de recursos financeiros é princípio constitucional aplicada à administração pública,

#### DECRETA

Art. 1º. A partir do dia 06 de novembro de 2017, até o fim do horário de verão estabelecido pelo Governo Federal na Região Sul do Brasil, inclusive, o horário de expediente nas repartições públicas municipais será das 07:00 (sete) horas às 13:00 (treze) horas.

Art. 2º. O disposto no artigo 1º não altera os horários de funcionamento das escolas, postos de saúde, da Secretaria de Obras Transporte e Urbanismo e Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente que continuam a atender normalmente.

Parágrafo Único: Os setores internos da Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente farão o mesmo horário descrito no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Eventuais tarefas essenciais serão mantidas, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Parágrafo único. O horário normal de expediente retornará automaticamente com o fim do horário especial de verão.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 01 de novembro de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento Kern

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

### EDITAL DE CHAMADA PUBLICA 03-2017

Publicação Nº 1417182

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Edital de Chamada Pública nº 03/2017

Objeto: Pré-Qualificação de bens para aquisição de gêneros alimentícios. Data e horário: A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 31/10/2017 e serão recebidas até 14/11/2017 na sede do Município de Brunópolis, de segunda a sexta-feira das 08:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 16:30 horas. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8.048-2017

Publicação Nº 1418019

DECRETO Nº. 8.048, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 387.535,00 (trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 6.500,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.37.63 Outras Transf. FNDE – PAR

VALOR R\$ 4.500,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.37.63 Outras Transf. FNDE – PAR

VALOR R\$ 11.600,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.37.66 FNDE EI Novas Turmas - Manut. Educ. Infantil

VALOR R\$ 1.500,00

0.1.37.65 FNDE - Manut. Educação Infantil

VALOR R\$ 820,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.37.66 FNDE EI Novas Turmas - Manut. Educ. Infantil

VALOR R\$ 1.615,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.3.64.55 Transferência de Convênio Estado - Outros

VALOR R\$ 51.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 290.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa, Financeira

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 6.500,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 210.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 80.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa, Financeira

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

63.923-0	B.Brasil – PAR	0.1.37.63	20.140,05
		0.3.37.63	219.301,65
TOTAL GERAL			240.140,05

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.37.63/0.3.37.63	0,00
DDO à Pagar	0.1.37.63/0.3.37.63	0,00
Restos à Pagar	0.1.37.63/0.3.37.63	0,00
TOTAL	0.1.37.63/0.3.37.63	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.37.63	240.140,05
Valor Utilizado Decreto nº 7993/2017	0.3.37.63	40.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8011/2017	0.3.37.63	10.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8019/2017	0.3.37.63	38.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8020/2017	0.3.37.63	2.550,00
Valor a Utilizar	0.3.37.63	149.590,05

71.545-X	B.Brasil - Revitalização da Rua Nova Trento	0.1.64.55	41.292,59
71.523-9	B. Brasil - Con. Ponte Rio Branco	0.1.64.55	3.115,23
		0.3.64.55	180.738,51
74.859-5	B. Brasil – Pav. Asfáltica e Dren. Pluvial Rua Bulcão Viana	0.1.64.55	1.088.903,80
TOTAL GERAL			1.314.050,13

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	28.939,06
DDO à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
Restos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
TOTAL	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.64.55	1.285.111,07
Valor Utilizado Decreto nº 7946/2017	0.3.64.55	157.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7951/2017	0.3.64.55	67.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7966/2017	0.3.64.55	40.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7966/2017	0.3.64.55	240.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7966/2017	0.3.64.55	175.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8033/2017	0.3.64.55	51.000,00
Valor a Utilizar	0.3.64.55	555.111,07

III – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.37.66	FNDE EI Novas Turmas - Manut. Educ. Infantil
Valor Orçado	0,00
Valor arrecadado até a data de 27/10/2017.	3.122,41

Excesso de arrecadação até a data de 27/10/2017.	3.122,41
Valor a Utilizar	3.122,41

0.1.37.65	FNDE - Manut. Educação Infantil
Valor Orçado	0,00
Valor arrecadado até a data de 27/10/2017.	859,99
Excesso de arrecadação até a data de 27/10/2017.	859,99
Valor a Utilizar	859,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de outubro de 2017  
JONAS OSCAR PAEGLE                      Dr. EDSON RISTOW  
Prefeito Municipal                      Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **EDITAL Nº 01-2017-CMSB-REGIMENTO INTERNO**

Publicação Nº 1418021

### REGIMENTO INTERNO II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

#### CAPÍTULO I DO OBJETIVO, TEMÁRIO

Art.1º A II Conferência Municipal de Saneamento Básico, será aberta pelo Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, e conduzida por um representante do SAMAE de Brusque e realizada em 08 de novembro de 2017.

Art. 2º A II Conferência Municipal de Saneamento Básico foi convocada por meio do Edital CMSB nº 01/2017, de 19 de outubro de 2017 em cumprimento ao disposto na Lei n.º 3.396 de 27 de junho de 2011 sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 3º A II Conferência Municipal de Saneamento Básico constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação da situação do saneamento básico e propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 4º A II Conferência Municipal de Saneamento Básico tem como tema: "Consolidar o Saneamento Básico, Rumo a 2036", como lema: "Saneamento: Qualidade de Vida" .

#### CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A II Conferência Municipal será aberta pelo Presidente do CMSB e conduzida por um representante do SAMAE .

Parágrafo único. Na ausência do Presidente do CMSB de Brusque, o Secretário Executivo do CMSB assumirá a Presidência.

Art. 6º A II Conferência Municipal contará com um momento para abertura, palestras referentes ao Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Industrial, Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, Drenagem e manejo das águas pluviais e plenária final.

#### CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Art. 7º Foram convocados a participar da II Conferência Municipal de Saneamento Básico, todos os sujeitos governamentais e não governamentais, instituídos pela Lei n. 3.396 de 27 de junho de 2011, na reunião de 19 de outubro de 2017, do CMSB, e pessoas interessadas nas questões relativas ao Saneamento Básico, na condição de:

I- Convidados(as), desde que devidamente registrados no livro de presença, com direito a voz:

- personas interessadas nas questões afetas ao Saneamento Básico;
- representantes das Universidades, Poder Legislativo Municipal, AGIR, Comite do Itajai Mirim, AMMVI, Judiciário, Ministério Público, Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos.

#### CAPÍTULO IV DO REGISTRO DE PRESENÇA

Art. 8º O registro de presença dos(as) participantes da II Conferência Municipal será efetuado no dia 08 de novembro de 2017, a partir das 17:30h às 22:00h e tem como objetivo identificar os participantes e a condição de participação.

Art.9º As excepcionalidades no registro serão tratadas pela Comissão Organizadora.

#### CAPÍTULO V DAS PALESTRAS

Art. 10 As palestras terão por finalidade promover o aprofundamento do debate do tema da conferencia.

Art. 11 Cada palestra contará com expositor para discorrer sobre o temário, que disporá de 30 minutos para sua apresentação.

Art. 12 A palestra terá a colaboração de um(a) Coordenador(a) de Mesa, indicado(a) pela Comissão Organizadora, que ficará responsável por controlar o uso do tempo e organizar as perguntas formuladas pela plenária.

Art. 13 A Comissão Organizadora indicará um(a) Relator(a) que ficará responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da

fala do expositor sobre o tema.

Art. 14 A II Conferencia de Saneamento Básico terá a seguinte cronograma de funcionamento:

Início:

- 1 – Abertura da II Conferência
- 2 - Discurso inicial do Presidente do CMSB
- 3 - Palavra do Prefeito Municipal ou de seu representante

Palestras:

- 4 - Abastecimento de Água Potável
- 5 – Esgotamento Sanitário e Industrial
- 6 – Manejo Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
- 7 – Drenagem e manejo das águas pluviais

Finalização

- 8 – Plenária Final e encerramento

## CAPÍTULO VI PLENÁRIA FINAL

Art. 15 Os representantes do CMSB convocados na reunião de 19 de outubro de 2017, terão direito sobre os convidados a iniciarem sua participação com direito a 1 (uma) pergunta para um dos palestrantes, que deverão estar presentes até o final da II conferência.

As perguntas e sugestões dos(as) participantes convocados e convidados, poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito e encaminhadas a(o) Coordenador(a) da Mesa.

O tempo para elaboração da pergunta não poderá exceder a 2 minutos, e a resposta deverá ser sucinta e direta, por até 3 minutos.

A plenária final, encerrará pontualmente as 22:00h.

Art. 16 O produto da plenária será encaminhado para o CMSB para discussão e posterior envio ao Prefeito Municipal, de relatório final sob a forma de propostas novas e recomendações da Conferência Municipal.

Art. 17 A Sessão Plenária Final é o momento de discussão e terá caráter consultivo com a finalidade de:

I. Analisar, recomendar e propor, com base na avaliação local, de propostas para complementar a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e de sua adequação com a integração posterior com os Planos Municipais de Manejo Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana e Drenagem e manejo das águas pluviais ;

## CAPÍTULO VII DAS MOÇÕES

Art. 18 As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da II Conferência Municipal, até a instalação da Plenária Final.

Parágrafo Único. As Moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 19 As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) presente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 A II Conferencia, terá validade independente do número de participante.

Art. 21 O presente Regimento entrará em vigor após aprovação em plenária da II Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Brusque, 19 de outubro de 2017.

## EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027-2017

Publicação Nº 1418026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 027/2017

Tomada de Preço nº 001/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUARANI  
Impugnante: EDP CONSTRUTORA EIRELI ME

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, conhecer o recurso apresentado pela empresa EDP CONSTRUTORA EIRELI ME, e no mérito julga-lo improcedente.

31/10/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Diretora de Licitações de Contratos

## EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108-2017

Publicação Nº 1418028

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 108/2017

CONCORRENCIA nº 003/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DE PASSEIOS DA RUA ANTONIO EISING, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, com valor global de R\$ 3.083.479,90 (Três milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

30/10/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

## EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148-2017

Publicação Nº 1418029

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 148/2017

Pregão nº 093/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAPEL A4

Impugnante: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, não conhecer a impugnação apresentada pela empresa DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, pelos motivos e fatos acima expostos.

30/10/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Diretora de Licitações e Contrato



**LEI Nº 4091-2017**

Publicação Nº 1418115

LEI N. 4.091, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 2.485 de 12 de fevereiro de 2001 e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 3º da Lei n. 2.485, de 12 de fevereiro de 2001:

“Art. 3º -----

Parágrafo único. No cronograma de contratação de empregados, as entidades ficam obrigadas a preencher, no mínimo, 10% (dez por cento) do seu quadro de funcionários com jovens profissionais da faixa etária de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, residentes no município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4092-2017**

Publicação Nº 1418116

LEI N. 4.092, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

institui a Ouvidoria na Câmara Municipal de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Ouvidoria da Câmara Municipal de Brusque, como meio de interlocução com a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, informações, reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos relacionados às suas atribuições e competências.

Art. 2º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Brusque:

I - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigidas à Câmara Municipal;

II - organizar os canais de acesso do cidadão à Câmara Municipal, simplificando procedimentos;

III - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas à Ouvidoria;

IV - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quando as manifestações não forem de competência da Ouvidoria da Câmara Municipal;

V - responder aos cidadãos e entidades quanto às providências adotadas em face de suas manifestações;

VI - auxiliar a Câmara Municipal na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos, bem como no saneamento de violações, ilegalidades e abusos constatados;

VII - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos de participação social.

Art. 3º A Ouvidoria da Câmara Municipal, diretamente vinculada à Mesa Diretora, será dirigida por um Ouvidor, designado pelo Presidente da Câmara Municipal, dentre os servidores efetivos da Casa, com formação nível superior, se uma gratificação de função de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento básico.

Art. 4º O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:

I - requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal;

II - solicitar documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º As unidades e servidores da Câmara Municipal terão prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria, prazo este que poderá ser prorrogado, por igual período, em função da complexidade do assunto.

§ 2º O descumprimento do prazo ou a ausência de resposta deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 5º São atribuições do Ouvidor:

I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;

II - remeter para a Mesa Diretora a proposição de medidas para sanar as violações de direito, as ilegalidades e os abusos de poder constatados na Câmara Municipal;

III - sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;

IV - arquivar, de forma fundamentada, reclamação recebida que, por qualquer motivo, não deva ser respondida;

V - manter sigilo sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;

VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;

VII - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;

VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;

IX - elaborar relatório de gestão anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento ao Presidente da Casa, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;

X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

XI - propor à Mesa Diretora a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da

Ouvidoria;

XII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas.

Parágrafo único. O relatório de gestão de que trata o inciso IX do caput, que será publicado no mês de janeiro de cada ano, deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes;

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Art. 6º A Ouvidoria encaminhará resposta conclusiva ao cidadão, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogável, mediante justificativa, por mais (dez) dias, a contar do recebimento da manifestação.

§ 1º Será considerada conclusiva a resposta que oferecer ao interessado a análise prévia realizada, bem como as medidas requeridas às áreas internas, ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo.

§ 2º A contagem de início e término do prazo de resposta será prorrogada para o dia útil subsequente, nos dias e horários em que a Câmara Municipal não estiver em funcionamento.

§ 3º Em não sendo possível oferecer resposta conclusiva no prazo estabelecido no caput, a ouvidoria oferecerá, mensalmente, resposta intermediária, informando acerca da análise prévia, dos encaminhamentos realizados e das etapas e prazos previstos para o encerramento do processamento da sugestão

Art. 7º A Câmara Municipal deverá colocar à disposição do usuário formulário simplificado e de fácil compreensão para a apresentação das manifestações dirigidas à Ouvidoria.

Art. 8º Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.

Parágrafo único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:

I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

II - emissão de comprovante de recebimento da manifestação;

III - análise e obtenção de informações, quando necessário;

IV - decisão administrativa final;

V - ciência ao usuário.

Art. 9º A Ouvidoria receberá e registrará as manifestações anônimas que pela descrição dos fatos forneçam indícios suficientes à verificação de sua verossimilhança.

§ 1º Caso não haja indícios suficientes à verossimilhança da denúncia anônima, o Ouvidor deverá arquivá-la, fundamentando sua decisão.

§ 2º O denunciante anônimo não receberá número de protocolo e nem resposta da Ouvidoria.

Art. 10. A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, tais como:

I - acesso por meio de página eletrônica da Câmara Municipal na rede mundial de computadores, contendo formulário específico para o registro de manifestações;

II - serviço de atendimento presencial, na sede do Poder;

III - serviço de atendimento por telefone.

Parágrafo único. Para garantir a efetividade de suas atribuições, a Ouvidoria poderá condicionar o seguimento da solicitação à apresentação de documentos.

Art. 11. A Câmara Municipal de Brusque dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação utilizados pela Casa.

Art. 12. A Ouvidoria passa a integrar o Organograma da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Brusque, previsto na Lei nº 3.250/2009, incluindo-se a alínea "d" no inciso II, do artigo 2º, da referida norma, que passa a constar com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]

II – [...]

d) Ouvidoria".

Art. 13. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verba própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor no prazo de trinta dias a contar da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4093-2017

Publicação Nº 1418117

LEI N. 4.093, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ratifica as alterações realizadas no protocolo de intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n. 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na

Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n. 3.669, de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n. 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543\\_edicao\\_2218\\_assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf)).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4094-2017

Publicação Nº 1418118

LEI N. 4.094, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Denomina Via Pública Rua São Silvestre.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA SÃO SILVESTRE a via identificada como SC-030, com início 57,00 metros após a Rua Max Furbringer, no lado esquerdo da Av. Germano Furbringer, bairro Souza Cruz.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 72,10 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4095-2017

Publicação Nº 1418119

LEI N. 4.095, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a proibição do nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do município de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo, inclusive o cruzado, no âmbito do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do município, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Parágrafo único. Compreende-se por nepotismo cruzado o ajuste para burlar a regra mediante nomeações ou designações recíprocas entre órgãos ou entidades da Administração ou entre os Poderes.

Art. 2º Constitui prática de nepotismo a nomeação para cargos de provimento em comissão ou função de confiança, por qualquer das entidades previstas no artigo anterior, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

§ 1º Ficam excepcionadas as nomeações de servidor efetivo, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, desde que comprovada habilitação para o desempenho das funções inerentes ao cargo, e não haja subordinação direta entre os impedidos.

§ 2º Será considerada prática de nepotismo, ainda, a nomeação para cargos de agentes políticos, provimento em comissão ou função de confiança, por qualquer das entidades mencionadas no artigo anterior, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de vereador.

Art. 3º O nomeado ou designado declarará por escrito, antes da posse, não ter relação familiar ou de parentesco que importe na prática vedada por esta Lei.

Art. 4º São nulos os atos de nomeação ou designação praticados em desacordo com o disposto nesta Lei, importando a sua desobediência em ato de improbidade administrativa, nos termos do § 4º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 298-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1418030

**PORTARIA Nº 298/2017**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

João Joel Dahmer, matrícula 29459-00, ocupante do cargo de Agente hidráulico.

Pelo período de 08/11/2017 a 27/11/2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/11/2017.

Brusque, 27 de outubro de 2017.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 299-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1418035

**PORTARIA Nº 299/2017**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Elias Gabriel Contesini, matrícula 8010-00, ocupante do cargo de Agente hidráulico.  
Orlando Soares Filho, matrícula 8095-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE.

Pelo período de 08/11/2017 a 07/12/2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/11/2017.

Brusque, 27 de outubro de 2017.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 300-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1418036

**PORTARIA Nº 300/2017**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

Osvaldo dos Santos Moraes Junior, matrícula 26808-02, ocupante do cargo de Agente hidráulico.

Pelo período de 09/11/2017 a 08/12/2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/11/2017.

Brusque, 27 de outubro de 2017.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 301-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1418038

**PORTARIA Nº 301/2017**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

Alexandre Adriano Amorim, matrícula 647-00, ocupante do cargo de Motorista.

Pelo período de 16/11/2017 a 05/12/2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 16/11/2017.

Brusque, 27 de outubro de 2017.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 302-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1418043

**PORTARIA Nº 302/2017**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

Almir Roberto Pavesi, matrícula 8338-00, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção.

Pelo período de 20/11/2017 a 09/12/2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 20/11/2017.

Brusque, 27 de outubro de 2017.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 303-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1418045

**PORTARIA Nº 303/2017**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

Edson de Almeida Marques, matrícula 18171-01, ocupante do cargo de Agente de obras.

Pelo período de 13/11/2017 a 02/12/2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 13/11/2017.

Brusque, 27 de outubro de 2017.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 3888-2017**

Publicação Nº 1418047

**PORTARIA Nº 3888/2017, de 1º de novembro de 2017.**

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 034/2017, instaurado pela Portaria nº 3094/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando o pleito de informações impetrado pela Douta Procuradora da parte indiciada junto à Defesa Inicial;

Considerando a manifestação registrada pela Douta Procuradora da parte indiciada junto à audiência de 05/10/2017;

Considerando a manifestação registrada pelo representante da ANPM junto à audiência de 05/10/2017;

Considerando o decurso de tempo para a prestação dos dados solicitados, para garantia e segurança das condições do Princípio Constitucional da mais Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 034/2017, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor A. R. M. E. (matrícula nº 642576-02), para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Despacho de 04/09/2017, e anexos, de lavra

do Procurador-Geral do Município; envolvendo o servidor supra-mencionado; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, que objetiva a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se amoldam-se aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); 175 (Ao servidor público é proibido:), XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, IX (transgressão do Art. 175, incisos XIII a XIX); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque);

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 1º de novembro de 2017.  
EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150-2017**

Publicação Nº 1418058

**ATA DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 150/2017

Pregão nº 095/2017

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de 2017, às 13h30min reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 11.534/2017, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Brusque/SC, para recebimento e abertura da proposta comercial e documentos de habilitação referente ao Processo Licitatório em epígrafe (aquisição de motocicletas).

Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado à publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório.

Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, declara-se deserta a presente licitação recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrado os trabalhos.

Proceda-se a publicação do resultado da licitação no Diário Oficial dos Municípios e cientifique a Secretaria solicitante para, querendo, repetir o ato.

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA  
Pregoeira da Administração Pública

Equipe de Apoio:  
JAIR JOÃO FERNANDES FILHO DAIANE FRANCIELE GOETTEMES  
CESARI



# Caçador

## PREFEITURA

### 16º ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013 - SUPRESSÃO DE VALOR

Publicação Nº 1417040

16º ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013 - SUPRESSÃO DE VALOR - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA DESLOCAMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, RESIDENTES NAS LOCALIDADES RURAIS. O presente Aditivo tem por objeto a Supressão de Valor, justificada pela revisão contratual em que se constatou a capacidade do Município realizar o transporte nessas linhas. CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Sr. ERON MARCELO CRUZ, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 765.830.239-20, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O valor a ser suprimido é de R\$ 93.336,99 (noventa e três mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos):

ITEM	KM DIÁRIA	KM DIÁRIA	DIAS	FATURAMENTO
1	PAULISTA MATUTINO	67,2	20	R\$6.682,10
4	B. CONSTANT-SANTANA	288	20	R\$21.140,35
6	TV/TAITALO/SINCOL	136,4	20	R\$9.548,00
8	SÃO PEDRO - CARÁ	191	20	R\$16.376,34
10B	SERRA AZUL B	164,8	20	R\$22.792,17
19	ASSENTAMENTO	213,33	20	R\$16.798,03

### ATA DA REUNIÃO DO PREGOEIRO PARA JULGAMENTO DE PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA PROPOSTA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

Publicação Nº 1417243

ATA DA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA JULGAMENTO DE PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA PROPOSTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Aos vinte e seis do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pelo Decreto nº 7.182/2017, em sessão reservada, para análise de pedido de desistência da proposta solicitado pela empresa MEIRICE PICCOLI - EEP alegando em síntese a impossibilidade de entregar o objeto da licitação, qual seja o item 24 e 25 do Edital, respectivamente, Nitempiran 11,4 mg. Caixa com 6 comprimidos e Nitempiran 57mg. Caixa com 6 comprimidos. Alega a empresa que o valor que foi cotado na sua proposta, refere-se ao mesmo produto, porém em caixa com 01 (um) comprimido e o edital pede caixa com 06 comprimidos, tornando a proposta inexecutável. Analisando o preço de referência e os preços propostos pelas demais empresas, verifica-se que o preço está abaixo dos valores praticados no mercado. Desta forma, verificando que o preço está incompatível com os demais preços apresentados na sessão e o preço de referência, o Pregoeiro e a equipe de apoio agindo com "proporcionalidade" e "razoabilidade" em sua decisão, a fim de não punir a empresa com excessivo rigor, considera que o erro no preço proposto se deu por um equívoco, não havendo, portanto, má-fé na conduta da empresa. Isto posto, o Pregoeiro adverte a empresa que em caso de reincidência, será aplicado as penalidades administrativas previstas no edital, sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02. Desta forma, o item 24 fica adjudicado à empresa AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP, no valor de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) a caixa. O item 25 fica adjudicado à empresa MEDIC VET LTDA ME, no valor de R\$ 107,45 (cento e sete reais e quarenta e cinco centavos) a caixa. Na sequência, o Pregoeiro determinou que seja comunicado as empresas. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 26 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Lucas Filipini Chaves

Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Ana Paula Cardoso de Lima

Membro

\_\_\_\_\_  
Ercília Sita Bender

Membro

**DECRETO Nº 7.306**

Publicação Nº 1418105

DECRETO Nº 7.306, de 01 de novembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2017, em favor da Secretaria de Agricultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2007 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

20.606.26.2.95 – Manutenção do Programa Antigranizo

3.3.90.00.01.64 – Aplicações Diretas (396) .....

..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros, referente ao Convênio Antigranizo de Proposta SIGEF nº 2017TR19802, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Caçador, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional – ADR de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**EDITAL COMSEA**

Publicação Nº 1417713

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO COMSEA, BIÊNIO 2017/2019

O Prefeito Municipal de Caçador e o Presidente do COMSEA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, Lei Municipal nº 2.114, de 19 de agosto de 2004 e alterações, CONVOCAM as entidades da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum de Eleição dos membros da sociedade civil para composição do COMSEA, Biênio 2017/2019.

Art. 1º - As entidades da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Biênio 2017/2019, conforme previsto no art. 4º, § 2, da Lei 2.114, de 19 de agosto de 2004, se dará através de Fórum próprio, e será realizado no dia 07 de dezembro de 2017, das 13h30min às 16 horas nas dependências do Plenário Joaquim Scolari, Câmara Municipal, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios.

§ 2º - As entidades da sociedade civil eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Caçador, admitindo-se ao conselheiro representante apenas uma recondução.

**Dos Eleitores**

Art. 2º - Terão direito a voto dois (02) representantes credenciados das entidades e organizações não governamentais, conforme artigo 4º deste edital, sendo que cada um terá direito a um (01) voto por segmento.

**Das Vagas**

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, para o Biênio 2017/2019, entidades e organizações não governamentais, distribuídos na seguinte classificação:

a) 02 (dois) movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;

b) 02 (dois) associação de classes profissionais e empresariais;

c) 02 (dois) instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;

d) 02 (dois) movimentos populares organizados, associações comunitárias;

e) 02 (dois) organizações não governamentais atuantes nas áreas de assistência social e/ou saúde.

Dos documentos para inscrição de entidades e organizações candidatas:

Art. 4º - As entidades e organizações não governamentais, deverão se inscrever para participar do Fórum, apresentando um Ofício de preferência em papel timbrado da respectiva entidade ou organização, devidamente assinado por seu representante legal, contendo:

I- o interesse em concorrer a uma vaga no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA;

II- o nome de 02 (dois) representantes que participarão da assembleia de eleição no dia do Fórum;

III- o nome de um Titular e um Suplente caso a entidade ou organização seja eleita.

Art. 5º - Os documentos solicitados no Artigo 4º deste Edital deverão ser enviados pelo endereço eletrônico: conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br até dia 20 de novembro de 2017 ou entregues na Secretaria Executiva do COMSEA, sito à Rua Adelmir Pressanto, 264 - Centro – Caçador/SC, no período das 13h00 às 19h00.

**Da Análise das Entidades/Organizações Candidatas e Dos Recursos**

Art. 6º - Recebidas as Inscrição das Entidades, a Comissão Eleitoral realizará a análise para deferimento ou indeferimento das inscrições para concorrer no presente Fórum de Eleição, bem como a classificação destas conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º deste edital.

Art. 7º - A relação das inscrições deferidas e indeferidas, conforme classificação será publicada até dia 30 de novembro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios cabendo recurso junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional até dia 27 de novembro no período das 13h00 às 18h00.

Art. 8º - No caso do não preenchimento das vagas para as

representações, a vaga subsequente será a terceira mais votada das demais categorias.

#### Da realização do Fórum de Eleição

Art. 9º - O Fórum de Eleição dos membros da sociedade civil para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será coordenado pela Comissão Organizadora, composta por 03 (três) membros: Nadir Miranda Racoski; Ruth Ines Dotta Godoy Goulart e Valmir Alves da Cruz, tendo como Secretária Executiva: Cristiani Baldicera Granenann.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral e a Secretaria Executiva do COMSEA, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades da sociedade civil habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 10 - A Comissão Eleitoral responsabilizar-se-á por:

- a) Registrar a Ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;
- b) Colher as assinaturas dos participantes.

Art. 11 - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Eleitoral do procedimento de escolha das Entidades da sociedade civil que comporão o COMSEA para o Biênio 2017/2019.

Art. 12 - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 10 (dez) Entidades da sociedade civil para comporem o COMSEA no biênio 2017/2019.

#### Da Proclamação dos Eleitos

Art.13 - Após a apuração dos votos, a comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades da sociedade civil que irão compor o COMSEA no Biênio 2017/2019 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata e publicado no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

#### Das Disposições Finais

Art. 14 - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 15 - Os conselheiros que representam as entidades da sociedade civil escolhidas que comporão o COMSEA terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 16 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição,

Caçador, 24 de outubro de 2017.

Valmir Alves da Cruz	Saulo Sperotto
Presidente do COMSEA	Prefeito Municipal

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO CONCURSO 01-2017

Publicação Nº 1417622

#### 2º EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado do Concurso Público nº 01/2017, devidamente homologado, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina no dia 17 de outubro de 2017 (Edição 2363) CONVOCA a candidata aprovada abaixo, para exercer o cargo de provimento efetivo e comparecer à Câmara Municipal de Caçador, situada na rua Fernando Machado nº 139, Centro, Caçador, das 13h às 19h, para as devidas providências.

A posse está condicionada à confirmação de que todos os documentos necessários atendem as exigências legais, bem como atende aos requisitos previstos na Lei Complementar 113/2007.

#### ANALISTA DE RH, LICITAÇÕES E COMPRAS

2) CRISTIANE ROVANI

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE, afixando-se cópia no mural da Câmara Municipal de Caçador.

Gabinete da Presidência, 31 de outubro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz  
PRESIDENTE

# Caibi

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2017

Publicação Nº 1418720

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 043/2017

Respaldo Legal: Art. 17 inciso I, alínea "F", da Lei 8.666/93 consolidada.

#### RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Caibi pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 82.940.776/0001-56 torna público que está realizando dispensa de licitação para alienação de 140 (cento e quarenta) lotes urbanos situados no loteamento "Vida Nova" para fins de habitação de interesse social, conforme Lei Municipal nº 2.492 de abril de 2017, todas as justificativas e condições contidas no processo supra mencionado.

Determino a publicação do extrato deste processo de Justificativa de Licitação nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada para que desta forma surta todos os seus efeitos legais.

Caibi -SC, em 03 de Novembro de 2017

Elói José Libano  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2017

Publicação Nº 1417179

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: ROSANGELA TOMAZI MEI

OBJETO: SERVIÇO DE LOGÍSTICA COM OS ARTISTAS QUE SE APRESENTARÃO NA FEIRA AGROPECUÁRIA COMERCIALEINDUSTRIAL DE CAIBI – AGRO CAIBI 2017 QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 03,04 E 05 DE NOVEMBRO DE 2017

VALOR: 7.800,00(sete mil e oitocentos reais)

FIRMADO: 31/10/2017

VIGÊNCIA: 30/11/2017

PROCESSO Nº 114/2017

MODALIDADE: Dispensa por Limite Nº 042/2017

# Camboriú

## PREFEITURA

**1957/2017**

Publicação Nº 1417981

PORTARIA Nº.1.957/2017

NOMEIA CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EDUARDO ALEXANDRE MARTINS, no cargo em comissão de CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017 - PMC**

Publicação Nº 1417551

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 104/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 122 a 127/2017 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E DEMAIS PEÇAS DE CONCRETO PARA SER APLICADOS NA MANUTENÇÃO DE DRENAGEM E PREPARAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS EM TODAS AS RUAS DO MUNICÍPIO QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE CONTENÇÃO, BUEIROS, BOCAS-DE-LOBO E CERCA-MENTO DE ÁREAS PÚBLICAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 01/11/2017  
1ª Publicação.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017 - PMC**

Publicação Nº 1417552

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 106/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 128 E 129/2017 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS DESTINADAS PARA AS MAQUINAS MOTO NIVELADORAS PERTENCENTES A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, QUE EXECUTAM O SERVIÇO DE MACADAMIZAÇÃO E NIVELAMENTO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS SEM PAVIMENTAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 01/11/2017  
1ª Publicação.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417545

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 125/2017 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 089 A 093/2017 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 31/10/2017  
1ª Publicação.

**DL 097/17 - FMS**

Publicação Nº 1418552

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 097/2017 - FMS  
Data: 03/11/2017



Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO NAS CIRURGIAS QUE SERÃO REALIZADAS NO HOSPITAL CIRÚRGICO EDWIGES BERNARDES, CONFORME DECRETO 3.236/2017. Valor total: R\$ 5.115,00 (Cinco Mil e Cento e Quinze Reais). Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde. Contratada: INJEMED MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA EPP. Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 03 de Novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI N.º 3.014/2017 - LDO

Publicação Nº 1417129

LEI N.º 3.014/2017

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Camboriú para o exercício de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Camboriú, relativo ao exercício financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165, § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64 e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04/05/2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública do Município de Camboriú;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para 2018 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos:

- I - Demonstrativo de Metas Anuais;
- II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
- IX - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Metas Anuais para as Despesas;
- XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XIII - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 3º Em consonância com o artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas, no Anexo de Metas e prioridades que

integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual de 2018/2021.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, as novas ações criadas, as correções dos valores das receitas e despesas serão incluídas e corrigidas automaticamente no Plano Plurianual do período de 2018 a 2021.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º As metas e prioridades constantes da presente Lei farão parte integrante do Plano Plurianual do Município de Camboriú para o período de 2018 a 2021.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

IV - Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestações diretas sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa as quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I do § 1º do artigo 2º e § 2º do artigo 8º, ambos da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, por função, sub-função, programa, projetos ou atividades, na forma dos seguintes adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II - Receitas por Categorias Econômicas;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV - Funções e Sub-funções de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo;

VI - Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);

VII - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;

VIII - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Evolução da Receita;

IX - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

X - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 5º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 6º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Fundações abaixo descrito:

- I - Câmara de Vereadores;
- II - Prefeitura Municipal;
- III - Fundo Municipal de Saúde;
- IV - Fundo Municipal de Educação;
- V - Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social;
- VI - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos;
- VIII - Fundação Municipal de Esportes;
- IX - Fundação Municipal de Cultura;
- X - Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- XI - Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- XII - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XIII - Fundo Municipal de Defesa Civil;
- XIV - Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

Art. 7º A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto de lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### SEÇÃO I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites as despesas conforme o disposto no art. 29-A da Constituição Federal (EC. n.º 25).

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 (doze) meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, recursos financeiros previstos na programação de desembolso e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o cumprimento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV - redução dos investimentos programados.

Art. 16. É vedada a inclusão de créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura.

Art. 17. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

Art. 18. As expansões das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão no exercício de 2018, a 15% (quinze por cento) da receita apurada no exercício de 2016.

Art. 19. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XII desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 20. O orçamento para o exercício de 2018 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo XII desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçado ou orçado a menor.

Art. 21. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 22. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - emitir, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara Municipal de Vereadores;
- III - o Poder Executivo emitirá até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre o relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública, perante a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 23. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, serão executados a partir da assinatura do convênio.

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial por excesso de arrecadação.

Art. 24. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, são constantes do Anexo VIII desta Lei e serão

consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 25. A transferência de recursos do tesouro municipal à entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de custeio de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênio, previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo poderá ser autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal;

V - abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício de 2017.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade com o previsto nos incisos I, II e IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 31. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as Administrações Direta e Indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com folha de pagamento.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2018, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo XIII desta Lei e alterações posteriores.

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitidas por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM

## O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou propor a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da Administração Municipal, mediante a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Parágrafo único. As alterações do quadro de cargos permanentes da Prefeitura, nas quantidades legalmente fixadas, somente será possível nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico, de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2017 ou no decorrer de 2018, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual os limites legais de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41. Os contratados de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 – outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o



atendimento de:

I - despesas com material de consumo;

II - serviços de terceiros e encargos;

III - diversas despesas de custeio;

IV - investimentos e inversões financeiras;

V - paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais;

VI - reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão;

VII - reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º Na hipótese de ocorrência do disposto neste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 47. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 48. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 49. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência e previdência.

Art. 50. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do artigo 7º, inciso III, da Emenda Constitucional n.º 29/2000.

Art. 51. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 52. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Camboriú enviará à Câmara Municipal, até 30 de outubro de 2017, a proposta orçamentária para o exercício de 2018.

§ 1º Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os eventuais saldos negativos, apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2017, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 26 de outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

## PR 112/17 - PMC

Publicação Nº 1417357

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS QUE SERÃO UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS E OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:30 horas do dia 17 (Dezessete) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

## PREGÃO 113/2017 - PMC

Publicação Nº 1417777

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2017- PMC – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RECARGA DE TONER OU CARTUCHO COMPATÍVEL, PARA SEREM UTILIZADOS NAS IMPRESSORAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 20 (Vinte) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**TERMO DE ERRATA DA PRORROGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 006/17 - FMS**

Publicação Nº 1417843

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO AVISO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2017-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Chamamento Público 006/2017 - FMS, tendo como objeto a "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALAR DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE, CONFORME O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS - SIGTAP, CONFORME EDITAL, sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o aviso de termo de prorrogação:

- onde lê-se:

[...] teve prorrogada a data de abertura para o dia 29/11/2017 às 14h00min.

- leia-se:

[...] teve prorrogada a data de fechamento para o dia 29/11/2017 às 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.863 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417212

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.863 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.508,00 (um mil quinhentos e oito reais), nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração do Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.0842 -	Despesas Correntes	
310000.00.0842 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.0842 -	Aplicações Diretas	
319011.00.0842 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 1.236,00
319013.00.0842 -	Obrigações Patronais – Intra-Orçamentárias	R\$ 92,00
330000.00.0842 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0842 -	Aplicações Diretas	
339046.00.0842 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 180,00
	Total	R\$ 1.508,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.864 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417284

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.864 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal	

400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde		
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.865 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1418120

DECRETO Nº 10.865 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.517,00 (quinze mil, quinhentos e dezessete reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
310000.00.0102 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0102 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 14.825,00	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
339046.00.0102 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 692,00	
	Total	R\$ 15.517,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
310000.00.0102 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0102 -	Aplicações Diretas		

319094.00.0102 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 692,00
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339049.00.0102 -	Auxílio - Transporte	R\$ 3.725,00
	Total	R\$ 15.517,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 14.783 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417335

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.783 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, ocupante do Cargo Público Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de doença, pelo período de 16 de outubro de 2017 a 16 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput do artigo 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 16 de outubro de 2017 a 30 de outubro de 2017; o período de 31 de outubro de 2017 a 16 de novembro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 14.784 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417336

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.784 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob o nº 954669, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de doença, pelo período de 16 de outubro de 2017 a 16 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o Caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 16 de outubro de 2017 a 30 de outubro de 2017; o período de 31 de outubro de 2017 a 16 de novembro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.785 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417337

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.785 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, WANDERLEIA FURTADO, Matrícula Funcional nº 000759, Registro no Sistema sob nº 955362, no Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência de Social, por motivo de doença, pelo período de 23 de outubro de 2017 a 23 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o Caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 23 de outubro de 2017 a 06 de novembro de 2017; o período de 07 de novembro de 2017 a 23 de dezembro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.786 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417338

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.786 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde do Servidor Público Municipal, MARCELO BARON, Matrícula Funcional nº

000885, Registro no Sistema sob nº 955618, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a disposição da AGC – Agência de Correios Comunitária no Distrito de Fragosos neste Município, por motivo de doença, pelo período de 22 de outubro de 2017 a 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença prorrogada que trata o caput do artigo 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 22 de outubro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.787 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417665

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.787 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Concede 50 (cincoenta) dias de Férias e autoriza o pagamento de um Terço e Férias ao Servidor Público Municipal ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, no Cargo Público de Médico IV, exercendo a Função de Médico Plantonista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 20 (vinte dias) e 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 30 (trinta) dias.

Art. 2º Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 06 de novembro de 2017 a 25 de dezembro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 01 de novembro de 2017 sob nº 13945.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES  
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.788 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1417939

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.788 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo 1º do Artigo 193 e Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressões Funcionais a Servidora Pública Municipal CAMILA BRAUN MACHADO, Matrícula Funcional nº 000698, Registro no Sistema sob nº 955139, ocupante do Cargo Público, Função de Contador, exercendo a Função de Cargo de Provimento em Comissão Agente de Controle Interno, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A para o Nível 6 Sub-Nível 61 Referência B no valor de R\$ 3.807,43 (três mil, oitocentos e sete reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 10 de outubro de 2017.

Art. 3º Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência C no valor de R\$ 3.921,65 (três mil, novecentos e vinte e um reais, sessenta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 10 de outubro de 2017.

Art. 4º Na folha de pagamento do mês de novembro de 2017, será pago o valor de R\$ 200,35 (duzentos reais, trinta e cinco centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de outubro de 2017, já descontado o valor de R\$ 24,76 (vinte e quatro reais, setenta e seis centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 49,52 (quarenta e nove reais, cinquenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES  
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO 81/2017**

Publicação Nº 1417938

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de equipamentos e mobiliário para educação infantil do Programa do Plano de Ações Articuladas, Processo Nº 23400015964201378, conforme relação de itens discriminada no edital.

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

Recebimento das Propostas: das 8h do dia 06/11/2017 até as 08h45min do dia 21/11/2017;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 21/11/2017 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Municipal de Educação na seguinte classificação:

Projeto	2.016	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente (Dot. 439)
Recurso	967	Termo de Compromisso - 216011038 - Aquisição Equipamentos Educação
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente (Dot. 133)
Recurso	519	Receitas Impostos e Transf. De impostos - Ens. Infa.

Projeto	1.045	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente (Dot. 147)

Projeto	2.805	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente (Dot. 152)

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.



Campo Alegre, 01 de novembro de 2017.  
WYLLYAN FAGUNDES  
Secretário Municipal de Administração Interino

**PREGÃO PRESENCIAL 34/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417668

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017 FMS  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de 25.000 (vinte e cinco mil) litros de óleo diesel S10 e 12.000 (doze mil) litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrição e valores de referência abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO
01	25.000	LITRO	Óleo diesel S10	R\$ 2,942	R\$ 73.550,00
02	12.000	LITRO	Óleo diesel S500	R\$ 2,850	R\$ 34.200,00
VALOR GLOBAL					R\$ 107.750,00

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 20/11/2017, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 20/11/2017

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.01	Manutenção das Atividades da Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	52	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Saúde
Projeto	2.114	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secreta
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Outros Materiais de Consumo
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de pessoa Jurídica

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 34/2017 FMS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 01 de novembro de 2017.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PREGÃO PRESENCIAL 87/2017**

Publicação Nº 1417774

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de 'tapa-buraco' (reposição de asfalto com emprego de materiais) para o Município de Campo Alegre - SC, conforme tabela abaixo:

ITEM	QT	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	400	M²	Reposição de asfalto/tapa-buraco, CBUQ com fornecimento de material e mão de obra. Obedecendo as seguintes considerações: - Sinalização dos pontos de trabalho com cone e/ou placa; - Utilização de massa tipo sela trinca; - Espessura do reparo com sela trinca deverá ser de no mínimo 5 cm; - Rebaixamento da cancha; - Corte da borda com máquina de corte apropriada; - Imprimação com emulsão betuminosa; - Espalhamento da massa de maneira uniforme; - Compactação com rolo de pequeno porte ou placa vibratória antes e durante aplicação de sela trinca; - Transporte de massa em caminhão térmico.	95,00	38.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 38.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 20/11/2017, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 20/11/2017

HORA: 14 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	8.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	2.023	Vias Públicas e Logradouros
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 87/2017".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 20 de novembro de 2017.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 7.868/2017 DE 30/10/2017 DECRETA PONTO FACULTATIVO.**

Publicação Nº 1417532

DECRETO Nº 7.868/2017 DE 30/10/2017  
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 03/11/2017 (sexta-feira), na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de outubro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 111/PMC/2017

Publicação Nº 1417397

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial 111/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene e de copa e cozinha, visando a manutenção das atividades das Secretarias de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Administração e Finanças do Município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de novembro de 2017, às 07h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 01 de novembro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### EXTRATO EDITAL 112/PMC/2017

Publicação Nº 1417398

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial 112/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de serviços de arbitragem para realização do 1º campeonato municipal de futsal aberto, realizado pela Comissão Municipal de Esportes, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de novembro de 2017, às 10h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 01 de novembro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 284/2017

Publicação Nº 1417041

DECRETO Nº. 284/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
 Função 8: Assistência Social  
 Subfunção 244: Assistência Comunitária  
 Programa 10: Assistência Social Responsável  
 Proj/Ativ. 2.069 – Manutenção do Conselho Tutelar  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....27.000,00  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
 Função 8: Assistência Social  
 Subfunção 244: Assistência Comunitária  
 Programa 10: Assistência Social Responsável  
 Proj/Ativ. 2.069 – Manutenção do Conselho Tutelar  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....20.000,00  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)  
 Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
 Função 8: Assistência Social  
 Subfunção 244: Assistência Comunitária  
 Programa 10: Assistência Social Responsável  
 Proj/Ativ. 2.069 – Manutenção do Conselho Tutelar  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....7.000,00  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 285/2017

Publicação Nº 1417042

DECRETO Nº. 285/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
 Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 150.000,00  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
 Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 150.000,00



Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## DECRETO Nº 289/2017

Publicação Nº 1417486

DECRETO Nº. 289/2017

“RETIFICA DECRETO Nº. 252/2017 QUE APROVOU REMEMBRAMENTO”.

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º do Decreto nº. 252/2017, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 851,01 m² (oitocentos e cinquenta e um metros e um decímetro quadrado), procedido por ARMELINDA MARIA DECOL, situado na Rua Waldemiro Olsen, Bairro Campo D’Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 34.790 e nº 19.689, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº 26, com área de 851,01, pertencente à quadra nº 1226, conforme requerimento protocolado sob nº. 5384/2017.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 252/2017 permanecem inalteradas.

Canoinhas, 01 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## DECRETO Nº 291/2017

Publicação Nº 1417704

DECRETO Nº. 291/2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.280,00 m² (um mil e duzentos e oitenta metros quadrados), procedido por CARIN REGINA JANTSCH E OUTROS, situado na Rua Coronel Albuquerque, Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 21.153, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 13, com área de 880,00 m², lote nº 14, com área de 400,00, todos pertencente à quadra nº 04, conforme requerimento protocolado sob nº. 5775/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 6.118/2017

Publicação Nº 1417716

LEI Nº. 6.118/2017

“AUTORIZA O REPASSE, POR MEIO DE CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO, AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse público no exercício financeiro de 2017, por meio de contribuição de custeio, na forma de convênio, à entidade abaixo relacionada:

I – Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, até o valor de R\$ 6.769,40 (seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos),

destinados a custear as despesas com o conserto de um Raio X – Tray+IP 35X43.

II - Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, até o valor de R\$ 6.280,00 (seis mil, duzentos e oitenta reais), destinados a custear as despesas com o conserto de um Mamógrafo.

III - Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, até o valor de R\$ 21.174,33 (vinte e um mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), destinados a custear despesas com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo Único – Caberá à entidade mencionada no inciso acima, arcar com os custos complementares, caso necessário, para o conserto dos equipamentos a que se referem os incisos I, II e III.

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Trabalho apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único. A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, e posterior à data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64, salvo justificativa fundamentada para atender o interesse público.

- 1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000, em especial o que trata os artigos 25 e 26, e, ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14 e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- 2º. Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de termos de ajuste com esta municipalidade.

Art. 5º. Não se aplicam as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme o disposto no seu próprio art. 3º, inciso IV, este que excetua a aplicação da mesma quando da celebração de convênios e contratos com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do - 1º do art. 199, da Constituição Federal.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 34.223,73 (trinta e quatro

mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj./Ativ. 2.062 – Apoio ao HSCC  
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. Inst. Privadas SFL .....  
..... 34.223,73  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde  
Código da Despesa – Sistema Betha: 36/2017/FMS

Art. 7º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 34.223,73 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 8: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência Comunitária  
Programa 10: Assistência Social Responsável  
Proj./Ativ. 2.041 – Manutenção do FMAS/SEMAS  
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. Inst. Privadas SFL .....  
34.223,73  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde  
Código da Despesa – Sistema Betha: 16/2017/FMS

Art. 8º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da

Art. 9º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 6.119/2017

Publicação Nº 1417714

LEI Nº. 6.119/2017

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS A PARTICIPAR E CUSTEAR DESPESAS DA 63ª FESTA DO TIRO ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS,

Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas a participar e custear despesas da 63ª Festa do Tiro através da Fundação Cultural e Fundação Municipal de Esportes e Lazer, que ocorrerá nos dias 08, 09, 10, 11 e 12 de novembro de 2017.

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Cultural a custear as despesas relativas ao transporte de Grupo Folclórico de São Bento do Sul/SC até Canoinhas/SC, no dia 08 de novembro de 2017, até o limite de R\$ 2.165,36 (dois mil cento e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Art. 3º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer a custear as despesas relativas a 06 (seis) troféus para Rei, Rainha, 1ª Princesa, 2ª Princesa, 1º Cavalheiro e 2º Cavalheiro, 07 (sete) troféus para as escolas que se apresentarão durante a festa, bem como 06 (seis) medalhas para Rei e Rainha, no valor total de R\$ 834,64 (oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 4º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer custear as despesas relativas a contratação de um Grupo Musical que execute vários estilos musicais, com trabalho reconhecido na região, bem como com CD e DVD gravados, até o limite de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Cultural de Canoinhas, Atividade 2.033 – Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas - Recursos Ordinários - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas, e da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes – Recursos Ordinários - Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 001/2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

Publicação Nº 1417776

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N. 01/2017

Notificante: SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CANOINHAS/SC, Estado de Santa Catarina, através de seu representante, legal, CÉLIO GALESKI, Secretário Municipal, Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC.

Notificado: GUSTAVO VATRAS VEIGA, pessoa física inscrita no CPF sob n. 078.590.129-95 e RG sob n. 7.368.632, residente e domiciliado à Rua Alvinho Voigt, nº 134, bairro Campo da Água Verde – Canoinhas/SC.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO vem, através desta,

NOTIFICAR V. Senhoria, ora denominado NOTIFICADO, quanto aos fatos a seguir expostos:

A Secretaria Municipal de Habitação teve conhecimento através de denúncias que o imóvel localizado a Rua Paulo Scheuer, nº 242, no Conjunto Habitacional Nossa Senhora Aparecida I, bairro Piedade, em nome do beneficiado Paulo Leandro Domanski, estava ocupado de forma irregular.

Após o recebimento destas denúncias, a Secretaria Municipal de Habitação deslocou-se diversas vezes ao endereço acima citado, para realização de vistoria a fim de verificar se de fato o imóvel estava ocupado irregularmente.

Em várias vistorias não foi possível localizar alguém no imóvel, nas demais, encontramos o senhor Gustavo Vatrás Veiga, que a priori se identificava como "sobrinho" do proprietário do imóvel, já a posteriori nos relatou que de fato havia "comprado" a unidade habitacional pelo valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Após este fato, notificamos verbalmente o senhor Gustavo Vatrás Veiga, o qual atualmente está na qualidade de INVASOR, haja vista que é desta forma que são denominados os ocupantes que não sejam de fato os proprietários destas unidades habitacionais.

Conforme prevê o contrato firmado por este beneficiário junto à Caixa Econômica Federal, o mesmo deve:

"Morar no imóvel e não vender, alugar, ceder ou emprestá-lo a outras pessoas";

"Não usar o imóvel para fins comerciais ou outros fins que não o residencial (pra você e pra sua família);

"Cumprir todas as determinações contidas no seu contrato de financiamento"

"A dívida será considerada antecipadamente vencida, nas seguintes hipóteses: [...] b) destinação do imóvel alienado que não para residência do beneficiário e de sua família; c) transferência ou cessão a terceiros, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem autorização da CAIXA".

Diante disto, serve a presente Notificação para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, dos fatos acima descritos e, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, desocupe o referido imóvel.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2017.

CÉLIO GALESKI

Secretário Municipal de Habitação

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FME 01/2017**

Publicação Nº 1417740

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º FME 01/2017

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA – PESSOAS FÍSICAS – PARA ATUAREM NA REALIZAÇÃO DAS PARTIDAS CONSTANTES NA TABELA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2017.

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa física, que atenda as condições do edital.

Inscrições: A partir da publicação desta.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min

às 17h00min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), link – licitações, no local de informações adicionais.

O valor previsto para execução dos serviços constante no objeto deste credenciamento será de R\$ 4.480,00 (Quatro Mil, Quatrocen-  
tos e Oitenta Reais).

Daniel Laurentino Pinto  
Presidente da Fundação

# Capão Alto

## PREFEITURA

### OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO Nº02/2017

Publicação Nº 1417606

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH  
CONCURSO PÚBLICO - CONVOCADOS  
CARGO: MOTORISTA

NOME	DATA NASC.	NOTA	OBS
REGIS MEURER DA SILVA	02/12/1994	9,46	CONVOCADO
DIEGO JOELMIR RODRIGUES	03/06/1987	9,37	CONVOCADO
ANDREI JULIANO MEDEIROS	26/06/1984	9,31	CONVOCADO
ANDERSON TIAGO MEDEIROS	16/05/1987	9,31	CONVOCADO
HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA	04/05/1994	9,20	CONVOCADO
CARLOS EDUARDO RIBEIRO KREBS	27/07/1973	9,07	CONVOCADO

#### CARGO: MÉDICO CARDIOLOGISTA

NOME	DATA NASC.	NOTA	OBS
NILLER CAPISTRANO	03/05/1977	7,32	CONVOCADO

#### CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

NOME	DATA NASC.	NOTA	OBS
NILTON FERRAZ JÚNIOR	28/02/1987	7,80	CONVOCADO

#### CARGO: MÉDICO ORTOPEDISTA

NOME	DATA NASC.	NOTA	OBS
JOSÉ VIEIRA BRANCO	21/05/1947	7,32	CONVOCADO

#### CARGO: MÉDICO PEDIATRA

NOME	DATA NASC.	NOTA	OBS
TÚLIO ROGERIO VIEIRA DE JESUS	26/01/1944	5,32	CONVOCADO

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.  
CNPJ : 01.599.409/0001-39 - e-mail : administração@pmcapaoalto.com.br  
Telefone: (49)3237-2000 - Fax: (49)3237-2016



# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 145/2017 de 26 de Outubro de 2017

Publicação Nº 1417330

DECRETO No 145, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Desapropria de forma amigável ou judicial o imóvel que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento no artigo 182 da Constituição Federal, Decreto – Lei no 3.365 de 21 de junho de 1941, no artigo no 58, incisos V e XIII, da Lei Orgânica do Município de Capinzal e Lei Municipal no 3.269 de 20 de outubro de 2017 e demais legislações pertinentes,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica adquirido por desapropriação amigável ou judicial, terreno urbano constituído pelo Lote nº 16, da Quadra “A” do Loteamento Vergílio Lopes de Abreu, em Duas Pontes, neste município, com área de 365,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula nº R-6-5.689, Livro Nº 2 - V, Fls. 233, em 16 de agosto de 2017, de propriedade de Valdecir Nunes e sua mulher Dirlei Aparecida Lopes Nunes, destinado à implantação de um Sistema de Tratamento Coletivo de Esgoto Sanitário para a Comunidade de Vista Alegre.

Art. 2º O valor do imóvel referido no art. 1º é de R\$ 32.580,00 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta reais), consoante o competente Processo de Avaliação.

Parágrafo único. O pagamento fica vinculado à efetiva escrituração e registro do imóvel ao patrimônio municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes com o cumprimento deste decreto ocorrerão à conta da dotação orçamentária – 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - 165 – Implantação de Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário - 17.512.0165.1.022 – Aplicações Diretas – 4.4.90.00.00.00.00.00, consignada na Lei Orçamentária vigente para este exercício.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 26 de outubro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### DECRETO Nº 141/2017

Publicação Nº 1417313

DECRETO No 141, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.305.0150.2084	MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-030	Aplicações Diretas	1066	00	R\$	10.000,00
	Total	1066	00	R\$	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.305.0150.2084	MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-031	Aplicações Diretas	1066	00	R\$	10.000,00
	Total	1066	00	R\$	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de outubro de 2017  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 146/2017

Publicação Nº 1417319

DECRETO No 146, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 163.484,42 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 163.484,42 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2036	CONST. MANUT. CONS. AMPL. INST FÍS. ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-210	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	163.484,42
	Total			R\$	163.484,42

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do - 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 163.484,42 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), na fonte de recursos 1022 "Transferências de Convênios - Educação", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Educação	1022	54	R\$	163.484,42
Total	1022	54	R\$	163.484,42

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2017  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 147/2017

Publicação Nº 1417322

DECRETO No 147, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.935,99 (três mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 3.935,99 (três mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2160	REFORMA E MANUT GINÁS ESP JUNTO ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-071	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	3.935,99
	Total	1058	00	R\$	3.935,99

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária

vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 3.935,99 (três mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.2160	REFORMA E MANUT GINÁS ESP JUNTO ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-072	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	3.935,99
	Total	1058	00	R\$	3.935,99

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### FUMREBOM CONTRATO 0004/2017

Publicação Nº 1417465

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0004/2017		
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
Contratada...: ESATTO ENGENHARIA LTDA - ME		
Valor ..... : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)		
Vigência ..... : Início: 01/11/2017 Término: 01/02/2018		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0002/2017 Processo_Licitatório.....: 0005 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para serviços de fiscalização da execução de ampliação e reforma do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 1 de Novembro de 2017		

### FUMREBOM PROCESSO LICITATÓRIO 0005/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2017

Publicação Nº 1417152

Processo Licitatório Nº 0005/2017

Dispensa de Licitação Nº 0002/2017

NILVO DORINI, Presidente, do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0005/2017 conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada para serviços de fiscalização da execução de ampliação e reforma do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.

#### FORNECEDOR

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Fiscalização da execução de ampliação e reforma do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC, com anotação de Responsabilidade Técnica (ART), acervo fotográfico do acompanhamento da obra e deslocamento até o local do serviço.	ESATTO	4.200,00	4.200,00
Total						4.200,00

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
ESATTO ENGENHARIA LTDA	001
R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O preço relacionado foi obtido por intermédio de ampla pesquisa de mercado.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 5 - Manutenção das instalações da sede do Corpo de Bom

Órgão: 11 - FUNDO MUNIC.DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS DE CAPIN

Unidade: 1 - FUMREBOM

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 182 - Defesa Civil

Programa: 190 - SEGURANÇA DO CIDAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.122 - Manutenção das instalações da sede do Corpo de Bom

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 25 de Outubro de 2017

NILVO DORINI

Presidente

**PMC CONTRATO 0291/2017 ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Publicação Nº 1417592

**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Edição de número 2373, página 249, do dia 30/10/2017, no Extrato do Contrato 0291/2017, referente ao Processo Licitatório nº 0158/2017 Dispensa de Licitação 0031/2017;

Onde se lê:

Valor ..... : 19.392,52 (dezenove mil trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos)

Leia-se:

Valor ..... : 24.109,52 (vinte e quatro mil cento e nove reais e cinquenta e dois centavos)

**PMC TERMO ADITIVO 001-2017 C116**

Publicação Nº 1417671

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2017 C116 - Contrato Nº: 0116/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA -		
Valor ..... : 1.395,00 (um mil trezentos e noventa e cinco reais)		
Vigência ..... : Início: 01/11/2017 Término: 17/04/2018		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017 Processo_Licitatório.....: 0060 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo das quantidades em até 25%, referente ao item 05 (Placa de Sinalização com dimensões D=60cm / 60x60cm e L=25cm - chapa em aço SAE 1010/1020 nº 18, galvanizada a fogo, fabricada de acordo com o dispositivo na NBR 11904 ABNT, as placas deveram ser totalmente refletivas, contendo película no fundo da chapa, películas refletivas...) do contrato original de acordo com o artigo 65 da lei 8.666/93; aumentando o valor em R\$ 1.395,00.		
Capinzal, 1 de Novembro de 2017		

**PORTARIA 0408/2017**

Publicação N° 1417108

PORTARIA N° 0408, DE 09 DE MARÇO DE 2017

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no - 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, a servidora Luciana Milesqui Wilbert, matrícula nº 313700/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível 1, classe 9, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA  
Secretário da Administração e Finanças, interino



# Catanduvás

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2017 - PREGÃO Nº 0076/2017**

Publicação Nº 1418146

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2017  
PREGÃO Nº 0076/2017

Objeto: Aquisição de água e gás para 2018, visando o desenvolvimento das Secretarias Municipais e Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvás.

#### Dotação Orçamentária:

2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS  
2.017.3390.00 - 101 - 24/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
2.018.3390.00 - 101 - 37/2017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
2.005.3390.00 - 100 - 7/2017 - MANUT. ATIVIDADES SECRET. ADMINISTRATIVAS

Abertura das Propostas: 16h15min, do dia 16 de novembro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 01 de novembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvás – SC, 01 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2017 - PREGÃO Nº 0077/2017**

Publicação Nº 1418147

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2017  
PREGÃO Nº 0077/2017

Objeto: Aquisição de um Caminhão Caçamba e uma Motoniveladora, novos, 0 km, de fabricação nacional, conforme Convênios Federais nº844261/2017 e 844163/2017 visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

#### Dotação Orçamentária:

1.107.4490.00 - 403 - 143/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS E MOBILIÁRIO  
1.107.4490.00 - 404 - 144/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS E MOBILIÁRIO  
1.107.4490.00 - 100 - 66/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS E MOBILIÁRIO

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 16 de novembro de

2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 01 de novembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvás – SC, 01 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0097/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2017**

Publicação Nº 1418148

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0097/2017  
TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0011/2017

Objeto: Contratação de empresa para execução da instalação e ampliação da rede de iluminação pública do Distrito Industrial II incluindo mão de obra e aquisição de materiais visando a visando o desenvolvimento das atividades do Município.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 22 de novembro de 2017.

Dotação Orçamentária:  
1.058.4490.00 - 308 - 142/2017 - INFRAESTRUTURA EM ÁREAS DE DISTRITO INDUSTRIAL

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 01 de novembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvás – SC, 01 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2.323, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418061

DECRETO nº 2.323/2017, de 31 de Outubro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº

2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 438.750,00 (Quatrocentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), por conta do Excesso De Arrecadação do Exercício de 2017 na fonte que especifica.

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 06.02 DIVISÃO DOS TRANSPORTES
Projeto Atividade: 06.02.26.782.0039.1.107 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (143)4.4.90.00.00.00 0.0.0403 Aplicações Diretas
R\$ ..... 341.250,00
Elemento de Despesa: (144)4.4.90.00.00.00 0.0.0404 Aplicações Diretas
R\$ ..... 97.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso De Arrecadação do

exercício 2017 na fonte que especifica:

Fonte de Recursos: 403 – Excesso Arrecadação Conv. União

Fonte de Recursos: 404 – Excesso Arrecadação Conv. União

Fonte Financiadora: Excesso Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Vinculados Conv. União

Valor do Excesso: R\$ 438.750,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 31 de outubro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO DE ANUIDADE DE LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR N. 0001/2017

Publicação Nº 1417124

EXTRATO DE CONTRATO DE ANUIDADE DE LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR N. 0001/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: EMPRESA PROSERVIN COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA sob nº 00.833.027/0001-65.

OBJETO: Licenciamento do programa de computador com funcionalidades on-line: Software Ponto Secullum 4 - Módulo Eb do Ponto 4 na nuvem.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA: 01.11.2017.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal; CONSIDERANDO, que o Decreto nº 2.322 de 27 de outubro de 2017, de origem do Poder Executivo Municipal, estabelece ponto facultativo semelhante aos servidores municipais;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas no dia 03 de novembro de 2017, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 31 de outubro de 2017.

MONALISA RUARO

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

MONALISA RUARO

Presidente

### DECRETO LEGISLATIVO N. 74/2017 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417356

DECRETO LEGISLATIVO N. 74/2017 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e - 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, CONSIDERANDO, que o dia 02 de novembro é Feriado Nacional de Finados e que, neste exercício, referido Feriado se dará na próxima quinta-feira, deixando a sexta-feira como o único dia que separa aquele do final de semana;

CONSIDERANDO, que em tais ocasiões já é de praxe a paralisação das atividades em outros órgãos públicos, mesma situação deste

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 015/2017 FMS

Publicação Nº 1417223

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.  
Contratada: CIMEC PRE FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI.  
Contrato nº: 015/2017 FMS.  
Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA DA SEDE DE CAXAMBU DO SUL.  
Data da Assinatura: 30/10/2017.  
Vigência: 31/12/2018.  
Aditivo de prazo.

### DECRETO Nº 126/2017

Publicação Nº 1417723

DECRETO Nº 126/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de CHEFE DE SETOR, a partir de 01/11/2017, o(a) Sr(a). JOSIANE AGOSTINI, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob nº. 010.222.339-47, domiciliado em Caxambu do Sul/SC, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2017.  
GLAUBER BURTET  
Prefeito

### DECRETO Nº 127/2017

Publicação Nº 1417721

DECRETO Nº 127/2017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/11/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, o(a) Sr(a). JOSIANE AGOSTINI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.010.222.339-47 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 5.177.446-1, domiciliado à Avenida Presidente Getúlio Vargas, s/nº, Centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei

Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

### DECRETO Nº 128/2017

Publicação Nº 1417719

DECRETO Nº 128/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10/11/2017, o(a) Sr(a). FABIANA ZULIANI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.079.811.459-29 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 4.704.778, domiciliado(a) na Rua Selvino Burtet, 208, Centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2017.  
GLAUBER BURTET  
Prefeito

### PORTARIA 178/2017

Publicação Nº 1418507

PORTARIA Nº 178/2017

"Concede Licença Prêmio a servidor que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pelo Servidor subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 10/09/2009 a 09/08/2014.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, o Servidor Público Municipal, Senhor CLAITON GILSON PACASSA, ocupante do Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, contados para o período de gozo do dia 20/11/2017 a 19/12/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Registre-se e Publique-se

Caxambu do Sul/SC, 03 de novembro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

## **PORTARIA 179/2017**

Publicação Nº 1418505

PORTARIA Nº 179/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal LUCIANE BAIERLE LORENZATTO, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 10 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 20/11/2017 à 29/11/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 03 de Novembro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

## **PORTARIA Nº 176/2017**

Publicação Nº 1417248

PORTARIA Nº 176/2017

"Nomeia Comissão para avaliação técnica do Processo Licitatório nº065/2017 e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Para cumprimento do disposto no Processo Licitatório nº 065/2017, fica nomeada a Comissão composta por três técnicos, que serão responsáveis pela avaliação técnica de conformidade de sistemas, a saber:

I – TAYLOR MARTINELLI – CPF Nº 846.158.779-00;

II – JONIKLEI EDUARDO SCHNEIDER – CPF Nº 004.108.660-08;  
III – JULIANO DELAZZERI RAMOS – CPF Nº 029.798.449-36.

Art. 2º - Fixar a data limite de 31 de dezembro de 2017 para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde 26 de outubro de 2017.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Caxambu do Sul – SC, 30 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

## **PORTARIA Nº 177/2017**

Publicação Nº 1417244

PORTARIA Nº 177/2017

"Dispõe sobre adicional de nova titulação ao servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V, da Lei Complementar nº 002/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Adicional de Titulação de 05% (cinco por cento), ao servidor público Municipal Senhor ANILDO JOSE GAZONI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, por ter concluído o 2º Grau, título superior àquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul – SC, em 01 de Novembro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 029-2017 PCS**

Publicação Nº 1417149

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2017 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 029/2017 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa CIMEC PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 01.418.444/0001-04, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Angelo Thiesen, portador do CPF nº 942.322.459-87, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2017 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material de construção e derivados para instalação de câmeras de vigilância no Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no anexo "A" do Processo licitatório nº 067/2017 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 029/2017 PCS.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
1	14,00	Unid.	Poste metálico galvanizado 2" chapa 475 com 8 metros de altura, conforme padrão autorizado pela CELESC.	665,00
2	18,00	Unid.	Caixa quadro de comando em aço, pintura epóxi medindo 320cm x 380cm x 170cm, conforme padrão autorizado pela CELESC.	278,00
3	14,00	Unid.	Armação estribo com um isolador, conforme padrão autorizado pela CELESC.	15,00
4	150,00	Metro	Cabo multiplexado 10mm 1x1, conforme padrão autorizado pela CELESC.	3,00
5	18,00	Unid.	Caixa ar condicionado embutido com tomada 2t+t, conforme padrão autorizado pela CELESC.	22,00
6	18,00	Unid.	Disjuntor terminal MDW -B10, conforme padrão autorizado pela CELESC.	12,00
7	18,00	Unid.	Barra PVC 3/4 preta, conforme padrão autorizado pela CELESC.	8,00
8	36,00	Unid.	Curva 180° PVC 3/4 preta, conforme padrão autorizado pela CELESC.	2,47
9	36,00	Unid.	Luva PVC 3/4 preta, conforme padrão autorizado pela CELESC.	1,00
10	18,00	Metro	Cinta metálica 0,5mm, conforme padrão autorizado pela CELESC.	4,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade da data de assinatura até 31 de dezembro de 2017.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 029/2017 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 01 de novembro de 2017.

CIMEC PRÉ-FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI Angelo Thiesen	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
--	--



# Cerro Negro

## PREFEITURA

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2017 - FMS

Publicação Nº 1417301

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2017 - FMS

Objeto Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas de Alta Complexidade.

Prestadores: Prestador de serviços de saúde, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não.

Recebimento da documentação: à partir de 06/11/2017 até 31/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 01 de novembro de 2017.

SANDRA MARA CONRADO DE JESUS

Gestora Municipal de Saúde

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**430.2017**

Publicação Nº 1417139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 430/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o - 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Acir Mello	Operário	Tempo de Serviço	Nível - IV	Nível - V
Adenilson Antônio	Agente Profissional	Tempo de Serviço	Nível - VI	Nível - VII
Angela da Silva Paul	Auxiliar Administrativo	Desempenho	Nível - III	Nível - IV
Claudirene Ferreira	Auxiliar Administrativo	Desempenho	Nível - IX	Nível -X
Rosicleide S. Pereira	Oficial de Nível Médio	Tempo de Serviço	Nível VI	Nível - VII

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.11.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**431.2017**

Publicação Nº 1417140

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 431/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 21.06.2016 à 05.06.2017, a ADALTO SYPRIANI, matriculada sob o nº 2599/01, ocupante do cargo efetivo de Operário na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 06.11.2017 à 05.12.2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme arts. 46 da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/FMS/2017

Publicação Nº 1417595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/FMS/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/FMS/2017

Objeto: Aquisição de 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, TIPO FURGÃO, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO, TIPO "B", no atendimento a Secretaria de Saúde de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 20/11/2017.

Abertura: Dia 20/11/2017, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006/6024 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 01 de novembro de 2017.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em Exercício

informativos, folders e documentos correlatos, conforme necessidades das unidades administrativas da Prefeitura de Cocal do Sul. Assinatura: 04/10/2017.

Vigência: Início: 04/10/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 3.313,00 (três mil e trezentos e treze reais).

Dotação Orçamentária: 05.01.2.007.3.3.90 (30).

### EXTRATO DO CONTRATO 73/PMCS/2017

Publicação Nº 1417172

CONTRATO Nº: 73/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: MISLEYNE GENEROSA NUNES SILVA EIRELI – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 56/PMCS/2017.

CONCORRÊNCIA Nº: 02/PMCS/2017.

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão de direito real de uso, de 01 (um) terreno. Imóvel: Área de terra de 3.893,40m² (três mil e oitocentos e noventa e três mil metros e quarenta centímetros quadrados) total, correspondente ao lote 02 da quadra "C" do loteamento Longarone, localizado na Área Industrial I neste município.

Assinatura: 31/10/2017.

Vigência: Início: 01/11/2017 Término: 01/11/2024.

### PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1417460

#### PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina/SC, com organização do INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA - ME, torna público a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PARCIAL do Edital do Processo Seletivo nº 002/2017 de Cocal do Sul- SC, conforme segue:

Cocal do Sul-SC, 01 de Novembro de 2017.

Comissão do Processo Seletivo

#### II) ONDE SE LÊ:

6.1.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia 19/11/2017 no Município de Cocal do Sul – SC, em locais e horários que serão divulgados com 05 ( cinco) dias de antecedência , nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br). LEIA – SE:

6.1.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia 19/11/2017 no Município de Cocal do Sul – SC, no período da manhã, o local e o horário serão divulgados com 05 ( cinco) dias de antecedência , nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

A retificação na íntegra encontra-se nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br)

### EXTRATO DO CONTRATO 32/FMS/2017

Publicação Nº 1417252

CONTRATO Nº: 32/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: OSMAR ORLANDI JÚNIOR – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15/FMS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/FMS/2017.

Objeto: Aquisição de mobiliário sob medida, destinado para prédios públicos do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/09/2017.

Vigência: Início: 22/09/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 2.064,60 (dois mil e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
11.01.2.027.4.4.90.00.00.00.00.00	59	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo

### EXTRATO DO CONTRATO 69/PMCS/2017

Publicação Nº 1417741

CONTRATO Nº: 69/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: JOÃO BATISTA NEVES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 67/PMCS/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 06/PMCS/2017.

Objeto: Prestação de serviços de entrega de notificações, panfletos,



**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 003/2017**

Publicação Nº 1417461

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina/SC, com organização do INSTITUTO EXCELENCIA LTDA - ME, torna público a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PARCIAL do Edital do Processo Seletivo nº 003/2017 de Cocal do Sul- SC, conforme segue:

Cocal do Sul-SC, 01 de Novembro de 2017.

Comissão do Processo Seletivo

I)ONDE SE LÊ:

6.1.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia 19/11/2017 no Município de Cocal do Sul – SC, em locais e horários que serão divulgados com 05 ( cinco) dias de antecedência , nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

LEIA – SE:

6.1.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia 19/11/2017 no Município de Cocal do Sul – SC, no período da manhã, o local e o horário serão divulgados com 05 ( cinco) dias de antecedência , nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

A retificação na íntegra encontra-se nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br)

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 004/2017**

Publicação Nº 1417463

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina/SC, com organização do INSTITUTO EXCELENCIA LTDA - ME, torna público a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PARCIAL do Edital do Processo Seletivo nº 004/2017 de Cocal do Sul- SC, conforme segue:

Cocal do Sul-SC, 01 de Novembro de 2017.

Comissão do Processo Seletivo

I)ONDE SE LÊ:

6.1.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia 19/11/2017 no Município de Cocal do Sul – SC, em locais e horários que serão divulgados com 05 ( cinco) dias de antecedência, nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

LEIA – SE:

6.1.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia 19/11/2017 no Município de Cocal do Sul – SC, no período da manhã, o local e o horário serão divulgados com 05 ( cinco) dias de antecedência, nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

A retificação na íntegra encontra-se nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br)

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO 8º TA CONTRATO Nº 282/2013 - PMC

Publicação Nº 1418252

Contrato Nº : 282/2013

Aditivo Nº : 8TA Ctr 282/2013/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : QUARK ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de serviços especializados na manutenção do sistema de iluminação pública, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? deste Edital

Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 26/10/2017

Valor R\$: 48.563,02 (Quarenta e Oito Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Dois Centavos )

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903026000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 120 - 08.001.2029.333903026000000.01080000

Dotação : 120 - 08.001.2029.333903999000000.01080000

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903026000000.03000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903999000000.03000001

Dotação : 434 - 08.001.2029.333903026000000.03080000

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 3/2017 – PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1418405

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2017 PMC  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital, foi alterado, sendo que os prazos para apresentação das propostas, fica alterado para o dia 20 de novembro 2017, até as 08h15min, e a sessão de abertura da licitação no dia 20 de novembro de 2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações" e no Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura

Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2017.

MÁRCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

### ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2017 PMC - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1417083

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 35/2017 - CS

Na publicação do Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 35/2017-CS, veiculada no dia 31 de julho de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2308, pág. 280;

Onde lê-se: "durante a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL";

Leia-se: "durante a realização da XXXII Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL".

MAURO MARTINI

Secretário Municipal de Agricultura

### EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 178/2017 - PMC

Publicação Nº 1418234

Contrato Nº : 178/2017

Aditivo Nº : 1TA Ctr 178/2017/2017

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 15/2017

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades administrativas das Secretarias, Fundos e Fundações deste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 30/10/2019

Assinatura : 20/10/2017

Valor R\$: 9.594,00 (Nove Mil e Quinhentos e Noventa e Quatro Reais )

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 32 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 86 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 112 - 08.001.1009.344905235000000.01890000

Dotação : 195 - 12.001.2043.344905235000000.01110000



Dotação : 282 - 16.001.1401.344905235000000.01000001  
Dotação : 295 - 16.001.2403.344905235000000.01340000  
Dotação : 296 - 17.001.1451.344905235000000.01000001  
Dotação : 313 - 18.001.1501.344905235000000.01000001  
Dotação : 404 - 08.001.2029.333903017000000.03000001

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 180/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418237

Contrato Nº : 180/2017  
Aditivo Nº : 1TA Ctr 180/2017/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP  
Licitação : Pregão Eletrônico 15/2017  
Objeto : Aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades administrativas das Secretarias, Fundos e Fundações deste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 30/10/2019  
Assinatura : 20/10/2017  
Valor R\$: 1.217,00 (Um Mil e Duzentos e Dezessete Reais )

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001  
Dotação : 18 - 04.001.1002.344905235000000.01000001  
Dotação : 32 - 05.001.1003.344905235000000.01000001  
Dotação : 86 - 07.001.1008.344905235000000.01000001  
Dotação : 112 - 08.001.1009.344905235000000.01890000  
Dotação : 195 - 12.001.2043.344905235000000.01110000  
Dotação : 282 - 16.001.1401.344905235000000.01000001  
Dotação : 295 - 16.001.2403.344905235000000.01340000  
Dotação : 296 - 17.001.1451.344905235000000.01000001  
Dotação : 313 - 18.001.1501.344905235000000.01000001  
Dotação : 404 - 08.001.2029.333903017000000.03000001

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 49/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418219

Contrato Nº : 49/2017  
Aditivo Nº : 1TA Ctr 49/2017/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : DERMALINIC CLINICA DERMATOLOGICA  
Licitação : Inexigibilidade 12/2017  
Objeto : Aditamento de valores, referentes ao credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, fisioterápico, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999.

Vigência : Início: 27/10/2017 Término: 10/04/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais )

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003  
Dotação : 406 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 64/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418220

Contrato Nº : 64/2017  
Aditivo Nº : 1TA Ctr 64/2017/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : HM SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E FONOAUDIOLOGIA LTDA  
Licitação : Inexigibilidade 12/2017  
Objeto : Aditamento referente ao credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, fisioterápico, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999.  
Vigência : Início: 27/10/2017 Término: 10/04/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais )

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003  
Dotação : 406 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 68/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418227

Contrato Nº : 68/2017  
Aditivo Nº : 1TA Ctr 68/2017/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES  
Licitação : Inexigibilidade 12/2017  
Objeto : Aditamento, referente ao credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, fisioterápico, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999.  
Vigência : Início: 27/10/2017 Término: 10/04/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais )

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003  
Dotação : 406 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 73/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418230

Contrato Nº : 73/2017  
Aditivo Nº : 1TA Ctr 73/2017/2017  
Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE CONCORDIA E REGIAO  
Licitação : Inexigibilidade 12/2017  
Objeto : Aditamento referente ao credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, fisioterápico, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999.  
Vigência : Início: 27/10/2017 Término: 10/04/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 87.500,00 (Oitenta e Sete Mil e Quinhentos Reais )  
  
Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003  
  
Dotação : 406 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 279/2015 - PMC**

Publicação Nº 1418250

Contrato Nº : 279/2015  
Aditivo Nº : 2TA CTR 279/2015/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : EDIFÍCIO COMERCIAL GOLDEN OFFICE  
Licitação : Inexigibilidade 33/2015  
Objeto : Contratação de empresa, para administrar o condomínio Golden Office, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação, salas 301 e 302, onde abriga o Núcleo Tecnológico Municipal, Clínica de Aprendizagem e os setores administrativos e pedagógicos das SEMED.  
Vigência : Início: 21/10/2017 Término: 20/10/2018  
Assinatura : 20/10/2017  
Valor R\$: 25.440,00 (Vinte e Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais )  
  
Dotação : 38 - 06.001.2012.333903902000000.01010000

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 20/2014 - FMAS**

Publicação Nº 1418276

Contrato Nº : 20/2014  
Aditivo Nº : 3TA CTR 20/2014/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Contratada : PRO COPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 11/2014  
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo IGD/SUAS/FNAS, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.  
Vigência : Início: 27/10/2017 Término: 26/10/2018  
Assinatura : 25/10/2017  
Valor R\$: 5.712,00 (Cinco Mil e Setecentos e Doze Reais )  
  
Dotação : 243 - 15.001.2201.333903912000000.01000001

**EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 119/2014 - PMC**

Publicação Nº 1418232

Contrato Nº : 119/2014  
Aditivo Nº : 4TA Ctr 119/2014/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA  
Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 3/2013  
Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade ao Município de Concórdia, conforme disposições constantes no - 1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.  
Vigência : Início: 26/10/2017 Término: 25/03/2018  
Assinatura : 24/10/2017  
Valor R\$: 718.553,70 (Setecentos e Dezoito Mil, Quinhentos e Cinquenta e Três Reais e Setenta Centavos )  
  
Dotação : 11 - 02.001.2004.333903988000000.01000001

**EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 323/2013 - PMC**

Publicação Nº 1418253

Contrato Nº : 323/2013  
Aditivo Nº : 4TA Ctr 323/2017/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 112/2013  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências do Centro Administrativo conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.  
Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 31/10/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 93.796,20 (Noventa e Três Mil, Setecentos e Noventa e Seis Reais e Vinte Centavos )  
  
Dotação : 21 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

**EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 378/2014 - PMC**

Publicação Nº 1418255

Contrato Nº : 378/2014  
Aditivo Nº : 5TA Ctr 378/2014/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME  
Licitação : Inexigibilidade 56/2014  
Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.  
Vigência : Início: 25/10/2017 Término: 24/10/2018  
Assinatura : 20/10/2017  
Valor R\$: 17.993,10 (Dezessete Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais e Dez Centavos )  
  
Dotação : 135 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 379/2014 - PMC**

Publicação Nº 1418256

Contrato Nº : 379/2014  
Aditivo Nº : 5TA Ctr 379/2014/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME  
Licitação : Inexigibilidade 56/2014  
Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.  
Vigência : Início: 25/10/2017 Término: 24/10/2018  
Assinatura : 20/10/2017  
Valor R\$: 16.947,84 (Dezesseis Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Quatro Centavos )

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 363/2014 - PMC**

Publicação Nº 1418254

Contrato Nº : 363/2014  
Aditivo Nº : 6TA CT 363/2014/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA  
Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 1/2014  
Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.  
Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 31/03/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 209.998,50 (Duzentos e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Cinquenta Centavos )

Dotação : 208 - 13.001.2102.333903988000000.02000000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903988000000.01020000

Dotação : 233 - 13.001.2615.333903988000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2615.333903988000000.01380004

Dotação : 237 - 14.001.2152.333503988000000.02090000

Dotação : 238 - 14.001.2152.333903988000000.01000001

Dotação : 252 - 15.001.2202.333903988000000.01350007

Dotação : 262 - 15.001.2203.333903988000000.01350002

Dotação : 278 - 15.001.2612.333903988000000.01350009

Dotação : 286 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 292 - 16.001.2403.333903988000000.01340000

Dotação : 301 - 17.001.2451.333903988000000.01000001

Dotação : 304 - 17.001.2452.333903988000000.01000001

Dotação : 306 - 17.001.2453.333903988000000.01000001

Dotação : 324 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 332 - 19.001.2601.333903988000000.02030000

Dotação : 352 - 16.001.2401.333903988000000.06000000

Dotação : 359 - 14.001.2152.333903988000000.03000001

Dotação : 370 - 15.001.2202.333903988000000.03350007

Dotação : 375 - 15.001.2203.333903988000000.03350003

Dotação : 378 - 15.001.2203.333903988000000.03350002

Dotação : 394 - 15.001.2612.333903988000000.03350009

Dotação : 408 - 18.001.2503.333903988000000.03000001

Dotação : 414 - 13.001.2615.333903988000000.03380004

**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 381/2014 - PMC**

Publicação Nº 1418258

Contrato Nº : 381/2014  
Aditivo Nº : 6TA CT 381/2014/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Concórdia, e nas sedes de seus Distritos, até o Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico, constante no anexo "D" deste Edital.  
Vigência : Início: 30/10/2017 Término: 29/10/2018  
Assinatura : 27/10/2017  
Valor R\$: 2.449.500,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Nove Mil e Quinhentos Reais )

Dotação : 122 - 08.001.2030.333903928000000.01000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903928000000.03000001

Dotação : 426 - 08.001.2029.333903928000000.03390002

Dotação : 433 - 08.001.2030.333903928000000.03000001

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017 – FMAS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1417249

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017  
Contratação de Serviços  
A Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 27 de outubro de 2017, para contratação de serviço de transporte visando a participação dos delegados eleitos na 9ª Conferência Municipal de Assistência Social na 11ª Conferência Estadual de Assistência Social, que acontecerá no Município de Florianópolis nos dias 31 de Outubro e 1º de Novembro de 2017, com recursos da reprogramação do ACESSUAS Trabalho, a favor da empresa, PATY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, no valor total de R\$ 1.470,00 (um mil e quatrocentos e setenta reais).

DENISE JUSTI LOPES  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **EXTRATO DO CONTRATO CONCESSÃO Nº 3/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418216

Contrato Nº : 3/2017  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA  
Licitação : Dispensa de Licitação 2/2017  
Objeto : Outorga de permissão de uso, a título precário, da sala nº 10, guichê com 14,38m², com a finalidade de exploração de venda de bilhetes de passagens e carga e descarga de materiais.  
Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 23/10/2018  
Assinatura : 19/10/2017

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418239

Contrato Nº : 211/2017  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME  
Licitação : Inexigibilidade 29/2017  
Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de almoços para os servidores da Secretaria Municipal de Educação, que transportam os alunos no horário do meio dia, nas seguintes rotas: Linha São Paulo e Presidente Kennedy, em razão de terem ficado deserta no processo licitatório.  
Vigência : Início: 19/10/2017 Término: 18/10/2018  
Assinatura : 19/10/2017  
Valor R\$: 2.250,00 (Dois Mil e Duzentos e Cinquenta Reais )

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903941000000.01010000

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418240

Contrato Nº : 212/2017  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : KRUTZMANN SOLUÇÕES EM ALIMENTAÇÃO LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 44/2017  
Objeto : locação de espaço com acessibilidade e fornecimento de jantar para homenagem do Troféu Migrante, que será realizado na data de 21 de novembro de 2017, conforme Lei nº 2.481 de 16 de novembro de 1990, Lei nº 3.558, de 19 de maio de 2004, Decreto nº 4.838, de 18 de junho de 2004 e Lei nº 4.801, de 13 de outubro de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 19/10/2017  
Valor R\$: 19.708,00 (Dezenove Mil e Setecentos e Oito Reais )

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418241

Contrato Nº : 213/2017  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 56/2017  
Objeto : Aquisição de material de decoração e ornamentação e contratação de empresa para montagem, manutenção e desmontagem

da decoração Natalina para o Evento Sonho de Natal 2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 19/10/2017 Término: 16/02/2018  
Assinatura : 19/10/2017  
Valor R\$: 134.762,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil e Setecentos e Sessenta e Dois Reais )

Dotação : 159 - 10.001.2039.333903015000000.01000001

Dotação : 159 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 214/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418242

Contrato Nº : 214/2017  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : ALERT SEGURANÇA LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 45/2017  
Objeto : Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização de eventos a serem providos pela Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 18/01/2018  
Assinatura : 20/10/2017  
Valor R\$: 630,00 (Seiscentos e Trinta Reais )

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903923000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903923000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418244

Contrato Nº : 215/2017  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 45/2017  
Objeto : Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização de eventos a serem providos pela Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 18/01/2018  
Assinatura : 20/10/2017  
Valor R\$: 5.370,00 (Cinco Mil e Trezentos e Setenta Reais )

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903923000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903923000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903401000000.01000001



Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418245

Contrato Nº : 216/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO ME

Licitação : Pregão Presencial 45/2017

Objeto : Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização de eventos a serem promovidos pela Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 18/01/2018

Assinatura : 20/10/2017

Valor R\$: 7.890,00 (Sete Mil e Oitocentos e Noventa Reais )

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903923000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903923000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418246

Contrato Nº : 217/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JANDAIA TOP FASHION NOIVAS E DECORAÇÕES LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 45/2017

Objeto : Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização de eventos a serem promovidos pela Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 18/01/2018

Assinatura : 20/10/2017

Valor R\$: 8.800,00 (Oito Mil e Oitocentos Reais )

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903923000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903923000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 218/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418247

Contrato Nº : 218/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LIOCOLOR ESTÚDIO FOTOGRÁFICO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 45/2017

Objeto : Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização de eventos a serem promovidos pela Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 18/01/2018

Assinatura : 20/10/2017

Valor R\$: 4.690,00 (Quatro Mil e Seiscentos e Noventa Reais )

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903923000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903923000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418248

Contrato Nº : 219/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 55/2017

Objeto : Contratação de empresa de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra), para aquisição, conserto, instalação, manutenção e retirada das infraestruturas, figuras natalina, iluminação ornamental e luzes natalinas para o Sonho de Natal 2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 21/02/2018

Assinatura : 24/10/2017

Valor R\$: 108.000,00 (Cento e Oito Mil Reais )

Dotação : 160 - 10.001.2039.333903026000000.01080000

Dotação : 160 - 10.001.2039.333903999000000.01080000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2017 - FMC**

Publicação Nº 1418267

Contrato Nº : 22/2017

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : ANDRE CENTENO BROLL CARVALHO ME

Licitação : Pregão Presencial 9/2017

Objeto : contratação dos serviços de equipe técnica para realização de oficina artística de audiovisual com recursos do Ministério da Cultura - Pronac e transportes de passageiros para eventos com Recursos Próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 23/12/2017

Assinatura : 24/10/2017

Valor R\$: 6.808,00 (Seis Mil e Oitocentos e Oito Reais )



Dotação : 291 - 16.001.2403.333903999000000.01000001

Dotação : 292 - 16.001.2403.333903999000000.01340000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2017 - FMS**

Publicação Nº 1418261

Contrato Nº : 62/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de sonorização e estrutura de palco, com fornecimento de mão de obra, para atender as demandas dos eventos destinados à promoção e difusão das Ações em Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 23/10/2018

Assinatura : 24/10/2017

Valor R\$: 17.150,00 (Dezessete Mil e Cento e Cinquenta Reais )

Dotação : 223 - 13.001.2104.333903912000000.02000000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2017 - FMS**

Publicação Nº 1418263

Contrato Nº : 63/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : NAVAJO VEICULOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 4/2017

Objeto : Aquisição de veículos de passeio zero km, original de fábrica, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 25/10/2017 Término: 23/01/2018

Assinatura : 25/10/2017

Valor R\$: 213.245,00 (Duzentos e Treze Mil e Duzentos e Quarenta

e Cinco Reais )

Dotação : 209 - 13.001.2102.344905252000000.01020000

Dotação : 220 - 13.001.2103.344905252000000.01020000

Dotação : 396 - 13.001.2102.344905252000000.06880000

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2017 - PMC**

Publicação Nº 1417472

ATA RP Nº : 35/2017

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PABLO RAFAEL BRITO DE VARGAS

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2017

Objeto : Registro de Preço para possível aquisição de materiais diversos (expediente, processamento de dados, consumo, gêneros alimentícios, copa e cozinha e elétrico e eletrônico) para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações.

Vigência : Início: 11/04/2017 Término: 31/10/2017

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 5/2017 - PMC**

Publicação Nº 1418217

Contrato Nº : 05/2017

Aditivo Nº : 1Rescisão/2017

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA

Licitação : Inexigibilidade 5/2017

Objeto : Contratação de internamento asilar de longa permanência, para o idoso Darci Rauschkolb, para o exercício de 2017, conforme determinação judicial, autos nº 0003365-74.2014.8.24.0019.

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 25/09/2017

Assinatura : 23/10/2017

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 13/2017**

Publicação Nº 1418438

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 13/2017 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: ABREU E ABREU SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: Ref. prestação de serviço de para lavar, limar e pintar a parte externa do prédio da Câmara Municipal de Vereadores, material e mão de obra..

VALOR TOTAL: R\$ 10.971,00 (dez mil, novecentos e setenta e um reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33903916 e 01.0101.01.031.0001.2001.33903024,

DATA DA ASSINATURA: 27.10.2017

DATA DE VENCIMENTO: 27.01.2018

FORO: Comarca de Concórdia SC

**IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****PORTARIA Nº 63/2017 - IPRECON**

Publicação Nº 1417240

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 63/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de novembro de 2017, à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.10, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 40690-00, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de novembro de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora**PORTARIA Nº 64/2017 - IPRECON**

Publicação Nº 1417241

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 64/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora ROSÂNGELA LUNGE.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de novembro de 2017, à servidora ROSÂNGELA LUNGE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.13, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 60569-01, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de novembro de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora**PORTARIA Nº 65/2017 - IPRECON**

Publicação Nº 1417242

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 65/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Convoca a servidora VANESSA DAIANE RIFFEL, em gozo de férias.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Administradora, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 1º a 19 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de novembro de 2017.

MARGARETE PECINI  
Agente Administrativa

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 729/2017

Publicação Nº 1417229

DECRETO Nº 729, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.017 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 35

Fonte de Recursos: 10.60 – Vinculados - R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (10.60) FNDE.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.366.2506.2.072 – Apoio Jovens e Adultos

Modalidade de Aplicação: 339000 – 58

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 4.000,00

Art. 4º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada a seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 12.366.2506.2.072 – Apoio Jovens e Adultos

Modalidade de Aplicação: 335000 – 57

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 4.000,00

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 730/2017

Publicação Nº 1417232

DECRETO Nº 730/2017

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 27 da Lei Complementar nº 93/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Responsabilidade, na ordem de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal Sr. EMERSON EDUARDO KALLES, ocupante do cargo de Motorista, matrícula n.1355001, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder - cumulativamente com suas atribuições - pela execução de tarefas junto ao programa Cidade Limpa.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO Nº 731/2017

Publicação Nº 1417233

DECRETO Nº 731/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seu filho, da Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BRIANSINI, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº557101, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **DECRETO Nº 732/2017**

Publicação Nº 1417235

DECRETO Nº 732/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Sr. IDINEI SALLES, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, Matrícula nº577905, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir do dia 30/10/2017

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **DECRETO Nº 733/2017**

Publicação Nº 1417237

DECRETO Nº 733/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde do Servidor Municipal, Sr. ERNA DOMBROVSKI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, Matrícula nº 1341003, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 26/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 31 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **DECRETO Nº 734/2017**

Publicação Nº 1417238

DECRETO Nº 734/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Sr. IDINEI SALLES, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, Matrícula nº577905, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 116/2017**

Publicação Nº 1417239

#### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº52/2017

JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

PROCESSO: 116/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA E EMULSÃO ASFÁLTICA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$115.200,00(Cento e quinze mil e duzentos reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora as empresas: BRITTER RODOVIAS LTDA, no valor de R\$115.200,00, adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;  
Cordilheira Alta, SC, em 01 de Novembro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 94/2017

Publicação Nº 1418688

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº94/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº94/2017

Contratado: BROCH EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: LOCAÇÃO DE UM APARTAMENTO 307, BLOCO B, SITUADO NO TERCEIRO PAVIMENTO DO RESIDENCIAL PRIMAVERA COM ÁREA TOTAL DE 52,80125M² E UMA GARAGEM 307B, DESCOBERTA COM ÁREA TOTAL DE 15,82710M², LOCALIZADO NA RUA SÃO PAULO, ESQUINA COM O A RUA IGUAÇU, CIDADE DE CORONEL FREITAS/SC.

Valor: R\$ 400,00(quatrocentos reais).

Vigência: 31/12/2017.

### PROCESSO SELETIVO 06 2017 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Publicação Nº 1417929

O Município de CORONEL FREITAS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO N.º 06/2017, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário, conforme dispõe o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Lei Municipais 2079/2015 e 1964/2013 e demais normas em vigor, bem como de acordo com as instruções deste Edital. Dos Cargos: Cargos ligados à Secretaria Municipal de Educação: Coordenador Pedagógico; Professor de Educação Especial; Professor de Educação Infantil; Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais; Professor de Língua Inglesa; Professor de Educação Física; Professor de Artes; Professor de Informática; Merendeira. Demais Cargos:- Médico Clínico Geral; Assistente Social; Enfermeiro; Técnico em enfermagem; Auxiliar de manutenção e conservação; Auxiliar de Serviços Gerais; Operador de Máquinas II, Agente Comunitária de Saúde e Auxiliar Administrativo. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 01 de novembro a 16 de novembro de 2017 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Das provas: As provas (escritas e práticas) serão aplicadas no dia 26 de novembro de 2017. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Coronel Freitas (SC), no site [www.coronelfreitas.sc.gov.br](http://www.coronelfreitas.sc.gov.br), bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br).

Coronel Freitas (SC), 01 de novembro de 2017.

Sr. Izeu Jonas Tozetto.

Prefeito Municipal.

### PROCESSO SELETIVO 07 2017 - ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 1417919

O Município de CORONEL FREITAS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO N.º 07/2017, contratação de Estagiários de NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO para "estágio não obrigatório", do quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, admitidos conforme a Lei Federal nº 11.788/2008, Leis Municipais nº 1.884/2012 e 1.885/2012 e de acordo com as seguintes disposições deste Edital. Dos Níveis de Estágios: Estagiário Nível Superior; Estagiário Nível Médio Técnico; Estagiário Nível Médio. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 01 de novembro a 16 de novembro de 2017 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Das provas: As provas escritas serão aplicadas no dia 26 de novembro de 2017. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Coronel Freitas (SC), no site [www.coronelfreitas.sc.gov.br](http://www.coronelfreitas.sc.gov.br), bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Coronel Freitas (SC), 01 de novembro de 2017. Sr. Izeu Jonas Tozetto. Prefeito Municipal.



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 138/2017

Publicação Nº 1417818

PORTARIA Nº. 138, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 45 (Quarenta e cinco dias) dias a partir do dia 01/11/2017 à 15/12/2017.

Nome Cargo Referência

Rosa Maria Camargo Diretora Geral de Assistência Social 02/06/2015 à 01/06/2016

02/06/2016 à 01/06/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### PORTARIA Nº 139/2017

Publicação Nº 1417821

PORTARIA Nº. 139, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

Considerando o disposto no Artigo 113, - 4º da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

#### CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 26 de Novembro de 2017 à 25 de Dezembro de 2017.

Nome Cargo Referências

Egidio Reginatto Vigia 2014/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 01 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### PORTARIA Nº 140/2017

Publicação Nº 1417823

PORTARIA Nº 140, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 104 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o Atestado Médico da data de 27/10/2017;

#### CONCEDE:

Art. 1º Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Tamara Turmina, ocupante do Cargo de Assessor de Secretaria de Educação, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 27 de Outubro de 2017 a 24 de Abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de Novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario de Administração Planejamento e Finanças

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1225/2017

Publicação Nº 1417044

DECRETO Nº 1225/2017  
DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto e Parecer nº 005/2017 do Conselho Municipal de Educação, DECRETA:

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica oficializada a extinção das seguintes escolas, já paralisadas e/ou desativadas:

I – Escola Multisseriada Municipal Divino – Paralisada conforme Decreto nº 818/2014;

II – Escola Multisseriada Municipal Terezinha de Jesus Furtado – Paralisada conforme Decreto nº 687/2013;

III – Escola Multisseriada Municipal Laudelina da Silva Furtado – Paralisada conforme Decreto nº 686/2013;

IV – Escola Multisseriada Municipal Correia Pinto II – Paralisada conforme Decreto nº 819/2014;

V – Escola Multisseriada Municipal Água Branca – Paralisada conforme Decreto nº 0134/2007;

VI – Escola Multisseriada Municipal Avenal – Desativada conforme Decreto nº 0012/2002 e Decreto nº 233/2009;

VII – Escola Multisseriada Municipal Luiz Patrício do Nascimento – Desativada conforme Decreto nº 353/2010;

VIII – Escola Multisseriada Municipal Princesa Isabel – Desativada conforme Decreto nº 233/2009;

IX – Escola Multisseriada Municipal São José I – Desativada conforme Decreto nº 353/2010;

X – Escola Multisseriada Municipal Heitor Rodrigues Pires – Desativada conforme Decreto nº 233/2009;

XI – Escola Multisseriada Municipal Anita Garibaldi – Desativada conforme Decreto nº 0070/2001 e Decreto nº 353/2010;

XII – Escola Multisseriada Municipal Dom Pedro I – Desativada conforme Decreto nº 233/2009;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 31 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1226/2017

Publicação Nº 1417046

DECRETO Nº 1226/2017  
DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

OFICIALIZA A REATIVAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA - CEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica oficializada a Reativação do Centro de Educação Infantil Gente Miúda.

Art. 2º - Revoga o decreto nº 606 de 26 de junho de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 31 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 2113/2017

Publicação Nº 1417906

LEI Nº 2113/2017  
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso III da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

#### CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, - 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições gerais.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, - - 1º, 2º, e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a – Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
- XI - Anexo I.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- XII - Anexo II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas – Total das Despesas;
- XIII - Anexo II.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- XIV - Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XV - Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XVI - Anexo V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XVII - Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVIII - Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XIX - Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- XX - Anexo IX – Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XXI - Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- XXII - Anexo XI – Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta lei, entende-se por:

- I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental

visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo: o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federais, estaduais, municipais, e as entidades públicas ou privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de Créditos Orçamentários: a transferência de créditos constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução Física: a autorização para que o contrato realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidificação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

- 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as anuidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

- 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

- 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

- 4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o - 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

- 5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

- 6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

- 7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

- 8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação do orçamento fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

- 1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

- 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais – 1;
- II - juros e encargos da dívida – 2;
- III - outras despesas correntes – 3;
- IV - investimentos – 4;
- V - inversões financeiras – 5;
- VI - amortização da dívida – 6.

- 3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

- 4º - Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

- 5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar onde os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

- a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades;
- b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

- 6º - O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, discriminarão a despesa, no mínimo, por modalidade de aplicação.

- 7º - É vedada a execução orçamentária com modalidade de

aplicação indefinida.

- 8º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, - 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único – Integração dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei 4.320, de 1964;

VI - Programa de trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária



conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPITULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11 - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12 - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### Seção II

##### Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 13 - Ao Poder Legislativo Municipal será garantido o repasse financeiro de acordo com a Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 14 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

##### Seção III

##### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2018, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;  
II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 16 - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

##### Seção IV

#### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 17 - Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do - 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

- 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingencial.

- 2º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

- 3º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

- 4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

##### Seção V

##### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 18 - Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

##### Seção VI

##### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 19 - Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do - 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

##### Seção VII

##### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 20 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividade, de natureza continuada de atendimento



direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

- 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar apto nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999".

- 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

- 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílio, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

#### Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 21 - A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 22 - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, - 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único – O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 23 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento

fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 24 - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DIVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 26 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 27 - A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 28 - No exercício financeiro de 2018 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19, e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os - 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 30 - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora-extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e educação.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 31 - A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício 2018, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 32 - A estimativa da receita citada no artigo 30 desta lei levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão de legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

- 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

- 2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## CAPITULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - O Executivo Municipal enviará até o dia 31/10/2017, a proposta orçamentária para 2018, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 34 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 35 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, - 2º, da Constituição Federal, será efetivado, através de autorização legislativa, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 36 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

- 1º - A lei orçamentária anual disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

- 2º - Acompanhará os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos que os justifiquem.

Art. 37 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os devidos recursos

financeiros.

Art. 38 - A execução da Lei Orçamentária de 2018 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública.

Art. 39 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 01 de novembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 01 de novembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

## PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 56/2017

Publicação Nº 1417775

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 56/2017 – PMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE TIPO MICRO ÔNIBUS ESCOLAR, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, Tipo: Menor Preço por Item. Abertura dos envelopes: 17/11/2017 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 01 de novembro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

# Corupá

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 019/2017

Publicação Nº 1418080

#### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 019/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital, deverá apresentar-se, na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 01 dia do mês de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### ANEXO I

#### CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: ADVOGADO ( 20 horas)

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	Andre Linhares da Silva	09/11/2017	13:30

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/17

Publicação Nº 1417762

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 077/17

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS CONSTANTES DA FROTA MUNICIPAL, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 06/11/2017 às 09h00min do dia 20/11/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 20/11/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 06 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 098-2017

Publicação N° 1418734

DECRETO N.º 098/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 896 de 19 de Outubro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICIPIO CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 108.000,00 (Cento e Oito Mil Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Alimentação e Nutrição	306
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção da Merenda Escolar	2.013
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (28)
		8.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	ESPORTE É VIDA, ESPORTE É SAÚDE	8
Atividade	Apoio ao Desporto Amador e Social	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (64)
		100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (2)
		20.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (3)
		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manut. das Atividades da Asses. Jurídica, Asses de Imprensa	2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (5)
		6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8

Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11
Atividade	Manutenção das Atividades do Grupo de Idosos	2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (115)
		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Atividade	Manutenção das Atividades de Planejamento Urbanos	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (138)
		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.	1
Função	Energia	25
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Atividade	Ampliação e Manutenção das Redes de energia elétrica	2.043
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (151)
		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Incentivo a Bovinocultura Leiteira e Corte	2.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (66)
		8.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Incentivo através de concessão de bônus financeiro	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (75)
		14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, em 06 de novembro de 2017.  
LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

## EDITAL 008/2017 - MATRÍCULA E REMATRÍCULA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 1417708

### EDITAL DE MATRÍCULA E REMATRÍCULA Nº 008/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, localizada na Avenida 29 de Setembro – 450, em Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, faz saber através do presente edital, que estarão abertas as MATRÍCULAS para o ano de 2018, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme itens abaixo especificados, passando a fazer parte do Edital.

#### DATA, LOCAL E HORÁRIO

As matrículas serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação do Município, no período de 11/12/2017 à 14/12/2017, no horário das 8:00 h às 11:00 h e das 13:30 h às 17:00 h, pelos pais ou responsáveis, munidos de documentação especificada no presente Edital, seguindo o cronograma abaixo:



**DA DOCUMENTAÇÃO**

Matrícula Nova: Xérox da Certidão de Nascimento, RG, CPF, Cartão de Vacina do aluno e documentação pessoal dos pais.

OBS: A idade mínima para matrícula no primeiro ano é de 06 anos até o dia 31/03/2018. Os pais deverão realizar a matrícula para alunos novos na Educação Infantil e para os alunos do 1º ano 2018 e também rematrícula para quem já possui matrícula.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí - SC, 01 de novembro de 2017.

VILSON JAIR SAUSEN

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA, ESPORTE E LAZER

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

**PORTARIA Nº 229/2017**

Publicação Nº 1417045

PORTARIA Nº 229/2017, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Concessão de Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, os Artigos 26, 27, 28 e 29 da Lei Complementar nº. 003/2007 e os anexos contidos nela, e conforme requerimentos protocolados dos professores e declaração da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento, aos Servidores Públicos Municipais pertencentes ao quadro efetivo do Magistério, conforme segue:

Nome do Servidor	Área de Atuação	Carga Horária	Nível	Referência
ADRIANE N. FRANKEN	Educação Infantil	40 horas	03	F
ILAI DI SALETE W. HANSEN	Educação Física	20 horas	03	F
FLÁVIO BOTH	Educação Física	20 horas	03	E
IONE APARECIDA G. WEBER	Ensino Fundamental	40 horas	02	C
MARLI THEISEN BORGHARDT	Educação Infantil	40 horas	02	F
ELIANI LANZ LAUX	Ensino Fundamental	40 horas	03	F
ILOISE WENDT SCHUH	Educação Sanitária	20 horas	03	E

Art. 2º. O referido adicional será lançado na folha de pagamento do mês de Novembro de 2017, de forma integral (a partir do dia 01/11/2017), conforme previsto no Parágrafo único do Art. 29 da Lei Complementar nº. 003/2007, de 14 de setembro de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 03 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 230/2017**

Publicação Nº 1417247

PORTARIA Nº 230/2017, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe de Concessão de Férias a Servidora Publica Municipal e da outras Providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 97 da Lei Compl. nº. 002/2007, e considerando o requerimento protocolado sob o nº. 372/2017, em 06 de novembro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 dias de Férias a Servidora Publica Municipal, MARIA RENILSE SCHNORRENBERGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017, relativas ao período aquisitivo de 15/12/2016 a 14/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 03 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.945/2017

Publicação Nº 1417469

DECRETO Nº 4.945/2017

HOMOLOGA E TORNA PADRÃO O PROTOCOLO MUNICIPAL DE ATENÇÃO À HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E DIABETES MELLITUS

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX e art. 202 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado e torna padrão o Protocolo Municipal de Atenção à Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus na atenção primária em saúde a ser observado pela equipe de servidores da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Curitibanos, conforme anexo que passa a integrar o presente decreto.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 11 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos onze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

### DECRETO Nº 4.947/2017

Publicação Nº 1417471

DECRETO Nº 4.947/2017

INLCUI FONTE DE RECURSOS E REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei n. 5.851/2016,

DECRETA

Art. 1º Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2094 AÇÕES DO BLOCO PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. -FED.  
3190000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social no valor de R\$ 27.000,00

(vinte e sete mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2094 AÇÕES DO BLOCO PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. -FED.  
3390000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 27.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2094 AÇÕES DO BLOCO PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. -FED.  
3190000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 27.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### DECRETO Nº 4.948/2017

Publicação Nº 1417473

DECRETO Nº 4.948/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

D e c r e t a

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

INCLUI FONTE DE RECURSO  
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL  
20.606.0024.1031 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
4490000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 99.460,72 (noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta reais, setenta e dois centavos) a saber:

**SUPLEMENTA****02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO****02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL****20.606.0024.1031 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENÇÃO RURAL**

4490000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 99.460,72

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 99.460,72

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte recursos provenientes do Termo de Convênio nº TR 1440/2017 firmado com o Estado de Santa Catarina através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA no valor de R\$ 99.460,72 (Noventa e nove mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e dois centavos).

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.949/2017**

Publicação Nº 1417475

**DECRETO Nº 4.949/2017****SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**D e c r e t a**

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 13.800,00 ( Treze mil e oitocentos reais) a saber:

**SUPLEMENTA****04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****008.244.0005.1005 OBRAS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 13.800,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 13.800,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso ORDINÁRIA.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

**DECRETO Nº 4.950/2017**

Publicação Nº 1417476

**DECRETO Nº 4.950/2017****SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.**

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**D e c r e t a**

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) a saber:

**SUPLEMENTA****02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO****02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****04.122.0002.1004 AMPLIAÇÃO E REF. DO CENTRO ADMIN. MUNICIPAL.**

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 20.000,00

**02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO****02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMIN. E FINANÇAS**

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00

**02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO****02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL****20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍC. E IMPL. AGRIC.**

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 320.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.951/2017**

Publicação Nº 1417478

**DECRETO Nº 4.951/2017****REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA.**

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.851/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal da Cultura no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

## DA MODALIDADE DE DESPESA

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
 13.392.0017.2060 MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS  
 3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00  
 3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS  
 ..... R\$ 10.000,00  
 4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 9.000,00

## PARA A MODALIDADE DE DESPESA

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
 13.392.0017.2060 MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS  
 3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 119.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de outubro de 2017.  
 José Antônio Guidi  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima  
 Secretário de Educação e Cultura

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2017**

Publicação Nº 1418609

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM PROGRAMAS DE MEIA HORA, COM DOIS BLOCOS DE 15 MINUTOS CADA, SENDO A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA RESPONSÁVEL PELO CONTEÚDO E EDIÇÃO E O VEÍCULO PELA INTERMEDIÇÃO DO PROGRAMA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 17/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 17/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 03 de Novembro de 2017.  
 José Antonio Guidi  
 Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 186/2017**

Publicação Nº 1417481

## LEI COMPLEMENTAR Nº 186/2017

CRIA E EXTINGUE CARGO, NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica criada na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar n. 023/2002 a vaga abaixo correspondente a cargo público, em caráter efetivo, provido por concurso público e sob o regime estatutário:

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
01	Odontólogo 40 horas	4.0424	R\$ 7.573,43

Art. 2º. Ficam extintas as vagas abaixo relacionadas do cargo público de provimento efetivo alterando os anexos da Lei Complementar n. 023/2002 e Lei Complementar n. 108/2013:

Quantidade/ vagas a extinguir	Cargo	Código	Lotação	Vencimentos
02	Odontólogo 20 horas	4.04.14	Grupo IV – Secretaria Saúde	R\$ 3.786,73

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de outubro de 2017.  
 José Antônio Guidi  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 187/2017**

Publicação Nº 1417484

**LEI COMPLEMENTAR Nº 187/2017****AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E DOAR ÁREAS DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a MITRA DIOCESANA DE LAGES uma área de terras com 3.422,26 m<sup>2</sup> (três mil, quatrocentos e vinte e dois mil, vinte e seis centímetros quadrados) situada entre as ruas Ary Silveira de Souza e Matheus Conceição objeto da matrícula imobiliária 25.377 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca que será destinada a Capela São Cristóvão em razão da situação consolidada.

Art. 2º. Fica desafetada a área de terras descrita no art. 1º. de sua condição de uso comum do povo – praça - em razão da posse consolidada.

Art. 3º - A área de terras destina-se a continuidade do funcionamento e instalações da Capela São Cristóvão que encontra-se construída sobre a área há mais de 30 anos, não podendo ser alterada sua destinação e ocupação, sob pena de reversão automática ao Poder Público a qualquer tempo.

Art. 4º - A respectiva ordem de escritura será concedida no prazo de 10 dias da data da publicação desta lei e nela deverá contar a cláusula de inalienabilidade permanente, sob pena de reversão ao Poder Público a qualquer tempo.

Parágrafo Único: As benfeitorias realizadas no imóvel se incorporam para todos os fins e passam a integrar o patrimônio Municipal em caso de reversão.

Art. 5º - A dispensa do gravame da inalienabilidade poderá ser concedida após o cumprimento das exigências impostas, as quais serão analisadas por uma comissão de 4 (quatro) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, os quais emitirão parecer no prazo de 3 (três) dias após serem notificados.

Parágrafo único: A comissão referida será composta por um membro a ser indicado pelos seguintes órgãos:

- Poder Executivo;
- Poder Legislativo;
- Conselho Municipal de Indústria e Comércio.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 26 de outubro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Descanso

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO 07/2017 ENCONTRA-SE ABERTO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLINICAS/UNIDADES HOSPITALARES PARA SERVIÇOS DE EXAMES DE IMAGEM NA ÁREA DE GASTROENTEROLOGIA, NEUROLOGIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1417831

MUNICIPIO DE DESCANSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CREDENCIAMENTO Nº 7/2017

Objeto: Encontra-se aberto Credenciamento de empresas/clinicas/unidades hospitalares para serviços de exames de imagem na área de gastroenterologia, neurologia, ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia para atendimento a população do Município, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação para Credenciamento a partir da publicação do presente, a qualquer tempo, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 06 de Novembro de 2017.  
Cleber Luiz Rech  
Gestor FMS

# Dona Emma

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 095/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417134

DECRETO Nº 095/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Prioriza pagamento de obrigações do Município de Dona Emma junto à fornecedores e prestadores de serviço.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VI e XVI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990, e de conformidade com o art. 5º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando a contínua e crescente transferência de encargos aos municípios e que o volume de recursos financeiros recebidos pelos cofres municipais é incompatível com a necessidade da realização dos serviços públicos;

Considerando o desequilíbrio existente entre a despesa e a receita que vem diminuindo monetariamente no decorrer dos últimos meses em função da crise financeira instalada no país que assola e prejudica os municípios brasileiros, comprometendo a prestação dos serviços essenciais à população;

Considerando relevantes razões de interesse público, tendo em vista que a paralização de determinados serviços resultam em danos e prejuízos irreparáveis à população; e

Considerando que o Município não pode prescindir de determinados serviços, cuja execução depende de regular pagamento;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica priorizado o pagamento das obrigações do Município de Dona Emma a seguir especificadas, junto à fornecedores e prestadores de serviço:

I – folha de pagamento dos servidores públicos municipais;

II – obrigações sociais para com a Previdência Social (INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

III – remuneração mensal, a título de representação, dos conselheiros tutelares;

IV – bolsas de estágio não obrigatório aos estudantes do ensino superior;

V – adiantamentos para o custeio de despesas de viagens dos servidores públicos a serviço de interesse do Município, de que trata a Lei Municipal nº 1176/2004, de 13/10/2004;

VI – contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);

VII – energia elétrica consumida nos prédios públicos municipais;

VIII – água consumida nos prédios públicos municipais;

IX – serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel e fixa e de acesso à internet;

X – serviços e venda de produtos postais;

XI – publicações oficiais dos atos da administração pública

municipal;

XII – serviços de apoio cultural na divulgação dos atos da administração pública municipal;

XIII – serviços de assessoria técnica e apoio administrativo prestados ao Gabinete do Prefeito, à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e à Secretaria da Saúde;

XIV – licenças de uso de sistemas de gestão pública para o Município, compreendendo também a sua manutenção legal, corretiva e evolutiva;

XV – serviços de manutenção do Sistema de Contas Públicas e do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC);

XVI – serviços de manutenção, atualização e configuração de equipamentos de informática;

XVII – aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção do programa de merenda escolar;

XVIII – serviços contínuos de transporte escolar de estudantes;

XIX – instrução de aulas de artesanato, artes marciais, atletismo, coral, dança, música e percussão de fanfarras;

XX – locação de área de imóvel para instalação e funcionamento dos sistemas de repetidora dos sinais de televisão e da rede de dados "Wireless";

XXI – serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos compactáveis e recicláveis (lixo);

XXII – locações de áreas contendo jazidas de saibro para extração, destinado ao revestimento primário das estradas de rodagem da malha rodoviária municipal;

XXIII – fornecimento de combustíveis, para a manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários;

XXIV – seguro coletivo de acidentes pessoais de passageiros de veículos, seguro compreensivo para colisão, incêndio e roubo de veículos automotores de via terrestre (total) e seguro de responsabilidade civil facultativo para danos materiais e corporais contra terceiros;

XXV – seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) e taxa de licenciamento anual;

XXVI – Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) de obras e serviços públicos emitidos em favor do Município;

XXVII – aquisição de equipamentos e execução de obras e serviços provenientes de convênios e contratos de repasse celebrados com os Governos Federal e Estadual;

XXVIII – filiação do Município à Confederação Nacional de Municípios – CNM;

XXIX – filiação do Município à Federação Catarinense de Municípios – FECAM;

XXX – filiação do Município à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI;

XXXI – despesas decorrentes da execução do contrato do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIS-AMAVI;

XXXII – despesas decorrentes da execução do contrato do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi – CIM-AMAVI;

XXXIII – despesas decorrentes da execução do contrato do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA;

XXXIV – atendimento 24 (vinte e quatro) horas, nas modalidades de internação e pronto atendimento prestado no Hospital Regional Alto Vale (HRAV);

XXXV – prestações mensais referentes ao Contrato de Empréstimo nº 2014003601, junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A. (BADESC);

XXXVI – serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI);

XXXVII – despesas efetuadas com recursos vinculados de programas dos Governos Federal e Estadual.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 10 de outubro de 2017.  
NERCI BARP  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, nos termos da Lei Municipal nº 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

## **DECRETO Nº 096/2017, DE 26 OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417137

DECRETO Nº 096/2017, DE 26 OUTUBRO DE 2017.

Regulamenta a Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do Município de Dona Emma, e dá outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Dona Emma, de 31 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 074/2005, de 13 de dezembro de 2005, e Lei Complementar 133/2015 de 15 de dezembro de 2015,

Considerando a necessidade de regulamentar a isenção de que trata os dispositivos legais antes mencionados, em face das diversas demandas administrativas existentes;

Considerando que a lei tributária pode ser regulamentada por ato do Poder Executivo, conforme estabelece o Código Tributário Municipal;

DECRETA:

Art. 1º O proprietário ou possuidor a qualquer título, sua esposa, sua companheira ou seu parente de primeiro grau nos termos da lei civil nele residente, estiver acometido de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, insuficiência renal crônica, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, e possuir renda familiar não superior a dois salários mínimos vigentes no País, desde que utilize o imóvel para sua moradia, com habite-se ou regularização, que sejam o único proprietário do referido imóvel, ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Art. 2º A isenção do IPTU será concedida mediante requerimento anual do interessado, conforme anexo I, no período de 1º de novembro a 15 de dezembro do ano anterior à isenção, encaminhado junto ao Protocolo Geral, e dirigido ao Setor de Tributos, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com a seguinte documentação em anexo:

- I. Cadastro do IPTU em nome do requerente;
- II. Cópia da Identidade e C.P.F;
- III. Comprovante de residência (água ou luz ou telefone, etc);
- IV. Comprovante de renda de até 2 (dois) salários mínimo nacional;
- V. Atestado médico emitido em data não superior a 180 dias da entrada do requerimento, com assinatura, carimbo e CRM do médico responsável pelo tratamento, com diagnóstico da(s) patologia(s) ou enfermidade(s) indicando expressamente que o paciente está em tratamento.

Art. 3º O direito de isenção cessa quando:

- I. O beneficiário da isenção obtiver outro tipo de rendimento que lhe proporcione mais que o valor de 02 (dois) salários mínimo mensal;
- II. Ocorrer o falecimento do beneficiário da isenção;
- III. Houver mudança do titular da posse ou da propriedade do imóvel;
- IV. Houver mudança do uso do imóvel de exclusividade residencial para misto ou comercial;

Art 4º O beneficiário de isenção obtida de forma indevida será, imediatamente, excluído da mesma e sofrerá as seguintes penalidades:

- I. Será obrigado a devolver o valor obtido com a isenção;
- II. Serão enquadrados no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras sanções penais cabíveis.

Art. 5º A isenção incidirá apenas sobre o imposto e não sobre a taxa de coleta de lixo.

Art. 6º O beneficiário da isenção deve informar, imediatamente, o cadastro imobiliário quando transferir o imóvel ou parte deste, por venda ou doação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 26 de outubro de 2017.  
NERCI BARP  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, nos termos da Lei Municipal nº 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE

Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO I

REQUERIMENTO ANUAL DE ISENÇÃO DO IPTU

AO SETOR DE TRIBUTOS  
MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC

Identificação

Nome do requerente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

RG: \_\_\_\_\_.

CPF: \_\_\_\_\_.

Endereço do Imóvel

Rua: \_\_\_\_\_.

Bairro: \_\_\_\_\_.

Matrícula: \_\_\_\_\_.

Documentação entregue

- ☐ Cadastro do IPTU em nome do requerente;
- ☐ Cópia da Identidade e C.P.F;
- ☐ Comprovante de residência (água ou luz ou telefone, etc);
- ☐ Comprovante de renda de até 2 (dois) salários mínimo nacional;
- ☐ Atestado médico emitido em data não superior a 180 dias

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

\_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_

DESPACHO

☐ Deferido

☐ Indeferido

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

**RESUMO CONTRATOS 10/2017**

Publicação Nº 1417355

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE DONA EMMA**

Folha: 1/1

CNPJ: 83.102.426/0001-83  
RUA ALBERTO KOGLIN, Nº 3493  
C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** E. ETZOLD E CIA LTDA POSTO DONA EMMA**CNPJ:** 80.657.612/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 19/2016**Número do Processo:** 30/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12º TA-01/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** ADITIVA A QUANTIDADE DO ÓLEO S10 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA, NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2017.**Data da Assinatura:** 11/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2017**Vigência:** 11/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:** 08.01 26.782.0014 2.709.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE DONA EMMA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.160,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** WILAND WACHHOLZ TRANSPORTES EIRELI - ME**CNPJ:** 28.762.054/0001-03**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 26/2017**Número do Processo:** 37/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 36/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MATERIAL PARA O REVESTIMENTO PRIMÁRIO DAS ESTRADAS DE RODAGEM DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, EM BANCAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA ATÉ O MUNICÍPIO DE DONA EMMA.**Data da Assinatura:** 18/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/10/2017**Vigência:** 18/10/2017 a 18/10/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 143.000,00**Forma de Pagamento:** EMATÉ 15 DIAS



**RESUMO CONTRATOS 10/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417358

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA**

Folha: 1/2

CNPJ: 10.416.064/0001-21  
Rua Alberto Koglin, nº 3493  
C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** E. ETZOLD E CIA LTDA POSTO DONA EMMA**CNPJ:** 80.657.612/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 13/2016**Número do Processo:** 13/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12º TA-01/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** ADITIVA A QUANTIDADE DO ÓLEO S10 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA, NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2017.**Data da Assinatura:** 11/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2017**Vigência:** 11/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:** 05.01 10.301.0006 2.400.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.225,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ORTIZ CLINICA CARDIOLOGICA EIRELI - ME**CNPJ:** 24.507.830/0001-78**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2017**Número do Processo:** 5/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE CARDIOLOGIA**Data da Assinatura:** 18/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/10/2017**Vigência:** 18/10/2017 a 18/10/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 115.200,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA**

Folha: 2/2

CNPJ: 10.416.064/0001-21  
Rua Alberto Koglin, nº 3493  
C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IBIRAMA LTDA**CNPJ:** 81.388.514/0001-68**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2017**Número do Processo:** 8/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, ESTABELECIDAS OU QUE VENHAM A SE ESTABELECEM NO MUNICÍPIO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA, PARA OS PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, REALIZADOS A NÍVEL LABORATORIAL DE ANÁLISES CLÍNICAS.

**Data da Assinatura:** 24/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/10/2017**Vigência:** 24/10/2017 a 24/10/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CRISTINA LTDA**CNPJ:** 79.858.189/0001-08**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2017**Número do Processo:** 8/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, ESTABELECIDAS OU QUE VENHAM A SE ESTABELECEM NO MUNICÍPIO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA, PARA OS PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, REALIZADOS A NÍVEL LABORATORIAL DE ANÁLISES CLÍNICAS.

**Data da Assinatura:** 25/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/10/2017**Vigência:** 25/10/2017 a 25/10/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### LEI Nº 883/2017

Publicação Nº 1418610

LEI nº 883, de 23 de outubro de 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Doutor Pedrinho para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual da Administração Municipal de Doutor Pedrinho para o quadriênio de 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, - 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos I à IV.

Art. 2º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos referidos no art. 1º desta lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

- 1º - A prestação de contas do alcance das metas estabelecidas em cada programa ficará a cargo do respectivo gerente de programa.

- 2º - Para os fins desta lei, considera-se:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Gerente de Programa: o responsável pela prestação de contas, do alcance das metas estabelecidas;

III – Diretrizes: conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações: o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VI – Produto: os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas: os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º - Os valores constantes das planilhas estão orçados a preços correntes, e deverão ser corrigidos em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de janeiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação anual da Unidade Fiscal do Município - UFM.

Art. 4º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante lei específica.

Parágrafo Único - As revisões do Plano Plurianual 2018/2021, deverão observar o seu ajustamento às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro, bem como a continuidade

do processo de reestruturação dos gastos do Município.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Art. 7º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de Outubro de 2017; 29º ano de Fundação; 28º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de outubro de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER

Agente Administrativo II.

Anexos disponíveis em <http://leismunicipa.is/kvsoq>

### LEI Nº 884/2017

Publicação Nº 1418611

LEI nº 884, de 25 de outubro de 2017.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2017 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação no valor de até R\$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais) do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, elementos e unidades orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho.

04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	

1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
TOTAL		20.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	204.000,00
TOTAL		204.000,00
04.001.17.512.0020.1011	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	IMPLAN. DE SAN. BÁS. MELHORIAS SIST. DE ÁGUA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
TOTAL		50.000,00
05.001.12.361.0050.1018	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.1018	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REF. DE UN. ESCOLARES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	50.000,00
TOTAL		50.000,00
04.001.15.451.0020.1016	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
TOTAL		50.000,00
06.002.8.244.0140.2022	SEC. MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.8.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.8.244.0140.2022	MAN. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	25.000,00
TOTAL		25.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		399.000,00

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado à suplementar no valor de até R\$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo

a seguinte distribuição na dotação Projeto/Atividade, elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho:

05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	128.857,00
TOTAL		128.857,00
05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	195.143,00
TOTAL		195.143,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DO LIXO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		5.000,00
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUN. DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MAN. SERVIÇOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		30.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	40.000,00
TOTAL		40.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		399.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 25 de outubro de 2017, 29º ano de Fundação; 28º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de outubro de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER  
Agente Administrativo II.



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 0067/2017

Publicação Nº 1417749

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0067/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0067/2017 – Melhor Preço – Preço Global, visando registro de preços para a SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESINFECÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DEDETIZAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA EM PRÉDIOS PÚBLICOS de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 17 de Novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 01 de Novembro de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária Municipal de Saúde

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 257/2017

Publicação Nº 1417437

PORTARIA Nº 257/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VALDIR NOELI STAMM, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 06/11/2017 a 05/12/2017, relativo ao período aquisitivo 02/16 a 02/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 06 dias do mês de Novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 258/2017

Publicação Nº 1417438

PORTARIA Nº 258/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ANDREIA DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/11/2017 a 05/12/2017, relativo ao período aquisitivo 02/16 a 02/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 06 dias do mês de Novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 259/2017

Publicação Nº 1417439

PORTARIA Nº 259/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal GESIEL FALKOSKI, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 06/11/2017 a 20/11/2017, conforme Decreto nº 02/2017, relativo ao período aquisitivo 03/16 a 03/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 06 dias do mês de Novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4318/2017

Publicação Nº 1417153

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4318, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores ,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANA CASTALDELLO, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a serem gozadas no período de 01/11/2017 à 30/11/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2016 à 31/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 01 de novembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N.º 001/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC E VALDIRENE APARECIDA SALDANHA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 1417036

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N.º 001/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC E VALDIRENE APARECIDA SALDANHA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL , Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço à Avenida Getúlio Vargas, 580, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 80.637.4244.0001 – 09 , representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Rudimar Conte, brasileiro, casado, portador do RG N.º 533.519.839-72, CPF N.º 1.491.805-4 (CONTRATANTE), e VALDIRENE APARECIDA SALDANHA VIAL CONTE, brasileira, casada, portadora do RG N.º 5.198.633-7 SSP/SC e do CPF n.º 145.008.868-69, residente e domiciliada na Linha Beira Rio, cidade de Formosa do Sul representada por sua representante, Valdirene Aparecida Saldanha, resolvem assinar este Termo de Rescisão de Contrato Administrativo de Trabalho, de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N.º 001/2017, contratada para desempenhar as atribuições do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

2.1 Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato Administrativo de Trabalho N.º 001/2017, que trata a Cláusula Sexta, nada mais tendo a reclamar, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Quilombo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, assim, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão Contratual em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

FORMOSA DO SUL, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR CONTE	VALDIRENE APARECIDA SALDANHA
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE LEGAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/FMA/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMA/2017

Publicação Nº 1417282

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 04/2017 FMA - Ata do Sistema de Registro de Preços 02/2017 – FMA - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de vasos e jardineiras (de plástico e cerâmica) para uso do Horto Florestal do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/07/2018  
2ª Publicação

### AVISO DE ERRATA - CONTRATO PMF Nº 126/2016

Publicação Nº 1417276

AVISO DE ERRATA – CONTRATO PMF Nº 126/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº 126/2016 e sua publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC em 20 de dezembro de 2016, Edição nº. 2149, Página nº. 490.

A retificação se dá no equívoco no modalidade de licitação, conforme se segue:

Sendo assim:

Onde se lê: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 169/PMF/2016

Leia-se: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 169/PMF/2016

Forquilha/SC, 01 de novembro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 74/2017

Publicação Nº 1418733

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 74/2017  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 44/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – BARFE COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP

DO OBJETO – Contratação de pessoa jurídica para aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 44/PMF/2017 o valor de R\$ 3.692,50 (três mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 17 de outubro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO 2015 A 2017**

Publicação Nº 1417274

**PUBLICAÇÃO 2015 a 2017**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de crédito tributário, pelos lançamentos de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Pagamento a menor, Auto de Multa, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, Alvará Sanitário, Parcelamentos Dívida Ativa, referentes aos exercícios fiscais de 2015 a 2017.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição de dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NO-TIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
33848	13/10/2017	83,53	MARIA DE LOURDES HORR RAUPP	CONTRIB.: 51	PAGAMENTO MENOR
33849	13/10/2017	139,32	ROSANGELA ZUCHINALI BACK	CONTRIB.: 107234	PAGAMENTO MENOR
33850	13/10/2017	459,64	VANDERLEI COSTA	CONTRIB.: 436	AUTO DE MULTA
33851	13/10/2017	453,83	JULIANA TAVARES	CONTRIB.: 27900	AUTO DE MULTA
33852	13/10/2017	416,41	ARTHUR HORR DA SILVA	CONTRIB.: 26402	AUTO DE MULTA
33853	13/10/2017	101,07	SERRALHERIA IRMAOS MARTINS LTDA-ME	CONTRIB.: 25505	PAGAMENTO MENOR
33854	13/10/2017	398,09	ESPOLIO DE TEOTONIO DE JESUS FAUSTINO	CONTRIB.: 1640	AUTO DE MULTA
33858	13/10/2017	1.208,48	BAESSO MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA - ME	CONTRIB.: 127021	ISSQN VARIÁVEL - CONTRIBUINTE
33859	13/10/2017	65,81	BOLO BOM INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME	EMPRESA: 1372	PAGAMENTO MENOR
33860	13/10/2017	520,80	COOLING AND FREEZING EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO	CONTRIB.: 111996	ISSQN VARIÁVEL - CONTRIBUINTE
33861	13/10/2017	195,36	CRESTANI & MACHADO TRANSPORTES LTDA-ME	EMPRESA: 767	PAGAMENTO MENOR
33863	13/10/2017	360,65	FELIPE TOMAZI	CONTRIB.: 129068	AUTO DE MULTA
33864	13/10/2017	57,57	GIAN CARLOS ARMANDO OLIVEIRA	CONTRIB.: 108714	ISS FIXO
33865	13/10/2017	360,65	GIOVANI DA SILVA JOAQUIM	CONTRIB.: 118037	AUTO DE MULTA
33866	13/10/2017	10.642,84	ISRAEL FORMENTIN	CONTRIB.: 2307	ALVARÁ SANITÁRIO CONTRI
33868	13/10/2017	2.061,30	MARCIO MATEUS	CONTRIB.: 35019	AUTO DE MULTA
33869	13/10/2017	360,65	MOVEIS CORREA BACK LTDA	EMPRESA: 57	AUTO DE MULTA
33870	13/10/2017	3,54	NELSON CARLOS DA SILVA	CONTRIB.: 114399	ISS FIXO
33991	19/10/2017	131,50	PAULO ATANAZIO DOARTE DE SA	CONTRIB.: 127095	ISS FIXO
33992	19/10/2017	47,25	THAIS HELENA SILVA GIUSTI	CONTRIB.: 132941	ISSQN OBRAS
34032	25/10/2017	343,85	DIEGO DOMINGOS DE MELO	IMÓVEL: 18762 - 01.08.008.0120.002	PARCELAMENTOS D.A.

Forquilha/SC, 01 de Novembro de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças

**PUBLICAÇÃO 2015 A 2017**

Publicação Nº 1417275

**PUBLICAÇÃO 2015 a 2017**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de crédito tributário e de não tributário, pelos lançamentos de Multa da FUNDAF, Auto de Multa e Declaração de Uso de Solo, referentes aos exercícios fiscais de 2015 a 2017.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição de dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
33988	19/10/2017	862,50	MARCIO MATEUS	CONTRIB.: 35019	MULTA FUNDAF
33989	19/10/2017	862,50	ARRETACAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA. - ME	CONTRIB.: 118112	MULTA FUNDAF



33990	19/10/2017	1.907,79	OFICINA PADILHA-COM.DE PEÇAS E SERV. PARA MOTOS ME	CONTRIB.: 108934	AUTO DE MULTA,MULTA FUND AF
33993	19/10/2017	5.700,00	INDUSTRIA METALURGICA MILENIO LTDA-ME	CONTRIB.: 30862	MULTA FUND AF
33994	19/10/2017	2.850,00	ELETRO FERRAGENS MILENIO LTDA	CONTRIB.: 30408	MULTA FUND AF
33995	19/10/2017	855,00	JAILSON OLIVEIRA	CONTRIB.: 137976	MULTA FUND AF
33996	19/10/2017	1.210,18	OLAVO JOSE CARPES	CONTRIB.: 27843	AUTO DE MULTA,MULTA FUND AF
33997	19/10/2017	560,00	AFATEC TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	CONTRIB.: 109983	MULTA FUND AF
33998	19/10/2017	840,00	GUILHERME DE SOUZA ROSSO	CONTRIB.: 111430	MULTA FUND AF
33999	19/10/2017	859,37	MAZE CAR	CONTRIB.: 135483	DECLARACAO USO DE SOLO,MULTA FUND AF
34000	19/10/2017	1.508,32	PREMATEC METALURGICA LTDA	CONTRIB.: 30996	MULTA FUND AF
34001	19/10/2017	12.162,33	METALURGICA BAUER LTDA - ME	CONTRIB.: 107213	MULTA FUND AF
34023	19/10/2017	38.083,50	CELSO BORGES	CONTRIB.: 134091	MULTA FUND AF
34027	19/10/2017	4.231,50	ENTULHÃO LTDA - ME	CONTRIB.: 105734	MULTA FUND AF
34029	19/10/2017	560,00	GICELIO GOMES DE SOUZA- ME	CONTRIB.: 129749	MULTA FUND AF
34030	19/10/2017	1.680,00	GIOVANI DA SILVA JOAQUIM	CONTRIB.: 118037	MULTA FUND AF

Forquilha/SC, 01 de Novembro de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0016-2017 DOM

Publicação Nº 1418008

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0016/2017 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0250/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de um piso em concreto armado, medindo 143,62 m², sobre o imóvel nº 8521, matrícula nº 11.763, Estrada Fb050 S/N, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Fraiburgo/SC, para Academia de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 22.11.2017, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 09:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 09:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus. Fraiburgo(SC), 01 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0057-2017-PMF

Publicação Nº 1417681

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0249/2017 – PMF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0057/2017 – PMF

Objeto: Despesa com 02 (duas) inscrições para os bombeiros militares SR. Robson Acir Portela e Everton kleibing kafer, para participarem do XVI Seminário nacional de bombeiros a se realizar na cidade de João Pessoa – PB, nos dias 08 a 10 de novembro de 2017. Contratada: INTELIGÊNCIA WEB TECNOLOGIA PARA EVENTOS LTDA, inscrito no CNPJ de nº 11.516.618/0001-25. Valor Total: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 01 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038\_2017-SF - RP 0021 - SF

Publicação Nº 1417288

Aviso do Pregão Presencial nº 0038/2017 – SF

Registro de Preço nº 0021/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de café e açúcar, para uso da SANEFRAI, durante o período de novembro de 2017 a outubro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 17.11.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva

– Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 01 de novembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0121\_2017 - PMF - RP 0086-2017 - DOM

Publicação Nº 1417265

Aviso do Pregão Presencial nº 0119/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0085/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de mudas de gramas em leiva, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de novembro de 2017 a outubro de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 09.11.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo (SC), 25 de outubro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### CONVOCAÇÃO EDITAL 0092017 MONITOR SOCIAL 19º

Publicação Nº 1418348

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Fraiburgo

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

ELIANE RODRIGUES DOS SANTOS

Inscrição Nº: 140 Telefone: 49998105566 Celular: 49932463466

Cargo: 16 -Monitor Social

Classificação 19 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER

TEMPORÁRIO -ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo

Decreto n.º 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para

exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação:

Entrega da cópia dos mesmos setor RH :

- a) 01 foto ¾ recente;;
- b) Carteira Profissional;
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF ;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional
- l) Diploma de Formação Escolar;
- m) Conta Bancária (BRADESCO);
- n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de Imunização;

Fraiburgo, SC, 31/10/2017  
Responsável pela Convocação  
Patrícia Ceron Machado  
Departamento de Gestão de Pessoal

## Decreto nº 264-2017

Publicação Nº 1417688

DECRETO Nº 264, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativo – Recurso 0.1.0200 (173)	R\$	10.000,00
14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.1.033 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos de Saneamento		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (2)	R\$	30.000,00
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (6)	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	140.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	10.000,00
416002600 – Serviços de Fornecimento de Água	R\$	130.000,00
TOTAL	R\$	140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Decreto nº 265-2017

Publicação Nº 1417689

DECRETO Nº 265, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (62)	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0322 (61)	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto nº 266-2017**

Publicação Nº 1417691

DECRETO Nº 266, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº 2299, de 01 de julho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 215, de 16 de outubro de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

[...]

II – Representantes da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Monica Campanharo zanella  
Suplente: Valéria Mathias

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto nº 267-2017**

Publicação Nº 1418233

DECRETO Nº 267, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMADA COM A ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Maria Aparecida de Barros Balestrin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, como Gestora, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento n. 0004/2017.

Art. 2º. A Gestora da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores,

especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento n. 0004/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto nº 268-2017**

Publicação Nº 1418236

DECRETO Nº 268, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DESTINADA A MONITORAR E AVALIAR A PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, COM A ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 58 a 60 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento n. 0004/2017, sendo assim constituída:

I – Mônica Campanharo Zanella – Ocupante de Cargo Efetivo de Professor

II – Nilce Pinz – Ocupante de Cargo Efetivo de Assistente Social

III – Deonilce Maria Passini – Ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social

Art. 2º. A comissão de seleção terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento n. 0004/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 269-2017**

Publicação Nº 1418561

DECRETO Nº 269, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.029 – Manutenção do CAPS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0419 (50)	R\$	20.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0419 (131)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.029 – Manutenção do CAPS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0419 (48)	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 204 -2017 ( ASG) 2017**

Publicação Nº 1417343

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 204/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0015/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;  
FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0015/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1 – MARINA PAMELA PONTES DOS SANTOS 2 – PALOMA DA LUZ PEREIRA	01/11/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.



1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 015/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada (Somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0015/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0015/2017: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Ligação via telefone e Publicado em Diário Oficial

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 205 -2017 ( AAN) 2017

Publicação Nº 1417344

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 205/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

## 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	36º e 37º classificados	01/11/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 206-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017**

Publicação Nº 1417345

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 206/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

**FAZ SABER:**

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	206º e 213º classificados	03/11/2017 às 08 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

**2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
  - b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
  - c) Cartão PIS/PASEP;
  - d) CPF;
  - e) Identidade;
  - f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
  - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
  - h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
  - i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
  - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
  - k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
  - m) Conta bancária (BRADESCO);
- OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
  - o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 207 -2017 ( ASG) 2017

Publicação Nº 1418469

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 207/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0015/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;  
FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0015/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1 – FRANCIELLY GATTI 2- DAIANE MARI CAREGNATO HILLESHEIN	07/11/2017 às 08 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão ser observadas.

### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 015/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;

- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada (Somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0015/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0015/2017: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Ligação via telefone e Publicado em Diário Oficial

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 208-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017

Publicação Nº 1418471

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 208/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	214º e 215º classificados	07/11/2017 às 08 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:



- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

## EXTRATO CONTRATUAL - F.M.E - OUTUBRO 2017

Publicação Nº 1418523

### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT17FME13 - Contrato Nº: AT17FME08

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada...: ROSIMAR VICENTE DOS PASSOS (MEI)

Valor ..... : R\$330,00 (trezentos e trinta reais )

Vigência ..... : Início: 16/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 17/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 3, CONFORME TABELA ABAIXO:

COD.	ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE RE-GISTRADA	QTDE ACRESCIDA	VLR. UNIT.-R\$
38203	3	Dia	Serviços de sonorização de pequeno porte para Eventos do Município, sem iluminação, contendo no mínimo: _ 01 mesa de som 8 canais com entradas e saídas balanceadas. _ 02 caixas de som com pedestal 600 watts rms cada; _ 01 microfone com fio; _ 01 microfone sem fio uhf; _ 02 pedestais para microfone; _ 01 notebook para uso de cd e mp3; _ Cabeamento completo para o sistema de sonorização; _ Amplificação completa conforme a necessidade do sistema de sonorização.	5	1	330,00

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
JOÃO BATISTA DALANHOL - SUPERINTENDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FME04

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: ROSMARI DE FÁTIMA GRAEFF GERHARDT & CIA LTDA ME

Valor ..... : R\$96.120,00 (noventa e seis mil cento e vinte reais )

Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 01/10/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 6/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS GINÁSIOS MUNICIPAIS ABAIXO INDICADOS, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, BEM COMO ZELADORIA E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS, INCLUINDO O CONTROLE DE HORÁRIOS PARA AS PRÁTICAS ESPORTIVAS E OUTRAS ATIVIDADES ENCAMINHADAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME, CONSTANTES DOS ITENS 1 AO 7 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, CONFORME TABELA ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	V.UNIT.-R\$	V.TOTAL-R\$
2063	1	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes “José Vanz” – Bairro Santo Antônio (imóvel 2493)	1.090,00	13.080,00
2064	2	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes “Alcides Domingos Torri” – Bairro São Sebastião (imóvel 3755)	1.170,00	14.040,00
2065	3	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes “Macário Dias de Andrade” – Bairro Liberata (imóvel 8729)	1.120,00	13.440,00
2066	4	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes “Antenor Dias de Andrade” – Bairro Jardim América (imóvel 4922)	1.100,00	13.200,00
2067	5	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes do Bairro São Miguel (imóvel 6042)	1.190,00	14.280,00
2068	6	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes do Bairro São Cristóvão (imóvel 8520)	1.150,00	13.800,00
2069	7	12	Mês	Serviço de manutenção e conservação do Ginásio de Esportes do Bairro Faxinal dos Carvalhos (imóvel 9108)	1.190,00	14.280,00

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
JOÃO BATISTA DALANHOL - SUPERINTENDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19085 - Ata N.º: AT17FME50

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: TOTAL SPORTS LTDA ME

Valor ..... : R\$6.400,00 (seis mil quatrocentos reais )

Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 7/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL, DURANTE OS MESES DE OUTUBRO 2017 A SETEMBRO DE 2018.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-50-128,00-6.400,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
JOÃO BATISTA DALANHOL - SUPERINTENDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL - F.M.S. - OUTUBRO 2017

Publicação Nº 1418521

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18962 - Ata N.º: AT17FMS45

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA

Valor ..... : R\$224,00 (duzentos e vinte e quatro reais )

Vigência ..... : Início: 16/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 80/2017

Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Objeto ..... : FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-3-28,00-84,00; 8-2-52,00-104,00; 12-2-12,00-24,00; 17-1-12,00-12,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18932 - Ata N.º: AT17FMS51  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME  
Valor ..... : R\$1.840,80 (um mil oitocentos e quarenta reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 17/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-1000-0,14-140,00; 5-480-0,71-340,80; 8-1000-0,70-700,00; 35-100-0,60-60,00; 79-1500-0,40-600,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18936 - Ata N.º: AT17FMS51  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME  
Valor ..... : R\$2.303,17 (dois mil trezentos e três reais e dezessete centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 17/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-500-0,73-365,00; 22-500-0,47-235,00; 24-500-0,50-250,00; 26-500-0,09-45,00; 33-1000-0,08-80,00; 47-1-36,66-36,66; 49-1-38,61-38,61; 50-1-67,30-67,30; 51-20-5,28-105,60; 79-1500-0,40-600,00; 80-1000-0,48-480,00.

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18933 - Ata N.º: AT17FMS50  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA  
Valor ..... : R\$1.008,80 (um mil oito reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 17/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 13-300-1,08-324,00; 16-2-218,00-436,00; 61-2-27,54-55,08; 63-5-26,59-132,95; 65-1-60,77-60,77.

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18935 - Ata N.º: AT17FMS50  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA  
Valor ..... : R\$2.708,30 (dois mil setecentos e oito reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 17/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 43-10-6,18-61,80; 70-10-80,15-801,50; 78-1500-1,23-1.845,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19067 - Ata N.º: AT17FMS47  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: MINE MERCADO PITANGA LTDA ME

Valor ..... : R\$2.745,68 (dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 16/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS GLP PARA PRODUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DAS PESSOAS/PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR ALOJADOS NA CASA DE APOIO EM FLORIANÓPOLIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-8-1,43-11,44; 2-6-2,36-14,16; 3-8-2,36-18,88; 4-10-2,36-23,60; 5-8-2,36-18,88; 6-8-2,36-18,88; 7-8-4,65-37,20; 8-2-2,76-5,52; 9-3-3,70-11,10; 10-12-2,76-33,12; 11-3-3,71-11,13; 12-10-3,71-37,10; 13-2-4,56-9,12; 14-7-2,76-19,32; 15-7-2,37-16,59; 16-8-2,76-22,08; 17-4-2,37-9,48; 18-5-2,37-11,85; 19-6-2,37-14,22; 20-7-2,37-16,59; 21-10-17,00-170,00; 22-7-16,05-112,35; 23-8-23,64-189,12; 24-20-9,41-188,20; 25-20-12,26-245,20; 26-15-16,06-240,90; 28-7-10,36-72,52; 29-70-3,33-233,10; 30-15-3,66-54,90; 31-10-11,30-113,00; 32-6-3,71-22,26; 33-5-12,22-61,10; 34-3-9,40-28,20; 35-3-9,30-27,90; 36-4-8,54-34,16; 37-5-3,71-18,55; 38-2-3,42-6,84; 39-2-9,40-18,80; 40-8-4,56-36,48; 41-50-1,09-54,50; 42-1-2,00-2,00; 43-2-1,57-3,14; 44-10-7,50-75,00; 45-2-6,55-13,10; 46-2-6,17-12,34; 47-8-1,43-11,44; 48-10-2,84-28,40; 49-4-3,33-13,32; 50-2-6,55-13,10; 51-1-8,44-8,44; 52-1-8,07-8,07; 53-1-2,38-2,38; 54-1-3,23-3,23; 55-3-6,55-19,65; 56-6-3,71-22,26; 57-3-9,32-27,96; 58-10-5,23-52,30; 59-10-5,23-52,30; 60-7-5,23-36,61; 61-7-5,23-36,61; 62-3-5,23-15,69.

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.

IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19140 - Ata N.º: AT17FMS48

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

Valor ..... : R\$233,71 (duzentos e trinta e três reais e setenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 82/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto ..... : DISCO RIGIDO INTERNO 2,5" DE 1TB COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: FORMATO 2,5"; CAPACIDADE: 1 TB; CACHE: 8 MB; VELOCIDADE: 5400 RPM; E INTERFACE: SATA III 6 GBPS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 7-1-233,71-233,71.

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.

IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19118

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$219,06 (duzentos e dezenove reais e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AQUISICAO DE CANO ESGOTO E CUMEIRAS 20 GRAUS, PARA SER UTILIZADA NA UPA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 19-2-33,01-66,02; 32-8-19,13-153,04;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.

IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19175 - Ata N.º: AT17FMS51

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME

Valor ..... : R\$2.657,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 28/02/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 17/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO NO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MUNICIPAL.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-1500-0,19-285,00; 5-240-0,71-170,40; 7-1000-0,79-790,00; 9-400-3,53-1.412,00.

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.

IDIONE FANTINEL - SECRETÁRIA DE SAÚDE

**EXTRATO CONTRATUAL - P.M.F. - OUTUBRO 2017**

Publicação Nº 1418520

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF133

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LT

Valor ..... : R\$1.471,00 (um mil quatrocentos e setenta e um reais )

Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 111/2017

Objeto ..... : O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MATERIAIS PARA REVISÃO COMPLETA DAS 6.500 HORAS TRABALHADAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200 – 8, FROTA Nº 263, DESCRITAS NO LOTE 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, NAS DESCRIÇÕES, MARCAS, QUANTIDADES E VALORES ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	Nº PEÇA	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT- R\$	V.TOTAL-R\$
40515	2	1	Unid.	20Y-60-21470	Filtro Tampa Hidráulico	Donaldon	45,97	45,97
42428	6	1	CJ	600-185-4100	Conj Elemento	Donaldon	510,27	510,27
38907	1	1	Pç	600-319-3610	Cartucho	Baldewin	220,66	220,66
40517	3	1	Unid.	6736-51-5142	Filtro Lubrificante	Baldewin	96,54	96,54
40518	4	1	Unid.	6754-79-6140	Filtro Combustível	Baldewin	119,52	119,52
34944	5	2	Balde	09000-W1540	Óleo Motor – balde 20 litros	Lubrax	239,02	478,04
VALOR TOTAL - R\$								1.471,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF137

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA PROGRESSO LTDA

Valor ..... : R\$7.640,00 (sete mil seiscentos e quarenta reais )

Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 30/11/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 108/2017

Objeto ..... : O FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO "DIA DO SERVIDOR PÚBLICO" E PARA O ENCERRAMENTO DO "CAMPEONATO INTERNO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO", QUE ACONTECERÃO AMBOS NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2017, PREVISTOS NOS LOTES 1 E 2 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, CONFORME TABELA ABAIXO:

**LOTE 1**

COD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	V.UNIT-R\$	V.TOTAL-R\$
43958	1	7900	Unid.	Salgadinhos fritos sortidos (risolis, coxinha, croquete, bolinha de queijo) com aproximadamente 30g por unidade.	0,60	4.740,00
43959	2	1700	Unid.	Salgadinho frito (pastel mini de carne) com aproximadamente 35g por unidade.	0,60	1.020,00
43960	3	1300	Unid.	Cup Cake com massa nega maluca, com cobertura de chocolate, com embalagem individual, com aproximadamente 70g por unidade	0,80	1.040,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - R\$						6.800,00

**LOTE 2**

COD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	V.UNIT-R\$	V.TOTAL-R\$
43961	4	50	Unid.	Refrigerante, de cola, 2,5 litros, de primeira qualidade, tradição e grande aceitação pelo consumidor	8,00	400,00
43962	5	110	Unid.	Refrigerante com variação de sabores – guaraná, limão, uva, laranja, 2,0 litros, de primeira qualidade, tradição e grande aceitação pelo consumidor.	4,00	440,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - R\$						840,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF134

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: AG CALDAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor ..... : R\$28.790,00 (vinte e oito mil setecentos e noventa reais )

Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 24/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 110/2017



Objeto ..... : O OBJETO DESTES INSTRUMENTOS CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA CONFECÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE, CONSTANTES DOS ITENS 1, 2 E 3 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, NAS QUANTIDADES, MARCAS E DESCRIÇÕES ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.TOTAL-R\$	V.TOTAL-R\$
43995	1	25	Rolo	Mangueira luminosa de LED em PVC flexível extrusado, transparente, de 13 mm de diâmetro, 02 fios, com 36 LEDs brancos por metro, na tensão de 220 V, LEDs na horizontal vista com a mangueira na horizontal que permite a ampla iluminação independente de posição da mangueira nas peças ou parede, permite corte a cada 1 metro ou 2 metros, contendo 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação, na COR BRANCO FRIO, cada rolo deverá conter 100 mts.	ARG	709,00	17.725,00
43722	2	10	Rolo	Mangueira luminosa de LED em PVC flexível extrusado, transparente, de 13 mm de diâmetro, 02 fios, com 36 LEDs por metro, na tensão de 220 V, LEDs na horizontal vista com a mangueira na horizontal que permite a ampla iluminação independente de posição da mangueira nas peças ou parede, permite corte a cada 1 metro ou 2 metros, contendo 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação, na COR VERDE, cada rolo deverá conter 100 mts.	LifeLed	620,00	6.200,00
43724	3	10	Rolo	Mangueira luminosa de LED em PVC flexível extrusado, transparente, de 13 mm de diâmetro, 02 fios, com 36 LEDs por metro, na tensão de 220 V, LEDs na horizontal vista com a mangueira na horizontal que permite a ampla iluminação independente de posição da mangueira nas peças ou parede, permite corte a cada 1 metro ou 2 metros, contendo 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação, na COR VERMELHA, cada rolo deverá conter 100 mts.	LifeLed	620,00	6.200,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF132

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA

Valor ..... : R\$14.000,00 (quatorze mil reais )

Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 49/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS TÉCNICAS POR PROFISSIONAL DO CIMCATARINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHOS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF135

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: EVANDRO ADEMIR CUSTÓDIO EPP

Valor ..... : R\$43.118,00 (quarenta e três mil cento e dezoito reais )

Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 24/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 110/2017

Objeto ..... : O OBJETO DESTES INSTRUMENTOS CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA CONFECÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE, CONSTANTES DOS ITENS 4, 5, 6 E 7 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, NAS QUANTIDADES, MARCAS E DESCRIÇÕES ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.TOTAL-R\$	V.TOTAL-R\$
43725	4	30	Rolo	Mangueira luminosa de LED em PVC flexível extrusado, transparente, de 13 mm de diâmetro, 02 fios, com 36 LEDs por metro, na tensão de 220 V, LEDs na horizontal vista com a mangueira na horizontal que permite a ampla iluminação independente de posição da mangueira nas peças ou parede, permite corte a cada 1 metro ou 2 metros, contendo 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação, na COR AZUL, cada rolo deverá conter 100 mts.	XL	710,00	21.300,00

43996	5	200	Unid.	Cordão Luminoso de LED estático, COR BRANCO FRIO, conjunto decorativo natalino LED, com no mínimo 90 LEDs de alto-brilho, comprimento aproximado 5 m (+ 0,75 cm de cabo de força). Potência 10w. Ligação paralela a três fios antichama (duas séries de lâmpadas) de tal forma que a queima de uma lâmpada as outras permaneça, acesas. Isolação dos fios em material cristal ou branco, tomada macho/fêmea (alto travante). Tensão Bivolt ou 220 V. Cordões blindados para uso externo.	XL	17,49	3.498,00
43997	6	200	Unid.	Cordão Luminoso de LED estático, COR VERDE, conjunto decorativo natalino LED, com no mínimo 90 LEDs de alto-brilho, comprimento aproximado 5 m (+ 0,75 cm de cabo de força). Potência 10w. Ligação paralela a três fios antichama (duas séries de lâmpadas) de tal forma que a queima de uma lâmpada as outras permaneça, acesas. Isolação dos fios em material cristal ou branco, tomada macho/fêmea (alto travante). Tensão Bivolt ou 220 V. Cordões blindados para uso externo.	XL	17,10	3.420,00
43998	7	250	Unid.	Cascata de LED fixo, com mínimo 300 LEDs, na COR BRANCO FRIO, tamanho aproximado 3,6 mts, altura: cordões alternados, sendo: 80 cm o cordão maior; 60 cm o cordão intermediário e 40 cm o cordão menor; com espaçamento máximo de 15 cm entre os cordões; isolamento dos fios na cor branca ou transparente em 220V. OBS: É permitida a variação da altura dos cordões em até 2 cm para mais ou para menos.	XL	59,60	14.900,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF136

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: EDITORA GRÁFICA A COLUNA LTDA

Valor ..... : R\$15.000,00 (quinze mil reais )

Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 23/10/2018

Licitação ..... : Inexigibilidade de licitação Nº.: 53/2017

OBJETO ..... : O OBJETO DESTES INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ACIMA QUALIFICADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL, PARA VEICULAÇÃO NA FORMA IMPRESSA DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, CAMPANHAS EDUCATIVAS E OUTRAS, ATRAVÉS DE JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

OS VALORES PARA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTÃO DESCRITOS NA TABELA ABAIXO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 232/2017:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa preto e branco, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	R\$ 1.074,00
		½ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo	R\$ 630,00
		¼ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	R\$ 370,00
		Avisos diversos no tamanho 8,5 cm de largura x 7,5 cm de comprimento.	R\$ 131,00
02	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa colorido, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	R\$ 1.404,00
		½ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	R\$ 764,00
		¼ Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	R\$ 480,00

SERÃO ASSEGURADAS CONDIÇÕES PROPORCIONAIS E IGUALITÁRIAS DE SERVIÇOS E PAGAMENTO ÀS EMPRESAS, INDEPENDENTEMENTE DO MOMENTO DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF138 - Contrato Nº: CT17PMF43

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 18/10/2017 Término: 19/11/2017

Licitação ..... : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 2/2017

Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 19.11.2017.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF136 - Contrato Nº: CT17PMF106

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 24/10/2017

Licitação ..... : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 12/2017

Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 24.10.2017.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF137 - Contrato Nº: CT13PMF124

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LACEDIR THIBES ESTREME- ME

Vigência ..... : Início: 16/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Tomada de preço p/ compras e serviços Nº.: 5/2013

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1 DO CONTRATO, PRORROGAM O PRAZO, FICANDO VIGENTE ATÉ A DATA DE 31.12.2017.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF130

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: TRIEL-HT INDÚSTRIA DE EQUIP.RODOVIÁRIOS LTDA

Valor ..... : R\$342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 30/03/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 105/2017

Objeto ..... : O FORNECIMENTO DE ENCARROÇAMENTO PARA CAMINHÃO DE COMBATE A INCÊNDIO TIPO AUTO TANQUE – AT EM UM CHASSI NOVO DE CAMINHÃO MARCA FORD, MODELO 2429, COM A CABINE ESTENDIDA, DE PROPRIEDADE DO FUNREBOM, CONSTANTE DO ITEM 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA, CONFORME TABELA ABAIXO CONTENDO A DESCRIÇÃO, MARCA/MODELO E VALOR:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.-R\$	V.TOTAL-R\$
43683	1	1	Unid.	Encarroçamento para caminhão de combate a incêndio tipo Auto Tanque – AT, em um chassi novo de caminhão Marca Ford, Modelo 2429, com a cabine estendida, fornecido pelo FUNREBOM.	Triel-ht Auto Tanque - AT	342.000,00	342.000,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF139

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME

Valor ..... : R\$24.009,59 (vinte e quatro mil nove reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 30/04/2018

Licitação ..... : Inexigibilidade de licitação Nº.: 54/2017

Objeto ..... : A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE 03 (TRÊS) GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, NAS LOCALIDADES DO ARROIO DA BARRA (FB/13), ARROIO DA BARRA I (FB/06) E DEZ DE NOVEMBRO (FB35).

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19143 - Ata N.º: AT17PMF153

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: F.VACHILESKI & CIA LTDA

Valor ..... : R\$1.269,24 (um mil duzentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 102/2017

Objeto ..... : SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS 12.5/80-18 - 12 LONAS, PARA REPOSIÇÃO NA RETROESCAVADEIRA JCB 3C Nº 1001.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 11-2-634,62-1.269,24;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19159 - Ata N.º: AT17PMF125  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: GIGA1.COM EIRELI - ME  
Valor ..... : R\$105,00 (cento e cinco reais )  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 91/2017  
Objeto ..... : CARTUCHO DE TORNER PRETO PARA IMPRESSORA BROTHER MOD. MFC-L 5902DW COMPATIVEL OU REMANUFATURADO, RENDIMENTO MINIMO DE 2000 PAGINAS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-1-105,00-105,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF138  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PLAYMOVE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME  
Valor ..... : R\$55.480,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta reais )  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de licitação Nº.: 52/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE APLICATIVOS DE MESAS INTERATIVAS PLAY TABLE PARA CEI – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CEM – CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE FRAIBURGO – SC.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF142  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA – EPP  
Valor ..... : R\$7.200,00 (sete mil duzentos reais )  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 29/10/2018  
Licitação ..... : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 50/2017  
Objeto ..... : CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO:  
1.1.1 – IMPLANTAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DO COMPÊNDIO – 2500 NORMAS – DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO (LEI ORGÂNICA, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS), EM ARQUIVOS NO FORMATO DE TEXTO EDITÁVEL (HTML) E IMAGEM (PDF), POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA;  
1.1.2 – ATUALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS NORMAS EXPEDIDAS PELO MUNICÍPIO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL;  
1.1.3 – ACESSO AO SISTEMA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DO SITE LEISMUNICIPAIS.COM.BR E LINK DIRECIONADO AO WEBSITE OFICIAL DA CONTRATANTE, EM MENU ESPECÍFICO “LEIS MUNICIPAIS”, POR MEIO DO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO (URL): [HTTPS://WWW.LEISMUNICIPAIS.COM.BR/PREFEITURA/SC/FRAIBURGO](https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/fraiburgo)  
1.1.3.1 – FACILITANDO ACESSO A QUAISQUER NORMAS COM NO MÁXIMO 21 CARACTERES EM SEU ENDEREÇO ELETRÔNICO  
1.1.4 – ACESSO AO SISTEMA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL POR MEIO DE SMARTPHONES/TABLETS VIA APLICATIVO MOBILE;  
1.1.5 – FORMATAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS NORMAS CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS PELA TÉCNICA LEGISLATIVA (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95/1998 E DECRETO 4.176/2002);  
1.1.6 – INDEXAR/LINKAR AS NORMAS MENCIONADAS NA ÍNTEGRA DOS TEXTOS – INTERLIGAÇÃO E ACESSO IMEDIATO, COM ÚNICO CLIQUE, AO CONTEÚDO DA RESPECTIVA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ESTADUAL, QUANDO MENCIONADAS NAS LEIS;  
1.1.7 – CONSOLIDAR POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAR E VERSIONAR AS NORMAS, CRIANDO HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES (VERSÕES ESPECÍFICAS DO CONTEÚDO DE CADA NORMA ALTERADA, A FIM DE PERMITIR ACESSO À ÍNTEGRA, EM QUALQUER DATA, SEM AS MODIFICAÇÕES POSTERIORES)1;  
1.1.8 – SISTEMA DE PESQUISA QUE PERMITE REALIZAR BUSCAS ESTRATIFICADAS POR: PERÍODO DE TEMPO; PALAVRAS-CHAVE NA EMENTA E/OU ÍNTEGRA; NÚMERO DO ATO, E AINDA, PELO STATUS DA NORMA: EM VIGOR; REVOGADAS; REVOGADAS TACITAMENTE; VIGÊNCIA ESGOTADA; INCONSTITUCIONAIS E REPRISTINADAS; E AINDA, O RESULTADO DA BUSCA DEVE APRESENTAR AS LEIS ESTADUAIS DO RESPECTIVO ESTADO DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMOS UTILIZADOS NA PESQUISA, EM UM ÚNICO AMBIENTE DE PESQUISA;  
1.1.9 – DASHBOARD GERENCIAL PARA O CORPO TÉCNICO DA CONTRATANTE, PERMITINDO A PUBLICAÇÃO DE NORMAS, BEM COMO EMISSÃO DOS SEGUINTE RELATÓRIOS: NORMAS FALTANTES; NORMAS MAIS ACESSADAS; QUANTIDADE DE ACESSOS À LEGISLAÇÃO; NÚMERO DE ATOS PUBLICADOS EM CADA EXERCÍCIO; QUANTIDADE DE NORMAS EM VIGOR E REVOGADAS, POR EXERCÍCIO; QUANTIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DOS ATOS PUBLICADOS, POR NÚMERO, TIPO E DATA DE DISPONIBILIZAÇÃO NO SISTEMA; INCONSISTÊNCIAS DE CONSOLIDAÇÃO, COM INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO SERVIÇO DE CONSOLIDAÇÃO EFETUADO NA LEGISLAÇÃO.  
1.1.10 – ACESSO ÀS FERRAMENTAS EXCLUSIVAS DO SISTEMA PARA TODO O CORPO TÉCNICO DA CONTRATANTE: PESQUISA NACIONAL, LEIS À SOCIEDADE, SEGUIR MUNICÍPIO E SEGUIR TERMO;  
1.1.11 – PROTOCOLO “HTTPS” PARA GARANTIA DE SEGURANÇA DURANTE O ACESSO À LEGISLAÇÃO, PERMITINDO CONEXÃO SEGURA

## DO CIDADÃO COM AS INFORMAÇÕES EXIBIDAS.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF141 - Contrato Nº: CT13PMF124

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LACEDIR THIBES ESTREME- ME

Valor ..... : R\$10.441,72 (dez mil quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Tomada de preço p/ compras e serviços Nº.: 5/2013

Objeto ..... : O VALOR MENSAL É DE R\$ 4.322,13 (QUATRO MIL TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E TREZE CENTAVOS). O PERÍODO É ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017, CONFORME ADITIVO AT17PMF137.O VALOR TOTAL A EMPENHAR RESULTA EM R\$ 10.441,72 (DEZ MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), PARA OS MESES DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2017;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF140

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LUZ &amp; FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA EPP

Valor ..... : R\$64.997,00 (sessenta e quatro mil novecentos e noventa e sete reais )

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 30/01/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 113/2017

Objeto ..... : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE ENFEITES NATALINOS A SEREM INSTALADOS NA FACHADA DO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL, NO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE, E EM PINHEIROS NATURAIS E ARTIFICIAIS, CONSTANTES DOS LOTES 1, 2 E 3 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NAS TABELAS ABAIXO:

LOCAL: FACHADA DO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL								
CÓD.	ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	V.UNIT.–R\$	V.TOTAL–R\$	
44098	1	12	Unid	Linhas curvas com arabescos Produzidas em estrutura metálica mangueira luminosa na cor cristal, em PVC flexível extrusado transparente, de 13mm de diâmetro, 02 fios, com aproximadamente 36 lâmpadas LED por metro na tensão de 220v. Aplicação de strobos. Dimensões aproximadas: 6,70m altura x 2m largura	Luz e Forma	895,62	10.747,44	
44099	2	3	Unid	Asterisco curvo triplo Produzido em estrutura metálica e mangueira luminosa: Figura luminosa, bidimensional, com desenho em forma de trio de asterisco, medindo aproximadamente 3,50m de altura x 3,40m de largura, produzida em estrutura de barra chata, com proteção anticorrosiva, resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa na cor cristal, tensão de 220v. Aplicação de Strobos.	Luz e Forma	1.606,00	4.818,00	
44100	3	14	Unid	Estrela de 5 pontas Produzida em estrutura metálica e mangueira luminosa: Figura luminosa, bidimensional, com desenho em forma de estrela de 5 pontas, medindo aproximadamente 0,5m de altura x 0,5 m de largura, produzida em estrutura de barra chata, com proteção anticorrosiva, resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa na cor cristal, tensão de 220v. Aplicação de Strobos.	Luz e Forma	110,01	1.540,14	
44101	4	1	Unid	Estrela de 5 pontas Produzida em estrutura metálica e mangueira luminosa: Figura luminosa, bidimensional, com desenho em forma de estrela de 5 pontas, medindo aproximadamente 1m de altura x 1m de largura, produzida em estrutura de barra chata, com proteção anticorrosiva, resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa na cor cristal, tensão de 220v. Aplicação de Strobos.	Luz e Forma	220,02	220,02	
44102	5	10	Unid	Refletor Com gabinete em alumínio e visor de vidro isolado com silicone com lâmpada azul de 440W vapor metálico e reator. Dimensões aproximadas 30cm de largura x 28 cm de altura x 16 cm de profundidade.	Luz e Forma	167,44	1.674,40	
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - R\$								19.000,00
LOCAL: PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE								



44108	6	2	Unid	Asterisco curvo triplo Produzido em estrutura metálica e mangueira luminosa: Figura luminosa, bidimensional, com desenho em forma de trio de asterisco, medindo aproximadamente 3,50m de altura x 3,40m de largura, produzida em estrutura de barra chata, com proteção anticorrosiva, resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa na cor cristal, tensão de 220v. Aplicação de Strobos.	Luz e Forma	1.611,42	3.222,84
44109	7	20	Unid	Linhas curvas com arabescos Produzidas em estrutura metálica mangueira luminosa na cor cristal, em PVC flexível extrusado transparente, de 13mm de diâmetro, 02 fios, com aproximadamente 36 lâmpadas LED por metro na tensão de 220v. Aplicação de strobos. Dimensões: 6,70m de altura x 2m de largura	Luz e Forma	1.144,69	22.893,80
44110	8	2	Unid	Estrela tridimensional Produzida em estrutura metálica e mangueira luminosa: Figura luminosa, tridimensional, com desenho em forma de estrela, medindo aproximadamente 2,20m de altura x 2,2m de largura, produzida em estrutura de barra chata, com proteção anticorrosiva, resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa na cor cristal, tensão de 220v. Aplicação de Strobos.	Luz e Forma	1.162,27	2.324,54
44111	9	10	Unid	Estrela de 5 pontas Produzida em estrutura metálica e mangueira luminosa: Figura luminosa, bidimensional, com desenho em forma de estrela de 5 pontas, medindo aproximadamente 1m de altura x 1m de largura, produzida em estrutura de barra chata, com proteção anticorrosiva, resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa na cor cristal, tensão de 220v. Aplicação de Strobos.	Luz e Forma	156,27	1.562,70
44112	10	200	Metros	Mangueira Luminosa na cor cristal Em PVC flexível extrusado transparente, de 13mm de diâmetro, 02 fios, com aproximadamente 36 lâmpadas LED por metro na tensão de 220v. Aplicação de strobos	Luz e Forma	4,88	976,00
44114	11	44	Unid	Strobos Lâmpada estroboscopia de xenônio, de 6w de potência, com flashes de luz brilhante; diâmetro de 16mm; instalados em rabichos.	Luz e Forma	38,09	1.675,96
44115	12	16	Unid.	Tubo Snowfall Conjunto com 120 LED's branco frio, (meteoro) temperatura 6.500 K, com movimento snowfall, medindo aproximadamente 1,20m de comprimento, com isolamento extra na caixa conversora em resina cristal líquida, possibilitando maior resistência quando exposto às intempéries.	Luz e Forma	83,02	1.328,32
44116	13	16	Unid.	Tubo Snowfall 160 LED's Conjunto com 160 LED's branco frio, (meteoro) temperatura 6.500 K, com movimento snowfall, medindo aproximadamente 1,50m de comprimento, com isolamento extra na caixa conversora em resina cristal líquida, possibilitando maior resistência quando exposto às intempéries.	Luz e Forma	63,49	1.015,84
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - R\$							35.000,00
LOCAL: PINHEIROS NATURAIS E ARTIFICIAIS							
44117	14	350	Unid	Tubo Snowfall com 48 Leds Tubo cilíndrico (snowfall) em acrílico transparente, com 48 LED's branco frio, temperatura 6.500 K, com movimento snowfall, medindo aproximadamente 80cm de comprimento, com isolamento extra em resina cristal líquida, possibilitando maior resistência quando exposto às intempéries.	Luz e Forma	31,42	10.997,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - R\$							10.997,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF140 - Contrato Nº: CT17PMF24

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 30/03/2018

Licitação ..... : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 31/2016

Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 30.03.2018.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF68 - Contrato Nº: AT17PMF52

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/01/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 29/2017

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31/01/2018.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº...: CT17PMF129

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor ..... : R\$30.100,00 (trinta mil cem reais )

Vigência ..... : Início: 10/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 103/2017

Objeto ..... : O OBJETO DESTES INSTRUMENTOS CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA CONFECÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE, CONSTANTES DOS LOTES 1, 2 E 3 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, NAS QUANTIDADES E DESCRIÇÕES ABAIXO:

**LOTE 1**

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.-R\$	V.TOTAL-R\$
43693	1	300	Pç	Festão aramado largura de 40 cm, peça com 350 cm de comprimento, na cor Verde, com no mínimo 350 pontas, produzido com material antichama	Matsumoto	72,00	21.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - R\$							21.600,00

**LOTE 2**

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.-R\$	V.TOTAL-R\$
43708	2	5	Kg	Glitter em pó fino vermelho	Styroform	49,86	249,30
43709	3	5	Kg	Glitter em pó fino perolado	Styroform	49,87	249,35
43710	4	5	Kg	Glitter em pó fino dourado	Styroform	49,87	249,35
43711	5	5	Kg	Glitter em pó fino verde	Styroform	49,87	249,35
43712	6	5	Kg	Glitter em pó fino azul	Styroform	49,87	249,35
43713	7	5	Kg	Glitter em pó fino bronze	Styroform	49,87	249,35
43714	8	5	Kg	Glitter em pó fino prata	Styroform	49,87	249,35
43715	9	5	Kg	Glitter em pó grosso vermelho	Styroform	41,56	207,80
43716	10	5	Kg	Glitter em pó grosso perolado	Styroform	41,56	207,80
43717	11	5	Kg	Glitter em pó grosso dourado	Styroform	41,56	207,80
43718	12	5	Kg	Glitter em pó grosso verde	Styroform	41,56	207,80
43719	13	5	Kg	Glitter em pó grosso azul	Styroform	41,56	207,80
43720	14	5	Kg	Glitter em pó grosso bronze	Styroform	41,56	207,80
43721	15	5	Kg	Glitter em pó grosso prata	Styroform	41,56	207,80
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - R\$							3.200,00

**LOTE 3**

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.-R\$	V.TOTAL-R\$
43694	16	1	Unid.	Trem da Alegria kit completo	Styroform	322,43	322,43
43695	17	1	Unid.	Palhaço gravatinha GG	Styroform	166,21	166,21
43696	18	1	Unid.	Elefante circo com base kit	Styroform	75,91	75,91
43697	19	80	Unid.	Estrela guirlanda 500	Styroform	6,02	481,60
43698	20	80	Unid.	Estrela guirlanda 290	Styroform	3,99	319,20
43699	21	20	Unid.	Estrela 5 pontas 500 dupla face	Styroform	10,52	210,40
43700	22	2	Unid.	Pino para bolas M	Styroform	85,07	170,14
43701	23	4	Unid.	Soldadinho de chumbo isopor tam 1 – 100x3,40	Styroform	90,49	361,96
43702	24	80	Unid.	Bola maciça 80mm 4 por pct	Styroform	4,74	379,20
43703	25	125	Unid.	Bola maciça 90mm 4 por pct	Styroform	5,03	628,75
43704	26	20	Unid.	Cartola boneca de neve	Styroform	20,94	418,80
43705	27	250	Unid.	Bola maciça 100mm 4 por pct	Styroform	5,30	1.325,00
43706	28	20	Unid.	Gota de neve, tam M	Styroform	8,65	173,00
43707	29	20	Unid.	Gota de neve, tam G	Styroform	13,37	267,40
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - R\$							5.300,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF135A - Contrato Nº: CT14PMF145  
 Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME  
 Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 14/01/2018  
 Licitação ..... : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 17/2014  
 Objeto ..... : FICA PRORROGADO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 14.01.2018.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF127  
 Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: GIGA1.COM EIRELI - ME  
 Valor ..... : R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais )  
 Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 30/11/2017  
 Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 104/2017  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) IMPRESSORA FOTOGRÁFICA PORTÁTIL PARA USO NO GABINETE DA PREFEITA, CONSTANTE DO ITEM 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

COD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR-R\$
43956	1	1	Unid.	IMPRESSORA FOTOGRÁFICA com as seguintes especificações mínimas: Deve ser portátil e possuir alça para transporte; Tecnologia de injeção de tinta de 04 cores (CMYK); Paleta de tinta: preto, ciano, magenta e amarelo; Resolução: 3840x 960 dpi; Conectividade: usb e wireless; Suportar cartões de memória SD, MiniSD e MicroSD; Deve permitir impressão a partir de smartphone via wireless; Suportar papéis com os tamanhos A5, A6 e 10x15cm; Bandeja de entrada com capacidade para 10 folhas de papel fotográfico; Peso máximo: 3 kg; Deve possuir visor colorido para permitir visualização das imagens; Alimentação elétrica de 120V-240V Deve acompanhar cartuchos de tinta das quatro cores; Deve acompanhar 20 folhas de papel fotográfico; Deve acompanhar cabo de alimentação de energia; Marca de referência/modelo:Epson PictureMate PM-525, similar ou equivalente.	EPSON PM-525	1.320,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF128  
 Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
 Valor ..... : R\$7.600,00 (sete mil seiscentos reais )  
 Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 30/11/2017  
 Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 94/2017  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA CONFECÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE, CONSTANTES DO LOTE 5 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, NAS QUANTIDADES E DESCRIÇÕES ABAIXO:

#### LOTE 5

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.R\$	V.TOTAL-R\$
43732	37	20000	Unid.	Abraçadeira de Nylon, branca de 20mm/4,5mm	Hellermann	0,17	3.400,00
16768	38	2000	M	Fio paralelo 2/1,5mm	Vercon	1,38	2.760,00
27915	39	800	M	Fio paralelo 2/2,5mm	Vercon	1,80	1.440,00
VALOR TOTAL - R\$							7.600,00

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF126  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MITRA CONSTRUTORA LTDA ME  
Valor ..... : R\$11.454,04 (onze mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 01/11/2017  
Licitação ..... : Dispensa de licitação p/ obras e serv.engenh. Nº.: 48/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FECHAMENTO EM ALVENARIA PARA EVITAR A ENTRADA DE PÁSSAROS E PINTURA INTERNA DAS PAREDES DO GINÁSIO DE ESPORTES SÃO CRISTOVÃO, LOCALIZADO NA RUA PAULO PEDROSO, SN, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO/SC, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF125  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: WIDE-TI DESENVOLVIMENTO DE SOLUCOES LTDA - ME  
Valor ..... : R\$810,00 (oitocentos e dez reais )  
Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 47/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE 03 LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE HOTSPOTS, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO INTERNET SEM FIO AO CIDADÃO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SENDO NA PRAÇA TANCREDO NEVES, PRAÇA GABRIEL EVRARD E UM VEÍCULO ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO DA EMPRESA SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, A QUAL QUE TEM A CONCESSÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DA CIDADE.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF132 - Contrato Nº: CT16PMF32  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : R\$6.013,97 (seis mil treze reais e noventa e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Concorrência p/ compras e serviços Nº.: 4/2015  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM O SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA BUSINESS INTELLIGENCE (SISTEMA WEB), A PARTIR DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017.  
SERÁ EMPENHADO O SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 16, NO VALOR DE R\$ 1.483,97 (MIL QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), MAIS OS VALORES DA LOCAÇÃO MENSAL DO SISTEMA QUE SERÁ COBRADO SOMENTE APÓS JANEIRO DE 2018, SOMANDO UM VALOR TOTAL DE R\$ 6.013,97 (SEIS MIL E TREZE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS);

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18951 - Ata N.º: AT17PMF107  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME  
Valor ..... : R\$1.494,90 (um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 74/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE CALÇADOS, MOCHILAS ESCOLARES E BOLSAS DE VIAGEM PARA USO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 179-1-25,57-25,57; 180-1-25,57-25,57; 182-1-25,57-25,57; 183-1-25,57-25,57; 185-1-49,69-49,69; 186-1-49,69-49,69; 188-1-51,15-51,15; 189-1-51,15-51,15; 191-1-36,53-36,53; 193-2-36,53-73,06; 194-2-36,53-73,06; 195-2-36,53-73,06; 196-2-36,53-73,06; 197-2-36,53-73,06; 198-2-36,53-73,06; 199-1-36,53-36,53; 200-1-36,53-36,53; 201-1-36,53-36,53; 203-2-36,53-73,06; 206-1-43,80-43,80; 207-3-36,50-109,50; 208-2-58,45-116,90; 209-1-58,45-58,45; 211-3-29,25-87,75; 213-2-29,25-58,50; 214-2-29,25-58,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19014 - Ata N.º: AT17PMF142

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$1.552,30 (um mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

Vigência ..... : Início: 16/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 101/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO PELOS ABRIGADOS NA CASA LAR "CELIO THIBES DOS SANTOS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-20-4,15-83,00; 4-15-4,15-62,25; 5-10-8,31-83,10; 6-20-12,45-249,00; 8-10-4,15-41,50; 9-5-20,77-103,85; 10-25-4,15-103,75; 11-5-8,30-41,50; 12-10-8,30-83,00; 13-15-5,81-87,15; 14-30-1,66-49,80; 15-20-3,32-66,40; 16-24-12,45-298,80; 17-24-8,30-199,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19031 - Ata N.º: AT17PMF149

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: AGRO LÍDER LTDA

Valor ..... : R\$16.425,00 (dezesesseis mil quatrocentos e vinte e cinco reais )

Vigência ..... : Início: 18/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 100/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE LARVICIDA BIOLÓGICO PARA USO EM AÇÕES DE COMBATE AO MOSQUITO BORRACHUDO NAS LOCALIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-150-109,50-16.425,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19009 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$330,70 (trezentos e trinta reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 17/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 33-10-6,91-69,10; 34-20-6,91-138,20; 35-10-6,91-69,10; 36-10-5,43-54,30;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19045 - Ata N.º: AT17PMF139

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA

Valor ..... : R\$435,45 (quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 40-75-1,61-120,75; 41-60-3,22-193,20; 66-75-1,62-121,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19040 - Ata N.º: AT17PMF118

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: GIGA1.COM EIRELI - ME



Valor ..... : R\$505,40 (quinhentos e cinco reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 82/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO DE INFORMÁTICA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 15-10-50,54-505,40;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18931 - Ata N.º: AT17PMF139  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : R\$323,93 (trezentos e vinte e três reais e noventa e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 33-16-9,68-154,88; 36-15-11,27-169,05;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18871 - Ata N.º: AT17PMF122  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MOZZER AUTO MECANICA LTDA - ME  
Valor ..... : R\$7.794,60 (sete mil setecentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 86/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, CORTE, PLAINA, FURADEIRA, PRENSA, FRESA E MONTAGEM/ DESMONTAGEM DE PEÇAS, VEÍCULOS E MÁQUINAS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-80-54,70-4.376,00; 2-20-54,70-1.094,00; 3-10-41,02-410,20; 4-10-45,58-455,80; 6-10-45,58-455,80; 7-10-54,70-547,00; 8-10-45,58-455,80;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18870 - Ata N.º: AT17PMF122  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MOZZER AUTO MECANICA LTDA - ME  
Valor ..... : R\$8.523,80 (oito mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 86/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, CORTE, PLAINA, FURADEIRA, PRENSA, FRESA E MONTAGEM/ DESMONTAGEM DE PEÇAS, VEÍCULOS E MÁQUINAS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-40-54,70-2.188,00; 2-40-54,70-2.188,00; 3-10-41,02-410,20; 5-10-45,58-455,80; 6-20-45,58-911,60; 7-10-54,70-547,00; 8-40-45,58-1.823,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18869 - Ata N.º: AT17PMF122  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MOZZER AUTO MECANICA LTDA - ME  
Valor ..... : R\$14.312,80 (quatorze mil trezentos e doze reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 86/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, CORTE, PLAINA, FURADEIRA, PRENSA, FRESA E MONTAGEM/ DESMONTAGEM DE PEÇAS, VEÍCULOS E MÁQUINAS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-100-54,70-5.470,00; 2-80-54,70-4.376,00; 3-40-41,02-1.640,80; 4-10-45,58-455,80; 5-10-45,58-455,80; 6-10-45,58-455,80; 7-10-54,70-547,00; 8-20-45,58-911,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18868 - Ata N.º: AT17PMF137

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$5.571,15 (cinco mil quinhentos e setenta e um reais e quinze centavos)

Vigência ..... : Início: 03/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 99/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORMAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS A SEREM DOADAS A FAMÍLIAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-65-13,16-855,40; 2-65-12,21-793,65; 3-65-9,57-622,05; 4-65-12,03-781,95; 5-130-2,63-341,90; 6-130-4,35-565,50; 7-65-3,76-244,40; 8-65-2,60-169,00; 9-195-6,14-1.197,30;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18886 - Ata N.º: AT17PMF115

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA

Valor ..... : R\$52,00 (cinquenta e dois reais )

Vigência ..... : Início: 03/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 80/2017

Objeto ..... : FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 8-1-52,00-52,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18887 - Ata N.º: AT17PMF115

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA

Valor ..... : R\$164,00 (cento e sessenta e quatro reais )

Vigência ..... : Início: 03/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 80/2017

Objeto ..... : FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-1-28,00-28,00; 5-3-28,00-84,00; 7-1-52,00-52,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18890 - Ata N.º: AT17PMF138

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$976,50 (novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D' ÁGUA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 14-30-6,53-195,90; 30-30-26,02-780,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18891 - Ata N.º: AT17PMF138

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$653,32 (seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D' ÁGUA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 14-10-6,53-65,30; 15-6-33,62-201,72; 23-7-8,63-60,41; 30-10-26,02-260,20; 55-2-9,50-19,00; 58-3-6,67-20,01; 59-3-6,67-20,01; 60-1-6,67-6,67.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18901 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$8.237,00 (oito mil duzentos e trinta e sete reais )

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 68-233-10,50-2.446,50; 71-313-18,50-5.790,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18903 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$302,60 (trezentos e dois reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 70-34-8,90-302,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18909 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$299,30 (duzentos e noventa e nove reais e trinta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 68-6-10,50-63,00; 70-12-8,90-106,80; 71-7-18,50-129,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18902 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$4.387,90 (quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 22-169-10,00-1.690,00; 24-255-10,58-2.697,90.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18904 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$1.107,49 (um mil cento e sete reais e quarenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-34-10,58-359,72; 25-43-17,39-747,77.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18914 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$61,46 (sessenta e um reais e quarenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 23-7-8,78-61,46;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18915 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$4.742,62 (quatro mil setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-205-10,58-2.168,90; 25-148-17,39-2.573,72;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18916 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$2.030,46 (dois mil trinta reais e quarenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 23-3-8,78-26,34; 26-114-17,58-2.004,12;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18913 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$6,29 (seis reais e vinte e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 10-0,5-1,72-0,86; 18-1-1,31-1,31; 19-1-4,12-4,12;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18917 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$1.015,63 (um mil quinze reais e sessenta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-179-1,58-282,82; 14-179-1,99-356,21; 15-140-2,69-376,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18920 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$5,33 (cinco reais e trinta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-5,33-5,33;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18922 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$47,97 (quarenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-9-5,33-47,97;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18921 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$849,55 (oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-20-1,31-26,20; 10-61-1,72-104,92; 12-111-1,55-172,05; 18-90-1,31-117,90; 19-104-4,12-428,48;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18923 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$282,06 (duzentos e oitenta e dois reais e seis centavos)



Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 05/10/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-0,4-12,50-5,00; 5-35-1,58-55,30; 8-9-1,72-15,48; 10-5,5-1,72-9,46; 11-10,5-1,69-17,75; 14-29-1,99-57,71; 18-8-1,31-10,48; 19-14-4,12-57,68; 20-190-0,28-53,20

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18924 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$1.746,73 (um mil setecentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 2-24-2,03-48,72; 5-185-1,58-292,30; 6-50-1,37-68,50; 7-72-2,07-149,04; 10-36-1,72-61,92; 12-47-1,55-72,85; 14-286-1,99-569,14; 15-82-2,69-220,58; 19-64-4,12-263,68;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18930 - Ata N.º: AT17PMF138

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$780,06 (setecentos e oitenta reais e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D' ÁGUA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 6-1-7,71-7,71; 30-12-26,02-312,24; 31-8-7,65-61,20; 49-30-0,55-16,50; 58-2-6,67-13,34; 60-1-6,67-6,67; 81-10-8,64-86,40; 87-600-0,46-276,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18958 - Ata N.º: AT17PMF125

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GIGA1.COM EIRELI - ME

Valor ..... : R\$630,00 (seiscentos e trinta reais )

Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 91/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS DE TONER PARA USO AS IMPRESSORAS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-6-105,00-630,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18957 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$28,00 (vinte e oito reais )

Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 20-100-0,28-28,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18950 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$42,00 (quarenta e dois reais )  
Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 20-150-0,28-42,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18949 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$123,40 (cento e vinte e três reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 34-10-6,91-69,10; 36-10-5,43-54,30;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18956 - Ata N.º: AT17PMF138  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor ..... : R\$1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais )  
Vigência ..... : Início: 10/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D' ÁGUA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 37-3000-0,55-1.650,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18971 - Ata N.º: AT17PMF131  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD  
Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18970 - Ata N.º: AT17PMF131  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD  
Valor ..... : R\$4.100,00 (quatro mil cem reais )  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-2-2.050,00-4.100,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18969 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18979 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18978 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18976 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18977 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18973 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18974 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18975 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18972 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$2.050,00 (dois mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-1-2.050,00-2.050,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18985 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$6.365,84 (seis mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-207-10,58-2.190,06; 25-136-17,39-2.365,04; 26-103-17,58-1.810,74;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18990 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$991,11 (novecentos e noventa e um reais e onze centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-23-10,58-243,34; 25-43-17,39-747,77;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18999 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$5.962,29 (cinco mil novecentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 25-171-17,39-2.973,69; 26-170-17,58-2.988,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18998 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$4.846,48 (quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 28-998-4,73-4.720,54; 81-6-5,49-32,94; 82-12-2,26-27,12; 83-12-5,49-65,88;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18986 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$183,92 (cento e oitenta e três reais e noventa e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017



Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 62-44-4,18-183,92;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18991 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$453,90 (quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 70-51-8,90-453,90;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18993 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$217,10 (duzentos e dezessete reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 11/10/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 70-14-8,90-124,60; 71-5-18,50-92,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18997 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$166,80 (cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.,  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-45-2,71-121,95; 54-13-3,45-44,85;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18994 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$73,50 (setenta e três reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 68-7-10,50-73,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18995 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$1.015,63 (um mil quinze reais e sessenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-179-1,58-282,82; 14-179-1,99-356,21; 15-140-2,69-376,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18996 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$1.309,45 (um mil trezentos e nove reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-552-1,58-872,16; 7-119-2,07-246,33; 10-63-1,72-108,36; 11-44-1,69-74,36; 19-2-4,12-8,24;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18992 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$22,09 (vinte e dois reais e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-10-1,58-15,80; 10-0,5-1,72-0,86; 18-1-1,31-1,31; 19-1-4,12-4,12;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18989 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$47,97 (quarenta e sete reais e noventa e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-9-5,33-47,97;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18988 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$318,17 (trezentos e dezoito reais e dezessete centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-21-1,31-27,51; 5-35-1,58-55,30; 6-14,5-1,37-19,87; 10-8,5-1,72-14,62; 11-10,5-1,69-17,75; 12-13-1,55-20,15; 14-29-1,99-57,71; 15-14-2,69-37,66; 18-11-1,31-14,41; 20-190-0,28-53,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18987 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$2.170,02 (dois mil cento e setenta reais e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 2-32-2,03-64,96; 5-361-1,58-570,38; 7-90-2,07-186,30; 10-39-1,72-67,08; 12-47-1,55-72,85; 14-215-1,99-427,85; 15-160-2,69-430,40; 19-85-4,12-350,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18984 - Ata N.º: AT17PMF133

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ASTOR STAUDT - ME

Valor ..... : R\$16.259,72 (dezesesseis mil duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-26-199,12-5.177,12; 2-12-48,57-582,84; 13-4-157,17-628,68; 14-4-228,58-914,32; 15-3-285,66-856,98; 16-3-133,34-400,02; 22-60-40,42-2.425,20; 23-63-40,42-2.546,46; 24-66-6,75-445,50; 25-565-4,04-2.282,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18983 - Ata N.º: AT17PMF132

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: JHONATAN BAGATOLI ME

Valor ..... : R\$8.324,80 (oito mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 29-176-47,30-8.324,80;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18982 - Ata N.º: AT17PMF134

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: TOTAL SPORTS LTDA

Valor ..... : R\$35.119,80 (trinta e cinco mil cento e dezenove reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 10-6-240,28-1.441,68; 11-36-68,32-2.459,52; 12-66-152,86-10.088,76; 17-30-119,02-3.570,60; 18-48-126,91-6.091,68; 19-48-134,82-6.471,36; 20-30-166,54-4.996,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18981 - Ata N.º: AT17PMF135

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME

Valor ..... : R\$20.050,00 (vinte mil cinquenta reais )

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-12-98,30-1.179,60; 6-12-89,20-1.070,40; 7-132-34,40-4.540,80; 8-168-32,01-5.377,68; 9-72-35,16-2.531,52; 26-10-145,90-1.459,00; 27-30-129,70-3.891,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18980 - Ata N.º: AT17PMF131

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD

Valor ..... : R\$16.169,56 (dezesesseis mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 78/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (INFANTIL E FUNDAMENTAL).

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-30-38,80-1.164,00; 4-160-3,88-620,80; 30-8-28,12-224,96; 31-120-87,33-10.479,60; 32-28-43,67-1.222,76; 33-60-4,96-297,60; 34-20-73,00-1.460,00; 35-24-14,58-349,92; 36-24-14,58-349,92;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18961 - Ata N.º: AT17PMF138

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$1.376,50 (um mil trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D' ÁGUA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 67-50-27,53-1.376,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18960 - Ata N.º: AT17PMF139

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA

Valor ..... : R\$36,45 (trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO .

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 65-15-2,43-36,45;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19015 - Ata N.º: AT17PMF115

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA

Valor ..... : R\$28,00 (vinte e oito reais )

Vigência ..... : Início: 16/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 80/2017  
Objeto ..... : FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-1-28,00-28,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19036 - Ata N.º: AT17PMF138  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor ..... : R\$260,20 (duzentos e sessenta reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D' ÁGUA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-10-26,02-260,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19023 - Ata N.º: AT17PMF127  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PAULINÉIA LOTTERMANN REIS ME  
Valor ..... : R\$30.814,72 (trinta mil oitocentos e quatorze reais e setenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (FUNDAMENTALEINFANTIL) E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 6-20-295,56-5.911,20; 7-2-338,48-676,96; 8-12-289,57-3.474,84; 9-14-78,48-1.098,72; 10-14-265,64-3.718,96; 11-9-291,56-2.624,04; 14-19-440,00-8.360,00; 15-15-330,00-4.950,00.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19024 - Ata N.º: AT17PMF127  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PAULINÉIA LOTTERMANN REIS ME  
Valor ..... : R\$58.210,50 (cinquenta e oito mil duzentos e dez reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (FUNDAMENTALEINFANTIL) E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 6-40-295,56-11.822,40; 7-28-338,48-9.477,44; 8-18-289,57-5.212,26; 9-46-78,48-3.610,08; 10-16-265,64-4.250,24; 11-18-291,56-5.248,08; 14-31-440,00-13.640,00; 15-15-330,00-4.950,00.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19019 - Ata N.º: AT17PMF126  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JHONATAN BAGATOLI ME  
Valor ..... : R\$11.244,00 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais )  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (FUNDAMENTALEINFANTIL).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-150-74,96-11.244,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL



## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19020 - Ata N.º: AT17PMF126  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: JHONATAN BAGATOLI ME  
Valor ..... : R\$3.156,00 (três mil cento e cinquenta e seis reais )  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (FUNDAMENTALEINFANTIL).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 2-40-78,90-3.156,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19021 - Ata N.º: AT17PMF126  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: JHONATAN BAGATOLI ME  
Valor ..... : R\$22.710,66 (vinte e dois mil setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (FUNDAMENTALEINFANTIL).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-37-292,50-10.822,50; 12-24-495,34-11.888,16;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19022 - Ata N.º: AT17PMF128  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: UNIMÓVEIS IND. E COM. MÓVEIS ESCOLARES LTDA  
Valor ..... : R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais )  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (FUNDAMENTALEINFANTIL).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-400-187,50-75.000,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19052 - Ata N.º: AT17PMF148  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME  
Valor ..... : R\$19.680,00 (dezenove mil seiscentos e oitenta reais )  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 98/2017  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORREÇÃO, PREPARAÇÃO E PINTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS SOBRE PISO DE CONCRETO UTILIZANDO FUNDOS, SELADORES, MASSAS PARA CORREÇÃO E TINTA EM EPÓXI DE 1ª QUALIDADE.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-820-24,00-19.680,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19056 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$1.303,03 (um mil trezentos e três reais e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 2-77-2,03-156,31; 5-572-1,58-903,76; 10-67-1,72-115,24; 17-103-1,24-127,72;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19057 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$333,37 (trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-21-1,31-27,51; 4-0,6-12,50-7,50; 5-35-1,58-55,30; 6-14,5-1,37-19,87; 10-8-1,72-13,76; 11-10,5-1,69-17,75; 12-13-1,55-20,15; 14-29-1,99-57,71; 15-14-2,69-37,66; 16-13-0,86-11,18; 18-9-1,31-11,79; 20-190-0,28-53,20.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19051 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$42,64 (quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 21-8-5,33-42,64;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19055 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais )  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19050 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais )  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 70-60-8,90-534,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19047 - Ata N.º: AT17PMF110  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$1.413,03 (um mil quatrocentos e treze reais e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-23-10,58-243,34; 25-43-17,39-747,77; 26-24-17,58-421,92;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19092 - Ata N.º: AT17PMF139  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : R\$614,82 (seiscentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO)  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 39-40-12,09-483,60; 66-81-1,62-131,22;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF139 - Contrato Nº: CT15PMF126  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 18/10/2017 Término: 24/11/2017  
Licitação ..... : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 20/2015  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 24.11.2017.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19068 - Ata N.º: AT17PMF110  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$61,46 (sessenta e um reais e quarenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 23-7-8,78-61,46;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19070 - Ata N.º: AT17PMF110  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$7.272,95 (sete mil duzentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-248-10,58-2.623,84; 25-143-17,39-2.486,77; 26-123-17,58-2.162,34;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19069 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$2.046,93 (dois mil quarenta e seis reais e noventa e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 2-28-2,03-56,84; 5-359-1,58-567,22; 6-50-1,37-68,50; 7-91-2,07-188,37; 10-42-1,72-72,24; 12-40-1,55-62,00; 14-147-1,99-292,53; 15-163-2,69-438,47; 19-73-4,12-300,76.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19066 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$34,29 (trinta e quatro reais e vinte e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 10-0,5-1,72-0,86; 18-1-1,31-1,31; 19-1-4,12-4,12; 20-100-0,28-28,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19065 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$299,30 (duzentos e noventa e nove reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 68-6-10,50-63,00; 70-12-8,90-106,80; 71-7-18,50-129,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19094 - Ata N.º: AT17PMF138  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor ..... : R\$26,02 (vinte e seis reais e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D'ÁGUA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO),.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-1-26,02-26,02;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19090 - Ata N.º: AT17PMF139  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : R\$1.175,10 (um mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 52-4-228,06-912,24; 53-3-87,72-263,16;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19089 - Ata N.º: AT17PMF139  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : R\$491,22 (quatrocentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 52-1-228,06-228,06; 53-3-87,72-263,16;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19088 - Ata N.º: AT17PMF124  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP  
Valor ..... : R\$7.948,41 (sete mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão eletrônico Nº.: 1/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GRAMA SINTÉTICA PARA COLOCAÇÃO NOS PARQUES INFANTIS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ÁREAS DE LAZER DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA .  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-159-49,99-7.948,41.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19123 - Ata N.º: AT17PMF115  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA  
Valor ..... : R\$580,00 (quinhentos e oitenta reais )  
Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 80/2017  
Objeto ..... : CONFECÇÃO DE CARIMBOS PARA UTILIZAÇÃO NA SEDE DO FUNREBOM.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-3-48,00-144,00; 4-1-28,00-28,00; 5-3-28,00-84,00; 6-4-42,00-168,00; 7-3-52,00-156,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19100 - Ata N.º: AT17PMF112  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : R\$2.670,99 (dois mil seiscentos e setenta reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 29-75,2-23,87-1.795,02; 59-150-2,35-352,50; 60-66-4,54-299,64; 63-27-8,29-223,83;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19099 - Ata N.º: AT17PMF112  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME



Valor ..... : R\$2.311,99 (dois mil trezentos e onze reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 29-62,4-23,87-1.489,49; 59-350-2,35-822,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19105 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$14.274,30 (quatorze mil duzentos e setenta e quatro reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-455-2,71-1.233,05; 37-57-3,95-225,15; 38-2-27,63-55,26; 40-210-3,95-829,50; 42-68-9,87-671,16; 44-113-5,92-668,96; 45-32-4,44-142,08; 49-79-2,27-179,33; 50-277-2,96-819,92; 51-7-2,86-20,02; 54-104-3,45-358,80; 56-75-7,40-555,00; 57-55-2,22-122,10; 58-35-1,19-41,65; 64-163,2-20,00-3.264,00; 66-19-129,44-2.459,36; 67-24-109,54-2.628,96.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19106 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$877,88 (oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-20-2,71-54,20; 38-3,5-27,63-96,71; 42-8-9,87-78,96; 43-5-7,90-39,50; 44-7-5,92-41,44; 46-10-1,88-18,80; 49-17-2,27-38,59; 50-18-2,96-53,28; 51-58-2,86-165,88; 53-19-9,67-183,73; 54-16-3,45-55,20; 55-6-2,97-17,82; 57-12-2,22-26,64; 58-6-1,19-7,14.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19104 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$31,60 (trinta e um reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 40-8-3,95-31,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19114 - Ata N.º: AT17PMF137  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$5.571,15 (cinco mil quinhentos e setenta e um reais e quinze centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 99/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORMAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS A SEREM DOADAS A FAMÍLIAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-65-13,16-855,40; 2-65-12,21-793,65; 3-65-9,57-622,05; 4-65-12,03-781,95; 5-130-2,63-341,90; 6-130-4,35-565,50; 7-65-3,76-244,40; 8-65-2,60-169,00; 9-195-6,14-1.197,30.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19102 - Ata N.º: AT17PMF129

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$583,20 (quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 92/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE TINTAS E OUTROS MATERIAIS PARA USO NA MANUTENÇÃO E NA CONFECÇÃO DE OBJETOS DE DECORAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-5-38,88-194,40; 2-2-38,88-77,76; 3-2-38,88-77,76; 4-3-38,88-116,64; 5-3-38,88-116,64;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19125 - Ata N.º: AT17PMF111

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$10.647,19 (dez mil seiscentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-520-2,71-1.409,20; 32-39-7,40-288,60; 33-65-6,91-449,15; 35-24-6,91-165,84; 38-63-27,63-1.740,69; 39-80-2,22-177,60; 40-64-3,95-252,80; 42-52-9,87-513,24; 43-49-7,90-387,10; 44-77-5,92-455,84; 46-140-1,88-263,20; 48-27-5,44-146,88; 49-39-2,27-88,53; 50-79-2,96-233,84; 51-103-2,86-294,58; 52-91-3,95-359,45; 53-84-9,67-812,28; 54-142-3,45-489,90; 55-156-2,97-463,32; 57-79-2,22-175,38; 58-47-1,19-55,93; 66-11-129,44-1.423,84;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19122 - Ata N.º: AT17PMF113

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

Valor ..... : R\$567,26 (quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 65-37-9,98-369,26; 79-50-3,96-198,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19124 - Ata N.º: AT17PMF112

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor ..... : R\$1.931,82 (um mil novecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº 11.947/2009 E LEI Nº 12.982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 59-688-2,35-1.616,80; 63-38-8,29-315,02;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19134 - Ata N.º: AT17PMF152

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CLODOMIR TÓFFOLI

Valor ..... : R\$14.661,10 (quatorze mil seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 112/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-400-7,85-3.140,00; 2-280-22,57-6.319,60; 3-200-7,85-1.570,00; 4-100-8,83-883,00; 5-100-7,86-786,00; 6-50-7,85-392,50; 7-200-7,85-1.570,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19135 - Ata N.º: AT17PMF150

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SERGIO WALTRICK MOREIRA - ME

Valor ..... : R\$6.472,60 (seis mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 107/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS NO INTERIOR DESTE MUNICÍPIO E NOS BAIRROS AFASTADOS DO PERÍMETRO URBANO.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-5-364,52-1.822,60; 2-500-9,30-4.650,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19126 - Ata N.º: AT17PMF150

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SERGIO WALTRICK MOREIRA - ME

Valor ..... : R\$6.837,12 (seis mil oitocentos e trinta e sete reais e doze centavos)

Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 107/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS NO INTERIOR DESTE MUNICÍPIO E NOS BAIRROS AFASTADOS DO PERÍMETRO URBANO, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2017 A SETEMBRO DE 2018.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-6-364,52-2.187,12; 2-500-9,30-4.650,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19138 - Ata N.º: AT17PMF153

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: F.VACHILESKI & CIA LTDA

Valor ..... : R\$3.966,34 (três mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 102/2017

Objeto ..... : SERVIÇOS RECAPAGEM DE PNEUS DIVERSOS, PARA REPOSIÇÃO NA FROTA DESTA SECRETARIA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 11-2-634,62-1.269,24; 12-2-1.348,55-2.697,10;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19137 - Ata N.º: AT17PMF153

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: F.VACHILESKI & CIA LTDA

Valor ..... : R\$13.725,56 (treze mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 102/2017

Objeto ..... : SERVIÇOS RECAPAGEM DE PNEUS DIVERSOS, PARA REPOSIÇÃO NA FROTA DESTA SECRETARIA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-2-469,77-939,54; 4-8-951,94-7.615,52; 10-2-674,29-1.348,58; 13-8-477,74-3.821,92;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19149 - Ata N.º: AT17PMF112

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor ..... : R\$407,79 (quatrocentos e sete reais e setenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 29-15-23,87-358,05; 63-6-8,29-49,74;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19148 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$8.306,24 (oito mil trezentos e seis reais e vinte e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO FUNDAMENTAL.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-235-10,58-2.486,30; 25-180-17,39-3.130,20; 26-153-17,58-2.689,74;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19147 - Ata N.º: AT17PMF110

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP

Valor ..... : R\$1.079,96 (um mil setenta e nove reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO FUNDAMENTAL - MAIS EDUCACAO.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-23-10,58-243,34; 25-38-17,39-660,82; 26-10-17,58-175,80;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19146 - Ata N.º: AT17PMF141

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : R\$1.669,48 (um mil seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO FUNDAMENTAL - MAIS EDUCACAO.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-552-1,58-872,16; 10-30-1,72-51,60; 19-181-4,12-745,72;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19145 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$235,01 (duzentos e trinta e cinco reais e um centavo)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - MAIS EDUCAÇÃO.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-14-1,31-18,34; 8-9-1,72-15,48; 10-5,5-1,72-9,46; 11-7-1,69-11,83; 12-13-1,55-20,15; 14-29-1,99-57,71; 15-14-2,69-37,66; 16-13-0,86-11,18; 20-190-0,28-53,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19144 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$4.281,14 (quatro mil duzentos e oitenta e um reais e quatorze centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO FUNDAMENTAL.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 28-878-4,73-4.152,94; 81-6-5,49-32,94; 82-13-2,26-29,38; 83-12-5,49-65,88;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19154 - Ata N.º: AT17PMF110  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$7.133,09 (sete mil cento e trinta e três reais e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-210-10,58-2.221,80; 25-151-17,39-2.625,89; 26-130-17,58-2.285,40;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19152 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$1.617,31 (um mil seiscentos e dezessete reais e trinta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-359-1,58-567,22; 7-91-2,07-188,37; 10-41-1,72-70,52; 12-47-1,55-72,85; 14-185-1,99-368,15; 19-85-4,12-350,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19153 - Ata N.º: AT17PMF111.  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$192,28 (cento e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017



Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 62-46-4,18-192,28;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19150 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$737,66 (setecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-20-2,71-54,20; 33-12-6,91-82,92; 34-12-6,91-82,92; 38-3-27,63-82,89; 40-10-3,95-39,50; 44-4-5,92-23,68; 53-2-9,67-19,34; 54-1-3,45-3,45; 57-1-2,22-2,22; 66-1-129,44-129,44; 70-14-8,90-124,60; 71-5-18,50-92,50;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19151 - Ata N.º: AT17PMF141  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL  
Valor ..... : R\$12,64 (doze reais e sessenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-8-1,58-12,64;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19162 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$373,80 (trezentos e setenta e três reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO FUNDAMENTAL - MAIS EDUCACAO.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 70-42-8,90-373,80;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19164 - Ata N.º: AT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$2.772,00 (dois mil setecentos e setenta e dois reais )  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCACAO FUNDAMENTAL.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 69-264-10,50-2.772,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19173 - Ata N.º: AT17PMF126  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: JHONATAN BAGATOLI ME  
Valor ..... : R\$14.911,80 (quatorze mil novecentos e onze reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 83/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIA PARA CEM-CENTRO EDUCAÇÃO MUNICIPAL FRAIBURGO - SC.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 13-30-497,06-14.911,80;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19130 - Ata N.º: AT17PMF143  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$4.320,36 (quatro mil trezentos e vinte reais e trinta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE MATERIAL UTENSILIOS DE COZINHA PARA CEI - CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL MUNICIPAL - FRAIBURGO - SC.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 28-20-15,18-303,60; 29-13-16,79-218,27; 30-8-32,04-256,32; 33-690-2,67-1.842,30; 45-30-18,54-556,20; 46-37-30,91-1.143,67;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19171 - Ata N.º: AT17PMF143  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$5.516,17 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais e dezessete centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017  
Objeto ..... : AQUISICAO DE MATERIAL UTENSILIOS DE COZINHA PARA CEM - CENTRO DE EDUCACAO MUNICIPAL DE FRAIBURGO - SC.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 28-9-15,18-136,62; 29-13-16,79-218,27; 30-12-32,04-384,48; 33-880-2,67-2.349,60; 34-820-2,96-2.427,20;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19129 - Ata N.º: AT17PMF144  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: SLS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA -  
Valor ..... : R\$4.611,15 (quatro mil seiscentos e onze reais e quinze centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UTENSILIOS DE COZINHA PARA CEI - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FRAIBURGO - SC.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 9-179-1,75-313,25; 10-300-1,40-420,00; 11-186-2,56-476,16; 12-170-1,75-297,50; 13-47-9,44-443,68; 14-26-24,00-624,00; 15-20-13,68-273,60; 16-24-7,70-184,80; 17-32-7,70-246,40; 18-20-9,64-192,80; 21-40-4,85-194,00; 22-35-13,60-476,00; 23-24-19,54-468,96;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19169 - Ata N.º: AT17PMF144  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: SLS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA -  
Valor ..... : R\$5.289,05 (cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA CEM - CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE FRAIBURGO SC.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 9-544-1,75-952,00; 11-262-2,56-670,72; 12-304-1,75-532,00; 13-37-9,44-349,28; 14-20-24,00-480,00; 15-17-13,68-232,56; 16-22-7,70-169,40; 17-28-7,70-215,60; 18-24-9,64-231,36; 21-39-4,85-189,15; 22-40-13,60-544,00; 23-37-19,54-722,98;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19133 - Ata N.º: AT17PMF 145

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: JHONATAN BAGATOLI ME

Valor ..... : R\$2.010,19 (dois mil dez reais e dezenove centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017

Objeto ..... : AQUISICAO DE MATERIAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA CEI - CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE FRAIBURGO - SC.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 47-329-6,11-2.010,19;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19170 - Ata N.º: AT17PMF146

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GIGA1.COM EIRELI - ME

Valor ..... : R\$4.900,01 (quatro mil novecentos reais e um centavo)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA CEM - CENTRO DE EDUCACAO MUNICIPAL DE FRAIBURGO - SC.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-24-7,53-180,72; 25-32-15,13-484,16; 26-30-17,62-528,60; 27-29-20,17-584,93; 35-24-5,00-120,00; 38-4-24,00-96,00; 48-640-4,54-2.905,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19132 - Ata N.º: AT17PMF146

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GIGA1.COM EIRELI - ME

Valor ..... : R\$3.725,90 (três mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/03/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 87/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA CEI - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FRAIBURGO - SC.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 24-23-7,53-173,19; 25-23-15,13-347,99; 26-34-17,62-599,08; 27-34-20,17-685,78; 35-34-5,00-170,00; 38-5-24,00-120,00; 48-359-4,54-1.629,86;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19179 - Ata N.º: AT17PMF138

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : R\$99,03 (noventa e nove reais e três centavos)

Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/03/2018

Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 3 BARRAS DE CANO 75MM PARA MANUTENÇÃO DAS CALHAS DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO DANIFICADAS PELAS CHUVAS DO DIA 29/10/2017.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 19-3-33,01-99,03;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19075 - Ata N.º: AT17PMF75  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA ME  
Valor ..... : R\$4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais )  
Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 23/2017  
Objeto ..... : SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA CONCESSAO DE INCENTIVO ECONOMICO PARA A EMPRESA CERVEJARIA FRAIBURGO, CONFORME PROCESSO ADM 3998/2017.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-30-154,00-4.620,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19165 - Ata N.º: AT17PMF139  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : R\$193,60 (cento e noventa e três reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DA AREA DE TRAS DO QUARTEL ANTIGO PARTE EXTERNA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 33-20-9,68-193,60;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19166 - Ata N.º: AT17PMF138  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor ..... : R\$312,24 (trezentos e doze reais e vinte e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO PARA MANUTENÇÃO DA AREA DE TRAS DO QUARTEL ANTIGO PARTE EXTERNA.  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 30-12-26,02-312,24;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19178 - Ata N.º: AT17PMF123  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA M  
Valor ..... : R\$1.595,00 (um mil quinhentos e noventa e cinco reais )  
Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/08/2018  
Licitação ..... : Pregão presencial Nº.: 88/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO, PARA REPOSIÇÃO NOS BOTIJOES PARA ARMAZENAMENTO DO SEMN, REFERENTE AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (PISA).  
Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-500-3,19-1.595,00;

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATUAL - SANEFRAI - OUTUBRO - 2017**

Publicação Nº 1418522

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CTAT18910 - Ata N.º: AT17SF60  
 Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
 Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
 Valor.....: R\$1.579,05 (um mil quinhentos e setenta e nove reais e cinco centavos)  
 Vigência.....: Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 96/2017  
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO  
 Objeto.....: AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D'ÁGUA.  
 Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 4-15-9,97-149,55; 70-75-19,06-1.429,50;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
 ILDO LUCAS - PRESIDENTE

**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº.....: TA17SF17 - Contrato Nº: CT17SF15  
 Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
 Contratada.: TERRANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LT  
 Valor.....: R\$1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais )  
 Vigência.....: Início: 06/10/2017 Término: 19/04/2018  
 Licitação.....: Tomada de preço p/ compras e serviços Nº.: 2/2017  
 Objeto.....: AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.440,00 (MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS), REFERENTE AO NOVO PROGRAMADA DE MONITORAMENTO, SOLICITADO PELA FATMA, CONFORME TABELA ABAIXO:

QUANTIDADE		04 Amostras/Ano
TIPO DE AMOSTRA	POÇOS DE MONITORAMENTO	PONTOS DE COLETA:
PERIODICIDADE	ANUAL	POÇOS DE MONITORAMENTO ATERRO SANITÁRIO
NÚMERO DE AMOSTRAS	4 / ANO	Ponto 1: Poço de Monitoramento 1
Bário total		Ponto 2: Poço de Monitoramento 2
Cádmio total		Ponto 3: Poço de Monitoramento 3
Cianeto livre		Ponto 4: Poço de Monitoramento 4
Cobre total		
Cromo total		
Manganês total		
Mercurio		
Níquel total		
Nitrogênio Nitrato		
Nitrogênio Nitrito		
Sulfato		
Zinco		

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
 ILDO LUCAS - PRESIDENTE

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17SF35  
 Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
 Contratada.: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP  
 Valor.....: R\$85.995,00 (oitenta e cinco mil novecentos e noventa e cinco reais )  
 Vigência.....: Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 32/2017  
 OBJETO.....: A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO DE VÁCUO E HIDROJATEAMENTO NO CAMINHÃO *VOLKSWAGEN CONSTELLATION 13.180*, PLACA MKM 6541, DA FROTA DA SANEFRAI, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES DA TABELA ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR-R\$
8324	1	1	Und.	1.1 Tanque com formato cilíndrico e tampos torisféricos, com capacidade total de 10.000 litros, dividido em dois (02) compartimentos, sendo um com volume para 2.000 L de	FATRITOL ECF 120 HB	85.995,00



				<p>água limpa para o Hidrojato e o outro com 8.000 litros para detritos, para instalação em caminhão Volkswagen Constellation, modelo 13.180, com comprimento do chassi entre eixos: 4,33 m. O tanque deverá ser construído em chapa de aço carbono ASTM tipo A36 com espessura 3/16" (4,75 mm) e reforçado externamente com cintas de viga "U" laminada de 3/16. Sendo que, o tanque deve ter abertura total da tampa traseira.</p> <p>1.2 Compartimento de água limpa: Boca de visita / abastecimento Ø 500 mm, com respiro tipo cabo de guarda-chuva na parte superior; Visor de nível tipo coluna; Dreno inferior com válvula esfera de 2"; Bocal tipo "storz" de Ø 2.1/2" para carregamento por hidrante; Linha de alimentação da bomba de alta pressão com registro de esfera e filtro "y", diâmetro de 2" ou 2.1/2";</p> <p>1.3 Compartimento de detritos: Boca superior no mínimo Ø 300 mm; quebra-ondas na parte interna; Sifão depurador instalado na lateral superior do tanque, dotado de mano vacuômetro, com enchimento de glicerina para controle da pressão de trabalho, vácuo e dreno com registro de esfera Ø 1.1/4"; Dois visores de acrílico com prático sistema de limpeza; Tubulação de carga com registro esfera de Ø 4" passagem plena e bocal de engate rápido, instalado na lateral traseira do tanque; Tubulação de descarga com registro esfera Ø 4" passagem plena e bocal de engate rápido, instalado na parte inferior da tampa traseira com saída próximo à tubulação de carga; Tampa traseira reforçada, formato torisférico, disposta sobre dobradiça na parte lateral, com vedação em borracha nitrilica anticorrosiva, travamento através de "borboletas" feitas em ferro fundido.</p> <p>1.4 Geral: Escada lateral para acesso à parte superior do tanque; Calha para escoamento de detrito, fixada na traseira do tanque para direcionar o fluxo durante a descarga; Válvula de retenção, no início do circuito pneumático, para bloqueio quando o tanque reservatório de detritos atingirem o nível cheio; caixa de ferramenta na lateral do tanque com chave, borrachas de vedação automotivas, compartimentos individuais para guarda de acessórios de segurança, etc. Para o revestimento interno do assoalho da caixa de ferramentas, deverá ser aplicado tinta a base de borracha. Deverá possuir dispositivo de segurança em torno do tanque para proteger em caso de tombamento para não contaminar o solo e proteção em fios e cabos.</p> <p>1.5 Bomba de Alta Pressão: operar com vazão de 40 a 70 l/min e pressão entre 130 a 200 bar. O circuito deverá ser equipado com válvula de regulagem com sistema "by-pass", manômetro e registros de esfera de alta pressão.</p> <p>1.6 Bomba de Vácuo: Bomba de anel líquido com operação com deslocamento de ar de 14 m³ por minuto, rotação de 1.200 rpm, potência de no mínimo 1 e no máximo 2 bar (psi).</p> <p>1.7 Sistema de Acionamento da Bomba de Alta Pressão e Bomba de Vácuo: por sistema pneumático na parte interna da cabine, acionadas por tomada de força, polias e correia.</p> <p>1.8 Carretel Auxiliar: deverá ser dimensionado para armazenar 50 metros de mangueira de alta pressão de até Ø 1/2", do tipo "fixo" com pistola de limpeza e acionamento manual, junta rotativa, e fixado na lateral traseira do equipamento entre o para-choque e o para-lama, pintura PU.</p> <p>1.9 Acessórios: 50 (cinquenta) metros de mangueira de alta pressão Ø 3/8" ou 1/2" desde que atenda necessidades de desobstrução de redes de até 200 mm, sem emendas, pressão de trabalho até 200 Kg/cm²; 15(quinze) metros de mangote de sucção em PVC Ø 3"; 02 (dois) bocais para mangote de sucção Ø 3"; 02 (duas) tampas cegas para os bocais de engate rápido; 01 (um) sinalizador intermitente e/ou rotativo de segurança instalado na parte superior traseira do equipamento; 02 (dois) bocais para desobstrução, com jatos propulsores traseiros a 35° e um frontal;</p> <p>1.10 Condições específicas de pintura/sistema de proteção anticorrosiva: Limpeza e remoção de óleos e graxas com solvente; pintura Interna do Tanque 01 (uma) demão de primer epóxi betuminoso de alta espessura, cromato de zinco.</p> <p>Pintura Externa do Tanque e Equipamento Primer epóxi bi componente de alto enchimento, com excelentes propriedades anticorrosivas e de resistência química, alto brilho e resistência a intempéries.</p> <p>Acabamento com 3 (três) de mão de esmalte poliuretano na cor branca.</p>	
--	--	--	--	---	--

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19028 - Ata N.º: AT17SF63  
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: BUSCHLE & LEPPER S.A  
Valor.....: R\$3.502,00 (três mil quinhentos e dois reais )  
Vigência.....: Início: 17/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 34/2017  
Objeto.....: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) NO TRATAMENTO DA ÁGUA A SER DISTRIBUÍDA AOS MUNÍCIPIES.  
Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-2400-1,13-2.712,00; 2-500-1,58-790,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19042 - Ata N.º: AT17SF51  
Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA  
Valor.....: R\$84,00 (oitenta e quatro reais )  
Vigência.....: Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 80/2017  
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO  
Objeto.....: FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS, PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI).  
Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-3-28,00-84,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17SF36  
Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA  
Valor.....: R\$10.000,00 (dez mil reais )  
Vigência.....: Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação.....: Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 9/2017  
Objeto.....: A EXECUÇÃO DE HORAS TÉCNICAS POR PROFISSIONAL DO CIMCATARINA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DESCREVENDO OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS, PARA CARACTERIZAR A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC.

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19093 - Ata N.º: AT17SF60  
Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor.....: R\$115,88 (cento e quinze reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência.....: Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO  
Objeto.....: AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D'ÁGUA, PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI).  
Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 9-1-115,88-115,88;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19101 - Ata N.º: AT17SF60  
Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor.....: R\$235,26 (duzentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos)  
Vigência.....: Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 96/2017  
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO  
Objeto.....: AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E CAIXAS D'ÁGUA, PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI).

Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 14-6-6,53-39,18; 30-4-26,02-104,08; 87-200-0,46-92,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19103 - Ata N.º: AT17SF63  
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: BUSCHLE & LEPPER S.A  
Valor.....: R\$1.023,00 (um mil vinte e três reais )  
Vigência.....: Início: 25/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 34/2017  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTO QUÍMICO PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) DURANTE O PERÍODO DE OUTUBRO DE 2017 A SETEMBRO DE 2018.  
Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 3-1100-0,93-1.023,00;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17SF37  
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: AUTOMATIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉ  
Valor.....: R\$21.000,00 (vinte e um mil reais )  
Vigência.....: Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 35/2017  
Objeto.....: A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) MOTOR TRIFÁSICO DE INDUÇÃO PARA REPOSIÇÃO NA BOMBA DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO MANSINHO, LOCALIZADA NO BAIRRO LIBERATA, CONSTANTE DO ITEM 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, CONFORME TABELA ABAIXO:

CÓD.	ITE M	QTD E	UNI D.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR- R\$
8379	1	1	Und.	<b>MOTOR TRIFÁSICO DE INDUÇÃO</b> – rotor de gaiola; potência:100 cv; número de polos:4; tensão nominal: 380/660v; carcaça: 250 s/m; frequência: 60hz; corrente nominal:140/80.7a; corrente de partida: 1191/686a; lp/ln:8.5; corrente a vazio: 57.9/33.3a; rotação nominal: 1780 rpm; escorregamento: 1.11%; conjugado nominal: 41,0 kg fm; conjugado de partida: 340%; conjugado máximo:360%; classe de isolamento: f; fator de serviço:1,25; momento de inércia: 1,01kgm2; categoria: n; tempo de rotor bloqueado:21 s (frio) 12 s (quente); elevação de temperatura: 80k; regime de serviço: s1; temperatura ambiente: -20° a +40°; altitude: 1000 m; grau de proteção: ipw55; método de refrigeração: ic411-tfve; forma construtiva: b3d sentido de rotação: ambos; nível de ruído: 68,0 db(a); massa aproximada: 550 kg; rendimento:95,5% método de partida: direta; tipo de mancal: dianteiro/traseiro: 6314 c3; vedação: wseal; intervalo de lubrificação: 12.000h.	WEG W22 IR3 Premium Trifásico	21.000,00

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.  
ILDO LUCAS - PRESIDENTE

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT19163 - Ata N.º: AT17SF64  
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI  
Contratada....: F.VACHILESKI & CIA LTDA  
Valor.....: R\$2.896,90 (dois mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa centavos)  
Vigência.....: Início: 30/10/2017 Término: 30/09/2018  
Licitação.....: Pregão presencial Nº.: 102/2017  
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM PARA PNEUS DA SANEFRAI.  
Itens.....: Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 28-2-469,77-939,54; 30-2-278,68-557,36; 41-1-169,34-169,34; 42-

2-615,33-1.230,66;

Fraiburgo, 1 de novembro de 2017.

ILDO LUCAS - PRESIDENTE

**Portaria nº 29692017**

Publicação Nº 1417700

PORTARIA Nº 2969, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 085/2017, da Secretaria de Finanças;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCAS DALAGNOLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 063.285.679-36, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29702017**

Publicação Nº 1418355

PORTARIA Nº 2970, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 2057/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JÉSSICA KAROLINE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.845.359-26, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29712017**

Publicação Nº 1418358

PORTARIA Nº 2971, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.720.519-97, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29722017**

Publicação Nº 1418361

PORTARIA Nº 2972, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, CLEONICE FRANCIONE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.723.209-98, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29732017**

Publicação Nº 1418365

PORTARIA Nº 2973, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, THALIA APARECIDA CONRADI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.725.859-43, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29742017**

Publicação Nº 1418368

PORTARIA Nº 2974, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ELIANE

APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.632.179-25, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29752017**

Publicação Nº 1418371

PORTARIA Nº 2975, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ELIZA CRISTINA MAIA CONRADI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.732.939-76, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29762017**

Publicação Nº 1418374

PORTARIA Nº 2976, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes

Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29772017**

Publicação Nº 1418376

PORTARIA Nº 2977, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ANA PAULA MEIRELES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.946.459-93, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29782017**

Publicação Nº 1418378

PORTARIA Nº 2978, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, JULIANA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.414.989-33, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29792017**

Publicação Nº 1418380

PORTARIA Nº 2979, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, CLAUDETE ALVES SANTOS RODRIGUES, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 607.464.089-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29802017**

Publicação Nº 1418381

PORTARIA Nº 2980, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 777.377.509-59, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – NAÇÕES, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29812017**

Publicação Nº 1418382

PORTARIA Nº 2981, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, MARLENE DOMINGUES DA SILVA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 866.020.399-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – NAÇÕES, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29822017**

Publicação Nº 1418386

PORTARIA Nº 2982, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – NAÇÕES, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29832017**

Publicação Nº 1418387

PORTARIA Nº 2983, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ANA CRISTINA DE

SOUZA FOGAÇA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 947.336.789-91, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO JOSÉ, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29842017

Publicação Nº 1418388

PORTARIA Nº 2984, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, MARGARIDA FERREIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 489.081.189-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO JOSÉ, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29852017

Publicação Nº 1418442

PORTARIA Nº 2985, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes

Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, JAQUELINE KARLA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 084.499.359-03, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – JARDIM AMÉRICA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29862017

Publicação Nº 1418445

PORTARIA Nº 2986, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, MARISA FATTORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 693.499.599-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – JARDIM AMÉRICA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29872017

Publicação Nº 1418446

PORTARIA Nº 2987, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.



A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ANA CRISTIANE PIRES CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.313.589-09, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – JARDIM AMÉRICA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29882017**

Publicação Nº 1418447

PORTARIA Nº 2988, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MACIEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29892017**

Publicação Nº 1418448

PORTARIA Nº 2989, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.389-43, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MACIEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29902017**

Publicação Nº 1418449

PORTARIA Nº 2990, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, VALKIRIA REGINA NEVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 968.765.490-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO LUIZ, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29912017**

Publicação Nº 1418450

PORTARIA Nº 2991, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, CLEUDE BIANCHI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 656.561.649-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO SEBASTIÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29922017**

Publicação Nº 1418452

PORTARIA Nº 2992, DE 03 NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, JOSIANI TIBOLA,

brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO SEBASTIÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29932017**

Publicação Nº 1418453

PORTARIA Nº 2993, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, FÁTIMA PAULINO IESBIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.512.573-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO SEBASTIÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 29942017**

Publicação Nº 1418455

PORTARIA Nº 2994, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes

Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, MARCELENE DE FATIMA RIBEIRO MULLER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 813.996.859-53, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO SEBASTIÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29952017

Publicação Nº 1418456

PORTARIA Nº 2995, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO RIO MANSINHO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29962017

Publicação Nº 1418457

PORTARIA Nº 2996, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO CRISTÓVÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 29972017

Publicação Nº 1418458

PORTARIA Nº 2997, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, SUZANA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.486.169-17, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO CRISTÓVÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29982017**

Publicação Nº 1418459

PORTARIA Nº 2998, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CAMPINA DO CERRO/ASSENTAMENTO CONTESTADO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 29992017**

Publicação Nº 1418463

PORTARIA Nº 2999, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 601.041.809-78, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO BUTIÁ VERDE I, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30002017**

Publicação Nº 1418475

PORTARIA Nº 3000, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, JOSIANE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.065.679-93, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – FAXINAL DOS DOMINGUES I e II, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30012017**

Publicação Nº 1418477

PORTARIA Nº 3001, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ANGELA MARIA

RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.957.429-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO BUTIÁ VERDE SETOR II, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 30022017

Publicação Nº 1418478

PORTARIA Nº 3002, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 543.447.789-87, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – RIO MANSINHO/FISCHER, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 30032017

Publicação Nº 1418480

PORTARIA Nº 3003, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes

Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, DEBORA APARECIDA MACIEL DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.143.179-33, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – FAXINAL DOS DOMINGUES, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 30042017

Publicação Nº 1418481

PORTARIA Nº 3004, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação em caráter de Regime Especial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2349 de 09 de dezembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Poder Executivo, para contratação em Regime Especial de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter de Regime Especial, nos termos da Lei Municipal 2349, de 09 de dezembro de 2016, ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.584.989-40, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – TAQUARUÇU DE CIMA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria nº 30052017**

Publicação Nº 1418484

PORTARIA Nº 3005, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSELAINE RIBEIRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.270.539-57, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30062017**

Publicação Nº 1418487

PORTARIA Nº 3006, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAFAELA CRISTINA FIORAVANTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.371.709-60, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30072017**

Publicação Nº 1418489

PORTARIA Nº 3007, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JÉSSICA PRISCILLA SANTOS ROSA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 081.951.699-61, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30082017**

Publicação Nº 1418492

PORTARIA Nº 3008, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FERNANDA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 084.630.159-80 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria nº 30092017**

Publicação Nº 1418494

PORTARIA Nº 3009, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRÉIA DA APARECIDA PADILHA DAMACENO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 101.497.629-41 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30102017**

Publicação Nº 1418495

PORTARIA Nº 3010, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ZULEIDE DE LARA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 693.496.579-53, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30112017**

Publicação Nº 1418497

PORTARIA Nº 3011, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ENAILE PALHANO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30122017**

Publicação Nº 1418498

PORTARIA Nº 3012, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SABRINA GONÇALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 107.186.539-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30132017**

Publicação Nº 1418499

PORTARIA Nº 3013, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 556/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.596.709-58, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30142017**

Publicação Nº 1418501

PORTARIA Nº 3014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 578/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas a servidora Rosilene Scheffmacher Fernandes, que teve seu contrato rescindido;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NEIVA APARECIDA ALVES E CAMPOS MARTINAZZO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 767.926.339-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2017 até de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30152017**

Publicação Nº 1418502

PORTARIA Nº 3015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de EDINARA LASCOSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 074.743.079-95, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30162017**

Publicação Nº 1418503

PORTARIA Nº 3016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF126, Processo Administrativo Licitatório nº 0220/2015, Tomada de Preços nº 0020/2015, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro Educacional Infantil Amabile de Carli Brandalise, localizado na Avenida Guilherme Pinz, Bairro São Miguel com área a ser ampliada de 337,87 m² e reforma de 725,85 m², com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0727/2017.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30172017**

Publicação Nº 1418504

PORTARIA Nº 3017, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETA, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT17PMF43, Processo Administrativo Licitatório nº 0040/2017 - PMF, Tomada de Preços nº 0002/2017, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de muro em alvenaria na parte externa da obra, fechamento com cercas de ferro, e reforma das instalações internas da Academia de Saúde localizada na Avenida Michelle Simonetti nº 510, no Bairro São Miguel, nesta cidade, com fornecimento do material e mão de obra, conforme planilha de orçamento, Projeto e Memorial Descritivo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1227/2017.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30182017**

Publicação Nº 1418613

PORTARIA Nº 3018, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 606/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Odontólogo, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora FRANCINE FERNANDA GELINSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.590.849-16, nomeada no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30192017**

Publicação Nº 1418614

PORTARIA Nº 3019, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a comunicação interna nº 2064/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar o servidor GILCEU DIAS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 889.910.109-63, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30202017**

Publicação Nº 1418615

PORTARIA Nº 3020, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a comunicação interna nº 2066/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar o servidor ROBERTO BUENO LEMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.187.389-32, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30212017**

Publicação Nº 1418616

PORTARIA Nº 3021, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 2067/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROBERTO BUENO LEMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.187.389-32, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30222017**

Publicação Nº 1418617

PORTARIA Nº 3022, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 2065/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GILCEU DIAS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 899.910.109-63, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30232017**

Publicação Nº 1418618

PORTARIA Nº 3023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 2063/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EVERALDO ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 000.181.959-38, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 30242017**

Publicação Nº 1418619

PORTARIA Nº 3024, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JAQUELINE KARLA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 084.499.359-03, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CLEONICE FERREIRA 2017**

Publicação Nº 1418349

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): CLEONICE FERREIRA  
Endereço: Rua Paulo Schirmer, Lote 39 – Quadra 459  
São Miguel – Fraiburgo/SC - CEP: 89580-000  
(49) 98874-8823 (49) 98913-2086



CARGO: Agente de Serviços Gerais  
Classificação: 19º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e

- Nutrição- Carteira de Saúde);
- XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
- XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
- XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
- XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
- XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
- XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
- XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
- XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

CLEONICE FERREIRA

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO EDUARDA CRISTINA TRAVASSO 2017**

Publicação Nº 1418351

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): EDUARDA CRISTINE TRAVASSO

Endereço: Rua Frei Estanislau Schaette, 55 – apto. 14

Água Verde – Blumenau/SC - CEP: 89037-001

(47) 99724-2769 (47) 99724-2769

CARGO: Auxiliar de Alimentação e Nutrição

Classificação: 6º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:



- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicéridio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo

Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCACÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

EDUARDA CRISTINE TRAVASSO

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO JEFFERSON RAMOS MENEZES 2017**

Publicação Nº 1418352

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): JEFFERSON RAMOS MENEZES

Endereço: Rua Barão Triunfo, 1287 - casa

Hidráulica – Santana do Livramento/RS - CEP: 89580-000

(41) 99197-5337 (55) 93242-1803

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 82º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);  
l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;  
m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);  
n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);  
o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);  
p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;  
q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);  
r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);  
s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);  
t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);  
u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:  
I – Hemograma Completo;  
II – Glicemia;  
III – Creatinina,  
IV – Parcial de Urina;  
V – TGO e TGP;  
VI – Triglicerídio;  
VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);  
VIII – TSH (acima de 45 anos);  
IX – PSA (homens acima de 45 anos);  
X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);  
XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);  
XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);  
XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);  
XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;  
XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);  
XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo  
XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;  
XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);  
XIX- Audiometria (Grupo Operacional);  
XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.  
u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;  
v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);  
x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCACÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em

RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 03 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

JEFFERSON RAMOS MENEZES

## TERMO DE CONVOCAÇÃO MARILUCY YARA ALONSO 2017

Publicação Nº 1418353

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): MARILUCY YARA ALONSO  
Endereço: Rua Lourival Silva  
São Miguel - Fraiburgo/SC - CEP: 89580-000  
(49) 99999-7200 (49) 93567-4003

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil  
Classificação: 57º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- 1(uma) foto ¾ recente;
- Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- Cópia do CPF;
- Cópia da Carteira de Identidade;
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCACÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 03 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MARILUCY YARA ALONSO

## TERMO DE RENÚNCIA JANETE FERREIRA 2017

Publicação Nº 1417682

### TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente Comunitário de Saúde – São Miguel para preenchimento da vaga disponibilizada através do (Edital de Contratação do Regime Especial n. 003/2017) Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: JANETE FERREIRA

Cargo: 16 – Agente Comunitário de Saúde – São Miguel

Classificação: 9º Lugar

Data da Convocação: 17/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 01/11/2017

Fraiburgo (SC), 01 de novembro de 2017.

JANETE FERREIRA

## TERMO DE RENÚNCIA KARINA APARECIDA VANZ 2017

Publicação Nº 1417683

### TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente Comunitário de Saúde – Linha Bahia para preenchimento da vaga disponibilizada através do (Edital de Contratação do Regime Especial n. 003/2017) Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: KARINA APARECIDA VANZ

Cargo: 16 – Agente Comunitário de Saúde – Linha Bahia

Classificação: 1º Lugar

Data da Convocação: 17/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 01/11/2017

Fraiburgo (SC), 01 de novembro de 2017.

KARINA APARECIDA VANZ

## TERMO DE RENÚNCIA MILENA DE FATIMA CUSTÓDIO 2017

Publicação Nº 1417684

### TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente Comunitário de Saúde – Liberata para preenchimento da vaga disponibilizada através do (Edital de Contratação do Regime Especial n. 003/2017) Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: MILENA DE FATIMA CUSTÓDIO

Inscrição nº: 1037

Cargo: 16 – Agente Comunitário de Saúde

Classificação: 1º Lugar

Data da Convocação: 17/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 01/11/2017

Fraiburgo (SC), 01 de novembro de 2017.

MILENA DE FATIMA CUSTÓDIO

## **TERMO DE RENÚNCIA VALDIR MARTINS VARELA 2017**

Publicação Nº 1417685

### **TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Monitor Social para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: VALDIR MARTINS VARELA

Inscrição nº: 781

Cargo: 16 – Monitor Social

Classificação: 18º Lugar

Data da Convocação: 27/10/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 31/10/2017

Fraiburgo (SC), 31 de outubro de 2017.

VALDIR MARTINS VARELA

**LEI Nº 2384-2017**

Publicação Nº 1418411

**LEI Nº 2384, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.****INCLUI ALTERAÇÕES NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º.** Fica alterado a denominação das ações 2.076 e 2.077 do programa 35 - Saneamento Básica do PPA - Plano Plurianual do quadriênio 2018/2021, conforme a seguir:

- 2.076 - Abastecimento Público de Água;
- 2.077 - Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

**Art. 2º.** Fica incluso no PPA - Plano Plurianual do quadriênio 2018 a 2021, no Programa 35 - Saneamento Básico, as Ações: 2.079 - Esgotamento Sanitário; 2.080 - Drenagem Pluvial e 2.081 - Gestão Administrativa SANEFRAI.

**Art. 3º.** Ficam nulas as ações 1.032 - Obras de Saneamento Básico e 1.034 - Aquisição de móveis e equipamentos para SANEFRAI do PPA - Plano Plurianual do quadriênio 2018 a 2021, do Programa nº 0035 - Saneamento Básico.

**Art. 4º.** Os valores orçamentários para os ajustes necessários serão remanejados dentro das ações existentes no programa 35 - Saneamento Básico; segue em anexo as planilhas que contemplam as alterações efetuadas.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Página: 40/42

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PLANO PLURIANUAL 2018 A 2021 - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/09/2017 (A)

ANEXO II

Programa				
0035 - SANEAMENTO BÁSICO				
Objetivos				
Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11.445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.				
Justificativas				
Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente				
Diretrizes (Forma de implementação)				
Serão desenvolvidas ações que visam melhoria no abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e melhor escoamento da água das chuvas				
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.033 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	00.01.0900	4,000	862.025,00
2.076 - ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	Manutenção (AN)	00.01.0900	4,000	9.783.983,76
		00.01.0983		21.550.625,00
2.077 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (AN)	00.01.0900	4,000	11.434.761,63
2.079 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Manutenção (AN)	00.01.0900	4,000	2.155.062,50
2.080 - DRENAGEM PLUVIAL	Manutenção (AN)	00.01.0900	4,000	2.155.062,50
2.081 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI	Manutenção (AN)	00.01.0900	4,000	4.210.992,12
		00.01.0989		21.550,62
Total:			52.174.063,13	

Legenda:

00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI

00.01.0983 - Operações de Crédito Contratuais - SANEFRAI

00.01.0989 - Alienação de Bens Móveis

Página: 1/2  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 A 2021  
Relação de Despesas - Planejadas (Consolidado)  
Seleção: Órgão = 1400; Alteração em 01/09/2017 (A)

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local.	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Descrição do Recurso	Total
<b>Órgão: 14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO</b>									
<b>Unidade: 14.01 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>									
108	2.076 - ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA		A	8	17.512.0035	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	52.174.063,13
	Manutenção(AN)					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	86.202,50
						3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	2.155.062,50
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	64.651,88
						3.3.93.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	6.465.187,50
						4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	21.550,63
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	43.101,25
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	862.025,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0983	Operações de Crédito Contratuais - SANEFRAI	21.550.625,00
						4.4.93.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	86.202,50
109	2.077 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		A	8	17.512.0035	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	646.518,75
	Manutenção(AN)					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	10.344.300,00
						3.3.93.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	12.930,38
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	431.012,50
111	1.033 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI		P	8	17.512.0035	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	862.025,00
	Máquinas/Veículos/Equipamentos(1)								
117	2.079 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO		A	8	17.512.0035	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	862.025,00
	Manutenção(AN)					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	1.077.531,25
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	215.506,25
118	2.080 - DRENAGEM PLUVIAL		A	8	17.512.0035	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	862.025,00
	Manutenção(AN)					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	948.227,50
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	344.810,00
119	2.081 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI		A	8	17.512.0035	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	2.155.062,50
	Manutenção(AN)					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	1.724.050,00
						3.3.93.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	245.677,12
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0900	Recursos Ordinários - SANEFRAI	86.202,50

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 A 2021

Relação de Despesas - Planejadas (Consolidado)

Seleção: Órgão = 1400; Alteração em 01/09/2017 (A)

Página: 2/2

Data: 03/11/2017

Planej.	Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Descrição do Recurso	Total
Órgão:	14.00	- AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO							52.174.063,13
Unidade:	14.01	- AUTARQUIA MUN. DE SANEMANETO DE FRAIBURGO SANEFRAI							52.174.063,13
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0989	Alienação de Bens Móveis	21.550,62
Total geral:									52.174.063,13

Fraiburgo, 3 de novembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Controlador Interno

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO

Contador

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretário de Finanças

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1

Data: 03/11/2017

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 A 2021

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção

Seleção: Programa = 35; Alteração em 01/09/2017 (A)

Ação	Total
<b>Função: 17 - Saneamento</b>	<b>52.174.063,13</b>
<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>	<b>52.174.063,13</b>
<b>Programa: 0035 - SANEAMENTO BÁSICO</b>	<b>52.174.063,13</b>
1.033 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI	862.025,00
2.076 - ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	31.334.608,76
2.077 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	11.434.761,63
2.079 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	2.155.062,50
2.080 - DRENAGEM PLUVIAL	2.155.062,50
2.081 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI	4.232.542,74
<b>Total Geral:</b>	<b>52.174.063,13</b>

---

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

---

MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador

---

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

---

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças

---

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

**LEI Nº 2385-2017**

Publicação Nº 1418413

**LEI Nº 2385, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.****DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre as receitas;
- III - disposições sobre as despesas;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

**Art. 2º.** O Poder Executivo deverá adaptar a programação estabelecida para atendimento das circunstâncias emergenciais.

**CAPÍTULO I  
DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 3º.** A presente Lei estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual 2018/2021.

**Art. 4º.** Após o encaminhamento do Projeto de Lei do orçamento ao Poder Legislativo, os valores da receita estimada e da despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

**Art. 5º.** A lei orçamentária destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

**Art. 6º.** A lei orçamentária geral englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

**Art. 7º.** As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além dos índices estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal.

**Art. 8º.** A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.



**§ 1º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, de que trata o artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a: Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- XI - Anexo I.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- XII - Anexo II: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XIII - Anexo II.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- XIV - Anexo III: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XV - Anexo IV: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XVI - Anexo V: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XVII - Anexo VI: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVIII - Anexo VII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

**§ 2º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos da Lei 4320/64:

- I - Anexo 1: Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- II - Anexo 2: Receita por Categoria Econômica;
- III - Anexo 2.a: Natureza da Despesa por Categoria Econômica;
- IV - Anexo 5: Funções e Subfunções de Governo;
- V - Anexo 6: Programa de Trabalho de Governo;
- VI - Anexo 7: Programa de Trabalho de Governo (Consolidação);
- VII - Anexo 8: Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;
- VIII - Anexo 9: Demonstrativos da Despesa por Órgãos e Funções.

**§ 3º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

## **CAPÍTULO II DA RECEITA**

**Art. 9º.** A natureza da receita orçamentária a ser estimada na Lei do Orçamento para o exercício de 2018 será de acordo com a Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos baseados nos 3 (três) últimos exercícios financeiros.

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei dispondo sobre criação ou aumento de tributos.

**Art. 11.** O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

**Parágrafo único.** As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2018, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

**Art. 12.** A Operação de Crédito por Antecipação de Receita se destinará ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2018 e constará na lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

**Parágrafo único.** A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

**Art. 13.** A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do Código Tributário Municipal e da Lei Orgânica do Município.

**Parágrafo único.** Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- I - cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;
- II - aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;
- III - ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá ser concedido de conformidade com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 15.** As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de previdência social geral.

### **CAPÍTULO III DAS DESPESAS**

**Art. 16.** As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial em vigor.

**§ 1º.** Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 2º.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

**§ 3º.** As despesas com recursos de Convênios serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente Lei.

**Art. 17.** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

**Art. 18.** Na execução orçamentária do exercício de 2018, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão adotar o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o artigo 9º e inciso II, do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 19.** As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

**Art. 20.** Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas ao regime de previdência social geral.

**§ 1º.** As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

**§ 2º.** Na repartição dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, aplicar-se-á o disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 3º.** As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores e/ou empregados públicos serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

**Art. 21.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelo Poderes Executivo e Legislativo, no decorrer do ano de 2018, não poderá exceder os limites estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 22.** A Secretaria Municipal de Finanças, através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

## **CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS**

**Art. 23.** A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

**I** - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2018, como reserva de contingência, o percentual de até 2% (dois por cento) do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para os órgãos da Administração Direta ou Indireta, de conformidade com o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

**II** – O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2018, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Decreto, cujos excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

**III** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

**IV** - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2018, autorização para utilização do superavit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto.

**V** – O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio e operações de crédito.

**VI** – Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

## **CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**Art. 24.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

**Art. 25.** O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2018, dotações orçamentárias próprias para a contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e do Salário Educação.

**Art. 26.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Saúde, tomará as medidas

necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar federal nº 141/2011.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 27.** O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a seguinte estrutura:

**01.00 – Gabinete do Poder Executivo**

- 01.01 – Gabinete do Poder Executivo
- 01.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos
- 01.03 – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
- 01.04 – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

**02.00 – Procuradoria Geral**

- 02.01 – Procuradoria Geral

**03.00 – Controladoria Interna**

- 03.01 – Controladoria Interna

**04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação**

- 04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação

**06.00 – Secretaria da Fazenda**

- 06.01 – Secretaria da Fazenda
- 06.02 – Encargos Gerais

**07.00 – Secretaria de Educação**

- 07.01 – Secretaria de Educação

**08.00 – Secretaria de Saúde**

- 08.01 – Fundo Municipal de Saúde
- 08.02 – Fundo Municipal de Prevenção às Drogas

**09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade**

- 09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade

**10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana**

- 10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
- 10.02 – Segurança Pública

**11.00 – Secretaria Assistência Social**

- 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo
- 11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 11.03 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Fraiburgo
- 11.04 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- 11.05 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social



**12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura**

- 12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura
- 12.02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento
- 12.03 – Fundo Municipal do Turismo
- 12.04 – Departamento de Cultura

**13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME**

- 13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

**14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo**

- 14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

**15.00 – Câmara Municipal de Fraiburgo**

- 15.01 – Câmara Municipal de Fraiburgo.

**99-00 – Reserva de Contingência**

- 99-99 – Reserva de Contingência

**I – FUNÇÃO** - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

**II – SUBFUNÇÃO** - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as Subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

**III – PROGRAMA** - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

**IV – PROJETO** - Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2018 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

**V – ATIVIDADE** - As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2018, serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais, as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

**Art. 28.** O Chefe do Poder Executivo poderá realizar com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de cooperação, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 29.** As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 30.** As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

**Art. 31.** Para atendimento do § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

**Art. 32.** Para atendimento do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ser publicado até 30 (trinta) dias após o final de cada quadrimestre o relatório de gestão fiscal.

**Art. 33.** Fica autorizada a baixa no setor tributário e cancelamento contábil, mediante processo administrativo fundamentado, os valores da dívida ativa inscrita e/ou lançada indevidamente.

**Art. 34.** Fica autorizada a destinação dos recursos provenientes da alienação de bens e direitos para pagamento de despesas com o regime de previdência social geral, incluindo o pagamento de dívidas, em conformidade com o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Prejulgado 1473 do TCE/SC.

**Art. 35.** O Chefe do Poder Executivo poderá autorizar o servidor efetivo e estável a prestar serviços em outro órgão da administração federal e estadual direta ou indireta, com sede e jurisdição no Município de Fraiburgo, que tenha ou não quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo não superior a 12 (doze) meses, mediante convênio, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) demonstração da existência de lei autorizativa;
- b) demonstração do caráter excepcional da cessão;
- c) demonstração de relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo;
- d) desoneração do Município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido;
- e) atendimento ao disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município;
- f) que a cessão não configure burla ao instituto do concurso público na unidade cessionária.

**Art. 36.** O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

**Art. 37.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá estabelecer o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

**Art. 38.** Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada até o limite de 2/12 (dois doze avos) do

total de cada dotação.

**Art. 39.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1  
 Data: 03/11/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	91.212.606,00	DESPESAS CORRENTES	84.551.474,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.987.661,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.620.972,98
Contribuições	1.549.999,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	600.000,00
Receita Patrimonial	1.132.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.330.501,58
Receita de Serviços	5.948.798,00		
Transferências Correntes	67.755.000,00		
Outras Receitas Correntes	839.148,00		
		Superavit	6.661.131,44
Total	91.212.606,00	Total	91.212.606,00
Superavit do orçamento corrente	6.661.131,44		
Receitas de Capital	7.224.994,00	DESPESAS DE CAPITAL	13.686.125,44
Operações de Crédito	7.000.000,00	INVESTIMENTOS	12.186.125,44
Alienação de Bens	149.994,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.500.000,00
Transferências de Capital	75.000,00		
Deficit	6.461.131,44		
Total	13.686.125,44	Total	13.686.125,44

**Resumo**

Receitas Correntes	99.089.653,00	100,66 %	DESPESAS CORRENTES	84.551.474,56	85,89 %
Receitas de Capital	7.225.000,00	7,34 %	DESPESAS DE CAPITAL	13.686.125,44	13,90 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.877.047,00	-8,00 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	0,20 %
Receitas de Capital	-6,00	-0,00 %			
Total	98.437.600,00	100,00 %	Total	98.437.600,00	100,00 %

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretario de Finanças

Página: 1/9  
Data: 03/11/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

[illegible]



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 2/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	30.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	-1,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	100.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	-1,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Tx de Embarque	7.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	40.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	-1,00		
4.1.1.2.2.02.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	60.000,00		
4.1.1.2.2.02.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	60.000,00		
4.1.1.2.2.02.1.1.00.00.00	Tx de Cemitérios	60.000,00		
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria		434.996,00	
4.1.1.3.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	234.997,00		
4.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Contribuição de Melhoria	35.000,00		
9.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Contribuição de Melhoria	-1,00		
4.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	120.000,00		
9.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	-1,00		
4.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Contribuição de Melhoria	80.000,00		
9.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Div. Ativa Contribuição de Melhoria	-1,00		
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	199.999,00		
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Comple	199.999,00		
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Compl	199.999,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Com	200.000,00		
9.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Com	-1,00		
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		1.549.999,00	
4.1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas		1.549.999,00	
4.1.2.2.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	1.549.999,00		
4.1.2.2.0.99.1.0.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	1.549.999,00		
4.1.2.2.0.99.1.1.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Principal	1.550.000,00		
9.1.2.2.0.99.1.1.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Principal	-1,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		916.800,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		916.800,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	916.800,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	916.800,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	916.800,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	300.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	62.700,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	5.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.04.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.05.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.06.00	Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.07.00	Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.08.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.09.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNETE Médio	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.10.00	Remun. Dep. Banc. MDE - Transp. Escolar Estado	5.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. CIDE	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.900,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.01.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PFMC	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.02.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.03.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - IGDBF	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.04.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PBF	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.06.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - Benefícios Eventuais	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.10.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - Abrigo	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.13.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - Abrigo Custeio	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.14.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - CRAS Investimentos	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remun. Dep. Banc. COSIP	10.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	540.700,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.01.00	Remun. Dep. Banc. PMF - ORTFRAI	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.02.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Polícia Civil	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.04.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FUNREBOM	30.000,00		

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 3/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.3.2.1.00.1.1.07.05.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA - IR	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.06.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FMDD	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.07.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Multas de Trânsito	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.08.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA - FORUM	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.09.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Ordinário	500.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.10.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Jovens e Adulto	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.11.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Creche Empresas	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.14.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Trasnsp. Coletivo	500,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		757.798,00	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		439.999,00	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	439.999,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	439.999,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	439.999,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serv. de Venda de Editais	1.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serv. Especiais PM/Bombeiro	420.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.03.00.00	Serv. de Fotocópias e Cópias Heliograficas	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	17.000,00		
9.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	-1,00		
4.1.6.2.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		299.999,00	
4.1.6.2.0.02.0.0.00.00.00	Serviços de Transporte	299.999,00		
4.1.6.2.0.02.1.0.00.00.00	Serviços de Transporte	299.999,00		
4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	300.000,00		
9.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	-1,00		
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		17.800,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	17.800,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	17.800,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	17.800,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Outros Serviços PMF - Cargas de Terra	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.600,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.03.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação	200,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	15.000,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		61.808.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		19.829.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	19.829.000,00		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	15.640.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota I	14.000.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	17.500.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	-3.500.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cc	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	40.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	50.000,00		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte ITR	-10.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração d	206.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	6.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Miner	6.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	200.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principa	200.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	631.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênc	631.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistêr	631.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	140.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	305.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC	105.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.07.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - Abrigo	60.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolv	3.222.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.500.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	2.500.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 4/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	582.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	582.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Fundamental	230.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Pré	130.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Creche	200.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.04.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE EJA	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Especial	12.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	140.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	140.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Fundamental	100.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Infantil	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Médio	30.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 8	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 1	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 5	75.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 6	-15.000,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	70.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. da União - FEX	70.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entic		17.998.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	17.998.000,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	17.458.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.800.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	18.500.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-3.700.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	3.000.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-600.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	208.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	260.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-52.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econ	50.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da CIDE	50.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	540.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	540.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	540.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	500.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Transf. Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	20.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.05.00.00	Transf. Recursos FEAS - Abrigo Custeio	20.000,00		
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		156.000,00	
4.1.7.4.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	156.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	156.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FMDCA IR	10.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.02.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Educ. Jovens e Adultos	6.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.03.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		23.800.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	23.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Dese	23.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Des	23.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e De	23.800.000,00		
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas		25.000,00	
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	25.000,00		
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	25.000,00		
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Pessoas Físicas - FMDCA IR	25.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		718.148,00	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		390.000,00	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	360.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	360.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	360.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	100.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 5/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - ORTFRAI	100.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Polícia Civil	80.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Polícia Militar	80.000,00		
4.1.9.1.0.04.0.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Dif.	30.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Di	30.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos C	30.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.03.00.00	Multas relativas a Defesa de Portadores de Deficiência	5.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanismo	5.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.05.00.00	multas Relativas aos Interesses do Consumidor	5.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.06.00.00	Multas Relativas a Outros Interesses Difusos	5.000,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		70.999,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	70.999,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	70.999,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	70.999,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	70.999,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - PMF	70.000,00		
9.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - PMF	-1,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.05.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	1.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		257.149,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	257.149,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	257.149,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	66.053,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - PMF	10.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.02.00.00	Outras Receitas - FMDCA	5.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.03.00.00	Outras Receitas - FMDCA FORUM	50.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.04.00.00	Outras Receitas - Venda de Sucatas	1.053,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	60.298,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - FUNREBOM	300,00		
9.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - FUNREBOM	-1,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	60.000,00		
9.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	-1,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	100.499,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	500,00		
9.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	-1,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.02.00.00	Dívida Ativa - Outras Receitas	100.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	30.299,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	30.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	300,00		
9.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	-1,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			2.199.994,00
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		2.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		2.000.000,00	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Princ	2.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Contratuais	2.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		139.994,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		54.999,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	54.999,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	54.999,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	54.999,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	50.000,00		
9.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	-1,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.03.00.00	Alienação de Bens Móveis - Educação	5.000,00		
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis		84.995,00	
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	84.995,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	75.997,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	40.000,00		
9.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-1,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 6/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	15.000,00		
9.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	-1,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação	20.000,00		
9.2.2.2.0.00.1.1.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação	-1,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Alienação de Bens	1.000,00		
4.2.2.2.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Alienação de Bens Imóveis	8.998,00		
4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	4.000,00		
9.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	-1,00		
4.2.2.2.0.00.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	5.000,00		
9.2.2.2.0.00.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	-1,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		60.000,00	
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entid		60.000,00	
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidac	60.000,00		
4.2.4.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	60.000,00		
4.2.4.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	60.000,00		
4.2.4.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	60.000,00		
4.2.4.2.8.99.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CREAS Média Investimentos	30.000,00		
4.2.4.2.8.99.1.1.03.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	30.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>80.233.400,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>80.233.400,00</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			6.047.200,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		69.200,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		69.200,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	69.200,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	69.200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	69.200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	69.200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Farmácia Básica União	1.500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remun. Dep. Banc. FMS - ESF	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.04.00	Remun. Dep. Banc. FMS - EACS	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.05.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	5.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.06.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. Sanitária	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.07.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Saúde Bucal	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.08.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Farmácia Básica Estado	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.09.00	Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.10.00	Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.11.00	Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.12.00	Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.13.00	Remun. Dep. Banc. FMS - PMAQ	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.14.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Outras Receitas	10.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.15.00	Remun. Dep. Banc. FMS - CIES	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.16.00	Remun. Dep. Banc. FMS - MAC Estado	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.17.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Hepatites	2.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.18.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Comissão Intergestor	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.19.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Alimentação e Nutrição	200,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		5.947.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		5.537.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	5.537.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	5.537.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SL	5.537.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	5.537.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transf. Recursos do SUS - PAB	905.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Transf. Recursos do SUS - Farmácia Básica	186.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Transf. Recursos do SUS - ESF	645.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Transf. Recursos do SUS - EACS	725.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	140.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Sanitária	70.000,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 7/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	Transf. Recursos do SUS - Saúde Bucal	80.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	Transf. Recursos do SUS - MAC	1.235.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	Transf. Recursos do SUS - CAPS	340.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	Transf. Recursos do SUS - SAMU	263.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	Transf. Recursos do SUS - PMAQ	540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00	Transf. Recursos do SUS - Hepatites	30.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.13.00.00	Transf. Recursos do SUS - Academia de Saúde	36.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.14.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF	240.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.16.00.00	Transf. Recursos do SUS - Alimentação e Nutrição	12.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.17.00.00	Transf. Recursos do SUS - LPD União	90.000,00		
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entic		410.000,00	
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saú	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Sa	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de S	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmácia Básica	165.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Atenção Básica	169.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	10.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Comissão Intergestores	10.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Próteses	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.06.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF Estado	36.000,00		
4.1.9.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		31.000,00	
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		30.000,00	
4.1.9.2.2.0.0.0.00.00.00	Restituições	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Outras Restituições - FMS	30.000,00		
4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.05.00.00	Outras Receitas - FMS	1.000,00		
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			20.000,00
4.2.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		5.000,00	
4.2.2.1.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		5.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Saúde	5.000,00		
4.2.4.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		15.000,00	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		15.000,00	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	15.000,00		
4.2.4.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	15.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	15.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – :	15.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.1.01.00.00	Trans. Recursos do SUS - Alimentação e Nutrição	15.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>6.067.200,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>6.067.200,00</b>

**Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			32.000,00
4.1.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.000,00	
4.1.1.2.0.0.0.0.00.00.00	Taxas		5.000,00	
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.000,00		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	5.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	5.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	5.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Tx. de Serviços Administrativos FME	5.000,00		
4.1.3.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		26.000,00	

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 8/9

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		25.000,00	
4.1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	25.000,00		
4.1.3.1.0.01.2.0.00.00.00	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação	25.000,00		
4.1.3.1.0.01.2.1.00.00.00	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	25.000,00		
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		1.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.12.00	Remun. Dep. Banc. FME	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		1.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Outras Restituições - FME	1.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>32.000,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>32.000,00</b>
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			7.100.000,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.700.000,00	
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		1.700.000,00	
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.700.000,00		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.700.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.700.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	1.700.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Tx. Coleta de Lixo - SANEFRAI	1.700.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		120.000,00	
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		30.000,00	
4.1.3.1.0.02.0.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de I	30.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de	30.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito c	30.000,00		
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		90.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	90.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	90.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	90.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	90.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.13.00	Remun. Dep. Banc. SANEFRAI	90.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		5.191.000,00	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		5.101.000,00	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.101.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.101.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.101.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.05.00.00	Outros Serviços Administrativos - SANEFRAI	10.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.06.00.00	Serv. de Fornecimento de Água	5.000.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.07.00.00	Serv. Coleta de Esgoto	60.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.08.00.00	Serv. de Coleta de Resíduos Sólidos	1.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.09.00.00	Serv. de Religamento de Água	30.000,00		
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		90.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	90.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	90.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	90.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.05.00.00	Outros Serviços - SANEFRAI	90.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		89.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 9/9  
 Data: 03/11/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

**Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Outras Restituições - SANEFRAI	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		84.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	84.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	84.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	10.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.06.00.00	Outras Receitas - SANEFRAI	10.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	74.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas SANEFRAI	74.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			5.005.000,00
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		5.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		5.000.000,00	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	5.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	5.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Princ	5.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.02.00.00	Operações de Crédito Contratuais - SANEFRAI	5.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		5.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.04.00.00	Alienação de Bens Móveis - SANEFRAI	5.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>12.105.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>12.105.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das receitas:</b>				<b>98.437.600,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>98.437.600,00</b>

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 1/2

Data: 03/11/2017

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			57.878.501,58
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		40.380.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		70.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		40.310.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		600.000,00	
3.2.96.00.00.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos		600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		16.898.501,58	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		80.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		701.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		25.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.017.001,58	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		1.075.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			7.076.925,44
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.576.925,44	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		7.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.569.925,44	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		1.500.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.500.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			200.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>65.155.427,02</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>65.155.427,02</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			16.287.972,98
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.020.972,98	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		20.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.000.972,98	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.267.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.500.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		15.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.322.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		430.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			614.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		614.200,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		613.200,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>16.902.172,98</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>16.902.172,98</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.165.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		650.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		650.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		515.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		500.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		15.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			110.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		110.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		110.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.275.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.275.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 2/2  
 Data: 03/11/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.420.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.570.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		20.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.550.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.850.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		15.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.770.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		65.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.685.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.685.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.655.000,00	
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		20.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>12.105.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>12.105.000,00</b>
<b>Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.800.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.000.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.000.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		800.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		800.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		200.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		200.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>3.000.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>3.000.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				<b>98.437.600,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>98.437.600,00</b>

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretario de Finanças



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1  
 Data: 03/11/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

**Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
8 Assistência Social	242 Assistência ao Portador de Deficiência
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	122 Administração Geral
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
10 Saúde	572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	511 Saneamento Básico Rural
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
20 Agricultura	608 Promoção da Produção Agropecuária
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretario de Finanças

Página: 1/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					<b>65.155.427,02</b>
<b>Órgão: 01.00 GABINETE DO PODER EXECUTIVO</b>		<b>4.225.499,00</b>	<b>56.679.928,02</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>2.798.097,00</b>
<b>Unidade: 01.01 GABINETE DO PODER EXECUTIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>2.798.097,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.798.097,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>2.300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.300.000,00</b>
04	Administração		2.300.000,00		2.300.000,00
04.122	Administração Geral		2.300.000,00		2.300.000,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.300.000,00		2.300.000,00
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PODER EXECUTIVO		2.300.000,00		2.300.000,00
<b>Unidade: 01.02 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS</b>		<b>0,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.000,00</b>
04	Administração		31.000,00		31.000,00
04.122	Administração Geral		31.000,00		31.000,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		31.000,00		31.000,00
04.122.0001.2.002	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD		31.000,00		31.000,00
<b>Unidade: 01.03 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS</b>		<b>0,00</b>	<b>452.097,00</b>	<b>0,00</b>	<b>452.097,00</b>
06	Segurança Pública		452.097,00		452.097,00
06.182	Defesa Civil		452.097,00		452.097,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL		452.097,00		452.097,00
06.182.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		452.097,00		452.097,00
<b>Unidade: 01.04 COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</b>		<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
06	Segurança Pública		15.000,00		15.000,00
06.182	Defesa Civil		15.000,00		15.000,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL		15.000,00		15.000,00
06.182.0002.2.004	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC		15.000,00		15.000,00
<b>Órgão: 02.00 PROCURADORIA GERAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.205.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.205.000,00</b>
<b>Unidade: 02.01 PROCURADORIA GERAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.205.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.205.000,00</b>
04	Administração		1.205.000,00		1.205.000,00
04.122	Administração Geral		1.205.000,00		1.205.000,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.205.000,00		1.205.000,00
04.122.0001.2.005	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		1.205.000,00		1.205.000,00

Página: 2/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					<b>65.155.427,02</b>
<b>Órgão: 03.00 CONTROLADORIA INTERNA</b>		<b>4.225.499,00</b>	<b>56.679.928,02</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>65.155.427,02</b>
<b>Unidade: 03.01 CONTROLADORIA INTERNA</b>		<b>0,00</b>	<b>175.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>175.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>175.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>175.000,00</b>
04	Administração		175.000,00		175.000,00
04.124	Controle Interno		175.000,00		175.000,00
04.124.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		175.000,00		175.000,00
04.124.0001.2.006	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		175.000,00		175.000,00
<b>Órgão: 04.00 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO</b>		<b>60.000,00</b>	<b>3.949.995,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.009.995,00</b>
<b>Unidade: 04.01 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO</b>		<b>60.000,00</b>	<b>3.949.995,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.009.995,00</b>
04	Administração				
04.122	Administração Geral	60.000,00	3.949.995,00		4.009.995,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000,00	3.949.995,00		4.009.995,00
04.122.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	60.000,00	3.949.995,00		4.009.995,00
04.122.0001.2.007	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO				
04.122.0001.2.008	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO SERVIDOR - PAS		3.929.995,00		3.929.995,00
			20.000,00		20.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA FAZENDA</b>		<b>60.000,00</b>	<b>3.395.000,00</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>7.505.000,00</b>
<b>Unidade: 06.01 SECRETARIA DA FAZENDA</b>		<b>60.000,00</b>	<b>3.395.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.455.000,00</b>
04	Administração				
04.123	Administração Financeira	60.000,00	3.395.000,00		3.455.000,00
04.123.0003	GESTÃO FINANCEIRA	60.000,00	3.395.000,00		3.455.000,00
04.123.0003.1.004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DA FAZENDA	60.000,00			60.000,00
04.123.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS		20.000,00		20.000,00
04.123.0003.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		3.375.000,00		3.375.000,00
<b>Unidade: 06.02 ENCARGOS GERAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>4.050.000,00</b>
28	Encargos Especiais				
28.843	Serviço da Dívida Interna			4.050.000,00	4.050.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			2.100.000,00	2.100.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA			2.100.000,00	2.100.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.950.000,00	1.950.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.950.000,00	1.950.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			1.950.000,00	1.950.000,00

Página: 3/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>		<b>4.225.499,00</b>	<b>56.679.928,02</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>65.155.427,02</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		<b>1.510.000,00</b>	<b>34.230.437,02</b>	<b>0,00</b>	<b>35.740.437,02</b>
<b>Unidade: 07.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		<b>1.510.000,00</b>	<b>34.230.437,02</b>	<b>0,00</b>	<b>35.740.437,02</b>
12	Educação				
12.306	Alimentação e Nutrição	1.510.000,00	34.230.437,02		35.740.437,02
12.306.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.617.504,58		1.617.504,58
12.306.0004.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		1.617.504,58		1.617.504,58
12.306.0004.2.015	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ESPECIAL		821.400,00		821.400,00
12.306.0004.2.017	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E INTEGRAL		62.200,00		62.200,00
12.306.0004.2.020	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS		718.704,58		718.704,58
12.361	Ensino Fundamental	15.200,00	15.200,00		15.200,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.010.000,00	18.936.700,00		19.946.700,00
12.361.0004.1.007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.010.000,00	18.936.700,00		19.946.700,00
12.361.0004.1.008	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	50.000,00			50.000,00
12.361.0004.1.009	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	450.000,00			450.000,00
12.361.0004.1.010	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	360.000,00			360.000,00
12.361.0004.2.016	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	150.000,00			150.000,00
12.361.0004.2.018	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		16.530.000,00		16.530.000,00
12.362	Ensino Médio	2.406.700,00	2.406.700,00		2.406.700,00
12.362.0005	ENSINO MÉDIO				
12.362.0005.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO		330.200,00		330.200,00
12.364	Ensino Superior		330.200,00		330.200,00
12.364.0006	ENSINO SUPERIOR		330.200,00		330.200,00
12.364.0006.2.022	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR		330.200,00		330.200,00
12.365	Educação Infantil		700.000,00		700.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	500.000,00	700.000,00		700.000,00
12.365.0004.1.005	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		11.626.832,44		12.126.832,44
12.365.0004.1.006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		11.626.832,44		12.126.832,44
12.365.0004.2.012	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	250.000,00			250.000,00
12.365.0004.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	250.000,00			250.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos				
12.366.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		5.766.832,44		5.766.832,44
12.366.0004.2.019	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		5.766.832,44		5.766.832,44
			5.860.000,00		5.860.000,00
			1.019.200,00		1.019.200,00
			1.019.200,00		1.019.200,00
			1.019.200,00		1.019.200,00

Página: 4/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>4.225.499,00</b>	<b>56.679.928,02</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>65.155.427,02</b>
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>140.000,00</b>	<b>1.809.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.949.500,00</b>
		<b>140.000,00</b>	<b>1.809.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.949.500,00</b>
18	Gestão Ambiental				109.000,00
18.511	Saneamento Básico Rural	40.000,00	69.000,00		40.000,00
18.511.0013	PORTEIRA ADENTRO	40.000,00			40.000,00
18.511.0013.1.014	SISTEMAS COMUNITÁRIOS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA NO MEIO RURAL	40.000,00			40.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		69.000,00		69.000,00
18.541.0014	GESTÃO AMBIENTAL		69.000,00		69.000,00
18.541.0014.2.044	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS				69.000,00
20	Agricultura	100.000,00	1.170.000,00		1.270.000,00
20.606	Extensão Rural	100.000,00	850.000,00		950.000,00
20.606.0013	PORTEIRA ADENTRO	50.000,00	20.000,00		70.000,00
20.606.0013.1.016	IMPLANTAÇÃO DA INTERNET RURAL	50.000,00			50.000,00
20.606.0013.2.046	ABERTURA DE AÇÚDES E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA		20.000,00		20.000,00
20.606.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	50.000,00	830.000,00		880.000,00
20.606.0015.1.015	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	50.000,00			50.000,00
20.606.0015.2.041	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE				810.000,00
20.606.0015.2.049	CONTROLE DE ZOONOSES		20.000,00		20.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		320.000,00		320.000,00
20.608.0013	PORTEIRA ADENTRO		260.000,00		260.000,00
20.608.0013.2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECU		110.000,00		110.000,00
20.608.0013.2.043	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA		120.000,00		120.000,00
20.608.0013.2.050	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E EXAMES DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE		30.000,00		30.000,00
20.608.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL		60.000,00		60.000,00
20.608.0015.2.045	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS		20.000,00		20.000,00
20.608.0015.2.048	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO EM AGROPECUÁRIA		20.000,00		20.000,00
20.608.0015.2.051	MANUTENÇÃO DE HORTAS ESCOLARES		20.000,00		20.000,00
26	Transporte				570.500,00
26.782	Transporte Rodoviário		570.500,00		570.500,00
26.782.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL		570.500,00		570.500,00
26.782.0015.2.047	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL		570.500,00		570.500,00
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>					
<b>Unidade: 10.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>					
		<b>2.250.500,00</b>	<b>4.681.999,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.932.499,00</b>
		<b>2.230.500,00</b>	<b>4.169.999,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.400.499,00</b>
15	Urbanismo				6.400.499,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.230.500,00	4.169.999,00		4.780.000,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	2.210.000,00	2.570.000,00		4.780.000,00
15.451.0016.1.018	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO	2.210.000,00	2.570.000,00		4.780.000,00
		2.200.000,00			2.200.000,00

Página: 5/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>					
<b>Unidade: 10.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>					
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana				
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS				
15.451.0016.1.021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	4.225.499,00	56.679.928,02	4.050.000,00	65.155.427,02
15.451.0016.2.052	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	2.250.500,00	4.681.999,00	0,00	6.932.499,00
15.452	Serviços Urbanos	2.230.500,00	4.169.999,00	0,00	6.400.499,00
15.452.0016	SERVIÇOS URBANOS				
15.452.0016.1.019	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	2.230.500,00	4.169.999,00		6.400.499,00
15.452.0016.2.053	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.210.000,00	2.570.000,00		4.780.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	2.210.000,00	2.570.000,00		4.780.000,00
15.453.0016	SERVIÇOS URBANOS				
15.453.0016.1.017	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	10.000,00	2.570.000,00		2.570.000,00
		10.000,00	1.599.999,00		1.609.999,00
		10.000,00	1.599.999,00		1.609.999,00
		10.000,00	1.599.999,00		1.599.999,00
		10.500,00			10.500,00
		10.500,00			10.500,00
		10.500,00			10.500,00
<b>Unidade: 10.02 SEGURANÇA PÚBLICA</b>		<b>20.000,00</b>	<b>512.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>532.000,00</b>
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento		512.000,00		512.000,00
06.181.0017	SEGURANÇA PÚBLICA		512.000,00		512.000,00
06.181.0017.2.054	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		512.000,00		512.000,00
06.181.0017.2.055	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA		472.000,00		472.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	40.000,00		60.000,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	20.000,00			20.000,00
15.451.0016.1.020	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	20.000,00			20.000,00
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		<b>114.999,00</b>	<b>2.534.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.649.899,00</b>
<b>Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO</b>		<b>80.000,00</b>	<b>2.127.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.207.400,00</b>
08	Assistência Social				
08.244	Assistência Comunitária	80.000,00	2.127.400,00		2.207.400,00
08.244.0018	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	80.000,00	1.035.600,00		1.115.600,00
08.244.0018.1.022	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	60.000,00			60.000,00
08.244.0018.1.023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ASSISTENCIAIS	20.000,00			20.000,00
08.244.0018.2.056	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.035.600,00		1.035.600,00
08.244.0019	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		561.200,00		561.200,00
08.244.0019.2.057	MANUTENÇÃO DO CRAS		561.200,00		561.200,00



Página: 6/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 11.00</b>	<b>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>4.225.499,00</b>	<b>56.679.928,02</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>65.155.427,02</b>
<b>Unidade: 11.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO</b>	<b>114.999,00</b>	<b>2.534.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.649.899,00</b>
		<b>80.000,00</b>	<b>2.127.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.207.400,00</b>
08	Assistência Social	80.000,00	2.127.400,00		2.207.400,00
08.244	Assistência Comunitária	80.000,00	2.127.400,00		2.207.400,00
08.244.0020	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL		530.600,00		530.600,00
08.244.0020.2.058	MANUTENÇÃO DO CREAS		530.600,00		530.600,00
<b>Unidade: 11.02</b>	<b>FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>121.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>121.000,00</b>
08	Assistência Social		121.000,00		121.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		121.000,00		121.000,00
08.243.0021	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE		121.000,00		121.000,00
08.243.0021.2.059	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT		121.000,00		121.000,00
<b>Unidade: 11.03</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE FRAIBURGO</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>
08	Assistência Social		60.000,00		60.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		60.000,00		60.000,00
08.241.0022	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE		60.000,00		60.000,00
08.241.0022.2.060	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO		60.000,00		60.000,00
<b>Unidade: 11.04</b>	<b>FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>196.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>196.500,00</b>
08	Assistência Social		196.500,00		196.500,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		196.500,00		196.500,00
08.242.0023	VIVER SEM LIMITES		196.500,00		196.500,00
08.242.0023.2.061	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		196.500,00		196.500,00
<b>Unidade: 11.05</b>	<b>FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>	<b>34.999,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>64.999,00</b>
16	Habitação	34.999,00	30.000,00		64.999,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00			10.000,00
16.481.0024	MORAR BEM	10.000,00			10.000,00
16.481.0024.1.025	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	10.000,00			10.000,00
16.482	Habitação Urbana	24.999,00	30.000,00		54.999,00
16.482.0024	MORAR BEM	24.999,00	30.000,00		54.999,00
16.482.0024.1.024	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS	24.999,00			24.999,00
16.482.0024.2.062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MORAR BEM		30.000,00		30.000,00

Página: 7/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 12.00 SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA</b>					
<b>Unidade: 12.01 SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA</b>					
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial				760.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL				760.000,00
22.661.0025.2.063	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA				600.000,00
22.661.0026	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS				600.000,00
22.661.0026.2.065	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DE GERAÇÃO DE NEGÓCIOS				140.000,00
22.661.0026.2.066	PROJETO DE INCENTIVOS ECONÔMICO				40.000,00
22.661.0027	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA				100.000,00
22.661.0027.2.067	PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				20.000,00
					20.000,00
<b>Unidade: 12.02 FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO</b>					
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial				20.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL				20.000,00
22.661.0025.2.064	MANUTENÇÃO DO FIDESENFRAI				20.000,00
					20.000,00
<b>Unidade: 12.03 FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO</b>					
23	Comércio e Serviços				
23.695	Turismo				
23.695.0028	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO				215.000,00
23.695.0028.2.068	CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO E DIRETRIZES PARA O SETOR				215.000,00
23.695.0028.2.069	DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA DE RECEPÇÃO NA CIDADE				25.000,00
23.695.0029	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA				10.000,00
23.695.0029.1.026	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ATRATIVOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS				15.000,00
23.695.0030	PROMOÇÃO TURÍSTICA				20.000,00
23.695.0030.2.070	INCENTIVO A EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS				20.000,00
					170.000,00
					170.000,00
<b>Unidade: 12.04 DEPARTAMENTO DE CULTURA</b>					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural				
13.392.0031	ATIVIDADES CULTURAIS				995.000,00
13.392.0031.1.028	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS CULTURAIS				995.000,00
13.392.0031.1.029	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A CULTURA				785.000,00
13.392.0031.2.071	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				10.000,00
					60.000,00
					715.000,00

Página: 8/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 12.00 SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA</b>		<b>4.225.499,00</b>	<b>56.679.928,02</b>	<b>4.050.000,00</b>	<b>65.155.427,02</b>
<b>Unidade: 12.04 DEPARTAMENTO DE CULTURA</b>		<b>90.000,00</b>	<b>1.900.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.990.000,00</b>
		<b>70.000,00</b>	<b>925.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>995.000,00</b>
13	Cultura	70.000,00	925.000,00		995.000,00
13.392	Difusão Cultural	70.000,00	925.000,00		995.000,00
13.392.0032	FESTIVIDADES CULTURAIS		110.000,00		110.000,00
13.392.0032.2.072	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO		110.000,00		110.000,00
13.392.0033	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS		100.000,00		100.000,00
13.392.0033.2.073	AÇÃO REFERENTE AS DECORAÇÕES TEMÁTICAS		100.000,00		100.000,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Unidade: 99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0099.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO</b>		<b>115.200,00</b>	<b>16.786.972,98</b>	<b>0,00</b>	<b>16.902.172,98</b>
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE</b>		<b>115.200,00</b>	<b>16.786.972,98</b>	<b>0,00</b>	<b>16.902.172,98</b>
<b>Unidade: 08.01 FUNDO MUN. DE SAÚDE</b>		<b>115.200,00</b>	<b>16.756.972,98</b>	<b>0,00</b>	<b>16.872.172,98</b>
10	Saúde	115.200,00	16.756.972,98		16.872.172,98
10.122	Administração Geral		2.124.500,00		2.124.500,00
10.122.0010	GESTÃO DO SUS		2.124.500,00		2.124.500,00
10.122.0010.2.037	GESTÃO DO SUS		2.124.500,00		2.124.500,00
10.301	Atenção Básica		7.900.472,98		7.900.472,98
10.301.0007	ATENÇÃO BÁSICA		7.900.472,98		7.900.472,98
10.301.0007.2.023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1.255.000,00		1.255.000,00
10.301.0007.2.025	ATENÇÃO BÁSICA		1.405.000,00		1.405.000,00
10.301.0007.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		2.886.000,00		2.886.000,00
10.301.0007.2.027	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS		1.126.000,00		1.126.000,00
10.301.0007.2.028	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCA - ESB		355.472,98		355.472,98
10.301.0007.2.029	NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF		276.000,00		276.000,00
10.301.0007.2.030	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ		541.000,00		541.000,00
10.301.0007.2.031	PROGRAMA ACADEMIA DE SAÚDE		56.000,00		56.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.452.000,00		5.452.000,00
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		5.452.000,00		5.452.000,00
10.302.0008.2.032	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		4.522.000,00		4.522.000,00
10.302.0008.2.033	LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIA - LPD		120.000,00		120.000,00

Página: 9/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE</b>		<b>115.200,00</b>	<b>16.786.972,98</b>	<b>0,00</b>	<b>16.902.172,98</b>
<b>Unidade: 08.01 FUNDO MUN. DE SAÚDE</b>		<b>115.200,00</b>	<b>16.786.972,98</b>	<b>0,00</b>	<b>16.902.172,98</b>
10	Saúde				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		16.756.972,98		16.756.972,98
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		5.452.000,00		5.452.000,00
10.302.0008.2.034	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU		429.000,00		429.000,00
10.302.0008.2.035	REDE DE SAÚDE MENTAL - CAPS		381.000,00		381.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		673.500,00		673.500,00
10.303.0009	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		673.500,00		673.500,00
10.303.0009.2.036	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		673.500,00		673.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		204.500,00		204.500,00
10.304.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		204.500,00		204.500,00
10.304.0011.2.039	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		204.500,00		204.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		402.000,00		402.000,00
10.305.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		402.000,00		402.000,00
10.305.0011.2.040	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		402.000,00		402.000,00
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	115.200,00			115.200,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	115.200,00			115.200,00
10.572.0012.1.011	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	30.000,00			30.000,00
10.572.0012.1.012	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAÚDE	35.200,00			35.200,00
10.572.0012.1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE	50.000,00			50.000,00
<b>Unidade: 08.02 FUNDO MUN. DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS</b>		<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>
10	Saúde				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		30.000,00		30.000,00
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		30.000,00		30.000,00
10.302.0008.2.024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS - FUNPRED		30.000,00		30.000,00
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>					
<b>Órgão: 13.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME</b>		<b>80.000,00</b>	<b>1.195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.275.000,00</b>
<b>Unidade: 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME</b>		<b>80.000,00</b>	<b>1.195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.275.000,00</b>
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812.0034.1.030	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA E DE LAZER	20.000,00			20.000,00
27.812.0034.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA FME	60.000,00			60.000,00
27.812.0034.2.074	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		1.135.000,00		1.135.000,00

Página: 10/11  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>					
<b>Órgão: 13.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME</b>		<b>80.000,00</b>	<b>1.195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.275.000,00</b>
<b>Unidade: 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME</b>		<b>80.000,00</b>	<b>1.195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.275.000,00</b>
27	Desporto e Lazer	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812	Desporto Comunitário	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812.0034.2.075	FRAIBURGO CRIANÇA CIDADÃ		60.000,00		60.000,00
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>					
<b>Órgão: 14.00 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO</b>		<b>200.000,00</b>	<b>11.905.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.105.000,00</b>
<b>Unidade: 14.01 AUTARQUIA MUN. DE SANEMANETO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>		<b>200.000,00</b>	<b>11.905.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.105.000,00</b>
17	Saneamento	200.000,00	11.905.000,00		12.105.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	200.000,00	11.905.000,00		12.105.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00	11.905.000,00		12.105.000,00
17.512.0035.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI	200.000,00			200.000,00
17.512.0035.2.076	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO		7.270.000,00		7.270.000,00
17.512.0035.2.077	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		2.653.000,00		2.653.000,00
17.512.0035.2.079	ESGOTAMENTO SANITÁRIO		500.000,00		500.000,00
17.512.0035.2.080	DRENAGEM PLUVIAL		500.000,00		500.000,00
17.512.0035.2.081	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI		982.000,00		982.000,00
<b>Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 15.00 CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>		<b>180.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>
<b>Unidade: 15.01 CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>		<b>180.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>
01	Legislativa	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031	Ação Legislativa	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031.0036.1.035	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	50.000,00			50.000,00
01.031.0036.1.036	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	130.000,00			130.000,00
01.031.0036.2.078	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		2.820.000,00		2.820.000,00

Página: 11/11

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		180.000,00	2.820.000,00	0,00	3.000.000,00
Órgão: 15.00 CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		180.000,00	2.820.000,00	0,00	3.000.000,00
Unidade: 15.01 CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		180.000,00	2.820.000,00	0,00	3.000.000,00
01	Legislativa	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031	Ação Legislativa	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031.0036.2.078	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		2.820.000,00		2.820.000,00
Total geral:					98.437.600,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Contador



Página: 1/4  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031	Ação Legislativa	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	180.000,00	2.820.000,00		3.000.000,00
04	Administração	120.000,00	11.055.995,00		11.175.995,00
04.122	Administração Geral	60.000,00	7.485.995,00		7.545.995,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000,00	7.485.995,00		7.545.995,00
04.123	Administração Financeira	60.000,00	3.395.000,00		3.455.000,00
04.123.0003	GESTÃO FINANCEIRA	60.000,00	3.395.000,00		3.455.000,00
04.124	Controle Interno		175.000,00		175.000,00
04.124.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		175.000,00		175.000,00
06	Segurança Pública		979.097,00		979.097,00
06.181	Policimento		512.000,00		512.000,00
06.181.0017	SEGURANÇA PÚBLICA		512.000,00		512.000,00
06.182	Defesa Civil		467.097,00		467.097,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL		467.097,00		467.097,00
08	Assistência Social	80.000,00	2.504.900,00		2.584.900,00
08.241	Assistência ao Idoso		60.000,00		60.000,00
08.241.0022	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE		60.000,00		60.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		196.500,00		196.500,00
08.242.0023	VIVER SEM LIMITES		196.500,00		196.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		121.000,00		121.000,00
08.243.0021	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE		121.000,00		121.000,00
08.244	Assistência Comunitária	80.000,00	2.127.400,00		2.207.400,00
08.244.0018	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	80.000,00	1.035.600,00		1.115.600,00
08.244.0019	CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		561.200,00		561.200,00
08.244.0020	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOC		530.600,00		530.600,00
10	Saúde	115.200,00	16.786.972,98		16.902.172,98
10.122	Administração Geral		2.124.500,00		2.124.500,00
10.122.0010	GESTÃO DO SUS		2.124.500,00		2.124.500,00
10.301	Atenção Básica		7.900.472,98		7.900.472,98
10.301.0007	ATENÇÃO BÁSICA		7.900.472,98		7.900.472,98
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.482.000,00		5.482.000,00
10.302.0008	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		5.482.000,00		5.482.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		673.500,00		673.500,00
10.303.0009	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		673.500,00		673.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		204.500,00		204.500,00
10.304.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		204.500,00		204.500,00

Página: 2/4  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	115.200,00	16.786.972,98		16.902.172,98
10.305	Vigilância Epidemiológica		402.000,00		402.000,00
10.305.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		402.000,00		402.000,00
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	115.200,00			115.200,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	115.200,00			115.200,00
12	Educação	1.510.000,00	34.230.437,02		35.740.437,02
12.306	Alimentação e Nutrição		1.617.504,58		1.617.504,58
12.306.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.617.504,58		1.617.504,58
12.361	Ensino Fundamental	1.010.000,00	18.936.700,00		19.946.700,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.010.000,00	18.936.700,00		19.946.700,00
12.362	Ensino Médio		330.200,00		330.200,00
12.362.0005	ENSINO MÉDIO		330.200,00		330.200,00
12.364	Ensino Superior		700.000,00		700.000,00
12.364.0006	ENSINO SUPERIOR		700.000,00		700.000,00
12.365	Educação Infantil	500.000,00	11.626.832,44		12.126.832,44
12.365.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	500.000,00	11.626.832,44		12.126.832,44
12.366	Educação de Jovens e Adultos		1.019.200,00		1.019.200,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.019.200,00		1.019.200,00
13	Cultura	70.000,00	925.000,00		995.000,00
13.392	Difusão Cultural	70.000,00	925.000,00		995.000,00
13.392.0031	ATIVIDADES CULTURAIS	70.000,00	715.000,00		785.000,00
13.392.0032	FESTIVIDADES CULTURAIS		110.000,00		110.000,00
13.392.0033	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS		100.000,00		100.000,00
15	Urbanismo	2.250.500,00	4.169.999,00		6.420.499,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.230.000,00	2.570.000,00		4.800.000,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	2.230.000,00	2.570.000,00		4.800.000,00
15.452	Serviços Urbanos	10.000,00	1.599.999,00		1.609.999,00
15.452.0016	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00	1.599.999,00		1.609.999,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	10.500,00			10.500,00
15.453.0016	SERVIÇOS URBANOS	10.500,00			10.500,00
16	Habituação	34.999,00	30.000,00		64.999,00
16.481	Habituação Rural	10.000,00			10.000,00
16.481.0024	MORAR BEM	10.000,00			10.000,00
16.482	Habituação Urbana	24.999,00	30.000,00		54.999,00
16.482.0024	MORAR BEM	24.999,00	30.000,00		54.999,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4  
Data: 03/11/2017

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento	200.000,00	11.905.000,00		12.105.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	200.000,00	11.905.000,00		12.105.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00	11.905.000,00		12.105.000,00
18	Gestão Ambiental	40.000,00	69.000,00		109.000,00
18.511	Saneamento Básico Rural	40.000,00			40.000,00
18.511.0013	PORTEIRA ADENTRO	40.000,00			40.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		69.000,00		69.000,00
18.541.0014	GESTÃO AMBIENTAL		69.000,00		69.000,00
20	Agricultura	100.000,00	1.170.000,00		1.270.000,00
20.606	Extensão Rural	100.000,00	850.000,00		950.000,00
20.606.0013	PORTEIRA ADENTRO	50.000,00	20.000,00		70.000,00
20.606.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	50.000,00	830.000,00		880.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		320.000,00		320.000,00
20.608.0013	PORTEIRA ADENTRO		260.000,00		260.000,00
20.608.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL		60.000,00		60.000,00
22	Indústria		780.000,00		780.000,00
22.661	Promoção Industrial		780.000,00		780.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL		620.000,00		620.000,00
22.661.0026	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS		140.000,00		140.000,00
22.661.0027	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA		20.000,00		20.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00	195.000,00		215.000,00
23.695	Turismo	20.000,00	195.000,00		215.000,00
23.695.0028	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO		25.000,00		25.000,00
23.695.0029	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA				20.000,00
23.695.0030	PROMOÇÃO TURÍSTICA	20.000,00	170.000,00		170.000,00
26	Transporte		570.500,00		570.500,00
26.782	Transporte Rodoviário		570.500,00		570.500,00
26.782.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL		570.500,00		570.500,00
27	Desporto e Lazer	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812	Desporto Comunitário	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	80.000,00	1.195.000,00		1.275.000,00
28	Encargos Especiais			4.050.000,00	4.050.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			2.100.000,00	2.100.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			2.100.000,00	2.100.000,00

Página: 4/4  
Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			4.050.000,00	4.050.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.950.000,00	1.950.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.950.000,00	1.950.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		4.800.699,00	89.386.901,00	4.050.000,00	98.437.600,00
Total geral:		4.800.699,00	89.386.901,00	4.050.000,00	98.437.600,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

Página: 1/4  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.000.000,00		3.000.000,00
01.031	Ação Legislativa	3.000.000,00		3.000.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	3.000.000,00		3.000.000,00
04	Administração	11.025.000,00	150.995,00	11.175.995,00
04.122	Administração Geral	7.395.000,00	150.995,00	7.545.995,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.395.000,00	150.995,00	7.545.995,00
04.123	Administração Financeira	3.455.000,00		3.455.000,00
04.123.0003	GESTÃO FINANCEIRA	3.455.000,00		3.455.000,00
04.124	Controle Interno	175.000,00		175.000,00
04.124.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	175.000,00		175.000,00
06	Segurança Pública	160.000,00	819.097,00	979.097,00
06.181	Policimento	145.000,00	367.000,00	512.000,00
06.181.0017	SEGURANÇA PÚBLICA	145.000,00	367.000,00	512.000,00
06.182	Defesa Civil	15.000,00	452.097,00	467.097,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL	15.000,00	452.097,00	467.097,00
08	Assistência Social	1.760.000,00	824.900,00	2.584.900,00
08.241	Assistência ao Idoso	60.000,00		60.000,00
08.241.0022	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	60.000,00		60.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	175.000,00	21.500,00	196.500,00
08.242.0023	VIVER SEM LIMITES	175.000,00	21.500,00	196.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	91.000,00	121.000,00
08.243.0021	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	30.000,00	91.000,00	121.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.495.000,00	712.400,00	2.207.400,00
08.244.0018	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	955.000,00	160.600,00	1.115.600,00
08.244.0019	CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	205.000,00	356.200,00	561.200,00
08.244.0020	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL	335.000,00	195.600,00	530.600,00
10	Saúde		16.902.172,98	16.902.172,98
10.122	Administração Geral		2.124.500,00	2.124.500,00
10.122.0010	GESTÃO DO SUS		2.124.500,00	2.124.500,00
10.301	Atenção Básica		7.900.472,98	7.900.472,98
10.301.0007	ATENÇÃO BÁSICA		7.900.472,98	7.900.472,98
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.482.000,00	5.482.000,00
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		5.482.000,00	5.482.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		673.500,00	673.500,00
10.303.0009	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		673.500,00	673.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		204.500,00	204.500,00
10.304.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		204.500,00	204.500,00

Página: 2/4  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde		16.902.172,98	16.902.172,98
10.305	Vigilância Epidemiológica		402.000,00	402.000,00
10.305.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		402.000,00	402.000,00
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		115.200,00	115.200,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		115.200,00	115.200,00
12	Educação			
12.306	Alimentação e Nutrição	2.035.904,58	33.704.532,44	35.740.437,02
12.306.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.029.704,58	587.800,00	1.617.504,58
12.361	Ensino Fundamental	1.029.704,58	587.800,00	1.617.504,58
12.361.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		19.946.700,00	19.946.700,00
12.362	Ensino Médio		19.946.700,00	19.946.700,00
12.362.0005	ENSINO MÉDIO	300.000,00	30.200,00	330.200,00
12.364	Ensino Superior	300.000,00	30.200,00	330.200,00
12.364.0006	ENSINO SUPERIOR	700.000,00		700.000,00
12.365	Educação Infantil	700.000,00		700.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		12.126.832,44	12.126.832,44
12.366	Educação de Jovens e Adultos	6.200,00	12.126.832,44	12.126.832,44
12.366.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	6.200,00	1.013.000,00	1.019.200,00
13	Cultura		1.013.000,00	1.019.200,00
13.392	Difusão Cultural	995.000,00		995.000,00
13.392.0031	ATIVIDADES CULTURAIS	995.000,00		995.000,00
13.392.0032	FESTIVIDADES CULTURAIS	785.000,00		785.000,00
13.392.0033	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS	110.000,00		110.000,00
15	Urbanismo	100.000,00		100.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.860.500,00	3.559.999,00	6.420.499,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	2.800.000,00	2.000.000,00	4.800.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.800.000,00	2.000.000,00	4.800.000,00
15.452.0016	SERVIÇOS URBANOS	50.000,00	1.559.999,00	1.609.999,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	50.000,00	1.559.999,00	1.609.999,00
15.453.0016	SERVIÇOS URBANOS	10.500,00		10.500,00
16	Habituação	10.500,00		10.500,00
16.481	Habituação Rural	50.000,00	14.999,00	64.999,00
16.481.0024	MORAR BEM	10.000,00		10.000,00
16.482	Habituação Urbana	10.000,00		10.000,00
16.482.0024	MORAR BEM	40.000,00	14.999,00	54.999,00



Página: 3/4  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	7.100.000,00	5.005.000,00	12.105.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BÁSICO	7.100.000,00	5.005.000,00	12.105.000,00
18	Gestão Ambiental			
18.511	Saneamento Básico Rural	109.000,00		109.000,00
18.511.0013	PORTEIRA ADENTRO	40.000,00		40.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00		40.000,00
18.541.0014	GESTÃO AMBIENTAL	69.000,00		69.000,00
20	Agricultura			
20.606	Extensão Rural	69.000,00		69.000,00
20.606.0013	PORTEIRA ADENTRO	1.270.000,00		1.270.000,00
20.606.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	950.000,00		950.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	70.000,00		70.000,00
20.608.0013	PORTEIRA ADENTRO	880.000,00		880.000,00
20.608.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	320.000,00		320.000,00
22	Indústria			
22.661	Promoção Industrial	260.000,00		260.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	60.000,00		60.000,00
22.661.0026	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	780.000,00		780.000,00
22.661.0027	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	780.000,00		780.000,00
23	Comércio e Serviços			
23.695	Turismo	620.000,00		620.000,00
23.695.0028	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	140.000,00		140.000,00
23.695.0029	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	20.000,00		20.000,00
23.695.0030	PROMOÇÃO TURÍSTICA	170.000,00		170.000,00
26	Transporte			
26.782	Transporte Rodoviário			
26.782.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	520.000,00	50.500,00	570.500,00
27	Desporto e Lazer			
27.812	Desporto Comunitário	520.000,00	50.500,00	570.500,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	1.275.000,00		1.275.000,00
28	Encargos Especiais			
28.843	Serviço da Dívida Interna	1.275.000,00		1.275.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	4.050.000,00		4.050.000,00

Página: 4/4

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	4.050.000,00		4.050.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.950.000,00		1.950.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.950.000,00		1.950.000,00
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		37.405.404,58	61.032.195,42	98.437.600,00
Total geral:		37.405.404,58	61.032.195,42	98.437.600,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

Página: 1/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Funções		Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão							
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	2.331.000,00	0,00	467.097,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	1.205.000,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	4.009.995,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	3.455.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512.000,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	11.175.995,00	0,00	979.097,00

Página: 2/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saude	Trabalho	Educação
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.740.437,02
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	2.584.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.584.900,00	0,00	0,00	0,00	35.740.437,02

Página: 3/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	6.420.499,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	64.999,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		995.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		995.000,00	0,00	6.420.499,00	64.999,00	0,00	109.000,00

Página: 4/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	1.270.000,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	780.000,00	215.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.270.000,00	0,00	780.000,00	215.000,00



Página: 5/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	4.050.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	570.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	570.500,00	0,00	4.050.000,00	0,00	200.000,00

Página: 6/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO					
Órgão	Funções	TOTAL			
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		2.798.097,00			
02.00 - PROCURADORIA GERAL		1.205.000,00			
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		175.000,00			
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		4.009.995,00			
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		7.505.000,00			
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		35.740.437,02			
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		1.949.500,00			
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		6.932.499,00			
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.649.899,00			
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		1.990.000,00			
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		200.000,00			
Total:		65.155.427,02			

Página: 7/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 8/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	16.902.172,98	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.902.172,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 10/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 11/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO						
Órgão	Funções	TOTAL				
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		16.902.172,98				
Total:		16.902.172,98				

Página: 13/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 14/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 15/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/07/2018 (C)

[illegible]



Página: 17/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	1.275.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.275.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 18/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME						
Órgão	Funções	TOTAL				
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		1.275.000,00				
Total:		1.275.000,00				

Página: 19/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO							
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 20/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 21/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO						
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	12.105.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 22/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 23/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 24/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI						
Órgão	Funções	TOTAL				
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		12.105.000,00				
Total:		12.105.000,00				

Página: 25/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>3.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 26/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 27/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 28/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 29/30  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 30/30

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO					
Órgão	Funções	TOTAL			
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		3.000.000,00			
Total:		3.000.000,00			
Total geral:		98.437.600,00			

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Controlador Interno

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO

Contador

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretário de Finanças

Página: 1/10  
Data: 03/11/2017

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
<b>1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	80.233.400,00	84.245.070,01	88.457.323,49
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	78.033.406,00	81.935.076,31	86.031.830,09
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.282.661,00	12.896.794,06	13.541.633,71
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	10.164.973,00	10.673.221,65	11.206.882,71
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	1.850.000,00	1.942.500,00	2.039.625,00
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.850.000,00	1.942.500,00	2.039.625,00
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.800.000,00	1.890.000,00	1.984.500,00
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - I	1.800.000,00	1.890.000,00	1.984.500,00
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Renc	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rer	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	8.314.973,00	8.730.721,65	9.167.257,71
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	3.694.985,00	3.879.734,25	4.073.720,95
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	2.844.988,00	2.987.237,40	3.136.599,26
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbar	2.500.000,00	2.625.000,00	2.756.250,00
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbar	5.000,00	5.250,00	5.512,50
9.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbar	220.000,00	231.000,00	242.550,00
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbar	120.000,00	126.000,00	132.300,00
9.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóve	849.997,00	892.496,85	937.121,69
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv	850.000,00	892.500,00	937.125,00
9.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Ir	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e	4.619.988,00	4.850.987,40	5.093.536,76
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.619.988,00	4.850.987,40	5.093.536,76
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Princij	4.300.000,00	4.515.000,00	4.740.750,00
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Prii	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas	40.000,00	42.000,00	44.100,00
9.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Mu	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	180.000,00	189.000,00	198.450,00
9.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dív	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	100.000,00	105.000,00	110.250,00
9.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dív	(3,00)	(3,15)	(3,31)
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	1.682.692,00	1.766.826,61	1.855.167,90
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.445.695,00	1.517.979,76	1.593.878,70
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.445.695,00	1.517.979,76	1.593.878,70
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.445.695,00	1.517.979,76	1.593.878,70
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.442.696,00	1.514.830,81	1.590.572,30
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	250.000,00	262.500,01	275.624,95
9.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.2.1.01.1.1.02.0				

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 2/10

Data: 03/11/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Tx Vig. Sanitária	3.000,00	3.150,00	3.307,50
9.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Tx Vig. Sanitária	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	236.997,00	248.846,85	261.289,20
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	176.997,00	185.846,85	195.139,20
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	176.997,00	185.846,85	195.139,20
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	176.997,00	185.846,85	195.139,20
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	30.000,00	31.500,00	33.075,00
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	100.000,00	105.000,00	110.250,00
9.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Tx de Embarque	7.000,00	7.350,00	7.717,50
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	40.000,00	42.000,00	44.100,00
9.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.2.2.02.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.2.2.02.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.2.2.02.1.1.00.00.00	Tx de Cemitérios	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	434.996,00	456.745,80	479.583,10
4.1.1.3.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	234.997,00	246.746,85	259.084,20
4.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Contribuição de Melhoria	35.000,00	36.750,00	38.587,50
9.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Contribuição de Melhoria	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	120.000,00	126.000,00	132.300,00
9.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Divida Ativa Contribuição de Melhoria	80.000,00	84.000,00	88.200,00
9.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Div. Ativa Contribuição de Melhoria	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	199.999,00	209.998,95	220.498,90
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Co	199.999,00	209.998,95	220.498,90
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	199.999,00	209.998,95	220.498,90
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	200.000,00	210.000,00	220.500,00
9.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	1.549.999,00	1.627.498,95	1.708.873,90
4.1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	1.549.999,00	1.627.498,95	1.708.873,90
4.1.2.2.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	1.549.999,00	1.627.498,95	1.708.873,90
4.1.2.2.0.99.1.0.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	1.549.999,00	1.627.498,95	1.708.873,90
4.1.2.2.0.99.1.1.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Principal	1.550.000,00	1.627.500,00	1.708.875,00
9.1.2.2.0.99.1.1.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Principal	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	916.800,00	962.640,00	1.010.772,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	916.800,00	962.640,00	1.010.772,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	916.800,00	962.640,00	1.010.772,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	916.800,00	962.640,00	1.010.772,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	916.800,00	962.640,00	1.010.772,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	62.700,00	65.835,00	69.126,75
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.500,00	1.575,00	1.653,75
4.1.3.2.1.00.1.1.03.04.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.05.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.06.00	Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.07.00	Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.08.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.09.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNETE Médio	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.10.00	Remun. Dep. Banc. MDE - Transp. Escolar Estado	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. CIDE	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.900,00	3.045,00	3.197,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.01.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PFMC	500,00	525,00	551,25

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 3/10  
 Data: 03/11/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.1.3.2.1.00.1.1.05.02.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.03.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - IGDBF	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.04.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.05.06.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - Benefícios Eventuais	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.10.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - Abrigo	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.13.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - Abrigo Custeio	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.14.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - CRAS Investimentos	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remun. Dep. Banc. COSIP	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	540.700,00	567.735,00	596.121,75
4.1.3.2.1.00.1.1.07.01.00	Remun. Dep. Banc. PMF - ORTFRAI	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.02.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Polícia Civil	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.04.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FUNREBOM	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.05.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA - IR	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.07.06.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FMDD	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.07.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Multas de Trânsito	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.08.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA - FORUM	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.07.09.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Ordinário	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.10.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Jovens e Adulto	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.11.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Creche Empresas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.14.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Trasnp. Coletivo	500,00	525,00	551,25
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	757.798,00	795.687,90	835.472,30
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	439.999,00	461.998,95	485.098,90
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	439.999,00	461.998,95	485.098,90
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	439.999,00	461.998,95	485.098,90
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Princip	439.999,00	461.998,95	485.098,90
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serv. de Venda de Editais	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serv. Especiais PM/Bombeiro	420.000,00	441.000,00	463.050,00
4.1.6.1.0.01.1.1.03.00.00	Serv. de Fotocópias e Cópias Heliograficas	2.000,00	2.100,00	2.205,00
4.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	17.000,00	17.850,00	18.742,50
9.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.6.2.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transp	299.999,00	314.998,95	330.748,90
4.1.6.2.0.02.0.0.00.00.00	Serviços de Transporte	299.999,00	314.998,95	330.748,90
4.1.6.2.0.02.1.0.00.00.00	Serviços de Transporte	299.999,00	314.998,95	330.748,90
4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	300.000,00	315.000,00	330.750,00
9.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	17.800,00	18.690,00	19.624,50
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	17.800,00	18.690,00	19.624,50
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	17.800,00	18.690,00	19.624,50
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	17.800,00	18.690,00	19.624,50
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Outros Serviços PMF - Cargas de Terra	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.600,00	1.680,00	1.764,00
4.1.6.9.0.99.1.1.03.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação	200,00	210,00	220,50
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	61.808.000,00	64.898.400,00	68.143.320,00
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	19.829.000,00	20.820.450,00	21.861.472,50
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	19.829.000,00	20.820.450,00	21.861.472,50
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	15.640.000,00	16.422.000,00	17.243.100,00
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	14.000.000,00	14.700.000,00	15.435.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	17.500.000,00	18.375.000,00	19.293.750,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(3.500.000,00)	(3.675.000,00)	(3.858.750,00)
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1º	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1º	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial R	40.000,00	42.000,00	44.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 4/10  
 Data: 03/11/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO				
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	50.000,00	52.500,00	55.125,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte ITR	(10.000,00)	(10.500,00)	(11.025,00)
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploraç	206.000,00	216.300,00	227.115,00
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos M	6.000,00	6.300,00	6.615,00
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos I	6.000,00	6.300,00	6.615,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Prir	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	631.000,00	662.550,00	695.677,50
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assi	631.000,00	662.550,00	695.677,50
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Ass	631.000,00	662.550,00	695.677,50
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	305.000,00	320.250,00	336.262,50
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC	105.000,00	110.250,00	115.762,50
4.1.7.1.8.04.1.1.07.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - Abrigo	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Deser	3.222.000,00	3.383.100,00	3.552.255,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.500.000,00	2.625.000,00	2.756.250,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	2.500.000,00	2.625.000,00	2.756.250,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	582.000,00	611.100,00	641.655,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	582.000,00	611.100,00	641.655,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Fundamental	230.000,00	241.500,00	253.575,00
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Pré	130.000,00	136.500,00	143.325,00
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Creche	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.7.1.8.05.3.1.04.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE EJA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Especial	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Fundamental	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Infantil	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Médio	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C.	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.	75.000,00	78.750,00	82.687,50
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.	(15.000,00)	(15.750,00)	(16.537,50)
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. da União - FEX	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	17.998.000,00	18.897.900,00	19.842.795,00
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	17.998.000,00	18.897.900,00	19.842.795,00
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	17.458.000,00	18.330.900,00	19.247.445,00
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.800.000,00	15.540.000,00	16.317.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	18.500.000,00	19.425.000,00	20.396.250,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	(3.700.000,00)	(3.885.000,00)	(4.079.250,00)
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00	2.520.000,00	2.646.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	(600.000,00)	(630.000,00)	(661.500,00)
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	208.000,00	218.400,00	229.320,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	260.000,00	273.000,00	286.650,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(52.000,00)	(54.600,00)	(57.330,00)
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da CIDE	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	540.000,00	567.000,00	595.350,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	540.000,00	567.000,00	595.350,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	540.000,00	567.000,00	595.350,00



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 5/10  
Data: 03/11/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Transf. Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.7.2.8.99.1.1.05.00.00	Transf. Recursos FEAS - Abrigo Custeio	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	156.000,00	163.800,00	171.990,00
4.1.7.4.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	156.000,00	163.800,00	171.990,00
4.1.7.4.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	156.000,00	163.800,00	171.990,00
4.1.7.4.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FMDCA IR	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.4.0.00.1.1.02.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Educ. Jovens e Adu	6.000,00	6.300,00	6.615,00
4.1.7.4.0.00.1.1.03.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	23.800.000,00	24.990.000,00	26.239.500,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas	23.800.000,00	24.990.000,00	26.239.500,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	23.800.000,00	24.990.000,00	26.239.500,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	23.800.000,00	24.990.000,00	26.239.500,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	23.800.000,00	24.990.000,00	26.239.500,00
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Pessoas Físicas - FMDCA IR	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	718.148,00	754.055,40	791.758,18
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	390.000,00	409.500,00	429.975,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	360.000,00	378.000,00	396.900,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	360.000,00	378.000,00	396.900,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	360.000,00	378.000,00	396.900,00
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - ORTFR/	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Polícia C	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Polícia M	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.9.1.0.04.0.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.0.04.1.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direit	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.0.04.1.1.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direi	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.0.04.1.1.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.0.04.1.1.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.0.04.1.1.03.00.00	Multas relativas a Defesa de Portadores de Deficiênc	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.0.04.1.1.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanismc	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.0.04.1.1.05.00.00	multas Relativas aos Interesses do Consumidor	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.0.04.1.1.06.00.00	Multas Relativas a Outros Interesses Difusos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	70.999,00	74.548,95	78.276,40
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	70.999,00	74.548,95	78.276,40
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	70.999,00	74.548,95	78.276,40
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	70.999,00	74.548,95	78.276,40
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	70.999,00	74.548,95	78.276,40
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - PMF	70.000,00	73.500,00	77.175,00
9.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - PMF	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.9.2.2.99.1.1.05.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	257.149,00	270.006,45	283.506,78
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	257.149,00	270.006,45	283.506,78
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	257.149,00	270.006,45	283.506,78
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	66.053,00	69.355,65	72.823,43
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - PMF	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.9.0.99.1.1.02.00.00	Outras Receitas - FMDCA	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.99.1.1.03.00.00	Outras Receitas - FMDCA FORUM	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.9.9.0.99.1.1.04.00.00	Outras Receitas - Venda de Sucatas	1.053,00	1.105,65	1.160,93
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	60.298,00	63.312,90	66.478,55
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - FUNREBOM	300,00	315,00	330,75
9.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - FUNREBOM	(1,00)	(1,05)	(1,10)

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 6/10

Data: 03/11/2017

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	60.000,00	63.000,00	66.150,00
9.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	100.499,00	105.523,95	110.800,15
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	500,00	525,00	551,25
9.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.1.9.9.0.99.1.3.02.00.00	Dívida Ativa - Outras Receitas	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e J	30.299,00	31.813,95	33.404,65
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	300,00	315,00	330,75
9.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	2.199.994,00	2.309.993,70	2.425.493,40
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno -	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.2.1.1.2.00.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Contratuais	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	139.994,00	146.993,70	154.343,40
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	54.999,00	57.748,95	60.636,40
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	54.999,00	57.748,95	60.636,40
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	54.999,00	57.748,95	60.636,40
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	54.999,00	57.748,95	60.636,40
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	50.000,00	52.500,00	55.125,00
9.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.2.1.3.00.1.1.03.00.00	Alienação de Bens Móveis - Educação	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	84.995,00	89.244,75	93.707,00
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	84.995,00	89.244,75	93.707,00
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	75.997,00	79.796,85	83.786,70
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	42.000,00	44.100,00
9.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	15.000,00	15.750,00	16.537,50
9.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.2.2.0.00.1.1.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação	20.000,00	21.000,00	22.050,00
9.2.2.2.0.00.1.1.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.2.2.0.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Alienação de Bens	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.2.2.2.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Alienação de Bens Imóveis	8.998,00	9.447,90	9.920,30
4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	4.000,00	4.200,00	4.410,00
9.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.2.2.0.00.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	5.000,00	5.250,00	5.512,50
9.2.2.2.0.00.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	(1,00)	(1,05)	(1,10)
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Er	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.4.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.4.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.4.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.4.2.8.99.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CREAS Média Investime	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.2.4.2.8.99.1.1.03.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
Total entidade:		80.233.400,00	84.245.070,01	88.457.323,49
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	6.067.200,00	6.370.560,00	6.689.088,00
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	6.047.200,00	6.349.560,00	6.667.038,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	69.200,00	72.660,00	76.293,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	69.200,00	72.660,00	76.293,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 7/10

Data: 03/11/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	69.200,00	72.660,00	76.293,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	69.200,00	72.660,00	76.293,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	69.200,00	72.660,00	76.293,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	69.200,00	72.660,00	76.293,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Farmácia Básica União	1.500,00	1.575,00	1.653,75
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remun. Dep. Banc. FMS - ESF	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.04.00	Remun. Dep. Banc. FMS - EACS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.05.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.06.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. Sanitária	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.02.07.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Saúde Bucal	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.02.08.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Farmácia Básica Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.09.00	Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.10.00	Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.11.00	Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.12.00	Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.13.00	Remun. Dep. Banc. FMS - PMAQ	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.14.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Outras Receitas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.15.00	Remun. Dep. Banc. FMS - CIES	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.16.00	Remun. Dep. Banc. FMS - MAC Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.17.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Hepatites	2.000,00	2.100,00	2.205,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.18.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Comissão Intergestor	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.02.19.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Alimentação e Nutrição	200,00	210,00	220,50
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	5.947.000,00	6.244.350,00	6.556.567,50
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	5.537.000,00	5.813.850,00	6.104.542,50
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	5.537.000,00	5.813.850,00	6.104.542,50
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde –	5.537.000,00	5.813.850,00	6.104.542,50
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	5.537.000,00	5.813.850,00	6.104.542,50
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	5.537.000,00	5.813.850,00	6.104.542,50
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transf. Recursos do SUS - PAB	905.000,00	950.250,00	997.762,50
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Transf. Recursos do SUS - Farmácia Básica	186.000,00	195.300,00	205.065,00
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Transf. Recursos do SUS - ESF	645.000,00	677.250,00	711.112,50
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Transf. Recursos do SUS - EACS	725.000,00	761.250,00	799.312,50
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Sanitária	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	Transf. Recursos do SUS - Saúde Bucal	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	Transf. Recursos do SUS - MAC	1.235.000,00	1.296.750,00	1.361.587,50
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	Transf. Recursos do SUS - CAPS	340.000,00	357.000,00	374.850,00
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	Transf. Recursos do SUS - SAMU	263.000,00	276.150,00	289.957,50
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	Transf. Recursos do SUS - PMAQ	540.000,00	567.000,00	595.350,00
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00	Transf. Recursos do SUS - Hepatites	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.1.8.03.1.1.13.00.00	Transf. Recursos do SUS - Academia de Saúde	36.000,00	37.800,00	39.690,00
4.1.7.1.8.03.1.1.14.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF	240.000,00	252.000,00	264.600,00
4.1.7.1.8.03.1.1.16.00.00	Transf. Recursos do SUS - Alimentação e Nutrição	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.7.1.8.03.1.1.17.00.00	Transf. Recursos do SUS - LPD União	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas c	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmácia Básica	165.000,00	173.250,00	181.912,50
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Atenção Básica	169.000,00	177.450,00	186.322,50
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Comissão Intergestore	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Proteses	20.000,00	21.000,00	22.050,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 8/10

Data: 03/11/2017

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
4.1.7.2.8.03.1.1.06.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF Estado	36.000,00	37.800,00	39.690,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Outras Restituições - FMS	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.1.1.05.00.00	Outras Receitas - FMS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Saúde	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúu	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.1.8.03.1.1.01.00.00	Trans. Recursos do SUS - Alimentação e Nutrição	15.000,00	15.750,00	16.537,50
Total entidade:		6.067.200,00	6.370.560,00	6.689.088,00
<b>8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	32.000,00	33.600,00	35.280,00
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	32.000,00	33.600,00	35.280,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Tx. de Serviços Administrativos FME	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	26.000,00	27.300,00	28.665,00
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de C	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.3.1.0.01.2.0.00.00.00	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.3.1.0.01.2.1.00.00.00	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.12.00	Remun. Dep. Banc. FME	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00	1.050,00	1.102,50

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 9/10

Data: 03/11/2017

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Outras Restituições - FME	1.000,00	1.050,00	1.102,50
Total entidade:		32.000,00	33.600,00	35.280,00
9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	12.105.000,00	12.710.250,00	13.345.762,50
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	7.100.000,00	7.455.000,00	7.827.750,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Tx. Coleta de Lixo - SANEFRAI	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.1.0.02.0.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direit	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direi	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.13.00	Remun. Dep. Banc. SANEFRAI	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	5.191.000,00	5.450.550,00	5.723.077,50
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.101.000,00	5.356.050,00	5.623.852,50
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.101.000,00	5.356.050,00	5.623.852,50
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.101.000,00	5.356.050,00	5.623.852,50
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Princip	5.101.000,00	5.356.050,00	5.623.852,50
4.1.6.1.0.01.1.1.05.00.00	Outros Serviços Administrativos - SANEFRAI	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.1.0.01.1.1.06.00.00	Serv. de Fornecimento de Água	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.1.6.1.0.01.1.1.07.00.00	Serv. Coleta de Esgoto	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.6.1.0.01.1.1.08.00.00	Serv. de Coleta de Resíduos Sólidos	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.1.0.01.1.1.09.00.00	Serv. de Religamento de Água	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.6.9.0.99.1.1.05.00.00	Outros Serviços - SANEFRAI	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	89.000,00	93.450,00	98.122,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Outras Restituições - SANEFRAI	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	84.000,00	88.200,00	92.610,00
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	84.000,00	88.200,00	92.610,00
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	84.000,00	88.200,00	92.610,00
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.9.0.99.1.1.06.00.00	Outras Receitas - SANEFRAI	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	74.000,00	77.700,00	81.585,00
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas SANEFRAI	74.000,00	77.700,00	81.585,00
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	5.005.000,00	5.255.250,00	5.518.012,50

Página: 10/10  
Data: 03/11/2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno -	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.2.1.1.2.00.1.1.02.00.00	Operações de Crédito Contratuais - SANEFRAI	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.500,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.04.00.00	Alienação de Bens Móveis - SANEFRAI	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:		12.105.000,00	12.710.250,00	13.345.762,50
Total geral:		98.437.600,00	103.359.480,01	108.527.453,99

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanzas



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

## ANEXO Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

RECEITAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2015	2016	VARIAÇÃO %	2017	VARIAÇÃO %	2018	VARIAÇÃO %	2019	VARIAÇÃO %	2020	VARIAÇÃO %
IMPOSTOS	8.151.731,06	9.367.776,54	14,92	8.830.000,00	(5,74)	10.164.973,00	15,12	10.673.221,65	5,00	11.206.882,71	5,00
TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	3.353.809,07	3.277.410,98	(2,28)	3.385.700,00	3,30	3.822.688,00	12,91	4.013.822,40	5,00	4.214.513,52	5,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.105.170,98	1.493.471,39	35,13	1.300.000,00	(12,95)	1.549.999,00	19,23	1.627.498,96	5,00	1.708.873,89	5,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.593.884,50	1.620.574,00	1,67	996.500,00	(38,51)	1.132.000,00	13,60	1.188.600,00	5,00	1.248.030,00	5,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.205.578,41	5.984.202,84	14,96	5.423.800,00	(9,36)	5.948.798,00	9,68	6.246.237,90	5,00	6.558.549,80	5,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	25.755.172,56	29.765.422,76	15,57	26.491.000,00	(11,00)	28.891.000,00	9,06	30.335.550,00	5,00	31.852.327,50	5,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	20.861.938,70	21.811.068,63	4,55	21.068.000,00	(3,41)	22.760.000,00	8,03	23.898.000,00	5,00	25.092.900,00	5,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	20.947.674,52	22.793.690,86	8,81	22.171.000,00	(2,73)	23.981.000,00	8,16	25.180.050,00	5,00	26.439.052,50	5,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.396.499,48	4.524.411,79	223,98	1.491.000,00	(67,05)	839.148,00	(43,72)	881.105,40	5,00	925.160,68	5,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.145.918,47	5.489.995,25	6,69	2.075.000,00	(62,20)	7.224.994,00	248,19	7.586.243,70	5,00	7.965.555,89	5,00
DEDUÇÕES DA DA RECEITA	(7.143.685,78)	(7.781.453,44)	8,93	(7.232.000,00)	(7,06)	(7.877.000,00)	8,92	(8.270.850,00)	5,00	(8.684.392,50)	5,00
TOTAL	86.373.691,97	98.346.571,60	13,86	86.000.000,00	(12,55)	98.437.600,00	14,46	103.359.480,01	5,00	108.527.453,99	5,00

Fraiburgo, 03 de Novembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

MOISES AMADEU PATRÍCIO  
Contador CRC/SC 018341/O-7

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/2  
 Data: 03/11/2017

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

**Anexo II - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2018	2019	2020
<b>1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>			
0 ENCARGOS ESPECIAIS	4.050.000,00	4.252.500,00	4.465.125,00
1 ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.720.995,00	8.107.044,75	8.512.397,00
2 DEFESA CIVIL	467.097,00	490.451,85	514.974,45
3 GESTÃO FINANCEIRA	3.455.000,00	3.627.750,00	3.809.137,50
4 EDUCAÇÃO BÁSICA	34.710.237,02	36.445.748,89	38.268.036,28
5 ENSINO MÉDIO	330.200,00	346.710,00	364.045,50
6 ENSINO SUPERIOR	700.000,00	735.000,00	771.750,00
13 PORTEIRA ADENTRO	370.000,00	388.500,00	407.925,00
14 GESTÃO AMBIENTAL	69.000,00	72.450,00	76.072,50
15 RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	1.510.500,00	1.586.025,00	1.665.326,25
16 SERVIÇOS URBANOS	6.420.499,00	6.741.523,95	7.078.600,15
17 SEGURANÇA PÚBLICA	512.000,00	537.600,00	564.480,00
18 ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	1.115.600,00	1.171.380,00	1.229.949,00
19 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	561.200,00	589.260,00	618.723,00
20 CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOC	530.600,00	557.130,00	584.986,50
21 ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	121.000,00	127.050,00	133.402,50
22 VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	60.000,00	63.000,00	66.150,00
23 VIVER SEM LIMITES	196.500,00	206.325,00	216.641,25
24 MORAR BEM	64.999,00	68.248,95	71.661,40
25 DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO LOCAL	620.000,00	651.000,00	683.550,00
26 FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	140.000,00	147.000,00	154.350,00
27 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	20.000,00	21.000,00	22.050,00
28 DESENVOLVIMENTO TURISTICO	25.000,00	26.250,00	27.562,50
29 INFRAESTRUTURA TURISTICA	20.000,00	21.000,00	22.050,00
30 PROMOÇÃO TURISTICA	170.000,00	178.500,00	187.425,00
31 ATIVIDADES CULTURAIS	785.000,00	824.250,00	865.462,50
32 FESTIVIDADES CULTURAIS	110.000,00	115.500,00	121.275,00
33 DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS	100.000,00	105.000,00	110.250,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	210.000,00	220.500,00
Total da entidade:	65.155.427,02	68.413.198,39	71.833.858,28
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>			
7 ATENÇÃO BÁSICA	7.900.472,98	8.295.496,63	8.710.271,46
8 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	5.482.000,00	5.756.100,00	6.043.905,00
9 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	673.500,00	707.175,00	742.533,75
10 GESTÃO DO SUS	2.124.500,00	2.230.725,00	2.342.261,25
11 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	606.500,00	636.824,99	668.666,25
12 INVESTIMENTOS EM SAÚDE	115.200,00	120.960,00	127.008,00
Total da entidade:	16.902.172,98	17.747.281,62	18.634.645,71
<b>8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>			
34 ESPORTE E LAZER	1.275.000,00	1.338.750,00	1.405.687,50
Total da entidade:	1.275.000,00	1.338.750,00	1.405.687,50
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>			
35 SANEAMENTO BÁSICO	12.105.000,00	12.710.250,00	13.345.762,50
Total da entidade:	12.105.000,00	12.710.250,00	13.345.762,50

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**Página: 2/2  
Data: 03/11/2017

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

## Anexo II - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2018	2019	2020
<b>10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>			
36 PROCESSO LEGISLATIVO	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
Total da entidade:	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
Total geral:	98.437.600,00	103.359.480,01	108.527.453,99

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças

Planilha1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2015	2016	VARIAÇÃO %	2017	VARIAÇÃO %	2018	VARIAÇÃO %	2019	VARIAÇÃO %	2020	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.184.807,23	48.314.500,98	11,88	49.014.000,00	1,45	53.620.972,98	9,40	56.302.021,63	5,00	59.117.122,71	5,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	137.848,50	92.353,40	(33,00)	650.000,00	603,82	600.000,00	(7,69)	630.000,00	5,00	661.500,00	5,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.804.825,19	35.966.080,46	13,08	28.766.700,00	(20,02)	30.330.501,58	5,44	31.847.026,66	5,00	33.439.378,00	5,00
INVESTIMENTOS	10.705.059,30	9.011.748,61	(15,82)	5.169.300,00	(42,64)	12.186.125,44	135,74	12.795.431,72	5,00	13.435.203,28	5,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.549.567,84	583.069,24	(62,37)	2.200.000,00	277,31	1.500.000,00	(31,82)	1.575.000,00	5,00	1.653.750,00	5,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00		200.000,00	-	210.000,00	5,00	220.500,00	5,00
TOTAL	87.382.108,06	93.967.752,69	7,54	86.000.000,00	(8,48)	98.437.600,00	14,46	103.359.480,01	5,00	108.527.453,99	5,00

Fraiburgo, 03 de Novembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Contador CRC/SC 018341/O-7

MÁRCIO LUIZ MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

Página 1

Página: 1/2  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	81.227.773,50	92.856.576,35	83.925.000,00	91.212.606,00	95.773.236,31	100.561.898,09
Receita Tributária	11.505.540,13	12.645.187,52	12.215.700,00	13.987.661,00	14.687.044,06	15.421.396,21
Receita de Contribuição	1.105.170,98	1.493.471,39	1.300.000,00	1.549.999,00	1.627.498,95	1.708.873,90
Receita Patrimonial	1.593.884,50	1.620.574,00	996.500,00	1.132.000,00	1.188.600,00	1.248.030,00
Aplicações Financeiras (II)	1.472.817,85	1.574.083,62	946.500,00	1.077.000,00	1.130.850,00	1.187.392,50
Outras Receitas Patrimoniais	121.066,65	46.490,38	50.000,00	55.000,00	57.750,00	60.637,50
Transferências Correntes	60.421.100,00	66.588.728,81	62.498.000,00	67.755.000,00	71.142.750,00	74.699.887,50
Demais Receitas Correntes	6.602.077,89	10.508.614,63	6.914.800,00	7.690.924,00	8.075.470,20	8.479.243,72
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	79.754.955,65	91.282.492,73	82.978.500,00	90.135.606,00	94.642.386,31	99.374.505,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	5.145.918,47	5.489.995,25	2.075.000,00	7.225.000,00	7.586.250,00	7.965.562,50
Operações de Crédito (V)	2.829.083,95	2.588.063,61	1.900.000,00	7.000.000,00	7.350.000,00	7.717.500,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	42.897,29	181.527,06	120.000,00	150.000,00	157.500,00	165.375,00
Transferência de Capital	2.273.937,23	2.720.404,58	55.000,00	75.000,00	78.750,00	82.687,50
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	2.273.937,23	2.720.404,58	55.000,00	75.000,00	78.750,00	82.687,50
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	82.028.892,88	94.002.897,31	83.033.500,00	90.210.606,00	94.721.136,31	99.457.193,09
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	74.332.440,41	83.758.065,58	77.930.700,00	84.551.474,56	88.779.048,29	93.218.000,71
Pessoal e Encargos Sociais	43.184.807,23	48.314.499,98	48.614.000,00	53.620.972,98	56.302.021,63	59.117.122,71
Juros e Encargos da Dívida (XI)	137.848,50	92.353,40	650.000,00	600.000,00	630.000,00	661.500,00
Outras Despesas Correntes	31.009.784,68	35.351.212,20	28.666.700,00	30.330.501,58	31.847.026,66	33.439.378,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	74.194.591,91	83.665.712,18	77.280.700,00	83.951.474,56	88.149.048,29	92.556.500,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	8.546.447,73	8.439.073,03	7.869.300,00	13.686.125,44	14.370.431,72	15.088.953,28
Investimentos	6.996.879,89	7.856.003,79	5.669.300,00	12.186.125,44	12.795.431,72	13.435.203,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.549.567,84	583.069,24	2.200.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.750,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	6.996.879,89	7.856.003,79	5.669.300,00	12.186.125,44	12.795.431,72	13.435.203,28
<b>RESERVA LEGAL RPPS (XVI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)</b>	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00

Página: 2/2  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	81.191.471,80	91.521.715,97	83.150.000,00	96.337.600,00	101.154.480,01	106.212.203,99
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	837.421,08	2.481.181,34	(116.500,00)	(6.126.994,00)	(6.433.343,70)	(6.755.010,90)

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Contador

\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

\_\_\_\_\_  
GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças



Página: 1/1  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.066.640,49	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	6.000.000,00
Contratual	4.066.640,49	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	6.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	10.625.150,94	12.989.142,01	8.500.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00
Ativo disponível	11.584.884,87	14.925.302,01	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	959.733,93	1.936.160,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(6.558.510,45)	(6.890.162,87)	(3.500.000,00)	1.500.000,00	(500.000,00)	(2.500.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(6.558.510,45)	(6.890.162,87)	(3.500.000,00)	1.500.000,00	(500.000,00)	(2.500.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	3.300.072,62	(331.652,42)	3.390.162,87	5.000.000,00	(2.000.000,00)	(2.000.000,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2015 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (9.858.583,07).

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
 Data: 03/11/2017

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.066.640,49	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	6.000.000,00
Contratual	4.066.640,49	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	6.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	10.625.150,94	12.989.142,01	8.500.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00
Ativo disponível	11.584.884,87	14.925.302,01	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	959.733,93	1.936.160,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DCL (III) = (I - II)	(6.558.510,45)	(6.890.162,87)	(3.500.000,00)	1.500.000,00	(500.000,00)	(2.500.000,00)

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 1/1  
 Data: 03/11/2017

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2018	2019	2020
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	99.089.611,00	104.044.091,56	109.246.296,09
Receita Tributária	13.987.661,00	14.687.044,06	15.421.396,21
Receita de Contribuição	1.549.999,00	1.627.498,95	1.708.873,90
Receita Patrimonial	1.132.000,00	1.188.600,00	1.248.030,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	5.948.798,00	6.246.237,90	6.558.549,80
Transferências Correntes	75.632.000,00	79.413.600,00	83.384.280,00
Outras Receitas Correntes	839.153,00	881.110,65	925.166,18
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	(7.877.000,00)	(8.270.850,00)	(8.684.392,50)
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	(7.825.000,00)	(8.216.250,00)	(8.627.062,50)
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(52.000,00)	(54.600,00)	(57.330,00)
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	91.212.611,00	95.773.241,56	100.561.903,59

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

Página: 1/1

Data: 03/11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
	Descrição	Valor	Valor
	Assistencia a Epidemias, Enchentes e outras situações de Calamidade Pública	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência
	Outros Passivos Contingentes	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência
SUBTOTAL		200.000,00	SUBTOTAL
TOTAL		200.000,00	TOTAL

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRICIO

Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO

Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS

Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretario de Finanças

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 1/1

Data: 03/11/2017

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	2018			2019			2020					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	98.437.600,00	94.261.802,16	0,033	107,921	103.359.480,01	94.840.002,58	0,033	107,921	108.527.453,99	95.458.263,18	0,032	107,921
Receitas Primárias (I)	90.210.606,00	86.383.803,50	0,030	98,901	94.721.136,31	86.913.680,40	0,030	90,749	99.457.193,09	87.480.269,41	0,029	86,991
Despesa Total	98.437.600,00	94.261.802,16	0,033	107,921	103.359.480,01	94.840.002,58	0,033	107,921	108.527.453,99	95.458.263,18	0,032	107,921
Despesas Primárias (II)	96.337.600,00	92.250.885,76	0,032	105,619	101.154.480,01	92.816.751,25	0,032	105,619	106.212.203,99	93.421.822,30	0,031	105,619
Resultado Primário III = (I-II)	(6.126.994,00)	(5.867.082,26)	(0,002)	(6,717)	(6.433.343,70)	(5.903.070,85)	(0,002)	(0,002)	(6.755.010,90)	(5.941.552,89)	(0,002)	(0,002)
Resultado Nominal	5.000.000,00	4.787.896,20	0,002	5,482	(2.000.000,00)	(1.835.148,60)	(0,001)	(0,001)	(2.000.000,00)	(1.759.154,20)	(0,001)	(0,001)
Dívida Pública Consolidada	10.000.000,00	9.575.792,40	0,003	10,963	8.000.000,00	7.340.594,40	0,003	0,003	6.000.000,00	5.277.462,60	0,002	0,002
Dívida Consolidada Líquida	1.500.000,00	1.436.368,86	0,001	1,645	(500.000,00)	(458.787,15)	(0,000)	(0,000)	(2.500.000,00)	(2.198.942,75)	(0,001)	(0,001)

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018		2019		2020	
PIB real (Crescimento % anual)		1,000		1,000		1,000
Inflação média (% anual)		4,430		4,360		4,320
PIB estadual previsto		296.587.322.000,00		317.349.348.000,00		339.368.988.000,00
Receita Corrente Líquida		91.212.611,00		95.773.241,56		100.561.903,59

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

Página: 1/1  
Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C): Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	80.000.000,00	0,030	132,70	98.346.571,60	----	----	18.346.571,60	22,933
Receitas Primárias (I)	76.310.800,00	0,029	126,58	94.002.897,31	----	----	17.692.097,31	23,184
Despesa Total	80.000.000,00	0,030	132,70	91.521.715,97	----	----	11.521.715,97	14,402
Despesas Primárias (II)	78.800.000,00	0,030	130,71	91.521.715,97	----	----	12.721.715,97	16,144
Resultado Primário (III) = (I-II)	(2.489.200,00)	(0,001)	(4,13)	2.481.181,34	----	----	4.970.381,34	(199,678)
Resultado Nominal	5.500.000,00	0,002	9,12	(331.652,42)	0,000	3,82	(5.831.652,42)	(106,030)
Dívida Pública Consolidada	6.500.000,00	0,002	10,78	6.098.979,14	0,000	(70,34)	(401.020,86)	(6,170)
Dívida Consolidada Líquida	3.000.000,00	0,001	4,98	(6.890.162,87)	0,000	79,46	(9.890.162,87)	(329,672)

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

ESPECIFICAÇÃO		VALOR - R\$ 1,00
PIB estadual previsto para 2016		264.595.064.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS Prefeita Municipal	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Contador	MÁRCIO LUIZ MACHADO Contador	GEORGES DOS REIS SANTOS Controlador Interno
JOÃO CARLOS PADILHA Secretário de Finanças			



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Página: 1/1  
 Data: 03/11/2017

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020
Receita Total	86.376.479,70	102.624.647,46	18,810	86.000.000,00		98.437.600,00	14,460	103.359.480,01	5,000	108.527.453,99
Receitas Primárias (I)	78.162.413,56	98.092.023,34	25,500	83.033.500,00		90.210.606,00	8,640	94.721.136,31	5,000	99.457.193,09
Despesa Total	112.811.609,52	96.207.714,14	(14,720)	86.000.000,00		98.437.600,00	14,460	103.359.480,01	5,000	108.527.453,99
Despesas Primárias (II)	109.153.549,52	95.502.910,61	(12,510)	83.150.000,00		96.337.600,00	15,860	101.154.480,01	5,000	106.212.203,99
Resultado Primário III = (I-II)	(30.991.135,96)	2.589.112,73	(108,350)	(116.500,00)		(6.126.994,00)	5,159,220	(6.433.343,70)	5,000	(6.755.010,90)
Resultado Nominal	3.550.548,13	(346.079,30)	(109,750)	(6.000.000,00)		5.000.000,00	(183,330)	(2.000.000,00)	(140,000)	(2.000.000,00)
Dívida Pública Consolidada	4.375.298,50	6.364.284,73	45,460	5.000.000,00		10.000.000,00	100,000	8.000.000,00	(20,000)	6.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(7.056.301,39)	(7.189.884,95)	1,890	(3.500.000,00)		1.500.000,00	(142,860)	(500.000,00)	(133,330)	(2.500.000,00)

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020
Receita Total	80.283.000,00	98.346.571,60	22,500	81.093.823,67		94.261.802,16	16,240	94.840.002,58	0,610	95.458.263,18
Receitas Primárias (I)	72.648.400,00	94.002.897,31	29,390	78.296.558,23		86.383.803,50	10,330	86.913.680,40	0,610	87.480.269,41
Despesa Total	104.853.248,00	92.197.136,61	(12,070)	81.093.823,67		94.261.802,16	16,240	94.840.002,58	0,610	95.458.263,18
Despesas Primárias (II)	101.453.248,00	91.521.715,97	(12,710)	78.406.412,07		92.250.885,76	17,660	92.816.751,25	0,610	93.421.822,30
Resultado Primário III = (I-II)	(28.804.848,00)	2.481.181,34	(108,610)	(109.853,84)		(5.867.082,26)	5,240,810	(5.903.070,85)	0,610	(5.941.552,89)
Resultado Nominal	3.300.072,62	(331.652,42)	(110,050)	(5.657.708,63)		4.787.896,20	(184,630)	(1.835.148,60)	(138,330)	(1.759.154,20)
Dívida Pública Consolidada	4.066.640,49	6.098.979,14	49,980	4.714.757,19		9.575.792,40	103,100	7.340.594,40	(23,940)	5.277.462,60
Dívida Consolidada Líquida	(6.558.510,45)	(6.890.162,87)	5,060	(3.300.330,03)		1.436.368,86	(143,520)	(458.787,15)	(131,940)	(2.198.942,75)

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO**

2015	2016	2017	2018	2019	2020
10,670	6,290	4,350	4,430	4,360	4,320

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
 Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 03/11/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	155.106.490,00	95,91	147.716.532,00	96,79	150.224.313,00	96,89
Reservas	6.620.990,00	4,09	4.903.829,00	3,21	4.825.415,00	3,11
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>161.727.480,00</b>	<b>100,00</b>	<b>152.620.361,00</b>	<b>100,00</b>	<b>155.049.728,00</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Patrimônio Líquido	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1  
 Data: 03/11/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (d)	2014
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	181.527,00	42.897,00	642.051,00
Alienação de Bens Móveis	131.950,00	0,00	136.312,00
Alienação de Bens Imóveis	49.577,00	42.897,00	505.739,00
<b>TOTAL</b>	<b>181.527,00</b>	<b>42.897,00</b>	<b>642.051,00</b>
DESPESAS EMPENHADAS	2016 (b)	2015 (e)	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	134.835,00	443.648,00	113.885,00
Investimentos	134.835,00	443.648,00	113.885,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>134.835,00</b>	<b>443.648,00</b>	<b>113.885,00</b>
	<b>(c) = (a - b) + (f)</b>	<b>(f) = (d - e) + (g)</b>	<b>(g)</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>174.107,00</b>	<b>127.415,00</b>	<b>528.166,00</b>

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GEORGES DOS REIS SANTOS  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2  
 Data: 03/11/2017

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	2014	2015	2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	2014	2015	2016
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00
Benefícios Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
	0,00	0,00	0,00
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	2014	2015	2016
Plano de amortização - Contribuição patronal suplementar	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Plano de amortização - Aporte periódico de valores predefinidos	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	2014	2015	2016
Caixa e equivalentes de caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e aplicações	0,00	0,00	0,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**Página: 2/2  
Data: 03/11/2017

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	2014	2015	2016
Outros bens e direito	0,00	0,00	0,00

NOTA: O Município não possui RPPS

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças

Página: 1/3  
Data: 03/11/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2018	2019	2020	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	436.881,00	463.093,86	486.248,55	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	25.038,00	26.540,28	27.867,29	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	29.207,00	30.959,42	32.507,39	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	28.890,00	30.623,40	32.154,57	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Tx. de Licença para Funcionamento	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	9.309,00	9.867,54	10.360,92	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	374.500,00	396.970,00	416.818,50	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;



Página: 2/3  
Data: 03/11/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2018	2019	2020	
Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	124.869,00	132.361,14	138.979,20	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Serv. Especiais PM/Bombeiro	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	16.050,00	17.013,00	17.863,65	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Serv. de Fornecimento de Água	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	50.000,00	52.500,00	55.125,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	112.671,00	119.431,26	125.402,82	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Página: 3/3

Data: 03/11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4 º, § 2º, inciso V)						
Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2018	2019	2020	
Outras Contribuições Econômicas - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	18.725,00	19.848,50	20.840,93	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Total			1.226.140,00	1.299.208,40	1.364.168,82	

Fraiburgo, 3 de novembro de 2017

CLAUDETTE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Contador

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretário de Finanças

GEORGES DOS REIS SANTOS

Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO

Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 03/11/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2018</b>
Aumento Permanente da Receita	2.400.000,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.400.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	1.200.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.600.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.600.000,00
Novas DOCC	3.600.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

Fraiburgo, 3 de novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças\_\_\_\_\_  
GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

Página: 1/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	2	A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PODER EXECUTIVO	Manutenção (AN)	4,000	2.300.000,00

**II - Descrição das Ações**

"Atendimento das atividades inerentes ao gabinete do prefeito, vice-prefeito, assessoria e aos demais órgãos integrantes."

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	480.000,00	0,00	480.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.300.000,00</b>

Página: 2/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS	01.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	2 A		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD	Manutenção (AN)	4,000	31.000,00

**II - Descrição das Ações**

Promover e implementar ações direcionadas à formulação da política do sistema municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0209 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0210 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0211 - Multa Relativo a Defesa de Port	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0212 - Multas Relativas Interesse de H	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interes	0,00	4.000,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interes	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>31.000,00</b>

Página: 3/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	01.03
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	DEFESA CIVIL	0002

**Objetivo do programa:**

Prover recursos para aquisição de material permanente e equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate incêndios, aquisição de imóveis, construções e despesas de custeio e para enfrentamento de condições adversas.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de estruturação e fortalecimento da Defesa Civil Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	Manutenção (AN)	4.000	452.097,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das atividades de defesa civil.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	152.097,00	152.097,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>452.097,00</b>	<b>452.097,00</b>



Página: 4/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PRODEÇÃO E DEFESA CIVIL	01.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	DEFESA CIVIL	0002

**Objetivo do programa:**

Prover recursos para aquisição de material permanente e equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate incêndios, aquisição de imóveis, construções e despesas de custeio e para enfrentamento de condições adversas.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de estruturação e fortalecimento da Defesa Civil Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	2 A	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPEDEC	Manutenção (AN)	4,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**

Coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme suas competências, com fulcro no Art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>

Página: 5/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL	02.00
Unidade:	PROCURADORIA GERAL	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	2	A	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	Manutenção (AN)	4,000	1.205.000,00

**II - Descrição das Ações**

Exercer o controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal. Representar judicial e extrajudicialmente o Município na defesa dos interesses da municipalidade.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.205.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.205.000,00</b>

Página: 6/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CONTROLADORIA INTERNA	03.00
Unidade:	CONTROLADORIA INTERNA	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	2	A	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	Manutenção (AN)	4,000	175.000,00

**II - Descrição das Ações**

O sistema de controle interno do visa à avaliação das ações governamentais e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>175.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>175.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 7/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.00
Unidade:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.002		2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Veiculo (1)		1.000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos, substituindo os veículos que geram alto custo de manutenção.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 8/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.00
Unidade:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	2	A	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO SERVIDOR - PAS	Manutenção (AN)	4,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Melhorar a qualidade de vida dos agentes públicos municipais, visando saúde física e emocional, melhorando desempenho, a satisfação, aproveitando os potenciais de cada um e consequentemente maximizanc

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>

Página: 9/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.00
Unidade:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	Manutenção (AN)	4.000	3.929.995,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver ações relacionadas a administração pública do Município de Fraiburgo, envolvendo as áreas de gestão de pessoal, compras e licitações, Tecnologia da Informação, Patrimônio e Secretaria Executiva.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	180.000,00	0,00	180.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292 - Alienação Outros Programas	0,00	119.995,00	119.995,00
<b>Total:</b>			<b>3.810.000,00</b>	<b>119.995,00</b>	<b>3.929.995,00</b>



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 10/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação				
Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA			06.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA			06.01
Função:	Administração			4
Subfunção:	Administração Financeira			123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA			0003

Objetivo do programa:  
Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:  
Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DA FAZENDA	Veiculo (1)	1,000	60.000,00

II - Descrição das Ações  
Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00	
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00	

Página: 11/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	2 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	Manutenção (AN)	4.000	3.375.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações orçamentárias e financeiras visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gasto

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	75.000,00	0,00	75.000,00
Total:			3.375.000,00	0,00	3.375.000,00

Página: 12/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0003

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, contabilização e tesouraria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	2 A	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS	Imóveis (1)	150,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Regularizar os imóveis e loteamentos do Município passíveis de regularização fundiária.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 13/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição e pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:  
Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida fundada e precatórios bem como sua amortização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.100	2	O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA	Parcela Paga (PCL)	12,000	2.100.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento da Dívida Fundada Interna e Encargos Financeiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.96.00.00.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Total:			2.100.000,00	0,00	2.100.000,00

Página: 14/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição e pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida fundada e precatórios bem como sua amortização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.200	2 O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Processo Pago (Prc)	12,000	1.950.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pagamento de precatórios oriundos de condenações judiciais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.950.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.950.000,00</b>

Página: 15/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	Merenda (1)	35000,000	15.200,00

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos da Educação de Jovens e Adultos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	10.200,00	10.200,00
<b>Total:</b>			<b>5.000,00</b>	<b>10.200,00</b>	<b>15.200,00</b>



Página: 16/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	2 A		ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E INTEGRAL	Merenda (1)	1700000,000	718.704,58

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	483.704,58	0,00	483.704,58
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0302 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	235.000,00	235.000,00
<b>Total:</b>			<b>483.704,58</b>	<b>235.000,00</b>	<b>718.704,58</b>

Página: 17/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ESPECIAL	Merenda (1)	140000,000	62.200,00

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos com necessidades alimentares especial

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0317 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	12.200,00	12.200,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>12.200,00</b>	<b>62.200,00</b>

Página: 18/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	2 A		ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Merenda (1)	1200000,000	821.400,00

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos da educação infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0306 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	130.200,00	130.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0307 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	200.200,00	200.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0308 - Transf. de Instituições Privadas	141.000,00	0,00	141.000,00
<b>Total:</b>			<b>491.000,00</b>	<b>330.400,00</b>	<b>821.400,00</b>

Página: 19/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	2 A		TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Aluno (1)	2300.000	2.406.700,00

**II - Descrição das Ações**

Ofertar transporte escolar para os alunos da Educação Básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	1.310.000,00	1.310.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303 - Transferência do FNDE - PNATF	0,00	101.500,00	101.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0310 - Transporte Escolar do Estado -	0,00	505.000,00	505.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0313 - Transferência do FNDE - PNATF	0,00	10.200,00	10.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	230.000,00	230.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.406.700,00</b>	<b>2.406.700,00</b>

Página: 20/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	2	P	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Obras e Instalações (M²)	500,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir e/ou reformar as quadras e ginásios esportivos dos Centros Municipais de Educação.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

Página: 21/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	2	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Equipamentos (1)	300,000	360.000,00

**II - Descrição das Ações**

Equipar as unidades escolares de Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	160.000,00	160.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>360.000,00</b>	<b>360.000,00</b>



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 22/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:  
Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Obras e Instalações (M²)	500,000	450.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar as unidades escolares de Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	450.000,00	450.000,00

Página: 23/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Veiculo (1)	4,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Adquirir meios de transporte para o atendimento da Educação

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

Página: 24/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	2 A		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (AN)	4,000	16.530.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atendimento de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	9.000.000,00	9.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387 - Alienação - Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>16.530.000,00</b>	<b>16.530.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 25/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	ENSINO MÉDIO	0005

Objetivo do programa:  
Articular a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Médio

Justificativa do programa:  
Sabendo da importância da conclusão do Ensino Médio, o município vem contribuir para o transporte dos alunos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	Aluno (1)	300,000	330.200,00

II - Descrição das Ações

Contribuir para a manutenção do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0312 - Transferência do FNDE - PNA	0,00	30.200,00	30.200,00
Total:			300.000,00	30.200,00	330.200,00

Página: 26/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0006

Objetivo do programa:  
Contribuir com a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Superior e articular estratégias para a expansão de cursos superiores no município.

Justificativa do programa:  
Os cursos oferecidos em Fraiburgo não suprem as necessidades da comunidade, fazendo com que os universitários se desloquem para outros municípios, surgindo assim a necessidade de auxílio ao transporte acadêmico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	Aluno (1)	100.000	700.000,00

II - Descrição das Ações

Auxiliar financeiramente no deslocamento de acadêmicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
Total:			700.000,00	0,00	700.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 27/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	2	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Equipamentos (1)	200,000	250.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar os Centros de Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	250.000,00	250.000,00



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 28/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:  
Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS CENTROS OBRAS E INSTALAÇÕES (M²) DE EDUCAÇÃO INFANTIL		500,000	250.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar os Centros de Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	250.000,00	250.000,00

Página: 29/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	2 A		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	Manutenção (AN)	4.000	5.860.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atendimento das crianças de 4 a 5 anos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	600.000,00	600.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	3.870.000,00	3.870.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	800.000,00	800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>5.860.000,00</b>	<b>5.860.000,00</b>

Página: 30/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	Manutenção (AN)	4.000	5.766.832,44

**II - Descrição das Ações**

Atendimento das crianças de 0 a 3 anos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	600.000,00	600.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	730.000,00	730.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	16.832,44	16.832,44
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>5.766.832,44</b>	<b>5.766.832,44</b>

Página: 31/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.019	2 A		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Manutenção (AN)		4.000	1.019.200,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	6.200,00	0,00	6.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	3.000,00	3.000,00
Total:			6.200,00	1.013.000,00	1.019.200,00

Página: 32/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO DO SUS	0010

**Objetivo do programa:**

Fortalecer e aprimorar a capacidade de Gestão pública no âmbito da saúde municipal, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando o quadro de pessoal, estrutura física e tecnológica para a qualificação da atenção, atuando de forma integrada e participativa com órgãos afins e organismos de controle social, de forma solidária com o Estado e a União.

**Justificativa do programa:**

A gestão do SUS é responsável por todos os níveis de atenção à saúde, por isso demanda de aprimoramento constante para atuar frente as mudanças do sistema e principalmente para otimização da aplicação dos recursos da saúde pública. São áreas estratégicas da gestão: Planejamento/ Controle e Avaliação Compras/ Licitações; Recursos Humanos; Serviço Social; Transporte; Almoxarifado; Serviços Gerais; Vigilância Patrimonial.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	2 A	GESTÃO DO SUS	Manutenção (AN)	4,000	2.124.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Gestão e do Conselho Municipal de Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0437 - Trasn. Rec. Estado CIES	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0444 - Trasn. Rec. Estado Comissão I	0,00	10.500,00	10.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0455 - Transf. Recursos do SUS - Alim	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.124.500,00</b>	<b>2.124.500,00</b>

Página: 33/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	2	A	PROGRAMA ACADEMIA DE SAÚDE	Pessoas Atendidas (PS)	10000,000	56.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Polo da Academia da Saúde do Bairro São Miguel.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0448 - Transf. Recursos do SUS - Prog	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0448 - Transf. Recursos do SUS - Prog	0,00	6.000,00	6.000,00
Total:			0,00	56.000,00	56.000,00



Página: 34/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	2	A	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ	Manutenção (AN)	30000,000	541.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da adesão das Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal ao PMAQ.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMAQ	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMAQ	0,00	121.000,00	121.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMAQ	0,00	120.000,00	120.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>541.000,00</b>	<b>541.000,00</b>

Página: 35/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	2	A	NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	Pessoas Atendidas (PS)	30000,000	276.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Equipes do NASF.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0450 - Transf. Recursos do SUS - NAS	0,00	200.000,00	200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0457 - Transf. Recursos do SUS - NAS	0,00	36.000,00	36.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0450 - Transf. Recursos do SUS - NAS	0,00	40.000,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>276.000,00</b>	<b>276.000,00</b>

Página: 36/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	2 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	Pessoas Atendidas (PS)	30000,000	355.472,98

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Equipes de Saúde Bucal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	254.972,98	254.972,98
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - S	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - S	0,00	500,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>355.472,98</b>	<b>355.472,98</b>

Página: 37/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

**Objetivo do programa:**

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

**Justificativa do programa:**

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	2 A		ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Famílias Visitadas (FML) EACS		30000,000	1.126.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	270.000,00	270.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	725.500,00	725.500,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	130.000,00	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	500,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.126.000,00</b>	<b>1.126.000,00</b>

Página: 38/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	2 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Pessoas Atendidas (PS)	30000,000	2.886.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Equipes de Saúde da Família.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	645.500,00	645.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	500,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			0,00	2.886.000,00	2.886.000,00

Página: 39/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	2 A	ATENÇÃO BÁSICA	Pessoas Atendidas (PS)	35000,000	1.405.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações e serviços de Atenção Básica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	400.000,00	400.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	700.000,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	225.000,00	225.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	1.405.000,00	1.405.000,00



Página: 40/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	2	A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (AN)	4,000	1.255.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0488 - Alienação - Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	1.255.000,00	1.255.000,00

Página: 41/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

**Objetivo do programa:**

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

**Justificativa do programa:**

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte II UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Diginax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	2 A		REDE DE SAÚDE MENTAL - CAPS	Pessoas Atendidas (PS)	1000,000	381.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações e serviços do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	41.000,00	41.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>381.000,00</b>	<b>381.000,00</b>

Página: 42/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

**Objetivo do programa:**

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

**Justificativa do programa:**

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte I/ UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Proteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Digimax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	2 A		SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	Pessoas Atendidas (PS)	4000,000	429.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Serviço Móvel de Urgência – SAMU.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	140.000,00	140.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAV	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAV	0,00	64.000,00	64.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>429.000,00</b>	<b>429.000,00</b>

Página: 43/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

**Objetivo do programa:**

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

**Justificativa do programa:**

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte II UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Diginax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	2 A		LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIA - LPD	Próteses Dentárias (1)	3000,000	120.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Laboratório de Próteses Dentárias.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0449 - Transf. Recursos do SUS - Proti	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0458 - Transf. Recursos do SUS - LPD	0,00	90.000,00	90.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>120.000,00</b>

Página: 44/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

Objetivo do programa:

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

Justificativa do programa:

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte I/ UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Digimax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	2 A	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	Pessoas Atendidas (PS)	35000,000	4.522.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	955.000,00	955.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0442 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	11.000,00	11.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>				<b>0,00</b>	<b>4.522.000,00</b>	<b>4.522.000,00</b>

Página: 45/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)



Página: 46/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	0009

Objetivo do programa:  
Qualificar a Assistência Farmacêutica, através de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo aos usuários do SUS o acesso a medicamentos seguros e eficazes.

Justificativa do programa:

A assistência farmacêutica é uma área onerosa para os municípios devido ao subfinanciamento do Estado e da União, recaíndo sobre o município a grande responsabilidade pela sua manutenção, o que requer constante organização e controle. No município está assim organizada: 01 Farmácia Central na Unidade Vila Salete; 05 Postos de Dispensação de Medicamentos junto às Unidades Básicas de Saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	2 A	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	Pessoas Atendidas (PS)	35000.000	673.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	320.000,00	320.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0404 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	187.500,00	187.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0413 - Transf. Recursos do SUS - Farn	0,00	166.000,00	166.000,00
Total:			0,00	673.500,00	673.500,00

Página: 47/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0011

**Objetivo do programa:**

Implementar e executar as ações de Vigilância em Saúde realizadas no âmbito municipal, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas, compreendendo as ações de: vigilância epidemiológica, vigilância entomológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e controle de zoonoses.

**Justificativa do programa:**

A vigilância em saúde é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle. Justificando-se a necessidade de constante investimento e aprimoramento de suas ações. Suas vertentes são: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Entomológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Ambiental.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	2	A	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Estabelecimentos Cadastrados/Inspeccionados (1)	2000,000	204.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	79.000,00	79.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - v	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - v	0,00	15.500,00	15.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - v	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>204.500,00</b>	<b>204.500,00</b>

Página: 48/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0011

**Objetivo do programa:**

Implementar e executar as ações de Vigilância em Saúde realizadas no âmbito municipal, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas, compreendendo as ações de: vigilância epidemiológica, vigilância entomológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e controle de zoonoses.

**Justificativa do programa:**

A vigilância em saúde é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle. Justificando-se a necessidade de constante investimento e aprimoramento de suas ações. Suas vertentes são: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Entomológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Ambiental.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	2 A	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Pessoas Atendidas (PS)	4000,000	402.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Entomológica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	200.000,00	200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - v	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - v	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0443 - Transf. Recursos do SUS - DST	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - v	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0443 - Transf. Recursos do SUS - DST	0,00	12.000,00	12.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>402.000,00</b>	<b>402.000,00</b>

Página: 49/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	572
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0012

Objetivo do programa:

Garantir a melhoria da capacidade instalada no que diz respeito à frota, equipamentos, espaços físicos e mobiliários das Unidades de Saúde.

Justificativa do programa:

Os investimentos em saúde são necessários para o fortalecimento da capacidade de gestão que resultará em melhores condições para os trabalhadores e qualificação dos serviços prestados aos usuários do SUS. Por isso, faz-se necessário o constante investimento em: equipamentos e materiais permanentes; obras de construção, ampliação e reforma; veículos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.013	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE	Veiculo (1)		4.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Investimentos na frota da Secretaria de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	50.000,00	50.000,00

Página: 50/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	572
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0012

**Objetivo do programa:**

Garantir a melhoria da capacidade instalada no que diz respeito à frota, equipamentos, espaços físicos e mobiliários das Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Os investimentos em saúde são necessários para o fortalecimento da capacidade de gestão que resultará em melhores condições para os trabalhadores e qualificação dos serviços prestados aos usuários do SUS. Por isso, faz-se necessário o constante investimento em: equipamentos e materiais permanentes; obras de construção, ampliação e reforma; veículos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	2	P	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAÚDE	Equipamentos (1)	200,000	35.200,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em equipamentos e materiais permanentes.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0456 - Transf. Recursos do SUS - Alim	0,00	15.200,00	15.200,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>35.200,00</b>	<b>35.200,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 51/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	572
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0012

Objetivo do programa:  
Garantir a melhoria da capacidade instalada no que diz respeito à frota, equipamentos, espaços físicos e mobiliários das Unidades de Saúde.

Justificativa do programa:

Os investimentos em saúde são necessários para o fortalecimento da capacidade de gestão que resultará em melhores condições para os trabalhadores e qualificação dos serviços prestados aos usuários do SUS. Por isso, faz-se necessário o constante investimento em: equipamentos e materiais permanentes; obras de construção, ampliação e reforma; veículos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	Obras e Instalações (M²)	500,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Investimentos na estrutura física das Unidades de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 52/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS	08.02
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

Objetivo do programa:

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

Justificativa do programa:

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte I/ UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Digimax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
				MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS - FUNPRED	Manutenção (AN)		
2.024	2	A				4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal Antidrogas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00

Página: 53/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Saneamento Básico Rural	511
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

Objetivo do programa:

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	2	P	SISTEMAS COMUNITÁRIOS DE ABASTECIMENTOS DE AGUA NO MEIO RURAL	Sistemas Instalados (1)	4.000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Perfuração de poços artesanais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Página: 54/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	GESTÃO AMBIENTAL	0014

**Objetivo do programa:**

Promover ações de preservação da flora e da fauna, estimular as práticas sustentáveis, prevenção e redução de danos causados pelo clima. Criar consciência ambiental na população, esclarecer a importância de preservar dos recursos disponíveis e evitar os desperdícios.

**Justificativa do programa:**

Compete ao Poder Público Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	2 A	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS	Manutenção (AN)	4.000	69.000,00

**II - Descrição das Ações**

Executar ações de preservação e conservação do meio ambiente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>69.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>69.000,00</b>

Página: 55/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

**Objetivo do programa:**

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

**Justificativa do programa:**

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	2	P	IMPLANTAÇÃO DA INTERNET RURAL	Propriedades Atendidas (1)	200,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Implantar rede de internet de baixo custo, acessível ao maior número de pessoas no meio rural.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 56/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

Objetivo do programa:  
Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.046	2 A	ABERTURA DE AÇUDES E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	Açudes ou Reservatórios (1)	40,000	20.000,00	

II - Descrição das Ações

Aumentar a capacidade de retenção de água para uso nas propriedades rurais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 57/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação					
Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE				09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE				09.01
Função:	Agricultura				20
Subfunção:	Extensão Rural				606
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL				0015
Objetivo do programa:					
Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.					
Justificativa do programa:					
Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas praticas agrícolas ao alunos das escolas municipais.					
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física
2.049	2 A		CONTROLE DE ZOONOSES	Animais (1)	200.000
20.000,00					
II - Descrição das Ações					
Castrar e identificar com microchip os cães e gatos e concientizar a população quanto à posse responsável.					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00
Total:				20.000,00	0,00
					20.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 58/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

**Objetivo do programa:**

Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

**Justificativa do programa:**

Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	4,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aumentar as patrulhas agrícolas mecanizadas e o parque de máquinas do Município

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

Página: 59/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

**Objetivo do programa:**

Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

**Justificativa do programa:**

Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	2	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	Manutenção (AN)	4,000	810.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver ações relacionadas ao atendimento do setor agropecuário

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>810.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>810.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 60/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

**Objetivo do programa:**

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

**Justificativa do programa:**

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	2 A		INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E EXAMES DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE	Animais (1)	1100.000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**

Continuar a descentralização das inseminações artificiais, com a inclusão de sêmen de raça de corte. Realização de exames de brucelose e tuberculose bovina.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 61/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

Objetivo do programa:

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	2 A		MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	Propriedades Atendidas (PR)	1200,000	120.000,00

II - Descrição das Ações

Disponibilizar máquinas e equipamentos para as propriedades rurais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
Total:			120.000,00	0,00	120.000,00

Página: 62/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

**Objetivo do programa:**

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

**Justificativa do programa:**

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	2 A		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS - PISA	Propriedades Atendidas (PR)	1200.000	110.000,00

**II - Descrição das Ações**

Apoiar o desenvolvimento da propriedade familiar e produção integrada do sistema agrícola.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>110.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>110.000,00</b>

Página: 63/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:  
Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

Justificativa do programa:  
Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	2 A		MANUTENÇÃO DE HORTAS ESCOLARES	Hortas Escolares (1)	20.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Dar suporte técnico às hortas implantadas nas escolas e CEI's municipais. Fornecimento de materiais como: terra, adubo orgânico e sementes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Página: 64/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação					
Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE				09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE				09.01
Função:	Agricultura				20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária				608
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL				0015
Objetivo do programa:					
Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.					
Justificativa do programa:					
Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas praticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.					
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física
2.048	2	A	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO EM AGROPECUÁRIA	Pessoas Treinadas (TR)	200.000
					20.000,00
II - Descrição das Ações					
Organizar/executar treinamentos, cursos e orientações aos agricultores e pecuaristas; disponibilizando cartilhas e incentivando os produtores para organização de cooperativas e associações, bem como a reg					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00
Total:				20.000,00	0,00
					20.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 65/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

Justificativa do programa:

Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	2	A	INCENTIVO À EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	Eventos (EV)	8,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Apoiar a realização de eventos relacionados a agropecuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 66/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:  
Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

Justificativa do programa:  
Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	2 A	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	Estradas Conservadas (3)	1000.000	570.500,00

II - Descrição das Ações

Executar a construção, recuperação e conservação das estradas do interior do Município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0216 - CIDE	0,00	50.500,00	50.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			520.000,00	50.500,00	570.500,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 67/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	Obras e Instalações (M²)	300,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações públicas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Página: 68/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	2 P	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO	Área Pavimentada (2)	10000.000	2.200.000,00

**II - Descrição das Ações**

Conservar, construir e implementar pavimentação de ruas, avenidas, e logradouros públicos com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) ou pedras basálticas irregulares.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0290 - Operações de Crédito Interna	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>2.200.000,00</b>

Página: 69/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

Objetivo do programa:  
Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	Manutenção (AN)	4,000	2.570.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar e executar as obras públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração; Executar a construção e conservação de vias urbanas e estradas rurais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.350.000,00	0,00	2.350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.570.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.570.000,00</b>

Página: 70/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	4,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção e melhoria da frota de veículos e do parque de máquinas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>



Página: 71/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	2 A	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (AN)	4.000	1.599.999,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção e expansão do sistema de iluminação pública

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	900.000,00	900.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	159.999,00	159.999,00
<b>Total:</b>			<b>40.000,00</b>	<b>1.559.999,00</b>	<b>1.599.999,00</b>

Página: 72/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	2 P		CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	Obras e Instalações (M²)	30.000	10.500,00

**II - Descrição das Ações**

Construir abrigos para passageiros do transporte coletivo.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0208 - Rec. Concessão Transp. Coletiv	500,00	0,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>10.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.500,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 73/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SEGURANÇA PÚBLICA	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0017

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Manutenção (AN)	4.000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação e manutenção das câmaras de vigilância eletrônica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Página: 74/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SEGURANÇA PÚBLICA	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0017

**Objetivo do programa:**

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

**Justificativa do programa:**

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	2 A	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (AN)	4,000	472.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controle do tráfego de veículos e de pessoas e proteção a cidadania.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	81.000,00	81.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civil	0,00	53.000,00	53.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	23.000,00	23.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civil	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>105.000,00</b>	<b>367.000,00</b>	<b>472.000,00</b>

Página: 75/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SEGURANÇA PÚBLICA	10.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	2 P	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	Unidades Instaladas (1)	20.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação de sinalização nas vias públicas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 76/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO			11.01
Função:	Assistência Social			8
Subfunção:	Assistência Comunitária			244
Programa:	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO			0018

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ASSISTENCIAIS	Obras e Instalações (M²)	200.000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Estruturação das unidades de assistência social.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 77/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	0018

Objetivo do programa:  
Atender a população garantindo os seus direitos

Justificativa do programa:  
Atender a população em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Veiculo (1)	2.000	60.000,00

II - Descrição das Ações  
Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00



Página: 78/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	0018

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Manutenção (AN)	4.000	1.035.600,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações de assistência social e de alta complexidade.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	650.000,00	0,00	650.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516 - Transf. Recursos FEAS Benefici	0,00	20.100,00	20.100,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	40.500,00	40.500,00
<b>Total:</b>			<b>875.000,00</b>	<b>160.600,00</b>	<b>1.035.600,00</b>

Página: 79/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0019

Objetivo do programa:  
Atender e acompanhar a população em situação de vulnerabilidade social com risco.

Justificativa do programa:  
Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vínculos familiares e comunitários.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	2 A	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção (AN)	4,000	561.200,00

**II - Descrição das Ações**

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vínculos familiares e comunitários

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	180.000,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	126.000,00	126.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0523 - Transf. de Recursos FEAS - Abr	0,00	20.100,00	20.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0524 - Transf. de Recursos FEAS - CR	0,00	30.100,00	30.100,00
<b>Total:</b>			<b>205.000,00</b>	<b>356.200,00</b>	<b>561.200,00</b>

Página: 80/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados

Justificativa do programa:

Atender e acompanhar indivíduos vítimas de violências, maus tratos, negligência tendo como público-alvo crianças, adolescentes, deficientes, idosos, mulheres e moradores de ruas. Prestar serviços de medidas socioeducativas para adolescentes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	2 A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Manutenção (AN)	4,000	530.600,00

**II - Descrição das Ações**

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transf. de Recursos FNAS - PFV	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transf. de Recursos FNAS - PFV	0,00	45.500,00	45.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0520 - Transf. de Recursos FNAS - Abr	0,00	60.100,00	60.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0525 - Transf. de Recursos FEAS - CR	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>335.000,00</b>	<b>195.600,00</b>	<b>530.600,00</b>

Página: 81/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0021

Objetivo do programa:

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender programas e projetos, governamentais e não governamentais que prestem serviços para crianças e adolescentes. Atender em período integral crianças e adolescentes vítimas de violências domésticas e com rompimento de vínculos afetivos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.059	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Manutenção (AN)	4,000	121.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0604 - Recursos do FMDCA - IR	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0602 - Recursos - FMDCA Tribunal Ju	0,00	50.500,00	50.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0604 - Recursos do FMDCA - IR	0,00	20.500,00	20.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0605 - Outros Recursos do FMDCA	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0604 - Recursos do FMDCA - IR	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>91.000,00</b>	<b>121.000,00</b>

Página: 82/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE FRAIBURGO	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	0022

Objetivo do programa:

Atender Idosos em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender programas e projetos, governamentais e não governamentais que prestem serviços para os idosos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.060	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	Manutenção (AN)		4.000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender Idoso em situação de risco social e pessoal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>

Página: 83/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	11.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	VIVER SEM LIMITES	0023

Objetivo do programa:  
Atender Deficientes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender programas e projetos, governamentais e não-governamentais que prestem serviços para o deficiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.061	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	Manutenção (AN)		4.000	196.500,00

**II - Descrição das Ações**

Atender pessoas que apresentem deficiência em situação de risco social e pessoal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0505 - Transferência de Recursos do F	0,00	21.500,00	21.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>175.000,00</b>	<b>21.500,00</b>	<b>196.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 84/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	11.05
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Rural	481
Programa:	MORAR BEM	0024

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal de interesse social, atendendo as famílias que não possuem casa própria ou que não possuem habitação adequada, combatendo o déficit habitacional do município.

**Justificativa do programa:**

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal, em Fraiburgo existe um déficit habitacional na ordem de 2.300 unidades conforme levantamento social realizado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	2 P		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAIS	Casas (1)	10.000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais rurais.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>



Página: 85/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	11.05
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	MORAR BEM	0024

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal de interesse social, atendendo as famílias que não possuem casa própria ou que não possuem habitação adequada, combatendo o déficit habitacional do município.

**Justificativa do programa:**

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal, em Fraiburgo existe um déficit habitacional na ordem de 2.300 unidades conforme levantamento social realizado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.024	2 P		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS	Casas (1)	20.000	24.999,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0289 - Alienação - FMHIS	0,00	14.999,00	14.999,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>14.999,00</b>	<b>24.999,00</b>

Página: 86/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	11.05
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	MORAR BEM	0024

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal de interesse social, atendendo as famílias que não possuem casa própria ou que não possuem habitação adequada, combatendo o déficit habitacional do município.

**Justificativa do programa:**

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal, em Fraiburgo existe um déficit habitacional na ordem de 2.300 unidades conforme levantamento social realizado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.062	2 A		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MORAR BEM	Manutenção (AN)	4,000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolvimento de ações relacionadas ao programa de habitação de interesse social.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>

Página: 87/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	0025

**Objetivo do programa:**

Fomentar o desenvolvimento local através da integração de toda a sociedade civil organizada, setores públicos e setores produtivos.

**Justificativa do programa:**

Manter e desenvolver ações frente ao conselho de desenvolvimento da cidade, através de um pensamento de longo prazo, integrado e sistêmico acerca do desenvolvimento local.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.063	2 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO Manutenção (AN) ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		4.000	600.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar e executar as ações públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	110.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>600.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>600.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 88/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	0026

Objetivo do programa:  
Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão da atividade empresarial na cidade, visando aumentar o Movimento Econômico do município e o desenvolvimento local

Justificativa do programa:  
Desenvolver o setor econômico como pilar de crescimento e desenvolvimento dos diversos setores face aumento da renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.066	2	A	PROJETO DE INCENTIVOS ECONÔMICO	Manutenção (AN)	4,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo de geração de negócios, através de apoio, instrução e incentivos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Página: 89/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	0026

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão da atividade empresarial na cidade, visando aumentar o Movimento Econômico do município e o desenvolvimento local

Justificativa do programa:

Desenvolver o setor econômico como pilar de crescimento e desenvolvimento dos diversos setores face aumento da renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.065	2 A	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DE GERAÇÃO DE NEGÓCIOS	DE	Manutenção (AN)	4.000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar e apoiar a criação de espaços de geração de negócios

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 90/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	0027

Objetivo do programa:  
Criar políticas de incentivo à qualificação profissional e fomento ao melhoramento técnico e administrativo dos trabalhadores e gestores de empreendimentos, inclusive aos novos empreendedores.

Justificativa do programa:  
Criar condições de crescimento aos empreendimentos e força para inovar e aumentar a força econômica da cidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.067	2 A	PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Pessoas Treinadas (PS)	200,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo de geração de negócios, através de apoio, instrução e incentivos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 91/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO	12.02
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	0025

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento local através da integração de toda a sociedade civil organizada, setores públicos e setores produtivos.

Justificativa do programa:

Manter e desenvolver ações frente ao conselho de desenvolvimento da cidade, através de um pensamento de longo prazo, integrado e sistêmico acerca do desenvolvimento local.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.064	2	A	MANUTENÇÃO DO FMDESENFRAI	Manutenção (AN)	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Acompanhamento e desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Página: 92/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	12.03
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO TURISTICO	0028

**Objetivo do programa:**

Desenvolver, incentivar e analisar as potencialidades turísticas do município.

**Justificativa do programa:**

O turismo é um dos setores que se destaca no País e no Estado como potencial econômico e gerador de riqueza e renda, desta forma faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas para gerir e incentivar, bem como, a análise e mapeamento das potencialidades do município, avaliando e desenvolvendo ações para fomentar o setor.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.069	2	A	DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURISTICA DE RECEPÇÃO NA CIDADE	Manutenção (AN)	4,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**

Apoiar o melhoramento do produto turístico da cidade através de conhecimento, incentivo e promoção

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 93/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA			12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO			12.03
Função:	Comércio e Serviços			23
Subfunção:	Turismo			695
Programa:	DESENVOLVIMENTO TURISTICO			0028

**Objetivo do programa:**

Desenvolver, incentivar e analisar as potencialidades turísticas do município.

**Justificativa do programa:**

O turismo é um dos setores que se destaca no País e no Estado como potencial econômico e gerador de riqueza e renda, desta forma faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas para gerir e incentivar, bem como, a análise e mapeamento das potencialidades do município, avaliando e desenvolvendo ações para fomentar o setor.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	2 A	criação do plano municipal de turismo e diretrizes para o setor	Manutenção (AN)	4,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Criação de sub-estruturas de fomento e desenvolvimento do turismo na cidade e região

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 94/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	12.03
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INFRAESTRUTURA TURISTICA	0029

**Objetivo do programa:**

Construir, revitalizar e/ou reformar edificações e equipamentos relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

**Justificativa do programa:**

A infraestrutura turística é um dos aspectos que desperta interesse tanto dos visitantes quanto da população. Espaços adequados e estruturados impulsionam o desenvolvimento turístico e o crescimento da demanda receptiva.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.026	2	P	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ATRATIVOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	Obras e Instalações (M²)	200,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir, ampliar e ou reformar edificações relacionadas ao desenvolvimento e ao turismo

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 95/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	12.03
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	PROMOÇÃO TURÍSTICA	0030

Objetivo do programa:

Promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, atraindo uma demanda crescente.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	2	A	INCENTIVO A EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	Eventos Realizados (EV)	9,000	170.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados ao turismo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			170.000,00	0,00	170.000,00

Página: 96/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ATIVIDADES CULTURAIS	0031

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense, incentivando os valores de artistas locais de diferentes áreas culturais.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.029	2 P		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A CULTURA	Veiculo (1)	1.000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Veículo Utilitário para transporte de equipamentos, materiais para eventos, decoração e outros. Veículo de passeio, para viagens e atividades dentro do município.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Página: 97/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ATIVIDADES CULTURAIS	0031

**Objetivo do programa:**

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense, incentivando os valores de artistas locais de diferentes áreas culturais.

**Justificativa do programa:**

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS OBRAS E INSTALAÇÕES (M²) CULTURAIS		200,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir, ampliar e reformar espaços culturais.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>

Página: 98/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ATIVIDADES CULTURAIS	0031

**Objetivo do programa:**

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense, incentivando os valores de artistas locais de diferentes áreas culturais.

**Justificativa do programa:**

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.071	2 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção (AN)	4.000	715.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver a continuidade das oficinas culturais, ampliando para demais polos culturais dentro da área de abrangência do município, capacitar profissionais da área cultural.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>715.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>715.000,00</b>



Página: 99/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	FESTIVIDADES CULTURAIS	0032

Objetivo do programa:

Oferecer e oportunizar eventos que socializem a comunidade, possibilitando e auxiliando na integração dos cidadãos do município.

Justificativa do programa:

A socialização de um município é indispensável para o crescimento social. Oportunizar eventos festivos como Shows Nacionais de diferentes esferas, resgatar tradições, e oportunizar o acesso a artistas renomados além de capacitações culturais se tornam necessárias para o desenvolvimento intelectual e cultural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.072	2 A		MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	Eventos Realizados (EV)	20.000	110.000,00

**II - Descrição das Ações**

Ofertar eventos culturais seguindo calendário oficial.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>110.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>110.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 100/114  
Data: 03/11/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS	0033

**Objetivo do programa:**

Beneficiar o município com decorações temáticas visadas por eventos no calendário anual, proporcionando o embelezamento da cidade, para a comunidade e para recepção de turistas durante festividades anuais realizadas.

**Justificativa do programa:**

Incentivar a comunidade a resgatar valores, beneficiar através de atividades decorativas e temáticas o embelezamento do município oportunizando um ambiente agradável aos munícipes e turistas visitantes durante o decorrer do ano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.073	2	A	AÇÃO REFERENTE AS DECORAÇÕES TEMÁTICAS	Eventos Realizados (EV)	20,000	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver a continuidade das decorações em eventos públicos municipais, decoração temáticas de ruas e praças, seguir calendário anual de festividades com decorações no município evidenciando pontos tu

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 101/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:  
Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA FME	Veiculo (1)	2,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores e transporte de atletas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 102/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:  
Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7	P	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA E DE LAZER	Obras e Instalações (M²)	1000,000	20.000,00

II - Descrição das Ações  
Construção de quadra de grama sintética.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 103/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:  
Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.075	7 A	FRAIBURGO CRIANÇA CIDADÃ	Crianças e Adolescentes (PS)	200,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver atividades esportivas direcionada para crianças e adolescentes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Página: 104/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.074	7 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Manutenção (AN)	4.000	1.135.000,00

II - Descrição das Ações

Gerenciar as competições esportivas e atividades de lazer, visando a qualidade de vida dos munícipes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	650.000,00	0,00	650.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1800 - Recursos Ordinários FME	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			1.135.000,00	0,00	1.135.000,00

Página: 105/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação					
Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO				14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEMANETO DE FRAIBURGO SANEFRAI				14.01
Função:	Saneamento				17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano				512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO				0035
Objetivo do programa:					
Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.					
Justificativa do programa:					
Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente					
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física
2.081	8	A	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI	Manutenção (AN)	4.000
982.000,00					
Financeira					
II - Descrição das Ações					
GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso	Ordinários
				Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	400.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos			00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	57.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			00.01.0989 - Alienação de Bens Móveis	5.000,00
				977.000,00	982.000,00
				5.000,00	982.000,00



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 106/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO			14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMNETO DE FRAIBURGO SANEFRAI			14.01
Função:	Saneamento			17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano			512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO			0035

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.080	8 A	DRENAGEM PLUVIAL	Manutenção (AN)	4.000	500.000,00

II - Descrição das Ações

DRENAGEM PLUVIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	220.000,00	0,00	220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			500.000,00	0,00	500.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 107/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO			14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			14.01
Função:	Saneamento			17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano			512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO			0035

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.079	8 A	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Manutenção (AN)	4.000	500.000,00

II - Descrição das Ações

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			500.000,00	0,00	500.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 108/114

Data: 03/11/2017

I - Classificação					
Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO				14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEMANETO DE FRAIBURGO SANEFRAI				14.01
Função:	Saneamento				17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano				512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO				0035
Objetivo do programa:					
Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.					
Justificativa do programa:					
Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente					
Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.033	8 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	4,000	200.000,00
II - Descrição das Ações					
Adquirir máquinas e veículos para SANEFRAI					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI	200.000,00	0,00
Total:				200.000,00	0,00
					200.000,00

Página: 109/114  
Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0035

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.077	8 A		GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (AN)	4,000	2.653.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar o serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			2.653.000,00	0,00	2.653.000,00

Página: 110/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0035

**Objetivo do programa:**

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

**Justificativa do programa:**

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.076	8 A	ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	Manutenção (AN)	4,000	7.270.000,00

**II - Descrição das Ações**

Continuar os serviços referente a manutenção do saneamento básico.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0983 - Operações de Crédito Contratua	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.270.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>7.270.000,00</b>

Página: 111/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0036

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Fraiburgo, é composto por 11 (onze) Vereadores; além da competência legislativa, tem funções: de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, alinentes à gestão administrativa e de economia interna da instituição.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.036	11	P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	Móveis e Equipamentos (1)		10.000	130.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar a sede do Legislativo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
Total:			130.000,00	0,00	130.000,00

Página: 112/114  
Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação				
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			15.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			15.01
Função:	Legislativa			1
Subfunção:	Ação Legislativa			31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO			0036

Objetivo do programa:  
Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:				
O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Fraiburgo, é composto por 11 (onze) Vereadores; além da competência legislativa, tem funções: de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão administrativa e de economia interna da instituição.				
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)
1.035	11	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	Veiculo (1)
				Física
				2,000
				Financeira
				50.000,00

II - Descrição das Ações  
Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações				
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00
			50.000,00	0,00
		Total:	50.000,00	50.000,00



Página: 113/114  
Data: 03/11/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0036

**Objetivo do programa:**

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

**Justificativa do programa:**

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Fraiburgo, é composto por 11 (onze) Vereadores; além da competência legislativa, tem funções: de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, alinhadas à gestão administrativa e de economia interna da instituição.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.078	11	A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	Manutenção (AN)	4,000	2.820.000,00

**II - Descrição das Ações**

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.820.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.820.000,00</b>

Página: 114/114

Data: 03/11/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099

Objetivo do programa:  
Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

A dificuldade de prever os riscos fiscais e passivos contingentes com exatidão, torna-se necessário criar a Reserva de Contingência.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	2 R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		4.000	200.000,00

II - Descrição das Ações

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00		200.000,00
Total:			200.000,00		200.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

**REC. FEDERAIS\_10\_2017**

Publicação Nº 1417266

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Bloco	Ação/Serviço/Estratégia	Competência / Parcela	Nº OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Líquido
ATENÇÃO BÁSICA	INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PAB (2017)	1 de 1/	836561	31/08/2017	001	013870	0000169994	575.000,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC.AS AÇÕES DE VIG.PREV. E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	07 de 12/2017	836490	31/08/2017	001	013870	000017002X	2.500,00
ATENÇÃO BÁSICA	PAB FIXO	09 de 12/2017	836696	01/09/2017	001	013870	0000169994	75.391,33
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO MAC (2017)	09 de 1/2017	836767	04/09/2017	001	013870	0000170011	125.000,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)- MUNICIPAL	08 de 12/2017	836994	06/09/2017	001	013870	0000170011	12.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (RAU-SAMU)- MUNICIPAL	08 de 12/2017	837089	06/09/2017	001	013870	0000170011	9.419,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE BRASIL SEM MISERIA (BSOR-SM)	09 de 12/2017	837461	08/09/2017	001	013870	0000170011	7.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	09 de 12/2017	837116	08/09/2017	001	013870	0000170011	102.751,47
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL (RSME)	09 de 12/2017	837459	08/09/2017	001	013870	0000170011	28.305,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS (PARCELA)	06 de 12/2017	837899	11/09/2017	001	013870	000017002X	1.358,91
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA (PARCELA)	06 de 12/2017	837977	11/09/2017	001	013870	000017002X	446,19
ATENÇÃO BÁSICA	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	08 de 12/2017	838686	13/09/2017	001	013870	0000169994	2.028,00
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	08 de 12/2017	838881	13/09/2017	001	013870	0000169994	53.475,00
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO AO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE - RAB-ACAD	08 de 12/2017	839082	13/09/2017	001	013870	0000169994	3.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	08 de 12/2017	838812	13/09/2017	001	013870	0000169994	20.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	FORTELEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACS - 5 POR CENTO	08 de 1/2017	838715	13/09/2017	001	013870	0000169994	2.687,10
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE BUCAL - SB	08 de 12/2017	839053	13/09/2017	001	013870	0000169994	6.690,00
ATENÇÃO BÁSICA	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	08 de 12/2017	839110	13/09/2017	001	013870	0000169994	44.900,00
ATENÇÃO BÁSICA	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACS - 95 POR CENTO	08 de 1/2017	838235	13/09/2017	001	013870	0000169994	51.054,90
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - MAMOGRAFIA PARA RASTREAMENTO (RCA-RCAN PO 0008)	07 de 12/2017	839534	15/09/2017	001	013870	0000170011	2.295,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	08 de 1/2017	840272	26/09/2017	001	013870	000017002X	963,30
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FORTELEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	08 de 1/2017	840306	26/09/2017	001	013870	000017002X	50,70
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PFVS) PARCELA	08 de 12/2017	840368	26/09/2017	001	013870	000017002X	8.201,91
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA (PARCELAS)	09 de 12/2017	840573	27/09/2017	001	013870	0000169986	16.787,43

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 929/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

Publicação Nº 1417513

DECRETO Nº. 929/2017, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12 inciso I, art. 13 - 2º, da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Poder Executivo	VALOR R\$
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Turismo.	
Proj./Ativ.	2.016	Transporte Escolar	
	3.3.90.00.00.00.00.0.0192	Aplicações Diretas	
	47	Aplicações Diretas	R\$ 32.000,00
	TOTAL		R\$ 32.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste Decreto, o excesso de arrecadação na Receita 1.7.6.2.2.01.00.00.00 Transf. Conv. Estados – Transporte Escolar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 31 de Outubro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 065/2017 EXTRATO

Publicação Nº 1417280

#### EXTRATO DE EDITAL RETIFICADO

PROCESSO LICITATÓRIO 065/2017  
TOMADA DE PREÇO 003/2017

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 065/2017, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 003/2017, tipo menor preço global por lote até às 09h:00min. do dia 09 de novembro 16 de novembro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A AMPLIAÇÃO DO CENTRO DA MELHOR IDADE DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONVENIO Nº 2017TR1454, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E O MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93) art. 45, - 1º, inciso III, da. Em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal n. 8538/2015, de 6 de outubro de 2015 consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 01 de novembro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CARGOS DE FARMACEUTICO E FONOAUDIOLOGO - NASF DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 1418186

DECRETO N.º 203, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CARGOS DE FARMACEUTICO E FONOAUDIÓLOGO – NASF DO PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2017, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica Homologado o resultado final dos cargos de Farmacêutico e Fonoaudiólogo – NASF do Processo Seletivo objeto do Edital nº 001/2017 de 20 de junho de 2017, realizado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização para os candidatos e cargos constantes no anexo I que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, por ato do Poder Executivo Municipal para atender o interesse público da Administração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

#### ANEXO I

FARMACÊUTICO							
		NOTA DA PROVA					
POSIÇÃO	NOME	ESCRITA	TÍTULOS	NOTA FINAL	DATA NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
1	ANA AMÉLIA CASTAMANN	5,04	0,00	5,04	28/09/1970	004625	APROVADO
2	DANIELA SCHULZ	4,20	0,00	4,20	31/03/1995	005238	APROVADO
3	TATIANE ZORZO PREUSS	2,8	1,00	3,80	13/04/1983	005444	APROVADO

FONOAUDIÓLOGO - NASF							
		NOTA DA PROVA					
POSIÇÃO	NOME	ESCRITA	TÍTULOS	NOTA FINAL	DATA NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
1	LUCIANA BRITO VEIGA	4,20	1,50	5,70	02/12/1971	004893	APROVADO
2	PATRÍCIA FUNES	4,20	1,00	5,20	10/07/1969	004790	APROVADO
3	SARAH DE CAMPOS LALANE	4,76	0,00	4,76	25/07/1991	005411	APROVADO

**LEI Nº 2080, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417803

LEI Nº 2.080, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de acordo com a Lei Federal nº 13019/2014 e Decreto Municipal nº 143/2017, autorizado a firmar parceria no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), junto a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ n.º 03.733.676/0001-82, conforme plano de trabalho aprovado.

Art. 2º. A parceria de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Termo de Fomento a ser firmado com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, na forma da legislação vigente.

- 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo Termo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 2081, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417815

LEI Nº 2.081, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 13019/2014 e Decreto Municipal nº 143/2017, autorizado a firmar parceria no valor de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), junto a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, CNPJ n.º 79.679.940/0001-09, conforme plano de trabalho aprovado.

Art. 2º. A parceria de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Termo de Fomento a ser firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, na forma da legislação vigente.

- 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo Termo.

- 2º. A vigência do Termo supracitado será até 31 de dezembro do

presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº. 1284/2017.**

Publicação Nº 1418181

PORTARIA Nº. 1284, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 666/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 666/2017.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Portaria nº. 666/2017, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 666/2017, que concluiu pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO POR SETE DIAS ÚTEIS A PARTIR DE 06/11/2017, nos termos do artigo 160 da Lei Complementar nº. 1000/2005, ao servidor HONORATO TIMÓTEO PACHECO, matrícula 6302, Secretário de Administração, por ter infringido o inciso IV do artigo 148, da Lei Complementar nº. 1000/2005, por opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA Nº. 1286/2017.**

Publicação Nº 1418182

PORTARIA Nº. 1286, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no



uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, a Servidora LETICIA TEIXEIRA CORREA, CPF n.º 078.888.269-46, para responder interinamente e com ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 06/11/2017 a 14/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/11/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA Nº. 1287/2017.**

Publicação Nº 1418183

PORTARIA Nº. 1287, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 820/2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 820/2016.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Portaria nº. 820/2016, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 820/2016, que concluiu pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do inciso I do artigo 154 da Lei Complementar nº. 1000/2005, a servidora CELIANE GONÇALVES CARLSEM, matrícula 3648, Técnico em Enfermagem, por ter infringido o inciso XI do artigo 147 da Lei Complementar nº. 1000/2005, por faltar com o dever de urbanidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/11/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **PORTARIA Nº 27 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417495

PORTARIA Nº 27 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDOR DO CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Gonçalves, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei nº 1030 de 10 de abril de 2006, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR, o Senhor DIEGO SOARES GASPAR, brasileiro, solteiro, CPF 059.732.579-08, RG 4.568.212 SSP/SC, do cargo comissionado de ASSESSOR LEGISLATIVO, do quadro de servidores do Poder Legislativo Municipal, com efeitos a partir de 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de novembro de 2017.

Sérgio Luiz Gonçalves

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho  
Diretor Administrativo  
Câmara Municipal de Garopaba

# Garuva

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO Nº 67/2017

Publicação Nº 1417092

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, e do outro, a Sra. MARISA MENDES CARDOSO CECCATTO, brasileira, casada, professora, RG nº 7.653.647, CPF: 063.721.119-77, residente e domiciliado na Rodovia 412, Km 11,5, s/n, Mina Velha, Garuva-SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Processo nº 1613/2017, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e manifestação favorável da Controladoria Interna, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 067/2017 até o dia 04/12/2017.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 067/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 20 de Outubro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

### ADITIVO CONTRATO Nº 75/2017

Publicação Nº 1417072

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, e do outro, a Sra. CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 13.025.484-5, CPF: 037.045.589-40, residente e domiciliada na Rua Colônia Cubatão, TR H0259, Cubatão, Guaratuba/PR, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Processo nº 1835/2017, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e manifestação favorável da Controladoria Interna, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 075/2017 até o dia 04/12/2017.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 075/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 20 de Outubro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

## ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA

Publicação Nº 1417408



ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA	
DATA DA REUNIÃO:	28/09/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL
<p>Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Garuva os membros do grupo de trabalho de análise de processos administrativos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – COMDEMA, sendo eles Paulo Vitor Cardoso de Souza, Pâmela Casagrande, Heinrich Hosang, tal qual reunião foi convocada e presidida pelo Presidente do COMDEMA, Márcio R. Herpich. A reunião fora convocado pelo presidente para tratar de analisar e emitir relatório referente aos processos administrativos 1625/2017 – 5C76 e 2211/2017 – 663L instaurados pelo órgão ambiental municipal. Dando início a reunião, foi posto em questão da composição do grupo de trabalho, sendo que pelo regimento interno deste Conselho é necessário a escolha de um relator para presidir o grupo. Sr. Henrich então se dispôs a ser o relator. Dando continuidade a reunião Sr. Márcio foi questionado sobre a composição do processo, ou seja, como foi formulado, e porque apenas agora tomar a decisão de interditar a operação, Márcio então esclareceu que o processo foi montado com base em fatos constatados, e presenciados pessoalmente, pela fiscalização da Secretaria de Saneamento Ambiental, e pela sociedade organizada, sendo esses, moradores vizinhos e outros que denunciavam as atividades da empresa. Dando continuidade aos trabalhos foi analisado que na própria defesa da Notificação SESA nº 017 – Série A aplicada ao autuado, o mesmo alega possuir o alvará de funcionamento municipal nº 427/2014, Licença Ambiental de Operação 7164/2012 e respectivo protocolo de renovação da LAO FCEI – 416138 de 13/04/2016. Da análise: o autuado deveria possuir o alvará de funcionamento municipal do exercício de 2017, sem tal documento a mesma não deveria funcionar. Para possuir o alvará de funcionamento municipal, a empresa necessita de Licença Ambiental válida para a atividade que exerce. Pois bem, a LAO 7164/2012 possui data de vencimento para 06/08/2016, qual a empresa deveria ter solicitado pedido de renovação com antecedência hábil para emissão de nova LAO. Conforme a Resolução CONAMA 237 de 19 de Dezembro de 2007 “a LAO de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias de expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando esta automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente”. Sendo assim para a LAO nº 7164/2012 se enquadrar nesse critério da Resolução CONAMA 237, a empresa deveria ter efetuado o protocolo de renovação até a data de 08/04/2016, sendo protocolado apenas em 13/04/2016, com 5 (cinco) dias de atraso, tal fato que não anula o protocolo de renovação da LAO nº 7164/2012, porém não lhe garante a renovação automática, ou seja, o protocolo de renovação da LAO servirá para análise do processo da empresa, porém como a renovação automática não foi constatada, no ato do vencimento da LAO nº 7164/2012, a empresa deveria interromper a produção e somente poderia retornar as atividades até que obtivesse nova LAO válida, e após passar por todas as vistorias e adequações necessárias em decorrência do pedido de renovação FCEI – 416138 de 13/04/2016, pela empresa mesmo efetuado. Foram observadas ainda a não comprovação por parte da empresa da documentação que comprove a periodicidade de entrega das condicionantes da respectiva licença de operação, bem como não possuir ou não apresentar controle de produtos químicos, seja na armazenagem, manipulação e tratamento, bem como da não apresentação de documentos que comprovem a origem da madeira usada na alimentação da caldeira – esta comprovação deveria ser investigada visto que no dia 04/09/2017, ato de embargo da operação da empresa, foram flagrados no local aproximadamente 20 m³ (metro cúbico) de madeira nativa sem procedência, inclusive madeira tipo Araucária, devendo a empresa ser responsabilizada pela procedência – e principalmente foi discutido sobre as condições de operação da empresa, sendo levado em consideração o relatório de fiscalização da FATMA – Relatório de Fiscalização/Laudos de Constatação nº 062/2017/CRN, em relação ao atendimento de condicionantes, com base nisso relata-se o seguinte: 1) – a SESA, após denúncia de moradores, verificou coloração estranha no corpo receptor de efluentes</p>	

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC  
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



provenientes da Malharia e após confirmação, emitiu AI nº 17/2017 em 28-04-2017; 2) – após ser comunicada, a FATMA, em vistoria na Empresa Irotêxtil, verificou uma série de irregularidades e algumas condicionantes da LAO nº 7164/2012 que não foram cumpridas, conforme Relatório de Fiscalização – Laudo de Constatação nº 062/2017/CRN; 3) – tais condicionantes tinham por objetivo, garantir o bom funcionamento das atividades, garantir a qualidade dos efluentes lançados pela empresa e permitir o monitoramento constante das etapas de tratamento bem como detectar irregularidades e acionar medidas imediatas de contenção e regularização; 4) – conforme vistoria, verifica-se que algumas das condicionantes estão comprometidas (ou não foram sequer adotadas), impossibilitando atestar a qualidade de efluentes lançados e emissão de poluentes; 5) – a empresa, ao deixar de implantar, de forma espontânea, as condicionantes exigidas na LAO, além de comprovar exercício irregular de suas atividades, alterou todo o processo de tratamento dos resíduos gerados, assumindo para si o risco de contaminação. Desta forma, invertendo o ônus da prova, cabe à mesma comprovar que tais negligências não comprometeram a qualidade dos lançamentos líquidos e gasosos; 6) – deve-se levar em conta o histórico de denúncias e reclamações, sempre pelo mesmo motivo, evidenciando que o relatado no AI não foi um fato isolado e sim prática rotineira; 7) – também deve ser observado que apesar de todos os comunicados e o longo período em atividade, não houve preocupação por parte da empresa, em adequar-se à legislação vigente, demonstrado descaso tanto para com o Meio Ambiente como também para a população, principalmente as de seu entorno; 8) – pelos mesmos motivos, observa-se que a empresa, de forma deliberada, priorizou a contenção de custos nos investimentos e manutenção, objetivando obter, de forma danosa e consciente, o aumento de seus lucros. Desta forma recomenda: a) Que seja (solicitado ao FATMA a suspensão da LAO até que todas as condicionantes e exigências solicitadas pela mesmasejam implantadas. b) Que a multa seja recalculada levando em consideração o grau de dano praticado, visando ampliação para R\$ (500.000,00) quinhentos mil reais, concedendo os seguintes descontos atenuantes; I – **25,00 %** de desconto ao comprovar a implantação de todos os requisitos solicitados pela FATMA, dentro dos prazos estabelecidos, cujo último item será a expedição do Atestado de Funcionamento (emitido pelo órgão ambiental municipal) após comprovado demais itens; II – **30,00%** de desconto após comprovação, através dos órgãos competentes, da qualidade de vida do leito e das margens do corpo receptor de efluentes, bem como o repovoamento do mesmo com peixes nativos; III – **25,00%** de desconto com a implantação da captação de recursos hídricos a jusante do lançamento dos efluentes, conforme IN 04 da FATMA.

Heinrich Hosang  
Relator

Paulo Vitor Cardoso Souza  
Membro

Pâmela Casagrande

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC  
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



Membro

---

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC  
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200

## ATA DE REUNIÃO – COMDEMA

Publicação Nº 1417409



ATA DE REUNIÃO – COMDEMA	
DATA DA REUNIÃO:	05/10/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL
<p>Aos cinco de outubro dois mil e dezessete as dezessete horas, reuniram-se na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Garuva, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Município de Garuva. Na oportunidade estiveram presentes os seguintes membros: Rosângela Carrara, Ana Paula Kruger, Henrich Hosang, Paulo Vitor Cardoso, Márcio Ricardo Herpich, Pâmela Casagrande, Celso Mario Andrietti, João Biskoski e os convidados César Cassius Moker, Gabriel Palandi e José Massaneiro quais assinaram a lista de presença anexa a esta. O Presidente, Sr. Márcio iniciou os trabalhos dando como aberta a reunião e fez a exposição para pauta da reunião, sendo os seguintes assuntos: Análise e distribuição dos Processos Administrativos aos Grupos de Trabalho, Priorização dos Assuntos, leitura e aprovação de parecer de processos administrativos ingressados na última reunião, apresentação de estudo sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica e assuntos diversos. Iniciando os trabalhos Sr. Márcio expôs breve retrospectiva dos assuntos discutidos até o momento, em virtude da extensa pauta da reunião a leitura da ata anterior foi suprimida. O presidente iniciou os assuntos da pauta passando a palavra ao Sr. José Massaneiro e Gabriel Palandi para apresentarem pessoalmente sua versão sobre o processo administrativo nº 2693/2017, na oportunidade Sr. Massaneiro utilizou do espaço de dez minutos para sua explanação aos conselheiros sendo apoiado pelo Sr. Gabriel, as considerações apresentadas serão consideradas na análise e emissão do parecer pelo grupo de trabalho que analisará o referido processo. Após o presidente efetuou a leitura do parecer referente ao processo administrativo nº 1625/2017 e 2211/2017 da empresa Irotêxtil, finalizado a leitura o relatório foi colocado em discussão e posteriormente colocado em plenário para aprovação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros, conforme o voto do relator Henrich Hosang. Para finalizar foi passada a palavra ao Sr. César qual efetuou apresentação e explanou sobre a necessidade da elaboração e instituição da forma de lei municipal do Plano Municipal da Mata Atlântica. Tal estudo se faz necessário para cumprimento das condicionantes no Termo de Gestão Florestal Compartilhada firmado entre a Prefeitura Municipal e FATMA, nesta, Sr. César alertou sobre a importância deste estudo frente a problemática existente no município, principalmente devido a ter sido instituído o Plano Diretor no ano de dois mil e quinze e nesta não foram considerados os aspectos ambientais e impactos advindos da implantação do Plano Diretor, salientado então a importância da elaboração do Plano Municipal de Mata Atlântica para a conservação e proteção da fauna e flora existente no Município. O assunto foi colocado em discussão ao plenário, sendo que, evidenciou-se a necessidade de elaborar termo de referência para a elaboração do Plano Municipal de Mata Atlântica e também que fosse encaminhado ao CONCIGA ofício solicitando a inclusão do assunto em pauta deste conselho para discussão. Para finalizar, o presidente fez explanação sobre os processos administrativos que foram encaminhados pelo órgão ambiental municipal para análise do COMDEMA, sendo os seguintes processos: 2760/2017, 1440/2017, 2909/2016, 2424/2016, 2762/2015, 2046/2015, 2979/2017, 2019/2017, 2693/2017, 2099/2016, 2081/2016 e 1718/2017, tais processos serão discutidos nos grupos de trabalho e os respectivos relatórios serão votados na próxima reunião do COMDEMA. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião convocando todos os conselheiros para a próxima reunião ordinária que será realizada no dia primeiro de novembro de dois mil e dezessete as 17 horas na sede da Prefeitura Municipal, e eu Pamela lavei a presente ata que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros presentes, conforme lista de presença anexa a esta.</p>	

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC  
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



**EDITAL 009 - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1417411

**EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 009/2017**

Considerando a necessidade de contratação temporária de CUIDADOR para prestar serviço para a Secretaria de Desenvolvimento Social, na Casa de Acolhimento "Margarida Severiano";  
Considerando, justificativa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;  
Considerando, a demanda e a permanência de crianças e adolescentes abrigados;  
Considerando, que o serviço de atendimento de proteção social especial é de alta complexidade, um serviço permanente e contínuo no município;  
Considerando, a portaria nº 153/2017, que determina a abertura do processo seletivo simplificado, dispõe sobre a comissão examinadora e das outras providências;  
A Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público, torna público que estão abertas as inscrições para o preenchimento de 03 (três) vagas, mais 02 (duas) vagas para cadastro de reserva de CUIDADOR, para atuar na Casa de Acolhimento Municipal "Margarida Severiano", cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital, resolve estabelecer e divulgar as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado.

**I – DAS VAGAS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO**

O Candidato concorrerá à vaga oferecida conforme o seguinte quadro demonstrativo:

CARGO	VAGAS	CADATRO RESERVA	ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	Habilitação Exigida p/ o Cargo
Cuidador	03	02	Trabalhar especificamente na Casa de Acolhimento "Margarida Severiano" acolhendo e responsabilizando-se pelos cuidados com alimentação, higiene e proteção da criança e do adolescente, colaborando para o processo educacional	220 h/m Regime de escala	R\$1.223,46	Ensino médio, Avaliação Psicológica

**II – DAS INSCRIÇÕES**

1. O período para as inscrições será de 23/10/2017 à 01/11/2017.
2. O local das inscrições: será na Secretaria de Desenvolvimento Social, estabelecida na Rua Padre José Novack, nº 1047, Centro, das 08h às 14h.
3. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se dará a prova.
4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá sua inscrição indeferida.
5. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Presidente da Comissão homologará as inscrições, publicando-as e fixando-as no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, no dia 07/11/2017 às 14h.
6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

**III – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO**

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:
  - \* Nacionalidade brasileira
  - \* Idade mínima de dezoito anos
  - \* Quitação com as obrigações eleitorais e militares

**IV - DAS INSCRIÇÕES**

1. - Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:
  - Fotocópia da Carteira de Identidade;
  - 01 foto 3x4;
  - Comprovante de residência;
  - Certidão de quitação eleitoral;

**V – DO REGIME EMPREGATÍCIO**

1 - Os habilitados e classificados no teste serão admitidos em caráter temporário com base na Lei Complementar 018/2002 e estarão sob o regime da Lei Complementar Municipal n. 001/98, demais normas pertinentes e de Convênio caso houver.

Os documentos abaixo deverão ser apresentados para formalização da Admissão:

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro)
2. Certidão de casamento (se casado)
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)
4. RG e CPF
5. Título de eleitor
6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)
7. Cartão do PIS/PASEP



8. Certificado de reservista (p/ homens)
9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos
10. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
11. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
12. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
13. Certidão negativa de antecedente criminal e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:  
(<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
14. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:  
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:  
([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))
16. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
17. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
20. 01 foto 3x4 RECENTE
21. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
22. Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

#### VI – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO

1 - Para efeito de seleção os candidatos serão avaliados em duas etapas, mediante prova escrita e avaliação psicológica necessário para o desempenho da função de Cuidador:

O candidato mais idoso precederá o mais novo. Havendo empate neste critério o candidato que tiver mais filho prevalecerá sobre o outro.

##### 1º ETAPA – PROVA ESCRITA

- 1 - A prova escrita será realizada no dia 14/11/2017, das 08:00 até às 11:00h em local a ser definido e publicado posteriormente.
- 2 - Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após as 08:00 h.
- 3 - A prova escrita consistirá em 10 (dez) questões objetivas e uma redação.
- 4 - A Prova objetiva será valorada de 0 (zero) a 10,0 (dez).
5. A redação será valorada de 0 (zero) a 10,0 (dez).
- 6- Será classificado para a segunda etapa o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, na média aritmética das duas avaliações citadas acima.
7. O resultado da prova escrita, bem como local, data da avaliação psicológica e data do resultado final será divulgado no mural da Prefeitura Municipal e no site no município no dia 21/11/2017.

##### 2º ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1. A avaliação psicológica será realizada por profissional psicólogo, em data pré-determinada, sendo que o candidato deverá ser considerado apto para exercer a função.
2. A avaliação psicológica consiste em entrevista e aplicação de testes.
3. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e número de filhos.

#### VII - DOS RECURSOS

- 1 – Caberá recurso, desde que devidamente formalizado e fundamentado, através de requerimento escrito, em cada ato do processo seletivo publicado, diretamente a Comissão do Teste Seletivo, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

##### VII – DA RESERVA

1. Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 01 (um) ano.
2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

#### VIII – DA VALIDADE DO TESTE SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Teste Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e Leis em vigor.
2. A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.
3. O Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Garuva, por conveniência administrativa ou em hipótese do preenchimento da vaga por concurso público.
4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo, através da portaria nº. 153/2017.

Garuva/SC, 17 de outubro de 2017.

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ  
Presidente da Comissão  
Portaria nº. 153/2017

ANEXO I  
DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Cuidador	CARREIRA: Operacional I
CLASSE: I, II e III	REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Trabalhar especificamente na Casa de Acolhimento, acolhendo e responsabilizando-se pelos cuidados com alimentação, higiene e proteção da criança e o adolescente, colaborando para o processo educacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA – Responsabilidades e Atribuições:

- Organização e realizar a rotina doméstica e o espaço residencial;
- Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente;
- Zelar e contribuir para conforto e bem estar da criança e/ou adolescente;
- Pernoitar no abrigo, conforme escala de trabalho pré-definida pela Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);
- Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;
- Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicológico ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;
- Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social).
- Repassar todas as rotinas da criança e/ou adolescente para os técnicos do Abrigo, quando solicitado;
- \_ Outras atividades relacionadas aos cuidados básicos da criança e/ou adolescente.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio e avaliação psicológica.

ANEXO II  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA
2. Estatuto do Servidor (LC001/98)
3. Noções de higiene, alimentação e cuidados de menores;

**LEI Nº 2008**

Publicação Nº 1417071

LEI Nº 2008, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

“Cria o fundo Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Do Objetivo e Finalidade**

Art. 1º – Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB, de natureza contábil, vinculado Secretaria de Saneamento Ambiental, tendo por finalidade concentrar os recursos para a realização de investimentos em ampliação, expansão, substituição, melhoria e modernização das infraestruturas operacionais, em ações emergenciais de saneamento básico, recuperação de malha viária danificada em razão de obras de saneamento, bem como em projetos, levantamentos cartográficos, formação de cadastros e em recursos gerenciais necessários para a prestação dos serviços de Saneamento Básico do Município de Garuva, visando a sua disposição universal, integral, igualitária e economicidade dos recursos.

Art. 2º – O Fundo Municipal de Saneamento Básico ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e terá gestão definida pelo Prefeito Municipal ou por Gestor nomeado mediante Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º – O FMSB tem por objetivo:

- I. Financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologias que visem ao uso racional e sustentável dos recursos naturais;
- II. Implementar de ações voltadas ao controle, fiscalização, defesa, conservação, recuperação e manutenção das atividades de Saneamento Básico e Controle de Vetores;

Parágrafo Único – Para a consecução dos objetivos deverão ser observadas as diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico e do Sistema Municipal de Saneamento Básico – Simisa de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

Art. 4º – Os recursos do FMSB serão destinados para planos, programas, projetos, ações e atividades governamentais ou não governamentais que contemplem pelo menos uma das seguintes áreas:

- I. Preservação, conservação e recuperação dos espaços territoriais protegidos pela legislação;
- II. Realização de estudos e projetos para criação, implantação, conservação e recuperação dos serviços de saneamento básico e controle de vetores;
- III. Realização de estudos e projetos para criação e implantação e recuperação de áreas degradadas e áreas de proteção permanente, com ambientes naturais e/ou criados, destinados ao lazer, convivência social e à educação ambiental;
- IV. Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse ambiental e ações de saneamento básico e controle social;
- V. Educação ambiental e conscientização em todos os níveis de ensino e no engajamento da sociedade na prevenção e eliminação de causas raízes para proliferação de vetores e doenças;
- VI. Gerenciamento, controle, fiscalização dos serviços de saneamento básico e controle social;
- VII. Implementação e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB;
- VIII. Produção e edição de obras e materiais audiovisuais na área de educação ambiental voltadas para atividades de saneamento básico e controle de vetores;
- IX. Outras despesas não previstas nesta lei, desde que voltadas ao interesse do saneamento básico do Município;
- X. Financiamento de projetos para a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico e controle de vetores;
- XI. Manutenção do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social;
- XII. Adquirir equipamentos ou implementos necessários ao desenvolvimento de programa ou ações de implantação, estruturação, assistência, proteção, preservação e recuperação do meio ambiente decorrente de atividades de Saneamento Básico;
- XIII. Desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos de gestão e planejamento, administração, controle das ações inerentes às ações de saneamento básico e controle de vetores;
- XIV. Proporcionar eficiente aplicação das leis federais, estaduais e municipais que estabeleçam disposições inerentes à política de saneamento básico;
- XV. Treinamento, capacitação e especialização de pessoal para ações em saneamento e controle social;

Art. 5º – Será expressamente vedada a utilização dos recursos do FMSB para custear as despesas correntes de responsabilidade do Município de Garuva.

Parágrafo Único – É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico no custeio de pessoal e das atividades de controle, manutenção e operação rotineira do órgão de saneamento municipal.

Art. 6º – Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal de Saneamento Básico, projetos incompatíveis com a Política Municipal de Saneamento Básico, assim como quaisquer normas e/ou critérios presentes nas legislações Federal, Estadual ou Municipal vigente.

## CAPÍTULO II

### Da Administração do Fundo

Art. 7º – São órgãos da estrutura operacional do FMSB:

- I. Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social;
- II. Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental – SESA.

Art. 8º – Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em aplicação e conformidade com a Política Municipal de Saneamento Básico obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 9º – O Fundo Municipal do Saneamento Básico será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do Saneamento Básico no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social e suas contas submetidas à apreciação do Conselho e do Tribunal de Contas.

Art. 10 – O órgão municipal como órgão de coordenação do Fundo, e ao qual este está vinculado, compete-lhe:

- I. Estabelecer e implementar a política de aplicação dos recursos do FMSB através de Plano de Ação;
- II. Apresentar proposta orçamentária de modo a garantir recursos para o FMSB, no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- III. Ordenar as despesas do FMSB;
- IV. Elaborar os balancetes quadrimestrais de receitas e despesas e o Balanço Geral Anual do FMSB;
- V. Firmar convênios, termos de cooperação e contratos, referentes aos recursos do FMSB.

Art. 11 – São atribuições do Gestor do Fundo:

- I. Estabelecer e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do FMSB, observadas as diretrizes básicas e prioritárias da política e do plano municipal de saneamento básico;
- II. Elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação dos recursos do FMSB, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III. Aprovar as demonstrações mensais de receitas e despesas do FMSB;
- IV. Encaminhar as prestações de contas anuais do FMSB ao Executivo e à Câmara Municipal, juntamente com as contas gerais do Departamento de Águas e Esgoto;
- V. Deliberar sobre questões relacionadas ao FMSB, em consonância com as normas de gestão financeira e os interesses do Município.
- VI. Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saneamento Ambiental;
- VII. Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, à liquidação e ao pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
- VIII. Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;
- IX. Encaminhar à contabilidade geral do Município;
- X. Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
- XI. Anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.
- XII. Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
- XIII. XII – providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo; e
- XIV. XIII – apresentar, ao secretário Municipal de Saneamento Ambiental, análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo

detectada nas demonstrações mencionadas.

- 1º. A gestão administrativa do FMSB será exercida pela unidade de gestão financeira e contábil da Prefeitura Municipal de Garuva.

### CAPÍTULO III

#### Dos Recursos

Art. 12 – São receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB):

I. Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II. Recursos vinculados às receitas de taxas, tarifas e preços públicos dos serviços de saneamento básico, conforme regulamento para os serviços;

III. Transferências voluntárias de recursos do Estado de Santa Catarina ou da União, ou de instituições vinculadas aos mesmos, destinadas a ações de saneamento básico do Município;

IV. Recursos provenientes de doações ou subvenções de organismos e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V. Rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do FMSB;

VI. Repasses de consórcios públicos ou provenientes de convênios celebrados com instituições públicas ou privadas, para execução de ações de saneamento básico no âmbito do Município;

VII. Doações e quaisquer outros repasses efetivados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;

VIII. Créditos adicionais suplementares a ele destinados;

IX. Recursos financeiros oriundos de convênios, consórcios, termos de cooperação, contratos e acordos celebrados com entidades públicas ou privados, nacionais e internacionais;

X. Produto de arrecadação de multas por infrações às normas de saneamento;

XI. Operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos de saneamento básico e controle de vetores;

XII. Outros recursos, créditos e rendas que lhes possam ser destinados;

XIII. 2% (dois por cento) dos recursos decorrentes do faturamento bruto mensal do Sistema Municipal de Águas e Esgoto, transferidos em conta específica do Fundo Municipal de Saneamento Básico, que serão repassados até o décimo dia útil de cada mês;

XIV. Contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

XV. Rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais, alienações patrimoniais, rendimentos de capital e aplicação financeira;

XVI. Alienações patrimoniais e os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras.

XVII. O produto de convênios firmados com outras entidades, inclusive de gestões associadas para a prestação dos serviços de Saneamento Básico, prevista na Lei Federal n. 11.445 de 2007;

XVIII. O produto de arrecadação de multas e juros de mora por infração ao Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), bem como de Ajustes de Conduta dele oriundos;

XIX. As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor; e

XX. 1% dos royalties provenientes da exploração do petróleo; e

XXI. Outras receitas eventuais.

Art. 13 – As receitas do FMSB serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Art. 14 – As disponibilidades de recursos do FMSB não vinculadas a desembolsos de curto prazo ou a garantias de financiamentos deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o seu programa de execução.

Art. 15 – O saldo financeiro do FMSB apurado ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 16 – O orçamento do FMSB integrará o orçamento da Secretaria de Saneamento Ambiental, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 17 – A contabilidade do FMSB será organizada de forma a permitir o seu pleno controle e a gestão da sua execução orçamentária.

Art. 18 – A ordenação das despesas previstas no respectivo Plano Orçamentário e de Aplicação do FMSB caberá ao Secretário de Saneamento Ambiental.

Art. 19 – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I. Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação; e

II. De prévia aprovação do Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental.

Art. 20 – Fica vedada a utilização de recursos do FMSB para:

I. Cobertura de déficits orçamentários e para pagamento de despesas correntes de quaisquer órgãos e entidades do Município, salvo atividades fins pertinentes aos serviços de saneamento básico;

II. Execução de obras e outras intervenções urbanas integradas não relacionados ao sistemas de saneamento básico, em montante superior à participação proporcional destes serviços nos respectivos investimentos.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso I do caput não se aplica ao pagamento de:

III. Amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos a financiamentos de investimentos em ações de saneamento básico previstos no Plano Orçamentário e de Aplicação do FMSB;

IV. Despesas adicionais decorrentes de aditivos contratuais relativos a investimentos previstos no Plano Orçamentário e de Aplicação do FMSB;

V. Despesas com investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico aprovadas pelo órgão regulador e pelo Gestor do FMSB; e

VI. Contrapartida de investimentos com recursos de transferências voluntárias da União, do Estado de Santa Catarina ou de outras fontes não onerosas, não previstas no Plano Orçamentário e de Aplicação do FMSB, cuja execução deva ser realizada no mesmo exercício financeiro.

Art. 21 – As despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico se constituirão da seguinte forma:

I. Financiamento total ou parcial de programas integrados de atendimento as questões ambientais, desenvolvidos pelo órgão ambiental municipal ou com ele conveniados;

II. Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos atendendo as suas ações;

III. Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas a que se destina;

IV. Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação de rede física de prestação dos serviços de atendimento



ao Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V. Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de atendimento ao Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI. Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Saneamento Básico e Controle de Vetores;

VII. Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços mencionados no artigo 3º da presente Lei.

Art. 22 – Constituem ativos do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB):

I. Disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II. Direitos que porventura vierem a constituir; e

III. Bens móveis e imóveis que forem destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB);

IV. Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB).

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Art. 23 – Constituem passivos do FMSB as obrigações de qualquer natureza que venham a serem assumidas para a implantação, funcionamento e manutenção de programas e projetos pertinentes aos seus objetivos e o desempenho de suas atribuições.

Art. 24 – O orçamento e a contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) obedecerão as normas estabelecidas na Lei n. 4.320 de 1964 e LC n. 101 de 2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 25 – O orçamento do FMSB evidenciará as Políticas de Saneamento Básico do Município e o respectivo programa de trabalho.

Parágrafo Único. O orçamento do FMSB observará, na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 26 – A contabilidade do FMSB evidenciará a situação financeira, patrimonial e orçamentária, do atendimento às questões ambientais, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 27 – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, de informar, apropriar e apurar custos dos serviços, bem como de interpretar e analisar os resultados objetivos.

Art. 28 – A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive do custo dos serviços.

Parágrafo Único. Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e despesas do FMSB e demais demonstrações exigidos pela sua gerência e pela legislação pertinente.

Art. 29 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 30 – O Fundo Municipal de Saneamento Básico terá vigência ilimitada.

Art. 31 – As disposições pertinentes ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Saneamento e Controle Social.

Art. 32 – Os recursos da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos remanejamentos indispensáveis à sua execução, inclusive mediante a abertura de crédito adicional especial, nos termos da legislação vigente.

Art. 33 – O orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.

Art. 34 – As pessoas físicas ou jurídicas que fizerem doações ao Fundo Municipal de Saneamento Básico poderão gozar de benefícios fiscais, conforme dispuser a legislação em vigor.

Art. 35 – Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder executivo Municipal.

Art. 36 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 – Revogadas as disposições em contrário.

Rodrigo Adrianly David  
Prefeito Municipal

#### RETIFICAÇÃO ADITIVO DE CONTRATO Nº070

Publicação Nº 1417093

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2017

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

#### RETIFICAÇÃO

1. DO PRAZO: Considerando erro material na Solicitação de Preenchimento de Cargo emitida pela Secretaria Municipal de Educação. De acordo com a Comunicação Interna nº 269/2017, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, RETIFICA-SE a cláusula terceira do contrato administrativo nº 070/2017, passando a vigorar nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 15 de Maio de 2017, terminando no dia 12 de dezembro de 2017, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 070/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do

presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 19 de outubro de 2017.

Município de Garuva  
Rodrigo Adriany David - Prefeito

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças  
Clédio Leandro Pedralli

Contratado

Monise Nagel Moreira da Silva  
Cpf: 025.518.569-30

Adamastor Saad Benedet  
Cpf: 902.318.999-04

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017

Publicação Nº 1417573

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017

OBJETO: Contratação de instituição financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, estatutários, celetistas e contratados da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da Prefeitura Municipal de Gaspar, com a Permissão de uso de espaço físico para a instalação de Posto de Atendimento Bancário (PAB) e Posto de Autoatendimento/Caixa Eletrônico, localizado na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar, SC, pelo período de 60 (sessenta) meses, em caráter de exclusividade. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 17/11/2017, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 01 de novembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.735, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1418279

DECRETO Nº 7.735, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BARRAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 2.907, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Amadio Beduschi, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Olindio Benaci, inscrito no CPF sob o nº 030.303.779-20, contendo as seguintes características:

I. um terreno situado nesta cidade, no Bairro Barracão, fazendo parte da Rua Amadio Beduschi, via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 1.515/94, contendo área de 8.949,95m² (oito mil novecentos e quarenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Sul e mais a Oeste da área em estudo com este segue, confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 99,72m e distância quarenta e quatro metros e quarenta e sete centímetros (44,47m) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 56°11'09'' e distância de noventa e seis metros e oitenta e três centímetros (96,83m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 62°38'31'' e distância de vinte e nove metros e quarenta e seis centímetros (29,46m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com terras de Olindio

Benaci com Az – 68°54'26'' e distância de quarenta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros (48,55m), chega-se ao ponto 05 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 102,21m e distância de cinquenta e um metros e sessenta e quatro centímetros (51,64m), chega-se ao ponto 06 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva 147,55m e distância de noventa e seis metros e quarenta e sete centímetros (96,47m), chega-se ao ponto 07 deste segue confrontando com a Rua Amadio Beduschi com Az – 94°45'58'' e distância de setenta e oito metros e setenta e oito centímetros (78,78m), chega-se ao ponto 08 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 252°32'18'' e distância de vinte e três metros e setenta centímetros (23,70m), chega-se ao ponto 09 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 258°37'16'' e distância de quarenta e quatro metros e cinquenta e nove centímetros (44,59m), chega-se ao ponto 10 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 123,51 e distância de oitenta e oito metros trinta e sete centímetros (88,37m), chega-se ao ponto 11, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 125,52 e distância de sessenta e quatro metros e dois centímetros (64,02m), chega-se ao ponto 12, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 248°56'33'' e distância de quarenta e sete metros e trinta e cinco centímetros (47,35m), chega-se ao ponto 13, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 242°38'31'' e distância de vinte e sete metros e dezoito centímetros (27,18m), chega-se ao ponto 14, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 236°10'36'' e distância de noventa e cinco metros e quarenta e três centímetros (95,43m), chega-se ao ponto 15, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 76,72m e distância de dezenove metros e setenta e nove centímetros (19,79m), chega-se ao ponto 16, deste segue confrontando com a Rua Amadio Beduschi com Az – 269°44'42'' e distância de vinte e oito metros e doze centímetros (28,12m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição, distante 1.350,00m da Rodovia Ivo Silveira. O imóvel descrito com a área 8.949,95m² (oito mil novecentos e quarenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura Rua Amadio Beduschi, nominada pela Lei Municipal nº 1.515, de 27 de outubro de 1994.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS  
LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Olindio Benaci, inscrita no CPF nº 030.303.779-20.  
Local: Rua Amadio Beduschi.



Bairro: Barracão.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica – Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Barracão, fazendo parte da Rua Amadio Beduschi, contendo área de 8.949,95m<sup>2</sup> (oito mil novecentos e quarenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Sul e mais a Oeste da área em estudo com este segue, confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 99,72m e distância quarenta e quatro metros e quarenta e sete centímetros (44,47m) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 56°11'09'' e distância de noventa e seis metros e oitenta e três centímetros (96,83m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 62°38'31'' e distância de vinte e nove metros e quarenta e seis centímetros (29,46m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 68°54'26'' e distância de quarenta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros (48,55m), chega-se ao ponto 05 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 102,21m e distância de cinquenta e um metros e sessenta e quatro centímetros (51,64m), chega-se ao ponto 06 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva 147,55m e distância de noventa e seis metros e quarenta e sete centímetros (96,47m), chega-se ao ponto 07 deste segue confrontando com a Rua Amadio Beduschi com Az – 94°45'58'' e distância de setenta e oito metros e setenta e oito centímetros (78,78m), chega-se ao ponto 08 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 252°32'18'' e distância de vinte e três metros e setenta centímetros (23,70m), chega-se ao ponto 09 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 258°37'16'' e distância de quarenta e quatro metros e cinquenta e nove centímetros (44,59m), chega-se ao ponto 10 deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 123,51 e distância de oitenta e oito metros trinta e sete centímetros (88,37m), chega-se ao ponto 11, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 125,52 e distância de sessenta e quatro metros e dois centímetros (64,02m), chega-se ao ponto 12, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 248°56'33'' e distância de quarenta e sete metros e trinta

e cinco centímetros (47,35m), chega-se ao ponto 13, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 242°38'31'' e distância de vinte e sete metros dezoito centímetros (27,18m), chega-se ao ponto 14, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 236°10'36'' e distância de noventa e cinco metros e quarenta e três centímetros (95,43m), chega-se ao ponto 15, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 76,72m e distância de dezenove metros e setenta e nove centímetros (19,79m), chega-se ao ponto 16, deste segue confrontando com a Rua Amadio Beduschi com Az – 269°44'42'' e distância de vinte e oito metros e doze centímetros (28,12m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição, distante 1.350,00m da Rodovia Ivo Silveira., imóvel este registrado sob matrícula nº 2.907.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 8.949,95m<sup>2</sup> (oito mil novecentos e quarenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Ata:

Em trinta e um (31) de Outubro de 2016, às 9h30min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11 e 6.872/16, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h30 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (1) uma lauda que vai devidamente e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen

Matricula1033.

Fabio Cardoso

Matricula 6918

Gustavo Lindner Foppa

Matricula 10356

## DECRETO Nº 7.748, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1418278

DECRETO Nº 7.748, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.  
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ROSANA LIOTTO PITZ	ENFERMEIRA	40	17ª	SECRETARIA DE SAÚDE
LEONARDO ALMEIDA GALINDO	ENFERMEIRO	40	18ª	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**SAMAE - GASP****EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1417546

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 16/2017

Data vigência: 31/10/2017

Data vencimento: 31/01/2018

Número da Dispensa de Licitação: 28/2017

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HEKO CIENTÍFICA PROD. E EQUIP. CIENTÍFICOS EIRELI ME, (15.443.663/0001-58).

Objeto: Aquisição de reagentes e vidrarias para análises de água.

Valor de R\$ 5.323,52 (cinco mil trezentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos)

=====

Gaspar (SC), em 31 de outubro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1417556

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 17/2017

Data vigência: 31/10/2017

Data vencimento: 31/01/2018

Número da Dispensa de Licitação: 28/2017

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: PRÓ ANÁLISE QUÍMICA DIAGNÓSTICA LTDA. (00.398.022/0001-51).

Objeto: Aquisição de reagentes e vidrarias para análises de água.

Valor de R\$ 693,90 (seiscentos e noventa e três reais e noventa centavos).

=====

Gaspar (SC), em 31 de outubro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1417557

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 18/2017

Data vigência: 31/10/2017

Data vencimento: 31/01/2018

Número da Dispensa de Licitação: 28/2017

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HÉXIS CIENTÍFICA S/A (53.276.010/0001-10).

Objeto: Aquisição de reagentes e vidrarias para análises de água.

Valor de R\$ 1.538,42 (hum mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos).

=====

Gaspar (SC), em 31 de outubro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1417559

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 19/2017

Data vigência: 31/10/2017

Data vencimento: 31/01/2018

Número da Dispensa de Licitação: 28/2017

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA. (03.377.455/0001-20).

Objeto: Aquisição de reagentes e vidrarias para análises de água.

Valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

=====

Gaspar (SC), em 31 de outubro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**PORTARIA N.123 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417799

PORTARIA N. 123 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL DE GASP

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da Superintendência de Defesa Civil do Município de Gaspar a partir do dia 01 de Novembro de 2017, o servidor EVANDRO SÉRGIO LUZ, ocupante do cargo efetivo de Encanador/Motorista, Nível EMO, Referência 28, com 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 01 de Novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**PORTARIA N.124 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417808

PORTARIA N. 124 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORES DO CARGO EM COMISSÃO DO SERVIÇO  
AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Ficam exonerados, a partir do dia 01 de novembro de 2017, os seguintes servidores:

I - GILBERTO DELLANDRÉA, portador do CPF nº 452.157.319-34 e da CI nº. 911.130 do cargo em comissão de Chefe de Frota, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais; e

II – JOSÉ BATISTA, portador do CPF nº 186.255.179-00 e da CI nº. 5070.944-0 do cargo em comissão de Coordenador Geral de Ligações de Água e Esgoto, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2017.

Gaspar (SC) em, 01 de novembro de 2017

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

**PORTARIA N.125 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417813

PORTARIA N. 125 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Ficam nomeados, a partir do dia 02 de novembro de 2017, os seguintes servidores:

I - GILBERTO DELLANDRÉA, portador do CPF nº 452.157.319-34 e da CI nº. 911.130, para o cargo em comissão de Coordenador Geral de Ligações de Água e Esgoto, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais

II – JOSÉ BATISTA, portador do CPF nº 186.255.179-00 e da CI nº. 5070.944-0, para o cargo em comissão de Chefe de Frota, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 02 de novembro de 2017.

Gaspar (SC) em, 01 de novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 113/2017

Publicação Nº 1418171

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

#### Concorrência Pública 113/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Maior Oferta.

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E/OU REMOVIDOS DE CIRCULAÇÃO POR INFRAÇÕES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, EM PÁTIO OU ÁREA DESTINADA PARA ESSE FIM, PELO PERÍODO DE 10 (DEZ) ANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/12/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 08/12/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2017  
Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 114/2017

Publicação Nº 1418172

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

#### PREGÃO PRESENCIAL 114/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE MADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/11/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 17/11/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de

segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2017.  
Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 115/2017

Publicação Nº 1418174

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

#### PREGÃO PRESENCIAL 115/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E GERAÇÃO AUTÔNOMA DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO NATALINA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/11/2017 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 17/11/2017 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2017.  
Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

# **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 168/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Publicação Nº 1417649

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2017**

### **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Aos 27 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) ADBX – COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, estabelecida à Rua ARAUJO FIGUEIREDO, Nº 77, CENTRO, FLORIANOPOLIS/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 20.191.734/0001-02, neste ato representado pelo(a) DILNEI BITENCOURT, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 464.520.959-00, portador(a) do RG n.º 971836, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 99/2017, objeto do Processo 99/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

#### **Itens constantes da Ata:**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Bola Oficial de handebol, tamanho masculino, H3L, costurada, com 32 gomes, masculino, confeccionada com o exclusivo PU ultra grip; câmara "airbility", miolo "slip system" removível e lubrificado, pesando 425 a 475 gramas, circunferência 58 a 60cm. Oficializada pela Confederação Brasileira de Handebol.	UND	12,00	114,51	1.374,12
02	Bola oficial de handebol, tamanho feminino, H2L, costurada, com 32 gomos, confeccionada com o exclusivo PU ultra grip; câmara "airbility", miolo "slip system" removível e lubrificado; Peso: 325 a 400 gramas; Circunferência: 54 a 56cm. Oficializada pela Confederação Brasileira de Handebol.	UND	24,00	106,61	2.558,64
03	Bola oficial de handebol, tamanho infantil, H1L, costurada, com 32 gomos, confeccionada com o exclusivo PU ultra grip; câmara "airbility", miolo "slip system" removível e lubrificado, pesando 230 a 270 gramas, circunferência 49 - 51cm. Oficializada pela Confederação Brasileira de Handebol.	UND	12,00	102,67	1.232,04
04	Bola oficial de basquetebol, tamanho masculino, pró 7.5, matrizada, confeccionada em microfibras; forro multiaxial, câmara airbility, miolo slip System removível e lubrificado; Peso: 600 a 675g; Circunferência: 75 – 78cm. Oficializada pela Federação Catarinense de Basquetebol.	UND	12,00	150,05	1.800,60
05	Bola oficial de basquetebol, tamanho feminino, pró 6.5, matrizada, confeccionada em microfibras; forro multiaxial câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado; Peso: 510 a 565g; Circunferência: 72 – 74cm. Oficializada pela Federação Catarinense de Basquetebol.	UND	12,00	142,14	1.705,68
06	Bola oficial de futebol de campo, confeccionada em PU, com 11 (onze) gomos, medindo 68-70cm, pesando 410-450 gramas, com tecnologia "termotec", câmara "Airbility", miolo slip system removível e lubrificado. Oficializada pela Federação Catarinense	UND	96,00	94,76	9.096,96
07	Bola de futsal oficial, Max 1000, confeccionada em PU Ultra 100%, com 11 (onze) gomos, medindo 61-64cm, pesando 410-440 gramas, com tecnologias "termotec", neogel, câmara "Airbility", miolo slip System removível e lubrificado, modelo 2013 oficializada pela Federação Catarinense de Futsal. Oficializada pela Federação Catarinense 2017.	UND	50,00	130,31	6.515,50
08	Bola oficial de Vôlei, pró 7.0, matrizada, com 16 gomos, confeccionada em microfibras; câmara "airbility", miolo "slip system" removível e lubrificado, pesando 260 a 280 gramas, circunferência 65 a 67cm. Oficializada pela Federação Catarinense de Voleibol.	UND	48,00	150,0471	7.202,26
09	Bola oficial de Vôlei de Praia, com 12 gomos, confeccionada em microfibras, medindo 65 – 67cm, pesando 260 – 280 gramas, com tecnologia "termotec", câmara "airbility", miolo "slip system" removível e lubrificado. Oficializada pela Federação Catarinense de Voleibol.	UND	6,00	157,95	947,70
10	Bola para tênis de campo, oficial e aprovada pela IPF/CBT, em embalagem pressurizada (estojo), contendo no mínimo, três unidades por estojo.	UND	10,00	23,69	236,90
11	Bola para tênis de mesa, oficial e aprovada pela ITTF, três estrelas, de fabricação japonesa, na cor laranja, caixa com três unidades.	UND	35,00	23,69	829,15
12	Rede oficial para aro de basquetebol, altura 40cm, 12 alças para fixação, malha 48x48, fio 6,0mm trançado 100% seda (poliéster), com franja.	UND	6,00	17,6206	105,72



13	Rede para as modalidades de handebol, oficial, em fio seda, torcido, fio 4mm (grosso), peso 6,300kg com as seguintes medidas federadas: comprimento: 3,10m, altura 2,00m, profundidade 1,00m, malha 10x10cm.	UND	10,00	234,94	2.349,40
14	Rede de futebol de campo oficial, tipo europeu, em fio trançado de seda, poliéster (PES), fio 4mm (grosso), peso 11,100 kg, com as seguintes medidas federadas: comprimento: 7,50m, altura 2,50m e profundidade 2,00m; malha 16x16cm, cor branca.	UND	6,00	352,41	2.114,46
15	Rede de futebol de campo oficial tradicional, em fio trançado de seda, poliéster (PES), fio 4mm (grosso), com as seguintes medidas federadas: comprimento: 7,50m, altura 2,50m; malha 16x16cm, cor branca.	UND	6,00	264,31	1.585,86
16	Rede para a modalidade de futebol de salão, oficial, em fio seda, torcido, poliéster, fio 4mm (grosso), peso 4,200kg com as seguintes medidas federadas: comprimento: 3,10m, altura 2,00m, profundidade 1,00m, malha 13x13cm, cor branca.	UND	10,00	205,58	2.055,80
17	Rede de voleibol oficial, em fio 2mm preto torcido 100% polietileno (PE) na cor preta; comprimento: 9,5m; malha 10x10, altura 1,00m, peso 3,100 kg. Na parte superior uma faixa horizontal de 7cm de largura, feita de uma tela branca dobrada ao meio e costurada em toda a sua extensão. Na parte inferior da rede outra faixa horizontal, com 5cm, similar a faixa superior. Suporte para antena, em lona de algodão, reforçada com fixação em velcro com 5cm de largura e cabo (corda de 8mm de diâmetro) com 15 metros.	UND	10,00	176,20	1.762,00
18	Rede profissional para a modalidade de tênis de campo. Altura: 1,00m; Comprimento: 12,85m; Malha: 48mm; Fio: 2,5mm; Reforço central de 4m, cor do fio preto.	UND	1,00	264,31	264,31
19	Rede de voleibol oficial, em fio 2mm preto torcido 100% polietileno (PE) na cor preta; comprimento: 9,5m; malha 10x10, altura 1,00m, peso 3,100 kg. Na parte superior uma faixa horizontal de 7cm de largura, feita de uma tela branca dobrada ao meio e costurada em toda a sua extensão. Na parte inferior da rede outra faixa horizontal, com 5cm, similar a faixa superior. Suporte para antena, em lona de algodão, reforçada com fixação em velcro com 5cm de largura e cabo (corda de 8mm de diâmetro) com 15 metros.	UND	2,00	176,20	352,40
20	Antena oficial para rede de voleibol padrão oficial, em fibra de vidro massiça, comprimento 1,80m, largura de 1,0cm, pintada com faixas de 10cm, nas cores vermelha e branca.	UND	4,00	71,24	284,96
21	PRATO DEMARCATÓRIO: diâmetro aproximado 19 cm, confeccionado em PVC dobrável, diversas cores.	UND	60,00	3,56	213,60
22	Fita Demarcatória de Volei de Praia: Padrão oficial, cor laranja light, 2 faixas com 8,0 mts e 2 faixas com 16 mts, largura de 6 cm, em PVC com ilhoses e hastes para fixação. O produto deverá ser entregue em embalagem original, sem qualquer tipo de violação.	UND	6,00	71,24	427,44

Governador Celso Ramos/SC, 27 de outubro de 2017.

ADBx – COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 169/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1417654

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2017

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 27 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE - EPP, estabelecida à Rua LUIZ DE CAMÕES, Nº 372 LOJA 2, SANTO ANTONIO, PORTO ALEGRE/RS inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 08.863.707/00011-33, neste ato representado pelo(a) EDISON LUIS MAYRER, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 021.464.530-44, portador(a) do RG nº 2104380205 SJS/RS, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 99/2017, objeto do Processo 99/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
23	Jogo de baralho para canastra oficial, com 52 (cinquenta e duas) cartas, tipo americano, de papel "coche".	UND	15,00	8,00	120,00
24	Jogo de dominó profissional, tipo osso (grosso), mínimo de 1cm de espessura com estojo.	UND	15,00	20,01	300,15
25	Jogo de baralho para truco, tipo espanhol, com letras e números grandes.	UND	10,00	10,01	100,10
26	Kit para Badminton: Com os seguintes itens: 04 raquetes para badminton em alumínio e grafite com encordoamento e tensão da corda de 18-20 lbs. 03 Petecas para badminton. 01 rede em nylon para badminton e um suporte metálico para a rede de badminton com ganchos e cordas para prendê-la no solo. Além de uma capa para transporte do kit. O produto deverá ser entregue em embalagem original, sem qualquer tipo de violação. Kit para Frescobol: Par de raquetes com aproximadamente 40 cm, de madeira maciça, com Grip (parte do cabo coberto de borracha) e 1 bolinha de frescobol de borracha. Dimensões da raquete: 4 cm de largura na ponta cabo X 20,5cm de largura na cabeça da raquete X 43,5cm de profundidade X 2cm de espessura.	UND	12,00	130,06	1.560,72

Governador Celso Ramos/SC, 27 de outubro de 2017.

PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE - EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 170/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Publicação Nº 1417655

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2017

## AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 27 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) CASA DOS TROFEUS LTDA -EPP, estabelecida à Rua JERONIMO COELHO, Nº 345 – 1º ANDAR, SALA 104, CENTRO, FLORIANOPOLIS/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 02.593.018/0001-70, neste ato representado pelo(a) SERGIO LEANDRO MAES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 028.877.779-47, portador(a) do RG n.º 3307550, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 99/2017, objeto do Processo 99/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

## Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
27	Medalhas com 6 cm de diametro em acrilico 4 mm preto,sobreposto a ele, acrilico espelhado 2 mm gravado a laser pelo lado inverso. Gravações e formas da medalha variam de acordo com evento. Fita Personalizada	UND	3.000	2,99	8.970,00
28	Medalhas com 5 cm de diametro em acrilico 4 mm preto, sobreposto a ele, acrilico espelhado 2 mm gravado a laser pelo lado inverso. Gravações e formas da medalha variam de acordo com evento. Fita Personalizada	UND	3.000	2,80	8.400,00
29	Medalhas com 4 cm de diametro em acrilico 4 mm preto, sobreposto a ele, acrilico espelhado 2 mm gravado a laser pelo lado inverso. Gravações e formas da medalha variam de acordo com evento. Fita Personalizada	UND	3.000	2,40	7.200,00
30	Placa de homenagem em acrilico 6 mm preto sobreposto acrilico metalizado dourado gravado a laser, personalizada 10x15cm com caixa de veludo	UND	40,00	50,16	2.006,40
31	Placa de homenagem em acrilico 6 mm preto sobreposto acrilico metalizado dourado gravado a laser, personalizada 12x18cm com caixa de veludo	UND	40,00	62,16	2.486,40



32	Troféus com 20 cm de altura composto de base em MDF e corpo em resina de Poliester fundida com 15 mm de espessura em duas cores, com arte alusiva ao evento	UND	50,00	22,17	1.108,50
33	Troféus com 30 cm de altura composto de base em MDF e corpo em resina de Poliester fundida com 15 mm de espessura em duas cores, com arte alusiva ao evento	UND	40,00	32,99	1.319,60
34	Troféus com 50 cm de altura composto de base em MDF e corpo em resina de Poliester fundida com 20 mm de espessura em duas cores, com arte alusiva ao evento	UND	40,00	54,99	2.199,60
35	Troféus com 70 cm de altura composto de base em MDF e corpo em resina de Poliester fundida com 25 mm de espessura em duas cores, com arte alusiva ao evento	UND	40,00	76,98	3.079,20

Governador Celso Ramos/SC, 27 de outubro de 2017.

CASA DOS TROFEUS LTDA -EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### 10º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 81-2015 (SETEP)

Publicação Nº 1417509

#### DÉCIMO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 81/2015, DATADO DE 24 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M<sup>2</sup>, (-sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento) NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ÉLIO MÜLLER BRATTI, e a empresa A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 81/2015, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir:  
a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 15.814,26 (Quinze mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e seis centavos), passando o valor global da obra de R\$ 905.754,23 (novecentos e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos) para R\$ 921.568,49 (novecentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos). Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 29 de junho de 2017.

MARCIO BORBA BLASÍUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

### 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 81-2015 VALORREAJUSTE (SETEP)VALOR

Publicação Nº 1417517

#### DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 81/2015, DATADO DE 24 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M<sup>2</sup>, (-sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento) NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASÍUS, e a empresa A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 81/2015, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir:  
a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 37.904,45 (Trinta e sete mil, novecentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos), passando o valor global da obra de R\$ 921.568,49 (novecentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 959.472,94 (novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 21 de julho de 2017.

MARCIO BORBA BLASÍUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

**13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 81-2015  
VALORREAJUSTE (SETEP)**

Publicação Nº 1417528

**DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 81/2015, DATADO DE 24 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M<sup>2</sup>, (sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento) NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa CONTRATADA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhaço, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 62/2015 Tomada de Preço 05/2015, assim como pelas condições do Edital referido, celebram este aditivo contratual

**CONSIDERANDO:**

- a) que foi requerido pela Contratada, o reajuste no valor de R\$ 108.151,43(Cento e oito mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos);;
- b) que a obra sofreu atrasos em decorrência de imprevistos, e por não dispor de recurso financeiro;
- c) que o parecer da Engenharia, conforme anexo, é favorável ao aditivo;
- d) que o Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, conceder o reajuste contratual de R\$ 108.151,42(Cento e oito mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos); conforme Cláusulas e condições a seguir

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Alterar a Cláusula II – Do Valor Contratual e Dotação, conforme descrito a seguir:

- a) fica o valor do referido contrato reajustado em R\$ 108.151,42(Cento e oito mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos)

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 14 de setembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

**14ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO N 81-2015  
EXEC(SETEP)**

Publicação Nº 1417529

**DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 81/2015, DATADO DE 24 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M<sup>2</sup>, (- sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento) NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhaço, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 81/2015, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Prorrogar por 04 (quatro) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 28 (vinte e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 09 de setembro de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 09 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

**T E S T E M U N H A S**

-----  
-----

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 15-2017  
(POSTO GRÃO PARÁ LTDA)**

Publicação Nº 1417510

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO Nº 15/2017, DATADO DE 24 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2017, de um lado, a

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio-Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Grão-Pará/SC, inscrito no CNPJ nº 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000146656,000146123, 000058149,00 00146125,000058148,000146125, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 4,4% , preço da Gasolina, 4,0% o preço do óleo Diesel e 3,5% o preço do litro do óleo diesel S10, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 15/2017, datado de 24 de janeiro de 2017, passando a ter a seguinte redação:

##### “CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 3,18 para R\$ 3,29 [...]”, o valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 3,14 para R\$ 3,26 [...] e o valor do litro da gasolina passa de R\$ 3,92 para R\$ 4,09 [...]”.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 31 de julho de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU DAILTON DORIGON DE SOUZA  
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 18-2017 BELLA**

Publicação Nº 1417519

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 18/2017, DATADO DE 27 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A BELLA – COMERCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA-ME, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA OS GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e a empresa BELLA – COMERCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA-ME, empresa estabelecida na Rua Presidente Getulio Vargas, 484, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.186.099/0001-84, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por Sua Sócia Administradora Senhora

Rosane Belarminda Faustina, Brasileira, Casada, residente e domiciliada em Grão-Pará, inscrito no CPF n.025.037.749-70, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 18/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 1 – KIT TINTA TRANSCOLOR PARA TECIDO 100% POLIESTER C 6 CORES - marca SEDACOLOR TINTAS – 80 KIT. passa para 100kit.;

ITEM 4 – NOVELOS DE LÃ POMPOM CORES A ESCOLHER – marca – CIRCULO – 240 nv, passa para 300 nv;

ITEM 5- TELA GARÇA RISCADA 0,70X1,00 - marca PLAST-COM – 60 unid passa para 75 unid;

ITEM 9- LÃ BABADO 10GR VÁRIAS CORES - marca CIRCULO – 200 unid, passa para 250 unid;

ITEM 16 – KIT GUIRLANDA NATAL CONTENDO (1 GUIRLANDA, 1 FELIZ NATAL, E 5 APLIQUES DE NATAL EM MDF) – marca CASA DA MADEIRA – 380 KIT, passa para 475 KIT;

ITEM 36 – KIT ROSÁRIO CONTENDO (1 CRUCIFIXO, 1 MEDALHA, 53 PÉROLAS N. 12 E 6 ACRILÍCOS TRANSPARENTES N. 12 TULIPAS), marca LADEIRA DA BIJUTERIA – 300 KIT, passa para 375 Kit;

ITEM 40- PACOTE 500GR MEIO PEROLAO N.8 – marca – LADEIRA – 80 pct, passa para 100 pct;

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 31 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU Rosane Belarminda Faustina  
Prefeito Municipal sócia administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 66-2017 EXEC(CONST. PRÁ)**

Publicação Nº 1417520

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 66/2017, DATADO DE 21 DE JULHO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CONSTRUTORA PRÁ EIRELI-ME, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, RUA ADERBAL RAMOS DA SILVA, CENTRO DE GRÃO-PARÁ, COM ÁREA TOTAL DE 218,35 M².

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e a empresa a empresa CONSTRUTORA PRÁ EIRELI-ME, Estabelecida na Rua SEVERIANO Francisco Sombrio, 419, Centro, Braço do Norte, CEP 88.750-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.876.999/0001-53, representada, neste ato, pelo Sr (a). Ricardo Prá, brasileiro, empresário portador da Cédula de Identidade RG n. 4.004.570 e inscrito (a) no CPF sob o n. 029.090.879-56, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 66/2017, no que diz respeito à alteração do prazo

para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 02 (dois) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 4(quatro) meses o prazo global que a CONTRATAÇÃO dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 21 de julho de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 21 de setembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

Ricardo Prá  
Administrador da Contratada

#### TESTEMUNHAS

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 45-2016-VIGENCIA- (CELSO DE BONA)

Publicação Nº 1417501

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 45/2016, DATADO DE 07 DE ABRIL DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CELSO DE BONA DA SILVA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSTRUÇÃO DE 01(UMA), GALERIA E PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO, FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONSTRUÇÃO DE 2(DUAS) CABECEIRAS, E A INSTALAÇÃO DE 02 (DOIS) KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e a empresa A CELSO DE BONA DA SILVA EPP, estabelecida na Rod Sc 438, KM 42, Interior, São Ludgero, 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.109.878/0001-60, representada, neste ato, pelo, Sr CELSO DE BONA DA SILVA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.201.606 e inscrito (a) no CPF sob o n. 907.643.829-34, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 45/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato n. 45/2016, assinado em 07 de abril de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 07 de abril de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

CELSO DE BONA DA SILVA  
Administrador da Contratada

#### TESTEMUNHAS

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 15-2017 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

Publicação Nº 1417522

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 15/2017, DATADO DE 24 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio-Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Grão-Pará/SC, inscrito no CNPJ nº 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 0000148189, 000150049, 000150050, 000058957, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, 23% o preço do óleo Diesel e 21%, o preço do litro do óleo diesel S10, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 15/2017, datado de 24 de janeiro de 2017, passando a ter a seguinte redação:

#### "CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 3,29 para R\$ 3,50 [...].", o valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 3,26 para R\$ 3,49 [...]."

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 15 de setembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU DAILTON  
Prefeito Municipal

DORIGON DE SOUZA  
Sócio Administrador da Contratada

#### TESTEMUNHAS



**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 66-2017  
VALORREAJUSTE (CONST. PRÁ)VALOR**

Publicação Nº 1417523

**SEGUNDO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 66/2017, DATADO DE 21 DE JULHO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CONSTRUTORA PRÁ EIRELI-ME, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, RUA ADERBAL RAMOS DA SILVA, CENTRO DE GRÃO-PARÁ, COM ÁREA TOTAL DE 218,35 M².

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa a empresa CONSTRUTORA PRÁ EIRELI-ME, Estabelecida na Rua SEVERIANO Francisco Sombrio, 419, Centro, Braço do Norte, CEP 88.750-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.876.999/0001-53, representada, neste ato, pelo Sr (a). Ricardo Prá, brasileiro, empresário portador da Cédula de Identidade RG n. 4.004.570 e inscrito (a) no CPF sob o n. 029.090.879-568, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 66/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir:  
a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 17.837,83 (Dezessete mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos) passando o valor global da obra de R\$ 65.468,69 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 83.306,52 (Oitenta e três mil, trezentos e seis reais e cinquenta e dois centavos). Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS Ricardo Prá

Prefeito Municipal

Administrador da Contratada

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 45-2016  
(GORDINHO)**

Publicação Nº 1417502

**TERCEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 45/2016, DATADO DE 07 DE ABRIL DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CELSO DE BONA DA SILVA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CELSO DE BONA DA SILVA EPP, estabelecida na Rod Sc 438, KM 42, Interior, São Ludgero, 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.109.878/0001-60, representada, neste ato, pelo, Sr CELSO DE BONA DA SILVA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.201.606 e inscrito (a) no CPF sob o n. 907.643.829-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 45/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Prorrogar por 05 (cinco) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 15(quinze) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, haja vista que a ordem de serviço foi emitida em 30 de agosto de 2016 e recebida pela contratada em 30 de agosto de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de junho de 2017.

**CONTRATANTE**

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

**CONTRATADA**

CELSO DE BONA DA SILVA

Administrador da Empresa Contratada

**T E S T E M U N H A S****4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 45-2016  
(CELSE DE BONA )VALOR**

Publicação Nº 1417511

**QUARTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 45/2016, DATADO DE 07 DE ABRIL DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CELSO DE BONA DA SILVA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM CONSTRUÇÃO DE 01(UMA), GALERIA E PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO, FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONSTRUÇÃO DE 2(DUAS) CABBECIRAS, E A INSTALAÇÃO DE 02 (DOIS) KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito

Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa A CELSO DE BONA DA SILVA EPP, estabelecida na Rod Sc 438, KM 42, Interior, São Ludgero, 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.109.878/0001-60, representada, neste ato, pelo, Sr CELSO DE BONA DA SILVA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.201.606 e inscrito (a) no CPF sob o n. 907.643.829-34, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 45/2016, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir:  
a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 44.246,94 (Quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos) passando o valor global da obra de R\$ 190.487,47 (Cento e noventa mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos) para R\$ 234.734,41 (Duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavo). Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 17 de agosto de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS CELSO DE BONA DA SILVA  
Prefeito Municipal Administrador da Contratada

### 6º TERMO ADITIVO CONTRATO 45-2014 - ROBSON - VALOR

Publicação Nº 1417505

#### SEXTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 45/2014, DATADO DE 20 DE MARÇO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A Sr. ROBSON GODINHO OENNING VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ NA LINHA 7.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e Senhor ROBSON GODINHO OENNING, Residente no Distrito de Aiurê, no Município de Grão-Pará/ SC, Portador do CPF 081.643.619-33 e carteira de identidade n. 5.539.682-8, doravante denominada CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 30/2014, Pregão Presencial n. 9/2014, assim como pelas condições do Edital referido, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 45/2014, no que diz respeito à quilometragem da Linha 7, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### CONSIDERANDO:

O requerido pelo Contratado, reajuste no preço pactuado através do Contrato n. 45/2014 e Termos Aditivos;

a) O Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 45/2014, passando

de R\$ 2,20 (Dois reais e vinte centavos) para R\$ 2.62 (Dois reais e sessenta e dois centavos) tendo um aumento de 19,27%, o preço do quilômetro rodado na Linha 7, conforme Cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

"CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 2.62 (dois reais e sessenta e dois centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 7."

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 16 de junho de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS ROBSON GODINHO OENNING  
Prefeito Municipal LICITANTE

#### TESTEMUNHAS:

### 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 25-2014 (TCL)

Publicação Nº 1417524

#### SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 25/2014

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e a empresa TRANSPORTES CAPIVARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Januário Alves Garcia, 776, Centro, no Município de Tubarão/ SC, inscrita no CNPJ/ MF n. 86.428.661/0001-38, neste ato, representada pelo Senhor EVERTON PEDRO TRENTA, inscrito no CPF/MF n. 448.595.119/72, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 05/2014, Pregão Presencial n. 02/2014, assim como pelas condições do Edital referido, resolvem aditar o contrato 25/2014 considerando a necessidade de alteração quantitativa de km, para constar as seguintes alterações,

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula I – DA KM, conforme descrito a seguir:

a) A quilometragem do referido contrato será suprimido em 6 KM/DIA, passando de 80KM/DIA para 74KM/DIA, o percurso da linha 2, conforme solicitação Administrativa

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE  
MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

EVERTON PEDRO TRENTA  
TRANSPORTES CAPIVARI



TESTEMUNHAS:

**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40-2016 (SETEP)**

Publicação Nº 1417503

**SEXTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 40/2016, DATADO DE 29 DE MARÇO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 40/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Prorrogar por 03 (três) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 18 (Dezoito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, haja vista que a ordem de serviço foi emitida em 29 de março de 2016 e recebida pela contratada em 08 de abril de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de junho de 2017.

**CONTRATANTE**

MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA**

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

**TESTEMUNHAS****7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80-2015 (CONSTRUTORA DANDOLINI)**

Publicação Nº 1417515

**SÉTIMO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 80/2015, DATADO DE 06 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M² (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 80/2015, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Prorrogar, a partir desta data, por 4(quatro) meses o prazo para a execução da obra, totalizando, assim, 28(vinte e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 18 de agosto de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 23 de julho de 2017.

**CONTRATANTE**

MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA**

CLÁUDIO DANDOLINI  
Sócio Administrador da Empresa Contratada

**TESTEMUNHAS**

**7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 40-2016 VALORREAJUSTE (SETEP) VALOR**

Publicação Nº 1417516

**SÉTIMO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 40/2016, DATADO DE 29 DE MARÇO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 40/2016, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir:  
a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 20.575,28 (Vinte mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos) passando o valor global da obra de 254.703,93 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e três reais e noventa e três centavos)) para R\$ 275.279,21 (Duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos. Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 21 de julho de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

**7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40-2016 (SETEP)**

Publicação Nº 1417526

**SÉTIMO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 40/2016, DATADO DE 29 DE MARÇO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO

EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 40/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Prorrogar por 03 (três) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 21 (Vinte e um) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, haja vista que a ordem de serviço foi emitida em 29 de março de 2016 e recebida pela contratada em 08 de abril de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de setembro de 2017.

**CONTRATANTE**

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA**

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

**T E S T E M U N H A S**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40-2016 (SETEP)**

Publicação Nº 1417527

**OITAVO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 40/2016, DATADO DE 29 DE MARÇO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa

Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 40/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 03 (três) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 21 (Vinte e um) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, haja vista que a ordem de serviço foi emitida em 29 de março de 2016 e recebida pela contratada em 08 de abril de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de setembro de 2017.

#### CONTRATANTE

MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

#### CONTRATADA

JOSÉ CARLOS DE SOUZA  
Diretor Comercial da Empresa Contratada

#### T E S T E M U N H A S

### 9ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO N 81-2015 EXEC(SETEP)

Publicação Nº 1417507

#### NONO TERMO ADITIVO

### CONTRATO 15/2017 COMB. SAMAE

Publicação Nº 1418567

CONTRATO N. 15/2017

PROCESSO 03/2017 – PREGÃO 03/2017

Contrato, que entre si celebram o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, com sede à Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227 – Centro, Grão-Pará - SC, inscrito no CNPJ sob nº 80.489.222/0001-59, representado por seu Diretor, o Senhor ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, e POSTO IPIRANGA LTDA, empresa estabelecida em Grão Pará/SC, na Rua Presidente Vargas, 534, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n. 84.074.681/0001-22, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu sócio administrador, Senhor Joacir de Pieri de Oliveira, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 915.922.089-91, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2017 e 2018.

A compradora irá adquirir da vendedora o item do qual foi vencedora no Processo de Licitação n. 3/2017 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2017-PR, de 11 de outubro de 2017 de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes do Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

AO CONTRATO N. 81/2015, DATADO DE 24 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M<sup>2</sup>,(- sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento) NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa A SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 81/2015, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 04 (quatro) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 24 (vinte e quatro) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 09 de setembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 09 de junho de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA

Diretor Comercial da Empresa Contratada

#### T E S T E M U N H A S

-----

-----

**CLÁUSULA II - DO VALOR**

Pelo fornecimento dos itens referidos na Cláusula I, a compradora pagará à vendedora os preços homologados no Processo de Licitação n. 3/2017 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2017-PR, de 11 de outubro de 2017, constantes do Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor) em anexo, parte deste contrato, no valor total de R\$ 3,789 (Três reais, setenta e oito centavos e nove milésimos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Diretor do SAMAE somente serão reajustados de acordo com os índices oficiais determinados pelo Governo da União e desde que mediante a apresentação de notas fiscais de compra pela Contratada, comprovando o percentual de reajuste praticado.

**CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de outubro de 2018, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

**CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

**CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 01 de novembro de 2017 e o seu vencimento em 31 de outubro de 2018.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos combustíveis adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos combustíveis licitados.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos combustíveis, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os combustíveis fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- V. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº 3/2017, Processo de Licitação nº 3/2017.

VI. Manter o preço da gasolina comum fornecida ao SAMAE em valor inferior ao preço à vista praticado pela própria Contratada na bomba para o público em geral”.

**CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

- I. Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento, classificadas e codificadas sob o n.: 3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8);
- II. As despesas decorrentes do presente Contrato, de novembro e dezembro/2017, correrão por conta do orçamento de 2017 e as de janeiro a outubro/2018, correrão por conta do orçamento de 2018.

**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

**CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 3/2017 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2017-PR, de 11 de outubro de 2017.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o SAMAE de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os combustíveis em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do SAMAE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SAMAE de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o SAMAE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/SC, 01 de Novembro de 2017.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO  
Diretor do SAMAE

JOACIR DE PIERI DE OLIVEIRA  
Posto Ipiranga Ltda

TESTEMUNHAS

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1 DO OBJETO**

1.1 A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, objetiva a obtenção de melhor proposta para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 e 2018.

**2 DA DESCRIÇÃO DOS ITENS**

ITEM	Especificações	Unidade	Quantidade anual	Valor Unitário Máximo Fixado R\$	Valor Total Máximo Fixado R\$
01	Gasolina Comum	Litro	3.500	R\$ 3,789	R\$ 13.261,50
Total Geral					R\$ 13.261,50

**3 DA JUSTIFICATIVA**

3.1 A Contratação de Empresa(s) para fornecimento parcelado de combustível deve-se à necessidade de abastecimento dos veículos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae de Grão-Pará, com a finalidade de promover a otimização e homogeneidade do abastecimento contínuo e ininterrupto dos veículos a serviço deste órgão, de forma a assegurar o atendimento das demandas com deslocamentos.

**4 DA ESTIMATIVA CONTRATUAL**

4.1 O valor global estimado para contratação de Empresa especializada em fornecimento de combustível para os veículos do SAMAE de Grão-Pará será de aproximadamente R\$13.261,50 (Treze mil, duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

**5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1 O(s) contrato(s) a ser(em) firmado(s) com a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) vigência até 31 de outubro de 2018.

**6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 Deverá(ão) a(s) contratada(s) disponibilizar(em) o(s) produto(s), conforme necessidade desta Autarquia.

**7 DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is). Os preços somente serão reajustados, de acordo com os índices oficiais determinados pelo Governo da União.

**8 DO LOCAL DE ENTREGA**

8.1 Entregar os produtos, conforme solicitado na ordem de compra expedida, no perímetro urbano do Município de Grão Pará, sem qualquer acréscimo de preço ao SAMAE.

**9 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM**

9.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

**10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;

10.2 Manter em dia estoque dos combustíveis, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

10.3 Não fornecer os combustíveis fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

10.4 Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.5 Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº 3/2017, Processo de Licitação nº 3/2017.

**11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 Efetuar os pagamentos referentes aos combustíveis adquiridos;

11.2 Emitir ordem de compra à(s) vendedora(s) para entrega dos combustíveis licitados.

**12 DAS MEDIDAS CAUTELADORAS**

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência

de dano de difícil ou impossível reparação.

### 13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Grão-Pará/SC, 01 de Novembro de 2017.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

DIRETOR

## DECRETO Nº 47/2017

Publicação Nº 1418518

DECRETO N. 47, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA KARLA HONORATO HERT EM SUBSTITUIÇÃO EXATOR DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

### DECRETA

Art. 1º. Nomear KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para tratamento de saúde, para, juntamente com o Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará, GUILHERME NUNES BRESAN, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/ contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pela Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita CNPJ sob o nº 23.311.650/0001-53

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 03 de novembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2017

Publicação Nº 1418135

LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2017

(De 31 de outubro de 2017)

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.056, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016, (LDO), 2.061, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.061, de 20 de dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2017, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

2.035	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
14.03	DEP ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMP AMB E HOSPITALAR		
2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
3.3.50.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	95.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
1.009	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	66.000,00
14.05	DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA		
2.041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACEUTICA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	65.000,00
14.06	DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS		
2.049	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 31 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## LEI MUNICIPAL Nº 2.091/2017

Publicação Nº 1418136

LEI MUNICIPAL Nº 2.091/2017

(De 31 de outubro de 2017)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.056, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016, (LDO), 2.061, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.061, de 20 de dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2017, as ações valoradas e especificadas abaixo.



Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
03.01	DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO		
2.003	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENV URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		
3.1.90.00.00.00.00.00.00018	Aplicações Diretas	R\$	67.000,00
2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
3.1.90.00.00.00.00.00.00018	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.00018	Aplicações Diretas	R\$	105.000,00
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.00001	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00001	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
2.028	APOIO A EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL TURISTICO		
3.1.90.00.00.00.00.00.00000	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00000	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00.00.00.00.00.00000	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA		
4.6.90.00.00.00.00.00.00000	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
15.02	DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
2.010	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.3205	Aplicações Diretas	R\$	876,36

2.031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0203	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3201	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - PETI		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	64.000,00
15.04	DEPARTAMENTO DA PROT. ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
2.045	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CIACA		
3.1.71.00.00.00.00.00.0000	Transf. a Consórcios Públicos	R\$	15.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0000	Transf. a Consórcios Públicos	R\$	5.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
03.02	DEPARTAMENTO DA FAZENDA		
2.006	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	290.000,00
04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENV URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
2.009	SEGURANÇA DE TRANSITO		
3.3.30.00.00.00.00.00.0000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	10.000,00
05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		
05.01	DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL		
2.011	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		
3.3.30.00.00.00.00.00.0000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	76.000,00
06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
1.004	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	250.000,00
2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0001	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.0019	Aplicações Diretas	R\$	184.000,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
15.02	DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
2.010	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.3201	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - PETI		

3.3.90.00.00.00.00.00.0203	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3205	Aplicações Diretas	R\$	876,36

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
31 de outubro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## LEI MUNICIPAL Nº 2.092/2017

Publicação Nº 1418137

LEI MUNICIPAL Nº 2.092/2017

(De 31 de outubro de 2017)

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.056, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016, (LDO), 2.061, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.061, de 20 de dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2017, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

18.00	FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ		
18.01	MANUTENÇÃO DA FAMGP		
2.050	MANUTENÇÃO DA FAMGP		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.026	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO		
3.3.50.00. 00. 00. 00. 00.0000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	80.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 31 de outubro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1418138

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, - 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa CELESP COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que o fornecimento dos produtos fornecidos pela referida empresa vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: CELESP COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA  
Ordem de Pagamento: 5025  
Valor: R\$ 2.513,12

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de novembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1418139

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, - 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ELETRO-JÔ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que o fornecimento dos produtos fornecidos pela referida empresa vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ELETRO-JÔ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA  
Restos a Pagar: 0733  
Valor: R\$ 674,00  
Ordem de Pagamento: 5026  
Valor: R\$ 301,66

Valor Global: R\$ 975,66

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de novembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1418141

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, - 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que o fornecimento dos produtos fornecidos pela referida empresa vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME  
Número do Empenho: 4404/17  
Valor: R\$ 2.950,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de novembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIVUS  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 06-2017  
(DIMASTER)**

Publicação Nº 1417533

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 06/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Vasco da Gama, 33, Centro, Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-00, inscrita no CNPJ/ MF sob

n. 02.520.829/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor RENAN JOSE GIACOMEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPJ n. 020.502.160-33, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 06/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 4- ÁCIDO VALPRÓICO – MARCA BIOLAB, DE 4.000 comp., PASSA PARA 5.000 comp;  
ITEM 5- ÁCIDO VALPRÓICO – MARCA BIOLAN, DE 5.000 COMP, PASSA PARA 6.125 COMP;  
ITEM 8 – ALBENDAZOL 40MG SUSP. ORAL GENÉRICO (FRASCO C/100ML- MARCA PRATI –DE 500FR., PASSA PARA 625 FR;  
ITEM 62 – DICLOFENACO DE SÓDIO INJETÁVEL – MARCA – TEUTO – DE 500AMP PASSA PARA 625 AMP;  
ITEM 110- MICONAZOL CREME VAGINAL 2% BISNAGA C/80 C/14 APLICADORES POR BISNAGA GENÉRICO – MARCA – PRATI, DE 50 BISN- PASSA PARA 62BISN.

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS RENAN JOSE GIACOMEL  
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 09-2017 (INOVAMED)**

Publicação Nº 1417534

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 09/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n. 12.889.035/0001-02, empresa estabelecida na Rua Rubens Derks, n. 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Sr. JUNIOR ANDRÉ CARBONERA, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 996.975.720-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 09/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 93- LORATADINA 1MG/ML XAROPE (FRASCO C 100 ML) - marca MARIOL - 300 fr. passa para 375 fr.;  
ITEM 114 - NIMESULIDA 100MG - MARCA - CIMED - 20000 dg passa para 25000 dg.

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 20 de setembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS JUNIOR ANDRÉ CARBONERA  
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 11-2017 (AZ)**

Publicação Nº 1417535

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 11/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELLI, empresa estabelecida Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1132, Andar 1 Sala 102, centro, Francisco Beltrão/PR, cep 85.601-030, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por Seu Procurador Sr. ARLEI DONIZETE PRANDI, CPF N. 777.678.299-87, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 11/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 108- METRONIDAZOL CREME OU GELÉIA VAGINAL 5,0% BISNAGA C / 50G GENÉRICO - MARCA TEUTO, 150 TB, PASSA PARA 187 TB;  
ITEM 122- PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML (FRASCO C/ 20 ML) - MARCA FARMACE, PASSA DE 500 FR PARA 625 FR;  
ITEM 130 - RANITIDINA INJETÁVEL 50 MG/2ML AMPOLA- MARCA HIPOLABOR - PASSA DE 100AMP PARA 125 AMP;  
ITEM 136 - SULFATO FERROSO 25MG/ML FE++ (SOLUÇÃO ORAL) - MARCA - HIPOLABOR - PASSA DE 100FR PARA 125 FR.

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 20 de setembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS ARLEI DONIZETE PRANDI  
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 19-2017 (FISIOTERAPIA)**

Publicação Nº 1417536

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 19/2017, DATADO DE 28 DE MARÇO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CLÍNICA DE FISIOTERAPIA GRÃO PARÁ LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n.



82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e a empresa CLÍNICA DE FISIOTERAPIA GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Álvaro de Oliveira Souza, 299, Bairro Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 07.384.708/0001-32, neste ato, representada pelas Senhoras CARLA VOLPATO, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do CPF 044.673.579-55 e do RG 4.490.877-6, e RAINILDE COLONETTI BACK, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do CPF 463.939.439-04 e do RG 6/R-1.529.051, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 19/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 1 - SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, passando de 500 sessões para 625 sessões.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 25 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU CARLA VOLPATO

Prefeito Municipal Sócia Administradora da Contratada

RAINILDE COLONETTI BACK

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

## 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 05-2017 (CENTERMED)

Publicação Nº 1417538

### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 05/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Barão de Cotegipe/RS, sito à BR 480, n. 795, CEP 99.740-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 03.652.030/0001-70, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor DOUGLAS MARTIN CPF n. 014.887.280-89, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 05/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 83 – IBUPROFENO SUS. ORAL 50 MG/ML (FRASCO C. 30 ML) - marca TEUTO – 500 FR. passa para 625FR.

ITEM 117 - NISTATINA SUS. ORAL 100 MG (FRASCO C/ 50ML) – marca PRATI D. – 50 FR, passa para 62FR.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 20 de setembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU DOUGLAS MARTIN

Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

## 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 08-2017(RIO CLARENSE)

Publicação Nº 1417539

### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 08/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, empresa estabelecida na Rua da Saudade, n. 45, - Letra A, Campo da Mogiana, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 67.729.178/0004-91, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada pela empresa COMERCIAL SAMPAIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ n. 18.372.089/0001-82, representada por seu Procurador Sr. HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPJ n. 061.648.339-22, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 08/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 126 - PREDNISOLONA SUSP. (FRASCO C/ 60ML) – marca HIPOLABOR – 4.00 FR. passa para 500 FR.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 30 de outubro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIIUS HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO  
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

## 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 09-2017 (INOVAMED)

Publicação Nº 1417540

### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 09/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIIUS, e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n. 12.889.035/0001-02, empresa estabelecida na Rua Rubens Derks, n. 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Sr. JUNIOR ANDRÉ CARBONERA, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 996.975.720-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 09/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 71- DIPIRONA SÓDICA (AMPOLA C/2ML) - marca TEUTO - 500AMP. passa para 615AMP.;

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 29 de setembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIIUS JUNIOR ANDRÉ CARBONERA  
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

## 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 10-2017(SANTA CRUZ)

Publicação Nº 1417541

### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 10/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIIUS, e empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n. 94.516.671/0002-34 empresa estabelecida na Rua LUIZ Fagundes, 1486, São José/SC, cep. 88.106-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora Srª CIDÔNIA SCHUSTER, CNPJ n. 172.803.700-04, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 107 - METRONIDAZOL - marca PRATI DONAD - 4000 COMP. passa para 5000 COMP.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 20 de setembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIIUS CIDÔNIA SCHUSTER  
Prefeito Municipal Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

## 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 05-2017 (CENTERMED)

Publicação Nº 1417543

### TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 05/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIIUS, e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Barão de Cotegipe/RS, sito à BR 480, n. 795, CEP 99.740-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 03.652.030/0001-70, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor DOUGLAS MARTIN CPF n. 014.887.280-89, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 05/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:



ITEM 61 – DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG - marca VITAMED – 30.000comp. passa para 37.500comp.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 29 de setembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVS DOUGLAS MARTIN

Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 09-2017 (INOVAMED)

Publicação Nº 1417544

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 09/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVS, e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n. 12.889.035/0001-02, empresa estabelecida na Rua Rubens Derks, n. 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Sr. JUNIOR ANDRÉ CARBONERA, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 996.975.720-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 09/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 89– LEVOTIROXINA SÓDICA 100MG - marca merck – 8.000 comp. passa para 10.000comp.;

ITEM 90– LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG - marca merck – 7.000 comp passa para 8.750 comp;

ITEM 91– LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG - marca merck – 10.000 comp. Passa para 12.500 comp.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 13 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVS JUNIOR ANDRÉ CARBONERA

Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

### 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 09-2017 (INOVAMED)

Publicação Nº 1417547

#### QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 09/2017, DATADO DE 20 DE JANEIRO DE 2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVS, e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n. 12.889.035/0001-02, empresa estabelecida na Rua Rubens Derks, n. 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Sr. JUNIOR ANDRÉ CARBONERA, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 996.975.720-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 09/2017, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 14– AMITRIPTILINA 25MG - marca TEUTO – 35.000 comp. passa para 43.750comp.;

ITEM 45– CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG - marca TEUTO – 35.000 comp passa para 43.750 comp;

ITEM 60– DIAZEPAN 5MG - marca SANTINA – 4.000 comp. Passa para 5.000 comp.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 23 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVS JUNIOR ANDRÉ CARBONERA

Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

# Gravatal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 99

Publicação Nº 1417260

DECRETO N.º 99 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

“ACRESCENTA O §3º E §4º AO DECRETO Nº 278/2007 QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido o §3º e §4º ao art. 12 do Decreto nº 278/2017:

“Art. 12 .....

§3º Poderá o licitante remanescente na ordem de classificação, ser chamado para assumir as condições estabelecidas na ata de registro de preços, podendo este manter o seu preço ofertado na licitação, desde que regularmente habilitado.

§4º As condições do parágrafo anterior ficarão condicionadas a análise, deliberação e motivada justificativa da Administração Pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 31 de Outubro de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito de Gravatal

### LEI Nº 1.872

Publicação Nº 1417359

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.872

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto/Atividade:	2.044 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Despesa:	(152 ) 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 -	R\$ 3.000,00

Projeto/Atividade:	2.046 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa:	(155 ) 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 -	R\$ 11.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 14.000,00		

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	05 – Secretaria Agricultura Defesa Civil Meio Ambiente	
Projeto/Atividade:	2.033 INCENTIVO E ASSIST. AP PEQUENO PRODUTOR AGROPECUARIO	
Despesa:	(75) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 -	R\$ 11.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 11.000,00		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	07 – Secretaria de Turismo, Industria e Comercio	
Projeto/Atividade:	2.006 MANUTENÇÃO DOS SERV. DE TURISMO, INDUS. E COMERCIO	
Despesa:	(114 ) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 -	R\$ 25.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 25.000,00		

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Novembro de 2017  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/11/2017  
Bruna Mendonça Leandro

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 06/2017

Publicação Nº 1417141

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 06/2017  
Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Guaraciaba/SC, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, em reunião ordinária realizada no dia 23 de outubro de 2017,

RESOLVE:  
Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social do período de 2018 a 2021.

Guaraciaba/SC, 23 de outubro de 2017.  
Jussara Scapin  
Presidente do CMAS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2017 - PMG

Publicação Nº 1418290

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 208/2017 – PMG  
Processo Licitatório: 208/2017 – PMG  
Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Polícia Militar de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 20/11/2017 às 14h

Abertura dos Envelopes: 20/11/2017 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 3 de novembro de 2017.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 207/2017 -PMG

Publicação Nº 1418418

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Eletrônico 207/2017  
Processo Licitatório: 207/2017  
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIO – X COM DIGITALIZADORA, CASSETES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO, CONVÊNIO Nº 2017TR001313.

Entrega das Propostas: a partir de 06 de novembro de 2017 às 09h00min no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)  
Abertura das Propostas: 20 de novembro de 2017 às 09h00min (horário de Brasília no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br))

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 03 de novembro de 2017.  
Luiz Antonio Chiodini  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 837/2017

Publicação Nº 1418432

#### DECRETO Nº. 837/2017

Altera dispositivo do Decreto nº. 804/2017, que qualifica entidades sem fins lucrativos como organizações sociais de saúde no âmbito do Município De Guaramirim/SC.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 804/2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º. ....

.....

III - Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, CNPJ nº. 07.229.374/0001/22;  
..... ” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de outubro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 840/2017

Publicação Nº 1418434

#### DECRETO Nº. 840/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4455/2017, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
002 - Águas de Guaramirim  
1003 - Construção, Imp. Ampliação Rede de Captação de Água  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000300 - Recursos Ordinários – Águas ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação do item abaixo relacionado:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
002 - Águas de Guaramirim  
2048 - Manutenção dos Serviços de Captação e Distribuição de Água Potável  
3339000000000000 - Aplicações diretas

01000300 - Recursos Ordinários – Águas ..... R\$ 300.000,00 Prefeito

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

Guaramirim/SC, 27 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2017 PMG**

Publicação Nº 1418400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2017 - PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS NATALINOS PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 192/2017 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, bairro água Verde, em Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69.

Vigência: Início: 30/10/2017 Término: 29/10/2018

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	12	UN	STROBO (LAMPADA STROBOSCÓPICA) 6W, BRANCO 220V	XELUX	24,75	297,00
2	12	UN	REFLETOR RGB 100W LED	P66/RGB100W	400,00	4.800,00
3	5	UN	LAÇO DE VELUDO 0,80M	LAÇO ART	79,20	396,00
4	10	UN	CASCATA LED 400 LÂMPADAS 220V, BRANCA, 10M X 0,50M	ART LUZ	114,78	1.147,80
5	200	UN	KIT BOLAS DE NATAL (TAMANHOS E CORES VARIADOS)	DECORAR	11,22	2.244,00
6	5	UN	GUIRLANDA DE NATAL PRONTA 0,5CM DE DIÂMETRO	MANCINI	61,03	305,15
7	2	UN	TOALHA DE NATAL 1,00M X 1,40M	ESTILOTEX	30,74	61,48
8	10	UN	CASCATA DE LUZES (PISCA-PISCA CORTINA) LED, BRANCA 4M	ART LUX	60,00	600,00
9	100	UN	FLOR ARTIFICIAL DE NATAL, GALHOS DECORADOS COM EFEITO GLITTER	DECORAR	3,27	327,00
10	400	UN	FESTÃO ARAMADO GROSSO (12CM DE DIÂMETRO - 2M)	MANCINI	25,39	10.156,00
11	15	UN	MANGUEIRA PISCA-PISCA, 10M E 8 FUNÇÕES	ART LUZ	80,00	1.200,00
Total					R\$21.534,43	

Guaramirim (SC), 03 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 205/2017 – PMG.**

Publicação Nº 1418542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 205/2017 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO DE BENS DO MUNICÍPIO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratados: JULIO RAMOS LUZ, sob o CPF nº 582.420.409-82, estabelecido na Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 164, Bairro Centro, Rio do Sul - SC.

Valor: 5% (cinco por cento) do valor dos bens arrematados por parte do(s) comprador(es).

Guaramirim (SC), 03 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 – FMAS.**

Publicação Nº 1417825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 – FMAS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, incisos II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68.

Contratado: ARFRIO REFRIGERAÇÃO & CLIMATIZAÇÕES LTDA, sob o CNPJ: 18.948.104/0001-98, estabelecida na Rua Athanasio Rosa, nº 1161, Bairro Amizade, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais).

Guaramirim (SC), 01 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2017 – FMS.**

Publicação Nº 1418541

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2017 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS PARA CONTROLE DE ROEDORES.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratados: NILDA PISETA FRIEDEMANN – EPP, sob o CNPJ nº 80.426.034/0001-81, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 568, Bairro Centro, Guaramirim-SC.

Valor: R\$ 1.517,00 (um mil quinhentos e dezessete reais).

Guaramirim (SC), 03 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 114/2017**

Publicação Nº 1418424

LEI COMPLEMENTAR Nº. 114/2017

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 008/2001, de 19/12/2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Aumenta o número de vagas do cargo abaixo relacionado, integrante do Anexo I – Quadro Permanente/Vencimentos, ANS – Atividades de Nível Superior, da Lei Complementar nº. 008/2001, de 19 de dezembro de 2001:

Cargo	Vagas
Enfermeiro	10

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 115/2017**

Publicação Nº 1418425

LEI COMPLEMENTAR Nº. 115/2017

Dispõe sobre a cobrança de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, que incide sobre Registros Públicos, Cartórios e Notariais.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar nº. 007/2003, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 44. ....

§ 1º Os Tabeliães e Registradores ficam dispensados de gerar Notas Fiscais de Serviços Eletrônicos - NFS-e, tendo em vista a obrigatoriedade da emissão do 'Recibo/Recibo de Antecipação/Recibo Complementar/Recibo de Devolução de Emolumentos', nos termos do artigo 30, inciso IX, da Lei Federal nº. 8.935/94 e do artigo 464 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina.

§ 2º Nos recibos tratados no § 1º, deverão constar o valor destacado do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (incidente sobre os emolumentos), devido sobre as receitas dos serviços prestados, cujo valor não integra o preço do serviço disposto nas tabelas de emolumentos estaduais.

§ 3º O valor relativo ao “Selo de Fiscalização”, instituído pela Lei Complementar Estadual nº. 175, de 28 de dezembro de 1998 e os destinados ao “Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ”, criado pela Lei Ordinária Estadual nº. 8.067, de 17 de setembro de 1990, não integra a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

§ 4º Os tabeliães, notários e registradores deverão apurar e declarar



a receita dos serviços prestados utilizando apenas a Declaração de Informações Fiscais – DIF, via web, que deverá ser homologada até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN”.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº. 4453/2017**

Publicação Nº 1418427

LEI Nº. 4453/2017

Dispõe sobre o Serviço Voluntário no âmbito da administração direta e indireta do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A prestação de serviço voluntário no âmbito da administração direta e indireta do Município de Guaramirim rege-se pelas disposições desta lei.

Art. 2º. Considera-se serviço voluntário, para os efeitos desta lei, a atividade não remunerada, prestada espontaneamente ao Município, sem vínculo empregatício e sem encargos trabalhistas, por pessoa física com idade superior a dezoito anos, nos termos da Lei Federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 3º. Poderão prestar serviço voluntário:

I – servidores aposentados da administração direta e indireta do Município de Guaramirim;

II – estudantes ou formados nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, História, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Comunicação Social, Cinema e Artes Visuais, Design, Direito, Economia, Enfermagem, Farmácia, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia de Automação, Engenharia de Produção, Jornalismo, Letras (Português), Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Recursos Humanos.

Parágrafo único. O serviço voluntário é incompatível com o exercício da advocacia e com a prestação de serviços em escritório de advocacia.

Art. 4º. A indicação para o serviço voluntário caberá ao responsável pelo órgão.

Art. 5º. O ingresso no serviço voluntário fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

I – currículo;

II – cópia de documento de identificação e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III – comprovante de escolaridade, no caso a que se refere o art.

3º, II, desta lei;

Art. 6º. Para a prestação de serviço voluntário será assinado termo de adesão pelo Chefe do Poder Executivo ou Secretário responsável e pelo interessado, dele devendo constar o objeto e as condições de trabalho, conforme minuta anexa.

Art. 7º. O prazo de duração do serviço voluntário é indeterminado, podendo o Município ou o voluntário rescindir a prestação de serviço a qualquer tempo.

Art. 8º. A jornada de trabalho do voluntário é de no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) horas semanais, ajustada entre as partes no Termo de Adesão.

§ 1º Caberá ao responsável pelo setor fixar o horário do voluntário.

§ 2º O não cumprimento do horário estabelecido e as faltas sem justificção poderão acarretar o cancelamento do serviço voluntário.

Art. 9º. O voluntário deverá atuar em área compatível com sua aptidão e interesse, e suas atividades serão controladas pelo responsável do órgão a que ficar subordinado.

Art. 10. O voluntário será informado das tarefas que executará e das suas responsabilidades, atuando com os recursos materiais e tecnológicos disponíveis.

Art. 11. O voluntário fica sujeito às condições, normas e princípios disciplinares estabelecidos aos servidores do Município.

Art. 12. Os dados e informações funcionais pertinentes ao voluntário serão registrados em prontuário próprio.

Art. 13. O voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão ser previamente autorizadas pela autoridade competente, por escrito e de forma expressa

Art. 14. Ao término do serviço voluntário, será fornecido ao participante certificado que informará o local de trabalho e o período de atuação.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº. 4454/2017**

Publicação Nº 1418430

LEI Nº. 4454/2017

Reconhece despesa e autoriza o pagamento de débito junto a AMVALI – Associação de Municípios do Vale do Itapocú.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecido o débito existente com a Associação dos Municípios do Vale do Itapocú – AMVALI, no valor de R\$ 71.599,79



(setenta um mil, quinhentos e noventa e nove reais, setenta e nove centavos), referente as mensalidades de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a parcelar o débito descrito no artigo anterior, em 40 (quarenta) parcelas, com início no mês de julho do corrente ano até outubro de 2020, sendo:

I - 39 (trinta e nove) parcelas mensais, iguais e consecutivas, de R\$ 1.789,99 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e nove centavos);

II - a última parcela no valor de R\$ 1.790,18 (um mil, setecentos e noventa reais e dezoito centavos);

Art. 3º. Ficam convalidados os pagamentos quanto aos meses de julho, agosto e setembro deste exercício, feitos através das notas de empenho nº. 4446-1 e 4446-2, de 04/08/2017 e 29/08/2017, respectivamente.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4455/2017

Publicação Nº 1418431

LEI Nº. 4455/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
002 - Águas de Guaramirim  
1003 - Construção, Imp. Ampliação Rede de Captação de Água  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000300 - Recursos Ordinários – Águas .....  
. R\$ 300.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação do item abaixo relacionado:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
002 - Águas de Guaramirim  
2048 - Manutenção dos Serviços de Captação e Distribuição de Água Potável  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01000300 - Recursos Ordinários – Águas .....  
.. R\$ 300.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 530/2017

Publicação Nº 1418299

PORTARIA Nº. 530/2017

Nomeia membros para comporem a Comissão de Avaliação de Amostras para o processo de licitação nº. 200/2017, para aquisição de alimentação escolar.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Amostras para o processo de licitação nº. 200/2017, para aquisição de alimentação escolar:

I - Giane Seemann Nass;

II - Juliana Bento Antoniutti;

III - Cenira Telma Weber.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação

Guaramirim/SC, 30 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 531/2017

Publicação Nº 1418301

PORTARIA Nº. 531/2017

Nomeia membros para comporem a Comissão para análise de conformidade para o processo de licitação nº. 197/2017, cujo objeto é a contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de sistema gerencial escolar.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão para análise de conformidade para o processo de licitação nº. 197/2017, cujo objeto é a contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de sistema gerencial escolar:

I - Valcira Lana de Souza;

II - Maiara Caroline Fu;

III - Rodrigo Deretti.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação

Guaramirim/SC, 30 de outubro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 532/2017**

Publicação Nº 1418302

PORTARIA Nº. 532/2017

Determina o Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 10/2017.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 10/2017, instaurado pela Portaria nº. 412/2017, em face da servidora M. G. de C. matrícula 288233.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 533/2017**

Publicação Nº 1418303

PORTARIA Nº. 533/2017

Determina o Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 13/2017.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 13/2017, instaurado pela Portaria nº. 418/2017, em face da servidora A. R. P. matrícula 296848.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 534/2017**

Publicação Nº 1418304

PORTARIA Nº. 534/2017

Aprova Elky Inácio Souza dos Santos no Estágio Probatório.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Elky Inácio Souza dos Santos, no cargo de Auxiliar de Setor, vinculado à Secretaria de Saúde, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 03 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 535/2017**

Publicação Nº 1418305

PORTARIA Nº. 535/2017

Nomeia Comissão para tratar de assuntos relacionados aos servidores públicos do Município de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão para tratar de assuntos relacionados aos servidores públicos do Município de Guaramirim:

I – Representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo:

- a) Jair Tomelin – Secretário de Administração e Finanças;
- b) Marcelo Amadeu Deretti – Controlador-Geral;
- c) Ivone Ursula Kinas Gonçalves da Luz – Secretária de Saúde;
- d) Valério Verbinem – Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação;
- e) Angélica Gomes Belli Frontino – Procuradora-Geral;
- f) Ana Paula da Silva – Agente Administrativo II (HSA);
- g) Sandro Luiz Depin – Secretário de Infraestrutura.

II – Representantes escolhidos em assembléia do Sindicato:

- a) Daniel Lira Mendes Junior – Motorista de Ônibus;
- b) Itamar da Costa de Andrade – Recepcionista (HSA);
- c) Rodrigo Deretti – Analista de Sistemas;
- d) Mayckon Robert de Souza – Motorista de Caminhão;
- e) Marcia Fagundes de Oliveira – Auxiliar de Higiene Bucal;
- f) Janaina Regina Ferreira – Assistente Social;
- g) Paulo Sergio Alano de Souza – Auxiliar de Setor.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 536/2017**

Publicação Nº 1418307

PORTARIA Nº. 536/2017

Nomeia Comissão para discutir o Estatuto do Magistério.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados para discutir o Estatuto do Magistério:

I – Representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo:

- a) Marja Prusse Rebelato – Secretária de Educação;
- b) Marcelo Amadeu Deretti – Controlador-Geral;
- c) Angélica Gomes Belli Frontino – Procuradora-Geral;
- d) Ana Paula da Silva – Agente Administrativo II (HSA);
- e) Cenira Telma Weber Hohl – Diretora Administrativa da Educação;
- f) Solange Martinelli – Supervisora do Ensino Fundamental;
- g) Janira da Silva – Psicopedagoga Clínica.

II – Representantes escolhidos em assembléia do Sindicato:

- a) Luciana Mara da Costa – Coordenadora Pedagógica;
- b) Daniela Cristiane dos Santos – Professora III;
- c) Laura Odázia de Oliveira – Professora III;
- d) Maria Aparecida Francisco Alves da Silva – Professora de Artes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**174/2017**

Publicação Nº 1417757

DECRETO Nº 174/2017  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos GErais:

Atividade: 0407.24.722.0029.2.072

3.3.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas ..... R\$ 32.200,00

Soma ..... R\$ 32.200,0

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2016, referente aos recursos Próprios, no valor de R\$ 32.200,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
01 de novembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 71/2017

Publicação Nº 1418506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Guarujá do Sul  
Fundo Municipal de Saúde  
Fundo Municipal de Assistência Social

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 71/2017 - Pregão Presencial Nº. 50/2017.  
Objeto: Contratação de seguro para os veículos Fiat/Siena Attractiv QIL 8958 e Ford/KA SE QIL 9028, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes, bem como para o veículo Ford/KA SE QIL 4818, utilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.  
Propostas e Habilitação: 20/11/2017 ( 08:15 Documentação - 03:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).  
Guarujá do Sul, SC, 03 de novembro de 2017.

Claudio Júnior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.  
Volnei Luis Gossler;  
Secretaria Municipal de Saúde.  
Evelyn Luizie Kuhn;  
Secretaria Municipal de Assistência Social.

### EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO - PREF 03/2017

Publicação Nº 1418439

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO  
TERMO DE CONCESSÃO Nº 03/2017  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2017 – CONCORRENCIA Nº. 04/2017  
CONCEDENTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONCESSIONARIO: BENHUR ANTONIO PUTTKAMER – ME  
OBJETO: Concessão dos serviços públicos de exploração de sala do Terminal Rodoviário, composto de sala de vendas de passagem, dois banheiros, com aproximadamente 103,71 m² e área coberta destinada aos box de estacionamento para ônibus, com área de 374 m², totalizando uma área de 477, 71 m², situado na Avenida João Pessoa, centro de Guarujá do Sul.  
VALOR MENSAL: R\$ 100,00  
PRAZO: 05 anos

Guarujá do Sul, SC, 03 de novembro de 2017.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 102/2017

Publicação Nº 1418691

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.102/2017.

Pregão Presencial nº. 48/2017.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDIMENTO AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 17/11/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17/11/2017.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 03 de Novembro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

Publicação Nº 1418225

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

Pelo presente termo retifica-se a forma de julgamento do presente processo que passa a vigorar com a seguinte redação:

Contratação de empresa especializada para o recapeamento em concreto betuminoso usinado a quente com sinalização vertical e horizontal em três ruas do perímetro urbano do Município de Herval d'Oeste em regime de empreitada por MENOR PREÇO GLOBAL

Em razão da retificação acima, altera-se a data de abertura do presente certame para o dia 22/11/2017 às 08:45 horas.

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

Herval d'Oeste (SC), 1º de novembro de 2017.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal

### CREDENCIAMENTO Nº 054/2017

Publicação Nº 1418306

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2017 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE FREI ROGÉRIO

OBJETO: Credenciamento para a prestação de serviços para Acolhimento/Abrigamento Institucional de Idosos em Regime Integral.

#### VALOR CREDENCIADO

A remuneração pela prestação de serviços será instituída através de uma mensalidade de dois salários mínimos por usuário (idoso) abrigado.

Fica instituído ainda a remuneração de uma mensalidade adicional a título de décimo terceiro salário a ser paga sempre no mês de dezembro de cada ano, quando iniciado o acolhimento em janeiro, ou na proporção de 1/12 avos para cada mês de acolhimento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 19 de outubro de 2017.  
Américo Lorini Daniel Martarello  
Prefeito Municipal Titular

### CREDENCIAMENTO Nº 012/2017

Publicação Nº 1418308

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2017  
CONTRATANTE:  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO:  
SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - FARMÁCIA 543 - HERVAL D'OESTE

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica destinada ao fornecimento em caráter excepcional de medicamentos constantes da lista ABCFARMA (20% de desconto), exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados a pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

#### VALOR CREDENCIADO

Os valores dos medicamentos terão como parâmetro os valores apresentados pela REVISTA ABCFARMA, COM 20% DE DESCONTO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 23 de outubro de 2017.  
AMÉRICO LORINI REINALDO CHERAIM CHEDID  
Prefeito Municipal Representante Legal

### CREDENCIAMENTO Nº 013/2017

Publicação Nº 1418309

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2017  
CONTRATANTE:  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO:  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA

OBJETO: Credenciamento para a prestação de serviços na área da saúde com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade ambulatorial para realização de procedimentos de diagnóstico por imagem - Ultrassonografia, Colonoscopia, Esofagogastroduodenoscopia, Ressonância Magnética e Tomografias

#### VALOR CREDENCIADO

A Remuneração pela prestação de serviços será de acordo com a tabela da Secretaria Municipal de Saúde conforme abaixo:



Item	Descrição	Preço Unitário
1	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos	39,60
2	Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico	42,90
3	Ultrassonografia Abdômen Superior	24,20
4	Ultrassonografia Abdômen Total	37,95
5	Ultrassonografia Aparelho Urinário	24,20
6	Ultrassonografia de Articulações	24,20
7	Ultrassonografia do Globo Ocular/Orbita Monocular	24,20
8	Ultrassonografia Mamária	24,20
9	Ultrassonografia Próstata por Via Abdominal	24,20
10	Ultrassonografia Próstata Via Transretal	24,20
11	Ultrassonografia da Tiróide	24,20
12	Ultrassonografia Tórax (Extracardiaca)	24,20
13	Ultrassonografia Obstétrica	24,20
14	Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado	39,60
15	Ultrassonografia Pélvica (Ginecológica)	24,20

16	Ultrassonografia Transvaginal	24,20
17	Colonoscopia	112,66
18	Esofagogastroduodenoscopia (Eda)	48,16
19	Ressonância Magnética sem Contraste	268,75
20	Ressonância Magnética com Contraste	358,75
21	Tomografias	120,00
22	Tomografias de Abdômen	165,00
23	Tomografia de Tórax	165,00
24	Tomografia Pélvica e Bexiga	165,00
25	Exames Com Sedação - Anestesiata	250,00
26	Exames Com Sedação- Medicamentos	150,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 23 de outubro de 2017.  
AMÉRICO LORINI ALCIOMAR ANTÔNIO MARIN  
Prefeito Municipal Diretor Geral

## DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2017

Publicação Nº 1418297

### DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas :01 Tronco Veterinário; 01 colhedora de Milho e 01 carreta agrícola em conformidade com o convênio nº 2017TR001317 do Governo do Estado de Santa Catarina - ADR Joaçaba - SC

ASSUNTO: Análise do Pregoeiro Oficial quanto ao recurso interposto pela licitante Daiana Vogel Zimmermann Eireli.

Tratam os autos de eventual aquisição de aquisição de equipamentos agrícolas em conformidade com convênio do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

Foi providenciada a abertura de licitação na modalidade "Pregão Presencial", tendo sido obedecidas às formalidades da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Leis Complementares nº. 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 2577/2009, Decreto Municipal nº 3.245/2014;

O aviso contendo o resumo do edital foi publicado no Diário Oficial Dos Municípios edição nº 2.349 de 27/09/2017 na página nº 674, e também no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina edição nº 20.625 de 27/09/2017 na página nº 68.

A Ata de Realização do Pregão contendo as propostas das empresas licitantes e demais procedimentos correlatos estão acostados nos autos.

#### I – DOS FATOS E FORMALIDADES LEGAIS

A Licitante Daiana Vogel Zimmermann Eireli. inconformada com a decisão manifestou intenção recursal na sessão pública a qual foi conhecida, posto atender às condições de admissibilidade, contra a decisão deste pregoeiro que classificou para o item nº 001 a licitante: Robson Antonio Stella. ME; vencedora da fase de Lances, arrazando que a licitante deveria ser desclassificada por não possuir a patente requerida da máquina REALMAQ, a saber:

Item 001 - COLHEDORA DE MILHO PARA TRATOR COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 1 LINHA DE COLHEITA; SISTEMA DE ELIMINAÇÃO DE CANA DE MILHO QUE RECOLHE APENAS AS ESPIGAS; BICOS FRONTAIS ESCAMOTEÁVEIS; ACIONAMENTO DA BICA DE DESCARGA POR ALAVANCA; ACIONAMENTO DO SEGUNDO ESTÁGIO DO BICO DE DESCARGA ACIONADO POR SISTEMA HIDRÁULICO; RODA DE APOIO MÓVEL; SISTEMA DE LEVANTE MECÂNICO.

A Administração Municipal de Herval d'Oeste, através de seu Pregoeiro Oficial, comunicou aos licitantes que manifestaram intenção de Interpor recurso quanto ao resultado da sessão pública realizada no dia 09/10 que os mesmos deverão seguir os trâmites legais do artigo 4º inciso XVIII da lei 10.520/02, subsidiariamente com o disposto no item 17. do edital.

#### II - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A recorrente pleiteia a reforma da decisão que classificou a proposta da empresa Robson Antonio Stella . ME, vencedora da fase de Lances, respectivamente, para tanto, em suas razões conforme constou na ata nº 001/2017 de referido processo assevera, em síntese, que:

"... O Representante da Daiana Vogel Zimmermann Eireli. manifesta intenção de interpor recurso quanto ao item 001 vencido pela licitante Robson Antonio Stella . ME, a licitante vencedora não possui a patente requerida da máquina REALMAQ, não estando de acordo com o edital. ..."

Cabe ressaltar que a recorrente apresentou as razões do recurso via e-mail no dia 11/10, sendo disponibilizado no site da administração municipal para os demais interessados.

A alegação de descumprimento das exigências do edital para este item são:

[... Em Face da classificação da empresa ROBSON ANTÔNIO STELLA ME pelo motivo de não apresentar Patente para revender a colhedora de milho da marca ofertada, neste caso REALMAQ.



Também solicita a desclassificação da empresa Nilo Meurer – EPP em virtude de somente colocar em sua proposta a Marca do item 01, referente ao pregão acima referenciado, não apresentando em sua proposta o Modelo ofertado. Visto que a Marca ofertada, neste caso Combine, possui 02 modelos de colhedoras de milho, mas somente 01 modelo que atenda as especificações do Edital.] Grifei

Ao final a recorrente apresenta seu pedido:

[... A Razoante é uma empresa séria, que busca uma participação impecável no certame, por isso solicita o deferimento do recurso. "Ex positis", Requer a Vossa Senhoria o conhecimento deste Recurso, realizando o a desclassificação da empresa ROBSON ANTONIO STELLA-ME, devido ser comprovando que não possui patente para venda de colhedoras de milho e a desclassificação da empresa NILO MEURER –EPP, por não especificar o modelo de acordo com as exigências deste edital. E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo Recuso deste edital, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.]

A recorrente apresentou no seu pedido as características do equipamento da Marca Combine e seus modelos, bem como fotografias dos mesmos. Juntou ainda Notificação Extrajudicial que tem por objeto: Fabricação e comercialização sem autorização de produto com pedido de patente. Da empresa COMBINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. para a empresa REALMAQ MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. contendo em seus anexos o pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT. Peticionamento Eletrônico ao INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial – Número do Processo: BR 20 2017 016870 6, efetuado em 07/08/2017 petição nº 870170056215 contendo 21 páginas.

### III - DAS CONTRARRAZÕES

A Licitante recorrida Robson Antonio Stella – ME protocolou as contrarrazões no dia 18/10/2017 dentro do prazo legal, uma vez que o prazo da recorrente findou-se em 13/10 (ponto facultativo conforme decreto municipal nº 3.735/2017, publicado em 11/10/2017 na edição nº 2.360 página nº 228 do DOM/SC.)

Em suas considerações a mesma assim se manifestou:

[... Entretanto Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, não merece prospera a manifestação da recorrente Daiana Vogel Zimmermann Eireli, pelos motivos abaixo enumerados:

- Considere-se, inicialmente, que não pede o Edital de Pregão nº 049/2017, do Município de Herval d'Oeste, a comprovação da Patente do produto ofertado, enquanto diz, na Cláusula 2 – Do Objeto:

### 02. OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objetivo Aquisição de Equipamentos Agrícolas :01 Tronco Veterinário; 01 colhedora de Milho e 01 carreta agrícola em conformidade com o convênio nº 2017TR001317 do Governo do Estado de Santa Catarina - ADR Joaçaba - SC, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste edital.

E prossegue no que descreve no Anexo I, quando discrimina e especifica os equipamentos:

Anexo I

Especificação	Unid.	Preço Unitário Referência
COLHEDORA DE MILHO PARA TRATOR COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 1 LINHA DE COLHEITA; SISTEMA DE ELIMINAÇÃO DE CANA DE MILHO QUE RECOLHE APENAS AS ESPIGAS; BICOS FRONTAIS ESCAMOTE-ÁVEIS; ACIONAMENTO DA BICA DE DESCARGA POR ALAVANCA; ACIONAMENTO DO SEGUNDO ESTÁGO DO BICO DE DESCARGA ACIONADO POR SISTEMA HIDRÁULICO; RODA DE APOIO MÓVEL; SISTEMA DE LEVANTE MECÂNICO	UND 1	36.000,00

Ou seja, me nenhum momento pede a apresentação da prova de patente ou marca registrada do produto ofertado, apenas exigindo na proposta, a indicação da marca do produto e, ainda, observe-se que exigindo a obediência ao contido no já referido edital, especificamente ao contido na Cláusula 2, quando aos objetos e , mais especificamente quanto ao contido no Anexo I do Edital, estes trazem o objetos e a descrição pormenorizada do item em questão, o item 1, sua quantidade – Uni 1, e o valor de referência a ser obedecido – R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil).

Ora, no nosso humilde entendimento, o dito "Valor de Referência" ali contido, significa, nas entrelinhas, que a licitante, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste busca, no processo licitatório, adquirir tal equipamento agrícola, pelo preço máximo de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e, se possível, reduzi-lo ainda mais, no ato do pregão onde as empresas licitantes interessadas ofertam o produto listado por preços reduzidos.]

E a mesma continua sua argumentação:

Insistimos nessa manifestação pelo fato da recorrente Daiana Vogel Zimmermann Eireli, já ter trazido sua proposta com preço bem superior ao referenciado - R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais), desistindo da participação já no primeiro lance.

Fato este que já deveria ter desclassificado a licitante recorrente, pelo que diz a Cláusula 14 do edital

### 14. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

14.1 - Será Desclassificada a PROPOSTA que:

- deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- apresentar rasuras ou entre linhas que prejudiquem sua análise;
- oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- apresentar preço(s) manifestadamente inexequível( is);

e) apresentar preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero; (grifamos)

quando: deixou a recorrente Daiana Vogel Zimmermann Eireli de atender as exigências preconizadas para a correspondente apresentação, ou seja, atender às exigências contidas no Edital, produto, quantidade, preço máximo referenciado, ao apresentar preço(s) manifestamente inexequível(eis)\_ ou seja, se a Licitante Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste fez constar um preço referência, expôs que o valor máximo pretendido estaria naquele limite e, ainda, preços inexequíveis não são apenas os excessivamente baixos e impossíveis de serem cumpridos, mas também aqueles exageradamente elevados, fora do compreendido pela promotora do processo licitatório.

- Considere-se, ainda, que a recorrente Daiana Vogel Zimmermann Eireli trouxe ao seu recurso, prova de pretensa lide entre a fabricante do produto que ofertou - Combine em face à fabricante do produto ofertado pelo Contra-arrazoante - Robson Antonio Stella - ME, a REALMAQ, porém esta prova limitou-se a uma Notificação Extrajudicial, ou seja, inexistente decisão judicial e definitiva para que a fabricante REALMAQ deixe de produzir tal equipamento agrícola, nos moldes em que o faz. por ter, tal produto, registro de propriedade do seu projeto.

Diga-se, de passagem e de menor importância, que a Patente requerida pela fabricante em questão, a Combine, ainda não é definitiva, pois se observar o site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial- o INPI, a pretensa patente ainda depende do pagamento de certa terceira parcela do registro, para a efetiva concessão da propriedade sobre a produção do dito equipamento.

- Considere-se, por fim, que a lide decorrente da existência ou inexistência de Patente ocorre entre os fabricantes e em nenhum momento estas se fizeram representar no processo licitatório. Ocorrendo a decisão na lide, uma ou outra será obrigada a cumprir a sentença decorrente, mas em nada invalida o produto que qualquer uma das litigantes tenha colocado no mercado.

Ao final a recorrida apresenta seu pedido:

Frente às alegações apresentadas. requer a contra-arrazoante Robson Antonio Stella - ME, seja considerado descabido e inócuo o recurso apresentado pela recorrente Daiana Vogel Zimmermann Eireli, por restar a empresa inicialmente desclassificada por desatendimento ao contido no Edital de Pregão nº 049/2017, e, por fim, por deixar de exigir o já referido edital referência a Patente do produto ofertado, limitando-se a exigir informação da Marca do produto e por ter, a contra-arrazoante, cumprido todos os requisitos do Edital, encontrando-se, ao final, plenamente classificada para o fornecimento do produto licitado.

Na certeza da coerência e no firme propósito do cumprimento das normas que regem os processos licitatórios, como sempre ocorreu nesta Administração Municipal e seus órgãos competentes. que a empresa Robson Antonio Stella - ME, participante do Processo de Licitação nº 085 /2017 - Pregão Presencial nº 049/2017, apresenta as presentes CONTRARRAZÕES.]

#### IV - DA ANÁLISE DO RECURSO

De início, cumpre ressaltar, em que pese às alegações apresentadas pela recorrente, que o ponto fulcral da questão cinge-se à definição acerca do eventual descumprimento de obrigação editalícia em razão da apresentação, pela empresa Robson Antonio Stella - ME, de proposta com marca de equipamento, que não possui a patente requerida da máquina, não estando de acordo com o edital.

Compulsando os autos, verifica-se que ao final da fase de lances, a classificação final ficou conforme demonstrado no quadro abaixo. Vale ressaltar que as propostas apresentadas não apresentaram qualquer vício ou irregularidade.

Nome do Fornecedor	Marca	Preço Unitário R\$	Situação	
Robson Antonio Stella ME	REALMAQ	34.500,00	Venceu	1
Top Center Comércio de Máquinas Ltda.	JUMIL JM 370 AXIAL	34.000	Desclassificado	2
Nilo Meurer – EPP	COMBINE	34.550,00	Perdeu	3
Metalúrgica Freitas Ltda. EPP	JUMIL 370	36.000,00	Desclassificado	4
Daiana Vogel Zimmermann Eireli – EPP	COMBINE 361 BR	43.800,00	Perdeu	5

Ainda na Sessão Pública, este Pregoeiro quando da manifestação verbal da representante da licitante Daiana Vogel Zimmermann Eireli – EPP. de que o produto ofertado pelas concorrente não atenderiam ao edital, consultou todas as empresas licitantes, a fim de verificar se realmente o produto ofertado por estas atenderiam os requisitos do edital, uma vez que as propostas apresentada constava o descritivo rigorosamente igual ao do instrumento convocatório e em vista da intenção de recurso alegar a limitação do produto ofertado. Em resposta, os representantes legais devidamente credenciados das licitantes Top Center Comércio de Máquinas Ltda. e Metalúrgica Freitas Ltda. EPP pediram desclassificação em virtude de que as marcas cotadas por elas, não atendiam ao edital, os demais confirmaram que o produtos ofertados atenderiam os requisitos do edital, logo após os lances do referido item a recorrente pediu para que constasse em ata que o mesmo deseja efetuar o acompanhamento da entrega da colhedora

O presente certame, na modalidade pregão, visa à escolha da proposta mais vantajosa para administração municipal sendo julgado pelo menor preço para os itens descrito no anexo I do edital, que terão seus preços registrados em Ata.

O item 16.7 do Edital reza que: "Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance ({s}), sempre com base no último preço/lance apresentado, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito". (Grifei)

O julgamento da melhor proposta foi feito em consonância com os ditames do Edital, ou seja, as empresas participantes do certame apresentaram suas propostas com o mesmo descritivo. Fato que levou este pregoeiro a classificar as três melhores propostas como válidas e passar a fase de lances.

Em um processo de seleção de propostas, o que caracteriza a Licitação, é o dever da Administração buscar a oferta que lhe seja mais vantajosa, em atendimento aos princípios básicos enumerados no Art. 3º da Lei nº 8.666/93, dentre os quais se encontram o da legalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Assim sendo este pregoeiro para análise do recurso interposto, foram considerados as Razões do Recurso da recorrente, as contrarrazões

da recorrida, o instrumento convocatório e da Legislação vigente.

Destaco que das propostas apresentadas e sub júdice, a da Licitante Robson Antônio Stella ME possui valor 4,166% abaixo do valor de referência e o da Licitante Daiana Vogel Zimmermann Eireli – EPP. possui valor 21,67 % superior ao do valor de referência após a fase de lances, conforme já demonstrado no quadro fls nº 005.

#### V – DA DECISÃO

Em se tratando de exigência expressa do Edital e, vinculado à manifestação do Setor Requisitante elaborador do Descritivo do produto ora licitado que faz parte integrante daquele, em momento algum no item 05 que trata da proposta comercial foi solicitado que o licitante deveria informar qual o modelo do equipamento, apenas faz menção em seu anexo VII – Modelo de proposta que deve ser informado a marca, bem como declaração expressa do licitante de que os itens por ele proposto atende todas as especificações descritas no edital e seus anexos, não devendo prosperar a alegação da recorrente para desclassificar a licitante 2ª colocada NILO MEURER EPP por não trazer na proposta o modelo da Colhedora por ela oferecido .

Quanto ao pedido de desclassificação da Licitante ROBSON ANTÔNIO STELLA – ME por não apresentar Patente para revender a colhedora de milho da marca ofertada, da marca REALMAQ.

Inicialmente buscamos elucidar e definir o que é patente, que é uma propriedade temporária, legalmente concedida pelo Estado, sobre uma invenção ou modelo de utilidade. É uma forma de reconhecimento do esforço inventivo e, por isso, garante ao seu proprietário direitos exclusivos sobre sua invenção. Por ser um importante e valioso instrumento para proteger e tornar a invenção rentável é preciso depositar o pedido de concessão junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela análise do pedido.

Para a concessão da patente segue com as regras da Lei 9.279/96, a qual regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

O Art. 42 da referida lei trata especificamente da proteção conferida pela patente:

“Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos:

I - produto objeto de patente;

II - processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

§ 1º Ao titular da patente é assegurado ainda o direito de impedir que terceiros contribuam para que outros pratiquem os atos referidos neste artigo.

§ 2º Ocorrerá violação de direito da patente de processo, a que se refere o inciso II, quando o possuidor ou proprietário não comprovar, mediante determinação judicial específica, que o seu produto foi obtido por processo de fabricação diverso daquele protegido pela patente.” (Grifei)

Logo, é necessário frisar, que o simples peticionamento do pedido de patente, dirigido ao INPI, confere ao peticionante uma expectativa de direito, sendo que apenas e somente após a concessão da patente, este terá o direito de impedir que terceiros produzam o produto patenteado, ou seja o requerente só poderá ver seu direito assegurado mediante a concessão da carta-patente, que é a afirmação do Estado de que o pedido cumpriu todas as exigências e requisitos legais.

Baseado nesta premissa efetuamos consulta ao INPI - Instituto industrial da Propriedade industrial através do protocolo nº 512065 de 23/10/2017 que teve resposta em 26/10/2017, quando ao deferimento do pedido de patente processo BR 20 20174 016870 6, informando que o referido pedido está em análise e seguirá em fila até que seja deferido ou não o seu pedido de modelo de utilidade.

Assim somente a partir do deferimento da concessão da patente de invenção (conferida com a emissão da carta-patente) que geram os direitos, como: o direito de exclusividade temporária na sua exploração, o de insurgir-se contra terceiro que, sem o seu consentimento, produza, use, coloque à venda, venda, importe, produto objeto de sua patente.

Portanto, conclui-se que, quanto ao direito de insurgir-se contra terceiro só tem vigência com a concessão da respectiva patente, estando vinculado ao Fabricante do Equipamento neste caso Combine Máquinas Agrícolas, a qual apenas e somente poderá pleitear os direitos de exclusividade, após a concessão da mesma, uma vez que até o presente momento, não está habilitada a adotar medidas que tem por exigência a apresentação do título que dê guarida ao direito invocado, no caso a respectiva carta-patente.

Neste sentido, assevera Sonia Regina Federman:

“Enquanto o pedido de patente não é decidido (concedida a patente após o exame técnico), o depositante tem apenas uma expectativa de um direito, ou seja, apenas uma esperança. de que seu pedido de patente pode se transformar, futuramente, em uma patente (direito concedido).” (FEDERMAN, 2006, p. 41). (Grifei)

Ao analisar jurisprudência que trata do assunto assim decidiu o Tribunal de Justiça do Paraná:

“IMPETRANTES: GURTEQ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS LTDA. E OUTRO IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

LITISCONSORTE: ESTADO DO PARANÁ

RELATOR: DES. ABRAHAM LINCOLN CALIXTO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. AQUISIÇÃO DE APARELHOS PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. TITULARIDADE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL SOBRE INVENÇÃO OU MÉTODO DE PRODUÇÃO QUE SOMENTE OCORRE COM O REGISTRO DA PATENTE PELO INSTITUTO

NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL INPI. EXEGESE DO ARTIGO 38 DA LEI N.º 9.279/1996. DEPÓSITO DOS PEDIDOS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO

"(...) Ninguém pode reivindicar o direito de exploração econômica com exclusividade de qualquer invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou marca se não obteve do INPI a correspondente concessão." (FÁBIO ULHOA COELHO, in MANUAL DE DIREITO COMERCIAL, 22ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 85). REALIZAÇÃO DE CERTAME LICITATÓRIO. MATÉRIA DE MÉRITO ADMINISTRATIVO. NÃO APOSTAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS LEGAIS QUE IMPEDEM A AQUISIÇÃO DIRETA. SEGURANÇA DENEGADA.

(TJPR - 4ª C.Cível em Com. Int. - MS 0727162-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Abraham Lincoln Calixto - Unânime - J. 12.04.2011)." (Grifei)

Diante de todo exposto, não cabe a este Pregoeiro utilizar-se de práticas que restrinjam a competitividade, ou ofereçam tratamento desigual aos concorrentes, vinculado ao descritivo do setor requisitante e aliado às normas e princípios aplicáveis à espécie, conhecer do recurso e NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI. Mantendo a Licitante ROBSON ANTONIO STELLA ME Como vencedora do item nº 001 – Colhedora de Milho do certame.

Decorridos os trâmites legais a presente decisão referente a este processo licitatório será encaminhada à Autoridade Superior para análise, decisão final e a seu juízo homologue o resultado apresentado.

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2017.

RUBENS ANTONIO CORREIA

Pregoeiro Oficial

Matrícula 2878

Anexo - Consulta ao INPI

## PORTARIA Nº 1345/2017

Publicação Nº 1418091

PORTARIA Nº 1345/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A REDAÇÃO da Portaria Nº 1273/2017, da Servidora JANAÍNA MEDEIROS DE LIMA DA SILVA (Matr. 4692), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, no que tange ao local de trabalho, sendo que a contar de 30 de outubro de 2017, a mesma passará a atuar junto ao CME Pequeno Príncipe, conforme CI nº 098/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1346/2017

Publicação Nº 1418100

PORTARIA Nº 1346/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Pedagogo - Nível – 2, Referência "A", do Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, à Servidora MARILENA APARECIDA DE MATOS (Matr. 3992), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 01 de setembro de 2014 a 01 de novembro de 2017, com interstício de 60 (sessenta) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1347/2017**

Publicação Nº 1418102

**PORTARIA Nº 1347/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BIANCA PICCININI (Matr. 4026), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, Nível – 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de outubro de 2016 e 12 de outubro de 2017, para serem gozadas a partir de 01 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1348//2017**

Publicação Nº 1418270

**PORTARIA Nº 1348/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MÁRCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível – 12, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de fevereiro de 2014 e 24 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1349/2017**

Publicação Nº 1418106

**PORTARIA Nº 1349/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SEBASTIÃO PEIREIRA (Matr. 454), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "G", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de dezembro de 2015 e 03 de dezembro de 2016, para serem gozadas a partir de 01 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1350/2017**

Publicação Nº 1418108

**PORTARIA Nº 1350/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor DIEGO ZAMPIERI (Matr. 4038), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível – 7, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de novembro de 2015 e 13 de novembro de 2016, para serem gozadas a partir de 01 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1351/2017**

Publicação Nº 1418109

**PORTARIA Nº 1351/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 01 de novembro de 2017, a Servidora LIESA DE FÁTIMA BANDEIRA SANGALI (Matr. 4688), a qual exercia a função de Professor - Nível – 1 - Referência "A", Disciplina de Educação Física, 20 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1352/2017**

Publicação Nº 1418110

PORTARIA Nº 1352/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 01 de novembro de 2017, a Servidora CLOCI ODETE DALLA VECHIA BAGGIO (Matr. 4696), a qual exercia a função de Professor - Nível – 2 - Referência "A", Ensino Fundamental, 20 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1353/2017**

Publicação Nº 1418111

PORTARIA Nº 1353/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 01 de novembro de 2017, a Servidora SHIRLEI IARA MOREIRA (Matr. 4697), a qual exercia a função de Professor - Nível – 2 - Referência "A", Ensino Fundamental, 20 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1354/2017**

Publicação Nº 1418112

PORTARIA Nº 1354/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 01 de novembro de 2017, a Servidora VALÉRIA SIMONE WEIS GRECO (Matr. 4691), a qual exercia a função de Professor - Nível – 1 - Referência "A", Disciplina de Ciências, 20 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1355/2017**

Publicação Nº 1418555

PORTARIA Nº 1355/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 31 de outubro de 2017, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora JANAÍNA MEDEIROS DE LIMA DA SILVA (Matr. 4692), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1356/2017**

Publicação Nº 1418556

PORTARIA Nº 1356/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 03 de novembro de 2017, da servidora ELEANDRA RIGO DA SILVA (Matr. 3757), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1357/2017**

Publicação Nº 1418557

PORTARIA Nº 1357/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 03 de novembro de 2017, da servidora LUCIANA MENDES RAPOZO (Matr. 4011), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1358/2017**

Publicação Nº 1418558

PORTARIA Nº 1358/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 48 (quarenta e oito) dias de Licença Prêmio, à servidora DIRLEI ZARPELON BETTONI (Matr. 24), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 9, Referência "C", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1359/2017**

Publicação Nº 1418559

PORTARIA Nº 1359/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO conforme requerimento, a Servidora PAMELA PASINATO BERTOTTI PILATTI (Matr. 4185), a contar de 03 de novembro de 2017, a qual exercia o Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, de conformidade com o Parecer Jurídico Nº 0216/2017, exarado em 27 de outubro de 2017. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal



**TERMO ADITIVO Nº 048/2017**

Publicação Nº 1418298

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de São Paulo  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A  
CNPJ/MF Nº 61.074.175/0001-38  
Avenida das Nações Unidas, nº 14261- Vila Gertrudes  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 048/2017 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

Pelo presente instrumento, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, Herval d'Oeste/SC, inscrito no CNPJ n. 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 162.730.799-00, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº 14261 - Vila Gertrudes, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38, neste ato representada por seus diretores, Senhor Carlos Alberto Landim, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF nº 085.617.328-22 e Senhor Leonardo Giuberti Mattedi, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF nº 364.415.031-15, doravante denominada CONTRATADA resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 021/2017, que tem por objeto contratação de serviços de seguro, em decorrência do Processo Licitatório nº 056/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 028/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de veículos na frota no lote nº 04, através de contratação de serviços de seguro para os veículos abaixo relacionados, conforme proposta nº 32171000122227704 para a Apólice nº 1615000143531.

Veículo	Ano/Fabric	Chassi Ref.	Valor em R\$
Volkswagen Gol TrendLine 1.0 12v Totalflex 4 portas	2017/2018	048585	682,74
Volkswagen Gol TrendLine 1.0 12v Totalflex 4 portas	2017/2018	057500	682,74
Iveco Fiat Daily Minibus 45S17 - 16 passageiros	2017/2018	8475069	4.332,58
TOTAL			5.698,06

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

1 – O Valor do presente termo aditivo será de R\$ 5.698,06 (cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e seis centavos), que será pago em uma entrada de R\$ 1.899,36 mais duas parcelas de R\$ 1.899,35, através de boleto bancário a ser emitido pela CONTRATADA.

2- Os Recursos Orçamentários e Financeiros correrão através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na seguinte rubrica orçamentária:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Atividade: Manutenção e implementação dos atendimentos de média e alta complexidade

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.69.00.00.00

Função Programática: 10.01.2073. 3.3.90.39.69.00.00.00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais**

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 26 de outubro de 2017.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Contratante

CARLOS ALBERTO LANDIM  
Diretor  
CPF: 085.617.328-22  
Contratada

LEONARDO GIUBERTI MATTEDI  
Diretor  
CPF: 364.415.031-15  
Contratada

## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia      Brunna Karla Costenaro Provenci  
CPF: 687.857.399-87      CPF: 084.982.739-60

**TERMO ADITIVO Nº 049/2017**

Publicação Nº 1418300

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
GESTOR

Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.  
CNPJ/MF Nº 94.894.169/0001-86  
Rua Samuel Kruchim, nº 200 - Vila Noal  
CONTRATADA

## TERMO ADITIVO Nº 049/2017 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Samuel Kruchim, nº 200 - Vila Noal - Santa Maria - Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 94.894.169/0001-86, neste ato representado por seu Sócio-administrador, Senhor Mauro Marciano Garcia de Freitas, portador do CPF nº 374.624.900-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 026B/2017, que teve por objeto o Registro de Preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso das diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 06 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 064/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 035/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

## Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade	Valor (R\$)	Valor Total (R\$)
55	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA INJETÁVEL	UND	HIPOLABOR	600	1,15	690,00

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 77.082,50 (setenta e sete mil, oitenta e dois reais e cinquenta centavos) para R\$ 77.772,50 (setenta e sete mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) representando um acréscimo de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º , da Lei Federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

## CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2017.

AMERICO LORINI      MAURO MARCIANO G. DE FREITAS  
Prefeito Municipal      Sócio Administrador  
CPF nº 162.730.799-00      CPF nº 374.624.900-72  
Pelo Município      Pela Empresa

## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia      Brunna Karla Costenaro Provenci  
CPF: 687.857.399-87      CPF: 084.982.739-60

# Ibicaré

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 057-2017

Publicação Nº 1417672

DECRETO Nº 057, 14 de setembro de 2017.

REGULA O USO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NF-E NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 1.901/2017

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA EMISSÃO DA NOTA

Art. 1º. O acesso à ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, se dará por login e senha de acesso no site do município: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 2º. O prestador de serviço deverá efetuar a solicitação de acesso para a utilização do sistema para emissão de NFS-e na página inicial do site [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), na opção "Nota Fiscal Eletrônica".

Parágrafo único. Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura deste município.

Art. 3º. A NFS-e, obedecerá o modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e conterá, no mínimo:

- I – número sequencial;
- II – código de verificação de autenticidade;
- III – data e hora da emissão;
- IV – identificação do prestador de serviços, apresentando:
  - a) nome empresarial;
  - b) endereço físico;
  - c) endereço de correio eletrônico (e-mail);
  - d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
  - e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal;
- V – identificação do tomador dos serviços, contendo:
  - a) nome ou nome empresarial;
  - b) endereço físico;
  - c) endereço de correio eletrônico (e-mail), se houver;
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal, se houver;
- VI – discriminação do serviço e o código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
- VII – o valor total da operação;
- VIII – a base de cálculo do ISSQN e a dedução efetuada, quando permitida pela legislação municipal ou determinada por decisão judicial;
- IX – alíquota e valor do ISSQN;

X – indicação das seguintes informações, se ocorridas:

- a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;
- b) serviço não tributado pelo Município de Ibicaré;
- c) retenção de ISSQN na fonte;

d) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;

e) número e data do RPS convertido;

Parágrafo único. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços.

Art. 4º. O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo único. Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo Fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso ao sistemas. Sendo pré-requisito para a liberação do acesso.

Art. 5º. Cada NFS-e conterá apenas um código de serviço

Art. 6º. A NFS-e emitida será enviada por "e-mail" ao tomador do serviço ou, por solicitação deste, será impressa em via única.

## CAPÍTULO II

## DO CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 7º. A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto.

Parágrafo Único: Após o pagamento a nota poderá ser cancelada por processo administrativo, permitindo efetuar o cancelamento de notas mesmo com guias emitidas e pagas independente da data de emissão.

I – Os valores referente a guias pagas concernentes de notas canceladas serão convertidos em saldos a compensar.

II – Os saldos gerados poderão ser compensados no pagamento do imposto gerado em guias referente a competências posteriores.

III – Poderá ser gerado saldos a compensar por processo administrativo, permitindo realizar o lançamento, liberação, bloqueio, cancelamento ou utilização de saldos por restituição.

## CAPÍTULO III

## DA CARTA DE CORREÇÃO

Art. 8. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º. É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º. Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º. Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§4º. Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Art. 9. São permitidas por processo administrativo correções referentes a tributação das notas do simples nacional que foram emitidas com a opção simples erradas, convertendo-as para o regime tributário correspondente a opção do prestador.

Art. 10. É permitido correções na NFS-e referente a natureza de operação quando não ocorreu a emissão da guia.

#### CAPÍTULO IV DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 11. O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observados os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

I – Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;  
II – às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

#### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Ibicaré, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 13. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 14. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, 14 de setembro de 2017.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

### PORTARIA 224/2017

Publicação Nº 1417674

PORTARIA Nº 224 de 31 de outubro de 2017.  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000, e artigo 96, Inciso V e IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor IRINEU TRESSOLDI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Saúde, nível Agente Político, Anexo I – Quadro de Pessoal Comissionado, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 060, de 02 de janeiro de 2017, a Portaria nº 143, de 15 de março de 2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de outubro de 2017.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

### PORTARIA 225/2017

Publicação Nº 1417676

PORTARIA Nº 225, de 01 de novembro de 2017.

“ DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:  
No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, EVANDRO VOLPATO, ocupante do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, nível Agente Político, Anexo I – Quadro de Pessoal Comissionado, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para responder cumulativamente pelo cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, bem como para responder pela função de Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 01 de novembro de 2017.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO E CONVOCAÇÃO 2º/3º COLOCADOS

Publicação Nº 1417497

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO e CONVOCAÇÃO 2º/3º COLOCADOS

Contrato Administrativo n.º 47/2015 – Licitação 49/2015 – Tomada de Preços.

Contratada: Vilson Vansuiten ME – CNPJ 08.418.466/0001-13.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) PÓRTICOS TURÍSTICOS NESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA, CONFORME RESPECTIVOS PROJETOS DE ENGENHARIA.

O Município de Ibirama - SC, na pessoa de sua Excelência o Prefeito Municipal Sr. Adriano Poffo, RESOLVE:

I – Em face da devida rescisão administrativa do contrato n.º 47/2015, conforme justificativas constantes do processo, bem como a publicação da referida decisão;

II – Em face de que o segundo colocado, de acordo com a classificação constante do processo de licitação ser a empresa Tambosi Construtora Ltda. empresa esta que em 23/11/2016 protocolou comunicado de desistência de outro contrato firmado também com o município de Ibirama, justificando para tal a ocorrência do inesperado falecimento do seu Sócio Majoritário (Sr. Luiz Tambolsi), manifestando sua impossibilidade e desinteresse em prestar serviços / executar obras desde aquela data para este município. (cópia de termo em anexo);

III – Isto posto, convocar a empresa CONSTRUTORA F&amp;F LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 12.595.052/0001-37, com sede nesta cidade de Ibirama, 3ª colocada na classificação das propostas do certame supracitado, que no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis a contar da ciência deste aviso, para que se manifeste expressamente quanto a concordância ou não para a execução das obras remanescentes do contrato administrativo 47/2015, na forma inciso XI do Art. 24 da Lei 8.666/93\* e atualizações, lhe concedendo ainda, dentro do prazo estabelecido, possibilidade solicitar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, Ibirama, 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal

\* Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 24. É dispensável a licitação:

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

### EXTRATO CONTRATO Nº 32/2017 - CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1417489

Contrato Nº : 32/2017

Contratante : Fundo Municipal de Saúde

Contratada : IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 25/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - PSF/

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIRADENTES, NESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Vigência : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 31/10/2017

Valor R\$ : 8.115,00 (Oito Mil e Cento e Quinze Reais )

Dotação : 210 - 09.001.1039.344905242000000.01330000

### TERMO DE COOPERAÇÃO Nº: 96/2017 - CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1418684

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

Termo de Cooperação nº: 96/2017.

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA.

Contratada: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA - EPP.

Valor estimado nos valores unitários conforme edital de Credenciamento nº 82/2017: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Vigência: Início 01/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Inexigibilidade / Credenciamento nº 91/2017.

Objeto: Credenciamento de empresa para implementar e desenvolver o programa de regularização fundiária neste município de Ibirama, conforme legislação pertinente.



# Ilhota

## PREFEITURA

### ERRATA DO EDITAL PRG 062 - 2017 PMI - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS SAÚDE 2

Publicação Nº 1418721

Errata 2 do Edital Pregão 062/2017 - FMS

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 062/2017 - FMS, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

#### 11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.2 Os objetos relacionados nas AC ou OS deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua solicitação e deverão iniciar no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da data de recebimento das OS, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

Leia-se:

#### 11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.2 Os objetos relacionados nas AC ou OS deverão ser prestados no prazo máximo de 60 (trinta) dias após a sua solicitação e deverão iniciar no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da data de recebimento das OS, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

Onde se lê:

ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

Compartimento de carga (portas malas) capacidade de no mínimo 270 Lts;

Leia-se:

Compartimento de carga (portas malas) capacidade de no mínimo 265 Lts;

Onde se lê:

Cinto de Segurança de três pontas nos 05 (cinco) assentos;

Leia-se:

Cinto de Segurança de três pontos para os passageiros da frente e para os laterais traseiro, sendo que o cinto central traseiro será subabdominal.

Onde se lê:

ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

1.1. Fornecimento de 03 (três) Veículos Automotor de passeio, zero quilômetro tipo HB, para a Secretaria Municipal de Saúde de Ilhota.

Leia-se:

ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

1.1. Fornecimento de 02 (dois) Veículos Automotor de passeio, zero quilômetro tipo HB, para a Secretaria Municipal de Saúde de Ilhota.

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 21 de outubro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 06 de novembro de 2017

Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

### ERRATA DO EDITAL PRG 066 - 2017 PMI - MATERIAL DECORAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1418693

Errata 1 do Edital Pregão 066/2017 - PMI

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 066/2017 - FMS, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017- PMI  
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

#### ESPECIFICAÇÕES ITEM 01

CORDAS EM LED NAS CORES BRANCA E VERMELHO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 42W  
DIMENSÕES 1,00 X 1,10M

QUANTIDADE: 4  
VALOR MÁXIMO: R\$ 421,83

#### ESPECIFICAÇÕES ITEM 02

CORDAS EM LED COLORIDO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 90W  
DIMENSÕES 1,20 X 1,90M

QUANTIDADE: 1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 951,39

#### ESPECIFICAÇÕES ITEM 03

CORDAS EM LED COLORIDO  
TENSÃO 220V

POTÊNCIA MÁXIMA 36W  
DIMENSÕES 0,93 X 1,21M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 446,63

ESPECIFICAÇÕES ITEM 04

CORDAS EM LED COLORIDO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 108W  
DIMENSÕES 1,28 X 3,35M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 1316,61

ESPECIFICAÇÕES ITEM 05

CORDAS EM LED LEITOSA  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 295W  
DIMENSÕES 1,71 X 3,32M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 3.745,70

ESPECIFICAÇÕES ITEM 06

COMPOSTO POR 200 LEDS DE ALTO BRILHO NA COR BRANCA  
SIMÉTRICA COM CONTROLE ELETRÔNICO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 14W  
DIMENSÃO 04,00 X 1,4M + 0,75M DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:5  
VALOR MÁXIMO: R\$ 126,25

ESPECIFICAÇÕES ITEM 07

10 LÂMPADAS BOLINHAS EM LED EM ALTO BRILHO COM ISOLA-  
ÇÃO EMBORRACHADA 3000K  
TENSÃO AUTOVOLT 100/240V  
POTÊNCIA MÁXIMA 3W  
DIMENSÃO 8M + 2M DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:3  
VALOR MÁXIMO: R\$ 109,22

ESPECIFICAÇÕES ITEM 08

CORTINA TIPO FESTÃO COM 480 LEDS BRANCO DE ALTO BRILHO  
COM CONTROLE ELETRÔNICO DE 8 FUNÇÕES  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 25W  
DIMENSÕES 3,00 X 0,60M + 0,75M DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:4  
VALOR MÁXIMO: R\$ 279,36

ESPECIFICAÇÕES ITEM 09

ARMAÇÃO DECORADA COM CORDA LUMINOSA EM LED BRANCA  
E FESTÃO COLORIDO VERMELHO NO LETREIRO E AMARELO NAS  
ESTRELAS  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 175W  
DIMENSÕES 4,25 X 0,65M

QUANTIDADE:1

VALOR MÁXIMO: R\$ 2.431,45

ESPECIFICAÇÕES ITEM 10

CORDÃO TIPO FESTÃO COM 480 LEDS BRANCO DE ALTO BRILHO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 15W  
DIMENSÕES 2M + 0,75 DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:6  
VALOR MÁXIMO: R\$ 161,66

ESPECIFICAÇÕES ITEM 11

CORDAS EM LED NAS CORES BRANCA E AMARELO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 24W  
DIMENSÕES 1,50 X 0,50M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 272,54

ESPECIFICAÇÕES ITEM 12

BASTÃO COM 30 LEDS BRANCO  
SNOWFALL  
TENSÃO 220 V  
POTÊNCIA MÁXIMA DE 1 W  
DIMENSÕES 0,50CM

QUANTIDADE: 75  
VALOR MÁXIMO: R\$ 17,23

ESPECIFICAÇÕES ITEM 13

CORDA LUMINOSA 13MM 2 FIOS ROLO COM 44M E UNIDADE DE  
CORTE 2,0M  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA POR METRO 3W  
CADA ROLO DEVERÁ CONTER: 5 CABOS DE FORÇA, 5 INTERCO-  
NECTORES, 5 CAPAS DE TERMINAÇÃO, 100 CLIPS DE FIXAÇÃO,  
100 ABRAÇADEIRAS

QUANTIDADE:4  
VALOR MÁXIMO: R\$ 413,60

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017 – PMI  
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ESPECIFICAÇÕES ITEM 01

ARMAÇÃO CAIXA DE PRESENTE  
CORDAS EM LED NAS CORES BRANCA E VERMELHO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 42W  
DIMENSÕES 1,00 X 1,10M

QUANTIDADE:4  
VALOR MÁXIMO: R\$ 421,83

ESPECIFICAÇÕES ITEM 02

ARMAÇÃO PRESÉPIO  
CORDAS EM LED COLORIDO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 90W  
DIMENSÕES 1,20 X 1,90M



QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 951,39

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 03

ARMAÇÃO ANJO  
CORDAS EM LED COLORIDO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 36W  
DIMENSÕES 0,93 X 1,21M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 446,63

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 04

ARMAÇÃO TRENÓ COM 2 RENAS  
CORDAS EM LED COLORIDO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 108W  
DIMENSÕES 1,28 X 3,35M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 1316,61

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 05

ARMAÇÃO ÁRVORE ARABESCO  
CORDAS EM LED LEITOSA  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 295W  
DIMENSÕES 1,71 X 3,32M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 3.745,70

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 06

CORTINA LUMINOSA  
COMPOSTO POR 200 LEDS DE ALTO BRILHO NA COR BRANCA  
SIMÉTRICA COM CONTROLE ELETRÔNICO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 14W  
DIMENSÃO 4,00 X 1,4M + 0,75M DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:5  
VALOR MÁXIMO: R\$ 126,25

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 07

CORDÃO  
10 LÂMPADAS BOLINHAS EM LED EM ALTO BRILHO COM ISOLAÇÃO EMBORRACHADA 3000K  
TENSÃO AUTOVOLT 100/240V  
POTÊNCIA MÁXIMA 3W  
DIMENSÃO 8M + 2M DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:3  
VALOR MÁXIMO: R\$ 109,22

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 08

CORTINA TIPO FESTÃO COM 480 LEDS BRANCO DE ALTO BRILHO  
COM CONTROLE ELETRÔNICO DE 8 FUNÇÕES  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 25W  
DIMENSÕES 3,00 X 0,60M + 0,75M DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:4

VALOR MÁXIMO: R\$ 279,36

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 09

ARMAÇÃO DECORADA COM CORDA LUMINOSA EM LED BRANCA  
E FESTÃO COLORIDO VERMELHO NO LETREIRO E AMARELO NAS  
ESTRELAS  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 175W  
DIMENSÕES 4,25 X 0,65M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 2.431,45

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 10

CORDÃO TIPO FESTÃO COM 480 LEDS BRANCO DE ALTO BRILHO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 15W  
DIMENSÕES 2M + 0,75 DE CABO DE FORÇA

QUANTIDADE:6  
VALOR MÁXIMO: R\$ 161,66

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 11

ARMAÇÃO ESTRELA CADENTE  
CORDAS EM LED NAS CORES BRANCA E AMARELO  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA 24W  
DIMENSÕES 1,50 X 0,50M

QUANTIDADE:1  
VALOR MÁXIMO: R\$ 272,54

ESPECIFICAÇÕES ITEM 12  
BASTÃO COM 30 LEDS BRANCO  
SNOWFALL  
TENSÃO 220 V  
POTÊNCIA MÁXIMA DE 1 W  
DIMENSÕES 0,50CM

QUANTIDADE: 75  
VALOR MÁXIMO: R\$ 17,23

## ESPECIFICAÇÕES ITEM 13

CORDA LUMINOSA 13MM 2 FIOS ROLO COM 44M E UNIDADE DE  
CORTE 2,0M  
TENSÃO 220V  
POTÊNCIA MÁXIMA POR METRO 3W  
CADA ROLO DEVERÁ CONTER: 5 CABOS DE FORÇA, 5 INTERCONECTORES, 5 CAPAS DE TERMINAÇÃO, 100 CLIPS DE FIXAÇÃO, 100 ABRAÇADEIRAS

QUANTIDADE:4  
VALOR MÁXIMO: R\$ 413,60

Considerando, que as alterações foram realizadas no prazo legal, mantendo-se a data inicial de abertura não foi suspensa e a alteração no edital não afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, data de abertura da sessão para o dia 16 de novembro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 01 de novembro de 2017  
Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

# Imbituba

## PREFEITURA

### ATA 169/2017 PP 03/2017

Publicação Nº 1417746

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 169/2017 DO PP 03/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
EMPRESA: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 97.818,50  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 13/07/2017 à 13/07/2018.  
Imbituba, 13 de julho de 2017.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### EXTRATO DE SUSPENSÃO PROCESSO 99.2017 PREGÃO 65.2017

Publicação Nº 1418177

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – PMI SEDUCE

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 65/2017, Processo Licitatório nº 99/2017, para revisão do Edital.  
Imbituba, 06 de Novembro de 2017.  
Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial

### INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2017

Publicação Nº 1418114

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2017

“Dispõe sobre a Revogação da Instrução Normativa IN – 03/2016 – Transplante de Butiás.”  
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA aprovando a revogação da Instrução Normativa 03/2017, elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, tornam-se suspensos todos os seus efeitos.  
Imbituba, 01 de Novembro de 2017.

Paulo Márcio de Souza  
Secretário do Meio Ambiente.

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 734/2017

Publicação Nº 1417763

PORTARIA PMI/SEAD Nº 734, de 30 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre a exoneração de servidores de carreira, das funções gratificadas de Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil e Secretária de C.M.E.I, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, e considerando todo o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores de carreira abaixo descritos, das funções gratificadas de Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil e Secretária de Centro Municipal de Educação Infantil, junto ao órgão superior correspondente.

DIRETOR – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Diretor do Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson (Boa Vista)	SEDUC	Altair Soares Querino Canto	578.542.979-91	31/10/2017
SECRETÁRIA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração

Secretária do Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes (Roça Grande)	SEDUC	Jucimari Rocha	040.582.049-66	31/10/2017
---	-------	----------------	----------------	------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de outubro de 2017.

Imbituba, 30 de outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 735/2017

Publicação Nº 1417796

PORTARIA PMI/SEAD Nº 735, de 31 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério, em função gratificada de Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Altona, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de novembro de 2017, a Sra. ROSIANE PACHECO, brasileira, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 041.427.179-36, para exercer o cargo de Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Altona, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Imbituba, 31 de outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 736/2017

Publicação Nº 1417953

PORTARIA PMI/SEAD Nº 736, de 01 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira, nas funções gratificadas de Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil e Secretário de C.M.E.I, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, e considerando todo o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil e Secretário de Centro Municipal de Educação Infantil, junto ao órgão superior correspondente.

DIRETORA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson (Boa Vista)	SEDUC	Jucimari Rocha	040.582.049-66	01/11/2017

SECRETÁRIO – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Secretário do Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson (Boa Vista)	SEDUC	Altair Soares Querino Canto	578.542.979-91	01/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Imbituba, 01 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## **PORTARIA PMI/UCSCI Nº 021/2017**

Publicação Nº 1418142

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 021, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação da comissão permanente de sindicância e processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, que autoriza o executivo Municipal a instituir a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei de Regime Disciplinar nº 3.086/2007;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Comissão permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

a) Membros Titulares:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;

II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

IV – Anderson Claiton Pereira, matrícula nº 6344, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

b) Membro Suplente:

1º Suplente – Vera Lúcia de Carvalho Barjona, matrícula nº 5192, Agente Administrativa, lotado na Procuradoria Geral do Município; e

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de Novembro de 2017.

Bruna Martins Duarte

Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 046/2017**

Publicação Nº 1418179

Ato da Presidência nº 046/17

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno e, em conformidade com o Decreto da Prefeitura Municipal de Imbituba nº 194, de 02 de dezembro de 2016, que fixa o calendário dos feriados e pontos facultativos de 2017, RESOLVE:

I - Estabelecer ponto facultativo no dia 03 de novembro de 2017, sexta-feira, na Câmara de Vereadores, devido ao feriado do dia 02 de novembro, quinta-feira, Dia de Finados, Feriado Nacional conforme declarado pela Lei nº 662, de 06 de abril de 1.949.

Gabinete da Presidência, 31 de outubro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 047/2017**

Publicação Nº 1418178

**Ato da Presidência nº 047/2017**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 37ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 06 de novembro de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
076	PLC nº 411/2017	11/09/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a criação de emprego público e vaga no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Regime Urgência Especial	Única	1ª/2ª
077	PL nº 4.955/2017 (Substitutivo) (Emenda 01) (Emenda 02)	11/09/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Executivo Municipal a instituir a Comissão Permanente de Processo Administrativo, no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Regime Urgência Especial	Única	1ª/2ª
084	PL nº 4.964/2017	25/09/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a Criação do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico de Imbituba, e dá outras providências.	Regime Urgência Especial	Única	1ª/2ª
089	PL nº 4.970/2017	05/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências. Alteração dos artigos 8º e 11º da Lei nº 4216 de 13 de junho de 2013. outras providências.	Regime Urgência Especial	Única	1ª/2ª
-	Moção nº 006/2017	23/10/2017	Legislativo Municipal	Roberto Luiz Rodrigues	MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO ao empresário Jaime Pacheco Alves pelo importante trabalho social desenvolvido no município de Imbituba e por ser "Gente que Faz".	Regime Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 01 de novembro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 923/17

Publicação Nº 1417400

. DECRETO Nº 923/17  
. De 01 de novembro de 2017

ALTERA DECRETO Nº 915 DE 2017 / HOMOLOGA INSCRITOS PARA ELEIÇÕES COMED / EDITAL COMED 001/2017

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 915 de 2017 que Homologa os inscritos conforme o Edital nº 001/2017 / COMED, para a Eleição dos representantes do Conselho Municipal de Educação para a Gestão 2018/2020, listagem é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED Rua Marechal Floriano Peixoto, 560 – Centro – I N D A I A L – SC Tel.: 47 – 3394 0178 E-mail: comed@indaial.sc.gov.br	
--	---	--

Listagem das pessoas inscritas, conforme Edital COMED nº 001/2017, do segmento da Educação para concorrer à eleição dos novos membros do Conselho Municipal de Educação de Indaial/COMED.

#### SEGMENTO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APPs)

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	CINIRA SIMONE ALTHOFF FRANÇA	2799910	47-984416694	cinirafanca2@gmail.com
02	MARCIATONETT LOPES DE OLIVEIRA	3679229	47-984737836	marciatonett34@gmail.com
03	SIMONE LADWIG VALCANAIA	3068205	47-988570154	monypedagogaeiaugusto@gmail.com
04	CLAUDETE MARIA PLASTER	572756	47-33333086	caucouplaster@gmail.com

#### SEGMENTO PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACTS)

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	YASMIN OTTONI SIRONI	5749539	47-988228239	yasminsironi07@gmail.com
02	ISABEL CRISTINA MARCELINO DOS SANTOS	4951597	47984572650	rafaelisabeljuliano@gmail.com
03	LAÍS DE FARIA EWALD	44401280	47-988707104	laisfewald@gmail.com

#### SEGMENTO AGENTES EDUCACIONAIS

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	Milena Cristiane de Souza Correa	4142336	47-33336906	eja@indaial.sc.gov.br

#### SEGMENTO AUXILIARES DE CRECHE

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	ANA FERNANDA BUSCH	4687368	47-984775805	anafernandachwarz@gmail.com

#### SEGMENTO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL (0 a 3 anos)



	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	MARIELZA FELIPI MARTINS	6063861	47-984350073	marielza-lm@yahoo.com.br
02	MARIA SUELY CARDOSO DE JESUS	2827647	47-996161066	suelybalieirocard2016@outlook.com

## SEGMENTO PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL 04 a 06 anos

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	ANDREIA VIEIRA DE JESUS RIBEIRO	5143397	47-984963014	andreaavieira@gmail.com
02	SANDRA KURTH VELTER	3062118-6	47-999233147	sandravi_velter@yahoo.com.br

## SEGMENTO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º ano)

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	RAQUEL ZIMMERMANN DE FAVERI	3666085	47-991300450	raquelfaveri@hotmail.com
02	CELINE POLTRONIERI	2483858	47-997095642	celinepoltronieri@gmail.com
03	SARA JANE BRANCHER THIEL	1841798	47-33947934	sjbt1000@yahoo.com

## SEGMENTO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º ao 9º ano)

	NOME	RG	FONE	E-MAIL
01	EVELI PREILIPPER	51036061	47-99431585	eveli.p@gmail.com
02	NEIDE DE FÁTIMA VARGAS	39152820	47-33330779	neidefvargas@gmail.com
03	ALCIDES BEDIN	2185189	47-996753470	alcides.bedin@terra.com.br
04	FABIO ELISIO	3577671	47-984166023	fabioedufi@yahoo.com.br
05	VANESSA SCHMITT	24809470	47-33947490	vanessa.bra@bol.com.br
06	CRELSON BATISTA FERREIRA	5921443	47-997255426	crelsonbatistaferreira@yahoo.com.br

Indaial/SC, 01 de novembro de 2017.

**DECRETO Nº 924/17**

Publicação Nº 1417369

. DECRETO Nº 924/17

. De 01 de novembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.770,63 (QUARENTA E DOIS MIL E SETECENTOS E SETENTA REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2105.3339000000000	01625502	42.770,63

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 925/17**

Publicação Nº 1417371

. DECRETO Nº 925/17

. De 01 de novembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 105.364,01 (CENTO E CINCO MIL E TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E UM CENTAVO) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2112.3339000000000	01370003	7.166,34
05.001.0012.0365.0005.2112.3339000000000	01370002	40.492,08
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000	01370004	36.088,61
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000	01370010	894,82
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000	01370006	720,89
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000	01370001	20.001,27

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas



com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## **PORTARIA Nº 1639/17**

Publicação Nº 1417342

PORTARIA Nº 1639/17

De 27 de outubro de 2017

Reconhece Estabilidade

Marcia Priscila Haut

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo também com o Parecer Conclusivo de 11 de setembro de 2017, confeccionado pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 269 de 07 de março de 2017, que considerou a servidora como APTA, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade a servidora Marcia Priscila Haut, ocupante do cargo de Professora C 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 06 de agosto de 2017.

Prefeitura de Indaial, em 27 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 1640/17**

Publicação Nº 1417346

PORTARIA Nº 1640/17

De 27 de outubro de 2017

Reconhece Estabilidade

Roseli Schure Neumann

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo também com o Parecer Conclusivo de 11 de setembro de 2017, confeccionado pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 269 de 07 de março de 2017, que considerou a servidora como APTA, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade a servidora Roseli Schure Neumann, ocupante do cargo de Pedagoga, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 07 de setembro de 2017.

Prefeitura de Indaial, em 27 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 1645/17**

Publicação Nº 1417347

PORTARIA Nº 1645/17

De 27 de outubro de 2017

Exonera /

Daniani Cristina Back

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 19 de setembro de 2017, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Daniani Cristina Back, ocupante do cargo de Professora C 20 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 15 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 27 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 1646/17**

Publicação Nº 1417348

PORTARIA Nº 1646/17

De 27 de outubro de 2017

Declara vacância do cargo de Professor C 20 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 15 de setembro de 2017, o cargo de Professor C 20 h/s, em virtude da exoneração a pedido da servidora Daniani Cristina Back, conforme portaria nº 1645/17 de 27 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 27 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1648/17**

Publicação Nº 1417351

PORTARIA Nº 1648/17

De 30 de outubro de 2017

Torna sem Efeito a Portaria nº 1480/17

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que a candidata não Tomou Posse no prazo legalmente previsto, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1480/17, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Odontólogo III, Gislaine Pires de Oliveira.

Prefeitura de Indaial, em 30 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1649/17**

Publicação Nº 1417353

PORTARIA Nº 1649/17

De 30 de outubro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei 4754 de 02 de abril de 2013 que criou o cargo de Odontólogo III e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2013, homologado pelo Decreto 573/13, de 20 de novembro de 2013 e prorrogado pelo Decreto 1644 de 19 de novembro de 2015, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Odontólogo III, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Lisângela Vanessa M. Pantzier, aprovada em 15º lugar no Concurso Público 001/2013, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 30 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2017**

Publicação Nº 1417217

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial

Processo Licitatório nº 175/2017

Edital de Pregão Presencial nº 011/2017-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de um conjunto odontológico.

Entrega dos envelopes: 17/11/2017 - 07h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 17/11/2017 - 08h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2017**

Publicação Nº 1417218

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

INDAPREV – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 176/2017

Edital de Pregão Presencial nº 001/2017-36937

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de plano de saúde coletivo para servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes.

Entrega dos envelopes: 21/11/2017 - 07h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 21/11/2017 - 08h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Salvador Bastos – Diretor Presidente

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1756/2017

Publicação Nº 1417173

DECRETO Nº. 1756 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 838/2016 de 17 de novembro de 2016, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 867/2017 de 31 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 25.687,00 (vinte e cinco mil seiscientos e oitenta e sete reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
1007 Obras de Infraestrutura Urbana  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 25.687,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação na seguinte dotação orçamentária na Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê (Unidade Gestora):

01.00 Poder Legislativo  
01.01 Câmara de Vereadores  
1050 Construção da Sede Legislativa  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 25.687,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 31 de outubro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1417210

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2017 – CMDCA – IOMERÊ

Conforme ofício n. 450/2017/01PJ/VID, expedido pelo Ministério Público de Videira ao CMDCA na data de 22 de agosto de 2017, o CMDCA abriu processo administrativo para apuração de notícia de Fato n. 01.2017.0017680-0, envolvendo conselheira tutelar.

### LEI 867/2017

Publicação Nº 1417171

LEI Nº. 867, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 838/2016 de 17 de novembro de 2016, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2017.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 25.687,00 (vinte e cinco mil seiscientos e oitenta e sete reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
1007 Obras de Infraestrutura Urbana  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 25.687,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação na seguinte dotação orçamentária na Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê (Unidade Gestora):

01.00 Poder Legislativo  
01.01 Câmara de Vereadores  
1050 Construção da Sede Legislativa  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 25.687,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 31 de outubro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3035/2017

Publicação Nº 1417177

PORTARIA Nº 3035 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Exonera Servidor de Cargo Comissionado

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 30 de outubro de 2017 GREISSI PERETTI, inscrita no CPF nº 097.467.479-67 do cargo comissionado de Assistente da Secretaria de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 30 de outubro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3036/2017

Publicação Nº 1417181

PORTARIA Nº 3036 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017  
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal, VERIANO MODENA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/04/2016 a 02/04/2017 contar de 01/11/2017 a 30/11/2017.  
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 31 de outubro de 2017  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Sec. de Adm e Finanças

### PORTARIA 3037/2017

Publicação Nº 1417184

PORTARIA Nº 3037 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017  
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal, EDUARDO MARIO ZANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2016 a 02/01/2017 contar de 06/11/2017 a 05/12/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 31 de outubro de 2017  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Sec. de Adm e Finanças

### PORTARIA 3038/2017

Publicação Nº 1417186

PORTARIA Nº 3038 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017  
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal, SIBELE ORSATTO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016 contar de 07/11/2017 a 06/12/2017.  
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 31 de outubro de 2017  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Sec. de Adm e Finanças

### TERMO DE POSSE 078/2017

Publicação Nº 1417211

TERMO DE POSSE nº078

Nome: VALDIR FOSCHIERA  
Cargo ou Função: Motorista de Ambulância  
Sec. De Saúde e Ação Social  
Está sob o Regime de Tempo Integral? (x) Sim () Não.  
Com dedicação Exclusiva? (x) Sim () Não

Em 01 (um) de novembro do ano de dois mil e dezessete, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se o servidor VALDIR FOSCHIERA no cargo efetivo de Motorista de Ambulância nomeado(a) através da Portaria nº 3034 de 27 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de novembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

VALDIR FOSCHIERA  
Empossado(a)

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO 137/2017

Publicação Nº 1417091

Processo Administrativo Nº 137/2017

Pregão Presencial Nº 067/2017

Sistema de Registro de Preços

O Município de Iporã do Oeste – SC, torna público a realização de Processo Licitatório, Modalidade: Pregão Presencial, tipo menor preço por item, sistema de registro de preços, no dia 21.11.2017, às 14:00 hr, para seleção e futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA MOTORIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE. A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, ou pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br).

Iporã do Oeste - SC, 01 de novembro de 2017.

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal



# Ipuaçu

## PREFEITURA

### 8 ADTO CT PREF 74.2016

Publicação Nº 1417283

8 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 74.2016

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA realiza oitavo termo aditivo ao Contrato PREF 74 de 22 de novembro de 2016. Processo Licitatório PREF n.º 29/2016, Tomada de Preços n. PREF n.º 05/2016.

CONTRATADO: SET SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 23.817.053/0001-03.

Objeto: ampliação de prazo de vigência.

Vigência de 22/11/2016 à 31/12/2017.

Ipuaçu - SC, em 30 de outubro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 266 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1418012

DECRETO Nº 266

DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5 da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 69 – R\$ 100.000,00

07.00 – Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 20.606.2001.2.045 – Manutenção das Ativ. da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 84 – R\$ 50.000,00

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.028 – Manutenção das Ativ. da Saúde

Modalidade de Aplicação: 31710000

Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Despesa: 06 – R\$ 5.000,00

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.028 – Manutenção das Ativ. da

Saúde

Modalidade de Aplicação: 33710000

Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Despesa: 08 – R\$ 6.000,00

Para Programação de despesa:

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 70 – R\$ 1000.000,00

07.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 20.606.2001.2.045 – Manutenção das Ativ. da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 85 – R\$ 50.000,00

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.028 – Manutenção das Ativ. da Saúde

Modalidade de Aplicação: 33930000

Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Despesa: 10 – R\$ 11.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 31 de outubro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### DECRETO Nº 267 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1418015

DECRETO Nº 267

DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:



Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 1.465,00 (hum mil cento e sessenta e cinco reais), na seguinte programação de despesa:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.032 – Manutenção do Piso de Atenção Básica Variável  
Modalidade de Aplicação: 44900000  
Fonte de Recurso: 1367 – Superávit Financeiro de Transferências do Sistema Único do SUS do Estado  
Despesa: 39 – R\$ 1.465,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 1367 – Superávit Financeiro de Transferências do Sistema Único do SUS do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 31 de outubro de 2017.  
CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 31 de outubro de 2017.  
CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 268 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1418017

DECRETO Nº 268  
DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 80.000,000 (oitenta mil reais), nas seguintes programações de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.028 – Manutenção das Ativ. da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
Despesa: 09 – R\$ 80.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 80.000,000 (oitenta mil reais), da Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

## Ipumirim

## PREFEITURA

## ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 13, PP Nº 7-2017-FMS

Publicação Nº 1417958

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 13/2017</b> <b>Data do Processo: 16/10/2017</b>

Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2018, de acordo com as descrições conforme anexo III do Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 7/2017 (Sequência: 2)**

Ao(s) 31 de Outubro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2017, Licitação nº 7/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, designados pelo Decreto nº 2265/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epigrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: DENTÁRIA E CIRÚRGICA MERCOSUL LTDA neste ato sem representante presente, POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP, SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP, DENTAL SHOW - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. A empresa DENTÁRIA E CIRÚRGICA MERCOSUL LTDA encaminhou os envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação pelo correio, via transportadora e recebido e protocolado no setor de protocolos da Prefeitura sob nº 931/2017 no dia trinta de outubro de 2017. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez Srº MAICON ROBERTO DEOLA procurador credenciado da empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP, o Srº ROBERTO FERRARINI procurador da empresa DENTAL SHOW - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA e o Srº ROGÉRIO POSSATTO sócio proprietário da empresa POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de Microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como Microempresa ou empresa de pequeno porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**LOTE: 1****Participante: 7437 - DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 3	UN	30,00	JOTA	0,0000	8,63	258,90
2	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 4	UN	30,00	JOTA	0,0000	8,75	262,50
3	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 5	UN	30,00	KAVO KERR	0,0000	4,39	131,70
4	BROCAS CARBIDE Nº 2 CALIBRE 1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	30,00	JOTA	0,0000	8,75	262,50
5	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1012/1052 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	60,00	FAVA	0,0000	1,53	91,80
6	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1011 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	60,00	FAVA	0,0000	1,53	91,80
7	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1014 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	100,00	FAVA	0,0000	1,53	153,00
8	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1016HL PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	FAVA	0,0000	1,53	76,50
9	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1034 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	30,00	FAVA	0,0000	1,53	45,90
10	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1035 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	30,00	FAVA	0,0000	1,53	45,90
11	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190F PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	FAVA	0,0000	1,53	76,50
12	broca diamantada 1011HL	UN	50,00	FAVA	0,0000	1,53	76,50
13	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118F PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	100,00	FAVA	0,0000	1,53	153,00
14	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195F PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	100,00	FAVA	0,0000	1,53	153,00
15	Broca carbide nº 06	UN	30,00	KAVO KERR	0,0000	5,72	171,60

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>	
<b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>				<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 13/2017</b> <b>Data do Processo: 16/10/2017</b>	
				Folha: 2/4	

**LOTE: 1****Participante: 7437 - DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	Broca carbide nº 07	UN	30,00	KAVO KERR	0,0000	5,72	171,60
17	BROCAS CIRURGICAS Nº 701	UN	30,00	KAVO KERR	0,0000	6,12	183,60
18	BROCAS DIAMANTADAS 1012 HL	UN	50,00	FAVA	0,0000	1,53	76,50
19	BROCAS DIAMANTADAS 1014 HL	UN	50,00	FAVA	0,0000	1,53	76,50

**Total do Participante —> 2.559,30****LOTE: 2****Participante: 7437 - DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	Brocas p/ baixa rotação nº 07 multi laminada	UN	100,00	MAILLEFER	0,0000	2,79	279,00
21	Brocas p/ baixa rotação nº 04 multi laminada	UN	80,00	MAILLEFER	0,0000	2,66	212,80
22	Brocas p/ baixa rotação nº 05 multi laminada	UN	80,00	MAILLEFER	0,0000	2,66	212,80
23	Brocas p/ baixa rotação nº 06 multi laminada	UN	80,00	MAILLEFER	0,0000	2,66	212,80
24	Brocas p/ baixa rotação nº 03 multi laminada	UN	80,00	MAILLEFER	0,0000	2,66	212,80
82	Brocas p/ baixa rotação nº 02 multi laminada	UN	60,00	MAILLEFER	0,0000	2,66	159,60

**Total do Participante —> 1.289,80****LOTE: 3****Participante: 7490 - POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
25	RESINA a base de microglass OA3	UN	20,00	CHARISMA	0,0000	37,70	754,00
26	RESINA a base de microglass OA2	UN	10,00	CHARISMA	0,0000	37,70	377,00
27	RESINA a base de microglass OA1	UN	10,00	CHARISMA	0,0000	39,00	390,00
28	RESINA a base de microglass A1	UN	20,00	CHARISMA	0,0000	37,70	754,00
29	RESINA a base de microglass A2	UN	10,00	CHARISMA	0,0000	37,70	377,00
30	RESINA a base de microglass A3	UN	40,00	CHARISMA	0,0000	37,70	1.508,00
31	RESINA a base de microglass 3,5	UN	10,00	CHARISMA	0,0000	37,70	377,00
32	RESINA a base de microglass B1	UN	10,00	CHARISMA	0,0000	37,70	377,00

**Total do Participante —> 4.914,00****LOTE: 4****Participante: 6765 - SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
38	tesoura iris curva 12cm	UN	10,00	LM	0,0000	15,202	152,02
39	espelho clínico Nº 05 plano	UN	80,00	IODONTOSUL	0,0000	2,2706	181,65
40	Porta amalgama plastico ( autoclave)	UN	20,00	MAQUIRA	0,0000	8,7072	174,14
41	Espátula nº 70- dupla	UN	5,00	GOLGRAN	0,0000	11,9847	59,92
42	porta matriz tofflemire 142 adulto	UN	5,00	LM	0,0000	21,2843	106,42
43	espátula nº 07 -dupla	UN	5,00	GOLGRAN	0,0000	9,803	49,02
44	Espátula para Resina Nº 02	UN	5,00	LM	0,0000	43,536	217,68
45	Extirpa nervos c/10-azul	CX	15,00	MEDIN	0,0000	25,8156	387,23
46	FIO DENTAL 500 M	UN	15,00	MEDFIO	0,0000	8,6677	130,02
47	escova robson branca reta	UN	60,00	PREVEN	0,0000	1,392	83,52
48	Sugador colorido descartável pct/40	PCT	200,00	SSPLUS	0,0000	5,3211	1.064,22
49	papel carbono accufilmi cx/280	CX	5,00	ANGELUS	0,0000	163,0478	815,24
53	oleo alta e baixa rot.200ml c/1bico	UN	10,00	PREVEN	0,0000	21,9457	219,46
54	Lima flexofile 21mm Nº 15	CX	30,00	KERR	0,0000	20,3464	610,39
55	Enhance Sortido caixa c/ 07	CX	40,00	DENTSPLY	0,0000	62,915	2.516,60
57	Aplicador cavibrush fino-azul	UN	25,00	FGM	0,0000	10,5335	263,34
58	AGULHA GENGIVAL 30gr Curta	CX	30,00	INJECTA	0,0000	37,8694	1.136,08
59	AGULHA DE SUTURA DE SEDA 3.0-CX COM/24 UND-ODONT.	CX	30,00	PROCARE	0,0000	26,9904	809,71
60	Hemospon cx/10-esponjas	CX	20,00	MAQUIRA	0,0000	26,2993	525,99
61	EUGENOL LIQUIDO 20ML	FR	10,00	IODONTOSUL	0,0000	10,6421	106,42
62	Tartarissul 30ml- removedor de mancha	UN	10,00	IODONTOSUL	0,0000	13,199	131,99
64	Cariostático 12%- 10ml	FR	10,00	BIODINAMICA	0,0000	16,595	165,95
65	Alvedex 10 gr	UN	10,00	BIODINAMICA	0,0000	22,2616	222,62
66	TRICRESOL FORMALINA 10 ML	UN	20,00	BIODINAMICA	0,0000	4,9361	98,72

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>	
<b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>				<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 13/2017</b> <b>Data do Processo: 16/10/2017</b>	
				Folha: 3/4	

**LOTE: 4****Participante: 6765 - SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
67	Hydro C- Hidroxido de cálcio	CX	10,00	DENTSPLY	0,0000	21,2843	212,84
68	PASTA PROFILÁTICA TUBO 90gr	UN	15,00	ALLPLAN	0,0000	5,3309	79,96
69	Selante Alpha seal foto incolor ligh	UN	5,00	BIODINAMICA	0,0000	19,0334	95,17
70	Acido fosforico 37% seringa gel	UN	40,00	BIODINAMICA	0,0000	1,2439	49,76
72	AGUA DESTILADA C/ 5L	UN	60,00	ASFER	0,0000	8,8454	530,72
73	Detergente Enzimático 3 enzimas galão 05 lts	GL	25,00	CICLO FARMA	0,0000	104,4865	2.612,16
74	FLUOR GEL 1,23% NEUTRO	UN	20,00	IODONTOSUL	0,0000	3,6033	72,07
75	Verniz c/fluor	CX	5,00	FGM	0,0000	15,3709	76,85
76	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM	UN	5,00	LM	0,0000	36,3096	181,55
77	Algodão rolete pacote c/100 unidades	PCT	150,00	SSPLUS	0,0000	1,5894	238,41
78	Broca diamantada 1016	UN	60,00	FAVA	0,0000	1,9744	118,46
79	Broca laminada Endo Z	UN	20,00	LOHCUS	0,0000	22,9823	459,65
80	Lâmina de bisturi nº 12 - Cx. 100 unid.	CX	5,00	SOLIDOR	0,0000	28,7377	143,69
81	Lâmina de bisturi nº 15 - Cx. 100 unid.	CX	5,00	SOLIDOR	0,0000	28,7377	143,69
83	hipoclorito de sodio 1%	L	20,00	CICLO FARMA	0,0000	2,8333	56,67

**Total do Participante** → 15.300,00**LOTE: 5****Participante: 7437 - DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	ANESTÉSICO MEPIVACAINA 2% + EPIMEFRINA 1:100,00/ MEPIADRE/50 CX/50	CX	70,00	DFL	0,0000	77,25	5.407,50
35	ANESTÉSICO TÓPICO GEL FRASCO/12 GR	FR	30,00	DFL	0,0000	5,88	176,40
63	Kit Cimento IRM Pó + Líquido	KIT	40,00	DENTSPLY	0,0000	69,76	2.790,40
71	KIT PÓ/LÍQUIDO IONOMERO DE VIDRO QUIMICAMENTE ATIVADO	KIT	50,00	FGM	0,0000	21,35	1.067,50

**Total do Participante** → 9.441,80**LOTE: 6****Participante: 7490 - POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 1 PORCAO	UN	900,00	SDI	0,0000	1,50	1.350,00
37	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 2 PORCOES	UN	1.200,00	SDI	0,0000	1,50	1.800,00

**Total do Participante** → 3.150,00**LOTE: 7****Participante: 7490 - POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	Tira de Lixa 4mm x 170 mm cx/ 150	PCT	30,00	3M	0,0000	89,0657	2.671,97
51	Tira de aço p/matriz 05	UN	60,00	MAQUIRA	0,0000	1,4251	85,51
52	Tira de aço p/matriz 07	UN	50,00	MAQUIRA	0,0000	1,4251	71,26
56	TIRAS DE LIXA DE ACO 4mm cx/12	UN	20,00	TDV	0,0000	13,063	261,26

**Total do Participante** → 3.090,00**LOTE: 8****Participante: 7437 - DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
33	ADESIVO OU AGENTE DE UNIÃO FRASCO ÚNICO CONTENDO 06ML, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM CARGA, USADO PARA UNIÃO DE RESINAS COMPOSTAS À ESTRUTURA DENTAL E REPAROS EM RESINA. SOLVENTE À BASE DE ETANOL	UN	30,00	3M	0,0000	89,3667	2.681,00

**Total do Participante** → 2.681,00**Total Geral** → 42.425,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 7/2017 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 13/2017  
**Data do Processo:** 16/10/2017

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 31 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCO	- ..... - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SUZANA GIOMBELLI	- ..... - CADASTRISTA
MOIRA COMBOSKI	- ..... - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JULIE REGINATO	- ..... - ARQUITETA
PAULO ROBERTO DE BORTOLI	- ..... - RECURSOS HUMANO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 13, PP Nº 7-2017-FMS**

Publicação Nº 1417961

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 16/10/2017
--	---

Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do Fundo M.de Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2017  
b) Licitação Nr.: 7/2017-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 01/11/2017  
e) Objeto da Licitação aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2018, de acordo com as descrições conforme anexo III do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO (7437)**

1	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 3 - Marca: JOTA	UN	30,00	0,0000	8,63	258,90
2	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 4 - Marca: JOTA	UN	30,00	0,0000	8,75	262,50
3	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 5 - Marca: KAVO KERR	UN	30,00	0,0000	4,39	131,70
4	BROCAS CARBIDE Nº 2 CALIBRE 1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: JOTA	UN	30,00	0,0000	8,75	262,50
5	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1012/1052 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	60,00	0,0000	1,53	91,80
6	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1011 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	60,00	0,0000	1,53	91,80
7	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1014 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	100,00	0,0000	1,53	153,00
8	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1016HL PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	50,00	0,0000	1,53	76,50
9	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1034 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	30,00	0,0000	1,53	45,90
10	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1035 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	30,00	0,0000	1,53	45,90
11	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	50,00	0,0000	1,53	76,50
12	broca diamantada 1011HL - Marca: FAVA	UN	50,00	0,0000	1,53	76,50

Ipumirim, 1 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 16/10/2017
	Folha: 2/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 1

##### DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO (7437)

13	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	100,00	0,0000	1,53	153,00
14	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: FAVA	UN	100,00	0,0000	1,53	153,00
15	Broca carbide nº 06 - Marca: KAVO KERR	UN	30,00	0,0000	5,72	171,60
16	Broca carbide nº 07 - Marca: KAVO KERR	UN	30,00	0,0000	5,72	171,60
17	BROCAS CIRURGICAS Nº 701 L - Marca: KAVO KERR	UN	30,00	0,0000	6,12	183,60
18	BROCAS DIAMANTADAS 1012 HL - Marca: FAVA	UN	50,00	0,0000	1,53	76,50
19	BROCAS DIAMANTADAS 1014 HL - Marca: FAVA	UN	50,00	0,0000	1,53	76,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.559,30</b>

#### LOTE: 2

##### DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO (7437)

20	Brocas de aço p/ baixa rotação nº 07 multi laminada - Marca: MAILLEFER	UN	100,00	0,0000	2,79	279,00
21	Brocas de aço p/ baixa rotação nº 04 multi laminada - Marca: MAILLEFER	UN	80,00	0,0000	2,66	212,80
22	Brocas de aço p/ baixa rotação nº 05 multi laminada - Marca: MAILLEFER	UN	80,00	0,0000	2,66	212,80
23	Brocas de aço p/ baixa rotação nº 06 multi laminada - Marca: MAILLEFER	UN	80,00	0,0000	2,66	212,80
24	Brocas de aço p/ baixa rotação nº 03 multi laminada - Marca: MAILLEFER	UN	80,00	0,0000	2,66	212,80
82	Brocas p/ baixa rotação nº 02 multi laminada - Marca: MAILLEFER	UN	60,00	0,0000	2,66	159,60
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.289,80</b>

#### LOTE: 3

##### POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP (7490)

25	RESINA a base de microglass OA3 - Marca: CHARISMA	UN	20,00	0,0000	37,70	754,00
26	RESINA a base de microglass OA2 - Marca: CHARISMA	UN	10,00	0,0000	37,70	377,00
27	RESINA a base de microglass OA1 - Marca: CHARISMA	UN	10,00	0,0000	39,00	390,00
28	RESINA a base de microglass A1 - Marca: CHARISMA	UN	20,00	0,0000	37,70	754,00
29	RESINA a base de microglass A2 - Marca: CHARISMA	UN	10,00	0,0000	37,70	377,00
30	RESINA a base de microglass A3 - Marca: CHARISMA	UN	40,00	0,0000	37,70	1.508,00
31	RESINA a base de microglass 3,5 - Marca: CHARISMA	UN	10,00	0,0000	37,70	377,00
32	RESINA a base de microglass B1 - Marca: CHARISMA	UN	10,00	0,0000	37,70	377,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.914,00</b>

#### LOTE: 4

##### SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME (6765)

38	tesoura iris curva 12cm - Marca: LM	UN	10,00	0,0000	15,202	152,02
39	espelho clínico Nº 05 plano - Marca: IODONTOSUL	UN	80,00	0,0000	2,2706	181,65

Ipumirim, 1 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 13/2017</b> <b>Data do Processo: 16/10/2017</b>
	Folha: 3/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 4

#### SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME (6765)

40	Porta amalgama plastico ( autoclave) - Marca: MAQUIRA	UN	20,00	0,0000	8,7072	174,14
41	Espatula nº 70- dupla - Marca: GOLGRAN	UN	5,00	0,0000	11,9847	59,92
42	porta matriz tofflemire 142 adulto - Marca: LM	UN	5,00	0,0000	21,2843	106,42
43	espatula nº 07 -dupla - Marca: GOLGRAN	UN	5,00	0,0000	9,803	49,02
44	Espátula para Resina Nº 02 - Marca: LM	UN	5,00	0,0000	43,536	217,68
45	Extirpa nervos c/10-azul - Marca: MEDIN	CX	15,00	0,0000	25,8156	387,23
46	FIO DENTAL 500 M - Marca: MEDFIO	UN	15,00	0,0000	8,6677	130,02
47	escova robson branca reta - Marca: PREVEN	UN	60,00	0,0000	1,392	83,52
48	Sugador colorido descartável pct/40 - Marca: SSPLUS	PCT	200,00	0,0000	5,3211	1.064,22
49	papel carbono accufilmi cx/280 - Marca: ANGELUS	CX	5,00	0,0000	163,0478	815,24
53	oleo alta e baixa rot.200ml c/1bico - Marca: PREVEN	UN	10,00	0,0000	21,9457	219,46
54	Lima flexofile 21mm Nº 15 cx 06 unidade - Marca: KERR	CX	30,00	0,0000	20,3464	610,39
55	Enhance Sortido caixa c/ 07 - Marca: DENTSPLY	CX	40,00	0,0000	62,915	2.516,60
57	Aplicador cavibrush fino-azul - Marca: FGM	UN	25,00	0,0000	10,5335	263,34
58	AGULHA GENIVAL 30gr Curta - Marca: INJECTA	CX	30,00	0,0000	37,8694	1.136,08
59	AGULHA DE SUTURA DE SEDA 3.0- CX COM/24 UND-ODONT. - Marca: PROCARE	CX	30,00	0,0000	26,9904	809,71
60	Hemospon cx/10-esponjas - Marca: MAQUIRA	CX	20,00	0,0000	26,2993	525,99
61	EUGENOL LIQUIDO 20ML - Marca: IODONTOSUL	FR	10,00	0,0000	10,6421	106,42
62	Tartarisul 30ml- removedor de mancha - Marca: IODONTOSUL	UN	10,00	0,0000	13,199	131,99
64	Cariostático 12%- 10ml - Marca: BIODINAMICA	FR	10,00	0,0000	16,595	165,95
65	Alveolex 10 gr - Marca: BIODINAMICA	UN	10,00	0,0000	22,2616	222,62
66	TRICRESOL FORMALINA 10 ML - Marca: BIODINAMICA	UN	20,00	0,0000	4,9361	98,72
67	Hydro C- Hidroxido de calcio - Marca: DENTSPLY	CX	10,00	0,0000	21,2843	212,84
68	PASTA PROFILATICA TUBO 90gr - Marca: ALLPLAN	UN	15,00	0,0000	5,3309	79,96
69	Selante Alpha seal foto incolor ligh - Marca: BIODINAMICA	UN	5,00	0,0000	19,0334	95,17
70	Acido fosforico 37% seringa gel - Marca: BIODINAMICA	UN	40,00	0,0000	1,2439	49,76
72	AGUA DESTILADA C/ 5L - Marca: ASFER	UN	60,00	0,0000	8,8454	530,72
73	Detergente Enzimático 3 enzimas galão 05 lts - Marca: CICLO FARMA	GL	25,00	0,0000	104,4865	2.612,16
74	FLUOR GEL 1,23% NEUTRO - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	3,6033	72,07
75	Verniz c/fluor - Marca: FGM	CX	5,00	0,0000	15,3709	76,85
76	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM - Marca: LM	UN	5,00	0,0000	36,3096	181,55
77	Algodão rolete pacote c/100 unidades - Marca: SSPLUS	PCT	150,00	0,0000	1,5894	238,41
78	Broca diamantada 1016- alta rotação - Marca: FAVA	UN	60,00	0,0000	1,9744	118,46
79	Broca laminada Endo Z - Marca: LOHCUS	UN	20,00	0,0000	22,9823	459,65
80	Lâmina de bisturi nº 12 - Cx. 100 unid. - Marca: SOLIDOR	CX	5,00	0,0000	28,7377	143,69
81	Lâmina de bisturi nº 15 - Cx. 100 unid. - Marca: SOLIDOR	CX	5,00	0,0000	28,7377	143,69

Ipumirim, 1 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2017 Data do Processo: 16/10/2017
	Folha: 4/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 4

##### SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME (6765)

83	hipoclorito de sodio 1% - Marca: CICLO FARMA	L	20,00	0,0000	2,8333	56,67
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>15.300,00</b>

#### LOTE: 5

##### DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO (7437)

34	ANESTÉSICO MEPIVACAINA 2% + EPIMEFRINA 1:100,00/MEPIADRE/50 CX/50 - Marca: DFL	CX	70,00	0,0000	77,25	5.407,50
35	ANESTÉSICO TÓPICO GEL FRASCO/12 GR - Marca: DFL	FR	30,00	0,0000	5,88	176,40
63	Kit Cimento IRM Pó + Líquido - Marca: DENTSPLY	KIT	40,00	0,0000	69,76	2.790,40
71	KIT PÓ/LÍQUIDO IONOMERO DE VIDRO QUIMICAMENTE ATIVADO - Marca: FGM	KIT	50,00	0,0000	21,35	1.067,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>9.441,80</b>

#### LOTE: 6

##### POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP (7490)

36	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 1 PORCAO - Marca: SDI	UN	900,00	0,0000	1,50	1.350,00
37	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 2 PORCOES - Marca: SDI	UN	1.200,00	0,0000	1,50	1.800,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.150,00</b>

#### LOTE: 7

##### POSSATTO & POSSATTO LTDA - EPP (7490)

50	Tira de Lixa 4mm x 170 mm cx/ 150 - Marca: 3M	PCT	30,00	0,0000	89,0657	2.671,97
51	Tira de aço p/matriz 05 - Marca: MAQUIRA	UN	60,00	0,0000	1,4251	85,51
52	Tira de aço p/matriz 07 - Marca: MAQUIRA	UN	50,00	0,0000	1,4251	71,26
56	TIRAS DE LIXA DE ACO 4mm cx/12 - Marca: TDV	UN	20,00	0,0000	13,063	261,26
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.090,00</b>

#### LOTE: 8

##### DENTAL SHOW-COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO (7437)

33	ADESIVO OU AGENTE DE UNIÃO FRASCO ÚNICO CONTENDO 008ML, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM CARGA, USADO PARA UNIÃO DE RESINAS COMPOSTAS À ESTRUTURA DENTAL E REPAROS EM RESINA. SOLVENTE À BASE DE ETANOL - Marca: 3M	UN	30,00	0,0000	89,3667	2.681,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.681,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>42.425,90</b>

Ipumirim, 1 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
OR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/A

# Iraceminha

## PREFEITURA

### ERRATA AO EDITAL PP 045/2017

Publicação Nº 1418719

ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 74/2017 –  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2017

Para que os interessados em participar do presente processo licitatório, possam fazê-lo com igualdade de condições, interpretando corretamente os itens especificados na presente, e para que ninguém alegue o desconhecimento, vimos através do presente, informar que a abertura das propostas referente ao processo licitatório que tem por finalidade a aquisição de uma Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova (zero hora), ano/modelo mínimo 2017/2017, fabricação nacional, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 850508/2017 – Operação 1044048-92 foi adiada para o dia 17 de novembro de 2017 às 08:30 horas.

1. No Edital de Licitação nº 045/2017, no que diz da Especificação do Anexo I:

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO
01	01	Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova (zero hora), ano/modelo mínimo 2017/2017, fabricação nacional, equipada com motor diesel, com no mínimo 4 cilindros, com potência mínima de 91 HP, com peso operacional mínimo de 12.900 kg, capacidade da caçamba de no mínimo 0,60m³, lança de no mínimo 4,60m e braço de no mínimo 2,50 metros, sapatas com largura mínima de 500mm, cabine fechada com ar-condicionado e assento ajustável com suspensão.	R\$ 341.750,00

O mesmo passa a vigorar a seguinte descrição:

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO
01	01	Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova (zero hora), ano/modelo mínimo 2017/2017, fabricação nacional, equipada com motor diesel, com no mínimo 4 cilindros, com potência mínima de 91 HP, com peso operacional mínimo de 12.900 kg e máximo de 14.000 kg, capacidade da caçamba de no mínimo 0,60m³, lança de no mínimo 4,60m e braço de no mínimo 2,50 metros, sapatas com largura mínima de 500mm, cabine fechada com ar-condicionado e assento ajustável com suspensão. Equipada com sistema de monitoramento e gerenciamento de dados via satélite; Demais equipamentos e itens/acessórios de série necessários e obrigatórios para o equipamento e exigidos pela legislação; Todos itens devem ser originais de fábrica, não sendo permitido adaptações;	R\$ 341.750,00

Tendo em vista, que a alteração afeta a formulação das propostas, torna-se necessária a republicação da mesma, com amparo no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.

Desde já nos colocamos a disposição para maiores dúvidas e esclarecimentos.

Iraceminha/SC, 06 de Novembro de 2017.  
JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2017

Publicação Nº 1418251

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017  
Inexigibilidade nº. 001/2017

O Município de Iraceminha – SC, com sede administrativa à Rua Dona Paulina, 780, Centro, através de seu Prefeito, torna público a Inexigibilidade, oriunda do Processo Licitatório nº. 076/2017 e, com fulcro no Art. 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Contratação de estrutura de som com caixas de som e microfones e banda artística para realização da 4ª Festa do Frango na Linha Nova Ibarama no município de Iraceminha/SC no dia 12 de novembro de 2017, conforme Convênio com o Estado de Santa Catarina através do Programa de Transferência nº 2017006967 e Proposta de Transferência nº 2017TR001654.

CONTRATADO: GERVÁSIO BACKES ME, CNPJ/MF nº 20.462.820/0001-02. VALOR TOTAL: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais). Iraceminha – SC, 06 de Novembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND - Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### EDITAL N. 004, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418224

Edital 004/2017

Estabelece normas para o processo de matrícula nas Unidades de Educação e Creches da Rede Municipal De Irani para o ano de 2.018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal Sívio Lemos das Neves, no uso de suas atribuições legais, torna público e a quem interessar, que se encontram abertas as matrículas para alunos da Rede Pública Municipal do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

#### 1- DO PRAZO

1.1 Fica estabelecido o prazo de 13 a 30 de novembro de 2.017, para os pais e responsáveis efetuarem a matrícula na rede pública municipal nos seguintes estabelecimentos de ensino: E.B.M. Sebastião Rodrigues de Souza, E.M.E.B Prefeito Valdecir Angelo Zampieri, E.M.E.B Santo Antonio, Creche Municipal Neri Terezinha Guareski, Creche Municipal Um Pedacinho do Céu, Creche Municipal Raio de Luz, Creche Sonho Mágico.

#### 2- DAS VAGAS

2.1 Para garantir a vaga do aluno na escola, os pais ou responsáveis devem efetivar as matrículas na modalidade de Educação Infantil, mesmo que o aluno já esteja frequentando;

2.2 Para garantir a vaga do aluno na escola, os pais ou responsáveis devem efetivar as matrículas na modalidade de Ensino Fundamental para os alunos novos, para os demais a matrícula é automática;

2.3 As vagas serão distribuídas conforme a necessidade da Unidade escolar de acordo com a disponibilidade, não havendo a possibilidade de turno, priorizando os alunos do transporte escolar;

2.4 A responsabilidade da Matrícula é dos pais e/ou responsáveis pelos alunos em casos de menores de 18 anos;

2.5 Os alunos atualmente matriculados no ano de 2.017, serão automaticamente enturmadados na série/ano correspondente ao ano de 2.018, não sendo necessário a realização da rematrícula, exceto alunos de pré-escola e casos de transferências de unidade escolar.

2.6 Os alunos matriculados na Educação Infantil de 4 e 5 anos e ensino fundamental, serão distribuídos paritariamente entre os dois turnos por ordem de matrícula.

#### 3- DA OBRIGATORIEDADE DA MATRÍCULA:

3.1- No 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos de duração, será assegurado vaga para crianças nascidas até 31 de março de 2.012, portanto, que completarão 06 (seis) anos de idade até 31 de março de 2.018;

3.2- As matrículas para o ingresso de novos alunos na Educação Infantil para o ano letivo de 2.018 deverão ser observadas as seguintes faixa etárias:

##### 3.2.1- EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES):

a) De 0 a 03 anos, 11 meses e 29 dias no ato da matrícula, sendo que não é obrigatória a realização da mesma.

##### 3.2.2- EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)

a) Pré-escolar I: Crianças com 04 (quatro) anos de idade completos até 31 de março de 2.018;

b) Pré-escolar II: Crianças com 05 (cinco) anos de idade completos até 31 de março de 2.018;

c) Para matrículas de crianças com 04 e 05 anos (pré I e pré II), há obrigatoriedade conforme Lei de Diretrizes e Bases LDB 12796/2.013.

#### 3.2.3- PARA O PERÍODO DE TEMPO INTEGRAL:

a) A E.M.E.B Santo Antônio oferece matrícula em período de tempo integral, para crianças de 1º a 5º ano;

b) As atividades são oferecidas nos turnos matutino e vespertino, sendo meio período com oficinas;

c) Horário de funcionamento das 7h50min às 17h00min de segunda a sexta feira.

#### 4-DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA:

4.1- Para efetivar a matrícula do aluno, é obrigatória a entrega dos seguintes documentos, conforme segue:

a) Certidão de nascimento e uma foto para alunos de educação infantil;

b) Carteira de identidade e/ou certidão de nascimento para alunos do ensino fundamental;

c) CPF para alunos do ensino fundamental;

d) Histórico escolar para alunos advindos de transferência;

e) Comprovante de residência dos pais;

f) Comprovante de trabalho dos Pais para alunos matriculados em creches que será exigido também a cada 6 (seis) meses;

g) CPF e Identidade dos responsáveis;

h) Carteira de vacinação para alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

i) Alunos com intolerância alimentar deverão apresentar atestado médico;

4.2- Os pais ou responsáveis por crianças em idade escolar que não atenderem o chamamento do presente edital serão responsabilizados na forma da Lei 8.069/90 (ECA), exceto na hipótese prevista no item 3.2.1 "a"

#### 5- DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

5.1 As Matrículas da Educação Infantil e Ensino fundamental serão realizadas nas Unidades Escolares sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no horário normal de expediente.

5.2 Os casos não previstos nesse edital serão encaminhados e resolvidos pela Direção de cada Unidade de Ensino.

Irani, 01 de novembro de 2.017

Sívio Lemos das Neves

Prefeito Municipal

# Irati

## PREFEITURA

### **ERRATA 1 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA**

Publicação Nº 1417263

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Processo Administrativo nº 065/2017

Processo Licitatório nº 065/2017

Tomada de Preços nº 004/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### ERRATA 1

Processo Administrativo nº 065/2017 – Processo Licitatório nº 065/2017 –  
Tomada de Preços nº 004/2017

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Edital de Tomada de Preços nº 004/2017 – decorrente do Processo 065/2017, visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br) ou a ser retirado no Setor de Licitações.

Alteração do ANEXO I – CARACTERÍSTICAS DOS APLICATIVOS – APLICATIVO DE RELÓGIO PONTO VIA INTERNET:

Fica suprimido o item: Possibilitar ao funcionário solicitar à sua chefia imediata alteração nas marcações ou até mesmo inclusão de marcações faltantes, ficando o mesmo sem efeito.

O Anexo I do Contrato de Prestação de Serviços, da modalidade LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS, do quadro do Fundo Municipal de Saúde, onde se lê: QTDE 48, nos itens 1., 2., 3. E 4., leia-se: QTDE 12, nos itens 1., 2., 3. E 4.

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Irati, 01 de novembro de 2017.

Neuri Meurer

Prefeito Municipal.

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br) ou a ser retirado no Setor de Licitações.

Alteração do ANEXO I – CARACTERÍSTICAS DOS APLICATIVOS – APLICATIVO DE CONTABILIDADE PÚBLICA:

Onde se lê: Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, POR ITEM e Ordinário,

Leia-se: Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

Onde se lê: Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho POR ITEM,

Leia-se: Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

Onde se lê: Registrar empenho POR ITEM, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos,

Leia-se: Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Irati, 01 de novembro de 2017.

Neuri Meurer

Prefeito Municipal.

### **ERRATA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA**

Publicação Nº 1417043

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Processo Administrativo nº 065/2017

Processo Licitatório nº 065/2017

Tomada de Preços nº 004/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### ERRATA

Processo Administrativo nº 065/2017 – Processo Licitatório nº 065/2017 – Tomada de Preços nº 004/2017

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Edital de Tomada de Preços nº 004/2017 – decorrente do Processo 065/2017, visando CONTRATAÇÃO DE

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

Publicação Nº 1417566

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 48/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 22 de novembro de 2017, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUIDOS AO USUARIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 01 de novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 386/2017

Publicação Nº 1417086

PORTARIA N.º. 386/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR, até a data de 14/12/2017, os efeitos da Portaria 165/2017 de 04/05/2017, com redação dada pelas Portarias nº 176/2017 e 301/2017, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora JOSIANE MACHADO MACIEL, nascida em 21/09/1982, portadora do CPF nº. 043.872.179-95 RG nº. 4.439.416 SESP/SC, inscrita no COREN/SC sob o nº 874.291, visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da saúde, atuando em substituição a servidora efetiva estadual, cedida ao Município, Cleci Moreira Beta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 387/2017

Publicação Nº 1417088

PORTARIA N.º. 387/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 30/12/2017, os efeitos da Portaria 144/2017 de 13/04/2017, com redação dada pelas Portarias nº 234/2017, 259/2017, 289/2017 e 357/2017, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora WANDERLEIA COCHINSKI, nascida em 11/06/1978, portadora do CPF nº. 032.906.279-42 RG nº. 8.565.207-9 SESP/PR, inscrita no COREN/SC sob o nº 001.091.598, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), em substituição a servidora efetiva Josiane Alves Massaneiro, em licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.



# Itá

## PREFEITURA

### AVISO DE ADENDO 01 AO PL 064/2017, TP 007/2017

Publicação Nº 1417758

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017  
ADENDO 01

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que em razões de divergência no edital, houve alteração da região de abrangência das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do Processo Licitatório nº 064/2017, Edital de Tomada de Preços nº 007/2017, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria na área de controladoria interna do Município. Em consequência das alterações do Edital, as propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 21 de novembro de 2017 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital e o Adendo encontram-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9509. Itá SC., 01 de novembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

### DECRETO N. 073/2017

Publicação Nº 1417126

Decreto 073/2017, de 26 de outubro de 2017

"Abre Credito Adicional Especial e Suplementar e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o disposto na Lei 2.517, de 26 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento do Poder Legislativo do Município de Itá, no exercício de 2017, no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

2.001- Manutenção Atividades Poder Legislativo

3.3.93.00.00.00.00.1000 – Transferência a Consórcios	2.240,00
--	----------

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Poder Legislativo do Município de Itá,, conforme a seguir descrito:

01.00 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

2.001- Manutenção Atividades Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	2.240,00
--	----------

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2017, no valor de R\$ 1.310.000,00 (um milhão trezentos e vinte mil reais), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003- Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes  
 04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem  
 2.007- Manutenção das Atividades do DMER

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	45.000,00

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 – Departamento Municipal de Agricultura  
 1.005- Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

2.010- Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer  
 06.01 – Departamento de Educação

2.012- Manutenção Secretaria de Educação	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	200.000,00
2.013- Coordenação e Distribuição Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
2.016- Aplicação Recursos Salário Educação	
3.3.90.00.00.00.00.1058 – Aplicações Diretas	80.000,00

2.018- Apoio ao ensino Superior e Especialização	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	75.000,00

2.020- Manutenção Creche Municipal	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	90.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

2.021- Manutenção Ativ. Dpto de Esportes	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social  
 07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051- Manutenção Fundo Mun. De Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	125.000,00
2.052- Proteção Social Básica	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

2.056- Proteção Social Especial de Média e Alta Complex.	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
 08.01 – Departamento de Turismo

2.025- Manutenção Atividades Departamento de Turismo	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	120.000,00
2.044- Brilha Itá	
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
 09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 - Manutenção Atividades Dpto Urbanismo	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	120.000,00

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2017, no valor de R\$ 870.000,00(oitocentos e setenta mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

**11.01 – Fundo Municipal de Saúde**

2.031- Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	240.000,00
2.032- Manter Programa Saúde da Família	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	150.000,00

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º e 4º no valor de R\$ 1.535.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

**02.00 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal****02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal**

2.002- Manutenção Atividades Gabinete Prefeito e Vice	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	37.200,00

**03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda****03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda****0.001- Encargos Gerais do Município**

4.6.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	240.000,00
--	------------

**1.033- Adequação do Centro Administrativo Municipal**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	28.000,00
--	-----------

**04.00 – Secretaria Municipal de Transportes****04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem****1.028- Construção de Pontes e Pontilhões**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
--	----------

**1.045- Pavimentação Asfáltica Rodovia Itá-Substação Linha Alegre**

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

**05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente****05.01 – Departamento Municipal de Agricultura****1.004- Aquisição de Equipamentos Rodoviários e Agrícolas**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	49.000,00
--	-----------

**1.036- Embelezamento da Propriedade**

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

**2.010- Manutenção Departamento de Agricultura**

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

**05.02 – Departamento de Meio Ambiente****1.002- Sistema de Captação e Distribuição de Água Potável**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

**05.03 – Fundo Municipal de Meio Ambiente****2.059- Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA**

3.1.71.00.00.00.00.1000 – Transf. A consórcios Públicos	9.000,00
---	----------

**06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer****06.01 – Departamento de Educação**

1.010- Aquisição de Veículo Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.015- Transporte Escolar Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.1058 – Aplicações Diretas	80.000,00

2.017- Manutenção a apoio Frequência Ensino Médio e Pro	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00

**06.02 – Departamento de Esporte e Lazer**

1.012- Construção de Espaços Esportivos e Recreativos	
4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	15.000,00

## 07.00 – Secretaria de Assistência Social

## 07.01 – Departamento de Assistência Social

1.013- Subvenções a entidades sem Fins Lucrativos	
4.4.50.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

## 07.04 – Fundo Mun de Habitação Interesse Social - FMHIS

1.014- Melhoria Habitacional	
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

1.041- Construção de unidades Habitacionais	
4.5.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.047- Manut. Ativ Fundo Mun habitação Interesse Social	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

## 07.05 – Fundo Municipal de Direito do Idoso

1.040- Adequação Espaços de convivência, Rec. e Lazer	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.800,00

2.057- Manutenção Fundo Mun Direito do Idoso	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	17.000,00

## 08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

## 08.01 – Departamento de Turismo

1.018- Infra estrutura Turística	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00

1.030- Construção Portal Turístico	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

1.042- Projeto Mirante Caracol	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

1.048- Construção Ciclovia	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.024- Admin. e Manuten.Complexo Turístico Thermas Itá	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

2.054- Apoio ao turismo Rural	
3.3.50.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

2.055- Festival de Inverno de Itá	
3.3.50.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

2.058- Parque das Torres	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.5.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00

## 08.02 – Departamento de Industria, Comércio e Serviços

1.017- Estimulo Instalação e Desenv. Unidades Produtivas	
3.3.50.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
4.4.50.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
4.5.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.028- Manutenção Dpto de Industria, Comércio e Serviços	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

**08.03 – Departamento de Cultura**

1.022- Construção do Centro de Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

1.027- Replica em Miniatura Antiga Cidade de Itá	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.029- Manutenção Departamento de Cultura	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	15.000,00

**08.04 – Fundo Municipal de Turismo**

2.030- Manut. Atividades Fundo Mun. Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

**08.05 – Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá**

2.060- Manutenção Fundo Mun. De Desenvolvimento Ita	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

**09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos****09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico**

1.035- Saneamento Básico Municipal	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.046- Manutenção Fdo Municipal de Saneamento Básico	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 6º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º e 4º no valor de R\$ 40.000,00( quarenta mil reais ), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Fundação Cultural de Itá do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

2.048- Manut. Atividades Fundação Cultural de Itá	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 7º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 4º no valor de R\$ 605.000,00 (seiscentos e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

**11.00 – Fundo Municipal de Saúde****11.01 – Fundo Municipal de Saúde**

1.019- Aquisição de Veículo	
4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	20.000,00
1.052- Construção Unidade Básica Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	20.000,00
2.036- Manutenção sobre Aviso Médico	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	155.000,00
2.037- Manutenção Convênio com Hospitais	
3.3.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instituições privadas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	290.000,00

Art. 8º Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2017, no valor de R\$ 20.000,00

(vinte mil reais), utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício de 2016 da respectiva destinação de recursos, conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.038- Manter Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.3066 – Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC,

26 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO N. 075/2017

Publicação Nº 1418228

DECRETO Nº 075, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

“Designa Comissão Especial para Conduzir Sindicância Administrativa e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições de seu cargo, especialmente as que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando os fatos que envolvem o pedido formulado pela Senhora Inês Teresinha Vanso Gonçalves, requerendo o ressarcimento de danos causados na queda de um galho em seu veículo que estava estacionado em via pública, cujo montante do prejuízo foi apurado na ordem de aproximadamente R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais).

Considerando o pedido e as justificativas que a nortearam e em análise ao requerimento entendendo que se faz necessário a abertura de sindicância administrativa para apuração dos fatos.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica criada Comissão Especial, para conduzir a Sindicância Administrativa destinada a apurar os fatos que envolvem o pedido formulado pela Senhora Inês Teresinha Vanso Gonçalves solicitando o pagamento de indenização em razão do dano provocado pela queda de galho de árvore na via pública;

Art. 2º. – Ficam nomeados para compor a comissão especial os seguintes servidores:

Presidente: Felipe Uba Chupel

Secretário: Ivan Kottwitz

Membro: Julcimar Zotti

Parágrafo único. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente decreto.

Art. 3º. - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC em 30 de Outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS**

Publicação N° 1417066

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O MUNICIPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, demais interessados o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 31/10/2017, no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais), na conta vinculada ao contrato de Repasse nº 819892/2015- operação 1024638-70, firmado com o Município de Itá, assinado em 04/11/2015, sob a gestão do Ministério das Cidades, que tem por objeto "Pavimentação Asfáltica de Via Inserida na Malha Urbana do Município de Itá-SC".

Itá-SC, 01 de Novembro de 2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal



# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO Nº 07/2017

Publicação Nº 1417724

#### AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão Presencial nº 07/2017.

A Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC, torna público para o conhecimento dos interessados que está REABRINDO PRAZO para realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 07/2017, em virtude de retificação da redação do item.

Objeto: Aquisição de Equipamento Permanente para uso no setor de copa e cozinha da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.

NOVA DATA PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO: Até às 14:00 horas do dia 16 de novembro de 2017.

NOVA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:15 hs do mesmo dia.

Itaiópolis, 01 de novembro de 2017. Benedito Bento Marques, Administrador Hospitalar.

**PREFEITURA**

## Publicação Nº 1418125

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Proj./Ativ.: 2.108 - Manutenção dos Serviços e Atividades de Atenção Especializada - MAC												
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.01.0002/62 - Aplicações diretas									R\$	291.000,00		
							Total do Órgão:		R\$	1.504.200,00		
							Total da Entidade:		R\$	1.504.200,00		
							Total Geral:		R\$	1.557.200,00		
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso II o valor de R\$ 1.504.200,00 (um milhão quinhentos e quatro mil e duzentos reais) e para o inciso III o valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) conforme abaixo:												
Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA												
Órgão: 21 - GABINETE DA PREFEITA												
Unidade: 03 - Assessoria Especial de Gabinete												
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Gabinete da Prefeita												
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000/461 - Aplicações diretas									R\$	10.000,00		
							Total do Órgão:		R\$	10.000,00		
Órgão: 27 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES												
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa												
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Obras e Transportes												
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000/520 - Aplicações diretas									R\$	33.000,00		
							Total do Órgão:		R\$	33.000,00		
Órgão: 28 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO												
Unidade: 01 - Assessoria Especial de Turismo e Cultura												
Proj./Ativ.: 2.041 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Sec. de Turismo e Desenvolv.												
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000/285 - Aplicações diretas									R\$	10.000,00		
							Total do Órgão:		R\$	10.000,00		
							Total da Entidade:		R\$	53.000,00		
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.												
				Município de Itapema, 23 de outubro de 2017.								
				NILZA NILDA SIMAS								

**EXTRATO 04.105.2017 - ELEVADORES**

Publicação Nº 1417867

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.105.2017

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva do elevador do Mirante do Encanto, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.105.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 17(dezessete) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 17(dezessete) de outubro de 2017, às 14:01(quatorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.105.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 31 de outubro de 2017.  
Ronaldo Paulino  
Secretário de Administração

**PUBLICAÇÃO 260 - PROCESSO 123.2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04.075.2017**

Publicação Nº 1418128

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO – 04.075.2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017  
PROCESSO Nº 123/2017  
HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.100,00 (cinquenta mil cem reais)

CONTRATADO: UNIMOVEIS - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS ESCOLAR  
VALOR DA DESPESA: R\$ 376.800,00 (trezentos e setenta e seis mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: L.MOHR LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.810,00 (quarenta e um mil oitocentos e dez reais)

CONTRATADO: ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil seiscentos reais)

CONTRATADO: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 103.895,00 (cento e três mil oitocentos e noventa e cinco reais)

CONTRATADO: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.763,00 (seis mil setecentos e sessenta e três reais)

CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 270.915,00 (duzentos e setenta mil novecentos e quinze reais)

CONTRATADO: ADL COMERCIAL EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: MATHEUS S. STEINKE DOS SANTOS - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.404,00 (quinze mil quatrocentos e quatro reais)

Itapema, 01/11/2017  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2017

Publicação Nº 1418612

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 205/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA APRESENTAÇÃO DE NÚMEROS DE DANÇAS E JIU-JITSU DAS OFICINAS DO CRAS, PARA REALIZAÇÃO DE FESTA NATALINA PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, COM SUAS FAMÍLIAS NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 8h30 do dia 17/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 03 de Novembro de 2017.

Camylle Patrycia Schafer  
Secretária de Assistência Social

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2017

Publicação Nº 1418631

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 206/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A DECORAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DA SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL IMIGRANTES PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA NATALINA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 10h00 do dia 17/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 03 de Novembro de 2017.

Camylle Patrycia Schafer  
Secretária de Assistência Social

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2017

Publicação Nº 1418632

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 207/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DECORAÇÃO NATALINA DAS RUAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 16h00 do dia 17/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 03 de Novembro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração,

### DECRETO Nº 177, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417610

DECRETO Nº 177, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 151 - Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Ordinários, no valor de R\$ 11.180,00 (onze mil, cento e oitenta reais)

03.01 - Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 - Construção e reforma de prédios públicos

44.90.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas .....  
.....R\$ 11.180,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 31 de outubro de 2017.

Itapiranga, SC., 31 de outubro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

## EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 104/2017

Publicação Nº 1417660

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

ADITIVO Nº ..... : 1º T.A 104/2017 - CONTRATO Nº: 104/2017  
CONTRATANTE...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
CONTRATADA...: JK IMOVEIS LTDA - EPP  
VIGÊNCIA ..... : INÍCIO: 01/11/2017 TÉRMINO: 30/06/2018  
LICITAÇÃO ..... : TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº.: 109/2017  
OBJETO ..... : PRORROGA O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ATÉ 16/12/2017 E O PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 30/06/2018, PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NA COMUNIDADE DE LINHA DOURADO, INTERIOR, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, COM ÁREA TOTAL DE 618,58M², DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 831794/2016/ MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA.  
ITAPIRANGA, 1 DE NOVEMBRO DE 2017

## EXTRATO DOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS 155/2016 E 097/2017

Publicação Nº 1418410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

ADITIVO Nº ..... : 1º T.A 097/2017 - CONTRATO Nº: 097/2017  
CONTRATANTE...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
CONTRATADA...: GAIA RODOVIAS LTDA  
VALOR DE SUPRESSÃO ..... : 541,03 (QUINHENTOS E QUARENTA E UM REAIS E TRÊS CENTAVOS)  
VIGÊNCIA ..... : INÍCIO: 01/11/2017 TÉRMINO: 31/12/2017  
LICITAÇÃO ..... : TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº.: 108/2017  
RECURSOS ..... : DOTAÇÃO: 1.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (17), 1.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (188), 1.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (217)  
OBJETO ..... : SUPRESSÃO E ADITIVO DE VALORES EM RAZÃO DAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS DURANTE A EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM PARA IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS COMUNIDADES DE SANTA CRUZ E SANTO ANTÔNIO, SOB RESPONSABILIDADE FINANCEIRA EXCLUSIVA DO MUNICÍPIO.  
ITAPIRANGA, 3 DE NOVEMBRO DE 2017

ADITIVO Nº ..... : 1º T.A 155/2016 - CONTRATO Nº: 155/2016  
CONTRATANTE...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
CONTRATADA...: CASA LAR DO IDOSO DE TRES PASSOS  
VALOR ..... : 25.068,00 (VINTE E CINCO MIL E SESSENTA E OITO REAIS)  
VIGÊNCIA ..... : INÍCIO: 24/11/2017 TÉRMINO: 24/11/2018  
LICITAÇÃO ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2016

RECURSOS ..... : DOTAÇÃO: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (219)  
OBJETO ..... : PRORROGA A VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA ACOLHIMENTO DE JANETE MARIA KONRAD, CONFORME DECISÃO JUDICIAL AUTOS PROCESSO Nº 000038286.2016.8.24.0034  
ITAPIRANGA, 3 DE NOVEMBRO DE 2017

## PORTARIA Nº 266/2017

Publicação Nº 1417917

Portaria nº 266 de 1º de novembro de 2017.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.  
RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a efetivação dos servidores municipais abaixo relacionados, tendo em vista aprovação no estágio probatório:

### NOME MATRÍCULA

Alcenir Benachio	15048/01
Aline Sabino da Silva	14359/02
Aline Weis	14984/01
Camila Wiggers Muller	14572/02
Dienifer Strack	15042/01
Luciani Haas	12558/01
Noeli Mueller Reis	15039/01

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta.

Itapiranga SC, 1º de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial do Estado – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 267/2017

Publicação Nº 1417925

Portaria nº 267 de 1º de novembro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

### RESOLVE:

Art.1º. Conceder complementação de aposentadoria à Anita Vogel Berghahn, conforme decisão nos autos nº 0300708-36.2017.8.24.0034 e Mem nº 013/2017/Assessoria Jurídica.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de novembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 268/2017**

Publicação Nº 1417940

Portaria nº 268 de 3 de novembro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Rosane Dill Lauschner matrícula nº 12454/06, a partir do dia 3/11/2017, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra nesta data.

Itapiranga SC, 3 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**TERMO DE FOMENTO Nº 03/2017**

Publicação Nº 1418396

**TERMO DE FOMENTO N. 03/2017**

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga-SC, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jorge Welter, brasileiro, portador do CPF n. 423.045.559-34 e RG n. 896.920, doravante simplesmente designada de MUNICÍPIO e do outro lado a ACETI - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede Rua da Matriz, 351, Centro – Itapiranga -SC, inscrita no CNPJ n.º 04.858.313/0001-36, representada neste ato pelo Presidente Sr. Gilvane Kern, brasileiro, portador do CPF n. 008.162.549-90, doravante designada simplesmente de ENTIDADE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.094/2017 e INEXIGIBILIDADE de CHAMAMENTO PÚBLICO n. 03/2017, previsto no art. 31 da Lei Federal 13.019/2014, na modalidade TERMO DE FOMENTO, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei Federal n.º 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente Termo é o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município e a ACETI - Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga, mediante transferência de recursos financeiros, com o objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades culturais ligadas ao ensino da música e do canto coral através de incentivo aos 12 corais do Município, promovendo também ações culturais através de apresentações em eventos do município e/ou indicados pelo executivo, bem como intervenções culturais em bairros da cidade e comunidades do interior.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONTRAPARTIDA**

2.1 – O MUNICÍPIO de Itapiranga repassará à ENTIDADE a quantia de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

2.2 – A contrapartida da entidade é efetivar o cumprimento de atividades e ações com vistas a manter os 12 corais em funcionamento no Município, propiciando a participação de todos os interessados, bem como, apresentação e participação dos corais nas atividades e eventos culturais desenvolvidos pelo Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO**

3.1 - O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho em Anexo parte integrante deste termo, em parcela única.

3.2 - Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO E DAS ALTERAÇÕES**

4.1 - O presente termo terá vigência até dia 31 de dezembro de 2017.

4.6.2 - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n. 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

**CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:

06.03 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte

3350.000000 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES****DA ENTIDADE**

6.1 - Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento de titularidade da entidade mantida junto ao Banco do Brasil, Agência n. 0798-6, Conta Corrente n. 34.515-6.

6.2 - aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo e no Plano de Trabalho;

6.3 – com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto no artigo 53, § 1º, da Lei Federal n. 13.19/2014;

6.4 - prestar contas dos recursos recebidos na forma do estabelecido na Lei 4.320/64, Instrução Normativa expedidas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina e pelo Controle Interno do Município e Lei Federal n. 13.019/2014;

6.5 - fornecer dados complementares ao MUNICÍPIO, sempre que solicitado;

6.6 - contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo;

6.7 - excluir o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto;

6.8 - dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico, redes sociais, placa/banner exposta em eventos da entidade das parcerias celebradas, contendo o objeto, nº do termo, nome do órgão responsável pela parceria e valores recebidos. A placa/banner deverá ser confeccionada conforme disposto no Anexo I a este Termo.

6.9 - é vedado pagar a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos deste Termo;

6.10 - permitir o livre acesso dos servidores do Município, facilitando a obtenção de informações junto à Entidade;

6.11 - manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores do Município;

6.12 - prestar contas, perante a administração Municipal de Itapiranga - SC, em até 20 dias após a liberação de cada parcela, em relação aos recursos recebidos e aplicados, de dezembro de 2017, cujos valores e documentos, embora consolidados, deverão permitir a contabilização da baixa de responsabilidade;

6.13 - restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

6.14 – responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da entidade e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos



respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

6.15 - executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

6.16 - responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

6.17 - promover ações culturais através de apresentações em eventos do município e/ou indicados pelo executivo, bem como intervenções culturais em bairros da cidade e comunidades do interior.

6.18 - participar com todos os corais no encontro municipal de coros promovidos pela Assicor;

#### DO MUNICÍPIO

6.19 - Transferir os recursos à Entidade, no valor equivalente a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) divididas em parcela única, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho;

6.20 - designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

d) emitir parecer técnico de acompanhamento por ocasião das prestações de contas parciais, relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação e Parecer Técnico Final por ocasião da prestação de contas final.

e) comunicar formalmente à Entidade qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

f) Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à Entidade quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

f.1 - Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

f.2 - Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

f.3 - Não cumprimento do Plano de Trabalho.

f.4 - Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

g) Para fins de interpretação do item "f" entende-se por:

- Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

- Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

- Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

6.21 - em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei n. 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 080/2017, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

6.22 - responderão solidariamente o Gestor e a Comissão por fatos inverídicos.

6.23 - assinalar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Fomento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa,

a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

7.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da ENTIDADE no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda o MUNICÍPIO, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

#### DO MUNICÍPIO

7.3 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS PARA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A Entidade deverá realizar prestação de contas parcial, perante a administração Municipal, em até dia 15 de dezembro de 2017, em relação aos recursos recebidos e aplicados.

A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

a) com apresentação da execução financeira através do Balance-te de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro, acompanhada da documentação fiscal que comprova a despesa, conforme disposto na Instrução Normativa n. 14/2012 do TCE/SC e IN n. 03/2015 do CI ou outras que vierem a substituí-las;

b) relatório de monitoramento do Gestor da Parceria sobre o andamento da parceria e o atingimento das metas.

c) relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, entre outros, se for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESTITUIÇÃO

9.1 - A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

a) A inexecução do objeto desta Colaboração;

b) não apresentação do relatório de execução físico/financeira e prestação de contas no prazo exigido;

c) utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1 - A presente Parceria poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

§ 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Parceria, caberá a ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

§ 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de

trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

#### CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei 13.019/2014.

#### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

13.2 - O Plano de Trabalho, nos termos previstos no artigo 22 e seus incisos, c/c parágrafo único do artigo 42, ambos da Lei Federal n. 13.019/2014, constará como anexo ao presente termo, sendo dele parte integrante e indissociável.

#### CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 3.094/2017 e Decreto Municipal nº 21/2017.

#### CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itapiranga(SC), 23 de outubro de 2017.

Jorge Welter	Gilvane Kern
Prefeito Municipal	Presidente da ACETI
Município	Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga

Testemunhas:

Nome: Eliane A. Bourscheidt	Nome: Nelson Klein
CPF: 035.594.959-89	CPF: 990.949.249-00

Assessoria Jurídica

Nodivar Carati  
OAB/SC 30520

ANEXO I  
MODELO PLACA/BANNER

#### ESSA ENTIDADE RECEBE RECURSOS PÚBLICOS

Valor do repasse financeiro anual:

R\$ 18.000,00

Objetivo do repasse: efetivar o cumprimento das atividades e ações com vistas à manutenção das atividades dos 12 corais do Município associados a ACETI.

Termo de Fomento  
nº: 03/2017

Entidade: ACETI - Associação de Cultura, Esporte e Turismo

Esta entidade recebe recursos públicos do Município de Itapiranga para a consecução do objetivo social. Você cidadão, é responsável pela fiscalização da correta aplicação desses recursos. Denuncie qualquer desvio de sua finalidade.

Brasão do Município

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DA TOMADA DE PREÇO N° 12/2017 - AMPLIAÇÃO LUA DE CRISTAL

Publicação N° 1417687

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	01/11/2017	Horário início: 14h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 12/2017 Nº 120/2017

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA CRECHE LUA DE CRISTAL, COMPREENDENDO 551,37M², CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3306/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial da União, Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 09/10/2017 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 13h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
31/10/2017	1657	14h:56m	SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA	08.230.092/0001-08
31/10/2017	1658	16h:19m	PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP	05.015.251/0001-63
01/11/2017	1659	13h:22m	BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP	76.470.384/0001-78

Iniciada a sessão, os membros da CPL e demais presentes rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que as empresas estavam de acordo com o edital, e, portanto consideradas HABILITADAS. Passando à fase seguinte foram abertos os envelopes de PROPOSTAS das empresas habilitadas, os quais foram achados conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
1º BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP	R\$ 432.976,50
2º SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA	R\$ 519.570,12
3º PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP	R\$ 559.073,77

Portanto a empresa BTEC OBRAS ENGENHARIA LTDA EPP foi vencedora do certame com o valor R\$ 432.976,50 (quatrocentos e trinta e dois mil novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 583.775,57 (quinhentos e oitenta e três mil setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICK DUTRA POHL RISSI  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

NICOLIE CANCELA CRUZ  
MEMBRO

Licitantes presentes:

BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP ARDERSON DE ABREU  
CPF: 017.963.299-08

FERNANDO VITOR PERES  
MEMBRO

**ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 92/2017 - MATERIAL DE HIGIENE**

Publicação Nº 1417955

**ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO**

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2017, a partir das 16:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, DAIANE BATISTA e JOESEL BILAU nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 92/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PARA ATENDER A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RECANTO FELIZ E PARA COMPOR AS CESTAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS OFERECIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP	ARILSON JOSE ALVES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, após negociação o representante credenciado informou que o máximo de desconto que poderia oferecer é o valor de seu lance conforme o Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13	R\$ 25.340,78

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 01 de outubro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
DAIANE BATISTA Membro	JOESEL BILAU Membro

Licitantes:

L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP ARILSON JOSE ALVES	
--	--

**CLASSIFICAÇÃO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 038/2017.**

Publicação Nº 1417623

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 038/2017  
VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Comissão de Processo de Transferência, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado do processo de transferência Edital nº 038/2017.

Clas.	CARGO	LOCAL	HABILITAÇÃO NA ÁREA	TEMPO DE SERVIÇO	SERVIDOR
1º	Técnico de Enfermagem	Pronto Atendimento 24horas	Não	3803 dias	Siclender Westphal Stoklosa

Itapoá, 01 de novembro de 2017.

Marciane Rech                      Maria Necy dos Santos Silva  
Enfermeira III                      Agente Administrativo II

Noeli Schwetler Saidel  
Auxiliar de Serviços Gerais

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2017 -  
DISPENSA Nº 09/2017**

Publicação Nº 1417521

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: EDIVALDO FRISANCO, inscrito no CNPF sob o nº 054.971,209-70, CI.RG sob o nº 43626734 SC e DAP sob o nº SDW0054971209701106140626, residente e domiciliado à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC.

Licitação: DISPENSA Nº 03/2017 – CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2017 – PROCESSO Nº 122/2017.

Objeto: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: 3.670,00

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 31 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3250/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417780

DECRETO MUNICIPAL Nº 3250/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede gratificação especial a profissional de saúde do Programa Saúde da Família - PSF.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 116, de 11 de outubro de 2002 e Lei Municipal nº 235, de 03 de março de 2004,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa

Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), à servidora Priscila de Araújo Carneiro, por atuação na UBS Paese.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2017.

Itapoá (SC), 31 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3387/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417875

DECRETO MUNICIPAL Nº 3387/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o Decreto Municipal nº 3326/2017, de 13 de setembro de 2017, que altera a composição da Comissão Municipal para Regularização da Gleba I e II - Balneário Itapema do Norte, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 3326/2017, que altera a composição da Comissão Municipal de Regularização da Gleba I e II - Balneário Itapema do Norte, que passa a vigorar com os seguintes membros:

II - dois representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:

a) Amarildo José Zagonel;(NR)

b) Andressa Lilian Paese Soares.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete



**ERRATA AO EDITAL Nº 039/2017/SME – ADICIONAL DE 2% .**

Publicação Nº 1417657

ERRATA AO

Edital nº 039/2017/SME – ADICIONAL DE 2%

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público, pela presente ERRATA do Edital nº 39/2017 a alteração no item 1.1 do Inciso 1 – Dos Procedimentos que nortearão a concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, devidamente comprovado, aos membros efetivos do Magistério Público Municipal de Itapoá / SC no ano de 2017.

**1 - Dos Procedimentos:**

1.1 - A concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) deverá ser requerida mediante formulário próprio (modelo anexo), devendo ser anexada cópia autenticada do certificado de cursos de capacitação e aperfeiçoamento cursados nos últimos 05 (cinco) anos, priorizando para esta concessão o período de janeiro de 2012 à novembro de 2017;

Itapoá, 01 de novembro de 2017.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Educação

REQUERIMENTO Edital Nº 039/2017 – ADICIONAL 2%

À Sra.

Luíza Montalvão de Oliveira  
Secretária Municipal de Educação  
Nesta

Eu, \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nível \_\_\_\_\_, lotado(a) na(s) Escola(s) \_\_\_\_\_, disciplina \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, com carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, vem através deste,

REQUERER,

Concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de cursos de capacitação e aperfeiçoamento contados dos últimos 05 (cinco) anos; mediante comprovação em anexo, priorizando para esta concessão o período de janeiro de 2012 à novembro de 2017;

NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Itapoá, \_\_\_\_\_ de novembro de 2017.

Obs.: Enviar este requerimento, juntamente com a cópia dos certificados já autenticados

**PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 037/2017.**

Publicação Nº 1418168

**Listagem Classificatória**

Ao trigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, a comissão nomeada pela Portaria Municipal nº 11.778/2017, designada para julgar Processo de Transferência de Servidor, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, se reuniu para conferência documental.

Abaixo, quadro de deferimento para a única vaga disponível:

1º	Eliana Nehring Silveira Belo	Agente Administrativo I	De: Procuradoria Jurídica	Para: Secretaria de Administração
2º	Bruna Fernandes de Souza	Agente Administrativo I	De: Saúde	Para: Secretaria de Administração

Data para recurso: 06 de novembro de 2017.

Classificação final: 08 de novembro de 2017.

Itapoá, 31 de outubro de 2017.  
Vandressa Aparecida Chervinski  
Presidente

Sulmária Maria da Silva  
Secretária

Valdir Martins Gonçalves  
Membro

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 078.**

Publicação Nº 1417648

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 078**

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Marlon Roberto Neuber – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Médico P.S.F.	Werley Magalhães de Carvalho	430000803	1º Colocado do Final de Fila

Itapoá – SC, 01 de novembro de 2017

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal



# Ituporanga

## PREFEITURA

### 133, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417271

DECRETO Nº 133, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 65 da lei Orgânica do Município de Ituporanga;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2017 do Município de Ituporanga/SC (LEI nº 2.676, de 21 de dezembro de 2016) e consequente alteração na LDO 2017 (LEI Nº 2.688, de 03 de novembro de 2016) e PPA Quadriênio 2014-2017 (LEI Nº 2.477, de 30 de Setembro de 2013) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.879.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV.

Art. 2º. Ficam alteradas as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.676, de 21 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III, e ANEXO IV do presente Decreto.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga, SC, 31 de outubro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

### EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2017 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA /SC

Publicação Nº 1418690

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO CONTRATO PROCESSO Nº 61/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: ANA PAULA PEREIRA CONSTRUÇÕES ME, CNPJ 11.210.469/0001-71 R\$ 130.644,47 (cento e trinta mil seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAR COM LAJOTAS HAXAGONAIS DE CONCRETO, AS RUAS DOM PEDRO I, JOSÉ DE ANCHIETA E VEREADOR NORBERTO SCHIDT, ATRAVÉS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORA. Data da assinatura: 16 de outubro de 2017 – Adriano José Coelho – Prefeito em exercício

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO CONTRATO PROCESSO Nº 66/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: JONI MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 06.144.418/0001-59 R\$ 33.768,94 (trinta e três mil setecentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DOS GINÁSIOS DO CHAPADÃO SANTANA E ALTO ÁGUAS NEGRAS. Data da assinatura: 11 de outubro de 2017 – Osni Francisco de Fragas – Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO CONTRATO PROCESSO Nº 67/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: OHTEC MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ 20.072.327/0001-86 R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ASFALTO FRIO, SACO DE 25 KG. PARA RECUPERAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Data da assinatura: 19 de outubro de 2017 – Adriano José Coelho – Prefeito em Exercício

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO PROCESSO 12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME, CNPJ 21.593.746/0001-26. Resolve fazer aditivo de 25% no valor de R\$ 12.268,59 (doze mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS ATENDIDOS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUPORANGA, PELO PERÍODO DE UM ANO. Data da assinatura: 27 de outubro de 2017 - Osni Francisco de Fragas – Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC  
EXTRATO CONTRATO PROCESSO Nº 72/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: SERVIÇO DE TORNO MEURER LTDA - ME, CNPJ 95.756.987/0001-85 R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO BRITADOR DESTE MUNICÍPIO. Data da assinatura: 31 de outubro de 2017 – Osni Francisco de Fragas – Prefeito

### LEI Nº 2.703, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418689

LEI Nº 2.703, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar

abertura no orçamento financeiro de 2017 do Município de Ituporanga/SC (LEI nº 2.676, de 21 de dezembro de 2016) e consequente alteração na LDO 2017 (LEI Nº 2.688, de 03 de novembro de 2016) e PPA Quadriênio 2014-2017 (LEI Nº 2.477, de 30 de Setembro de 2013) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.879.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV.

Art. 2º. Ficam alteradas as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.676, de 21 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III, e ANEXO IV da presente Lei, do qual passarão a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga, SC, 31 de outubro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

# Jaborá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 102/2017

Publicação Nº 1418409

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE  
"FRANSSOIZE ALVES DE CARVALHO SPADER"

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito do Município de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma do caput artigo 95, da Lei Complementar Municipal nº 058/01 de 13 de dezembro de 2001, alterado pela Lei Complementar 116/2012, de 26 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Maternidade a servidora FRANSSOIZE ALVES DE CARVALHO SPADER, pelo período de 06/11/2017 à 04/05/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03/novembro/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/novembro/2017.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017

Publicação Nº 1417296

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017  
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2017

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, no dia 08 de dezembro de 2017, às 14:30 horas, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA E ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, DIAGNÓSTICOS, LAUDOS TÉCNICOS, ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS RELATIVOS À REVITALIZAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO ANTIGO "JUVENATO SÃO PASQUAL. A presente licitação será do tipo TÉCNICA E PREÇO, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis.

Jaborá (SC), 01 de novembro de 2017.

Kleber Mércio Nora  
Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 089 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417364

DECRETO Nº. 089 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, domingo, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II. 27 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III. 28 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV. 13 de abril, quinta-feira (ponto facultativo);
- V. 14 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VI. 21 de abril, sexta-feira, Tiradentes (feriado nacional)
- VII. 01 de maio, segunda-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VIII. 15 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- IX. 16 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);
- X. 23 de julho, domingo, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- XI. 07 de setembro, quinta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XII. 08 de setembro, sexta-feira (ponto facultativo);
- XIII. 01 de outubro, domingo, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);
- XIV. 12 de outubro, quinta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XV. 13 de outubro, sexta-feira (ponto facultativo);
- XVI. 28 de outubro, sábado, dia do Servidor Público (ponto facultativo)
- XVII. 02 de novembro, quinta-feira, Finados (feriado nacional);
- XVIII. 15 de novembro, quarta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- XIX. 25 de dezembro, segunda-feira, Natal (feriado nacional);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 066 de 08 de agosto de 2017.

Jacinto Machado, 29 de setembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 090 DE 29 DE SETEMBRO 2017.

Publicação Nº 1417365

DECRETO Nº. 090 DE 29 DE SETEMBRO 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 853 de 29 de Setembro de 2017.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades, abaixo discriminados, do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 670.000,00 (Seiscentos e Setenta Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: (5) – 3.1.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00  
Modalidade de Aplicação: (7) – 3.3.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00  
SUB - TOTAL: ..... R\$ 420.000,00  
Modalidade de Aplicação: (22) – 3.1.90.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas ..... R\$ 250.000,00  
SUB - TOTAL: ..... R\$ 250.000,00  
TOTAL GERAL: ..... R\$ 670.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade: 2.021 – Manutenção do PSF/PACS  
Modalidade de Aplicação: (12) – 3.1.71.00.00.0.0696 – Aplicações Diretas ..... R\$ 420.000,00  
SUB - TOTAL: ..... R\$ 420.000,00  
Modalidade de Aplicação: (13) – 3.1.71.00.00.0.0094 – Aplicações

Diretas ..... R\$ 250.000,00  
SUB - TOTAL: .....  
..... R\$ 250.000,00  
  
TOTAL GERAL: .....  
..... R\$ 670.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 29 de Setembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 29 de setembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### **DECRETO Nº. 091 DE 29 DE SETEMBRO 2017.**

Publicação Nº 1417366

DECRETO Nº. 091 DE 29 DE SETEMBRO 2017.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, combinado com o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20.03.2000, e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido HORÁRIO ESPECIAL, a ser cumprido nas repartições Públicas do Município de Jacinto Machado, da Administração Direta e Indireta, a partir de 16 de outubro de 2017.

Parágrafo único. O horário estabelecido no "caput" deste artigo, será cumprido em turno único e sem interrupção, das 07:00 às 13:00 horas, de 2ª à 6ª feira.

Art. 2º - Os serviços de limpeza pública, água, saúde, educação e outros serviços entendidos como de natureza essenciais e inadiáveis serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou do Diretor da respectiva pasta.

Art. 3º - Considerando que a jornada de trabalho normal é de 08 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, havendo a necessidade, os servidores (as) enquadrados no horário estabelecido, poderão ser convocados para o trabalho em horário integral, sem que lhes sejam atribuído pagamento de horas extras.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 29 de setembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### **DECRETO Nº. 092 DE 05 DE OUTUBRO 2017.**

Publicação Nº 1417367

DECRETO Nº. 092 DE 05 DE OUTUBRO 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, I, da Lei Municipal nº. 827 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2017, na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (77) – 3.3.90.00.00.0095 – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2017, de recursos de Convênio celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá e o Município de Jacinto Machado, conforme Proposta de Transferência nº 19754/2017, objetivando a "Aquisição de Material tipo CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) para pavimentação de vias" no Município de Jacinto Machado/SC, conforme cronograma de desembolso da 1ª parcela (única) no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) a ser repassada no mês de Dezembro do ano de 2017.

Parágrafo único. A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária específica do Convênio, Agência 2192-X do Banco do Brasil, até o limite dos valores da vinculação 01.0095, acrescida ao Projeto/Atividade 2.033.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 05 de Outubro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



**DECRETO Nº. 093 DE 05 DE OUTUBRO 2017.**

Publicação Nº 1417373

DECRETO Nº. 093 DE 05 DE OUTUBRO 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade da Unidade SAMAE de Jacinto Machado SC, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 49.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais), como segue:

Órgão: 13 – SAMAE

Unidade: 01 – SISTEMA DE AGUA E ESGOTO

Atividade: 2.047 – MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Modalidade de Aplicação: (09) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0709 – Aplicações Diretas ..... R\$ 49.000,00

TOTAL ..... R\$ 49.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 13 – SAMAE

Unidade: 01 – SISTEMA DE AGUA E ESGOTO

Atividade: 2.047 – MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Modalidade de Aplicação: (07) – 3.1.71.00.00.00.00.00 0709 – Transf a Consórcios Públicos ..... R\$ 49.000,00

TOTAL ..... R\$ 49.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 05 de Outubro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 095 DE 23 DE OUTUBRO 2017.**

Publicação Nº 1417379

DECRETO Nº. 095 DE 23 DE OUTUBRO 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade: 2.013 – Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (39) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0695 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 35.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade: 2.013 – Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (42) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0695 – Aplicações Diretas ..... R\$ 28.000,00

SUB -TOTAL ..... R\$ 28.000,00

Modalidade de Aplicação: (43) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0695 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

SUB -TOTAL ..... R\$ 7.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 23 de Outubro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 23 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 096 DE 23 DE OUTUBRO 2017.**

Publicação Nº 1417382

DECRETO Nº. 096 DE 23 DE OUTUBRO 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 852 de 29 de Setembro de 2017.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade, abaixo discriminado, do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, no valor de R\$ 193.000,00 (Cento e Noventa e Três Mil Reais), por conta do provável excesso de arrecadação,

proveniente de recursos do "Incremento temporário do componente de custeio do PAB (2017)", no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais).

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Projeto: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Modalidade de Aplicação: (8) – 3.3.90.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas ..... R\$ 193.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 193.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal através do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde (vinculação 0094 – Recursos Vinculados Federais – SUS União) do Fundo Municipal de Saúde, creditados no Banco Caixa Econômica Federal, Conta Corrente nº 624.001-1, Agência 1084.

Parágrafo único. A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 23 de Outubro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 23 de outubro de 2017.  
 JOÃO BATISTA MEZZARI  
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº. 097 DE 23 DE OUTUBRO 2017.

Publicação Nº 1417386

DECRETO Nº. 097 DE 23 DE OUTUBRO 2017.

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 11, Inciso I da Lei Municipal nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do provável excesso de arrecadação no montante de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Atividade: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0095(23) – Aplicações Diretas ..... R\$ 500,00  
 TOTAL GERAL: .....  
 ..... R\$ 500,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Estadual através dos Cofinanciamentos da Atenção Básica (vinculação 0095 – Recursos Vinculados Estaduais– SUS Estado) para o Fundo Municipal de Saúde, creditados no Banco do Brasil, Conta Corrente nº 63.583-9, Agência 2192-X.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 23 de Outubro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 23 de outubro de 2017.  
 JOÃO BATISTA MEZZARI  
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº. 098 DE 23 DE OUTUBRO 2017.

Publicação Nº 1417394

DECRETO Nº. 098 DE 23 DE OUTUBRO 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei Municipal nº. 827 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Modalidade de Aplicação: (23) – 3.1.90.00.00.00.0095 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Modalidade de Aplicação: (9) – 3.3.90.00.00.00.0095 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 23 de Outubro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 23 de outubro de 2017.  
 JOÃO BATISTA MEZZARI  
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



**DECRETO Nº. 094, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417376

DECRETO Nº. 094, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA A ESCALA DE FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO, PELO SISTEMA DE RODÍZIO, NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com a Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Jacinto Machado, datada de 20/10/2017, combinada com o Art. 4º da Lei nº 784 de 25 de agosto de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterada a escala de funcionamento do plantão, pelo sistema de rodízio, nas farmácias e drogarias localizadas no perímetro urbano do município de Jacinto Machado – SC no período de 23 de outubro de 2017 a 23/04/2018 (de segunda-feira à segunda-feira), sendo que a troca dos plantões ocorrerá sempre as 07:00h da manhã:

PERÍODO DE PLANTÃO	FARMÁCIA
23/10/17 (07:00h) a 30/10/17 (06:59h)	Farmácia São Roque
30/10/17 (07:00h) a 06/11/17 (06:59h)	Drogaria Cararo
06/11/17 (07:00h) a 13/11/17 (06:59h)	Pelucia's Farma
13/11/17 (07:00h) a 20/11/17 (06:59h)	Farmácia Antonelli
20/11/17 (07:00h) a 27/11/17 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
27/11/17 (07:00h) a 04/12/17 (06:59h)	Farmácia São Roque
04/12/17 (07:00h) a 11/12/17 (06:59h)	Drogaria Cararo
11/12/17 (07:00h) a 18/12/17 (06:59h)	Pelucia's Farma
18/12/17 (07:00h) a 25/12/17 (06:59h)	Farmácia Antonelli
25/12/17 (07:00h) a 01/01/18 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
01/01/18 (07:00h) a 08/01/18 (06:59h)	Farmácia São Roque
08/01/18 (07:00h) a 15/01/18 (06:59h)	Drogaria Cararo
15/01/18 (07:00h) a 22/01/18 (06:59h)	Pelucia's Farma
22/01/18 (07:00h) a 29/01/18 (06:59h)	Farmácia Antonelli
29/01/18 (07:00h) a 05/02/18 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
05/02/18 (07:00h) a 12/02/18 (06:59h)	Farmácia São Roque
12/02/18 (07:00h) a 19/02/18 (06:59h)	Drogaria Cararo
19/02/18 (07:00h) a 26/02/18 (06:59h)	Pelucia's Farma
26/02/18 (07:00h) a 05/03/18 (06:59h)	Farmácia Antonelli
05/03/18 (07:00h) a 12/03/18 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
12/03/18 (07:00h) a 19/03/18 (06:59h)	Farmácia São Roque
19/03/18 (07:00h) a 26/03/18 (06:59h)	Drogaria Cararo
26/03/18 (07:00h) a 02/04/18 (06:59h)	Pelucia's Farma
02/04/18 (07:00h) a 09/04/18 (06:59h)	Farmácia Antonelli
09/04/18 (07:00h) a 16/04/18 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
16/04/18 (07:00h) a 23/04/18 (06:59h)	Farmácia São Roque

Art. 2º - As farmácias e drogarias que iniciarem suas atividades após a data de publicação deste Decreto somente poderão ser incluídas no plantão da próxima escala, mediante manifestação de interesse através de requerimento protocolado junto à Administração Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se o Decreto nº 025 de 24/04/17.

Jacinto Machado – (SC), 23 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## **PORTARIA Nº. 612 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417089

PORTARIA Nº. 612 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Admite em Caráter temporário o Médico da Saúde da Família e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando o atendimento exclusivo das necessidades estabelecidas para a execução da Estratégia com as "Equipes de Saúde da Família - ESF", objetivando ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação da saúde;

Considerando a necessidade de contratação de profissionais Médicos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para o atendimento da população;

Considerando que não houve quórum mínimo de inscritos no Processo Seletivo nº 002/2017, de 02 de junho de 2017 para o preenchimento das vagas disponíveis para profissionais Médicos da Saúde da Família;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MANOEL CLODOALDO FRANCISCO, CPF nº. 147.716.160-00, no cargo de Médico da Saúde da Família, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/10/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Médica da Saúde da Família acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## **PORTARIAS Nº. 609 A 611 E 613 A 637**

Publicação Nº 1417090

PORTARIA Nº. 609 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Fica ampliada temporariamente, a jornada de trabalho do Professor de História KRISTYAN PESCADOR RECCO, matrícula nº. 4400, de 10 (dez) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Figueira, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 610 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor IVANOR CASAGRANDE, do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº. 2411, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 611 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração do servidor IVANOR CASAGRANDE, do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº. 2411, conforme Portaria nº. 610 de 02 de outubro de 2017.

## PORTARIA Nº. 613 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de CLEUSA MARIA ELIAS PADILHA, matrícula nº. 156 do cargo de Professora, conforme Benefício no. 57/176.220.050-0, parte integrante desta portaria.

## PORTARIA Nº. 614 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ZIRLEI BORGES CARDOSO do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4464, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

## PORTARIA Nº. 615 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ILIZETE JUST PAULINO, matrícula nº. 1534, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, a ser gozada no período de 02/10/2017 à 31/10/2017, período aquisitivo 07/05/2009 à 06/07/2014.

## PORTARIA Nº. 616 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino ZULMIRA FERREIRA RONZANI, portadora do CPF nº. 649.016.109-53, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, em substituição a professora Ilizete Just Paulino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/10/2017 até 31/10/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

## PORTARIA Nº. 617 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANETE TOMMASI DE MELO do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4447, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

## PORTARIA Nº. 618 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino JADNA MONTAVANI CARDOSO, portadora do CPF nº. 649.016.109-53, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/10/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

## PORTARIA Nº. 619 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
FRANCISCO MOLGARO	1226	05/06/15 à 04/06/16	05/10/17 à 03/11/17

## PORTARIA Nº. 620 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor ANTONIO BURIN, matrícula nº. 200, ocupante do cargo de Motorista, a ser gozada no período de 06/10/2017 à 04/11/2017, período aquisitivo 04/02/2007 à 03/02/2012.

## PORTARIA Nº. 621 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o servidor VALCIRLEI RECCO, portador do CPF n.º 341.556.869-53, matrícula 4156, do cargo de Chefe de Divisão de Saúde, nível DAS-1, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

## PORTARIA Nº. 622 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora SIRLEI PEDRO, matrícula nº. 143, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 09/10/2017 à 07/11/2017, período aquisitivo 30/05/2010 à 29/05/2015.

## PORTARIA Nº. 623 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o servidor RICHARD CUNHA CARDOSO, portador do CPF n.º 090.848.069-56, matrícula 4237, do cargo de Diretor de Saneamento de Controle de Vetores, nível DAS-2, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

## PORTARIA Nº. 624 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, RICHARD CUNHA CARDOSO, portador do CPF nº. 090.848.069-56, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Saúde, nível DAS-1, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 625 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, SIMONE SANTANA NOLLA, portadora do CPF nº. 004.802.809-67, no cargo em comissão de Diretor de Saneamento de Controle de Vetores, nível DAS-2, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 626 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor LUIZ VANIO VIEIRA DOS SANTOS, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº. 3894, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 627 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração do servidor LUIZ VANIO VIEIRA DOS SANTOS, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº. 3894, conforme Portaria nº. 626 de 11 de outubro de 2017.

PORTARIA Nº. 628 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de ANTONIO ALBERTO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 206 do cargo de Motorista, conforme Benefício no. 1738895740, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 629 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Fica reduzida carga horária de trabalho do Professor de História KRISTYAN PESCADOR RECCO, matrícula nº. 4400, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 630 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Fica ampliada temporariamente, a jornada de trabalho do Professor de Geografia GABRIEL TISCOSKI RAMOS, matrícula nº. 4417, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Figueira, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 631 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora SARA BRISTOTTI DE SOUZA do cargo em (ACT) de Professora de Língua Portuguesa, matrícula nº 4471, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 632 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada, a Professora de Língua Portuguesa MARKSA BETERLI DA SILVA MOLGARO, portadora do CPF nº. 047.976.869-28, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, em substituição a professora Eliete Turati Tramontin Valdati, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 16/10/2017 até o término da licença saúde da titular, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 633 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora THAÍZE PEREIRA BORGES MOLGARO do cargo em (ACT) de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 4386, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 634 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora GRAZIELA ROCHA CAMARGO RANAKOSKI do cargo em (ACT) de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 4294, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 635 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LUIZ ANTONIO SCUSSEL	1230	19/08/15 à 18/08/16	17/10/17 à 15/11/17

PORTARIA Nº. 636 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Art. 1º - PRORROGAR o prazo para a conclusão do Processo Administrativo nº 001/2017, bem como o prazo para a conclusão da Sindicância nº 003/2017, nos termos dos art. 145 e 149, §1º, da Lei 245/2000.

**PORTARIA Nº. 637 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
CLAUDIONOR NICOLETI	3903	02/03/16 à 01/03/17	01/11/17 à 30/11/17

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 11, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418260

**PORTARIA Nº 11, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre concessão de licença-maternidade para servidora ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 82, inc. V, combinado com art. 88 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder licença-maternidade a servidora JUCILENE LAURINDO DE MELO PADILHA, Matrícula nº 1.198, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Legislativos, Classe I-CPE/2-E, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. A licença-maternidade será concedida pelo período de cento e vinte (120) dias e será usufruída de 18 de outubro de 2017 a 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 18 de outubro de 2017; 58º de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador VALDIR TROMBIM (DEM)  
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereadora ROSANGELA FERREIRA (PMDB)  
Primeira Secretária

..

**PORTARIA Nº 12, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418262

**PORTARIA Nº 12, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre admissão de servidora, em caráter temporário, para substituir servidora ocupante de cargo de provimento efetivo afastada por motivo de licença-maternidade.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe art. 38, inc. VI, da Lei Orgânica do Município, o art. 39, inc. XXIX, do Regimento Interno da Câmara, combinado com dispositivos da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário GREICIELE LEINDECKER, Matrícula nº 1280, em substituição à servidora JUCILENE LAURINDO DE MELO PADILHA, Matrícula nº 1198, ocupante do cargo

de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Legislativos, Classe I-CPE/2-E, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores, afastada por motivo de licença-maternidade, conforme Atestado Médico datado de 18 de outubro de 2017, pelo período de cento e vinte (120) dias.

Parágrafo único. A Admissão em Caráter Temporário (ACT), de que trata o art. 1º desta Portaria, terá vigência até 14 de fevereiro de 2018, com vencimentos estabelecido em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 18 de outubro de 2017; 58º de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador VALDIR TROMBIM (DEM)  
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereadora ROSANGELA FERREIRA (PMDB)  
Primeira Secretária

..

**RESOLUÇÃO Nº 8, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418269

**RESOLUÇÃO Nº 8, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre horário especial de trabalho para os servidores da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 34, da Lei nº 840/2017, combinado com o disposto no Decreto nº 091/2017, do Chefe do Poder Executivo, resolve:

Art. 1º Estabelecer horário especial de trabalho para os servidores do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores, com base no caput do art. 34, da Lei nº 840, de 25 de maio de 2017, combinado com o disposto no Decreto nº 091, de 29 de setembro de 2017, do Chefe do Poder Executivo, que será cumprido em turno único, de segunda-feira à sexta-feira, das 7h às 13h, a partir do dia 17 de outubro de 2017.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no período entre 23 de outubro e 18 de dezembro de 2017, o horário especial de trabalho dos servidores, de que trata o caput do art. 1º desta Resolução, será cumprido as segundas-feiras das 15h às 21h, tendo em vista a realização da sessão ordinária às 19h, conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º Estabelecer, com base no disposto no Anexo III, da Lei nº 840, de 25 de maio de 2017, conforme carga horária de vinte (20)

horas semanais, o horário especial de trabalho do servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador da Câmara de Vereadores, que será cumprido às segundas-feiras das 15h às 19h e de terça-feira à sexta-feira das 8h às 12h.

Art. 3º Estabelecer, com base no disposto no Anexo III da Lei nº 840, de 25 de maio de 2017, conforme carga horária de dez (10) horas semanais, o horário de trabalho do servidor ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, que será cumprido às segundas-feiras das 15h às 21h e as sextas-feiras das 8h às 12h.

Art. 4º Estabelecer, com base no disposto no Anexo III da Lei nº 840, de 25 de maio de 2017, conforme carga horária de vinte (20) horas semanais, o horário de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Assessor da Presidência e de Assessor Legislativo, que será cumprido às segundas-feiras das 15h às 19h e de terça-feira a sexta-feira, das 8h às 12h.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 16 de outubro de 2017.

Jacinto Machado, 10 de outubro de 2017; 58º de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador VALDIR TROMBIM (DEM)  
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereadora ROSANGELA FERREIRA (PMDB)  
Primeira Secretária



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Publicação Nº 1417617

#### Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) Geli Cristina Berton Kostrowski, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Fisioterapeuta.

### DECRETO Nº 11.633/2017

Publicação Nº 1417731

#### D E C R E T O Nº 11.633/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 473/2017/Semad-DGP, de 26/10/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

#### DECRETA :

Art.1º Fica dispensada, a pedido, a partir de 19/10/2017, MARTA HELENA MANSKE BENTO, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Em consequência, fica revogado o Decreto Municipal Nº 6.401/2008, de 27/06/2008.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/10/2017.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### DECRETO Nº 11.634/2017

Publicação Nº 1417734

#### D E C R E T O Nº 11.634/2017

Aprova o Loteamento Residencial PALM SPRINGS II.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993;

#### DECRETA :

Art.1º Fica aprovado o Loteamento Residencial PALM SPRINGS II, com área total de 49.556,58m<sup>2</sup>, oriunda das MIs Nºs 70.974, 87.409 e 88.568, todas de propriedade de Marcatto Administradora de Bens Ltda., situado às Ruas 418 - Valdir José Manfrini, 1290 - Olegário Stingham, 1291 - Alberto Scheuer e 1292 - Joseph August Henning, bairro Jaraguá Esquerdo, área urbana, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMJS 26.708/2016.

Art.2º O loteamento é composto de 02 (dois) lotes destinados ao Uso Público Especial (A.U.P.E. I e A.U.P.E. II), totalizando a área de 3.100,50m<sup>2</sup>; 02 (dois) lotes destinados à Área Verde (I e II), compreendendo 3.791,35m<sup>2</sup>; 66 (sessenta e seis) lotes comercializáveis, do 01 ao 66, totalizando a área de 31.093,03m<sup>2</sup>; e 11.571,70m<sup>2</sup> de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios.

§1º No imóvel da MI Nº 70.974 ficam aprovados 01 (um) lote destinado à Área de Uso Público Especial (A.U.P.E. I), com 2.511,50m<sup>2</sup>; 66 (sessenta e seis) lotes comercializáveis, do lote 01 ao 66, compreendendo a área de 31.093,03m<sup>2</sup>; e 11.011,56m<sup>2</sup> de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios.

§2º No imóvel da MI Nº 87.409 ficam aprovados 01 (um) lote destinado à Área de Uso Público Especial (A.U.P.E. II), com 589,00m<sup>2</sup>; 01 (um) lote destinado à Área Verde II, com 368,83m<sup>2</sup>; e 560,14m<sup>2</sup> de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios.

§3º No imóvel da MI Nº 88.568 fica aprovado 01 (um) lote destinado à Área Verde I, com 3.422,52m<sup>2</sup>.

§4º As Ruas "A", "B", "C" e "D" passam a receber, respectivamente, os números 1492, 1493, 1479 e 1480, e as Ruas "E", "F" e "G" passam a ser identificadas, respectivamente, como Ruas 1292 - Joseph August Henning, 1291 - Alberto Scheuer e 1290 - Olegário Stingham.

§5º A Área Verde I, com 3.422,52m<sup>2</sup>, foi doada para a municipalidade, correspondente ao imóvel da MI Nº 88.568.

§6º A A.U.P.E. II, com 589,00m<sup>2</sup>; a Área Verde II, com 368,83m<sup>2</sup>; e a área de arruamento (leitos e passeios), com 560,14m<sup>2</sup>, provenientes do imóvel da MI Nº 87.409, foram doadas para a municipalidade, correspondente a parcela desmembrada D-1, com 1.517,97m<sup>2</sup>, do Processo PMJS 20.795/2017.

§7º As Diretrizes Básicas de Projeto de Loteamento foram protocoladas no Processo PMJS 15.048/2013, de 27/05/2013.

§8º O loteamento possui licenciamento ambiental na LAO Nº 030/2017/Fujama/JGS, de 11/07/2017.

§9º Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial.

Art.3º A aprovação do loteamento ocorre conforme Termo de Vistoria expedido pela municipalidade e cronograma de execução da pavimentação dos passeios, anexos ao Processo PMJS 26.708/2016, nos termos do artigo 26, da Lei Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993.

§1º Para garantia do cumprimento da realização das obras, fica caucionado o imóvel da MI Nº 71.433, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Marcatto Ltda., em favor da municipalidade, não podendo ser comercializado até a emissão do Termo de Vistoria relativo ao objeto desta caução (pavimentação dos passeios).

§2º A obrigação de implantação da infraestrutura mencionada no artigo anterior caberá à Marcatto Administradora de Bens Ltda., no



prazo máximo de execução de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de publicação deste Decreto.

Art.4º O registro do loteamento em pauta em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI EDUARDO BERTOLDI  
Prefeito Secretário Municipal de Planejamento  
e Urbanismo

## DECRETO Nº 11.635/2017

Publicação Nº 1417735

### D E C R E T O Nº 11.635/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.488/2017, de 30 de outubro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
25.02 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA  
25.02.17.512.14003.400 - Implantação de ETA - Água Verde  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
25.02.11 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.140.000,00  
25.02.17.512.14004.407 - Manutenção Patrimonial - Divisão Água  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
25.02.22 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 530.000,00  
25.02.17.512.14004.408 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente -  
Divisão Água  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
25.02.23 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00  
TOTAL R\$ 1.800.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
25.02 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA  
25.02.17.512.14003.403 - Aquisição de Terrenos - Divisão Água  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
25.02.14 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
25.02.17.512.14004.405 - Pagamento dos Servidores - Divisão Água  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
25.02.17 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
25.02.19 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
25.03 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO  
25.03.17.512.14004.410 - Pagamento dos Servidores - Divisão Esgoto  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

25.03.32 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
25.03.34 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
TOTAL R\$ 1.800.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN  
Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETO Nº 11.636/2017

Publicação Nº 1417737

### D E C R E T O Nº 11.636/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.489/2017, de 30 de outubro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 356.000,00 (Trezentos e cinquenta e seis mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01.10.302.07532.704 - Fornecer Serviços de Terapia Renal Substitutiva (Nefrologia)  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
15.01.94 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 356.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade -  
Ambulatorial e Hospitalar  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
15.01.101 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 356.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN  
Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 11.637/2017**

Publicação Nº 1417738

D E C R E T O Nº 11.637/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03012.128 - Pagamento dos servidores da Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.139 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08.05 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

08.05.12.365.03012.128 - Pagamento dos servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.05.164 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

TOTAL R\$ 390.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos Transferências do Fundeb, no valor de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 11.638/2017**

Publicação Nº 1417739

D E C R E T O Nº 11.638/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 215.000,00 (Duzentos e quinze mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.661 - Assistência à Saúde da Família

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.137 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

15.01.10.305.07522.668 - Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.149 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 215.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados Recursos PAB/Estadual, no valor de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), e Vigilância Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

**ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017**

Publicação Nº 1418748

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017

Processos: 12/2017-FROAGRO e 003/2017-FUJAMA

GABINETE DO PREFEITO/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/ SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, IND. COM. SERV. E TURISMO/SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO/FUJAMA/FROAGRO

Tipo: Menor preço POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância humana desarmada, destinado para áreas internas e externas de diversos órgãos, unidades ou entidades da Administração Pública Municipal e prestação de serviços de vigilância e segurança através de serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto, atendimento, locação e assistência técnica através de sistema de alarme tele monitorado, com transmissão de sinais por linha telefônica discada comutada (tático móvel), em conformidade com o Anexo VII – Minutas de Contratos, Anexo II – Termos de Referências, Anexo XIII – Planilhas de composição de custos e Anexo XIV – Locais para prestação dos serviços, que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 22 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.245.666,36 (um milhão duzentos e quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

NORMANDO ZITTA JUNIOR  
Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente

DANIEL PEACH  
Coordenador do Froagro

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2017

Publicação Nº 1417782

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--	--

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2017

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Antídio Aleixo Lunelli e do Sr. Secretário Municipal da Fazenda Márcio Erdmann, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, e da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de rua do perímetro urbano identificada neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

#### 1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

#### 2. DO LOCAL DAS OBRAS:

TRECHO: Extensão de 2.906,15 metros lineares das seguintes ruas: Rua 699 - Augusto Demarchi - trecho est: OPP (entroncamento com a rua 250 - Carlos Hardt) à est: 60 + 10,454 m (entroncamento com a rua 5 - Prefeito José Bauer), no bairro Três Rios do Sul; Rua 5 - Prefeito José Bauer - trecho est.: OPP (entroncamento com a rua 1090 - Alwin Koch) à est.: 24 + 15.698 m (entroncamento com a rua 848 - August Grutzmacher) no bairro Três Rios do Sul; Rua 390 - Waldemar Rau - trecho est.: OPP (entroncamento com a rua 699 - Augusto Demarchi) à est. 60 + 0,000 m (entroncamento com a rua 467 - São Miguel), no bairro Rau. Área total a ser pavimentada de 29.061,50 m².

#### 3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do projeto do anexo I.

#### 4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo integra o presente edital na forma de Anexo II e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando,

podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

#### 5. ORÇAMENTO DE CUSTO DAS OBRAS:

O custo total das obras descritas no presente Edital (Anexo III), está orçado em R\$ 4.315.029,29 (Quatro milhões, trezentos e quinze mil, vinte e nove reais e vinte e nove centavos).

O Município não participará com subsídios, e buscará se ressarcir do total do custo da obra através da Contribuição de Melhoria, observando como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiário em decorrência das obras.

#### 6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos seus laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por Comissão integrada por servidores profissionais técnicos do Município, composta de engenheiro(s) ou arquiteto(s), definidos na portaria nº 11.529/2017.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da Contribuição de Melhoria é de no máximo 100% do custo final da obra.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

#### 7. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no art. 255, da LC 001/93, alterado pela LC 179/2016 - Código Tributário Municipal.

#### 8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação (Anexo IV), anterior à avaliação da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado deverá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

#### 9. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do movimento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.



**10. DOS ANEXOS:**

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO GEOMÉTRICO, DE DRENAGEM PLUVIAL E DE ÁREAS DA PAVIMENTAÇÃO;

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO III - ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS;

ANEXO IV- RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA.

Os anexos podem ser obtidos na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Márcio Erdmann

Secretário Municipal da Fazenda

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017**

Publicação Nº 1418747

**EDITAL****PREGÃO PRESENCIAL****PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017****SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO****TIPO: Menor Preço Por Item**

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de LUMINÁRIAS DE LED, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para instalação em vias públicas municipais, em postes, na ponta de braços e substituição de luminárias existentes, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002. Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000. Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002. Decreto Municipal nº 6737/2009, de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar Federal 147/2014, 7 de agosto de 2014.

**DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO:** Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicados no Anexo I.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 13:30 horas do dia 17 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO:** R\$ 2.992.143,80 (dois milhões novecentos e noventa e dois mil cento e quarenta e três reais e oitenta centavos).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) Jaraguá do Sul (SC), 29 de setembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 078/2017/SEMSA**

Publicação Nº 1418712

PORTARIANº 078/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 063/2017/Semsa de 04 de setembro de 2017;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10 inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, AN-DREA CRISTINA GALASTRI, admitida em Caráter Temporário para atuar como Médica Especialista, a partir de 01/11/2017.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 063/2017/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1075/2017**

Publicação Nº 1418694

PORTARIANº 1075/2017

Instaura Processo Administrativo em Face de ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 104/2017/Semad, datado de 28/08/2017, subscrito pelo Sr. Argos José Burgardt, Secretário Municipal da Administração, solicitando manifestação da Controladoria-Geral do Município acerca de procedimento cabível para o pagamento solicitado através do Ofício Nº 630/2017 - Ethos Serviços Técnicos Ltda., inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 11.194.926/0001-81;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no "Check List - Instaura Procedimento Administrativo - Formulário de Informações - Abertura de Procedimento Administrativo", preenchido e encaminhado pelo Sr. Argos José Burgardt, Secretário Municipal da Administração, em 04/09/2017, descrevendo que através do Ofício protocolado pela contratada Ethos Serviços Técnicos Ltda., esta solicita a instauração de Processo Administrativo visando liquidar a Nota Fiscal Nº 217 já emitida;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 630/2017, datado de 26/06/2017, subscrito pelo Sr. Fernando Silva Hardt, Biólogo, Ethos Serviços Técnicos Ltda., no qual relata, em suma, que executou para a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul o licenciamento ambiental de 04 cemitérios públicos municipais, conforme Contrato Nº 245/2015 e licenças ambientais anexas. Que os serviços foram executados e entregues conforme contrato, cumprindo, na íntegra, as quantidades previstas, exceto no prazo de execução, visto que ações da Administração atrasaram a conclusão dos mesmos. Que, relativo ao prazo contratual, a empresa protocolou junto à municipalidade a solicitação de prorrogação, porém não ocorreu. Em 29/04/2016 fora emitida a Nota Fiscal Nº 217, no valor de R\$ 51.363,00, não liquidada até o momento;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Contrato Nº 245/2015, decorrente do Pregão Presencial Nº 29/2015, homologado em 16/06/2015, tendo como contratante o Município de Jaraguá do Sul e contratada a empresa Ethos Serviços Técnicos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.194.926/0001-81, e objeto a prestação de serviços especializados para obtenção de Licenciamento Ambiental corretivo e projetos de remediação dos cemitérios públicos municipais (Centro, Vila Lenzi, Chico de Paula e Nereu Ramos) de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Edital Pregão Presencial Nº 29/2015, da Secretaria Municipal da Administração, tendo como objeto a contratação de empresa jurídica para prestação de serviços especializados para obtenção de Licenciamento Ambiental corretivo e projetos de remediação dos cemitérios públicos municipais (Centro, Vila Lenzi, Chico de Paula e Nereu Ramos) de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo IX - Termo de Referência e demais condições estabelecidas;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Federal Nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e Lei Federal Nº 10.520/2002, de 17 de setembro de 2002;

CONSIDERANDO os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37, da Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 012/2017 em face de ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. e DESIGNAR os servidores públicos municipais DÉBORA KOHLER PACKER, matrícula 11243-7, ocupante do cargo de Fiscal Tributária, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; MARIANA ARAÚJO MARCORIO CASTRO, matrícula 11006-0, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município; e EVANDRO LUÍS CHIODINI SILVA, matrícula 81928-0, ocupante do cargo de Gerente de Desenvolvimento Urbano, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, integrantes desta COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, para, sob a presidência da primeira, promover o devido Processo Administrativo, com vistas a apurar se referida empresa cumpriu com suas obrigações contratuais, a suposta falta de pagamento do valor mencionado totalizando R\$ 51.363,00 (Cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e três reais), bem como a possível responsabilidade culposa ou dolosa de agentes públicos pela não realização de aditivo em observância às normas legais em vigor.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver, e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Especial

de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

- I - da instauração do Processo Administrativo Geral;
- II - da instalação dos Trabalhos;
- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;
- V - da Conclusão;
- VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;
- VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e
- VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da junta dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar, expressamente, as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 1076/2017

Publicação Nº 1418695

PORTARIANº 1076/2017

Instaura Processo Administrativo em Face de CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 09/2017/Sem-plu-DU, datado de 04/09/2017, subscrito pelo Sr. Ronis Roberto Bosse, Diretor de Urbanismo, informando que, em 21/08/2017, conforme Quarto Termo Aditivo Nº 164/2017, expirou o prazo para finalização do Contrato Nº 346/2012, Processo Licitatório Concorrência Pública Nº 096/2012, com a inexecução parcial do mesmo. Solicita providências cabíveis relativas a Notificação Extrajudicial enviada à empresa Conembra Construções e Obras Ltda.;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 220/2017/Sem-plu-CPF, subscrito pelos Srs. Marcelo Gumboski, Engenheiro Civil - Fiscal e Ivaldo Kuczkowski, Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, em 22/08/2017, no qual notifica extrajudicialmente a empresa Conembra Construções e Obras Ltda.;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto na Ata de Julgamento das Propostas Comerciais da Licitação na Modalidade de Concorrência Nº 096/2012, na qual declara vencedora do certame a empresa Conembra Construções e Obras Ltda., com o valor global de R\$ 1.993.590,50 (Hum milhão, novecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos);

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Contrato Nº 346/2012, decorrente do processo de licitação Edital de Concorrência Nº 096/2012, homologado em 06/07/2012, tendo como contratante o Município de Jaraguá do Sul e contratada a empresa Conembra Construções e Obras Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.719.255/0001-34, e objeto a contratação de serviços de engenharia com fornecimento de material e de mão de obra, para construção, infraestrutura e equipamentos comunitários (Cras, ESF, CMEI e quadra poliesportiva e paisagismo) em anexo ao conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, situado à Rua 251 - João Wiest Junior, também BR 280 - Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler, bairro Ribeirão Cavalo, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto nos Termos Aditivos Nº 261/2015, Nº 024/2017, Nº 112/2017 e Nº 164/2017 ao Contrato Nº 346/2012;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Federal Nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

CONSIDERANDO os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37, da Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade,



moralidade, publicidade e eficiência;  
CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 013/2017 em face de CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA. e DESIGNAR os servidores públicos municipais JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS, matrícula 8987-7, ocupante do cargo de Fiscal Tributarista, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; TONY ALEXANDRE ROSÁRIO, matrícula 10928-2, ocupante do cargo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e EDEMARA PICCOLI CEZARIO, matrícula 8184-1, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito, integrantes desta COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, para, sob a presidência do primeiro, promover o devido Processo Administrativo, com vistas a apurar suposta inexecução parcial do Contrato Nº 346/2012 e seus termos aditivos, decorrente do processo licitatório Concorrência Pública Nº 096/2012, apontando os fatos e fundamentos jurídicos cabíveis.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver, e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da instalação dos Trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;

V - da Conclusão;

VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;

VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e

VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da junta dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1077/2017**

Publicação Nº 1418696

PORTARIANº 1077/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 154, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 205/2017/Semad-GAS, de 30/10/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal SALETE MARQUARDT KRUGER, matrícula 2128-8, do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, temporariamente, no período de 02/10/2017 a 02/10/2018, as atribuições do cargo de Secretária de Unidade Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se à Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2017, revogadas as Portarias Nºs 836/2008, de 17/06/2008, e 628/2009, de 06/04/2009.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1078/2017**

Publicação Nº 1418697

PORTARIANº 1078/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e  
CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 495/2017/DGP, de 30/10/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/11/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para SIDNEI WILSON ZAPELLA, nomeado pela Portaria Nº 999/2017, de 06/10/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1079/2017**

Publicação Nº 1418698

PORTARIANº 1079/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora ROSILENE DANKER.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 435/2017/Semad/DGP, subscrito pelos Srs. Alessandro Buozi Martins, Diretor de Gestão de Pessoas, e Argos José Burgardt, Secretário Municipal da Administração, comunicando e solicitando, de acordo com o artigo 202, c/c artigo 213, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em desfavor da servidora pública municipal Rosilene Danker;

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Ofício Nº 432/2017/Semad/DGP, o qual informa que o pedido de abertura de PAD se dá em virtude do Relatório de Folha - Demonstrativo de Horas Faltas da servidora Rosilene Danker, do período de 10/2016 até 09/2017, totalizando

02 (dois) registros referentes aos meses de agosto e setembro de 2017, totalizando 400 horas/falta, o qual configura, em tese, ABANDONO DE CARGO, conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, em seus artigos 186, inciso II, e 197;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pela servidora pública municipal Rosilene Danker;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, II, e X, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

#### RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 026/2017, em face da servidora pública municipal ROSILENE DANKER, devendo os trabalhos serem conduzidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais RAFAEL BUSCH, matrícula 10850-2, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; TACIANA TECILLA GESSNER, matrícula 7610-4, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; e SCHIRLEY SANDRA WOLF DE SOUZA, matrícula 9464-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência do primeiro, apurar a responsabilidade funcional da servidora pública municipal Rosilene Danker, matrícula 11089-2, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infrações ao disposto nos incisos I, II, e X, do artigo 173, e artigo 197, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme previsão do artigo 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

§1º A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§2º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§4º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§5º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§6º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.5º Apresentada a defesa, a Comissão elaborará relatório conclusivo quanto a inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a 30 (trinta) dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.6º Para imputação das penalidades, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.7º Emitido o Relatório Final, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.8º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, devendo, ainda, a Comissão, adotar o procedimento sumário, conforme disposto no artigo 213, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.9º Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.10. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.11. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 1080/2017

Publicação Nº 1418700

PORTARIANº 1080/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base nas razões que constam no Processo Administrativo Disciplinar Nº 026/2015, instaurado pela Portaria Nº 1095/2015, de 02/09/2015; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito;  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 135/2017/4ªCPAD, de 30/10/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º DEDITIR, a partir de 08/11/2017, CLÁUDIO PÉRICLES DE ANDRADE DOS SANTOS CRUZ, matrícula 10738-7, ocupante do

cargo de MÉDICO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do cometimento das infrações previstas nos artigos 173, 174 c/c 183 e 184, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 1081//2017

Publicação Nº 1418701

PORTARIANº 1081/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base nas razões que constam no Processo Administrativo Disciplinar Nº 004/2017, instaurado pela Portaria Nº 346/2017, de 31/03/2017; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 076/2017/2ªCPAD, de 30/10/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º DEDITIR, a partir de 20/11/2017, FÁBIO LUIS KLUG, matrícula 10932-0, ocupante do cargo de FISCAL TRIBUTARISTA, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, em decorrência do cometimento das infrações previstas no artigo 173, incisos V e VI, e artigo 174, incisos V, XII e XIV, cominados com o artigo 186, inciso VIII, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**PORTARIA Nº 1082/2017**

Publicação Nº 1418702

PORTARIANº 1082/2017

Designa os Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 7.428/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 192/2017/Semcel/DC, de 29/10/2017, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;  
RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os conselheiros que integrarão o Conselho Municipal de Cultura, a seguir relacionados:

**I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL****SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Titular: Liara Roseli Krobot  
Suplente: Fabiane Juçara Karsten

Titular: Marcelo Heinz Prochnow  
Suplente: Marzeni Borges Antunes Gadotti

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Titular: Egon Lotário Jagnow  
Suplente: André Luiz Correa de Brito

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

Titular: Eduardo Afonso Sousa Behling  
Suplente: Eleonora Weimar de Melo Silva

**PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO**

Titular: Rosângela Melatti  
Suplente: Carlos Baratto

**BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL**

Titular: Jeniffer Joizsi Stephani  
Suplente: Dianne Katie Konell Chiodini

**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL**

Titular: Silvia Regina Toassi Kita  
Suplente: Talita Emanuele Rengel Silva de Santana

**MUSEUS MUNICIPAIS**

Titular: Ivana Aparecida Costa Cavalcanti  
Suplente: Dionara Radunz Bard

**SETOR DE TURISMO DO MUNICÍPIO**

Titular: Giuliano Sávio Berti  
Suplente: Raul Henrique dos Santos

**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL (COMPHAAN)**

Titular: Newton Gilberto Saloman  
Suplente: Sérgio Legnaghi

**II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL****CLUBES E SOCIEDADES DE TIRO DE JARAGUÁ DO SUL**

Titular: Valdir Hornburg

**ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES ÉTNICAS E CULTURAIS**

Titular: Fernanda Lúcia Maes  
Suplente: Rogério Pellis

**ENTIDADES DE FORMAÇÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**

Titular: Edilma Lemanhê

**SETORIAL DAS ARTES VISUAIS E ARTESANATO**

Titular: Regina Bittencourt  
Suplente: Mariana Albano Pires

**SETORIAL DE AUDIOVISUAL**

Titular: Marlon Rafael Silveira Rodrigues de Toledo  
Suplente: Carlos Daniel Reichel

**SETORIAL DA LITERATURA, LIVRO E LEITURA**

Titular: João Luis Chiodini

**SETORIAL DE CIRCO E TEATRO**

Titular: Rosimery Pett Vieira

**SETORIAL DE MÚSICA**

Titular: Joel Henquemaier

**ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JARAGUÁ DO SUL (ACIJS)**

Titular: Giuliano Donini

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 08/11/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1083/2017**

Publicação Nº 1418703

PORTARIANº 1083/2017

Instaura Processo Administrativo em Face do  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 122/2017/Semad, datado de 30/10/2017, subscrito pelo Sr. Argos José Burgardt, Secretário Municipal da Administração, solicitando a apuração dos fatos relacionados a pendência financeira de faturas de água do Terminal Rodoviário de Jaraguá do Sul, Matrícula 10243-1,

Sequencial 71951, vencidas em agosto e outubro de 2016, pendentes de pagamento devido a um problema de vazamento;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 210/2017/Semad/DA, datado de 23/10/2017, subscrito pelos Srs. Harysson Andrey Passig, Diretor de Administração, e Argos José Burgardt, Secretário Municipal da Administração, informando que, após revisão de consumo realizada pelo Samae, na Unidade Consumidora Nº 10243-1 - Terminal Rodoviário, os valores passaram a ser os seguintes:

- Fatura com vencimento em 25/08/2016: valor inicial de R\$ 32.319,70, que, após a revisão, passou para R\$ 18.838,18;

- Fatura com vencimento em 25/10/2016: valor inicial de R\$ 14.905,78, que, após a revisão, passou para R\$ 1.986,28;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no documento denominado "Segunda Via Agrupada", Matrícula 10243-1, constando como descrição fatura com referência 07/2016, vencimento 25/08/2016, totalizando o valor de R\$ 18.838,18 e fatura com referência 09/2016, vencimento 25/10/2016, totalizando o valor de R\$ 1.986,28;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no documento "Revisão de Faturamento" emitido pelo Samae, que descreve na "Conclusão 1: concedido desconto na tarifa de esgoto da fatura 07/2016 (referência/ano), conforme artigo 107, parágrafo 6º, da Resolução Normativa Nº 001/2011, da ARIS"; "Conclusão 2: fatura referência 09/2016 cobrada pelo consumo apresentado após o conserto, devido a ocorrência de vazamento invisível no imóvel";

CONSIDERANDO os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37, da Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 014/2017, em face do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE) e DESIGNAR os servidores públicos municipais DÉBORA KOHLER PACKER, matrícula 11243-7, ocupante do cargo de Fiscal Tributarista, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; MARIANA ARAÚJO MARCORIO CASTRO, matrícula 11006-0, ocupante do cargo de Procurador Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município; e EVANDRO LUÍS CHIODINI SILVA, matrícula 81928-0, ocupante do cargo de Gerente de Desenvolvimento Urbano, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, integrantes desta COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, para, sob a presidência da primeira, promover o devido Processo Administrativo, com vistas a apurar a suposta falta de pagamento do valor mencionado totalizando R\$ 20.824,46 (Vinte mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos), bem como a possível responsabilidade culposa ou dolosa de agentes públicos pela não realização do pagamento na data do vencimento, em observância às normas legais em vigor. Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver, e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013; bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da instalação dos trabalhos;



- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;
- V - da Conclusão;
- VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;
- VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e
- VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da junta dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar, expressamente, as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa, a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 1084/2017

Publicação Nº 1418704

PORTARIANº 1084/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor ADRIEL SILVEIRA PEREIRA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 348/2017/Semop, subscrito pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, comunicando e solicitando, de acordo com o artigo 202, c/c artigo 213, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em desfavor do servidor público municipal Adriel Silveira Pereira;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento "Check List - Instaura Procedimento Administrativo", subscrito pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, onde relata as ausências injustificadas do servidor ao local de trabalho;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no "Relatório de Folha - Demonstrativo de Horas Faltas" do servidor Adriel Silveira Pereira, do período de 10/2016 até 09/2017, totalizando 06 (seis) registros referentes aos meses de março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2017, totalizando 243,93 horas/falta, os quais configuram, em tese, INASSIDUIDADE HABITUAL, conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, em seus artigos 186, inciso III, e 198;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições pelo servidor público municipal Adriel Silveira Pereira;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II, III e X, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 027/2017, em face do servidor público municipal ADRIEL SILVEIRA PEREIRA, devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais CRISTIANE CASINI, matrícula 8615-4, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043-3, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e MICHEL Y REGINA BENEVENUTTI, matrícula 8075-6, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional do servidor público municipal Adriel Silveira Pereira, matrícula 8119-1, ocupante do cargo de Latoeiro, lotado na Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infrações ao disposto nos incisos II, III e X, do artigo 173, e artigo 198, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme previsão do artigo 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

§1º A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§2º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§4º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§5º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§6º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.5º Apresentada a defesa, a Comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a 30 (trinta) dias e remeterá o Processo à autoridade instauradora para julgamento.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o

nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.6º Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.7º Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.8º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, devendo, ainda, a Comissão, adotar o procedimento sumário, conforme disposto no artigo 213, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.9º Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constantes do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.10. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.11. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1085/2017**

Publicação Nº 1418705

PORTARIANº 1085/2017

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício/CMSB Nº 008/2017, de 30/10/2017, do Conselho Municipal de Saneamento Básico;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR CAMILA JULIANA DOS SANTOS, como conselheira suplente, em substituição a Fabio Simbalinski, para representar o Procon Municipal, na qualidade de Representante dos Órgãos Governamentais, no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 804/2017, de 03/08/2017, no que se refere a designação de Fabio Simbalinski.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 10/06/2019.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1086/2017**

Publicação Nº 1418706

PORTARIANº 1086/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 197/2017/Semad/GAS, de 27/10/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 21/11/2017 a 20/11/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal IONICE LESSA, matrícula 3676, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1087/2017**

Publicação Nº 1418707

PORTARIANº 1087/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 198/2017/Semad/GAS, de 30/10/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 16/11/2017 a 15/11/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal IVANIA NEIDE POLIDORO, matrícula 9404, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1088/2017**

Publicação Nº 1418708

PORTARIANº 1088/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 196/2017/Semad/GAS, de 30/10/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 15/11/2017 a 14/11/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal SANDRA MARIA HRECZUCK, matrícula 7641, ocupante do cargo efetivo de SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1089/2017**

Publicação Nº 1418709

PORTARIANº 1089/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 02/11/2017, ARLINDO HAFEMANN do cargo de provimento em comissão de CHEFE DO PARQUE DE EVENTOS, RODOVIÁRIA E CEMITÉRIOS, da Gerência de Fiscalização de Bens Públicos, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 087/2017, de 06/02/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 160/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417764

PORTARIANº 160/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 250/2017/3ªCPAD, de 25/10/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 14/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 021/2016, instaurado pela Portaria nº 894/2016, de 27/10/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 161/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417766

PORTARIANº 161/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 249/2017/3ª CPAD, de 25/10/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2016, instaurado pela Portaria Nº 1118/2016, de 06/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 162/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417767

PORTARIANº 162/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 252/2017/3ªCPAD, de 25/10/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 25/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2016, instaurado pela Portaria Nº 799/2016, de 16/09/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município



**PORTARIA Nº 163/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417768

PORTARIANº 163/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 251/2017/3ªCPAD, de 25/10/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 025/2016, instaurado pela Portaria Nº 1187/2016, de 19/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 164/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417769

PORTARIANº 164/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 254/2017/3ª CPAD, de 31/10/2017, da 3ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 011/2017, instaurado pela Portaria Nº 618/2017, de 08/06/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 165/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417770

PORTARIANº 165/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 255/2017/3ª CPAD, de 31/10/2017, da 3ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2017, instaurado pela Portaria Nº 760/2017, de 27/07/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 166/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417771

PORTARIANº 166/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 133/2017/4ªCPAD, de 26/10/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2017, instaurado pela Portaria nº 236/2017, de 23/02/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 167/2017/COGEM**

Publicação Nº 1417772

PORTARIANº 167/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 134/2017/4ªCPAD, de 26/10/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2017, instaurado pela Portaria nº 642/2017, de 26/06/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2017**

Publicação Nº 1417852

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2017

Processos: 001/2017 Fujama, 009/2017-Froagro e 31/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 116/2017 e Processos: 007/2017-FMAS, 11/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de veículos, máquinas e equipamentos oficiais do Município de Jaraguá do Sul, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Unid.	Quant.	Descrição do objeto	Valor global do item (R\$)
01	GENTE SEGURADORA S.A	01	Serviço	Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de veículos do Município, em conformidade com as especificações e quantidades de veículos descritas no Anexo II- Termo de Referência.	181.454,87
02	BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS	01	Serviço	Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações e quantidades de veículos descritas no Anexo II- Termo de Referência.	20.930,00
03	GENTE SEGURADORA S.A	01	Serviço	Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de máquinas do Município, em conformidade com as especificações e quantidades de veículos descritas no Anexo II- Termo de Referência.	11.925,34

Jaraguá do Sul, SC, 20 de outubro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017



**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2017**

Publicação Nº 1417851

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 136/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de serviços de limpeza durante a realização da 29ª Schützenfest – edição 2017, no período de 09 a 19 de novembro de 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários; e serviços de limpeza geral antes e depois da festa, ou seja, nos dias 07, 08, 20 e 21 de novembro de 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários, no Parque Municipal de Eventos, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor total do item (R\$)
01	ROZALVA GONZAGA PEREIRA EPP	4.000	Horas	Serviços de limpeza durante a realização da 29ª Schützenfest – edição 2017, no período de 09 a 19 de novembro de 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários; e serviços de limpeza geral antes e depois da festa, ou seja, nos dias 07, 08, 20 e 21 de novembro de 2017, incluindo todos os materiais de limpeza e os equipamentos necessários, no Parque Municipal de Eventos, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviços e XI– Termo de Referência, anexos ao edital.	76.000,00

Jaraguá do Sul, SC, 01 de novembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017-FMS**

Publicação Nº 1417846

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017-FMS**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 24/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	ALVIMED COMÉRCIO E REP. LTDA – EPP	15.000	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO P - Cadastro 11863 Fraldas descartáveis com elástico, com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Master	1,23
02	ALVIMED COMÉRCIO E REP. LTDA – EPP	40.000	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M - Cadastro 11864 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Master	1,27

03	ALVIMED COMÉRCIO E REP. LTDA – EPP	54.000 Disputa Ampla	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G - Cadastro 11865 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Master	1,31
04	ALVIMED COMÉRCIO E REP. LTDA – EPP	6.000 10% do item 03	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G - Cadastro 11865 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Master	1,31
05	ALVIMED COMÉRCIO E REP. LTDA – EPP	49.500 Disputa Ampla	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG - Cadastro 21438 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Master	1,35
06	ALVIMED COMÉRCIO E REP. LTDA – EPP	5.500 10% do item 05	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG - Cadastro 21438 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Master	1,35
07	ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA – EPP	3.000	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO P - CÓDIGO 16579 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Baby	0,30
08	ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA – EPP	3.000	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO M - CÓDIGO 16578 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Baby	0,35

09	ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA – EPP	2.500	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO G – CÓDIGO 16577 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Baby	0,40
10	ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA – EPP	3.500	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO GG – CÓDIGO 21302 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: Ali Baby	0,40

Jaraguá do Sul, SC, 23 de outubro de 2017.  
Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017-FMS

Publicação Nº 1417848

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 38/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a contratação de empresa jurídica especializado em comunicação, para planejamento e execução de atividades de educação em saúde no que tange as temáticas de infecções sexualmente transmissíveis, com adolescentes entre 13 e 16 anos da Rede Pública de Ensino do município de Jaraguá do Sul, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Descrição dos objetos	Valor Global da Proposta (R\$)
01	THEMA LTDA	01	5.1 PLANEJAMENTO E ATENDIMENTO	131.057,50
02		11	5.2 RECURSOS HUMANOS	
03		01	5.3 INFRAESTRUTURA	
04		11	5.4 EQUIPAMENTOS	
05		11	5.5 MOBILIÁRIOS	
06		11	5.6 ELEMENTOS CÊNICOS	
07		01	5.7 MATERIAIS DE CONSUMO	
08		01	5.8 COMUNICAÇÃO VISUAL	
09		01	5.9 MONTAGEM	
10		01	5.10 CARRINHO DE PRESERVATIVOS	
11		50	5.11 CAMISETAS	
12		40	5.12 ÔNIBUS	
13		40	5.13 TEATRO-FÓRUM	

Jaraguá do Sul, SC, 27 de outubro de 2017.  
Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

## SAMAE LICITAÇÃO Nº: 159/2017

Publicação Nº 1418710

### SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 159/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONserto DE EQUIPAMENTOS INVERSORES DE FREQUÊNCIA DA MARCA WEG.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 06/11/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 17/11/2017 às 08 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SEMED - PORTARIA Nº 1070/2017**

Publicação Nº 1417206

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1070/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 862/2017, de 12.09.2017, que admitiu, MARIA TEREZINHA FURTADO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1071/2017**

Publicação Nº 1417209

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1071/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 841/2017, de 29.08.2017, que admitiu MARICELMA FRANCISCO, para em Caráter Temporário atuar como Pedagogo, nas Salas de Atendimento Pedagógico – SAP, no período de 17.10.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 763/2017**

Publicação Nº 1417187

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 763/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 368/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de DAIANE APARECIDA FERNANDES DOS ANJOS SASSI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de ARTE-MÚSICA, no período de 02.07.2017 a 01.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 764/2017**

Publicação Nº 1417188

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 764/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 370/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de CAROLINE BRAZ RIBEIRO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, nos períodos de 02.07.2017 a 14.07.2017 e 15/07/2017 a 14/08/2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 765/2017**

Publicação Nº 1417189

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 765/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 374/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de MARIA JOSÉ DE AZEVEDO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS, nos períodos de 02.07.2017 a 14.07.2017 e 15.07.2017 a 14.08.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 766/2017**

Publicação Nº 1417190

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 766/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 375/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, RAQUEL DOS SANTOS DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, nos períodos de 02.07.2017 a 14.07.2017, 15.07.2017 a 14.08.2017 e 15.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 767/2017**

Publicação Nº 1417191

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 767/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 377/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, REGINA FÁTIMA DA SILVA CANDIDO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, nos períodos de 02.07.2017 a 14.07.2017, 15.07.2017 a 14.08.2017 e 15.08.2017 a 16.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 768/2017**

Publicação Nº 1417192

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 768/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 379/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, SILMARA EVANGELISTA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de PORTUGUÊS, nos períodos de 02.07.2017 a 14.07.2017 e 15.07.2017, 14.08.2017 e 15.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 769/2017**

Publicação Nº 1417193

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 769/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 382/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de SIMONE CARLA DGEVIESKI DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.07.2017 a 15.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 770/2017**

Publicação Nº 1417194

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---



**PORTARIA Nº 770/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 404/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de VANDA SOARES DA LUZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17/07/2017 a 15.09.2017

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 771/2017**

Publicação Nº 1417195

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 771/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 385/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de MARIA ROSELENE BITENCOURT MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 02.08.2017 a 01.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 775/2017**

Publicação Nº 1417196

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 775/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 411/2017, de 26.06.2017, que

prorrogou a portaria de, ACIOLI HENRIQUE SOARES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais e Finais, na disciplina de MÚSICA, no período de 17.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 776/2017**

Publicação Nº 1417197

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 776/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 378/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de ARLINDO GOMES SILVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de ENSINO RELIGIOSO, nos períodos de 02.07.2017 a 14.07.2017, 15.07.2017 a 14.08.2017 e 15.08.2017 a 16.09.2017. Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 777/2017**

Publicação Nº 1417198

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 777/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 410/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, FERNANDO CÉSAR MESCHKE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais e Finais, na disciplina de MÚSICA, no período de 17.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 778/2017**

Publicação Nº 1417199

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 778/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 409/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, MAIKON JONAS PONATH, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de MÚSICA, no período de 17.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 779/2017**

Publicação Nº 1417200

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 779/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 705/2017, de 10.07.2017, que admitiu REGINA CÉLIA DANIEL, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 17.08.2017 a 16.09.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 780/2017**

Publicação Nº 1417201

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 780/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 26 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 305/2017, de 06.06.2017, que admitiu, SIMONE FEUSER DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.07.2017 a 14.08.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 781/2017**

Publicação Nº 1417202

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 781/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 24 de agosto de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, ANDREIA VIEIRA DE LIMA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Agente de Alimentação e Nutrição.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 404/2015, Nº 554/2016, Nº 995/2016 e Nº 412/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 782/2017**

Publicação Nº 1417203

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 782/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, em 14 de agosto de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, CAROLINE BRAZ RIBEIRO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Coordenador Pedagógico.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº145/2016, Nº601/2016, Nº891/2016, Nº370/2017 e Nº764/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 783/2017**

Publicação Nº 1417204

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 783/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, em 14 de agosto de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, MARIA JOSÉ DE AZEVEDO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de INGLÊS.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº293/2016, Nº688/2016, Nº1050/2016, Nº374/2017 e Nº765/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 784/2017**

Publicação Nº 1417205

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 784/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos,

realizado através do Edital Nº 003/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 313/2016, de 23.06.2016, que PRORROGOU A PORTARIA de VANESSA FERNANDES DINIZ BARBOZA, para em Caráter Temporário atuar como professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de Português, nos períodos de 21.07.2016 a 31.12.2016 e 01.01.2017 a 15.08.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

## ANEXO IV

Publicação Nº 1417787

## ANEXO IV

CAD.	Nº	PROPRIETÁRIO	RUA	BAIRRO	ÁREA TERR.	TESTADA	TERR.R\$/m²	VALOR TOTAL
036029	01	HARRY PROCHNOW	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	3.538,87	103,00	R\$ 15,13	R\$ 53.548,64
035978	04	AUGUSTO DEMARCHI	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	1.025,00	138,10	R\$ 15,16	R\$ 15.538,78
035979	05	AUGUSTO DEMARCHI	Prefeito José Bauer / Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	131.027,00	1.289,57	R\$ 23,05	R\$ 3.020.172,35
037796	06	MAGNO JONAS KEIL	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	890,50	19,10	R\$ 172,00	R\$ 153.166,00
037795	07	RUDIBERT GRUTZMACHER	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	1.108,40	20,92	R\$ 172,00	R\$ 190.644,80
052723	08	MARCELO JOÃO CORREA	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	313,80	12,25	R\$ 276,61	R\$ 86.800,22
042496	09	PEDRO TITZ	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	2.075,28	13,54	R\$ 111,75	R\$ 231.913,14
035982	10b	ALVARO TITZ	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	122.754,08	49,04	R\$ 14,78	R\$ 1.814.086,80
042492	11	VERGILIO TITZ	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	2.071,10	29,20	R\$ 172,00	R\$ 356.229,20
61317	12	CHRISTIAN PHELIPE DE ARAÚJO GARCIA						
61319	12	MICHELE STEIN E FERNANDA RICHES						
61318	12	VALDIR MUDREI	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	488,12	42,60	R\$ 278,69	R\$ 136.034,16
050708	13	ANDRE WILLIAM TITZ	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	553,65	17,83	R\$ 278,69	R\$ 154.296,72
030283	14	HARRY PROCHNOW	Prefeito José Bauer	Três Rios do Sul	189.326,04	154,00	R\$ 21,91	R\$ 4.148.760,40
035964	15	MERIT VIVIEN GRUETZMACHER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	33.305,62	275,00	R\$ 23,06	R\$ 767.982,80
034874	16	NELY MARTINS RODRIGUES TIETZ	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	536,66	17,23	R\$ 250,85	R\$ 134.621,16
034873	17	JUDITE EGER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	510,34	15,72	R\$ 270,90	R\$ 138.251,11
034885	18	FELISBERTO FREIBERGER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	874,23	15,38	R\$ 204,73	R\$ 178.981,11
034886	19	FELISBERTO FREIBERGER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	578,65	19,14	R\$ 254,62	R\$ 147.335,86
034888	20	WILSON L BORDEGNON	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	575,26	18,87	R\$ 253,56	R\$ 145.862,93
034890	21	ADOLFO OENING	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	577,81	19,05	R\$ 254,20	R\$ 146.879,30
020614	22	LEONARDO ROWE	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	19.824,24	124,00	R\$ 43,06	R\$ 853.682,40
48183	23	MÁRIO VIEIRA	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	388,90	37,95	R\$ 305,35	R\$ 118.750,62
048133	24	CARMEN KOSLOWSKI	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	533,40	21,83	R\$ 312,25	R\$ 166.554,15
048131	25	NOSTRA INC E ADM LTDA	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	1.209,00	39,00	R\$ 251,45	R\$ 304.003,05
048129	26	MARIO VIEIRA EMP E INC LTDA	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048128	27	MARIO VIEIRA EMP E INC LTDA	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048127	28	MARIO VIEIRA EMP E INC LTDA	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048126	29	MARIO VIEIRA EMP E INC LTDA	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048125	30	MERIT VIVIEN GRUETZMACHER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048124	31	MERIT VIVIEN GRUETZMACHER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048123	32	MERIT VIVIEN GRUETZMACHER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	403,00	13,00	R\$ 251,45	R\$ 101.333,30
048122	33	MERIT VIVIEN GRUETZMACHER	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	533,40	21,83	R\$ 312,25	R\$ 166.555,89
035158	35	GOV ESTADO SC	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	8.250,00	33,00	R\$ 63,31	R\$ 522.307,50
035933	36	AUGUSTO DEMARCHI	Rua Augusto Demarchi	Três Rios do Sul	9.831,50	295,20	R\$ 22,12	R\$ 217.515,00
036239	37	DACYRA MODRO SILVANO E OUTROS	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	20.780,44	293,00	R\$ 31,40	R\$ 652.468,32
020409	38a	DACYRA MODRO SILVANO E OUTROS	Rua Waldemar Rau	Estrada Nova	2.441,00	247,00	R\$ 20,00	R\$ 48.820,00
036575	38b	JOSE VALTER DOS SANTOS	Rua Waldemar Rau	Estrada Nova	250,93	40,15	R\$ 142,46	R\$ 35.747,88

036238	39	HAROLDO MUELLER	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	66.875,85	13,00	R\$ 10,33	R\$ 691.156,00
023442	40	AURELINO BASTOS	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	11.267,90	103,50	R\$ 63,31	R\$ 713.370,75
042104	41	VENESIO SAMAGAIA	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	2.125,70	26,00	R\$ 223,07	R\$ 474.176,57
042105	42	DARCI JOSE SCHUSTER E OUTROS	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	1.531,25	19,00	R\$ 247,85	R\$ 379.526,16
042106	43	OSCAR ENGELMANN	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	930,15	15,00	R\$ 247,85	R\$ 230.541,23
042107	44	DOLores MEYER DA SILVA E OUTRO	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	1.070,00	18,50	R\$ 234,08	R\$ 250.470,05
042108	45	VALDIR BACHMANN	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	753,60	15,50	R\$ 176,82	R\$ 133.252,67
014503	46	ELVIRA RAU ROCHA	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	1.155,75	32,00	R\$ 86,84	R\$ 100.369,38
011639	47	JOACIR GONCALVES	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	658,40	23,80	R\$ 123,78	R\$ 81.493,49
014507	48	DONARIA DA SILVA PACHER	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	810,00	60,00	R\$ 74,27	R\$ 60.154,67
036233	49	GILBERTO NICOLUZZI E OUTROS	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	125.347,13	355,40	R\$ 7,93	R\$ 994.519,06
015003	51	MMV INCORPORAÇÕES LTDA	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	80.775,15	98,00	R\$ 14,84	R\$ 1.198.635,50
035358	52	OTOKAR O. FREIBERGER E OUTROS	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	474,38	28,25	R\$ 400,00	R\$ 189.752,00
027604	54	ALBERTINA FRANCENER	Rua Waldemar Rau	Três Rios do Sul	540,47	26,30	R\$ 400,00	R\$ 216.188,00

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO 03/2013/2017 - TA 05

Publicação Nº 1417827

CONTRATO Nº 3/2013/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, situada na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Luis Antonio Lima da Cunha, residente e domiciliado na Rua Francisco Lindner, nº 477, Edifício Residencial Angélica, apto 902, Centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R 5.423.619 e do CPF nº 696.470.030-72, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 3/2013/FMS, firmado em 07/01/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

O valor dos procedimentos constantes no contrato original ficam reajustados em 33,7897%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de 01/12/2012 a 30/11/2016, passando a vigorar conforme o discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR ORIGINAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
TERAPIAS			
25	ECOCARDIOGRAMA	265,00	354,00
26	TESTE ERGOMÉTRICO	150,00	200,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 27 de outubro de 2017.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.  
LUIS ANTONIO LIMA DA CUNHA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### CONTRATO 63/2015/FMS - TA 04

Publicação Nº 1417892

CONTRATO Nº 63/2015/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. Leonardo Luiz Dall'oglio Fuga, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.820.797 e CPF nº 006.753.869-00, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 63/2015/FMS, firmado em 15/01/2015,

proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do contrato, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR**

O valor dos procedimentos constantes no contrato ficam reajustados em 19,1666%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de 01/12/2014 a 30/11/2016, passando a vigorar conforme o discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR ORIGINAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
CONSULTAS ESPECIALIZADAS - EM CARÁTER DE URGÊNCIA			
2	CARDIOLOGIA + ELETRO	330,00	393,00
PROCEDIMENTOS DE ECODOPPLER			
64	VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAIS (CARÓTIDAS E VERTEBRAIS)	200,00	238,00
PROCEDIMENTOS - OUTROS			
82	ECOCARDIOGRAMA	230,00	274,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 27 de outubro de 2017.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSO VILMAR BRANCHER – Secretário

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 5.242 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418170

DECRETO Nº 5.242 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DO IMPRES, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – IMPRES, quadriênio 2017/2021, de que trata o Artigo 72 da Lei Complementar Nº 99/2005 e alterações, a seguir identificados:

Representantes da Prefeitura

TITULARES:

JANETE ZANATTA

JULIANA KUSNIER

NÍVIA MOREIRA BARRETO

SUPLENTE:

JESIEL DE OLIVEIRA

RUBIA KAREN PROVENSI

TIAGO DUPONT GIUMBELLI



## Representantes do SIMAE

## TITULARES:

MARCOS ANTONIO BORDIN DA ROSA

ANDRE LUIZ SAUER

## SUPLENTE:

GIANE MARIA MARQUEZZE LECHER

VALDIRENE APARECIDA DORINI

## Representantes dos Inativos

## TITULAR:

SULANY DE FATIMA BORTOLOZZO WELTER

## SUPLENTE:

SONIA MARIS SLONGO

## Representantes do Sindicato da Classe

## TITULAR:

LOERI JOSÉ LUVISON

## SUPLENTE:

TAILISE CRISTANA KOPP

## Nomeados pelo Executivo

## TITULAR:

FABIANO GRANDO POLETO

RAFAEL MARTINI VEIGA

## SUPLENTE:

MARCELO MONTOVANI

SUELEN FERREIRA FRANÇA

Art. 2º Ficam nomeados os membros do CONSELHO FISCAL do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – IMPRES, quadriênio 2017/2021, de que trata o Artigo 84 da Lei Complementar Nº Lei Complementar Nº 99/2005 e alterações, a seguir identificados:

## Representantes Servidores Ativos

## TITULARES:

ELIANE APARECIDA CERON VIER

ANDRE LUIZ DRI

## SUPLENTE:

DERLI FRANCISCO DA SILVA

ADRIANO FELTRIN

## Representante Servidor Ativo – Indicação pelo SIMAE

## TITULAR:

PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN

## SUPLENTE:

PAULO CESAR LAMIN

## Representantes dos Servidores Inativos

## TITULAR:

LEDA SILVA KERBER

## SUPLENTE:

DIVANETE MARIA TREVISOL SANGUANINI

## Nomeados pelo Executivo

## TITULAR:

FABIANO COLOMBO

## SUPLENTE:

DERLI FRANCISCO DA SILVA

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 01 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**DECRETO Nº 5.243 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418683

DECRETO Nº 5.243 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 20 DA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Município:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.118 Manutenção da Frota da Secretaria Municipal de Educação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00001.000000-123

Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.040 Manutenção da Frota Municipal

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-189	

Valor: R\$ 80.000,00

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-209	

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 5.036,34 (cinco mil, trinta e seis reais e trinta e quatro centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do excesso de arrecadação de recursos oriundos do convênio com o Estado de SC nº 2016TR001011, para manutenção e conservação de vias urbanas e rurais no município de Joaçaba:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação:	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-281	

Valor: R\$ 5.036,34

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 03 de novembro de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**EXTRATO DE ALTERAÇÃO PL 86/2017/PMJ - PP 56/2017/PMJ**

Publicação Nº 1417640

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 56/2017/PMJ, tendo por objeto a "aquisição de uma motoniveladora nova, em conformidade com as características descritas no Anexo I deste Edital, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura do Município de Joaçaba, SC":

- 1) No anexo I onde se lê: "Lâmina articulada com dimensões mínimas de 3.658 x 622 x 22 mm", leia-se "Lâmina articulada com dimensões mínimas de 3.658 x 610 x 19 mm";
- 2) Fica alterado o credenciamento e entrega dos envelopes para até as 14h do dia 21/11/2017;
- 3) Fica alterado o processamento do Pregão para as 14h do dia 21/11/2017;
- 4) As demais disposições ficam mantidas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 1º de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VILSON SARTORI

Secretário de Infraestrutura e Agricultura

**EXTRATO PL 88/2017/PMJ - CC 06/2017/PMJ**

Publicação Nº 1418538

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 06/2017/PMJ

Objeto: "CONCLUSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO CENTRO DE INOVAÇÃO", conforme relacionado no QUADRO Nº 01 (anexo a este Edital), cujos quantitativos, orçamento, projetos, cronogramas e demais elementos técnicos estão indicados nos ANEXOS números 01, 02, 03 e 04. Tipo: Empreitada por Preço Global. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 08/12/2017, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 08/12/2017 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 03 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**EXTRATO PP 24/2017/FMS**

Publicação Nº 1417839

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017/FMS

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Gestão de Saúde Pública, com vistas à reestruturação da territorialização da área da Atenção Básica no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 27/11/2017, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14 horas do dia 27/11/2017, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 01 de novembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

**EXTRATO PP 57/2016/PMJ**

Publicação Nº 1418474

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017/PMJ

Objeto: contratação de empresa especializada em Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional, para a execução dos serviços de elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho – LTCAT, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 23/11/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 23/11/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 03 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
JORGE LUIZ DRESCH – Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira

**PORTARIA N.º 1.518**

Publicação Nº 1417467

PORTARIA Nº 1.518 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDREIA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 090/2017 do Setor de Fiscalização Tributária, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de outubro de 2017.  
DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.519**

Publicação Nº 1417468

PORTARIA Nº 1.519 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 25 de outubro de 2017, do(a) Sr.(a) RODRIGO LEMOS, Médico - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, e em virtude de sua aprovação em 3º lugar no edital de Teste Seletivo n.º 013/2016/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de outubro de 2017.  
DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.520**

Publicação Nº 1417470

PORTARIA Nº 1.520 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

"CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) ROSANE MARIA CERON, Telefonista/Repcionista, em função de implementar o direito a aposentadoria, de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 0003944/2017 de 16 de outubro de 2017 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.521**

Publicação Nº 1417474

PORTARIA Nº 1.521 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

"CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) CÁTIA APARECIDA WIST, Professor Pós Graduado Nível I, em função de implementar o direito a aposentadoria, de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 0003806/2017 de 04 de outubro de 2017 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.522**

Publicação Nº 1417477

PORTARIA Nº 1.522 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a)Sr(a). JAIR JOSÉ CARPEGIANI, Operador de Máquinas, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0002633/2017 de 03 de agosto de 2017, ficando enquadrado em função da nova titulação como Operador de Máquinas Nível B - VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.523**

Publicação Nº 1417479

PORTARIA Nº 1.523 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a)Sr(a). JESSICA RINALDI MARTENDAL, Engenheiro Civil, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0003837/2017 de 05 de outubro de 2017, ficando enquadrado em função da nova titulação como Engenheiro Civil Nível C - III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.525**

Publicação Nº 1417750

PORTARIA Nº 1.525 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) FABIO AUGUSTO CONTE, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Arrecadação, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, em especial a Lei Complementar n.º 339/2017, conforme memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1524**

Publicação Nº 1417483

PORTARIA Nº 1.524 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). LURDES FOPPA PANTTI, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0004001/2017 de 18 de outubro de 2017, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) C - II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO PORTARIA Nº 1.170 DE 19 DE JUNHO DE 2017**

Publicação Nº 1417661

Processo Administrativo

Portaria nº 1.170 de 19 de Junho de 2017.

Joaçaba, 26 de outubro de 2017.

Trata-se de Processo Administrativo aberto pela portaria supra-mencionada, com a finalidade de se apurar a responsabilidade referente ao parecer que concluiu pela irregularidade do processo de prestação de contas referente à transferência 2015TR000020, que ocasionou imputação de débito ao município, face ao memorando n.º 12/2015 do Gabinete do Prefeito Municipal.

A comissão tomou como decisão a desnecessidade de oitiva de testemunhas, tendo em vista que a conduta pode ser analisada documentalmente.

O município através da proposta de Transferência nº 13783, fls. 117 a 129, solicitou o repasse de R\$500.503,11 (quinhentos mil e quinhentos e três reais e onze centavos), anexando documentos a proposta, tais como, declaração de apoio exclusivo (fl.130), de atendimento as exigências legais (fl.131) e de gratuidade (fls. 69-70), todas datadas de 18 de dezembro de 2014, como descreve a comissão.

Entretanto, no dia 22 de dezembro de 2014, o FUNTURISMO apresentou parecer onde consta "reprovada – técnico" (fls.182 a 189). Na mesma data o Conselho de Turismo se manifestou "favorável com restrições" (fls.190 a 202, volume I). O Município apresentou alterações, apresentando nova proposta, com alteração nos valores, além de várias declarações, complementando a proposta inicial, do então Prefeito Rafael Laske (fls.309 a 315, volume I).

Foram apresentadas declaração de capacidade técnica para execução do objeto e listagem dos demais recursos, apontando a LIESJHO como parceira para realização do evento. Entretanto, não consta nenhuma alteração quanto à declaração de gratuidade.

Após a realização do evento, foi apresentada prestação de contas que foi enviada no dia 27 de abril de 2015 (fls.345 a 550).

Em 29 de março de 2017, foi apresentada decisão prévia pela irregularidade da prestação de contas (fls. 574 a 575), por descumprimento aos artigos 56, inciso XXI e 98, inciso IX do Decreto Estadual nº 1.309/2012.

Diante disto, o Prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini e o Procurador-Geral do Município Sr. Maikel Patrzykot, recorrendo da decisão administrativa de irregularidade de contas, encaminharam recurso, através do ofício 253/2017 (fls. 580 a 620), esclarecendo que o Município ficou incumbido pela implantação da infraestrutura necessária e a LIESJHO se responsabilizou pela realização do evento e venda de ingressos, sendo que a comercialização se deu nos termos da transferência 2015TR000003.

Reanalizada a prestação de contas (fls.621 a 626), o órgão estadual entendeu novamente pela irregularidade, descumprindo os artigos 63, inciso V, e 101, inciso III, do Decreto Estadual nº 1.309/2012. Em 14 de agosto de 2017 sobreveio decisão final pela irregularidade da prestação de contas (fl.621 e seguintes), com imputação em débito no montante de R\$ 447.483,09 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e três reais e nove centavos), os quais foram pagos integralmente pela Fazenda Pública Municipal de Joaçaba (fl.644).

Desta forma conclui-se que, o convênio foi firmado em determinados termos e executado em outro, levando a reprovação das contas.

Apesar da alteração da imputação de reprovação de contas, observamos que o artigo 101, inciso III, do Decreto Estadual nº 1.309/2012 faz menção ao não cumprimento do plano de trabalho proposto pela Administração Municipal da época, conjuntamente a todos os documentos anexados ao referido plano.

Diante disto, mantenho o entendimento da comissão de processo administrativo, onde destaca na fl.658, que a responsabilidade pela



reprovação da prestação de contas, por descumprimento dos termos constantes na proposta de transferência 13783 e no contrato de apoio financeiro nº 2015TR000020, é do Município de Joaçaba, sendo que a conduta principal que levou ao resultado foi praticada pelo Sr. Rafael Laske, responsável por solicitar os recursos junto à Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, na qualidade de representante do Município, descumprindo o plano de trabalho apresentado na proposta realizada, o que caracterizou negligência com os recursos públicos.

Além disto, vale salientar que o então prefeito, Sr. Rafael Laske, além de ser responsável pela conduta apurada no presente procedimento, possivelmente ainda incorreu em prática não compatível com os princípios constitucionais dando Fé Pública ao realizar declarações falsas quanto a gratuidade do evento (fls.69,70, 573 e 609) perante a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

Desta forma, determino a abertura de Processo Administrativo para apurar os danos ocasionados ao erário público municipal.

Intimem-se.

Publique-se.

Dioclésio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba

## TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1417748

### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) ADRIANA BIANCHI, Cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, classificado em 2º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 005/2017/SMS, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 13.2 g) do referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 042/2017 - RECARGA EXTINTORES

Publicação Nº 1418175

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 042/2017

DISPENSA N. 029/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: DEDETIZADORA JOAÇABENSE LTDA - EPP

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços de recarga de extintores, teste e manutenção em mangueiras de hidrantes pertencentes ao prédio da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
2	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.30.04.00.00.00	495,00

Joaçaba (SC), 31 de outubro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico



**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2017**

Publicação Nº 1417935

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Exercício de 2017

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Período: Outubro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>169.598,12</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>154.634,16</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	133.653,82
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.947,34
		INVESTIMENTOS	6.033,00
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>14.963,96</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.963,96
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>294.166,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>100.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	294.166,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	100.000,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>398.219,17</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>422.316,63</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.342,84	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	27.002,30
VALORES RESTITUÍVEIS	32.342,84	VALORES RESTITUÍVEIS	27.002,30
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	32.342,84	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	27.002,30
CONSIGNAÇÕES	24.434,21	CONSIGNAÇÕES	24.434,21
INSS	6.107,37	INSS	6.107,37
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	10.047,49	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	10.047,49
RETENÇÃO P/IRRF	10.047,49	RETENÇÃO P/IRRF	10.047,49
ISS	268,37	ISS	268,37
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNC	4.911,74	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNC	4.911,74
INST. PREV. - IMPRES	4.911,74	INST. PREV. - IMPRES	4.911,74
ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃ	2.213,47	ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃ	2.213,47
ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2.213,47	ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2.213,47
PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PL	2.213,47	PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PL	2.213,47
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	885,77	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	885,77
EMPRESTIMO CAIXA ECON. FEDER	885,77	EMPRESTIMO CAIXA ECON. FEDER	885,77
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	7.908,63	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	2.568,09
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	5.340,54	OUTROS DEPÓSITOS	2.568,09
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇ	5.340,54	DIVERSOS CREDORES	2.568,09
OUTROS DEPÓSITOS	2.568,09	CONVÊNIO SUPERMERCADO	1.186,61
DIVERSOS CREDORES	2.568,09	SESI	1.381,48
CONVÊNIO SUPERMERCADO	1.186,61	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	196.278,21
SESI	1.381,48	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	199.036,12
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	169.698,23		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	196.178,10		
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>895.412,98</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>895.883,40</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	888.156,29	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	866.496,83
BANCO C/ MOVIMENTO	7.256,69	BANCO C/ MOVIMENTO	29.386,57
<b>TOTAL</b>	<b>1.587.798,15</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.587.798,15</b>

Joacaba, 01/11/2017

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes  
Presidente/Ordenador de Despesa

Leandro Sartori  
Controlador Interno

Cristiane Maria Denardi  
Analista de Compras e Licitações



**IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA****PORTARIA Nº 214 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2017 - JOÃO GUESSER**

Publicação Nº 1417933

PORTARIA Nº 214 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 79 da Lei Complementar nº 099 de 24 de junho de 2005, e suas alterações, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, a JOÃO GUESSER, inscrito no CPF sob o nº 469.839.539-91, portador da Cédula de Identidade nº 11/R 2.140.473, inscrito no PASEP sob o nº 129.91385.72-5, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Externos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula

nº 9722, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 099/2005, c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral da remuneração de contribuição do cargo efetivo.

Paragrafo único. Os proventos serão reajustados de acordo com o Art. 40 da Lei Complementar 099/2005.

Art. 3. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017.

Joaçaba, 02 de novembro de 2017.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 375/2017**

Publicação Nº 1417157

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 375/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Emerson Alves (Matr.120), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref J-3, referente ao período aquisitivo de 02.06.2016 à 01.06.2017, para serem fruídas no período de 27.11.2017 à 06.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 376/2017**

Publicação Nº 1417158

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 376/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vanderlei Pratto (Matr.11), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref J-10, referente ao período aquisitivo de 20.08.2016 à 19.08.2017, para serem fruídas no período de 06.11.2017 à 25.11.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art.2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 377/2017**

Publicação Nº 1417160

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 377/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Orlando Lino (Matr. 38), ocupante do Cargo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref J-6, referente ao período aquisitivo de 20.06.2016 à 19.06.2017, para serem fruídas no período de 06.11.2017 à 25.11.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 378/2017**

Publicação Nº 1417162

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 378/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valmor Ribeiro de Campos (Matr. 75), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-3, Ref C-8, referente ao período aquisitivo de 03.07.2016 à 02.07.2017, para serem fruídas no período de 06.11.2017 à 15.11.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 379/2017**

Publicação Nº 1417174

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 379 /2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZETE APARECIDA BISATTO, Auxiliar de Serviços Gerais, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 2783/2017 de 10 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.01.2015 à 31.12.2015 para serem fruídos no período de 06.11.2017 à 17.11.2017 (12 dias), de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 380/2017**

Publicação Nº 1417165

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 380/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 36 (trinta e seis) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Leandro de Paula, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº

2779/2017 de 09 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.10.2014 à 30.09.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 381/2017**

Publicação Nº 1417166

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 381/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Helison Carvalho Ferreira, Mecânico de Manutenção, conforme requerimento protocolado sob nº 2855/2017 de 19 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.10.2014 à 30.09.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 382/2017**

Publicação Nº 1417168

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 382/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Valdirene Aparecida Dorini, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 2778/2017 de 09 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.01.2014 à 31.12.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 383/2017**

Publicação Nº 1417169

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 383/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Valdinei Antonio Gusatto, Mecânico de Manutenção, conforme requerimento protocolado sob nº 2781/2017 de 09 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.01.2012 à 31.12.2012, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 384/2017**

Publicação Nº 1417170

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 384/2017 DE 31.10.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Osmar Antonio Antonello, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 2780/2017 de 09 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 02.10.2014 à 01.10.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PREGÃO JHL 0065/2017**

Publicação Nº 1418514

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0076/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065/2017

PROTOCOLO JHL 2982/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0065/2017 – Licitação 0076/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE DO SIMAE.

**EXCLUSIVA ME e EPP**

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 20/11/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 20/11/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 06/11/2017 a 20/11/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 03 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1418204

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
 JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
 EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0002/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL JHL 0002/2017  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2017  
 PROTOCOLO Nº 0020/2017

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos, máquinas e motocicletas da frota do Simae.

**PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:****MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. EM MÁQUINAS PESADAS LTDA – EPP**

9	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 3 – VEÍCULOS PESADOS	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 96,66 por hora/homem	Percentual (%)	14,80
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	22,20
PERCENTUAL DE DESCONTO		37,00
14	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL – LOTE 5 – MÁQUINAS PESADAS	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 106,66 por hora/homem	Percentual (%)	15,20
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	22,80
PERCENTUAL DE DESCONTO		38,00
15	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA - LOTE 5 – MÁQUINAS PESADAS	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 115,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,80
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	22,20
PERCENTUAL DE DESCONTO		37,00

**VALTAIR JOSE MOTTA ME**

1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 56,66 por hora/homem	Percentual (%)	14,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,00
PERCENTUAL DE DESCONTO		35,00
3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE - LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 59,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,04
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,06
PERCENTUAL DE DESCONTO		35,10
5	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 2 – VEÍCULOS MÉDIOS	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 77,66 por hora/homem	Percentual (%)	14,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,00
PERCENTUAL DE DESCONTO		35,00
7	SERVIÇO DE ELETRICIDADE - LOTE 2 – VEÍCULOS MÉDIOS	
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 70,66 por hora/homem	Percentual (%)	14,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,00
PERCENTUAL DE DESCONTO		35,00

VIGÊNCIA: 02/02/2017 a 01/02/2018.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 03 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.



# José Boiteux

## PREFEITURA

### Portaria 281/2017

Publicação Nº 1418467

PORTARIA Nº 281, de 02 de outubro de 2017.

#### “NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c o artigo 11, II da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear NADIR GONÇALVES, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento – DAS-4, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de José Boiteux a partir de 02/10/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria 282/2017

Publicação Nº 1418468

PORTARIA Nº 282, de 02 de outubro de 2017.

#### “CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 3 (três) meses a servidora ANA CLAUDIA GHELLER MOSER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo Operacional – ANM, que será usufruído no período de 01/10/2017 a 29/12/2017, correspondente ao quinquênio de 01/02/2011 a 31/01/2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a partir de 1º de outubro de 2017, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria 283/2017

Publicação Nº 1418470

PORTARIA Nº 283, de 02 de outubro de 2017.

#### “CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês ao servidor OTAVIO GEORG JUNIOR, ocupante do cargo de Engenheiro Florestal Operacional – ANS, que será usufruído no período de 02/10/2017 a 31/10/2017, correspondente ao quinquênio de 07/04/2010 a 06/04/2015.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 02 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria 284/2017

Publicação Nº 1418472

PORTARIA Nº 284, de 03 de outubro de 2017.

#### “EXONERAÇÃO A PEDIDO ACT”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder exoneração (a pedido), a servidora PATRICIA FUSINATO DA CUNHA, admitida pela Portaria nº 146/2017, que a nomeou no cargo de Professor Nível II, com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 03 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL



**Portaria 285/2017**

Publicação Nº 1418473

PORTARIA Nº 285, de 04 de outubro de 2017.

**"CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

Considerando que:

- a-) A professora ACT Sirlei Ulmann, pediu sua exoneração, sendo que era lotada para ministrar a disciplina de Inglês;
- b-) O Município não dispõe no quadro, bem como na lista dos candidatos do concurso público, muito menos na lista dos candidatos do processo seletivo, profissionais para exercer esta função;
- c-) A Educação é considerado um serviço essencial, não podendo os alunos serem prejudicados pela falta de professor(a) para ministrar a disciplina;
- d-) Não dá tempo para recrutar outro(a) profissional através de processo seletivo para exercer as disciplinas, pelo fato do encerramento do ano letivo estar previsto para o dia 15 de dezembro do corrente ano;

RESOLVE,

Art. 1º Admitir em caráter temporário, BIANCA LISIESKI, para exercer o cargo da categoria funcional de Professor N. I - NH, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de José Boiteux, no período de 04/10/2017 a 15/12/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 286/2017**

Publicação Nº 1418476

PORTARIA Nº 286, de 10 de outubro de 2017.

**"EXONERAÇÃO A PEDIDO ACT"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder exoneração (a pedido), a servidora SIRLEI ULMANN, admitida pela Portaria nº 151/2017, que a nomeou no cargo de Professor Nível I - NH, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 10 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 287/2017**

Publicação Nº 1418479

PORTARIA Nº 287, de 16 de outubro de 2017.

**"EXONERAÇÃO A PEDIDO"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder exoneração (a pedido), a servidora LAIS MAGALI ZERMIANI MARCHI, admitida por meio da Portaria nº 240/2014, que a nomeou no cargo de Técnico em Enfermagem – ANM com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16/10/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 16 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 288/2017**

Publicação Nº 1418483

PORTARIA Nº 288, de 16 de outubro de 2017.

**"EXONERAÇÃO ACT"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder exoneração a servidora ALINE CRISTINA PEREIRA MENEGHELLI, admitida pela Portaria nº 137/2017, que a nomeou no cargo de Professor Nível I - NH, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16/10/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 16 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 289/2017**

Publicação Nº 1418488

PORTARIA Nº 289, de 16 de outubro de 2017.

**"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ALDONIR DA SILVA, relativas ao período aquisitivo de 21/11/2015 a 20/11/2016, que serão usufruídas no período de 16/10/2017 a 14/11/2017 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 16 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 290/2017**

Publicação Nº 1418493

PORTARIA Nº 290, de 17 de outubro de 2017.

**"AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - ACT"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, nos termos do artigo 31 da Lei Complementar nº. 002/2005 c/c art. 67 do Estatuto dos Servidores,

**RESOLVE,**

Art. 1º Fica ampliada para 30 horas semanais a carga horária da servidora FERNANDA DA SILVA FERREIRA, admitida em caráter temporário pela portaria 196/2017, para exercer o cargo de Professor Nível II, com aumento proporcional dos vencimentos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 17 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 291/2017**

Publicação Nº 1418496

PORTARIA Nº 291, de 18 de outubro de 2017.

**"AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - ACT"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e

IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, nos termos do artigo 31 da Lei Complementar nº. 002/2005 c/c art. 67 do Estatuto dos Servidores,

**RESOLVE,**

Art. 1º Fica ampliada para 40 horas semanais a carga horária da servidora CRISTIANE BREHMER, admitida em caráter temporário pela portaria 191/2017, para exercer o cargo de Professor Nível II, com aumento proporcional dos vencimentos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 292/2017**

Publicação Nº 1418500

PORTARIA Nº 292, de 18 de outubro de 2017.

**"ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Lei nº. 948, de 14 de fevereiro de 2013,

**Considerando que:**

- a-) O Município de José Boiteux, tinha uma servidora pública lotada no cargo de técnica em enfermagem capacitada e habilitada para aplicar vacinas;
  - b-) Esta servidora pediu exoneração;
  - c-) O Município não dispõe no quadro, muito menos na lista dos candidatos do concurso público, profissionais capacitado e habilitados para exercer esta função;
  - d-) O Município é o responsável pela vacinação em seu território, devendo fornecer este serviço essencial através de profissional habilitado;
  - e-) O Estado de Santa Catarina é quem coordena e capacita os profissionais para exercer esta função de vacinadora;
  - f-) A previsão para uma nova capacitação de novos profissionais neste seguimento se dará somente no primeiro semestre do ano de 2018.
- RESOLVE,**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário TEREZINHA DAROLT FOS-SA, no cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer a função de vacinadora, a partir de 18 de outubro de 2017.

Parágrafo Único. O contrato de que trata o caput do art. 1º. terá prazo até que o Município consiga capacitar outro técnico para exercer a função.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria 293/2017

Publicação Nº 1418517

PORTARIA Nº 293, de 23 de Outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe os artigos 225 e seguintes da Lei nº 170, de 28 de fevereiro de 1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar para o presente processo administrativo, de acordo com o art. 225 e seguintes da Lei, nº 170, de 28 de fevereiro de 1992, c/c o Decreto nº 58, de 15 de setembro de 2017, os seguintes servidores:

I – LUIS ANTONIO SCHLUP, matrícula nº 21610;

II – CLAUDINEI RECH, matrícula nº 297623 e

III – SIBELE JEREMIAS, matrícula nº 304417.

Parágrafo Único. O primeiro exercerá a presidência da COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Art. 2º O processo terá por objetivo de apurar responsabilidade atribuída ao servidor Ademir Jacinto, matrícula nº 405525 do Quadro de Pessoal Permanente do Município, pelo seguinte fato:

I – Chegou ao conhecimento deste departamento Municipal, conforme documentação anexa, que Ademir Jacinto, ora denunciado no dia 19.06.2017, às 21:40 horas, na Rodovia BR 470 - KM 135, no Município de Rio do Sul/SC, infringiu a Lei nº 9.503/97, sendo flagrado dirigindo sob a influência de álcool, com o veículo da Frota do Município, Fiat/Uno Economy – placa MLI 6163, em horário de plantão, conforme anexo documentos juntados na denúncia.

Art. 3º A Comissão deverá instalar-se imediatamente, devendo apurar os fatos e apresentar relatório no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Paço Municipal de José Boiteux, em 23 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

### Portaria 294/2017

Publicação Nº 1418519

PORTARIA Nº 294, de 23 de Outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe os artigos 225 e seguintes da Lei nº 170, de 28 de fevereiro de 1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar para o presente processo administrativo, de acordo com o art. 225 e seguintes da Lei, nº 170, de 28 de fevereiro de 1992, c/c o Decreto nº 58, de 15 de setembro de 2017, os

seguintes servidores:

I – JULIANO LEITE, matrícula nº 400;

II – LUIS ANTONIO SCHLUP, matrícula nº 21610 e

III – SIBELE JEREMIAS, matrícula nº 304417.

Parágrafo Único. O primeiro exercerá a presidência da COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Art. 2º O processo terá por objetivo de apurar responsabilidade atribuída ao servidor Silene Ndili, matrícula nº 280 do Quadro de Pessoal Permanente do Município, pelo seguinte fato:

I – A servidora Silene Ndili, simplesmente desde o mês de maio do corrente ano, não está mais comparecendo no local de trabalho, ou seja, no Centro de Educação Infantil Branca de Neve, conforme foi designada para mesma trabalhar. Foi notificada, para voltar ao trabalho, porém sem existir, o que caracteriza abandono de emprego.

Art. 3º A Comissão deverá instalar-se imediatamente, devendo apurar os fatos e apresentar relatório no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Paço Municipal de José Boiteux, em 23 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

### Portaria 296/2017

Publicação Nº 1418525

PORTARIA Nº 296, de 23 de outubro de 2017.

“LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, nos termos do Capítulo II, seção II, subseção I da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

#### RESOLVE,

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) ADALBERTO POSSAMAI, no período de 09/09/2017 a 09/11/2017, conforme especificado na Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a partir 09 de setembro de 2017, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 23 de outubro de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 296/2017**

Publicação Nº 1418524

PORTARIA Nº 295, de 23 de Outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe os artigos 225 e seguintes da Lei nº 170, de 28 de fevereiro de 1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar para o presente processo administrativo, de acordo com o art. 225 e seguintes da Lei, nº 170, de 28 de fevereiro de 1992, c/c o Decreto nº 58, de 15 de setembro de 2017, os seguintes servidores:

I – JULIANO LEITE, matrícula nº 400;

II – GRACIELE LANZMASTER, matrícula nº 23221 e

III – SIBELE JEREMIAS, matrícula nº 304417.

Parágrafo Único. O primeiro exercerá a presidência da COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Art. 2º O processo terá por objetivo de apurar responsabilidade atribuída ao servidor Sebastião Padias de Lima, matrícula nº 21130 do Quadro de Pessoal Permanente do Município, pelo seguinte fato:

I – Chegou ao conhecimento deste departamento Municipal, conforme documentação anexa, que o Sebastião Padias de Lima, ora denunciado no dia 19.06.2017, foi preso em razão da Ação Penal, nº 0000802-20.2013.8.24.0027, transitada em julgado em 05 de fevereiro de 2016, pela prática do Crime previsto no art. 217-A do CP, recolhido para Execução da Pena na Penitenciária da Região de Curitiba.

Art. 3º A Comissão deverá instalar-se imediatamente, devendo apurar os fatos e apresentar relatório no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Paço Municipal de José Boiteux, em 23 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a partir 28 de agosto de 2017, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 23 de outubro de 2017.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 297/2017**

Publicação Nº 1418526

PORTARIA Nº 297, de 23 de outubro de 2017.

**“LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, nos termos do Capítulo II, seção II, subseção I da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) MARLUCI PEREIRA PINZAGHER, no período de 28/08/2017 a 28/11/2017, conforme especificado na Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 30-2017

Publicação Nº 1417864

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 30/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2017  
DATA DE EMISSÃO: 01/11/2017

**OBJETO:** Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação futura pelo Município de Lacerdópolis/SC de pessoa jurídica para a prestação de serviços de conserto, troca e montagem de pneus da frota de veículos da municipalidade, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão descritos no tópico 02 (OBJETO) do Edital.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 17/11/2017, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

**TIPO:** pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: [licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br) ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 01 de novembro de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI  
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 30/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2017  
DATA DE EMISSÃO: 01/11/2017

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme tópico 02 (OBJETO) deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 17 de novembro de 2017.

#### 01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

#### 02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação futura pelo Município de Lacerdópolis/SC de pessoa jurídica para a prestação de serviços de conserto, troca e montagem de pneus da frota de veículos da municipalidade, conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
01	120	Conserto de pneu aros 13 e 14 (automóveis): desmontagem, conserto e montagem.	R\$ 17,00	R\$ 2.040,00



02	115	Troca de pneu aros 13 e 14 (automóveis): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 10,00	R\$ 1.150,00
03	115	Montagem de pneu aros 13 e 14 (automóveis): desmontagem e montagem.	R\$ 10,00	R\$ 1.150,00
04	115	Conserto de pneu aros 15, 16 e 17 (automóveis): desmontagem, conserto e remontagem.	R\$ 22,00	R\$ 2.530,00
05	115	Troca de pneu aros 15, 16 e 17 (automóveis): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 15,00	R\$ 1.725,00
06	115	Montagem de pneu aros 15, 16 e 17 (automóveis): desmontagem e montagem.	R\$ 15,00	R\$ 1.725,00
07	115	Conserto de pneu aros 15 e 16 (linha vans, caminhonete e assemelhados): desmontagem, conserto e remontagem.	R\$ 25,00	R\$ 2.875,00
08	115	Troca de pneu aros 15 e 16 (linha de vans, caminhonete e assemelhados): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 19,00	R\$ 2.185,00
09	115	Montagem de pneu aros 15, 16 17 (linha vans, caminhonete e assemelhados): desmontagem e montagem.	R\$ 19,00	R\$ 2.185,00
10	100	Conserto de pneu aros 17.5 (linha micro-ônibus e assemelhados): desmontagem, conserto e remontagem.	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
11	100	Troca de pneu aros 17.5 (linha micro-ônibus e assemelhados): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
12	100	Montagem de pneu aros 17,5 (linha micro-ônibus e assemelhados): desmontagem e montagem.	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
13	100	Conserto de pneu aros 20 e 22.5 (caminhões e ônibus): desmontagem, conserto e remontagem.	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
14	100	Troca de pneu aros 20 e 22.5 (caminhões e ônibus): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
15	100	Montagem de pneu aros 20 e 22.5 (caminhões e ônibus): desmontagem e montagem.	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
16	100	Conserto de pneu aros 16,5; 17,5; 18; 24; 25 e 26 (máquinas pesadas): desmontagem, conserto e remontagem.	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
17	100	Troca de pneu aros 16,5; 17,5; 18; 24; 25 e 26 (máquinas pesadas): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
18	100	Montagem de pneu aros 16,5; 17,5; 18; 24; 25 e 26 (máquinas pesadas): Desmontagem e montagem.	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
19	100	Conserto de pneu aros 28, 30 e 34 (tratores): desmontagem, conserto e remontagem.	R\$ 87,00	R\$ 8.700,00
20	100	Troca de pneu aros 28,30 e 34 (tratores): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	R\$ 58,00	R\$ 5.800,00
21	100	Montagem de pneu aros 28,30 e 34 (tratores): desmontagem e montagem.	R\$ 58,00	R\$ 5.800,00
			TOTAL: R\$ 71.365,00	

2.2 – PRAZO DE INÍCIO DOS TRABALHOS: até 03 (três) horas após para atender ao chamado.

2.3 - Se a empresa vencedora ter sede no Município de Lacerdópolis, a Administração será responsável pela entrega dos pneus e materiais necessários à manutenção naquele local.

2.4 - Se a empresa vencedora não ter sede no Município de Lacerdópolis, os pneus e materiais necessários à manutenção deverão ser retirados na Secretaria de Obras e Transportes do Município de Lacerdópolis (Rua Vereador Simon Proner, n. 455, Centro, Lacerdópolis/SC) e deverão ser levados pela vencedora até sua sede onde serão executados os serviços, sem qualquer tipo de ônus ou obrigação para a municipalidade.

2.5 - Caso seja necessário o atendimento no local onde se encontram os veículos/equipamentos, será pago o valor de R\$ 3,00 (três reais) por quilometro rodado, a título de deslocamento da empresa vencedora, contados a partir da sede da empresa, caso esteja sediada no Município de Lacerdópolis, ou então, a contar da Secretaria de obras e Transportes do Município de Lacerdópolis (Rua Vereador Simon Proner, n. 455, Centro, Lacerdópolis/SC), caso a empresa tenha sede em outro município.

2.6 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.7 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item, sob pena de não ser aceito.



2.8 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

### 03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais/outro documento equivalente devolvidos pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

### 04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no tópico 02 (OBJETO) deste Edital.

### 05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

### 06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 - Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente;
- b) Ato constitutivo; registro comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

6.3 - Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de

dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

#### 07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 17/11/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N.23/2017  
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

#### 08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2017  
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação, será exigido a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).

- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- k) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), conforme ANEXO IV.
- l) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- m) Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>;
- n) A comprovação da qualificação técnica se dará pelo ramo de atividade da empresa, compatível com o objeto da licitação.

8.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

## 09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO) deste Edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

## 10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## 13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Transportes e Obras.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto



Federal n. 7.892/2013.

## 15 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 - Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

15.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

15.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

## 16 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

16.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

16.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16.3 – Manter as condições de habilitação deste edital durante o prazo de vigência da ata.

## 17 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

## 18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

18.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

18.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: [www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br) e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) de eventuais alterações no presente edital.

18.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Procuração;
- b) ANEXO II – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- d) ANEXO IV – Minuta da ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 01 de novembro de 2017.

Sérgio Luiz Calegari  
Prefeito

## PROCURAÇÃO

\_\_\_\_ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> \_\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> \_\_\_\_\_, constitui como PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_ <NOME COMPLETO, RG, CPF> \_\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> \_\_\_\_\_,

<DATA> \_\_\_\_\_

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL  
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO II



## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx)\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa  
ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx)\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa  
ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. \_\_\_\_/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 23/2017

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação futura pelo Município de Lacerdópolis/SC de pessoa jurídica para a prestação de serviços de conserto, troca e montagem de pneus da frota de veículos da municipalidade, conforme descrito abaixo:

...

1.2 – PRAZO DE INÍCIO DOS TRABALHOS: até 03 (três) horas após para atender ao chamado.

1.3 - Se a empresa vencedora ter sede no Município de Lacerdópolis, a Administração será responsável pela entrega dos pneus e materiais necessários à manutenção naquele local.

1.4 - Se a empresa vencedora não ter sede no Município de Lacerdópolis, os pneus e materiais necessários à manutenção deverão ser retirados na Secretaria de Obras e Transportes do Município de Lacerdópolis (Rua Vereador Simon Proner, n. 455, Centro, Lacerdópolis/SC) e deverão ser levados pela vencedora até sua sede onde serão executados os serviços, sem qualquer tipo de ônus ou obrigação para a municipalidade.

1.5 - Caso seja necessário o atendimento no local onde se encontram os veículos/equipamentos, será pago o valor de R\$ 3,00 (três reais) por quilometro rodado, a título de deslocamento da empresa vencedora, contados a partir da sede da empresa, caso esteja sediada no Município de Lacerdópolis, ou então, a contar da Secretaria de obras e Transportes do Município de Lacerdópolis (Rua Vereador Simon Proner, n. 455, Centro, Lacerdópolis/SC), caso a empresa tenha sede em outro município.

1.6 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

1.7 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.8 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.9 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 23/2017, Processo Licitatório n. 30/2017 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou CPF constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "7.5" do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis/SC (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis e ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

#### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - Esta ata terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução desta ata será administrada e gerenciada pelo Secretário de Transportes e Obras.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 01 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei

8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2017.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	CONTRATADA
---	------------

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 258/2017 - SESI - PML

Publicação N° 1417452

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º258/2017 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, inscrita no CNPJ sob nº 03.777.341/0032-62, com sede à Rua Campos Salles, nº 1588, bairro Gethal, CEP 88520-290, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com parecer jurídico n.º 1226/2017, decorrente do Processo Administrativo nº 258/2017, correlato à Inexigibilidade nº 16/2017 homologada em 01/11/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação das dependências do SESI - Serviço Social Da Indústria, localizado no município de Lages, para realização de competições nas modalidades: futebol de campo e ginásticas, durante a realização do 57º Jogos Abertos De Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: de 15 de outubro à 15 de novembro de 2017;

2.2 Da Execução, de 15 de outubro à 15 de novembro de 2017;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua validade será no dia 31/12/2017.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total a ser pago é de 23.000,00 (vinte e três mil reais).

Lages, 01 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### CRENCIAMENTO 04/2017-FMS

Publicação Nº 1417436

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE CRENCIAMENTO

CRENCIAMENTO 04/2017-FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar o credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento de serviços de especialidade médica de infectologia, até o dia 21 de novembro de 2017, às 19:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna 01 de novembro de 2017

Valéria Olivier Alves Souza - Secretária

### DECRETO Nº. 4.941/2017

Publicação Nº 1418197

DECRETO Nº 4.941/2017, de 26 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação - COMED, instituído pela Lei Complementar nº 163 de 18 de setembro de 2007, para o período 2017/2019, passa a ser constituído pelos seguintes membros: I - Representantes da Secretaria de Educação e Esportes do Município:

Titular: Lucilia Ribeiro Matias dos Santos

Suplente: Jamille Militão de Souza

II - Representantes dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal:

Titular: Juliana Fagundes de Carvalho

Suplente: Simone Bittencourt Bergler

III - Representantes Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE:

Titular: Rudmar Machado Corrêa

Suplente: Fabricio Paulo dos Santos

IV - Representantes Da Gerência Regional de Educação:

Titular: Olga Júlia dos Santos Romualdo

Suplente: Eraldo José Raimundo

V - Representantes das Entidades Estudantis do Sistema Municipal de Laguna:

Titular: Elza Pascolina de Souza Grott

Suplente: Carine Pereira Ribeiro

VI - Representantes de pais vinculados as APP(s) do sistema Municipal de Ensino de Laguna:

Titular: Jociane Costa dos Santos

Suplente: Petry Jane Alves Lucia Serafim

VII - Representantes de Conselhos Deliberativos Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Laguna:

Titular: Ivonete Caetano

Suplente: Maria Ivonete dos Santos Romualdo

VIII - Representantes de Instituições vinculadas aos portadores de necessidades educativas especiais com sede no Município:

Titular: Mirella Silveira de Souza

Suplente: Emeline Ramos Feuser Grunner

IX - Representantes das escolas particulares do Sistema Municipal de Ensino de Laguna:

Titular: Cristyanne Maria dos Santos Silva

Suplente: Luciana Andréa Silva Souza Amancio

X - Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Laguna:

Titular: Alzira da Silva Machado

Suplente: Martins Claudete Nascimento Eufrazio

XI - Representantes do Legislativo Municipal de Laguna:

Titular: Kleber Roberto Lopes

Suplente: Adilson Paulino

XII - Representantes das Universidades com cursos estabelecidos e em funcionamento no Município de Laguna:

Titular: Maria Gorete Rocha de Bem

Suplente: Gilmar de Lima Nunes

XIII - Representantes das Instituições Filantrópicas que prestam serviços ligados a educação no Município de Laguna:

Titular: Rita Barroco

Suplente: Janaina Emanuele de Souza

Art. 2º A Presidência, a Vice-Presidência e a Secretaria do Conselho, serão exercidas, respectivamente, pelos seguintes membros: Juliana Fagundes de Carvalho, Ivonete Caetano e Simone Bergler Bittencourt.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4.942/2017

Publicação Nº 1418194

DECRETO Nº 4.942/2017, de 30 de outubro de 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

Art. 1º Fica prorrogado, por cento e vinte dias, a contar do dia 12 de setembro de 2017, o prazo de que trata o artigo 3º, do Decreto nº. 4.868/2017, para apresentação do relatório conclusivo acerca das tabelas horizontais e verticais de progressão de carreira e a proposta de alteração do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 004/2017 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1418195

PORTARIA nº. 004/2017 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, Considerando o processo administrativo nº. 0125.003774/2017 e 0125.0004489/2017, que apontou o bloqueio judicial indevido de



contas vinculadas a recursos estaduais do Fundo de Apoio aos Municípios – FUNDAM na obra da Avenida João Marronzinho;  
CONSIDERANDO eventual omissão de autoridade pública na prestação de informações para obstar bloqueios indevidos de recursos vinculados a uma finalidade específica;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurar os fatos administrativos e a busca de eventuais prejuízos causados a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis irregularidades na utilização para fins diversos dos recursos estaduais objeto da pavimentação asfáltica da Avenida João Marronzinho Jr., motivados por bloqueios judiciais das contas a eles vinculadas.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares:

I - Luís Fernando Nandi Vicente;

II – Adriano Teixeira Massih;

III – Thiago Nedeff Mendes.

Parágrafo Único. A presente comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 05 de outubro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº. 005/2017 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 1418196

PORTARIA nº. 005/2017 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, Considerando as informações solicitadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES acerca dos projetos do Mercado Público Municipal e dos projetos museográfico da Museu Anita Garibaldi e a elaboração do projeto museológico e museográfico do Memorial Tordesilhas;

CONSIDERANDO o Inquérito Policial nº. 662/2015, da Polícia Federal de Santa Catarina, o que apura a responsabilidade da empresa SCHMIDT SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME por receber valores da Fundação Lagunense de Cultura, referentes aos contratos n. 08 e 09/2014, firmados visando a implantação do Memorial Tordesilhas - primeira parte, e elaboração de plano museológico e projeto museográfico do Museu Histórico Anita Garibaldi, sem que supostamente tivessem sido executados os serviços pactuados;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurar os fatos administrativos de extrema gravidade apontados e a busca de eventuais prejuízos causados a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis irregularidades na execução dos projetos do Mercado Público Municipal e dos projetos museográfico da Museu Anita Garibaldi e a elaboração do projeto museológico e museográfico do Memorial Tordesilhas.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes

membros titulares:

I - Luís Fernando Nandi Vicente – Procurador Municipal;

II – Andrea Rodrigues Espíndola – Técnica em Contabilidade;

III - Mirella de Jesus Honorato - Museóloga;

Parágrafo Único. A presente comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se.

Divulgue-se.

Cumpra-se.

Laguna, 20 de outubro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

## **PORTARIA SEDUC Nº 01/2017**

Publicação Nº 1417596

PORTARIA Nº 01/2017

Dispõe sobre a matrícula das crianças na Educação Infantil, para o ano letivo de 2018, na Rede Municipal de Ensino de Laguna.

A Secretária de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições, em conformidade com a lei federal nº 9394/96, Resolução CNE nº 05, de 17 de dezembro de 2009, Resolução COMED nº 03, de 08 de outubro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Na Rede Municipal de Ensino, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, será oferecida em Creches para crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos e em Pré-escola para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, sendo a matrícula obrigatória para crianças que completam 04(quatro) ou 05(cinco) anos até o dia 31 de março do ano corrente, devendo ser organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por, no mínimo, 200 dias letivos e ter frequência mínima de 60%.

Art. 2º A Rematrícula para o ano letivo de 2018 será no período de 06 a 10 de novembro de 2017, para as crianças que frequentaram regularmente a Educação Infantil até a presente data.

§1º Os pais e/ou responsáveis deverão comparecer no CEI e/ou Escola no período de 06/11/2017 a 10/11/2017 para realizar a rematrícula de seus filhos e atualizar os dados cadastrais, apresentando os seguintes documentos:

a) Declaração de vacina emitida pelo ESF, assegurando estar em dia com as mesmas;

b) Comprovante de residência;

c) Declaração de beneficiário do Programa Bolsa Família, ser for o caso, com o Número de Identificação Social-NIS.

§2º No dia 14/11/2017 (após o período das rematrículas), os Gestores dos seguintes CEI's: CEI Profª. Laurení Vieira de Souza (Vila Vitória), CEI Irmã Vera (Ponta das Pedras), CEI Pequeno Cisne – CAIC (Portinho), CEI Padre Augustinho (Progresso), CEI Bairro Progresso – Fundação Hermon (Esperança) e CEI Pequeno Príncipe (Cabeçuda), deverão entregar na Secretaria de Educação e Esportes, via memorando, a enturmação com a quantidade de vagas disponíveis e número de crianças por turma.

Art. 3º A Pré-Matrícula para o ano letivo de 2018 será realizadas no período de 06 a 14 de novembro de 2017, das 13:00 às 18:30 horas, na Secretaria de Educação Esportes, para os seguintes Centros de Educação Infantil (CEIs): CEI Profª. Laurení Vieira de Souza (Vila Vitória), CEI Irmã Vera (Ponta das Pedras), CEI Pequeno Cisne – CAIC (Portinho), CEI Padre Augustinho (Progresso), CEI Bairro Progresso – Fundação Hermon (Esperança) e CEI Pequeno Príncipe (Cabeçuda).

§ 1º Os pais que pretenderem matricular seus filhos nos CEIs citados acima, deverão comparecer na Secretaria de Educação e Esportes para participar do processo de Pré-matrícula, apresentando no ato da inscrição, em original e fotocópia, os seguintes

documentos:

- a) Certidão de nascimento da criança e/ou Carteira de Identidade;
- b) Declaração de beneficiário do Programa Bolsa Família, se for o caso, com o Número de Identificação Social-NIS;
- c) Comprovante de rendimentos dos membros da família, conforme anexo I;
- d) Comprovante de residência atualizado dos pais e/ou responsáveis (fatura de água, energia elétrica, contrato de aluguel e/ou declaração do agente de saúde);
- e) CPF dos pais ou responsáveis;
- f) Apresentação de declaração de guarda, para as crianças que convivem com responsáveis, emitida pela Justiça Comum.

§ 2º As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os responsáveis responderão em conformidade com a legislação vigente.

§ 3º É de responsabilidade da Secretaria de Educação e Esportes a entrega do comprovante de pré-matrícula aos pais e/ou responsáveis, no ato da mesma.

§ 4º A pré-matrícula somente será aceita para crianças com idade de 04 (quatro) meses, a completar no ato da matrícula.

§ 5º A pré-matrícula das crianças na faixa etária de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos não está condicionada a garantia da matrícula no Centro de Educação Infantil, pois depende de análise documental de todos os candidatos e número de vagas disponíveis.

Art. 4º As crianças que estão na Lista de Espera referente ao ano de 2017, terão prioridade nas vagas que surgirem para o ano de 2018.

§ 1º A criança cuja família não aceitar a vaga oferecida, independente do turno ou Centro de Educação Infantil selecionado, sairá da Lista de Espera.

Art. 5º O processo de pré-matrícula dos CEIs acima citados seguirá o seguinte cronograma:

PERÍODO	ETAPAS
06 a 14 de Novembro	Pré-matrículas das crianças na sede da Secretaria de Educação e Esportes;
16 a 28 de Novembro	Verificação das pré-matrículas das crianças pela Secretaria de Educação e Esportes
29 e 30 de Novembro	Divulgação do resultado das crianças selecionadas para realizar sua matrícula
04 a 06 de Dezembro	Período de matrículas das crianças selecionadas nas secretarias dos CEI's
07 a 13 de Dezembro	Classificação das crianças na Lista de Espera
15 de Dezembro	Divulgação oficial das crianças na Lista de Espera 2018
15 de Janeiro de 2018	Início das Pré-Matrículas na Secretaria de Educação

Art. 6º Fica estabelecido como critério de desempate para a lista de espera, o Coeficiente de Vulnerabilidade Socioeconômica.

§ 1º O Coeficiente de Vulnerabilidade Socioeconômica está subdividido em graus, sendo composto pelos seguintes itens:

Grau do Coeficiente de Vulnerabilidade Socioeconômica	Itens de composição da Vulnerabilidade Socioeconômica
Grau I	a) Famílias com renda per capita inferior a R\$ 187,40; b) Famílias em que os responsáveis legais pela criança que pleiteia a vaga exercem atividade remunerada.

Grau II	a) Famílias com renda per capita de R\$ 187,41 a R\$ 234,25; b) Famílias em que os responsáveis legais pela criança que pleiteia a vaga exercem atividade remunerada.
Grau III	a) Famílias com renda per capita de R\$ 234,26 a R\$ 312,33; b) Famílias em que os responsáveis legais pela criança que pleiteia a vaga exercem atividade remunerada.
Grau IV	a) Famílias com renda per capita de R\$ 312,34 a R\$ 468,50; b) Famílias em que os responsáveis legais pela criança que pleiteia a vaga exercem atividade remunerada.
Grau V	a) Famílias com renda per capita maior que R\$ 468,51; b) Famílias em que os responsáveis legais pela criança que pleiteia a vaga exercem atividade remunerada.

§ 2º O valor da renda per capita familiar será composto pela soma da receita bruta de todos os integrantes daquele determinado lar, incluindo-se no cálculo o recebimento de pensões e de bolsa família e, subtraindo o montante gasto com aluguel, pensões alimentícias pagas a outros filhos. Esse valor será dividido pela quantidade de pessoas que compõem aquela moradia.

§ 3º Será utilizado como critério de desempate a quantidade de filhos menores de 16 (dezesseis) anos dos responsáveis legais pela criança que pleiteia a vaga, sendo considerado mais vulnerável aquele que tiver um maior número de filhos menores de 16 anos.

Art. 7º A Matrícula para o ano letivo de 2018 será no período de 20 de novembro de 2017 a 08 de Dezembro de 2017, para os seguintes Centros de Educação Infantil (CEIs) e Pré-Escolas: CEI Clube da Alegria (Ribeirão Pequeno), CEI Meu Primeiro Passo (Ponta da Barra), CEI Mickey Mouse (Caputera), CEI Peixinho Dourado (Estreito), CEI Super Amigos (Parobé), CEI Sonho de Criança (Bananal), CEI Tio Patinhas (Morro Grande) e CEI Pica-Pau Amarelo (Farol) e pré-escolas das unidades de ensino: EEB José de Souza Guimarães (Figueira), EEB Marilza Lory de Barros (Bentos), EEB Iracy Virgínia Rodrigues (Barranceira), EEB Nininha Guedes dos Reis (Barbacena), EEB Vereador Jurandir P. dos Santos (Cigana), EEB Custódio Floriano de Córdova (Passagem da Barra) e EEB Comandante Moreira (Campo Verde), farão a matrícula diretamente na Secretaria da Unidade de Ensino, desde que respeitados os critérios de zoneamento.

§ 1º Os pais que pretenderem matricular seus filhos nas Unidades de Ensino citadas acima, deverão apresentar no ato da matrícula, em original e fotocópia, os seguintes documentos:

- a) Certidão de nascimento da criança e/ou Carteira de Identidade;
- b) Declaração de vacina emitida pelo ESF, assegurando estar em dia com as mesmas;
- c) Declaração de beneficiário do Programa Bolsa Família, ser for o caso, com Número de Identificação Social-NIS;
- d) 1 foto 3 x 4 (recente);
- e) Comprovante de residência atualizado dos pais e/ou responsáveis (fatura de água, energia elétrica, contrato de aluguel e/ou declaração do agente de saúde);
- f) CPF dos pais ou responsáveis;
- g) Apresentação de declaração de guarda, para as crianças que convivem com responsáveis, emitida pela Justiça Comum.

Art. 8º Os Centros de Educação de Infantil e a Secretaria de Educação e Esportes deverão respeitar o zoneamento para realizar as matrículas e/ou Pré-matrículas das crianças, considerando como critério o endereço residencial e/ou o local de trabalho dos pais e/ou responsáveis, sendo que, para este último, deverá ser exigido o comprovante.

Art. 9º Nos Centros de Educação Infantil, onde o atendimento

acontece em período integral, é facultativo aos pais e/ou responsáveis matricular a criança em período parcial;

Art. 10 Para a criança na faixa etária de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos que matricular-se em período parcial, caso haja interesse dos pais e/ou responsáveis em ampliar o atendimento, os mesmos devem realizar solicitação diretamente na secretaria do CEI, mediante preenchimento de formulário próprio.

Art.11 A pré-escola nas Unidades de Ensino e CEIs da rede municipal será oferecida somente em período parcial.

Art. 12 A criança na faixa etária de 04 (quatro) meses a 03(três) anos, que não comparecer ao Centro de Educação Infantil, sem justificativa dos pais e/ou responsáveis, por 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) dias alternados durante o mês, perderá o direito à vaga, após tentativa de contato da equipe Gestora com a família.

§ 1º O afastamento da criança motivado por situações particulares poderá ser concedido pelos Gestores do Centro de Educação Infantil, com prazo limite de até 30 (trinta) dias, devendo ser comunicado pela família com antecedência e por escrito.

§ 2º- Em caso de afastamento da criança para tratamento de saúde, fica resguardada a vaga, desde que o atestado seja apresentado até o quinto dia de ausência no Centro de Educação Infantil.

§ 3º No caso de criança atendida em período integral, os critérios de frequência deverão ser respeitados nos dois períodos (matutino e vespertino).

Art. 13 Caso a criança na faixa etária de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos não compareça ao Centro de Educação Infantil ou Unidade de Ensino, por 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) dias alternados durante o mês, sem justificativa dos pais e/ou responsáveis, a equipe Gestora deverá informar a situação via sistema do Programa APOIA.

§ 1º O afastamento da criança motivado por situações particulares, poderá ser concedido pela equipe Gestora, com prazo limite de até 30 (trinta) dias, devendo ser comunicado pela família com antecedência e por escrito, garantindo a frequência mínima de 60% dos dias letivos.

Parágrafo Único – A solicitação de transferência das crianças matriculadas nos CEIs especificados no artigo 3º desta portaria, deverá realizada na Secretaria de Educação e Esportes, somente quando houver mudança de endereço comprovado através de documento.

Art. 14 As enturmações informando o número de crianças matriculadas por turma dos CEIs e Unidades de Ensino deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 13 de Dezembro de 2017, na Secretaria de Educação, via memorando.

Art. 15 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Karmensita Almeida da Rocha Cardoso  
Secretária de Educação e Esportes

#### ANEXO I PORTARIA Nº 01/2017

Para comprovação da Renda Familiar, todos os seus integrantes, sejam pais, parentes ou que com eles residem, deverá apresentar os comprovantes abaixo relacionados, conforme cada situação particular:

1 – Trabalhadores assalariados:

a) Comprovantes de rendimentos: contracheques ou recibos devidamente assinados e atualizados, até três meses anteriores a inscrição.

b) Cópia da carteira de trabalho: deverá constar a identificação do trabalhador e o contrato de trabalho.

2 – Trabalhador autônomo ou trabalhador informal:

a) Declaração informando o tipo de atividade que realiza e a renda média dos últimos 3 (três) meses. Esta declaração, assinada pelo declarante.

b) Cópia da carteira de trabalho: deverá constar a identificação do trabalhador e a rescisão do último contrato de trabalho.

3 – Aposentados ou pensionistas: comprovante de proventos do último pagamento disponível na página <http://www.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html> ou diretamente do posto de atendimento do INSS ou extrato bancário.

4- Desempregados (inclusive donas de casa):

a) Declaração sobre a situação de desemprego, assinada pelo declarante.

b) Cópia da carteira de trabalho: deverá constar a identificação do trabalhador e a rescisão do último contrato de trabalho.

c) Para os casos de recebimento de Seguro Desemprego, apresentar também, documento referente as respectivas parcelas recebidas.

5 – Empresários, microempresários, sócios, cooperados: devem comprovar renda através de:

a) Documento emitido por contador ou escritório contábil que conste as seguintes informações referentes aos últimos 3 (três) meses: Entrada Bruta de recursos e pagamentos efetuados, incluindo-se o pró-labore e a divisão de lucros.

6 – Famílias com outros rendimentos:

a) Rendimentos de aluguéis: apresentar cópia do contrato de aluguel.

b) Pensão alimentícia: extrato bancário até três meses anteriores a inscrição ou declaração do valor recebido mensalmente.

c) Rendimentos de aplicações financeiras: apresentar extrato bancário atualizado, até três meses anteriores a inscrição.

d) Outras formas de rendimentos: apresentar documentos comprobatórios.

7 – Comprovação de situação de vulnerabilidade extrema, quando for o caso:

a) Comprovante de recebimento do Benefício Bolsa Família através do extrato bancário atualizado, até três meses anteriores a inscrição.

### PORTARIA SEDUC Nº 02/2017

Publicação Nº 1417600

PORTARIA SEDUC Nº 02/2017

Dispõe sobre a matrícula dos estudantes no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, para o ano letivo de 2018, na Rede Municipal de Ensino de Laguna.

A Secretária de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições, em conformidade com a lei federal nº 9394/96, Resolução nº 06, de 20 de outubro de 2010, Resolução COMED nº 03, de 08 de outubro de 2007, Resolução /COMED nº 01/2014, Resolução/COMED nº 01 de 15 de Março de 2007, Resolução CNE nº03, de 15 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Na Rede Municipal de Ensino, o Ensino Fundamental, etapa da Educação Básica será oferecido em Unidades Escolares para estudantes a partir de 06 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano de ingresso, devendo ser organizada numa jornada mínima de 04 (quatro) horas, com carga horária anual de, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos deverá ser cumprida com o oferecimento ao longo do curso a carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas para o ensino fundamental.

Art. 2º. A Rematrícula para o ano letivo de 2018 será no período de 06 a 10 de novembro de 2017, para os estudantes que frequentaram regularmente o Ensino Fundamental até a presente data.

§1º A rematrícula dos atuais estudantes fica garantida de forma automática, no entanto, faz-se necessária a presença dos pais e/ou responsáveis nos casos em que implique a ausência de documentos do estudante nos arquivos da escola, para a regularização do cadastro.



Art. 3º. A Matrícula para o ano letivo de 2018 para os estudantes deverá ser efetivada pelos interessados, pais e/ou responsáveis no período de 20 de Novembro a 08 de Dezembro de 2017.

§1º Deve ser respeitada a data corte para ingresso no Ensino Fundamental, onde a criança deverá ter 06 (seis) anos de idade completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 2º Deverão ser entregues na Unidade Escolar os documentos, em original e fotocópia, a serem apresentados no ato da matrícula:

- a) Certidão de Nascimento e/ou Registro de Identidade (RG);
- b) Atestado de transferência no caso de estudantes com vínculo de matrícula em outra instituição de ensino;
- c) Boletim e Histórico escolar;
- d) Foto ¾ do estudante.
- e) Declaração de vacina emitida pelo ESF, assegurando estar em dia com as mesmas;
- f) Comprovante de residência dos pais e/ou responsáveis pelo estudante;
- g) Declaração de beneficiário do Programa Bolsa Família e o Número de Identificação Social – NIS. (Ser for o caso)

Art. 4º As Unidades Escolares deverão respeitar o zoneamento para realizar as matrículas dos estudantes, considerando como critério o endereço residencial e/ou o local de trabalho dos pais e/ou responsáveis, sendo que, para este último, deverá ser exigido o comprovante.

§ 1º O pai e/ou responsável que optar em matricular seu filho em Unidade Escolar fora dos limites de zoneamento, terá a responsabilidade pelo deslocamento do estudante.

Art. 5º Caso o estudante não compareça à Unidade Escolar, por 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) dias alternados durante o mês, sem justificativa dos pais e/ou responsáveis, a equipe Gestora deverá informar a situação via sistema do Programa APOIA.

Art. 6º Para a consolidação de turmas no ensino fundamental deverá ser considerado o número de estudantes estabelecidos:

- I - 1º ao 5º ano – 25 (vinte e cinco) estudantes;
- II - 6º ao 9º ano – 30 (trinta) estudantes.

Parágrafo único. O desdobramento de turmas deverá ocorrer sempre que o número de estudantes ultrapassar o limite de que trata o caput deste artigo, de acordo com o espaço físico existente.

Art. 7º Quando houver matrícula de crianças com deficiência na mesma turma, os anos iniciais constituir-se-ão de 20 (vinte) estudantes e, os anos finais, de 25 (vinte e cinco) estudantes.

Art.8º As turmas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental serão oferecidas nos seguintes turnos: 1º e 2º ano (período vespertino) e 3º, 4º e 5º ano (período matutino).

Art. 9º As turmas de Anos Finais do Ensino Fundamental serão oferecidas conforme organização da escola, desde que esteja previsto e contemplado em seu Projeto Político Pedagógico - PPP.

§1º Em caso de oferecer turmas multisseriadas em função do número de alunos nas escolas do campo, não poderá ocorrer o agrupamento do 1º ano, devendo ser o mesmo ofertado em turma única.

Art. 10 A modalidade de Educação de Jovens e Adultos – 6º ao 9º ano do ensino fundamental deverá ser ofertada na forma presencial e respeitando o limite de 25 (vinte e cinco) estudantes por turma.

§1º Para matricular-se na Educação de Jovens e Adultos deve-se

considerar a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o ensino fundamental.

Art. 11 As turmas a serem oferecidas nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2018 estão contempladas na Tabela 1e 2 do Anexo I.

Art. 12 As enturmações informando o número de estudantes matriculados por turma das Unidades Escolares deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 13 de Dezembro de 2017, na Secretaria de Educação, via memorando.

Art. 13 No início do ano letivo de 2018 a unidade escolar deverá oportunizar a matrícula aos alunos que não efetuaram a mesma, no período estabelecido entre 05 a 15 de fevereiro de 2018.

Art. 14 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Karmensita Almeida da Rocha Cardoso  
Secretária de Educação e Esportes

#### Anexo I

Tabela 1 – Unidades Escolares – Anos Iniciais (Escolas do Campo)

Unidade Escolar	Turma Multisseriada	Turma Única
EEB Agrícola Índio Guimarães	2º/ 3º 4º/5º	
EEB José de Souza Guimarães	3º/4º	5º
EEF Morro Grande	2º/3º	5º
EEB Chiquinha Gomes de Carvalho	2º/3º 4º/5º	
EEB Francisco Zezuino Vieira	2º/3º	4º

Tabela 2 – Unidades Escolares – Anos Iniciais e Anos Finais (Turmas Únicas)

Unidade Escolar	Período Matutino	Período Vespertino
EEB Armando Calil Bullos	4º 5º 5º	1º 2º 3º
EEB Marilza Lory de Barros	3º 4º 5º	1º 2º
EEF Profª Iracy Virgínia Rodrigues	3º 4º 5º	1º 1º 2º
EEB Ver. Jurandir P. dos Santos	3º 4º 5º	1º 2º
EEB Elizabeth Ulysséa Arantes	4º 5º 6º 7º 8º 9º	1º 2º 3º EJA
EEB Nininha Guedes dos Reis	3º 4º 5º 9º	1º 2º 8º
EEB Custódio Floriano de Córdova	3º 4º 5º	1º 2º
EEB Comandante Moreira	3º 4º 5º	1º 2º

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 15/2017

Publicação Nº 1417896

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do Demonstrativo de Serviços e Programas do Sistema Único da Assistência Social do Governo Federal, referente ao exercício 2016

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 31 de outubro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência

Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Inquérito Administrativo nº4/2016 de 22 de novembro de 2016, a Secretária de Assistência Social adotou providências para apuração de fatos relativos a prestação de contas.

Considerando que a análise da prestação de contas do Recurso Federal foi realizada por meio da avaliação dos relatórios, notas de empenho e demais documentos contábeis disponibilizados pelo setor competente, realizado por amostragem, verificou-se, de modo geral, a regularidade das contas, sendo apontadas algumas irregularidades.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar com ressalva o Demonstrativo de Serviços e Programas do SUAS do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social exercício 2016.

Art. 2º As irregularidades elencadas pelo CMAS são as seguintes:

I. Nos pagamentos realizados nos serviços de dedetização – empenhos 317/16 e 353/16 foi verificado que os valores pagos são superiores ao preço de mercado.

II. No pagamento dos reparos do telhado – empenho 308/16 o valor do depósito não foi realizado em nome do proprietário, mas segundo o responsável pelo setor contábil, Ramon Valentim, em nome da esposa, o que se recomenda que seja corrigido nos próximos pagamentos.

Igualmente, o reparo foi justificado na cláusula 5º do contrato 008/2009, sendo considerada benfeitoria útil/necessária para a conservação do imóvel.

Recomenda-se a adoção de providências para a compensação do valor pago com os reparos, considerando-se o valor do aluguel.

III. Constataram-se os valores anuais pagos de manutenção do Piso de Média Complexidade foram utilizados para reparos do CRE-AS, que funciona em imóvel alugado. Verifica-se que os valores são elevados e anualmente correspondem a R\$ 27.052, 86 (vinte e sete mil, cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos) superiores aos limites para a dispensa de licitação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 31 de Outubro de 2017.

Gustavo Ramos Sant' Anna

Presidente do CMAS

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 166/2017

Publicação Nº 1418283

DECRETO Nº 166/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Adjunta junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1, optando pelos vencimentos de Professora.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DECRETO Nº 167/2017

Publicação Nº 1418285

DECRETO Nº 167/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ADILSON CANEVER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento de Almojarifado e Oficina junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº53/FMS/2017

Publicação Nº 1417574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LAURO MULLER  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº53/FMS/2017

OBJETIVO O Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso VIII e 26, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para prestação de serviços de urgência e emergência, PPI face ao remanejamento da gestão estadual ao município do teto atrelado ao Hospital Municipal, conforme Deliberação 202/CIB/2017 e 194/CIB/2017 mais valores conforme produção em anexo CONTRATADOS: Hospital Municipal Henrique Lage CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, VIII e 26, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 31/10/2017, por Ana Rúbia Prestes Cesconetto, Secretaria de Administração.

RATIFICAÇÃO: em 31/10/2017, por Carla Zabott Dias, Secretária Municipal de Saúde.

Lauro Muller, 31 de Outubro de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 54/FMS/2017

Publicação Nº 1418287

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LAURO MULLER  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 54/FMS/2017

OBJETIVO O Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, caput e 26, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviços de exames laboratoriais pela tabela SIGTAB para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde, conforme Credenciamento nº 040/FMS/2017.

CONTRATADOS: Laboratório Saúde Vitel Eireli Me

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput e 26, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 01/11/2017, por Ana Rúbia Prestes Cesconetto, Secretaria de Administração.

RATIFICAÇÃO: em 01/11/2017, por Carla Zabott Dias, Secretária Municipal de Saúde.

Lauro Muller, 01 de Novembro de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES



**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 55/FMS/2017**

Publicação Nº 1418288

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 55/FMS/2017

OBJETIVO O Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, caput e 26, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviços de exames laboratoriais para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde, conforme Credenciamento nº 004/FMS/2017.  
CONTRATADOS: LABORATÓRIO SAÚDE VITAL EIRELI ME  
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput e 26, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.  
RECONHECIDO: em 01/11/2017, por Ana Rúbia Prestes Cesconeto – Secretária de Administração.  
RATIFICAÇÃO: em 01/11/2017, por Carla Zabott Dias, Secretária Municipal de Saúde.  
Lauro Muller, 01 de Novembro de 2017.  
GENIVALDO DA SILVA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

**LEI Nº 2008/2017**

Publicação Nº 1417425

LEI Nº 2.008/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LDO 2017 E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração e inclusão de metas financeiras na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, Lei Nº 1.936, de 02 de Dezembro de 2016, incluindo a seguinte ação orçamentária aprovada na Lei do Plano Plurianual 2014-2017, Lei Nº 1.779 de 06 de novembro de 2013 como segue:

ORGÃO 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 05.01 Departamento de Obras  
PROGRAMA 115 - Minha Rua  
AÇÃO 1.028 - Construção de Esgoto Pluvial  
SUB-FUNÇÃO 512 – Saneamento Básico

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), no orçamento (LOA) 2017, conforme Lei nº 1.939, de 14/12/20176, para novo item orçamentário, como segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
05.01 - Departamento de Obras  
1.028 - Construção de Esgoto Pluvial  
4.4.90.00.00.00.1175 ..... Aplicação Direta .....  
.....R\$ 560.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 560.000,00

Art. 3º - Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será

coberto com recursos recebidos da Defesa Civil do Governo Federal, fonte de recursos 1175 – Transferência de Recursos União .  
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 148/2017**

Publicação Nº 1417264

PORTARIA Nº 148/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.03.2017 à 01.03.2019, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ITATIANE FABIANE BRANCO, ocupante do cargo de Enfermeira, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 346/2017**

Publicação Nº 1418313

PORTARIA Nº 346/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública JOSIANE APARECIDA REDIVO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo no CAPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 347/2017**

Publicação Nº 1418314

PORTARIA Nº 347/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública GEUSA DIAS MIGUEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, que exerce atualmente na Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo na Unidade de Saúde Angélica Machado Luciano do bairro Arizona.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 348/2017**

Publicação Nº 1418315

PORTARIA Nº 348/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a licença sem vencimentos, pelo período de 19.09.2017 a 18.09.2019, da funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ROSICLEA RITA, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 349/2017**

Publicação Nº 1418317

PORTARIANº 349/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 22% (vinte e dois por cento), por atribuição de função de confiança, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JOÃO MARCELO TOURNIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 350/2017**

Publicação Nº 1418321

PORTARIANº 350/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função de confiança, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, LUIZ DE OLIVEIRA BITTENCOURT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 351/2017**

Publicação Nº 1418323

PORTARIA Nº 351/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública ALINE CAMINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, que exerce atualmente no CAPS – Centro de Apoio Psicossocial, para exercê-lo na Clínica de Dependentes Químicos junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 352/2017**

Publicação Nº 1418324

PORTARIA Nº 352/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público RAFAEL DE MEDEIROS SOMBRIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, que exerce atualmente na Clínica de Dependentes Químicos junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo no CAPS – Centro de Apoio Psicossocial.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE SETEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 353/2017**

Publicação Nº 1418325

PORTARIA Nº 353/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública SAMIRA RODOLFO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente na Unidade de Saúde Francisca Korb - Centro, para exercê-lo na Unidade de Saúde Angélica Machado Luciano do bairro Arizona.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 354/2017**

Publicação Nº 1418326

PORTARIA Nº 354/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, que exerce atualmente na Unidade de Saúde Francisca Korb - Centro, para exercê-lo na Unidade de Saúde Antônio José Leopoldino do Distrito de Guatá.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 355/2017**

Publicação Nº 1418327

PORTARIA Nº 355/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público LEONARDO MARTINHO MICHELS HARGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, que exerce atualmente na Unidade de Saúde João Nazário do Bairro Sumaré para exercê-lo junto a Unidade de Saúde Angélica Machado Luciano do Bairro Arizona

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 356/2017**

Publicação Nº 1418328

PORTARIA Nº 356/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público RAFAEL BOCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, que exerce atualmente na Unidade de Saúde Antônio José Leopoldino do Distrito de Guatá, para exercê-lo na Unidade de Saúde Valdemar Mendes de Itanema.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 357/2017**

Publicação Nº 1418329

PORTARIA Nº 357/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, CRISTIANE OLIVEIRA, Auxiliar de Classe, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 358/2017**

Publicação Nº 1418330

PORTARIA Nº 358/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 032/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, LARISSA FERNANDES DIAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 359/2017**

Publicação Nº 1418332

PORTARIANº 359/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 039/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, TANIA RUZZA TOURNIER.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 360/2017**

Publicação Nº 1418334

PORTARIANº 360/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 216/2017, de 03 de Abril de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, CLÁUDIA CITADIN RIBEIRO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 361/2017**

Publicação Nº 1418335

PORTARIANº 361/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 045/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, ALINE RIGHETTO TASCA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 362/2017**

Publicação Nº 1418337

PORTARIANº 362/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 034/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, CLEMAR PACHECO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 363/2017**

Publicação Nº 1418338

PORTARIANº 363/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 043/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, BRUNA RAMOS GAZOLA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 364/2017**

Publicação Nº 1418339

PORTARIANº 364/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 047/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, ROSINETE APARECIDA BAGGIO FERNANDES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 365/2017**

Publicação Nº 1418340

PORTARIANº 365/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 049/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 366/2017**

Publicação Nº 1418341

PORTARIANº 366/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 048/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, CARLA BEZ BATTI CARBONI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 367/2017**

Publicação Nº 1418342

PORTARIANº 367/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 041/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, JANIELLE MAFFIOLLETTI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 368/2017**

Publicação Nº 1418343

PORTARIANº 368/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 046/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 369/2017**

Publicação Nº 1418345

PORTARIANº 369/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 038/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, VANDERLEIA BATISTA VELHO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 370/2017**

Publicação Nº 1418346

PORTARIANº 370/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 1.855/2015, de 14 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ROSIANE APARECIDA MARCOS MENDES, para exercer a função de Conselheira Tutelar, do Conselho Tutelar de Direito da Criança e do Adolescente, do Município de Lauro Müller, eleita no dia 04/10/2015, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 05 de Outubro de 2017 a 09 de Janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 05 do mês de Outubro do ano de 2017, no Auditório da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com a presença do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, compareceu a senhora ROSIANE APARECIDA MARCOS MENDES,

eleita no dia 04/10/2015 para exercer a função de Conselheira Tutelar do Conselho Tutelar de Direito da Criança e do Adolescente do Município de Lauro Müller, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 370/2017. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Valdir Fontanella, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

Lauro Müller, 05 de Outubro de 2017.

ROSIANE APARECIDA MARCOS MENDES  
Servidor

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

demandas do município de Lauro Muller - SC., para o ano de 2017. Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 01 de novembro de 2017.  
Genivaldo da Silva  
Pregoeiro

## **PORTARIA Nº 371/2017**

Publicação Nº 1418347

PORTARIANº 371/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE, elevando de Professora MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/PMLM/2017**

Publicação Nº 1417298

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO  
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 14/11/2017 às 09h00min.  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material elétrico para iluminação natalina atendendo as

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2017

Publicação Nº 1417588

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

#### RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2017

Dispõe sobre a alteração dos produtos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, conforme solicitação pleiteada pela SMAS em conjunto com a COOPROESTE.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 03 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Resolve:

Art. 1º: APROVAR a alteração, conforme solicitação apresentada pela COOPROESTE, dos alimentos a serem adquiridos por meio do PAA para distribuição à população.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2017  
Angelina Rossa Spautz  
Presidente CMAS

### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2017

Publicação Nº 1417591

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

#### RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2017

O Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis - no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal 827/1995 e conforme deliberação na reunião de 14 de setembro de 2017, constando em ata Nº 07 /2017.

Resolve:

Art. 1º: Que todas as prestações de contas ou apresentação de programas financeiros referentes ao Fundo Municipal de Assistência Social, sejam impreterivelmente apresentados a este conselho por técnico da área, podendo ser tanto o contador quanto o controlador interno.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 14 de setembro de 2017

Angelina Rossa Spautz  
Pre sidente CMAS

### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2017

Publicação Nº 1417593

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

#### RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2017

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo dos Serviços/Programas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município de Lebon Régis, referente ao ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 15 de setembro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006;

Em conformidade com apreciação dos documentos referentes ao ano de 2016, apresentados na reunião extraordinária no dia 15 de setembro de 2017, registrado na ata 141/2017, o Conselho Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º: APROVAR o Demonstrativo dos Serviços/Programas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município de Lebon Régis, referente ao ano de 2016.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 15 de setembro de 2017  
Angelina Rossa Spautz  
Presidente CMAS

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS RESOLUÇÃO Nº 009/2017**

Publicação Nº 1417594

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

**RESOLUÇÃO Nº 009/2017**

Dispõe sobre os critérios para concessão de benefícios eventuais no Município de Lebon Régis e revoga a Resolução CMAS nº 006/2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada na data de 05 de outubro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011 e;

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012;

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009;

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

Considerando as resoluções do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, com ênfase à Resolução CEAS nº 16/2016;

Considerando a lei Municipal 1.488 de 08 de setembro de 2014, que estabelece que cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social definir e aprovar critérios para concessão de benefícios eventuais no Município de Lebon Régis.

**RESOLVE:**

Art. 1º: Esta Resolução trata sobre os critérios para concessão de Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, no município de Lebon Régis.

Art. 2º: Os cidadãos/famílias ora beneficiários dos Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, deverão enquadrar-se nos seguintes critérios gerais:

- Possuir inscrição no Cadastro Único – CadÚnico. Caso não possua, o cidadão/família deverá ser encaminhado para inclusão no CadÚnico;
- Residir no Município há pelo menos 01 (um) ano;
- Para o auxílio funeral possuir renda familiar per-capita mensal de até ½ salário mínimo vigente, para os demais benefícios possuir renda familiar per-capita mensal de até ¼ de salário mínimo vigente;
- Em caso do beneficiário ser proprietário de imóvel, este limitar-se-á a um único lote urbano, em caso de construção, que esta lhe sirva de residência, ou de propriedade rural, que se trate de agricultura familiar (não superior a quatro módulos fiscais, conforme a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006);

- Integração a rede de serviços socioassistenciais;
- Parecer técnico social favorável à concessão do benefício.

§1º - Caso o beneficiário não se enquadre nos critérios acima definidos, o parecer técnico deverá justificar e fundamentar a concessão do benefício solicitado.

§2º - É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§3º - Terão prioridade na concessão dos Benefícios Eventuais a gestante, a nutriz, a criança, o idoso, a pessoa com deficiência e a família.

Art. 3º: Fica revogada a Resolução CMAS nº 006/2014.

Art. 4º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 05 de outubro de 2017.

Angelina Rossa Spautz

Presidente do CMAS

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS RESOLUÇÃO Nº 10/2017**

Publicação Nº 1417586

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

**RESOLUÇÃO Nº 10/2017**

Aprova o “Protocolo para Concessão de Benefícios Eventuais do Município de Lebon Régis/SC”.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada na data de 05 de outubro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011 e;

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006 e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009;

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, bem como as resoluções do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, com ênfase à Resolução CEAS nº 16/2016; e

Considerando a lei Municipal 1.488 de 08 de setembro de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º: Fica aprovado o “Protocolo para Concessão de Benefícios Eventuais do Município de Lebon Régis/SC”, que tem como objetivo “Regulamentar o fluxo de Benefícios Eventuais de Assistência Social, através da definição de instrumentais que viabilizem a padronização de procedimentos de gestão, organização, execução, monitoramento, avaliação e financiamento dos benefícios eventuais”.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 05 de outubro de 2017.  
Angelina Rossa Spautz  
Presidente do CMAS

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017**

Publicação Nº 1417820

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITAIS E MOBILIÁRIOS PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, EM ATENDIMENTO A EMENDA PARLAMENTAR Nº29060005. Recebimento da documentação e das propostas a partir das 08:00 do dia 06/11/2017 até 08:00 do dia 17 de novembro de 2017 no site <http://bllcompras.org.br>. Início da sessão de disputa a partir das 09:00 horas do dia 17/11/2017 na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (<http://bllcompras.org.br>). Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br). Lebon Régis 31 de outubro de 2017.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

**HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS/SC AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2017 - PREGÃO Nº PR35/2017\_RP29**

Publicação Nº 1417314

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2017 - Pregão Nº PR35/2017\_RP29

O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS/SC, através do pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto nº 027/2017, torna público a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. OBJETO: A presente licitação tem como objeto a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, visando atender as necessidades do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, conforme especificações contidas no ANEXO I deste edital. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 20/11/2017. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 31 de outubro de 2017. José Vanderlei de Campos – Pregoeiro Oficial

**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 34/2017\_RP28 PROCESSO Nº 67/2017.**

Publicação Nº 1417318

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº 34/2017\_RP28 PROCESSO Nº 67/2017.

OBJETO: A presente licitação visa a implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para contratação futura e de forma parcelada de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de máquinas para corte, carregamento, espalhamento e compactação de terras, conforme descritivo e quantidades estimadas no ANEXO I (Termo de Referência). Data de Homologação: 30/10/2017 - LICITANTES HOMOLOGADOS: TERRAPLENAGEM PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA - CNPJ: 02.624.929/0001-17, com o valor total de R\$ 81.200,00 (oitenta e um mil e duzentos reais). SG TERRAPLENAGEM LTDA EPP - CNPJ: 04.873.624/0001-74, com o valor total de R\$ 278.200,00 (duzentos e setenta e oito mil e duzentos reais).

Lebon Régis, 30/10/2017.

Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 72/2017.**

Publicação Nº 1417616

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 72/2017.

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 027/2017, no uso de suas atribuições legais faz publicar a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. Art. 25, inciso I da Lei n. 8.666/1993, contratando os serviços da AGF -ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA. Objeto: Prestação de serviço de INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO de 08 (oito) Geradores de Solo do sistema Anti-Granizo, em locais estes estabelecidos mediante estudo realizado pela empresa contratada, para a proteção no combate ao Granizo com eficiência média de 50-70 %, em atendimento ao Convênio n. ADR 10 2034/2017, firmado entre o Município de Lebon Régis e a Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador. Lebon Régis, 31 de outubro de 2017. José Vanderlei de Campos – Presidente da CPL.



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 117/2017

Publicação Nº 1417531

DECRETO Nº 117, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

"Revoga Processo Seletivo nº 004/2017 e dá outras providências".

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Ofício nº 0122/2017/02PJ/ITU, da 2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE ITUPORANGA/SC, o qual aponta problemas na formulação do Edital do Processo Seletivo de Professores, sendo que após resposta à solicitação, o MPSC ainda não retornou providências sobre este;

Considerando que o Edital do Processo Seletivo nº 004/2017 foi realizado no mesmo modelo do Processo Seletivo nº 002/2016;

Considerando que o Decreto nº 065/2017, suspendeu o Processo Seletivo nº 004/2017;

Considerando que o Edital do Processo Seletivo nº 004/2017 oferecia somente vagas em caráter de reserva;

Considerando a proximidade do final do ano Letivo, sendo que em virtude da urgência, o município está realizando chamamento público para preenchimento de vaga por tempo determinado e de caráter de urgência, afim de não comprometer o Ano Letivo dos alunos da rede municipal de ensino;

Considerando a publicação do Edital de Processo Seletivo nº 005/2017, o qual prevê o preenchimento de vagas de professores na rede municipal de ensino para o exercício de 2018;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Seletivo nº 004/2017, em razão dos fatos descritos nas considerações deste Decreto.

Art. 2º Comunique-se os interessados, em especial, aos inscritos no Processo Seletivo nº 004/2017, para cientificação sobre a revogação do referido Processo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 118/2017

Publicação Nº 1417558

DECRETO Nº 118, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do orçamento da seguridade social, no valor de R\$ 22.340,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.340,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	22.340,00
Função	10	Saúde	22.340,00
Sub-função	301	Atenção Básica	22.340,00
Programa	06	Saúde com Excelência	22.340,00
Atividade	2.059	Funcionamento e manutenção do programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	22.340,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	22.340,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	22.340,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	22.340,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	22.340,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	22.340,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			22.340,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação nas seguintes dotações, com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.340,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	22.340,00



Função	10	Saúde	22.340,00
Sub-função	301	Atenção Básica	22.340,00
Programa	06	Saúde com Excelência	22.340,00
Atividade	2.059	Funcionamento e manutenção do programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	22.340,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	22.340,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	11.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.340,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.340,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	22.340,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	22.340,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			22.340,00
.....			
.....			

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 31 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 59/2017

Publicação Nº 1418636

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de pintura artística, em escadaria e muros existentes junto a praça pública Bel Viver, com fornecimento de materiais e mão de obra, às 08:30 horas do dia 20 de novembro de 2017, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de novembro de 2017.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal

de 2017. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 01 de novembro de 2017.

GENIR LOLI – Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 299/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418627

PORTARIA Nº 299/2017, de 01 de Novembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a Servidora Pública Municipal Delci Fatima Montac, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, pelo período de 200 (duzentos) dias a contar de 01 de Novembro de 2017, conforme atestado médico em anexo, com ônus para o Instituto de Previdência Social, após o décimo sexto dia.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 01 de Novembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo Recursos Humanos

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2017

Publicação Nº 1417255

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 182/2017

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FORMATO ENGENHARIA LTDA EPP

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2017

Contrato de Repasse: nº823987/2015/Ministério da Cultura/Caixa -Processo Nº 2623.1027020-95/2015

Objeto: Execução da etapa I da obra de revitalização do conjunto arquitetônico histórico, localizado em Linha Maria Guinther, no interior deste município.

Valor: R\$ 264.826,12

Vigência: 28 de agosto de 2018.

Assinatura: 01 de novembro de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 300/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418628

PORTARIA Nº 300/2017, de 01 de Novembro de 2017.

CONTRATA PROFESSOR NÃO TITULADO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013, Lei Complementar nº 252/2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 01/2016.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Professora ALICE TEBALDI, para exercer as funções de Professor, 20 horas semanais, com remuneração equivalente ao piso salarial profissional nacional proporcional a carga horária, na Educação Infantil – Anos Iniciais, junto ao Núcleo de Educação de Linha XV de Novembro, a partir de 01 de Novembro de 2017, para o ano letivo de 2017.

### LICITAÇÃO DESERTA - PR 56/2017

Publicação Nº 1417259

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017, na forma da Lei nº 8.666/93, objetivando a contratação de grupo musical italiano com repertório 100% predominante, para animar e sonorizar a Festa da Polenta e do Queijo no dia 08 de dezembro de 2017, foi DECLARADA DESERTA, no dia 01 novembro

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 01 de Novembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 301/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418629

PORTARIA Nº 301/2017, de 01 de Novembro de 2017.  
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9, Inciso I, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003, e artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Nomear, CAMILA BORDIGNON, aprovada no Concurso Público nº 01/2015, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Grupo Funcional (GE), Anexo I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, Nível 9, Classe Inicial do Anexo IV, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Poder Executivo Anexo II, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, a partir de 01 de Novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 01 de Novembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 161/2017

Publicação Nº 1417352

DECRETO Nº 161/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial – Registro de Preço nº 107/2017 em 06 de outubro de 2017, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 107/2017, na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO DE AÇÃO FUNGICIDA E INSETICIDA INDICADO EXCLUSIVAMENTE AO TRATAMENTO INDUSTRIAL DE MADEIRAS EM AUTOCLAVE A VÁCUO/PRESSÃO, EM EMBALAGEM IBC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 06 de outubro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIN  
PREFEITO

### DECRETO 168/2017

Publicação Nº 1417349

DECRETO Nº 168/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 111/2017 em 16 de outubro de 2017, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 111/2017, na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS ESCOLAS, CEIS, BIBLIOTECA MUNICIPAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 01 de Novembro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIN  
PREFEITO

### EDITAL 127/2017

Publicação Nº 1417213

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Nº 127/2017.

A Prefeitura de Lontras – SC, torna público nos termos do Artigo 24 Inciso X da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, que formalizou Processo de Dispensa de Licitação nº 127/2017, para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA MAX KUEHL, N 66, COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 112,80M², CENTRO DE LONTRAS PARA INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF, matriculada sob o nº 7779 no registro de imóveis da comarca de Rio do Sul/SC. Valor: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais. Prazo: 23 de outubro de 2017 até 23 de novembro de 2018. Lontras, 01 de novembro de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

# Luis Alves

## PREFEITURA

### DECRETO 109/1027

Publicação Nº 1417696

#### DECRETO Nº 109/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0014.2.037 – Manutenção da Assistência Farmacêutica  
(24) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.0002) – Aplicações Diretas -----R\$ 21.500,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017 e por conta de recursos ordinários, na importância de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 31 de Outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 110/2017

Publicação Nº 1418192

#### DECRETO N.º 110/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 – Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 127.325,00 (cento e vinte e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração  
Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração  
(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações

Diretas R\$ 107.450,00  
(12) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações

Diretas R\$ 19.475,00

Órgão: 04 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
Unidade: 01 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
15.452.0004.2.009 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
(31) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 400,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017 e por conta de recursos ordinários na importância de R\$ 127.325,00 (cento e vinte e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 31 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO N.º 111/2017

Publicação Nº 1418193

#### DECRETO N.º 111/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 – Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
Unidade: 01 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
15.452.0004.2.010 – Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública  
(32) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0868.0 (0.1.00008) – Aplicações

Diretas -----R\$ 70.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 05 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
15.452.0004.2.010 – Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública.

(33) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0868.0 (0.1.00008) – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 01 de novembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 163/2017**

Publicação N° 1417480

PORTARIA N.º 163/2017

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora CLOTILDE JUNKES PAULI, a pedido desta, do cargo efetivo de professora, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de novembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário M. de Administração



# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 080/2017

Publicação Nº 1416475

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 080/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017 - PML

Aos 03 (três) dia do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Caetano Natal Branco, n. 3800, Bairro Caetano Branco, na cidade de Joaçaba/SC CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.627.841/0001-72, neste ato representada por seu sócio administrador SERGIO FRANCISCO BUCCO JUNIOR, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 5.341.146 e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.338.889-07, denominado FORNECEDOR 6, ajustam entre si o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO QUANTITATIVO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo dos itens 11; 12 e 13 da Ata PML nº 080/2017/PML, sem alteração de valor unitário, nos termos da Cláusula Segunda da presente Ata.

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT. ADITIVADA
11	UN	Caibro 8cm x 15cm x 4,20m de Pinheiro aplainado.	2,5
12	UN	Caibro 5cm x 8cm x 4,20m de Pinheiro aplainado.	10
13	UN	Ripa 2,50cm x 5cm x 4,20m de Pinheiro aplainada.	15

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

SERGIO FRANCISCO BUCCO JUNIOR  
PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA ME  
FORNECEDOR 6

#### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 133.17

Publicação Nº 1415646

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 133/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME pessoa jurídica de direito privada situada a Rua Otavio Moreira de Andrade, nº 106, Bairro Centro, no Município de Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000 inscrita no CNPJ sob o nº 22.528.813/0001-91, neste ato representado por seu sócio administrador JAQUIEL LUCESI, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 4.216.974 e inscrito no CPF/MF sob

o nº 044.949.089-08, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 078/2017, Pregão Presencial nº 056/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de medalhas e troféus destinados aos eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo, ao Edital, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
3	20,00	UN	Troféu com 84,10 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata. Taça com 33 cm de largura a partir das alças metalizada na cor dourada. Tampa metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	211,00	4.220,00
8	20,00	UN	Troféu com 62 cm de altura, com base octogonal com 12 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base uma taça fechada com 16 cm de largura, com ramos em alto relevo e colagem de resina personalizada do município 50 mm. Sobre esta taça uma copa fechada metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável conforme a necessidade do evento. Plaqueta em latão com gravação do evento - modalidade - colocação - data - bandeira do município. Demais componentes com metalizados na cor dourada.	109,00	2.180,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 6.400,00 (seis mil quatrocentos reais);

11.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I da presente Ata e as disposições do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das medalhas e troféus em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.3.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das medalhas e troféus, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.7. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.8. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.9. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

#### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLAÚSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da

autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

##### Ação (s):

08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

08.001.13.392.0046.2038 – Apoio para difusão cultural

13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

19.001.13.392.0027.2089 – Administração e Gestão do Fundo da Cultura

##### Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

##### Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Felipe Deige e Regina Carin Jacoby Cureau, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

JAQUIEL LUCHESE

ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME

FORNECEDOR 1

##### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 134.17

Publicação Nº 1415647

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 134/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:



2 – PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Guaporé, 3123D, Bairro Paraíso, Chapecó/SC, CEP: 89.806-468, inscrita no CNPJ sob o nº 18.780.782/0001-94, neste ato representada por NELSON DE LARA RAMOS, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.424.795 e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.061.069-87 doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 078/2017, Pregão Presencial nº 056/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de medalhas e troféus destinados aos eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo, ao Edital, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
6	300,00	UN	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 50 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro personalizado a logo em resina, podendo ser na cor dourada ou prateada ou na cor bronze, com fita 22 mm largura, com personalização em resina na frente e gravação no verso.	4,55	1.365,00
16	8,00	UN	Troféu 30cm de altura, com base em MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) em material Zamac, com espaços amplos para colocação de adesivos alusivos ao evento. Deverá conter sobre a base em MDF espaço para adesivos para outras modalidades (a ser definido no momento da solicitação).	62,50	500,00
17	8,00	UN	Troféu 25cm de altura, com base em MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) em material Zamac, com espaços amplos para colocação de adesivos alusivos ao evento. Deverá conter sobre a base em MDF espaço para adesivos para outras modalidades (a ser definido no momento da solicitação).	54,50	436,00
18	33,00	UN	Troféu 20cm de altura, com base em MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) em material Zamac, com espaços amplos para colocação de adesivos alusivos ao evento. Deverá conter sobre a base em MDF espaço para adesivos para outras modalidades (a ser definido no momento da solicitação).	45,80	1.511,40

0.2. O FORNECEDOR 02, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 3.812,40 (três mil oitocentos e doze reais e quarenta centavos);

11.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I da presente Ata e as disposições do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das medalhas e troféus em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.3.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das medalhas e troféus, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.



1.2.7. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.8. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.9. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

#### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLAÚSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à

ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos

produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

##### Ação (s):

08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

08.001.13.392.0046.2038 – Apoio para difusão cultural

13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

19.001.13.392.0027.2089 – Administração e Gestão do Fundo da Cultura

##### Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

##### Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Felipe Deige e Regina Carin Jacoby Cureau, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

NELSON DE LARA RAMOS

PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - ME

FORNECEDOR 2

##### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 135.17**

Publicação Nº 1415648

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 135/2017  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017 - PML  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

3 – SCHNEIDER E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro nº 606, Sala 01, Centro no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.228.973/0001-00, neste ato representada por MARCO ANTÔNIO SCHNEIDER, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R 2.418.972 e inscrito no CPF/MF sob o nº 757.762.359-87, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 078/2017, Pregão Presencial nº 056/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de medalhas e troféus destinados aos eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo, ao Edital, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	20,00	UN	Troféu com 79,10 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata. Taça com 33 cm de largura a partir das alças metalizadas na cor dourada. Tampa metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	199,00	3.980,00
5	300,00	UN	Medalha redonda, fundida em liga metálica e zamak com tamanho de 65mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro, personalizado em resina a bandeira do município na frente e gravação do evento - da modalidade- colocação - data - no verso. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm, podendo ser metalizada na cor dourada - na cor bronze - na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul-branco-vermelho ou verde-amarela com 2,5 cm de largura.	5,65	1.695,00
9	20,00	UN	Troféu com 53 cm de altura, com base octogonal com 10 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base uma taça fechada com 13 cm de largura, com ramos em alto relevo e colagem de resina personalizada do município 50 mm. Sobre esta taça uma copa fechada metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável conforme a necessidade do evento. Plaqueta em latão com gravação do evento - modalidade - colocação - data - bandeira do município. Demais componentes com metalizados na cor dourada.	92,00	1.840,00
11	20,00	UN	Troféu com altura de 51 cm, base quadrada com 7,6 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte metalizado na cor dourada e cone metalizado na cor dourada. Taça metalizada na cor dourada com 15,30 cm a partir das alças. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	78,00	1.560,00
13	20,00	UN	Troféu com altura de 39 cm, base quadrada com 7,60 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso metalizado na cor dourada com coroa de dezesseis pontas metalizada na cor vermelha, com 9 cm de largura. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	50,00	1.000,00

0.2. O FORNECEDOR 03, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 10.075,00 (dez mil e setenta e cinco reais);

11.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I da presente Ata e as disposições do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das medalhas e troféus em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.3.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das medalhas e troféus, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.7. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.8. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.9. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.



#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

##### 4.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

##### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
  - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
  - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
  - 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
  - 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
  - 5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



**CLÁUSULA SEXTA  
DAS ALTERAÇÕES**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA****DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

**Ação (s):**

08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

08.001.13.392.0046.2038 – Apoio para difusão cultural

13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

19.001.13.392.0027.2089 – Administração e Gestão do Fundo da Cultura

**Modalidade de Aplicação (s):**

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

**Fonte (s):**

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde

**CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Felipe Deige e Regina Carin Jacoby Cureau, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

MARCO ANTÔNIO SCHNEIDER

SCHNEIDER E CIA LTDA ME

FORNECEDOR 3

**TESTEMUNHAS:**

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 136.17**

Publicação Nº 1415649

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 136/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – TOTAL SPORTS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua XV de Novembro, nº 576, Centro, na cidade de Videira/SC, CEP 89560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.248.252/0001-86, neste ato representado por seu sócio-administrador, ANDERSON CORDEIRO PIROLI brasileiro, maior, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 25/R 4.482.234 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 044.949.089-08, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 078/2017, Pregão Presencial nº 056/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de medalhas e troféus destinados aos eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo, ao Edital, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	20,00	UN	Troféu com 75,50 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata. Taça com 33 cm de largura a partir das alças metalizadas na cor dourada. Tampa metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	196,50	3.930,00
4	20,00	UN	Troféu com altura de 44 cm, base quadrada com 7,6 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte metalizado na cor dourada e cone metalizado na cor dourada. Taça metalizada na cor dourada com 15,30 cm a partir das alças. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	50,00	1.000,00
7	300,00	UN	Medalha redonda estampada em metal com o tamanho de 42 mm de diâmetro e centro liso com 28 mm de diâmetro personalizado a logo em resina, podendo ser na cor dourada ou prateada ou na cor bronze, com fita 22 mm largura, com personalização em resina na frente e gravação no verso.	3,25	975,00
10	20,00	UN	Troféu com altura de 57 cm, base quadrada com 7,6 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte metalizado na cor dourada e cone metalizado na cor dourada. Taça metalizada na cor dourada com 15,30 cm a partir das alças. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	97,00	1.940,00

12	20,00	UN	Troféu com 74 cm de altura, com base octogonal com 14 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base uma taça fechada com 20 cm de largura, com ramos em alto relevo e colagem de resina personalizada do município 50 mm. Sobre esta taça uma copa fechada metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável conforme a necessidade do evento. Plaqueta em latão com gravação do evento - modalidade - colocação - data - bandeira do município. Demais componentes com metalizados na cor dourada.	157,50	3.150,00
14	20,00	UN	Troféu com altura de 32 cm, base quadrada com 7,60 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso metalizado na cor dourada com coroa de dezesseis pontas metalizada na cor vermelha, com 9 cm de largura. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	41,00	820,00
15	20,00	UN	Troféu com altura de 28 cm, base com 7,60 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso metalizado na cor dourada com coroa de dezesseis pontas metalizada na cor vermelha, com 9 cm de largura. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão com gravação do Evento, Data, Colocação e personalização com logomarca.	37,50	750,00

0.2. O FORNECEDOR 04, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 12.565,00 (doze mil quinhentos e sessenta e cinco reais);

11.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I da presente Ata e as disposições do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das medalhas e troféus em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.3.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das medalhas e troféus, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.7. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.8. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.9. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado,

- deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Cabe ao MUNICÍPIO:
- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:
- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por



cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço,

nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
08.001.13.392.0046.2038 – Apoio para difusão cultural  
13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica  
19.001.13.392.0027.2089 – Administração e Gestão do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Felipe Deige e Regina Carin Jacoby Cureau, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

ANDERSON CORDEIRO PIROLI

TOTAL SPORTS LTDA ME

FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 137.17**

Publicação Nº 1415954

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 137/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1– QUIMICASOL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Felix Piasieski, nº 240, Distrito Industrial, na cidade de Descanso/SC CEP 89.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.943.501/0001-98, neste ato representada por sua sócia administradora FRANCIS MARA FERNANDES TOIGO MUSTAFA, brasileira, maior e capaz, separada judicialmente, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 13/C 2.200.346 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.020.299-00, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 077/2017, Pregão Presencial nº 055/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de tintas para demarcação viária, e outros materiais para pintura, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Luzerna/SC., constituindo-se em:



Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
3	50	LTA	Solvente para tinta para demarcação viária, lata de 18 litros.	113,00	5.650,00

1.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital e da presente Ata, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O objeto deverá estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos

1.2.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital e na presente Ata constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone

(049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

##### 4.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

##### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

##### 5.1.1. Advertência;

##### 5.1.2. Multa;

##### 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

##### 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância

devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.15.452.0061.2057 – Segurança do trânsito urbano

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito - Prefeitura CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Juliana Corbani e Dejair Tedesco, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as

ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO de Luzerna  
CONTRATANTE

FRANCIS MARA FERNANDES TOIGO MUSTAFA  
QUIMICASOL LTDA EPP  
FORNECEDOR 1

##### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----  
Ass. Ass.  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 138.17

Publicação Nº 1415982

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 138/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2017 - PML  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

02 – SARA COMERCIO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Santos Dumont, nº 15, Bairro São José, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.230.554/0001-79, neste ato representada por MARIZA APARECIDA GUEDES, brasileira, maior e capaz, empresaria, portador da cédula de identidade RG nº 4696471 e inscrito no CPF sob o nº 055.021.469-01, doravante denominado, doravante denominado FORNECEDOR 02;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 077/2017, Pregão Presencial nº 055/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de tintas para demarcação viária, e outros materiais para pintura, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Luzerna/SC., constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
1	250	UN	Tinta acrílica a base de água na cor branca, balde com 18 litros, de acordo com a ABNT NBR 15079.	85,50	21.375,00
2	150	UN	Tinta acrílica a base de água na cor amarela, balde com 18 litros, de acordo com a ABNT NBR 15079.	87,00	13.050,00
4	50	UN	Rolo demarcador (Rolo de 10 cm de 100% lã natural tramada em tecido e garfo de buchas 10 cm).	13,50	675,00
5	50	UN	Rolo de lã (Rolo de pele de carneiro de 18 cm – altura da lã 19 mm)	14,50	725,00
6	25	UN	Garfo suporte para rolo 18cm	4,30	107,50

1.2. O FORNECEDOR 02, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 35.932,50 (trinta e cinco mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital e da presente Ata, sendo que o objeto licitado deverá ser

fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O objeto deverá estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos

1.2.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital e na presente Ata constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;



4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;  
4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;  
4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;  
4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;  
4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

#### 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);  
4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;  
4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;  
4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;  
4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

### CLÁUSULA QUINTA

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### CLÁUSULA SEXTA

#### DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.



**CLÁUSULA SÉTIMA****DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA****DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.15.452.0061.2057 – Segurança do trânsito urbano

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito - Prefeitura

**CLÁUSULA NONA****DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Juliana Corbani e Dejair Tedesco, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA****DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO de Luzerna  
CONTRATANTE

MARIZA APARECIDA GUEDES  
SARA COMERCIO EIRELI - ME  
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----  
Ass. Ass.  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 139.17

Publicação N° 1416055

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 139/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 069/2017 - PML  
PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME pessoa jurídica de direito privada situada a Rua Otavio Moreira de Andrade, nº 106, Bairro Centro, no Município de Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000 inscrita no CNPJ sob o nº 22.528.813/0001-91, neste ato representado por seu sócio administrador JAQUIEL LUCHESI, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 4.216.974 e inscrito no CPF/MF sob o nº 044.949.089-08, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 069/2017, Pregão Presencial nº 047/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, eventual, destinado a aquisição de material esportivo, com amostra, para as aulas de educação física da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Municipal São Francisco, a fim de atender as necessidades e objetivos da disciplina, priorizar o estímulo pedagógico e o desenvolvimento dos alunos, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital, no quantitativo disposto abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	15,00	UN	Bola nogan de Borracha N°8, com as seguintes características mínimas: Circunferência: 40 - 42 cm; Peso: 110-120 g; Matrizada; Borracha; Miolo slip system removível e lubrificado.	24,00	360,00
2	25,00	UN	Bola nogan de Borracha N°10, com as seguintes características mínimas: Circunferência: 48-50 cm; Peso: 180-200 g; Matrizada; Borracha; Miolo slip system removível e lubrificado.	29,00	725,00
3	30,00	UN	Bola nogan de Borracha N°12, com as seguintes características mínimas: Circunferência: 57-59 cm; Peso: 250-270 g; Matrizada; Borracha; Miolo slip system removível e lubrificado.	34,00	1.020,00
4	12,00	PAR	Pares de raquete De Tênis De Mesa, com as seguintes características mínimas: Material: Madeira com revestimento emborrachado; Peso: Aproximadamente 150 g; Detalhamento: Raquete com cabo côncavo, borracha nos dois lados de pino sem esponja; Medidas: 25.7cm x 15cm x 0.8cm.	32,70	392,40
7	2,00	UN	Pelota de couro, com as seguintes características mínimas: Peso de 250g e diâmetro aproximado de 6,5cm.	47,90	95,80

9	20,00	UN	Bola oficial de vôlei, 6.0 matrizada, com 16 gomos, confeccionada com microfibra. Circunferência 65-67cm, peso 260-280g, miolo Slip System removível e lubrificado.	225,00	4.500,00
22	10,00	UN	Caçamba brinquedo, com as seguintes características mínimas: largura 15,5 cm; altura 18 cm; profundidade 37 cm.	19,90	199,00
23	10,00	UN	Patrola brinquedo. Dimensões aproximadas do produto: 26x20x58 cm (AxLxP).	29,90	299,00

1.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 7.591,20 (sete mil quinhentos e noventa e um mil e vinte centavos);

1.2.1. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, após a aprovação das amostras pelo encarregado, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, devendo a proponente vencedora proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo e sem custos adicionais.

1.2.1.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto contraentes no Edital e na presente Ata.

1.2.1.2. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA****DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental

08.001.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil – Creches

08.001.12.365.0028.2092 – Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação CLÁUSULA NONA

**DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Carin Jacoby Cureau que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.



10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

JAQUIEL LUCHESI

ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME

FORNECEDOR 1

##### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 141.17

Publicação Nº 1416070

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 141/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

3 – OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Silvino Ciarini, nº 530 A, Bairro dos Industriários, na cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada por sua sócia-administradora, DAIANE ROSA, brasileira, maior e capaz, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade nº 2.134.107 e inscrita no CPF/MF sob o nº 949.233.889-00, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 069/2017, Pregão Presencial nº 047/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, eventual, destinado a aquisição de material esportivo, com amostra, para as aulas de educação física da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Municipal São Francisco, a fim de atender as necessidades e objetivos da disciplina, priorizar o estímulo pedagógico e o desenvolvimento dos alunos, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital, no quantitativo disposto abaixo:



Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
8	2,00	UN	Bola futsal sem costura Termotec, confeccionada em PU, peso 350-380g, circunferência 55 - 59 cm, miolo Slip System removível e lubrificado.	138,65	277,30
11	5,00	UN	Bola Suécia para Handebol, com as seguintes características mínimas: Peso 230-270 (H2L); construção: costurada PU; 32 gomos; circunferência 54-56; câmara Airbility; material PU Ultra Grip; Miolo Slip System - removível e lubrificado.	187,00	935,00
13	20,00	UN	Colchonete emborrachado com espuma 90x43x3 D60	31,75	635,00
16	10,00	UN	Jogos de taco com bolinha e duas casinhas cada, com as seguintes dimensões mínimas: largura 10cm; altura 10cm; profundidade 75cm.	39,60	396,00
18	8,00	UN	Bola oficial de Basquetebol, tamanho feminino, matrizada, confeccionada com microfibra. Características mínimas: Peso: 510-565; Construção: Matrizada PU; Gomos: 0; Circunferência: 72-74; Câmara: AIRBILITY; Material: Microfibra; Miolo: SLIP SYSTEM- Removível e Lubrificado.	233,50	1.868,00
19	5,00	UN	Bola Oficial de Futsal Max 500, construída através da tecnologia termotec, laminado de PU. Características mínimas: Peso: 410-440; Construção TERMOTEC PU; Gomos: 8; Circunferência: 61-64; Câmara: AIRBILITY; Material: PU; Miolo: SLIP SYSTEM- Removível e Lubrificado.	189,00	945,00
21	2,00	UN	Redes de gol - futsal - algodão malha 10, fio 6	258,20	516,40

1.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 5.572,70 (cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e setenta centavos);

1.2.1. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, após a aprovação das amostras pelo encarregado, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, devendo a proponente vencedora proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo e sem custos adicionais.

1.2.1.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto contraentes no Edital e na presente Ata.

1.2.1.2. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente

existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.
- 2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.
- 2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
  - 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
  - 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
  - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;
  - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 5.1.1. Advertência;
  - 5.1.2. Multa;
  - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
  - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro

de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 – Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Carin Jacoby Cureau que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

DAIANE ROSA

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 142.17**

Publicação Nº 1416172

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 142/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2017 PML  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 - FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 355 – KM 53,7m Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Videira (SC), CEP: 89.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 81.331.308/0001-11 neste ato representada por seu sócio administrador BOGART SINZKER, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.104.107 e inscrito no CPF/MF sob o nº 575.494.009-20, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 079/2017, Pregão Presencial nº 057/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição de equipamentos de informática destinados ao Grupamento Policial Militar, para a confecção de boletins de ocorrência Policial, autuações de trânsito e comprovante de documento, conforme especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	2,00	UN	MOTOSERRA, com as seguintes especificações mínimas: motosserra com potência mínima de 3.3 CV; com no mínimo de 53 cilindradas; rotação máxima: no mínimo 12.000 RPM; tipo de corrente 3/8; com freio de corrente; dois tempos. O equipamento deve ser entregue com manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	1.460,00	2.920,00
2	5,00	UN	ROÇADEIRA, com as seguintes características mínimas: roçadeira com guidão fixo; embreagem reforçada; ponteira com terminal lâmina ou fio de nylon; cilindrada: mínimo de 33 cm³ e máximo de 37cm³. Potência de 1.2 a 1.4 KW, com rotação máxima do motor de, no mínimo, 10.500 RPM. O equipamento deve ser entregue com manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	1.510,00	7.550,00
3	2,00	UN	SOPRADOR, com as seguintes especificações mínimas: soprador com, no mínimo, 28cm³ de cilindrada; potência mínima de 0,8 KW; velocidade do ar de, no mínimo, 75m/s; com máxima rotação do motor de 9 a 11 RPM. O equipamento deve ser entregue com manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	980,00	1.960,00
4	1,00	UN	MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, com as seguintes especificações mínimas: máquina de cortar grama à gasolina, com potência mínima de 5,0 HP. Regulagem altura de, no mínimo, 6 posições. Peso máximo de até 35kg. O equipamento deve ser entregue com manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	2.150,00	2.150,00

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 14.580,00 (quatorze mil quinhentos e oitenta reais);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com as necessidades da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária, devendo proceder à entrega dos equipamentos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os equipamentos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os equipamentos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, e ainda, deverão ser originais, de mesma marca e mesmo fabricante.

1.2.2.2. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.



1.2.4 Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação, configuração e operação.

1.2.5 Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses e quando for o caso após o recebimento final do equipamento.

1.2.5.1 Caso a empresa vencedora tenha garantia estendida, que não anule a garantia do fabricante, será utilizada também esta garantia sem ônus adicional.

1.2.5.2 A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.2.6 Por ocasião do recebimento dos equipamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade destas e de rejeitá-las, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.6.1 O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos equipamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.7 O aceite do produto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.8 Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.9 As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital e a presente Ata são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA



**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA****DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.002.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Alcir João Denardi e Juliano Schneider a que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO de Luzerna  
CONTRATANTE

BOGART SINZKER  
FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----  
Ass. Ass.  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 143.17**

Publicação Nº 1416796

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 143/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 075/2017  
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 053/2017  
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – ELETRO ZAGONEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia BR 282, Km 576, s/n, Distrito Industrial Pinhal Leste, na cidade de Pinhalzinho (SC) inscrita no CNPJ sob o nº 81.365.223/0001-54, neste ato representada pelo seu sócio administrador ROBERTO ZAGONEL, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.839.342-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 575.678.759-34, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 075/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 053/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a eventual aquisição luminárias de LED para o sistema de iluminação pública nas vias Av. Caetano Natal Branco, Av. 16 de fevereiro, Rua Rui Barbosa e Rua Vigário Frei João, neste município de Luzerna, em conformidade com as especificações constante do Anexo I do Edital e as descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	168,00	UN	Luminária pública LED 150w com fluxo luminoso efetivo acima de 14.500/ lm, com consumo máximo de +/-5%, 150w, estrutura em alumínio injetado com pintura eletrostática; bivolt automático; fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; auto fator de potência – igual ou superior a 0,98; distorção harmônica total de corrente inferior a 10% (contabilizando todas as harmônicas); índice de reprodução de cores (IRC) superior a 70; protetor contra surtos de 275Vca/10kA; sistema de aterramento; lente com distribuição longitudinal curta e transversal tipo III comprovado pelo ensaio fotométrico; temperatura média de cor 4500 a 6500K; base e rele foto controlador conforme a NBR 5123 e E-313.0044; LED E DRIVER com vida útil igual ou superior a 50.000 horas (L70). Possibilidade de substituição do driver, se possível de forma modular.	980,00	164.640,00

0.2. O FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 164.640,00 (cento e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta reais).

0.2.1. O FORNECEDOR deverá executar de acordo com o Anexo I, e demais informações constantes no presente Edital e seus Anexos.

0.2.2. O FORNECEDOR deverá entregar o material licitado em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Compras.

0.2.3. O FORNECEDOR deve observar, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes nos Sistemas CONFEA/ CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes ao respectivo material ora licitado, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização e demais aplicáveis à espécie.

0.2.3.1. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas do Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

0.2.4. Os materiais a serem utilizados deverão atender rigorosamente às especificações constantes no Anexo I, bem como, obedecer às especificações constantes nas instruções e nas normas técnicas da CELESC.

0.2.5. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a(s) empresa(s) contratada(s) da responsabilidade por qualquer irregularidade.

0.2.5.1. O fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não será recebido e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

0.2.6. O recebimento se dará em conformidade com o disposto no art. 73 da Lei 8.666/93.

0.2.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do objeto licitado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

0.2.8. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar no atendimento do objeto.

0.2.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.2.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

0.2.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

0.2.11.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.8. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra



desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término do serviço.

4.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.

4.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA/CAU, e as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época

4.12 Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

4.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

##### Ação(s):

11.001.15.452.0061.2056 – Manutenção dos serviços de iluminação pública

##### Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

4.4.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

##### Fonte (s):

1.08 e 3.08 Detalhamento: 008 – Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por André Luis Toigo Diesel, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a



serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ROBERTO ZAGONEL

ELETRO ZAGONEL LTDA

FORNECEDOR 1

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

### **AVISO DE ALTERAÇÃO - PL 081/2017 - PP 059/2017 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - PML**

Publicação Nº 1417504

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 081/207 - PML

Pregão Presencial nº 059/2017 – PML

AVISO DE ALTERAÇÃO:

NOVA DATA DE ABERTURA

RETIFICAÇÃO DO ITEM 262

INCLUSÃO DE NOVOS ITENS

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do seu Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento de todos a RETIFICAÇÃO do item 262 do Anexo I do Edital PP nº 059/2017, e a INCLUSÃO de novos itens no referido processo.

Os demais ditames do processo licitatório permanecem inalterados. OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, para a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações em Anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h15min do dia 17 de novembro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h25min do dia 17 de novembro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### **DECRETO 2466**

Publicação Nº 1417795

DECRETO Nº 2466 de 01 de novembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º, da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

02.001.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

02.001.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.93. Outras despesas correntes - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o Ente participe

Fonte: 00 - Recursos Ordinários  
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2017.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PL 084/2017 - DL 013/2017 - LICENCIAMENTO  
AMBIENTAL CIMCATARINA - PML**

Publicação N° 1417878

MUNICIPIO DE LUZERNA  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório 084/2017  
Dispensa nº 013/2017

Contratação com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, ELÓI RÖNNAU, destinado a execução de horas técnicas por profissional do CIMCATARINA para prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano no Município de Luzerna, visando o licenciamento ambiental da atividade de desassoreamento do Rio Limeira.

Valor homologado: R\$ 5.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso XXVI.

Luzerna (SC), 1º de novembro de 2017.  
Moisés Diersmann  
Prefeito de Luzerna

# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 21/2017

Publicação Nº 1417709

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
<b>AVISO DE RETIFICAÇÃO</b> 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2017  O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ leva ao conhecimento dos interessados que no EXTRATO de publicação do termo aditivo supracitado, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar da rede municipal de ensino (ESCOLAS E CEI), serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (Antigo PETI), terceira idade e administração em geral do Município de Maracajá/SC, durante o exercício de 2017, é feita a seguinte retificação: onde se lê: R\$ 1.717,43 (Um mil setecentos e dezessete reais e quarenta e três centavos). Leia-se: RATIFICAÇÃO: R\$ 6.089,90 (seis mil e oitenta e nove reais e noventa centavos). Maracajá-SC, 01 de novembro de 2017.

### CHAMADA PÚBLICA Nº 015/FMS/2017

Publicação Nº 1417613

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b> Chamada Pública 015/FMS/2017 OBJETIVO: objetivo credenciamento e contratação de empresa especializada na realização de exames laboratoriais de análises clínicas, conforme a Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde, para atendimento da demanda das Unidades de Saúde do município de Maracajá/SC. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições para o credenciamento se darão pela proponente interessada a partir da primeira data de publicação do aviso deste edital até 15 DE DEZEMBRO DE 2017. EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do endereço eletrônico licitacao@maracaja.sc.gov.br Maracajá, 01 de novembro de 2017. ARLINDO ROCHA PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 246/2017

Publicação Nº 1418158

PORTARIA Nº. 246 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:  
Maria Helena Pereira Marques, ocupante do Cargo de Auxiliar de Bibliotecário, referente ao período aquisitivo de 9/2/2015 a 8/2/2016, com gozo em 20/11/2017 e término em 19/12/2017.  
Marlene Acordi Prudencio, ocupante do Cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 1º/1/2016 a 31/12/2016, com gozo em 1º/11/2017 e término em 30/11/2017.  
Bruna Teixeira da Silva, ocupante do Cargo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 20/11/2017 e término em 19/12/2017.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 1º de novembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de novembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### PORTARIA 247/2017

Publicação Nº 1418159

Portaria nº 247 de 1º de novembro de 2017.

TRANSFERE DE CARGO O SERVIDOR COMISSIONADO LUIZ IVALNEI MARTINELLO.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir o servidor comissionado LUIZ IVALNEI MARTINELLO, brasileiro, maior, nascido em 14 de junho de 1964, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 501.648.999-87, de Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio, para, a partir desta data, exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, nível CC-2, mantendo-se a gratificação mensal de 100% (cem por cento) sobre seus vencimentos, do Quadro em Comissão de Pessoal do Poder Executivo.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de novembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de novembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 248/2017**

Publicação Nº 1418160

Portaria nº 248 de 1º de novembro de 2017.

NOMEIA FABRICIO ESTEVAM DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, FABRICIO ESTEVAM DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, nascido em 6 de abril de 1976, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 019.438.199-47, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio, Nível CC-2, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 1º de novembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 249/2017**

Publicação Nº 1418161

Portaria Nº 249 de 1º de novembro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCOLA DA E.E.B.M. EULÁLIA OLIVEIRA DE BEM, A SERVIDORA CRISTIANE SANT'ANA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 1º de novembro de 2017, a servidora CRISTIANE SANT'ANA, CPF 006.122.059-08, nascida em 23 de dezembro de 1978, do cargo em comissão de Diretor de Escola da E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 151 de 20 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de novembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 250/2017**

Publicação Nº 1418163

Portaria Nº 250 de 1º de novembro de 2017.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA LUCIANE RONCHI VALNIER, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE TÉCNICO PEDAGÓGICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora LUCIANE RONCHI VALNIER, CPF 784.975.909-53, nascida em 7 de setembro de 1972, nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Educação e Cultura, retornando ao seu cargo efetivo de Técnico Pedagógico com as devidas vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 043 de 20 de fevereiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de novembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 251/2017**

Publicação Nº 1418165

Portaria nº 251 de 1º de novembro de 2017.

NOMEIA CRISTIANE SANT'ANA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997, e nº 1039 de 15 de outubro de 2015, combinado com o Artigo 61 da Lei Complementar nº 02 de 7 de outubro de 1997 e o Artigo 33 da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, CRISTIANE SANT'ANA, brasileira, maior, nascida em 23 de dezembro de 1978, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 006.122.059-08, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Educação e Cultura, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 73% (setenta e três por cento).

Art. 2º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 3º A servidora nomeada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 1º de novembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2017 - PREGÃO Nº 051/2017

Publicação Nº 1417570

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017			Data do Registro: 30/10/2017		Válido até: 30/10/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE ECOLÓGICO, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, COMPLEXO ESPORTIVO E ADMINISTR						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO. Características: Papel higiênico em rolo, branco, não reciclado, 100% de fibras naturais, neutro, macio, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel. Caixa com 8 unidades/rolos de 300 metros x 10 cm cada. Apresentar Ficha Técnica do Produto. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	CX	SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA (10185)	PROPAPER	59,6300	1
2	SABONETE EM ESPUMA. Sabonete líquido em espuma, em refil de 600 ml, indicado para uso profissional. Fragrância floral. Cada refil deve conter sua própria válvula de acionamento. Apresentar Ficha Técnica do Produto e Registro do produto junto ao Ministério da Saúde e/ou ANVISA. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	UN	SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA (10185)	PROLIM	21,0700	1
3	ALCOOL SPRAY PARA AS MÃOS. Alcool em gel, antisséptico, 70% higienizante para as mãos, spray para uso a seco, com ação antibacteriana, embalagem para ser usada em dispenser. Refil de 600 ml. Ativo: álcool etílico extra fino e triclosan secagem rápida. Apresentar Ficha Técnica do Produto e Registro do produto junto ao Ministério da Saúde e/ou ANVISA. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	UN	SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA (10185)	PROLIM	18,1200	1
4	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO. Papel toalha interfolhado cor branca, folhas 100% celulose virgem, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, acondicionados em caixa ou fardo com 5000 folhas, com 2 dobras e embaladas em maços/pacotes plásticos com 250 unidades. Apresentar Ficha Técnica do Produto. Fornecer todos os equipamentos necessários em comodato.	CX	SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA (10185)	PROPAPER	53,0900	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 30/10/2017		Válido até: 30/10/2018		
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE ECOLÓGICO, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, COMPLEXO ESPORTIVO E ADMINISTR						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	SEDUÇÃO	68,2500	2
--	--	--	---------------------------------------	---------	---------	---

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 30/10/2017		Válido até: 30/10/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE ECOLÓGICO, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, COMPLEXO ESPORTIVO E ADMINISTR					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2017  
PROCESSO Nº 51/2017**

(10185) - SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA  
(111401) - ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP

Maracajá, 30 de Outubro de 2017.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 460/2017

Publicação Nº 1418426

DECRETO Nº 460, DE 03 DE JULHO DE 2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.990, de 07 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 61.000,00 (sessenta e um mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 09.00 – SECERTARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

##### 08 – Assistência Social

##### 08.241 – Assistência ao Idoso

##### 08.241.0018 – Desenvolvimento a Cidadania

##### 08.241.0018.2.061 – PROGRAMA DE ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 5.000,00

##### 08.244 – Assistência Comunitária

##### 08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

##### 08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 36.000,00

##### 08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

##### 08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 09.00 – SECERTARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

##### 08 – Assistência Social

##### 08.241 – Assistência ao Idoso

##### 08.241.0018 – Desenvolvimento a Cidadania

##### 08.241.0018.2.061 – PROGRAMA DE ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 5.000,00

##### 08.244 – Assistência Comunitária

##### 08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

##### 08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 36.000,00

##### 08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

##### 08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 03 de Julho de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 471/2017

Publicação Nº 1418428

DECRETO Nº 471, DE 05 DE JULHO DE 2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.990, de 07 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 30.000,00 (trinta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 09.00 – SECERTARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
08 – Assistência Social  
08.244 – Assistência Comunitária  
08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos  
08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECERTARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
08 – Assistência Social  
08.244 – Assistência Comunitária  
08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos  
08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 05 de Julho de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Decreto nº 487/2017

Publicação Nº 1418437

DECRETO Nº 487, DE 18 DE JULHO DE 2016  
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.990, de 07 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 2.243.11 (Dois mil, duzentos e quarenta e três reais e onze centavos) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
04.01 – Departamento de manut. e Desenv. Do Ensino  
12 - Educação  
12.365 – Educação Infantil  
12.365.0007 – Educação para a Cidadania  
12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
Destinação de Recursos: 0.1.62 – Outros Recursos do FNDE  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 2.243,11

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de transferências financeiras efetuadas pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

1000.00.00 – Receitas Correntes  
1700.00.00 – Transferências Correntes  
1720.00.00 – Transferências Intergovernamentais  
1721.00.00 – Transferências da União  
1721.35.00 – Transf. de Recursos do Fundo Nac.de Desenv. da Educação – FNDE  
1721.35.05 – Transf. Diretas do FNDE referentes ao Programa PDDE  
Destinação de Recursos: 0.1.62 – Outros Recursos do FNDE R\$: 2.243,11

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de julho de 2016.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Decreto nº 520/2017

Publicação Nº 1418433

DECRETO Nº 520, DE 08 DE AGOSTO DE 2017  
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.990, de 07 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 271.300,00 (Duzentos e setenta e um mil e trezentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA  
03.02 – Diretoria Geral da Administração  
04 – Administração  
04.122- Administração Geral  
04.122.0004 – Administração Geral  
04.122.0004.2.006 – MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 100.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE  
05.01 – Fundo Municipal de saúde  
10 – Saúde

10.304 – Vigilância Sanitária  
 10.304.0010 – Saúde para Todos  
 10.304.0010.2.134 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA  
 Destinação de Recursos: 0.1.66 – Vigilância em Saúde  
 4.0.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 40.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
 06.01 – Departamento de Urbanismo  
 06 – Segurança Pública  
 06.181 – Policiamento  
 06.181.0011 – Serviços Urbanos  
 06.181.0011.2.032 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONVÊNIO FUNREBOM  
 Destinação de Recursos: 0.1.07 – Recursos FUNREBOM  
 3.0.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 100.000,00

15 – Urbanismo  
 15.451 – Infra-estrutura Urbana  
 15.451.0011 – Serviços Urbanos  
 15.451.0011.2.031 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E VIAS PÚBLICAS – CONVÊNIO MULTAS DE TRANSITO  
 Destinação de Recursos: 0.1.55 – Convênio de Trânsito Polícia Civil  
 3.0.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00  
 Destinação de Recursos: 0.1.56 – Convênio de Trânsito Prefeitura  
 3.0.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 11.300,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA  
 03.02 – Diretoria Geral da Administração  
 04 – Administração  
 04.122- Administração Geral  
 04.122.0004 – Administração Geral  
 04.122.0004.2.006 – MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
 3.0.00.00 – Despesas Correntes  
 3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 100.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE  
 05.01 – Fundo Municipal de saúde  
 10 – Saúde  
 10.304 – Vigilância Sanitária  
 10.304.0010 – Saúde para Todos  
 10.304.0010.2.134 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA  
 Destinação de Recursos: 0.1.66 – Vigilância em Saúde  
 3.0.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 40.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
 06.01 – Departamento de Urbanismo  
 06 – Segurança Pública  
 06.181 – Policiamento

06.181.0011 – Serviços Urbanos  
 06.181.0011.2.032 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONVÊNIO FUNREBOM  
 Destinação de Recursos: 0.1.07 – Recursos FUNREBOM  
 4.0.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 100.000,00

15 – Urbanismo  
 15.451 – Infra-estrutura Urbana  
 15.451.0011 – Serviços Urbanos  
 15.451.0011.2.031 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E VIAS PÚBLICAS – CONVÊNIO MULTAS DE TRANSITO  
 Destinação de Recursos: 0.1.55 – Convênio de Trânsito Polícia Civil  
 4.0.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00  
 Destinação de Recursos: 0.1.56 – Convênio de Trânsito Prefeitura  
 4.0.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 11.300,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 08 de Agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Decreto nº 536/2017

Publicação Nº 1418435

DECRETO Nº 536, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.990, de 07 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
 06.01 – Departamento de Urbanismo  
 15 – Urbanismo  
 15.452 – Serviços Urbanos  
 15.452.0011 – Serviços Urbanos  
 15.452.0011.2.033 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
 Destinação de Recursos: 0.1.17 – Contrib. Custeio Ilumin. Pública  
 4.0.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 5.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE E LAZER



27 – Desporto e Lazer  
27.812 – Desporto Comunitário  
27.812.0008 – Esporte e Lazer  
27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 180.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
15 – Urbanismo  
15.452 – Serviços Urbanos  
15.452.0011 – Serviços Urbanos  
15.452.0011.2.033 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
Destinação de Recursos: 0.1.17 – Contrib. Custeio Ilumin. Pública  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 5.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE E LAZER  
27 – Desporto e Lazer  
27.812 – Desporto Comunitário  
27.812.0008 – Esporte e Lazer  
27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 180.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Decreto nº 639/2017

Publicação Nº 1417578

DECRETO Nº 639, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública LOURDES MARIA SCHWARTZ VERTMANN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Decreto nº 640/2017

Publicação Nº 1418280

DECRETO Nº 640, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova loteamento denominado "ESPLENDOR III" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado "ESPLENDOR III", de propriedade de Oliveira Imóveis S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.511.748/0001-11, com sede na Rua Uruguai, nº 333-D, Sala 02, no Município de Chapecó/SC.

Art. 2º O imóvel onde será implantado o Loteamento "ESPLENDOR III" é o seguinte: Parte Leste do Lote Colonial Rural nº (21), da Seção Humaitá, e Partes do Lote Colonial Rural nº (22), da Linha Humaitá, situadas na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área total de "Duzentos e dezoito mil, trezentos e trinta e um metros e nove centímetros quadrados" (218.331,09 m²), sem edificações, com as confrontações constantes da Matrícula nº 22.368, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "ESPLENDOR III", o imóvel objeto da Matrícula nº 22.368, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 218.331,09 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (218.331,09 m²) que constitui o Loteamento denominado "ESPLENDOR III", será composta de 21 (vinte e uma) quadras, estas divididas em 349 (trezentos e quarenta e nove) Lotes Urbanos, assim constituídos:



	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m <sup>2</sup>	Total em m <sup>2</sup>
	1	05	13.388,16	
	2	25	10.273,72	
	3	25	9.332,89	
	4	25	8.772,75	
	5	25	8.700,93	
	6	02	8.461,50	
	7	12	4.203,10	
	8	03	1.064,10	
	9	26	11.100,00	
	10	26	11.100,00	
	11	26	10.230,50	
	12	26	9.620,00	
	13	27	9.620,00	
	14	27	9.435,00	
	15	14	4.717,50	
	16	05	3.300,86	
	17	28	18.625,49	
	18	01	1.292,10	
	19	05	1.610,47	
	20	03	1.441,45	
	21	13	6.837,60	
Total	21	349	163.128,12	163,128,12
	Área das vias de circulação 55.202,97			
	Total da área (área de 22.368) 218.331,09			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "ESPLENDOR III", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua Duque de Caxias, com 20,00 metros de largura.

Rua General Eurico, com 16,00 metros de largura.

Rua Bertholdo Lösch, com 14,00 metros de largura.

Rua Fortaleza, com 14,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Goiânia, com 12,00 metros de largura.

Rua Herberto Getúlio Schmidt, com 14,00 metros de largura.

Rua Teresina, com 12,00 metros de largura.

Rua Porto Velho, com 12,00 metros de largura.

Rua Campo Grande, com 14,00 metros de largura.

Rua Maceió, com 12,00 metros de largura.

Rua Rio de Janeiro, com 14,00 metros de largura.

Rua Aracajú, com 12,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

• Noroeste - Sudeste: Rua General Eurico, Rua Fortaleza, Rua Duque de Caxias, Rua Rio de Janeiro e Rua Aracajú.

• Nordeste - Sudoeste: Rua Bertholdo Lösch, Rua Goiânia, Rua Herberto Getúlio Schmidt, Rua Teresina, Rua Porto Velho, Rua Campo Grande e Rua Maceió.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "Oitenta e dois mil, quatrocentos e dezenove metros e nove centímetros quadrados" (82.419,09 m<sup>2</sup>), correspondente a 37,74959% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m <sup>2</sup>	TOTAIS %
Área das vias de circulação	55.202,97	25,28406
Área Verde	18.754,62	8,58999
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 1		
-Lote Urbano nº 28, Quadra nº 17		
Área Institucional (Equipamento Público)	5.100,00	2,33590
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 6		
Praça	3.361,50	1,53963
-Lote Urbano nº 2, Quadra nº 6		
Totais	82.419,09	37,74959%
Percentual Total da Área Loteada = 37,74959%		

Art. 6º A área loteada destina-se a Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observadas as restrições do Poder Público Municipal.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## **Decreto nº 641/2017**

Publicação Nº 1418540

DECRETO N. 641, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMAR MALDANER, Prefeita de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do Art. 77, VI, da Lei Orgânica do Município de Maravilha,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para constituir a Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo, para apuração de irregularidades e requerimento de rescisão do Termo de Cessão de Uso n. 002/2012, conforme Processo Licitatório n. 3.050/2012, na Modalidade de Concorrência Pública n.001/2012.

ELTON SCHMIDT

CAROLINE GOBBI

MARILIA DESSBESELL

Art. 2º - Compete a Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo:

I – Instrução do processo, juntando aos Autos, diligências, pareceres técnicos, notificações, realizar oitiva de testemunhas, enfim, todos os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

II – Encaminhar os Autos do Processo Administrativo após o contraditório e ampla defesa e parecer jurídico, para decisão final.

Art.3º - Fica designado o Senhor ELTON SCHMIDT, como Presidente da Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir desta data, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Maravilha - SC, em 03 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha

CLEITON BORGARO

Sec. De Planejamento, Administração e Fazenda

## **EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.127/2017**

Publicação Nº 1417208

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 127/2017. Partes: Município de Maravilha – SC e BEGROW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA Objeto: Prestação de serviço de execução, complementação, adequação e ajustes de projeto de acessibilidade em edificação do Município de Maravilha - SC. Vigência: 31/12/2017. Valor R\$ 14.504,63. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 02/10/2017. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Rudimar Norton Begrow pela Contratada.

## **Lei Complementar nº 114/2017**

Publicação Nº 1418213

LEI COMPLEMENTAR Nº 114, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Lei Complementar n. 95/2016, que dispõe sobre as normas relativas ao Plano Diretor do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre alteração da Lei Complementar n. 95, de 21 de novembro de 2016, que trata sobre as normas relativas ao Plano Diretor do Município de Maravilha.

Art. 2º Fica alterado o Anexo III – Mapa de Zoneamento Urbano, o qual passa a vigorar conforme prancha anexa, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. A transição de Zona Comercial n. 02 – ZC2, para Zona Comercial n. 01 – ZC1, compreende o trecho da Avenida Anita Garibaldi, entre Rua José Leal Filho e Rua Jorge Lacerda e entorno, conforme inserto no novo mapa do Anexo III - Mapa de Zoneamento Urbano.

Art. 3º As despesas decorrentes das aplicações desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Lei nº 4.036/2017

Publicação Nº 1418229

LEI Nº 4.036, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre contribuição financeira para o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros para o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, para atender o objeto do Contrato de Programa.

Parágrafo único. O referido repasse destina-se a manutenção das atividades do CIGAMERIOS e/ou elaboração e execução de programas e projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio a ser celebrado entre o CIGAMERIOS e o Município, conforme estabelece a cláusula 10 e 21 do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º O repasse mencionado no caput do artigo 1º será mensal, terá início em janeiro de 2018 e a contribuição mensal será no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) até R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por habitante, conforme população censitária - IBGE (2016 - 24.712 habitantes), totalizando, no máximo, R\$ 12.356,00 (doze mil, trezentos e cinquenta e seis reais) mensais.

Art. 3º O CIGAMERIOS, fará a Gestão dos recursos financeiros, bem como as respectivas prestações de contas, que inclui a elaboração mensal e apresentação em Assembleia Geral dos Prefeitos, a publicação dos Balanços Contábeis e Financeiros, conforme estabelecido no Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, sem prejuízo aos demais procedimentos de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis as instituições públicas, em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e sempre que solicitado, fornecer todas as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas as contas dos entes consorciados, as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 4º Fica ratificado o Protocolo de Intenções e convalidado o Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Assembleia Geral do CIGAMERIOS firmado em 14 de abril de 2016.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização da presente lei, ocorrerão por conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Maravilha - SC, 3 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## RETIFICAÇÃO N. 006/2017 CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

Publicação Nº 1418440

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Chamada Pública n. 001/2017

RETIFICAÇÃO N. 006/2017.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 006/2017 ao Edital de Chamada Pública n. 001/2017, a qual passa a incluir ao Anexo I do Objeto, o item 31; Serviços de Cirurgias Eletivas Pediátricas, valor complementar tabela SUS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a documentação, devendo estes ser entregues na Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Maravilha, SC, com vigência até 31/12/2017. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30h às 11:30 horas e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 01 de novembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

## TERMO DE FOMENTO N.009/2017

Publicação Nº 1417098

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato do Termo de Fomento

Espécie: Termo de Fomento n. 009/2017. Partes: Município de Maravilha – SC e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maravilha. Objeto: Repasse financeiro para atendimento de pessoas com deficiência Intelectual e múltipla. Valor R\$ 12.568,00. Data de assinatura do Termo de Fomento: 01/11/2017. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Genuir Bassani pela Contratada.

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria 052/17**

Publicação Nº 1418140

PORTARIA Nº 052/2017

Exonera a Assessora de Imprensa da Câmara de Vereadores de Maravilha e dá outras providências.

Itamar Adler, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, observado em especial o que determina o artigo 46, inciso III, alínea "a" do regimento Interno do Poder Legislativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Srta. Taíse Maiara de Souza Leite, servidora deste Legislativo, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE IMPRENSA da Câmara Municipal de Vereadores, com lotação do cargo de nível CC - 01.

Art. 2º - Anote-se na folha funcional, proceda-se o pagamento e cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Maravilha - SC, 1º de Novembro de 2017.

Itamar Adler  
Presidente

Certifico que a presente portaria foi publicada  
no átrio deste legislativo.  
Secretaria da Câmara, 1º/11/2017.

Rubiane I. Seidel  
Secretária

# Marema

## PREFEITURA

### TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS N°: 03/2017

Publicação N° 1417603

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS N°: 03/2017

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório FMS n° 09/2017 Edital de Credenciamento FMS n° 01/2017

CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADA: TONI JOALHEIRO LTDA - ME

OBJETO: Prestação de serviços de assistência à saúde para atender a demanda do município de Marema, na área oftalmológica, Subtipo – Ótica, para o fornecimento de óculos de Grau de acordo com prescrição de médico Oftalmologista

VALOR: O valor unitário por auxílio será de R\$ 120,00 (cento e vinte).

VIGÊNCIA: 31 de julho de 2018.

MAREMA (SC), 01 de novembro de 2017.

JAQUELINI MORO GESTOR DO FMS	ADILSON BARELLA PREFEITO MUNICIPAL
---------------------------------	---------------------------------------

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3492 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417067

DECRETO Nº 3492 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Revoga Decreto nº 3480 de 06 de Outubro de 2017 que Altera o artigo 1º do Decreto nº 3119 de 17 de Julho de 2015

O Prefeito Municipal de Massaranduba em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 3480 de 06 de Outubro de 2017 que Altera o artigo 1º do Decreto nº 3119 de 17 de Julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retornando a vigência do Decreto Municipal nº 3454 de 19 de maio de 2017.

Massaranduba, 16 de Outubro de 2017

VALDIR ZAPPELLINI

Prefeito em Exercício

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 144.2017 PP 108.2017 (PMM) - MATERIAIS ELÉTRICOS

Publicação Nº 1417960

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

ERRATA

NO TERMO DE REFERÊNCIA: ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS –  
ANEXO II

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM SAPATA - 3,00 METROS PARA LUMINÁRIA 250W - CURVO GALVANIZADO A FOGO COM CAMADAS DE 100 MICRAS DE MEDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO, COM ESPESSURA DA CHAPA MINIMA DE 3,00MM, BITOLA DO TUBO DE 47,62MM A 50,00MM, HOMOLOGADO CELESC.	UNID	200	R\$ 116,67	R\$ 23.334,00
7	REATOR VAPOR DE SODIO 250W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELINDELETAVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERISTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	500	R\$ 102,47	R\$ 51.235,00
8	KIT REMOVIVEL VAPOR SODIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 250W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGACAO ELETRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SERACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICACAO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DEBAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	50	R\$ 94,10	R\$ 4.705,00



9	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 31.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL. VIDA MEDIANA 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR 2.000K, GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA PRODUTO HOMOLOGADO CELESC.	UNID	1.000	R\$ 40,07	R\$ 40.070,00
10	LAMPADA VAPOR METÁLICA 150W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 20.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >90. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL. VIDA MEDIANA 12.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR 5.000K, GARANTIA MINIMA 12 MESES. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA PRODUTO HOMOLOGADO CELESC.	UNID	200	R\$ 57,90	R\$ 11.580,00
15	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. PRINCIPAL: 10-95MM² - DERIVAÇÃO:1,5-10MM²- CONTATOS EM COBRE ESTANHADO - HOMOLOGADO CELESC.	PECAS	600	R\$ 9,07	R\$ 5.442,00
16	REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LE-GIVELEINDELEVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO PROCEL (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC)	UNID	1.500	R\$ 87,10	R\$ 130.650,00
17	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A, (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC).	UNID	800	R\$ 7,00	R\$ 5.600,00
20	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO PROCEL (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	UNID	2.000	R\$ 33,63	R\$ 67.260,00
21	KIT REMOVIVEL VAPOR SODIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 150W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGACAO ELETRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SERACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICACAO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DEBAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	50	R\$ 78,93	R\$ 3.946,50
22	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. PRINCIPAL: 10-70MM² - DERIVAÇÃO:1,5-10MM²- CONTATOS EM COBRE ESTANHADO - HOMOLOGADO CELESC.	UNID	1.000	R\$ 6,07	R\$ 6.070,00
23	RELÊ FOTO ELETRÔNICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE CORRENTE ALTERNADA 220V. FREQUÊNCIA 50/60HZ. CONSTITUÍDO DE TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO CONTRA O RAIOS ULTRAVIOLETA. PINOS DE CONTATO EM LATÃO FIXADOS NA PARTE INFERIOR E SELADOS. CONTATOS DE CARGA DE ALTA DURABILIDADE, SUPERIOR A 15.000 OPERAÇÕES. TIPO NF EM OPERAÇÃO. SENSOR FOTOELÉTRICO FOTOTRANSISTOR DE ALTA SENSIBILIDADE. FAIXADE OPERAÇÃO 3 A 20 LUX PARA DESLIGAR. RELAÇÃO DESLIGA/LIGA 1,2 A 4 DE ACORDO COM A ABNT NBR 5123/98. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC.	PC	1.500	R\$ 31,85	R\$ 47.775,00
24	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 1,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	3.000	R\$ 1,03	R\$ 3.090,00
25	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 1,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	3.000	R\$ 1,03	R\$ 3.090,00
26	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR VERDE 1,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	1.000	R\$ 1,03	R\$ 1.030,00
27	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 2,5MM. ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00

28	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 2,5MM. ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00
29	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 4 MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00
30	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 4 MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00
31	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR VERDE 4MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE	METRO	2.000	R\$ 1,33	R\$ 2.660,00
32	CABO EM ALUMÍNIO MULTIPLEXADO AUTO-SUSTENTADO TIPO: DUPLEX (1 FASE + NEUTRO ISOLADO) SEÇÃO NOMINAL: 10,0MM <sup>2</sup> - (1X1X10+10) TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 0,6/1KV , COM ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOFLEXO DE POLIETILENO RETICULADO (XLPE). CERTIFICADO E APROVADO PELA NORMA NBR8182. IDENTIFICAÇÃO: (FASE A : PRETO + NEUTRO AZUL CLARO). PRODUTO HOMOLAGADO CELESC.	METRO	1.500	R\$ 3,57	R\$ 5.355,00
36	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR VERDE 2,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	2.000	R\$ 1,33	R\$ 2.660,00

PÁGINA 19 / 23

LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM SAPATA - 3,00 METROS PARA LUMINÁRIA 250W - CURVO GALVANIZADO A FOGO COM CAMADAS DE 100 MICRAS DE MEDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO, COM ESPESSURA DA CHAPA MINIMA DE 3,00MM, BITOLA DO TUBO DE 47,62MM A 50,00MM, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0044.	UNID	200	R\$ 116,67	R\$ 23.334,00
7	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL INDELETÁVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0047.	UNID	500	R\$ 102,47	R\$ 51.235,00
8	KIT REMOVIVEL VAPOR SÓDIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 250W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGAÇÃO ELÉTRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEME) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SER ACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0054.	UNID	50	R\$ 94,10	R\$ 4.705,00
9	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 31.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MÍNIMO >20. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL. VIDA MÉDIA 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR 2.000K, GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELETÁVEL NO BULBO DA LÂMPADA CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0054.	UNID	1.000	R\$ 40,07	R\$ 40.070,00
10	LÂMPADA VAPOR METÁLICA 150W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 20.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MÍNIMO >90. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL. VIDA MÉDIA 12.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR 5.000K, GARANTIA MINIMA 12 MESES. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELETÁVEL NO BULBO DA LÂMPADA.	UNID	200	R\$ 57,90	R\$ 11.580,00
15	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. PRINCIPAL: 10-95MM <sup>2</sup> - DERIVAÇÃO: 1,5-10MM <sup>2</sup> - CONTATOS EM COBRE ESTANHADO, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0059.	PECAS	600	R\$ 9,07	R\$ 5.442,00

16	REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELINDELEVE NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO PROCEL, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0047.	UNID	1.500	R\$ 87,10	R\$ 130.650,00
17	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0050.	UNID	800	R\$ 7,00	R\$ 5.600,00
20	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO PROCEL, LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0076.	UNID	2.000	R\$ 33,63	R\$ 67.260,00
21	KIT REMOVIVEL VAPOR SODIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 150W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGACAO ELETRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SERACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICACAO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DEBAIXO CONSUMO, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0054.	UNID	50	R\$ 78,93	R\$ 3.946,50
22	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFORANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. PRINCIPAL: 10-70MM² - DERIVAÇÃO:1,5-10MM²- CONTATOS EM COBRE ESTANHADO, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0059.	UNID	1.000	R\$ 6,07	R\$ 6.070,00
23	RELÊ FOTO ELETRÔNICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE CORRENTE ALTERNADA 220V. FREQUÊNCIA 50/60HZ. CONSTITUÍDO DE TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO CONTRA O RAIOS ULTRAVIOLETA. PINOS DE CONTATO EM LATÃO FIXADOS NA PARTE INFERIOR E SELADOS. CONTATOS DE CARGA DE ALTA DURABILIDADE, SUPERIOR A 15.000 OPERAÇÕES. TIPO NF EM OPERAÇÃO. SENSOR FOTOELÉTRICO FOTOTRANSISTOR DE ALTA SENSIBILIDADE. FAIXA DE OPERAÇÃO 3 A 20 LUX PARA DESLIGAR. RELAÇÃO DESLIGA/LIGA 1,2 A 4 DE ACORDO COM A ABNT NBR 5123/98, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0050.	PC	1.500	R\$ 31,85	R\$ 47.775,00
24	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 1,5MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70°, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (PRETA).	METRO	3.000	R\$ 1,03	R\$ 3.090,00
25	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 1,5MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70°, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (AZUL).	METRO	3.000	R\$ 1,03	R\$ 3.090,00
26	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 1,5MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70°, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (VERDE).	METRO	1.000	R\$ 1,03	R\$ 1.030,00
27	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70°, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (PRETA).	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00
28	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70°, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (AZUL).	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00

29	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 4MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70º, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (AZUL).	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00
30	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 4MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70º, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (PRETA).	METRO	5.000	R\$ 1,33	R\$ 6.650,00
31	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 4MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70º, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (VERDE).	METRO	2.000	R\$ 1,33	R\$ 2.660,00
32	CABO EM ALUMÍNIO MULTIPLEXADO AUTO-SUSTENTADO TIPO: DUPLEX (1 FASE + NEUTRO ISOLADO) SEÇÃO NOMINAL: 10,0MM²- (1X1X10+10) TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 0,6/1KV , COM ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOFLEXO DE POLIETILENO RETICULADO (XLPE). CERTIFICADO E APROVADO PELA NORMA NBR8182. IDENTIFICAÇÃO: (FASE A : PRETO + NEUTRO AZUL CLARO). CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0052.	METRO	1.500	R\$ 3,57	R\$ 5.355,00
36	CABO FLEXÍVEL EM COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5MM² ANTICHAMA, TENSÃO DE ISOLAÇÃO 750V, COM ISOLAMENTO EM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC 70º, ESPECIFICAÇÕES GRAVADAS NO CORPO DO PRODUTO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. CABO NA COR (VERDE).	METRO	2.000	R\$ 1,33	R\$ 2.660,00

PÁGINA 19 / 23

Massaranduba (SC), 01 de Novembro de 2017.

CIRIO MARTINI

PRESIDENTE

**Matos Costa****PREFEITURA****DECRETO 098/2017**

Publicação Nº 1417401

DECRETO Nº 098/2017 de 26 de outubro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002148/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 17.818,00 (dezesete mil, oitocentos e dezoito reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2.050	PROGRAMAS SAÚDE - STADO	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	17.818,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ . R\$ 17.818,00 (dezesete mil, oitocentos e dezoito reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2.050	PROGRAMAS SAÚDE - STADO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	17.818,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 26 de outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM .  Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM . . Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
--	---

**DECRETO 099/2017**

Publicação Nº 1417402

DECRETO Nº 099/2017 de 26 de outubro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei 2148/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
ATIVIDADE	2.021	MANUT. ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0018	Aplicações Diretas	70.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 26 de outubro de 2017.  
Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## DECRETO 100/2017

Publicação Nº 1417403

DECRETO Nº 100/2017 de 30 de outubro de 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2148/2017, de 22 de novembro de 2016:

### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 4.260,00 (quatro mil, duzentos e sessenta reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	2.026	MANUT. SECRET. VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.260,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 4.260,00 (quatro mil, duzentos e sessenta reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	2.026	MANUT. SECRET. VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.260,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 30 de outubro de 2017.  
RAUL RIBAS NETO  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## DISPENSA 15/2017

Publicação Nº 1417368

### MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2017 PROCESSO LICITATÓRIO 44/2017

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 084/2017, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Contratado: A Empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 95.876.447/0001-35, com sede à Rua Vitorio Cella, 366, Chapecó - SC

Objeto: Aquisição de uma Bomba Nova para o Poço Artesiano do Parque Municipal de Eventos Germano Passero.

Valor: R\$ 7.958,25 (sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos) Divididos em duas parcelas no valor de R\$3.979,13 no dia 10 de novembro/2017 e R\$3.979,12 no dia 10 de dezembro/2017.

Oderlaine N.S. Moraes - Presidente da Comissão  
Matos Costa, 31 de outubro de 2017.



**LEI MUNICIPAL 2.191/2017**

Publicação Nº 1417294

Lei Municipal Nº 2.191/2017 – de 1 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.310/2005. da Lei Municipal 855/1997, alteração da Lei Municipal nº 671/1994 - PCCS e da Lei 1.359/2006.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas as denominações, habilitação e atribuições dos cargos de provimento em comissão, contidos na Lei 1.310/2005 do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS do Município de Matos Costa, que especifica:

Denominação Vigente:

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-4	COORDENADOR DA DIVISÃO DE INSTRUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS	01	480,00	Ensino médio com experiência comprovada na área de atuação	Desenvolver o conhecimento da teoria e prática musical e aspectos coreográficos em bandas e fanfarras.

Nova Denominação:

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO ATUAL	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-4	COORDENADOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO	01	890,31	Ensino médio	Desenvolver atividades inerentes ao Setor Administrativo

Art. 2º - Fica alterada a denominação dos cargos de provimento em comissão, contidos na Lei 855/1997 do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS do Município de Matos Costa, que especifica:

Denominação Vigente

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-1	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO	01	448,31		

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-1	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	01	448,31		

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-1	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	01	448,31		

Nova Denominação

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO ATUAL	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-1	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO CULTURA E TURISMO	01	1.354,42	Ensino médio	Desenvolver atividades da Secretaria de Desporto Cultura e Turismo

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO ATUAL	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-1	DIRETOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	01	1.354,42	Ensino médio	Desenvolver atividades inerentes aos Programas da Secretaria de Assistência Social

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO ATUAL	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
---------	----------------------	-------------	-------------------	-------------	-------------

DI-1	DIRETOR ADMINISTRATIVO	01	1.354,42	Ensino médio	Desenvolver atividades inerentes ao Setor Administrativo
------	------------------------	----	----------	--------------	--

Art. 3º - Fica alterada a denominação do cargo de provimento em comissão, contidos no Artigo 3º do Anexo IV, da Lei 671/1994 do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS do Município de Matos Costa, que especifica:

Denominação Vigente:

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-2	COORDENADOR DA DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO	01	370,61		

Nova Denominação:

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO ATUAL	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-4	COORDENADOR ADMINISTRATIVO I	01	1.119,71	Ensino médio	Desenvolver atividades inerentes ao Setor Administrativo.

Art. 4º - Fica alterada a denominação do cargo de provimento em comissão, contidos no Artigo 5º, da Lei 1.359/2006 do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS do Município de Matos Costa, que especifica:

Denominação Vigente:

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-4	COORDENADOR DA DIVISÃO DE INSTRUÇÃO MUSICAL	01	480,00	Ensino Médio com experiência comprovada na área de atuação	Coordenador e desenvolver o conhecimento da teoria e prática musical

Nova Denominação:

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO ATUAL	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
DI-4	COORDENADOR DE PROGRAMAS AGRÍCOLAS	01	965,25	Ensino médio	Desenvolver atividades inerentes aos programas da Secretaria de Agricultura

Art. 5º - O cargo de que trata o artigo precedente será regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e será ocupado através de Ato do Prefeito Municipal.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 1 de novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 545/2017

Publicação Nº 1417289

PORTARIA Nº 545/2017 – De 31 de Outubro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora JUDIMAR IZABEL GREGORIO TOMACHEUSKI, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional de MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO, na categoria funcional de PROFESSOR, 07 (sete) dias de licença para



tratamento de saúde, retroativos ao dia 30/10/2017, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

<p>A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.</p> <p>DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I</p>	<p>A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.</p> <p>MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09</p>
--	---

## PORTARIA 546/2017

Publicação Nº 1417292

PORTARIA Nº 546/2017 – De 01 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor NEREU GREGOLIN, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 01 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

<p>A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.</p> <p>DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I</p>	<p>A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.</p> <p>MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09</p>
--	---

# Meleiro

## PREFEITURA

### AVISO SUSPENSÃO DE ABERTURA PR 017/2017

Publicação Nº 1417590

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

#### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que devido a problemas no SISTEMA BETHA, determina a suspensão da abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2017, aprazado para o dia 08/11/2017 as 14:00 HORAS, para ato de abertura dos envelopes de PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO.

Meleiro/SC, 01 de novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### AVISO SUSPENSÃO DE ABERTURA PR 081/2017

Publicação Nº 1417663

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

#### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2017

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que devido a problemas no SISTEMA BETHA, determina a suspensão da abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2017, aprazado para o dia 08/11/2017 as 15:30 HORAS, para ato de abertura dos envelopes de PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO.

Meleiro/SC, 01 de novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1758-2017

Publicação Nº 1418203

#### LEI N.º 1.758/2017

INSERE O ANEXO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS, NA LEI MUNICIPAL Nº 1349/2009, QUE TRATA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO, Presidente da Câmara Municipal de Meleiro, no uso das atribuições lhe confere, em face ao Art.37, § 7º da Lei Orgânica do Município de Meleiro/SC, faço saber aos habitantes do Município que os vereadores aprovaram e eu promulguei a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica inserido na Lei Municipal n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009, o ANEXO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSINADOS, conforme redação do Anexo IV que integra a presente Lei.

Art. 2º - Fica autorizada a republicação dos Anexos, I – Dos Cargos

em Comissão; II – Nominata dos Cargos em Comissão e III – Dos Vencimentos, todos da Lei Municipal n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009, com as alterações da Lei Municipal n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Meleiro, 11 de outubro de 2017.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO  
Presidente Poder Legislativo Municipal

#### ANEXO I

##### DOS CARGOS EM COMISSÃO

Grupo I: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR  
Código: DAS.

NÍVEL	DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR
DAS – 1	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DAS – 1	SECRETÁRIO MUNICIPAL
DAS – 2	DIRETOR DE DEPARTAMENTO
DAS – 2	CHEFE DE GABINETE
DAS – 2	ASSESSOR ESPECIAL DE PLANEJAMENTO
DAS – 3	CHEFE DE DIVISÃO
DAS – 4	CHEFE DE SEÇÃO

Câmara Municipal de Meleiro, 11 de outubro de 2017.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO  
Presidente Poder Legislativo Municipal

#### ANEXO II

##### NOMINATA DOS CARGOS EM COMISSÃO

CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
	GABINETE DO PREFEITO	
01	Chefe de Gabinete	DAS – 2
	GABINETE DO VICE – PREFEITO	
	PROCURADORIA GERAL. DO MUNICÍPIO	
01	Procurador Geral do Município	DAS – 1
	ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO	
01	Assessor Especial de Planejamento	DAS – 2
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
01	Secretário de Administração e Finanças	DAS – 1
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	
01	Diretor do Departamento de Administração de Pessoal	DAS – 2
	DEPARTAMENTO DE COMPRAS, MATERIAL E PATRIMÔNIO	
01	Diretor do Departamento de Compras, Material e Patrimônio	DAS – 2
	DIVISÃO DE LICITAÇÕES	

01	Chefe da Divisão de Licitações	DAS – 3
	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE	
01	Diretor do Departamento de Contabilidade e Controle	DAS – 2
	DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E FINANÇAS	
01	Diretor do Departamento de Arrecadação e Finanças	DAS – 2
	SEÇÃO DE TRIBUTOS	
01	CHEFE DE SEÇÃO DE TRIBUTOS	DAS – 4
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
01	Secretário de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	DAS - 1
	DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER	
01	Chefe de Divisão de Esportes e Lazer (Nível alterado pela Lei n.º 1736/2017)	DAS – 4
	DIVISÃO DE CULTURA	
01	Chefe da Divisão de Cultura (Nível alterado pela Lei n.º 1736/2017)	DAS – 4
	DIVISÃO DE TURISMO	
01	Chefe de Divisão de Turismo (Nível alterado pela Lei n.º 1736/2017)	DAS – 4
	SECRETARIA DE SAÚDE	
01	Secretário de Saúde	DAS – 1
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
01	Diretor do Departamento de Saúde	DAS – 2
	DEPARTAMENTO DE PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR	
01	Diretor de Departamento de Programa de Saúde Familiar	DAS – 2
	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
01	Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária	DAS – 3
	SEÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA	
01	Chefe de Seção de Saúde Pública	DAS – 4
	SEÇÃO DE POSTO DE SAÚDE	
02	Chefe de Seção de Posto de Saúde	DAS – 4
	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	
01	Secretário de Ação Social	DAS - 1
	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
01	Diretor de Departamento de Desenvolvimento Social	DAS - 2
	DIVISÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
01	Chefe de Divisão de Programas Sociais	DAS - 3
	SEÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
01	Chefe de Seção de Programas Sociais	DAS – 4
	SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
01	Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano	DAS – 1
	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
01	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	DAS – 2
	SEÇÃO DE TRANSPORTES	
01	Chefe da Seção de Transportes	DAS – 4
	SEÇÃO DE EDIFICAÇÕES	
01	Chefe da Seção de Edificações	DAS - 4
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE. E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.	
01	Secretário de Agricultura Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	DAS – 1

	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	
01	Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	DAS – 2
	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
01	Chefe da Divisão do Desenvolvimento Econômico	DAS – 3
	SEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
01	Chefe da Seção do Meio Ambiente	DAS – 4

Câmara Municipal de Meleiro, 11 de outubro de 2017.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO

Presidente Poder Legislativo Municipal

### ANEXO III

#### DOS VENCIMENTOS

Grupo I: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Código: DAS

NÍVEL	VENCIMENTO – R\$ (REAIS)
DAS – 1	R\$ 5.430,46
DAS – 2	R\$ 2.946,57
DAS – 3	R\$ 2.146,61
DAS – 4	R\$ 1.609,48

\* Valores vigentes em março de 2017.

Câmara Municipal de Meleiro, 11 de outubro de 2017.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO

Presidente Poder Legislativo Municipal

### ANEXO IV

#### DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

FUNÇÃO	NÍVEL	ATRIBUIÇÕES
Secretário	DAS - 1	Orientação, coordenação e supervisão das atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas; Referendar ato e decreto do prefeito; Expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento; Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão; Comparecer à Câmara, nos casos e para os fins previstos na Lei Orgânica Municipal; Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito.

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	DAS - 1	Orientação, coordenação e supervisão das atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas; Atividades de caráter jurídico, que consiste na representação judicial do Município nas demandas em que ele seja autor ou réu, oponente ou assistente; representá-lo extrajudicialmente; emitir pareceres sobre questões jurídicas, minutas de leis, decretos, portarias, contratos e outros atos normativos; orientar e preparar processos administrativos; prestar assessoramento jurídico ao Prefeito e demais órgãos da Administração; revisar os projetos de leis, decretos, portarias e outros atos normativos, antes de serem assinados e publicados; providenciar minutas de contratos, leis, decretos, portarias e outros atos normativos; providenciar a elaboração de razões de vetos a projetos de lei; exercer outras atividades inerentes à função.
Diretor de Departamento	DAS - 2	Coordenação de procedimentos administrativos atinentes ao departamento, inclusive responsabilidade técnica, quando exigida; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no departamento, se for o caso; Execução de atribuições designadas pelo Secretário Municipal da pasta e prestar-lhe contas; Requisição de suprimento de materiais e serviços para o departamento; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao departamento.
Chefe de Divisão	DAS - 3	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais da Divisão; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na divisão; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento da pasta e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à divisão.

Chefe de Seção	DAS - 4	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais da Seção; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na seção; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou da Divisão e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à seção.
----------------	---------	---

Câmara Municipal de Meleiro, 11 de outubro de 2017.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO

Presidente Poder Legislativo Municipal

## LEI Nº 1759-2017

Publicação Nº 1418205

LEI N.º 1.759/2017

### TRATA DA AUTORIZAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO, Presidente da Câmara Municipal de Meleiro, no uso das atribuições lhe confere, em face ao Art.37, § 7º da Lei Orgânica do Município de Meleiro/SC, faço saber aos habitantes do Município que os vereadores aprovaram e eu promulguei a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado, o Prefeito Municipal a conduzir (dirigir) veículo oficial da administração pública, que esteja lotado no patrimônio do Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Meleiro/SC, 11 de outubro de 2017.

GÉSSICA BRISTOT ZEFERINO

Presidente do Poder Legislativo Municipal

## NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 04 2017

Publicação Nº 1417886

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Abril de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
04.2017	Federal	DNPM – CEFEM	10.721,56
04.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.918,61
04.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
04.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
04.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
04.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
04.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
04.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
04.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	5.335,70
04.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67



04.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
04.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
04.2017	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	1.216,00
04.2017	Federal	SE – Salário Educação	31.160,25
04.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
04.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	10.447,60
04.2017	Estadual	CIDE – Contribuição Intervenção Econômica	5.126,59
		Total	172.545,99

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

## NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 05 2017

Publicação Nº 1417889

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Maio de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
05.2017	Federal	DNPM – CEFEM	4.332,30
05.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.855,07
05.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
05.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
05.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
05.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
05.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
05.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
05.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	7.044,23
05.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67
05.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
05.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
05.2017	Federal	SE – Salário Educação	30.681,56
05.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
05.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	11.867,60
05.2017	Estadual	TE – Transporte Escolar	34.175,34
05.2017	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	2.648,63
05.2017	Federal	Receita de Convênio Funasa nº 821.583/2015	122.750,00
05.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.713/2016	15.873,01
05.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.046/2016	13.887,95
05.2017	Federal	Receita de Convênio nº 1.007.802-43/2013	49.170,00
		Total	400.905,37

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

## NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 06 2017

Publicação Nº 1417891

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Junho de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
06.2017	Federal	DNPM – CEFEM	6.358,34
06.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.765,81
06.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
06.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
06.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00

06.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
06.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
06.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
06.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	6.044,23
06.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67
06.2017	Federal	PVS - (Programa de Vigilância Sanitária)	2.168,01
06.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
06.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
06.2017	Federal	SE – Salário Educação	30.965,23
06.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
06.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	11.867,60
06.2017	Estadual	TE – Transporte Escolar	17.087,67
06.2017	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	2.648,63
06.2017	Estadual	PCF (Programa Co- financiamento)	5.775,00
06.2017	Estadual	OT (Outras Transferências)	2.500,00
06.2017	Municipal	Receita de Alienação	28.000,00
06.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.713/2016	15.873,01
06.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.046/2016	13.887,92
		Total	251.561,13

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

## NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 07 2017

Publicação Nº 1417895

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Julho de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
07.2017	Federal	DNPM – CEFEM	4.610,26
07.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	6.219,75
07.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
07.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
07.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
07.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
07.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
07.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
07.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	6.044,23
07.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67
07.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
07.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
07.2017	Federal	SE – Salário Educação	32.254,87
07.2017	Federal	PDDE – Programa Dinheiro Direto Escola	1.260,00
07.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
07.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	11.867,60
07.2017	Estadual	TE – Transporte Escolar	17.087,67
07.2017	Estadual	CIDE – Contribuição Intervenção Econômica	5.491,77
07.2017	T. Pessoas	FIA – Transferências de Pessoas Físicas	6.931,60
07.2017	Municipal	Receita de Alienação	57.700,00
		Total	252.087,43

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

**NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 08 2017**

Publicação Nº 1417898

**NOTIFICAÇÃO**

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Agosto de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
08.2017	Federal	DNPM – CEFEM	3.878,70
08.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.835,40
08.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
08.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
08.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
08.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
08.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
08.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
08.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	6.044,23
08.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67
08.2017	Federal	PVS - (Programa de Vigilância Sanitária)	1.000,00
08.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
08.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
08.2017	Federal	Programa Centro Assistência Social/CRAS	6.000,00
08.2017	Federal	SE – Salário Educação	30.924,87
08.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
08.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	11.867,60
08.2017	Federal	PNAC – Apoio a Creches	42.047,33
08.2017	Estadual	TE – Transporte Escolar	17.087,67
08.2017	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	2.648,63
08.2017	Estadual	PCF (Programa Co- financiamento)	5.775,00
08.2017	Estadual	OT (Outras Transferências)	2.500,00
08.2017	T. Privada	FIA – Transferências Instituição Privada	40.000,00
08.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.098/2017	20.000,00
08.2017	Badesc	Receita de Operação de Crédito nº 5.901/2017	740.000,00
		Total	1.038.229,11

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

**NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 09 2017**

Publicação Nº 1417904

**NOTIFICAÇÃO**

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Setembro de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
09.2017	Federal	DNPM – CEFEM	4.224,55
09.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.912,43
09.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
09.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
09.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
09.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
09.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
09.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
09.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	5.276,37
09.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67
09.2017	Federal	PVS - (Programa de Vigilância Sanitária)	1.000,00
09.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
09.2017	Federal	SE – Salário Educação	31.831,92
09.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56

09.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	11.867,60
09.2017	Estadual	TE – Transporte Escolar	17.087,67
09.2017	Estadual	PCF (Programa Co- financiamento)	5.775,00
09.2017	Estadual	OT (Outras Transferências)	2.500,00
09.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.046/2016	13.887,92
		Total	198.981,36

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

# Modelo

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO 001/2017 - EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1418743

#### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Modelo-SC, senhor RICARDO LUIS MALDANER, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES.

1.0 – No Relatório Definitivo das Inscrições Deferidas, disponível no site e no ANEXO I deste Edital, é possível verificar a relação dos candidatos com as inscrições deferidas. No Relatório Definitivo das Inscrições Indeferidas, disponível no site e no ANEXO II deste Edital, é possível verificar a relação dos candidatos com as inscrições indeferidas.

2.0 – A Prova Objetiva será realizada no dia 12 de novembro de 2017. Com o início às 8h e o término às 12h. Os portões de acesso ao local das provas serão fechados 15(quinze) minutos antes do início das provas.

3.0 - A Prova Objetiva será realizada na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, sito na Rua Cristóvão Colombo, s/n – Centro – Modelo – SC.

4.0 – O Ensalamento será publicado dia 05 de novembro de 2017.

Modelo-SC, 02 de novembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

#### ANEXO I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

01 - AUDITOR FISCAL – TRIBUTÁRIO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS			
113	ADILSON CESAR BRAUN	RG 21627940 SSP SC 29/03/2001	Deferido
133	ALANA CAMILA KIRCH	RG 5729536 SSP SC 21/09/2017	Deferido
142	ALEXANDRO RAFAEL DA CUNHA	RG 51375923 SSPSC SC 02/05/2002	Deferido
5	ALEXANDRO SPEROTTO	RG 4843037 SSP SC 27/10/2016	Deferido
98	DIOGO SADI LAPAZINI	RG 5177383 SSPSC SC 11/10/2016	Deferido
67	EDIANE MENEGOTTO	RG 3961932 SSP SC 22/02/1996	Deferido
108	EDINEIA KELLY KATH	RG 5372206 SSP SC 20/02/2008	Deferido
68	ELIS FERLA	RG 5137409 SESP SC 18/09/2013	Deferido
121	FRANCINE NICOLI	RG 5770597 IISC SC 07/03/2016	Deferido
71	GÉSSICA LUANA BACH	RG 5691898 SSP SC 06/10/2016	Deferido
27	GLAUBER LUIZ DE SOUZA	RG 459453 DETRAN SC 28/06/2013	Deferido
9	GRACIELI BOSING	RG 5770510 SSP SC 08/02/2006	Deferido
42	JULIA SCHLINTVEIN	RG 5.652.218 SSP SC 16/04/2014	Deferido
17	JULIAN THIAGO MARIA	RG 4950689 SSP SC 29/03/2007	Deferido
123	JULIANA DA SILVA	RG 5372356-2 SSP SC 18/08/2003	Deferido
86	LILIAN GARCIA	RG 3482393 SESP SC 01/11/2016	Deferido
15	LUANA KAREN WERLANG	RG 5.691.702 SSP SC 01/06/2011	Deferido
26	MARINALDA FRITZEN	RG 4971624 SSP SC 24/04/2013	Deferido
97	MAURÍCIO LEONIR SONDA	RG 4896006 SSP SC 01/07/2009	Deferido
44	PATRÍCIA GIARETTA	RG 5.521.664 SSP SC 28/08/2017	Deferido
47	RENATA LAÍS SOLIVO	RG 5177509 SESP SC 29/11/2016	Deferido
78	RICARDO BAUMBACH	RG 5543957 SSP SC 29/01/2016	Deferido
57	ROGINEI TIECKER	RG 4815525-0 SSP SC 16/03/2000	Deferido
40	ROSELI INES ELOY	RG 3787765 SSP SC 03/03/1995	Deferido
58	SILVANA FERRARI	RG 5521101-1 SSP SC 21/05/2004	Deferido
81	TALITA VITORIA ROSA FARFUS	RG 5177406 SSP SC 27/10/2010	Deferido

13	THAIS PAULA WELTER	RG 111503370 SSP PR 30/07/2007	Deferido
24	VANESSA NEMERSKI	RG 5957961 SSP SC 02/10/2017	Deferido
02 - CONTADOR			
4	ADO LIMA MACHADO	RG 1068527421 SSP RS 03/03/1993	Deferido
55	DIONE WIGGERS JUNG	CNH 1687814117 23/10/2015 B	Deferido
28	DJEISON LEANDRO LINDEMANN	RG 5010327 SSP SC 11/04/2001	Deferido
33	DOUGLAS GALVAN	RG 106723664 SSP PR 30/03/2006	Deferido
29	EDIVAN GUTH BACH	RG 5268652 SSP SC 04/12/2002	Deferido
72	FRANCIELI PAVALICINI	RG 4.704.930 SSP SC 04/04/2012	Deferido
77	GILMAR LUIZ FRITZEN	RG 3832849 SSP SC 15/02/2008	Deferido
118	GREYCE BUZZOLARO	RG 3807644 SSP SC 28/11/2000	Deferido
31	INDIANARA HEINZMANN	RG 6149862 SSP SC 19/09/2008	Deferido
34	JEAN RODRIGO ANDREOLA DE SOUZA	RG 76494940 SESP PR 23/01/2013	Deferido
99	JULIA GRACIELA BOCK	RG 5657055 SSP SC 21/07/2005	Deferido
109	LEONIR VILANI	RG 5826791 SSP SC 15/08/2016	Deferido
122	LIANE BERGMAIER	RG 82264388 SSP PR 10/10/2012	Deferido
36	LUCINEIA TELLES RIBEIRO	RG 97105049 SSP PR 25/08/2009	Deferido
59	MÁRCIO JEAN SZEREMETA SPAK	RG 10.507.748-3 SSP PR 17/02/2017	Deferido
138	MARILDO LUIZ REVERS	RG 7024107489 SSP RS 05/05/1981	Deferido
30	MARILIA MIORELLI	RG 4843886 SSPSC SC 05/12/2007	Deferido
131	MARILIA ULIANA	RG 5361332 SSP SC 02/07/2007	Deferido
88	MICHELE MUNARO	RG 5770795 SSP SC 09/03/2006	Deferido
127	OSEIAS BIANCHETTO	RG 4791463 SSP SC 10/02/2010	Deferido
102	PATRICIA ALVES DOS SANTOS	RG 4748427 SSP SC 03/04/2000	Deferido
107	PAULO CESAR HUBNER	RG 3601369 SSP SC 30/06/2015	Deferido
20	RAFAEL WRZESINSKI	RG 5770209 SSP SC 03/09/2012	Deferido
75	RENI FRANCISCO	RG 4975767 SSP SC 24/10/2011	Deferido
136	RICARDO RUSCHEL	RG 93949625 SSP PR 05/10/2017	Deferido
119	RODRIGO FERRONATTO	CNH 3895956687 16/06/2016 AB	Deferido
21	RODRIGO LOCATELLI	RG 5652965 SESP SC 11/06/2015	Deferido
93	RUDINEI PEDRO KAER	RG 3436822 SSPSC SC 08/07/2008	Deferido
52	SIMONE FRARE BIEGELMEIER	RG 4.906.455 SSP SC 01/10/2015	Deferido
95	WANDO CARLOS MANTELLI	RG 40438783 SSP SC 03/09/2001	Deferido
03 - MEDICO PSF/ESF			
112	ALBERTO ANTÔNIO BIAZUSSI	RG 3932680 SSPSC SC 02/04/2009	Deferido
128	ANDRÉ MAGRI	CNH 2106292920 13/11/3013 AB	Deferido
143	CLARISSA NOVELLO BATZNER	RG 4534375 SSP SC 02/09/2010	Deferido
49	JOSE CARLOS BORGES NUNES	RG 187708 SSPAC AC 18/07/2013	Deferido
89	LAIS PASQUALOTTO FARNEDA	RG 4863367 SSPSC SC 16/01/2013	Deferido
116	LUAN GABRIEL PAESE	RG 9108018202 SSP RS 11/12/2014	Deferido
22	SAMUEL CORRÊA	RG 552172 SSP/SC SC 10/01/2011	Deferido
104	SANDRO ROBERTO ROMITTI	RG 1050664448 SJS RS 07/11/2003	Deferido
04 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL			
60	JANICE HENICKA	RG 46867651 20/09/99 SC 13/10/2017	Deferido
94	LOURDES DORNHAUSER CENTA	RG 3.749.583 SSP/SC SC 19/12/1994	Deferido
19	MARILENE MANN REOLON	RG 4685391 SSP SC 25/06/2009	Deferido
135	MORGANA JACOBY	RG 5957522 SSP SC 19/09/2007	Deferido
12	PATRICIA CANDATEN	RG 3111246454 SSP RS 18/02/2008	Deferido



124	SIRLEI HENNEBERG	RG 2.233.940 SSP SC 03/10/2008	Deferido
46	TAIS DE MENEZES SIMÕES	CNH 5981549086 29/01/2015 AB	Deferido
05 - AUXILIAR EDUCACIONAL			
115	ADILCI SIEBAUER	RG 4910832 SC 25/10/2017	Deferido
1	ADRIANA CAROLINA GLIER	RG 6149900 SSP/SC SC 30/09/2008	Deferido
114	ADRIANA LUIZA DA SILVA	RG 5789450 SSP SC 20/04/2006	Deferido
37	ANDRIELI DA SILVA BERNARDES	RG 6460433 SSP SC 11/06/2014	Deferido
43	AVANA LUISA RAUBER	RG 5957658 SSP SC 03/06/2014	Deferido
96	BIANCA CEREJO	RG 49702971 SSP SC 27/07/2015	Deferido
2	CAROLAI FACCO	RG 6667544 SSP SC 04/02/2011	Deferido
16	CAROLINE ROOS	RG 6461811 SSP SC 10/07/2010	Deferido
62	CRISTIANA MARLI PFEIFER	RG 4901621 SSP SC 30/10/2000	Deferido
64	CRISTIANE ALINE BLOTZ	RG 5598195 SSP SC 26/09/2014	Deferido
80	CRISTIANE BALDIN	RG 51779900 SSP/SC SC 02/06/2014	Deferido
50	DIANE HOLLAS	CNH 6460417 08/07/2016 A, B	Deferido
139	DIJAVAN AUGSTEN	RG 6.053.354 SSP/SC SC 12/03/2017	Deferido
137	DONISETE EUZEBIO	RG 54077184 SSP SC 12/12/2003	Deferido
61	ELIZETE PAVALICINI RAUBER	RG 36979244 SSP SC 29/10/2002	Deferido
91	FRANCIELE GRANZOTO	RG 5177840-8 SSP SC 29/08/2002	Deferido
74	GICIELI MAIGLI LAUXEN	RG 4125447641 SJP SC 23/08/2013	Deferido
48	INÊS JACOBY	RG 6259144 SSP SC 16/03/2009	Deferido
92	JAINÉ ANDRESSA ALBANI	RG 5729594 SSPSC SC 03/11/2005	Deferido
90	JANAINA SANDMANN RIPKE	RG 5957745 SSP SC 11/10/2007	Deferido
66	JESSICA REGIANE LACH	RG 52807410 SSP SC 10/04/2003	Deferido
103	JUSSARA ROVEDA	RG 5.770.289 SSP SC 03/03/2017	Deferido
79	LETICIA SANTOS PEREIRA	RG 6072610 SSP GO 14/07/2011	Deferido
111	LILIANE MARA AMANN DA CUNHA	RG 5770087 SSP SC 07/03/2016	Deferido
76	MARA ROSANE VALENTE DOS REIS	RG 5623704 SSP SC 12/04/2016	Deferido
45	MARILUCE BEATRIZ LAUERMANN CESCO	RG 5117772 SSP SC 25/09/2013	Deferido
23	NATHALIA SANSIGOLO	RG 6.053.197 ESC SC 11/01/2008	Deferido
100	PAOLA REICHERT	RG 5889401 SSPSC SC 29/06/2011	Deferido
54	PATRICIA ANDREIA PAULINI	RG 5902490 SSP SC 08/08/2007	Deferido
3	PATRICIA PIERAZZO CANABARRO	CNH 558329886 03/05/2017 AB	Deferido
53	SIDILEI FERREIRA	RG 4971014 SSP SC 10/11/2001	Deferido
105	SOLANGE DA MOTA	RG 103469775 PR PR 22/11/2008	Deferido
63	TAINARA KESSLER	RG 5407102 SAUDADES SC 11/04/2013	Deferido
56	TANIA ALINE HAERTER	RG 6.053.018 SC SC 25/05/2017	Deferido
110	VINICIUS HENRIQUE PAINI	RG 6.095.763 SSP/SC SC 06/07/2017	Deferido
35	VIVIANE MASCARELLO	RG 6.182.654 SSP/SC SC 08/10/2008	Deferido

## ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

01 - AUDITOR FISCAL – TRIBUTÁRIO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS			
8	ANA CAROLINE SCHEUNEMANN TOMAZELLI	RG 5889822 SSP SC 21/05/2007	Indeferido
70	BRUNA RAMBO GELLER	RG 6053754 SSP SC 27/02/2013	Indeferido
51	CLADEMAR KOMINKIEWICZ	RG 5361804 SSP SC 21/07/2016	Indeferido

14	GUSTAVO BONIFÁCIO NASCIMENTO	RG 484125199 SSP SP 05/03/2009	Indeferido
41	JAQUELINE CORDASSO VIVAN	RG 5177640 SSP SC 05/07/2010	Indeferido
101	JONAS GOTZ	RG 48633615 SSP SC 12/03/2001	Indeferido
83	JOSE FELIPE BUENO DE MEIRA	RG 9865748 SSP SC 25/06/2008	Indeferido
73	MARCOS RAMOS	RG 068787 CRC RJ RJ 29/10/2007	Indeferido
7	ROBERTA GONÇALVES	RG 5770468 SSP SC 27/01/2006	Indeferido
11	SASKIA TERE SCHUHMACHER	RG 3067993 SSP SC 26/07/1990	Indeferido
125	TAILA ANGELITA MULLER	RG 6412307 SESPDC SC 21/09/2009	Indeferido
02 - CONTADOR			
129	ADRIANE PAVAN NORA	RG 2634453 SSP SC 14/05/2014	Indeferido
82	ANGELICA BARRETO	RG 97183244 SESP-PR PR 11/02/2003	Indeferido
120	CLEIDE PEGORIN	RG 5248855 SSP SC 07/01/2014	Indeferido
39	EDEMILSON DACHERY GOMES	RG 98228381 SSP PR 28/05/2003	Indeferido
132	EUNICE BIANCHETTO LANGE	RG 4791453 SSP SC 05/10/2006	Indeferido
130	FABIELLI POLLI	RG 4424566 SSP SC 02/09/2010	Indeferido
38	FRANCIELE SIQUEIRA MICHALSKI	CNH 642282794 05/06/2014 AB	Indeferido
18	GUSTAVO FERREIRA DO ROSARIO	RG 63313238 SSP PR 04/05/2009	Indeferido
10	IDALINA SEVERO AGADOR	RG 6037426886 SSP RS 07/01/1992	Indeferido
106	MARIANE NECKEL LUCAS	RG 5581587 SSP SC 28/03/2005	Indeferido
141	PATRICIA JUNG MARTINS	RG 925764 SESDC SC 01/07/2004	Indeferido
85	SERGIO MOREIRA	RG 309631671 SSP SP 02/03/1994	Indeferido
84	SILVANA FERRARI	RG 5521101- 1 SSP SC 21/05/2004	Indeferido
03 - MEDICO PSF/ESF			

69	HUGO VLADIMIR NOAL DA SILVA	RG 6492928 SSP SC 12/03/2010	Indeferido
117	MARCELO CECHIN PEREIRA	RG 5549796 SSPSC SC 31/08/2012	Indeferido
25	PAULO SAMPAIO CAMARGO	RG 7898828 SESP SC 25/05/2017	Indeferido
134	RICARDO ANDRESKI MOITA	RG 4004379212 SSP RS 02/03/2006	Indeferido
04 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL			
87	SANDRA SILVA DA CONCEIÇÃO	RG 1414380291 SSP BA 04/05/2004	Indeferido
65	TALIA JANICE CAMPOS MORAES	RG 7655558 SSP/SC 10/03/2016	Indeferido
05 - AUXILIAR EDUCACIONAL			
126	DANIELA JACQUES DE MELO	RG 12.337.283-2 SESPEIP PR 14/11/2007	Indeferido
6	FABIANO JOSÉ MILAN	RG 4843032 SSP SC 18/08/2010	Indeferido
140	LUIZ HENRIQUE WERLANG MARCHESAN	CNH 5245748 23/01/2017 AB	Indeferido
32	MAKSUÉLI PARIZOTTO	RG 5543465 SSP SC 11/01/2016	Indeferido

**DECRETO Nº 0220/2017**

Publicação Nº 1417078

DECRETO Nº 220/2017 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – CMC – DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal 2316/201,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Cultura – CMC de Modelo SC, constituído por 10 (dez) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) 02 membros titulares e 02 suplentes, indicados dentre os Profissionais do Departamento Municipal da Educação:

Jussane M.Toseto Frandoloso – Titular  
 Marínes A. do Amaral – Titular  
 Cintia Quevedo – Suplente  
 Janete Toseto - Suplente

b) 01 membro titular indicado dentre os Profissionais da Cultura e 01 suplente indicado representante do Departamento Municipal da Cultura, ou do Esporte ou do Turismo:

Rosecler Michielin Fernandes – Titular  
 Fabricio Eberardt – Suplente

c) 01 membro titular e 01 suplente, indicados dentre os Profissionais da Administração e Fazenda, Agricultura, Comércio e Indústria, Obras e DMER:

Janice Martini Muller – Titular  
 Carla Luisa Alexius Martini – Suplente

d) 01 membro titular e 01 suplente, indicados dentre os Profissionais da Assistência Social e da Saúde:

Marizete Maria Floss – Titular

Elizabete Borre –Suplente

II 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, do Município de Modelo SC, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) 01 membro titular e 01 suplente, indicado da área da música:

Tiago Cruz – titular

Alexandra Schlosser da Silva – Suplente

b) 01 membro titular e 01 suplente, indicado da área de artes visuais e artes cênicas:

Marlene C. Tomazzoni – Titular

Gelci Maria Vogel - Suplente

c) 02 membros titulares e 02 suplentes, indicados da área das entidades e associações socioculturais:

Nilva F Alebrandt– titular

Silvainha Kreutz – suplente

Elis Raquel Sehnem - Titular

Solange Cesco - Suplente

d) 01 membro titular e 01 suplente, indicado da área cultural e artística (bandas, fanfarras, literatura, movimentos e grupos tradicionais e populares, folclóricos, e demais conforme regulamento.

Valter Rubens Cesco - titular

Reni A.Pandolfo – suplente

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica do Departamento Municipal da Cultura, da estrutura da Secretaria de Município da Educação, Cultura e Esporte, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, orientador e fiscalizador objetiva institucionalizar a relação entre Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, execução e fiscalização da Política Cultural do município de Modelo SC.

§ 3º. O Conselho Municipal de Política Cultural terá sede no Departamento de Cultura.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esporte através do Departamento de Cultura, possibilitará todas as condições administrativas, pessoal e equipamentos, para o pleno funcionamento do Conselho.

Art. 3º. O Conselho manifestar-se-á através de deliberações, decisões, recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes, e, seus atos serão publicados pelos meios legais.

Art.4º. Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural Modelo SC, sendo AS ATRIBUIÇÕES:

I – Formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II – Apreçar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III – Garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação de memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no município;

IV – Defender o patrimônio cultural e artístico do município e incentivar sua difusão e proteção;

V – Colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da cultura;

VI – Criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural;

VII – Formular diretrizes para financiamento de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;

VIII – Supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Fundo Municipal de Cultura;

IX – Promover e incentivar a realização de estudos e pesquisas na área cultural;

X - Elaborar seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;

XI - Exercer demais atividades de interesse da arte e da cultura; e

XII - Executar outras atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Política Cultural de Modelo SC, poderá atuar também supletivamente, observado sua área de competência, objetivando a edição de normas que não colidam com as diretrizes do Conselho Estadual de Cultura, através de convênios específicos de cooperação firmados com órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

- I- Plenário;
- II- Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;
- III- Colegiados Setoriais;
- IV- Comissões Temáticas;
- V- Grupos de Trabalho;
- VI- Fóruns Setoriais e Territoriais

Art. 7º. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

- I- propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;
- II- estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- III- colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;
- IV- aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;
- V- definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC, no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
- VI- estabelecer para a Comissão de Avaliação de Projetos do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;
- VII- acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- VIII- apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
- IX- contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
- X- apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
- XI- apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações Não-governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.
- XII- contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;
- XIII- acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.
- XIV- promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;
- XV- promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;
- XVI- incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos Públicos na área cultural;
- XVII- delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;
- XVIII- aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.
- XIX- estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 8º. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 9º. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 10. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 11. Compete aos Fóruns Setoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais.

Art. 12. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema.

Art. 13. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC têm mandato de dois anos, sendo este de 13 de novembro de 2017 a 13 de novembro de 2019, podendo ser renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

Parágrafo Único – Na indicação de novo membro para este conselho, de que trata este Decreto, este complementar o mandato de seu sucessor, conforme caput deste artigo.

Art. 14 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, estão consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 15 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC aos 13 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller

Contadora



# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO 5042 NOMEIA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2018 A 2021.

Publicação Nº 1417575

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.042, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia Comissão responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Mondaí/SC para o exercício de 2018 a 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas na Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos, a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30.

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III;

CONSIDERANDO o processo participativo, no qual deve ser elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com a equipe técnica da gestão municipal, representação do conselho municipal de assistência social, realização de grupos focais, com usuários e trabalhadores;

CONSIDERANDO que o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 na perspectiva do SUAS, o qual deve ser elaborado a cada 4 anos;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os abaixo relacionados para compor Comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - 2018 a 2021, conforme segue:

- SUSANE INÊS SPEZZATTO, Assistente Social da gestão;
- VANESSA SELKE TOEBE, Assistente Social da APAE e Presidente do CMAS;
- LUCIANE W. MARASCHIN, Secretária Municipal da Assistência Social;
- ALCIDETE BIELAK, Psicóloga do CRAS
- MARCOS FELIPE DA SILVA, Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 2º A Comissão definirá um coordenador e um vice-coordenador entre os nomeados, os quais ficarão responsáveis pelo agendamento e registro das reuniões.

Art. 3º A Comissão definirá o Plano de Atividades definindo o processo de elaboração do PMAS, apresentando ao CMAS e ao Órgão Gestor para sua validação.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de até o mês de dezembro de

2017, finalizar a elaboração do Plano Municipal, agendando a Audiência Pública para sua socialização e apresentação a comunidade.

Art. 5º Após a finalização da elaboração do PMAS e aprovação pelo CMAS, a Comissão se extinguirá.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 26 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

ELISEU BOHN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA Nº 0497/2017

Publicação Nº 1417464

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0497 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera a pedido

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 018/2006 e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Exonerar a pedido o servidor JEAN FRANTHIESCO SCHEIB, brasileiro, residente e domiciliado no município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, portador da cédula de identidade nº 2.940.292, inscrito no CPF sob o nº 038.135.199-88, matrícula 3641, lotado no cargo comissionado de Diretor do Departamento de Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 01 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

LUIZ AFONSO SPIELMANN

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

### PORTARIA Nº 0498/2017

Publicação Nº 1417466

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0498 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA DIRETOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina,

VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, JACKSON BORCK, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 4.513.385, inscrito no CPF sob nº 066.017.349-26, matrícula 3679, para exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 01 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

LUIZ AFONSO SPIELMANN

Secretário Municipal de Obras e  
Serviços Públicos

## RESOLUÇÃO 01/2017

Publicação Nº 1417565

RESOLUÇÃO Nº 12 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova a nomeação da Comissão responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Mondaí/SC para o exercício de 2018 a 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mondaí/SC, em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2017, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 3.606, de 22 de dezembro de 2015, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social,

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos , a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30.

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III;

CONSIDERANDO o processo participativo, no qual deve ser elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com a equipe técnica da gestão municipal, representação do conselho municipal de assistência social, realização de grupos focais, com usuários e trabalhadores;

Considerando que o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 na perspectiva do SUAS, o qual deve ser elaborado a cada 4 anos;

Considerando que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a constituição da Comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - 2018 a 2021, conforme segue:

- SUSANE INÊS SPEZZATTO, Assistente Social da gestão;
- VANESSA SELKE TOEBE, Assistente Social da APAE e Presidente do CMAS;
- LUCIANE W. MARASCHIN, Secretária Municipal da Assistência Social;
- ALCIDETE BIELAK, Psicóloga do CRAS
- MARCOS FELIPE DA SILVA, Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 2º A Comissão definirá um coordenador e um vice-coordenador entre os nomeados, os quais ficarão responsáveis pelo agendamento e registro das reuniões.

Art. 3º A Comissão definirá o Plano de Atividades definindo o processo de elaboração do PMAS, apresentando ao CMAS e ao Órgão Gestor para sua validação.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de até o mês de dezembro de 2017, finalizar a elaboração do Plano Municipal, agendando a Audiência Pública para sua socialização e apresentação a comunidade.

Art. 5º Após a finalização da elaboração do PMAS e aprovação pelo CMAS, a Comissão se extinguirá.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VANESSA SELKE TOEBE

Presidente do CMAS DE MONDAÍ

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 114/2017

Publicação Nº 1418131

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 20 de Novembro de 2017, às 08:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS EM MADEIRA PLÁSTICA. RECURSO CONV. nº 2017TR001629. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de Novembro de 2017, às 08:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 1º de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 115/2017

Publicação Nº 1418132

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 20 de Novembro de 2017, às 09:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS TAMANHO ADULTO. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de Novembro de 2017, às 09:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 1º de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 116/2017

Publicação Nº 1418133

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 20 de Novembro de 2017, às 10:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS RURAL ESCOLAR ORE 1. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de Novembro de 2017, às 10:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 1º de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

Publicação Nº 1418134

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 20 de Novembro de 2017, às 11:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O CONserto de um VEÍCULO. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de Novembro de 2017, às 11:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 1º de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

**PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 112/2017**

Publicação N° 1418714

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 112/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 112/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica prorrogado para o dia 13 de Novembro de 2017, às 09:30 horas, o Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MAQUINA JCB SSL 155 conforme anexo." Os demais itens do edital permanecem inalterados. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 13 de Novembro de 2017, às 09:30 horas. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, n°. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 06 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal**PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 113/2017**

Publicação N° 1418716

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 113/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 113/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica prorrogado para o dia 13 de Novembro de 2017, às 10:30 horas, o Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: "AQUISIÇÃO DE REATOR HOMOLOGADO PELA CELESC conforme anexo." Os demais itens do edital permanecem inalterados. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 13 de Novembro de 2017, às 10:30 horas. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, n°. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 06 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - PREGAO PRESENCIAL 29-2017 - PMMG

Publicação Nº 1417279

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 29/2017, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo em recrutamento e seleção de pessoal através de concurso público para o município de Morro Grande. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min às 13h00min ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 159/2017 PMN

Publicação Nº 1418550

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2017 PMN SESAN  
AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 25/10/2017, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSEZITE DOS SANTOS, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO 159-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE (04) QUATRO VEÍCULOS AUTOMOTORES, DO TIPO MOTOCICLETAS 0 (ZERO) KM, ORIGINAIS DE FÁBRICA ANO/MODELO 2017/2018, PARA RENOVAÇÃO DA ATUAL FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITEM 01 (UM) QUE RESTOU FRACASSADO NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 121/2017. EMPRESA PARTICIPANTE: TONI CENTER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, REPRESENTADA POR MARCOS SERGIO DALSOQUIO, E PROMENAC MOTOS NA QUAL O SEU REPRESENTANTE O SENHOR MARCELO ALVES DA SILVA FOI DESCRENDECIAADO POR FALTA DA CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTA DAS MESMAS ONDE AS MESMAS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA TONI CENTER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA SAGROU-SE VENCEDOR DO ITEM 1. FOI ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA LICITANTE NÃO MENCIONOU APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H50 MIN. EU JOSEZITE DOS SANTOS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 07/2017 FMV

Publicação Nº 1418417

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 07/2017 FMV

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mão-de-obra de pintura (com fornecimento de materiais), para execução de reforma das edificações do CITRAN de Navegantes, através da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 23/11/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 23/11/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 168/2017 PMN

Publicação Nº 1418087

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 168/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de mudas de hortaliças, verduras em bandejas e matéria orgânica (excremento de peru), destinadas para o desenvolvimento de projeto "horta nas escolas municipais" e para uso da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 21/11/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 21/11/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 62/2017 FMS -- REPUBLICADO

Publicação Nº 1418055

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 62/2017 FMS

REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de produtos para limpeza e manutenção da piscina do CEFIR (Centro de Fisioterapia e Reabilitação), localizada no CRMH - Centro de Referência da Mulher e do Homem, através do Fundo Municipal de Saúde do município de Navegantes/SC., itens fracassados no pregão presencial para registro de preços nº 29/2017 FMS. Entrega/envelopes: 20/11/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 20/11/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 69/2017 FMS

Publicação Nº 1418416

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 69/2017 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando aquisição de 01 (um) veículo (automóvel hatch 0km 4 portas-motor 1.0 - 75 à 82 cv (e), 73 à 75 cv (g) - total flex, com pintura na cor branca), para atender as necessidades do Departamento de Vigilância Sanitária, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 21/11/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 21/11/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.



**CONVOCAÇÃO POR CONCURSO**

Publicação Nº 1418671

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 03 de novembro de 2017.

Ilmo Sra.  
CLEUSA MENDES (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 002/2013.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 002/2013, para o cargo de MONITOR DE OFICINAS DE ARTES CULTURAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin  
Diretora de RH Gerente de RH

**CONVOCAÇÃO POR CONCURSO**

Publicação Nº 1417068

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2017.

Ilmo Sra.  
FRACIELE THEVES DA ROSA (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2015, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL CREAS/SUAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin  
Diretora de RH Gerente de RH

**DECRETO 490/2017 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DE SOLO, NA MODALIDADE LOTEAMENTO, DENOMINADO JARDIM DAS ROSAS**

Publicação Nº 1417125

DECRETO Nº 490 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DE SOLO, NA MODALIDADE LOTEAMENTO, DENOMINADO JARDIM DAS ROSAS, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seus artigos 60, III e 12, XLIII, §1º,

CONSIDERANDO a aprovação do projeto em questão;  
CONSIDERANDO a manifestação da área técnica da Secretaria de Planejamento Urbano;  
CONSIDERANDO a expedição da Licença Ambiental Prévia - LAP emitida pela Fundação do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam por este ato aprovadas as condições e projetos de parcelamento de solo, na modalidade Loteamento, denominada "JARDIM DAS ROSAS", do seguinte imóvel: um terreno, sem benfeitorias, localizado na zona urbana deste Município de Navegantes/SC, na quadra única, do lado ímpar da Rua Aníbal Narciso, bairro Gravatá, com área total de 163.125,86 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente, que faz ao leste, com a rua acima, onde mede 229,39 metros: fundos, ao oeste, com o Ribeirão Guaporuma, onde mede 368,31 metros, estrema ao sul, com terras de Empreendimento Narciso Ltda. (14º terreno T-54.042, fls 92/93 do livro 3 "Z", 1º ORI de Itajaí-SC), onde mede 681,25 metros; estrema ao norte onde mede em linha quebrada, partindo da frente (leste) na direção dos fundos (oeste), 524,00 metros, no fim dos quais quebra para o norte em (03) linhas, de sul para norte, a primeira em linha reta de 24,00 metros, a segunda quebrando em linha oblíqua no sentido nordeste, com 137,61 metros e, finalmente, quebra a direção dos fundos (oeste) numa linha reta de 122,12 metros, estremando nestas três (03) linhas com terras de Empreendimento Narciso Ltda. (respectivamente 17º, 39º e 37º terrenos T-54.042, fls.92/93 do livro 3 "Z", 1º ORI de Itajaí), distante ao leste da Rua Sávio Narciso ao leste 244,00 metros.

Art.2º. A área total do loteamento será destinada da seguinte forma:

- I – Área privativa dos lotes: 85.374,89m²
- II – Área para arruamento: 32.051,64m²
- III – Área para Equipamentos Urbanos e Comunitários: 16.057,20m²
- IV – Área de Interesse Social: 8.221,37m²
- V – Área de APP: 5.372,75m²
- VI – Área verde: 16.048,01m²
- VII – Área total do imóvel loteado: 157.753,11m²
- VIII – Área Total da matrícula: 163.125,86m²

Parágrafo único: Os itens mencionados nos incisos II, III, IV e VI constantes no caput, ficam incorporadas ao patrimônio do município no ato da publicação deste Decreto, constituindo bens de domínio público, sem qualquer ônus para esta Municipalidade.

Art. 3º. O loteador compromete-se, conforme Termo de Compromisso que constitui o Anexo Único deste Decreto, a executar as obras de infraestrutura do loteamento, tais como calçamento das vias públicas com lajotas sextavadas e passeios público com paver, rede de água em todo o loteamento, tubulação de drenagem pluvial com tubos de concreto em todas as vias públicas do loteamento, rede de energia elétrica e iluminação pública, tudo conforme projetos aprovados.

Art. 4º. O registro do projeto de loteamento deverá ser feito conjuntamente com a caução dos lotes descritos a seguir, oferecidos como garantia ao Município de Navegantes pela execução das obras de infraestrutura, são estes: o Lote 01 da Quadra "F" (A: 1639,34m<sup>2</sup>); Lote 12 da Quadra "G" (A: 689,38 m<sup>2</sup>); Lote 13 da Quadra "G" (A:685,35 m<sup>2</sup>); Lote 14 da Quadra "G" (A:681,25m<sup>2</sup>); Lote 15 da Quadra "G" (A:677,18m<sup>2</sup>); Lote 16 da Quadra "G" (A: 673,11 m<sup>2</sup>); Lote 18 da Quadra "H" (A: 738,59m<sup>2</sup>); Lote 19 da Quadra "H" (A: 734,50 m<sup>2</sup>); Lote 20 da Quadra "H" ( A: 730,42 m<sup>2</sup>); Lote 21 da Quadra "H" ( A:726,33m<sup>2</sup>); Lote 22 da Quadra "H" (A: 722,25 m<sup>2</sup>);Lote 23 da Quadra "H" (A:718,10 m<sup>2</sup>); que totalizam uma área de 9.415,80m<sup>2</sup>.

§1º. No prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar da publicação deste Decreto, o empreendedor fica obrigado a apresentar na Prefeitura a certidão dos lotes em que conste caução.

§2º. A Secretaria de Planejamento Urbano acompanhará os demais atos pendentes, com estrita observância às Diretrizes expedidas, especialmente, o Termo de Compromisso, anexo único deste Decreto.

Art. 5º. As obras de infraestrutura mencionadas anteriormente, tais como instalação da rede de energia elétrica e iluminação pública, rede de água, tubulação de drenagem pluvial, pavimentação das ruas/ passeios públicos, serão realizadas no prazo de dezoito (18) meses, conforme cronograma apresentado.

§1º. O início de contagem de prazo para a realização das obras de infraestrutura do Loteamento dar-se-á a partir da data de publicação deste Decreto.

§2º. Caso o loteador recuse-se a realizar as obras de infraestrutura, o Município poderá alienar e/ou adjudicar os imóveis caucionados para cobrir os custos das referidas obras.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, SC, 27 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

KARLILE KUGNIER

Secretária de Administração e Logística

#### TERMO DE COMPROMISSO

Aos 24 dias do mês de Março de dois mil e dezesseis, comparece nas dependências da Secretaria de Governo e de Planejamento Urbano da Prefeitura do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, o representante legal da empresa Empreendimentos Narciso Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.299.957/0001-70, proprietária do loteamento denominado "Jardim das Rosas", localizado da zona urbana deste Município, na forma do que dispõe o Decreto nº 032 de 28 de março de 2017, se compromete e se obriga a executar no loteamento acima identificado, às suas expensas e dentro do prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da publicação do Decreto retro – mencionado, as seguintes obras:

- a) Pavimentação das ruas com lajotas e passeios públicos com paver;
- b) Instalação da rede de energia elétrica;
- c) Instalação da rede de água potável;

d) Tubulação de drenagem pluvial com tubos de concreto em todas as vias públicas do loteamento.

Todos os itens acima serão executados conforme projetos aprovados pela Secretaria de Governo e de Planejamento Urbano.

Para o cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Compromisso, o empreendedor oferece como garantia da execução das obras em dito loteamento, os seguintes lotes:

Lote 01 da quadra F;

Lotes 12,13,14,15 e 16 da quadra G;

Lotes 18,19,20,21,22 e 23 da quadra H.

A área total dos lotes é de 9.415,80 m<sup>2</sup>.

O Loteador se compromete ainda através deste Termo a:

- 1) Executar as obras de consolidação e arrimo para boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis à vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;
- 2) Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura Municipal durante a execução das obras e serviços;
- 3) Não outorgar qualquer escritura de compra e venda ou compromisso de compra e venda dos lotes caucionados antes de concluídas as obras previstas nos itens anteriores;
- 4) Utilizar o exemplar do contrato padrão de promessa de venda, ou de cessão ou de promessa de cessão, do qual constam obrigatoriamente as indicações previstas na legislação federal de parcelamento de solo;
- 5) Preservar as áreas verdes existentes, sob pena de responsabilização cível, administrativa e criminal;
- 6) Pagar o custo de obras e serviços, com acréscimos legais, se executados pela Prefeitura, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa para cobrança executiva, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

É necessário ensejar que após executadas a totalidade das obras e dos logradouros pelo Loteador, o mesmo deverá solicitar que seja feita vistoria pelo órgão competente. Em caso de aceitação, a Prefeitura de Navegantes expedirá o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras – CVCO, o qual deverá ser encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis para liberação da caução.

O Loteador declara ainda ter ciência que os lotes só poderão receber construções depois de executar as obras previstas neste termo de compromisso.

As obrigações do presente Termo se estendem aos herdeiros e sucessores do Requerente.

Navegantes/SC, 27 de outubro de 2017.

Empreendimentos Narciso Ltda.

André Luiz Narciso Rosa

Loteador

Prefeitura Municipal de Navegantes

Emílio Vieira

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DECRETO Nº 496 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418257

DECRETO Nº 496 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recurso:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
25 – 3.3.91.00.00.00 – Aplicações Diretas Decorrente de Op. Entre Órgãos R\$ 6.000,00

T O T A L .....  
..... R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
13 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 6.000,00

T O T A L ..... R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 03 de Novembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 11/2017 FMV**

Publicação Nº 1417253

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017 FMV

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 11/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 11/2017 FMV - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, DISPENSER PARA PAPEL TOALHA E SABONETE LÍQUIDO E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO

MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC.,  
Conforme Pregão Presencial nº 11/2017 FMV  
Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI  
CNPJ: 13.060.647/0001-50  
Valor: R\$ 3.338,40  
Vigência: 01/11/2017 a 01/11/2018  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.  
Navegantes, 01 de novembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO 270/2017 E 269/2017**

Publicação Nº 1418546

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC  
CONTRATO: 269/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO.  
VALOR: R\$ 9.920,00

VIGENCIA: 27/10/2017 até 31/12/2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC  
CONTRATO: 270/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO.  
VALOR: R\$ 9.920,00

VIGENCIA: 27/10/2017 até 31/12/2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3096/2017 INTERROMPE LICENÇA**

Publicação Nº 1418023

PORTARIA Nº 3096 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedida a servidora GENECI ODETA LARA AZILIERO, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 1º/11/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS LICENÇA PREMIO 3095, 3097, 3098, 3101/2017**

Publicação Nº 1418018

PORTARIA N º 3098 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) VALDEA DE OLIVEIRA MELLO (matrícula 200103), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR – 40 horas, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 1º.11.2017 a 29.01.2018, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 1º de novembro de 2017 a 29 de janeiro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3097 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) CLEIDE ROSANE DA COSTA (matrícula 214602), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 03.11.2017 a 02.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de novembro de 2017 a 02 de dezembro de 2017, restando 30 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 03.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3095 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) NÁDIA BRAZ BINS

(matrícula 15501), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 06.11.2017 a 05.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017, restando 60 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3101 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) SALETE MARIA BRANCHI (matrícula 1639804), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 13.11.2017 a 12.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de novembro de 2017 a 12 de dezembro de 2017, restando 60 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 13.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3070/2017**

Publicação Nº 1418052

PORTARIA N º 3070 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ADRIANA FERNANDES ROSA, matrícula 70101, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 19/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3083/2017**

Publicação Nº 1418062

PORTARIA Nº 3083 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JOSE MANOEL FRANCISCO , matrícula 461401 ocupante do cargo EFETIVO de PEDREIRO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 02/08/2017 a 25/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3086, 3087, 3089, 3091, 3092/2017**

Publicação Nº 1418040

PORTARIA N º 3086 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VANESSA CRISTINA NASCIMENTO, matrícula 179116, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 27/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3087 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SARITA CARDOSO, matrícula 453203, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 30/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3089 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SUSEHELEN CRISTINA DE SOUZA EMILIO, matrícula 241302, ocupante do cargo EFETIVO de ATENDENTE POSTO DE SAUDE, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 28/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3091 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) FRANCIELI EMER LOCOTTI, matrícula 6250304, ocupante do cargo ACT de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 20/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3092 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ALCINEA MOREIRA DA SILVA, matrícula 63386101, ocupante do cargo ACT de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3088, 3090, 3093/2017**

Publicação Nº 1418066

PORTARIA Nº 3088 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LUCILE PATRICIA FONSECA , matrícula 359417 ocupante do cargo EFETIVO de PEDREIRO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 02/09/2017 a 27/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3090 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARCIA RODRIGUES CARDOSO , matrícula

411519 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/09/2017 a 30/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3093 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ADENISE APARECIDA MAFRA SOARES , matrícula 224904 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 17/09/2017 a 30/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3099/2017**

Publicação Nº 1418070

PORTARIA Nº 3099 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JOSE CARLOS DE SOUZA , matrícula 399102 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/07/2014 a 29/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3100/2017**

Publicação Nº 1418074

PORTARIA Nº 3100 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VERA LUCIA DA SILVA, matrícula 36187603 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 26/03/2017 a 31/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS LICENÇA SAÚDE 3102/2017**

Publicação Nº 1418048

PORTARIA Nº 3102 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA FERNANDA BATISTA DE OLIVEIRA, matrícula 333506, ocupante do cargo EFETIVO de ODONTOLOGO ESF, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 31/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO - CONFORME EDITAL Nº 36/2017/SME**

Publicação Nº 1418006

Resultado FINAL do Processo de Progressão Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação - conforme Edital Nº 36/2017/SME

**Inscrições Deferidas – Educação Infantil**

Matrícula	Nome	Carga horária
82603	Adriana Adelaide Borba de Souza	40 h
70101	Adriana Fernandes Rosa	40 h
425607	Adriana Stefan Arndt	40 h
446803	Adriane Moreira da Conceição Santana	40 h
333110	Alexsandra Ferreira do Valle	20 h
333106	Alexsandra Ferreira do Valle	20 h
428909	Alice da Silva	40 h
491509	Aline Elza Albino	40 h
6190601	Aline Garcia Lazzaris	20 h
6190603	Aline Garcia Lazzaris	20 h
1978001	Aline Paula Pereira	20 h
1978002	Aline Paula Pereira	20 h
374605	Ana Cristina de Moraes Braz	40 h
247705	Ana Cristina dos Santos	20 h
122803	Ana Lúcia dos Santos Coelho	40 h
1980001	Ana Paula da Silva I	20 h
385908	Ana Regina Claudino de Melo	20 h
291108	Ana Rubia do Amaral Rosa	40 h
1698207	Andréa Aparecida Grittens	20 h
100408	Andréa Burgonovo	40 h
372718	Andréa Cursel	20 h
185210	Andréia Geraldo	20 h
445201	Andréia Pirath	20 h
6190501	Andreia Selmira Bento	20 h
444601	Anne Lise Pereira Leopoldino	40 h
1699013	Antônia Ismênia Freire Pinheiro	40 h
381006	Ariane da Costa Mendes Wanger	40 h

100904	Betânia Perão dos Passos	20 h
249508	Bruna Perão	20 h
249510	Bruna Perão	20 h
1672506	Carla Gomes de Oliveira	20 h
6241408	Carolina Mambrini Monteiro	20 h
6202804	Caroline Figueiredo de Lima Couto	40 h
1981201	Célia Dzin Olegário	20 h
1981206	Célia Dzin Olegário	20 h
165908	Claudia Aparecida de George Gonçalves	20 h
165910	Claudia Aparecida de George Gonçalves	20 h
23901	Claudia Denise Alves	40 h
448901	Cleide das Neves Silva	20 h
165710	Clotilde Ramos	20 h
447502	Cristiane da Rosa Laguna Silveira	20 h
447504	Cristiane da Rosa Laguna Silveira	20 h
6260503	Cristiane dos Santos Zuchetti	20 h
245005	Daiane Zumach	40 h
365702	Danúbia Alexandra Torres Santana	20 h
365704	Danúbia Alexandra Torres Santana	20 h
466807	Denisaura Otowicz da Silva	40 h
276610	Edimara Ayres Barbosa	40 h
1977001	Edineia Mônica de Andrade	20 h
1977004	Edineia Mônica de Andrade	20 h
1985802	Elda de Souza	40 h
279702	Eliane Pacheco Rodrigues	40 h
128517	Elisangela Inácio	40 h
2005601	Elizabeth Klimke do Nascimento	40 h
330810	Eloisa Fernandes Rodrigues	40 h
1974901	Elza Aniceto da Silva	40 h
272010	Ester Cordeiro	20 h
272012	Ester Cordeiro	20 h
1978401	Fabiana Aparecida dos Santos	40 h
166503	Fernanda dos Santos	20 h
166504	Fernanda dos Santos	20 h
369107	Fernanda Galvez Nocetti Couto	40 h
351808	Flavia Regina Ferreira Felício	20 h
1977801	Franciele Candido	40 h
63281301	Gabriela Ana Domingos	20 h
1998110	Geovanita Samanta Hellgrenn	20 h
1699302	Gisele Dilma Luciano Moraes	40 h
227506	Gisele Zimmermann	40 h
145904	Graciane Mara Salles Venâncio	20 h
145905	Graciane Mara Salles Venâncio	20 h
444801	Graziela Aparecida Ventura Mueller	40 h
452004	Heloísa Demétrio	40 h
256508	Janilce Ortencia Raulino	40 h
266605	João Evangelista Chagas Santos Neto	20 h
266606	João Evangelista Chagas Santos Neto	20 h
116004	Joice Largura Oliveira	40 h
1982201	Josilene Yansã de Jesus	20 h
492802	Joyce da Silva Popovisk	40 h
222109	Juçara de Mello	40 h
73101	Juliana de Souza	40 h
453804	Juliana Testoni Theiss	20 h
1980105	Kalinka Mette	20 h
1980101	Kalinka Mette	20 h
227107	Kátia Maria dos Santos	20 h
227104	Kátia Maria dos Santos	20 h
105102	Ledair Regina dos Santos Mathiola	40 h
447601	Leide das Neves Silva	20 h
6253803	Ligia Gorges	20 h
6253801	Ligia Gorges	20 h
170513	Lourdes de Fátima Waltrick Dias Caldeira	20 h
181101	Luciana dos Passos Bento	20 h

181102	Luciana dos Passos Bento	20 h
122508	Luciana Isabel Borges	20 h
122510	Luciana Isabel Borges	20 h
246810	Luciana Machado	20 h
246813	Luciana Machado	20 h
502910	Luciana Margi da Silva	20 h
179407	Luciléia Martins Fajardo	20 h
179409	Luciléia Martins Fajardo	20 h
170606	Lucília de Souza	20 h
120212	Lucimar Vequi Andreani	20 h
120213	Lucimar Vequi Andreani	20 h
6199703	Maelly Custódio Pivatto	20 h
437108	Magrit Decker	40 h
236009	Margarete da Rosa Brustolin	20 h
236013	Margarete da Rosa Brustolin	20 h
1429401	Maria Bernadete da Silva Santos	20 h
1974601	Maria da Paz Alves Romão	40 h
290902	Maria Isabel de Oliveira	40 h
6277901	Maria Izabel Emilio Rebello	40 h
226407	Maria Juliana da Silva	20 h
226410	Maria Juliana da Silva	20 h
171204	Maria Losângela Maciel do Nascimento	20 h
171205	Maria Losângela Maciel do Nascimento	20 h
307204	Maria Luciana de Oliveira	20 h
307208	Maria Luciana de Oliveira	20 h
1687706	Mariana Bernardete Aragão	20 h
1687709	Mariana Bernardete Aragão	20 h
1975001	Mariângela Pedrozo de Oliveira	40 h
99105	Marijara Pinto	40 h
309804	Marilécia Vieira Pawlenko	20 h
173408	Marília Moser	20 h
98710	Marinei Leal de Souza	40 h
117807	Marta Eni Dutra	40 h
6200306	Mary Cléia Przywitoski	20 h
299605	Nágela Tatiane Vieira	40 h
109302	Nerozilda Pinheiro Ferreira	40 h
438902	Neusete Madalena Slomski Catarina	40 h
359303	Patrícia Cordeiro	40 h
64801	Patrícia da Silva Honorato	40 h
1999804	Patrícia Lucinda Kafka	20 h
478307	Regiane da Silva Romão	20 h
21501	Regina Célia Correia	40 h
61714	Rosa Barbosa	20 h
1674601	Rosa Maria Duarte Amorim	40 h
291905	Rosana de Lourdes Gonçalves Silveira	40 h
420807	Rosane de Siqueira Prestes	20 h
420809	Rosane de Siqueira Prestes	20 h
6221106	Rosangela Aparecida Roters	20 h
1823104	Rosangelei Possamai dos Santos	20 h
1823108	Rosangelei Possamai dos Santos	20 h
145207	Rosilda Aparecida da Costa	40 h
79801	Rosimeri Rolim de Moura	40 h
292411	Rosleine Burckhart Angioletti	20 h
321908	Sabrina Graciela Aparecida de Souza Carturano	40 h
446704	Saionara da Silva Emílio	40 h
20801	Sandra Rúbia Fernandes Rosa	40 h
257307	Selma Suzete Aparecida Romão	40 h
294110	Seloni Aparecida Ramos	40 h
21808	Silvana Viviane Vieira	40 h
232403	Silvanete Bezerra de Oliveira	20 h
232407	Silvanete Bezerra de Oliveira	20 h
1675203	Sirlei Terezinha Wolfart	40 h
344408	Solange dos Santos	40 h
206506	Soleide Valtrick	20 h

206509	Soleide Valtrick	20 h
180304	Susana dos Passos de Souza	40 h
223004	Susana Maria Libório	20 h
1978201	Tathiana Eliza Gonçalves Fabeni	20 h
45301	Telma Beatriz de Souza Baldaça	40 h
362210	Teresinha Aparecida Paulo de Oliveira	20 h
362212	Teresinha Aparecida Paulo de Oliveira	20 h
1974701	Terezinha Feuser Stasun	40 h
2005101	Valcilete Valcides Grapp Deola	40 h
241713	Valéria Caviglia	20 h
1983307	Vanderléia Bona	20 h
399602	Vanessa Bernardes Presotto	20 h
399603	Vanessa Bernardes Presotto	20 h
356514	Viviane dos Santos Simão	40 h
1789502	Viviani Taimara Bernardes Galvez	40 h

## Inscrições Indeferidas – Educação Infantil

Matrícula	Nome	Carga horária	Motivo
306717	Ana Rosa Costa da Silva de Souza	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço.
387616	Carin Daiana Salomão	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço.
387624	Carin Daiana Salomão	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço.
1997402	Creusa Edit Veríssimo	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso II - Não sofrer pena de suspensão disciplinar.
6237602	Francielle Gonçalves dos Santos	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço.
6277801	Maria Cleide Gonçalves	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço.
6221109	Rosângela Aparecida Roters	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 (...) Servidores efetivos que já cumpriram o estágio probatório.
435208	Rosângela Natalina Cursel Ouriques	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 (...) Servidores efetivos que já cumpriram o estágio probatório.
269112	Salete de Fátima da Luz Agliardi	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 1.4, alínea f) Serão considerados os certificados emitidos nos últimos 2 (dois) anos (setembro de 2015 a setembro de 2017).

Navegantes, 1 de novembro de 2017.

Atenciosamente,

Comissão:

Adriana Rodrigues Luz Macarini \_\_\_\_\_  
 Aparecida Sagaz de Mello \_\_\_\_\_  
 Edinéia Monica de Andrade \_\_\_\_\_  
 Gislene Rodrigues \_\_\_\_\_  
 Mari Ângela Rocha Ferreira \_\_\_\_\_  
 Monica Leal Cunha \_\_\_\_\_  
 Rita de Cássia da Silva dos Santos \_\_\_\_\_  
 Rosemary Kertichka \_\_\_\_\_  
 Sérgio Soares \_\_\_\_\_

## Inscrições Deferidas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Matrícula	Nome	Carga horária
106503	Adriana da Silva Poli	40 h
166101	Ana Graziela de Souza da Luz	40 h
60313	Ana Maria Angioletti	40 h
307306	Andrea Carla Pimenta	20 h
372303	Andreia Stefan	40 h
434211	Carla de Souza	20 h
123510	Carla Gisele de Oliveira	20 h
1672509	Carla Gomes de Oliveira	20 h

19401	Cátia Cilene Ferreira	40 h
66714	Claudiane Pierre	40 h
101801	Claudine Denise de Souza Bento	40 h
179310	Cristiane Cleria Bento	40 h
52918	Cristiane Severino	20 h
254110	Cristiani Maria Amorim	40 h
267609	Daglie Margaret da Silva Baron	20 h
267606	Daglie Margaret da Silva Baron	20 h
392603	Dagmar Beuter do Prado Aragão	40 h
181002	Daniela Bortolatto Ranguet	20 h
46601	Edicléia Montagna Duarte	40 h
116308	Elaine Atanazio Guarezi	40 h
313405	Eliane Fallete de Araújo Vergueiro	40 h
142611	Eliete Amaro	40 h
223106	Elisângela Maria Anacleto	40 h
100506	Elizabete Palumbo da Silva	40 h
109910	Fabiana Patrícia Rodrigues Porção	20 h
47108	Giovana Scaburi Kraisch	40 h
98403	Gisele Toledo Cruz	40 h
445101	Indianara dos Passos Rita	40 h
53901	Jacqueline Teresinha Regis	40 h
403605	Janini Laureci Albano Francisco	40 h
74801	Jessana Nicoletti Pereira	40 h
448801	Joana Maria da Silva Walker	20 h
294705	Johnny José Tomelin	40 h
6324201	Josimere de Borba	20 h
165411	Karla Rosana da Silva	20 h
277803	Kelly Cristina Gaya Nascimento	40 h
378912	Kenia Cristina Rudolfo da Cruz	20 h
252610	Lara Cristina de Jesus	20 h
375203	Leila Leocádia Souza	20 h
99805	Lidiane Helena Crispim Cabral	40 h
124609	Luciana Tramontin Noll	20 h
179808	Ludmila Gaya Preti Fernandes	40 h
221110	Márcia Juliana Assolari	40 h
236614	Maria Fátima da Silva Ribeiro	40 h
282208	Mariléia da Silva	40 h
236510	Mariléia Moura Ferreira	40 h
173403	Marília Moser	20 h
286708	Marisa Correia	40 h
107707	Maristela de Fátima Alves dos Santos	40 h
20406	Mariza Maria Amorim	20 h
20407	Mariza Maria Amorim	20 h
152103	Meriele Nascimento	20 h
152109	Meriele Nascimento	20 h
142703	Miriam Eraídes Faustino	40 h
205008	Miriam Vieira	40 h
61401	Mônica Leal Cunha	40 h
445301	Nara José Pereira	40 h
89401	Olga Henriqueta Furtado	40 h
145307	Patrícia Mengarda	40 h
101508	Rita de Cássia da Cunha Bittencourt	40 h
62701	Rosângela Oliveira Macelan Ramsdorf	40 h
102405	Rosemary Kertichka	40 h
405704	Samantha Gabriella Faria da Silva	40 h
146113	Sandra Maria Medeiros	40 h
331005	Sandra Mery Brandl Hemmer	40 h
27101	Silvana Maria Libório Ferreira	40 h
61901	Silvana Maria Mendes Francisco	40 h
28401	Silvia Helena Maçaneiro	40 h
158803	Sueli Sobierai	20 h
223002	Susana Maria Libório	20 h
275711	Suzete Benta do Nascimento	20 h
22901	Tereza Cristina Socorro dos Santos	40 h

126009	Valdemir Chagas Santos Junior	20 h
63113	Vani Francisca Inácio	40 h
143908	Viviane Pierre dos Santos	40 h
467209	Viviane Valmira Sagás Noll	20 h

## Inscrições Indeferidas – Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Matrícula	Nome	Carga horária	Motivo
101607	Claudete Novais Alves Krueger	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 1.4, alínea f) Serão considerados os certificados emitidos nos últimos 2 (dois) anos (setembro de 2015 a setembro de 2017).
47913	Marcia Sacavem	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço

Navegantes, 1 de novembro de 2017.

Atenciosamente,

Comissão:

Adriana Rodrigues Luz Macarini \_\_\_\_\_  
 Aparecida Sagaz de Mello \_\_\_\_\_  
 Edinéia Monica de Andrade \_\_\_\_\_  
 Gislene Rodrigues \_\_\_\_\_  
 Mari Ângela Rocha Ferreira \_\_\_\_\_  
 Monica Leal Cunha \_\_\_\_\_  
 Rita de Cássia da Silva dos Santos \_\_\_\_\_  
 Rosemary Kertichka \_\_\_\_\_  
 Sérgio Soares \_\_\_\_\_

## Inscrições Deferidas – Ensino Fundamental – Anos Finais

Matrícula	Nome	Carga horária
437412	Alessandra Brandl Muniz do Amaral	20 h
353401	Américo Duarte Medina	40 h
471207	Antônio Carlos Luiz Aragão	10 h
471208	Antônio Carlos Luiz Aragão	10 h
6322601	Arlete Moura Fonseca	20 h
46001	Benilde Perão	40 h
452605	Benta Cristina Souza	30 h
372620	Celiana Fritz	20 h
6278701	Cintia Cardoso	20 h
6240901	Claudia Lenira Hoier	20 h
6261802	Cristiane Pereira de Araújo Veleza	20 h
335709	Cristina Maria Rosa	20 h
285611	Daniela Antônio Pereira	40 h
281205	Eliza Aurélia Romão	20 h
6190401	Emir Antônio Cecyn	40 h
267106	Érica Soares da Silva	20 h
18501	Euclides Mendes	20 h
157406	Eusemarie Coelho de Souza	40 h
467308	Fabiano Vianna Filardo	40 h
171903	Fabício Mattos Rodrigues	20 h
437608	Fernanda Cristina Lopes Beckert	20 h
437603	Fernanda Cristina Lopes Beckert	20 h
431208	Gislene Rodrigues	30 h
431210	Gislene Rodrigues	10 h
322203	Harry Kreutzfeld Junior	20 h
322202	Harry Kreutzfeld Junior	20 h
1974501	Ilson Soares	20 h
6241002	Jaime Lamoglia Junior	10 h
6241001	Jaime Lamoglia Junior	30 h
1673102	Jaison Fernando Lotério	20 h
254209	Jaison José Policarpo	20 h
254210	Jaison José Policarpo	20 h



432911	Janderson Nahring	20 h
1977501	Jaqueline Schiochet	40 h
6281602	Jonas Waltrik	20 h
2008705	Joyce Karina Balera	10 h
2008703	Joyce Karina Balera	20 h
2008701	Joyce Karina Balera	10 h
63262902	Juliana Harumi Nakui	20 h
485305	Juniomar Nascimento da Silva	30 h
1973601	Karina Ribeiro de Andrade	40 h
165415	Karla Rosana da Silva	20 h
6311801	Luciana Krejci de Abreu	10 h
351201	Ludgero João dos Santos Júnior	10 h
6198602	Maria Benedita Corrêa	40 h
450501	Maria Estela Kuhn	40 h
173004	Maria Inês Pacheco	40 h
181801	Marta Maria Costa Sandoval	40 h
450901	Michael David da Costa	20 h
387004	Michelle Pinheiro Oliveira Sales	40 h
6190301	Morgana Aparecida Gonçalves	20 h
452809	Patricia Duarte Cidral	30 h
452814	Patricia Duarte Cidral	10 h
223905	Patricia Salete Felício	20 h
223906	Patricia Salete Felício	20 h
480005	Régia Séara Salvini	20 h
323306	Roberto Nicolodi	30 h
6278201	Rosane de Almeida	20 h
5083204	Sandra Barbara Rumor	20 h
453203	Sarita Cardoso	20 h
284209	Scheila Adriana do Carmo Deluca	30 h
404203	Sebastião Delamar de Souza Torres	40 h
1672404	Sheron Lubna Beck	40 h
221709	Simone de Lima Romão Pereira	40 h
2034708	Simone Jaguszeski Mezzon	20 h
126011	Valdemir Chagas Santos Junior	20 h
446504	Vanessa Caroline Franco Miranda	10 h
225902	Veraniz Somavilla	20 h
356106	Vilma Bernardes de Souza	40 h
282510	Zilda Santos de Lira Almeida	40 h

## Inscrições Indeferidas – Ensino Fundamental – Anos Finais

Matrícula	Nome	Carga horária	Motivo
449301	Albertina Mazzi Flores	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço
227709	Antônio Aparício Sagas	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 1.4, alínea f) Serão considerados os certificados emitidos nos últimos 2 (dois) anos (setembro de 2015 a setembro de 2017).
63319501	Gilberto William Alves	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 (...) Servidores efetivos que já cumpriram o estágio probatório.
6195901	Hilaire Moura Rodrigues Martins	40 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço
493009	Iandra Borges	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 e LC 72/2010, Inciso III - Não tiver 3 faltas injustificadas ao serviço
63262903	Juliana Harumi Nakui	20 h	Indeferido de acordo com o Edital 36/2017, item 2.1 (...) Servidores efetivos que já cumpriram o estágio probatório.

Navegantes, 1 de novembro de 2017.

Atenciosamente,

Comissão:

Adriana Rodrigues Luz Macarini \_\_\_\_\_  
 Aparecida Sagaz de Mello \_\_\_\_\_  
 Edinéia Monica de Andrade \_\_\_\_\_  
 Gislene Rodrigues \_\_\_\_\_

Mari Ângela Rocha Ferreira \_\_\_\_\_  
 Monica Leal Cunha \_\_\_\_\_  
 Rita de Cássia da Silva dos Santos \_\_\_\_\_  
 Rosemary Kertichka \_\_\_\_\_  
 Sérgio Soares \_\_\_\_\_  
 Inscrições Deferidas – Especialistas

Matrícula	Nome	Carga horária
454104	Adriana Rodrigues Luz Macarini	40 h
144904	Alexandra Rover	40 h
180210	Aline Wana de Souza	40 h
222009	Ana Lúcia Saes Agulhari	40 h
45902	Aparecida Sagás de Mello	40 h
57001	Charles Soares	20 h
149903	Cleonice Angelina Criveletto Zanotto	40 h
165303	Dóris Kolher	40 h
116207	Graziela Cristiane Corrêa	40 h
189002	Lenita de Souza Gaya	40 h
47501	Luciana Batista Vieira	40 h
107810	Lucineia Pierre dos Passos	40 h
115402	Márcia da Costa Oliveira Libório	40 h
350601	Mari Angela Rocha Ferreira	40 h
184901	Maria Cleonice Régis	40 h
193511	Marilourdes de Oliveira Andrade Mathiola	40 h
81202	Marli Viana Boera	40 h
71106	Méri Rosane Laurengo da Silva	40 h
57705	Rita de Cássia da Silva	40 h
115202	Rosane Roncálio	40 h
146903	Rosângela Maria da Silva	40 h
62801	Rosimare Rosa de Souza	40 h
102605	Sérgio Soares	40 h
114701	Sônia Vieira da Costa	40 h

Navegantes, 1 de novembro de 2017.

Atenciosamente,

Comissão:

Adriana Rodrigues Luz Macarini \_\_\_\_\_  
 Aparecida Sagaz de Mello \_\_\_\_\_  
 Edinéia Monica de Andrade \_\_\_\_\_  
 Gislene Rodrigues \_\_\_\_\_  
 Mari Ângela Rocha Ferreira \_\_\_\_\_  
 Monica Leal Cunha \_\_\_\_\_  
 Rita de Cássia da Silva dos Santos \_\_\_\_\_  
 Rosemary Kertichka \_\_\_\_\_  
 Sérgio Soares \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 09-2017 - PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1417135

DECRETO LEGISLATIVO N. 009/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC., Samuel Vianeí Paganelli, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno.

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado ponto facultativo no dia 03 de novembro de 2017, sexta-feira, aos servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC., em vista do feriado Nacional do dia de Finados em 02 de novembro de 2017.

Art. 2º – A partir de 06 de novembro de 2017, segunda-feira, o horário de expediente será normal para todos os funcionários.



Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 31 de outubro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 244/2017 NOMEAÇÃO ANA APARECIDA DIAS LAZZARI

Publicação Nº 1417568

DECRETO nº 244, de 01 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 100/14, de 16 de abril de 2014, combinada com a Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. ANA APARECIDA DIAS LAZZARI, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 1.258,63 – Serviços Gerais (SEG), do Anexo I da Lei Complementar nº 100/14, de 16 de abril de 2014 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 01 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

### DECRETO 245/2017 ADICIONAL DE TITULAÇÃO

Publicação Nº 1417569

DECRETO nº 245, de 01 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 25 da Lei Complementar nº 100/14, de 16 de abril de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Titulação – Ensino Fundamental, na ordem de 5% (cinco por cento), para a Servidora Municipal ANA APARECIDA DIAS LAZZARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, conforme Certificado de Conclusão em anexo.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 01 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

### DECRETO 249/2017 CONTRATAÇÃO SIMONY SILVEIRA

Publicação Nº 1417571

DECRETO nº 249, de 01 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Enfermeiro, por tempo indeterminado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1014/01, de 27 de março de 2001, combinada com a Lei Complementar nº 100/2014, de 16 de abril de 2014, e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica contratada a Srta. SIMONY SILVEIRA, para ocupar o cargo de ENFERMEIRO, aprovada no processo seletivo 001/2017, admitido em Caráter Temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, no período de 01.11.2017 a 30.10.2018, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 4.465,82 – Técnico Científico (TEC), do Anexo I da Lei Complementar nº 100/2014, de 16 de abril de 2014.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 01 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

Publicação Nº 1418598

#### EXTRATO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

Diante da necessidade, da conveniência e do interesse público do Município de Nova Erechim/SC, dispensa a licitação, com fundamentos no inciso II do caput do artigo 24 da lei federal nº 8.666/93.

WIESE SERVIÇOS GERENCIAIS EIRELI - ME.

CNPJ: 27.448.197/0001-82

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA ATUALIZAÇÃO DE VALORES DA COSIP – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA COLETA DE LIXO.

Justificativa: Anexo no Ato de dispensa 07/2017.

Valor: R\$5.000,00 (cinco mil reais)

Nova Erechim, 03 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

**PORTARIA 122/2017 COMISSÃO TÉCNICA**

Publicação Nº 1418669

PORTARIA nº 122, de 31 de outubro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

A necessidade de parecer técnico para a licitação nº 051/2017, Pregão Presencial nº 038/2017.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar os servidores Sr. VALDECIR SOLIVO, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, o Sr. ROMEU ROQUE FROZZA, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e o Sr. JAISON GOMES FERREIRA, Operador de Máquinas, responsáveis pela elaboração de parecer técnico, acerca das especificações sobre as máquinas apresentadas no pregão presencial nº 038/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 31 de outubro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 123/2017 FÉRIAS CLAUDIO JOSÉ FROZZA**

Publicação Nº 1417082

PORTARIA nº 123, de 01 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal CLAUDIO JOSÉ FROZZA, Matrícula 1899/01, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a ser usufruída no período de 13.11.2017 a 12.12.2017, referente ao período 01.01.2016 a 31.12.2016.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 01 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 125/2017 FÉRIAS CLAUDIA MARIA SKOWRONSKI**

Publicação Nº 1417583

PORTARIA nº 125, de 01 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para a Servidora Municipal CLAUDIA MARIA SKOWRONSKI, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída nos períodos de 27.11.2017 a 06.12.2017 e de 26.12.2017 a 14.01.2018, referente ao período 01.01.2016 a 31.12.2016.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 01 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 126/2017 FÉRIAS JEOVANO MARCELO DA SILVA**

Publicação Nº 1418560

PORTARIA nº 126, de 03 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 15 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal JEOVANO MARCELO DA SILVA, Matrícula 3220/01, ocupante do cargo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a ser usufruída no período de 16.11.2017 a 30.11.2017, referente ao período 11.01.2016 a 10.01.2017.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 03 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 03 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 127/2017 LICENÇA MATERNIDADE JULIANE BENETTI LANDIM**

Publicação Nº 1418562

PORTARIA nº 127, de 03 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal, com fulcro no art. 68 da Lei Complementar n. 025/01, de 02 de julho de 2001, consideradas as alterações promovidas pela Lei Complementar n. 069/10 de 30 de março de 2010.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade para a Servidora Municipal JULIANE BENETTI LANDIM, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída no período de 29.10.2017 a 26.04.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 03 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 128/2017 FÉRIAS ARGEMIRO MISSIO**

Publicação Nº 1418564

PORTARIA nº 128, de 03 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal ARGEMIRO MISSIO, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 04.12.2017 a 02.01.2018, referente ao período 01.01.2017 a 31.12.2017.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 116/2017

Publicação Nº 1417849

PORTARIA N.º 116/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal CLAUDEMIR GALVÃO, Operador de Máquinas I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com período aquisitivo de 10/04/2016 a 09/04/2017, e período de gozo de 01/11/2017 a 30/11/2017.

ART. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### PORTARIA Nº 117/2017

Publicação Nº 1417854

PORTARIA N.º 117/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal DANILO GABRIEL, Técnico em Administração, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com período aquisitivo de 17/01/2016 a 16/01/2017, e período de gozo de 01/11/2017 a 30/11/2017.

ART. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### PORTARIA Nº 118/2017

Publicação Nº 1417855

PORTARIA N.º 118/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal MARCELO BOTTIN, Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, com período aquisitivo de 12/02/2016 a 11/02/2017, e período de gozo de 01/11/2017 a 30/11/2017.

ART. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### PORTARIA Nº 119/2017

Publicação Nº 1417858

PORTARIA N.º 119/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº

622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal IVANOR SANTIN, Agente de Manutenção e Conservação, lotado no Departamento de Urbanismo, com período aquisitivo de 02/02/2016 a 01/02/2017, e período de gozo de 01/11/2017 a 30/11/2017.

ART. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 120/2017**

Publicação Nº 1417859

PORTARIA N.º 120/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal PAULA MARTINELLI, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, e período de gozo de 01/11/2017 a 30/11/2017.

ART. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 410/2017

Publicação Nº 1417121

#### PORTARIA Nº 410/ 2017

##### Contratação por Prazo Indeterminado

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o capítulo III, da Lei Municipal nº 638/2015, de 23/06/2015.

##### RESOLVE:

CONTRATAR por prazo indeterminado, através do Processo Seletivo nº 005/2016 (Emprego Público), de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 111/2017, CRISTIANI COSTA, matrícula nº 7508, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária Besenello, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 10 de maio de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de maio de 2017.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO Nº 197/2017

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO INDETERMINADO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CRISTIANI COSTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, s/nº, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 049.140.479-42, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

##### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Agente Comunitário de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária Besenello, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento

##### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.118,64 (hum mil cento e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

##### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado por período indeterminado, a partir de 10 de maio de 2017.

##### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

IV – insuficiência de desempenho, apurada, em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V – extinção do programa federal que ensejar a contratação, ou seja, o Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS e Agente de Combate as Endemias – ACE, ou outro que venha a substituí-los;

VI – em função de apresentação de declaração falsa de residência.

##### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

##### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

##### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime celetista (CLT).

##### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de maio de 2017.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Cristiani Costa

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de maio de

2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:  
Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 634/2017 "A"**

Publicação Nº 1417112

PORTARIA Nº 634/2017 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, no cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, readaptada e em exercício na Biblioteca Pública Municipal, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 18 de setembro de 2017 a 01 de outubro de 2017, conforme atestado médico datado de 18/09/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 646/2017 "C"

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 634/2017 "A", que CONCEDEU Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, no cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, readaptada e em exercício na Biblioteca Pública Municipal, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de outubro de 2017 a 31 de outubro de 2017, conforme atestado médico datado de 02/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

**PORTARIA Nº 639/2017**

Publicação Nº 1417115

PORTARIA Nº 669/2017  
Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.292/92, de 22 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria nº 646/2017 "B" que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MORGANA SUELLEN FAGUNDES, matrícula nº 7462 - ACT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 09 de outubro de 2017 até 23 de novembro de 2017, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, datado de 24 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 641/2017 "B"**

Publicação Nº 1417120

PORTARIA Nº 641/2017 "B"

Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal MARIA PATRICIA SCHWAMBACH, matrícula nº 6724, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Bairro Trinta Réis, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 06 de outubro de 2017 a 19 de novembro de 2017 conforme resultado pericial datado de 22/09/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 646/2017 "A" (RETIFICAR)**

Publicação Nº 1417117

PORTARIA Nº 646/2017 "A"

Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Readaptação, à Servidora Pública Municipal ELOIZA TRI-DAPALLI DALRI ORSI, matrícula nº 7317 - ACT, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A – Educação Infantil – Creche – Contação de História, 20 (vinte) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, com atribuição de exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, a contar de 05 de outubro de 2017 até 10 de abril de 2018 conforme Declaração Médica, datada de 02 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 666/2017**

Publicação Nº 1417114

PORTARIA Nº 666/2017

Concede Licença Tratamento em Pessoa da Família

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 624/2017 que Concede Licença para Tratamento em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal LISANGELA LOCKS DE OLIVEIRA, matrícula nº 7418, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha - Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de outubro de 2017 a 10 de dezembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 20/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 667/2017**

Publicação Nº 1417109

PORTARIA Nº 667/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 646/2017 "C", que CONCEDEU Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, no cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, readaptada e em exercício na Biblioteca Pública Municipal, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 02 de outubro de 2017 a 21 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 23/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de outubro de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 450, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418275

DECRETO N.º 450, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"REGULAMENTA OS ARTIGOS 4º E 6º DA LEI MUNICIPAL N.º 2.467, DE 02 DE JULHO DE 2015, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.467, de 02 de julho de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º – Fazendo o Município jus ao recebimento dos valores fixados no PMAQ-AB em decorrência do preenchimento das metas previstas na Portaria Ministerial da Saúde n.º 1.654/2011, o percentual aplicado, relativo ao previsto nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal n.º 2.467, de 02 de julho de 2015, por equipe, será assim distribuído:

I – ENFERMEIROS: 12% (doze por cento);

II – COORDENAÇÃO: 4% (quatro por cento);

III – MÉDICOS GENERALISTA: 7% (sete por cento);

IV – FARMACÊUTICOS: 1,5% (um virgula cinco por cento);

V – ODONTÓLOGOS: 8% (oito por cento);

VI – AUXILIARES DE ODONTOLOGIA: 2% (dois por cento);

VII – AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM: 27,5% (vinte e sete virgula cinco por cento);

VIII – AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE: 26,5% (vinte e seis virgula cinco por cento);

IX – HIGIENIZADORAS DAS UNIDADES DO ESF: 2,5% (dois virgula cinco por cento);

X – MOTORISTAS LIGADOS ÀS UNIDADES ESF: 5% (cinco por cento);

XI – AGENTE ADMINISTRATIVO I: 2,3% (dois virgula três por cento);

XII – AGENTE ADMINISTRATIVO II: 1,7% (um virgula sete por cento).

Art. 2º - O prêmio PMAQ em nenhuma hipótese será incorporado ao salário do servidor, sendo a sua natureza jurídica estritamente de estímulo e de caráter temporário e precário.

Art. 3º - As despesas para execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o

Decreto Municipal n.º 185, de 20 de abril de 2016.

Nova Veneza, SC, 02 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 02 de outubro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 452, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418363

DECRETO Nº 452, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Demite a pedido a servidora, FATIMA NUENRBERG GAVA contratada temporariamente na categoria funcional de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 004/2016.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido a servidora FATIMA NUERNBERG GAVA, contratada na categoria funcional de Professor – ACT MAG LP 1-A, Educação Fundamental, com 40 (quarenta) horas aulas/semanais, conforme Decreto nº 337, de 01 de junho de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 02 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 02 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 453, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1418367

DECRETO Nº 453, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Contrata em caráter temporário o servidor JULIO CESAR DE SOUZA BORTOLUZZI, na categoria funcional de Odontólogo.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal e Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012 e Lei nº 2.549 de 24 de março de 2017.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário, o servidor JULIO CESAR DE SOUZA BORTOLUZZI, na categoria funcional de



Odontólogo, 20 (vinte) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar no Atendimento do Programa Especial Saúde do Trabalhador - PEST.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 02 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 02 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 454, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418369

DECRETO Nº 454, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Demite a pedido o servidor, IGOR PAULO DA SILVA ABREU contratado temporariamente na categoria funcional de Médico – ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.501 de 09 de dezembro de 2015, Leis Complementares nº 005 de 09 de dezembro de 2015, nº 007 de 10 de março de 2016, nº 008 08 de junho de 2016 e nº 009 de 29 de junho de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido o servidor IGOR PAULO DA SILVA ABREU, contratado na categoria funcional de Médico - ESF, com 40 (quarenta) horas aulas/semanais, na Secretária Saúde, conforme Decreto nº 099, de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 06 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 06 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 455, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418373

DECRETO Nº 455, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Contrata em caráter temporário o servidor RAFAEL ROSWAG MADEIRA, na categoria funcional de Médico – ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.501 de 09 de dezembro de 2015, Leis Complementares nº 005 de 09 de dezembro de 2015, nº 007 de 10 de março de 2016, nº 008 08 de junho de 2016 e nº 009 de 29

de junho de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário o servidor RAFAEL ROSWAG MADEIRA, na categoria funcional de Médico – ESF, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 09 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 09 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 456, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418377

DECRETO Nº 456, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Interrompe a pedido a Licença para Tratar de Interesses Particulares do servidor MARCELO BRANCO PACHECO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza – SC, usando das atribuições legais de conformidade com o Art. 81 da Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica interrompida a pedido a Licença para Trato de Interesses Particulares e sem vencimento do servidor, MARCELO BRANCO PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 09 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 09 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 457, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418385

DECRETO Nº 457, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Exonera a pedido o servidor, CLAUDINEI FLORENCIO nomeado para o cargo em comissão de Supervisor Administrativo – CC-3.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro

de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.  
DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o servidor CLAUDINEI FLORENCIO, nomeado para o cargo de provimento em comissão de Supervisor Administrativo – CC-3, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 417 de 01 de julho de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 10 de outubro de 2017.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 10 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 458, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418397

DECRETO Nº 458, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Demite a pedido o servidor, HERITON LUCIANO SANDRINI contratado temporariamente na categoria funcional de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999.  
DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido o servidor HERITON LUCIANO SANDRINI, contratado na categoria funcional de Professor – ACT MAG LP 1-A, com 40 (quarenta) horas aulas/semanais, na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, conforme Decreto nº 005, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 10 de outubro de 2017.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 10 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 459, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418399

DECRETO Nº 459, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Término de contrato temporário da servidora MARCI TORQUATO DA SILVA contratada na categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica

Municipal, Lei Municipal Complementar nº 005 de 09 de dezembro de 201 e Edital de Processo Seletivo 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida por termino de contrato temporário a servidora MARCI TORQUATO DA SILVA na categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 237 de 02 de junho de 2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 10 de outubro de 2017.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 10 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 460, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418401

DECRETO Nº 460, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia o servidor, CLAUDINEI FLORENCIO para o cargo em comissão de Diretor de Departamento – CC-4.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.  
DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o servidor CLAUDINEI FLORENCIO, brasileiro, maior, para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC-4, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 11 de outubro de 2017.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 11 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 461, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418402

DECRETO Nº 461, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia o servidor, HERITON LUCIANO SANDRINI para o cargo em comissão de Supervisor Administrativo – CC3.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX,

artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o servidor HERITON LUCIANO SANDRINI, brasileiro, maior, para o cargo de provimento em comissão de Supervisor Administrativo – CC3, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 11 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 11 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 463, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418406

DECRETO Nº 463, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Exonera a servidora SONIA MARIA MARINI LOURENÇO nomeada através de Concurso Público, para o cargo de provimento efetivo de Professor, em decorrência de concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Edital nº 01/88, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999, Lei Complementar 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SONIA MARIA MARINI LOURENÇO nomeada para o cargo de provimento efetivo de Professor através do Edital nº 01/88, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Livro de Registro nº 03 folhas 43 de 14/04/1986 e Portaria nº 214 de 16 de maio de 1988, em decorrência de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 18 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 18 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 465, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418407

DECRETO Nº 465, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Término de contrato temporário da servidora FRANCIELI BORTOLINI contratada na categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar nº 005 de 09 de dezembro de 201 e Edital de Processo Seletivo 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida por termino de contrato temporário a servidora FRANCIELI BORTOLINI na categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 237 de 02 de junho de 2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 20 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 20 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO N.º 466, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418408

DECRETO Nº 466, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Demite a pedido o servidor, JAIR ARAUJO contratado temporariamente na categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais II.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido o servidor JAIR ARAUJO contratado em caráter temporário na categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais II, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 295 de 04 de maio de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 20 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 20 de outubro de 2017.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2017 - PMNV**

Publicação Nº 1417618

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE PROJETOS VISANDO O FOMENTO DA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO, PESQUISA, FORMAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE TRABALHOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2017/PMNV

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará PROCESSO DE SELEÇÃO destinado a seleção de projetos visando o fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sediadas no Município de Nova Veneza.

A sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a Proposta de Programa de Trabalho dos interessados ocorrerá no dia 06/12/2017 às 09:00 horas, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, sito na Travessa Oswaldo Búrigo, Bairro Centro, CEP 88.865-000, Nova Veneza, SC.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras, Licitações e Contratos, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail licitacao@novaveneza.sc.gov.br ou pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 1º de novembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417163

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC comunica a todos, que estará realizado o CREDENCIAMENTO para habilitação e pré-qualificação de entidades tipo Comunidades Terapêuticas (CT) localizadas no Município de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina, com vistas à celebração de contrato para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com dependência de substância psicoativa (álcool e/ou drogas) residentes em Nova Veneza, independentemente de credo, etnia ou orientação sexual, após o processo de desintoxicação, quando requerido pela natureza da dependência, respeitada a tipificação do serviço na entidade.

Os interessados deverão apresentar os documentos solicitados até a data limite de 24 de novembro de 2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras, Licitações e Contratos das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira, pelo e-mail licitacao@novaveneza.sc.gov.br ou pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 1º de novembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATOS, ADITIVOS E DISTRATOS 2017**

Publicação Nº 1417161

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

**EXTRATO CONTRATUAL DE ADITIVOS**

Contrato Nº.: 290/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : 2.618,80 (dois mil seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2017

Objeto ..... : Aquisição de material de construção destinado as manutenções das unidades escolares do município.

Contrato Nº.: 291/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SAO MARCOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUCAO CI

Valor ..... : 327,00 (trezentos e vinte e sete reais)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2017

Objeto ..... : Aquisição de material de construção destinado as manutenções das unidades escolares do município.

Contrato Nº.: 292/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SPINALI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Valor ..... : 3.537,29 (três mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2017

Objeto ..... : Aquisição de material de construção destinado as manutenções das unidades escolares do município.

Contrato Nº.: 293/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: VENEZA MAT. DE CONSTRUCAO LTDA ME

Valor ..... : 1.790,30 (um mil setecentos e noventa reais e trinta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2017

Objeto ..... : Aquisição de material de construção destinado as manutenções das unidades escolares do município.

Contrato Nº.: 294/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: AGASERV - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA

Valor ..... : 18.164,00 (dezoito mil cento e sessenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 148/2017

Objeto ..... : Aquisição e instalação de ar condicionado nas repartições públicas do Município de Nova Veneza/SC.



<p>Contrato Nº.: 295/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: VMLX ELETRONICOS EIRELI - ME Valor ..... : 4.060,00 (quatro mil e sessenta reais) Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 148/2017 Objeto ..... : Aquisição e instalação de ar condicionado nas repartições públicas do Município de Nova Veneza/SC.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 296/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: SAO MARCOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUCAO CI Valor ..... : 3.678,00 (três mil seiscentos e setenta e oito reais) Vigência ..... : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2017 Objeto ..... : Aquisição de EPIs - Equipamentos de Proteção Individual destinados ao uso dos servidores públicos municipais da Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Nova Veneza.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 297/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: ALPHA LASER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP Valor ..... : 12.100,00 (doze mil cem reais) Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2017 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de impressão e fornecimento de serviços que compreenda a instalação de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com a impressão de documentos além de todos os consumíveis, toda a manutenção e reparo necessário para o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, exceto papel, a serem utilizadas nas repartições administrativas do Município</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 298/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: MAGAGNIN E ENRICONI SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA Valor ..... : 2.000,00 (dois mil reais) Vigência ..... : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2017 Objeto ..... : contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de impressão e fornecimento de serviços que compreenda a instalação de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com a impressão de documentos além de todos os consumíveis, toda a manutenção e reparo necessário para o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, exceto papel, a serem utilizadas nas repartições administrativas do Município</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 299/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP Valor ..... : 7.656,20 (sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017 Objeto ..... : Aquisição de materiais elétricos, padrão CELESC destinados a manutenção da iluminação pública do Município de Nova Veneza/SC.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>

<p>Contrato Nº.: 300/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME Valor ..... : 7.055,45 (sete mil e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017 Objeto ..... : Aquisição de materiais elétricos, padrão CELESC destinados a manutenção da iluminação pública do Município de Nova Veneza/SC.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 301/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: SAO MARCOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUCAO CI Valor ..... : 8.639,05 (oito mil seiscentos e trinta e nove reais e cinco centavos) Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2017 Objeto ..... : Aquisição de materiais elétricos, padrão CELESC destinados a manutenção da iluminação pública do Município de Nova Veneza/SC.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 302/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: LUCAS TESSMANN SCHWALM Valor ..... : 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) Vigência ..... : Início: 13/10/2017 Término: 31/12/2017 Objeto ..... : contratação de profissional com os equipamentos necessários para a realização de levantamento planialtimétrico georeferenciado de uma área de 7,5 hectares localizada no bairro São Bento Alto, Município de Nova Veneza/SC, através de equipamento RTK-TPS 500, Sistema Sirgas 2000 - UTM ZONA 22S, conforme NBR 13.133:1994.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 303/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: PFAD - TREINAMENTO, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA Valor ..... : 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 13/10/2017 Término: 31/12/2017 Objeto ..... : Atuação por parte da CONTRATADA, na elaboração de processos de estruturação, análise, capacitação, intermediação, liberação, captação, prestação de contas de contratos, convênios ou quaisquer outras formas de repasse de recursos junto ao Governo Federal</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
<p>Contrato Nº.: 304/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA Contratada...: MOVELMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA Valor ..... : 3.439,00 (três mil quatrocentos e trinta e nove reais) Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 154/2017 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reforma e recuperação de cadeiras, longarinas, poltronas e sofás, com fornecimento de material, especificações e quantidades constantes no Anexo I - Termo de Referência do edital.</p> <p>-----</p> <p>-----</p>

Contrato Nº.: 305/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: T H V - VEICULOS ESPECIAIS - EIRELI - ME  
 Valor ..... : 149.850,00 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 155/2017  
 Objeto ..... : Estruturação da rede de serviços de proteção social especial, com a aquisição de um veículo "tipo van", zero quilometro, adaptado com rampa hidráulica, com no mínimo 09 (nove) lugares e mais 02 (dois) para cadeirantes, combustível a diesel, com potência mínima de 130cv, motorização mínima de 2.2, câmbio manual, direção hidráulica, retrovisores elétricos, vidros e travas elétricas, ar condicionado no painel do motorista e no compartimento dos passageiros através de duto central, preferencialmente

Contrato Nº.: 306/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: SCHMOELLER & CIA LTDA - ME  
 Valor ..... : 20.640,00 (vinte mil seiscentos e quarenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 159/2017  
 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para recuperação dos apoios (cabeceiras e pilar central) da ponte Dino Gaiteiro sobre o Rio Cedro, localizada na Comunidade de Rio Cedro Alto.

Contrato Nº.: 307/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: AROLDO FRIGO  
 Valor ..... : 141.050,00 (cento e quarenta e um mil e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 157/2017  
 Objeto ..... : Aquisição de combustível destinados aos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Nova Veneza/SC.

Contrato Nº.: 308/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA  
 Valor ..... : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2017  
 Objeto ..... : Aquisição e instalação de equipamentos para implantação de sistema de segurança eletrônica por meio de câmeras com acesso remoto destinados a Gondola, a Garagem Municipal e ao Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha.

Contrato Nº.: 309/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: KHROS INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM ELETRÔNICA  
 Valor ..... : 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2017  
 Objeto ..... : Aquisição e instalação de equipamentos para implantação de sistema de segurança eletrônica por meio de câmeras com acesso remoto destinados a Gondola, a Garagem Municipal e ao Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha.

Contrato Nº.: 310/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: DOUGLAS CARDOSO DE LIMA - ME  
 Valor ..... : 2.210,00 (dois mil duzentos e dez reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 160/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Aquisição de equipamento de informática e móveis, bem como fornecimento e instalação de divisórias, do tipo naval, destinadas a ampliação e reforma da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Nova Veneza/SC.

Contrato Nº.: 311/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME  
 Valor ..... : 3.181,00 (três mil cento e oitenta e um reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 160/2017  
 Objeto ..... : Aquisição de equipamento de informática e móveis, bem como fornecimento e instalação de divisórias, do tipo naval, destinadas a ampliação e reforma da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Nova Veneza/SC.

Aditivo Nº ..... : 8-179/2014 - Contrato Nº.: 179/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA - ME  
 Valor ..... : 5.441,18 (cinco mil quatrocentos e quarenta e um reais e dezoito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 81/2014  
 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para execução da construção de 1 (uma) quadra poliesportiva com vestiários com uma área total de 980,40 metros quadrados de cobertura

Aditivo Nº ..... : 2-103/2017 - Contrato Nº.: 103/2017  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: GABITUR TRANSPORTES EIRELI - ME  
 Valor ..... : 1.534,58 (um mil quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2017  
 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para efetuar o serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual do Município de Nova Veneza, de acordo com as especificações, determinações e quantitativos constantes no anexo I, que faz parte integrante do edital supramencionado.

Aditivo Nº ..... : 3-109/2016 - Contrato Nº.: 109/2016  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: GABITUR TRANSPORTES EIRELI - ME  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 56/2016  
 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para efetuar o serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual do Município de Nova Veneza, durante o exercício de 2016, de acordo com as especificações, determinações e quantitativos constantes no Anexo I, que faz parte integrante deste edital.



Aditivo Nº ..... : 1-05/2017 - Contrato Nº: 05/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
Contratada...: AUTO POSTO MONDARDO LTDA  
Valor ..... : 3.822,00 (três mil oitocentos e vinte e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 19/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 124/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aquisição de combustível a serem destinados a frota de veículos do Corpo de Bombeiro Militar de Forquilha, durante o exercício de 2017, de acordo com as especificações, determinações e quantitativos constantes no Anexo I, que faz parte integrante deste edital.

Nova Veneza/SC, 1º de novembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2017**

Publicação Nº 1418389

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2017

Objetivo: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seus anexos.

Abertura: às 9:00 horas do dia 21/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 03 de novembro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### PORTARIA 124

Publicação Nº 1417837

	ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br
--	---

PORTARIA nº 124 de 01 de novembro de 2017.

Revoga efeitos da Portaria nº 102/2017 DE 18 de AGOSTO de 2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação em vigor;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o término do período de afastamento para tratamento de saúde da servidora Silvia Regina Somariva em 31/10/2017, conforme perícia em anexo, o que considerou apenas 60 dias de afastamento;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado os efeitos da Portaria nº 102/2017 de 18 de agosto de 2017. Licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Sr. SILVIA REGINA SAUGO SOMARIVA, Matrícula 822/01, retornando ao trabalho a partir do dia 01 de novembro de 2017, conforme perícia do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 01 de novembro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o Contrato Temporário nº 053/2017, firmado com o Sr. MARQUINHOS DA ROSA, Matrícula nº 827/01, nos termos da Cláusula Oitava, I, do referido instrumento, a partir de 01 de Novembro de 2017.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

Em 01 de novembro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

### PORTARIA 125

Publicação Nº 1417838

PORTARIA Nº 125 de 01 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a rescisão do contrato temporário 053/2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o término do período de afastamento para tratamento de saúde da servidora Silvia Regina Somariva em 31/10/2017, conforme perícia em anexo, o que considerou apenas 60 dias de afastamento;

CONSIDERANDO que a contratação do servidor MARQUINHOS DA ROSA, se deu em função do afastamento desta servidora e que o atestado médico era para 90 (noventa) dias conforme portaria nº102/17;

# Orleans

## PREFEITURA

### 2.774 INSTITUI O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Publicação Nº 1418375

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.774 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“INSTITUI PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DE ORLEANS – REGULAMENTANDO O ARTIGO 416 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1923 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Empresarial de Orleans, com o objetivo de fomentar a expansão de empreendimentos existentes e estimular a atração de novos empreendimentos para o município, quer seja no meio rural ou urbano, com o fim primordial de gerar emprego e renda.

Art. 2º O Poder Executivo poderá utilizar os seguintes mecanismos para fomentar o programa:

I – Execução de infraestrutura primária em terrenos destinados à implantação dos empreendimentos, mediante pagamento da taxa prevista no anexo I;

II – Execução de obras de infraestrutura nos imóveis, tais como abertura de estradas, realização de terraplenagem e nivelamento, mediante pagamento da taxa prevista no anexo I.

Art. 3º Os benefícios tratados pelo artigo anterior serão concedidos às empresas do ramo industrial, comercial, atacadista, prestadores de serviços e de turismo, ou aos imóveis adquiridos ou alugados por mais de 10 (dez) anos, por empresas que atuem nos ramos descritos, e, que o beneficiado tenha domicílio fiscal em Orleans.

Art. 4º O atendimento às demandas das empresas seguirá as normas e critérios estabelecidos por esta Lei e, será prestado, mediante disponibilidade da patrulha mecanizada do Município, através de equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura e/ou da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Parágrafo único. Entende-se por Patrulha Mecanizada os equipamentos listados no anexo I desta Lei.

Art. 5º Para utilização do benefício, o interessado deverá apresentar projeto na Secretaria de Municipal de Infraestrutura de Orleans, contendo a indicação dos equipamentos do anexo I, com a quantidade de horas para realização do serviço. Após verificado e aprovado o projeto pelo órgão competente, será confeccionado em documento de arrecadação própria, através da rede bancária, para pagamento da taxa de horas máquinas - THM.

§ 1º A arrecadação prevista neste artigo será destinada para conta movimento do Município.

§ 2º Os interessados no benefício devem estar em dia com suas obrigações perante o Município de Orleans.

Art. 6º O percentual sobre o UFM da participação da empresa e ou empreendedor poderá ser reajustado periodicamente por decreto do Poder Executivo, sempre que houver alteração dos preços de seus insumos que impliquem na necessidade do reajuste.

Art. 7º Cada empresa ou empreendedor, poderão ser atendidos até o limite de 100 (cem) horas-máquinas por projeto/serviço e por equipamento, facultada a reinscrição se houver tempo remanescente no exercício.

Parágrafo Único. O limite estabelecido é vinculado ao interessado ou a propriedade.

Art. 8º O atendimento priorizará os serviços por local e, em segundo plano, por ordem cronológica de inscrição, sendo que o cronograma será definido pela Secretaria de Infraestrutura do Município.

Art. 9º Os serviços serão acompanhados pelo beneficiado, e fiscalizado pelo Departamento de Planejamento.

Art. 10. Os recursos para a implementação desta Lei serão os consignados em orçamento, destinados ao apoio de desenvolvimento da indústria e comércio.

Art. 11. Para fins de acompanhamento e fiscalização, fica a Secretaria de Infraestrutura obrigada a apresentar para a Câmara de Vereadores, relatório trimestral informando as empresas e ou empreendedores contemplados com o respectivo programa, disponibilizando inclusive valores.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, 31 de outubro de 2017; 131 anos de Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

#### ANEXO I

#### DA PATRULHA MECANIZADA DO MUNICÍPIO

Equipamento	Valor da Participação em % Sobre a UFM
Caminhão (Unidade)	100
Retroescavadeira	100
Pá Carregadeira	100
Patrola	200
Escavadeira Hidráulica	200

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

MARIO COAN

Secretário de Administração

### 2.776 ANULA DOTAÇÃO E SUPLEMENTA

Publicação Nº 1418422

LEI N. 2.776 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.046 - Manutenção da Proteção Social Básica

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
2.047- Manutenção da Proteção Social Especial  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
2.048- Manutenção da Gestão da Assistência Social  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

TOTAL R\$ 305.000,00

Art.2º . A conta dos recursos anteriores, ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
03.01 – Departamento de Administração  
2.005 - Manutenção da Administração Geral  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
08.02 – Departamento de Serviços Urbanos  
1.011 - Pavimentação e Revitalização de Vias Públicas  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

TOTAL R\$ 305.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente lei nesta Secretaria municipal de Administração, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração.

#### 4.170 ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1417518

DECRTO N. 4.170 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2689 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

11.00 – FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS  
11.01 – Fundação Ambiental Municipal De Orleans  
0.004 - Amortização e Encargos Financeiros de Veículos  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

TOTAL R\$ 37.000,00

Art.2º. A conta do recurso anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

11.00 – FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS  
11.01 – Fundação Ambiental Municipal De Orleans  
0.004 - Amortização e Encargos Financeiros de Veículos  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

TOTAL R\$ 37.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 27 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

#### 4.171 - ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 1417525

DECRETO N. 4.171 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, PARA O ANO LETIVO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Art. 68, inciso VII da Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO o contido no Informativo Circular n. 046/2017 da Secretaria Municipal da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada as Unidades da Rede Municipal de Ensino a criar novas turmas e/ou desdobramentos, desde que comprovado com matrícula oficializada, quinze alunos mais um, ou respeitada a Lei do número de alunos por metro quadrado e espaço físico adequado.

Parágrafo Único. Fica autorizado ainda, a junção de graus de ensino na mesma sala, quando comprovado o número insuficiente de matrículas para o grau de ensino oferecido.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de janeiro de 2018.

Orleans/SC 27 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

#### 4.172 NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PAD 005

Publicação Nº 1417542

DECRETO N.º 4.172 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 136 da Lei Complementar n.º 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar

fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos.

**DECRETA:**

Art.1.º Fica constituída e nomeada a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- Presidente: Eliete Brighenti Hoffmann
- Secretária: Maira Regina Luiz
- Membro: Marcia Regina da Silva Lole

Art.2.º A Comissão terá como atribuições apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido, de acordo com o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art.4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial o Decreto 4.168 de 19 de outubro de 2017.

Orleans/SC 27 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

**4.173 NOMEIA COMISSÃO PROCESSOA ADM 005/2017**

Publicação Nº 1418429

DECRETO N.º 4.173 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 005/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 136 da Lei Complementar n.º 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos.

**DECRETA:**

Art.1.º Fica constituída e nomeada a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2017, composta pelos seguintes servidores:

- Presidente: Maira Regina Luiz
- Secretária: Maristela Volpato Bussolo
- Membro: Aderival Ricardo Campos

Art.2.º A Comissão terá como atribuições apurar responsabilidade

de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido, de acordo com o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art.4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial o Decreto 4.168 de 19 de outubro de 2017.

Orleans/SC 19 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

**4.174 HOMOLOGA RESOLUÇÃO 006 CMS**

Publicação Nº 1417626

DECRETO Nº 4.174 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

Art.1º. Fica Homologada a Resolução n. 006/2017, do Conselho Municipal de Saúde – CMS, que aprova a tabela de escala de plantões das farmácias do Município de Orleans/SC, para o período de 01 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 31 de outubro de 2017; 131º anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração



**4.175 ANULA DOTAÇÃO E ABRE CREDITO SUPPLEMENTAR**

Publicação Nº 1418423

DECRETO N. 4.175 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 2.776 de 03 de novembro de 2017, DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

**09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
2.046 - Manutenção da Proteção Social Básica  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
2.047- Manutenção da Proteção Social Especial  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
2.048- Manutenção da Gestão da Assistência Social  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

TOTAL R\$ 305.000,00

Art.2º . A conta dos recursos anteriores, ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

**03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

03.01 – Departamento de Administração  
2.005 - Manutenção da Administração Geral  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

**08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

08.02 – Departamento de Serviços Urbanos  
1.011 - Pavimentação e Revitalização de Vias Públicas  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

TOTAL R\$ 305.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria municipal de Administração, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração.

**CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 7/2017 FMS**

Publicação Nº 1418673

**CANCELAMENTO DO CONTRATO 7/2017 FMS**

MOTIVO: Cancelamento do referido contrato em virtude de unificação de processo licitatório, (Lançamento de Processo Multientidade).

Contrato Nº.: 7/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 23/01/2017 Término: 31/12/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.303.746,29

Objeto ..... : CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS DE COMPRAS, CONTABILIDADE E TESOUREARIA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL.

Orleans, 31 de Outubro de 2017

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE

**CONTRATO Nº 113/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1418676

Contrato Nº.: 113/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 263.505,06 (duzentos e sessenta e três mil quinhentos e cinco reais e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 01/11/2017 Término: 01/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 150.298,82

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE SETORES DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS.

Orleans, 01 de Novembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 38/2017 FMS**

Publicação Nº 1418675

Contrato Nº.: 38/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 13.632,95 (treze mil seiscentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 01/11/2017 Término: 01/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 21.599,20

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE SETORES DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS."

Orleans, 01 de Novembro de 2017

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



**PROCESSO Nº 151/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1418081

PROCESSO Nº 151/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (MADEIRA, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E OUTROS AFINS) PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CASAS PARA POPULAÇÃO CARENTE, ATENDENDO A NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 20/11/2017 às 08h30min. Abertura das Propostas: dia 20/11/2017, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)  
Orleans - SC, 01 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**PROCESSO Nº 152/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1418672

PROCESSO Nº 152/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DECORATIVOS PARA QUE SEJA REALIZADA A DECORAÇÃO DO NATAL (RUAS PRAÇAS E RÓTULAS) E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS TEMPORARIAS(-TENDA E PALCO), CONTRATAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DESTINADOS AO EVENTO DO NATAL DOS SONHOS 2017, QUE SERÁ REALIZADO DE 01 A 23 DE DEZEMBRO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 17/11/2017 às 09h:00min.

Abertura das Propostas: dia 17/11/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)  
Orleans - SC, 03 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇO 003/2017

Publicação Nº 1418107

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à contratação de empresa especializada para a construção do Centro de Educação Infantil, no Bairro Poço Rico. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 21/11/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 01/11/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

## INSTITUO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

### PORTARIA Nº 07/2017

Publicação Nº 1417996

PORTARIA Nº 07/2017

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE MARCIA DE QUADRA, CPF Nº 469.935.849/72, RG nº 1.433.494, matrícula nº 1483, de acordo com o Art. 16, § 1º da lei 81/2005 e art. 6º, da EC 41/03, categoria funcional de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas, inscrita no PIS sob o nº 120.53139.03.1.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 24 de Maio de 2017.

HELICIO JOSÉ DE ALMEIDA  
SUPERINTENDENTE DO IPAM

### PORTARIA Nº 13/2017

Publicação Nº 1417990

PORTARIA Nº 13/2017

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Superintendente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE CATARINA SCHNEIDER DA SILVA, CPF Nº 664.713.039-04, RG nº 1.751.318, matrícula nº 833, de acordo com o Art. 16 da lei 81/2005 e art. 3º, da EC 47/05, categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com carga horária de 30 horas, inscrita no PIS sob o nº 122.60200.26.7.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de JULHO de 2017.

HELICIO JOSÉ DE ALMEIDA  
SUPERINTENDENTE DO IPAM

## **PORTARIA Nº 06/2017**

Publicação Nº 1418041

PORTARIA Nº 06/2017

### **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE ANGELA MARIA RODRIGUES DUTRA, CPF Nº 579.603.649-15, RG nº 1.828.573, matrícula nº 736, de acordo com o Art. 16, § 1º da lei 81/2005 e art. 6º, da EC 41/03, categoria funcional de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas, inscrita no PIS sob o nº 170.26589.76.6.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 19 de Maio de 2017.

HELICIO JOSÉ DE ALMEIDA  
SUPERINTENDENTE DO IPAM

## **PORTARIA Nº 14/2017**

Publicação Nº 1418033

PORTARIA Nº 14/2017

### **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

O Superintendente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE JOSÉ VALTER BERNARDO DA SILVA, CPF Nº 690.930.759-34, RG nº 2269283, matrícula nº 679, de acordo com o Art. 16 da lei 81/2005 e art. 3º, da EC 47/05, categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas, inscrito no PIS sob o nº 108.77673.47.8..

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 05 de JULHO de 2017.

HELICIO JOSÉ DE ALMEIDA  
SUPERINTENDENTE DO IPAM

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 062/2017

Publicação Nº 1417599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 062/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 087/2017

O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço para aquisição de equipamentos para Parque Municipal de Exposições Mansueto Guilherme Faccio, conforme edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 20 de novembro de 2017. Cred, sessão de lances e Hab.: Às 09h10min dia 20 novembro de 2017. Obt. Infor. Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 01 de novembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 063/2017

Publicação Nº 1417602

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 062/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 087/2017

O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço para aquisição de equipamentos para Parque Municipal de Exposições Mansueto Guilherme Faccio, conforme edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 20 de novembro de 2017. Cred, sessão de lances e Hab.: Às 09h10min dia 20 novembro de 2017. Obt. Infor. Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 01 de novembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 063/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 088/2017

O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço para Aquisição de equipamentos e materiais permanente para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Ouro Verde /SC, conforme edital. Entrega dos Envelopes: Até as 08h25min dia 21 de novembro de 2017. Cred, sessão de lances e Hab.: Às 08h35min dia 21 novembro de 2017. Obt. Infor. Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 01 de novembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº2999

Publicação Nº 1417228

DECRETO N.º 2999/2017

“Dispõe sobre Suplementação e Anulação de Dotação e dá outras Providências”.

AMÉLIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 976/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.450,00 (Quatorze quatrocentos e cinquenta reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	11001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	Saúde	
Subfunção	301	Atenção Básica	
Programa	1001	Saúde para Todos	

Ação	2.50	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Fonte	0138	Transf. do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO		
Despesa	12	3190 – Aplicações Diretas	R\$	14.450,00
		Total .....	R\$	14.450,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado a seguintes dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	11001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função	10	Saúde		
Subfunção	301	Atenção Básica		
Programa	1001	Saúde para Todos		
Ação	2.50	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Fonte	0138	Transf. do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO		
Despesa	105	3290 – Aplicações Diretas	R\$	14.450,00
		Total .....	R\$	14.450,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 20 de outubro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

## DECRETO Nº3000

Publicação Nº 1417231

DECRETO N.º 3000/2017

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 03 de novembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogado as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 30 de outubro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

## DECRETO Nº3001

Publicação Nº 1417234

DECRETO N.º 3001/2017

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. LUIZ CARLOS DE LIMA ROZA, para exercer o Cargo em comissão de Agente Operacional, Lotado Junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 01 de novembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal



# Paial

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 60/2017 TOMADA DE PREÇOS N. 07/2017

Publicação Nº 1417712

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 22 de Novembro de 2017, visando a contratação de empresa do ramo de engenharia, em regime de empreitada global, regime de execução por preço unitário, para execução de obra de Chancha de Bocha de Piso, com o concomitante fornecimento de materiais e mão de obra. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 22 de Novembro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Finanças e pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 01 de Novembro de 2017.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI

Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO PROCESSO N. 59/2017

Publicação Nº 1417686

PREFEITURA DE PAIAL

NOTA DE REVOGAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório 59/2017

PREGÃO PRESENCIAL 35/2017

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

#### OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos, caminhões, máquinas pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços; Diretoria Agricultura; Secretaria Municipal de Assistência Social; Gabinete do Prefeito; do Município de PAIAL /SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1. REVOGAR o Proc. Licitatório nº 59/2017, Edital de PREGÃO PRESENCIAL 035/2017, devido a equívoco na contagem do prazo legal de publicidade.

PAIAL, 01 de Novembro de 2017

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito

# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 214/2017

Publicação Nº 1418152

#### EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 214/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de 01 (um) martelo rompedor profissional para atender a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. VALOR: R\$ 4.110,00 (quatro mil cento e dez reais). Data: 03/10/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 223/2017

Publicação Nº 1418166

#### EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 223/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática, prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS) em tempo real e ininterrupto e identificação do motorista, para o controle de frota da Prefeitura Municipal de Palhoça, incluindo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento. VALOR: R\$ 889,00 (oitocentos e oitenta e nove reais) mensais, referente a 35 veículos. Data: 31/10/2017.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 212/2017

Publicação Nº 1418149

#### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 212/2017

Termo de Aditamento – INCLUSÃO

Espécie: 10º Termo de Aditamento ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Nº 178/2016, firmado em 15/12/2016, com a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA.

OBJETO: Fica INCLUÍDO da Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 178/2016.

A) Veículo abaixo discriminado de uso exclusivo da Fundação Cambirela de Meio Ambiente conforme memorando nº 43.570/2017.

Especificação	Ano/Mod	Placa	Chassi	Renavam
Volkswagen/ Saveiro Robust	2018/2018	IYA6154	9BWJB45U6JP042222	1127716295

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIODE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO N. 150/2016

DATA: 02/10/2017

Signatários: pelo Contratante,

ANESTOR PEDRO DENONI

Fundação Cambirela de Meio Ambiente

Pelo Contratado,

AUTO POSTO PUEL LTDA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 213/2017

Publicação Nº 1418150

#### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 213/2017

Termo de Aditamento – INCLUSÃO

Espécie: 11º Termo de Aditamento ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Nº 178/2016, firmado em 15/12/2016, com a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA.

OBJETO: Fica INCLUÍDO da Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 178/2016 o veículo abaixo discriminado de uso exclusivo da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Especificação	Ano/Mod	Placa	Chassi	Renavam
Ford/ F 350 P	2017/2017	QIS 0267	9BFJF37P9HB012306	1129336490

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO N. 150/2016

DATA: 03/10/2017

Signatários: pelo Contratante,  
CLAUDIO MONTEIRO  
Secretário Municipal de Segurança Pública  
Pelo Contratado,  
AUTO POSTO PUEL LTDA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 215/2017**

Publicação Nº 1418151

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº 215/2017 AO CONTRATO N.º177/2011 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DANIELA VILMA MOREIRA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 13/09//2019 o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Concorrência Pública n.º 177/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 15/09/2017. DATA: 09/10/2017.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 216/2017**

Publicação Nº 1418153

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 216/2017

Termo de Aditamento – INCLUSÃO

Espécie: 3º Termo de Aditamento ACRÉSCIMO ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 128/2017, firmado em 13/06/2017, com a empresa IPM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 5.724,00 (Cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais), correspondente ao percentual de 0,462015%, sobre o valor total do contrato nº 128/2017, referente a inclusão do Módulo PORTAL CIDADÃO, incluindo o Serviço de diagnóstico, migração, configuração, habilitação, treinamento e acompanhamento operacional, serviços de customização em softwares e assistência técnica na sede da entidade (hora técnica), conforme justificativa e proposta de preços, encaminhado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA – IPPA.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2017

DATA: 11/10/2017

Signatários: pelo Contratante,

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Presidente do IPPA

Pelo Contratado,

IPM SISTEMAS LTDA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 217/2017**

Publicação Nº 1418155

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 217/2017

Termo de Aditamento – Reajuste de Preços

ESPÉCIE: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 217/2017, firmado em 23/11/2016, com a Empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: Devido ao reajuste anual estabelecido na Cláusula Sexta, do Contrato de Prestação de Serviços, fica reajustado no percentual de 1,65%, o valor unitário estabelecido no contrato n. 301/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2016

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “504” 35.1.2.139.3.3.90.39.28.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 148,05(cento e quarenta e oito reais e cinco centavos).

DATA: 23/10/2017

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Pelo contratado,

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 219/2017**

Publicação Nº 1418156

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 219/2017**

Termo de Aditamento – Alteração Contratual

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 155/2017, firmado em 12/07/2017, com a empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – ME.

OBJETO: Fica aprovado a troca de marca SANSUNG para o item monitor profissional 55 full HD 1.920 X 1.080 pixel permanecendo o mesmo valor do contrato.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL: Nº 44/2017

DATA: 25/10/2017.

Signatários: pelo Contratante,

CLAUDIO MONTEIRO

Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Pelo Contratado,

PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – ME

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 220/2017**

Publicação Nº 1418162

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 220/2017**

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obras n.º 029/2015, firmado em 03/03/2015, com a empresa SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 029/2015, sendo o prazo de vigência retroagido em 03/09/2017 a 01/03/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 226/2014

DATA: 27/10/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 133.083-3

DIOGO JESUS DA ROSA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 056.773-4

Pelo Contratado,

SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 221/2017**

Publicação Nº 1418164

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 220/2017**

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obras n.º 143/2017, firmado em 04/07/2017, com a empresa AMANDA SAVULSKI DE RODRIGUES ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 143/2017, sendo o prazo de vigência retroagido em 02/11/2017 a 30/01/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS: Nº 032/2017

DATA: 30/10/2017.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 133.083-3

LUCAS SILVEIRA N. TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

AMANDA SAVULSKI RODRIGUES - ME

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 224/2017**

Publicação Nº 1418167

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 224/2017

Termo de Aditamento – INCLUSÃO

Espécie: 12º Termo de Aditamento ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Nº 178/2016, firmado em 15/12/2016, com a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA.

OBJETO: Ficam INCLUÍDOS na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 178/2016:

A) VEÍCULO abaixo discriminado, de uso exclusivo dos conselhos tutelares do município conforme memorando nº 49.760/2017.

Especificação	Ano/Mod	Placa	Chassi	Renavam
Chery/ QQ 1.0 Look	2017/2017	QIJ0487	98RDB12B2JA001530	1127388352

B) MAQUINÁRIOS abaixo discriminados de uso exclusivo da Secretaria de Serviços Públicos conforme memorando nº 50.325/2017.

Especificação	Potência	Cod Produto	NCM/SH
Motosserra a gasolina 50,2 cilindradas	2,6 KW / 3,5 CV rotação	7763	84672200
Soprador a gasolina p/ Jardinagem, motor 27,2	0,7 KW / 1	7764	84772010

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO N. 150/2016

DATA: 31/10/2017

Signatários: pelo Contratante,

ROSÂNGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social e Fundo Municipal para os Direitos da Criança e do Adolescente – FIA

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos

Pelo Contratado,

AUTO POSTO PUEL LTDA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 225/2017**

Publicação Nº 1418169

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 225/2017

Termo de Aditamento – INCLUSÃO

Espécie: 13º Termo de Aditamento ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Nº 178/2016, firmado em 15/12/2016, com a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA.

OBJETO: Ficam INCLUÍDOS na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 178/2016 os veículos abaixo discriminados de uso exclusivo da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Especificação	Ano/Mod	Placa	Chassi	Renavam
VW/NOVO GOL TL MBV	2017/2018	QIN 3268	9BWAB45U3JT061219	1132230958
VW/NOVO GOL TL MBV	2017/2018	QIN 3348	9BWAB45U9JT061225	1132231512

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO N. 150/2016

DATA: 31/10/2017

Signatários: pelo Contratante,

CLAUDIO MONTEIRO

Secretário Municipal de Segurança Pública

Pelo Contratado,

AUTO POSTO PUEL LTDA

**PREGAO PRESENCIAL 129/2017**

Publicação Nº 1418687

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 129/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 17 de novembro de 2017, às 08:30 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão pública para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 129/2017 contratação de empresa para confecção, montagem e desmontagem de estruturas e cenários do Evento Natal Mágico 2017 de Palhoça, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 06 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 101/2017**

Publicação Nº 1418180

PORTARIA Nº 101, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

SUSPENDER:

Art. 1º - Fica suspenso o expediente deste Poder Legislativo no dia 03 de novembro do corrente ano, haja vista a decretação de ponto facultativo pelo Poder Executivo, conforme Decreto nº 2.117, de 06 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO

Presidente



# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 079/2017

Publicação Nº 1417396

Decreto n. 079, de 01 de Novembro de 2017.

Homologa Resolução 008/2017, de 24 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Relatório do Segundo Quadrimestre de 2017 do Conselho Municipal de Saúde, do Município de Palma Sola e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 1965/2017, de 31 de maio de 2017,

Decreta:

Art. 1º - Fica homologada, como homologada está a Resolução CMS 008/2017 que dispõe sobre o Relatório do Segundo Quadrimestre de 2017 do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Palma Sola.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 01 de Novembro de 2017.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

RESOLUÇÃO CMS Nº 008/2017 de 24 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO QUADRIMESTRAL,  
REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2017 – RREO – LEI 141/2012.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, de acordo com as competências legais e regimentais conferidas pela Lei 8080/90, Lei 8.142/90, Lei Municipal de 911 de 03 de dezembro de 1991, revogada pela Lei 1.965/2017 de 31 de maio de 2017.

Considerando ainda o disposto no Decreto 7.508/2011 e após apresentação, discussão o Pleno do Conselho Municipal de Saúde, decidiu à unanimidade dos presentes pela aprovação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO);

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR, o Relatório Quadrimestral referente ao Segundo Quadrimestre de 2017, do município de Palma Sola – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com deliberação da plenária do CMS.

Art. 2º – A presente Resolução atende ao disposto no Artigo 41º da Lei 141/2012, combinado com o Artigo 23º, Inciso V do Decreto 7.827/2012 e refere-se ao período de maio a agosto de 2017.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de publicação, após homologação por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º – Revogam-se disposições em contrário.

Palma Sola/SC, 24 de outubro de 2017.

Juce Mari Appio Berti  
Presidente do CMS  
Palma Sola/SC

### EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº. 143 AO 157/2017 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Publicação Nº 1417119

CONTRATO: 143/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS –  
LTDA -EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 2.391,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTE-  
RIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 144/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES –  
LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 23.449,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTE-  
RIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 145/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR –  
LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 20.032,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 146/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 15.680,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 147/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 6.862,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 148/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CENTERMED -COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 17.170,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 149/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: A G KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 1.143,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 150/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 10.162,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 151/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 11.269,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 152/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 25.869,50

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

VALOR TOTAL: 10.942,50

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

CONTRATO: 153/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CONTRATADO: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 11.370,00

CONTRATO: 157/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

ASSINATURA: 01/11/2017

CONTRATADO: ILG COMERCIAL LTDA ME

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

VALOR TOTAL: 3.193,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

CONTRATO: 154/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CONTRATADO: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 8.760,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 155/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: AR FIOREZZANO DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL: 19.261,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 01/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 156/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: VITALSUL DIST. DE MEDICAMENTOS EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

# Palmitos

## PREFEITURA

### Decreto nº 075/2017

Publicação Nº 1418207

DECRETO Nº 075/2017. DE 19 DE OUTUBRO 2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.964, de 19 de Outubro de 2017:
---	---

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por conta do provável Excesso de arrecadação, no valor de até R\$ 682.500,00 (seiscentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 1013 – Obras de Pavimentação e Construção de Passeios em vias Públicas

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0012 (178) R\$ 243.750,00

FONTE DE RECURSO: Transferências de Convênios – união/Outros

TOTAL GERAL R\$ 243.750,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ/ATIV: 1010 – Aquisição de Veículos, Maquinas e Implementos Agrícolas

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0012 (179) R\$ 438.750,00

FONTE DE RECURSO: Transferências de Convênios – união/Outros

TOTAL GERAL R\$ 438.750,00

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 682.500,00 (seiscentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais), são os provenientes do provável Excesso de arrecadação, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

DECRETO Nº 075/2017.

DE 19 DE OUTUBRO 2017

R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais) provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 12 – Transferências de Convênios – união/ outros, por conta do Contrato de Repasse nº 841412/2016/MTUR

destinado a Pavimentação com pedras irregulares e sinalização turística;

R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 12 – Transferências de Convênios – união/ outros, por conta do Contrato de Repasse nº 844252/2017 destinado a Aquisição de implementos agrícolas;

R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e cinquenta reais) provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 12 – Transferências de Convênios – união/ outros, por conta do Contrato de Repasse nº 847215/2017 destinado a Aquisição de Patrulha mecanizada – Rolo Compactador.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 19 de Outubro de 2017.

DAIR JOCELY ENGE

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

### EXTRATO ADITIVOS 10

Publicação Nº 1418485

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 58/2017. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (KM). Contratada: T.W. TRANSPORTES LTDA. km suprimida R\$: 4 km por dia. Palmitos 02/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 59/2017. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (KM). Contratada: JUNIOR TRANSPORTES TRANSPORTES LTDA. km suprimida R\$: 25 km por dia. Palmitos 02/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 52/2017. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (KM). Contratada: EDMAR WILLMS ME. km aditada R\$: 5 km por dia. Palmitos 02/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 11/2017. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (KM). Contratada: JORGE TADEU DE MELLO CARNEIRO ME. km aditada R\$: 6 km por dia. Palmitos 02/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 53/2017. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (KM). Contratada: ELISABETE SIGNORI MEI. km aditada R\$: 14 km por dia. Palmitos 02/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

4º Termo Aditivo ao Contrato: nº 34/2015. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO. Contratada: CONCRETOS E PROJETOS LTDA EPP. ALTERAÇÃO: O presente termo aditivo é firmado com o objetivo único de permitir que a empresa contratada preste serviços ao Departamento de Obras e Serviços Urbanos e à Administração Geral, portanto, sem exclusividade à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Palmitos 09/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 10**

Publicação Nº 1418491

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 052/2017. Ata de Registro de Preço: nº 01/2017. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DESTINADO À INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. Contratada: Semêx do Brasil Comércio Importação e Exportação LTDA. Valor R\$: 83.790,00. Vigência: de 02/10/2017 à 01/10/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 052/2017. Ata de Registro de Preço: nº 02/2017. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DESTINADO À INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. Contratada: Genutri Comércio de Sêmen LTDA. Valor R\$: 12.600,00. Vigência: de 02/10/2017 à 01/10/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 055/2017. Ata de Registro de Preço: nº 01/2017. Objeto: Registro de Preços visando AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. Contratada: Heinen Materiais de Construção LTDA. Valor R\$: 1.718,00. Vigência: de 30/10/2017 à 29/10/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 055/2017. Ata de Registro de Preço: nº 02/2017. Objeto: Registro de Preços visando AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. Contratada: Jardel Jacobs Pereira da Silva. Valor R\$: 16.897,50. Vigência: de 30/10/2017 à 29/10/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 055/2017. Ata de Registro de Preço: nº 03/2017. Objeto: Registro de Preços visando AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. Contratada: Quimicasol Eireli EPP. Valor R\$: 16.380,00. Vigência: de 30/10/2017 à 29/10/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 055/2017. Ata de Registro de Preço: nº 04/2017. Objeto: Registro de Preços visando AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. Contratada: Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferramentas LTDA EPP. Valor R\$: 23.900,00. Vigência: de 30/10/2017 à 29/10/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**EXTRATO CONTRATOS FUNDOS 10**

Publicação Nº 1418486

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Contrato Administrativo: nº 17/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, A SER REALIZADA NO CONSULTÓRIO DA

PROPONENTE. Contratada: CLINICA MÉDICA BONDAN. Valor Total R\$: 69.000,00. Vigência: 09/10/2018. Palmitos 10/10/2017. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Contrato Administrativo: nº 18/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, A SER REALIZADA NO CONSULTÓRIO DA PROPONENTE. Contratada: CLINICA MÉDICA PRÓ VIDA LTDA. Valor Total R\$: 69.000,00. Vigência: 09/10/2018. Palmitos 10/10/2017. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Contrato Administrativo: nº 04/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, "TIPO VAN", ZERO QUILOMETRO, COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. Contratada: YASCA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS - EIRELI. Vigência: 02/03/2018. Valor Total R\$: R\$ 156.990,00. Palmitos 03/11/2017. Leda Maria Matte Perin – Gestora do Fundo.

**EXTRATO CONTRATOS PREFEITURA 10**

Publicação Nº 1418490

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Contrato Administrativo: nº 064/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLAR; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR, BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS NOS SEUS ANEXOS. Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA. Vigência: 31/12/2017. Valor: R\$ 6.504,00. Palmitos 23/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Contrato Administrativo: nº 065/2017. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE, OU MAIS, DE AMBOS OS SEXOS, RESIDENTES EM PALMITOS - SC, INDEPENDENTES E/OU COM DIVERSOS GRAUS DE DEPENDÊNCIA, DE FORMA PROVISÓRIA E, EXCEPCIONALMENTE, DE LONGA PERMANÊNCIA QUANDO ESGOTADAS AS POSSIBILIDADES DE AUTO-SUSTENTO E CONVÍVIO COM OS FAMILIARES, PREVISTO PARA AQUELES QUE NÃO DISPÕEM DE CONDIÇÕES PARA PERMANECER COM A FAMÍLIA, COM VIVÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E NEGLIGÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE RUA E DE ABANDONO. Contratada: NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS - NUPAI. Vigência: 25/10/2017. Palmitos 26/10/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.



**Lei nº 3.965/2017**

Publicação Nº 1418209

<p>LEI Nº. 3965 / 2017 DE 19 DE OUTUBRO 2017</p>	<p>DENOMINA O DIA 10 DE SETEMBRO, DIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º Fica denominado o dia 10 de setembro, Dia Municipal de Prevenção do Suicídio, fica ainda instituído o mês de setembro de todos os anos para promover a conscientização da população de Palmitos SC, através de palestras, grupos de apoio, teatro, campanhas de rua, material impresso (Folder, Cartilha), CRAS, CREAS, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, entre outros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 19 de Outubro de 2017.  
DAIR JOCELY ENGE  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

anualmente em favor da UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA, entidade inscrita no CNPJ nº 76.875.731/0001-42, com sede na Cidade de Florianópolis – SC.

Parágrafo Único - O valor que trata o “caput” do artigo 1º. do presente ato, é de R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais), a serem lançados conforme a edição de boleto de pagamento pela entidade ou depósito em conta.

Art. 2º. A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seus estatutos, não podendo haver desvios de finalidade.

Parágrafo único. A entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º. A contribuição cessará pela dissolução da entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por revogação da Lei autorizativa que venha determinar sua condição de desfilado, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta em rubrica específica do orçamento do Legislativo Municipal.

LEI Nº. 3966 / 2017  
DE 19 DE OUTUBRO 2017

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 19 de Outubro de 2017.  
DAIR JOCELY ENGE  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

**Lei nº 3.966/2017**

Publicação Nº 1418210

<p>LEI Nº. 3966 / 2017 DE 19 DE OUTUBRO 2017</p>	<p>AUTORIZA O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS, A FILIAR A CÂMARA MUNICIPAL E ESTA CONTRIBUIR ANUALMENTE EM FAVOR DA UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º. Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de vereadores, autorizado a filiar a Câmara Municipal e está contribuir

**Lei nº 3.967/2017**

Publicação Nº 1418212

<p>LEI Nº. 3967 / 2017 DE 19 DE OUTUBRO 2017</p>	<p>INSTITUI A CAMPANHA SETEMBRO VERDE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS – SC.</p> <p>Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	--

Art. 1º Fica instituída a Campanha Setembro Verde, a ser realizada, anualmente, no mês de setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população de Palmitos SC em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 19 de Outubro de 2017.  
DAIR JOCELY ENGE  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## Lei nº 3.968/2017

Publicação Nº 1418214

<p>LEI Nº. 3968 / 2017. DE 19 DE OUTUBRO 2017.</p>	<p>DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE PALMITOS PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Dair Jocely Enge, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	--

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 2º A exclusão ou alterações de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único: De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 5º O Poder Executivo, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo, poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de aproximadamente 4% ao ano, acrescido da ampliação da arrecadação receita calculada pela média dos últimos três exercícios.

Art. 7º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 8º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 19 de Outubro 2017.  
DAIR JOCELY ENGE  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## Lei nº 3.969/2017

Publicação Nº 1418218

<p>LEI N.º 3.969 / 2017 De 19 de Outubro de 2017</p>	<p>RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Dair Jocely Enge, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 3.288/ 2009, de 10 de julho de 2009.

Art. 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 19 de Outubro de 2017.  
DAIR JOCELY ENGE  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

**PROCESSO 83/2017**

Publicação Nº 1417673

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 83/2017. Modalidade: Pregão Presencial 59/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO LETIVO, COM ITINERÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA ESCOLAS LOCALIZADAS NOS PERÍMETROS RURAL E URBANO. Data da entrega dos envelopes: 17/11/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 17/11/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 03 de Novembro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

**PROCESSO 84/2017**

Publicação Nº 1417675

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 84/2017. Modalidade: Tomada de Preço 02/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES NA RUA SÃO CARLOS E SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO BALNEÁRIO DA ILHA REDONDA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 21/11/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 21/11/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 03 de Novembro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA Nº 064/2017

Publicação Nº 1417733

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Objeto : Ata de SRP nº 064/2017, referente ao Pregão Presencial nº 064/2017. Objeto: Contratação de laboratório especializado para confecção e fornecimento de Próteses Odontológicas totais e parciais . Valor : R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Contratadas : FRANCIELLI MARIA & CIA LTDA – ME .Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura.

Papanduva, 20 de Marco de 2017.

Luiz Henrique- Prefeito municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2017 DE 30102017

Publicação Nº 1417361

DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2017 DE 30/10/2017

APROVA AS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015.

Altamir Glonek, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ela, promulga o seguinte.

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2015.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 30 de outubro de 2017.

Altamir Glonek

Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Adeniz Humenhuka

Vice-Presidente

James Michel Cerniak

1º Secretário

Tafarel Schons

2º Secretário

# Paraíso

## PREFEITURA

### 1952/2017

Publicação Nº 1417374

DECRETO Nº 1952/2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440 de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 435.000,00(quatrocentos e trinta e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) e no Fundo Municipal de Saúde distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03. – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.04.122.1030.2.020 – Manut.da Divisão de Adminis.Faz.

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(173)  
..... R\$ 90.000,00

05.00 – SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação P/Todos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas (174)  
..... R\$ 175.000,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.10.301.1071.2.086 – Manut.e Func.do Progr.Atenção à Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0203 – Aplicações Diretas(73)  
..... R\$ 120.000,00

2.101 – Manut.do Progr.Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0203 – Aplicações Diretas(71)  
..... R\$ 50.000,00

Total das Adições ..... R\$ 435.000,00  
(quatrocentos e trinta e cinco mil reais).

Art. 2º Fica , autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1440/2016 e o disposto nos incisos I , do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 01 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Elisandro Dos Santos Costa

Secretário Municipal da Administração

Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Servidor Responsável

### PR 15/2017 FMS

Publicação Nº 1417384

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 20 de Novembro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO, TIPO MICRO ONIBUS 2017/2018, A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270090, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 01 de Novembro de 2017.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

### TP 03/2017

Publicação Nº 1417407

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 21 de Novembro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO GERAL DA LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270090, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 01 de Novembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 042/2017**

Publicação Nº 1418211

PORTARIA Nº042/2017

Dispõe sobre Horário Especial de expediente na Câmara Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

FABRICIO GARLET, Presidente da Câmara Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, demais legislações em vigor, e

Considerando que o Poder Executivo Municipal adotou horário especial de verão através da edição do Decreto nº 1951/2017

Considerando que deve haver simetria entre o horário de atendimento nas repartições públicas municipais, seja do executivo, seja do legislativo para melhor atender a população, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que a partir de 01 de novembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, a Secretaria da Câmara Municipal adotará Turno Único de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7:00 horas às 13:00 horas.

Art. 2º Nos dias em que houver Sessão Plenária, o expediente de atendimento será, das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso – SC, em 01 de novembro de 2017.

FABRICIO GARLET

Presidente

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 01/11/2017

# Passos Maia

## PREFEITURA

### LEI N. 798/2017

Publicação Nº 1417792

LEI Nº 798/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“AUTORIZA REALIZAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS PARA A PROMOÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 26º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO -ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente lei:

Art. 1º. Fica autorizada a realização e o pagamento de despesas para a execução das festividades alusivas ao 26º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Passos Maia.

§ 1º - As festividades ocorrerão no período de 01 de dezembro de 2017 a 12 de dezembro de 2017, conforme programação oficial.

§ 2º - Para a realização das festividades, o Poder Executivo fica autorizado a realizar e pagar despesas até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 31 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Secretário Executivo.

### PORTARIA Nº 268, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417930

PORTARIA Nº 268, de 30 de outubro de 2017.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento de exoneração por motivos particulares formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal LENIR DOS SANTOS FRANZEN, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 31 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Passos Maia-SC, em 30 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 271, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418292

PORTARIA Nº 271, de 1º de novembro de 2017.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o atestado médico para gestante, emitido pela Dra. Fernanda Fávero – CRM/SC 18512 – datado do dia 01/11/2017, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 180 dias a partir de 01/11/2017, haja vista sua gestação;

Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora ROBERTA LUVISON, ocupante do Cargo de Professor, matrícula nº 378, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter efetivo, lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01/11/2017 até o dia 29/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.



**PORTARIA Nº 276, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.**

Publicação Nº 1418404

PORTARIA Nº 276, de 03 de novembro de 2016.

“PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a prorrogação do período de licença para tratamento de saúde da servidora Marijane Franciele Pertile, conforme disposto na Portaria nº 275, de 03 de novembro de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR O PRAZO do contrato de trabalho da servidora CLECIANE CHERNOSKI, ocupante do cargo de Professor sem Habilitação, jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 10 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 269, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418289

PORTARIA Nº 269, de 31 de outubro de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor em virtude da licença para tratamento de saúde da servidora Jaqueline Maria Pacazza Camarotto, concedida pela Portaria nº 267, de 26 de outubro de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;  
Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR a senhora ELIANI CANONICA SALVADEGO para ocupar o cargo de Professor sem Habilitação, jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para exercer as atividades de seu cargo junto

à CEI Branca de Neve, no período de 1º de novembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 270, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418291

PORTARIA Nº 270, de 31 de outubro de 2017.

“AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,  
Considerando a licença para tratamento de saúde concedida à servidora Jaqueline Maria Pacazza Camarotto pela Portaria nº 267, de 26 de outubro de 2017;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora MARIA MADALENA TRATES, ocupante do cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais no período de 1º de novembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 272, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418293

PORTARIA Nº 272, de 1º de novembro de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor em virtude da licença maternidade concedida à servidora Roberta Luvison, concedida pela Portaria nº 271, de 1º de novembro de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR o senhor FELIPE BRUSTOLIN para ocupar o cargo de Professor sem Habilitação, jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, lotando-o na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para exercer as atividades de seu cargo junto à EEEIF Duque de Caxias, no período de 1º de novembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 273, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418294

PORTARIA Nº 273, de 1º de novembro de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de servidor para atendimento de atividades essenciais da administração pública municipal até a realização de novo processo seletivo, vez que o

programa de Agentes Comunitários de Saúde não pode ser interrompido;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR a senhora DAIANE SIQUEIRA para ocupar o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, código ACS, lotação na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo as atividades na Micro Área 09 – Centro, Bairro Cancelli e Linha Lenar – a partir de 1º de novembro de 2017 até a realização de novo processo seletivo para preenchimento da referida vaga.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo a servidora ora contratada, fará jus ao vencimento fixado no Anexo I, da Lei Complementar nº 025, de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 274, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418295

PORTARIA Nº 274, de 1º de novembro de 2017.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnia;

Considerando a solicitação do servidor, protocolada em 30 de outubro de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DEJAIR ARGENTA, matrícula nº 10512, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, grupo ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-3, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2017, para serem convertidas na competência de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 275, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418403

PORTARIA Nº 275, de 03 de novembro de 2017.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pela Dra. Mara T. Kurtz Gritti – CRM/SC 7680 – datado de 1º de novembro de 2017, entregue ao setor de recursos humanos em 03 de novembro de 2017, que sugere afastamento da servidora Marijane Franciele Pertile de suas atividades laborais por um período de 40 (quarenta) dias para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE da servidora MARIJANE FRANCIULE PERTILE, matrícula nº 10582, ocupante do Cargo Temporário de Professor Sem Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PSH, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes pelo período de 01/11/2017 a 10/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 0074/2017**

Publicação Nº 1418231

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0074/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 0056/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0074/2017, Modalidade de Pregão Presencial n. 0056/2017 – Objeto: registro

de preço para Aluguel de tendas, Mão de Obra de eletricista e aquisição de material elétrico, para realização da I mostra de produtos da agricultura familiar conforme proposta de transferência 0000019740. A ser realizada dos dias 08 a 12 de dezembro de 2017 no município de Passos Maia – SC. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 20 de Novembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site [WWW.passosmaia.sc.gov.br](http://WWW.passosmaia.sc.gov.br). Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 3 de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

#### **RECURSO 8º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR**

Publicação Nº 1418266

RECURSO 8º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR

VALOR: 20.750,00

DATA: 25/10/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 03 de novembro de 2017.

#### **RECURSO BOLSA FAMILIA**

Publicação Nº 1418271

RECURSO BOLSA FAMILIA

VALOR: 1.430,00

DATA: 30/10/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 03 de novembro de 2017.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 48/2017**

Publicação Nº 1418699

DECRETO Nº 48/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.683 de 14 de dezembro de 2016, aprova o seguinte Decreto:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação abaixo, no limite de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 11.500,00

12.365.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Infantil R\$ 11.500,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.15.000050 – Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 1.15.000050 – Transf. PDDE – no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 06 de novembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017 - PMP

Publicação Nº 1418039

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de limpeza e higiene e materiais de copa e cozinha para atender necessidades das Secretarias, Procuradoria Geral, Fundação e Fundos Municipais, Polícia Civil e Polícia Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 20/11/2017 às 9:30 horas  
Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina (antessala do gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 01 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1140/2017

Publicação Nº 1418034

PORTARIA N.º 1140/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. MATHEUS EDILTON CUNHA, com efeito a partir de 30/10/2017 a 24/11/2017, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 710/2017 ao Contrato nº 272/2017 PMP.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1141/2017

Publicação Nº 1418042

PORTARIA N.º 1141/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSANGELA JACINTO DA CUNHA, para exercer a função de Servente/merendeira, no período de 26/10/2017 a 25/10/2018, de acordo com o Contrato nº 711/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1142/2017

Publicação Nº 1418044

PORTARIA N.º 1142/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA CRISTINA CAMARGO DE SOUZA, para exercer a função de Servente/merendeira, no período de 26/10/2017 a 25/10/2018, de acordo com o Contrato nº 712/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.



DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1143/2017**

Publicação Nº 1418046

PORTARIA N.º 1143/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. MONICA MARIA DOS SANTOS no período de 26/10/2017 a 22/12/2017, conforme o 4º Termo Aditivo nº 713/2017 ao Contrato nº 300/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 26 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1144/2017**

Publicação Nº 1418050

PORTARIA N.º 1144/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. ANDREA REGINA BENTO, com efeito a partir 22/12/2017 a 14/04/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 714/2017 ao Contrato nº 294/2017 PMP, conforme requerida a estabilidade provisória, por cumprimento dos requisitos legais e previsão expressa no artigo 10, II, b, do ADT da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 27 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1145/2017**

Publicação Nº 1418051

PORTARIA N.º 1145/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. SIMONE SOUZA GAYA, com efeito a partir de 03/11/2017 a 02/11/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 88/2017 ao Contrato nº 33/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 27 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1146/2017**

Publicação Nº 1418054

PORTARIA N.º 1146/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. SIRLEI DE SOUSA NASCIMENTO DIAS, com efeito a partir de 03/11/2017 a 02/11/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 89/2017 ao Contrato nº 24/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 27 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 1147/2017**

Publicação Nº 1418057

PORTARIA N.º 1147/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. SANDRA LUCIA BENTO, com efeito a partir de 03/11/2017 a 02/11/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 90/2017 ao Contrato nº 25/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 27 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1148/2017**

Publicação Nº 1418059

PORTARIA N.º 1148/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. LUCIANA CAMILO, com efeito a partir de 03/11/2017 a 03/02/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 91/2017 ao Contrato nº 17/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 27 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1149/2017**

Publicação Nº 1418064

PORTARIA N.º 1149/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. NILZA MARIA DOS SANTOS, com efeito a partir de 03/11/2017 a 02/11/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 92/2017 ao Contrato nº 19/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 27 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1150/2017**

Publicação Nº 1418065

PORTARIA N.º 1150/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. AMANDA JACOBI TRIERWEILER, com efeito a partir de 07/11/2017 a 06/11/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 93/2017 ao Contrato nº 60/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1151/2017**

Publicação Nº 1418067

PORTARIA N.º 1151 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, AGAIRTO TACHINI SCHNEIDER, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1152/2017**

Publicação Nº 1418069

PORTARIA N.º 1152 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, MAURILIO ANTONIO DUARTE, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1153/2017**

Publicação Nº 1418071

PORTARIA N.º 1153 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, CARLA REIS BREITHAUPT, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1154/2017**

Publicação Nº 1418072

PORTARIA N.º 1154 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, MAIKIL GILENO DOS SANTOS, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1155/2017**

Publicação Nº 1418073

PORTARIA N.º 1155 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, ALMIR ROGERIO DOS SANTOS, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1156/2017**

Publicação Nº 1418075

PORTARIA N.º 1156 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, ALEXANDRE DEOLINDO, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1157/2017**

Publicação Nº 1418077

PORTARIA N.º 1157 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, SABRINA DE ANDRADE SCHNEIDER, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1158/2017**

Publicação Nº 1418079

PORTARIA N.º 1158 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, LEANDRO DE LIMA BORBA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1159/2017**

Publicação Nº 1418082

PORTARIA N.º 1159 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, ANDRESSA JABUR ZAMBONI, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1160/2017**

Publicação Nº 1418083

PORTARIA N.º 1160 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, ANDRIANA BERNARDES CUNHA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1161/2017**

Publicação Nº 1418086

PORTARIA N.º 1161 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1162/2017**

Publicação Nº 1418088

PORTARIA N.º 1162 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, ROVENA ROSA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1163/2017**

Publicação Nº 1418089

PORTARIA N.º 1163 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, GIZELLI STELL FERREIRA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1164/2017**

Publicação Nº 1418090

PORTARIA N.º 1164 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, ISOLETE MARTINS FARIAS, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1165/2017**

Publicação Nº 1418093

PORTARIA N.º 1165 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, MARIZETE DA COSTA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1166/2017**

Publicação Nº 1418094

PORTARIA N.º 1166 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, SABRINA DE SOUZA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 1167/2017**

Publicação Nº 1418097

PORTARIA N.º 1167 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, KATIA LUCIANE DOS SANTOS DUARTE, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1168/2017**

Publicação Nº 1418099

PORTARIA N.º 1168/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, VALDEMIR BORTOLATO GERMANO, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1169/2017**

Publicação Nº 1418101

PORTARIA N.º 1169/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, JAISON DE OLIVEIRA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 008/2017 DE 01 DE NOVEMBRO 2017**

Publicação Nº 1417636

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –CMDCA  
PENHA/SC

Resolução Nº 008/2017 de 01 de Novembro 2017.

Dispõe sobre a Formação da Comissão responsável pela inscrição de Entidade ou Programa para concessão de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Penha/SC.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC – CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal nº 2600 de 11 de novembro de 2012, pela Resolução nº 007/2017 do CMDCA – Penha/SC e considerando a deliberação datada 30 de Outubro de 2017, em que o Conselho estabeleceu a Comissão responsável pela averiguação das entidades e programas para concessão de registro no CMDCA de Penha/SC. Assim sendo, este Conselho,  
RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar Comissão responsável pela inscrição das entidades e programas para o fornecimento de registro no CMDCA – Penha/SC.

Art. 2º. A Comissão será formada pelos seguintes Conselheiros:

- 1) Paulo Roberto de Souza – Representante titular da Fundação de Esporte;
- 2) Gertrudes Rogalsky – Representante titular da Secretaria de Educação;
- 3) Bernadina Jair Fernandes – Representante titular da Pastoral da Criança.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 01 de novembro de 2017.  
Claudio de Souza Limeira  
Presidente CMDCA/SC



**RESOLUÇÃO Nº 009/2017 DE 01 DE NOVEMBRO 2017.**

Publicação Nº 1417639

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

PENHA/SC

Resolução Nº 009/2017 de 01 de Novembro 2017.

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA de Penha

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2600 de 09 de novembro de 2012, e considerando a deliberação datada de 30 de outubro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a aplicação do valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA no pagamento de material gráfico (Folders e cartazes) para divulgação da campanha de captação de Recursos para o FIA.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 01 de novembro de 2017.

Claudio de Souza Limeira

Presidente CMDCA/SC

# Peritiba

## PREFEITURA

### PORTARIA 540/2017

Publicação Nº 1417974

PORTARIA Nº 540/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FLÁVIA TEREZA ENGEL, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 18 de Outubro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 23 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 23/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 541/2017

Publicação Nº 1417975

PORTARIA Nº 541/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RODRIGO FABIANO RUPPENTHAL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 20 de Outubro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 23 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 23/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 542/2017**

Publicação Nº 1417978

PORTARIA Nº 542/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA BOLL, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR DE CONTROLE INTERNO, Grupo 2, Nível 7, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 23 de Outubro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 23 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 23/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 543/2017**

Publicação Nº 1417980

PORTARIA Nº 543/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, Grupo 2, Nível 3, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 24 de Outubro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 544/2017**

Publicação Nº 1417982

PORTARIA Nº 544/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor NELSON CHAVES, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE PEDREIRO CONSTRUTOR, Grupo 1, Nível 2, Classe "J", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 24 de Outubro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMpra-se e Publique-se**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 545/2017**

Publicação Nº 1417985

**PORTARIA Nº 545/2017****CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora KARIN ESTELA MULLER GNOATTO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE, Grupo 2, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 26 de Outubro e 01 Novembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMpra-se e Publique-se**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 546/2017**

Publicação Nº 1417987

**PORTARIA Nº 546/2017****CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora ROSA RAUBER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 26 de Outubro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## **PORTARIA 547/2017**

Publicação Nº 1417988

PORTARIA Nº 547/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JACINTA INES BOLL TRENTINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 26 de Outubro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## **PORTARIA 548/2017**

Publicação Nº 1417991

PORTARIA Nº 548/2017

PRORROGA AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor OLMIR REMUSSI, ocupante do cargo efetivo de SERVIÇOS TÉCNICO AGRÍCOLAS, Grupo 3, Nível 3, Classe "H", Prorrogação do Afastamento Para Tratamento de Saúde, até o dia 20 de Novembro de 2017, conforme pedido de prorrogação para o INSS, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 549/2017**

Publicação Nº 1417993

PORTARIA Nº 549/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora GEISE SABRINA LANGER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde no dia 27 de Outubro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRASE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 27 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 27/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 550/2017**

Publicação Nº 1417994

PORTARIA Nº 550/2017  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora JAKELINE BERVIAN MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, Grupo 2, Nível 2, Classe "C", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 27 de Outubro de 2017, no período vespertino das 13:30 as 15:30 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRASE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 27 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 27/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação



**PORTARIA 551/2017**

Publicação Nº 1417997

PORTARIA Nº 551/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA BOLL, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR DE CONTROLE INTERNO, Grupo 2, Nível 7, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 30 de Outubro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMpra-se e Publique-se**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 30 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 30/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 552/2017**

Publicação Nº 1417998

PORTARIA Nº 552/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora MARIZETE PETTER MALTAURO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 28 de Outubro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMpra-se e Publique-se**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 30 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 30/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 553/2017**

Publicação N° 1418001

PORTARIA N° 553/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora CLECI REITEL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 30 de Outubro de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMpra-se e Publique-se**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 30 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 30/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 88/2017, PP 37/2017, REGISTRO 18/2017

Publicação Nº 1418003

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

REGISTRO Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

PROCESSO Nº 88/2017

Data de Abertura: 30/10/2017

Data de Julgamento: 30/10/2017

Objeto: O REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais diversos para realização de pequenas obras de acordo com a demanda.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
1	Asfalto - Massa asfáltica-CBUQ - usinada a quente. Faixa "D"	Ton			295,00	0,00 %	289,00 (8504) 285,00 (9375)	0,00	9375	8504 ---
2	Bloco retangular (Paver) de 20X10cm alerta, espessura 8 cm,	UN			1,45	0,00 %	0,00 (8504) 0,00 (9375)	0,00	7355	--- ---
3	Bloco retangular (Paver) de 20X10cm direcional, espessura 8	UN			1,45	0,00 %	0,00 (8504) 0,00 (9375)	0,00	7355	--- ---
4	Emulsão Asfáltica Catiónica RR-1C	LT			2,50	0,00 %	2,40 (8504) 2,33 (9375)	0,00	9375	8504 ---
5	Ladrilho hidráulico 45x45cm, espessura 2,5cm, cor cinza (con	UN			6,00	0,00 %	0,00 (8504) 0,00 (9375)	0,00	7355	--- ---

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

Página: 1/1

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017****PROCESSO Nº88/2017**

(7355) - TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

(8504) - BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

(9375) - VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA - ME

Peritiba, 1 de Novembro de 2017.

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 310

Publicação Nº 1417388

DECRETO Nº 310, de 01 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO À VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 163, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	05	Gestão da Saúde Humanizada
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e de Trans. de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção da Secretaria de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	01	

Valor R\$ 320.000,00 (Cento e dois mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 163, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 01 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 1418740

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Objeto: Convocação de aprovados para admissão imediata, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017.

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e ainda com fulcro nas disposições do item 13 do Edital nº 001/2017,

CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocados para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº. 001/2017, para a vaga de Agente Comunitário de Saúde, para atuação nas unidades básicas de Saúde, conforme abaixo descrito:

## UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) BARREIROS

8º Lucia Helena Luiz Cardoso

## UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) SERTÃO DA ESTIVA

6º Patricia da Rosa Costa

7º Jessica Regina dos Santos Medeiros

8º Adrielma Pereira

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de até 10 (dez) dias contados da publicação do presente, na Secretaria Municipal de Saúde, Rodovia/SC, 437, KM 08, Centro, nesta Cidade de Pescaria Brava/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, para apresentação dos documentos abaixo relacionados:

• Os originais, bem como 01 (uma) cópia de:

1 – Documento de Identificação (Carteira de Identidade, Registro de Identidade Civil (RIC), Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE, Carteira de Conselhos, Identidade Militar, Passaporte);

2 - Título de Eleitor;

3 - Comprovante de votação/quitação eleitoral (pode ser emitido em <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

4 - Certificado de Reservista (para os homens);

5 - Comprovante de escolaridade e habilitação técnica (se for o caso), conforme exigido pelo edital para o cargo;

6 - Comprovante de residência (contrato de locação do imóvel, faturas de concessionária de serviços – telefonia, luz, água, etc., ou declaração de próprio punho);

7 - Certidão de casamento ou declaração de união estável, para inclusão do dependente;

8 - Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos ou de até 24 anos se for estudante em curso superior reconhecido pelo MEC, para inclusão de dependente(s)

9 - Comprovante de dados bancários CONTA SALÁRIO (extrato bancário, cópia do cartão magnético, cópia do talão de cheques ou declaração da entidade bancária;

10 - Comprovante da aptidão física e mental para exercício do cargo;

11 - Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;

12 - Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;

13 - Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

Art. 3º Após a apresentação dos documentos admissionais, o setor de Recursos Humanos terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para analisar os documentos em conjunto com o Edital do Processo Seletivo e efetivar a nomeação do candidato aprovado, ou não, quando forem constatadas irregularidades.

Art. 4º - O Candidato que não comparecer no prazo determinado de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava- SC, 06 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

Publicação Nº 1418741

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

Objeto: Convocação de aprovados para admissão imediata, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2017.

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e ainda com fulcro nas disposições do item 13 do Edital nº 002/2017,

**CONVOCA:**

Art. 1º Ficam convocados para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº. 002/2017, para a vaga de Auxiliar em Saúde Bucal, para atuação junto a Secretaria de Saúde do município de Pescaria Brava, conforme abaixo descrito:

1º Tamires da Silva Oening
2º Adriana Domingos Mendes
3º Juçara Rodrigues Luciano

Art. 2º Os candidatos convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de até 10 (dez) dias contados da publicação do presente, na Secretaria Municipal de Saúde, Rodovia/SC, 437, KM 08, Centro, nesta Cidade de Pescaria Brava/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, para apresentação dos documentos abaixo relacionados:

• Os originais, bem como 01 (uma) cópia de:

1 – Documento de Identificação (Carteira de Identidade, Registro de Identidade Civil (RIC), Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE, Carteira de Conselhos, Identidade Militar, Passaporte);

2 - Título de Eleitor;

3 - Comprovante de votação/quitação eleitoral (pode ser emitido em <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

4 - Certificado de Reservista (para os homens);

5 - Comprovante de escolaridade e habilitação técnica (se for o caso), conforme exigido pelo edital para o cargo;

6 - Comprovante de residência (contrato de locação do imóvel, faturas de concessionária de serviços – telefonia, luz, água, etc., ou declaração de próprio punho);

7 - Certidão de casamento ou declaração de união estável, para inclusão do dependente;

8 - Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos ou de até 24 anos se for estudante em curso superior reconhecido pelo MEC, para inclusão de dependente(s)

9 - Comprovante de dados bancários CONTA SALÁRIO (extrato bancário, cópia do cartão magnético, cópia do talão de cheques ou declaração da entidade bancária;

10 - Comprovante da aptidão física e mental para exercício do cargo;

11 - Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;

12 - Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;

13 - Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

Art. 3º Após a apresentação dos documentos admissionais, o setor de Recursos Humanos terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para analisar os documentos em conjunto com o Edital do Processo Seletivo e efetivar a nomeação do candidato aprovado, ou não, quando forem constatadas irregularidades.

Art. 4º - O Candidato que não comparecer no prazo determinado de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava- SC, 06 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 04 2017 - PORTABILIS

Publicação Nº 1417290

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social e a Empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 11.258.607/0001-92. Objeto: Contratação de empresa ESPECIALIZADA para fornecimento de sistema de gestão de Assistência Social totalmente on-line. Data: 01/11/2017. Valor dos Serviços: R\$ 7.920,00. Petrolândia, 06 de novembro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

Publicação Nº 1418084

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017  
REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: GEORGE ALMEIDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.195.807/0001-39, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 844 Centro, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Georgeo Almeida, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 31 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1– A presente ata tem por objeto o Campo do usuário ObjetoLicitação = REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS de organização e execução de processo seletivo para admissão em caráter temporário de servidores para as seguintes funções: atendente de creche, professor regente de creche, profissional de apoio, serventes, operário braçal, professores de ensino fundamental e educação infantil, professor de educação física, artes, inglês, ensino religioso. e advogado do IPREPI, conforme descrição e preços constantes da tabela abaixo:

- a) Atendente de creche;
- b) Professor regente de creche;
- c) Profissional de apoio (nível médio);
- d) Serventes;
- e) Operário braçal;
- f) Professor de ensino fundamental e educação infantil;
- g) Professor de Educação Física;
- h) Professor de Artes;
- i) Professor de Inglês;
- j) Professor de Ensino Religioso;
- k) Advogado do IPREPI.

ITEM	CARGOS	VALOR (R\$ por ITEM)
1	Atendente de creche	1.160,00
02	Professor regente de creche	1.160,00
03	Profissional de apoio (nível médio)	1.160,00
04	Servente	1.160,00
05	Operário braçal	1.160,00
06	Professor de ensino fundamental e educação infantil	1.160,00
07	Professor de Educação Física	1.160,00
08	Professor de Artes	1.160,00
09	Professor de Inglês	1.160,00
10	Professor de Ensino Religioso	1.160,00
11	Advogado do IPREPI	1.160,00
TOTAL GLOBAL: .....		R\$ 12.760,00

1.2 – As provas deverão ser realizadas em instalações do próprio Município, sem qualquer custo adicional, DEVENDO TAL FATO SER LEVADO EM CONTA NA COTAÇÃO DO PREÇO.

1.2 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 05 dias contados da solicitação, deverá divulgar o edital.

Parágrafo único. Antes da divulgação do Edital, este será encaminhado para análise da Administração Pública.

1.3 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

1.4 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, às instalações da FORNECEDORA,

assim como nos locais de aplicação das provas.

1.5 – As provas escritas do teste seletivo deverão ser lacradas no dia do teste, rubricadas e entregues à Gestora do Contrato, a fim de arquivá-las, intactas, no Departamento de Pessoal para todos os fins e efeitos, inclusive para consulta do Poder Judiciário.

1.6– A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados à Administração.

1.7– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.8 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

## CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O preço para os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços são:

ITEM	CARGOS	VALOR EM R\$ POR ITEM
01	Atendente de creche	1.160,00
02	Professor regente de creche	1.160,00
03	Profissional de apoio (nível médio)	1.160,00
04	Servente	1.160,00
05	Operário braçal	1.160,00
06	Professor de ensino fundamental e educação infantil	1.160,00
07	Professor de Educação Física	1.160,00
08	Professor de Artes	1.160,00
09	Professor de Inglês	1.160,00
10	Professor de Ensino Religioso	1.160,00
11	Advogado do IPREPI	1.160,00
TOTAL GLOBAL: .....		R\$ 12.760,00

Parágrafo único. No caso de ser promovido teste seletivo apenas para um cargo (função), o preço a ser pago será aquele COTADO INDIVIDUALMENTE.

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

## CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Expedida ordem de serviço, o edital deverá ser apresentado no prazo máximo de 5 dias.

5.2.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.3 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.4 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.5 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.6 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.7 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.8 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### CLÁUSULA 6ª - DA VIGÊNCIA

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017 e 2018.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes

apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,  
II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

10.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

10.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

10.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

10.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das



demais cominações legais.

10.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 11ª - DA RESCISÃO

11.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 12ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

12.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 13ª – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretário municipal de Administração e da Secretaria Municipal da Educação.

13.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 16ª - DO FORO

As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para

dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 17ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

17.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
 Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO  
 Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 122 - Administração Geral  
 Programa: 2 - Gestão Administrativa Superior  
 Ação: 2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO  
 Despe 95 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 31 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	GEORGE ALMEIDA ME

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

#### CONTRATO N. 360/2017

Publicação Nº 1418154

#### CONTRATO N. 360/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE GRAXA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA ME, autorizado através do Processo n. 300/2017, Licitação n. 194DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

#### CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto  
 CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
 Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
 Centro, Pinheiro Preto-SC.  
 Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA ME  
 CNPJ-MF nº 22.259.826/0001-02  
 Endereço: RUA: PREFEITO CESAR AUGUSTO FILHO, 603 , DOIS PINHEIROS,  
 Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 194DL2017, datado de 18/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE GRAXA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
------	------------------	--------------	------------	----------------------	-------------------

1	36253 - GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO NLGI 2	TB	1	3.520,00	3.520,00
---	---	----	---	----------	----------

TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.520,00 (três mil e quinhentos e vinte reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
 2000 - PODER EXECUTIVO  
 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 20 - Agricultura  
 606 - Extensão Rural  
 20 - Assistência Ao Produtor Rural  
 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
 244 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 194DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 18 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA ME

REPRESENTANTE

## TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA 402**

Publicação Nº 1417915

PORTARIA Nº 402 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 049/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 049/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de organização e execução de processo seletivo simplificado referente contratação de servidores em caráter temporário e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. GEORGE ALMEIDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 08.195.807/0001-39, o preço global de R\$ 12.760,00 (doze mil setecentos e sessenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 31 DE OUTUBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 865/2017

Publicação Nº 1417645

DECRETO Nº 865/2017 de 31 de outubro de 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TRIENAL PARA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no nos termos do artigo 22 da lei complementar nº 66/2015, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências e artigo 17 da lei complementar nº 67/2015 que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências:

NOMEIA

Art. 1º Os seguintes membros para compor a comissão da avaliação trienal da progressão funcional por desempenho, conforme artigo 22 da lei complementar 66/2015 e artigo 17 da lei complementar nº 67/2015:

I – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito e Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- SANDRA APARECIDA BUHL
- CRISTIANO SCHWINGEL
- JANETE RODRIGUES DE BARROS
- CAMILA APARECIDA PIRES BELOTTO
- ROSELEI KOCH

II – Secretaria Municipal de Educação e Esportes:

- JAIRO LUCAS DE MELLO
- MARILENE DALMAGRO CASAGRANDE
- MARILENE FRIES
- ROSINHA DUTRA
- VALDEMIR RECALCATE

III – Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação:

- GRACIELI BALDASSO
- GRACIELI D AVILA GAMZAVA
- GUSTAVO RIBEIRO PEREIRA
- IVANA ROBERTA KIPPER
- TIAGO GRASSI

IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- MARIO RUI CORDOVA RAMOS JUNIOR
- IVO WEBER
- CAMILA APARECIDA PIRES BELOTTO
- FABIANO MOREIRA PAZ
- GUELOMÁRIO RODRIGUES DE VARGAS

V - Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura Rural:

- FABIANO MOREIRA PAZ
- LIANA CRISTINA FREITAG
- ROMILDO MATTANA
- EDSON ANTÔNIO GOMES
- GUELOMÁRIO RODRIGUES DE VARGAS

VI - Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico:

- ALCIR JOSÉ SUBTIL DA TRINDADE
- LIANA CRISTINA FREITAG
- ADRIANO DOS SANTOS DE MOURA
- FABIANO MOREIRA PAZ
- FREDERICO ALBERTO EGGERS

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 31 de outubro de 2017

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público



Conforme Lei nº226/93  
Em 31 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 866/2017

Publicação Nº 1417653

DECRETO Nº 866/2017, de 31 de outubro de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação e do Superavit Financeiro no valor de R\$ 17.741,60 e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 09.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade: 09.01 – Fundo de Apoio à Agricultura  
Projeto/Atividade: 2.036 – Promoção do Desenvolvimento Agropecuário  
Modalidade: 173–3.3.90.00.00.00.00.0.3.1161– Aplicações Diretas 8.591,60  
Modalidade: 174–3.3.90.00.00.00.00.0.1.1161– Aplicações Diretas 9.150,00

TOTAL: ..... R\$ 17.741,60

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação e do Superavit Financeiro do exercício anterior, referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Excesso de Arrecadação:

Fonte de Recursos – 0.1.1161 - Transf. Conv. Nº 832.840/2016-MAPA- Aq. Patrulha Mecanizada

Valor ..... R\$ 9.150,00

Superavit Financeiro

Fonte de Recursos – 0.3.1161 -Superavit-Transf. Conv. Nº 832.840/2016-MAPA- Aq. Patrulha Mecanizada

Valor ..... R\$ 8.591,60

TOTAL: ..... R\$ 17.741,60

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 31 de outubro de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 31 de outubro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA N. 474/2017

Publicação Nº 1417485

PORTARIA Nº 474/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

SIMONE CARVALHO DA SILVA ALVES MENDES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Zonalta, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.620.088, e CPF sob o nº 049.780.149-30, ocupante do cargo efetivo de Professora de Matemática, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, de 02 (dois) anos, conforme Artigo 124 da referida legislação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 30 de outubro de 2.017.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 30 de outubro de 2.017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA N. 475/2017**

Publicação N° 1417487

PORTARIA N°475/2017

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR ADMITIDO PELA PORTARIA N°220/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

PRORROGA

MARGRET ROSE RICHTER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua das Flores, nº964, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.978.452 e CPF sob o nº 756.238.629-34, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Girlaine Weissheimer Pertile, atualmente atendendo as aulas da titular Simone Carvalho da Silva Alves Mendes, afastada para tratar de interesses particulares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 30 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 30 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA N. 476/2017**

Publicação N° 1417488

PORTARIA N°476/2017

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR ADMITIDO PELA PORTARIA N°221/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

PRORROGA

GELCI TEREZINHA DE SOUZA, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua das Flores, s/nº, centro, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 12/C-2.850.326, inscrita no CPF sob o nº 020.768.899-06, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara, Escola Reunida Zonalta e Escola Reunida Professor Rodolfo Holveger, em substituição a titular Girlaine Weissheimer Pertile, atualmente atendendo as aulas da titular Simone Carvalho da Silva Alves Mendes, afastada para tratar de interesses particulares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 30 de outubro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93  
Em 30 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA N. 477/2017**

Publicação Nº 1417491

PORTARIA Nº 477/2017  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

### **CONCEDE**

EDIMARA PERI, brasileira, casada, residente e domiciliada em Alto Gramado, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R 5.182.477 e CPF sob o nº072.683.059-31, servidora efetiva desta municipalidade no cargo de Professora de Ciências, LICENÇA COM VENCIMENTOS, por motivo de doença em pessoa da família, conforme Art.121 da Lei Complementar nº65/2015, pelo período de 30 dias, sendo de 31/10/2017 a 29/11/2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 31 de outubro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 31 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA N. 478/2017**

Publicação Nº 1417492

PORTARIA Nº478/2017

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR ADMITIDO PELA PORTARIA Nº233/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

### **PRORROGA**

LAIS MACIEL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, s/nº, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.954.668, inscrita no CPF sob o nº 077.722.459-39, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-40INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara e Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Edimara Peri, afastada por motivo de doença em pessoa da família.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 29 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 31 de outubro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93  
Em 31 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 479/2017**

Publicação Nº 1417494

PORTARIA Nº 479/2017  
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

EZEQUIEL MACHADO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, na cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 11/R 3.483696 e CPF sob o nº 022.382.429-10, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, Obras e Postura, ADICIONAL DE 5% POR TEMPO DE SERVIÇO, conforme disposto no artigo 90 da Lei Complementar 65/15, a partir do mês de novembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2.017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 01 de novembro de 2.017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 480/2017**

Publicação Nº 1417496

PORTARIA Nº 480/2017  
CONCEDE FÉRIAS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO	OBS
Alécio Inocenti	Agente de Edificação e Manutenção	01/11/2017 à 30/11/2017	
Carlos Alberto Scheffer	Mecânico/Motorista	01/11/2017 à 30/11/2017	Converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias.
Lilian Roseli Altmann	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2017 à 30/11/2017	
Marli Schiavini	Técnica em Enfermagem	01/11/2017 à 30/11/2017	

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93  
Em 01 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 481/2017**

Publicação Nº 1417941

PORTARIA Nº481/2017

ALTERA PORTARIA Nº446/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

ALTERA

INÊS MARIA VARGAS DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Fiurindo Luvisom s/n, na Cidade de Capinzal-SC, portadora da carteira de identidade nº3.304.196 e CPF sob o nº 945.121.679-00, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível NT-40INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial, em substituição a titular Elair Machado, afastada por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de outubro de 2017, até 23 de dezembro de 2017 ou até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 482/2017**

Publicação Nº 1417942

PORTARIA Nº 482/2017

DETERMINA O AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NA FORMA QUE ESPECIFICA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Comunicação Interna nº 10/2017/SMEE, expedida pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Piratuba, na qual são verificados elementos de possíveis agressões físicas e verbais, supostamente realizadas por integrante do magistério municipal, contra aluno da rede municipal de ensino;

Considerando o preconizado pela Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a tomada de medidas de proteção em prol de crianças e adolescentes, quando ocorrerem quaisquer indícios de violação dos dispositivos desta Lei;

Considerando a possibilidade de violação dos deveres por parte de servidor público municipal (art. 158), bem como da prática de condutas proibidas para o funcionalismo (art. 159), dispostos na Lei Complementar nº 065/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba;

Considerando a previsão do art. 190, da LC nº 065/2015, que autoriza o afastamento preventivo de servidor público, sem prejuízo de remuneração, a fim de que não ocorra influência deste na apuração da irregularidade;

Considerando que as irregularidades, em tese praticadas, serão apuradas no ambiente de trabalho do servidor público e, primordialmente, serão obtidas através de prova testemunhal;

Considerando a gravidade dos fatos noticiados e a repercussão que tomou no seio da comunidade de Piratuba;

Considerando orientação da Assessoria Jurídica Municipal, que sugere a instauração do competente processo administrativo disciplinar, bem

como o afastamento preventivo do servidor público municipal.

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica determinado o imediato afastamento preventivo do servidor público municipal LINDOMAR DOS SANTOS, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo de remuneração.

Art. 2º. O presente afastamento preventivo está fundado na orientação da Assessoria Jurídica Municipal e no art. 192 da Lei Complementar Municipal n. 065/2015, que servem de motivação para o presente ato administrativo, ante a gravidade dos fatos noticiados pela Comunicação Interna nº 10/2017/ SMEE, e principalmente para evitar que o servidor indicado possa dificultar ou influenciar a completa e imparcial apuração dos fatos noticiados.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal deverá providenciar a imediata notificação do servidor público municipal LINDOMAR DOS SANTOS acerca do seu afastamento preventivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 01 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de novembro de 2.017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 483/2017

Publicação Nº 1417944

PORTARIA Nº 483/2017

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

#### EXONERA

BRUNA ISGANZELLA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Leopoldo Ko Freitag, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.656.144 e CPF sob o nº 114.783.509-89, ocupante em caráter temporário o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº248/2017, de 02 de maio de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças



**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2017**

Publicação Nº 1418037

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2017

Objeto: Registro de Preço para possível contratação de empresa(s) para prestação de serviços de horas/máquina de escavadeira hidráulica equipado com rompedor, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 17/11/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 17/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 31 de Outubro de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### CA060\_2017

Publicação Nº 1417901

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Administrativo nº: 060/2017

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: EURO TRUCK INJEÇÃO ELETRONICA DIESEL LTDA – EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB 160.

Valor do Contrato: R\$ 39.850,00 (trinta e nove mil oitocentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 meses

Licitação: Pregão Presencial nº 053/2017

Planalto Alegre – SC, 31 de Outubro de 2017.

JUARES BET

Prefeito

### EDRP054\_2017

Publicação Nº 1417493

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL

Processo Adm. Nº. 054/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES E OUTROS, VISANDO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE.

Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 13 de Novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 13 de Novembro de 2017.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: [www.planaltoalegre.sc.gov.br](http://www.planaltoalegre.sc.gov.br)

PLANALTO ALEGRE, 30 de Outubro de 2017.

JUARES BET

Prefeito

**Lei Municipal nº 0800/2017**

Publicação Nº 1417128

LEI MUNICIPAL Nº. 0800/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Patrimônio	Descrição	Ano	Valor
2015	TRATOR AGRICOLA DE PNEUS (VALTRA), MODELO BL88 4X4, MOTOR A DIESEL, POTENCIA 88CV, 4400 CIL. EMB. A DISCO, 8 MARCHAS (TURBO). NÚMERO DE SÉRIE BL88223917.	2009	46.000,00
2835	DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CALCÁRIO TRANSMISSÃO ATRAVÉS DE CARDAN E CAIXA DE ENGRENAGEM PARA ACIONAMENTO DE DOIS DISCOS ROTATIVOS DE 80 CM ESTEIRA 80 CM, ACIONAMENTO PELA TOMADA DE FORÇA DO TRATOR A 540 RPM RODAS ARO 16 E PNEUS CAPACIDADE 5 TONELADAS MARCA FORMAQ 5000.		2.500,00

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado alienar, através de processo licitatório na modalidade de Leilão, os bens móveis inservíveis a seguir relacionados:

Art. 2º. Fica autorizado o Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal a proceder à baixa no rol patrimonial dos referidos bens, e ajuste de valor após sua alienação.

Art. 3º. Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre, SC, em 31 de outubro de 2017.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

**LEI MUNICIPAL Nº 0801/2017**

Publicação Nº 1417142

LEI MUNICIPAL Nº 0801/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS, A CONCESSÃO COM OU SEM OPÇÃO DE COMPRA DE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, com ou sem opção de compra, através de procedimento licitatório, no todo ou em partes, o imóvel a seguir discriminado:

I – Lote Urbano nº 18 da quadra nº 13, com área de 486,15m<sup>2</sup>, situado na Rua Primavera, centro de Planalto Alegre/SC, com uma construção em alvenaria, medindo 8,00m x 7,85m.

§ 1º A concessão de direito real de uso de que trata o caput do presente artigo serão efetivadas com a observância dos preceitos contidos na Lei Municipal nº 218/2000, a sua destinação para empreendimentos geradores de emprego, renda para o Município.

§ 2º A concessão de direito real de uso, inclusive com a opção de compra, será formalizada através de Termo de Concessão de Direito Real de Uso, precedido de processo licitatório.

§ 3º Na concessão promovida com base na presente Lei haverá, obrigatoriamente, cláusula de reversão do bem imóvel ao patrimônio público, conforme artigo 3º da Lei Municipal nº 218/2000.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 01 de novembro de 2017.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

# Pomerode

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO - CONTINUIDADE - PREGÃO PRESENCIAL N.º 047 / 2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1417293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 083 / 2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 047 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

#### CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO

O Pregoeiro Oficial do MUNICÍPIO DE POMERODE CONVOCA as Empresas DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP, DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA EPP, TAYU QUÍMICA EIRELI EPP, J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME, COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME, LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – EPP, L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP, BASSA – COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, COMERCIAL ONIX EIRELI – EPP, BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI EM, BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME, ZELI ODETE DA SILVA ME, ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI ME, BMI PROSPER EIRELI EPP, MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME, LUCAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS EIRELI ME, MAYCON WILL EIRELI EPP, VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA ME e PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME para participação da sessão pública de continuidade do Pregão Presencial n.º 047 / 2017 – Registro de Preços, com o fim de análise das propostas de preços, bem como a fase de lances deste certame, a ser realizada no dia 07/11/2017, às 08h00min, no Setor de Licitações e Contratos do Município de Pomerode, sito na Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode/SC, Telefone (47) 3387-7229, no horário de 07h00min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min. dos dias úteis.

Pomerode / SC, 01 de Novembro de 2017.

MOACIR BAUMANN  
Pregoeiro Oficial

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 049 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1418510

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 049 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 085 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO / IMPRESSO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E GERÊNCIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 20/11/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 20/11/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 01 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 050 / 2017**

Publicação Nº 1418511

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 050 / 2017

Processo Administrativo n.º 086 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ENSILADEIRA DE FORRAGEM PARA ACOPLAMENTO EM TRATOR AGRÍCOLA PARA AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 20/11/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14h00min. do dia 20/11/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 01 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 051 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 1418512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 051 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 087 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E S500 PARA O ABASTECIMENTO EM POSTO DE COMBUSTÍVEL DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 21/11/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 21/11/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 01 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### EXTRATO PP 35/2017

Publicação Nº 1417074

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 20/11/2017, às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS NÃO PROFISSIONAIS DE FUTEBOL SOCIETY E FUTSAL A SEREM REALIZADOS NA OLIPAN 2017.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 01/11/2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 13/2017 ILUMINAÇÃO

Publicação Nº 1417652

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, A CONDIÇÃO DO SERVIÇO É EM EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Valor da obra: RS 34.902,90 (Trinta e quatro Mil Novecentos e Dois Reais e Noventa Centavos). O julgamento será por MENOR PREÇO GLOBAL. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 05/12/2017. Abertura da Sessão às 09 horas (horário de Brasília) do dia 05/12/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município em 06/11/2017 [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 01 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 1417658

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM CAMINHÃO PARA PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRES (FAIXA DE SEGURANÇA), FAIXA DEMARCATÓRIA AMARELA E FAIXA DEMARCATÓRIA BRANCA, NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I. Valor: RS 28.350,00 (Vinte e Oito Mil Trezentos e Cinquenta Reais). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 20/11/2017. Abertura da Sessão às 09 horas (horário de Brasília) do dia 20/11/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 01 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1417216

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Porto Belo, através do Excelentíssimo Prefeito Emerson Luciano Stein, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os termos da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, CONVOCA, através do presente edital, a população em geral e interessados, para participarem da Audiência Pública que tem como finalidade esclarecer, detalhar e debater as obras da adutora de águas no trecho que passará pelo Município de Porto Belo.

A Audiência Pública será realizada no dia 14/11/2017 às 19:15 horas, no Centro Cultural Palco das Artes "Bento Irício da Silva", localizado na Rua Francisco Severiano dos Santos, nº 314, no Bairro Vila Nova, Porto Belo-SC.

Porto Belo - SC, aos 31 dias do mês de outubro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 345/2017

Publicação Nº 1417964

DECRETO Nº 345, de 1º de novembro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.466, de 31 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA SIDENEI ROBERTO MUNIZ DE LEMOS, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Manutenção de Serviços da Saúde, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.466, de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 346/2017

Publicação Nº 1417970

DECRETO Nº 346, de 1º de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.312, de 29 de junho de 2007, alterada pela Lei nº 3.647, de 16 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, criado pela Lei Municipal nº 3.312, de 29 de junho de 2007, com alteração dada pela Lei Municipal nº 3.647, de 16 de setembro de 2009:

I- representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Andriéli Marina Giacomini;  
Suplente: Cássia Nalon Conte.

II- representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Giceli Aparecida Gonçalves;  
Suplente: Tiago Metzler de Brito.

III- representantes dos professores da educação básica pública:

Titular: Tiago Antonio Gomes;  
Suplente: Ana Paula Souza Coelho Testi.

IV- representantes dos diretores das escolas básicas públicas:

Titular: Franciele Galvão;  
Suplente: Leila de Fátima Longo Ruaro.

V- representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Eloisa Bradoski Wojciechowski;  
Suplente: Berenice Aparecida Guerelus Gonçalves.

VI- representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: Joseane Cristina Jung;  
Suplente: Cassiana Frohlich Canzone Sikorski.

Titular: Kaline Marisa Cabral;  
Suplente: Karin Daiane Barth.

VII- representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Gean Carlo Nunes Brito;  
Suplente: Silvio da Luz.

Titular: Estela Marli Sipp;  
Suplente: Simone Terezinha Kozielski.

VIII- representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Caroline Moyses de Souza;  
Suplente: Moira de Cássia Ferreira.

IX- representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Izabel Cardoso;  
Suplente: Tácia Adelis Coquerel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## DECRETO Nº 347/2017

Publicação Nº 1418536

DECRETO Nº 347, de 1º de novembro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.466, de 31 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA CAMILLE DISSENHA, para o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Planejamento, Símbolo SU, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.466, de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 018/2017

Publicação Nº 1417145

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 228/2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 018/2017

Caracterização da Situação: O município pretende contratar a Orquestra Continental de Santa Catarina Ltda - ME para apresentação de 02 (dois) shows com duração total de 07:00 horas, sendo no dia 08 de dezembro de 2017, das 21:00 às 24:00 horas no palco 01 (um) e no dia 10 de dezembro de 2017, das 20:00 às 24:00 horas no palco 01 da XI Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação da Orquestra Continental de Santa Catarina Ltda - ME para apresentação de 02 (dois) shows com duração total de 07:00 horas, sendo no dia 08 de dezembro de 2017, das 21:00 às 24:00 horas no palco 01 (um) e no dia 10 de dezembro de 2017, das 20:00 às 24:00 horas no palco 01 da XI Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Orquestra Continental de Santa Catarina Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.265.132/0001-50, pois é uma das bandas mais tradicionais de Festa do Xixo e do Steinhaeger, se apresentando desde a 6ª edição no ano de 2012.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União  
Unidade 0211 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Atividade 2092 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cód. 146

Modalidade 3390-169 – Aplicações diretas  
Cód. 223

Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Porto União, 01 de novembro de 2017.  
MIGUEL CHOKAILO NETO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 046/2017

## **JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 019/2017**

Publicação Nº 1417147

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 229/2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 019/2017

Caracterização da Situação: O município pretende contratar Toledo, Krolow & Thums Ltda – ME (Fritz 4) para apresentação de show com duração de 03:00 horas no dia 09 de dezembro de 2017, das 21:00 às 24:00 horas no palco 01 (um) da XI Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de Toledo, Krolow & Thums Ltda – ME (Fritz 4) para apresentação de show com duração de 03:00 horas no dia 09 de dezembro de 2017, das 21:00 às 24:00 horas no palco 01 (um) da XI Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Toledo, Krolow & Thums Ltda – ME (Fritz 4), inscrita no CNPJ sob o nº 11.161.327/0001-61, pois é uma banda caracterizada alemã, cantando músicas no estilo e sotaque alemão, tendo já participado em outras edições da Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União  
Unidade 0211 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Atividade 2092 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cód. 146

Modalidade 3390-169 – Aplicações diretas  
Cód. 223

Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Porto União, 01 de novembro de 2017.  
MIGUEL CHOKAILO NETO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 046/2017

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 020/2017**

Publicação Nº 1417755

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 230/2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 020/2017

Caracterização da Situação: O município pretende contratar Marinalva Monteiro 87596660991 (Banda Evidence) para apresentação de show com duração de 04:00 horas no dia 08 de dezembro de 2017, das 20:00 horas às 24:00 horas no palco 02 (dois) da XI Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de Marinalva Monteiro 87596660991 (Banda Evidence) para apresentação de show com duração de 04:00 horas no dia 08 de dezembro de 2017, das 20:00 horas às 24:00 horas no palco 02 (dois) da XI Festa Nacional do Xixo e do Steinhaeger.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Marinalva Monteiro 87596660991 (Banda Evidence), inscrita no CNPJ sob o nº 20.876.659/0001-13, pois é uma banda formada por músicos de grande experiência no ramo musical. Considerada uma banda eclética, é adequada para se apresentar no palco 02.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União  
Unidade 0211 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Atividade 2092 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cód. 146

Modalidade 3390-169 – Aplicações diretas  
Cód. 223

Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Porto União, 01 de novembro de 2017.  
MIGUEL CHOKAILO NETO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 046/2017

**PORTARIA Nº 1011/2017 - RH**

Publicação Nº 1417922

PORTARIA Nº 1.011, de 10 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Rescisão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Fabiane Tonkio, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.  
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2017.

Porto União - SC, em 10 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino



**PORTARIA Nº 1012/2017 - RH**

Publicação Nº 1417931

PORTARIA Nº 1.012, de 10 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Neusa Gonçalves dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do termino do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de outubro de 2017.

Porto União - SC, em 10 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1013/2017 - RH**

Publicação Nº 1417934

PORTARIA Nº 1013, de 10 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Lucas Batistela, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, de 05 (cinco) horas semanais para 15h (quinze) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo e para atender a demanda junto a Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2017.

Porto União - SC, em 10 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1014/2017 - RH**

Publicação Nº 1417936

PORTARIA Nº 1014, de 11 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 103/2016, no período de 11 de outubro de 2017 a 11 de outubro de 2018, ou até a realização de concurso público, de Seila Maria Marques, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1015/2017 - RH**

Publicação Nº 1417937

PORTARIA Nº 1015, de 11 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 11 de outubro a 24 de novembro de 2017, a carga horária da professora contratada Eliane Cristina Novakowski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Edna Aparecida Andrade Pacheco que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Berçário Maria Luiza Waldruff, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1016/2017 - RH**

Publicação Nº 1417943

PORTARIA Nº 1016, de 16 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 16 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de agosto/2007 a agosto/2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora CRISTINA PRELHVITZ CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1017/2017 - RH**

Publicação Nº 1417972

PORTARIA Nº 1017, de 16 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de outubro a 14 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Claudia Glixinski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Cristina Prelhvit Carneiro que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1018/2017 - RH**

Publicação Nº 1418002

PORTARIA Nº 1018, de 16 de outubro de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 16 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2008 a fevereiro/2013, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora MARLI STEIN DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1019/2017 - RH**

Publicação Nº 1418007

PORTARIA Nº 1019, de 16 de outubro de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 16 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de abril/2001 a abril/2006, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora LUCIANE CRISTINA KAMINSKI VAUDAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1020/2017 - RH**

Publicação Nº 1418011

PORTARIA Nº 1020, de 16 de outubro de 2017.

Dispõe sobre nomeação temporária de Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Licença Prêmio da Diretora de Unidade Escolar Luciane Cristina Kaminski Vaudan, nomeada pela Portaria nº 031 de 24 de janeiro de 2017;

### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR TEMPORARIAMENTE a servidora efetiva Elaine Pressendo, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, na carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de outubro a 14 de dezembro de 2017, em razão da Licença Prêmio da Diretora de Unidade Escolar Luciane Cristina Kaminski Vaudan.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1021/2017 - RH**

Publicação Nº 1418049

PORTARIA Nº 1021, de 16 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de outubro a 14 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Susana Sievers, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Marli Stein dos Santos que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1022/2017 - RH**

Publicação Nº 1418053

PORTARIA Nº 1022, de 16 de outubro de 2017.  
Conceder Quitação de Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de julho/2006 a julho/2011, da servidora GLAUCIA BENDLIN DE CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1023/2017 - RH**

Publicação Nº 1418056

PORTARIA Nº 1023, de 17 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 135/2017, no período de 17 de outubro a 15 de dezembro de 2017, de Karlin Emanueli

Correa, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Regina Diurza que encontra-se em Licença Prêmio. Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1024/2017 - RH**

Publicação Nº 1418063

PORTARIA Nº 1024, de 18 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de outubro de 2017 a 17 de outubro de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Eduardo Rodrigues da Silva, para exercer as funções do cargo de Médico (Nefrologista), com carga horaria semanal de 05 horas, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda junto a Unidade Central, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade Central, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1025/2017 - RH**

Publicação Nº 1418092

PORTARIA Nº 1025, de 18 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Eduardo Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de Médico (Nefrologista), de 05 (cinco) horas semanais para 10h (dez) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo e para atender a demanda junto a Unidade Central.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

## **PORTARIA Nº 1026/2017 - RH**

Publicação Nº 1418095

PORTARIA Nº 1026, de 18 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de outubro de 2017 a 17 de outubro de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Priscilla Farias Teixeira Pilz, para exercer as funções do cargo de Médico (Nefrologista), com carga horaria semanal de 05 horas, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda junto a Unidade Central, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade Central, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1027/2017 - RH**

Publicação Nº 1418098

PORTARIA Nº 1027, de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Priscilla Farias Teixeira Pilz, ocupante do cargo de Médico (Nefrologista), de 05 (cinco) horas semanais para 10h (dez) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo e para atender a demanda junto a Unidade Central.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1028/2017 - RH**

Publicação Nº 1418103

PORTARIA Nº 1028, de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 18 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de março/2007 a março/2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora REGINA DIURZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA Nº 1029/2017 - RH**

Publicação Nº 1418104

PORTARIA Nº 1029, de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea



“e”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de outubro de 2017 a 17 de outubro de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cassiano de Siqueira Stalisz, para exercer as funções do cargo de Pedreiro, com vencimentos na Classe “02”, referência “A” previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 013/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1417662

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 048/2017 – Educação .

Retificação do Edital de Tomada de Preços 013/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações na planilha orçamentária do Processo Licitatório supracitado. As datas anteriormente publicadas permanecem inalteradas. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº41/2017**

Publicação Nº 1417698

PORTARIA Nº 41/2017

EMENTA: "Dispõe sobre o expediente na Câmara Municipal de Porto União, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente na Câmara Municipal de Porto União no dia 03 de novembro do ano corrente.

Parágrafo Único - A compensação de horas referente ao dia mencionado no artigo 1º será feita no decorrer do mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 01 de novembro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	
Presidente da Câmara Municipal de Porto União	

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 111/2017 DE 31/10/2017 CANCELA DÉBITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1418318

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 111/2017 de 31/10/2017

Cancela Débitos Tributários Municipais e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que o executado "Espólio de Arno Jensen" representado pelos herdeiros (Eliane Jensen Cechinel, Marlise Jensen Pesch, Rosemarie Jensen e Carlos Arno Jensen) possui contra si tramitando as Execuções Fiscais registradas sob os nºs 0002774-64.2002.8.24.0074 e 0003522-86.2008.8.24.0074, perante o juízo da 2ª Vara da Comarca de Trombudo Central, |Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, que o valor oferecido em caução nos autos judiciais citados foi posteriormente convertido em penhora, a fim de garantir o débito objeto das execuções;

CONSIDERANDO, a decisão proferida no Recurso de Agravo de Instrumento nº 2011.022916-1, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que considerou parcialmente prescritos os débitos e parcialmente nulas as Certidões de Dívida Ativa que instruíram as Execuções Fiscais nºs 0003522-86.2008.8.24.0074 e 0003522-86.2008.8.24.0074, respectivamente;

CONSIDERANDO, que a sentença transitada em julgado proferida nos autos nº 0002774-64.2002.8.24.0074, determinou o levantamento do valor equivalente a 77,20% (setenta e sete vírgula vinte por cento) do valor penhorado em favor do Município de Pouso Redondo, correspondente apenas a R\$ 107.281,67 (cento e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos);

CONSIDERANDO, que no setor de Tributos deste Município, o percentual acima citado corresponde ao valor atualizado de R\$ 130.824,81 (cento e trinta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos);

CONSIDERANDO, que a decisão proferida nos autos judiciais citados dispôs que "... Com o depósito integral das dívidas exequendas (21-01-2011 – fls. 232), restou impedida a fluência da correção monetária e dos juros de mora dos valores executados, ficando a atualização da dívida exclusivamente por conta dos índices de remuneração da própria conta bancária. ..."

CONSIDERANDO, a necessidade de adequar os valores judiciais com os apurados pelo Setor Tributário do Município, justificando sua divergência e consequentemente, sua adequação aos estritos parâmetros judiciais, sem que tal importe em renúncia de receita;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os tributos lançados em nome do Espólio de Arno Jensen e seus herdeiros, representados pelas Certidões de Dívida Ativa nºs 24 à 43, relativas aos anos de 2.002 à 2.004, no valor de R\$ 40.221,55 (quarenta mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), tendo em vista a declaração judicial de sua prescrição.

Art. 2º - Fica CANCELADO o valor de R\$ 23.543,14 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e três reais e quatorze centavos), tendo em vista que com o depósito integral do débito em caução na data de 21.01.2011, cessou a fluência de juros de mora e correção monetária.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições contrárias.

Pouso Redondo (SC), 31 de Outubro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**074 2017**

Publicação Nº 1418621

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº74/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº60/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00Horas do dia 17.11.2017, para Contratação de empresa para prover teste seletivo, para contratação de profissionais em caráter temporário, para prestação de serviços referente ao planejamento, organização, elaboração de provas e execução de Processo Seletivo para os cargos de Agente de serviços de agente de serviços de obras (masculino), agente de controle de endemias e zoonoses, técnico de segurança do trabalho, pedagogo social, terapeuta ocupacional, pedreiro, operador de britador, engenheiro civil, fonoaudiólogo, dentre outros. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 03 de novembro de 2017.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**075 2017**

Publicação Nº 1418623

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº75/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº61/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00Horas do dia 20.11.2017, para A presente licitação tem por objetivo, Registro de Preços para aquisição de combustíveis (Diesel S500 e Diesel S10) para uso dos veículos da Frota das Secretarias de Administração, Educação, Agricultura, Assistência Social, DMER, CME, Defesa Civil, Serviços Urbanos e Fundo Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 03 de novembro de 2017.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**076 2017**

Publicação Nº 1418625

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº76/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº62/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00Horas do dia 16.11.2017, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, ÔNIBUS/MICROÔNIBUS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS, SISTEMA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA E CONSERTO MOTOCICLETA.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 03 de novembro de 2017.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 109/2017 DE 25/10/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1418235

DECRETO Nº 109/2017 de 25/10/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(46) 3.1.90.00.00.00.00.00 0152 - Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00  
TOTAL ..... R\$ 500.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de outubro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 110/2017 DE 25/10/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1418238

DECRETO Nº 110/2017 de 25/10/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00 0101. – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.2.036 – Manutenção de Transferências do SUS – Atenção Básica

(12) 3.1.90.00.00.00.00.00 0134. – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

TOTAL ..... R\$ 800.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de outubro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PROCESSO 020 2017 FMS**

Publicação Nº 1418630

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº20/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00Horas do dia 21.11.2017, para PREGÃO PRESENCIAL, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA LISTA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, DISCIPLINADA PELA LEI FEDERAL Nº 10.742, PARA ATENDENDIMENTO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA E ORDENS JUDICIAIS, SEM PREJUÍZO PARA AS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, VIA CONSÓRCIO CIS-AMAVI, BEM COMO OUTRAS LICITAÇÕES ESPECÍFICAS QUE VISEM A AQUISIÇÃO DE OUTROS INSUMOS FARMACÊUTICOS,. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 03 de novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 130/2017 - PMPG

Publicação Nº 1417034

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 130/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 83/2017  
CARTA CONVITE N.º 32/2017

CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO (lajota) EM TRECHO DA RUA WENCESLAU DOMINGOS COELHO NUMA EXTENSÃO DE 1.200 m², CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

DO VALOR: R\$ 97.920,95

DA VIGENCIA: 31/10/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 31 de Outubro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

### CONTRATO N.º 133/2017 - PMPG

Publicação Nº 1417144

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 133/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.

DO VALOR: R\$ 4.000,00

DA VIGENCIA: 01/11/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 01 de Novembro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 82/2017

Publicação Nº 1417084

DECRETO Nº. 82 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA PONTO FACULTATIVO, COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO a data de 03 de Novembro de 2017 em todas as Repartições Públicas Municipais.

Parágrafo Único – O Disposto deste Artigo não se aplica aos serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser interrompidos ou paralisados, definidos pela chefia imediata..

Art.2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 30 de Outubro de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

### SEGUNDA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO Nº 46/2017 AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº 019696 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006865.

Publicação Nº 1417747

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

SEGUNDA ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL n.º 46/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº 019696 PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2017006865.

Motivo: alterações no edital nas Clausulas V e VI. Maiores Informações: de segunda a sexta-feira das 08:00 hs às 11:30 hs e das 13:30 hs às 17:00 horas com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108.

Presidente Nereu, 01 de novembro de 2017.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº 46/2017

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 319 de 07/09/2017 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 46/2017, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento por item, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº 019696 PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2017006865.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 17 de novembro de 2017.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 17/11/2017 às 14:15 horas.

#### II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

##### 1. III



2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46 /2017.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC  
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46 /2017.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 17 de novembro 2017 às 14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

### III - DO CREDENCIAMENTO:

#### 2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

### IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

### V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

#### I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1.Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa (90) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

5.1.6 descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, mencionar marca, dos itens ofertados, caso não constar as referidas informações o item será desclassificado, o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos – duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

5.1.7 forma de pagamento: até 30 (trinta) dias contados do recebimento da mercadoria mediante a apresentação da nota fiscal

5.1.8 prazo de entrega: pronta entrega – imediato conforme autorização de fornecimento;

5.1.9 local de entrega e instalação será informado quando da emissão da autorização de fornecimento, fazendo parte da mesma.

5.1.10 declaração do fabricante do produto licitado de que o mesmo atende as características especificadas no edital. O certificado poderá ser assinado por representante legal, procurador ou preposto do fabricante. Caso seja representante legal (sócio ou proprietário), a comprovação de poderes para assinar a declaração, será feita por intermédio de apresentação de cópia autenticada, ou de certidão atualizada do contrato social/estatuto/ato constitutivo, ou da última alteração consolidada. Sendo procurador além de cópia autenticada, ou de certidão atualizada do contrato social/estatuto/ato constitutivo, ou da última alteração consolidada, será exigida a apresentação de instrumento de mandato com firma reconhecida, em original ou cópia autenticada. Caso a pessoa que assine seja empregada/preposta, será apresentada cópia autenticada da carteira de trabalho onde consta a anotação do contrato de trabalho com o fabricante.

5.1.11 catálogo, prospecto, ficha técnica, folder ou impressos de informações oficiais do Site do fabricante, dos materiais cotados, em português, para verificação das características exigidas no edital;

5.1.12 certificado de garantia expedido pelo fabricante pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses contados da respectiva entrega, incluindo pintura e todas as peças que compõem o item objeto da presente licitação, devidamente assinado por representante legal, procurador ou empregado do fabricante, cuja comprovação de qualquer uma destas condições, será realizada na mesma forma contida no inciso VII do presente item.

5.1.13 Estar de acordo com as normativas da ABNT.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

## VI - DA HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

### VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado, a fim de obter o direito de micro empresa.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

### 6.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.10.1 Para fins de demonstração da capacidade técnica o licitante deverá apresentar os seguintes documentos com relação ao fabricante do equipamento objeto de licitação;

- 6.11.1 Comprovante de registro ou de inscrição do mesmo perante o conselho profissional da categoria compatível com objeto da licitação. A inscrição/registro deverá estar dentro do prazo de vigência;
- 6.11.2 Comprovante de inscrição ou registro, do responsável técnico do fabricante, com a devida habilitação para o exercício das atividades referentes à fabricação do item objeto da presente licitação, que poderá ser sócio, empregado ou prestador de serviços do fabricante. Se for sócio, a comprovação será feita por meio de apresentação de cópia autenticada, ou de certidão atualizada do contrato social/estatuto/ato constitutivo/requerimento empresário. Se empregado, além de cópia autenticada ou certidão de inteiro teor do contrato social/estatuto/ato constitutivo/requerimento empresário será apresentada cópia autenticada da carteira de trabalho comprobatória do vínculo empregatício. Já se for prestador de serviços, além contrato social/estatuto/ato constitutivo/requerimento empresário, deverá apresentar cópia autenticada de contrato de prestação de serviços com a fabricante. A inscrição ou o registro do profissional também deverá estar dentro do prazo de vigência;
- 6.11.3. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por empresa de direito público ou privado informando já ter fornecido equipamentos compatíveis com o objeto deste certame.

## VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

### 4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

## VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

### 5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

- 8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.
- 8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.
- 8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.
- 8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.
- 8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.
- 8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

#### IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

##### 6. X

- 9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

#### X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI

##### 7. XI

- 10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.
- 10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- 10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### XI - DA CONTRATAÇÃO:XI

##### 8.

##### XII

- 11.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 11.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

#### XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XII

##### XIII

- 12.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

05

001



1008
344905210000000
01620100
07.01
001
1010
344905210
1640100

**XIII - DO PAGAMENTO:****14 XIV**

13.1 O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

13.1 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

**XIV - DO REAJUSTE: XV**

14.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 12 (doze) meses contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

**XV- DAS PENALIDADES: XVI****15 XVI**

15.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**XVI - DA RESCISÃO: XVII****16 XVII**

16.1. A rescisão do presente poderá ser:

16.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

16.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

16.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

16.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**XVII- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA: XVIII****17 II**

17.1. A empresa vencedora obriga-se a:

17.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

17.1.3 Executar os objetos licitados solicitação da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo cinco (05) dias úteis após solicitação através de ordem de compra, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu. Localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

18.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

18.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

18.1.7 Será recusado o produto, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes projeto básico parte integrante deste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

18.1.8 Arcar com quaisquer despesas com deslocamento para realização do objeto licitado;

18.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

18.1.10 Os produtos prestados com características diferentes da especificação técnica, serão corrigidos, correndo os tributos, e demais despesas decorrentes por conta da fornecedora.

- 18.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;  
18.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo – Termo Referência

**XIX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX**

19.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

18.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no edital.

18.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

**XX - DA VIGÊNCIA:XX**

19 O objeto da licitação tem vigência até 31/12/2017, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente no final da execução do objeto licitado, podendo ser prorrogado se for de interesse das partes.

**XXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

21.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

20.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

20.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

20.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

20.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

20.5.1 Adiada a abertura da licitação;

20.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

20.5.3 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Contrato;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

20.5.4 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

20.5.5 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

20.5.6 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo está se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 27 de outubro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .... /20....

**DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_



CPF: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_

## ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20....

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na Praça Leão Dehon, Em Presidente Nereu -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Isamar de Melo, inscrito no CPF sob o n.º 767.132.029-34, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, .....pessoa Jurídica/física, inscrita no CNPJ/CPF sob N.º, com sede .....Nº ...., Centro, Município de ..... , Estado de ..... , ora em diante denominado de CONTRATADO, tem entre si acordado as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARA O MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº 019696 PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2017006865.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão CONFORME PROPOSTA Nº 019696 PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2017006865.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

#### CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DOS PRODUTOS E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

#### CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

#### CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2017, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo cinco (05) dias úteis, após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 46/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura:

-----

Prefeito Municipal Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

-----

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
1	<p>Brinquedo em formato de avião, composto por 2 gangorras, 5 escorregadores 1 escalada e 1 mirante.</p> <p>Brinquedo composto por estrutura principal em fibra de vidro, madeira plástica 12cm X 12cm, partes em aço carbono com tratamento de superfície conforme NBR 9209/1968, partes em madeira com tratamento em CCA, com laudo emitido pelo IPT pelo processo autoclave, parafusos zincados a fogo conforme NBR 7399, formato de uma avião com playground anexado ao lado esquerdo do brinquedo, medindo aproximadamente 10m l X 12 c X 4 A, avião fabricado em fibra de vidro e playground em madeira plástica, partes metálicas em aço carbono de 3/5 x 3mm, partes em madeira com sistema autoclave e tratamento CCA. Composto por;</p> <p>* 2 gangorras em aço carbono de 1/2 x 2mm x 2 x 2mm com tratamento na superfície, conforme NBR 10443, 11003 com 67 Micras, para recebimento da pintura eletrostática a pó conforme NBR 8094, com 1000 horas, de exposição a nevoa salina, com cantos e arestas arredondados, recebendo acabamento final. * 2 balanços, 1 confeccionado em aço carbono de 2 x 2mm e outra sendo uma cadeirinha de bebe, fabricado em plástico rotomoldado, suspenso por correntes galvanizadas a fogo. Um fixado na asa direita do avião e outro fixado na parte da cauda do avião.* 1 Gira gira fabricado em tubo de aço carbono de 1 x 2mm x 3 x 3,65mm com assentos em madeira, fixado em baixo da fuselagem do avião dando sensação de estar no ar.</p> <p>* 5 escorregadores, 2 escorregadores confeccionados em fibra de vidro no formato de uma turbina com escada de acesso em madeira, 2 escorregadores em fibra de vidro fixados na asa direita do avião com acesso pela asa parte superior com proteção lateral em tubo de aço carbono. 1 escorregador fabricado em fibra de vidro localizado na parte da cauda do avião com possibilidade de localizar uma caixa de areia no fim do mesmo.</p> <p>* 1 trepa-trepa fabricado em tubo de aço carbono de 1/2 x 2mm, com pintura Eletrostática a pó. * 1 castelo labirinto fabricado em tubo de aço carbono, localizado na área em baixo da cabine do avião com suporte para acesso ao mesmo.</p> <p>* 1 escalada em madeira localizado na parte da cauda do avião possibilitando acesso ao mesmo. * 4 escadas, 3 fabricada em tubo de aço carbono de 1/2 x 2mm, 1 escada fabricada em madeira plástica. * 1 balanço vai e vem fabricado em tubo de aço carbono de 2 x 2mm localizado na parte de baixo da fuselagem do avião suspenso com correntes galvanizadas. * 2 torres em madeira plástica com medidas 1,00m X 1,00m, aproximadamente, uma com cobertura em fibra de vidro estilo pirâmide, e outra sem cobertura, com proteção lateral em madeira com suporte para apoio em aço carbono de 1/2 x 2mm facilitando o acesso. * 1 fuselagem fabricada em fibra de vidro, com mirante interno com piso nivelado, janelinhas em acrílico, com assentos. Possibilitando a impressão de a criança parecer estar em avião de verdade.</p> <p>* 1 mirante na asa esquerda com proteção lateral em tubo de aço carbono de 1/1/4 x 2mm x 1 x 2mm.</p>	2	UNIDADE	R\$83.700,00	R\$ 167.400,00
		Total Geral:		R\$83.700,00	R\$ 167.400,00

## ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA



.....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. ..../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. ..../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20 .....

## DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ n.º ..... , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (Deverá conter os dizeres deste modelo de proposta)  
(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando à AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº 019696 PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2017006865, da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Presencial nº. ..../20 ....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Produto	Quantidade	MARCA	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
------	---------	------------	-------	-----------------------	----------------

1	<p>Brinquedo em formato de avião, composto por 2 gangorras, 5 escorregadores 1 escalada e 1 mirante.</p> <p>Brinquedo composto por estrutura principal em fibra de vidro, madeira plástica 12cm X 12cm, partes em aço carbono com tratamento de superfície conforme NBR 9209/1968, partes em madeira com tratamento em CCA, com laudo emitido pelo IPT pelo processo autoclave, parafusos zincados a fogo conforme NBR 7399, formato de uma avião com playground anexado ao lado esquerdo do brinquedo, medindo aproximadamente 10m l X 12 c X 4 A, avião fabricado em fibra de vidro e playground em madeira plástica, partes metálicas em aço carbono de 3/5 x 3mm, partes em madeira com sistema autoclave e tratamento CCA. Composto por;</p> <p>* 2 gangorras em aço carbono de 1/2 x 2mm x 2 x 2mm com tratamento na superfície, conforme NBR 10443, 11003 com 67 Micras, para recebimento da pintura eletrostática a pó conforme NBR 8094, com 1000 horas, de exposição a nevoa salina, com cantos e arestas arredondados, recebendo acabamento final. * 2 balanços, 1 confeccionado em aço carbono de 2 x 2mm e outra sendo uma cadeirinha de bebe, fabricado em plástico rotomoldado, suspenso por correntes galvanizadas a fogo. Um fixado na asa direita do avião e outro fixado na parte da cauda do avião.* 1 Gira gira fabricado em tubo de aço carbono de 1 x 2mm x 3 x 3,65mm com assentos em madeira, fixado em baixo da fuselagem do avião dando sensação de estar no ar.</p> <p>* 5 escorregadores, 2 escorregadores confeccionados em fibra de vidro no formato de uma turbina com escada de acesso em madeira, 2 escorregadores em fibra de vidro fixados na asa direita do avião com acesso pela asa parte superior com proteção lateral em tubo de aço carbono. 1 escorregador fabricado em fibra de vidro localizado na parte da cauda do avião com possibilidade de localizar uma caixa de areia no fim do mesmo. * 1 trepa-trepa fabricado em tubo de aço carbono de 1/2 x 2mm, com pintura Eletrostática a pó. * 1 castelo labirinto fabricado em tubo de aço carbono, localizado na área em baixo da cabine do avião com suporte para acesso ao mesmo.</p> <p>* 1 escalada em madeira localizado na parte da cauda do avião possibilitando acesso ao mesmo. * 4 escadas, 3 fabricada em tubo de aço carbono de 1/2 x 2mm, 1 escada fabricada em madeira plástica. * 1 balanço vai e vem fabricado em tubo de aço carbono de 2 x 2mm localizado na parte de baixo da fuselagem do avião suspenso com correntes galvanizadas. * 2 torres em madeira plástica com medidas 1,00m X 1,00m, aproximadamente, uma com cobertura em fibra de vidro estilo pirâmide, e outra sem cobertura, com proteção lateral em madeira com suporte para apoio em aço carbono de 1/2 x 2mm facilitando o acesso. * 1 fuselagem fabricada</p> <p>em fibra de vidro, com mirante interno com piso nivelado, janelinhas em acrílico, com assentos. Possibilitando a impressão de a criança parecer estar em avião de verdade.</p> <p>* 1 mirante na asa esquerda com proteção lateral em tubo de aço carbono de 1/1/4 x 2mm x 1 x 2mm.</p>	2			
---	--	---	--	--	--

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado e me comprometo a entregar os produtos no prazo estipulado neste edital, caso contrário sofri as penalidades da lei.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ .

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA



# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 268 DE 01.11.2017

Publicação Nº 1417118

DECRETO Nº 268/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Homologa o Resultado Final após os recursos do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, estabelecido pelo Edital nº 002/2017 e dá outras providências.

O PREFEITO DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,  
DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final, após os recursos, do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, estabelecido no Edital nº 002/2017, conforme abaixo relacionado:

MONITOR DE CRECHE							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
65	Ester Veronilda Nardes	08/10/1999	7,20	1,05	0,70	8,95	1º
23	Josiane Maiara Guth	26/10/1999	6,60	0,70	1,05	8,35	2º
17	Sandra Zanotelli Martinelli	13/06/1977	7,20	0,70	0,35	8,25	3º
119	Estefani Araceli Zanini	03/02/1996	7,20	0,70	0,35	8,25	4º
93	Ana Paula Webler Lauermann	02/03/1999	6,60	1,40	0,00	8,00	5º
202	Juliana Inês Kern	09/07/1986	7,20	0,35	0,35	7,90	6º
237	Edeli Dittrich Bolgenhagen	30/05/1984	6,60	0,70	0,35	7,65	7º
230	Lidiane Siqueira Weppo	22/07/1988	6,00	0,70	0,70	7,40	8º
180	Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	6,00	0,70	0,70	7,40	9º
166	Leila Perboni	14/10/1983	6,60	0,35	0,35	7,30	10º
143	Andressa Graf	19/12/1997	6,00	0,70	0,35	7,05	11º
2	Taísa Degasperi	08/09/1998	6,00	0,70	0,35	7,05	12º
210	Diana Schmitz Siqueira	04/11/1988	6,00	0,70	0,00	6,70	13º
104	Maira Regina Toigo	20/07/1994	6,00	0,35	0,35	6,70	14º
227	Isabel Cristina Signor	26/11/1994	6,00	0,35	0,35	6,70	15º
228	Estefani Doss	19/02/1995	6,00	0,35	0,35	6,70	16º
229	Carina Bonfante	04/02/1998	4,80	1,40	0,35	6,55	17º
201	Jéssica Luiza Klaus	10/06/1991	5,40	0,70	0,35	6,45	18º
196	Ângela Graf	23/03/1995	4,80	1,05	0,35	6,20	19º
64	Débora Da Rosa Dias	10/12/1998	4,80	1,05	0,35	6,20	20º
170	Jackeline Cembrani	24/05/1995	4,80	0,70	0,70	6,20	21º
45	Istefani Cristina Barro	10/08/1995	4,80	0,70	0,70	6,20	22º
169	Franciela Triches Blasi	20/10/1985	5,40	0,35	0,35	6,10	23º
226	Edimara Aline Kroetz	27/01/1990	5,40	0,35	0,35	6,10	24º
219	Rosane Dos Santos	30/09/1991	5,40	0,35	0,35	6,10	25º
135	Idiamara Ely	08/08/1994	5,40	0,35	0,35	6,10	26º
110	Cristiane Tschiedel	03/09/1979	4,80	1,05	0,00	5,85	27º
231	Daiane Froza Britz	27/05/1985	4,80	0,70	0,00	5,50	28º
184	Eliane Márcia Dos Santos	01/03/1989	4,80	0,35	0,35	5,50	29º
221	Ana Paula Schroder	31/08/1995	4,80	0,35	0,35	5,50	30º
32	Andrieli Bonavigo Schmitz	26/03/1999	4,80	0,00	0,70	5,50	31º

25	Natália Adams	22/01/1998	4,80	0,00	0,35	5,15	32º
189	Jéssica Lusía Noé	04/08/1997	4,20	0,70	0,00	4,90	33º
142	Jocélia Aozani	30/06/1984	4,20	0,35	0,35	4,90	34º
151	Caciane Marcela Madalozzo Arend	18/11/1981	3,00	1,40	0,35	4,75	35º
213	Alessandra Carol Markus	27/11/1997	3,60	0,70	0,35	4,65	36º
212	Deisi Gralow	25/03/1988	4,20	0,00	0,35	4,55	37º
190	Gabriel Wagner	03/06/1997	3,00	0,70	0,70	4,40	38º
19	Ana Regina Rodrigues	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
16	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
141	Marinês Philipsen	26/09/1985	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
168	Rúbia Taisi Pinheiro	14/05/1990	2,50	0,56	0,20	-	3,26	Desc.
87	Cristiane Ely	15/01/1990	1,50	0,56	0,40	-	2,46	Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
136	Iohana Eloise Weiss	03/01/1997	3,00	0,84	0,40	0,00	4,24	1º
191	Jaqueline Adriani Dumke	07/07/1998	2,00	1,12	0,40	-	3,52	Desc.
125	Fátima Priska Eberhardt	03/07/1985	1,50	0,84	0,40	-	2,74	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
3	Giovani Macedo	12/08/1989	4,00	0,84	0,40	2,00	7,24	1º
54	Ana Paula Bogorni	04/04/1992	3,50	0,56	0,60	2,00	6,66	2º
173	Jossiel Becker	14/05/1983	3,00	0,84	0,40	2,00	6,24	3º
109	Sirlei Rubin	30/03/1993	3,50	0,84	0,40	1,25	5,99	4º
41	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	3,00	1,12	0,40	1,25	5,77	5º
88	Caroline Markus	11/12/1995	3,00	0,84	0,40	1,25	5,49	6º
126	Jaqueline Lazzari	25/05/1993	2,50	1,40	0,40	0,00	4,30	7º
222	Leandro Schein	01/07/1986	2,00	0,84	0,40	-	3,24	Desc.
108	Nicholas Rossini Rohenkohl	16/11/1992	2,00	0,84	0,40	-	3,24	Desc.
200	Elizandra Fontana	18/07/1996	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
31	Gustavo Andrioli	15/07/1993	2,50	0,00	0,40	-	2,90	Desc.
183	Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	1,50	0,84	0,20	-	2,54	Desc.
132	Sibeli Vettorazzi	Faltante						Desc.
81	Paloma Schuerz	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
188	Scheila Beatriz Loch	14/12/1997	1,50	0,28	0,40	-	2,18	Desc.
175	Jéssica Carina Gonçalves Ott	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
147	Daiane Pavin	27/10/1988	6,00	1,12	0,40	2,00	9,52	1º
130	Jovana Neinas	27/10/1987	5,50	1,12	0,20	2,00	8,82	2º

162	Luciane Zanini	31/03/1980	5,00	1,40	0,40	2,00	8,80	3º
69	Ivanete Da Silva	26/10/1978	6,00	0,56	0,20	2,00	8,76	4º
72	Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	31/10/1975	5,00	1,12	0,40	2,00	8,52	5º
40	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	15/11/1984	4,50	1,12	0,60	2,00	8,22	6º
83	Franciele Da Rosa	15/02/1988	4,50	1,12	0,40	2,00	8,02	7º
89	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,50	1,12	0,40	2,00	8,02	8º
153	Aline Cristina Dittrich	16/02/1989	5,00	0,56	0,40	2,00	7,96	9º
94	Sabrina Bannhara	28/07/1982	4,50	1,12	0,20	2,00	7,82	10º
14	Dionara Decarli	16/02/1989	5,00	1,12	0,40	1,25	7,77	11º
138	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	4,00	1,12	0,40	2,00	7,52	12º
161	Juliana Seibel Freddi	11/03/1990	3,50	1,40	0,60	2,00	7,50	13º
207	Janete Bernardy	05/01/1968	4,50	0,56	0,40	2,00	7,46	14º
97	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	4,50	0,56	0,40	2,00	7,46	15º
85	Daiane Mireli Gulate De Mattos Passarin	17/05/1987	4,50	0,56	0,40	2,00	7,46	16º
144	Eduarda Noro	18/01/1993	4,50	0,56	0,40	2,00	7,46	17º
118	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,50	1,40	0,20	1,25	7,35	18º
5	Mara De Ré	29/06/1995	4,50	1,40	0,20	1,25	7,35	19º
121	Deise Michele Tiecher	21/06/1991	4,00	1,40	0,60	1,25	7,25	20º
198	Adenice Maria Winter Noll	12/03/1966	4,00	0,84	0,40	2,00	7,24	21º
60	Rosamar Mazzoneto	27/06/1977	4,00	0,84	0,40	2,00	7,24	22º
68	Daiani Foretti	23/05/1991	5,00	0,56	0,20	1,25	7,01	23º
34	Simone Lauermann	07/08/1985	4,50	0,56	0,40	1,25	6,71	24º
208	Marta Elena Bernardy Apio	31/12/1998	4,50	0,56	0,40	1,25	6,71	25º
171	Leandra Valéria Schultz	03/01/1983	3,00	1,12	0,40	2,00	6,52	26º
52	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,50	1,12	0,40	0,00	6,02	27º
165	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	10/03/1981	3,50	0,84	0,20	1,25	5,79	28º
176	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	3,00	0,84	0,40	1,25	5,49	29º
217	Géssica Fernandes	27/11/1990	2,50	1,12	0,40	1,25	5,27	30º
181	Helena Cristine Pacheco	16/12/1972	4,00	0,84	0,40	0,00	5,24	31º
225	Silvana Tonello Nós	10/10/1974	3,50	1,12	0,60	0,00	5,22	32º
51	Eliane Da Silva Sertório	01/11/1991	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
56	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	3,50	0,28	0,00	-	3,78	Desc.
59	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
98	Cristiane Knob	10/10/1994	3,50	0,84	0,40	1,45	6,19	1º
218	Cristiane Maria Bolgenhagen	15/03/1997	4,50	0,84	0,40	0,00	5,74	2º
43	Caroline Mortari	24/09/1994	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	3º
112	Jéssica Julia Meazza	22/06/1996	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
139	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	5,50	1,40	0,40	2,00	9,30	1º
90	Claudiane Pauli	25/03/1990	5,50	1,12	0,20	2,00	8,82	2º
71	Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	31/10/1975	5,00	1,12	0,40	2,00	8,52	3º
148	Daiane Pavin	27/10/1988	5,00	1,12	0,40	2,00	8,52	4º
195	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	02/01/1983	5,00	0,84	0,40	2,00	8,24	5º

114	Sandra Luiza Back	25/04/1994	5,00	0,84	0,40	2,00	8,24	6º
49	Juliane Kafer	26/12/1990	5,00	1,12	0,40	1,25	7,77	7º
11	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	4,50	0,84	0,40	2,00	7,74	8º
206	Janete Bernardy	05/01/1968	4,50	0,56	0,40	2,00	7,46	9º
4	Mara De Ré	29/06/1995	4,50	1,40	0,20	1,25	7,35	10º
137	Patrícia Bernardi	01/01/1995	4,50	1,12	0,40	1,25	7,27	11º
63	Maristela Garlet Muller	23/04/1970	4,50	0,56	0,20	2,00	7,26	12º
79	Elisiane Alves	28/08/1987	4,50	0,56	0,20	2,00	7,26	13º
216	Géssica Fernandes	27/11/1990	4,00	1,40	0,60	1,25	7,25	14º
18	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,50	0,28	0,40	2,00	7,18	15º
26	Ângela Cristina Both	04/08/1977	3,50	1,12	0,40	2,00	7,02	16º
42	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	3,50	1,12	0,40	2,00	7,02	17º
91	Juliana Both	02/10/1986	4,50	0,84	0,40	1,25	6,99	18º
39	Evandra Barichello	30/07/1977	4,00	0,56	0,40	2,00	6,96	19º
86	Daiane Mireli Gularde De Mattos Passarin	17/05/1987	4,00	0,56	0,40	2,00	6,96	20º
120	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,00	1,40	0,20	1,25	6,85	21º
164	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	10/03/1981	4,50	0,84	0,20	1,25	6,79	22º
155	Karline Elizabete Back	25/05/1984	4,50	0,84	0,20	1,25	6,79	23º
77	Patrícia Noll	26/05/1991	4,00	0,56	0,20	2,00	6,76	24º
67	Daiani Foretti	23/05/1991	4,50	0,56	0,40	1,25	6,71	25º
53	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	5,00	1,12	0,40	0,00	6,52	26º
152	Aline Cristina Dittrich	16/02/1989	3,50	0,56	0,40	2,00	6,46	27º
35	Simone Lauermann	07/08/1985	4,50	0,28	0,40	1,25	6,43	28º
163	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	4,00	0,56	0,40	1,25	6,21	29º
74	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	3,50	0,28	0,40	2,00	6,18	30º
179	Irene Regina Parmegiani	21/11/1995	3,50	1,12	0,20	1,25	6,07	31º
194	Lisane Lúcia Warken	14/12/1983	4,50	1,12	0,40	0,00	6,02	32º
106	Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	4,00	0,56	0,20	1,25	6,01	33º
158	Catiane Regina Lavall	19/07/1986	4,00	0,28	0,40	1,25	5,93	34º
50	Eliane Da Silva Sertório	01/11/1991	4,50	0,84	0,40	0,00	5,74	35º
209	Marta Elena Bernardy Apio	31/12/1998	4,00	0,00	0,40	1,25	5,65	36º
185	Keli Cristina Muller Meazza	07/03/1976	4,50	0,84	0,20	0,00	5,54	37º
46	Judite Muller	07/12/1994	3,50	0,28	0,40	1,25	5,43	38º
182	Helena Cristine Pacheco	16/12/1972	3,50	0,84	0,40	0,00	4,74	39º
70	Ivanete Da Silva	26/10/1978	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
58	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	3,00	0,00	0,40	-	3,40	Desc.
177	Ivanete Zimmer	Faltante						Desc.
101	Josenara Tais Heck	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
99	Cristiane Knob	10/10/1994	3,50	0,84	0,40	1,45	6,19	1º
48	Caroline Mortari	24/09/1994	2,00	1,12	0,40	-	3,52	Desc.
113	Jéssica Julia Meazza	22/06/1996	1,00	0,28	0,00	-	1,28	Desc.

## PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
220	Taisa Graciela Sprandel	04/09/1988	4,00	1,12	0,40	2,00	7,52	1º

117	Graciela Neumann	21/01/1984	4,50	1,40	0,20	1,25	7,35	2º
205	Marciele Dreyer Schneider	25/02/1992	4,00	0,84	0,40	1,25	6,49	3º
PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
73	Vanderlisce Ribeiro Alves	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
223	Tatiane Bedin	15/02/1998	1,50	1,40	0,40	-	3,30	Desc.
22	Karine Maria Kuhn	16/03/1989	2,00	0,28	0,40	-	2,68	Desc.
47	Larissa Andreia Krohn	06/10/1999	1,50	0,28	0,40	-	2,18	Desc.
SEGUNDO PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
131	Jovana Neinas	27/10/1987	6,00	1,12	0,20	2,00	9,32	1º
160	Juliana Seibel Freddi	11/03/1990	5,50	1,12	0,60	2,00	9,22	2º
27	Ângela Cristina Both	04/08/1977	5,50	1,12	0,40	2,00	9,02	3º
13	Dionara Decarli	16/02/1989	6,00	1,12	0,40	1,25	8,77	4º
100	Beatriz de Mello Martini	21/09/1984	5,50	0,84	0,40	2,00	8,74	5º
78	Patrícia Noll	26/05/1991	5,50	0,56	0,20	2,00	8,26	6º
61	Rosamar Mazzoneto	27/06/1977	5,00	0,84	0,40	2,00	8,24	7º
214	Leandra Valéria Schultz	03/01/1983	5,00	0,84	0,40	2,00	8,24	8º
84	Franciele Da Rosa	15/02/1988	5,00	0,84	0,40	2,00	8,24	9º
92	Juliana Both	02/10/1986	5,50	0,84	0,40	1,25	7,99	10º
96	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	5,00	0,56	0,40	2,00	7,96	11º
80	Elisiane Alves	28/08/1987	5,00	0,56	0,20	2,00	7,76	12º
75	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	5,00	0,28	0,40	2,00	7,68	13º
55	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	4,00	1,12	0,20	2,00	7,32	14º
115	Sandra Luiza Back	25/04/1994	4,00	0,84	0,40	2,00	7,24	15º
145	Eduarda Noro	18/01/1993	4,00	0,56	0,40	2,00	6,96	16º
122	Deise Michele Tiecher	21/06/1991	3,50	1,40	0,40	1,25	6,55	17º
107	Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	4,50	0,56	0,20	1,25	6,51	18º
159	Catiane Regina Lavall	19/07/1986	4,50	0,56	0,20	1,25	6,51	19º
186	Keli Cristina Muller Meazza	07/03/1976	3,50	0,56	0,40	2,00	6,46	20º
102	Josenara Tais Heck	Faltante						Desc.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Princesa – SC, 01 de Novembro de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 269 DE 01.11.2017

Publicação Nº 1417219

DECRETO Nº. 269, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

REGULAMENTA AS PROVAS PRÁTICAS DO PROCESSO SELETIVO Nº. 003.2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017, FUNÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS E MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. As provas práticas do Processo Seletivo, para as funções de Operador de Equipamentos e Motorista de Veículos Pesados, a que se refere o Edital nº 003/2017, a serem realizadas pelo Poder Executivo Municipal, no dia 04 de Novembro de 2017, serão aplicadas conforme abaixo especificados:

I – Operador de Equipamentos e Motorista de Veículos Pesados – A prova prática para os cargos de Operador de Equipamentos e Motorista de Veículos Pesados será constituída das seguintes etapas: habilidade/conhecimento (partida/parada, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva/ofensiva e realização de outras tarefas solicitadas. A prova será realizada por todos os candidatos com o a máquina e o veículo discriminado a seguir:

1º - RETROESCAVADEIRA Caterpillar, PM 3634- operador de equipamentos;

2º - CAMINHÃO, placa OKF 4565, PM 3756- motorista de veículos pesados;

Art. 2º. Em caso de mau tempo que inviabilize a realização das provas práticas para as funções acima citadas, as mesmas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada com antecedência aos candidatos através de ampla divulgação na imprensa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
01 de Novembro de 2017.  
Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº. 270 DE 01.11.2017**

Publicação Nº 1417258

DECRETO Nº. 270, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR POSSÍVEL RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES OU DIRIGENTES PELA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao artigo 192, da Lei Complementar nº 022, de 30 de dezembro de 2014, e demais Legislações vigentes.

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada Comissão de Processo Administrativo, encarregada de apurar possível responsabilidade de servidores e dirigentes pela contratação de serviços gráficos, conforme informações contidas na homologação e adjudicação- processo administrativo, emitida em 27 de Outubro de 2017. A comissão será composta pelos membros abaixo discriminados, sob a presidência da primeira.

I – Jane B. Machado - Servidor Público Estável;

II – Simone L. Pinheiro - Servidor Público Estável;

III – Daiane Pagno - Servidor Público Estável;

§ 1º. A comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para emitir relatório circunstanciado evidenciando e esclarecendo os fatos ocorridos sobre a contratação.

§ 2º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
01 de Novembro de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal



**LEI Nº 907 DE 01.11.2017**

Publicação Nº 1417316

LEI Nº. 907, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTES DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização mobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles situados na rua abaixo relacionada:

- Rua Rio Grande do Sul, neste Município de Princesa – SC.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via, no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte orçamentária própria do Município de Princesa, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes, resultante do Processo Licitatório 86/2017-PM, Tomada de Preços 09/2017-PM, correspondendo à quantia de R\$ 279.179,76 (duzentos e setenta e nove mil cento e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), correspondente a uma área de área de 4.458,75 m².

Art. 2º. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 3º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Art. 4º. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Art. 5º. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência.

§ 1º. A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na Zona de Influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º. A determinação da base de cálculo da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas Zonas de Influência.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas diretas e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 4º. Para a apuração da base de cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão responsável, com base no benefício resultante da obra – calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência no Custo Total ou Parcial da Obra, no Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra e em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 5º. Para a apuração do Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, e dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização, a Administração Pública Municipal adotará os seguintes procedimentos:

I – delimitará, em planta, a Zona de Influência da obra;

II – dividirá a Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

V – Testada do imóvel.

Art. 6º. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2º. A percentagem do custo da obra a ser cobrado mediante Contribuição de Melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, às atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.

§ 3º. A valorização imobiliária dar-se-á conforme Parecer da Comissão Especial a ser nomeada por Decreto.

Art. 7º. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 1º. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 2º. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

Art. 8º. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento da Contribuição de Melhoria:

I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V – a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1º. Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2º. O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 9º. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento, que conterá os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II - Custo Total ou Parcial da Obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III - delimitação, em planta, da Zona de Influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;

IV – A divisão da Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

V - Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da Obra;

VI – determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

Art. 10º. O contribuinte definido no artigo 3º da presente Lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

Parágrafo Único. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

Art. 11º. A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida na Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 12º. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Art. 13º. Da decisão proferida em primeira instância caberá recurso à Segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

§ 1º. O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 69 da Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013.

§ 2º. A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 298 Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013.

§3º. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da contribuição de melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir a melhoria decorrente de obra executada em parte na forma prevista no caput deste artigo nem impede a Administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 14º. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Art. 15º. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja regulamentado em edital e/ou Decreto.

Art. 16º. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:

I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública

IV - do prazo para a impugnação do lançamento;

V - o local do pagamento da contribuição de melhoria.

Parágrafo Único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 17º. Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1º. No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2º. Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá à emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

Art.18º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art.19º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013 (Código Tributário Municipal).

Art. 20º. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

Art. 21º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação

pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP), em caso de Contribuinte Pessoa Física, e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 22º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 23º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 24º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 25º. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 26º. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 27º. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser a vista em parcela única, ou parcelado Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013, não havendo a incidência de qualquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

II - independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado que o valor mínimo de cada parcela não será inferior a 2,5% da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

III - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o último dia útil do mês do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do mesmo.

Art. 28º. As parcelas não pagas até a data de vencimento serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013 (Código Tributário Municipal).

§ 1º. Quando for efetuado o parcelamento e ocorrer o não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de parcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 29º. Ficam isentas e excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

§ 1º. Ficam isentas do pagamento de contribuição de melhoria, as entidades de saúde beneficentes e de assistência sociais, assim declaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, proprietárias de imóvel beneficiadas com obra pública. A isenção será solicitada por parte das interessadas, mediante requerimento ao Chefe do Poder Executivo acompanhado de Certidão ou Certificado expedido pelo CNAS, vigente à época do respectivo edital.

§2º. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 30º. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros demora.

Art. 31º. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação anual do IGPM, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 32º. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

§1º. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§2º. As multas serão aplicadas e calculadas em 2% (dois por cento), sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo de juros de mora.

Art. 33º. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de PRINCESA é de até 30(trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas inválidas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o

lançamento ou a notificação

Art. 34º. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 35º. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 36º. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 37º. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 38º. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 39º. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 40º. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 41º. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 42º. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Nº 013/2013, de 17 de dezembro de 2013) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta Lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 43º. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 44º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº. 906 DE 01.11.2017

Publicação Nº 1417269

LEI Nº. 906, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Autoriza o Município de Princesa a utilizar o enquadramento empresarial simplificado (EES), Autodeclaração e seus procedimentos decorrentes, previstos na Lei Estadual nº 17.071 de 12 de janeiro de 2017”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a utilização do Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) e da Autodeclaração, previstos na Lei Estadual nº 17.071, de 2017, a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades envolvidas nos processos de concessão e renovação de alvarás, de abertura, alteração, licenciamento e fechamento de empresas, bem como de emissão de atestados.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL



# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO X

Publicação Nº 1418745

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO  
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

#### ATO CONVOCATÓRIO X

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- GABRIELA APARECIDA GUESSER WEBER

Rancho Queimado, em 31 de outubro de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 01/2017

Publicação Nº 1417100

Câmara Municipal de Rancho Queimado  
PAÇO MUNICIPAL IRINEU BORNHAUSEN  
Praça Leonardo Sell, 40 - Fones: (0xx48) 3275-0111 / 3275-0112  
3275-0188 - Fax: (0xx48) 3275-0200 - CEP 88.470-000  
Rancho Queimado - Santa Catarina  
RESOLUÇÃO Nº 01/2017  
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE  
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA AO  
55º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO  
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO  
MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Rancho Queimado aprovou, no uso da competência que lhe confere o Art. 113, Parágrafo Único, do Regimento Interno desta Casa, e, eu, Presidente, Promulgo a presente Resolução:

Art. 1º - Realizar-se-á no dia 08 de novembro de 2017, às 17:00 horas, na Praça Leonardo Sell, em Rancho Queimado/SC, Sessão Solene em comemoração aos 55 anos de emancipação político-administrativa do Município.

§ 1º - Fica a Câmara Municipal de Rancho Queimado, autorizada a realizar despesas de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinados a sonorização, aluguel de palco, decoração, compra de bolo e demais gastos que advenham da realização da Sessão Solene.

§ 2º - As despesas decorrentes do ato comemorativo previsto no "caput" deste artigo correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 2º - Com a finalidade de homenagear os educadores que se destacam ou se destacaram em suas funções, nos termos da Resolução 03/2013 da Câmara Municipal de Rancho Queimado, será outorgada a Medalha Lauretti Emília Bruch Eger na Sessão que trata o Art. 1º da presente Resolução.

§ 1º - Conforme versa o Art. 2º, Parágrafo Único, da Resolução 03/2013 da Câmara Municipal de Rancho Queimado, cada Vereador indicou um profissional a ser homenageado.

I - Adilson Knaul indicou Alcior Huguen.

II - Alceu Münfeldt indicou Márcia Moura da Silva dos Santos.

III - Aldo Lins indicou Maristela Iara Beretta Sell.

IV - Alexsandro Erhardt indicou Fernanda Erhardt.

V - Antonio Roberto Griga indicou Zeli Terezinha Cardoso Brüggemann.

VI - Carlos Alberto Schiller indicou Luciana Olívia Sell.

VII - Fidêncio José Voges indicou Pedro Paulo Bunn.

VIII - Jane Maria da Silva indicou Saulo Benísio Ventura.

IX - Marcelo da Silva Pereira indicou Joanita Zimmermann dos Santos.

Art. 3º - Também serão homenageados pela Câmara Municipal de Rancho Queimado, no ato comemorativo previsto no artigo 1º da presente Resolução, com uma placa de reconhecimento e agradecimento:

I – Por contribuição para o desenvolvimento do Município de Rancho Queimado:

- a) O Sr. Ademar Sell.
- b) O Sr. Carlos da Costa Soares.
- c) A Sra. Maria Praxedes Diniz.
- d) O Sr. Neuto Fausto de Conto.

II – Pelas conquistas alcançadas no esporte e representação do Município no cenário nacional e/ou internacional:

- a) A atleta Amábilie Tereza Koester.
- b) O atleta Marcelo Renato de Souza.
- c) O atleta Sidinei Broering.

III – Pelos 500 anos da Reforma Protestante, comemorados no dia 31 de outubro de 2017:

- a) A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Rancho Queimado.
- b) A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Taquaras.

IV – Pela passagem do centenário de Felícia Hatzky Schütz, a Família Schütz.

Art. 4º - Fica a Câmara Municipal de Rancho Queimado, autorizada a realizar despesas, até o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), destinados à aquisição de medalhas e placas de reconhecimento que tratam os Art. 2º e 3º desta Resolução.

§ 1º - As despesas decorrentes do previsto no “caput” deste artigo correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado/SC, em 31 de outubro de 2017.

ANTONIO ROBERTO GRIGA

Presidente

ALEXSANDRO ERHARDT FIDÊNCIO  
Vice Presidente

JOSÉ VOGES  
1º Secretário



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0004/2017 - FUMAS

Publicação Nº 1417718

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Fundo de Assist.Social do Município de Rio das Antas

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2017 – FUMAS

A Gestora do Fundo de Assistência Social do Município de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo A Gestora do Fundo de Assistência Social do Município de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0005/2017-FUMAS na Modalidade de Pregão Presencial nº 0004/2017-FUMAS, com o seguinte objeto: Registro de preço para aquisição futura de pedidos parcelados de gêneros alimentícios e outros para manutenção das atividades no Centro de Convivência dos Idosos de Rio das Antas SC. Conforme edital completo. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 17/11/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas de Preço e Documentação de Habilitação, com início da sessão as 09h15min. TIPO: Menor Preço por item. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br). BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 01 de novembro de 2017/Claudia Valéria Dalazem dos Santos-Gestora do FUMAS

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### CONTRATO 40 - AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO VAN ZERO QUILOMETRO

Publicação Nº 1417664

Contrato Nº : 40/2017

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : S &amp; W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 44/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO VAN ZERO QUILOMETRO

Vigência : Início: 31/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 31/10/2017

Valor R\$ : 145.900,00 (Cento e Quarenta e Cinco Mil e Novecentos Reais )

## Rio do Sul

## PREFEITURA

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 17/10/2017**

Publicação Nº 1417424

Aos dezessete dias do mês de outubro de 2017, às 8h, na Sala de Reuniões da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: José Luiz do Nascimento; II – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Sandro Renato Sofka; III – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; IV – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Jonny Schmidt; e a servidora Patrícia Soares Vansuita, Secretária ad hoc. Primeiramente o Presidente declarou aberta a audiência e prosseguiu com a leitura da ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. Na sequência, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam o voto do Relator, restando os votos conforme abaixo relacionados, vejamos:

BENEFICIADO	Nº ISENÇÃO	RELATOR	PROCU-RA-DOR	VOTO
GENI PINHEIRO STEINBACH	10398/2017	RONALDO DA ROCHA	-	DEFERIDO
NILTON WEISS	2331/2017	RONALDO DA ROCHA	-	DEFERIDO
LEONILA HENKEL	2933/2017	RONALDO DA ROCHA	-	DEFERIDO
MARIA DE LOURDES SANGALETTI	2784/2017	RONALDO DA ROCHA	-	DEFERIDO
OSNILDO JOSE CORREA	2798/2017	RONALDO DA ROCHA	-	DEFERIDO
OSVALDO MUNDEL	3877/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
HELENA DE FATIMA SANTOS MOREIRA	4049/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
ELSA HOLTZ PEREIRA	10360/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
MARIA APARECIDA KUHLE DE CAMPOS	3425/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
SIMONE KUSTER	2990/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
KATIUSKIA KURSTER FARIAS	3514/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
ANA CONTESINI	3321/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
DANIEL RODE	3989/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
ELIANA APARECIDA FERREIRA	2690/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
ROSANGELA LAURET	2922/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO
LINDOLFO RENGEL JUNIOR	3692/2017	JONNY SCHMIDT	-	DEFERIDO

Findo a leitura dos Processos, o Presidente solicitou à Secretária para que procedesse os devidos encaminhamentos. O Presidente iniciou discussão sobre os possíveis meios de cercar mais informações a respeito dos requerentes, de forma a inibir possíveis "erros" ou concessões de isenção indevidas, pois mesmo com o grande empenho da equipe, por vezes há dificuldade na identificação de posses e rendas. O Presidente aproveitou ainda, para confirmar a próxima reunião, a se realizar em 25/10/2017. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Patrícia Soares Vansuita, secretária ad hoc que a redigiu e lavrou, e pelos Membros presentes na reunião.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Sandro Renato Sofka  
Membro do Cadastro Multifinalitário da  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Jonny Schmidt  
Membro do Departamento de Arrecadação da  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
José Luiz do Nascimento  
Fiscal Tributário da  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Patrícia Soares Vansuita  
Agente Administrativo da  
Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV  
Secretária ad hoc

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 25/10/2017**

Publicação N° 1417426

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2017, às 8h, na Sala de Reuniões da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fez presente o membro da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; e a servidora Patricia Soares Vansuita, Secretária ad hoc, para a realização da reunião ordinária da supra citada comissão, que não se verificou por falta de quórum, em virtude de não terem comparecido os membros, Sandro Renato Sofka, José Luiz do Nascimento, Jonny Schmidt e Jaison Fernando de Souza. O Presidente em exercício nos termos do inciso III do artigo 5º do Regimento Interno, designa o dia 07 de novembro de 2017, pelas 8h, a realização da nova reunião, que tem a mesma pauta desta Reunião e convoca todos os membros que compõem a comissão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Patricia Soares Vansuita, secretária ad hoc que a redigiu e lavrou, e pelo Membro presente na reunião.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Patricia Soares Vansuita  
Agente Administrativo da  
Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV  
Secretária ad hoc

**DECRETO N° 6632, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação N° 1418312

DECRETO N° 6632, de 25 de outubro de 2017.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE N° 069/2017, de 25.07.2017."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pela Carta Convite nº 069/2017 de 25 de setembro de 2017.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude de que a empresa licitante não apresentou o atestado técnico ( item 6.3.3 ), bem como, o acervo técnico ( 6.3.4. ) portanto não estando habilitada. O envelope contendo a proposta de preços será devolvida ao licitante, devidamente lacrada.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO N° 6636, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação N° 1418316

DECRETO N° 6636, de 30 de outubro de 2017.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2017, de 18.09.2017."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 065/2017 de 18 de setembro de 2017.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude de que a empresa licitante não apresentou acervo técnico emitido pelo CREA, item 8.1.1 letra C e o Certificado de Normas ABNT ( 16071/2012 ) item 8.1.1 letra D. Interrompem o Processo para efetuar diligência

em busca de informações junto aos órgãos competente. Abre-se o prazo de 5 ( cinco ) dias úteis.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

### **Portaria n. 1383/DGP de 27 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1415847

PORTARIA N. 1383/DGP

PAULO JOSÉ CUNHA, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, considerando:

• As conclusões da Comissão Processante de fls. 092 a 096, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 027/2016, instaurado pela Portaria n. 1365/RH de 12 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 14 de dezembro de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 098 e 099 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a servidora municipal SABRINA APARECIDA VILOTTI, matrícula n. 215058, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a penalidade de Demissão, a partir de 01 de novembro de 2017, com fundamento ao disposto no Art. 186, incisos II e III da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 027/2016, que concluiu que a servidora transgrediu o Art. 170, incisos I, III, IX e X e o Art. 171, incisos I e XVII, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

### **PORTARIA Nº 1387/DGP**

Publicação Nº 1417075

PORTARIA Nº.1387/DGP

PAULO JOSE CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, NATACHA FELIPPE, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – INGLÊS, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2017.

PAULO JOSE CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ed

**PREGÃO PRESENCIAL 044/2017**

Publicação Nº 1417372

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531-1400 / 3531-1437, torna público o presente Edital para aquisição de VEÍCULO TIPO VAN/Micro-ônibus, zero quilometro, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, cujas especificações encontram-se detalhadas no Anexo I -Termo de Referência deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/11/2017, às 08h00 na Sala de Licitações no seguinte endereço Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº01, Centro, Departamento de Processos Licitatórios.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09h00 do dia 21/11/2017, na Sala de Licitações, endereço idem ao da entrega e abertura das propostas.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, situada a Rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) ou e-mail [maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br](mailto:maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul (SC), em 31 de outubro de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
PREFEITO MUNICIPAL, DE RIO DO SUL

**PREGÃO PRESENCIAL 045/2017**

Publicação Nº 1417377

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531-1400 / 3531-1437, torna público o presente Edital para contratação de empresa ESPECIALIZADA para fornecimento contínuo DE TIRAS REAGENTES para determinação de glicose no sangue, com fornecimento de aparelho leitor para automonitoramento domiciliar em comodato e fornecimento de software para gerenciamento e controle de dados de glicemia com instalação e treinamento, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, cujas especificações encontram-se detalhadas no Anexo I -Termo de Referência deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/11/2017, às 13h30min na Sala de Licitações no seguinte endereço Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº01, Centro, Departamento de Processos Licitatórios.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 15h00 do dia 21/11/2017, na Sala de Licitações, endereço idem ao da entrega e abertura das propostas.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, situada a Rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) ou e-mail [maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br](mailto:maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul (SC), em 31 de outubro de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
PREFEITO MUNICIPAL, DE RIO DO SUL



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017**

Publicação Nº 1418728

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2017**

**OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição parcelada pela Secretaria de Infraestrutura de Rio do Sul, de tinta externa nas cores branca, cinza e amarela (a depender da solicitação), a ser fornecida pelo proponente vencedor, de acordo com as quantidades e especificações e demais condições constantes neste Edital e seus Anexos. Município de Rio do Sul.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 17/11/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** às 09:00h do dia 17/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 03 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

FABIO ALEXANDRINI  
Secretário Municipal de Infraestrutura

**RESUMO DO ADITIVO Nº 110/2017**

Publicação Nº 1418736

**2º TERMO ADITIVO Nº 110/2017 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 030/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO, LIGANDO A SC-350 À ESTRADA BOMFIM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**

Ao primeiro (01) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, Sala 03, 1º andar, Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123 inscrita no CNPJ sob o nº 14.629.988/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Gustavo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 170/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 030, datado de 25 de março de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica acrescido ao prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias com o seu término em 29 de abril de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito,

na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
. Sr. Gustavo Aragão Silva  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

## RESUMO DO CONTRATO N. 007/2017/FMAS

Publicação Nº 1417449

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2017

Pregão Presencial nº 007/2017/FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul/SC

Contratada: Portabilis Tecnologia Ltda - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE INSTRUMENTOS PARA EFETIVAÇÃO DO S.U.A.S.

Valor: R\$ 35.710,00 (trinta e cinco mil setecentos e dez reais);

Vigência: 12 meses;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2017.  
PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

## RESUMO DO CONTRATO Nº 045/2017

Publicação Nº 1417647

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA  
Nº 045/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE /SC;

Contratada: AUTO ELITE LTDA;

Objeto: Aquisição de 01 (um) automóvel VOLKSWAGE/VOYAGE veículo automotor fabricação nacional zero (0) km.

Valor: R\$ 51.500,00(cinquenta e um mil e quinhentos reais));

Recebimento do objeto: A entrega do veículo deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias após a emissão da Ordem de Compra. Local para entrega: na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, Centro, rio do Sul/SC, Departamento dos Motoristas, no prazo máximo, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Contratada;

Condições de Pagamento:

Providenciar o pagamento devido a CONTRATADA, dentro do prazo de até trinta (30) dias após a emissão da Nota Fiscal, desde que

cumpridos os requisitos estabelecidos neste edital;

Recurso: Emenda parlamentar e Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 01 de novembro de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO CARLA FRIEDRICH FERRARI**

Publicação Nº 1417138

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CARLA FRIEDRICH FERRARI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017. Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 01 de novembro de 2017

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO NATACHA FELIPPE**

Publicação Nº 1417081

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) NATACHA FELIPPE é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR DE INGLÊS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1387/DGP de 27/10/2017, publicada em 06/11/2017. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2017.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento Profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TERMO DE RESCISÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 013.2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417451

### **TERMO DE RESCISÃO**

AO TERMO DE CONVÊNIO n. 013/2014 datado de 18 de dezembro de 2014, celebrado entre o Município de Rio do Sul e o São Paulo Futebol Clube, referente à administração do Ginásio de Esportes do Bairro Valada São Paulo.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.574/0001/06, situado à Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, vem através do presente, RESCINDIR UNILATERALMENTE o TERMO DE CONVÊNIO n. 013/2014, firmado com SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 83.781.328/0001-10, com sede na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, s/n, bairro Valada São Paulo, representado pelo seu Presidente, SR. ARMANDO ANTÔNIO CENSI, brasileiro, portador do RG n. 282.817-DF.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica rescindido unilateralmente o Termo de Convênio de n. 013/2014, datado de 18 de dezembro de 2014, com base na cláusula sexta do aludido convênio, que trata da Rescisão, em razão de relevante interesse público, em especial a regularização do imóvel com relação às normas de segurança, habite-se de construção, e cessão de uso para a exploração do bar e das quadras.

A notificação extrajudicial visando a rescisão do presente convênio foi devidamente encaminhada em 26 de julho de 2017.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	
---	--

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 1017/2017**

Publicação Nº 1417840

PORTARIA No 1017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Designa o servidor Luis Fernando Scheweder para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 06 e 07/2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor Luis Fernando Schweder, matrícula nº 3778, Técnico Legislativo – Área Informática da Câmara Municipal de Rio do Sul, para acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços supracitadas, decorrentes do Processo Licitatório nº 13/2017 – Pregão Presencial nº 09/2017, nos termos do artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Como suplente, fica designada a servidora efetiva Sabrina Roseni Cabral da Silva, matrícula nº 11731, Técnica Legislativa – Área Legislativa.

Art. 2º Competem aos servidores designados as atribuições gerenciais, técnicas e operacionais descritas nas Atas de Registro de Preços.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FS 14/2017 - REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS

Publicação Nº 1417047

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 14/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 14/11/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 14/11/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 31 de outubro de 2017.

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI

Secretária de Saúde

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PROCESSO 019/2017 PREGÃO 017/2017

Publicação Nº 1418223

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC  
Processo de Licitação FMS 019/2017  
Edital de Pregão Presencial FMS 017/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 20 de NOVENBRO de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO FURGÃO, ZERO QUILOMETRO, JÁ TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA.

Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site: [www.riofortuna.sc.gov.br](http://www.riofortuna.sc.gov.br) ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 03 de novembro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN  
Prefeito Municipal



# Romelândia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 115

Publicação Nº 1417630

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 115

Processo Licitatório Nº. 2145/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 46/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 30/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 46/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: Auto Posto Natal Ltda

CNPJ: 83.829.374/0001-41, FONE:

ENDEREÇO: Av. Brasil, , Centro, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2145/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 46/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL S500, DIESEL S10 E GASOLINA COMUM) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	80.000,0	L	DIESEL S500	3,30	Auto Posto Natal Ltda
3	80.000,0	L	DIESEL S10	3,40	Auto Posto Natal Ltda

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 30/10/17.

VALDIR BUGS		Auto Posto Natal Ltda
CPF: 304.788.399-87		SEVERINO ABEL BENACHIO
CONTRATANTE		CONTRATADO

DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 107**

Publicação Nº 1417612

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107

Processo Licitatório Nº. 1916/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 41/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: VERZA AUTO CENTER EIRELI ME

CNPJ: 13.207.871/0001-22, FONE:

ENDEREÇO: ROD. SC - 471, 214, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1916/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 41/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE PNEUS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
9	200,0	SV	SERVIÇO DE TROCA DE PNEU (MONTAGEM E DESMONTAGEM) ARO 17,5, 18	24,65	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
10	300,0	SV	SERVIÇO DE TROCA DE PNEU (MONTAGEM E DESMONTAGEM) ARO 20, 22,5	29,90	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
11	300,0	SV	SERVIÇO DE TROCA DE PNEU (MONTAGEM E DESMONTAGEM) ARO 24, 25	39,80	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
12	100,0	SV	SERVIÇO DE TROCA DE PNEU (MONTAGEM E DESMONTAGEM) ARO 26	44,75	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
13	100,0	SV	SERVIÇO DE TROCA DE PNEU (MONTAGEM E DESMONTAGEM) ARO 30, 34	89,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
14	50,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75 R 17,5	178,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
17	100,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 R 24	388,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
18	100,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 R 20	169,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
21	100,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9 R 24	375,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
22	20,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 R 34	495,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
23	150,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5 R 25	363,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
25	50,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19.5 R 24	525,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
26	30,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1 R 26	583,00	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
27	200,0	SV	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DE VEÍCULOS LEVES ARO 13, 14, 15, 16	38,90	VERZA AUTO CENTER EIRELI ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.



IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou

até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 04/10/17.

VALDIR BUGS		VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
CPF: 304.788.399-87		LAURI VERZA
CONTRATANTE		CPF: 812.520.649-34
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109

Publicação Nº 1417627

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 109

Processo Licitatório Nº. 2022/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 42/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 11/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 42/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: INSTALADORA ZANATTA LTDA

CNPJ: 11.936.490/0001-59, FONE:

ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, 683, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2022/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 42/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos e hidráulicos residenciais/prediais - manutenção e instalação para suprir as eventuais necessidades do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia/SC., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1.000,0	Hr.	Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos residenciais/prediais - manutenção e instalação para suprir as eventuais necessidades do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia/SC	40,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.



IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou



até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 11/10/17.

VALDIR BUGS		INSTALADORA ZANATTA LTDA
CPF: 304.788.399-87		CPF: 656.219.219-68
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110

Publicação Nº 1417607

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110

Processo Licitatório Nº. 2033/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 43/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 13/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 43/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: Ivan Nhoatto ME

CNPJ: 02.305.661/0001-50, FONE:

ENDEREÇO: Rua Fredolino Fell, 54, , 00089-908, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2033/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 43/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA AS FESTIVIDADES DO DIA NACIONAL DO IDOSO, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	10,0	UN	ÓLEO DE SOJA, Embalagem de 900 ml	3,23	Ivan Nhoatto ME
2	5,0	UN	Vinagre de vinho tinto embal. 4,9lt.	23,32	Ivan Nhoatto ME
7	12,0	CX	Palitos de dente 100 Ud.	0,39	Ivan Nhoatto ME
9	4,0	UN	AÇUCAR CRISTALIZADO EMBALAGEM DE 5 KG	10,49	Ivan Nhoatto ME
11	15,0	KG	CARNE MOÍDA DE SEGUNDA QUALIDADE	13,99	Ivan Nhoatto ME
15	350,0	KG	CARNE DE BOVINO PARA CHURRASCO	15,47	Ivan Nhoatto ME
22	60,0	KG	Mandioca descascada, congelada embalagem de 1Kg;	5,58	Ivan Nhoatto ME
24	100,0	UN	Alface de Boa Qualidade.	2,78	Ivan Nhoatto ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades

contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes

deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;  
D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.  
V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 13/10/17.

VALDIR BUGS		Ivan Nhoatto ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111

Publicação Nº 1417608

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111

Processo Licitatório Nº. 2033/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 43/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 13/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 43/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: Cerca Hensel ME

CNPJ: 03.023.913/0001-11, FONE:

ENDEREÇO: Rua Barão de rio Branco, , , 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2033/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 43/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA AS FESTIVIDADES DO DIA NACIONAL DO IDOSO, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
25	200,0	UN	PÃO DE ÁGUA (BENGALA) DE NO MINIMO 40 CM DE COMPRIMENTO	2,50	Cerca Hensel ME
26	100,0	UN	CUCA RECHEADA VARIOS SABORES MINIMO DE 640 GRAMAS	6,00	Cerca Hensel ME
27	30,0	KG	BOLO DE FESTA COM COBERTURA	22,00	Cerca Hensel ME

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades

contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes

deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;  
D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.  
V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 13/10/17.

VALDIR BUGS		Cerca Hensel ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 112

Publicação Nº 1417611

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112

Processo Licitatório Nº. 2033/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 43/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 13/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 43/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME

CNPJ: 17.940.829/0001-77, FONE:

ENDEREÇO: RUA PADRE ANCHIETA, 167, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2033/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 43/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA AS FESTIVIDADES DO DIA NACIONAL DO IDOSO, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
3	6,0	PAC	Sal refinado iodado - embalagem de 01 kg.	1,03	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
4	6,0	UN	Sal Temperado Fino, Pacote de 01 kg	2,58	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
5	20,0	PAC	Guardanapos de Papel 20 x 20cm pacote c/50 unidades	0,98	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
6	5,0	UN	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM C/ 840 GR	7,18	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME



8	5,0	UN	VINHO TINTO DE MESA, EMBALAGEM DE 4,6 L	35,97	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
10	10,0	UN	SAGU CLASSE PÉROLA TIPO 1 EMBALAGEM C/ 500 GR	2,89	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
12	180,0	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	5,48	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
13	100,0	KG	CARNE DE PORCO PICADA - PERNIL	8,97	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
14	40,0	KG	CARNE DE PORCO PICADA - PALETA	8,97	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
16	15,0	Sc	Carvão 3Kg.	8,48	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
17	50,0	KG	TOMATE DE BOA QUALIDADE	3,97	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
18	30,0	KG	CEBOLA MÉDIA DE BOA QUALIDADE	2,98	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
19	30,0	KG	Beterraba nova de 1ª qualidade	2,97	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
20	15,0	KG	CENOURA BOA QUALIDADE	2,98	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
21	10,0	UN	SALADA PÃO DE AÇUCAR	2,98	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
23	20,0	KG	Arroz parboilizado tipo 1 pct. c/1kg	2,32	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.



**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA - RESCISÃO**

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 13/10/17.

VALDIR BUGS		EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113**

Publicação Nº 1417633

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113

Processo Licitatório Nº. 2083/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 44/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 30/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: LAURI ALBERTO OTT

CPF: 690.486.739-68, FONE:

ENDEREÇO: LINHA ESPERANÇA, , INTERIOR, 89908-000, ROMELÂNDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2083/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 44/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO NAS PROXIMIDADES DAS COMUNIDADES DE LINHA SALTINHO E LINHA ESPERANÇA, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E URBANAS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	2.400,0	M³	CASCALHO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NAS PROXIMIDADES DE LINHA ESPERANÇA	1,25	LAURI ALBERTO OTT

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 30/10/17.

VALDIR BUGS		LAURI ALBERTO OTT
CPF: 304.788.399-87		CPF: 690.486.739-68
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114**

Publicação Nº 1417634

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 114

Processo Licitatório Nº. 2083/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 44/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 30/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: EDMAR CAMBRUZZI

CPF: 425.851.719-49, FONE:

ENDEREÇO: LINHA SALTINHO, , INTERIOR, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2083/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 44/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO NAS PROXIMIDADES DAS COMUNIDADES DE LINHA SALTINHO E LINHA ESPERANÇA, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E URBANAS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	2.400,0	M³	CASCALHO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NAS PROXIMIDADES DE LINHA SALTINHO	1,25	EDMAR CAMBRUZZI

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 30/10/17.

VALDIR BUGS		EDMAR CAMBRUZZI
CPF: 304.788.399-87		CPF: 425.851.719-49
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 116**

Publicação Nº 1417632

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 116

Processo Licitatório Nº. 2145/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 46/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 30/10/17

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 46/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: AUTO POSTO 25 LTDA

CNPJ: 73.239.279/0001-34, FONE: 0

ENDEREÇO: Avenida Brasil, 202, , 89908-000, ROMELÂNDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2145/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 46/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL S500, DIESEL S10 E GASOLINA COMUM) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	50.000,0	L	GASOLINA COMUM	4,11	AUTO POSTO 25 LTDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique



a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 30/10/17.

VALDIR BUGS		AUTO POSTO 25 LTDA
CPF: 304.788.399-87		VALCIR ZIMMER
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**DECRETO 3.910/2017**

Publicação Nº 1417441

DECRETO Nº 3.910/2017

RETOMA VEÍCULO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI:

DECRETA:

Art.1º - Pelo presente Decreto, RETOMA, o veículo FIAT/ PÁLIO, ano modelo 2011, placa MHW 1942, RENAVAL 305026348 cedido à título precário ao Setor de Tributação através do Decreto nº 3.604/2015, de 07 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 3.604/2015 de 07 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 01 de novembro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

ADRIANE T. MERIGO JUNG

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**EXTRATO DO CONTRATO 102/2017**

Publicação Nº 1417053

CONTRATO Nº 102 / 2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019 / 2017

Tomada de Preços 9 / 2017

Pelo presente contrato, que fazem entre si, de um lado a Município de Romelândia/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ nº 82.821.182/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 304.788.399-87, RG Nº 899.689 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa J.DOS SANTOS- EPP, inscrita no CNPJ nº 10.872.564/0001-78, estabelecida RUA TANCREDO DA ALMEIDA NEVES, 6655, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, Município de CONCÓRDIA/ SC, CEP: 89700-000; neste ato representada por JOCEMIR DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 926.508.990-34, RG nº 1070925167, residente e domiciliada no Município de CONCÓRDIA/SC, na RUA TANCREDO DA ALMEIDA NEVES, nº 6655, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, CEP 89700-000, doravante denominada CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação Nº 2019/2017, na modalidade Tomada de Preços nº 9/2017, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÉVEL NAS COMUNIDADES DE LINHA TRINTA E CINCO, LINHA ALTO NAVEGANTES E LINHA BARRA DO ANGICO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDAM.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN	QUANT.	VLR UNIT.
1	EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÉVEL NAS COMUNIDADES DE LINHA TRINTA E CINCO, LINHA ALTO NAVEGANTES E LINHA BARRA DO ANGICO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDAM	SV	1,00	416.057,58

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 416.057,58 (quatrocentos e dezesseis mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), ou seja, aquele cotado pela proposta declarada vencedora, sem qualquer acréscimo ou adendo.

PARÁGRAFO UNICO - Toda e qualquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA EXECUÇÃO –**

a) O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, conforme liberação do FUNDAM e acompanhados dos LAUDOS DE MEDIÇÃO.

b) O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, mediante Certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

c). O município reserva-se o direito de descontar (reter) do pagamento devido à contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

- c.1) ISS – A alíquota de 3% (três por cento) do valor global contratado, podendo ser deduzidos os custos dos materiais aplicados na obra, devidamente comprovados com documentos fiscais de compra ou simples remessa, conforme previsto no subitem 7.02 da Tabela XIII – Lista de Serviços, anexa a Lei Municipal nº 1.196/97 – Código Tributário do Município; e,
- c.2) INSS – O percentual mínimo definido na IN nº 971/2009 da RFB, podendo, a critério da empresa contratada, efetuar os recolhimentos por conta dos valores devidos e declarados mensalmente nas GFIP / GPS, restando condicionado à liberação do saldo final mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito em nome da referida matrícula aberta.
- c). Nenhum pagamento será efetuado à Licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- d) O valor do presente contrato não sofrerá qualquer tipo de reajuste, conforme determina os artigos 11 e 12 da Lei Federal 8.880/94.
- e) O prazo para a conclusão é até 10 de fevereiro de 2018, iniciando-se a contar da expedição da Ordem de Serviço, obedecendo o prazo do cronograma físico financeiro

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização da obra, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.
- 2 - A CONTRATADA não poderá sub-empregar os serviços a ela adjudicados.
- 3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.
- 4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
- 5 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.
- 6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.
- 7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após emissão da Ordem de Serviço.
- 8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- 9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato pelo não cumprimento do mesmo.
- 10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.
- 11 - A CONTRATADA deverá colocar e manter a disposição, no canteiro de Obras, o “Diário da Obra”.
- 12 - A CONTRATADA deverá garantir, e se responsabilizar por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

#### CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

- I – Fiscalizar a prestação dos serviços licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva Prestação dos serviços.
- II – efetuar os pagamentos à Contratada.
- III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

#### CLAUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

- A – Advertência por escrito;
- B – Aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;
- C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.
- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA SETIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- Os recursos administrativos e os casos de alteração ou rescisão contratual são os constantes na Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA - O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017. Podendo ser aditado somente até 10 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO - Este contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, entendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela rescisão

unilateral. Serão reconhecidos os direitos da administração previstos no art. 77 da Lei Federal 8.666/1993 e alterações posteriores.  
Parágrafo Único – Nos casos omissos serão aplicados os preceitos do Direito Público, teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DECIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Romelândia/ SC, 01 de Novembro de 2017.

VALDIR BUGS	J.DOS SANTOS- EPP
Prefeito Municipal	JOCEMIR DOS SANTOS
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Dariz Genz	Lucimar Luiz Ferrari
CPF 052.284.969-55	CPF 020.498.499-82

### PORTARIA 8588/2017

Publicação Nº 1417946

PORTARIA Nº 8588/2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder LICENÇA PREMIO à Servidora Pública Municipal, IEDA WEILER BALDO, cargo de carreira de PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 20 HORAS SEMANAIS, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2010 à 16 de agosto de 2015 pelo período de 03(três) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 à 30 de janeiro de 2018, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### PORTARIA 8589/2017

Publicação Nº 1417948

PORTARIA Nº 8589/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal, FABIANI CAMARGO DA SILVA, cargo de carreira de NUTRICIONISTA - NASF, 20 HORAS SEMANAIS, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2016 à 30 de setembro de 2017, para serem gozadas de 01 de novembro de 2017 à 30 de novembro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8590/2017**

Publicação Nº 1417950

PORTARIA Nº 8590/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias a Servidora Pública Municipal, MARLI CRISTINA DA SILVA WERNER, cargo de carreira de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, 40 HORAS SEMANAIS, referente ao período aquisitivo de 21 de março de 2016 à 20 de março de 2017, para serem gozadas de 01 de novembro de 2017 à 30 de novembro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8591/2017**

Publicação Nº 1418454

PORTARIA Nº 8591/2017

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Designar o Servidor Público Municipal Srº NILSON SCHAEFFER, para desempenhar a função de Chefe do Setor de Fiscalização de Obras do Município de Romelândia - SC, percebendo FG (Função Gratificada) num percentual de 30% (trinta por cento) calculada sobre o vencimento base.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 03 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

# Santa Terezinha do Progresso

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N. 07, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417123

PORTARIA N. 007, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Determina a aplicação do índice de correção da deflação referente aos subsídios dos Vereadores do Município de Santa Terezinha do Progresso - SC e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica por esta Portaria determinada a aplicação do índice de correção da deflação no percentual de 1.25 % sobre os subsídios dos Vereadores do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Art. 2º. Esta portaria tem validade retroativa à data de publicação da Lei nº 1.318 de 19 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 17 de outubro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ADAGIR FREITAS

TÉCNICO LEGISLATIVO

### PORTARIA N. 08, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417127

PORTARIA N. 08, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede férias à Servidor Público Municipal e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares a Servidora Pública Municipal, Senhora Eliane Laura Rohden, matrícula n. 558-01, ocupante da função de Contadora, no período de 01/11/2017 a 20/11/2017, relativo ao período aquisitivo de 18/12/2015 a 17/12/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, e Santa Terezinha do Progresso, SC, em 31 de outubro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ADAGIR FREITAS

Técnico Legislativo



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº274/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418722

DECRETO Nº274/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 13 – Cultura  
Sub-Função: 392 – Difusão Cultura  
Programa: 0012 – Resgate e Preservação da Cultura  
Ação: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos  
Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas (226) ..... R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº275/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418723

DECRETO Nº275/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental  
Atividade: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas (201) .....R\$ 1.300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº276/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418724

DECRETO Nº276/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 3.326,25 (Três mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 365 – Educação Infantil  
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.063 – Manutenção Atividades da Creche  
Atividade: 2.063 – Manutenção Atividades da Creche  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.37 - Aplicações Diretas (228) .....R\$ 3.326,25

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.37 – Outras Transferências do FNDE, disponíveis na conta bancária 30.824-2 Ag.1393-5 Bco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº277/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418725

DECRETO Nº277/2017 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 17,71 (Dezessete reais e setenta e um centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic.de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 016 – Proteção Social Básica  
Ação: 2.040 – Manutenção Programa de Proteção Básica  
Atividade: 2.040 – Manutenção Programa de Proteção Básica

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.65- Aplicações Diretas .....R\$ 17,71

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.65 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social/FEAS Estado, disponíveis na conta bancária 28.673-7 Ag.1393-5 Bco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## PREGÃO 88/2017

Publicação Nº 1417842

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 110/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.88/2017.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública municipal para as áreas de Contabilidade, Planejamento, Compras e Licitações, Patrimônio, Folha de Pagamento, Tributação e demais sistemas para o Município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 01 de novembro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

## PREGÃO RP 86/2017

Publicação Nº 1417070

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 108/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.86/2017.
Objeto: Aquisição de brinquedos e materiais pedagógicos para utilização pelos alunos junto a Creche Municipal.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de novembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de novembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 01 de novembro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO RP 87/2017**

Publicação Nº 1417155

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 109/2017.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.87/2017.

Objeto: Prestação de serviços de mão de obra de pequenos reparos de carpinteiro e pedreiro e mão de obra para pintura, limpeza predial, telhados, portas e fechaduras e demais serviços para os prédios públicos das Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 16 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 16 de novembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 01 de novembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017 - FMS

Publicação Nº 1417646

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017 – FMS

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA COMPRA DE MATERIAL DE COPA, COZINHA E ZELADORIA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 20/11/2017

Início da sessão: dia 20/11/2017, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)3631-6163.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2017

Publicação Nº 1417641

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 24 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE OUTORGA PARA A CONTRATAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6125 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

### DECRETO Nº 539/2017

Publicação Nº 1417773

DECRETO Nº 0539, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Retirar, a partir de partir de 1º de novembro de 2017, a Gratificação de Função Nível FG-5, na função de Agente de Divisão de Organização e Controle do Sobreaviso, concedida à servidora DAIANA SPEZIA DE LIMA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 6 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 540/2017**

Publicação Nº 1417791

DECRETO Nº 0540, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,8756, a partir de 1º de novembro de 2017, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 541/2017**

Publicação Nº 1417794

DECRETO Nº 0541, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Rodrigo Schreiner, Adriano Cubas, Rogério Fossatti Pinto, Ivo Henning Filho e Igor Weiss para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 013/2017 - EMHAB, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 11 de dezembro de 2017, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



**EXTRATO CONCORRÊNCIA Nº 013/2017**

Publicação Nº 1417667

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/2017  
MENOR PREÇO GLOBAL

A Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, através do Diretor Presidente interino, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94, Lei nº 9.648 de 27/05/98 e Lei 12.349/10 de 15/12/2010, que receberá até às 08:30 horas do dia 11 de dezembro de 2017, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa do ramo da construção civil para construção de 10 (dez) unidades habitacionais geminadas e serviços complementares, que compõem a implantação da 2ª etapa do Condomínio Residencial Luan Fabrício Celeski, localizado à Rua João Kurowski, s/nº, Bairro Serra Alta, neste Município, no terreno de matrícula nº 09.785, com área total de 5.106,48 m², área construída total de 523,32 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais informações anexas, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações.

Os interessados poderão obter maiores informações no Setor de Licitação da EMHAB na Rua Benjamin Constant, nº 118, sala 02, Centro, São Bento do Sul – SC e retirar o Edital completo através da internet no site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2017.

Teodósio Kachuba

Diretor Presidente interino da EMHAB

**EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 200/2017**

Publicação Nº 1417214

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 200/2017

OBJETO: Fornecimento de passes escolares (vale transporte) para os alunos e para os profissionais da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de São Bento do Sul.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.

VALOR: R\$ 248.000,00.

São Bento do Sul, 27 de outubro de 2017.

Tiago Martinhuk – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Rosemari Ivane Strack Cândido – Secretária de Educação

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 200/2017**

Publicação Nº 1417215

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de Passes Escolares (Vale Transporte) para os Alunos e para os Profissionais da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de São Bento do Sul.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços. A empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA com CNPJ 82.770.033/0001-85, localizada na Rua João Stoeberl, 119, no município de São Bento do Sul é a única empresa de transporte público que faz as linhas de transporte coletivo entre diversos bairros e localidades do município. Os alunos que estudam na Rede Pública, da educação básica que residem na zona rural ou uma distância superior a 2 ou 3 km da unidade escolar, conforme Lei nº 2893 de 19 de novembro de 2011, alterada nos artigos 27, 28 e 29 pela Lei nº 3190, de 12 de junho de 2013 tem direito a transporte escolar. O transporte escolar faz parte das metas da educação, proporcionando acesso à escola com segurança e qualidade de ensino de acordo com o Plano municipal de Educação 2015 – 2015, Lei nº 3559/15. Meta 1 – Educação Infantil: 1.4 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública...; 1.13 Garantir o acesso à educação infantil...; Meta 2 – Ensino Fundamental: 2.1 Garantir o acesso, permanência e sucesso dos alunos no ensino fundamental nas redes públicas e privadas; 2.19 garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, em regime de colaboração com a união e o estado. Meta 3 – Ensino Médio: 3.2 garantir acesso e permanência dos estudantes. Também faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul, o repasse esta em conformidade com a Lei nº 397 de 17 de setembro de 2002, a qual “Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e da outras providências.” Portanto, sendo a única empresa credenciada, justifica-se a aquisição dos passes da mesma pela Secretaria de Educação e entregue aos estudantes e profissionais que tem direito.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: o preço de R\$ 248.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

## **LEI Nº 3837/2017**

Publicação Nº 1415027

LEI Nº 3837, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

DENOMINA ANTÔNIO LARGURA TRAVESSA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Antônio Largura, travessa do município, com extensão de 55,50 metros e largura de 12,00 metros, transversal da Rua Cesário Marchinhak, bairro Brasília, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **RESOLUÇÃO Nº 003, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417419

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

“Concede Licença a Vereador”

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

Art.1º. Fica concedida licença da função de Vereador por 30 (trinta) dias, a partir do dia 01 de Novembro de 2017 ao dia 30 de Novembro de 2017, ao Vereador Peter Alexandre Kneubuehler.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de Outubro de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON  
Presidente

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

## **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 60/2017**

Publicação Nº 1417703

Pregão Presencial nº 60/2017  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 60/2017  
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 21 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A contratação de empresa para prestação dos Serviços de impermeabilização (com fornecimento de materiais para impermeabilização e revestimento de proteção) do reservatório de água tratada da Rua João Pauli, no Bairro Colonial, com área de 1.100,00 m²,

considerando o somatório do piso, parede e pilares; no município de São Bento do Sul/SC; conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

## **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 59/2017**

Publicação Nº 1417710

Pregão Presencial nº 59/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 59/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de Novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de material educativo para o Projeto de Trabalho Técnico Socioambiental, conforme o Termo de Compromisso nº 424.384-08/2014/MCIDADES/CAIXA/2014-SC, para a obra de esgotamento sanitário da Bacia do Rio São Bento, sendo, garrafas tipo Squeeze, Sacolas para lixo (lixocar), Canetas esferográficas, Impressos (etiquetas adesivas, bloco para rascunho, cartilha as aventuras do Aguamem, imãs de geladeiras, folders educativos, pastas, lona), Camisetas, Dado para jogo lúdico, Bonés, Ecobags(sacola retornável), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

## **PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 193, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417973

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 193, de 1º de novembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor DIRCEU FERREIRA DA TRINDADE, matrícula 408, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 1º/11/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 194, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417977

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 194, de 1º de novembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor LIBINO ANTÔNIO DE LIMA, matrícula 314, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 6/11/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 195, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417983

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 195, de 1º de novembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER à servidora FRANCINE IZABELA MARÉS, matrícula 388, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 6/11/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 70/2017

Publicação Nº 1418620

Decreto CTB Nº 45/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.284,10 (quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 4.284,10 (quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01-SECRETARIAMUNICIPALTRANSPORTE,OBRASESERVIÇOS

12.01.15.452.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.733 - Aplicações Diretas R\$ 4.184,10

12.01.15.452.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.137 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de outubro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 71/2017

Publicação Nº 1418622

Decreto CTB Nº 71/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

07.01-SECRETARIAMUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

07.01.08.241.0006.2.056-4.4.90.00.00.00.00.743 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

07.01.08.241.0006.2.010- 4.4..90.00.00.00.00.743 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 03 de novembro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2017

Publicação Nº 1417695

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2017

Contratante: Município de São Bonifácio, Av. 29 de dezembro, 12 – Centro – São Bonifácio/SC – CEP 88485-000 - CNPJ: 82.892.340/0001-39.

Contratado: Gelsom Luis Fredes, residente e domiciliado a Rua Antonio Exterkoetter, s/nº - Centro – São Bonifácio/SC, inscrito sob CPF nº 056.614.019-57.

Valor total do contrato: O preço unitário e total a ser pago para o objeto do presente instrumento será de pagar mensalmente a importância de R\$ 100,00 (cem reais), na Tesouraria da Prefeitura Municipal de São Bonifácio.

Objeto: Concessão do direito real de uso, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por igual período, do espaço destinado ao bar, quadra de esportes e pavilhão de eventos do Ginásio de Esportes Municipal, localizado na sede do Município.

Vigência: 10/10/2017 a 31/12/2017.

Processo de Licitação nº 43/2017 - Concorrência nº 001/2017.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2017**

Publicação Nº 1418637

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2017**

Contratante: Município de São Bonifácio, Av. 29 de dezembro, 12 – Centro – São Bonifácio/SC – CEP 88485-000 - CNPJ: 82.892.340/0001-39.

Contratado: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 83.157.032/0001-22, Inscrição Estadual nº 252.244.710, sito a Estrada Boa Esperança, 1918 – Fundo Canoas – Rio do Sul – SC.

Valor total do contrato: R\$ 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais), pelos serviços executados

Objeto: Aquisição parcelada de 1.000 pacotes de fraldas geriátricas descartáveis para os idosos do município.

Vigência: 01/11/2017 a 31/12/2017.

Processo de Licitação nº 46/2017 – Pregão Presencial nº 24/2017.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2017**

Publicação Nº 1418639

**EXTRATO DO CONTRATO 066/2017**

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: Ilson José Dutra ME, domiciliado à Avenida 29 de Dezembro, 806, Centro, em São Bonifácio/SC, inscrito no CNPJ sob nº 04.111.500/0001-51.

Valor total do contrato: R\$ 13.453,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta e três reais).

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para encontros de grupos de hiperdia, grupo de gestantes e grupo de tabagismo deste município.

Vigência: 01/11/2017 a 31/12/2017.

Processo de Licitação 47/2017 - Pregão Presencial nº 25/2017.



## São Carlos

## PREFEITURA

130/2017

Publicação Nº 1417156

DECRETO N.º 130 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 4º, Parágrafo Primeiro, Inciso I da Lei Municipal n.º 1797/2016 de 06 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação da Entidade n.º 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), na seguinte a ser distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Desenvolvimento da Saúde	5
Atividade	Manutenção das Atividades Gerais de Saúde Básica	2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(10)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.0002 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		75.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Desenvolvimento da Saúde	5
Atividade	Manutenção das Atividades Gerais de Saúde Básica	2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(12)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.0064 – Atenção Básica
Valor Total R\$:		200.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Vigilância Sanitária	304
Programa	Desenvolvimento da Saúde	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Vigilância em Saúde	2.030
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(35)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.0066 – Vigilância em Saúde
Valor Total R\$:		15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 01.0002 – Recursos Ordinários no valor de R\$- 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinação de Recursos DR nº 01.0064 – Atenção Básica no valor de R\$- 200.000,00 (duzentos mil reais) e destinação de Recursos DR nº 01.0066 – Vigilância em saúde no valor de R\$-15.00,00 (quinze mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 20 de Outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.715/2017

Publicação Nº 1417320

DECRETO Nº 2.715, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica incluído ao orçamento do corrente exercício, na Secretaria Municipal de Saúde, o vínculo de recursos 01381400 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF na seguinte dotação orçamentária:

27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066 – Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF)

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01381400 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais), ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o art. 6º, da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066 – Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF)

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01381400 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF ..... R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066 – Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família (esf)

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

3190000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01381400 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF ..... R\$ 200.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 200.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO  
Secretário Municipal de Saúde

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
DECRETO Nº 2.715, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

O presente Decreto tem por finalidade alterar o orçamento do Fundo Municipal de Saúde com abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais), suprimindo a insuficiência de dotação para atender as despesas de melhoria nas Unidades Básicas de Saúde com a fonte dos recursos do NASF, para tanto se faz necessário reduzir as despesas de pessoal vinculadas com a mesma fonte.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO  
Secretário Municipal de Saúde

**DECRETO Nº 2.719/2017**

Publicação Nº 1417324

DECRETO Nº 2.719, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.499, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e, com base na Lei nº 809/2009, de 19 de outubro de 2009 e Lei nº 581, de 14 de dezembro de 2007, e de acordo com a Resolução CMDM nº 8, de 12 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 2.499, de 30 de setembro de 2016, que dispõe sobre a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I – Presidente: Soraia das Neves Pinheiro; (NR)

[...]”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 12 de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

**DECRETO Nº 2.720/2017**

Publicação Nº 1417325

DECRETO Nº 2.720, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.675, DE 30 DE AGOSTO DE 2017, QUE NOMEIA A DIRETORIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS - GESTÃO 2017/2018.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso II, do art. 1º, do Decreto 2.675, de 30 de agosto de 2017, que nomeia a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - Gestão 2017/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

III - Secretária: Joana Paula Silva Passos dos Santos. (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

## DECRETO Nº 2.721/2017

Publicação Nº 1417327

DECRETO Nº 2.721, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.448, DE 29 DE JUNHO DE 2016, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as Leis Municipais nº 817, de 27 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea “b”, inciso I, do Decreto nº 2.448, de 29 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º [...]

I - Representantes Governamentais:

[...]

b ) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Claudia Santana (NR)

Suplente: Jackelyne Cristian Ferraz (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, sendo seus efeitos retroativos a 23 de outubro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

## DECRETO Nº 2.722/2017

Publicação Nº 1417328

DECRETO Nº 2.722, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.470, DE 8 DE AGOSTO DE 2016, QUE DESIGNA A INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, em acordo com o Decreto nº 5.209/2004 e Instrução Normativa nº 01/2005, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II, do art. 2º, do Decreto nº 2.470, de 8 de agosto de 2016, que designa a Instância de Controle Social do Programa Bolsa-Família, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

I - Representantes das Organizações Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania:

1. Titular: Joana Paula Silva Passos dos Santos;
2. Suplente: Grasiela dos Santos Mira;
3. Titular: Célia Cecília Ritt Loch;
4. Suplente: Taiane Bittencourt de Oliveira.

b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

1. Titular: Hélio Vaz;
2. Suplente: Rogerio Lourenço Strege.

c) Secretaria Municipal de Educação:

1. Titular: Cibebe Romana dos Santos Beck;
2. Suplente: Cecília Terezinha de Oliveira Ricardo.

d) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Claudia Santana;
2. Suplente: Jackelyne Cristian Ferraz.

e) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas:

1. Titular: Patrícia Ferreira Barbella;
2. Suplente: Olinda Maria M. De Souza Branco.

f) Fundação Cultural da Ilha de SFS:

1. Titular: Jamile Kruger Mira;
2. Suplente: Adair Nascimento Carvalho.

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS:

1. Titular: Eulália de Oliveira;
2. Suplente: Paulo Afonso Silva.

b) Comunidade Terapêutica Kairós:

1. Titular: Kelley Patricia da Costa;
2. Suplente: Fabrício da Costa Moreira.

c) Associação Comunitária Cristã São Paulo Apóstolo - Lar dos Idosos:

1. Titular: Manoel Francisco Patruni;
2. Suplente: Marivaldo Lézion Oliveira.

d) APAE/SFS:

1. Titular: Paulo Cesar Pereira;
2. Suplente: Eliane Maria Gonçalves.

e) Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia:

1. Titular: Eduardo Luiz Valentim do Rosário;
2. Suplente: Jamile Foerster.

f) Trabalhadores do Setor Não Governamental:

1. Titular: Emile Ventriglio;
2. Suplente: Maria Francisca Rodrigues da Costa.

g) Usuários da Assistência Social:

1. Titular: Maria Isabel Simas Pacheco;
2. Suplente: Luiz Antônio de Camargo Neves.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

**DECRETO Nº 2.723/2017**

Publicação Nº 1417331

DECRETO Nº 2.723, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.447, DE 28 DE JUNHO DE 2016, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea “a”, do inciso II, do art. 1º, do Decreto nº 2.447, de 28 de junho de 2016, que nomeia membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

II – [...]

a) APAE – SFS:

1. Titular: Marilei da Silveira Muller; (NR)
2. Suplente: Tais de Oliveira Raposo Rosa. (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de outubro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

**DECRETO Nº 2.724/2017**

Publicação Nº 1417332

DECRETO Nº 2.724, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.602, DE 5 DE MAIO DE 2017, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados o item 1, da alínea “a”, e o item 2, da alínea “g”, todos do inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 2.602, de 5 de maio de 2017, que nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I – [...]

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania:

1. Titular: Daiane Elisa Matiello de Moura; (NR)
2. [...]

[...]

g) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas:



1. [...]
2. Suplente: Adriano de Freitas Alves. (NR)''

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 20 de outubro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

## **LEI Nº 1.915/2017**

Publicação Nº 1417312

LEI Nº 1.915, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

DENOMINA "LUCIANA GOMES", O LOGRADOURO PÚBLICO AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, NO BAIRRO VILA DA GLORIA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "RUA LUCIANA GOMES", a quarta lateral esquerda da Rua Eduardo Ledoux, sentido Vila da Gloria/Saí-Mirim o logradouro público AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, no Bairro Vila da Glória.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1.916/2017**

Publicação Nº 1417315

LEI Nº 1.916, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

DENOMINA "RUA JOÃO PAULO", O LOGRADOURO PÚBLICO AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, NO BAIRRO UBATUBA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "RUA PAPA JOÃO PAULO", rua 1 do Loteamento Portal do Sol, segunda via de acesso a direita, sentido Centro/Bairro, após a Rua Segundo - Tenente Marcelo Braga, com 1,370 metros de extensão, logradouro público AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, no Bairro Ubatuba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1.917/2017**

Publicação Nº 1418737

LEI Nº 1.917, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 1.552, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 1.552, de 20 de setembro de 2013, que passa a vigorar a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Esporte, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, vinculado à Gerência de Esportes.”

Art. 2º Fica alterado o art. 6º da Lei nº 1.552, de 20 de setembro de 2013, que passa a vigorar a seguinte redação:

“Art. 6º O Conselho Municipal de Esporte é composto por 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I - 06 (seis) Conselheiros Titulares, com respectivos Suplentes, indicados pelos órgãos e entidades governamentais do Município:

II - seis membros não governamentais:

- a) um representante de atletas registrados em sua respectiva federação;
- b) um representante dos Clubes da Terceira Idade;
- c) um representante dos professores de Educação Física;
- d) um representante da Liga Francisquense de Futebol;
- e) um representante das associações desportistas do município.

§1º As entidades não governamentais de que tratam os incisos II indicarão seus representantes, eleitos em fórum próprio, à Gerência de Esporte, para posterior designação do Chefe do Poder Executivo.

§2º As funções de membro do Conselho Municipal de Esporte e de membro de suas comissões são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.

§3º O representante do Poder Público ou de entidade da sociedade civil poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado. ”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.918/2017

Publicação Nº 1418738

LEI Nº 1.918, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instituir o FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de subsidiar financeiramente as políticas municipais para o esporte, definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal do Esporte e aplicar os parâmetros da administração financeira pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º O Fundo Municipal do Esporte – FME será constituído por:

I - dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – doações de pessoas físicas e jurídicas, de órgãos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

III – recursos provenientes de licitações de permissão de uso para exploração de bares e lanchonetes localizados nos bens públicos administrados pela Gerência de Esportes;

IV – contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, de sua Administração Direta ou Indireta, firmados para a execução de políticas de esporte;

V – transferências autorizadas de recursos de outros Fundos;

VI – receitas provenientes de aluguel de espaços públicos municipais para eventos de cunho esportivo;

VII – vendas de espaços publicitários em eventos esportivos oficiais e em imóveis públicos destinados à prática esportiva e atividade física;

VIII – participação nas bilheterias em eventos realizados nas dependências dos imóveis administrados pela Gerência de Esporte;

IX – recursos provenientes da aplicação de multas relacionadas às atividades esportivas;

X – receitas provenientes da cobrança de alvarás de serviços e eventos de cunho esportivo;

XI - produto de operações de crédito, realizadas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, observada a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

XII - rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;

XIII – superávit financeiro de cada exercício;

XIV – taxas de inscrições para participação nos eventos e campeonatos esportivos presentes no calendário municipal;

XV – outras taxas ou incentivos fiscais que porventura vierem a ser criados.

Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, sob a denominação de “Fundo Municipal do Esporte”.

Art. 3º As receitas do Fundo Municipal do Esporte deverão ser processadas de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltados ao esporte, a ser desenvolvidos pela Gerência de Esportes.

Art. 4º Os recursos do FME serão exclusivamente aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos, eventos e serviços desportivos, recreativos e de lazer desenvolvidos pela Gerência de Esportes;

II – aperfeiçoamento dos programas e projetos desportivos já desenvolvidos no Município, de forma a ampliar a quantidade de atendimento e melhorar o atendimento dos mesmos;

III – financiamento total ou parcialmente projetos, eventos, atividades e programas voltados ao apoio, incentivo, desenvolvimento e fomento ao esporte em parcerias com pessoas físicas, jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, através de convênios e contratos;

IV – investimento em programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área do esporte;

V – custear a participação de atletas e equipes não profissionais, representantes do Município em competições oficiais de Federações, Confederações, Ligas e Órgãos de Administração do Desporto;

VI – apoiar projetos de construção, preservação e recuperação do patrimônio esportivo do município;

VII – incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento

VIII – possibilitar o intercâmbio esportivo com outros Municípios, Estados e Países, através do incentivo à participação em evento regionais, nacionais e internacionais;

IX – incentivar a programação esportiva para crianças e adolescentes no contra turno escolar.

Art. 5º Obedecida a legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do Fundo Municipal do Esporte deverão ser aplicados no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 6º Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Esporte observar-se-á:

I - as especificações definidas em orçamento próprio;

II - os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a legislação orçamentária.

Parágrafo único. O orçamento e os planos de aplicação do FME, observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Gerência de Esporte.

Art. 7º O Fundo Municipal do Esporte será administrado pelo Gerente Municipal de Esporte.

Parágrafo único. A movimentação e aplicação dos recursos do FME, será feita pelo Gerente Municipal de Esporte.

Art. 8. A administração dos recursos do Fundo será exercida através da Gerência Municipal de Esporte, a quem, compete:

I - acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano de Esporte do Município, cuja execução se dará à conta dos recursos do Fundo;

II - submeter ao Conselho Municipal de Esporte os planos de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Esporte da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - submeter ao Conselho Municipal de Esporte as demonstrações contábeis e financeiras do fundo;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município e ao Conselho Municipal de Esporte as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V - ordenar os empenhos e os pagamentos à conta do orçamento do Fundo;

VI - movimentar, quando necessário, convênios e contratos, inclusive de empréstimo, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo;

VII - preparar e encaminhar os relatórios de acompanhamento da realização das ações da política de esporte financiados pelo Fundo, para serem submetidos ao Conselho Municipal de Esporte.

Art. 9º O saldo positivo do FME, apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 14.569/2017**

Publicação Nº 1417299

PORTARIA nº 14.569, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Anexo Único, da Lei nº 1.647, de 10 de junho de 2014, e com a CI nº 355/2017, do Setor de Contabilidade,

### **RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR, a partir de 30 de outubro de 2017, a Portaria nº 14.494, de 18 de setembro de 2017, que designou o servidor RICARDO ANTONIO ARINS, matrícula nº 169611, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, para exercer função gratificada junto ao Setor de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 14.570/2017**

Publicação Nº 1417300

PORTARIA nº 14.570, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, e considerando o Processo nº 18178/2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR, a pedido, MARINA DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 057.976.399-47, do emprego público de Agente Comunitária de Saúde – Miranda, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de empregos públicos regido pela CLT do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 19 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 19 de outubro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

### **PORTARIA Nº 14.571/2017**

Publicação Nº 1417302

PORTARIA nº 14.571, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, e considerando o Processo nº 18088/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora MARYSOL FRANÇA DA SILVA, matrícula nº 619922, inscrita no CPF sob nº 037.078.619-02, do cargo de Técnica em Enfermagem, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de outubro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.  
São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

### **PORTARIA Nº 14.572/2017**

Publicação Nº 1417303

PORTARIA nº 14.572, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e considerando a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, informada por meio de Carta de Concessão/Memória de Cálculo do Benefício nº 620.306.003-1,

**RESOLVE:**

Art. 1º - AFASTAR, permanentemente, a servidora DENISE BARTOSIEWICZ IUBEL, matrícula nº 7990898, inscrita no CPF sob o nº 348.622.699-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, devido à concessão de benefício de Aposentadoria por Invalidez, com proventos que serão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo anteriormente ocupado pelo servidor, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 11 de outubro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

### **PORTARIA Nº 14.574/2017**

Publicação Nº 1417305

PORTARIA nº 14.574, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e em conformidade com o Processo nº 17422/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor WILLIANS WERNER NICKEL, matrícula nº 8038627, ocupante do cargo de Assistente Executivo, gratificação de Adicional, no percentual de 20%, em nível do Curso Superior de Administração, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 8/2003, calculada sobre o valor do vencimento inicial do cargo efetivo, a partir da data do Processo nº 17422, protocolado em 5 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 5 de outubro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 14.575/2017**

Publicação Nº 1417306

PORTARIA nº 14.575, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e em conformidade com o art. 93, da Lei Complementar nº 8/2003, e o Processo nº 16882/2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - CANCELAR, a pedido, a Licença Sem Remuneração, concedida por meio da Portaria nº 13.238/2016, à servidora FRANCIANE RICARDO, matrícula nº 811286, inscrita no CPF sob o nº 010.532.369-13, ocupante do cargo efetivo de Técnico Pedagógico – Orientador Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 14.576/2017**

Publicação Nº 1417307

PORTARIA nº 14.576, de 30 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Anexo Único, da Lei nº 1.647, de 10 de junho de 2014, e com a CI nº 355/2017, do Setor de Contabilidade,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR a servidora BRUNA MACIEL, matrícula nº 142069, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, para exercer função gratificada junto ao Setor de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, a partir de 30 de outubro de 2017.

Art. 2º - Ao servidor designado para exercer a função no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, será atribuída gratificação de acordo com o Anexo Único, da Lei nº 1.647, de 10 de junho de 2014, não sendo ela acumulável e incorporável para qualquer efeito.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 30 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal



**PORTARIA Nº 14.577/2017**

Publicação Nº 1417308

PORTARIA nº 14.577, de 31 de outubro de 2017.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, e de Saúde no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e conforme o Processo nº 17125/2017,

RESOLVEM:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CESAR AUGUSTO VIEIRA BLANSKI, matrícula nº 8143480, ocupante do cargo efetivo de Assistente Executivo, ampliação de carga horária de 30 (trinta) horas semanais para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 1º de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO  
Secretária Municipal

**PORTARIA Nº 14.578/2017**

Publicação Nº 1418735

PORTARIA nº 14.578, de 1º de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, e o Gerente de Esportes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso VI, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.552, de 20 de setembro de 2013, e com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º CONSTITUIR a Comissão Provisória para eleição dos representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal de Esporte, a fim de conduzir o processo eleitoral de escolha dos representantes da sociedade civil, nos termos da legislação pertinente, e DESIGNAR, para comporem a presente Comissão, os seguintes servidores públicos municipais:

I – Adriana Aparecida Oliveira Freitas de Carvalho;

II – Fabíola Colla da Silva Herbst;

III – Laura Helena de Oliveira Espíndola;

IV – Mário Sérgio de Araújo Pinto.

Art. 2º As Secretarias Municipais e demais órgãos de Administração Municipal prestarão, nos limites de suas atribuições, toda a cooperação que lhes for solicitada por esta Comissão Provisória.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

JOEL SOUZA  
Secretário Municipal

JULIANI DE BARROS  
Gerente de Esportes

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO 3247/2017

Publicação Nº 1417508

DECRETO 3247/2017

“Aprova o regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal para serviços de inspeção municipal”

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso do exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, IX e XII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Municipal 2.105, de 27 de setembro de 1996, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal para serviços de inspeção municipal, nos termos do anexo único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR 58, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417064

LEI COMPLEMENTAR 58, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 53, de 23 de agosto de 2017.

O Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O anexo III da Lei Complementar Municipal n. 53, de 23 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGO	Vagas	Vencimento
Agente Administrativo	4	R\$ 1.663,51
Agente Operacional	10	R\$ 1.478,66
Auxiliar Geral	10	R\$ 937,00
Calceteiro	2	R\$ 1.478,66
Condutor de Veículo Pesado II	4	R\$ 1.258,51
Contador	1	R\$ 3.021,24
Leiturista	3	R\$ 1.293,83
Operador de ETA	6	R\$ 1.478,66
Tele-recepcionista	2	R\$ 937,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir da data de vigência da Lei Complementar Municipal n. 53, de 23 de agosto de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 3.756, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417052

LEI MUNICIPAL 3.756, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o reforço de crédito adicional especial no valor de R\$ 200.000,00 na Lei Orçamentária para 2017.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar o crédito adicional especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

08 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.302.0004.2.239 – Manutenção do Hospital

4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0002.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor – R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais)

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 3.757, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417055

LEI MUNICIPAL 3.757, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o poder executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, a oferecer garantias e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, até o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e as condições específicas.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de empreendimentos integrantes do PROGRAMA AVANÇAR CIDADES.

Art. 2º Para garantia do principal, encargos e acessórios dos financiamentos ou operações de crédito pelo Município de São João Batista para execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no artigo 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participações dos Municípios e ou do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Produção de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS.

§ 1º O disposto no caput deste artigo obedece, no que for pertinente, aos ditames contidos nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, e, na hipótese de extinção ou insuficiência dos impostos ou dos repasses neles mencionados, as receitas dos fundos ou impostos que venham a substituí-los ou complementá-los serão cedidas ou vinculadas pelo Poder Executivo à Caixa Econômica Federal – CAIXA, à qual serão conferidos, pelo Município, os poderes bastantes para que as garantias substitutas ou complementares possam ser prontamente exequíveis, no caso de inadimplemento.

§ 2º Para a efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a transferir os recursos cedidos e ou vinculados a conta e ordem da Caixa Econômica Federal - CAIXA nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 3º Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal - CAIXA na hipótese de o Município de São João Batista não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrados com a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Poder Executivo, consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de São João Batista, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimo, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município, no Projeto financiado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo baixará os atos próprios para regulamentação da presente Lei.

Art. 6º As despesas desta Lei ocorrerão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições do contrato.

São João Batista SC, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL 3.758, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417058

LEI MUNICIPAL 3.758, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as seguintes modalidades de aplicação:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.058 – Funcionamento e Manutenção do FMAS

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

3.1.91.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

08.243.0005.2.056 – Proteção Especial de Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

08.244.0005.2.062 – Benefícios Eventuais

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

08.244.0005.2.065 – Controle Social da Política de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

08.244.0005.1.070 – Habitação de Interesse Social

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0005.2.054 – Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 3.759, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417061

LEI MUNICIPAL 3.759, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 600.000,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme abaixo especificado:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

0401 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor- R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais).

12.361.0002.2.014 – Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

12.364.0002.2.016 Manutenção do Ensino Superior

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

14- ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.845.0000.0.101 – Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 36.956,36 (trinta e seis mil, novecentos cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos)

28.122.0000.0.106 – Pagamento de Precatórios

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 41.543,64 (quarenta e um mil quinhentos quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Art 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

0401 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.365.0002.2.015 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais)

12.365.0002.1.020 – Construção de Creches

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

12.361.0002.1.021 – Aquisição de Veículos e Ônibus

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais)

12.366.0002.2.022 Manutenção do EJA

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

05 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

0501 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

15.451.0006.1.072 – Pavimentação e Drenagem de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0 – Aplicações Diretas

Valor- R\$ 41.543,64 (quarenta e um mil quinhentos quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

14- ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.122.0000.0.102 – Contribuição a Entidades Municipalistas

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Transf. a Inst. Privadas s/fins Lucrativo

Valor – R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

28.843.0000.1.100 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 10.956,36 (dez mil, novecentos cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos)

04.122.0000.1.105 – Devolução de Saldos de Convênio

3.3.20.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Transferência s União

Valor – R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 31 de outubro de 2017.  
Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 3.760, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417063

LEI MUNICIPAL 3.760, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera a redação dos artigos 49 e 51, bem como dos Anexos V e VI da Lei nº 3.729/2017, de 23/08/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 49 e 51 da Lei nº 3.729, de 23/08/2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. Ficam criados na estrutura funcional da administração direta os cargos de provimento efetivo de jornalista (código 420), técnico de informática (código 421) e Advogado (código 422).”

“Art. 51. Os cargos, o número de vagas, o vencimento, as atribuições, a qualificação técnica, a carga horária e lotação dos cargos de provimento efetivo da administração direta atualmente existentes e aqueles criados ou alterados pela presente Lei estão especificados nos seus Anexos V e VI.”

Art. 2º O anexo V, da Lei nº 3.729/2017, de 23/08/2017, referente aos cargos de Assistente Social, Jornalista, Advogado, Técnico de Informática e Técnico em Contabilidade, passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Vagas	Vencimento
Assistente Social (311)	10	R\$ 2.740,74
Jornalista (420)	01	R\$ 2.740,74
Advogado (422)	04	R\$ 3.850,00
Técnico em contabilidade (104)	02	R\$ 1.993,76
Técnico em Informática (421)	02	R\$ 1.183,29

Art. 3º O anexo VI, da Lei nº 3.729/2017, de 23/08/2017, que identifica a cargo de Procurador Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

01 Identificação	01.01 - Título	ADVOGADO
	01.02 - Código	422
	01.03 - Carga horária	30 horas semanais
	01.04 - Lotação	Procuradoria Geral
02 Pré-Requisitos	02.01 - Idade Mínima	18 anos
	02.02 - Escolaridade	Superior Completo
	02.03 - Formação Especial	Graduação em Direito com registro na OAB
	02.04 - Outros	nenhum
03 Atribuições	O Advogado Municipal desempenha sua função junto a Procuradoria do Município, oficiando obrigatoriamente, no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo, responsável, direta ou indiretamente, pela advocacia do Município e pela assessoria e consultoria jurídica do Poder Executivo, órgão com autonomia funcional e administrativa, órgão central de supervisão e chefia dos serviços jurídicos da administração direta e indireta no âmbito do Poder Executivo ou a este vinculado, sendo orientada pelo disposto no artigo 37 da Constituição Federal e da indisponibilidade do interesse público.	

Art. 4º. Acrescenta-se ao anexo VI da Lei 3.729/2017, de 23/08/2017, a atribuição do cargo de Operador de Equipamento Hospitalar:

01 Identificação	01.01 - Título	OPERADOR DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR
	01.02 - Código	316
	01.03 - Carga horária	40 horas semanais
	01.04 - Lotação	Secretaria de Saúde
02 Pré-Requisitos	02.01 - Idade Mínima	18 anos
	02.02 - Escolaridade	Ensino Médio
	02.03 - Formação Especial	Nenhum
	02.04 - Outros	Nenhum
03 Atribuições	Orientar e realizar exames em pacientes, mediante solicitação e supervisão médica, bem como apurar e organizar os resultados obtidos para agilizar e facilitar o diagnóstico médico. Manter o equipamento apropriado, segundo instrução recebida do médico para execução dos exames de eletroencefalograma, eletrocardiograma e outros exames de imagem.	



Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

São João Batista SC, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATORIO 044/SISAM/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 029/SISAM/2017**

Publicação Nº 1417635

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 044/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/SISAM/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AREIA PARA O USO NA OBRA DO ESGOTO SANITARIO NO MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 28/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 28/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 204/216, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 01 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

## **PROCESSO LICITATORIO 046/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 037/2017 - DESERTA**

Publicação Nº 1417101

PREFEITURA MUNICIPAL DE são joão batista

PROCESSO LICITATÓRIO 046/FMS/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/FMS/2017 - DESERTA

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 046/FMS/2017 – Pregão Presencial 037/FMS/2017 foi considerada DESERTA São João Batista, 01 de novembro de 2017. Ademir José Rover – Secretário de Saúde.

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1417759

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 120/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 120/PMSJB/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO E SOM PARA A CELEBRAÇÃO DOS EVENTOS NATALINOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 22/11/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 22/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 01 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

**DECRETO Nº 3246/17**

Publicação Nº 1417506

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3246/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 12.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação da transferência de recursos do SUS - Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 31 de Outubro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 31/10/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 06**

Publicação Nº 1417720

Decreto Legislativo Nº 06/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "CERTIFICADO DE HONRRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 04/2017.

A Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela Promulga o presente

Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o " CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", por atingirem o prestígio público na área esportiva aos REPRESENTANTES DAS EQUIPES DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO-2017:

Cristiano Martins- M.C Futebol Clube  
Darci Oliveira Martins- Grêmio Batistense F.C  
Gerson Fink- A.A Amigos da Bola  
Herivelton Santos Soares- S.D Usati  
Jhonatan Amorim- Estiva F.C  
João Mathias Neto- Tajuba E.C  
José João Régis Filho –Juventude F.C  
Juliano Martins- A.A Jardim São Paulo  
Nivaldo Felipe Vargas- Schalke 51 F.C  
Paulo Sergio Fandaruff- Fernandes F.C  
Paulo Silvano Bueno- Arsenal F.C  
Ricardo Nunes- E.C Rio do Braço  
Rodrigo Becker- Laranja Mecânica F.C  
Thiago Phillippi Soares- A.A Batistense  
Valirio Avantoir Fumagalli- E.C União Batistense  
Vendelino Rodrigues- Francis Futebol Clube  
Vilmar Ribeiro da Sila- C.E.R Ribanceira do Sul  
Wagner Jacinto- Esporte Clube Fernandes  
Washington Patrick Régis- Catarinense E.C  
Wilian Henrique Aquino de Campos- S.D Cardoso

AOS INTEGRANTES DAS EQUIPES VENCEDORAS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO -2017- 1ª DIVISÃO E DIVISÃO DE ACESSO

S.D CARDOSO  
Andrei Xavier de Oliveira  
Antonio Marcos Souza  
Edenilson Vargas  
Edson Cesar S. Ramos  
Evi Egidio Cordeiro Junior  
Fabiano Rodrigues  
Felipe da Silva Vieira  
Fernando Freitas Morfelle  
Graziane Falcão Vidal  
João Lucas Clemes  
Jordano Bruno Bernardini  
Joziel Claudemir Vochikoski Ermel  
Jozimar da Silva Luiz  
Júnior Leal  
Leonardo Nobre Rodrigues  
Leonardo Vargas  
Mateus Patrick Moreira  
Reginaldo dos Santos Oliveira  
Renan Iago Dahmer Ritta  
Rodinei Carlos Kammers  
Roney Casas  
Sandro Gentil Ceccato  
Tiago João de Souza  
Valdomiro Rodrigues  
Vantuir Thomas da Silva  
Wilian Henrique Aquino de Campos

LARANJA MECÂNICA F.C  
Carlos Alexandre Bento  
Cleberson Scheidt  
Clóvis Leonardo Smaniotto  
Cristiano Martins da Rosa  
Daniel Amorim Junior  
Danilo Garcia de Mathos  
Dener de Jeison Knaul  
Dirceu Deodotti  
Edesio Pedrinho Tomasi  
Essias Jose Teixeira  
Fabricio Melzi  
Fabricio Porto  
Geovane Ivo Melim  
Geovanne Gilberto Marian  
Gillyarde Puel  
Hederson Inácio Gessele  
José Manoel da Silva Jr  
Leandro Carlos de Assis  
Reinaldo Rios Regis  
Ricardo Gessele  
Rodrigo Becker  
Rodrigo Vizentainer  
Sergio Andre Gessele  
Talisson Henrique Vizentainer

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de Novembro de 2017.

Rúbia Alice Tamanini Duarte
-----------------------------

Presidente
------------

## DECRETO 07

Publicação Nº 1417722

Decreto Legislativo Nº 07/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 04/2017.

A Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela Promulga o presente

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido o "CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", ao jovem Gustavo José dos Santos, estudante de Design Gráfico, por ter recebido o prêmio internacional "gnomo de ouro".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de Novembro de 2017.

Rúbia Alice Tamanini Duarte
-----------------------------

Presidente
------------

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### **LEI 1736/2017 - AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, VISANDO A CONCESSÃO DE BEM MÓVEL**

Publicação Nº 1417454

LEI Nº 1736/17, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, VISANDO A CONCESSÃO DE BEM MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso do veículo Renault Master TCA Ambulância placa MKL 6103, patrimônio nº 5983, de propriedade do Município de Tunapolis/SC, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado ou restituído a sua cessão ao Município de origem, devidamente justificado entre as partes.

Art. 2º Fica ao encargo do Município de São João do Oeste todas as despesas com manutenção, combustível e despesas com seguro total do bem cedido pelo Município de Tunapolis, além do pagamento do valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para suprir despesas com a depreciação pelo uso do Veículo, enquanto perdurar o Termo de Cessão de Uso.

Art. 3º As despesas com a execução do objeto da presente Lei, correrão por conta do orçamento do exercício de 2017 e/ou subsequentes, no seguinte órgão e unidade orçamentária:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 1120 – Saúde para Todos

Fonte de Recursos: 0003 – Receita de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 2.051 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 31 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

Minuta do Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel nº /2017

#### TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC.

Aos ..... dias do mês de ..... de 2017, o Município de TUNAPOLIS/SC, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua João Castilho, nº 111, Centro, inscrita no C.N.P.J. sob nº 78.486.198/0001-52, doravante denominada CEDENTE, representada, neste ato, pelo seu Prefeito, Senhor RENATO PAULATA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Encantado, nº 66, inscrita no C.N.P.J. sob nº 80.911.936/0001-03, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor FERNANDO BISIGO, brasileiro, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente CESSIONÁRIA, firmam o presente Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, amparados nas Leis Municipais nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 – Tunapolis e de nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 – São João do Oeste, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente TERMO tem por objeto a Cessão de Uso de bem móvel (veículo Renault Master TCA Ambulância placa MKL 6103, patrimônio nº 5983), pertencente à CEDENTE e descrito no Anexo I, em favor da CESSIONÁRIA, que ficará alocado ao Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura deste Termo.

1.1. O prazo fixado no "caput" poderá ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que a CESSIONÁRIA manifeste o seu interesse mediante comunicação prévia feita, no mínimo, 10 (dez) dias antes do término da vigência deste instrumento de Cessão de Uso, e aceito pela CEDENTE.

1.2. A CEDENTE, a qualquer momento, poderá revogar a presente Cessão de Uso, caso em que o bem deverá ser devolvido imediatamente pela CESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Constituem obrigações da CEDENTE:

- 2.1. Entregar o veículo a CESSIONÁRIA livre de qualquer embaraço capaz de impedir sua plena e regular utilização para os fins previstos na cláusula primeira;
- 2.2. Garantir durante a vigência deste instrumento, o uso pacífico do veículo pela CESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Constituem obrigações da CESSIONÁRIA:

- 3.1. Zelar pela integridade do bem, conservando-o em perfeito estado, cuidando do veículo como sendo seu próprio;
- 3.2. Devolver o bem, objeto do presente Termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo fixado na Cláusula Primeira, como no caso de sua rescisão antecipada.
- 3.3. Em caso de perda, a qualquer título, ou danos no bem cedido, ressarcir a CEDENTE pelos prejuízos causados, podendo, a critério da CEDENTE, tal reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.
- 3.4. Arcar com as despesas de manutenção, combustível e com seguro total, ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem objeto da presente Cessão de Uso.
- 3.5. Não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros.
- 3.6. Remunerar a CEDENTE, pela utilização do veículo, o valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

#### CLÁUSULA QUARTA

O Município de São João do Oeste reconhece o caráter precário da presente Cessão de Uso, que poderá ser revogada a qualquer tempo pela CEDENTE, sem qualquer ônus para as partes.

#### CLÁUSULA QUINTA

Obriga-se a CESSIONÁRIA, a assegurar o livre acesso ao veículo objeto dessa cessão, a fim de que possam verificar o cumprimento das disposições do presente Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA

As despesas com a execução do objeto da presente Lei, correrão por conta do orçamento do exercício de 2017 e/ou subsequentes, no seguinte órgão e unidade orçamentária:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 1120 – Saúde para Todos

Fonte de Recursos: 0003 – Receita de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 2.051 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Para eficácia deste ato, a CESSIONÁRIA, promoverá a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios, bem como dos Termos Aditivos, se for o caso.

#### CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina como competente para julgar dúvidas ou controvérsias que não puderem ser resolvidas amigável e administrativamente pelas partes.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo de Cessão de Uso de Bem em duas vias de igual teor e forma, acompanhadas das testemunhas abaixo subscritas:

São João do Oeste, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS CEDENTE CNPJ/MF nº 78.486.198/0001-52		MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE CESSIONÁRIA CNPJ/MF nº 80.911.936/0001-03
XXXXXXXXX Testemunha		XXXXXXXXX Testemunha



XXXXXXXXX  
Fiscal do Convênio

Assessoria Jurídica  
Advogado OAB/SC nº .....

### PP 125.17 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS

Publicação Nº 1418013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0182/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0125/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de Materiais gráficos (fichas e blocos) para a secretaria municipal de agricultura de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 17 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 17 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 03 de novembro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 126.17 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO

Publicação Nº 1418145

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0126/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos e moveis para os setores de urbanismo, de água e para a secretaria de saúde de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 20 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 20 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 03 de novembro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 127.17 PEÇAS E SERVIÇO MANUTENÇÃO CAMINHÃO CAÇAMBA

Publicação Nº 1418508

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0184/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0127/2017 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças e serviço para manutenção de veículo Caminhão Caçamba Volvo VM 310 ano 2009 da secretaria municipal de Transportes e Obras de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 06 de novembro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 128.17 AQUISIÇÃO DE REAGENTES ANALISE DE ÁGUA**

Publicação Nº 1418336

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0185/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0128/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de fitas testes de cloro, ph e flúor para aparelho M7 + / M20, para o setor de abastecimento de água do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 21 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 21 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 06 de novembro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 29/2017

Publicação Nº 1418027

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 29/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016.

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 06 de novembro de 2017 Segunda- Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

\*\*\*\*\*01 VAGA PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

LOCAL DE TRABALHO: CEI MADRE PAULINA

VAGA EXCEDENTE: APOSENTADORIA DA TITULAR

CARGA HORÁRIA: 30H SEMANAIS

TURNO: MATUTINO

BAIRRO: MADRE PAULINA

\*\*\*\*\*01 VAGA PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS

LOCAL DE TRABALHO: E.B.M. JOÃO INÁCIO DE MELO

VAGA EXCEDENTE: EXONERAÇÃO A PEDIDO.

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

TURNO: VESPERTINO

LOCALIDADE DE SANTA ISABEL

\*\*\*\*\*01 VAGA PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS

LOCAL DE TRABALHO: E.B.M. ATTILIA CECHINEL NEZI

VAGA VINCULADA: LICENÇA SAÚDE

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

TURNO: VESPERTINO

LOCALIDADE DESPRAIADO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

\*Graduação na área;

\*Cursando na área;

\*Áreas afins pela vaga pretendida

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

ATENCIOSAMENTE;

JADER GEISSLER DE MOURA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 4.511/2017

Publicação Nº 1417151

LEI Nº 4.511/2017

“AUTORIZA O PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO DO X FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento da premiação do X FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO, a realizar-se no dia 02 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais).

Art. 2º - As despesas acima citadas obedecerão à seguinte discriminação:

A Premiação será no valor de R\$: 500,00 (Quinhentos reais por categoria) por Categoria, sendo 03 categorias valor total de R\$: 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

1º Prêmio R\$ 500,00- Até 10 anos;

1º Prêmio R\$ 500,00- 11 a 15 anos;

1º Prêmio R\$ 500,00 – acima de 16 anos.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta da dotação orçamentária (15) 3.3.90.00.00.00.00.00 0024 – Projeto Atividades - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 4.512/2017

Publicação Nº 1417154

LEI Nº 4.512/2017

“QUE ALTERA O ART. 46 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.783/2007- E ART. 43 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.017/2011 DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA”

Eu GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Alterado o Art. 46 da Lei Municipal nº 2.783/2007, Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, que passará a ter a seguinte redação.

Art. 46 – O Conselho Tutelar funcionará diariamente, dentro do prédio da municipalidade de São Joaquim, em sala própria e exclusiva, inclusive domingos e feriados, durante as 24 horas do dia, observando:

I – Ordinariamente, em expediente normal, das 13:00 as 19:00 horas, de segunda à sexta feira:

II – fora do expediente normal, bem como nos sábados, domingos e feriados e período matutino, os membros do Conselho se organizarão através de plantão para que possam atender ao público, em qualquer horário, em caso de ameaça aos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – A Organização do regime de trabalho ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, que terá plena autonomia para elaboração, devendo cada Conselheiro cumprir uma jornada de 30 (trinta) horas semanais;

IV – A Escala de trabalho e de plantão ficarão afixadas em local visível na sede do Conselho, até o vigésimo dia do mês que antecede sua vigência;

V- Ampla divulgação do seu endereço físico, eletrônico, de seu número de telefone e horário de atendimento, deverá ser feito.

Parágrafo Único – As horas prestadas em regime de plantão não ensejarão o pagamento de qualquer adicional, mais sim de uma folga semanal para cada um dos conselheiros em forma de rodízio, organizada por estes e essa deverá ser fixa sempre no mesmo dia estabelecida por conselheiro.

Art. 2º - Fica alterado o Art. 43 da lei Municipal nº 3.017/2011, Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 43 – Os Conselheiros Tutelares, pela relevância de suas atribuições e pelo exercício em regime de dedicação exclusiva fazem jus à remuneração mensal de R\$ 1.892,70 (Hum mil, Oitocentos e noventa e dois reais, setenta centavos) corrigido de acordo com o aumento do funcionalismo público municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 4.513/2017

Publicação Nº 1417159

LEI Nº 4.513/2017

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LDO 2017 E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA 2017 PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração e inclusão de metas financeiras na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, Lei 4.449, de 18 de novembro de 2016, como segue:

ORGÃO	03	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	07	SECRETARIA DE TURISMO
PROGRAMA	9	TURISMO EM FOCO
AÇÃO	1.033	PROJETO COMPLEMENTAR PARA LICENCIAMENTO DO AEROPORTO MUNICIPAL
SUB-FUNÇÃO	TURISMO	

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 251.365,65 (duzentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), no orçamento (LOA) 2017, conforme Lei nº 4.450, de 18/11/2016, para novos itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA DE TURISMO		
PROJETO COMPLEMENTAR PARA LICENCIAMENTO DO AEROPORTO MUNICIPAL		
23.695.0009-1.033		
4.4.90.00.00.00.00.00.0247 (81)	Transferências de Convênios – Estado/Outros	159.994,24
4.4.90.00.00.00.00.00.0210 (82)	Recursos Ordinários	91.371,41
Total		251.365,65

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes dos recursos oriundos da proposta de transferência de número 0000019433 e programa de transferência 2017006772 junto ao FUNTURISMO/SEITEC e a contrapartida do município será coberta com recursos do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO 80/2017 PMSJ**

Publicação Nº 1418176

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 80/2017

Pregão Presencial Nº 59/2017

Objeto: Aquisição de uma Retroescavadeira para Secretaria Municipal de Obras.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 17/11/2017 – 09h00min

Valor estimado: R\$ 246.000,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 01 de novembro de 2017

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

**RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO 86/2014**

Publicação Nº 1417629

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA

EXTRATO DE DISTRATO

Partes: PREFEITURA Municipal de São Joaquim e a E.J.S.C – Empreiteira de mão de Obra na Construção Civil LTDA ME;

Objeto: Rescisão Unilateral do contrato de execução de obra – Construção de Quadra de Esportes da E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira

Modalidade Licitação: tomada de Preço- 01/2014 – Fundo Municipal de educação de São Joaquim de 20/02/2014

Natureza da Despesa: Contrato de Convenio nº 62719- PAC 2 - - Elemento de despesas: 4.4.90.00;

Fonte de Recursos: 00.01.0161

Valor Global Estimado: R\$482.820,00;

Data de assinatura: 01/11/2017;

Signatário: Giovani Nunes – Prefeito Municipal

São Joaquim SC, 01 de novembro de 2017

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

**RESPOSTA RECURSO PREGÃO 60/2017**

Publicação Nº 1417448

RECURSO PREGÃO PRESENCIAL 60/2017 APRESENTADO PELA EMPRESA FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Ref.: Pregão Presencial 60/2017

Assunto: Recurso contra sua desclassificação por não apresentar o atestado de capacidade técnica exigido no item 16.4 do edital.

Trata-se da manifestação da Pregoeira ao recurso administrativo interposto intempestivamente em face ao resultado do Pregão Presencial 60/2017.

Após o resultado da análise dos documentos habilitatórios da licitante, esta não manifestou interesse em interpor recurso, descumprindo os pressupostos legais de admissibilidade recursal e de tempestividade conforme previsão legal (lei 10.520/2002, art. 4º, XVIII).

(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos”.

Diante do exposto, julgo improcedente o pedido, não acolhendo o requerimento da empresa Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.

São Joaquim, 31 de outubro de 2017.

Adriana Baesso

Pregoeira



# São José

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 030/2017

Publicação Nº 1418113

#### 1 – RELATÓRIO:

Às folhas 03, esta o requerimento que pede a COMPENSAÇÃO DO VALOR PAGO NO ANO DE 2012 (O QUAL FOI ISENTO) NO ANO DE 2011, EM ABERTO NO SISTEMA.

Às folhas 04, esta o parecer da Sra. Nilva Terezinha Hames - Secretaria Receita Municipal, que deferiu pedido de isenção de IPTU para o exercício de 2012, inscrição imobiliária 02.02.182.0313.001.

Às folhas 18 esta o parecer técnico do pedido, onde consta que o contribuinte realizou pagamento em duplicidade a ordem de R\$ 167,24.

Às folhas 22 esta o parecer de Suzana Aparecida David Kukul, que analisou e deferiu o direito de compensar o tributo pago em duplicidade, conforme previsto no artigo 91, parágrafo primeiro, inciso III, da LC 021/2015 e que apura o valor corrigido de R\$ 187,31 em 04 de Setembro de 2015.

Às folhas 35 esta o despacho do Senhor Secretário Adjunto da Receita opina por manter inalterado o debito de 2011 e que seja submetido o processo a análise e decisão do Conselho Municipal de Contribuintes quanto ao pedido de compensação e quanto a isenção deferida em 2012.

Às folhas 37 esta o comprovante de recebimento do processo pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, que remete o processo ao Representante da fazenda municipal para sua manifestação.

Às folhas 38 e 39 esta o parecer do Sr. Francisco Macedo Campos, digníssimo Representante da Fazenda, que em seu parecer assim o faz: " Não cabe e este conselho, enquanto órgão de sobreposição, decidir sobre a convalidação ou não da isenção anteriormente deferida ao contribuinte em substituição à autoridade fazendária, sob pena de usurpação de competência e manifesta-se pela suspensão e retorno dos autos a instancia inicial até que esta se decida sobre invalidade da isenção concedida ao contribuinte para a unidade imobiliária 02.02.182.0313.001, no exercício de 2012.

É o relatório.

#### 2 – VOTO :

Com base no relatório e apoiado no parecer do Sr. Francisco Macedo Campos, digníssimo representante da Fazenda junto ao conselho de Contribuintes deste município. Manifesto voto no mesmo sentido do Sr. Representante da Fazenda, ou seja, voto pelo suspensão do processo no conselho de contribuintes e que seja remetido a instância inicial para que se decida sobre a invalidade da isenção concedia ao contribuinte para a unidade imobiliária 02.02.182.031.001, no exercício de 2012.

São José/SC, 19 de outubro de 2017.

CRISTINA ZART DE SOUZA  
Conselheira Relatora

#### DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 030/2017

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 3.076/2013:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 287ª Sessão, em, por unanimidade SUSPENÇÃO do processo no conselho de contribuintes e que seja remetido a instância inicial para que se decida sobre a invalidade da isenção concedia ao contribuinte para a unidade imobiliária 02.02.182.031.001, no exercício de 2012, nos termos do voto da relatora.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Sr. Conselheiro Relator José Mateus Hoffmann, os Conselheiros Sr. Rodrigo João Machado, Sra. Nadir Terezinha Koerich e Sr. Valmor dos Santos Junior. Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, na qualidade de representante da Fazenda Pública.

São José, 19 de outubro de 2017.

JUNIOR SPIES  
Presidente

JOSÉ MATEUS HOFFMANN Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

**CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA - EDITAL 003/2017 CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 1417728

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

**CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA - EDITAL 003/2017  
CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o item 5.1 do Edital 003/2017, torna pública a CONVOCAÇÃO para a escolha de vagas para relocação e/ou alteração de carga horária dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no Magistério Municipal, conforme Local e Cronograma das disciplinas a seguir:

Local: CASA DO EDUCADOR

Rua: Joaquim Vaz, nº 1.312 – 1º andar, Edifício Antártida (loja Brilhante Molduras )

Praia Comprida, São José – SC.

DIA 09/11/2017 (QUINTA-FEIRA)

HORÁRIO	DISCIPLINA
8h30min	Professor – Anos Iniciais
8h30min	Supervisor Escolar
8h30min	Geografia
8h30min	Auxiliar de Ensino – Educação Infantil
9h30min	Professor - História
9h40min	Especialista em Educação Especial
9h50min	Professor - Artes
10h10min	Professor – Educação Física – Educação Infantil
10h00min	Professor - Português
10h00min	Auxiliar de Sala
10h30min	Professor – Educação Física – Ensino Fundamental
10h10min	Professor - Filosofia

DIA: 10/11/2017 (SEXTA -FEIRA)

HORÁRIO	DISCIPLINA
8h30min	Professor – Educação Infantil
8h30min	Professor - Inglês
8h30min	Orientador Educacional
8h30min	Professor – Tricô e Crochê
9h00min	Professor – Pintura em Tecido
9h10min	Professor – Corte e Costura - Lingerie
9h30min	Professor - Matemática
9h30min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental
9h50min	Professor – Corte e Costura
10h00min	Professor – Artes Aplicadas
10h10min	Professor – Bordado à mão
10h30min	Professor – Ciências
10h50min	Professor – Bordado à máquina

São José (SC), 30 de outubro de 2017.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

**DECRETO Nº 8772/2017**

Publicação Nº 1417832

DECRETO Nº 8772/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. FRANCINE VALENTE FAVARETTO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8793/2017**

Publicação Nº 1417826

DECRETO Nº 8793/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, LEANDRO ALFEU CARLOS, matrícula: 4284682, Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8797/2017**

Publicação Nº 1417828

DECRETO Nº 8797/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. CAROLINE GONZAGA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8800/2017**

Publicação Nº 1417805

DECRETO Nº 8800/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada EDUARDA SANTOS DE SOUSA para exercer o cargo Assessor Técnico Jurídico – CCM-8, com lotação na Procuradoria-Geral do Município, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8821/2017**

Publicação Nº 1417824

DECRETO Nº 8821/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado PEDRO INÁCIO DA SILVA para exercer o cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM-8, com lotação na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8826/2017**

Publicação Nº 1417861

DECRETO Nº 8826/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada DANIELLA KARINE SOUZA LIMA para o cargo em comissão de Gerente de Unidade Básica de Saúde – CCM-6, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8827/2017**

Publicação Nº 1417812

DECRETO Nº 8827/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8040/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso XXVIII do Decreto 8040/2017 de 05 de maio de 2017, que concede função gratificada à servidora KATHERI MARIS ZAMPROGNA, matrícula: 426476-2.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8828/2017**

Publicação Nº 1418129

DECRETO Nº 8828/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 6.139.000,00 (seis milhões e cento e trinta e nove mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

202 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 300.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 300.000,00

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

260 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio – Alimentação,  
Recursos Próprios ..... R\$ 30.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 30.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche

289 – 3.1.90.05.00.00.0081 – Outros Benefícios Previdenciários,  
Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 5.000,00  
287 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 1.400.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.405.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola

326 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 2.000.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 2.000.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 3.735.000,00

13.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA  
13.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.008 – Funcionamento e Manutenção da SEPLANGEO

616 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio – Alimentação,  
Recursos Próprios ..... R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 4.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 4.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

935 – 3.1.91.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais,  
Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 2.400.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 2.400.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 2.400.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 6.139.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 6.139.000,00 (seis milhões e cento e trinta e nove mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola

325 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 335.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 335.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

203 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 2.800.000,00  
218 – 3.1.90.94.00.00.0098 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,  
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 184.000,00  
219 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais,  
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 180.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 3.164.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil –  
Creche

299 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais,  
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 236.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 236.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 3.735.000,00

13.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA  
13.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.008 – Funcionamento e Manutenção da SEPLANGEO

608 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 4.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 4.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

931 – 3.1.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercício Anteriores,  
Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 2.400.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 2.400.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 2.400.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 6.139.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8829/2017

Publicação Nº 1417817

DECRETO Nº 8829/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8674/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso LXIX do Decreto 8674/2017 de 15 de setembro de 2017, que concede função gratificada à servidora LIANA LUDVIG, matrícula: 41574-0.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 8830/2017**

Publicação Nº 1417822

DECRETO Nº 8830/2017  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Concedidas as Funções Gratificadas para os servidores abaixo relacionados:

INCISO	CÓDIGO - FUNÇÃO GRATIFICADA	SERVIDOR	MATRÍCULA
I	FG – G2	KATHERI MARIS ZAMPROGNA	426476-2
II	FG – G1	DANIELA EDA SILVA	23042-1
III	FG – G1	MICHELI ALVES MACHADO	4267095-1
IV	FG – G1	MARIANELLA AGUILAR VENTURA FADEL	428398-8
V	FG – G2	GILBERTO DOMINGOS COELHO	30886-2

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8831/2017**

Publicação Nº 1418124

DECRETO Nº 8831/2017  
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO, REALIZADO ATRAVÉS DO EDITAL 004/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal e, Considerando o disposto no item 1.5 do Edital de Concurso Público Nº 004/2015/GAB, que dispõe sobre a validade Concurso Público; Considerando que o Concurso Público regulado pelo Edital Nº 004/2015/GAB homologado em 09 de novembro de 2015 conforme Decreto Nº 5.215/2015;

DECRETA:

Art.1º - Fica prorrogado o prazo de validade do concurso público, levado a efeito pelo Edital 004/2015/GAB, por mais 02 (dois) anos, a partir de 09 de novembro de 2017, tendo em vista os argumentos elencados nos considerandos e a permissibilidade do item 1.5 do edital do concurso.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8832/2017**

Publicação Nº 1417809

DECRETO Nº 8832/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado DANIEL NASCIMENTO para exercer o cargo Assessor Administrativo I–CCM-1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8833/2017**

Publicação Nº 1417920

DECRETO Nº 8833/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8488/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8488/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8488/2017, que nomeou a Sra. BRUNA FERNANDES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8834/2017**

Publicação Nº 1418127

DECRETO Nº 8834/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 141.900,00 (cento e quarenta e um mil e novecentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.136 – Benefícios Socioassistenciais

1531 – 3.3.90.08.00.00.0080 – Outros Benefícios Assistenciais,

Recursos Próprios ..... R\$ 121.900,00

Total desta Atividade ..... R\$ 121.900,00

28.01.08.243.0111.2.186 – PSEMC – Serv. Proteção e Atendimento Especializado a

Famílias e Indivíduos (PAEFI) – CREAS

1485 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 18.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 18.000,00

28.01.08.244.0111.2.287 – PSEMC – Serviço Especializado para Pessoas em Situação

de Rua – CREAS – Centro Pop

1613 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 2.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 2.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 141.900,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 141.900,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 141.900,00 (cento e quarenta e um mil e novecentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.085 – PSEAC – Serviços de Acolhimento Institucional

1435 - 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 900,00  
1441– 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 42.000,00  
1447 – 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 16.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 58.900,00

28.01.08.243.0111.2.184 – PSB – Serv. Convivência e Fortalecimento de Vínculos

1474 – 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 53.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 53.000,00

28.01.08.126.0111.2.187 – Gestão do SUAS

1383 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.000,00  
1380 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 15.000,00

28.01.08.244.0111.2.287 – PSEMC – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – CREAS – Centro Pop

1616 – 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 2.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 2.000,00

28.01.08.244.0111.2.495 – Encargos Previdenciários e Contributivos – FMAS

1630 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e contributivas,  
Recursos Próprios ..... R\$ 8.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 8.000,00

28.01.08.244.0111.2.514 – Funcionamento e Manutenção do FMAS

1636 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 141.900,00  
Total da Anulação ..... R\$ 141.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8835/2017

Publicação Nº 1417829

DECRETO Nº 8835/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8638/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 8638/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8638/2017, que nomeou o Sr. MARCIO ALMIR ROSSI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Analista Jurídico, com lotação na Autarquia São José Previdência.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de setembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8836/2017**

Publicação Nº 1417923

DECRETO Nº 8836/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. ENZO MONTRESOL FEVERSANI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8837/2017**

Publicação Nº 1417924

DECRETO Nº 8837/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8645/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8645/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8645/2017, que nomeou a Sra. BARBARA KLEIN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de setembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8838/2017**

Publicação Nº 1417926

DECRETO Nº 8838/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LUISA BOEING ESMERALDINO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8839/2017**

Publicação Nº 1417905

DECRETO Nº 8839/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8706/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8706/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8706/2017, que nomeou a Sra. PRISCILLA DE MACEDO PINHO RAMOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8840/2017**

Publicação Nº 1417914

DECRETO Nº 8840/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8710/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8710/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8710/2017, que nomeou a Sra. ANA CRISTINA SCHURHAUS MELLO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8841/2017**

Publicação Nº 1417907

DECRETO Nº 8841/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. GABRIELLA DORNELLES CHAGAS PEREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8842/2017**

Publicação Nº 1417877

DECRETO Nº 8842/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8707/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8707/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8707/2017, que nomeou a Sra. SOLANGE LOOS DA ROCHA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8843/2017**

Publicação Nº 1417902

DECRETO Nº 8843/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ROBERTA TEREZA SILVA FERRAZ DE CAMPOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8844/2017**

Publicação Nº 1418126

DECRETO Nº 8844/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



## 28.01.08.244.0111.2.514 – Funcionamento e Manutenção do FMAS

3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,

Recursos Próprios ..... R\$ 2.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 2.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 2.000,00

Total do Crédito Adicional Especial ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 28.01.08.243.0111.2.085 – PSEAC – Serviços de Acolhimento Institucional

1441 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 2.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 2.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 2.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 8849/2017**

Publicação Nº 1417918

DECRETO Nº 8849/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada o Sra. TAIANA REGINA DE LIMA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8850/2017**

Publicação Nº 1417833

DECRETO Nº 8850/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. FILIPE DE BARROS PERINI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Infectologista, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8851/2017**

Publicação Nº 1417881

DECRETO Nº 8851/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ANGELA COSTA MENEZES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8852/2017**

Publicação Nº 1417884

DECRETO Nº 8852/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. LUCIANO SANTOS DOS ANJOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 8853/2017**

Publicação Nº 1417879

DECRETO Nº 8853/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ANA CLAUDIA SCHEIDT para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8854/2017**

Publicação Nº 1417865

DECRETO Nº 8854/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8730/2017 QUE ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV,e

CONSIDERANDO que os servidores admitidos em caráter temporário desistiram de assumir os cargos;

DECRETA:

Art.1º - Torna sem efeito o Decreto 8730/2017, no que se refere à nomeação dos seguintes servidores admitidos em caráter temporário:

	Servidor	FUNÇÃO	Lotação
I	GUILHERME PEREIRA DA COSTA	Motorista	Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
II	RENATO GRUBER DA SILVA	Motorista	Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
III	FILIPPI JOSÉ FAUSTINO DA SILVEIRA	Motorista	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8855/2017**

Publicação Nº 1417869

DECRETO Nº 8855/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos, os seguinte servidores contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	LEONARDO DIAS OLIVEIRA	Motorista	40 horas	Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
II	TITO PEREIRA PORTELA	Motorista	40 horas	Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
III	JOÃO GUARACI AQUINO BATISTA	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO N° 8856/2017**

Publicação N° 1417866

DECRETO N° 8856/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 8773/2017 QUE ADMITIRAM SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, e

DECRETA:

Art.1º - Torna parcialmente sem efeito o Decretos 8773/2017, no que se refere à nomeação dos seguintes servidores admitidos em caráter temporário:

	Servidor	FUNÇÃO	Lotação
I	CARLA LUCIANE KRAEMER	Motorista (Categoria C)	Secretaria de Assistência Social
II	MARCOS ANDRÉ LAMEGO	Motorista (Categoria C)	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal**DECRETO N° 8857/2017**

Publicação N° 1417862

DECRETO N° 8857/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. EDNA CAMILA HILLESHEIM para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Finanças.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal**DECRETO N° 8858/2017**

Publicação N° 1417909

DECRETO N° 8858/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8699/2017 QUE ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV,e

CONSIDERANDO que os servidores admitidos em caráter temporário desistiram de assumir os cargos;

DECRETA:

Art.1º - Torna sem efeito o Decreto 8699/2017, no que se refere à nomeação dos seguintes servidores admitidos em caráter temporário:

	Servidor	FUNÇÃO	Lotação
I	CARLA REGINA NASCIMENTO	Técnico em Enfermagem	Secretaria da Saúde

II	CLEIDE MARIA DA SILVA DE SOUZA	Técnico em Enfermagem	Secretaria da Saúde
----	--------------------------------	-----------------------	---------------------

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8859/2017

Publicação Nº 1417873

DECRETO Nº 8859/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos, os seguinte servidores contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	LEOMAR DUTRA PEREIRA	Motorista (Categoria C)	40 horas	Secretaria de Assistência Social
II	RICARDO ALEXANDRE LEMOS	Motorista (Categoria C)	40 horas	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8860/2017

Publicação Nº 1417910

DECRETO Nº 8860/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 8714/2017 QUE ADMITIRAM SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, e

DECRETA:

Art.1º - Torna parcialmente sem efeito o Decretos 8714/2017, no que se refere à nomeação do seguinte servidor admitido em caráter temporário:

	Servidor	FUNÇÃO	Lotação
I	LARISSA NUNES SCAPINI	FONOAUDIÓLOGA	Secretaria da Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8861/2017**

Publicação Nº 1417912

DECRETO Nº 8861/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2015;

DECRETA:

Art.1º - Fica admitida, a seguinte servidora contratada por processo seletivo, ocupantes de cargo temporário:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	AMANDA SOARES DA SILVEIRA	FONOAUDIÓLOGA	30 horas	Secretaria de Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8862/2017**

Publicação Nº 1417800

DECRETO Nº 8862/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8674/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso LXIX do Decreto 8674/2017 de 15 de setembro de 2017, que concede função gratificada à servidora IDVANIA SILVEIRA, matrícula: 32.276-8.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8866/2017**

Publicação Nº 1418122

DECRETO Nº 8866/2017

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA GESTÃO DO CENTRO MULTIUSO, ESTACIONAMENTO E ADJACÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Instituir Comissão Especial de Avaliação para exercer as competências previstas no Decreto Municipal nº 5.014, de 06 de outubro de 2015, tocante ao Procedimento de Manifestação de Interesse do para apresentação de estudos de modelagem operacional, econômico-financeiro, jurídico e de engenharia e arquitetura para a requalificação, modernização, operação, manutenção e gestão do centro multiuso, estacionamento e adjacências.

§ 1º A Comissão referida no caput deste artigo será composta pelos seguintes membros:

I – Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos, que a presidirá;

II – Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

III – Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo; e



IV - Procurador Geral Municipal.

Art. 2º. Os membros ora designados desempenharão suas funções sem prejuízo das atividades inerentes aos cargos que ocupam.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8867/2017

Publicação Nº 1418123

DECRETO Nº 8867/2017

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA EVENTUAIS INTERESSADOS EM DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Instituir Comissão Especial de Avaliação para exercer as competências previstas no Decreto Municipal nº 5.014, de 06 de outubro de 2015, tocante ao Procedimento de Manifestação de Interesse para eventuais interessados em desenvolvimento de estudos para modernização, expansão, operação e manutenção do sistema de iluminação pública do município de São José/sc.

§ 1º A Comissão referida no caput deste artigo será composta pelos seguintes membros:

I – Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos, que a presidirá;

II – Secretário de Infraestrutura; e

IV - Procurador Geral Municipal.

Art. 2º. Os membros ora designados desempenharão suas funções sem prejuízo das atividades inerentes aos cargos que ocupam.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8868/2017

Publicação Nº 1417928

DECRETO Nº 8868/2017

DESIGNA COMISSÃO DE 1ª INSTÂNCIA DO PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO, PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2011

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 41 da Lei Complementar nº 054/2011.

DECRETA:

Art. 1º – Para compor a Comissão de 1ª Instância referida no artigo 34 da Lei Complementar nº 054/2011, ficam designados como membros titulares os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

a) ALVARO GODINHO DE SOUZA, Matrícula 352.61-6

b) JOELMA FERNANDES DA SILVA, Matrícula 346.79-9

c) JOSIANE DA SILVEIRA RIBEIRO, Matrícula 229.36-9

d) MONIQUE MEYER DUARTE, Matrícula 420.35-2

e) VINICIUS DE SOUZA, Matrícula 325.75-9

Art. 2º – A referida Comissão desempenhará as atribuições descritas no artigo 37 da Lei Complementar nº 054/2011, sem remuneração.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 6608 de 21 de junho de 2017, produzindo efeitos a partir de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 01 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 025/2017**

Publicação Nº 1417482

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 025/2017 – Proc. Adm. 8811/2017. Contratado: SIND. EMP. TRANSP. URBANO DE PASSAG. DA GRANDE FPOIS – SETUF. Objeto: "INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SETUF PARA FORNECIMENTO DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS PARA PASSE ESCOLAR COM CESSÃO DE USO DO CARTÃO E O SERVIÇO DE CARGA A BORDO DE CRÉDITO ELETRÔNICO ATRAVES DO APLICATIVO (SIS) PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 3.952,50 (três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos). Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 015/2017**

Publicação Nº 1417730

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 015/2017

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 9174/2014, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado SERGIO SIDNEI DE OLIVEIRA, CPF:691.391.059-20, para que tome conhecimento da Decisão administrativa que manteve as sanções do Auto de Infração nº021404, Multa simples no Valor de R\$: 5.000,00(cinco mil reais), e determinação de recuperar a área degradada, elaborando um Programa de Recuperação de Área degradada- PRAD , que deverá ser aprovado por esta fundação , sob pena de aplicação de multa prevista no art.80 do Decreto Federal 6.514/2008.

Com base no artigo 70 do Decreto Federal nº 9.605/1998, Art. 3º, inciso II e Art. 80º, vimos NOTIFICAR Vossa Senhoria da multa simples aplicada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e da obrigatoriedade de elaboração e execução de PRAD, Vossa Senhoria terá o prazo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento deste, para manifestar-se a respeito das sanções aplicadas.

São José, 31 de outubro de 2017  
Agostinho Mignoni Junior  
Diretor Operacional - FMADS/SJ  
Decreto Municipal – 8017/2017

**PORTARIA - SA- N.º 1142/2017**

Publicação Nº 1417666

PORTARIA- SA - Nº 1.142/2017

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) ELISABETE CRISTINA RATH ALVES, matrícula nº 15007-0, lotado (a) na Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no cargo Chefe de Telefonista, para a Secretaria de Urbanismos e Serviços Públicos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 17 de outubro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA- N.º 1255/2017**

Publicação N° 1417742

PORTARIA- SA - N° 1.255/2017

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

Considerando o processo administrativo nº 8577 de 2017,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) ISABEL ZANELATO, matrícula nº 35268-3, lotado (a) na Secretaria da Administração, no cargo de Agente Administrativo, para a Secretaria de Saúde, tendo vista permuta realizada com o servidor Anderson Nunes, matrícula nº 428387-2.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2017.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 01 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA- N.º 1256/2017**

Publicação N° 1417743

PORTARIA- SA - N° 1.256/2017

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

Considerando o processo administrativo nº 8577 de 2017,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) ANDERSON NUNES, matrícula nº 428387-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, para a Secretaria de Administração, tendo vista permuta realizada com a servidora Isabel Zanelato, matrícula nº 35268-3.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2017.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 01 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL 040/2017**

Publicação N° 1418121

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 040/2017 – PROCESSO N° 229/2017 – Proc. Adm. 2746/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICAS, DA ATENÇÃO BÁSICA E ATENÇÃO ESPECIALIZADA, VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 17/11/2017 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/11/2017 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**RESOLUÇÃO Nº. 07/2017/COMAD**

Publicação Nº 1417726

**RESOLUÇÃO Nº. 07/2017/COMAD**

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 02/2017 QUE APROVA A REALIZAÇÃO DO III ENCONTRO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS A SER REALIZADO PELO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 4.047/2003.

CONSIDERANDO a Política Nacional Sobre Drogas, aprovada pela Resolução Nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005;  
CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas, aprovado pela Resolução n. 01/2015, de 28 de abril de 2015; e,  
CONSIDERANDO a Plenária Ordinária do Conselho Municipal Antidrogas de São José realizado em 29 de agosto de 2017.

**RESOLVE:**

Art.1 Aprovar a realização do III ENCONTRO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS, a ser realizado pelo Conselho Municipal Antidrogas de São José, no dia 07 de Novembro do corrente, em local a ser cedido pela Prefeitura Municipal de São José - PMSJ, tendo como tema "Refletindo Sobre as Ações de Enfrentamento e de Prevenção na Política Pública Sobre Drogas", com duração de 10h, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de São José/SC, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, a Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM e a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

Art. 2º O Conselho Municipal Antidrogas poderá designar Conselheiros e servidores públicos para a realização do Evento.

Art. 3º A programação do Evento será publicada oportunamente.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

São José, 03 de outubro de 2017

ALCEU DAUD DE MELLO

Conselheiro Presidente do COMAD/SJ –

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 061/2017**

Publicação Nº 1417677

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 061/2017 – Processo nº 296/2017 – Proc. Adm. 4318/2017. Fornecedor: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE "CESTAS BÁSICAS" (AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO) DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 784.728,00 – setecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL, SOB N.º 002/2017 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27129/2017 FMADS/SJ/SC.**

Publicação Nº 1417725

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL, sob n.º 002/2017 de 20 de outubro de 2017 - Processo Administrativo nº 27129/2017 FMADS/SJ/SC.

TCA firmado entre a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José e, CONSTRUTORA E INCORPORADORA MAISON LTDA visando estabelecer critérios para a Conversão da Multa Simples em serviços de divulgação/veiculação de matérias de interesse da Compromitente conforme calendário e conteúdo fornecido por esta. O compromissário compromete-se em executar o TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA – em cumprimento à Decisão Administrativa, respeitando a orientação técnica do Parecer Jurídico nº 0056/2017 da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC e as Cláusulas do TCA, sob pena de responsabilização Administrativa e cível.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 245/2017**

Publicação Nº 1418198

PORTARIA Nº 245/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Paulo Roberto Correa, matrícula 25, a partir de 1º de novembro de 2017.  
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 30 de outubro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6126/2017

Publicação Nº 1417309

DECRETO Nº. 6126, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO como servidor público municipal, ROBERTO FABIANO AREND, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 176 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2.020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificado em 10º lugar, com média final 6,46, a partir de 01 de novembro de 2017, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 6127/2017

Publicação Nº 1417311

DECRETO Nº6.127, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2017.

O Prefeito de São José Do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 053/2016, Lei nº 3265/2006, LC nº 005/2003, Lei nº 1062/86, Lei nº 2020/93 e suas atualizações:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final relativo ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2017 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE ENSINO							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
197	Daniela Ines Sasso	16/09/1999	4,80	0,70	0,35	5,85	1º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
331	Luciane Maciel	10/08/1979	6,60	1,75	1,05	9,40	1º
341	Sirlei De Farias	30/05/1975	7,20	1,75	0,35	9,30	2º
184	Enrique De Moura	03/04/1996	6,00	1,75	1,05	8,80	3º
112	Ana Claudia De Oliveira	06/04/1992	4,80	1,75	0,70	7,25	4º
229	Pedro Rodrigues Dos Santos	29/06/1971	3,60	0,70	0,70	5,00	5º



186	Ivanir Ribeiro Alves	29/07/1982	3,60	0,35	1,05	5,00	6º
MERENDEIRA							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
259	Marlice Terezinha Hendges	27/07/1969	5,40	1,40	1,05	7,85	1º
109	Aidici Fatima Pecin	14/05/1974	4,80	1,40	1,05	7,25	2º
9	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	09/02/1988	4,80	1,05	0,70	6,55	3º
194	Noeli Gonçalves Guimarães	Faltante					Desc.
MONITOR DE CRECHE							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
177	Maira Regina Toigo	20/07/1994	7,20	1,40	0,70	9,30	1º
389	Carina Bonfante	04/02/1998	6,60	1,75	0,70	9,05	2º
358	Gabriela Kelen De Ré	20/11/1994	6,60	1,40	1,05	9,05	3º
345	Jessica Luiza Klaus	10/06/1991	6,00	1,75	1,05	8,80	4º
47	Taila Avila Baladore	22/08/1994	6,00	1,75	0,70	8,45	5º
89	Aline Lorenzon Brixner	01/05/1998	6,60	1,40	0,35	8,35	6º
394	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	07/05/1990	6,00	1,40	0,70	8,10	7º
22	Sandra Zanotelli Martinelli	13/06/1977	6,60	0,70	0,70	8,00	8º
210	Estefani Araceli Zanini	03/02/1996	6,60	0,70	0,70	8,00	9º
4	Stéfhani Lunkes Zanardi	08/02/1999	6,60	0,70	0,70	8,00	10º
120	Maieli Nicole Kerkhoven	18/11/1998	5,40	1,40	1,05	7,85	11º
364	Deisi Gralow	25/03/1988	6,00	1,40	0,35	7,75	12º
196	Cristiane Tschiedel	03/09/1979	6,00	1,05	0,70	7,75	13º
271	Leila Perboni	14/10/1983	6,00	1,05	0,70	7,75	14º
67	Roberta Braitenbach De Oliveira	22/11/1998	6,00	1,05	0,70	7,75	15º
198	Fernanda Bosa Hart	19/07/1992	6,60	0,70	0,35	7,65	16º
96	Carine Helena Mayer	25/08/1995	6,60	0,35	0,70	7,65	17º
333	Jaqueline Adriani Dumke	07/07/1998	6,60	0,35	0,70	7,65	18º
263	Luana Bruder	05/06/1998	5,40	1,40	0,70	7,50	19º
1	Taisa Degasperi	08/09/1998	5,40	1,40	0,70	7,50	20º
384	Edimara Aline Kroetz	27/01/1990	5,40	1,05	1,05	7,50	21º
133	Elisandra De Vargas	05/11/1987	6,00	0,70	0,70	7,40	22º
11	Monica Vargas	18/06/1996	6,00	0,70	0,70	7,40	23º
344	Jieza Carla Rauber Rosa	02/02/1984	6,00	0,35	1,05	7,40	24º
313	Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	5,40	1,40	0,35	7,15	25º
337	Edione Girardi	12/06/1984	5,40	1,05	0,70	7,15	26º
253	Raquel Gonzatto	09/01/1991	5,40	1,05	0,70	7,15	27º
302	Sandra Alves De Siqueira	21/06/1991	6,00	0,70	0,35	7,05	28º
185	Luana Bohnenberger Dickel	19/01/1997	6,00	0,70	0,35	7,05	29º
55	Natália Adams	22/01/1998	6,00	0,70	0,35	7,05	30º
54	Juliana Sbardelotto	01/04/1981	6,00	0,35	0,70	7,05	31º
392	Daiane Froza Britz	27/05/1985	6,00	0,35	0,70	7,05	32º
165	Ana Paula Webler Laueremann	02/03/1999	5,40	1,05	0,35	6,80	33º
219	Rosilei Alves Siqueira	29/07/1982	5,40	0,70	0,70	6,80	34º
310	Ana Paula Schroder	31/08/1995	5,40	0,70	0,70	6,80	35º
386	Carla Maria Mayer	29/10/1996	5,40	0,70	0,70	6,80	36º
348	Carisa Kunzler	05/07/1986	5,40	0,35	1,05	6,80	37º

270	Edineia Ribeiro	02/02/1997	6,00	0,70	0,00	6,70	38º
246	Eduarda Banhara Bortolotto	16/04/1998	4,80	1,05	0,70	6,55	39º
393	Elidiane Maria Gass Arrial	25/07/1990	5,40	1,05	0,00	6,45	40º
372	Cristiane Maria Bolgenhagen	15/03/1997	5,40	0,70	0,35	6,45	41º
269	Veronice Fanton Pereira	16/05/1997	5,40	0,70	0,35	6,45	42º
28	Janete De Farias Dallo	30/11/1977	5,40	0,35	0,70	6,45	43º
113	Rozeli Pinheiro Wronski	15/10/1988	4,80	1,05	0,35	6,20	44º
257	Lindacir De Oliveira Ramos	29/07/1998	4,80	1,05	0,35	6,20	45º
83	Michele Carine Finger	29/09/1991	4,80	0,70	0,70	6,20	46º
323	Simone Boff	18/12/1980	4,80	1,05	0,00	5,85	47º
282	Patricia Carolina Mantovani	12/01/1995	4,80	1,05	0,00	5,85	48º
283	Franciela Triches Blasi	20/10/1985	4,80	0,70	0,35	5,85	49º
272	Jéssica Daiane De Campos Stefan	09/10/1993	4,80	0,70	0,35	5,85	50º
339	Angela Graf	23/03/1995	4,20	1,05	0,35	5,60	51º
244	Andressa Graf	19/12/1997	4,20	1,05	0,35	5,60	52º
327	Márcia De Oliveira	12/12/1996	4,20	0,70	0,70	5,60	53º
373	Rogério Isotton	11/11/1993	4,80	0,35	0,35	5,50	54º
369	Tailini Fátima Eckert	19/02/1995	4,80	0,35	0,35	5,50	55º
45	Evelyn Vanessa Pereira Gonçalves	21/01/1996	4,20	1,05	0,00	5,25	56º
379	Camila Paim Lisboa	23/12/1997	4,20	0,70	0,35	5,25	57º
10	Andrieli Bonavigo Schmitz	26/03/1999	4,20	0,70	0,35	5,25	58º
325	Eliane Márcia Dos Santos	01/03/1989	4,20	0,35	0,70	5,25	59º
285	Tânia Mara Eckert	29/04/1999	3,60	1,05	0,35	5,00	60º
256	Caciane Marcela Madalozzo Arend	18/11/1981	3,60	0,70	0,70	5,00	61º
93	Elisabete Fatima Klaus Geller	02/08/1974	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
25	Ana Regina Rodrigues	Faltante					Desc.
136	Dilvane Koslowski	Faltante					Desc.
79	Stefany Barichello Lucchetta	Faltante					Desc.
148	Bruna Machado Dos Santos Andrioli	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
242	Marinês Philipsen	26/09/1985	4,00	1,12	0,00	1,80	6,92	1º
21	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	4,00	0,56	0,20	1,50	6,26	2º
280	Rúbia Taisi Pinheiro	14/05/1990	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
234	Iohana Eloise Weiss	03/01/1997	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
400	Marinilze Juchen	29/06/1992	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
214	Fátima Priska Eberhardt	03/07/1985	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
27	Danielli Fernanda Picinin	17/09/1986	5,00	0,56	0,40	1,74	7,70	1º
254	Valdir Antonio Gessinger	29/05/1967	3,00	0,84	0,40	1,82	6,06	2º
176	Gelavir Picinin	05/06/1976	3,00	0,84	0,20	1,76	5,80	3º
111	Jéssica Pauletti	07/07/1992	3,50	0,28	0,40	1,50	5,68	4º

36	Marcos Alberto Ahlf	27/04/1984	4,00	0,84	0,20	0,00	5,04	5º
320	Simone Gonçalves Machado Erlo	19/12/1987	3,00	0,84	0,20	1,00	5,04	6º
360	Karen Viviane Figueiró Ludwig	18/09/1980	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
262	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	27/04/1977	1,00	0,56	0,20	-	1,76	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
319	Viviane Smaniotto	27/08/1982	5,00	0,28	0,40	1,56	7,24	1º
222	Sabrina Bannhara	28/07/1982	4,00	0,28	0,40	1,68	6,36	2º
189	Ângela Vendramin Rauber	02/12/1983	3,00	0,84	0,40	1,18	5,42	3º
322	Maide Luiza Klein Anzolin	28/10/1968	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
134	Caroline Mortari	24/09/1994	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
3	Giovani Macedo	12/08/1989	4,00	0,56	0,40	1,68	6,64	1º
12	Elizandra Fontana	18/07/1996	4,00	0,56	0,40	0,82	5,78	2º
324	Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	3,50	0,28	0,40	1,06	5,24	3º
292	Rosane Maria Kummer	17/09/1963	3,00	0,56	0,60	1,06	5,22	4º
351	Samara Borille	16/12/1987	3,00	0,84	0,20	1,00	5,04	5º
190	Nicholas Rossini Rohenkohl	16/11/1992	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	6º
233	Diânatan Sissgler	17/05/1994	3,00	0,56	0,60	0,00	4,16	7º
295	Jossiel Becker	14/05/1983	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
80	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
64	Gustavo Andrioli	15/07/1993	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
228	Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
15	Karina Simoni	22/06/1985	3,00	0,00	0,40	-	3,40	Desc.
146	Paloma Schuerz	13/08/1995	1,50	0,84	0,60	-	2,94	Desc.
159	Caroline Markus	11/12/1995	1,50	0,56	0,40	-	2,46	Desc.
217	Jaqueline Lazzari	25/05/1993	1,50	0,28	0,40	-	2,18	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
231	Jéssica Carina Gonçalves Ott	19/02/1993	3,00	0,00	0,20	-	3,20	Desc.
288	Jeanryer Spezia Da Silva	14/04/1997	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
401	Lucas Grendene Brum	16/09/1995	1,00	0,28	0,40	-	1,68	Desc.
334	Guilherme Smaniotto Toigo	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
115	Carla Ines Rosenbach	08/04/1981	6,00	1,12	0,40	1,62	9,14	1º
350	Eliane Ana Spironello Foppa	07/05/1976	5,50	0,84	0,40	1,88	8,62	2º
60	Joceli Zanetti	02/07/1975	5,50	0,56	0,40	1,94	8,40	3º
250	Daiane Pavin	27/10/1988	5,50	0,84	0,40	1,62	8,36	4º
202	Keli Cristina Muller Meazza	07/03/1976	5,00	1,40	0,20	1,76	8,36	5º

19	Dionara Decarli	16/02/1989	6,00	0,84	0,40	1,06	8,30	6º
158	Franciele Da Rosa	15/02/1988	5,50	0,56	0,60	1,50	8,16	7º
204	Sandra Luiza Back	25/04/1994	6,00	0,28	0,20	1,56	8,04	8º
92	Juliane Kafer	26/12/1990	5,50	0,84	0,40	1,20	7,94	9º
56	Angela Cristina Both	04/08/1977	5,00	0,84	0,60	1,50	7,94	10º
65	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	5,00	0,84	0,40	1,62	7,86	11º
277	Betânia Luiza Poli	24/12/1984	5,00	0,84	0,40	1,56	7,80	12º
130	Janizes Ana Zanata	12/01/1981	5,00	0,56	0,60	1,62	7,78	13º
240	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	5,00	0,56	0,60	1,56	7,72	14º
163	Juliana Both	02/10/1986	5,50	0,56	0,40	1,00	7,46	15º
207	Regí Dal Alba	13/07/1982	5,00	0,28	0,40	1,74	7,42	16º
318	Viviane Smaniotto	27/08/1982	5,00	0,28	0,40	1,56	7,24	17º
121	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	31/10/1975	4,00	1,12	0,60	1,50	7,22	18º
118	Daiani Foretti	23/05/1991	5,00	0,84	0,20	1,12	7,16	19º
30	Gabriela Postai	03/04/1994	5,00	0,56	0,40	1,12	7,08	20º
153	Daiane Mireli Gulate De Mattos Passarin	17/05/1987	4,50	0,84	0,20	1,50	7,04	21º
346	Debora De Oliveira Perondi	29/07/1991	5,00	0,56	0,40	1,06	7,02	22º
303	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	4,50	1,12	0,20	1,20	7,02	23º
301	Susana Camicia	12/08/1983	5,00	0,00	0,40	1,56	6,96	24º
251	Patricia Noll	26/05/1991	5,00	0,00	0,40	1,56	6,96	25º
63	Ione Terezinha Rosembach	11/10/1977	4,50	0,28	0,40	1,76	6,94	26º
304	Ivanete Zimmer	31/07/1969	4,00	0,84	0,40	1,70	6,94	27º
230	Sueli Zamboni	27/12/1969	4,00	0,56	0,60	1,76	6,92	28º
297	Catiane Regina Lavall	19/07/1986	4,50	1,12	0,20	1,06	6,88	29º
127	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	4,50	0,56	0,20	1,62	6,88	30º
227	Rosamar Mazzone	27/06/1977	4,50	0,28	0,20	1,88	6,86	31º
105	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	4,00	0,56	0,60	1,62	6,78	32º
307	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	4,50	0,84	0,40	1,00	6,74	33º
367	Gessica Fernandes	27/11/1990	4,50	0,84	0,40	1,00	6,74	34º
123	Josenara Tais Heck	23/07/1995	5,00	0,56	0,40	0,76	6,72	35º
211	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,50	0,56	0,40	1,26	6,72	36º
298	Dilvane Gaspar Da Silva	05/10/1993	5,00	0,28	0,40	1,00	6,68	37º
108	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	5,00	0,28	0,20	1,18	6,66	38º
85	Patrícia Bernardi	01/01/1995	4,00	1,12	0,40	1,06	6,58	39º
77	Evandra Barichello	30/07/1977	4,00	0,56	0,40	1,62	6,58	40º
377	Rosicler Aparecida Lazzarotto	20/05/1984	4,00	0,56	0,40	1,56	6,52	41º
374	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	4,00	0,28	0,60	1,62	6,50	42º
48	Eliane Da Silva Sertório	01/11/1991	4,50	0,56	0,40	1,02	6,48	43º
137	Elisiane Alves	28/08/1987	4,50	0,28	0,20	1,50	6,48	44º
278	Marinez Salete Justen	12/04/1982	4,50	0,28	0,40	1,26	6,44	45º
168	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	3,50	0,56	0,60	1,68	6,34	46º
161	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,50	0,00	0,20	1,62	6,32	47º
150	Vanusa Simone Muller	01/07/1977	3,50	0,56	0,40	1,82	6,28	48º
5	Mara De Ré	29/06/1995	4,50	0,56	0,20	1,00	6,26	49º
357	Marta Elena Bernaedy Apio	31/12/1998	4,00	0,84	0,40	1,00	6,24	50º
13	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	4,00	0,28	0,40	1,56	6,24	51º
117	Ivanete Da Silva	26/10/1978	4,00	0,28	0,40	1,56	6,24	52º
35	Leila Britsche	23/03/1979	3,50	0,56	0,40	1,76	6,22	53º

23	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,00	0,00	0,60	1,50	6,10	54º
179	Ivonete Debortoli Caramori	28/08/1982	4,50	0,28	0,20	1,06	6,04	55º
84	Irene Regina Parmegiani	21/11/1995	4,00	0,56	0,40	1,06	6,02	56º
361	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	08/11/1977	5,50	0,28	0,20	0,00	5,98	57º
308	Edina Seibel Backes	09/05/1971	4,50	0,28	0,00	1,12	5,90	58º
70	Simone Lauermann	07/08/1985	4,00	0,28	0,40	1,20	5,88	59º
97	Idiane Perosso Schmiddel	06/11/1995	4,00	0,28	0,40	1,06	5,74	60º
354	Janete Bernardy	05/01/1968	3,50	0,28	0,40	1,50	5,68	61º
267	Denise Fátima Gubert	24/12/1973	5,00	0,00	0,40	0,00	5,40	62º
315	Helena Cristine Pacheco	16/12/1972	4,50	0,28	0,60	0,00	5,38	63º
61	Ana Paula Pecin	08/09/1993	4,50	0,56	0,20	0,00	5,26	64º
192	Cristiane Knob	10/10/1994	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	65º
183	Cleonara De Lima Vieira	18/09/1990	3,00	0,84	0,20	1,02	5,06	66º
95	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	67º
50	Edilaine Girardi	02/06/1980	4,00	0,28	0,00	0,00	4,28	68º
332	Tatiane Maria Kummer	20/11/1995	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	69º
187	Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
172	Tainá Elesbão	16/10/1999	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
397	Salete Ana Wagner Junges	22/05/1973	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
218	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	5,50	0,84	0,20	0,12	6,66	1º
101	Nadir Salete Schultz	15/09/1965	4,50	0,84	0,60	0,60	6,54	2º
181	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	4,00	0,56	0,40	0,76	5,72	3º
238	Gisele Regina Orzechoski	31/10/1976	3,50	0,28	0,40	1,12	5,30	4º
46	Larissa Andreia Krohn	06/10/1999	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	5º
200	Jéssica Julia Meazza	22/06/1996	4,00	0,56	0,40	0,06	5,02	6º
110	Thalia Thais Kraemer	09/09/1997	4,00	0,00	0,60	0,00	4,60	7º
368	Vanderleia Albano Broilo	12/07/1994	4,00	0,00	0,40	0,00	4,40	8º

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
225	Rosamar Mazzone	27/06/1977	5,50	0,28	0,40	1,88	8,06	1º
321	Maide Luiza Klein Anzolin	28/10/1968	5,00	0,84	0,40	1,56	7,80	2º
71	Simone Lauermann	07/08/1985	5,50	0,56	0,40	1,20	7,66	3º
18	Dionara Decarli	16/02/1989	5,00	0,84	0,60	1,06	7,50	4º
119	Daiani Foretti	23/05/1991	5,00	1,12	0,20	1,12	7,44	5º
249	Daiane Pavin	27/10/1988	4,50	0,84	0,40	1,62	7,36	6º
226	Jovana Neinas	27/10/1987	4,50	0,84	0,20	1,68	7,22	7º
122	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	31/10/1975	4,00	1,12	0,60	1,50	7,22	8º
352	Janete Bernardy	05/01/1968	5,00	0,28	0,40	1,50	7,18	9º
66	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	4,50	0,56	0,40	1,62	7,08	10º
59	Joceli Zanetti	02/07/1975	4,00	0,56	0,40	1,94	6,90	11º
6	Mara De Ré	29/06/1995	5,00	0,56	0,20	1,00	6,76	12º
266	Luciane Zanini	31/03/1980	4,50	0,28	0,40	1,56	6,74	13º
212	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,50	0,56	0,40	1,26	6,72	14º
157	Franciele Da Rosa	15/02/1988	4,00	0,56	0,60	1,50	6,66	15º

349	Eliane Ana Spironello Foppa	07/05/1976	3,50	0,84	0,40	1,88	6,62	16º
205	Sandra Luiza Back	25/04/1994	4,00	0,84	0,20	1,56	6,60	17º
31	Gabriela Postai	03/04/1994	4,50	0,56	0,40	1,12	6,58	18º
402	Caroline Linck	07/10/1980	5,00	1,12	0,40	0,00	6,52	19º
356	Marta Elena Bernaedy Apio	31/12/1998	4,50	0,56	0,40	1,00	6,46	20º
291	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	3,50	0,56	0,60	1,74	6,40	21º
221	Sabrina Bannhara	28/07/1982	4,00	0,28	0,40	1,68	6,36	22º
296	Auriane Dos Santos Rubin	01/07/1979	3,50	0,84	0,20	1,80	6,34	23º
144	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	5,00	0,84	0,40	0,00	6,24	24º
124	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,50	0,56	0,40	0,76	6,22	25º
363	Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	4,50	0,00	0,40	1,32	6,22	26º
138	Elisiane Alves	28/08/1987	4,00	0,28	0,40	1,50	6,18	27º
57	Angela Cristina Both	04/08/1977	3,50	0,56	0,60	1,50	6,16	28º
347	Julita Lucia Kieling Camini	13/03/1966	3,50	0,56	0,40	1,70	6,16	29º
24	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,00	0,56	0,00	1,50	6,06	30º
268	Geneci Klaus Justen	05/04/1975	3,50	0,56	0,40	1,50	5,96	31º
154	Daiane Mireli Gulate De Mattos Passarin	17/05/1987	3,50	0,56	0,40	1,50	5,96	32º
281	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	11/05/2001	3,50	0,56	0,40	1,50	5,96	33º
378	Rosicler Aparecida Lazzarotto	20/05/1984	3,00	0,56	0,60	1,56	5,72	34º
213	Deise Michele Tiecher	21/06/1991	3,00	0,56	0,60	1,50	5,66	35º
178	Ivonete Debortoli Caramori	28/08/1982	3,50	0,84	0,20	1,06	5,60	36º
107	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	4,00	0,28	0,00	1,18	5,46	37º
305	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	3,50	0,56	0,20	1,20	5,46	38º
299	Dilvane Gaspar Da Silva	05/10/1993	3,00	0,84	0,40	1,00	5,24	39º
51	Edilaine Girardi	02/06/1980	4,00	0,84	0,20	0,00	5,04	40º
94	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	41º
314	Helena Cristine Pacheco	16/12/1972	3,50	0,56	0,60	0,00	4,66	42º
62	Ana Paula Pecin	08/09/1993	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	43º
193	Cristiane Knob	10/10/1994	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	44º
164	Juliana Both	02/10/1986	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
49	Eliane Da Silva Sertório	01/11/1991	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
385	Greici Kely Muller	24/02/1993	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
328	Vera Lourdes Fernandes Ducatti	16/06/1977	3,50	0,00	0,40	-	3,90	Desc.
255	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
276	Betânia Luiza Poli	24/12/1984	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
306	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
239	Gisele Regina Orzechoski	31/10/1976	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
116	Ivanete Da Silva	26/10/1978	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
162	Claudiane Pauli	25/03/1990	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
169	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
128	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	2,50	0,84	0,20	-	3,54	Desc.
340	Vanessa Caroline Kuhn	14/08/1988	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
279	Marinez Salete Justen	12/04/1982	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
208	Regí Dal Alba	13/07/1982	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
300	Susana Camicia	12/08/1983	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
78	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	15/11/1984	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
106	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	1,50	0,56	0,60	-	2,66	Desc.



## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
180	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	3,50	0,56	0,40	0,76	5,22	1º
220	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	4,00	0,56	0,40	0,12	5,08	2º
396	Rosane Prestes	14/07/1987	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	3º
201	Jéssica Julia Meazza	22/06/1996	3,00	0,84	0,60	0,06	4,50	4º
98	Silvana Sewald	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
209	Graciela Neumann	21/01/1984	5,00	0,84	0,40	1,12	7,36	1º
355	Mariele Dreyer Schneider	25/02/1992	4,00	0,56	0,20	1,00	5,76	2º
289	Rosane Vichiatti Pinheiro	03/09/1987	4,50	0,84	0,40	0,00	5,74	3º
381	Raquelly Taube	23/06/1992	4,00	0,28	0,40	0,00	4,68	4º

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
293	Eduarda Nicola	18/04/1991	3,50	1,12	0,40	0,00	5,02	1º
243	Fabiola Rakel Marinho	25/10/1976	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	2º

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
380	Maiara Patricia Burtulli Rizzi	27/05/1990	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	1º
376	Gisele Cristina Gretzler Trevisol	16/10/1988	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	2º
335	Evandro Luis Krewer	30/11/1983	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
135	Caroline Mortari	24/09/1994	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
370	Liliane Meneghini	15/05/1997	2,00	0,56	0,60	-	3,16	Desc.
317	Tauã Medino Gomes Da Silva Esá	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
173	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	3,50	0,28	0,40	1,70	5,88	1º
365	Dinorá Merigo	17/04/1981	2,00	0,28	0,40	-	2,68	Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
155	Bruna Da Rocha Simch	25/06/1994	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
34	Leandro Vitor Colombo	03/09/1996	2,00	0,28	0,40	-	2,68	Desc.
290	Micheli Sartori Taube	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
195	Marina Ongaratto	24/07/1997	3,50	0,56	0,60	0,40	5,06	1º

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
175	Gelavir Picinin	05/06/1976	3,00	0,84	0,20	1,76	5,80	1º
141	Wellington Anarolino Da Silva	11/08/1984	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.

326	Bruna Laís Martins	25/06/1990	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
294	Adriano Jose Mulinari	13/10/1989	1,00	0,56	0,60	-	2,16	Desc.
338	Rosangela De Fatima Stalter	09/01/1983	1,00	0,56	0,40	-	1,96	Desc.
383	Laercio Rauber	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
38	Cleiton Leandro De Mattos	21/10/1996	4,00	1,12	0,40	0,00	5,52	1º
362	Kauanda Winter Rockenbach	10/12/1997	3,50	0,56	0,40	0,00	4,46	2º
311	Eliate Cristine Schneider Balen	27/12/1971	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
329	Luana Maciel Padichello	05/02/1998	2,00	0,84	0,40	-	3,24	Desc.
261	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	21/10/1998	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
330	Sheila Patricia Da Luz	01/12/1992	1,50	0,56	0,20	-	2,26	Desc.
104	Andréia Da Silva	17/07/1993	1,50	0,28	0,20	-	1,98	Desc.
388	Neuri Pereira Da Costa	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
167	Ari Hart	14/09/1978	3,00	0,56	0,60	0,00	4,16	1º

## PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
375	Isabel Cristina Signor	26/11/1994	4,00	0,84	0,40	0,06	5,30	1º
142	Elaine Rodrigues Moreti Vogt	25/06/1987	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	2º
81	Anaqueide Deliberal	04/10/1997	3,50	0,28	0,40	0,10	4,28	3º

## PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
284	Michele Grazielle Garcias	15/11/1996	4,50	0,56	0,40	0,00	5,46	1º
390	Lidiane Siqueira Weppo	22/07/1988	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	2º
309	Marilei Ruhoff Lunkes	02/05/1981	3,50	0,84	0,40	0,32	5,06	3º
103	Andréia Da Silva	17/07/1993	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	4º
203	Keli Cristina Muller Meazza	07/03/1976	2,50	0,84	0,20	-	3,54	Desc.
100	Nadir Salete Schultz	15/09/1965	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
353	Diana Marchese Cavalheiro	14/01/1992	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.

Art. 2º. São considerados classificados somente os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto no edital.

Art. 3º. A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas provas escritas, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**EDITAL Nº003/2017- EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1418206

EDITAL Nº 03/2017.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS RELATIVAS À MATRÍCULA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA MATRÍCULA**

O Prefeito Municipal de São José do cedro, Estado de Santa Catarina, ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições legais e em obediência ao que determinam os artigos 29, 30 e incisos I e II do Art. 31 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da educação Infantil e Artigos 32 a 34 e incisos, que estabelece as Diretrizes e bases da Educação do Ensino Fundamental e conforme a Lei nº 2.629/1998 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município de São José do Cedro, e com base nas Resoluções nº 01, 06 e 07/2010 do conselho Nacional de Educação, RESOLVE:

**CAPÍTULO I****DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Art. 1º Em conformidade com a Constituição federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Sistema Municipal de Ensino e demais legislações pertinentes, fica regulamentado no Município de São José do cedro, Estado de Santa Catarina para Escolas da Rede Municipal de Ensino, o Plano de Matrícula para o ano Letivo de 2018, através deste Edital.

**CAPÍTULO II****DA APRESENTAÇÃO**

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como executora das atividades programadas estabelece através do presente Edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano Letivo 2018.

I – Com o processo de matrícula para o ano de 2018, espera-se garantir a oferta do ensino fundamental, oportunizando o acesso à escola para as crianças do Município, a partir dos 06 (seis) anos completos até 31 de março de 2018, bem como, das crianças da Educação infantil dos 04 (quatro) meses aos 05 (cinco) anos ou a completar 06 anos após 31 de março de 2018.

**CAPÍTULO III****DOS OBJETIVOS**

Art. 3º O Plano de Regulamentação da Matrícula tem por objetivo assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 06 (seis) anos completos até o dia 31 de março de 2018, no Ensino fundamental, inclusive para as que não tiveram acesso na idade própria.

Art.4º O Plano de Matrículas para o ano Letivo de 2018 possui os seguintes objetivos específicos:

I – Efetuar a matrícula automática dos alunos que frequentam a escola da rede Municipal de Educação – com exceção das Creches Municipais.

II – Matricular todas as crianças, no Ensino fundamental, a partir dos 06 (seis) anos completos até o dia 31 de março de 2018, independente da:

- a) Condição física, mental e social;
- b) Série/ano;
- c) Localização geográfica.

III – Reconduzir à escola o aluno evadido;

IV – Garantir o direito à educação infantil para as crianças de 04 meses a 05 anos ou que completem 06 (seis) anos após 31 de março de 2018.

**CAPÍTULO IV****DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA**

Art. 5º A prioridade de matrícula será para os alunos do Ensino Fundamental, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

Art. 6º As classes de pré-escola serão constituídas de:

I – crianças com 05 (cinco) anos completos até 31 de março de 2018 ou a completar 06 (seis) anos após 31 de março de 2017 – Pré.

II – crianças com 04 (quatro) anos completos até 31 de março de 2018 ou a completar 05 (cinco) anos após 31 de março de 2017 – Jardim.

III – crianças com 03 (três) anos completos até 31 de março de 2018 ou a completar 04 (quatro) anos após 31 de março de 2017 – Maternal.

Art. 7º As turmas nas Creches serão formadas por faixa etária, considerando o espaço físico, conforme definido no Capítulo das Diretrizes Básicas deste Edital.

**CAPÍTULO V****DAS DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULA**

Art. 8º As Diretrizes Básicas para a execução da matrícula automática são as seguintes:

- I – O Sistema de Matrícula Automática destina-se a garantir a vaga ao aluno regularmente matriculado na educação Infantil e no Ensino Fundamental, da rede Municipal de Ensino, mediante a confirmação dos pais e/ou responsáveis pelo educando.
- II – A matrícula será efetuada na série indicada pelo resultado aferido no processo de avaliação em vigor.
- III – Cabe à escola da Rede Municipal de Ensino efetuar a matrícula automática de todos os seus alunos, complementando, se houver necessidade, os dados da ficha de matrícula já existente na Unidade Escolar, sem necessidade de preenchimento de nova ficha.
- IV – Será de compromisso da família comunicar à escola qualquer alteração dos dados existentes na matrícula.

Art. 9º Na efetivação da matrícula serão observados os seguintes critérios:

- I – A matrícula poderá ser realizada pelos pais ou responsáveis, através do preenchimento da ficha de inscrição nas novas matrículas;
- II – O aluno evadido que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, poderá ser submetido a teste de verificação de aprendizagem e ser matriculado na série ou etapa adequada do Ensino Fundamental (Lei nº 9.394, Art. 24, inciso II, alínea c);
- III – A Unidade escolar não pode negar matrícula no Ensino Fundamental, porque é direito de todos.

Art. 10º As turmas de Educação Infantil serão organizadas conforme o seguinte:

- Creches
  - a) Berçário I – de 04 meses a 10 meses – mínimo 06, máximo 18 crianças.
  - b) Berçário II – de 11 meses a 10 meses – mínimo 07, máximo 21 crianças.
  - c) Maternal I – de 18 meses a 24 meses – mínimo 08, máximo 24 crianças.
  - d) Maternal II – de 25 meses a 30 meses, mínimo 09, máximo 25 crianças.
  - e) Jardim I – de 31 meses a 36 meses, mínimo 10, máximo 25 crianças.
- Pré-Escola
  - a) Maternal – de 03 anos a 04 anos, mínimo 15, máximo 25 crianças.
  - b) Jardim – de 04 a 05 anos – mínimo 15, máximo 25 crianças.
  - c) Pré – de 05 a 06 anos incompletos (a completar a após o dia 31 de março de 2018) – mínimo 15, máximo 25 crianças.
- Ensino Fundamental
  - a) 1º ao 2º Ano – mínimo 12, máximo 25.
  - b) 3º ao 5º Ano – mínimo 14, máximo 26 alunos.
  - c) 6º ao 9º Ano – mínimo 16, máximo 30 alunos.

## CAPÍTULO VI

### DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 11 A documentação exigida para as novas matrículas será a seguinte:

- Ensino Fundamental
  - a) Fotocópia da Certidão de Nascimento para as novas matrículas;
  - b) Atestado de Frequência ou Histórico Escolar – (Aluno novo ou Transferido de outra Unidade Escolar).
  - c) Fotocópia da Carteira de Identidade.
- Pré-Escola
  - a) Fotocópia da Certidão de Nascimento;
  - b) Fotocópia da Carteira de Saúde.
- Creche
  - a) Fotocópia da Certidão de Nascimento;
  - b) Fotocópia da Carteira de Saúde;
  - c) Comprovante de trabalho da mãe ou responsável (para quem tiver), que deverá ser apresentado no ato da matrícula.

§ 1º As novas vagas de creches em tempo integral serão oferecidas, preferencialmente, para as crianças das mães que possuírem comprovante de trabalho em 40 horas semanais.

§ 2º Não serão aceitas matrículas em creches de crianças, dos pais que tiverem residência fixa em outro município.

Art. 12 A Unidade Escolar deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém se no ato da matrícula, não for apresentada a documentação exigida, dar-se-á o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação dos mesmos.

Parágrafo Único – A não apresentação dos documentos exigidos, tornará a matrícula nula e, portanto, não será homologada.

Art. 13 Se o aluno não possuir documentação, a Unidade escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar o aluno na regularização de sua documentação.

## CAPÍTULO VII

### DO DESDOBRAMENTO DE TURMAS

Art. 14 Para que ocorra o desdobramento de turmas serão observados os seguintes critérios:

- a) Para desdobramento de turmas, independente de turno, todas elas deverão ter no mínimo cinco alunos a mais, de acordo com estabelecido no presente Edital.
- b) Competirá a SME, respeitada a realidade escolar, autorizar o desdobramento de turmas com número de alunos diferente do fixado.
- c) Somente poderá ser criada nova turma da respectiva série/ano, independente de turno, quando o número de alunos em todas as turmas, exceder aos limites previstos no quadro acima, observando-se os critérios estabelecidos para composição de turmas, existência de espaço físico e avaliação da SME.
- d) O oferecimento de séries/anos iniciais ou séries finais em novo turno de funcionamento depende de autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação.
- e) A direção da Unidade Escolar deverá informar aos alunos/as, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que o/a aluno/a está sujeito/a à reenturmação (matutino/vespertino), no caso, se ocorrer redução do número alunos/as, por turma.

Parágrafo Único – A direção da Unidade Escolar deverá informar aos alunos/as, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que oferecerá aulas da disciplina de Língua Espanhola, no contra turno, para alunos do 6º, 7º, 8º e 9º Ano, sendo optativa a escolha.

## CAPÍTULO VIII

### DO CRONOGRAMA

- Renovação de Matrícula: 06/11/2017 a 14/11/2017.
- Matrículas novas e por transferência:  
1º período: 16/11/2017 a 24/11/2017.  
2º período: 01/02/2018 a 06/02/2018.

## CAPÍTULO IX

### DA DIVULGAÇÃO

Art. 15 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Unidades de Ensino são responsáveis pela divulgação da Campanha de matrícula e deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis no município.

## CAPÍTULO X

### DO RELATÓRIO

Art. 17 Após o prazo estipulado para a realização das matrículas (em cada etapa) serão elaborados relatórios pelas Unidades de Ensino e enviados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto, indicando o número de alunos por turma/ano, sexo e turno.

## CAPÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 A equipe gestora da Unidade Escolar deverá a partir do ato de matrícula assegurar aos pais, responsáveis e alunos, a orientação quanto às normas de convivência, uso do uniforme escolar, transporte escolar, frequência obrigatória, justificativa de importância do acompanhamento da família nos estudos e da integração escola-família e demais informações contidas no Plano Político Pedagógico.

Art. 19 Ficará o Conselho Municipal de Educação incumbido de sanar e esclarecer dúvidas eventuais, inerentes ao presente Edital.

Art. 20 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Cedro, 05 de outubro de 2017.

Antônio Plínio de Castro Silva  
Prefeito Municipal

Célia Osmani Toigo  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

**EXTRATO CONTRATOS PREF. OUTUBRO 2017**

Publicação Nº 1417037

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : 100.2017 - Contrato Nº: 16.2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA  
Valor ..... : 32.750,55 (trinta e dois mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, alterar o trajeto e o valor contratado por meio de aditivo de prestação de serviço, contratado conforme objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO (CONFORME LEI Nº2.821/2001) PARA O ANO DE 2017, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO".

-----  
Aditivo Nº ..... : 101.2017 - Contrato Nº: 128.2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA  
Valor ..... : 3.362,26 (três mil trezentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 111/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR o VALOR do contrato principal, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. COM SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, DRENAGEM PLUVIAL E PASSEIOS, em trechos da Rua Nereu Ramos, E PASSEIOS em trechos da Rua João Busatto, Cruz e Souza e Alcides Volkweis, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS

-----  
Contrato Nº...: 102.2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
Contratada...: URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME  
Valor ..... : 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2017 Término: 13/02/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 119/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE ELABORE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MÚLTIPLO USO EM LOTE INSTITUCIONAL, PARA SER UTILIZADO NO CADASTRAMENTO DE PROPOSTA FUTURA DO FUNDAM II OU EMENDAS PARLAMENTARES FUTURAS, TANTO DO ESTADO QUANTO DA UNIÃO.

-----  
Contrato Nº...: 103.2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION  
Valor ..... : 2.000,00 (dois mil reais)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contrato de Rateio N.103/2017, com o CONDER-Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, para fins de custear a manutenção da entidade, compreendendo despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição, despesas de execução do objeto e das



finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público, despesas de remuneração de empregados e obrigações trabalhistas previstas em lei, despesas relativas à prestação de  
Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION

Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos ..... : Dotação:

Contrato Nº.: 104.2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION

Valor ..... : 0,01 (um centavo)

Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contrato de Programa o município de São José do Cedro/SC outorga ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER a realização de serviços de perfuração de poços tubulares profundos, em observância ao Termo de Cooperação Técnica e Cessão de Uso formalizados entre a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca e Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC e Termo de Cessão de Uso formalizado entre a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION

Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2018

Recursos ..... : Dotação:

Contrato Nº.: 105.2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION

Valor ..... : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contrato de Rateio é o estruturar o Programa de Perfuração de Poços Artesianos do município de São José do Cedro, conforme Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC e entre a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.

Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION

Vigência ..... : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos ..... : Dotação:

## EXTRATO HOMOLOGADOS OUTUBRO 2017

Publicação Nº 1417039

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017

PROCESSO Nº 113/2017 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem o objetivo de AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS/MARMITAS PARA OS FUNCIONÁRIOS EM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CAFE COLONIAL AGUA NA BOCA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais)

CONTRATADO: NILSE MARIA PRIMAZ MUHL 03170881906

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.580,00 (doze mil quinhentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017

PROCESSO Nº 114/2017 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE TUBO DE PCV PARA A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, bem como, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS A SER UTILIZADO PELO SEMAE-SJC.

CONTRATADO: JUNGES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: BRAULIO C. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.360,00 (vinte e um mil trezentos e sessenta reais)

CONTRATADO: TREVISOL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.730,00 (três mil setecentos e trinta reais)

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 683,00 (seiscentos e oitenta e três reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017

PROCESSO Nº 116/2017 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STRADA PLACA QIE - 7057 E MOTO HONDA PLACA QIK - 9346, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

PROCESSO Nº 117/2017 HOMOLOGAÇÃO: 03/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE CONJUNTO MOTOR/BOMBEADOR EM POÇOS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, CONFORME A NECESSIDADE.

CONTRATADO: EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

PROCESSO Nº 118/2017 HOMOLOGAÇÃO: 03/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER REVISÃO E CONserto DO MOTOR, DA SUSPENSÃO, DOS FREIOS COM SERVIÇO DE BALANCEAMENTO E GEOMETRIA DO VEÍCULO CORSA PLACA MIU-3935 DE USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: MECANICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.515,00 (dois mil quinhentos e quinze reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017

PROCESSO Nº 110/2017 HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS DE SEGURANÇA (EPI) PARA USO DOS SERVIDORES NOS CARGOS DE MERENDEIRAS E AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: JAIME LUIZ FONTANA-ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.525,60 (dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: RAFAEL KUHN EIRELI - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.223,80 (seis mil duzentos e vinte e três reais e oitenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017  
PROCESSO Nº 121/2017 HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA CARROCERIA METALICA PARA INSTALAÇÃO NO VEÍCULO MODELO KIA BONGO, UTILIZADO NOS SERVIÇOS DO SEMAE.

CONTRATADO: ERICSON CASTOLDI COREZOLA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.499,00 (seis mil quatrocentos e noventa e nove reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017  
PROCESSO Nº 124/2017 HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TONER, CARTUCHOS DE TINTAS e TUBOS DE TINTA PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.319,00 (dezesesseis mil trezentos e dezenove reais)

CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919  
VALOR DA DESPESA: R\$ 300,00 (trezentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017  
PROCESSO Nº 125/2017 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS VEICULOS, CAMINHÕES, TRATORES E MAQUINAS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.079,90 (sete mil e setenta e nove reais e noventa centavos)

CONTRATADO: LOVANOR FIORESE 05227333955  
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.339,07 (vinte e nove mil trezentos e trinta e nove reais e sete centavos)

CONTRATADO: H C N COMERCIAL VAREJISTA LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.576,00 (dezessete mil quinhentos e setenta e seis reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017  
PROCESSO Nº 109/2017 HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA E GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA USO E MANUTENÇÃO DO 4º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO DE RÁDIO PATRULHA e CONVÊNIO DE TRÂNSITO.

CONTRATADO: MERCADO E CONFECÇÕES CRUZEIRO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.210,62 (um mil duzentos e dez reais e sessenta e dois centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.087,70 (um mil e oitenta e sete reais e setenta centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.479,29 (um mil quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2017  
PROCESSO Nº 119/2017 HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE ELABORE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MÚLTIPLO USO EM LOTE INSTITUCIONAL, PARA SER UTILIZADO NO CADASTRAMENTO DE PROPOSTA FUTURA DO FUNDAM II OU EMENDAS PARLAMENTARES FUTURAS, TANTO DO ESTADO QUANTO DA UNIÃO.

CONTRATADO: URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2017  
PROCESSO Nº 126/2017 HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOSSERAS E COMPUTADOR PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CADEIRA PARA USO NO CEMAS, bem como AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E RASTREADOR PARA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: TREVISOL LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.349,00 (quatro mil trezentos e quarenta e nove reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2017  
PROCESSO Nº 127/2017 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES DE VAZÃO ELÉTROMAGNÉTICOS E ULTRASSÔNICO DE ÁGUA PARA INSTALAÇÃO JUNTO AS INSTALAÇÕES DO SEMAE.

CONTRATADO: EVOLUTEC TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS DE AUTOMACAO L  
VALOR DA DESPESA: R\$ 72.700,00 (setenta e dois mil e setecentos reais)

CONTRATADO: TECHNEO EQUIPAMENTOS E SERVICOS

TECNICOS LTDA - EP

VALOR DA DESPESA: R\$ 476.710,00 (quatrocentos e setenta e seis mil setecentos e dez reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2017

PROCESSO Nº 128/2017 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO CAMINHÃO FORD CARGO 1119, ANO 2017/2018 CHASSI: 9BFWEA7B0JBS43473, DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

-----

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017

PROCESSO Nº 129/2017 HOMOLOGAÇÃO: 20/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS POR MEIO DE "ESCOLINHAS DE FUTEBOL", VISANDO ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS, PROPORCIONANDO O CRESCIMENTO PESSOAL, SOCIAL E AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADAS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

-----

CONTRATADO: MIGUEL ANGELO DE SOUZA 82906211915

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.200,00 (dezenove mil duzentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017

PROCESSO Nº 131/2017 HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER CONserto/REFORMA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, NO MOTOR DO ONIBUS PLACA MKJ-0467 UTILIZADO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

-----

CONTRATADO: MECANICA PHILIPSEN LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.499,57 (quatorze mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

PROCESSO Nº 108/2017 HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE ELÍPTICO NOVO EM AÇO CARBONO PARA INSTALAÇÃO EM CAMINHÃO MARCA FORD DO DMER e AQUISIÇÃO DE UM COMPUTADOR NOVO PARA USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO INTERIOR.

-----

CONTRATADO: RICOA MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA CONSTRUCAO EIREL

VALOR DA DESPESA: R\$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2017

PROCESSO Nº 130/2017 HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER CONserto/REFORMA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX PM13518.

CONTRATADO: MECANICA PHILIPSEN LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.599,98 (dois mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

=====

São José do Cedro, 01/11/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

PROCESSO Nº 28/2017 HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE  
DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO TIPO  
VAN, MARCA RENAULT, PLACA QIR - 3237, DO FUNDO MUNICIPAL  
DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS  
PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO,  
BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS  
ACIDENTES E OUTROS DANOS.

-----

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PROCESSO Nº 29/2017 HOMOLOGAÇÃO: 27/10/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE  
DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER  
CONCERTO/REFORMA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO  
DE OBRA, NO MOTOR DO VEÍCULO DUCATO PLACA MHP-2353,  
DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

-----

CONTRATADO: SERVICE CENTER GL COMÉRCIO DE PEÇAS

EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.999,61 (dezesesseis mil novecentos e  
noventa e nove reais e sessenta e um centavos)

=====

São José do Cedro, 01/11/2017

FERNANDO JULIO WILL - Gestor Do Fms

## **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.142/2017**

Publicação Nº 1418391

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº142/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº142/2017, Edital de Pregão Nº142/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS, LAVAÇÃO, LIXAÇÃO E PINTURA DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, CRECHE MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA, SALAS DA SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, QUADRA ESPORTIVA DO CEMEG PARA REALIZAÇÃO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SALAS DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ISIDORO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 17/11/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 615/2017**

Publicação Nº 1418199

PORTARIA Nº 615/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, conforme Lei Municipal nº 018/2007, de 16 de novembro de 2007 e, Lei Municipal nº 025/2010, de 06 de setembro de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 60 (sessenta) dias de Gozo de Licença Prêmio – Assiduidade, à servidora pública municipal Loiva Terezinha da Luz, ocupante do cargo efetivo de Auxiliares de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula nº 2685, no período de 01 de novembro a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 01 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 616/2017**

Publicação Nº 1418201

PORTARIA Nº 616/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Fabiane Schwab, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo do SEMAE, Grupo DAC, Nível 02, Matrícula 3001, referente ao período aquisitivo de 07/04/2014 a 06/04/2015, para serem gozadas no período de 06 de novembro a 05 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 01 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**RESOLUÇÃO Nº 002/2017/CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1418208

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 002/CME/2017**

“FIXA NORMAS QUANTO AO NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei 1.840 de 30 de dezembro de 1991, e atendendo a deliberação ordinária ocorrida em 30 de setembro de 2016, e

CONSIDERANDO, que o artigo 11 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incumbiu aos municípios o dever de exercer ação redistributiva em relação às suas escolas e o poder de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO, que o artigo 25 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, disciplina como objetivo permanente das autoridades responsáveis, alcançar a relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento, além de estabelecer o direito à cada sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetros para o seu atendimento;

CONSIDERANDO, que o disposto na LC Estadual nº 170 de 07 de agosto de 1998, estabelece em seu artigo 26, X, que a Educação Básica deve ser organizada, no que se refere ao número de educandos por sala de aula, de acordo com critérios técnicos e pedagógicos, de modo que possibilite a adequada comunicação do aluno com o professor e aproveitamento eficiente e suficiente;

CONSIDERANDO, que em nível estadual, de acordo com o artigo 67, VI, da LC 170/98, a oferta da educação básica se caracterize por salas de aula que comportem o número de alunos a elas destinado, correspondendo a cada aluno e ao professor, áreas não inferiores a 1,30 e 2,50 metros quadrados, respectivamente, excluídas as áreas de circulação interna e as ocupadas por equipamentos didáticos;

CONSIDERANDO, que em nível estadual, de acordo com o artigo 82, VII, da LC 170/98, o número de alunos por sala de aula deve possibilitar a adequada comunicação e aproveitamento, obedecendo a critérios pedagógicos e níveis de ensino, de forma que na educação infantil, até quatro anos, se tenha o máximo de 15 crianças, com atenção especial a menor número, nos dois primeiros anos de vida e, até os seis anos, máximo de 25 crianças; no ensino fundamental, máximo de 30 crianças até a quarta série ou ciclos iniciais e de 35 alunos nas demais séries ou ciclos; no ensino médio, 40 alunos.

CONSIDERANDO, que os municípios tem autonomia para definir, de acordo com os padrões dos seus estabelecimentos de ensino, o número de alunos por sala de aula de forma que atenda de maneira satisfatória, propicie o melhor entendimento, adequada comunicação do aluno com o professor e aproveitamento eficiente e suficiente,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fixar normas quanto ao número de alunos por turma na Rede Municipal de Ensino de São José do Cedro/SC.

Art. 2º A organização das turmas deve respeitar a idade das crianças de acordo com os níveis de ensino na Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) deve obedecer aos padrões estabelecidos a seguir:

Educação Infantil - Creche					
Nível	Faixa Etária	Quantidade de Crianças Mínimo/Máximo	Professor	Monitor	Estagiário
Berçário I	04 a 10 meses	Até 06 crianças	01	-	-
		De 07 a 12 crianças	01	01	-
		De 13 a 18 crianças	01	01	01
Berçário II	11 a 17 meses	Até 07 crianças	01	-	-
		De 08 a 14 crianças	01	01	-
		De 15 a 21 crianças	01	01	01
Maternal I	18 a 24 meses	Até 08 crianças	01	-	-
		De 09 a 16 crianças	01	01	-
		De 17 a 24 crianças	01	01	01
Maternal II	25 a 30 meses	Até 09 crianças	01	-	-
		De 10 a 18 crianças	01	01	-
		De 19 a 25 crianças	01	01	01
Jardim I	31 a 36 meses	Até 10 crianças	01	-	-
		De 11 a 20 crianças	01	01	-
		De 21 a 25 crianças	01	01	01
Pré - Escola					
Nível	Faixa Etária	Quantidade de Crianças Mínimo/Máximo	Professor	Monitor	Estagiário
Maternal III	03 a 04 anos	15 a 25 crianças	01	-	01

Jardim II	04 anos e 01 mês a 05 anos	Até 20 crianças	01	-	-
		De 21 a 25 crianças	01	-	01
Pré	05 anos e 01 mês a 05 anos e 11 meses	25 crianças por turma	01	-	-
Ensino Fundamental					
Nível	Faixa Etária	Quantidade de Alunos Mínimo/Máximo	Professor	Monitor	Estagiário
1º ao 2º Ano	-	12 a 25 alunos	-	-	-
3º ao 5º ano	-	14 a 26 alunos	-	-	-
6º ao 9º Ano	-	16 a 30 alunos	-	-	-

Parágrafo único. Fica admitida forma diversa de organização, desde que a estrutura física e humana, mantida pela instituição garanta o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social, respeitado o disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir da data de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de novembro de 2017.

Mauro Weber

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Ana Paula da Luz Bianchini

Secretária do Conselho Municipal de Educação

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2017 - SRP - PR Nº 130/2017

Publicação Nº 1416834

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/11/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETÁRIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 31 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017 - SRP - PR Nº 131/2017

Publicação Nº 1416836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/11/2017, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC PARA OS ANOS LETIVOS DE 2017 E 2018. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 31 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.773, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417447

DECRETO Nº 5.773, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município em adquirir bem imóvel para fins de extensão da Secretaria Municipal de Educação, localizada no Centro deste município de São Lourenço do Oeste, a fim de garantir a adequada prestação de serviços educacionais;

CONSIDERANDO que após análise realizada, constatou-se que o imóvel, objeto desta Declaração de Utilidade, mostra-se ideal para a ampliação da Secretaria Municipal de Educação, eis que atende as finalidades precípuas da Administração, cujas condições de instalação e localização condicionaram a sua escolha;

CONSIDERANDO que conforme avaliação prévia e devido às circunstâncias acima mencionadas, o preço do imóvel é compatível com o valor de mercado;

CONSIDERANDO, finalmente, que conforme previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 “mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados”, e que, conforme previsto no artigo 5º, alínea “h”, do mesmo Decreto-Lei, “consideram-se casos de utilidade pública a exploração ou a conservação dos serviços públicos”;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial, com a finalidade de extensão da Secretaria Municipal de Educação, neste município de São Lourenço do Oeste, o seguinte bem: lote urbano número 14, da quadra número 03, série "B", com área superficial de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) e benfeitoria em alvenaria com área construída de 119,02 m², situado na Travessa São Pedro, nº 695, no centro desta cidade de São Lourenço do Oeste/SC, com as confrontações descritas na matrícula de nº 1.832, do Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública, a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto serão custeadas com recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Decreto nº 5.773, de 1º de novembro de 2017)

**MATRÍCULA Nº 1.832, DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA**

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 1417221

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE ENFERMEIRO E FISIOTERAPEUTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 219, inciso V, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

CONSIDERANDO a iminência do afastamento para fruição de licença à gestante e férias concomitantes das servidoras públicas municipais: Sras. Tatiane Babinski, matrícula nº 3000/91; Michele Aparecida Lando Maria, matrícula nº 3363/01 e Andressa Peron, matrícula nº 3001/84, ocupantes do cargo de Enfermeiro, bem como da servidora Gesica Minozzo, matrícula nº 3239/01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, situações previstas nos arts. 110 e 96, respectivamente, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), acarretando em longo período distante de suas atividades laborais;

RESOLVE baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, para admissão de Enfermeiro e Fisioterapeuta, em caráter temporário e excepcional, regendo-se pelas seguintes regras:

**1. DAS INSCRIÇÕES**

1.1 - Ficam abertas as inscrições do Processo Seletivo para admissão de 03 (três) Enfermeiros e de 01 (um) Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais cada, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, as quais serão realizadas gratuitamente, pelo próprio candidato, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, no período de 09 a 14 de novembro de 2017, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

1.2 - A validação das inscrições será realizada pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, após analisados os documentos. A publicação de edital de deferimento de inscrições ocorrerá a partir do dia 17 de novembro de 2017.

1.3 - O candidato que teve sua inscrição indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação, cuja resposta será fornecida via comunicação pessoal.

1.4 - Após o decurso do prazo previsto no item anterior, será realizada a homologação das inscrições, a partir de 23 de novembro de 2017. Admitir-se-á que, caso não haja inscrições indeferidas, se proceda à homologação das inscrições a partir do dia 21 de novembro de 2017, ainda que importe em antecedência das demais fases, motivo pelo qual o candidato deverá estar atento às publicações realizadas.

**2. DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1 - Quanto à validação da inscrição, o candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Saúde cópias e originais dos seguintes

documentos, sob pena de indeferimento da inscrição:

2.1.1 - Obrigatoriamente:

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor e comprovante da última votação (cópia);
- d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso - cópia);
- e) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso - cópia);
- f) Diploma de conclusão de curso de graduação na área específica de atuação, ou seja, Enfermagem ou Fisioterapia (cópia);
- g) Comprovante de Registro no órgão fiscalizador da profissão da sede de residência do candidato (cópia);
- h) Carteira Nacional de Habilitação - categoria B.

### 3. DA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA CLASSIFICAÇÃO

3.1 - Com a finalidade de classificação no Processo Seletivo, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Certificado de conclusão de pós-graduação (em nível de Especialização), em área correlata à graduação (se houver);
- b) comprovantes de cursos, seminários, simpósios ou palestras realizadas na área de atuação (se houver).

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os critérios de pontuação, que levarão em consideração a seguinte documentação:

- a) Certificado de conclusão de pós-graduação (em nível de Especialização), em área correlata à graduação;
- b) Comprovantes de cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação.

4.2 - No cálculo de pontos será obedecido o seguinte critério:

- 4.2.1 - a cada certificado de conclusão de pós-graduação na área de atuação - 05 (cinco) pontos;
- 4.2.2 - a cada 10 horas de cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação: 01 ponto.

### 5. DO DESEMPATE

5.1 - Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4 deste Edital, o desempate será feito a partir do seguinte critério:

- a) candidato mais idoso;
- b) candidato com maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- c) sorteio público.

### 6. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1 - As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a rua Duque de Caxias, nº 789, a partir do dia 27 de novembro de 2017, no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)) e no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

### 7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1 - O candidato terá o dia útil imediatamente posterior à publicação da classificação, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, por meio de requerimento, cuja resposta será fornecida a partir do dia 28 de novembro de 2017, via comunicação pessoal.

7.2 - Após a análise de eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 29 de novembro de 2017, por meio de Decreto, a ser publicado no mural, no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), e no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)).

### 8. DAS VAGAS

8.1 - A presente seleção destina-se ao provimento temporário de: 03 (três) vagas para Enfermeiro e de 01 (uma) vaga para Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, bem como de eventuais vagas que surgirem durante a vigência do presente Processo Seletivo.

8.2 - O provimento das vagas será feito de acordo com a ordem de classificação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo.

### 9. DA ADMISSÃO

9.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2 - Para fins de admissão, o profissional quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 01 (um) dia, apresentar ao setor competente desta Municipalidade, os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.



## 9.2.1 - Cópias e originais:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- e) Certidão de filhos menores de 14 anos;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Carteira Nacional de Habilitação - categoria B;
- h) Comprovante de conclusão de curso de graduação na área de atuação;
- i) Comprovante de Registro no órgão fiscalizador da profissão da sede de residência do candidato;
- j) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- k) Número de Telefone para contato;
- l) Nº do PIS ou PASEP;
- m) Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal;
- n) Tipagem sanguínea.

## 9.2.2 - Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental;
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- f) 01 Foto 3 x 4 recente.

9.3 - Os profissionais (Enfermeiro e Fisioterapeuta) serão admitidos em caráter excepcional e temporário, para substituírem servidoras legalmente afastadas e suas contratações terão vigência enquanto perdurar o afastamento para fruição de licença à gestante e férias das servidoras que serão afastadas, com fundamento no art. 219, inciso V e § 1º, da Lei Complementar nº 118/2010.

## 10. DA REMUNERAÇÃO:

CARGO/CARGA HORÁRIO SEMANAL	ENFERMEIRO (40 HORAS)
REMUNERAÇÃO MENSAL	R\$ 3.164,94
INSALUBRIDADE	20% (vinte por cento)
BENEFÍCIO VALE - ALIMENTAÇÃO	R\$ 353,66
REMUNERAÇÃO TOTAL:	R\$ 3.518,60 + 20% de insalubridade

CARGO/CARGA HORÁRIO SEMANAL	FISIOTERAPEUTA (40 HORAS)
REMUNERAÇÃO MENSAL	R\$ 3.248,24
INSALUBRIDADE	20% (vinte por cento)
BENEFÍCIO VALE - ALIMENTAÇÃO	R\$ 353,66
REMUNERAÇÃO TOTAL:	R\$ 3.601,90 + 20% de insalubridade

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O servidor admitido mediante o presente processo seletivo será submetido ao regime especial e transitório definido no Título VII, artigo 218 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, com direito a férias e décimo-terceiro vencidos ou proporcionais, licença para tratamento de saúde e licença à gestante ou paternidade, sujeitando-se ao Regime Geral de Previdência Social, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social.

11.2 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

11.3 - Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste Edital.

11.4 - Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.5 - O presente Processo Seletivo possui vigência de 10 (dez) meses.

11.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal e

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO

(Edital de Processo Seletivo nº 004/2017)

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ENFERMEIRO E FISIOTERAPEUTA  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_ CARGO: ( ) Enfermeiro ( ) Fisioterapeuta

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade (RG) \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Telefone Residencial: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Formação: \_\_\_\_\_ Especialização: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

O candidato entregou a seguinte documentação:

- ( ) Carteira de Identidade (cópia);
- ( ) CPF (cópia);
- ( ) Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
- ( ) Carteira Nacional de Habilitação categoria B (cópia);
- ( ) Comprovante de quitação militar (quando for o caso) (cópia);
- ( ) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
- ( ) Comprovante de conclusão de curso de graduação na área de atuação (cópia);
- ( ) Comprovante de conclusão de pós-graduação (em nível de Especialização) na área de atuação (cópia);
- ( ) Comprovações de cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação; (cópias) ( \_\_\_\_\_ quantidade de certificados);
- ( ) Comprovante de Registro no órgão fiscalizador da profissão da sede de residência do candidato (cópia).

Declaro conhecer as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 004/2017.

Por ser verdade, o acima exposto confirmo minha inscrição:

São Lourenço do Oeste - SC, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

Comprovante de Inscrição Realizada sob nº \_\_\_\_\_

São Lourenço do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Responsável pelo recebimento dos documentos

**PORTARIA Nº 1.082, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417598

PORTARIA Nº 1.082, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DANIEL IORIS, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS matrícula nº 1916/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2017 a 12 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.083, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417601

PORTARIA Nº 1.083, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DIOGO SUTTILI, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE matrícula nº 3005/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 a 25 dezembro de 2017 referente ao período aquisitivo 2015/2016, e no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018 referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417604

PORTARIA Nº 1.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal KACIANE BACH, ocupante do cargo efetivo de Professor de Língua Estrangeira - Inglês, matrícula nº 1950/07, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 30 de outubro a 12 de novembro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.085, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417605

PORTARIA Nº 1.085, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 a 10 de novembro de 2017, a Senhora VANESSA TIZONI, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na disciplina Língua Estrangeira - Inglês, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, no EBM SÃO ROQUE e EBM SANTA MARIA GORETTI em substituição a professora titular KACIANE BACH, que encontra-se em licença

para tratamento de saúde.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA Nº 1.088, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418731

PORTARIA Nº 1.088, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004, de 06 de novembro de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora, que será responsável pelo acompanhamento e execução do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 004, de 06 de novembro de 2017, destinado à admissão, em caráter temporário e excepcional, de Enfermeiro e Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais cada, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde:

I - Caroline Geremia, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3284/01 - Presidente;

II - Sandra Maria Ferrari, ocupante do cargo de Gerente de Acolhimento ao Cidadão, matrícula nº 3000/04 - Membro;

III - Denise de Fátima Dambros, ocupante do cargo de Diretor de Relacionamento e Humanização da Saúde, matrícula nº 3429/01 - Membro;

IV - Janaina Alice Costa, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1794/01 - Membro.

Art. 2º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 004/2017 aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### MINUTA DE EDITAL N° 65/2017

Publicação N° 1417549

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 65/2017.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, relativo aquisição de serviço de publicação de matérias e entrega de exemplares para divulgação das festividades de 26 anos do Município, com o custo total de R\$ 6.286,60 (seis mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), sendo que a empresa fornecedora será EDITORA JORNALISTICA NOVOESTE EIRELI EPP, inscrita no CNPJ 01.114.830/0001-02. São Miguel da Boa Vista (SC), 01 de novembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 8.919 APROVA REMEMBRAMENTO MATRICULAS 38.381 E 38.382

Publicação Nº 1417951

DECRETO N. 8.919/2017

APROVA O REMEMBRAMENTO DOS LOTES URBANOS 34 E 34-A, DO LOTEAMENTO SÃO CAETANO, OBJETO DAS MATRÍCULAS DO CRISMO Ns. 38.381 E 38.382, RESPECTIVAMENTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, c/c com art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento dos lotes urbanos ns. 34 com área de 348,00m² e o lote urbano n. 34-A, com área de 372,00m², do Loteamento São Caetano, matriculados no CRISMO sob ns. 38.381 e 38.382, passando a ser um único imóvel, com as seguintes características e confrontações:

I – Lote Urbano n. 34, com área de 720,00m², confrontando: ao norte, com Rua Visconde de Mauá, medindo 20,00m; ao leste, com o lote urbano n. 33, por linha seca de 36,00m; ao sul, com parte do lote urbano n. 35, por linha seca de 20,00m; ao oeste, com a Rua Prudente de Moraes, medindo 36,00, de propriedade de MACODESC S.A. Incorporações Imobiliárias.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 31 de outubro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária de Desenvolvimento Urbano

Julio Antônio Bagetti

Advogado OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Camila Pires da Silva

Assessoria Especial

### DECRETO 8.920 DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO VIAS PUBLICAS MUNICIPAIS

Publicação Nº 1417959

DECRETO N. 8.920/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL VIAS PÚBLICAS URBANAS E ESTRADAS RURAIS MUNICIPAIS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO que Município de São Miguel do Oeste, aderiu ao Programa Estadual de pavimentação asfáltica de vias urbanas e estradas rurais.

CONSIDERANDO que as normas da FATMA dão conta da necessidade de declaração de utilidade pública para a obtenção do licenciamento ambiental em todas as suas etapas, para a pavimentação de estradas.

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental competente (FATMA), as seguintes áreas:

I – O trecho de 2.360,00m, da Estrada Municipal SMO - 66 (estrada para Linha Fátima), tendo seu início na Rua Darci Lolatto e término na entrada do Salão Comunitário da Linha Fátima;



II – O trecho de 2.720,00m, da Estrada Municipal SMO - 454 (estrada para Linha Caxias), tendo seu início no acesso a Rodovia SC-492 e término na entrada do Salão Comunitário da Linha Caxias;

III – O trecho de 2.270,00m, da Estrada Municipal SMO - 256 (estrada para Linha 07 de Setembro), tendo seu início na Rua João Simoni e término no limite na medida de 2.270,00m;

IV – Rua Florianópolis e via coletora F, numa extensão de 2.040,00m, entre a Rua Marcílio Dias e a Rodovia Leolino João Baldissera .

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 31 de outubro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária de Desenvolvimento Urbano

Nélio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Camila Pires da Silva

Assessoria Especial

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA 111/2017

Publicação Nº 1417585

PORTARIA 111/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DA COMPETÊNCIA QUE LHE CONFERE O INCISO XIX, DO ART. 46, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, DE 05 DE ABRIL DE 1990, INCISOS XIX E XXXV, DO ART. 24, DA RESOLUÇÃO Nº 004 (REGIMENTO INTERNO), DE 1º DE DEZEMBRO DE 1992 E LEI COMPLEMENTAR 019/2013 E ALTERAÇÕES:

RESOLVE:

Art. 1º Em decorrência de aprovação no Concurso Público nº 001/2017, conforme Edital Homologatório nº 010/2017 do referido certame, NOMEAR E DAR POSSE à Senhora ANGELA FAVERO, brasileira, união estável, residente e domiciliada no Município de São Miguel do Oeste/SC, portadora do CPF nº 069.821.099-92 e RG nº 4.144.819, para exercer o Cargo de Recepcionista, pertencente ao Quadro de Servidores Efetivos da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste – SC, nível A, Grupo I (GAL), Subgrupo I (Serviços Auxiliares), do anexo XXXI da LC nº 019/2013, alterado pela LC nº 054/2017, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As atribuições e competências da Titular ora nomeada e empossada, referida no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar nº 019/2013, alterada pela Lei Complementar nº 054/2017 e demais alterações.

Art. 3º A remuneração mensal será em conformidade com o estabelecido na legislação vigente pertinente ao cargo de Recepcionista.

Art. 4º Conceda-se ciência ao interessado, procedendo-se as devidas anotações na folha funcional.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal,

Em 01 de novembro de 2017.

Vereador Cláudio José Barp Vereador Gilberto Pedro Berté

Presidente da Câmara 1º Secretário da Mesa Diretora

Certifico que a presente Portaria,

foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo

Secretário Executivo

**BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO 2017**

Publicação Nº 1417435

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Setembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>361.064,61</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>361.064,61</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	258.889,89
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.296,68
		INVESTIMENTOS	56.878,04
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>389.333,33</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	389.333,33		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>879.153,29</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.035.785,98</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	54.264,14	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	37.710,70
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	361.064,61	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	463.824,54
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	463.824,54	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	534.024,74
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	226,00
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>604.127,53</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>475.763,56</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	604.127,53	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	475.758,96
		BANCO C/ MOVIMENTO	4,60
<b>TOTAL</b>	<b>1.872.614,15</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.872.614,15</b>

SAO MIGUEL DO OESTE, 16/10/2017

Claúdio José Barp  
Presidente da Câmara

Simoni Aparecida Antunes  
Contador CRC/SC-031339/O-4

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO 25.2017

Publicação Nº 1417085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro  
CEP: 88125-000  
Contato: (48) 32770122 – R. 203  
www.pmspa.sc.gov.br –

#### CONTRATO nº 25/2017

Contrato que entre si celebram de um lado O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS (COOEPE), com sede na Rua Álvaro de Medeiros Santiago, nº 116 - Bairro Areias, São José/SC CEP: 88.113-600, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.357.603/0001-94, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do trâmite de Pregão Presencial nº 51/2017, homologado em 24 de Outubro de 2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02 e as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

- 1.0 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SUPLETIVO, EM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PARA ESTA MUNICIPALIDADE.
- 1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste contrato dentre das normas técnicas com qualidade e segurança.
- 1.3- O objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, pelo regime de Menor Preço Global, conforme disposto no processo nº 51/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

- 2.1- São partes integrantes deste contrato o processo nº 51/2017, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO:

- 3.1- O preço é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no processo Pregão Presencial nº 51/2017, ou seja, R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) até o vencimento contratual, (cláusula quinta).
- 3.2- O pagamento da presente licitação será efetivado em até o 10º (decimo) dia do mês subsequente, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e o número do contrato.
- 3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

- 4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a CONTRATANTE, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

- 5.1- Os serviços ora licitados serão prestados até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado de acordo no contido no artigo 57, parágrafo II da Lei 8.666/93, respeitando a programação orçamentária de cada exercício financeiro, por acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

- 6.1- As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício vigente, 04.01.2.017.3.3.90.00.00.00.00.03.0000 (137), sendo que para nova contratação (aditivo), de acordo com a necessidade da Administração, será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.
- 7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas em conformidade com o processo de nº 51/2017.
- 7.3- Obriga-se também a CONTRATADA, quando do cumprimento do objeto deste contrato, de que é de sua obrigação a relação de trabalho havida com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, cível, administrativa, tributária e/ou penal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 30 (trinta) dias, de multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

11.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

11.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1 à 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpida no processo Pregão Presencial nº 51/2017.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 24 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS (COOEPE) CNPJ: 07.357.603/0001-94
--	--

Testemunhas:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro  
CEP: 88125-000  
Contato: (48) 32770122 – R. 203  
www.pmspa.sc.gov.br –

#### ANEXO DO CONTRATO nº 25/2017

##### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1- Contratação de empresa especializada para prestar serviços educacionais na modalidade educação de jovens e adultos, supletivo, em ensino fundamental e médio.

1.2. O valor deste contrato é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) até seu término (31/12/2017), conforme quadro a seguir:

Item	Descrição	Quantidade Prevista aluno	Unid.	Valor unitário Mensal R\$	Valor total Mensal R\$
1	Serviço Educacional de ensino supletivo para jovens e adultos, ensino fundamental. (bolsa integral)	10	Mensalidade	120,00	1.200,00



1.1	Serviço Educacional de ensino supletivo para jovens e adultos, ensino fundamental. (bolsa parcial)	10	Mensalidade	60,00	600,00
2	Serviço Educacional de ensino supletivo para jovens e adultos, ensino médio. (bolsa integral)	10	Mensalidade	120,00	1.200,00
2.1	Serviço Educacional de ensino supletivo para jovens e adultos, ensino médio. (bolsa parcial)	10	Mensalidade	60,00	600,00

## 2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

- A modalidade ofertada deverá ser através de educação a distancia, com realização de provas presenciais, no mínimo uma vez por semana;
- A conclusão do ensino fundamental deverá ser efetiva em até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser dividido em módulos;
- A conclusão do ensino médio deverá ser efetiva em até 18 (dezoito) meses, podendo ser dividido em módulos;
- Compete a contratada o fornecimento do material didático, bem como todo o suporte da plataforma virtual que hospedar suas aulas a distância;
- As provas presenciais serão oferecidas em local fornecido pela municipalidade, em período noturno;
- Caberá a Contratada averiguar, através de avaliação individual, o nível educacional do aluno, de modo a incluí-lo na fase/módulo adequado;
- Os professores utilizados deverão ser habilitados, de acordo com as normas educacionais do Ministério da Educação;
- O Aluno matriculado deverá obrigatoriamente residir no Município Contratante, sob pena de cancelamento da matrícula.
- Fica a Contratada, responsável pelo fornecimento do competente Certificado de conclusão fornecido pelo Conselho Estadual de Educação ou órgão superior;
- Os custos relativos as matrículas ficarão serão suportados pelos alunos, os quais deverão ser cobrados pela Contratada no valor máximo de R\$ 80,00 por aluno;
- A Contratada deverá apresentar mensalmente relatório e comprovante de frequência dos alunos matriculados, com a respectiva nota fiscal de realização dos serviços;
- O Município poderá substituir o aluno que faltar por duas avaliações seguidas, devendo constar do aluno declaração dessas condições assinada no ato da matrícula.
- É vedada a repetição do Aluno por 02 (dois) anos consecutivos em cada série/ano.

## 3 - OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 3.1. Comprovar a realização de exames clínicos, através de "laudo médico", para todos os empregados, quando do início dos serviços;
- 3.2. Fornecer uniforme ao pessoal que irá executar os serviços;
- 3.3. Responsabilizar-se, pela saúde dos funcionários, encargo trabalhista, previdenciários, comercial, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
- 3.4. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da Contratada intentar reclamações trabalhistas contra a Contratante;
- 3.5. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- 3.6. Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da Contratante, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente;
- 3.7. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;
- 3.8. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
- 3.9. Apresentar, no caso de pessoa jurídica, quando houver fornecimento de mão de obra, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS, quando solicitado pela contratante;
- 3.10. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;
- 3.11. Devolver ao término do contrato, todos os materiais e implementos fornecidos pela Contratante ou relatório de baixa dos mesmos se for o caso;
- 3.12. Responsabiliza-se pela locomoção e transporte de seus empregados até o local de execução dos serviços, objeto do presente contrato.
- 3.13. Permitir e facilitar à fiscalização, a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos do MUNICÍPIO;

## 3.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 3.2.1. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no Edital;
- 3.2.2. Fornecer os materiais e implementos necessários a realização dos serviços.

## 4. SANÇÕES / PENALIDADES

- 4.1. A empresa ficará passível das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e legislações correlatas, garantida a prévia defesa, caso se recuse a executar os serviços que lhe forem adjudicados, ou venha a fazê-lo fora das especificações e condições acordadas, impeça ou embarace, de alguma forma, a fiscalização que a Prefeitura Municipal se reserva ao direito de exercer.



São Pedro de Alcântara/SC, 24 de Outubro de 2017.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO  
DE ALCÂNTARA  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS  
(COOEPE)  
CNPJ: 07.357.603/0001-94

## CONTRATO 26.2017

Publicação Nº 1417087

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.203 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) –

### CONTRATO 26/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS PARA CONSULTAS E EXAMES PARA O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA - SC. Por este instrumento o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE e a empresa TL PORTO CENTRO MÉDICO LTDA- EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Vereador Walter Borges, nº 157, Bairro Campinas no Município de São José/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.393.262/0001-57, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no Edital nº 02/2014, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consulta, realização de exames em diversas especialidades, conforme especificações, quantidades, valores e obrigações constantes: Especialidades: Cardiologista, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Endocrinologia, Gastrologista, Neurologista, Nutrição, Psiquiatria, Reumatologista, Urologia, Exames: item 20- Ecocardiograma (ECO) Ecocardiografia de fluxo colorido e Ecodopplercardiograma, Item 22- Ultrassonografia adulto e infantil (todas), Item 23 - Ultrassonografia adulto e infantil (todas), Item 24 - Ultrassonografia com doppler venoso ou arterial unilateral, item 27 - Ultrassonografia Obstétrica com translucência nuchal, Item 47- Doppler colorido de aorta e artérias renais, item 48 - Doppler colorido de aorta e ilíacas; item 49 - Doppler colorido arterial de membro inferior – unilateral, item 50- Doppler colorido arterial de membro superior – unilateral, item 51 - Doppler colorido venoso de membro inferior – unilateral, item 52 - Doppler colorido de órgão e estrutura isolada, item 53 - Doppler aparelho urinário, item 54 - Doppler Transvaginal (obst+dopplerfluxometria), item 55 - Doppler colorido de vasos cervicais venoso bilateral (subclávias e jugulares), item 56 - Doppler carótidas e vertebrais, item 57 - Doppler colorido de veia cava superior ou inferior.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, sob a responsabilidade Técnica do Srº. Gilberto José Rodrigues, registrado no CRM sob o número 17371.

§ 1º – Eventual mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, de Técnico Responsável em sua empresa, deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA.

§ 1º – O Conselho Municipal de Saúde, no exercício do seu poder de controle e avaliação das ações, terá pleno acesso aos relatórios de serviços prestados.

§ 2º – É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal habilitado para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE.

§ 3º - A consulta prestada pela CONTRATADA, terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar, diretamente com o paciente a re-consulta, dentro deste período sem ônus ao CONTRATANTE.

§ 4º - A marcação de horário para o atendimento do paciente beneficiado será feito pelo setor de marcações da CONTRATANTE.

#### CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste contrato a CONTRATADA se obriga a:

- Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados com pessoal habilitado;
- Responsabilizar-se, pela saúde dos funcionários, seus salários, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como, pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamentos e quitação;
- Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do Art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;
- Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional do pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;
- A contratada não poderá ceder o presente contrato a terceiros, tampouco subcontratá-lo, no todo ou em parte;
- Informar à CONTRATANTE eventual alteração de sua razão social, de seu estatuto ou contrato social, enviando cópia xerox autenticada

da Certidão da Junta Comercial;

#### CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de danos causados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

§ 1º – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pela Secretaria da Saúde, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviço nos estritos termos do Art. 14 da Lei Federal nº. 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### CLAUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Para o cumprimento do objeto deste contrato a CONTRATANTE obriga-se a:

- I – Orientar e coordenar a CONTRATADA na execução dos serviços através da Secretaria da Saúde;
- II – Preparar os expedientes referentes ao pagamento das parcelas contratuais; e,
- III – Averiguar os procedimentos denunciados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, os valores por Consulta/exames/procedimento realizado e autorizado:

7.2. Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento dos serviços será efetuado em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal ou RPA (recibo de profissional autônomo), que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde, e ainda constar em local de fácil visualização, a indicação do nº. da autorização de fornecimento.

§ 1º - Na fatura/nota fiscal ou RPA deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS e ao ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º - Fica expressamente estabelecido que o preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

8.2 - Para efetivo pagamento, a contratada deverá apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, relatório listagem de prestação de contas, devidamente carimbada e assinada, contendo as seguintes informações:

- a) Nome completo paciente beneficiado ou na sua impossibilidade colocação da digital ou responsável;
- b) Idade;
- c) Assinatura do paciente beneficiado;
- d) Tipo de procedimento realizado (exame, consulta, etc);
- e) Requisição/solicitação/encaminhamento de paciente do exame autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde;

§ 3º - Deverá ser acrescentadas as informações relacionadas nas Especificações/Obrigações constantes na tabela da Clausula Primeira do presente Termo Contratual, mesmo que não relacionadas nesta Clausula;

§ 4º - Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A presente contratação terá vigência a partir de 27 de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, mediante concordância das partes e interesse público, até o limite máximo de 25/02/2019.

Parágrafo Único – A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita às sanções e multas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º – Caso a CONTRATADA venha a se conduzir culposamente no curso do contrato, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia as cláusulas do contrato, ser-lhe-á cominada uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.

§ 2º – Caso a CONTRATADA venha a se conduzir dolosamente durante a execução do fornecimento, a multa será de 3% (três por cento) sobre o valor da fatura total do mês de ocorrência do fato.

§ 3º – Caso a CONTRATADA abandone o fornecimento, além de outras cominações legais, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual projetado do contrato.

§ 4º – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

§ 5º – Serão consideradas de força maior para isenção da multa:

- a) greve generalizada dos empregados da empresa contratada;
- b) interrupção dos meios normais de transporte;
- c) acidente em que implique o retardamento da execução dos serviços sem culpa por parte da contratada.

§ 6º – A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 7º – Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA o direito a defesa e ao contraditório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Prefeito Municipal poderá declarar rescindido o contrato celebrado com a empresa credenciada, ou profissional autônomo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de a contratada infringir quaisquer das cláusulas contratuais, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;  
b) Se a empresa insistir em não cumprir quaisquer obrigações e, ou, responsabilidades a ela afeta, nos termos de que dispõe o presente Contrato;  
c) Se a instituição entrar em concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique o bom andamento do serviço;  
d) Quando, após reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na condução do serviço.
- § 1º – Na rescisão aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.  
§ 2º – Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo aos usuários beneficiados, será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a rescisão.  
§ 3º – Se no prazo, citado no item anterior, a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível será duplicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente da sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

A CONTRATADA sujeitar-se-á à fiscalização por parte do CONTRATANTE quanto a aferição da qualidade e eficiência dos serviços executados, devendo atender todos os pedidos de informação que se fizerem necessários.

§ 1º – A fiscalização de que trata a presente cláusula, será exercida pela Secretaria Municipal da Saúde, bem como, emanará da mesma, todas as instruções sobre procedimentos a serem adotados para cumprimento do serviço contratado.

§ 2º – A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE.

§ 3º – A existência de fiscalização não eximirá a empresa de nenhuma responsabilidade pela execução do serviço.

§ 4º – Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará Auto de Constatação de Irregularidade e notificará a CONTRATADA sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.

§ 5º – Em qualquer hipótese é assegurado ao contratado amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável à execução deste contrato é a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de São José/SC.

E por estarem justas e contratadas, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor, junto às testemunhas que também assinam, para que produza os devidos fins jurídicos.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN                      TL PORTO CENTRO  
PREFEITO MUNICIPAL                      MÉDICO LTDA- EPP

### CONTRATO N.º 076/2017

Publicação Nº 1418717

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 076/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita SUÉLY SERAFIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 054.159.599-71, residente a Rua Manoel Duarte, nº 138, São Sebastião – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/11/2017, findando no dia 08/12/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.
- 4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

- 9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte e quatro (24) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

- 10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

SUÉLY SERAFIM  
CONTRATADO  
Testemunhas:

## DECRETO Nº 125/2017

Publicação Nº 1418390

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

### DECRETO Nº 125/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1082/2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) por conta do Superávit Financeiro – recursos ordinários na dotação abaixo identificada:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.055 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 750,00  
3.1.90.00.00.00.00.03.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 750,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 01 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº124/2017

Publicação Nº 1418200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

### DECRETO Nº124/2017

FICA CANCELADO OS RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

#### DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.056 – FUNC. E MANUT. DA COORDENADORIA DE SAÚDE



Empenho nº23/2016 – PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA no valor de R\$295,42 (Duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Motivo: Empenho estimativo.

**2.059 – FUNC. E MANUT. DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

Empenho nº814/2016 – BRASIL TELECOM S.A OI no valor de R\$30,00 (Trinta reais).

Motivo: Empenho estimativo.

**2.061 – FUNC. E MANUT. DO CO-FINANCIAMENTO**

Empenho nº537/2016 – BRASIL TELECOM S.A OI no valor de R\$27,45 (Vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Motivo: Empenho estimativo.

Empenho nº1056/2016 – PROMED ITAJAI COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR no valor de R\$719,60 (Setecentos e dezenove reais e sessenta centavos).

Motivo: Conforme CI Nº75/2017.

Empenho nº1269/2016 – ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI – EPP no valor de R\$201,10 (Duzentos e um reais e dez centavos).

Motivo: Conforme CI Nº75/2017.

**2.094 – FUNC. E MANUT. DO SISTEMA PRISIONAL**

Empenho nº1269/16 – ODONTO VIDA COM. MAT. ODONT. E HOSPITALARES no valor de R\$701,40 (Setescentos e um reais e quarenta centavos ).

Motivo: Conforme CI Nº75/2017.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº126/2017**

Publicação Nº 1418392

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº126/2017**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.4-2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 3.600,00

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

**06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**

06.01.13.392.8-2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 1.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00



Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

## **PORTARIA N.º 383/2017**

Publicação Nº 1418711

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

PORTARIA n.º 383/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, ocupante do cargo de Professora II Horista, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 30/10/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/10/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 384/2017**

Publicação Nº 1418713

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

PORTARIA n.º 384/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, ocupante do cargo de Professora II Horista, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, pelo período de 36 (trinta e seis) dias, a contar da data de 03/11/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/11/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 385/2017**

Publicação Nº 1418715

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 385/2017

Admite em Caráter Temporário SUÉLY SERAFIM para o cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, SUÉLY SERAFIM para o cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 076/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 128/2017-PMS

Publicação Nº 1417643

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 128/2017-PMS

PROCESSO Nº. 237/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças decorativas para o Natal do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de novembro de 2017 às 10h15min.

Abertura do Processo: 20 de novembro de 2017 às 10h30min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 06 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.301/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1418730

DECRETO Nº. 4.301/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Cheila Adriane Klitzke 52 53

Cleiton de Moura 23 24

Paulo Henrique Gneipel 52 53

Tiago Rafael Muchalski Petry 23 24

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 01 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 4.302/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418732

DECRETO Nº 4.302/2017, de 1º de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício nº 05/2017 da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 20 de outubro de 2017;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Nível Anterior Nível Atual  
Claudia Thomazelli Dellagiustina Hang B-5-I B-5-II  
Sheila Cristina Toniotti Lemes de Souza C-5-II C-5-III

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 135/2017-PMS**

Publicação Nº 1417360

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 135/2017-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 81/2017-PMS - Processo nº. 238/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JANE SIMONE MORETTI DOS SANTOS ME, inscrita no CNPJ sob nº. 73.811.382/0001-07, estabelecida na A. Mal. Deodoro da Fonseca nº 429, sala 03, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-701

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa para fornecimento de pasta executiva na cor preta para os Bombeiros Militares do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pasta Executiva modelo referência 1173SO, cor preta.	08	Unidade	139,90	1.119,20
TOTAL R\$					1.119,20

Valor do contrato: R\$ 1.119,20 (um mil cento e dezenove reais e vinte centavos)

Data da Assinatura: 01/11/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 7.245/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417555

PORTARIA Nº 7.245/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Ivandra de Souza, do cargo comissionado de Diretora de Recursos Materiais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.246/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417560

PORTARIA Nº 7.246/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Ivandra de Souza, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

NELSON JOÃO ZOZ  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.247/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417561

PORTARIA Nº 7.247/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a servidora Sra. Daniela Samulescki, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças e NOMEÁ-LA, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Recursos Materiais, percebendo o nível salarial nº 002 – Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 7.248/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417562

PORTARIA Nº 7.248/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR, o servidor Sr. Valerio de Oliveira Onofre, do cargo comissionado de Assessora de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e NOMEÁ-LO, para exercer o Cargo Comissionado de Diretor de Agricultura, percebendo o nível salarial nº 002 – Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 106/2017-PMS

Publicação Nº 1417272

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 93/2017

Número do Registro de Preços: 93/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de hidrojetamento (limpeza de tubulação de esgoto em via pública) para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de Empresa especializada em serviços de limpeza com hidrojetamento ( limpeza de tubulação de esgoto e água) - caminhão com motorstajulante; tanque combinado com modelo de sistema de sucção/ 12 metros cubicos e de deslocamento de ar e capacidade minima do tanque de 15.000 Lt de resíduos, com mangueira de sucção com comprimento de mínimo 50 metros e diâmetro mínimo 3,5 polegadas. Sistema de hidrojetato com tanque com capacidade útil mínima de 5.000 Lt de água, com mangueira de no mínimo 120 metros com diâmetro mínimo de 2,5 polegadas, vazão mínima de 260 l/min e pressão máxima de 160 KGf/ centímetro cubico. Ano de fabricação do caminhão 2000 ou superior. A hora começará a ser contada, a partir da chegada do caminhão ao pátio ou local do serviço. Equipamentos de segurança pessoal e do equipamento e compromisso da contratada.	H	DCVILLE DESENTUPIDORA EIRELI - ME (13738)	DCVILLE	0	190,0000	1
IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA (10719)							2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 93/2017

Número do Registro de Preços: 93/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de hidrojateamento (limpeza de tubulação de esgoto em via pública) para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESGOCENTER LIMPEZA DE EFLUENTES LTDA - ME (13470)		0	249,0000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 93/2017

Número do Registro de Preços: 93/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de hidrojateamento (limpeza de tubulação de esgoto em via pública) para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2017  
PROCESSO Nº 211/2017  
(10719) - IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA  
(13470) - ESGOCENTER LIMPEZA DE EFLUENTES LTDA - ME  
(13738) - DCVILLE DESENTUPIDORA EIRELI - ME

Schroeder, 1 de Novembro de 2017.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 37/2017-FMS

Publicação Nº 1417609

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017**

**Número do Registro de Preços: 26/2017      Data do Registro: 01/11/2017      Válido até: 01/11/2018****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio medicinal para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste ins

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carga de 1 m³ de oxigênio medicinal para uso terapêutico (O2), armazenado em cilindro com capacidade de 1 m³ utilizado para inalação e nebulização. Propriedades físico-químicas: Estado físico: gasoso, inodoro e incolor.	UN	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (13205)		0	90,0000	1
2	Carga de 3 m³ ou 3,5 m³ de oxigênio medicinal para uso terapêutico (O2), armazenado em cilindro com capacidade de 3 m³ ou 3,5 m³ utilizado para inalação e nebulização. Propriedades físico-químicas: Estado físico: gasoso, inodoro e incolor.	UN	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (13205)		0	110,0000	1
3	Carga de 7 m³ de oxigênio medicinal para uso terapêutico (O2), armazenado em cilindro com capacidade de 7 m³ utilizado para inalação e nebulização. Propriedades físico-químicas: Estado físico: gasoso, inodoro e incolor.	UN	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (13205)		0	126,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio medicinal para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste ins							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Ar comprimido medicinal armazenado em cilindro com capacidade de 3 m³ ou 3,5 m³ utilizado para inalação e nebulização.	UN	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (13205)		0	118,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio medicinal para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, desta ins							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017  
PROCESSO Nº 58/2017  
(13205) - OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E

Schroeder, 1 de Novembro de 2017.



**DISPENSA 81/2017-PMS**

Publicação Nº 1417334

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 81/2017 - DL**

**Processo Nr.:** 238/2017  
**Data:** 01/11/2017

Folha: 1/2

**Fornecedor:** JANE SIMONE MORETTI DOS SANTOS - ME  
**Endereço:** AV. MAL, DEODORO DA FONSECA, 429, SALA 0  
**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC  
**CNPJ:** 73.811.382/0001-07

**Código:** 13739**Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa para fornecimento de pasta executiva na cor preta para os Bombeiros Militares do Município de Schroeder/SC

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	Pasta Executiva modelo referência 1173SO, cor preta.	UN	139,90	1.119,20

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A dispensa justifica-se considerando que o processo licitatório nº 61/2017 encontrou-se deserto.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 1 de Novembro de 2017

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 81/2017 - DL**Processo Nr.:** 238/2017  
**Data:** 01/11/2017

Folha: 2/2

31/10/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 31 de Outubro de 2017

**Valor da Despesa:**

1.119,20 (um mil cento e dezenove reais e vinte centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**PREFEITURA**

## Publicação Nº 1417785

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 25.000,00.

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

**DECRETO Nº 1333**

Publicação Nº 1417789

DECRETO Nº 1333, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 185.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos I e II do art. 31 da Lei Municipal nº 1903, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão:	4	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
Unidade:	1	Departamento da Fazenda Municipal		
Projeto Atividade:	2008	Gestão das Ações de Modernização e Otimização do Controle das Finanças, Contábil e Arrecadação		
Modalidade:	40	31900000000000 0.1.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
Órgão:	6	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO		
Unidade:	1	Departamento de Ensino		
Projeto Atividade:	2082	Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação Básica Municipal na Área Rural		
Modalidade:	72	31900000000000 0.1.0001	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão:	6	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO		
Unidade:	1	Departamento de Ensino		
Projeto Atividade:	2009	Gestão das Políticas e Ações Vinculadas ao Ensino Fundamental		
Modalidade:	50	31900000000000 0.1.0001	Aplicações Diretas	30.000,00
Órgão:	6	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO		
Unidade:	1	Departamento de Ensino		
Projeto Atividade:	2021	Gestão e Apoio das Ações e Parcerias do Ensino Médio		
Modalidade:	64	33900000000000 0.1.0000	Aplicações Diretas	70.000,00
Órgão:	10	SECRETARIA MUN.ASSISTÊNCIA SOCIAL DES.COMUNITARIO		
Unidade:	6	Fundo Municipal de Assistência Social		
Projeto Atividade:	2099	Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social - Órgão Gestor		
Modalidade:	169	31900000000000 0.1.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL .....				R\$ 185.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	4	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
Unidade:	1	Departamento da Fazenda Municipal		
Projeto Atividade:	2008	Gestão das Ações de Modernização e Otimização do Controle das Finanças, Contábil e Arrecadação		
Modalidade:	41	33900000000000 0.1.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
Órgão:	6	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO		
Unidade:	1	Departamento de Ensino		
Projeto Atividade:	2082	Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação Básica Municipal na Área Rural		
Modalidade:	74	33900000000000 0.1.0001	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão:	6	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO		
Unidade:	1	Departamento de Ensino		

Projeto Atividade:	2009	Gestão das Políticas e Ações Vinculadas ao Ensino Fundamental			
Modalidade:	52	33900000000000 0.1.0001	Aplicações Diretas	30.000,00	
Órgão:	6	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO			
Unidade:	1	Departamento de Ensino			
Projeto Atividade:	2014	Gestão das Políticas e Ações Vinculadas em Creche e Pré-Escola			
Modalidade:	56	33900000000000 0.1.0001	Aplicações Diretas	70.000,00	
Órgão:	10	SECRETARIA MUN.ASSISTÊNCIA SOCIAL DES.COMUNITARIO			
Unidade:	6	Fundo Municipal de Assistência Social			
Projeto Atividade:	2099	Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social - Órgão Gestor			
Modalidade:	170	33900000000000 0.1.0000	Aplicações Diretas	40.000,00	
TOTAL .....				R\$	185.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 01 de novembro de 2017  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 01 de novembro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 1334

Publicação Nº 1417793

DECRETO Nº DE 1334, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 9.800,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea "a", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	17	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO			
Unidade:	2	Departamento de Turismo e Eventos			
Projeto Atividade:	2085	Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Desenvolvimento do Turismo e Eventos			
Modalidade:	226	33900000000000 0.1.0829	Aplicacoes Diretas	9.800,00	
TOTAL .....				R\$	9.800,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Fonte 0.1.0829 – Contrato de Apoio Financeiro 2017TR1288, vinculado ao Projeto ADR32 1006/2017 do FEIC .....  
R\$ 9.800,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 01 de novembro de 2017  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 01 de novembro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 14/2017

Publicação Nº 1417490

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2017 ANEXO I DECRETO 39/2009

### NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009, que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA, pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que o Município de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período/Data da Liberação dos Recursos: 01 até 31 de outubro de 2017

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO
	TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	419.840,18
Programa	• Atenção Básica - PAB Fixo	34.010,00
Programa	• SUS - Estado	
Programa	• Saúde da Família - PSF	
Programa	• Saúde da Família - NASF	20.000,00
Programa	• Agentes Comunitários de Saúde - PACs	33.462,00
Programa	• Epidemiologia e Controle de Doenças	
Programa	• Farmácia Básica - União	8.129,60
Programa	• Farmácia Básica - Estado	6.685,13
Programa	• Saúde Bucal	11.150,00
Programa	• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. E Hosp	137.145,40
Programa	• Incentivo Hospitalar – SUS Estado	
Programa	• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ	45.900,00
Programa	• PMAQ – Atenção Básica	
Programa	• SAMU – União	21.919,00
Programa	• Média e Alta Complexidade - Mamografia	
Programa	• Piso Fixo – Promoção Saúde PFVPS	
Programa	Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente	
Programa	• MAC - AMB Hospitalar - FAEC	
Programa	• SUS - Estado Co - Financiamento	
Programa	• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)	7.500,00
Programa	• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)	
Programa	• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas	
Programa	• Transferencia SUS Estado – Prog. Nac. Imunização	
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária – Parte FNS	
Programa	• Transferencia SUS Estado – Incentivo Hospitalar	
Programa	• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento	17.025,00
Programa	• Atenção Básica – Saúde da Família	30.260,00
Programa	• CAPS – Centro de Atenção psicossocial	28.423,98
Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistência Financeira Complementar ACE - 95%	9.633,00
Programa	• Forta. Das Políticas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	507,00
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude	3.095,07
Programa	Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)	
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	4.995,00



	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	1.430,00
Programa	• Piso Básico Fixo FNAS- PBF	
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	
Programa	• FEAS - Invetimentos	
Programa	• FEAS - Custeio	
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	1.430,00
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	
Programa	• FNAS Piso Basico - SC FV	
Programa	• FNAS ACESSUAS	
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	167.431,84
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	17.289,20
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	7.210,55
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	58.090,89
Programa	• Alimentação Escolar Creche	
Programa	• Alimentação Escolar EJA	
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	84.841,20
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	17.777,22
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	Estruturação Rede Serv.Atenção Basica de Saúde	
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industrial (TR) 770	17.777,22
Convenio	ADR/Seara-Convenio (TR)001733	
	TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:	606.479,24

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC, em 01 de Novembro de 2017

Edemilson Canale Prefeito Municipal

Dirlei Giombelli Wildner Consultora de Controle Interno

Registra-se e Publica-se,  
Em 01 de Novembro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 434**

Publicação Nº 1417500

Portaria nº 434, de 31 de outubro de 2017.

Altera redação da Portaria nº 426/2017

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e arts. 187 e 191, da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar a redação do Art. 1º da Portaria nº 426, de 18 de outubro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a realização do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela portaria nº 359, de 18 de agosto de 2017.”

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 31 de outubro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de outubro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

**PORTARIAS 435/2017 E 436/2017**

Publicação Nº 1417651

Portaria nº. 435/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 40/2016, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2017, resolve,

Contratar, Eliz Regina Wollmann, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Pós Lato Sensu, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na educação infantil, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, para atender aluno com necessidades especiais, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Marlene Schein Becker, legalmente afastada, no período de 01 a 15 de novembro de 2017, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras Providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 01 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

Portaria nº. 436/2017. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,  
Exonerar a pedido, Rodrigo Diego Batisteli, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, Anexo I, Grupo C - Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 01 de novembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 01 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 143/2017**

Publicação N° 1417736

Processo Licitatório 143/2017 – Registro de Preço.  
Edital de Pregão Presencial nº. 076/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 20/11/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material gráfico destinado ao programa Bicho Amigo e ao uso da administração municipal, fundações e secretarias diversas. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 01 de novembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 144/2017**

Publicação N° 1418078

Processo Licitatório nº. 144/2017  
Edital de Pregão Presencial nº. 077/2017

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 17/11/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviço (mão de obra) para instalação de iluminação e ornamentação natalina em prédios públicos e praças do município de Seara, aquisição de material elétrico, material em geral para decoração natalina e fogos de artifício para realização de show pirotécnico em data a ser definida pela administração municipal. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 01 de novembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 184/2017

Publicação Nº 1417262

DECRETO Nº 184/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELA BIASI MORGENSTERN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido Licença Saúde, à Servidora Pública Municipal MARISTELA BIASI MORGENSTERN, conforme atestados médicos de 23 de outubro de 2017 e 01 de novembro de 2017, até a emissão do Laudo Pericial do INSS. A mesma é ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, Nível 11-A, do grupo 1-SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 185/2017

Publicação Nº 1418286

DECRETO Nº 185/2017, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA LIANE TERESINHA DE ALMEIDA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CEREZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 498/2001,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterado o período de férias da Servidora LIANE TERESINHA DE ALMEIDA, constante no Decreto nº 177/2017, de 16 de outubro de 2017, passando para:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
01/01/2017 A 31/12/2017	30/11/2017 A 29/12/2017	30 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**DECRETO 186/2017**

Publicação Nº 1418624

DECRETO Nº 186/2017, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA COMO CHEFE DE SETOR À SERVIDORA CLAIR FÁTIMA ANDREIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art.40 da Lei Orgânica e de acordo com a Lei Municipal 684/2005, anexo IV,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica atribuído a FC – Função de Confiança como Chefe de Setor, correspondendo ao percentual de 150%, à Servidora CLAIR FÁTIMA ANDREIS, ocupante do Cargo de Contadora, nível 53 do Grupo 5- TEC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Planejamento e Finanças, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando o Decreto nº 035/2017, de 23 de janeiro de 2017, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, de 03 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037-2017**

Publicação Nº 1415776

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SERRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2017 - PR</b>
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 37/2017 Processo de Licitação: 37/2017 Data do Processo: 29/09/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 37/2017  
b ) Licitação Nr.: 37/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 06/11/2017  
e ) Data da Adjudicação: 06/11/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para o fornecimento de licença e locação de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, conforme especificações técnicas, quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no Edital do presente certame.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 002732 - BETHA SISTEMAS LTDA	22 22	0,0000	391.842,00 391.842,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.300.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.400.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.121.3.3.90.00.00.00.00.00 (80)

Serra Alta, 6 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
CLAIR FÁTIMA ANDREIS  
Pregoeiro(a)

\_\_\_\_\_  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal



# Sombrio

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1417321

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção/instalação elétrica na rede elétrica interna dos prédios públicos, tais como: instalação de tomadas, lâmpadas, luminárias, substituição de fiação, circuitos, quadros de distribuição, entradas de energia, aterramento, dentre outros, conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até as 08h45min do dia 20 de novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 20 de outubro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 01 de novembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DO EDITAL 150/2017 CREDENCIAMENTO 001/2017

Publicação Nº 1417498

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DO EDITAL 150/2017 CREDENCIAMENTO 001/2017

Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Organizadora de Eventos Municipais, designada pela Portaria nº 510/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Credenciamento nº 001/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO DE EMPRESAS PÚBLICAS E/OU PRIVADAS PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA EM COMEMORAÇÃO AOS 70 ANOS DE TANGARÁ/SC "V FECAUVA - TANGARÁ 70 ANOS". Participam deste certame as seguintes empresas:

1. EMBATAL-EMBALAGENS TANGARÁ LTDA;
2. MERCADO DE TECIDOS LEÃO;
3. VALPASA INDÚSTRIA DE PAPEL LTDA;
4. COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA EPP;
5. SOPASTA S/A INDÚSTRIA E COMERCIO;
6. SUPERMERCADO MANICA LTDA;
7. MUNDIAL TÊXTIL LTDA;
8. RODAIR TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME;
9. POSTO VENETO LTDA;
10. VINICOLA PANCERI LTDA;
11. COOPERATIVA AGROPECUARIA PASSO DA FELICIDADE-COOPERPASSO;
12. TANPET EMBALAGENS EIRELI;
13. IRIS AUTOMOVEIS LTDA EPP;
14. POSTO BOTTEGA EIRELI EPP.

Iniciado a conferência, passou-se para a abertura dos envelopes das documentações de habilitação, constatou-se que as empresas participantes que estavam de acordo com as exigências do edital, onde todas as empresas participantes encontram-se credenciadas e aptas para patrocínio. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 01/11/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 01 de Novembro de 2017.

ALAN PAULO DOS SANTOS JURANDIR	PEDRO CHERUBINI
ROBERTO BOHNENBERGER	MARIANGELA CHIESA FONTANA
MARLENE VALESAN HELINTON	RODRIGO PAIVA DE SÁ
ANDRÉ LUIS SIMIONI	

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1417268

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2017 REGISTRO DE PREÇO

Ao primeiro dia do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 002/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto registro de preço a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O SETOR DE RADIOLOGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA EPP, representada neste ato por Jose de Oliveira Junior;
- 2) IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, não representada neste ato;
- 3) ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, representada neste ato por Renato Fronza.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA EPP com o valor total de R\$ 16.450,00 (dezesseis mil quatrocentos e cinquenta reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 01/11/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 01 de Novembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter  
Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen  
Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

\_\_\_\_\_ não presente \_\_\_\_\_  
IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA EPP

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

## **ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017**

Publicação Nº 1417670

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº023/2017

Ao primeiro dia do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 023/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PERSIANAS 25MM EM ALUMÍNIO HORIZONTAIS E INSTALADAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) FLACH AMBIENTES COMÉRCIO DE ACABAMENTOS E REVESTIMENTOS LTDA ME, não representada neste ato;
- 2) ALTAIR PERETI 72531010904, representada neste ato por Altair Peretti;
- 3) SARA COMÉRCIO EIRELI - ME, representada neste ato por Claudir Martello Junior;
- 4) WALDEMAR TONDELLO – ME, representada neste ato por Valdemar Tondello;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa SARA COMÉRCIO EIRELI - ME com o valor total de

R\$ 3.460,00 (três mil quatrocentos e sessenta reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 01/11/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 01 de Novembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter  
Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen  
Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

\_\_\_\_\_ não presente \_\_\_\_\_  
FLACH AMBIENTES COMÉRCIO DE ACABAMENTOS E REVESTIMENTOS LTDA ME

ALTAIR PERETI 72531010904 SARA COMÉRCIO EIRELI - ME

WALDEMAR TONDELLO – ME

## **DECRETO Nº 105, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1417802

DECRETO Nº 105, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 84.890,00 (Oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0219 Aplicações Diretas ..... R\$ 13.000,00

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

**07-SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO**

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Projeto 1019

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 1.890,00

**08-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO**

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 106, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1417804

DECRETO Nº 106, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Les nº 2.298/16 e 2.347/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

**08-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO**

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 24 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 107, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1417806

DECRETO Nº 107, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.298/16 e 2.349/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar especial na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

**07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO**

Projeto 1020

Modalidade de Aplicação 4.4.30.00.00.0149 Transferências a Estados  
E Distrito Federal ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 24 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 108, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1417807

DECRETO Nº 108, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3..3.50.00.00.0400 – Transf. à Instituições

Privadas sem Fins Lucrativos .....R\$ 10.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 109, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1417811

DECRETO Nº 109, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 27 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 550, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.017. CONCEDER PRÊMIO ASSIDUIDADE NOS TERMOS DO ART. 40 DA LEI COMPLEMENTAR N.O 060, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1417797

PORTARIA Nº. 550, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.017.

CONCEDER PRÊMIO ASSIDUIDADE NOS TERMOS DO ART. 40 DA LEI COMPLEMENTAR N.O 060, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 40 da Lei 060/2012;

**RESOLVE:**

Art.1º- Conceder prêmio assiduidade de que trata o art. 40 da Lei Complementar no. 060, de 02 de janeiro de 2012, aos seguintes servidores a partir de 01/11/2017;

**Nome Cargo**

Marili Aparecida do Prado Professor de Educação Básica I  
Enigir Ceron Professor de Educação Básica III  
Lurdes Aparecida Slongo Uberti Professor de Educação Básica II  
Adiles Salute Stirma Bevilaqua Professor de Educação Básica I

Art. 2º- O referido Prêmio Assiduidade trata – se da atuação do servidor no cargo de Professor no ano de 2016.

Art. 3- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 552, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.017. CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1417798

PORTARIA Nº. 552, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.017.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal, de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o servidor necessita de afastamento para tratamento de saúde através do Instituto da Previdência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder afastamento por auxilio doença a servidora MARILI APARECIDA DO PRADO, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, a partir de 14/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 14/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 023/2017**

Publicação Nº 1417614

PORTARIA Nº 023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017  
INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL  
NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO

NILVO ANTONIO DALLA COSTA, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 35, III, da Lei Orgânica do Município; art. 19, X e art. 21, III, "I", ambos do Regimento Interno; de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 057/2012 (Estatuto do Servidor Público do Município de Tangará), e art. 14, da Lei Complementar nº 080, de 25 de fevereiro de 2015:

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica instituída a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, no âmbito do Legislativo Municipal, para fins de avaliação dos Servidores da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2.º Ficam nomeados para integrarem a referida comissão, para o Exercício do ano de 2017, considerando o quadro funcional efetivo, os seguintes Vereadores:

- 1 – OSCAR ZIMMERMAN DOS SANTOS – Presidente;
- 2 – ZEILA TERESINHA DA SILVA ALBIERO – Membro;
- 3 – PEDRO ANDREA THOMÉ – Membro.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, SC, em 31 de outubro de 2017.  
NILVO ANTÔNIO DALLA COSTA  
PRESIDENTE

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 053-2017

Publicação Nº 1417038

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 053/2017.  
Tomada de Preços nº. 005/2017.  
Licitação Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, para Contratação de Empresa para Execução do Projeto de CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, conforme projeto anexo I do Edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 22/11/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital e Projeto poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49-36580064, ou pelo site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br)

Tigrinhos (SC), 01 de Novembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 038/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL 019/SAMAE/17**

Publicação Nº 1417222

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 038/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA USO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 415.440,00 (Quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta reais).  
Tijucas SC, 30 de outubro de 2017.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 039/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL 019/SAMAE/17**

Publicação Nº 1417224

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 039/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA USO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 2.938,00 (Dois mil, novecentos e trinta e oito reais).  
Tijucas SC, 30 de outubro de 2017.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 040/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL 019/SAMAE/17**

Publicação Nº 1417225

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 040/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA USO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 5.847,60 (Cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).  
Tijucas SC, 30 de outubro de 2017.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 041/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL 019/SAMAE/17**

Publicação Nº 1417227

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 041/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: LOT METAIS EIRELI - ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA USO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 9.249,00 (Nove mil, duzentos e quarenta e nove reais).  
Tijucas SC, 30 de outubro de 2017.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 042/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL 019/SAMAE/17**

Publicação Nº 1417230

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 042/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: MARGEM – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA USO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 4.387,70 (Quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta centavos).  
Tijucas SC, 30 de outubro de 2017.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 043/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL 019/SAMAE/17**

Publicação Nº 1417236

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 043/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 027/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA USO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 6.447,20 (Seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).  
Tijucas SC, 30 de outubro de 2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/FME/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/FME/2017**

Publicação Nº 1417079

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 020/FME/2017

Dispensa de Licitação nº 002/FME/17

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço em confecção de banners e placas para os eventos da Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Contratado: NUMERAL SETE SOLUÇÕES PUBLICITÁRIAS LTDA ME.

Valor: R\$. 3.450,00 (Três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e Art. 23, inciso I, "a", II "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 306/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/PMT/2017 PROCESSO DE DISPENSA Nº 033/PMT/2017**

Publicação Nº 1417250

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 150/PMT/2017

Processo de Dispensa nº 033/PMT/17

Objeto: Contratação de empresa especializada para monitoramento de prova de carga e laudo de avaliação estrutural de capacidade de carga da ponte sobre o rio Tijucas, na localidade de Itinga, e a realização de prova de carga para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Contratado: CONCIVIL – PROJETOS DE ENGENHARIA S/S - EPP

Valor: R\$. 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso I e art. 23, inciso I, "a", "b", "c" da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 307/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 250/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1417103

DECRETO Nº 250, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1872/2017;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

1.005 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais

19-4.4.90.00.00.00.00.00.0087 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.008 - Manutenção do Transporte Escolar

41-3.1.90.00.00.00.00.00.0087 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 251/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL

Publicação Nº 1417104

DECRETO Nº 251, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1873/2017;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

14.01 – Encargos Gerais do Município

0.004 – Encargos Gerais do Município

201-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.008 - Manutenção do Transporte Escolar

41-3.1.90.00.00.00.00.00.0087 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 252/2017; REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.869/2017 QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1417106

DECRETO Nº 252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.869/2017, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul, Roberto Biava, no uso das atribuições, de acordo com o inciso V, do art. 52 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.869 de 24/10/ 2017;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SEÇÃO I

DOS REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Art. 1º O pedido de qualificação como Organização Social será dirigido ao Prefeito Municipal, por meio de requerimento escrito, e encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - ato constitutivo da entidade devidamente registrado em cartório;

II - ata de eleição ou nomeação dos integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e,

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Parágrafo único. A autenticação dos documentos poderá ser realizada em cartório ou administrativa, por servidor municipal, desde que, apresentados os originais para conferência.

SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO

Art. 2º Protocolado o pedido pela entidade, este será encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração ao Secretário da pasta afeta à atividade fomentada da entidade interessada, para parecer prévio, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, justificando a conveniência e a oportunidade da qualificação ou opinando pelo indeferimento do requerimento.

Parágrafo único. Cumprido o procedimento do caput, o pedido deve ser devolvido ao Secretário Municipal de Administração para deliberação.

Art. 3º O Secretário Municipal de Administração analisará a documentação e a conformidade com o disposto nos Artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 1.869/2017 e emitirá parecer conclusivo, no prazo não superior a 05 (cinco) dias, pelo deferimento, ou não, do pedido.

§ 1º Para análise do pedido na conformidade com o disposto no caput deste artigo, poderá o Secretário de Administração, justificadamente, solicitar da entidade outros documentos que julgar necessária, além dos elencados no art. 1º deste Decreto.

§ 2º O Secretário de Administração poderá requisitar o auxílio do corpo jurídico e demais técnicos que julgar necessário, para auxiliar na análise do pedido.

§ 3º Deferido o pedido, o Prefeito Municipal, mediante Decreto, dará ciência da qualificação da entidade como Organização Social, nos termos do art. 1º, da Lei nº 1.869/2017.

§ 4º Indeferido o pedido pelo Secretário Municipal de Administração, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, dirigido ao Prefeito Municipal, a contar do dia seguinte ao da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

§ 5º Protocolado o recurso pela entidade, este será encaminhado ao Secretário de Administração para instruí-lo em 3 (três) dias úteis e remetê-lo ao Prefeito Municipal para decisão final.

Art. 4º Qualquer alteração da finalidade, ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificação, imediatamente, à Secretaria Municipal de Administração, sob pena de cancelamento da qualificação.

Art. 5º As entidades que forem qualificadas como Organizações Sociais serão consideradas aptas a assinar contrato de gestão com o Poder Público Municipal e a absorver a gestão e execução de atividades e serviços públicos, nos termos da Lei nº 1.869/2017.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE GESTÃO

SEÇÃO I

DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 6º O Contrato de Gestão celebrado pelo Município, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada, cuja súmula será publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Art. 7º Na elaboração do Contrato de Gestão deve ser observado o disposto no art. 7º da Lei nº 1.869/2017, e os seguintes preceitos:

I - disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;

II - atendimento à disposição do art. 3º da Lei nº 1.869/2017;

III - vedação à cessão total ou parcial do Contrato de Gestão pela Organização Social;

IV - atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde;

V - o prazo de vigência do Contrato de Gestão, que não poderá ultrapassar o período de 05 (cinco) anos, renovável uma vez por igual período, em caso de comprovado interesse público;

VI - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receita para a sua execução;



VII - estipulação da política de preços a ser praticada para execução das atividades objeto do Contrato de Gestão;  
VIII - discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver;  
IX - hipótese de rescisão do Contrato de Gestão ou de desqualificação que importará em reversão dos bens cujo uso lhes tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues para utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.  
Parágrafo único. O Secretário Municipal da Administração deverá definir as demais cláusulas necessárias dos Contratos de Gestão de que for signatário, atendidas as especificações da área de atuação objeto de fomento, podendo atingir, inclusive, a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras auditadas por auditores independentes.

## SEÇÃO II

### DO CONCURSO DE PROJETOS

Art. 8º. A formalização do Contrato de Gestão será precedida necessariamente da publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, de Edital de Concurso de Projetos para Parcerias com Organizações Sociais, da qual constarão, os seguintes requisitos:

- I - objeto da(s) parceria(s) que o Município pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser executadas;
- II - indicação da data-limite para que as Organizações Sociais qualificadas manifestem expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão;
- III - metas e indicadores de gestão;
- IV - limite máximo de orçamento previsto para realização das atividades e serviços;
- V - critérios técnicos de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- VI - prazo, local e forma para apresentação da Proposta de Trabalho;
- VII - designação da comissão julgadora;
- VIII - minuta do Contrato de Gestão.

§ 1º As minutas do Edital de Concurso de Projetos e do Contrato de Gestão deverão ser previamente examinadas pelo corpo jurídico do Município, que emitirá parecer.

§ 2º Fica dispensada a realização de novo Concurso de Projetos na hipótese de renovação do Contrato de Gestão em vigor, desde que haja manifesto interesse público na medida e a Entidade Executora venha cumprindo regularmente as metas pactuadas.

§ 3º A Administração encaminhará notificação manifestando o interesse na renovação, acompanhada da minuta do novo Contrato de Gestão, à Entidade Executora no prazo de até 30 dias do término do contrato em vigor.

§ 4º A Entidade Executora deverá manifestar seu interesse na renovação no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias do recebimento da notificação sobre o pedido de renovação contratual de que trata o § 3º do caput deste artigo.

Art. 9º A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos necessários à prestação dos serviços a serem executados e ainda as demais especificações necessárias e previstas no Edital.

Art. 10. A data-limite referida no inciso II, do art. 8º deste Decreto não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação do extrato do Edital de Concursos de Projetos no Diário Oficial do Município – DOM.

Art. 11. Caso não haja manifestação de interesse por parte das Organizações Sociais regularmente qualificadas, a Secretaria Municipal da Administração poderá repetir o procedimento de convocação quantas vezes forem necessárias.

Art. 12. Na hipótese de uma única Organização Social manifestar interesse na formalização do Contrato de Gestão objeto da convocação, e desde que atendidas as exigências relativas à Proposta de Trabalho, o Poder Público poderá celebrar com essa entidade o Contrato de Gestão.

Art. 13. O Edital de Concurso de Projetos definirá a forma e a documentação de habilitação e da Proposta de Trabalho a ser apresentada.

### SUBSEÇÃO I

#### COMISSÃO JULGADORA

Art. 14. Para cada Concurso de Projetos será constituído uma Comissão Julgadora, mediante ato do Prefeito, composta por, no mínimo, 03 (três) membros, contendo, no mínimo:

- I - dois representantes da Secretaria de Administração, sendo um deles o Presidente; e,
- II - um representante da Secretaria da área correspondente à atividade fomentada.

Art. 15. Compete à Comissão Julgadora:

- I - receber os documentos e Programas de Trabalho propostos no processo de seleção;
- II - analisar, julgar e classificar os Programas de Trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do concurso;
- III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;
- IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

Art. 16. Da sessão de abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada, rubricada e assinada pelos membros da Comissão Julgadora e pelos representantes das Organizações Sociais participantes do processo de Concurso de Projetos que estiverem presentes ao ato.

### SUBSEÇÃO II

#### JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

Art. 17. No julgamento dos Programas de Trabalho propostos, serão observados os critérios definidos no edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados.

Parágrafo único. Será considerado vencedor do processo de seleção o Programa de Trabalho proposto que obtiver a maior pontuação na avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Julgamento em relação a cada um dos critérios definidos no edital, ao qual deverá ficar objetivamente vinculada.

Art. 18. Após classificados os Programas de Trabalho propostos, serão abertos os envelopes contendo os documentos de que trata o art. 13 deste Decreto.

§ 1º A habilitação far-se-á com a verificação sucessiva, partindo daquele que obtiver a maior nota e de que o participante comprova os requisitos do art. 13.

§ 2º Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o melhor classificado na fase de julgamento será declarado vencedor.

§ 3º Caso restem desatendidas as exigências de qualificação e habilitatórias à seleção, a comissão examinará os documentos dos candidatos subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo declarado vencedor.

Art. 19. O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido dentro do prazo estabelecido no edital e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Art. 20. Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

### SUBSEÇÃO III

#### FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 21. Havendo ou não prévio processo de concurso de projetos, antes da assinatura do respectivo instrumento, o Contrato de Gestão deverá ser aprovado, em sua redação final pelo titular da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria da respectiva área de atuação.

Art. 22. A Secretaria competente providenciará a publicação do extrato do Contrato de Gestão, após sua assinatura, no Diário Oficial dos Municípios - DOM e disponibilizará seu inteiro teor no site do Município de Timbó do Sul.

### CAPÍTULO III

#### DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 23. A execução do Contrato de Gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas fomentadas correspondentes, com o auxílio de Comissão de Avaliação especialmente designada para este fim.

§ 1º O Contrato de Gestão deve prever a possibilidade do Poder Público requerer a apresentação, pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município - DOM.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão serão analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação indicada pelo Secretário Municipal, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo.

Art. 24. Os responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência ao órgão de Controle Interno do Município, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 25. Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 26. O balanço e demais prestações de contas devem ser publicadas em jornal local pela Organização Social, às suas custas, e analisados pelo Tribunal de Contas.

### CAPÍTULO IV

#### DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

##### SEÇÃO I

##### REPASSE DE RECURSOS

Art. 27. As Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto neste Decreto, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social, mediante termo aditivo ao contrato que contemple o aumento proporcional da atividade fomentada.

Art. 28. As Organizações Sociais poderão captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução dos Contratos de Gestão.

##### SEÇÃO II

##### PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS

Art. 29. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único. A permuta de que trata o caput deste artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público na forma da Lei.

Art. 30. Os bens objeto da permissão de uso deverão ser previamente inventariados e relacionados circunstanciadamente em anexo integrante do Contrato de Gestão.

Parágrafo único. As condições para permissão de uso serão aquelas especificadas no Contrato de Gestão.

### CAPÍTULO V

#### DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 31. O Poder Executivo, por ato do Prefeito Municipal, poderá proceder a desqualificação de Organização Social, nas hipóteses elencadas a seguir:

I - deixar de preencher os requisitos que originariamente deram ensejo à sua qualificação;

II - causar rescisão do Contrato de Gestão firmado com o Poder Público Municipal;

III - dispuser de forma irregular dos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;

IV - descumprir as normas estabelecidas na Lei no 1.869/2017, neste Decreto, no contrato de gestão ou na legislação municipal a qual deva ficar adstrita.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo conduzido pelo Secretário de Administração, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A perda da qualificação como Organização Social acarretará a imediata rescisão do Contrato de Gestão firmado com o Poder Público Municipal.

§ 3º A desqualificação importará a reversão dos bens cujo uso tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues à utilização da

Organização Social, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. A Organização Social fará publicar na imprensa local, às suas custas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Parágrafo único. Na elaboração dos regulamentos referidos no artigo anterior deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, devendo ser disponibilizados nos sites do Município e da Organização Social.

Art. 33. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do Contrato de Gestão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contrato de Gestão pelo órgão interessado.

Art. 34. Fica o Secretário de Administração autorizado a emitir as Instruções Normativas e Portarias complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto, exercendo a orientação, acompanhamento, controle e avaliação dos procedimentos e atos decorrentes de sua aplicação.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.871/2017 AUTORIZA ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL**

Publicação Nº 1417096

LEI Nº 1.871, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação de bem imóvel do Município de Timbé do Sul, a seguir especificado, imóvel em desuso onde funcionava a Escola Municipal de Ensino Fundamental Major Alcebíades Seara:

- Imóvel: Terreno Rural localizado em Amola Faca, Timbé do Sul – SC, medindo 10.000 m2, Matricula no Registro de Imóveis sob nº 14.396, e, prédio em alvenaria sob o imóvel edificado, medindo 416 m2.

Art. 2º. Fica autorizado o setor contábil do Município proceder o lançamento de baixa do valor correspondente a alienação dos bens do Patrimônio Público Municipal.

Art. 3º. O procedimento para realização da presente Lei obedecerá ao que preceitua a legislação em vigor, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.872/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1417099

LEI Nº 1.872, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado à abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

1.005 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais

19-4.4.90.00.00.00.00.00.0087 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.008 - Manutenção do Transporte Escolar

41-3.1.90.00.00.00.00.00.0087 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.873/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1417102

LEI Nº 1.873, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado à abrir crédito adicional especial ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

14.01 – Encargos Gerais do Município

0.004 – Encargos Gerais do Município

201-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.008 - Manutenção do Transporte Escolar

41-3.1.90.00.00.00.00.00.0087 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO N.º 15 2015 FMS - OASE

Publicação Nº 1417375

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2015 - FMS

Às nove horas do primeiro dia, do mês de Novembro de dois mil e dezessete (01/11/2017), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº 15/2015 – FMS.

Entregou tempestivamente, os documentos de habilitação a empresa ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGELICAS DE TIMBÓ – HOSPITAL E MATERNIDADE OASE – CNPJ nº. 86.377.553/0002-64.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos de habilitação à Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de análise e parecer técnico, em especial do item 5.3.5 - Qualificação Técnica, do edital.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO N.º 16 2017 FMS - DILONY

Publicação Nº 1417378

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 016/2017 - FMS

Às oito horas, do primeiro dia, do mês de novembro de dois mil e dezessete (01/11/2017), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº 016/2017 – FMS.

Protocolou tempestivamente o envelope a Empresa: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. - EPP – CNPJ nº. 95.766.598/0001-30.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e, na sequência, iniciou-se a abertura, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela inabilitação da Empresa CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. – EPP por apresentar valores divergentes aos do Edital.

No entanto, nos termos do item 6.1.2.1 do Edital, poderão os proponentes inabilitados, notificados que, querendo, no prazo de 08 (oito) dias úteis, contados da publicação desta ata em órgão oficial, providenciarem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA N.º 05 2017 FUMTRAN**

Publicação Nº 1417380

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 – FUMTRAN

Às nove horas, do primeiro dia do mês de Novembro de dois mil e dezessete (01/11/2017), na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº. 05/2017 FUMTRAN.

Aberta a sessão foram analisados os documentos (abaixo relacionados) integrantes deste processo de Dispensa de Licitação apresentados pela Empresa: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC – CNPJ Nº. 83.043.745/0001-65:

Estatuto Social e Ata da Reunião da Eleição do Presidente e do Vice Presidente	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Termos de Posse: Presidente e Vice Presidente	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC e do Município Sede da Empresa Proponente (Florianópolis/SC)	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais (SC)	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	
Declaração Lei 10.732/98	
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função.	Lei 8.666/93, art. 27, V

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA N.º 68 2017 PMT**

Publicação Nº 1417381

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2017 - PMT

Às oito horas e trinta minutos, do primeiro do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (01/11/2017), na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 68/2017.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes do respectivo processo de dispensa apresentados por ALINOR KRIESER (CPF 665.555.159-53) e observa-se que o fornecedor está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro



**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA Nº 67 2017 PMT**

Publicação Nº 1417383

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2017 - PMT

Às oito horas e quarenta minutos, do primeiro do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (01/11/2017), na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 67/2017.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes do respectivo processo de dispensa apresentados por ALINOR KRIESER (CPF 665.555.159-53) e observa-se que o fornecedor está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 20 2017 SAMAE - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA**

Publicação Nº 1417385

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017 SAMAE

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, instalação e configuração de computadores, roteadores, periféricos e rede de internet, incluindo revisão geral, limpeza e substituição de componentes, quando necessário, sem fornecimento de peças. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h10min do dia 17 de novembro de 2017. ABERTURA: dia 17 de novembro de 2017 às 08h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 01 de novembro de 2017

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

**CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO Nº 134 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1418202

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO  
Nº 134 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pela Certidão nº 94/2016 de 18/07/2016.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "IRMA SCHMIDT", situado no lado ímpar da Rua Fritz Lorenz, esquina formada com o lado par da Rua Camboriú, com a área de 2.333,94m<sup>2</sup> (Dois mil, trezentos e trinta e três metros e noventa e quatro décimos quadrados) constituído de 02 (duas) áreas a desmembrar, sendo a área 01 edificada com um casa residencial em alvenaria, um pavimento, contendo 135,43m<sup>2</sup> de área construída, Alvará de Habite-se nº 195/2016 de 09/11/2016 que recebeu o nº 355 da Rua Fritz Lorenz e mais uma área remanescente, cuja aprovação primeira se deu por força da Certidão nº 94/2016 de 18/07/2016, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de IRMA SCHMIDT, conforme matrícula nº 21.964, livro 2.

Esta certidão revalida a Certidão n.º 94/2016 de 18 de julho de 2016, e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS.

Fica revogada a certidão de aprovação nº131 de 26 de setembro de 2017.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 01 de novembro de 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Ind.,  
Com. e Serviços. Município de Timbó

LUANA PAULA FURTADO

Arquiteta e Urbanista

CAU A94462-9

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 137.2017 SAMAE**

Publicação Nº 1417387

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2017 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, ABC & MAO DE OBRA E COMÉRCIO DE VIDROS EIRELI ME, CNPJ nº. 21.180.466/0001-96, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 13/11/2017.

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 01 de novembro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

**DECRETO NO 4618, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417418

DECRETO No 4618, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-465,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – E.M.SÃO ROQUE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil(R\$)
343,13809,15183	Cadeira estofada	36,90
2659,2647	Cadeira de madeira	6,00
4146	Arquivo de aço	80,00
19082	Estante	84,50
19182	Computador	1.190,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI MUNDO MÁGICO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil(R\$)
2065 a 2070	Cadeira	6,00
2108 a 2110	Carteira	6,00
12158	Conjunto pré escolar	416,00
15907,15908	Aparelho de som	157,00
15911	Televisor	490,00
15921	Ferro a vapor	40,00
15923	Cadeira estofada	49,00
16006	Forno elétrico	200,00
16218,16219	Banco para refeitório	100,00
19074	DVD	128,70
19147	Televisor	465,00
19236 a 19239,26483	Carrinho de bebe	155,00
19733,19739	Liquidificador	55,00
21080	Impressora	1.100,00
21581	Batedeira	119,50
23281	Quadro branco	148,75
24217	Televisor LCD	1.320,00
24219	Liquidificador	146,00
24221	Extrator de suco	162,00
24233	Balança Doméstica	118,00

25888	Forno industrial	845,00
26003	Cadeira para criança	104,90
26607	Cadeira	84,00
27928,27929	Aparelho de som	243,00
<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – JUNTA MILITAR</b>		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
942	Impressora olivetti	200,00
28611	Impressora Epson	900,00
9447	Impressora HP	380,00
17990	Mesa	86,00
15367	Cadeira	55,00
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI LAR DA CRIANÇA</b>		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
25783	Berço	154,00
25769	Armário	590,00
25986	Lixeira	111,00
<b>SECRETARIA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS</b>		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
1095	Mesa em L	120,00
12285	Armário estante	346,00
1297,1307	Cadeira	10,00
1311,14040	Suporte para cpu	5,00
14174	Balcão	147,00
14215	Balcão para cozinha	209,00
17715	Batedeira	64,00
17716	Liquidificador	56,00
18389	Estação de trabalho	245,00
19762	Jato de tinta	190,00
19764	Impressora	190,00
20845	Mesa estação	887,00
21333 a 21335	Prateleiras	22,11
22905	Ar condicionado	689,00
23126	Impressora	600,00
25426,25427	Telefone	35,00
25429 e 25430	Extintor	47,21
25514	Telefone celular	199,00
25590	Cadeira	59,30
25590	Cadeira	59,30
25699	Extintor	300,00
25712	Computador	738,00
25722	Teclado	20,28
25733	Botijão de gás	110,00
25823,25824	Persiana	629,44
25855,25856,25859,25861	Suporte para monitor	36,77
25886,25887,25888	Mouse	9,93
25896	Persiana	964,88
25932	Mesa com teclado	142,00
25935	Cadeira verde	56,00
25970	Sofanete	140,00
26050	Cadeira para criança	37,90
26052	Cadeira	6,00
26058	Cadeira preta	1,00
26063	Escada 5 degraus	108,55
277	Cadeira giratória	40,00
652	Armário de madeira	10,00
7716	Carteira	8,00
<b>FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL - BOMBEIROS</b>		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
10111	Mesa	171,00
10112	Mesa	161,00
10114	Suporte CPU	37,00
10116	Gaveteiro	90,00
10118	Mesa	110,00
10120	Hub	2.362,20

10122	Persiana	85,00
10128,10129	Roupeiro	300,00
10133	Arquivo	273,00
10138	Retroprojektor	597,60
10141	Mesa	207,00
10142	Mesa	231,00
10144	Gaveteiro	104,00
10145	Conexão de mesa	93,00
10156	Televisor	934,00
10167	Arquivo 3 gavetas	159,00
10754	Persiana	92,00
11881	Central telefônica	480,00
12410	Serra sabre	1.080,00
13091	Armário	380,00
14119	Arquivo	237,00
14766	Radio amador	1.150,00
14768	Rack móvel	378,00
14933	Radio amador	1.150,00
14964	Maq. Cortar grama	942,00
15118	Estabilizador	58,00
16622	Modulo de cozinha	1.442,50
16623	Aparelho de telefone	35,00
16713	Modulo	1.212,50
16735	Modulo	1.442,50
17219	Multiprocessador	595,00
17707	Farolete tocha	150,00
17708	Ventilador	150,00
17711	Televisor	960,00
17979	Maca	1.600,00
18382	Microfone	325,00
18502	Mesa micro	105,00
18535	Monitor	700,00
18536	Caixa de som	22,80
18537	Hd Samsung	2.048,10
18886	Amplificador	472,00
18956	Monitor	648,00
18957	Compressor de ar	650,00
19362	Sinalizador	1.480,00
19389	Equipamento resp.	5.700,00
19390	Ar condicionado	2.550,00
19495	Fonte alimentadora	230,86
20024	Ar condicionado	1.570,00
20051	Oxímetro	1.789,00
20101,20102	Estante de aço	137,00
20107	Rebaixo teclado	83,00
20108	Suporte cpu	160,00
20109	Cadeira giratória	420,00
20114	Poltrona aproximação	435,00
20115	Fonte Motorola	25,00
20116	Arquivo de aço	405,00
20150	Estabilizador	198,00
20153	Radio portátil	895,00
20215	Cama	150,00
20219	Gravador DVD	80,00
10130 a 10132	Roupeiro	250,00
20519	Roupeiro	245,00
20909	Maca retrátil	4.200,00
21332	Beliche	300,00
21683	Cadeira diretor	555,00
21846,21847	Microcomputador	985,00
21849	Estabilizador	99,60
26204	Balcão para forno	174,00
26359	Multiprocessador	189,00
26368	Balcão pia	380,00

18952 a 18955	Caixa de som	48,00
20110 a 20112	Cadeira fixa	290,00
20210 a 20212	Roupeiro	210,00
14963	Armário multiuso	199,00
15633	Oratória	250,00
SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. BAIRRO DOS ESTADOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
5267	Amalgamador	210,00
5271	Condicionador de ar	400,00
5274	Negatoscópio	70,00
5284	Mesa auxiliar	45,00
5292,5320	Escada ferro	10,00
5297	Armário americano	50,00
5299	Banqueta	5,00
5303	Fogão a gás	50,00
5308,4310,5324,5330,5333,5334	Mesa auxiliar	45,00
5316	Ventilador	15,00
5323	Armário de madeira	20,00
5328,5335	Maca hospitalar	60,00
5340	Estante de ferro	15,00
8864	Maca adulto	150,00
12477,12479,14168,14169, 23058,25048,25407	Protetor externo	55,00
	Teclado	20,00
27588	Incubadora para indicador	187,28
27869	Aparelho de pressão	113,10
27960	Mouse ótico	10,98
27970	Teclado ABNT	19,90
1281,5296	Mesa para micro	90,00
ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
277,16584,17351	Cadeira	40,00
324	Condicionador de ar	3.275,00
652,1338,17863,17865	Armário de madeira	10,00
664,772,1195,1297,1307	Cadeira	10,00
783,1311,14040,14048,16520,17080,18406	Suporte para cpu	5,00
1095,17178	Mesa em l	120,00
7716	Cadeira	8,00
9457,12678	Mesa redonda	274,00
9622,9626,18499	Arquivo de aço	150,00
12285	Armário estante	346,00
14174	Balcão aéreo	147,00
14215	Balcão para cozinha	209,00
16409	Arquivo 4 gavetas	289,00
16505	Mesa belo	111,00
17180	Gaveteiro	21,00
18386,18389,20511,20845	Estação de trabalho	245,00
19445	Ar condicionado	900,00
FUMTRAN – DELEGACIA DE POLICIA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
22106	Arquivo de metal	311,00
23371,18281,19424,27366	Telefone	118,00
25243,26127,26342	Teclado	29,00
21687	Cadeira giratória	187,00
27438	Cama box	699,97
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE COMECINHO DE VIDA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
19182	Computador pentium	1.190,00
PREFEITURA – BENS TRANSITÓRIOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
26344 e 26345	Micro computador	2.137,00
26819 a 26821	Ar condicionado	1.628,00
28595,28607	Ar condicionado	1.175,00
26349	Computador	1.048,00
SECRETARIA DE SAÚDE – BENS TRANSITÓRIOS		

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (RS)
20990,25926	No break	595,00
28294,25998	Ar condicionado	1.222,50
16325	Cadeira	230,00
17889	Micro system	241,00
20776	Ar condicionado	903,00
20911	Micro central	425,00
21877	Fax	465,00
24986,24987,24990	Balcão para pia	597,51
25240,25241	Tapete	1.472,00
25244,25245	Lixeiras duplas	598,00
25248,25254,25255,25256,25258, 25259,25260,25265	Cadeira fixa	648,00
25326 a 25328	Extrator de tártaro	680,00
25958 a 25972	Monitor	330,00
26173,26174	Alta rotação	404,50
26700	Micro motor elétrico	465,00
26711 a 26717	Nettop	1.399,00
26777	Armário de vidro	548,00
26939	Câmara	674,00
26943,26944,26952,26953	Ar condicionado	1.077,00
27675,27676	Oxímetro	218,00
27723 a 27725	Monitor	320,00
27730,27731	Impressora	354,00
26748,27745 a 27748	Cavitador	499,00
27860	Roteador	125,00
27863	Carrinho para descarga	192,50
27951,27952,27954,27956	Mesa para impressora	95,00
28007,28011	Microcomputador	1.966,39
28422	Mesa de exames	255,04
28425	Chave hardware	815,45
28429	Bebedouro	478,66
28463	Armário de aço	239,00
4446	Cadeira	8,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4611, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417412

DECRETO Nº 4611, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2254.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.2254.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2254	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	



339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.300000	LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4613, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417413

DECRETO Nº 4613, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2254.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.2254.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2254	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.300000	LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4614, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417414

DECRETO Nº 4614, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
0.30000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	total	80.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4615, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417415

DECRETO Nº 4615, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016 e Lei nº 2913, de 15/09/2017,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2913, de 15 de setembro de 2017, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 4616, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417416

**DECRETO Nº 4616, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
337100.00	TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	total	20.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	total	20.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 4617, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417417

**DECRETO Nº 4617, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 37.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.1013.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.1013.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.1013.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.300000	LIVRE	37.500,00

	TOTAL	37.500,00
--	-------	-----------

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4620, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417420

DECRETO Nº 4620, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 450.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	250.000,00
	total	250.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	450.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 4632, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417421

DECRETO Nº 4632, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 48.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	48.000,00
	TOTAL ANULADO SAMAE	48.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	48.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	48.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 4635, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417422

DECRETO Nº 4635, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Declara faixa de imóvel de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa para implantação de rede de drenagem pluvial e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V art. 70, inciso I, alínea "n" da lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de faixa sanitária para fins de implantação da rede de drenagem pluvial no imóvel matriculado sob o nº. 4177, localizado na Rua Blumenau, de propriedade de Luiz Darci Filippi.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 465/2015 no artigo 23 determina que "Quando não for possível dar escoamento por gravidade, através de passagem em vias públicas, às águas pluviais ou àquelas das redes de coleta de esgoto sanitário, os lotes situados à jusante deverão ser gravados de faixa sanitária para equipamentos urbanos que sirvam aos lotes situados a montante.";

CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no §2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

CONSIDERANDO a urgência e emergência em implementar a faixa sanitária através da servidão administrativa;

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser instituída, pelo Município de Timbó uma faixa de servidão administrativa, com área de 81,06m² do imóvel abaixo descrito e caracterizado, situado nesta cidade, conforme consta da Matrícula nº. 4.177, a saber:

Proprietário: LUIZ DARCI FILIPPI

Descrição do imóvel: Terreno situado na Rua Blumenau, nesta cidade, com área de 1.254m<sup>2</sup> (um mil, duzentos e cinquenta e quatro metros quadrados), extremando em 20,70m na Rua Blumenau; fundos em 26m, com terras de Arnaldo Müller; lado direito em 25m, 24m, 9m e 17m com Alwin Ferrari e Arnaldo Müller e lado esquerdo em 15,40m e 67m com João Kruczinski.

Descrição da faixa sanitária: Fica destinada uma faixa de terras do terreno matriculado sob o nº 4177, de propriedade de Luiz Darci Filippi, confrontando pelo lado direito com 3,00 metros com terreno de propriedade de Alwin Ferrari e Arnaldo Müller, em 3,00 metros pelo lado esquerdo com lote de propriedade de Siegfolf Ewald, contendo 27,02 metros de comprimento, distando 56,86 metros pelo lado ímpar da Rua Blumenau, totalizando uma área de 81,06m<sup>2</sup> (oitenta e um metros e seis décimos quadrados).

Art. 2º - A presente instituição visa à passagem de rede de águas, razão pela qual sobre referidas áreas não podem ser levantadas construções de quaisquer espécies, nem poderão ser opostos quaisquer embaraços que inviabilizem ou prejudiquem referida obra.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4636 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1417423

DECRETO Nº 4636 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Declara faixa de imóvel de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa para implantação de rede de drenagem pluvial e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V art. 70, inciso I, alínea "n" da lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de faixa sanitária para fins de implantação da rede de drenagem pluvial no imóvel transcrito sob o nº. 3.718, Livro 3-B, fl. 88, localizado na Rua Blumenau, de propriedade de Siegfolf Ewald.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 465/2015 no artigo 23 determina que "Quando não for possível dar escoamento por gravidade, através de passagem em vias públicas, às águas pluviais ou àquelas das redes de coleta de esgoto sanitário, os lotes situados à jusante deverão ser gravados de faixa sanitária para equipamentos urbanos que sirvam aos lotes situados a montante.";

CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no §2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

CONSIDERANDO a urgência e emergência em implementar a faixa sanitária através da servidão administrativa;

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser instituída, pelo Município de Timbó uma faixa de servidão administrativa, com área de 95,34m<sup>2</sup> do imóvel abaixo descrito e caracterizado, situado nesta cidade, conforme consta da Transcrição nº. 3.718, Livro nº. 3-B, fl. 88, a saber:

Proprietário: SIEGOLF EWALD

Descrição do imóvel: Terreno situado à Rua Blumenau, com área de 2.919,00m<sup>2</sup>, edificado com uma casa de madeira, que faz frente na citada rua; fundos com terras de Arnaldo Müller de um lado com as de Erwino Bemwald e de outro com terras de Clelia, Vanilde e Natalia Ramos.

Descrição da faixa sanitária: Fica destinada uma faixa de terras do terreno transcrito sob o nº. 3.718, de propriedade de Siegfolf Ewald, com largura de 3,00 metros, confrontando pelo lado esquerdo em 3,00 metros com terreno de propriedade de Alcides Alfonso Campestrini e lado direito em 3,00 metros com terreno de propriedade de Luiz Darci Filippi, possuindo 31,78 metros de comprimento, distando 75,28 metros da Rua Blumenau, totalizando uma área de 95,34m<sup>2</sup> (noventa e cinco metros e trinta e quatro décimos quadrados).

Art. 2º - A presente instituição visa à passagem de rede de águas, razão pela qual sobre referidas áreas não podem ser levantadas construções de quaisquer espécies, nem poderão ser opostos quaisquer embaraços que inviabilizem ou prejudiquem referida obra.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 57 2017 PMT - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (USUÁRIOS CAPS, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS)**

Publicação Nº 1417389

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar – FUNREPOM e ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil.

EMPRESAS FORNECEDORAS: L & E Comercio Verejista Ltda – Epp; Supermercado Fistarol Ltda e Frontal Distribuidora Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 66.903,24 (sessenta e seis mil, novecentos e três reais e vinte e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 05/11/2018

Timbó, 01/11/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil

**LEI Nº 2927, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417362

LEI Nº 2927, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

Institui o programa “CALÇADA LEGAL”, para padronização dos passeios e calçadas das vias pavimentadas do município de Timbó.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Timbó o programa “Calçada Legal” com o objetivo de proporcionar a acessibilidade e segurança aos transeuntes das vias públicas pavimentadas do município, através da cobrança e incentivo na padronização dos passeios e calçadas, de responsabilidade dos proprietários, possuidores ou detentores do domínio útil dos imóveis lindeiros às vias públicas municipais.

§1º Os critérios técnicos para padronização dos passeios e calçadas de que trata o caput deste artigo, encontram-se regulados pelo Decreto nº 2.673/2012, e alterações.

§2º A construção/reconstrução, a conservação e a padronização dos passeios/calçadas, de que trata esta lei, são obrigatórios e competem aos proprietários ou possuidores a qualquer título dos terrenos beneficiados com o programa, nos termos das Leis Complementares nº 363 e 364 de 17 de dezembro de 2008.

§3º A recomposição do pavimento de passeios e calçadas, danificadas por obras de implantação e/ou manutenção dos serviços públicos, como água, energia elétrica, esgoto sanitário, escoamento de águas pluviais, telecomunicações dentre outros, deverão ser executadas pelo responsável ou causador do dano, seja ele o proprietário, ente público, privado ou empresa executora do serviço.

Art. 2º Ato do Poder Executivo determinará quais as ruas prioritárias para a implantação do programa, em razão de relevante interesse público, localização e situação destas ruas e passeio/calçadas, bem como o valor a ser cobrado de acordo com esta Lei.

Parágrafo único. A efetiva execução das obras nas vias prioritizadas, dependerá da participação dos proprietários bem como da disponibilidade técnica e financeira do Município, observados os termos desta lei e de seu regulamento.

Art. 3º Após publicação do ato com o nome das ruas, os proprietários ou possuidores a qualquer título do terreno serão notificados para, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:

I – Realizar pessoalmente e as suas custas a obra de padronização/execução do passeio/calçada, nos termos e materiais estabelecidos pela legislação municipal;

II – Aderir ao programa “Calçada Legal”, sob o regime de mutirão, onde custeará todo o material necessário, cabendo ao município o custeio da mão de obra especializada para execução da obra;

§ 1º Optando pelo inciso I, antes de executar deverá apresentar ao órgão competente, projeto padrão com responsável técnico pela execução para análise e aprovação, nos termos do art. 11, §2º da Lei Complementar nº 478, de 22 de dezembro de 2016 (Lei de Mobilidade Urbana).

§2º Optando pela adesão ao programa, inciso II, o proprietário ou possuidor a qualquer título, deverá firmar Termo de Acordo, onde a responsabilidade técnica pela execução passa a ser do município, cabendo ao proprietário o custeio das despesas relacionadas ao material necessário a execução da obra.

§3º O custeio a que se refere o parágrafo anterior, se dará por intermédio de pagamento direto pelo proprietário/possuidor do imóvel às empresas previamente credenciadas pelo município para fornecimento de material para a respectiva via, que atenda as qualificações técnicas mínimas para segurança e confiabilidade, conforme projeto elaborado pelo executivo.

§4º Ato do Poder executivo regulamentará as cláusulas do Termo de Acordo bem como a composição/descrevo e qualidade mínima do material a ser custeado pelo proprietário, com a descrição dos itens que lhe integram, no prazo de até 90 dias após a publicação da presente lei.

§5º A omissão ou não adesão do proprietário e/ou possuidor a qualquer título, às hipóteses elencadas neste artigo, no prazo previsto, caracteriza infração à legislação de posturas, em especial aos artigos 141 e 142 da Lei Complementar nº 364 de 17/12/2008, autorizando o Município a executar, cobrando do infrator, além da multa correspondente, o custo do material e mão de obra necessária a realização dos serviços, acrescidos em 20% (vinte por cento), à título de Administração.

Art. 4º Concluídos os trabalhos pela Prefeitura, de acordo com o §5º do artigo 3º, o proprietário/possuidor beneficiado pela obra e que não tenha aderido ao programa "Calçada Legal", será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento do custo total apurado para realização da calçada em seu imóvel, compreendendo material e mão de obra.

Parágrafo único. Caso o proprietário/possuidor deixar de efetuar o pagamento de que trata o caput deste artigo, o valor será lançado em Dívida Ativa, sujeitando-se às regras da dívida ativa, preconizada na Lei Complementar nº 142/1998 – CTM.

Art. 5º Os proprietários de imóveis localizados em vias não contempladas pelo ato do Executivo estabelecido no artigo 2º desta lei, poderão participar do programa de mutirão para execução do passeio/calçada, nas seguintes hipóteses:

I – Para imóveis situados em vias arteriais e em corredores de comércio e serviço, desde que a via já possua calçada/passeio pavimentado nos padrões exigidos, ou;

II – Nas demais vias, desde que exista comprovado interesse dos proprietários e/ou possuidores a qualquer título de imóveis que representem no mínimo 80% da área total da via a ser pavimentada pelo programa.

Parágrafo único. O enquadramento do proprietário e/ou possuidor nas hipóteses elencadas acima autorizam o poder público a avaliar tecnicamente a viabilidade ou não de inclusão das áreas no programa "Calçada Legal", conforme os custos e viabilidade técnica e financeira para sua execução, conforme regulamento.

Art. 6º Em caso de passeios/calçadas já edificadas nos moldes autorizados pela legislação vigente à época, e que estejam em bom estado, mas fora dos padrões estéticos previstos no Decreto nº. 2.673/2012, o Município realizará a obra dentro dos padrões exigidos, fornecendo material adequado sem custo para o proprietário, apropriando-se do material pré-existente.

Parágrafo único. Para fins de comprovação do bom estado da calçada/passeio, a Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, elaborará, por intermédio de seu corpo técnico, parecer técnico e fotográfico conclusivo sobre a condição da calçada/passeio, notificando o proprietário das conclusões caso seja considerada em mal estado de conservação, hipótese em que a obrigação de execução será exclusiva do proprietário ou possuidor a qualquer título.

Art. 7º As dimensões das calçadas deverão seguir os padrões estabelecidos no Plano Diretor.

§1º Excepcionalmente, nas calçadas já construídas e sem condições de adequação às dimensões mencionadas no caput, respeitar-se-á o direito adquirido, e a calçada será adequada ao projeto, respeitando as dimensões em que se encontra.

§2º Ficará a cargo do Município a reconstrução ou conserto de passeios ou muros afetados por alterações do nivelamento e das guias, ou por estragos ocasionados pela arborização dos logradouros públicos, bem como o conserto decorrente de modificação do alinhamento das guias ou dos logradouros públicos. (art. 142 LC 364/08)

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 9º Os casos omissos serão regulados por ato do Poder Executivo.

Art. 10 Esta lei entra vigor no prazo de 90 dias após sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de novembro de 2017, 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

## LEI Nº 2928, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417363

LEI Nº 2928, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2017, da Administração Direta e Indireta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 1.812.520,00 (Hum milhão, oitocentos e doze mil, quinhentos e vinte reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
03.05.028.845.0007.0004.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	

03.05.028.845.0007.0004.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.845.0007.0004.	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP PMT	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	320.000,00
	TOTAL	320.000,00
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	350.000,00
	TOTAL	350.000,00
07.01.015.121.0040.2062.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. TRANSITO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.015.121.0040.2062.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
08.01.015.452.0050.2072.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2072.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00
	TOTAL GERAL	1.135.000,00

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	325.000,00
	TOTAL	325.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	200.000,00
	TOTAL	200.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMS	525.000,00
16.01.008.0244.0086.2272.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.0244.0086.2272.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.0244.0086.2272.	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZAÇÃO DE CONFERENCIAS, SEMINARIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.900,00
	TOTAL	2.900,00
16.01.008.0244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.0244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.0244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
16.02.008.0244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.0244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.0244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	6.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	10.000,00
16.02.008.0244.0087.2276.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.0244.0087.2276.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.0244.0087.2276.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
16.02.008.0244.0087.2278.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.0244.0087.2278.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.0244.0087.2278.	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00
16.03.008.0244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.0244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.0244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMAS	112.900,00

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA FUNDAÇÕES

22.01.013.392.0094.2246.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.2246.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2246.	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	

0.10000	VINCULO LIVRE	9.620,00
	TOTAL	9.620,00
22.01.013.392.0094.2250.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.2250.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2250.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
22.02.013.392.0096.1251.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.02.013.392.0096.1251.	INCENTIVO A CULTURA	
22.02.013.392.0096.1251.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CIC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
22.02.013.392.0096.1255.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.02.013.392.0096.1255.	INCENTIVO A CULTURA	
22.02.013.392.0096.1255.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FCT	39.620,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Suplementar, no valor de até R\$ 1.812.520,00 (Hum milhão, oitocentos e doze mil, quinhentos e vinte reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2017 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.852 de 09/12/2016):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
320000.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	
329000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	450.000,00
	TOTAL	450.000,00
08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	385.000,00
	TOTAL	385.000,00
	TOTAL GERAL	985.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
--------------------------	--------------------------------	--

15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	525.000,00
	TOTAL	525.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMS	525.000,00
16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	94.900,00
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	18.000,00
	TOTAL	112.900,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	112.900,00

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA FUNDAÇÕES

22.01.013.392.0094.2248.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.2248.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2248.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	39.620,00
	TOTAL	39.620,00
22.01.013.392.0094.2254.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.2254.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2254.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FCT	189.620,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 486, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417429

PORTARIA No 486, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Cristiane Felícia Cunha	Auxiliar Operacional I	Nº 215, de 10/04/2017	02/10/2017

## SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Giulio Diola Ferregueti	Pedreiro	Nº 215, de 10/04/2017	03/10/2017
Otávio Henrique Voltolini	Auxiliar Operacional I	Nº 215, de 10/04/2017	03/10/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 489, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417431

## PORTARIA No 489, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Designa membros para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obra – Contrato Administrativo nº 2017/121.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

## RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Obra de pavimentação Asfáltica e passeio Intertravado das ruas Reinhold Schlei e Dona Clara– Contrato Administrativo nº 2017/121, como segue:

- a) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil
- b) FELIPE RAMOS DOS SANTOS – Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 490, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1417432

## PORTARIA No 490, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Designa membros para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obra – Contrato Administrativo nº 120/2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

## RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Obra de Reforma da Cobertura e Estrutura de Fundação da Casa do Poeta – Contrato Administrativo nº 120/2017, como segue:

- a) FELIPE RAMOS DOS SANTOS – Engenheiro Civil
- b) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil
- c) EDSON JOSÉ PEDRON - Arquiteto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA NO 493, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417433

PORTARIA No 493, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Designa servidora para exercer Função Gratificada na Secretaria Municipal de Educação, em substituição à servidora Débora Maria Costa Furtado, que se encontra em Licença Maternidade, no período de 17/10/2017 a 17/04/2018.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto nos artigos 11, "caput" e § único, e 13 da Lei Complementar nº 138, de 02/07/98, alterada pela Lei Complementar nº 199, de 10/05/01, a servidora abaixo relacionada, em substituição à servidora Débora Maria Costa Furtado, que se encontra em Licença Maternidade:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGA HORÁRIA SEMANAL DE INCIDÊNCIA DA FG	PERÍODO
Marilene Lucinéia Tomelin	FG-2	40	Coordenação Núcleo de Educação Infantil Raio de Sol	40h/s	17/10/2017 a 17/04/2018

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº 494, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417434

PORTARIA Nº 494, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Instaura Sindicância Administrativa nº 08/2017, para apurar fatos relatados no Ofício nº 39/2017/ESF-SESAS.

A Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

#### RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 08/2017, para apurar fatos relatados no Ofício nº 39/2017/ESF-SESAS, de 03 de outubro do corrente, referente aos fatos ocorridos na Unidade de Saúde Família Saudável.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 422, de 18 de agosto de 2017, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de outubro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria nº 36/2017**

Publicação Nº 1417254

Portaria Nº 036/2017

Concede férias ao servidor Joel Ricardo Raiter, contador na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 38, III, "b", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 09/01/2016 à 08/01/2017, ao servidor Joel Ricardo Raiter, contador na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário com fundamento no artigo 80 do Estatuto do Servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 30 de outubro de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ****PORTARIA NO SAMAE - 173 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418354

PORTARIA No SAMAE - 173 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Exonera o Servidor Público Municipal Luiz Moloiés contratado temporariamente para cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 23 de outubro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor Público Municipal LUIZ MOLOIÉS, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 146, de 18 de agosto de 2017, a contar de 23 de Outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente

**PORTARIA NO SAMAE - 174 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418356

PORTARIA No SAMAE - 174 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Exonera a Servidora Pública Municipal Zoraide Medeiros de Almeida contratada temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 23 de outubro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora Pública Municipal ZORAIDE MEDEIROS DE ALMEIDA, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 160, de 08 de Setembro de 2017, a contar de 23 de Outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA NO SAMAE - 184 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418394

#### **PORTARIA No SAMAE - 184 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

Exonera o Servidor Público Municipal Walter da Silva Leite contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 01 de novembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR o Servidor Público Municipal WALTER DA SILVA LEITE, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 122, de 10 de Julho de 2017, a contar de 01 de Novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 175 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418357

#### **PORTARIA N. SAMAE- 175 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Concede Auxílio Escolar ao servidor James Marcel Zatelli

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento no artigo 66, §3º, inciso II da Lei Complementar n. 01, de 22/10/930, com redação dada pela Lei Complementar n. 110, de 16/04/97, regulamentado pelo Decreto n. 89, de 11/08/98;

#### **RESOLVE**

Art.1º CONCEDER AUXÍLIO ESCOLAR ao Servidor ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, referente ao 1º semestre de 2017 – matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	CURSO	PERCENT.%	PROCESSO N.
JAMES MARCEL ZATELLI	Tecnologia em Gestão Ambiental	80	59/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 181, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418370

PORTARIA N. SAMAE- 181, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
DANILO CRISTIANO DE RAMOS LACERDA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	30/09/1994	094.101.569-63	44 horas	01.11.2017 a 30.11.2017
VALDECIR ANACLETO CARDOSO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	28/05/1973	818.452.359-91	44 horas	01.11.2017 a 30.11.2017
SUZANA MORAIS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	23/09/1960	670.859.469-20	44 horas	01.11.2017 a 30.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente**PORTARIA N. SAMAE- 182, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418372

PORTARIA N. SAMAE- 182, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: MOTORISTA				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	04/02/1975	662.882.070-04	44 horas	01.11.2017 a 30.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 183 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418393

PORTARIA N. SAMAE- 183 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Beatris Zoboli Campregher

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora BEATRIS ZOBOLI CAMPREGHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, por um (01) dia, a contar de 30 de Outubro de 2017 (período de 30/10/2017 a 31/10/2017), com remuneração equivalente à de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 106/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Outubro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº SAMAE -180, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418366

PORTARIA Nº SAMAE -180, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação da servidora abaixo relacionada:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
MARCOS STEFFEN	012, de 02/01/2017	30/11/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 28 de fevereiro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Outubro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº SAMAE –177, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418360

PORTARIA Nº SAMAE –177, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público



previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ROSENILDA DALLABONA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
RAFAEL TEIXEIRA DA SILVA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
VANIA DE FATIMA MACHADO DOS SANTOS	168, de 22.09.2017	30.11.2017
JOEL OLIVEIRA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
MARCIO CARDOSO	168, de 22.09.2017	30.11.2017
ADRIANO OLIVEIRA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
DAVI RODRIGUES	168, de 22.09.2017	30.11.2017
MAICON STEFFEN	168, de 22.09.2017	30.11.2017
JEAN CARLO KLOEHN	168, de 22.09.2017	30.11.2017
JAIR BILK	168, de 22.09.2017	30.11.2017
RICARDO SILVA DOS SANTOS	168, de 22.09.2017	30.11.2017
REGINA APARECIDA DOS PRAZERES	168, de 22.09.2017	30.11.2017
ANA LUCIA SILVEIRA GOMES	168, de 22.09.2017	30.11.2017
DOUGLAS LUCIANO STEFFEN	168, de 22.09.2017	30.11.2017
WALTER DA SILVA LEITE	168, de 22.09.2017	30.11.2017
FABIOLA DOS ANJOS	168, de 22.09.2017	30.11.2017
RODRIGO DE LIMA PEREIRA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
GRACIELA TALIA AVANCINI	168, de 22.09.2017	30.11.2017
CAROLAINÉ DRABZINSKI FERREIRA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
CARLA ROEDER LACERDA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
BRENDO GABRIEL DA SILVA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
RODRIGO RODRIGUES	168, de 22.09.2017	30.11.2017
GABRIEL OSS-EMER	168, de 22.09.2017	30.11.2017
IRENE AMARANTE PADILHA	168, de 22.09.2017	30.11.2017
CLAUDEMIR DA CRUZ	168, de 22.09.2017	30.11.2017
JANAINA DE FATIMA DA CRUZ GOMES DE CAMARGO	169, de 29.09.2017	30.11.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº SAMAE –178, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418362

**PORTARIA Nº SAMAE –178, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
VALDEMAR GONÇALVES	151, de 31.08.2017	15.12.2017
YASMIM CRISTINE KRUEGER CHAVES	168, de 22.09.2017	15.12.2017
CARLOS ALBERTO AMARANTE	168, de 22.09.2017	15.12.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº SAMAE –179, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418364

PORTARIA Nº SAMAE –179, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
GILDA ANACLETO	151, de 31.08.2017	31.12.2017
YURI MARCEL ANTONIO	151, de 31.08.2017	31.12.2017
MAICON LUIZ MIRANDA	151, de 31.08.2017	31.12.2017
TONIEL DE PONTES	151, de 31.08.2017	31.12.2017
ALESANDRO REICHERT	151, de 31.08.2017	31.12.2017
JAQUELINE HERTEL	151, de 31.08.2017	31.12.2017
EDEMIR DALMONICO	151, de 31.08.2017	31.12.2017
ADRIANO ADAM	151, de 31.08.2017	31.12.2017
TATIANA PASSIG	172, de 29.09.2017	31.12.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº SAMAE- 176 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418359

PORTARIA Nº SAMAE- 176 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Constitui Comissão Especial de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, inciso V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, com fundamento no artigo 30 da Lei Complementar n. 01/93, com redação dada pela Lei Complementar n. 139/98.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR Comissão Especial de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

I - ANDREA TAISE FRANZ  
II – SILVIO SANDRO SDRIGOTTI  
III – ANTONIO MARCELO ROZA  
IV – DIEGO ZATELLI

Art.2º. Ficam revogadas a Portaria n. SAMAE -052, de 28 de abril de 2016 e a Portaria n. SAMAE-041, de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA 01/2017 - SAMASA

Publicação Nº 1418032

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – SAMASA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2017.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2017.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA, por seu Diretor Executivo, nomeado pelo decreto nº 4650 de 02 de janeiro/2017, pelo presente torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, que recebera até as 09 h e 00 min. do dia 19 de dezembro de 2017, Documentação e Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DO SISTEMA COMERCIAL" DA CIDADE DE TRÊS BARRAS – SC, COM ABRANGÊNCIA NA SEDE DO MUNICÍPIO, BAIRROS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA SEDE DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO SÃO CRISTÓVÃO".

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, as 09:00 horas do dia 19 de dezembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas junto a SAMASA, localizada na Avenida Rigesa, 1634 – Bairro Km 02 – Fone / Fax: 47 3623-1473 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 25 de outubro de 2017.

ERNANI WOGGINAKI– DIRETOR EXECUTIVO

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

### PREGÃO Nº. 57/2017

Publicação Nº 1418284

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 64/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 57/2017.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRANSPORTES COLETIVOS TRESBARRENSE LTDA, CNPJ nº 78.837.218/0001-92, com sede na Cidade de Três Barras - SC, cito a Rua Vereador Augustinho Kornatzki, nº 153, Bairro KM 02, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, DEVENDO SER VEÍCULO COM ANO DE FABRICAÇÃO EM 2007 OU SUPERIOR, PARA ATENDIMENTO ESPORÁDICO EM SUBSTITUIÇÃO AOS ÔNIBUS DA PREFEITURA, DENTRO DO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO, URBANO E RURAL, PODENDO OCORRER EM DIVERSAS LINHAS DO MUNICÍPIO, COM ITINERÁRIOS MISTOS, (RUAS PAVIMENTADAS E RUAS NÃO PAVIMENTADAS), EM HORÁRIOS DIVERSIFICADOS, (MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO), PODENDO AINDA SER UTILIZADO QUANDO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS QUE OCORRERAM NO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO.	KM	12.000	R\$4,91

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 03 (TRES) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 57/2017 – Procedimento Administrativo nº. 64/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 31 de outubro de 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	TRANSPORTES COLETIVOS TRESBARRENSE LTDA CNPJ nº 78.837.218/0001-92 CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus2 \_\_\_\_\_  
Jacy de Fatima Abuda**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO Nº 042017**

Publicação Nº 1417107

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04 2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS-SC E GJR CONSULTORIA E ASSESSORIA.

As partes abaixo assinadas, de um lado a CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.528.646/0001-73, com sede administrativa na Av Rigesa, n. 2.949, Bairro João Paulo II, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu presidente, Vereador Laudecir José Gonçalves, brasileiro, casado, operador de turbogerador, portador da Carteira de Identidade RG n. 1.794.568/SSP/SC, inscrito no CPF sob o n. 638.497.989-68, residente e domiciliado à Rua Ernesto Bishop, s/n, Bairro Vila Nova, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa GJR CONSULTORIA E ASSESSORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.022.516/0001-56, com sede na Rua Prof. Victoria Ossaif, n. 372, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Gerson da Silva Olcha Junior, inscrito no CPF sob o nº 040.141.659-30, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado entre si o presente contrato de prestação de serviços, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR.**

O objeto do presente contrato consiste em: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA AOS AGENTES ADMINISTRATIVOS, NA ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA, LICITAÇÕES E RECURSOS HUMANOS, QUE ENVOLVEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE CONTAS BIMESTRAL AO TCE/SC, REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA	Horas		40	R\$: 85,00	R\$: 3.400,00
TOTAL GERAL R\$ 3.400,00 (Três mil e Quatrocentos Reais)						

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO.**

A execução do presente contrato será pelo regime de execução direta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

O contrato terá vigência de 2 (dois) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes do seu encerramento.

**CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

A realização da prestação dos serviços que constituem o objeto deste contrato será autorizada pela CONTRATANTE que é o órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

Os serviços serão executados remotamente podendo haver a necessidade visita in loco cujas datas poderão ser previamente definidas entre as partes, ficando o profissional a disposição durante o horário comercial para dirimir toda e qualquer dúvida e prestar as orientações necessárias através dos meios usuais de comunicação disponíveis, para maior eficiência, agilidade e produtividade.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO.**

1.- O pagamento será efetuado em parcelas mensais, a serem pagas até o décimo dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, com a devida emissão da nota fiscal e apresentação de relatório circunstanciado dos serviços prestados, sendo que as notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com os empenhos e enviadas eletronicamente para camaratb@gmail.com

2.- Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

3.- Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela CONTRATANTE até a normalização

da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1.- Emitir mensalmente nota fiscal e apresentação de relatório circunstanciado dos serviços prestados.
- 2.- Manter sigilo quanto às informações obtidas durante a execução dos trabalhos.
- 3.- Aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 4.- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, respondendo por si e seus sucessores.
- 5.- Arcar com todas as despesas decorrentes da prestação de serviços.
- 6.- Manter, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas para cumprimento do objeto contratado.
- 7.- Não subcontratar o objeto deste contrato sem autorização prévia da CONTRATANTE.
- 8.- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços executados.
- 9.- Permitir o livre acesso da fiscalização da CONTRATANTE ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas.
- 10.- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 1.- Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste contrato.
- 2.- Prestar à CONTRATADA as informações necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Fica estabelecida a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, a ser paga pela parte que descumprir qualquer das cláusulas previstas neste instrumento, sendo que a multa não será aplicada se, comprovadamente, o atraso no atendimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

Em conformidade com o art. 65, II da Lei Federal 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes e poderão ser realizadas mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO

São motivos que ensejam a rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:

- 1.- O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato.
- 2.- Razões de interesse público, devidamente justificados.
- 3.- A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, no que for aplicável ao presente contrato, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 4.- As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da CONTRATANTE, promover a rescisão amigável do contrato.
- 5.- Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Em exigência ao disposto no art. 55, § 2º da Lei Federal 8.666/93, as partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja à que título for, será considerada fora de sua jurisdição.



E assim por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para os fins e efeitos legais.

Três Barras – SC, 27 de outubro de 2017.

Laudecir José Gonçalves

Presidente Câmara de Vereadores de Três Barras – SC

CONTRATANTE

Gerson da Silva Olcha Júnior

GRJ Consultoria e Assessoria

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

## EDITAL DE PREGÃO Nº. 02/2017

Publicação Nº 1417105

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 06/2017 - Edital Pregão nº. 02/2017.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 20 de novembro de 2017. Propostas para "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTADOR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC, COM CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, PARA: DESEMPENHO DE FUNÇÕES DIVERSAS E COMPETENTES AO CARGO. ". Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Câmara Municipal, às 09 h e 10 min. do dia 20 de Novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores, na Avenida Rigesa, nº. 2949 João Paulo II – Fone/Fax: 47 3623-0645 ou pelo e-mail camaratb@gmail.com - Três Barras - SC

Três Barras - SC, 03 de Novembro de 2017.

LAUDECIRO JOSE GONÇALVES – PRESIDENTE

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 11/2017 FMS

Publicação Nº 1417256

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 11/2017 FMS – Tomada de Preços

Objeto: Aquisição em caráter excepcional, de medicamentos (de referência, genéricos e similares) constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2018.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 21/11/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br). Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS  
GESTOR DO FUNDO

### EDITAL DE MATRICULA 01/2017

Publicação Nº 1418685

EDITAL DE MATRICULA 01/2017

A Secretária de Educação do município de Treze Tílias/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o Conselho Municipal de Educação e do FUNDEB, torna público o Edital de Matrícula para a Educação Infantil das Creches Municipais, para o ano letivo de 2018, na rede municipal de ensino.

As informações necessárias para a realização das rematrículas e matrículas novas estão especificadas neste edital.

#### 1. DAS REMATRICULAS:

1.1 Período: as rematrículas dos alunos das Creches Municipais serão realizadas no dia 17 de novembro de 2017, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, junto à secretaria das creches municipais.

1.2 Da formalização da rematrícula: a rematrícula, para os alunos que frequentam as creches da rede municipal de ensino de Treze Tílias, deverá ser feita obrigatória e exclusivamente pelos pais ou responsáveis legais das crianças e, para isto, é necessário que os mesmos compareçam à unidade escolar na data estipulada, afim de atualizar os dados cadastrais dos alunos e assinar a ficha de matrícula, sendo que não será garantida a permanência do aluno no mesmo turno do ano vigente.

1.3 Da mudança de turno: os pais ou responsáveis legais que, no ato da rematrícula, solicitarem mudança de turno e esta mudança não seja possível por falta de vaga, deverão deixar o nome do aluno na fila de espera, providenciada pela própria unidade escolar.

1.4 Da documentação necessária: Para realização da rematrícula escolar faz-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

I - Da criança: Carteira de Saúde (contendo informações sobre a saúde da criança, alguma condição especial ou alimentação diferenciada);  
II - Dos pais: comprovante de residência nominal original e atualizado ou cópia autenticada em cartório, comprovante de trabalho (ressaltando que quando não possui folha de pagamento deve ser apresentada uma declaração registrada em cartório, com reconhecimento de firma do declarante, conforme modelo cedido pela secretaria da creche (esta declaração deverá respeitar o Art. 299 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40).

#### 2. DAS MATRICULAS NOVAS:

2.1 Período: as matrículas novas dos alunos das Creches Municipais serão realizadas no dia 21 de novembro de 2017, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, junto à secretaria das creches municipais.

2.2 Da formalização da matrícula: as matrículas novas deverão ser feitas, obrigatória e exclusivamente, pelos pais ou responsáveis legais das crianças e, para isto, é necessário que os mesmos compareçam à unidade escolar na data estipulada, afim de cadastrar os alunos e assinar a ficha de matrícula, sendo que não será garantido turno e nem período integral.

2.3 Da documentação necessária: Para realização da matrícula nova faz-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

I - Da criança: Carteira de Saúde (contendo informações sobre a saúde da criança, alguma condição especial ou alimentação diferenciada);  
II - Dos pais: cópia do RG e do CPF, comprovante de residência nominal original e atualizado ou cópia autenticada em cartório, comprovante de trabalho (ressaltando que quando não possui folha de pagamento deve ser apresentada uma declaração registrada em cartório, com reconhecimento de firma do declarante, conforme modelo cedido pela secretaria da creche (esta declaração deverá respeitar o Art. 299 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40).

2.4 Do público para matrícula: A criança poderá ser matriculada na creche a partir dos 06 (seis) meses de idade, e poderá permanecer até os 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, de acordo com data base que é de 31 de março de cada ano. Encerrado o período de matrícula, serão abertas novas matrículas no início do ano letivo, desde que haja vagas.

#### 3. DA ORGANIZAÇÃO

3.1 Da divisão das salas: As salas de aula das instituições de Educação Infantil (Creches) são divididas por faixa etária, sempre respeitando a idade de cada aluno, de acordo com a data base de 31 de março, conforme segue:

I - Berçário (06 meses a 01 ano de idade);

- II - Maternal I (01 ano completo);
- III - Maternal II (02 anos completos);
- IV - Maternal III (03 anos completos).

3.2 Da disponibilidade de vaga: A unidade escolar disponibilizará vaga para a criança, em turno parcial ou integral, sendo que o turno será determinado pela direção da creche, observando o turno de trabalho dos pais ou responsáveis legais e a disponibilidade de vagas em cada turno. Somente serão realizadas matrículas de crianças, cujos pais ou responsáveis legais estejam residindo no município de Treze Tílias e mediante apresentação de comprovante de residência original, nominal e atualizado ou cópia autenticada em cartório.

3.3 Da prioridade a vaga: será dada prioridade de vaga na matrícula, à criança que esteja em risco de vulnerabilidade social, mediante verificação junto à Secretaria de Assistência Social e CRAS do município.

3.4 Do turno: A unidade escolar disponibilizará a vaga para a criança, porém não será garantido o turno, sendo este determinado pela direção da creche, observando o turno de trabalho dos familiares ou responsáveis legais e a disponibilidade de vagas em cada turno. Após o período de rematricula, as vagas para as matrículas novas serão disponibilizadas aos pais ou responsáveis legais que poderão escolher os turnos remanescentes, por ordem de chegada. Caso a matrícula no turno desejado não seja possível por falta de vaga, os pais ou responsáveis legais deverão deixar o nome da criança na lista de espera que será disponibilizada pela unidade escolar.

3.5 Do período integral: As matrículas para período integral serão realizadas e mantidas mediante comprovação de trabalho dos pais ou responsáveis legais, que deverão apresentar comprovante de trabalho (em jornada integral) original, ou declaração autenticada em cartório, com reconhecimento de firma do declarante, onde conste que o período de trabalho se dá em jornada integral.

3.6 Da ampliação do período de atendimento: Mediante a existência de vaga, terá prioridade na ampliação de período de atendimento, de parcial para integral, a criança que já estiver matriculada. Para tanto os pais ou responsáveis legais deverão apresentar comprovante de trabalho (em jornada integral) original, ou declaração autenticada em cartório, com reconhecimento de firma do declarante, onde conste que o período de trabalho se dá em jornada integral.

3.7 Da transferência: após as matrículas e rematrículas, desde que haja disponibilidade de vaga, será dada prioridade de transferência, entre creches, à criança que esteja em risco de vulnerabilidade social, mediante verificação junto à Secretaria de Assistência Social e CRAS do município, ou à criança que resida próximo à instituição escolar;

3.8 Da lista de espera: A inscrição para a lista de espera cessará no mês de novembro de 2017, período em que se inicia a matrícula para o próximo ano letivo, sendo que só retornará após o fechamento de todas as vagas. Poderá ser inscrita na lista de espera, somente a criança que já tenha completado 6 meses de idade.

3.9 Do quadro de vagas: A organização e agrupamento das crianças na Unidades Escolares das creches tem como referência a faixa etária, a proposta pedagógica e o espaço físico da Instituição, permitindo a seguinte relação: criança/ professor/ auxiliar de sala, por turma (p/t) e por período (p/p):

I - Crianças de 6 meses a 1 ano - de 6 a 10 crianças (p/t - p/p) - 01 professor e 01 auxiliar

II - Crianças de 1 a 2 anos - de 10 a 14 crianças (p/t - p/p) - 01 professor e 01 auxiliar

III - Crianças de 2 a 3 anos - de 12 a 16 crianças (p/t - p/p) - 01 professor e 01 auxiliar

IV - Crianças de 3 a 4 anos - de 15 a 20 crianças (p/t - p/p) - 01 professor e 01 auxiliar

3.10 Das reservas de vagas: serão reservadas duas das vagas mencionadas no item 3.8, em cada faixa etária, para crianças em situação de vulnerabilidade social que, por ventura, forem encaminhadas pelo Conselho Tutelar.

3.11 Do horário de funcionamento: O horário de funcionamento das creches municipais de Treze Tílias, no ano letivo de 2018, será das 07h15 às 18h15, sendo que sua organização se dará da seguinte forma:

I - O recebimento das crianças, no período matutino, será das 07h15 às 08h15.

II - A liberação das crianças que frequentam o período matutino será das 11h00 às 12h15.

III - O recebimento das crianças, no período vespertino, será das 13h00 às 13h30.

IV - A liberação das crianças que frequentam o período vespertino, remanescentes do período matutino, será das 13h00 às 13h30.

V- A liberação das crianças que frequentam o período vespertino será das 17h00 às 18h15.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

4.1 Da divulgação: o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Treze Tílias, bem como ficará exposto nas Creches Municipais e no site [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br)

4.2 Do término das inscrições: após o término das inscrições para rematricula e matrícula nova, os pais ou responsáveis legais que procurarem a unidade escolar serão orientados a retornar em Fevereiro de 2018, quando será verificada a disponibilidade de novas vagas. Os casos remanescentes serão analisados de acordo com a Resolução 01/2015 e Resolução 001/2017, do Conselho Municipal de Educação, que definem o Regulamento Interno das creches municipais de Treze Tílias/SC.

4.3 Os casos omissos neste edital serão analisados diretamente na secretaria das creches municipais ou, em segunda instância, pelo Conselho Escolar de cada instituição.

4.4 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Treze Tílias, 06 de Novembro de 2017.

MARI PIAIA

Secretária de Educação

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2017**

Publicação Nº 1418739

EXTRATO DE CONTRATO 84/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de forma parcelada de placas, suportes, tachões, faixa elevada e pintura para sinalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital

Processo: TP 90/2017

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 417.289,50 (Quatrocentos e dezessete mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2017: 05.03.2006.33.90.00.00.00.00

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 12 meses

DATA ASSINATURA: 04/10/2017

TREZE TÍLIAS, 04/10/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2017**

Publicação Nº 1418744

EXTRATO DE CONTRATO 85/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de forma parcelada de placas, suportes, tachões, faixa elevada e pintura para sinalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital

Processo: TP 90/2017

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos)

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2017: 05.03.2006.33.90.00.00.00.00

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 12 meses

DATA ASSINATURA: 04/10/2017

TREZE TÍLIAS, 04/10/2017

**PORTARIA Nº 178/2017**

Publicação Nº 1417404

PORTARIA Nº 178/17 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, a partir dia 01 de novembro de 2017, licença prêmio a servidora municipal abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011 e respectivo requerimento protocolado sob o Nº 624 Lv 05 Pág. 53B.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marisa Maciel B. Peretti	07/12/2011 a 07/12/2016	01/11/2017 a 29/01/2018	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

**EDITAL CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017**

Publicação Nº 1417405



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
CONCURSO PÚBLICO**  
Edital nº 001/2017, de 01 de novembro de 2017.



Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público de provimento efetivo do Município de Treze Tílias/SC.

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Ministro Andreas Thaler, 25 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, MAURO DRESCH, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 73, VII, IX, XIII, XXIV e demais preceitos da Lei Orgânica Municipal torna público que estão abertas as inscrições para a realização de CONCURSO PÚBLICO visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos termos do presente edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1 O Concurso Público serão regidos por este Edital, pelos diplomas legais e regulamentares, seus anexos e posteriores retificações, caso existam, visa ao preenchimento das vagas abaixo citadas, respeitando o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) a candidatos com deficiência, nos termos do disposto no art. 37, §1º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações posteriores, que dispõem sobre a reserva de vagas para candidatos com deficiência. O Concurso Público será executado sob a responsabilidade do município de Treze Tílias-SC, em conjunto com a CURSIVA Assessoria e Consultoria.
- 1.2 O Concurso Público será regido por este Edital e suas possíveis modificações.
- 1.3 O certame será executado sob a responsabilidade CURSIVA Assessoria e Consultoria, cabendo-lhe a operacionalização de todas as fases, até a publicação da listagem final de aprovados, com o acompanhamento e fiscalização da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso nomeada pela Portaria 169/2017.
- 1.4 A inscrição do candidato implicará a concordância plena e integral com os termos deste Edital.
- 1.5 Todos os horários definidos neste Edital, em seus anexos e em comunicados oficiais têm como referência o horário oficial de Brasília.

**2. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

- 2.1 A seleção dos candidatos para os Cargos dar-se-á por meio de uma ou duas etapas (conforme o caso), quais sejam:
  - a) Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;
  - b) Prova de Títulos.
- 2.2 Contará, ainda, em caráter eliminatório os exames médicos, sendo excluídos do certame os candidatos, quando convocados, que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público no qual se inscreveram conforme descrito no item 3.3 letra "j".
- 2.3 Os resultados e as convocações serão divulgados na Internet, no seguinte endereço eletrônico: [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) ou [www.trezetiliassc.gov.br](http://www.trezetiliassc.gov.br).
- 2.4 Todas as etapas do Concurso para os Cargos serão realizadas no município de Treze Tílias - SC.
- 2.5 As despesas da participação em todas as fases e procedimentos do concurso correrão por conta do candidato, que não terá direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas por parte do município e da empresa responsável pelo certame.

**3. DOS CARGOS**

- 3.1 A denominação da Carreira, do Cargo, os requisitos, o salário inicial, o valor da taxa de inscrição, a carga horária e o número de vagas estão estabelecidos na tabela a seguir:

**3.1.1 VAGAS PARA CONCURSO PÚBLICO**

CARGOS	Nº DE VAGAS	SALÁRIO R\$	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	TIPO DE PROVA	TAXA DE INSCRIÇÃO
Professor de Artes	01	3.369,64	40 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica em Artes ou Educação Artística, para atuar na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Psicopedagogo	01	3.369,64	40 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação na área de atuação ou em áreas correlatas (Pedagogia, Psicopedagogia ou Psicologia)	PO + TI	R\$ 100,00
Coordenador pedagógico	01	3.875,08	40 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação para atuação na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Agente Administrativo	02	1.479,88	40 hs	Nível médio completo	PO	R\$ 80,00
(I) T.M.N.M Orientador social	01	1.621,22	40 hs	Formação em magistério em nível médio e/ou licenciatura	PO	R\$ 80,00
T.M.N.S Assistente social	01	3.637,06	40 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Assistência Social) e registro no respectivo conselho de classe	PO	R\$ 100,00
(II) T.M.N.S Médico	02	18.307,95	40 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Medicina) e registro no respectivo conselho de classe	PO	R\$ 100,00
(II) T.M.N.S Médico	02	9.153,97	20 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Medicina) e registro no respectivo conselho de classe	PO	R\$ 100,00
Agente de Combate as Endemias	01	1.479,88	40 hs	Ensino fundamental completo	PO	R\$ 60,00

(I) Para o T.M.N.M Orientador Social (classificado e convocado) que apresentar diploma de licenciatura confere o adicional de 10% (dez) sobre o salário base, conforme anexo II da Lei Complementar nº 82/2015;

(II) Para o cargo de T.M.N.S Médico, a jornada de trabalho “poderá” ser no período noturno, bem como de turno único (ininterrupto), a critério da Administração;

**DESCRIÇÕES DAS NOMENCLATURAS:**

T.M.N.M – Técnico municipal de nível médio;

T.M.N.S – Técnico municipal de nível superior;

PO – Prova objetiva;

TI – Títulos;

\* Não há reserva de vagas para candidatos com deficiência devido ao quantitativo total de vagas ofertadas no certame. Na hipótese de criação de novas vagas, serão respeitados os percentuais previstos nas respectivas legislações, conforme itens 6 e 7 deste edital.



- 3.2 As vagas e o salário dos candidatos classificados que vierem a ser convocados respeitarão as informações contidas na tabela acima.
- 3.3 O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no Cargo, aos seguintes requisitos:
- a) ter sido aprovado e classificado no concurso na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;
  - b) ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
  - c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - d) estar em pleno gozo dos direitos políticos;
  - e) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;
  - f) firmar declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
  - g) apresentar declaração quanto ao exercício de outro(s) emprego(s) ou função(ões) pública(s) e sobre recebimento de proventos decorrentes de aposentadoria e pensão;
  - h) firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
  - i) firmar declaração de que não foi demitido a bem do serviço público;
  - j) ser considerado apto no exame médico realizado pela junta médica nomeada pela Portaria 170/2017, quais seja:
- A) Com data de realização inferior a 60 dias:**
- Hemograma completo;
  - Glicemia de jejum;
  - Perfil Lipídico (CT, LDL, HDL e triglicerídeos);
  - TGO-TGO-Gama GT;
  - Ácido úrico;
  - Uréia e Creatinina;
  - V.D.R.L (Sorologia para Lues);
  - Exame de urina (EQU);
  - Exame parasitológico de fezes;
  - TSH(US) e T4 livre;
  - HBSAG;
  - Toxicológico para as seguintes substâncias (Crack, maconha e cocaína);
- B) Com data inferior a 01 ano:**
- Eletrocardiograma de repouso (com laudo), e
  - Exame do Tórax – PA e perfil – (com laudo e radiografias);
  - Audiometria tonal;
  - Screening visual;
  - Laudo Psiquiátrico (emitido por psiquiatra);
- C) Exames com validade permanente:**
- Tipagem sanguínea – ABO e fator RH;
- k) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior ou nível médio, fornecido por instituição de ensino, reconhecido pelo Ministério da Educação, comprovado por meio de apresentação de original e cópia do respectivo documento;
  - l) apresentar inscrição no órgão de sua área e estar com a situação regularizada junto a este;
  - m) comprovar a qualificação mínima exigida na data da nomeação;
  - n) não ter sido condenado à pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública;
  - o) estar inscrito regularmente no Cadastro de Pessoas Físicas;
  - p) ter aptidão física e mental para o exercício da função, bem como não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do Cargo; e
  - q) cumprir as determinações deste Edital.
- 3.4 Não haverá qualquer restrição ao candidato que, no ato de sua inscrição no certame, não possuir os requisitos estabelecidos no subitem 3.3. No entanto, o Cargo somente será provido pelo candidato aprovado que até a data limite para comprovação tiver cumprido todas as exigências descritas no edital.

- 3.5 No ato da convocação, até a data limite de comprovação, todos os requisitos especificados no item 3.3 deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original.
- 3.6 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

#### **4. DAS INSCRIÇÕES**

- 4.1 As inscrições para o Concurso Público encontrar-se-ão abertas no período **de 01 de novembro de 2017 até 02 de dezembro de 2017**.
- 4.2 Para efetuar sua inscrição, o interessado deverá acessar, via Internet, o endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), observando o seguinte:
- a) acessar o endereço eletrônico a partir **do dia 01 de novembro de 2017 até as 23h59 do dia 02 de dezembro de 2017**;
- b) preencher o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;
- c) o envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto de pagamento da taxa de inscrição, que deverá ser impresso e pago em espécie, preferencialmente na Agência do Banco do Brasil, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do cartão de confirmação de inscrição;
- d) a inscrição feita pela Internet somente terá validade após a confirmação do pagamento;
- e) o município de Treze Tílias e a empresa CURSIVA não se responsabilizam por Requerimentos de Inscrição que não tenham sido recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados;
- f) o Requerimento de Inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição (boleto bancário) não seja efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições via Internet (**03 de dezembro de 2017**);
- g) após as **23h59 do dia 02 de dezembro de 2017**, não será mais possível acessar o formulário de Requerimento de Inscrição; e
- h) o pagamento do valor da taxa de inscrição por meio eletrônico poderá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrição via Internet (**03 de dezembro de 2017**). Os pagamentos efetuados após esse prazo não serão aceitos.
- 4.3 O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário emitido, gerado ao término do processo de inscrição.
- 4.4 O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento do Requerimento de Inscrição.
- 4.5 Todos os candidatos inscritos no período entre **o dia 01 de novembro de 2017 até as 23h59 do dia 02 de dezembro de 2017** poderão reimprimir, caso necessário, o boleto bancário, no máximo até às **23h59min** do último dia do encerramento das inscrições (**02 de dezembro de 2017**), quando essa ferramenta será retirada do site.
- 4.5.1 O pagamento da taxa de inscrição após o vencimento, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto bancário e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam o cancelamento da inscrição.
- 4.5.2 Não será aceito, como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.
- 4.5.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.
- 4.6 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do subitem 5.1 e seguintes deste Edital.
- 4.6.1 O cartão de confirmação de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
- 4.6.2 Quando do pagamento do boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados. As inscrições e/ou pagamentos que não forem

identificados devido a erro na informação de dados pelo candidato no pagamento do referido boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

- 4.7 Não serão aceitos os pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
- 4.8 É vedada a transferência do valor pago, a título de taxa, para terceiros, para outra inscrição ou para outro concurso.
- 4.9 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 4.10 A inscrição implica o conhecimento e a tácita aceitação, por parte do candidato, das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, bem como quanto à realização das provas nas datas estipuladas.
- 4.11 A qualquer tempo, mesmo após o término do processo de seleção, poderão ser anuladas a inscrição, as provas e a contratação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.
- 4.11.1 O candidato que cometer, no ato de inscrição, erro grosseiro na digitação de seu nome, ou apresentar documento de identificação que não conste na ficha de cadastro do concurso, será eliminado do certame, a qualquer tempo.
- 4.11.2 O candidato somente deverá efetivar o pagamento da taxa de inscrição após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos neste Edital.
- 4.12 Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições *online* da CURSIVA Assessoria e Consultoria pela data e hora de envio do requerimento via Internet. Consequentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.
- 4.13 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso ou por conveniência da Administração Pública.
- 4.14 O cartão de confirmação de inscrição e/ou do pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados quando solicitado.
- 4.15 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.
- 4.16 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a insubsistência da mesma.

## **5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

- 5.1 O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, devendo optar por esta situação no ato da inscrição e anexar o comprovante de doação e enviar de forma online. Este comprovante deverá estar de acordo com o descrito no item 5.1.2.
- 5.1.1 Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.
- 5.1.2 Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito a isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, três doações no período de um ano.
- 5.2 A CURSIVA avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no site da empresa executora do certame conforme cronograma, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.
- 5.3 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia **03/12/2017**.
- 5.4 A isenção mencionada no subitem 5.1 poderá ser solicitada no período entre o **dia 01 de novembro de 2017 e 23h59 do dia 20 de novembro de 2017**, por meio de inscrição no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 5.5 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua

eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

- 5.6 O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção da taxa de inscrição não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita a análise e deferimento por parte da CURSIVA Assessoria e Consultoria.
- 5.7 Não será deferida a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por fax ou pelos Correios.
- 5.8 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.
- 5.9 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado no **dia 21 de novembro de 2017**.
- 5.10 O candidato cujo requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, através da *aba recursos* na área do candidato disponibilizado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 5.11 A relação dos pedidos de isenção deferidos, após recurso, será divulgada no **dia 23 de novembro de 2017**.
  - 5.11.1 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento do boleto bancário somente após, divulgada a relação definitiva dos pedidos de isenção.
- 5.12 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) para imprimir o boleto bancário para pagamento, na forma e no prazo estabelecidos neste Edital.
- 5.13 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha efetivado o pagamento do boleto bancário terá sua isenção cancelada.
- 5.14 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido neste Edital estará automaticamente excluído do Concurso Público.

## **6. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

- 6.1 Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no nos termos do disposto no Artigo 37, § 1º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, é assegurado o direito de inscrição para Cargo no Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.
  - 6.1.1 Do total de vagas para o Cargo, e das vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.
  - 6.1.2 Se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas reservadas para o Cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) das vagas, conforme previsto no art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.
  - 6.1.3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) do dia **01 de novembro de 2017** até o dia **30 de novembro de 2017**, impreterivelmente, via **SEDEX ou Carta Registrada com AR, Rua Anir Zauza, 136, Centro – Nova Itaberaba – SC – CEP: 89818-000**, com os seguintes dizeres: **CONCURSO TREZE TILIAS-SC – DOCUMENTAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da comissão. No caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.
  - 6.1.4 O laudo médico deverá conter:
    - a) a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a causa da deficiência;
    - b) a indicação de órteses, próteses ou adaptações, se for o caso;
    - c) a deficiência auditiva, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 6 (seis) meses antes, a contar da data de início do período de inscrição;

- d) a deficiência múltipla, constando a associação de duas ou mais deficiências, se for o caso;  
e) a deficiência visual, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de acuidade em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual.
- 6.2 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no item 8 deste Edital, indicando as condições de que necessita para a realização das provas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/99.
- 6.3 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 6.3.1 O candidato cujo pedido de inscrição na condição de pessoa com deficiência for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis subsequentes ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à CURSIVA por meio do endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 6.4 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao Cargo e também em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência.
- 6.4.1 O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via Internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a CURSIVA por telefone 49 33270089 ou, ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 6.1.3 deste Edital, para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.
- 6.5 A classificação e aprovação do candidato não garante a ocupação da vaga reservada às pessoas com deficiência, devendo ainda, quando convocado, submeter-se à Perícia Médica que será promovida pela municipalidade.
- 6.5.1 A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação da deficiência do candidato classificado.
- 6.6 A não observância do disposto no subitem 6.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.
- 6.6.1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.
- 6.7 Conforme o estabelecido na legislação vigente, o candidato que não se enquadrar como pessoa com deficiência na perícia médica, caso seja aprovado em todas as fases do Concurso Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo/especialidade, desde que se encontre no quantitativo de corte previsto para ampla concorrência em cada etapa, quando houver; caso contrário, será eliminado do concurso público.
- 6.8 Caso a perícia médica confirme a deficiência declarada pelo candidato classificado, ele será convocado nessa condição, ficando a cargo de uma equipe multiprofissional, instituída nos moldes do artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99, a avaliação, durante o contrato de experiência, da compatibilidade entre a natureza da deficiência apresentada pelo candidato e as atribuições inerentes ao Cargo para o qual foi nomeado.
- 6.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao Cargo.
- 6.10 A classificação do candidato na condição de pessoa com deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.
- 6.11 A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos na condição de pessoa com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos, em ordem decrescente de classificação.
- 6.12 O grau de deficiência de que for portador o candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

## **7. DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

- 7.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, preencher e enviar o Formulário do Anexo III, à CURSIVA, do **dia 01 de novembro de 2017** até o **dia 30 de novembro de 2017**, impreterivelmente, via **SEDEX** ou **Carta Registrada com AR**, correspondência com os seguintes dizeres:



**CONCURSO TREZE TÍLIAS-SC – ATENDIMENTO ESPECIAL (Especificar o Cargo) – Anir Zauza, 136, Centro, Nova Itaberaba-SC, CEP 89818000**, contendo laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Para fins de concessão de tempo adicional, serão aceitos laudo médico ou parecer emitido por profissional de saúde (ambos em via original ou cópia autenticada em cartório). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.1.1 Não serão aceitos documentos encaminhados para endereço diverso do indicado no subitem 7.1.

7.1.2 Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de **30 de novembro de 2017**, o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via correio eletrônico, juntamente com cópia digitalizada do laudo médico ou com parecer, que justifique o pedido e, posteriormente, encaminhar o documento original ou cópia autenticada em cartório, via SEDEX ou Carta Registrada, para a CURSIVA Assessoria e Consultoria, no endereço indicado no subitem 7.1, especificando os recursos especiais necessários.

7.1.3 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato ou em parecer emitido por profissional de saúde. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida **uma hora** a mais para a realização das provas.

7.1.4 O fornecimento do laudo médico ou do parecer (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

7.1.4.1 O município de Treze Tílias-SC e a CURSIVA não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à CURSIVA. O laudo médico ou o parecer (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

7.2 Será divulgada no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) a relação de candidatos que tiverem deferidos ou indeferidos os pedidos de atendimento especial para a realização das provas.

7.2.1 O candidato cujo pedido de atendimento especial for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à CURSIVA por meio do formulário eletrônico disponível na área do candidato.

7.3 De acordo com o subitem 7.1.2, portadores de doença infectocontagiosa que não tiverem comunicado o fato à CURSIVA, por inexistir a doença na data-limite referida, deverão fazê-lo por meio do contato telefônico tão logo a condição seja diagnosticada.

7.3.1 Os candidatos nessa situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

7.4 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim, conforme subitem 7.1.

7.4.1 A candidata deverá comparecer com um acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o responsável pela sua guarda.

7.4.2 A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.4.3 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

7.4.4 Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por uma fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.

7.5 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar a situação à CURSIVA previamente, nos moldes do subitem 7.1 deste Edital.

7.5.1 Esses candidatos ainda deverão comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos.

7.6 O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo pelo e-mail [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br) até às 23h59min do dia **30 de novembro de 2017**.

7.6.1 Será solicitado o preenchimento e envio, até o dia **30 de novembro de 2017**, de requerimento que será fornecido por via eletrônica, o qual deverá ser assinado e encaminhado, juntamente com cópia simples do documento oficial de identidade do candidato, via **SEDEX ou Carta Registrada com AR**, para a CURSIVA – **Rua Anir Zauza, 136, Centro, Nova Itaberaba-SC, CEP 89818000**, fazendo constar



no envelope: **CONCURSO / TREZE TÍLIAS – REQUERIMENTO DE NOME SOCIAL (Especificar o Cargo/Especialidade).**

- 7.6.2 Não serão aceitas outras formas de solicitação de nome social, tais como: via postal, telefone ou fax. A CURSIVA reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.
- 7.6.3 O candidato nesta situação deverá realizar sua inscrição utilizando seu nome social, ficando ciente de que tal nome será o único divulgado em toda e qualquer publicação relativa ao Concurso.

## 8. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

- 8.1 A aplicação da Prova Escrita Objetiva será no dia **10 de dezembro de 2017**, das **8h às 12h**, segundo o horário oficial de Brasília. Os portões de acesso ao local da realização da prova objetiva serão fechados **15 minutos antes do início da prova**. Após o fechamento dos portões não será mais permitido o acesso ao local da prova objetiva e consequentemente não terá mais o direito de realizar a prova.
- 8.2 A Prova Objetiva e a Entrega dos Títulos serão realizadas na:  
**ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ FILOMENA RABELO**  
**PONTO DE REFERÊNCIA: FUNDOS DA IGREJA MATRIZ**  
**ENDEREÇO: RUA IVO D' AQUINO Nº 220**  
**BAIRRO: CENTRO**  
**CIDADE: TREZE TÍLIAS/SC**
- 8.3 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
- 8.3.1 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos horários ou dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.

## 8.4 DAS PROVAS

As Provas Objetivas e Títulos respeitará o número de questões e seus valores conforme abaixo descrito:

- 8.4.1 – **TABELA “A”** O quadro a seguir apresenta as disciplinas, a quantidade de questões e a valor das Provas para os **cargos de Nível Superior**:

CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL	
*Assistente Social *Médico (todos)	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	10 Questões	0,25	2,50	
		MATEMÁTICA	05 Questões	0,25	1,55	
		LEGISLAÇÃO	05 Questões	0,25	1,25	
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20 Questões	0,25	5,0	
		TOTAL			10	
CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL	
*Professores de Artes *Coordenador Pedagógico *Psicopedagogo	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	10 Questões	0,15	1,50	
		MATEMÁTICA	05 Questões	0,15	0,75	
		LEGISLAÇÃO	05 Questões	0,15	0,75	
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20 Questões	0,15	3,0	
	TÍTULOS					4,0
	TOTAL					10

- 8.4.2 – **TABELA “B”** O quadro a seguir apresenta as disciplinas, a quantidade de questões e a valor das Provas para os **cargos de Nível Médio**:

CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
*Orientador Social		LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,30	1,50

*Agente Administrativo	OBJETIVA	MATEMÁTICA	05	0,30	1,50
		LEGISLAÇÃO	05	0,30	1,50
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	15	0,30	4,50
	TOTAL				9,0

**8.4.3 – TABELA “C”** O quadro a seguir apresenta as disciplinas, a quantidade de questões e a valor das Provas para os **cargos de Ensino Fundamental**:

CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
*Agente de Combate a Endemias	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,50	2,50
		MATEMÁTICA	05	0,50	2,50
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10	0,50	5,0
	TOTAL				10

- 8.5 Será considerado aprovado ou classificado para a prova de títulos o candidato que acertar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total da prova Objetiva.
- 8.6 O candidato que não atender ao requisito do subitem 8.5 será **eliminado** do concurso.
- 8.7 Os candidatos não eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais na Prova Escrita Objetiva ou Títulos.

## 9. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

- 9.1 A Avaliação de Títulos possui caráter classificatório e será aplicada para todos os candidatos ao cargo de Professor de Artes, psicopedagogo, coordenador pedagógico.
- 9.2 A prova de títulos consiste na avaliação, somente, dos cursos concluídos relacionados neste edital e vinculados diretamente à área geral de atuação do cargo.
- 9.3 Os títulos deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada.
- 9.4 **Os títulos deverão estar em um envelope com nome, número da inscrição e cargo pretendido**, e serem entregues no dia da realização da Prova Objetiva no local supracitado, para o fiscal de sala.
- 9.5 Ao entregar os títulos o candidato deverá assinar a ata de entrega de títulos que será o comprovante de entrega dos mesmos.
- 9.6 Os títulos entregues não serão devolvidos.
- 9.7 Não haverá, em hipótese alguma, outra data para a entrega de títulos, uma vez entregue os títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos.
- 9.7.1 A entrega dos Títulos, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. Os Títulos terão validade somente para este Concurso e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desses documentos.
- 9.8 A não entrega dos Títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na Avaliação de Títulos para o cálculo da pontuação final.
- 9.9 Somente serão considerados os Títulos que se enquadrarem nos critérios previstos neste Edital.
- 9.10 Todos os cursos previstos para pontuação na Avaliação de Títulos deverão estar concluídos.
- 9.11 Somente serão considerados como documentos comprobatórios diplomas e certificados ou declarações de conclusão do(s) curso(s) confeccionados em papel timbrado da instituição, atestando a data de conclusão, a carga horária e a defesa da monografia/dissertação/tese, com aprovação da banca e carimbo da instituição, quando for o caso.
- 9.12 Os diplomas ou as declarações comprobatórias da escolaridade exigida como requisito básico para o cargo não serão computados na Avaliação de Títulos.
- 9.13 Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação, em qualquer nível, serão aceitas declarações ou atestados de conclusão do curso, desde que acompanhados dos respectivos históricos escolares.
- 9.14 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração, sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- 9.15 Para os cargos de Professor, psicopedagogo, coordenador pedagógico serão considerados os seguintes títulos:

TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO
Diploma, devidamente registrado, de <u>Conclusão de doutorado</u> . Também será aceito certificado/declaração de conclusão de doutorado, desde que acompanhado do histórico do curso e vinculados a área geral de atuação do cargo.	2,0 (dois) Pontos
Diploma, devidamente registrado, de <u>conclusão de mestrado</u> . Também será aceito certificado/declaração de conclusão de mestrado, desde que acompanhado do histórico do curso e vinculados a área geral de atuação do cargo.	1,0 (um) Ponto
Certificado de curso de <u>pós-graduação</u> em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar, com carga horária mínima de 360 horas-aula e vinculados a área geral de atuação do cargo.	0,75 (zero setenta e cinco) Pontos
Apresentação de no mínimo 80hs de cursos na área de atuação	0,25(zero vinte e cinco) Pontos
<b>Total</b>	<b>4,0 Pontos</b>

- 9.16 Somente serão considerados e avaliados os títulos expedidos por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil.
- 9.17 Cada título será considerado uma única vez, não havendo a possibilidade de somatória.
- 9.18 Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras somente serão aceitos se reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, conforme legislação que trata da matéria.
- 9.19 O documento expedido em língua estrangeira somente terá validade quando traduzido para língua portuguesa por tradutor juramentado.
- 9.20 O resultado preliminar da Avaliação de Títulos será divulgado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br)
- 9.21 Os candidatos disporão de dois dias úteis para interpor recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos, por meio de link disponível no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), na Área do Candidato, *aba recursos*.
- 9.22 O resultado final da Avaliação de Títulos será publicado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).

#### **10. DA APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**

- 10.1 Para garantir a segurança no certame, NÃO SERÁ ADMITIDO INGRESSAR nas salas de aplicação de prova com TELEFONES CELULARES OU QUALQUER APARELHO RECEPTOR E TRANSMISSOR DE INFORMAÇÕES.
- 10.1.1 O candidato flagrado portando telefone celular ou qualquer aparelho receptor e transmissor de informações durante a realização da prova será eliminado do concurso a qualquer tempo.
- 10.2 Visando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso serão adotados os procedimentos a seguir especificados:
- após ser identificado, nenhum candidato poderá se retirar da sala sem autorização e acompanhamento da fiscalização;
  - o tempo mínimo de permanência do candidato em sala será de 40 minutos;
  - o candidato que insistir em sair da sala de aplicação da prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência, que será lavrado pelo responsável pela aplicação da prova, declarando sua desistência do Concurso Público;
    - caso o candidato recuse-se a assinar o Termo de Ocorrência, o fiscal deverá registrar o acontecido no Termo de Ocorrência colhendo a assinatura de duas testemunhas.
  - não será permitido, sob hipótese alguma, durante a aplicação da prova, o retorno do candidato à sala de aplicação da prova após ter-se retirado do recinto, sem autorização, ainda que por questões de saúde;
    - Será proibido o ingresso de pessoas estranhas no local de realização da prova e em suas dependências, bem como será proibida a permanência do candidato no local após a realização da prova.
  - o candidato não poderá levar o Caderno de Questões.
    - Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, a sua folha de respostas e o seu caderno de questões.

- f) os candidatos serão submetidos, durante a realização das provas, ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários e aleatoriamente, a qualquer momento, durante a realização das provas;
- f.1) não será permitido o uso dos sanitários por candidatos que tenham terminado as provas. A exclusivo critério da Coordenação do local, poderá ser permitido, caso haja disponibilidade, o uso de outros sanitários que não estejam sendo usados para o atendimento a candidatos que ainda estejam realizando as provas;
- f.2) excepcionalmente, por razões de segurança, outros procedimentos de vistoria além dos escritos poderão ser realizados em qualquer momento durante a aplicação da prova;
- g) caso o candidato deseje efetuar qualquer reclamação que verse sobre a aplicação das provas, deverá solicitar ao fiscal que relate a situação na ata da sala em que estiver realizando o concurso, já que este é o documento hábil para o registro dos fatos relevantes verificados durante a aplicação das provas.
- 10.3 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).
- 10.3.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 10.3.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
- 10.4 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 10.3 deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 10.5 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido, no máximo, trinta dias antes. Na ocasião, será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 10.5.1 A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação suscite dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 10.6 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a CURSIVA poderá a seu critério, proceder como forma de identificação, à coleta da impressão digital do polegar direito de todos os candidatos no dia de realização das provas.
- 10.7 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado oficial.
- 10.8 Os três últimos candidatos a terminarem as provas deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado, terem assinados todos os cartões resposta da respectiva sala e terem seus nomes registrados na ata, além de estabelecidas suas respectivas assinaturas.
- 10.8.1 A regra do subitem anterior poderá ser relativizada quando se tratar de casos excepcionais nos quais haja número reduzido de candidatos acomodados em uma determinada sala de aplicação, como, por exemplo, no caso de candidatos com necessidades especiais que necessitem de sala em separado para a realização do concurso, oportunidade em que o lacre da embalagem de segurança será testemunhado pelos membros da equipe de aplicação, juntamente com o(s) candidato(s) presente(s) na sala de aplicação de prova.
- 10.9 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de aplicação de provas.
- 10.9.1 Se, por qualquer razão fortuita, o concurso sofrer atraso em seu início ou necessitar de interrupção, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.
- 10.9.2 Os candidatos afetados deverão permanecer no local do concurso. Durante o período em que estiverem aguardando, para fins de interpretação das regras deste Edital, o tempo para realização da prova será interrompido.

- 10.10 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.
- 10.11 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
- 10.12 Será eliminado do concurso o candidato que ingressar nas salas de aplicação de prova portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, notebook, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico.
- 10.12.1 A CURSIVA não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos na entrada ou na saída dos locais de prova, nem por danos a eles causados.
- 10.12.2 A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada na sala de aplicação de provas. Assim, ao ingressar na sala de aplicação de prova o candidato não poderá portar qualquer telefone celular ou aparelho receptor e transmissor de informações, **sendo fortemente recomendável que o candidato não leve esses aparelhos para quaisquer dependências do local de provas.**
- 10.13 O candidato que ingressar nos locais de prova portando controle de alarme de carro, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha ou algo similar deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, que deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
- 12.13.1 O candidato que descumprir a regra do subitem anterior será eliminado do concurso.
- 10.14 Para a segurança de todos os envolvidos no concurso, é proibido que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, o candidato esteja em exercício funcional, deverá comunicar até o dia **01 de dezembro de 2017** via correio eletrônico para [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br) essa situação.
- 10.14.1 O candidato que comunicar à CURSIVA que portará arma na data da realização das provas será encaminhado à Coordenação da unidade, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante termo de acautelamento de arma de fogo, no qual preencherá os dados relativos ao armamento.
- 10.15 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a sua realização:
- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
  - b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, ou que se comunicar com outro candidato;
  - c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos e quaisquer utensílios descritos nos subitens 10.12 e 10.13;
  - d) não guardar os objetos em embalagem não reutilizável, conforme as regras do subitem 10.13;
  - e) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
  - f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no cartão de confirmação de inscrição ou em qualquer outro meio;
  - g) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
  - h) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
  - i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
  - j) descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na folha de respostas;
  - k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
  - l) utilizar-se ou tentar se utilizar de meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
  - m) não permitir a coleta de sua assinatura;
  - n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
  - o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
  - p) não permitir ser submetido ao detector de metal;
  - q) não permitir a coleta de sua impressão digital, caso seja solicitado, em todas as etapas do concurso.
- 10.16 Não será permitido ao candidato fumar na sala de aplicação de provas, bem como nas dependências do local de provas.
- 10.17 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

- 10.18 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.
- 10.19 É garantida a liberdade religiosa a todos os candidatos. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste edital, previamente ao início da prova, aqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem a local a ser indicado pela Coordenação da CURSIVA, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
- 10.19.1 Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário, novo procedimento de vistoria descrito no subitem anterior poderá ser realizado.
- 10.20 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, podendo constituir tentativa de fraude.

## **11. DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO**

- 11.1 A nota final de classificação, para cada candidato aprovado para os cargos será a média ponderada da nota da Prova Escrita Objetiva e da nota da Avaliação de Títulos, conforme descrito na tabela do item 8.4 e 9.15.
- 11.2 Na apuração da NOTA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO, quando a divisão não for exata, levar-se-á em conta a fração até centésimo, sem arredondamento ou aproximação.
- 11.3 A classificação final será obtida, após a aplicação dos critérios de desempate.

## **12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

- 12.1 Em caso de empate nas vagas do cargo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
- a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
  - b) obtiver a maior nota em Conhecimentos Específicos;
  - c) obtiver a maior nota em Língua Portuguesa;
  - d) obtiver a maior nota em Legislação;
  - e) obtiver a maior nota em Matemática
  - f) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais velho contando dia, mês e ano de seu nascimento.

## **13. DOS RECURSOS**

- 13.1 Serão admitidos recursos contra os seguintes atos:
- a) indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;
  - b) indeferimento do pedido para concorrer na condição de pessoa com deficiência;
  - c) indeferimento do pedido de atendimento especial para realização da prova;
  - d) indeferimento das inscrições;
  - e) questões da Prova Escrita Objetiva e o gabarito oficial preliminar
  - f) resultado preliminar da Prova Escrita Objetiva;
  - g) resultado preliminar da Avaliação de Títulos;
- 13.1.1 O prazo para a interposição dos recursos será de **dois dias úteis**, a contar do dia subsequente ao da divulgação no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), no link AREA DO CANDIDATO, *aba recursos*.
- 13.2 O gabarito oficial preliminar da Prova Escrita Objetiva, o resultado preliminar da Prova Escrita Objetiva e o resultado preliminar da Avaliação de Títulos serão divulgados no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 13.3 Para recorrer contra os atos mencionados no subitem 14.1, o candidato deverá fazer uso do formulário eletrônico, disponível no link AREA DO CANDIDATO, *aba recursos* encontrado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), respeitando as respectivas instruções.
- 13.3.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.
- 13.3.2 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente desconsiderado, não sendo sequer encaminhado à Banca Examinadora da CURSIVA.



- 13.3.3 Após a análise dos recursos contra o gabarito oficial preliminar da Prova Escrita Objetiva, a Banca Examinadora da CURSIVA poderá manter o gabarito ou alterá-lo, bem como anular a questão.
- 13.3.4 Se, do exame de recurso, resultar a anulação de questão integrante da Prova Escrita Objetiva, a pontuação correspondente a ela será atribuída a todos os candidatos.
- 13.3.5 Se houver alteração, por força dos recursos, do gabarito oficial preliminar de questão integrante de Prova Escrita Objetiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 13.3.6 Após a análise dos recursos contra os resultados mencionados no subitem 14.1, a Banca Examinadora da CURSIVA poderá manter ou alterar o resultado divulgado.
- 13.3.7 Todos os recursos serão analisados e as respostas serão divulgadas no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 13.3.8 Não serão aceitos recursos fora do prazo ou via fax, Correios e correio eletrônico.
- 13.3.9 O candidato não deverá identificar-se de qualquer forma nos campos do formulário destinados às razões de seu recurso, sob pena de tê-lo liminarmente indeferido.
- 13.4 O julgamento dos recursos pela Comissão Examinadora da CURSIVA exaure a esfera administrativa, não cabendo recurso à Comissão do Concurso.
- 13.4.1 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão ou de reconsideração de decisão proferida em recurso, ou admitido recurso contra o gabarito oficial definitivo, resultados definitivos.
- 13.5 Será liminarmente indeferido o recurso cujo teor desrespeitar a Banca Examinadora.

#### **14. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 14.1 O Resultado Final será homologado pelo Prefeito Municipal de Treze Tílias e divulgado, no endereço do município [trezetilias.sc.gov.br](http://trezetilias.sc.gov.br), no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no endereço [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).

#### **15. DOS ATOS CONVOCATÓRIOS**

- 15.1 Após a homologação do resultado final do concurso, as demais etapas serão precedidas de convocações e nomeações por parte do município de Treze Tílias.
- 15.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as convocações e os atos de nomeação após homologação do Concurso Público.
- 15.2.1 A convocação dos candidatos ocorrerá, também por correio eletrônico, no endereço indicado no ato da inscrição.
- 15.3 O candidato classificado e convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos após a sua notificação oficial para apresentar os seguintes documentos:
- Todos os exames solicitados no item 3.3 letra “j”.
  - Fotocópia do CPF;
  - Fotocópia da identidade;
  - Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
  - Fotocópia da certidão de nascimento;
  - Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos (somente dos filhos menores de 18 anos);
  - Fotocópia da certidão de casamento;
  - Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o item 3.1.1 do Edital nº 001/2017 – Habilitação mínima para o cargo;
  - Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador (T.M.N.S Médico e T.M.N.S Assistente Social);
  - 01 foto 3x4;
  - Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
  - Histórico ou diploma escolar;
  - Carteira de trabalho CTPS;
  - Carteira de motorista – CNH;
  - Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
  - Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar em função pública;
  - Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
  - Declaração de bens e fontes de renda;
  - Demais documentos que a Administração julgar necessário;

- 15.4 A nomeação e a posse dos candidatos aprovados no concurso dependerão da disponibilidade orçamentária e, especialmente, da observância dos limites estabelecidos para despesas com pessoal, previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 15.5 Os candidatos classificados no Concurso Público fora da quantidade de vagas oferecidas, ressalvados os casos de renúncias e desistências, não terão direito líquido e certo à nomeação na hipótese de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público, cabendo ao município de Treze Tílias - SC, de acordo com a necessidade, promover a convocação dos candidatos classificados remanescentes (fora da quantidade de vagas oferecidas).

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 16.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Concurso Público contidas neste Edital e em outros a serem publicados em jornal de circulação local.
- 16.2 O acompanhamento da publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este Concurso Público, divulgados integralmente no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), é de inteira responsabilidade do candidato.
- 16.3 O candidato poderá obter informações referentes ao Concurso Público por meio do telefone 49-33270089 ou do correio eletrônico [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br).
- 16.4 Quaisquer correspondências físicas referidas neste Edital deverão ser enviadas, via **SEDEX** ou **Carta Registrada com AR**, à **CURSIVA Assessoria e Consultoria – Rua Anir Zauza, 136 – Nova Itaberaba –SC – CEP: 89818-000**.
- 16.5 O candidato que desejar informações ou relatar à CURSIVA fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo usando os meios dispostos no subitem 16.3.
- 16.6 A CURSIVA não emitirá declaração de aprovação no Concurso, sendo que o Decreto de Homologação, expedido pelo município, servirá como documento hábil para fins de comprovação da aprovação.
- 16.6.1 Não será fornecido ao candidato, pela CURSIVA, qualquer documento comprobatório de classificação neste Concurso Público, valendo para esse fim o resultado final divulgado em meio oficial.
- 16.7 O prazo de validade do concurso será de **dois anos**, contado a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração Municipal.
- 16.8 É responsabilidade exclusiva do candidato, manter atualizado seu endereço, inclusive eletrônico com a CURSIVA enquanto estiver participando do concurso, até a data de divulgação do resultado final. A atualização do endereço deverá ser solicitada através do correio eletrônico [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br).
- 16.8.1 Após a homologação do Resultado Final do Concurso, a atualização de endereço e telefone para contato deverá ser feita junto ao município de Treze Tílias. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
- 16.9 As despesas decorrentes da participação no Concurso Público, inclusive deslocamento, hospedagem e alimentação, correrão por conta dos candidatos.
- 16.10 Os casos omissos serão resolvidos pela CURSIVA em conjunto com a Comissão do Concurso de acordo com as suas atribuições.
- 16.11 A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.
- 16.12 Os documentos produzidos e utilizados pelos candidatos em todas as etapas do Concurso Público são de uso e propriedade exclusivos da CURSIVA, sendo terminantemente vedada a sua disponibilização a terceiros ou a devolução ao candidato.
- 16.13 Em qualquer fase do certame, a Comissão do Concurso poderá solicitar informações sobre os candidatos, em caráter reservado, e poderá eliminar aqueles que não se enquadrarem nas regras estipuladas neste Edital.
- 16.14 A Comissão do Concurso e a CURSIVA se reservam o direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer fase do presente certame ou posteriormente a ele, em razão de atos não previstos.
- 16.15 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, a prova e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada omissão ou declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
- 16.15.1 Comprovada a inexistência ou irregularidades nas informações fornecidas, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal.
- 16.16 Qualquer irregularidade cometida por pessoa envolvida no concurso, constatada antes, durante ou depois do certame, será objeto de inquérito administrativo e/ou policial nos termos da legislação pertinente, estando sujeita às penalidades previstas na respectiva legislação.

- 16.17 Do vínculo e do regime previdenciário: Os candidatos habilitados e classificados neste certame para o Concurso Público, serão regidos pela Lei Complementar nº 40/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos), Lei Complementar nº 38/2011 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº 39/2011 (Plano de cargos e salários) e suas alterações, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- 16.18 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Edital de Retificação.
- 16.19 Integram este edital os seguintes anexos:
- Anexo I - Descritivo das Atribuições dos Cargos;
  - Anexo II - Conteúdos Programáticos;
  - Anexo III - Requerimento - Pessoas com Deficiência;
  - Anexo IV - Requerimento - Atendimento Especial;
  - Anexo V - Cronograma de Execução.

Treze Tílias, 01 de novembro de 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

**ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DO CARGO****AGENTE ADMINISTRATIVO**

- realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de livros, documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.);
- executar atividades de apoio ao desenvolvimento de trabalhos de natureza técnica e administrativa na área de pessoal, orçamentária, contábil e financeira;
- atender ao público e encaminhar soluções e alternativas;
- obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;
- realizar e atender ligações telefônicas;
- redigir e digitar textos, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos;
- auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências;
- entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do Município, aos respectivos munícipes;
- organizar e atualizar arquivos, fichários ou listagens;
- executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

- realizar visitas à comunidade, a fim de esclarecer e orientar a população acerca dos procedimentos pertinentes, visando evitar a formação e o acúmulo de focos transmissores de moléstias infecto-contagiosas;
- eliminar focos de proliferação de larvas de mosquitos transmissores de doenças, bactérias, parasitas, roedores, fungos e animais peçonhentos e hematófagos, utilizando pesticidas, produtos químicos, dedetizadores, pulverizadores e outros materiais;
- inspecionar poços, fossas, rios, drenos, pocilgas e águas estagnadas em geral, examinando a existência de focos de contaminação e coletando material para posterior análise;
- pesquisar tipos de larvas;
- preencher boletim de controle de visitas, ficha de notificação (descrição das medidas tomadas e das condições do local);
- proceder registro, captura, apreensão e eliminação de animais que represente risco à saúde humana;
- realizar diagnóstico e pedido de providências de situações de irregulares referentes a saneamento geral;
- participar de campanhas de vacinação;
- utilizar equipamentos de proteção necessários para o desempenho de suas atividades;
- atender a reclamação da comunidade para a eliminação de focos;
- executar outras atribuições afins.

**ASSISTENTE SOCIAL**

- participar do planejamento e gestão das políticas sociais;
- coordenar a execução de programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Municipalidade;
- elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda;
- elaborar e executar projetos comunitários para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais e associações comunitárias entre outros segmentos;
- compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda entre outros;
- participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e assistência social;
- coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município;
- desenvolver ações educativas e sócio-educativas nas unidades de saúde, unidades de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de problemas identificados pelo diagnóstico social;
- realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais;
- organizar e manter atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários nas unidades de assistência social da Prefeitura;
- promover o atendimento ao usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao atendimento integral;
- acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares se necessário;
- incentivar a comunidade a participar das atividades, dos programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura;

- coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e serviços sócio-assistenciais, com atividades de caráter educativo e/ou recreativo para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários das políticas públicas;
- colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando proporcionar melhor qualidade de vida do paciente;
- orientar os usuários da rede municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de trabalho, sobre suas relações empregatícias;
- estudar e propor soluções para a melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho;
- apoiar a área de Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e emergência;
- prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e segmentos populacionais;
- emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e regulamentação fundiária;
- elaborar, coordenar e executar programas e projetos de reabilitação comunitária para pessoas com deficiência;
- divulgar as políticas sociais e de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando material educativo;
- formular projetos para captação de recursos;
- articular-se com outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade;
- representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- participar de programas de formação continuada na sua área de atuação;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

#### **COORDENADOR PEDAGÓGICO**

- Coordenar, acompanhar e assessorar a elaboração e execução da proposta pedagógica da Instituição Escolar e/ou da Secretaria Municipal da Educação;
- Administrar o pessoal e os recursos materiais da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;
- Zelar pelo cumprimento do Plano de Trabalho dos docentes e garantir que a Instituição Escolar cumpra com sua função social na construção do conhecimento;
- Prover meios para a recuperação dos alunos com menor rendimento e contribuir para que todos os profissionais da educação se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;
- Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a Instituição Escolar;
- Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e os rendimentos dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da Instituição Escolar;
- Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações pessoais na Instituição Escolar;
- Coordenar, no âmbito da Instituição Escolar ou Secretaria Municipal de Educação, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
- Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
- Participar do diagnóstico e elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da Instituição Escolar;
- Participar da elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da Instituição Escolar, em relação a aspectos pedagógicos, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, sendo ele o ponto de partida e o direcionador permanente do currículo;
- Acompanhar e supervisionar o funcionamento da Instituição Escolar, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino;
- Executar outras atividades compatíveis com a função e que lhe forem confiadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pela Secretaria Municipal de Educação;

#### **MEDICO**

- participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos;
- assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;
- participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;

- efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica, visando prestar assistência integral;
- manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- preencher e assinar declarações de óbito;
- realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes;
- realizar procedimentos cirúrgicos;
- realizar partos;
- efetuar a notificação compulsória de doenças;
- prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis;
- participar de grupos terapêuticos, através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos, para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes;
- participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando a divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades;
- promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos;
- participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população;
- realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe;
- atuar em equipe interdisciplinar e interdisciplinar na estratégia Saúde da Família;
- atuar de acordo com Código de Ética de sua classe;
- efetuar regulação médica, otimizando o atendimento do usuário SUS, na rede assistencial de saúde - ambulatorial, hospitalar, urgência/emergência;
- dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e ou acamados;
- prestar atendimento em urgências e emergências;
- encaminhar pacientes para internação hospitalar, quando necessário;
- acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade;
- encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário;
- participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- participar de auditorias e sindicâncias médicas, quando solicitado;
- orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

#### **ORIENTADOR SOCIAL**

- Coordenar e acompanhar as atividades realizadas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS para as crianças de 0 a 6 anos; 07 a 14, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos acima de 60 anos. De acordo com a faixa etária (crianças/adolescentes/idosos).
- Assegurar que a lista de presença seja atualizada diariamente com o nome dos usuários;
- Participar da organização e planejamento dos eventos realizados no CRAS;
- Elaborar a lista dos materiais necessários para atender as oficinas do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos no CRAS;
- Dar suporte às crianças, ao jovens, adultos, idosos e familiares, esclarecendo dúvidas e prestando informações quanto ao funcionamento e regras da instituição, afim de apoiar os mesmos no processo de aprendizagem e desenvolvimento;
- Elaborar e disponibilizar relatório para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Ministério de Desenvolvimento Social, informando sobre atendimentos e andamento das atividades, bem como o aproveitamento dos participantes nos programas disponibilizados no CRAS, visando à avaliação e aperfeiçoamento do programa;
- Zelar pela conservação dos bens patrimoniais, solicitando reparo e/ou reposição, sempre que necessário;
- Apoiar a equipe técnica em assuntos inerentes à sua área de atuação, apresentando problemas e irregularidades, afim de subsidiar a definição de procedimentos e ações a serem adotadas;
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS.

#### **DO PSICOPEDAGOGO**

- Desenvolve ações preventivas, detectando possíveis perturbações no processo ensino- aprendizagem.
- Participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca;
- Promover orientações metodológicas, em conjunto com a coordenação pedagógica da instituição escolar, de acordo com as características dos indivíduos e grupos;



- Realizar processo de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo.
- Contribuir com as relações, visando à melhoria da qualidade das relações inter e intrapessoais dos indivíduos de toda a comunidade escolar.
- Desenvolver projetos socioeducativo, juntamente com a coordenação pedagógica, a fim de resgatar valores e o autoconhecimento;
- Executar outras atividades compatíveis com a função e que lhe forem confiadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pela Secretaria Municipal de Educação;

**PROFESSORES**

- Possuir habilitação na área de atuação, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; 2.3. Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento educacional e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Elaborar e cumprir com o plano de trabalho e ministrar aulas atrativas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário de forma a vivenciar um clima de respeito mútuo e zelar pela aprendizagem dos educandos;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula, no que for de sua competência, em conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente;
- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; 2.8. Manter, com os colegas e superiores, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa;
- Cooperar com os serviços da coordenação pedagógica e da Direção do estabelecimento Escolar, no que lhe competir;
- Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- Promover e estabelecer estratégias de recuperação preventiva e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento para os educandos que apresentem menor rendimento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações elaborados pela coordenação pedagógica;

**ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****LÍNGUA PORTUGUESA**

A linguagem como elemento de comunicação em situações formais. A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. Os usos da linguagem. O Novo Acordo Ortográfico. Emprego dos sinais gráficos. A pontuação e seu papel para a clareza do texto. Problemas de construção frasal: a ambiguidade, a redundância, a ausência de paralelismo e os vícios de linguagem. A correspondência de tempos verbais na reescritura de frases. As modificações entre discurso direto e indireto. As interferências indevidas da coloquialidade e da língua falada na escrita culta. As funções de linguagem e suas marcas específicas. Estratégias discursivas. Emprego de nexos e outros recursos coesivos. Ortografia. Acentuação gráfica. Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. Classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Colocação pronominal. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Paralelismo de regência. Ocorrência de crase. Pontuação. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.

**MATEMÁTICA**

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

**LEGISLAÇÃO:** Lei Orgânica (com suas devidas alterações até a data do presente edital) e Estatuto dos Servidores Públicos (com suas devidas alterações até a data do presente edital).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ASSISTENTE SOCIAL**

Lei do SUAS a qual altera a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS/2005); Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil; Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Tipificação Nacional de Serviços Socio assistenciais do SUAS (2009); Direitos sócio assistenciais do Suas; Leis Orgânicas de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional de Atendimento da Criança e do Adolescente; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha - Lei nº 11340 de 07/08/2006 e Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Seguridade Social; Direitos Sociais; Movimentos Sociais; Gestão de Políticas Públicas; e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da pessoa com deficiência e Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000. Pesquisa Social; Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662, de sete de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências e Código de Ética do Assistente Social 1993); Serviço Social e Ética; Aportes teóricos e metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e a questão social; Trajetória histórica e debate contemporâneo da profissão; Instrumentalidade do serviço social: Dimensões teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativa; atribuições privativas do assistente social em questão (1ª edição ampliada 2012 – CFESS); Trabalho do assistente social no SUAS; Constituição Federal: a) Princípios Fundamentais. b) Direitos e garantias fundamentais. c) Organização do Estado. d) Organização dos poderes. e) Defesa do Estado e instituições democráticas. f) Tributação e orçamento. g) Ordem econômica e financeira. h) Ordem social. i) Disposições constitucionais gerais e transitórias. j) Emendas constitucionais. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Matrizes teórico-metodológicas e a incidência histórica sobre o Serviço Social: positivismo, fenomenologia, materialismo histórico. O Serviço Social e a questão da ideologia: fundamentos históricos e perspectivas atuais. A polêmica sobre a questão do trabalho e o Serviço Social: a categoria da práxis como referência. O Serviço Social e Solidariedade, destacando o Trabalho Voluntário, a Filantropia e o Cooperativismo como estratégias. Serviço Social e movimento social: fundamentos teórico-metodológicos; desafios históricos e construção de alternativas no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Fundamentos histórico-conceituais das Políticas Sociais: Justiça, Equidade, Direito e Cidadania. Descentralização, participação e controle social nas políticas sociais brasileiras. Corporativismo e clientelismo no processo de formação das políticas sociais brasileiras. O desenvolvimento histórico das políticas sociais no Brasil. As políticas sociais brasileiras no atual contexto de transformações do Capitalismo. O urbano e o rural no Brasil: possibilidades e limites das intervenções públicas. O Processo Gestão das Políticas Sociais e os sujeitos sociais envolvidos. A nova configuração do mundo do trabalho e o trabalho profissional do Assistente Social nas Instituições Públicas. A questão da Seguridade Social no Brasil e o trabalho profissional do Assistente Social. A prevalência dos programas de transferência de renda no contexto das políticas sociais brasileiras. Políticas voltadas para as questões de gênero, etnia, cultura e geração e o trabalho profissional do Assistente Social. Políticas de educação no Brasil e o trabalho

profissional do Assistente Social. Políticas de Habitação no Brasil e trabalho profissional do Assistente Social. O Código de Ética Profissional do Serviço Social contextualizado.

#### **COORDENADOR PEDAGÓGICO**

LDB, ECA. DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A Função Supervisora numa Perspectiva Histórica; A Origem da Supervisão; A Função Supervisora no Contexto Histórico Brasileiro; A Supervisão nos Dias Atuais; A Autoridade Escolar e sua Historicidade; A Supervisão Escolar: um urgente desafio; Prática e Supervisão; O Pano de Fundo Político; Supervisão Educacional e Gestão Democrática: um elo para o sucesso escolar; Gestão Escolar: possibilidades de uma Supervisão Democrática; o Desenvolvimento Profissional do Professor; A Formação de Professores para a Mudança: papel da supervisão; Resolução de Problemas; plano de Ação; Avaliação do Plano de Ação; O Processo de Elaboração do PPP; A Municipalização do Ensino no Brasil; Legislação e financiamento da educação brasileira; A educação na constituição brasileira; Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; O financiamento da educação brasileira: FUNDEB; Coordenação e orientação pedagógica; A organização da escola e a gestão escolar; Relação pedagógica professor/aluno/conhecimento; Projeto Político-Pedagógico da escola; Organização curricular da escola; Causas e consequências do fracasso escolar; A interdisciplinaridade no trabalho pedagógico; Aspectos conceituais e metodologias na educação de jovens e adultos; Educação Inclusiva: a dimensão sociocultural e política na construção do projeto educativo; Escola de educação integral: possibilidades e limites; Novas tecnologias e Mídias como instrumento educativo; Ética no trabalho docente.

#### **MÉDICO**

Cuidados gerais com o paciente em medicina interna. 1.1 Nutrição. 1.2 Hidratação. 1.3 Prevenção e detecção precoce do câncer. 1.4 Prevenção e detecção precoce da aterosclerose. 2 Doenças cardiovasculares. 2.1 Hipertensão arterial. 2.2 Insuficiência cardíaca. 2.3 Miocardiopatias. 2.4 Valvulopatias. 2.5 Arritmias cardíacas. 2.6 Síndromes isquêmicas coronárias. 2.7 Fatores predisponentes à formação e instabilização da placa aterosclerótica. 3 Doenças pulmonares. 3.1 Asma brônquica. 3.2 Doença pulmonar obstrutiva crônica. 3.3 Embolia pulmonar. 3.4 Pneumonias e abscessos pulmonares. 4 Doenças gastrointestinais e hepáticas. 4.1 Úlcera péptica. 4.2 Doença do refluxo gastroesofágico. 4.3 Doenças intestinais inflamatórias e parasitárias. 4.4 Diarreia. 4.5 Colelitíase e colecistite. 4.6 Pancreatite. 4.7 Hepatites virais. 4.8 Insuficiência hepática crônica. 4.9 Síndromes isabsortivas. 5 Abordagem das queixas comuns em serviços de urgência. 5.1 Tontura e zumbido. 5.2 Rinossinusopatias. 5.3 Urticária e angioedema. 5.4 Rinite alérgica. 5.5 Cefaleias. 6 Doenças renais. 6.1 Insuficiência renal aguda e crônica. 6.2 Glomerulonefrites. 6.3 Síndrome nefrótica. 6.4 Litíase renal. 6.5 Equilíbrio ácido-base. 7 Doenças endócrinas. 7.1 Diabetes melito. 7.2 Obesidade. 7.3 Síndrome metabólica. 7.4 Hipotireoidismo e hipertireoidismo. 7.5 Tireoidite e nódulos tireoidianos. 7.6 Distúrbios das glândulas suprarrenais. 7.7 Distúrbios das glândulas paratireoides. 8 Doenças reumáticas. 8.1 Artrite reumatoide. 8.2 Espondiloartropatias. 8.3 Colagenoses. 8.4 Gota. 9 Infectologia. 9.1 Síndrome da imunodeficiência adquirida. 9.2 Endocardite infecciosa. 9.3 Infecções estafilocócicas. 9.4 Endemias nacionais. 9.5 Candidíase. 9.6 Doenças sexualmente transmissíveis. 9.7 Herpes simples e zoster. 9.8 Terapia antibiótica: princípios gerais, farmacologia, principais grupos de antibióticos, doses e duração do tratamento. 10 Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso frequente na prática clínica diária. 11 Emergências clínicas. 11.1 Vias aéreas e ventilação. 11.2 Ressuscitação cardiopulmonar. 11.3 Edema agudo pulmonar. 11.4 Crise hipertensiva. 11.5 Hemorragia digestiva. 11.6 Estados de choques. 11.7 Anafilaxia. 11.8 Intoxicações. 11.9 Crise convulsiva. 11.10 Acidente vascular encefálico. 11.11 Alterações do estado de consciência. 11.12 Hipoglicemia e hiperglicemia. 12 Transtornos psiquiátricos e psíquicos, demência, depressão, alcoolismo e dependência química. 13 Noções de acidente de trabalho, doença profissional e doenças do trabalho. 14. Hematologia: anemias, distúrbios de leucócitos e plaquetas, leucemias e linfomas.

#### **PROFESSOR DE ARTE**

Conhecimentos Pedagógicos; O desenvolvimento da criança e do adolescente. Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. Teorias Educacionais. Concepções Pedagógicas. Mediação da aprendizagem. Avaliação. Currículo. Sexualidade. Drogas. Fracasso escolar. A prática educativa. Formação de professores. Educação de Jovens e Adultos. Mídia e Educação. Disciplina e Limites. Cidadania. Fundamentos da Educação Inclusiva. Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5

de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 13005/14- Aprova o Plano Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CEB nº 04/10 – Define Diretrizes Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº 07/10 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental; História da Arte. A Arte-Educação no Brasil. Diversidade cultural no ensino das Artes Visuais. As abordagens metodológicas no ensino das Artes Visuais. O uso das imagens no ensino das Artes Visuais. Cultura afro-brasileira, africana e indígena. A educação musical no contexto atual. O ensino de música na educação básica. Pressupostos metodológicos do ensino de música. Música e sociedade. A diversidade cultural no ensino de música. História da música: da antiguidade aos tempos atuais. Arte e Artesanato. Arte e meio ambiente. Elementos Visuais. Contextualização, fruição e o fazer artístico. História do Teatro: da antiguidade aos tempos atuais. Pressupostos metodológicos do ensino do Teatro. O Teatro como produto cultural e apreciação estética. Linguagem cênica. Elementos formais, formas teatrais. O ensino do teatro na Educação Básica. História da dança: das primeiras manifestações aos dias atuais. Aspectos culturais, sociais e históricos das diferentes formas de dança: erudita, popular, folclórica, antiga e contemporânea. Estrutura e funcionamento do corpo e os elementos que compreendem seu movimento. Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

#### **PSICOPEDAGOGO**

Fundamentos da Psicopedagogia. Um olhar sobre a Psicopedagogia – Breve Histórico. Alguns conceitos importantes. O Papel do Psicopedagogo. Leis, Códigos e Diretrizes da Psicopedagogia. O processo de ensino-aprendizagem e as práticas de avaliação escolar. Diagnóstico Psicopedagógico; Primeiro contato (agendamento). Queixa. Anamnese. Contrato e sessões de avaliação. Devolutiva e encaminhamento. Informe Psicopedagógico. Avaliação Psicopedagógica da Criança de 6 a 11 anos e do Adolescente. Recursos Psicopedagógicos e Ambiente de Trabalho. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Informática Básica; Constituição Federal: a) Princípios Fundamentais. b) Direitos e garantias fundamentais. c) Organização do Estado. d) Organização dos poderes. e) Defesa do Estado e instituições democráticas. f) Tributação e orçamento. g) Ordem econômica e financeira. h) Ordem social. i) Disposições constitucionais gerais e transitórias. j) Emendas constitucionais. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### **NÍVEL MÉDIO**

##### **PORTUGUÊS**

Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; emprego de nexos e outros recursos coesivos. Ortografia. Acentuação gráfica. Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. Classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Colocação pronominal. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Paralelismo de regência. Ocorrência de crase. Pontuação. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.

##### **MATEMÁTICA**

Operações fundamentais. Números inteiros, racionais e reais. Problemas de contagem. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Razões e proporções. Divisão proporcional. Regras de três simples e compostas. Porcentagens. Equações e inequações de 1º e 2º grau. Sistemas lineares. Juros simples e compostos. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Probabilidades. Resolução de problemas. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória.

##### **LEGISLAÇÃO (para todos os cargos)**

Lei Orgânica (com suas devidas alterações até a data do presente edital) e Estatuto dos Servidores Públicos (com suas devidas alterações até a data do presente edital)

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

##### **AGENTE ADMINISTRATIVO**

Temas de direito administrativo relacionados aos princípios, atos administrativos, poderes administrativos. Aspectos da redação oficial e atos normativos (Manual da Presidência da República). Serviços públicos: conceitos, elementos de definição, princípios, classificação. Relações humanas e interpessoais. Atendimento ao público e ao telefone. Noções básicas de atos administrativos, licitações e contratos. Noções básicas de contabilidade pública e responsabilidade fiscal. Noções básicas de tributos municipais. Noção de organização de arquivos, serviços de protocolo e outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo. Noções básicas de atos administrativos, licitações e contratos. Noções básicas de contabilidade pública e responsabilidade fiscal. Noções básicas de tributos municipais; Licitação: conceito, finalidades, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, vedação, modalidades. Contratos administrativos: conceito, modalidades e rescisão.

Agentes Públicos: conceito, espécies, direitos e deveres, cargo, emprego e função, provimento, vacância; Serviços públicos: conceito, concessões, permissões, licenças e autorizações. Atividade financeira do Município: conceitos, características e finalidades; Despesas públicas: conceito, aspectos jurídicos e econômicos, classificação, processamento, autorização, empenho, liquidação e pagamento. Despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos sociais da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida. Receita pública: conceito, classificação, fontes e estágios. Receita Corrente Líquida. Crédito Público e Dívida Pública; Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos. Controle da administração pública: conceito, tipos e formas de controle, controle interno e externo, controle jurisdicional. Processo administrativo. Lei- Lei de Responsabilidade Fiscal; - Lei 8.666/93 Lei de Licitações; - Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002); - Planejamento Estratégico; Correspondência Oficial; -; Técnica Legislativa; - Informática básica, internet, editor de texto e planilhas, noções de logística para recebimento e distribuição de materiais, noções de controle financeiro, emissão de carnês, guias, balancetes, lançamentos, noções de liderança e treinamento e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.- Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>

#### **ORIENTADOR SOCIAL**

Lei de Diretrizes Básicas da Educação – LDB; Conceitos Básicos de Educação Infantil; Prática da Educação Infantil; Atividades de Estímulos ao aprendizado na Educação Infantil; Projeto Pedagógico, planejamento de aulas e avaliação de resultados; Elementos locais (sociedade, história, cultura, costumes) como recursos didáticos, pedagógico e metodologia de trabalho; Estatuto da criança e do adolescente; Conceitos básicos do ensino fundamental nas séries iniciais (1o ao 5o ano); Alfabetização; Prática pedagógica; Atividades de estímulos a leitura e produção de texto; Concepções de linguagem e escrita; Desenvolvimento da linguagem; Desenvolvimento de percepções; Formação de conceitos e caráter da criança; Interação social do aluno; Projeto pedagógico; Planejamento de aulas e avaliação de resultados; Origem da escrita e a sua apropriação pela criança; Relações entre o ensino e a aprendizagem; Ação educativa como redutor de violência; Importância do professor como participante da formação de caráter das crianças; Temas transversais em educação; A construção do conhecimento na escola; Projetos didáticos; Inovação na educação e seus reflexos sociais negativos e positivos; Legislação Pertinente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Aspectos econômicos, históricos, geográficos e sociais do município.

#### **CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

**Língua Portuguesa:** Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética. Gramática em geral.

**Matemática:** Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

##### **AGENTE DE COMBATE A ENDEMAIS**

Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos: classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais; Promoção, prevenção e proteção à saúde.- Noções de Vigilância à Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças: Vetores; Doença de Notificação compulsória; Conhecer nominalmente doenças de notificação obrigatória. Noções de reconhecimento geográfico: tipo de marcações e elaboração de mapas e croquis; Dengue: aspectos clínicos, tipos e respectivos tratamentos, teoria do trabalho de campo no combate ao mosquito; Doenças endêmicas: aspectos clínicos, tratamento, região endêmicas; Noções de microbiologia, vírus, bactérias e protozoários; Ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família.- Ações do Agende de Combate a Endemias: Atribuições, direitos e deveres; ética.

**ANEXO III****REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Concurso Público: \_\_\_\_\_ Município/Órgão: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: \_\_\_\_\_

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID: \_\_\_\_\_

Nome do Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

**Dados especiais para aplicação das PROVAS:** (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

☐ **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

☐ **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID.

No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

(Datar e assinar)



**ANEXO IV REQUERIMENTO - ATENDIMENTO ESPECIAL****CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 - MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS-SC****EDITAL Nº 001/2017**

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Nome da mãe completo: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino E-mail: \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ Data de Expedição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Tel.: fixo: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

Vem REQUERER atendimento especial no dia de realização das provas do Concurso Público. Marcar com X ao lado do tipo de atendimento especial que necessite.

( ) Acessibilidade no local de provas (Candidato cadeirante).

( ) Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção).

( ) Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência visual).

( ) Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência motora que impeça o preenchimento do cartão).

( ) Intérprete de Libras (Candidato com deficiência auditiva).

( ) Ledor (Candidato com deficiência visual).

( ) Prova com letra ampliada (Candidato com deficiência visual). Tamanho da fonte: \_\_\_\_\_

( ) Prova em Braille (Candidato com deficiência visual).

( ) Sala para amamentação (Candidata lactante).

( ) Tempo adicional (Candidato que apresentar parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853/89).

( ) Outro (descrever abaixo): \_\_\_\_\_

ATENÇÃO: Para o atendimento das condições solicitadas, verificar a obrigatoriedade de apresentação de LAUDO MÉDICO com CID emitido há menos de um ano, acompanhado deste requerimento preenchido. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER ORIGINAL emitido por especialista da área de sua deficiência justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

Dados especiais para aplicação das PROVAS (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial): \_\_\_\_\_

Nestes Termos, Espera Deferimento.

(Local) (Data) (Assinatura do Candidato)

**ANEXO V – CRONOGRAMA PREVISTO\***

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	DATA PREVISTA
Publicação do Edital de Abertura.	01/11/2017
<b>Período de inscrições.</b>	01/11/2017 a 01/12/2017
Período solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.	01/11/2017 a 20/11/2017
Publicação do Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.	21/11/2017
Prazo de Recursos isenções indeferidas.	21 a 22/11/2017
Respostas dos recursos e lista de isentos pós recursos.	23/11/2017
Período de pagamento das inscrições.	01/11/2017 a 04/12/2017
Período de envio de laudos solicitações especiais.	01 a 25/11/2017
Publicação do deferimento e indeferimento das inscrições.	05/12/2017
Período de recurso em face às inscrições indeferidas.	05 a 06/12/2017
Lista de Homologação das inscrições e respostas dos recursos.	07/12/2017
Ensalamento	07/12/2017
<b>Aplicação da Prova Objetiva.</b>	<b>10/12/2017 às 8h</b>
Divulgação Gabarito Preliminar e Provas.	10/12/2017 às 18h
Período de recursos em Face ao Gabarito Preliminar / Prova Objetiva.	10 a 13/12/2017
Divulgação do Gabarito Pós Recursos e Respostas dos recursos.	18/12/2017
Divulgação do Resultado Preliminar.	18/12/2017
Período de Recurso em Face ao Resultado Preliminar.	18 a 20/12/2017
Respostas dos Recursos e Resultado definitivo.	21/12/2017
Homologação do CONCURSO PÚBLICO.	22/12/2017

\*A programação poderá sofrer alterações.

**EDITAL PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017**

Publicação Nº 1417410



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS**  
**PROCESSO SELETIVO e EMPREGO PÚBLICO**  
Edital nº 001, de 01 de novembro de 2017.



Abre inscrições e fixa normas para o Processo Seletivo e Emprego Público de ingresso em cargo público de provimento temporário do Município de Treze Tílias/SC.

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Ministro Andreas Thaler, 25 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, MAURO DRESCH, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 73, VII, IX, XIII, XXIV e demais preceitos da Lei Orgânica Municipal torna público que estão abertas as inscrições para a realização de Processo Seletivo/Emprego Público visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de provimento temporário, nos termos do presente edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1 O Processo Seletivo/Emprego Público será regidos por este Edital, pelos diplomas legais e regulamentares, seus anexos e posteriores retificações, caso existam, visa ao preenchimento das vagas abaixo citadas, respeitando o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) a candidatos com deficiência, nos termos do disposto no art. 37, §1º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações posteriores, que dispõem sobre a reserva de vagas para candidatos com deficiência. O Processo Seletivo/Emprego Público será executado sob a responsabilidade do município de Treze Tílias-SC, em conjunto com a CURSIVA Assessoria e Consultoria.
- 1.2 O Processo Seletivo/Emprego Público será regido por este Edital e suas possíveis modificações.
- 1.3 O certame será executado sob a responsabilidade CURSIVA Assessoria e Consultoria, cabendo-lhe a operacionalização de todas as fases, até a publicação da listagem final de aprovados, com o acompanhamento e fiscalização da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso nomeada pela Portaria 169/2017.
- 1.4 A inscrição do candidato implicará a concordância plena e integral com os termos deste Edital.
- 1.5 Todos os horários definidos neste Edital, em seus anexos e em comunicados oficiais têm como referência o horário oficial de Brasília.

**2. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

- 2.1 A seleção dos candidatos para os Cargos dar-se-á por meio de uma, duas etapas ou três etapas (conforme o caso), quais sejam:
  - a) Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;
  - b) Prova de Títulos;
  - c) Prova Prática;
- 2.2 Os resultados e as convocações serão divulgados na Internet, no seguinte endereço eletrônico: [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) ou [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br).
- 2.3 Todas as etapas do Processo Seletivo/Emprego Público para os Cargos serão realizadas no município de Treze Tílias - SC.
- 2.4 As despesas da participação em todas as fases e procedimentos do Processo Seletivo/Emprego Público correrão por conta do candidato, que não terá direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas por parte do município e da empresa responsável pelo certame.

**3. DOS CARGOS**

- 3.1 A denominação da Carreira, do Cargo, os requisitos, o salário inicial, o valor da taxa de inscrição, a carga horária e o número de vagas estão estabelecidos na tabela a seguir:

**3.1.1 VAGAS PARA EMPREGO PÚBLICO**

CARGOS	Nº DE VAGAS	SALÁRIO R\$	C.H	HABILITAÇÃO MÍNIMA	TIPO DE PROVA	TAXA DE INSCRIÇÃO
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 02 Edelweiss - Micro Área 01</b> Ruas: Pedro Nelcido Kafer, Francisco Lindner, Margareth Volk, Luís Gruber, João Scholl, Thomas Kranz, Oscar Rodrigues da Nova, Videira, Germano Praxmarer, Gisela Thaler e Michel Moser	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 02 Edelweiss - Micro Área 03</b> Ruas: Dileta Dalla Costa, Berta Schöll, Dos Imigrantes, Dos Passeios, Gaspar Coutinho, Oscar Von hohenbruch, João Belarmino Grando, Pessoa de Barros, Gabriela Grander, Caron, Irmina Maria Grando e Caçador	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 02 Edelweiss - Micro Área 04</b> Ruas: Antônio Carlos Altenburger, Tirol, Dr. Ivo D' Aquino, São Vicente de Paula, Oscar Rodrigues Da Nova, Gardina Knolseisen, José Bonifacio, Anita Garibaldi, Prefeito José Waldomiro Silva, Dr. Brasilino C. De Oliveira, Monsenhor João Reitmeier, Johann Anrain e Videira	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 02 Edelweiss - Micro Área 05</b> Ruas: Antônio Carlos Altenburger, Franz Pointl, José Kandler, Fredolino Rambo, Oscar Von Hohenbruch, Anton Altenburger e Edvino Behrend	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 02 Edelweiss - Micro Área 06</b> Ruas: André Gwiggner, Peter Gwiggner, Geraldo Behrend, Osvaldo karloh, Vitorio Concatto, Naide Sauthier, Benito Durli, Carlos Trevisol, Edson Seibel e Nelson Batistella	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 02 Edelweiss - Micro Área 07</b> Ruas: Pedro Caron, Da liberdade, Felix Schwertner, Da Independência, Alpina, Ministro Andreas Thaler, João Mitterer, Notburga Reiter, Rudolfo Rofner, Anita Garibaldi, Johann Anrain, Avenida Alfonso Dresch, Rodovia Frei Belmiro	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 01 Dos Alpes - Micro Área 02</b> Rua Caçador, Rodovia Frei Belmiro, Linha Nova Áustria, Linha São Paulo, Linha Divisa	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de Saúde	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área: <b>ESF 01 Dos Alpes - Micro Área 07</b> Bairro Lindner, Linha São Bento, Linha Rosengart, Linha Babenberg	PO	R\$ 60,00
(III) Agente Comunitário de	01	1.282,70	40 hs	Ensino fundamental completo e que esteja residindo na seguinte área:	PO	R\$ 60,00

Saúde				<b>ESF 01 Dos Alpes - Micro Área 08</b>		
				Bairro Lindner		

(III) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, a mesma deverá estar residindo na área pretendida conforme Legislação Federal em vigor.

### 3.1.2 VAGAS PARA PROCESSO SELETIVO

CARGOS	Nº DE VAGAS	VALOR R\$	C.H	HABILITAÇÃO MÍNIMA	TIPO DE PROVA	TAXA
(IV) Agente de apoio a educação	15	1.479,88	40 hs	Formação em magistério de nível médio ou cursando a partir da 3ª fase do curso de Pedagogia, ou formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica para atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 80,00
Professor	05	1.684,81	20 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuação na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor	13	3.369,64	40 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuação na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de língua portuguesa	02	1.684,81	20 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de língua alemã	01	3.369,64	40 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuar na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de língua alemã	01	2.527,23	30 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuar na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de música	01	1.684,81	20 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuar na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de música	01	2.527,23	30 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuar na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de matemática	02	1.684,81	20 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Professor de artes	01	842,41	10 hs	Formação em curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica, em Artes ou Educação Artística, para atuar na educação infantil e no Ensino Fundamental	PO + TI	R\$ 100,00
Cozinheira	01	1.479,88	40 hs	Ensino fundamental completo	PO	R\$ 60,00
Auxiliar de serviços gerais	08	1.479,88	40 hs	Anos iniciais do ensino fundamental	PO	R\$ 60,00
Auxiliar de serviços gerais	03	739,94	20 hs	Anos iniciais do ensino fundamental	PO	R\$ 60,00
(V) Auxiliar de	01	369,97	10 hs	Anos iniciais do ensino fundamental	PO	R\$ 60,00

serviços gerais						
T.M.N.S Psicólogo	02	3.637,06	40 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Psicologia) e registro no respectivo conselho de classe	PO	R\$ 100,00
Instrutor de artes e ofícios – Artesanato	02	1.621,22	40 hs	Ensino fundamental completo e curso de artesanato em geral	PO + PP + TI	R\$ 60,00
Instrutor de artes e ofícios - Culinária	01	1.215,92	30 hs	Ensino fundamental completo e curso de culinária	PO + PP + TI	R\$ 60,00
Instrutor de artes e ofícios – Pintura	01	1.621,22	40 hs	Ensino fundamental completo e curso de pintura em tecido ou madeira ou tela	PO + PP + TI	R\$ 60,00
Instrutor de artes e ofícios – Tricô/crochê	01	1.621,22	40 hs	Ensino fundamental completo e curso de tricô/crochê	PO + PP + TI	R\$ 60,00
T.M.N.S Médico pediatra	01	4.886,66	10 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Medicina), registro no respectivo conselho de classe e curso de especialização completo na área de pediatria	PO	R\$ 100,00
(II e VI) Atendente de farmácia	01	1.479,88	40 hs	Ensino médio completo e conclusão do curso de Atendente e/ou Auxiliar de farmácia com carga horária mínima de 150 hs, ou ensino médio completo e que estejam cursando no mínimo 70hs do curso de Atendente e/ou Auxiliar de farmácia	PO	R\$ 80,00
(II) T.M.N.S Farmácia	01	3.637,06	40 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Farmácia/Bioquímica) e registro no respectivo conselho de classe	PO	R\$ 100,00
(II) T.M.N.S Farmácia	01	1.818,53	20 hs	Curso de nível superior completo específico na área de atuação (Farmácia/Bioquímica) e registro no respectivo conselho de classe	PO	R\$ 100,00
(II) Motorista de Veículos Leves	01	1.621,22	40 hs	Ensino fundamental completo, acrescido de habilitação (mínima categoria “C”) e mínimo de 02 (dois) anos de Carteira de Habilitação	PO + PP	R\$ 60,00
(II) T.M.N.M – Técnico em enfermagem	03	2.181,02	40 hs	Curso de nível médio ou Técnico de nível médio específico na área	PO	R\$ 80,00
Professor/Instrutor de Judô	01	1.684,81	20 hs	Diploma de faixa preta – 1º DAN emitido pela Federação de Judô	PO	R\$ 80,00
Professor/Instrutor de Taekwondo	01	842,41	10 hs	Diploma de faixa preta – 1º DAN emitido pela Federação de Taekwondo	PO	R\$ 80,00
Professor/Instrutor de Karatê	01	842,41	10 hs	Diploma de faixa preta – 1º DAN emitido pela Federação de Karatê	PO	R\$ 80
Professor de educação física/Vôlei	01	1.684,81	20 hs	Profissional de Educação Física-Bacharelado: Licenciatura em Educação Física: (Resolução nº 03/87/CFE) ou Bacharel em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão	PO	R\$ 100,00
Operador de Maquinas e Veículos Pesados	01	2.528,22	40 hs	Ensino fundamental completo, acrescido de habilitação (mínima categoria “C”) e experiência de 02 (dois) anos na área comprovadas através de registro em carteira de trabalho ou ato de investidura em cargo público	PO + PP	R\$ 60,00



(II) Para o cargo de T.M.N.S Médico, T.M.N.S Farmácia, T.M.N.M Técnico em Enfermagem, Atendente de Farmácia e Motorista de Veículos Leves, a jornada de trabalho “poderá” ser no período noturno, bem como de turno único (ininterrupto), a critério da Administração;

(IV) Para o cargo de Agente de Apoio a Educação (classificado e convocado) terá progressão salarial de acordo com a Lei nº 106/2017, variando conforme a escolaridade apresentada pelo candidato;

(V) Para o cargo de Auxiliar de serviços gerais - 10hs, ofertado no Teste Seletivo, o mesmo será prestado na comunidade de Linha Três Barras (interior do Município), podendo ser alterado a critério da Administração;

(VI) Para o cargo de Atendente de farmácia, caso o candidato ainda esteja frequentando o curso de Atendente/auxiliar de farmácia, o mesmo deverá apresentar documento comprobatório de frequência ao curso atualizado juntamente com os demais documentos exigidos, e apresentar o Diploma/certificado de conclusão do curso (de no mínimo 150hs) até 10 (dez) meses após a data de início do Contrato Administrativo, sob pena de rescisão unilateral do contratual;

#### **DESCRIÇÕES DAS NOMENCLATURAS:**

C.H – Carga horária (semanal);

T.M.N.M – Técnico municipal de nível médio;

T.M.N.S – Técnico municipal de nível superior;

PO – Prova objetiva;

PP – Prova prática;

TI – Títulos;

\* Não há reserva de vagas para candidatos, exceto para o cargo de Agente de Apoio a Educação, com deficiência devido ao quantitativo total de vagas ofertadas no certame. Na hipótese de criação de novas vagas, serão respeitados os percentuais previstos nas respectivas legislações, conforme itens 6 e 7 deste edital.

3.2 As vagas e o salário dos candidatos classificados que vierem a ser convocados respeitarão as informações contidas na tabela acima.

3.3 O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no Cargo, aos seguintes requisitos:

- a) ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo/Emprego Público na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;
- b) ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
- c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- d) estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- e) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;
- f) firmar declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- g) apresentar declaração quanto ao exercício de outro(s) emprego(s) ou função(ões) pública(s) e sobre recebimento de proventos decorrentes de aposentadoria e pensão;
- h) firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- i) firmar declaração de que não foi demitido a bem do serviço público;
- j) ser considerado apto no exame admissional a ser realizado pela municipalidade;
- k) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior ou nível médio, fornecido por instituição de ensino, reconhecido pelo Ministério da Educação, comprovado por meio de apresentação de original e cópia do respectivo documento;
- l) apresentar inscrição no órgão de sua área e estar com a situação regularizada junto a este;
- m) comprovar a qualificação mínima exigida na data da nomeação;
- n) não ter sido condenado à pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública;
- o) estar inscrito regularmente no Cadastro de Pessoas Físicas;

- p) ter aptidão física e mental para o exercício da função, bem como não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do Cargo; e
- q) cumprir as determinações deste Edital.
- 3.4 Não haverá qualquer restrição ao candidato que, no ato de sua inscrição no certame, não possuir os requisitos estabelecidos no subitem 3.1.1 e 3.1.2. No entanto, o Cargo somente será provido pelo candidato aprovado que até a data limite para comprovação tiver cumprido todas as exigências descritas no edital.
- 3.5 No ato da convocação, até a data limite de comprovação, todos os requisitos especificados no item 3.3 deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original.
- 3.6 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

#### **4. DAS INSCRIÇÕES**

- 4.1 As inscrições para o Processo Seletivo/Emprego Público encontrar-se-ão abertas no período de **01 de novembro de 2017 até 02 de dezembro de 2017**.
- 4.2 Para efetuar sua inscrição, o interessado deverá acessar, via Internet, o endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), observando o seguinte:
- a) acessar o endereço eletrônico a partir **do dia 01 de novembro de 2017 até as 23h59 do dia 02 de dezembro de 2017**;
- b) preencher o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;
- c) o envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto de pagamento da taxa de inscrição, que deverá ser impresso e pago em espécie, preferencialmente na Agência do Banco do Brasil, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do cartão de confirmação de inscrição;
- d) a inscrição feita pela Internet somente terá validade após a confirmação do pagamento;
- e) o município de Treze Tílias e a empresa CURSIVA não se responsabilizam por Requerimentos de Inscrição que não tenham sido recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados;
- f) o Requerimento de Inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição (boleto bancário) não seja efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições via Internet (**03 de dezembro de 2017**);
- g) após as **23h59 do dia 02 de dezembro de 2017**, não será mais possível acessar o formulário de Requerimento de Inscrição; e
- h) o pagamento do valor da taxa de inscrição por meio eletrônico poderá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrição via Internet (**03 de dezembro de 2017**). Os pagamentos efetuados após esse prazo não serão aceitos.
- 4.3 O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário emitido, gerado ao término do processo de inscrição.
- 4.4 O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento do Requerimento de Inscrição.
- 4.5 Todos os candidatos inscritos no período entre **o dia 01 de novembro de 2017 até as 23h59 do dia 02 de dezembro de 2017** poderão reimprimir, caso necessário, o boleto bancário, no máximo até às **23h59min** do último dia do encerramento das inscrições (**02 de dezembro de 2017**), quando essa ferramenta será retirada do site.
- 4.5.1 O pagamento da taxa de inscrição após o vencimento, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto bancário e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam o cancelamento da inscrição.
- 4.5.2 Não será aceito, como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.
- 4.5.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.
- 4.6 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do subitem 5.1 e seguintes deste Edital.

4.6.1 O cartão de confirmação de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

4.6.2 Quando do pagamento do boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro na informação de dados pelo candidato no pagamento do referido boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

- 4.7 Não serão aceitos os pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
- 4.8 É vedada a transferência do valor pago, a título de taxa, para terceiros, para outra inscrição ou para outro Processo Seletivo/Emprego Público ou Processo Seletivo/Emprego Público.
- 4.9 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 4.10 A inscrição implica o conhecimento e a tácita aceitação, por parte do candidato, das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, bem como quanto à realização das provas nas datas estipuladas.
- 4.11 A qualquer tempo, mesmo após o término do processo de seleção, poderão ser anuladas a inscrição, as provas e a contratação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.
- 4.11.1 O candidato que cometer, no ato de inscrição, erro grosseiro na digitação de seu nome, ou apresentar documento de identificação que não conste na ficha de cadastro do Processo Seletivo/Emprego Público, será eliminado do certame, a qualquer tempo.
- 4.11.2 O candidato somente deverá efetivar o pagamento da taxa de inscrição após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos neste Edital.
- 4.12 Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições *online* da CURSIVA Assessoria e Consultoria pela data e hora de envio do requerimento via Internet. Consequentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.
- 4.13 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo/Emprego Público ou por conveniência da Administração Pública.
- 4.14 O cartão de confirmação de inscrição e/ou do pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados quando solicitado.
- 4.15 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.
- 4.16 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a insubsistência da mesma.

## **5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

- 5.1 O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo/Emprego Público, devendo optar por esta situação no ato da inscrição e anexar o comprovante de doação e enviar de forma online. Este comprovante deverá estar de acordo com o descrito no item 5.1.2.
- 5.1.1 Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.
- 5.1.2 Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito a isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, três doações no período de um ano.
- 5.2 A CURSIVA avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no site da empresa executora do certame conforme cronograma, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.
- 5.3 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo/Emprego Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia **03/12/2017**.

- 5.4 A isenção mencionada no subitem 5.1 poderá ser solicitada no período entre o **dia 01 de novembro de 2017 e 23h59 do dia 20 de novembro de 2017**, por meio de inscrição no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 5.5 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do Processo Seletivo/Emprego Público, aplicando-se, ainda, o disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.
- 5.6 O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção da taxa de inscrição não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita a análise e deferimento por parte da CURSIVA Assessoria e Consultoria.
- 5.7 Não será deferida a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por fax ou pelos Correios.
- 5.8 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.
- 5.9 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado no **dia 21 de novembro de 2017**.
- 5.10 O candidato cujo requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, através da *aba recursos* na área do candidato disponibilizado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 5.11 A relação dos pedidos de isenção deferidos, após recurso, será divulgada no **dia 23 de novembro de 2017**.
- 5.11.1 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento do boleto bancário somente após, divulgada a relação definitiva dos pedidos de isenção.
- 5.12 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) para imprimir o boleto bancário para pagamento, na forma e no prazo estabelecidos neste Edital.
- 5.13 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha efetivado o pagamento do boleto bancário terá sua isenção cancelada.
- 5.14 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido neste Edital estará automaticamente excluído do Processo Seletivo/Emprego Público.

## **6. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

- 6.1 Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto no Artigo 37, § 1º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, é assegurado o direito de inscrição para Cargo no Processo Seletivo/Emprego Público, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.
- 6.1.1 Do total de vagas para o Cargo, e das vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo/Emprego Público, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.
- 6.1.2 Se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas reservadas para o Cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) das vagas, conforme previsto no art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.
- 6.1.3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) do dia **01 de novembro de 2017** até o dia **30 de novembro de 2017**, impreterivelmente, via **SEDEX ou Carta Registrada com AR, Rua Anir Zauza, 136, Centro – Nova Itaberaba – SC – CEP: 89818-000**, com os seguintes dizeres: **PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO TREZE TILIAS-SC – DOCUMENTAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da comissão. No caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.
- 6.1.4 O laudo médico deverá conter:

- a) a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a causa da deficiência;
  - b) a indicação de órteses, próteses ou adaptações, se for o caso;
  - c) a deficiência auditiva, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 6 (seis) meses antes, a contar da data de início do período de inscrição;
  - d) a deficiência múltipla, constando a associação de duas ou mais deficiências, se for o caso;
  - e) a deficiência visual, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de acuidade em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual.
- 6.2 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no item 8 deste Edital, indicando as condições de que necessita para a realização das provas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/99.
- 6.3 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 6.3.1 O candidato cujo pedido de inscrição na condição de pessoa com deficiência for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis subsequentes ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à CURSIVA por meio do endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 6.4 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado no Processo Seletivo/Emprego Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao Cargo e também em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência.
- 6.4.1 O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via Internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a CURSIVA por telefone 49 33270089 ou, ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 6.1.3 deste Edital, para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.
- 6.5 A classificação e aprovação do candidato não garante a ocupação da vaga reservada às pessoas com deficiência, devendo ainda, quando convocado, submeter-se à Perícia Médica que será promovida pela municipalidade.
- 6.5.1 A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação da deficiência do candidato classificado.
- 6.6 A não observância do disposto no subitem 6.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.
- 6.6.1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo/Emprego Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.
- 6.7 Conforme o estabelecido na legislação vigente, o candidato que não se enquadrar como pessoa com deficiência na perícia médica, caso seja aprovado em todas as fases do Processo Seletivo/Emprego Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo/especialidade, desde que se encontre no quantitativo de corte previsto para ampla concorrência em cada etapa, quando houver; caso contrário, será eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 6.8 Caso a perícia médica confirme a deficiência declarada pelo candidato classificado, ele será convocado nessa condição, ficando a cargo de uma equipe multiprofissional, instituída nos moldes do artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99, a avaliação, durante o contrato de experiência, da compatibilidade entre a natureza da deficiência apresentada pelo candidato e as atribuições inerentes ao Cargo para o qual foi nomeado.
- 6.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao Cargo.
- 6.10 A classificação do candidato na condição de pessoa com deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.
- 6.11 A publicação do resultado final do Processo Seletivo/Emprego Público será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos na condição de pessoa com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos, em ordem decrescente de classificação.
- 6.12 O grau de deficiência de que for portador o candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.



## **7. DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

- 7.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, preencher e enviar o Formulário do Anexo IV, à CURSIVA, do **dia 01 de novembro de 2017** até o **dia 30 de novembro de 2017**, impreterivelmente, via **SEDEX** ou **Carta Registrada com AR**, correspondência com os seguintes dizeres: **PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO TREZE TÍLIAS-SC – ATENDIMENTO ESPECIAL (Especificar o Cargo) – Anir Zauza, 136, Centro, Nova Itaberaba-SC, CEP 89818000**, contendo laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Para fins de concessão de tempo adicional, serão aceitos laudo médico ou parecer emitido por profissional de saúde (ambos em via original ou cópia autenticada em cartório). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 7.1.1 Não serão aceitos documentos encaminhados para endereço diverso do indicado no subitem 7.1.
- 7.1.2 Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de **30 de novembro de 2017**, o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via correio eletrônico, juntamente com cópia digitalizada do laudo médico ou com parecer, que justifique o pedido e, posteriormente, encaminhar o documento original ou cópia autenticada em cartório, via SEDEX ou Carta Registrada, para a CURSIVA Assessoria e Consultoria, no endereço indicado no subitem 7.1, especificando os recursos especiais necessários.
- 7.1.3 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato ou em parecer emitido por profissional de saúde. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida **uma hora** a mais para a realização das provas.
- 7.1.4 O fornecimento do laudo médico ou do parecer (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 7.1.4.1 O município de Treze Tílias-SC e a CURSIVA não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à CURSIVA. O laudo médico ou o parecer (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este Processo Seletivo/Emprego Público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.
- 7.2 Será divulgada no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) a relação de candidatos que tiverem deferidos ou indeferidos os pedidos de atendimento especial para a realização das provas.
- 7.2.1 O candidato cujo pedido de atendimento especial for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, mediante requerimento dirigido à CURSIVA por meio do formulário eletrônico disponível na área do candidato.
- 7.3 De acordo com o subitem 7.1.2, portadores de doença infectocontagiosa que não tiverem comunicado o fato à CURSIVA, por inexistir a doença na data-limite referida, deverão fazê-lo por meio do contato telefônico tão logo a condição seja diagnosticada.
- 7.3.1 Os candidatos nessa situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
- 7.4 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim, conforme subitem 7.1.
- 7.4.1 A candidata deverá comparecer com um acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o responsável pela sua guarda.
- 7.4.2 A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
- 7.4.3 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 7.4.4 Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por uma fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.
- 7.5 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar a situação à CURSIVA previamente, nos moldes do subitem 7.1 deste Edital.
- 7.5.1 Esses candidatos ainda deverão comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos.



- 7.6 O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo pelo e-mail [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br) até às 23h59min do dia **30 de novembro de 2017**.
- 7.6.1 Será solicitado o preenchimento e envio, até o dia **30 de novembro de 2017**, de requerimento que será fornecido por via eletrônica, o qual deverá ser assinado e encaminhado, juntamente com cópia simples do documento oficial de identidade do candidato, via **SEDEX** ou **Carta Registrada com AR**, para a CURSIVA – Rua Anir Zauza, 136, Centro, Nova Itaberaba-SC, CEP 89818000, fazendo constar no envelope: **PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO/ TREZE TÍLIAS – REQUERIMENTO DE NOME SOCIAL (Especificar o Cargo/Especialidade)**.
- 7.6.2 Não serão aceitas outras formas de solicitação de nome social, tais como: via postal, telefone ou fax. A CURSIVA reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.
- 7.6.3 O candidato nesta situação deverá realizar sua inscrição utilizando seu nome social, ficando ciente de que tal nome será o único divulgado em toda e qualquer publicação relativa ao Processo Seletivo/Emprego Público.

## 8. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

- 8.1 A aplicação da Prova Escrita Objetiva será no dia **10 de dezembro de 2017**, das **8h às 12h**, segundo o horário oficial de Brasília. Os portões de acesso ao local da realização da prova objetiva serão fechados **15 minutos antes do início da prova**. Após o fechamento dos portões não será mais permitido o acesso ao local da prova objetiva e consequentemente não terá mais o direito de realizar a prova.
- 8.2 A Prova Objetiva e a Entrega dos Títulos, será realizada na:  
**ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ FILOMENA RABELO**  
**PONTO DE REFERÊNCIA: FUNDOS DA IGREJA MATRIZ**  
**ENDEREÇO: RUA IVO D' AQUINO Nº 220**  
**BAIRRO: CENTRO**  
**CIDADE: TREZE TÍLIAS/SC**
- 8.3 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
- 8.3.1 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos horários ou dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Processo Seletivo/Emprego Público.
- 8.4 **DAS PROVAS**  
 As Provas Objetivas, Títulos e Prática respeitará o número de questões e seus valores conforme abaixo descrito:
- 8.5 **TABELA "A"** O quadro a seguir apresenta as disciplinas, a quantidade de questões e a valor das Provas para os cargos de **Nível Superior**:

CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
*Psicólogo *T.M.N.S Farmácia (todos) *Professor de educação física/Vôlei * T.M.N.S Médico pediatra	<b>OBJETIVA</b>	LÍNGUA PORTUGUESA	10 Questões	0,25	2,50
		MATEMÁTICA	05 Questões	0,25	1,25
		LEGISLAÇÃO	05 Questões	0,25	1,25
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20 Questões	0,25	5,0
		<b>TOTAL</b>			<b>10</b>
CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
*Professores (todos)	<b>OBJETIVA</b>	LÍNGUA PORTUGUESA	10 Questões	0,15	1,50
		MATEMÁTICA	05 Questões	0,15	0,75
		LEGISLAÇÃO	05 Questões	0,15	0,75
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20 Questões	0,15	3,0
	<b>TÍTULOS</b>				4,0

	<b>TOTAL</b>	<b>10</b>
--	--------------	-----------

**8.6. TABELA "B"** O quadro a seguir apresenta as disciplinas, a quantidade de questões e a valor das Provas para os **cargos de Nível Médio**:

CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL	
*Atendente de Farmácia *T.M.N.M Técnico em Enfermagem *Professor/Instrutor de Judô *Professor/Instrutor de Taekwondo *Professor/Instrutor de Karatê	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,30	1,50	
		MATEMÁTICA	05	0,30	1,50	
		LEGISLAÇÃO	05	0,30	1,50	
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	15	0,30	4,50	
	TOTAL					9,0
CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL	
Agente de Apoio a Educação	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,20	1,0	
		MATEMÁTICA	05	0,20	1,0	
		LEGISLAÇÃO	05	0,20	1,0	
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	15	0,20	3	
	TÍTULOS					3,0
	TOTAL					9,0

**8.7 TABELA "C"** O quadro a seguir apresenta as disciplinas, a quantidade de questões e a valor das Provas para os **cargos de NÍVEL FUNDAMENTAL**.

CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
*Cozinheira *Aux. De Serviços Gerais (todos) *Agente Comunitário de Saúde	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,50	2,5
		MATEMATICA	05	0,50	2,5
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10	0,50	5,0
	Total				10
CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
* Instrutor de Artes e Ofícios (todos)	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,25	1,25
		MATEMATICA	05	0,25	1,25
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10	0,25	2,50
	TITULO				2,0
	PRATICA				3,0
	TOTAL				10
CARGO	PROVA	AREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	PESO TOTAL
*Motorista de Veículos Leves * Operador de Maquinas e Veículos Pesados	OBJETIVA	LÍNGUA PORTUGUESA	05	0,25	1,25
		MATEMATICA	05	0,25	1,25
		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10	0,25	2,50
	Prática				5,0
	Total				10,0

8.8 Será considerado aprovado ou classificado para a prova de títulos e/ou para a Prova Prática o candidato que acertar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total da prova Objetiva.

- 8.9 O candidato que não atender ao requisito do subitem 8.8 será **eliminado** do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 8.10 Os candidatos não eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais na Prova Escrita Objetiva ou Títulos e/ou Prática.

### **9. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**

- 9.1 A Avaliação de Títulos possui caráter classificatório e será aplicada para todos os candidatos ao cargo de Professor, agente de apoio a educação, instrutor de artes e ofícios (todos).
- 9.2 A prova de títulos consiste na avaliação, somente, dos cursos concluídos relacionados neste edital e vinculados diretamente à área geral de atuação do cargo.
- 9.3 Os títulos deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada.
- 9.4 **Os títulos deverão estar em um envelope com nome, número da inscrição e cargo pretendido**, e serem e serem entregues no dia da realização da Prova Objetiva no local supracitado, para o fiscal de sala.
- 9.5 Ao entregar os títulos o candidato deverá assinar a ata de entrega de títulos que será seu comprovante de entrega dos mesmos.
- 9.6 Os títulos entregues não serão devolvidos.
- 9.7 Não haverá, em hipótese alguma, outra data para a entrega de títulos, uma vez entregue os títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos.
- 9.7.1 A entrega dos Títulos, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. Os Títulos terão validade somente para este Processo Seletivo/Emprego Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desses documentos.
- 9.8 A não entrega dos Títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na Avaliação de Títulos para o cálculo da pontuação final.
- 9.9 Somente serão considerados os Títulos que se enquadrarem nos critérios previstos neste Edital.
- 9.10 Todos os cursos previstos para pontuação na Avaliação de Títulos deverão estar concluídos.
- 9.11 Somente serão considerados como documentos comprobatórios diplomas e certificados ou declarações de conclusão do(s) curso(s) confeccionados em papel timbrado da instituição, atestando a data de conclusão, a carga horária e a defesa da monografia/dissertação/tese, com aprovação da banca e carimbo da instituição, quando for o caso.
- 9.12 Os diplomas ou as declarações comprobatórias da escolaridade exigida como requisito básico para o cargo não serão computados na Avaliação de Títulos.
- 9.13 Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação, em qualquer nível, serão aceitas declarações ou atestados de conclusão do curso, desde que acompanhados dos respectivos históricos escolares.
- 9.14 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração, sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- 9.15 Para os cargos de Professor (todos) serão considerados os seguintes títulos:

<b>TÍTULO</b>	<b>VALOR DE CADA TÍTULO</b>
Diploma, devidamente registrado, de <u>Conclusão de doutorado</u> . Também será aceito certificado/declaração de conclusão de doutorado, desde que acompanhado do histórico do curso e vinculados a área geral de atuação do cargo.	2,0 (dois) Ponto
Diploma, devidamente registrado, de <u>conclusão de mestrado</u> . Também será aceito certificado/declaração de conclusão de mestrado, desde que acompanhado do histórico do curso e vinculados a área geral de atuação do cargo.	1,0 (um) Pontos
Certificado de curso de <u>pós-graduação</u> em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar, com carga horária mínima de 360 horas-aula e vinculados a área geral de atuação do cargo.	0,75 (zero setemta e cinco) Pontos
Apresentação de no mínimo 80hs de cursos na área de atuação	0,25 (zero vinte e cinco) Pontos
<b>Total</b>	<b>4,0 Pontos</b>

9.16. Para o Cargo de Agente de Apoio a Educação serão considerados os seguintes títulos:

TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO
Certificado de curso de <u>pós-graduação</u> em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar, com carga horária mínima de 360 horas-aula e vinculados a área geral de atuação do cargo.	1,0 (um) Ponto
Curso de graduação, de licenciatura plena, com habilitação específica para atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.	1,0 (um) Ponto
Apresentação de no mínimo 80hs de cursos na área de atuação	1,0 (um) Ponto
<b>Total</b>	<b>3,0 Pontos</b>

9.17 Para o Cargo de Instrutor de artes e ofícios (todos) serão considerados os seguintes títulos:

TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO
Apresentação de no mínimo 40hs de cursos na área de atuação	2,0 (dois) Pontos
<b>Total</b>	<b>2,0 Pontos</b>

- 9.18 Somente serão considerados e avaliados os títulos expedidos por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil.
- 9.19 Cada título será considerado uma única vez, não havendo a possibilidade de somatória.
- 9.20 Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras somente serão aceitos se reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, conforme legislação que trata da matéria.
- 9.21 O documento expedido em língua estrangeira somente terá validade quando traduzido para língua portuguesa por tradutor juramentado.
- 9.22 O resultado preliminar da Avaliação de Títulos será divulgado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 9.23 Os candidatos disporão de dois dias úteis para interpor recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos, por meio de link disponível no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 9.24 O resultado final da Avaliação de Títulos será publicado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).

**10. DA PROVA PRÁTICA** - A Prova Prática somente será aplicada para os 10(dez) primeiros classificados na Prova Objetiva para os cargos de Operador de Máquina e Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves e os 05(cinco) primeiros classificados para o cargo de Instrutor de artes e ofícios (em cada modalidade).

- 10.1 Haverá prova prática para os cargos de Operador de Maquinas e Veículos Pesados, Motorista de Veículos Leves, Instrutor de artes e ofícios (todos) que acontecerá no dia **16 de dezembro às 7h30min.** O candidato que não comparecer no horário previsto e/ou atrasar por qualquer motivo, estará automaticamente eliminado.
- 10.2 O local da Prova Prática será conforme abaixo descrito:

* Operador de Maquinas e Veículos Pesados * Motorista de Veículos Leves	<b>GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL</b> PONTO DE REFERÊNCIA: AO LADO DA ASSOCIAÇÃO DAS BOCHAS (saída para linha São Paulo) ENDEREÇO: RUA JOHANN ROHRER Nº 185 BAIRRO: SÃO JOSÉ CIDADE: TREZE TÍLIAS/SC
Instrutor de Artes e Ofícios	<b>CRAS</b> PONTO DE REFERÊNCIA: AO LADO DA MARCENARIA DO UNTERBERGER ENDEREÇO: RUA ANTON ALTENBURGER Nº 130 BAIRRO: SANTA CATARINA CIDADE: TREZE TÍLIAS/SC

**10.3 DA PROVA PRÁTICA - PARA OS CARGOS DE MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES E OPERADOR DE MAQUINAS E VEÍCULOS PESADOS**

- 10.4. O dia e horário da prova prática aplicada ao cargo de Operador de Maquinas e Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves será conforme o **ANEXO IV – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**).
- 10.5 Caso se verifique a inviabilidade de realizar todas as provas práticas, o município se reserva o direito de marcar uma nova data para fazer a conclusão da mesma.
- 10.6 A Prova Prática destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.
- 10.7 Realizada a Prova Prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 05 (cinco) na junção das provas objetivas e práticas.
- 10.8 A prova será aplicada nos equipamentos e nas especificações que seguem, podendo haver alteração de equipamento, em caso de comprovada necessidade.
- 10.9 Para o cargo de Operador de Maquinas e Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves, a Prova Prática reger-se-á pela descrição presente no Anexo V do edital em epígrafe.
- 10.10 Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realiza o certame, poderá ser procedida, a critério da Banca de aplicação, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los.
- 10.11 Haverá um tempo máximo para a realização de cada item/quesito da prova, que será fixado pela comissão de provas, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.
- 10.12 O candidato, ao terminar a prova prática, deverá se retirar do local de aplicação da prova a fim de não prejudicar o andamento do processo avaliatório, bem como não intervir psicologicamente na avaliação do próximo candidato.
- 10.13 Todos os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, em trajes apropriados para o teste, portando cédula de identidade, documento de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação – CNH – Profissional, válida conforme exigência do cargo (Não serão aceitos protocolos ou encaminhamentos da mesma, nem Permissão para Dirigir).
- 10.14 Caso se verifique a inviabilidade técnica para realização da Prova Prática na data fixada para sua realização, tendo em vista as condições meteorológicas do clima (chuva, tempestades, etc.) o município de Treze Tílias reserva-se o direito de transferir a realização dos testes e fixará, dentro de 03 (três) dias úteis, a nova data para a realização das provas.
- 10.15 Para a Prova Prática para o cargo de Motorista de Veículos Leves será utilizado um dos seguintes veículos: Boxer QJ 5106, Sprinter/Ambulância MHO 3911; Master MLJ 6790 ou Master MJP 3163.
- 10.16 Para a Prova Prática para o cargo de Operador de Maquinas e Veículos Pesados será utilizado a minicarregadeira/varredoura de rua (Estilo BOBCAT).
- 10.17 Serão convocados para a Prova Prática os 10(dez) primeiros classificados na Prova Objetiva. Caso seja necessário, ao longo da duração do Processo Seletivo, poderão ser chamados mais candidatos para a Prova Prática, em dia e horário divulgados quando da publicação do ato de convocação.

**11. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE ARTES E OFÍCIOS**

- 11.1 A prova prática para o cargo de Instrutor de Artes e Ofícios (todos) a Prova Prática reger-se-á pela descrição presente no Anexo V do edital em epígrafe.
- 11.2 É de responsabilidade do candidato desenvolver a atividade proposta e trazer os materiais/produtos para a execução da tarefa proposta conforme está descrito no Anexo V do presente Edital.
- 11.3. Todos os candidatos concorrentes ao cargo sairão com nota máxima de 03 (três) pontos no formulário de avaliação, onde o mesmo durante a realização da prova prática poderá manter sua pontuação ou perder conforme critérios a serem avaliados pelo fiscal de prova durante a realização de sua prova prática.
- 11.2 Serão convocados para a Prova Prática os 05(cinco) primeiros classificados na Prova Objetiva. Caso seja necessário, ao longo da duração do Processo Seletivo, poderão ser chamados mais candidatos para a Prova Prática, em dia e horário divulgados quando da publicação do ato de convocação.

## **12. DA APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**

- 12.1 Para garantir a segurança no certame, NÃO SERÁ ADMITIDO INGRESSAR nas salas de aplicação de prova com TELEFONES CELULARES OU QUALQUER APARELHO RECEPTOR E TRANSMISSOR DE INFORMAÇÕES.
- 12.1.1 O candidato flagrado portando telefone celular ou qualquer aparelho receptor e transmissor de informações durante a realização da prova será eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público a qualquer tempo.
- 12.2 Visando garantir a lisura e a idoneidade do Processo Seletivo/Emprego Público serão adotados os procedimentos a seguir especificados:
- a) após ser identificado, nenhum candidato poderá se retirar da sala sem autorização e acompanhamento da fiscalização;
  - b) o tempo mínimo de permanência do candidato em sala será de 40 minutos;
  - c) o candidato que insistir em sair da sala de aplicação da prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência, que será lavrado pelo responsável pela aplicação da prova, declarando sua desistência do Processo Seletivo/Emprego Público;
    - c.1) caso o candidato recuse-se a assinar o Termo de Ocorrência, o fiscal deverá registrar o acontecido no Termo de Ocorrência colhendo a assinatura de duas testemunhas.
  - d) não será permitido, sob hipótese alguma, durante a aplicação da prova, o retorno do candidato à sala de aplicação da prova após ter-se retirado do recinto, sem autorização, ainda que por questões de saúde;
    - d.1) Será proibido o ingresso de pessoas estranhas no local de realização da prova e em suas dependências, bem como será proibida a permanência do candidato no local após a realização da prova.
  - e) o candidato não poderá levar o Caderno de Questões.
    - e.1) Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o sua folha de respostas e o seu caderno de questões.
  - f) os candidatos serão submetidos, durante a realização das provas, ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários e aleatoriamente, a qualquer momento, durante a realização das provas;
    - f.1) não será permitido o uso dos sanitários por candidatos que tenham terminado as provas. A exclusivo critério da Coordenação do local, poderá ser permitido, caso haja disponibilidade, o uso de outros sanitários que não estejam sendo usados para o atendimento a candidatos que ainda estejam realizando as provas;
    - f.2) excepcionalmente, por razões de segurança, outros procedimentos de vistoria além dos escritos poderão ser realizados em qualquer momento durante a aplicação da prova;
  - g) caso o candidato deseje efetuar qualquer reclamação que verse sobre a aplicação das provas, deverá solicitar ao fiscal que relate a situação na ata da sala em que estiver realizando o Processo Seletivo/Emprego Público, já que este é o documento hábil para o registro dos fatos relevantes verificados durante a aplicação das provas.
- 12.3 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).
- 12.3.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de Motorista de Veículos Leves (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 12.3.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
- 12.4 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 10.3 deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 12.5 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido, no máximo, trinta dias antes. Na ocasião, será submetido à



- identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 12.5.1 A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação suscite dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 12.6 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a CURSIVA poderá a seu critério, proceder como forma de identificação, à coleta da impressão digital do polegar direito de todos os candidatos no dia de realização das provas.
- 12.7 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado oficial.
- 12.8 Os três últimos candidatos a terminarem as provas deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado, terem assinados todos os cartões resposta da respectiva sala e terem seus nomes registrados na ata, além de estabelecidas suas respectivas assinaturas.
- 12.8.1 A regra do subitem anterior poderá ser relativizada quando se tratar de casos excepcionais nos quais haja número reduzido de candidatos acomodados em uma determinada sala de aplicação, como, por exemplo, no caso de candidatos com necessidades especiais que necessitem de sala em separado para a realização do Processo Seletivo/Emprego Público, oportunidade em que o lacre da embalagem de segurança será testemunhado pelos membros da equipe de aplicação, juntamente com o(s) candidato(s) presente(s) na sala de aplicação de prova.
- 12.9 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de aplicação de provas.
- 12.9.1 Se, por qualquer razão fortuita, o Processo Seletivo/Emprego Público sofrer atraso em seu início ou necessitar de interrupção, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.
- 12.9.2 Os candidatos afetados deverão permanecer no local do Processo Seletivo/Emprego Público. Durante o período em que estiverem aguardando, para fins de interpretação das regras deste Edital, o tempo para realização da prova será interrompido.
- 12.10 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.
- 12.11 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
- 12.12 Será eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público o candidato que ingressar nas salas de aplicação de prova portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, notebook, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico.
- 10.12.1 A CURSIVA não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos na entrada ou na saída dos locais de prova, nem por danos a eles causados.
- 12.12.2 A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada na sala de aplicação de provas. Assim, ao ingressar na sala de aplicação de prova o candidato não poderá portar qualquer telefone celular ou aparelho receptor e transmissor de informações, **sendo fortemente recomendável que o candidato não leve esses aparelhos para quaisquer dependências do local de provas.**
- 12.13 O candidato que ingressar nos locais de prova portando controle de alarme de carro, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha ou algo similar deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, que deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
- 12.13.1 O candidato que descumprir a regra do subitem anterior será eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 12.14 Para a segurança de todos os envolvidos no Processo Seletivo/Emprego Público, é proibido que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, o candidato esteja em exercício funcional, deverá comunicar até o dia **01 de dezembro de 2017** via correio eletrônico para [cursiva@cursivani.com.br](mailto: cursiva@cursivani.com.br) essa situação.
- 12.14.1 O candidato que comunicar à CURSIVA que portará arma na data da realização das provas será encaminhado à Coordenação da unidade, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante termo de acautelamento de arma de fogo, no qual preencherá os dados relativos ao armamento.

- 12.15 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público o candidato que, durante a sua realização:
- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
  - b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, ou que se comunicar com outro candidato;
  - c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos e quaisquer utensílios descritos nos subitens 12.12 e 12.13;
  - d) não guardar os objetos em embalagem não reutilizável, conforme as regras do subitem 12.13;
  - e) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
  - f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no cartão de confirmação de inscrição ou em qualquer outro meio;
  - g) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
  - h) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
  - i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
  - j) descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na folha de respostas;
  - k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
  - l) utilizar-se ou tentar se utilizar de meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo/Emprego Público;
  - m) não permitir a coleta de sua assinatura;
  - n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
  - o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
  - p) não permitir ser submetido ao detector de metal;
  - q) não permitir a coleta de sua impressão digital, caso seja solicitado, em todas as etapas do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 12.16 Não será permitido ao candidato fumar na sala de aplicação de provas, bem como nas dependências do local de provas.
- 12.17 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
- 12.18 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 12.19 É garantida a liberdade religiosa a todos os candidatos. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste edital, previamente ao início da prova, aqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem a local a ser indicado pela Coordenação da CURSIVA, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
- 12.19.1 Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário, novo procedimento de vistoria descrito no subitem anterior poderá ser realizado.
- 12.20 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, podendo constituir tentativa de fraude.

### **13. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO**

- 13.1 A nota final de classificação, para cada candidato aprovado para os cargos será a média ponderada da nota da Prova Escrita Objetiva e da nota da Avaliação de Títulos e/ou Prova Prática, conforme descrito na tabela do **item 8.5, 8.6 e 8.7**.
- 13.2 Na apuração da NOTA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO, quando a divisão não for exata, levar-se-á em conta a fração até centésimo, sem arredondamento ou aproximação.
- 13.3 A classificação final será obtida, após a aplicação dos critérios de desempate.

### **14. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

- 14.1 Em caso de empate nas vagas do cargo, exceto para Motorista de Veículos Leves e Operador de Maquinas e Veículos Pesados, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
  - b) obtiver a maior nota em Conhecimentos Específicos;
  - c) obtiver a maior nota em Língua Portuguesa;
  - d) obtiver a maior nota em Legislação;
  - e) obtiver a maior nota na Prova Prática (instrutor de artes e ofícios);
  - f) obtiver a maior nota em Matemática;
  - g) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais velho contando dia, mês e ano de seu nascimento.
- 14.2 Em caso de empate nas vagas do cargo de Motorista de Veículos Leves e Operador de Maquinas e Veículos Pesados, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
- a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
  - b) Quem obtiver maior nota na Prova Prática
  - c) Quem obtiver a maior nota em Conhecimentos Específicos;
  - d) obtiver a maior nota em Língua Portuguesa;
  - e) obtiver a maior nota em Matemática;
  - f) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais velho contando dia, mês e ano de seu nascimento.

## 15. DOS RECURSOS

- 15.1 Serão admitidos recursos contra os seguintes atos:
- a) indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;
  - b) indeferimento do pedido para concorrer na condição de pessoa com deficiência;
  - c) indeferimento do pedido de atendimento especial para realização da prova;
  - d) indeferimento das inscrições;
  - e) questões da Prova Escrita Objetiva e o gabarito oficial preliminar
  - f) resultado preliminar da Prova Escrita Objetiva;
  - g) resultado preliminar da Avaliação de Títulos;
  - h) resultado preliminar da Prova Prática.
- 15.1.1 O prazo para a interposição dos recursos será de **dois dias úteis**, a contar do dia subsequente ao da divulgação no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), no link AREA DO CANDIDATO, *aba recursos*.
- 15.2 O gabarito oficial preliminar da Prova Escrita Objetiva, o resultado preliminar da Prova Escrita Objetiva e o resultado preliminar da Avaliação de Títulos serão divulgados no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 15.3 Para recorrer contra os atos mencionados no subitem 13.1, o candidato deverá fazer uso do formulário eletrônico, disponível no link AREA DO CANDIDATO, encontrado no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), respeitando as respectivas instruções.
- 15.3.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.
- 15.3.2 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente desconsiderado, não sendo sequer encaminhado à Banca Examinadora da CURSIVA.
- 15.3.3 Após a análise dos recursos contra o gabarito oficial preliminar da Prova Escrita Objetiva, a Banca Examinadora da CURSIVA poderá manter o gabarito ou alterá-lo, bem como anular a questão.
- 15.3.4 Se, do exame de recurso, resultar a anulação de questão integrante da Prova Escrita Objetiva, a pontuação correspondente a ela será atribuída a todos os candidatos.
- 15.3.5 Se houver alteração, por força dos recursos, do gabarito oficial preliminar de questão integrante de Prova Escrita Objetiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 15.3.6 Após a análise dos recursos contra os resultados mencionados no subitem 15.1, a Banca Examinadora da CURSIVA poderá manter ou alterar o resultado divulgado.
- 15.3.7 Todos os recursos serão analisados e as respostas serão divulgadas no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).
- 15.3.8 Não serão aceitos recursos fora do prazo ou via fax, Correios e correio eletrônico.
- 15.3.9 O candidato não deverá identificar-se de qualquer forma nos campos do formulário destinados às razões de seu recurso, sob pena de tê-lo liminarmente indeferido.

- 15.4 O julgamento dos recursos pela Comissão Examinadora da CURSIVA exaure a esfera administrativa, não cabendo recurso à Comissão do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 15.4.1 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão ou de reconsideração de decisão proferida em recurso, ou admitido recurso contra o gabarito oficial definitivo, resultados definitivos.
- 15.5 Será liminarmente indeferido o recurso cujo teor desrespeitar a Banca Examinadora.

## **16. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 16.1 O Resultado Final será homologado pelo Prefeito Municipal de Treze Tílias e divulgado, no endereço do município [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br), no endereço [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

## **17. DOS ATOS CONVOCATÓRIOS**

- 17.1 Após a homologação do resultado final do concurso, as demais etapas serão precedidas de convocações e nomeações por parte do município de Treze Tílias, publicadas no Diário Oficial dos Municípios.
- 17.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as convocações e os atos de nomeação após homologação do Concurso Público.
- 17.2.1 A convocação dos candidatos ocorrerá, também por correio eletrônico, no endereço indicado no ato da inscrição.
- 17.3 O candidato classificado e convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos após a sua notificação oficial para apresentar os seguintes documentos:
- Apresentar habilitação profissional conforme estabelece os itens 3.1.1 e 3.1.2;
  - Fotocópia do CPF;
  - Fotocópia da identidade;
  - Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
  - Fotocópia da certidão de nascimento;
  - Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos (somente dos filhos menores de 18 anos);
  - Fotocópia da certidão de casamento;
  - Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
  - Atestado Admissional;
  - 01 foto 3x4;
  - Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
  - Histórico ou diploma escolar;
  - Carteira de trabalho CTPS;
  - Carteira de motorista – CNH;
  - Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
  - Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar em função pública;
  - Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
  - Declaração de bens e fontes de renda;
  - Demais documentos que a Administração julgar necessário;
- 17.4 A nomeação e a posse dos candidatos aprovados no concurso dependerão da disponibilidade orçamentária e, especialmente, da observância dos limites estabelecidos para despesas com pessoal, previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 17.5 Os candidatos classificados no Concurso Público fora da quantidade de vagas oferecidas, ressalvados os casos de renúncias e desistências, não terão direito líquido e certo à nomeação na hipótese de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público, cabendo ao município de Treze Tílias - SC, de acordo com a necessidade, promover a convocação dos candidatos classificados remanescentes (fora da quantidade de vagas oferecidas).

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 18.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo/Emprego Público contidas neste Edital e em outros a serem publicados.
- 18.2 O acompanhamento da publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este Processo Seletivo/Emprego Público, divulgados integralmente no endereço eletrônico [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br), é de inteira responsabilidade do candidato.

- 18.3 O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo/Emprego Público por meio do telefone 49-33270089 ou do correio eletrônico [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br).
- 18.4 Quaisquer correspondências físicas referidas neste Edital deverão ser enviadas, via **SEDEX** ou **Carta Registrada com AR**, à **CURSIVA Assessoria e Consultoria – Rua Anir Zauza, 136 – Nova Itaberaba –SC – CEP: 89818-000**.
- 18.5 O candidato que desejar informações ou relatar à CURSIVA fatos ocorridos durante a realização do Processo Seletivo/Emprego Público deverá fazê-lo usando os meios dispostos no subitem 18.8.
- 18.6 A CURSIVA não emitirá declaração de aprovação no Processo Seletivo/Emprego Público, sendo que o Decreto de Homologação, expedido pelo município, servirá como documento hábil para fins de comprovação da aprovação.
- 18.6.1 Não será fornecido ao candidato, pela CURSIVA, qualquer documento comprobatório de classificação neste Processo Seletivo/Emprego Público, valendo para esse fim o resultado final divulgado em meio oficial.
- 18.7 O prazo de validade do Processo Seletivo/Emprego Público será de 01 (um) ano, contado a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração Municipal.
- 18.8 É responsabilidade exclusiva do candidato, manter atualizado seu endereço, inclusive eletrônico com a CURSIVA enquanto estiver participando do Processo Seletivo/Emprego Público, até a data de divulgação do resultado final. A atualização do endereço deverá ser solicitada através do correio eletrônico [cursiva@cursivani.com.br](mailto:cursiva@cursivani.com.br).
- 18.8.1 Após a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo/Emprego Público, a atualização de endereço e telefone para contato deverá ser feita junto ao município de Treze Tílias. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
- 18.9 As despesas decorrentes da participação no Processo Seletivo/Emprego Público, inclusive deslocamento, hospedagem e alimentação, correrão por conta dos candidatos.
- 18.10 Os casos omissos serão resolvidos pela CURSIVA em conjunto com a Comissão do Processo Seletivo/Emprego Público de acordo com as suas atribuições.
- 18.11 A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo/Emprego Público.
- 18.12 Os documentos produzidos e utilizados pelos candidatos em todas as etapas do Processo Seletivo/Emprego Público são de uso e propriedade exclusivos da CURSIVA, sendo terminantemente vedada a sua disponibilização a terceiros ou a devolução ao candidato.
- 18.13 Em qualquer fase do certame, a Comissão do Processo Seletivo/Emprego Público poderá solicitar informações sobre os candidatos, em caráter reservado, e poderá eliminar aqueles que não se enquadrarem nas regras estipuladas neste Edital.
- 18.14 A Comissão do Processo Seletivo/Emprego Público e a CURSIVA se reservam o direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer fase do presente certame ou posteriormente a ele, em razão de atos não previstos.
- 18.15 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, a prova e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo/Emprego Público, quando constatada omissão ou declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
- 18.15.1 Comprovada a inexistência ou irregularidades nas informações fornecidas, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal.
- 18.16 Qualquer irregularidade cometida por pessoa envolvida no Processo Seletivo/Emprego Público, constatada antes, durante ou depois do certame, será objeto de inquérito administrativo e/ou policial nos termos da legislação pertinente, estando sujeita às penalidades previstas na respectiva legislação.
- 18.17 As atribuições dos cargos, bem como o plano de cargos e salários relativos aos cargos deste Edital são regidas pela Lei Complementar nº 39/2011, pelo Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Complementar nº 40/2011) e pela Estrutura Administrativa (Lei Complementar nº 38/2011) e as alterações que houver, não podendo o candidato alegar desconhecimento das mesmas ao assumir o cargo.
- 18.17.1 Do vínculo e do regime previdenciário: Os candidatos habilitados e classificados neste certame para o Processo Seletivo, serão regidos pela Lei Complementar nº 40/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos), Lei Complementar nº 38/2011 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº 39/2011 (Plano de cargos e salários) e suas alterações, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- 18.17.2 O cargo de Agente Comunitário de Saúde será regido pela Lei Complementar nº 019/2007 de 19 de novembro de 2007 e também filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

18.18 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Edital de Retificação.

18.19 Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Conteúdos Programáticos;

Anexo II - Requerimento - Pessoas com Deficiência;

Anexo III - Requerimento - Atendimento Especial;

Anexo IV - Cronograma de Execução.

Anexo V – Da Avaliação da Prova Prática – Operador de Maquinas e Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves.

Anexo VI – Da Avaliação da Prova Prática para candidatos ao cargo de Instrutor de Artes e Ofícios.

Treze Tílias, 01 de novembro de 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal



**ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****LÍNGUA PORTUGUESA**

A linguagem como elemento de comunicação em situações formais. A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. Os usos da linguagem. O Novo Acordo Ortográfico. Emprego dos sinais gráficos. A pontuação e seu papel para a clareza do texto. Problemas de construção frasal: a ambiguidade, a redundância, a ausência de paralelismo e os vícios de linguagem. A correspondência de tempos verbais na reescritura de frases. As modificações entre discurso direto e indireto. As interferências indevidas da coloquialidade e da língua falada na escrita culta. As funções de linguagem e suas marcas específicas. Estratégias discursivas. Emprego de nexos e outros recursos coesivos. Ortografia. Acentuação gráfica. Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. Classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Colocação pronominal. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Paralelismo de regência. Ocorrência de crase. Pontuação. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.

**LEGISLAÇÃO:** Lei Orgânica (com suas devidas alterações até a data do presente edital) e Estatuto dos Servidores Públicos (com suas devidas alterações até a data do presente edital).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**PROFESSOR DE MÚSICA:** Propriedades do som; Elementos fundamentais da música; notas musicas; Notação musical; Articulações; Sinais de repetição; Andamentos; Compassos; Síncope e Contratempo; Quiálteras; Métodos ativos de educação musical; História da Música Universal; História da Música no Brasil; Avaliação em Música; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Informática Básica. Constituição Federal: a) Princípios Fundamentais. b) Direitos e garantias fundamentais. c) Organização do Estado. d) Organização dos poderes. e) Defesa do Estado e instituições democráticas. f) Tributação e orçamento. g) Ordem econômica e financeira. h) Ordem social. i) Disposições constitucionais gerais e transitórias. j) Emendas constitucionais. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ALEMÃ:** Tradução e interpretação de textos em língua alemã; Produção de texto em língua alemã; Coerência e coesão em textos; Novo sistema ortográfico da língua alemã; Literatura alemã: Gramática da língua Alemã; Principais correntes literárias e autores: J. W. Goethe, Schüller, B. Brecht, H. Boel, G. Grass; Morfossintaxe do alemão; Lingüística aplicada ao ensino da língua alemã; Fonética e fonologia; Conhecimentos sobre cultura alemã; Uso da mídia no ensino da língua alemã; - Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Informática Básica; Constituição Federal: a) Princípios Fundamentais. b) Direitos e garantias fundamentais. c) Organização do Estado. d) Organização dos poderes. e) Defesa do Estado e instituições democráticas. f) Tributação e orçamento. g) Ordem econômica e financeira. h) Ordem social. i) Disposições constitucionais gerais e transitórias. j) Emendas constitucionais. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:** A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; Matemática financeira; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: progressões, funções, logaritmos, polinômios, sistemas lineares, matrizes e determinantes; teoria dos conjuntos; binômios de Newton, análise combinatória, estatísticas e probabilidades, geometria plana e analítica, números complexos; expressões aritméticas; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei nº 9.394/96 LDB e suas atualizações; Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Constituição Federal: a) Princípios Fundamentais. b) Direitos e garantias fundamentais. c) Organização do Estado. d) Organização dos poderes. e) Defesa do Estado e instituições democráticas. f) Tributação e orçamento. g) Ordem econômica e financeira. h) Ordem social. i) Disposições constitucionais gerais e transitórias. j) Emendas constitucionais. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:** Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento; Linguagem como Meio de Comunicação; Linguagem como Processo de Interação; Implicações na Prática Pedagógica; Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação; Alternância dos Sujeitos, dos Locutores; Epilingüismo – Metalingüismo; Texto/Discurso/Condições de Produção; Autoria; Gêneros do Discurso; Fenômenos Constitutivos da Linguagem; Prática de Análise Lingüística; Literatura Brasileira; Gramática da língua portuguesa; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), PCN de Língua Portuguesa; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula. Constituição Federal: a) Princípios Fundamentais. b) Direitos e garantias

fundamentais. c) Organização do Estado. d) Organização dos poderes. e) Defesa do Estado e instituições democráticas. f) Tributação e orçamento. g) Ordem econômica e financeira. h) Ordem social. i) Disposições constitucionais gerais e transitórias. j) Emendas constitucionais. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**DE PROFESSOR DE ARTE** - Conhecimentos Pedagógicos; O desenvolvimento da criança e do adolescente. Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. Teorias Educacionais. Concepções Pedagógicas. Mediação da aprendizagem. Avaliação. Currículo. Sexualidade. Drogas. Fracasso escolar. A prática educativa. Formação de professores. Educação de Jovens e Adultos. Mídia e Educação. Disciplina e Limites. Cidadania. Fundamentos da Educação Inclusiva. Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 13005/14- Aprova o Plano Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CEB nº 04/10 – Define Diretrizes Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº 07/10 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental; História da Arte. A Arte-Educação no Brasil. Diversidade cultural no ensino das Artes Visuais. As abordagens metodológicas no ensino das Artes Visuais. O uso das imagens no ensino das Artes Visuais. Cultura afro-brasileira, africana e indígena. A educação musical no contexto atual. O ensino de música na educação básica. Pressupostos metodológicos do ensino de música. Música e sociedade. A diversidade cultural no ensino de música. História da música: da antiguidade aos tempos atuais. Arte e Artesanato. Arte e meio ambiente. Elementos Visuais. Contextualização, fruição e o fazer artístico. História do Teatro: da antiguidade aos tempos atuais. Pressupostos metodológicos do ensino do Teatro. O Teatro como produto cultural e apreciação estética. Linguagem cênica. Elementos formais, formas teatrais. O ensino do teatro na Educação Básica. História da dança: das primeiras manifestações aos dias atuais. Aspectos culturais, sociais e históricos das diferentes formas de dança: erudita, popular, folclórica, antiga e contemporânea. Estrutura e funcionamento do corpo e os elementos que compreendem seu movimento. Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/VÔLEI** - História da Educação Física no Brasil; Metodologia para ensino da Educação Física; Cultura Corporal; Emprego da Terminologia aplicada a Educação Física; Fisiologia do Exercício – Abordagem Neuromuscular. Estrutura e Funções pulmonares; O Sistema Cardiovascular; Capacidade Funcional do Sistema Cardiovascular; Músculo Esquelético (estrutura e função). Treinamento desportivo e atividades Físicas. - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas/VÔLEI; História do Voleibol - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física;

**PROFESSOR - Gestão Escolar para o sucesso do ensino e da aprendizagem:** Concepção de infância. Processo de desenvolvimento infantil; a relação entre pensamento e linguagem; o lúdico na Educação Infantil. A construção coletiva do projeto pedagógico da unidade educacional - as demandas sociais e da comunidade educativa; a diversidade como princípio para a formação de valores democráticos; educar e cuidar como dimensões indissociáveis de toda ação educacional; o papel da UE como promotora de aproximações sucessivas dos alunos aos conhecimentos relevantes e significativos para as aprendizagens e desenvolvimento das crianças, jovens e adultos - como fator de aperfeiçoamento da prática docente e da gestão escolar. A unidade educacional como espaço de formação continuada e de aperfeiçoamento profissional voltado para a qualificação da ação docente; O processo de avaliação do desenvolvimento e do desempenho escolar como instrumento de análise, acompanhamento, intervenção e reorientação da ação pedagógica: os avanços da aprendizagem dos alunos, inclusive os que apresentam necessidades educacionais especiais, e o desenvolvimento da EU enquanto comunidade de aprendizagem; A Educação e as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação; O cotidiano escolar e a gestão da sala de aula. Projeto Político Pedagógico Planejamento Escolar; **Currículos e Programas** Saberes e práticas voltados para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais; O desenvolvimento da competência leitora e os saberes escolares das diversas áreas de conhecimento; Concepção sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem; Organização dos conteúdos de aprendizagem; A Escola, o Currículo e a Diversidade; Educação básica: articulação e desenvolvimento curricular. Educação Especial. **Estado, Educação e Sociedade:** Relação Estado, Sociedade e Educação nos diversos contextos sócio históricos brasileiros. Paradigmas educacionais emergentes. Concepções de Estado e de educação. O estudo das concepções de direitos sociais, sociedade política e sociedade civil. As abordagens de políticas públicas e suas tendências metodológicas. Relações de poder e participação como categorias interpretativas das políticas públicas e as experiências educativas no campo democrático-popular. O espaço público e o controle social em educação. Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**T.M.N.S PSICÓLOGO:** LEGISLAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA: 1) Código de Ética Profissional; Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção,

Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) Epidemiologia. 4) Prevenção e Combate a Doenças. 5) Direitos dos usuários da saúde. 6) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 7) Ética Profissional. 8) Legislação. PSICOLOGIA: 1) Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. 2) Psicologia do desenvolvimento. 3) Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. 4) Principais teorias e autores da psicologia clínica. 5) Teorias da personalidade. 6) Abordagens psicoterápicas. 7) Processo psicodiagnóstico. 8) Testagem e Avaliação Psicológica. 9) Psicologia da Família. 10) Psicologia Escolar e da Aprendizagem e suas relações com a infância e a adolescência. 11) Epistemologia e Psicologia genéticas. 12) Psicologia Social. 13) Psicologia da Saúde. 14) Psicologia do Envelhecimento. 15) Transtornos Psicológicos, seu diagnóstico e tratamento. 16) Psicologia do Trabalho e Organizacional. 17) Políticas Públicas de Saúde Mental. 18) Psicodiagnóstico. 19) Psicoterapias. 20) Psicologia Cultural.

#### **T.M.N.S FARMÁCIA**

BIOQUÍMICA: 1) Imunologia: AIDS e outras imunodeficiências; visão geral do sistema imune; células órgãos do sistema imune; reações de hipersensibilidade, vacinas; câncer e o sistema imune; hepatites, rubéolas, bactérias, protozoários. 2) Fungos: infecções, aspectos morfológicos, micoses superficiais, métodos de diagnóstico, micoses cutâneas, micoses profundas e sistêmicas, testes fisiológicos, dermatofitoses. 3) Amostras, análise para fracionamento, provas da função renal, provas hepáticas, provas do trato biliar, provas glicêmicas, hormônios, colesterol e suas frações. 4) Exames hematológicos (anemias, leucemias, linfomas, coagulação sanguínea), hemograma, avaliação de eritrócitos, leucócitos, plaquetas, achados hematológicos normais e patológicos. 5) Urinálise. 6) Parasitológicos. 7) Bactérias, fungos e parasitas, vírus. 8) Avaliação de líquido. 9) Metodologias de diagnóstico em análises clínicas. 10) Coleta, acondicionamento e preparação de materiais para as análises laboratoriais. COMERCIAL: 1) Assistência farmacêutica, Regulamento de Boas Práticas em Farmácia. 2) Atribuições do profissional farmacêutico, responsabilidade técnica. 3) Manipulação medicamentosa. 4) Farmacologia. 5) Sedativos. 6) Hipnóticos. 7) Psicoestimulantes. 8) Sedativos ansiolíticos. 9) Antipsicóticos. 10) Antidepressivos. 11) Anti-Histamínicos. 12) Vasoconstritores. 13) Vasodilatadores. 14) Antiácidos. 15) Digestivos. 16) Antitussígenos. 17) Expectorantes. 18) Antilipêmicos. 19) Antidiabéticos. 20) Diuréticos. 21) Anti-inflamatórios locais. 22) Antiparasitários. 23) Antifúngicos. 24) Antimicrobianos. 25) Antiepiléticos. 26) Corticosteroides. 27) Interações medicamentosas. 28) Efeitos Adversos. 29) Administração de Recursos Materiais. 30) Sistemas de Distribuição de Medicamentos. 31) Quimioterapia. 32) Medicamentos Genéricos e Similares. MANIPULAÇÃO: 1) Boas Práticas em Manipulação. 2) Princípios básicos e conceitos em Farmacotécnica. 3) Formas medicamentosas externas e atividades na pele. 4) Processos de manipulação, vias de administração dos medicamentos. 5) Incompatibilidades físico-químicas. 6) Cálculos matemáticos em farmácia magistral. 7) Matérias-primas. 8) Sistemas emulsionados. 9) Produtos para limpeza da pele. 10) Cremes, cosméticos. 11) Fabricação de produtos cosméticos. 12) Higiene do cabelo. 13) Formas farmacêuticas. 14) Desenvolvimento farmacotécnico. 15) Sólidos orais, xaropes, suspensões, soluções orais, sistemas transdérmicos. 16) Pomadas, cremes, loções, preparações de uso tópico.

**T.M.N.S MÉDICO PEDIATRA** - Política Nacional de Humanização; Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil. Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chiador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança.

#### **CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**

##### **PORTUGUÊS (para todos os cargos)**

Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; emprego de nexos e outros recursos coesivos. Ortografia. Acentuação gráfica. Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. Classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Colocação pronominal. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Paralelismo de regência. Ocorrência de crase. Pontuação. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.

##### **LEGISLAÇÃO (para todos os cargos)**

Lei Orgânica (com suas devidas alterações até a data do presente edital) e Estatuto dos Servidores Públicos (com suas devidas alterações até a data do presente edital).

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO** Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição do educando. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, Literatura Infantil; A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Teorias de Celestin Freinet. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre. Estatuto da Criança e do Adolescente.

**T.M.N.M – TÉCNICO EM ENFERMAGEM** - Conselho Regional de Enfermagem (COREN): Código de Ética de Enfermagem – Lei nº. 7498 do exercício profissional. Condutas do Técnico de Enfermagem na saúde mental: intervenções, sinais e sintomas. Esterilização de material. Saneamento básico: esgoto sanitário, destino do lixo. Curativos: potencial de contaminação, técnicas de curativos. Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia. Doenças Sexualmente Transmissíveis: AIDS/SIDA, sífilis, gonorréia, uretrites, condiloma acuminado, linfogranuloma venéreo, cancro mole – Prevenção. Imunização: vacinas, acondicionamento, cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, calendário de vacinação. Saúde da mulher: planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas. Enfermagem materno-infantil: assistência de enfermagem no pré-parto, parto e puerpério e nas emergências obstétricas e assistência de enfermagem em pediatria. Ética: princípios básicos de ética. Regulamentação do exercício profissional e relações humanas.

**ATENDENTE DE FARMÁCIA** Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, leis 8080/90 e 8142/90. Noções sobre medicamentos: armazenamento, classes terapêuticas, formas farmacêuticas, vias de administração de medicamentos, medicamentos de referência, genéricos e similares, receituário em farmácia, medicamentos controlados pela portaria 344/98 e suas atualizações. Boas práticas de dispensação para farmácias e drogarias. Farmácia básica no ambiente do SUS: estrutura e organização. Legislação pertinente desses itens.” Noções da legislação farmacêutica e sanitária, Deontologia (ética profissional e responsabilidade social, Higiene e segurança no trabalho, Dispensação de produtos farmacêuticos, Organização e funcionamento de farmácia.

**PROFESSOR/INSTRUTOR DE JUDÔ** – História do Judô no Brasil e no mundo; Normas, regras e fundamentos do Judô; Técnicas de domínio em seus aspectos anatômicos e biomecânicos (katamewaza) no cotovelo (kansetsu waza) e asfixia (shimewaza); Condições da luta no solo e os aspectos táticos do uso das técnicas de domínio em pé; Princípios Filosóficos do Judô. Glossário do Judô. Aquecimento - preparação individual para o treinamento ou competição. Condicionamento físico, técnico e psicológico para o judô. O judô na educação básica brasileira.

**PROFESSOR/INSTRUTOR DE TAEKWONDO** - O autocuidado; Noções de Práticas Corporais; Noções Práticas de nutrição e saúde; noções de fisiologia e neuropsicologia; conhecimentos referente a prática cultural do Taekwondo; contextualização histórica, cultural, filosófica, social e educacional do Taekwondo. Principais Fatores envolvidos na conduta correta do instrutor no ensino do judô. Procedimentos metodológicos que levam a aprendizagem, vivência e aprimoramento do praticante; Regras técnicas do Taekwondo.

**PROFESSOR/INSTRUTOR DE KARATÊ** - A história e a arte marcial do karatê; Ataques, defesas e bases; Regras oficiais; Karatê como fator de socialização e inclusão; Os termos técnicos, regras, regulamentos, competições e golpes do karatê. O contexto do karatê na educação básica brasileira. O karatê na educação básica brasileira.

### **CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

**Língua Portuguesa:** Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética. Gramática em geral.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania;

Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar); Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia.

#### **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011(Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)

**COZINHEIRA** - Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**OPERADOR DE MAQUINAS E VEÍCULOS PESADOS** - Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES:** Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

**Instrutor de artes e ofícios – Artesanato** - Conhecimento e desenvolvimento de atividades relacionadas ao artesanato em fios (bordado, tricô e crochê), tecidos (costura, pintura e macramê), reaproveitamento de material reciclável (jornal, plástico, papel, papelão). Conceitos sobre reciclagem de materiais; Reconhecimento dos materiais e ferramentas para o artesanato; Preparação, seleção e descarte; Técnicas utilizadas: recorte, dobradura, montagem, costuras, trançados, originais, texturização, pintura, acabamentos e decoração; Peças confeccionadas: embalagens, porta-jóias, brinquedos, bolsas, cestas e cadeira; Aspectos de comercialização; Preservação do meio ambiente; Higiene e segurança no trabalho.



**Instrutor de artes e ofícios – Pintura** - Conhecimento e desenvolvimento de atividades relacionadas pintura em tela, tecido e outros materiais; pintura sobre reaproveitamento de material reciclável (diversos tipos, formas, composições). Conceitos sobre reciclagem de materiais; Reconhecimento dos materiais e ferramentas para a pintura; Preparação, seleção e descarte; Principais técnicas utilizadas na pintura; confecção e preparo de tintas para pintura; Aspectos de comercialização; Preservação do meio ambiente; Higiene e segurança no trabalho.

**Instrutor de artes e ofícios – Tricô/crochê** - Conhecimento e desenvolvimento de atividades relacionadas ao artesanato em fios (bordado, tricô e crochê; Conceitos sobre reciclagem de materiais; Reconhecimento dos materiais e ferramentas para o Tricô/crochê; Preparação, seleção e descarte; Técnicas utilizadas; Aspectos de comercialização; Preservação do meio ambiente; Higiene e segurança no trabalho. Principais metodologias de ensino utilizadas.

**Instrutor de artes e ofícios – Culinária** - Manual de boas práticas: Procedimentos para higienização de instalações físicas, móveis e utensílios, procedimentos de higiene e saúde dos colaboradores, procedimentos para descarte de resíduos, tipos de controle de pragas nas áreas de armazenamento e preparo de alimentos; Armazenamento/ acondicionamento e conservação dos alimentos; Organização e estrutura da cozinha: fluxo de operação; Equipamentos e utensílios para a produção de alimentos; Técnicas de corte de carne, aves, pescados e estrutura dos animais; Técnicas de corte de vegetais; Bases culinárias: tipos de fundos e caldos, tipos de espessantes, tipos de aromáticos, aplicabilidade e conservação; conceito, ingrediente para preparado, receita e produção.



**ANEXO II****REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Processo Seletivo/Emprego Público: \_\_\_\_\_ Município/Órgão: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: \_\_\_\_\_

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID: \_\_\_\_\_

Nome do Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

**Dados especiais para aplicação das PROVAS:** (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

☐ **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

☐ **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID.

No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

(Datar e assinar)

## ANEXO III

## REQUERIMENTO - ATENDIMENTO ESPECIAL

## EDITAL Nº 001/2017

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Nome da mãe completo: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino E-mail: \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ Data de Expedição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Tel.: fixo: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

Vem REQUERER atendimento especial no dia de realização das provas do Processo Seletivo/Emprego Público. Marcar com X ao lado do tipo de atendimento especial que necessite.

( ) Acessibilidade no local de provas (Candidato cadeirante).

( ) Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção).

( ) Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência visual).

( ) Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência motora que impeça o preenchimento do cartão).

( ) Intérprete de Libras (Candidato com deficiência auditiva).

( ) Ledor (Candidato com deficiência visual).

( ) Prova com letra ampliada (Candidato com deficiência visual). Tamanho da fonte: \_\_\_\_\_

( ) Prova em Braille (Candidato com deficiência visual).

( ) Sala para amamentação (Candidata lactante).

( ) Tempo adicional (Candidato que apresentar parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853/89).

( ) Outro (descrever abaixo): \_\_\_\_\_

ATENÇÃO: Para o atendimento das condições solicitadas, verificar a obrigatoriedade de apresentação de LAUDO MÉDICO com CID emitido há menos de um ano, acompanhado deste requerimento preenchido. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER ORIGINAL emitido por especialista da área de sua deficiência justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

Dados especiais para aplicação das PROVAS (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial): \_\_\_\_\_

Nestes Termos, Espera Deferimento.

(Local) (Data) (Assinatura do Candidato)

## ANEXO IV – CRONOGRAMA PREVISTO\*

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	DATA PREVISTA
Publicação do Edital de Abertura.	01/11/2017
<b>Período de inscrições.</b>	01/11/2017 a 01/12/2017
Período solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.	01/11/2017 a 20/11/2017
Publicação do Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.	21/11/2017
Prazo de Recursos isenções indeferidas.	21 a 22/11/2017
Respostas dos recursos e lista de isentos pós recursos.	23/11/2017
Período de pagamento das inscrições.	01/11/2017 a 04/12/2017
Período de envio de laudos solicitações especiais.	01 a 25/11/2017
Publicação do deferimento e indeferimento das inscrições.	05/12/2017
Período de recurso em face às inscrições indeferidas.	05 a 06/12/2017
Lista de Homologação das inscrições e respostas dos recursos.	07/12/2017
Ensalamento	07/12/2017
<b>Aplicação da Prova Objetiva.</b>	10/12/2017 às 8h
Divulgação Gabarito Preliminar e Provas.	10/12/2017 às 18h
Período de recursos em Face ao Gabarito Preliminar / Prova Objetiva.	10 a 13/12/2017
<i>Divulgação dos recursos, gabarito definitivo, resultado preliminar e convocação para a prova prática para os cargos de: instrutor de artes e ofícios (todos), Operador de Maquinas e Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves.</i>	13/12/2017
<b>Prova Prática:</b> Instrutor de Artes e Ofícios (todos), Operador de Máquina e Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves	16/12/2017 – 7h30min
Divulgação do Gabarito Pós Recursos e Respostas dos recursos.	18/12/2017
Divulgação do Resultado Preliminar.	18/12/2017
Período de Recurso em Face ao Resultado Preliminar.	18 a 20/12/2017
Respostas dos Recursos e Resultado definitivo.	21/12/2017
Homologação do PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO.	22/12/2017

\*A programação poderá sofrer alterações.

**ANEXO V****DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MAQUINAS E VEÍCULOS PESADOS**

A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Os candidatos realizarão a prova nas máquinas e veículo constantes no edital de convocação a ser disponibilizado no dia 13 de dezembro de 2017.

Não será permitido escolher outro tipo de equipamento para a realização da prova prática.

A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação **correspondente ao cargo** a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

<b>Categoria da Falta</b>	<b>Pontos a serem descontados</b>
Faltas Graves	1,0
Faltas Médias	0,5
Faltas Leves	0,25

b) As categorias de faltas previstas no item anterior constarão no formulário de avaliação com a seguinte descrição:

**Faltas Graves:** Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

**Faltas Médias:** Habilidades do Operador de Maquinas e Veículos Pesados

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.
- Não atendeu as ordens do avaliador.

**Faltas Leves: Verificação do Equipamento**

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo/Emprego Público.

---

**DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES**

O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Motorista de Veículos Leves, deverão apresentar carteira de habilitação na **categoria "D"**, de acordo com o cargo escolhido, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

<b>Categoria da Falta</b>	<b>Pontos a serem descontados</b>
Faltas Graves	1,0
Faltas Médias	0,5
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão no formulário de avaliação com a seguinte descrição:

**Faltas Graves:**

- Descontrolar-se no plano, no aclave ou declive;
- Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;
- Utilizar a contramão de direção;
- Subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre;
- Deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção;
- Exceder a velocidade indicada para a via;
- Perder o controle de direção do veículo em movimento;
- Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal;
- Deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela;
- Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
- Deixar de usar o cinto de segurança.

**Faltas Médias:**

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão com imperfeição;
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga;
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
- Utilizar incorretamente os freios;
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

**Faltas Leves:**

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular;
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Engrenar as marchas de maneira incorreta;
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

Os avaliadores serão profissionais habilitados, registrados no DETRAN.



## ANEXO VI

## PROVA PRATICA PARA INSTRUTOR DE ARTE E OFICIOS:

**CULINÁRIA**

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	NOTA MÁXIMA
I – Formas de Abordagem /Apresentação	0,5
II - Organização	0,5
III - Produtividade	0,75
IV – Técnica/aptidão/eficiência/sabor dos alimentos	1,25
A atividade consistirá em desenvolver uma receita (prato) popular (de baixo custo) para aproximadamente duas pessoas. Cada participante deverá trazer os produtos que irá utilizar na receita. Estará a disposição dos candidatos: liquidificador, batedeira, fogão a gás, forno e utensílios de cozinha. <b>Tempo de execução da atividade: 20 minutos</b> <b>Tempo de interlocução/explicação/apresentação da atividade/degustação: 05 minutos</b>	

**ARTESANATO**

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	NOTA MÁXIMA
I – Formas de Abordagem /Apresentação	0,5
II - Organização	0,5
III - Produtividade	0,75
IV – Técnica/aptidão/eficiência/complexidade	1,25
Os participantes deverão desenvolver um artesanato, cujo principal produto reciclável será uma ou mais garrafas tipo PET. Cada participante deverá trazer os materiais que irá utilizar no desenvolvimento da atividade. <b>Tempo de execução da atividade: 20 minutos</b> <b>Tempo de interlocução/explicação/apresentação da atividade: 05 minutos</b>	

**PINTURA**

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	NOTA MÁXIMA
I – Formas de Abordagem /Apresentação	0,5
II - Organização	0,5
III - Produtividade	0,75
IV – Técnica/aptidão/eficiência/complexidade	1,25
Os participantes deverão desenvolver uma pintura em tecido (pano de secar louça) cuja temática da pintura deverá englobar elementos da natureza. <b>Tempo de execução da atividade: 20 minutos</b> <b>Tempo de interlocução/explicação/apresentação da atividade: 05 minutos</b>	

**TRICO/CROCHE**

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	AVALIAÇÃO
I – Formas de Abordagem /Apresentação	0,5
II - Organização	0,5
III - Produtividade	0,75
IV – Técnica/aptidão/eficiência/complexidade	1,25
Os candidatos deverão desenvolver um BICO em CROCHÊ em uma toalha de rosto. <b>Tempo de execução da atividade: 20 minutos</b>	

**Tempo de interlocução/explicação/apresentação da atividade: 05 minutos**

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2017 PMTC

Publicação Nº 1417180

Ata de Registro Nº.: 169/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: NFTM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI -

Valor ..... : 65.044,00 (sessenta e cinco mil e quarenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 05/10/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LAJE PRÉ-MOLDADA, CONCRETO USINADO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA OS PAVIMENTOS 1º E 2º DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL

Trombudo Central, 1 de Novembro de 2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2017 PMTC

Publicação Nº 1417185

Ata de Registro Nº.: 171/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: GIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME

Valor ..... : 66.010,00 (sessenta e seis mil e dez reais)

Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 31/10/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO MUNICIPAINTERMUNICIPAL DE PESSOAS, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VINCULADAS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL- SC.

Trombudo Central, 1 de Novembro de 2017

### CONTRATO 075/2017 FMS

Publicação Nº 1417175

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 075/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: AUTO ELITE LTDA

Valor ..... : 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Vigência ..... : Início: 30/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 63/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, HATCH, ANO DE FABRICAÇÃO 2017 E MODELO 2018, COR BRANCA, 4 PORTAS, MOTOR 1.6 PARA USO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONF. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

Trombudo Central, 1 de Novembro de 2017

### CONTRATO 168/2017 PMTC

Publicação Nº 1417178

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 168/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: I. TRAPP &amp; CIA LTDA

Valor ..... : 6.620,00 (seis mil seiscentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 05/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2017  
Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA (GLP) P13 E P45 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA, SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, NA UTILIZAÇÃO DO PREPARO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E BOMBEIROS DESTA MUNICÍPIO.  
Trombudo Central, 1 de Novembro de 2017

## CONTRATO Nº170/2017 PMTC

Publicação Nº 1417183

Contrato Nº.: 170/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada.: AUTO ELITE LTDA  
Valor ..... : 43.000,00 (quarenta e três mil reais)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, HATCH, ANO DE FABRICAÇÃO 2017 E MODELO 2018, COR BRANCA, 4 PORTAS, MOTOR 1.0 PARA USO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONF. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.  
Trombudo Central, 1 de Novembro de 2017

## EDITAL 019/17

Publicação Nº 1417779

EDITAL Nº 019/2017  
AMPLIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS

Concede ampliação de carga horária e convoca para prestação de serviço em regime suplementar aos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino em exercício na Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e dá outras providências.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, comunica que a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, concederá ampliação de carga horária e convocação para prestação de serviço em regime suplementar para professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, em exercício na Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, conforme previsto nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar 1.250/2000 e suas alterações posteriores.

### 1. DA INSCRIÇÃO

1.1. A inscrição será efetuada no período de 20/11/2017 a 24/11/2017 na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, no horário das 08 horas às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 min.

1.2. Para a inscrição o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF.
- Diploma de Magistério/Pedagogia ou Licenciatura referente à disciplina de atuação.
- Tempo de serviço na rede municipal de ensino de Trombudo Central até a data de 31 de outubro de 2017.
- Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos.

1.3 O profissional interessado deverá preencher formulário próprio, disponível na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte. (Anexo I)

### 2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 Os candidatos serão classificados na seguinte ordem:

- Formação profissional.
- Tempo de efetivo serviço na Rede Municipal de Ensino do Município de Trombudo Central.
- Idade.
- Número de filhos.

2.2 Não serão computados como tempo de efetivo serviço na Rede Municipal de Ensino, o período prestado a disposição de outros órgãos da administração municipal e ou a disposição de outras esferas públicas.

### 3. DAS VAGAS

3.1. Para o processo de concessão de ampliação de carga horária para o ano letivo de 2018, serão oferecidas vagas excedentes somente para professores efetivos ou que terminem o estágio probatório até o mês de fevereiro de 2018.

3.2. Para o processo de concessão de vaga para prestação de serviço em regime suplementar serão oferecido vagas vinculadas motivadas por afastamentos legais dos titulares, por aumento de turmas e demais necessidades do serviço.

3.3. Somente haverá ampliação de carga horária ou convocação do servidor para prestação de serviços em regime suplementar, quando:

- a) a vaga apresentada for na área de formação/ou atuação do servidor;

- b) o servidor participar formalmente deste Edital;  
c) não haver incompatibilidade de horário, turma e turno;  
d) não haver acumulação remunerada de cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.  
3.4 A convocação para prestação de serviços em regime suplementar terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular.  
3.5 Ao término da prestação de serviço em regime suplementar, o candidato passará ao final da listagem de classificação.

#### 4. DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

- 4.1. A divulgação provisória da classificação e os procedimentos relativos ao presente processo de seleção dar-se-á no dia 28 de novembro de 2017 e será publicado no site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central no link Concursos.  
4.2. O prazo para recurso será de 02 (dois) dias a partir da data da divulgação.  
4.3 O candidato que tiver qualquer discordância em relação a sua classificação, poderá interpor recurso até às 17 horas do dia 01 de dezembro de 2017.  
4.4 Para recorrer o candidato deverá entregar na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, ou encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: pmtceducar@gmail.com  
4.5 Todos os recursos regulares serão analisados e, casos providos serão efetuadas as alterações.  
4.6 A resposta ao recurso interposto será encaminhada até o dia 05 de dezembro de 2017, no endereço de e-mail informado no requerimento de recurso.  
4.7 A decisão exarada nos recursos pela Secretaria Municipal da Educação e do Esporte é irrecorrível na esfera administrativa.  
4.8 O município de Trombudo Central não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.  
4.9 O resultado definitivo e o decreto de homologação será publicado no dia 07 de dezembro de 2017, no site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central (<http://www.trombudocentral.sc.gov.br>), no link: Concursos Públicos.

#### 5. DA ESCOLHA DE VAGA

- 5.1. A Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, procederá à chamada dos candidatos mediante convocação para exercer atividade a partir do ano letivo de 2018.

#### 6. DO EXERCÍCIO

- 6.1 A ampliação da carga horária e a convocação para prestação de serviço em regime suplementar terá vigência a partir do ano letivo de 2018.

#### 7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1 Havendo redução de séries/turmas/ aluno, a ampliação de carga horária será reduzida, respeitando os critérios de:  
7.1.1. menor habilitação profissional;  
7.1.2. menor tempo de serviço na rede municipal de Trombudo Central;  
7.1.3. menor idade e menor número de filho, serão critérios de desempate.  
7.2. O profissional classificado e que não tiver interesse em ampliar sua carga horária no exercício de 2018 bem como em assumir vaga para prestação de serviço em regime suplementar, assinará termo de desistência, passando seu nome a integrar o final da listagem de classificação.  
7.3 O candidato que escolher vaga e não assumir ou desistir durante o exercício perderá todos os direitos previstos neste edital.  
7.4. Na oferta da vaga, havendo incompatibilidade de horário, o candidato manterá a sua classificação para nova escolha.  
7.5. A classificação dos candidatos objeto do presente edital terá validade para o ano de 2018, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse e necessidade da administração.

Trombudo Central, 01 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

#### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 019/2017

AMPLIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS

Nº DA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME DO PROFESSOR: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

TEMPO DE SERVIÇO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

\_\_\_\_\_ ANOS \_\_\_\_\_ MESES \_\_\_\_\_ DIAS (até 31/10/2017)

IDADE: \_\_\_\_\_

Nº DE FILHOS: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROFESSOR \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

TROMBUDO CENTRAL, \_\_\_\_ DE NOVEMBRO DE 2017.

ANEXO II

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Ampliação e suplementação de carga horária - Ano Letivo 2018

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\*Endereço de e-mail para qual será encaminhada resposta deste recurso (OBRIGATÓRIO): \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

☐ Inscrição Indeferida☐ Classificação

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Assinatura: \_\_\_\_\_

**EDITAL 020/17**

Publicação Nº 1417786

EDITAL nº 020/2017

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO E PERMUTA

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, torna público a realização de CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO E PERMUTA, de profissionais da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte para o ano letivo de 2018, conforme disposições a seguir:

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A remoção pressupõe o deslocamento dos profissionais da educação, lotados no órgão central, para outra Unidade Educacional, por solicitação do candidato.

1.2 A Permuta pressupõe o deslocamento dos profissionais da educação, lotados no órgão central para outra Unidade Escolar a pedido dos interessados, desde que haja coincidência de interesse de ambos os candidatos e aprovação da Secretaria de Educação.

1.3 A classificação do candidato neste Concurso Interno de Remoção gera ao servidor apenas mera expectativa, não implicando na obrigatoriedade de concessão. O preenchimento de vaga é efetivado de acordo com a necessidade do Município.

1.4 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionadas ao presente processo de seleção, serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central (<http://www.trombudocentral.sc.gov.br>), no link: Concursos Públicos.

**2. DO PÚBLICO ALVO**

2.1 Poderão participar do Concurso Interno de Remoção e Permuta, Professores, Auxiliares de sala e Merendeiras efetivos, todos lotados no órgão central da Prefeitura Municipal.

**3. DOS REQUISITOS PARA A REMOÇÃO**

3.1 A Remoção se processa a pedido dos interessados, desde que haja vaga na unidade solicitada e aprovação da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

3.2 Para solicitar a Remoção, os professores, auxiliares de sala e merendeiras deverão ser funcionários efetivos do Quadro de Funcionários da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

**4. DOS REQUISITOS PARA A PERMUTA**

4.1 A Remoção por Permuta se processa a pedido dos interessados, desde que haja coincidência de interesse e aprovação da Secretaria da Educação e do Esporte.

4.2 Para participar do Concurso Interno de Remoção por Permuta, ambos os candidatos deverão:

- a) Ser efetivos;
- b) Ter a mesma categoria funcional;
- c) Ter a mesma jornada de trabalho.

## 5 - DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições estarão abertas no período 20/11/2017 a 24/11/2017.

5.2 O candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, das 8h às 12 horas e das 13h 30 min às 17 horas e 30 min, preencher todos os dados da Ficha de inscrição, constante do Anexo I deste edital e assiná-la.

5.3 O candidato Professor poderá se inscrever para concorrer à remoção nas áreas de Educação Infantil, Anos Iniciais e disciplinas específicas do Ensino Fundamental, em conformidade com a sua habilitação e a existência de vaga.

5.4 O candidato Auxiliar de Sala poderá se inscrever para concorrer à remoção nas unidades de Educação Infantil.

5.5 A candidata Merendeira poderá se inscrever para concorrer à remoção nas unidades de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

5.6 A Remoção não poderá acarretar em mudança de cargo.

5.7 O candidato, ao assinar a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas por este Edital, em plena concordância das mesmas e das decisões que possam ser tomadas pela Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

5.8 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não-efetivação.

5.9 O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de eventuais erros ou de preenchimento incorreto de qualquer campo do documento.

5.10 A inscrição do candidato será cancelada se prestar declarações falsas, inexatas ou adulterar qualquer documento informado e apresentado, ou ainda, que não atender integralmente todos os critérios estabelecidos neste Edital.

## 6. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REMOÇÃO.

6.1 Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada.

6.2 Tempo de serviço até a data de 31 de outubro de 2017.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO PARA A REMOÇÃO

7.1 A classificação se dará em conformidade com os seguintes critérios:

- 1º) Maior tempo de exercício em cargo efetivo do Magistério Público Municipal de Trombudo Central, no caso de remoção de professores;
- 2º) Maior tempo de exercício em cargo efetivo de auxiliar de sala na rede municipal de Trombudo Central, no caso de remoção de auxiliares de sala;
- 3º) Maior tempo de exercício em cargo efetivo de merendeira na rede municipal de Trombudo Central, no caso de remoção de merendeiras;
- 4º) No caso de empate será considerado melhor classificado o candidato com maior idade. Isso se aplica a todos os cargos.

## 8. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E DO PRAZO PARA RECURSO

8.1 O Resultado Provisório deste Concurso será publicado site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central (<http://www.trombudocentral.sc.gov.br>) no link: Concursos Públicos no dia 01 de dezembro de 2017.

8.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação a sua classificação, poderá interpor recurso até as 17 horas do dia 04 de dezembro de 2017.

8.3 Para recorrer, o candidato deverá entregar na Secretaria da Educação e do Esporte, ou encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: [pmtceducar@gmail.com](mailto:pmtceducar@gmail.com)

8.4 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso providos serão efetuadas as alterações.

8.5 A resposta ao recurso interposto será encaminhada até o dia 06 de dezembro de 2017 no endereço de e-mail informado no requerimento de recurso.

8.6 A decisão exarada nos recursos pela Secretaria Municipal da Educação e do Esporte é irrecorrível na esfera administrativa.

8.7 O município de Trombudo Central não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

8.8. O resultado definitivo e o decreto de homologação deste Concurso Interno será publicado no dia 08 de dezembro de 2017 no site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central (<http://www.trombudocentral.sc.gov.br>), no link: Concursos Públicos.

8.9 Havendo necessidade e interesse público, a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte se reserva o direito de fazer alterações de local de trabalho.

8.10 As remoções deferidas serão efetuadas ao Professor, ao Auxiliar de Sala e a Merendeira, a partir do início do ano letivo em 2018, conforme calendário escolar.

## 9. CRONOGRAMA DO CONCURSO

Período de inscrições 20/11/2017 a 24/11/2017

Publicação do Resultado Final Provisório 01/12/2017

Publicação do Resultado Final Definitivo 08/12/2017

Trombudo Central, 01 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS



Secretária da Educação e do Esporte

## ANEXO I

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO DE PROFESSORES, AUXILIARES DE SALA E MERENDEIRAS, PARA O ANO LETIVO DE 2018.

## FICHA DE INSCRIÇÃO

## 1. Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

## 2. Informações da remoção

Local atual de trabalho: \_\_\_\_\_

Área que pretende remoção: \_\_\_\_\_

Unidade que pretende remoção: \_\_\_\_\_

Declaro que efetuei minha inscrição para o CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO, estando ciente E DE ACORDO com as normas estabelecidas no respectivo Edital, disponível no portal eletrônico [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br). Declaro ainda estar ciente de que as informações acima prestadas não geram direito a classificação, pois serão objeto de análise pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, assim como os documentos comprobatórios das mesmas.

Trombudo Central, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

## ANEXO II

## MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

A SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Concurso Interno de Remoção - Ano Letivo 2018

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\*Endereço de e-mail para qual será encaminhada resposta deste recurso (OBRIGATÓRIO): \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

☐ Inscrição Indeferida☐ Classificação

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO III

CONCURSO INTERNO DE PERMUTA DE PROFESSORES, AUXILIARES DE SALA E MERENDEIRAS, PARA O ANO LETIVO DE 2018.

## FICHA DE INSCRIÇÃO

## 1. Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Local atual de trabalho: \_\_\_\_\_

## 2. Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Local atual de trabalho: \_\_\_\_\_

Declaro que efetuei minha inscrição para a PERMUTA, estando ciente E DE ACORDO com as normas estabelecidas no respectivo Edital, disponível no portal eletrônico [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br). Declaro ainda estar ciente de que as informações acima prestadas não geram direito a classificação, pois serão objeto de análise pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, assim como os documentos comprobatórios das mesmas.

Trombudo Central, \_\_\_\_/ \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do candidato

Assinatura do candidato

## **PORTARIA 434/17**

Publicação Nº 1417778

PORTARIA 434/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 100 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. VAGNER LUIZ DEITOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, férias laborais pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir de 23 de outubro de 2017.

Art. 2º - O período de férias se refere ao efetivo exercício funcional no período entre 23 de setembro de 2015 a 22 de setembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 23 de outubro de 2017, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde

# Tunápolis

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 48/2017

Publicação Nº 1418726

Processo de Compra Nº.: 198/2017

Pregão Presencial nº: 128/2017

Registro de Preços nº: 21/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 48/2017

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADORES, POSTES E CABOS, COM A DEVIDA INSTALAÇÃO DOS MESMOS, VISANDO A CESSÃO DE USO DOS MESMOS PARA EMPRESAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1315/2017.

Aos 11 dias do mês de Outubro de 2017, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 198/2017, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADORES, POSTES E CABOS, COM A DEVIDA INSTALAÇÃO DOS MESMOS, VISANDO A CESSÃO DE USO DOS MESMOS PARA EMPRESAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1315/2017, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO DE TRANSFORMADORES, POSTES E CABOS, COM A DEVIDA INSTALAÇÃO DOS MESMOS, VISANDO A CESSÃO DE USO DOS MESMOS PARA EMPRESAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1315/2017.

FORNECEDOR: A empresa E.B Instalações Elétricas Ltda, inscrita sob o CNPJ n.º 00.212.337/0001-62, com sede na Rodovia SC 386, KM 26, Área, Industrial no Município de Descanso/SC, telefone: (49)3623-30276, doravante denominada REGISTRADA.

#### IOTE i

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Total
1	03	Un	Transformador de Potência 112,5 KVA Com Poste 11/600, Classe 25 Kv. 220/380v Projeto com ART e Instalação de um Transformador de 225 KVA (padrão Celesc) à ser instalado em empresas beneficiada por termo de cessão de uso do Município	12.023,20	36.069,60
02	108	mt	Cabo 95mm para ligar transformador de 112,5 Kwa	53,24	5.749,92
TOTAL GERAL DO LOTE					41.819,52

## IOTE ii

Item	Quat	un	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unit	Total
01	03	Un	Transformador de Potência 150 KWA Com Poste 11/1000, Classe 25 Kv. 220/380v Projeto com ART e Instalação de um Transformador de 225 KWA (padrão Celesc) à ser instalado em empresas beneficiada por termo de cessão de uso do Município.	14.498,40	43.495,20
02	108	mt	Cabo 120mm para ligar transformador de 150 KWA	67,88	7.331,04
			TOTAL GERAL DO LOTE		50.826,24

## IOTE iii

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Total
1	03	Un	Transformador de Potência 225 KWA Com Poste 11/1000, Classe 25 Kv. 220/380v Projeto com ART e Instalação de um Transformador de 225 KWA (padrão Celesc) à ser instalado em empresas beneficiada por termo de cessão de uso do Município.	20.498,60	61.495,80
02	108	mt	Cabo 2x 95mm para ligar transformador de 225 KWA	53,24	5.749,92
			TOTAL GERAL DO LOTE		67.245,72
			TOTAL GERAL DOS TRÊS LOTES		159.891,48

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 198/2017.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 128/2017.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do

artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos transformadores deverá ocorrer de forma imediata no prazo máximo de 15(quinze) dias após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.3 - Imediatamente após a entrega e devida instalação dos transformadores, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas no edital e ata de registro de preço.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 198/2017, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Renato Paulata  
Prefeito Municipal

E.B Instalações Elétricas Ltda  
Fornecedor Registrado

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2017**

Publicação Nº 1418727

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2017**

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 27 dias do mês de Outubro de 2017, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 135/2017, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECER PNEUS NOVOS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) RODAMAX COMERCIO DE PNEUS E LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA –ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.519.809-0001-31, estabelecido na Rua Coronel Neco Januario, 1180, sala B, no Município de Cerro Largo-RS, contato e-mail: comercial.rodamax@gmail.com, fones: (55) 33591306, (55) 99653-7046, considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
01	PNEU NOVO 1000X20 RADIAL 16 LONAS MARCA DUNLOP SP	UNID	08	1.260,00	10.080,00
06	PROTETOR PARA PNEU 1000X20 K-RUBBER	UNID	6	23,00	138,00
07	PROTETOR PARA PNEU 1.400X24 K-RUBBER	UNID	6	43,00	258,00
	TOTAL GERAL				10.476,00

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 – Os pneus e câmaras deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, Centro, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

2.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os pneus e câmaras que vier com defeito.

2.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus e câmaras, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelos Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.4 – Na hipótese da não aceitação dos pneus e câmaras, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.



3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá até o dia 31/12/2017, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 208/2017, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus e câmaras, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

RODAMAX COMERCIO DE PNEUS E LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA –ME

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017**

Publicação Nº 1418729

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 50/2017**

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 27 dias do mês de Outubro de 2017, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 135/2017, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECER PNEUS NOVOS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) DARUI V M ZIMMERMANN-ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 93.191.146/0001-42, estabelecido na Rua Horizontina, 65, centro, no Município de Treze de maio/RS contato e-mail: daruizimmermannlicitacao@autlook.com, fones: (55) 35351672, considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
02	PNEU NOVO 1000X20 COMUM 16 LONAS MARCA PIRELLI	UNID	08	1.149,00	9.192,00
03	CÂMARA NOVA 1400X24 MARCA Q BOM	UNID	4	167,00	668,00
04	CÂMARA NOVA 900X 20. MARCA Q BOM	UNID	6	64,00	384,00
05	CÂMARA NOVA PNEU 16.9X 28. MARCA Q BOM	UNID	4	300,00	1.200,00
	TOTAL GERAL				11.444,00

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 – Os pneus e câmaras deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, Centro, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

2.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os pneus e câmaras que vier com defeito.

2.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus e câmaras, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelos Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.4 – Na hipótese da não aceitação dos pneus e câmaras, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo

ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá até o dia 31/12/2017, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 208/2017, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus e câmaras, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

DARUI V M ZIMMERMANN-ME

**PORTARIA Nº 4654/2017**

Publicação Nº 1417032

PORTARIA Nº.4.654/2017.  
Em 31 de Outubro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 27, inciso IV;

REOLVE:

Art. 1º. EXONERAR DE OFÍCIO, MÁRIO LUIZ BECKEMKAMP, do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, cargo este de provimento EFETIVO, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, desta Municipalidade.

Art. 2º A presente exoneração decorre em virtude de sua APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, pelo regime RGPS (Regime Geral da Previdência Social - INSS).

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 31 de Outubro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4656/2017**

Publicação Nº 1417035

PORTARIA Nº. 4.656/2017  
Em 01 de Novembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) CLARICE WRASSE BIER, do cargo temporário de PROFESSORA DE ALEMÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (Portaria Nº.4.561/2017), e do cargo temporário de PROFESSORA DE ALEMÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Portaria Nº4562/2017), lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4657/2017**

Publicação Nº 1417033

PORTARIA Nº. 4.657/2017  
Em 01 de Novembro de 2017

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 27/2011, artigo 87;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES", a servidora efetiva CLARI WEHRMANN, com o cargo efetivo de PROFESSORA DE ALEMÃO, ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4659/2017**

Publicação Nº 1417499

PORTARIA Nº. 4.659/2017

Em 01 de Novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR, JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN, contratada pela Portaria 4.609/2017 como Agente Administrativo, para responder também pelo Setor de Tributos do Município, enquanto perdurar a licença de tratamento de saúde da servidora Lilian Maria Ritter Eidt, servidora esta efetiva no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4660/2017**

Publicação Nº 1418398

PORTARIA Nº. 4.660/2017

Em 03 de Novembro de 2017

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 013/2006, artigo 73;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo NELSI MAYER WELTER, conforme Portaria de Nomeação Nº 1.621/2005 com o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Período de Aquisição: 04.11.10 à 03.11.15 (30 dias).

Fruição: 06/11 à 06/12/2017 (30 dias), dando como quites referido período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 218/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 141/2017 DATA EMISSÃO: 01/11/2017**

Publicação Nº 1417814

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 218/2017  
Pregão Presencial nº: 141/2017  
Data Emissão: 01/11/2017  
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

-O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 9h do dia 17 de novembro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR O CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA ATUAREM COMO PROFISSIONAIS DA ÁREA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA CONSTANTE NO ANEXO I. Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até 9h do dia 17 de novembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 01 de novembro de 2017.  
RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 219/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 142/2017**

Publicação Nº 1417830

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 219/2017  
Pregão Presencial nº: 142/2017  
Data 01/11/2017  
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

**01 – PREÂMBULO:**

1.1 - O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega imediata, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 10h15min do dia 17 de novembro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

**2.0 OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZADOS NA DECORAÇÃO NATALINA DAS PRINCIPAIS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.



Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 10h15min do dia 17 de novembro de 2017.  
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 72/2017

Publicação Nº 1417860

Estado de Santa Catarina

MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 72/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 72/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO E DO PROGRAMA DE ESTIMULO A EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 20 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20 de novembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: [www.uniaodoeste.sc.gov.br](http://www.uniaodoeste.sc.gov.br), ou através do e-mail: [compras@uniaodoeste.sc.gov.br](mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br).

União do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL DE MATRÍCULA

Publicação Nº 1418249

EDITAL Nº. 01/2017

Dispõe sobre as diretrizes para renovação de matrículas e novas matrículas para o ano letivo de 2018 nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Urussanga que oferecem atendimento de Educação Infantil, nas modalidades de creche e/ou pré-escola e Ensino Fundamental.

A Secretaria Municipal de Educação de Urussanga, no uso das atribuições legais, torna público as diretrizes referente à renovação de matrículas e novas matrículas para o ano letivo de 2018 nas escolas da rede pública municipal de ensino que oferecem Educação Infantil, modalidades de creche e/ou pré-escola, para crianças de até 5 anos e 11 meses de idade e Ensino Fundamental para alunos a partir dos 6 anos de idade, de acordo com o que dispõe este Edital.

#### 1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 Com fundamento na Constituição Federal/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9.394/96, Lei Nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Sistema Municipal de Ensino criado pela Lei Nº 1876/2002 e alterado pela Lei Nº 2228/2006, Resolução do CEE Nº227/2012, Resolução CNE/CEB Nº 05/2009, Resolução do CME Nº001/2003 e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de renovação de matrícula e novas matrículas para Educação Infantil e Ensino Fundamental para o ano letivo de 2018.

#### 2. DA APRESENTAÇÃO

2.1 A Secretaria Municipal de Educação estabelece por meio deste edital as diretrizes para a renovação de matrículas e matrículas novas para o ano letivo de 2018, nas unidades escolares da rede municipal de ensino do município de Urussanga/SC que oferecem a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.2 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Educação Infantil será oferecida em creches e pré-escolas.

2.3 O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, sendo vedada a cobrança de qualquer contribuição financeira para a matrícula.

2.4 No Ensino Fundamental de nove anos de duração a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais.

#### 3. DOS OBJETIVOS

3.1 Este Edital tem por objetivo geral orientar a renovação das matrículas e matrículas novas dos alunos nas unidades escolares da rede pública municipal de Urussanga que oferecem a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

3.2 Renovar a matrícula dos alunos que já frequentam as unidades escolares da rede pública municipal.

3.3 Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios estabelecidos neste edital.

3.4 Assegurar o direito da criança e do adolescente a Educação Básica, em idade própria, respeitadas as legislações federais, estaduais e municipais.

3.5 Assegurar, com base na Lei nº 12.796/2013, o acesso a educação básica obrigatória e gratuita a toda criança, a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade, a vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência.

3.6 Divulgar este edital público a toda comunidade escolar para fins de renovação de matrícula e novas matrículas na rede pública municipal.

3.7 Garantir a matrícula em qualquer época do ano letivo, conforme as legislações vigentes.

3.8 Realizar, sempre que houver vaga, a matrícula do aluno transferido de outras unidades escolares, garantindo o acesso e permanência, respeitando o zoneamento escolar.

3.9 Organizar a distribuição de vagas, respeitando o número máximo de crianças conforme a Lei Complementar nº 170/98, Resolução CNE/CEB nº 05 /2009 e CME nº001/2003 prevista no item 6 deste edital.

3.10 Informar à família da necessidade de atualizar os dados da ficha de matrícula.

#### 4. DOS CRITÉRIOS

As unidades Escolares respeitarão os seguintes critérios:

##### 4.1 Da Educação Infantil

###### 4.1.1 A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, para crianças de 0 até 3 anos de idade;

II – pré-escolas, cuja matrícula é obrigatória para crianças a partir dos 04 anos de idade, conforme estabelecido na Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013; crianças de 05 anos de idade e as demais crianças que completam 06 anos de idade entre 1º de abril e 31 de dezembro do ano que ocorrer a matrícula, em consonância com a Resolução do CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

4.1.2 Efetuar a matrícula na Unidade Escolar municipal mais próxima a residência da criança. Não havendo vaga, a Unidade Escolar deverá encaminhar a/o criança/educando para a Unidade Escolar mais próxima.

4.1.3 As crianças que frequentaram regularmente a unidade escolar até o final do ano letivo de 2017, terão sua vaga garantida mediante renovação de matrícula efetuada pelos pais ou responsáveis.

4.1.4 as crianças da creche (0 a 3 anos) que apresentarem mais de 10 faltas consecutivas sem que a família informe a Unidade Escolar o motivo da ausência, esgotadas todas as tentativas de contato com a família será considerado abandono de vaga.

4.1.5 As crianças da pré-escola (4 anos) que apresentarem 05 faltas consecutivas ou 07 alternadas no mês, sem que a família informe a

Unidade Escolar o motivo da ausência, esgotadas todas as tentativas de contato com a família será acionado o Conselho Tutelar e Programa APOIA (termo de cooperação técnica nº 24 /2013) conforme lei 12.796 de 04 de abril de 2013 artigo 31 parágrafo IV que cita "controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas".

4.1.6 A entrega de material escolar e de uso pessoal da criança deverá ser feita pelos responsáveis nos dias 16/02/18 e 19/02/18 em horários pré-estabelecidos em cada unidade escolar.

#### 4.2 Do Ensino Fundamental

4.2.1 A matrícula no Ensino fundamental é obrigatória, por esse motivo os pais tem obrigação de matricular seus filhos a partir dos 6 anos de idade.

4.2.2 Os alunos que frequentaram regularmente a unidade escolar até o final do ano letivo de 2017, terão sua vaga garantida mediante renovação de matrícula efetuada pelos pais ou responsáveis.

4.2.3 As Escolas Municipais deverão matricular no 1º ano do Ensino Fundamental toda criança com 6 (seis) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano letivo da matrícula.

4.2.4 Efetuar a matrícula na unidade escolar municipal mais próxima a residência do aluno.

4.2.5 Os alunos que apresentarem 05 faltas consecutivas ou 07 alternadas no mês, sem que a família informe a Unidade Escolar o motivo da ausência, esgotadas todas as tentativas de contato com a família será acionado o Conselho Tutelar e Programa APOIA.

### 5. DOS PROCEDIMENTOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

5.1 Da Documentação necessária no ato da matrícula:

- Certidão de nascimento ou RG (fotocópia);
- Carteira de vacinação atualizada (fotocópia da página das vacinas recebidas);
- Cartão do SUS (Fotocópia);
- CPF e documento de identidade do pai, da mãe e/ou do responsável legal (fotocópia);
- Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude, para as crianças que convivem com responsáveis;
- Comprovante de residência atualizado.

5.2 Se no ato da matrícula os pais ou responsáveis não apresentarem os documentos necessários acima descritos, a matrícula não será efetuada.

5.3 Para que a criança tenha direito a frequentar em turmas de período integral nas Unidades Escolares de Educação Infantil, os pais e/ou responsáveis devem apresentar comprovante de trabalho, registrado em cartório.

### 6. CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

6.1 A composição de turmas na Educação Infantil atenderá o disposto na resolução do CME nº001/2003.

6.1.2 As turmas serão organizadas considerando a idade das crianças. As turmas unificada/mistas só serão permitidas após avaliação e orientação da Secretaria Municipal de Educação. Nas escolas que possuem apenas uma turma não serão matriculadas crianças que façam o uso de fralda, estas serão encaminhadas a outra unidade escolar mais próxima.

6.1.3 O número de crianças poderá variar de acordo com o espaço físico e avaliação da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação do município de Urussanga de modo que assegurem a qualidade do atendimento.

6.1.4 A composição de turmas no Ensino Fundamental atenderá o disposto no artigo nº 82 da Lei Complementar nº 170/98, respeitado o parecer técnico do Ministério Público de Santa Catarina nº 27/2013/CIP/GAM que estabelece a área mínima por aluno.

a) Para o ensino fundamental, a abertura de turmas será efetuada quando obtiver no mínimo 15 matrículas.

b) 1º e 2º ano do Ensino Fundamental: máximo de 25 alunos por turma.

c) Para os demais anos do ensino fundamental, as turmas serão compostas de acordo com o parecer técnico do Ministério Público de Santa Catarina nº 27/2013/CIP/GAM que estabelece a área mínima por aluno, sendo:

I. Sala com 48 m²: máximo de 30 alunos

II. Sala com 56 m²: máximo de 35 alunos

6.1.5 O desdobramento de turmas deverá ocorrer mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação e quando o número de alunos ultrapassar o limite previsto na legislação vigente.

6.1.6 Caso haja necessidade de atendimento de crianças de diversas idades numa mesma turma, a equipe diretiva consultará a Secretaria Municipal de Educação para realizar estudos sobre a composição da turma.

### 7. DO PLANTÃO DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

7.1 O Plantão da Educação Infantil acontecerá no período de 18/12/2017 a 22/12/2017 para as crianças do período integral.

7.2 No período de 02/01/2018 à 09/02/2018 o plantão será ofertado apenas para crianças que frequentaram o ano letivo de 2017 e preencham os requisitos do item 7.3. No dia 02/01/18 o plantão terá início às 13 horas.

7.3 Os critérios para frequentar o período de Plantão são:

- Apresentar declaração de trabalho da empresa (registrada em cartório) ou contrato legal de trabalho dos pais e/ou responsáveis que não irão usufruir de férias no mês de janeiro de 2018;
- Estar rematriculada na sua respectiva Unidade Escolar de Educação Infantil para o ano letivo de 2018;
- Estar frequentando regularmente sua respectiva Unidade Escolar de Educação Infantil, não podendo ter ultrapassado 10 dias de faltas sem justificativa durante o ano letivo de 2017;
- Estar ciente que poderá ser ofertada à permanência da criança neste período em outro polo, (CMEI PROFª ZILDA DE LURDES DARELLA DAL BÓ e CMEI AGENIR NICHELE), conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, ficando a cargo dos pais e/ou responsáveis o deslocamento e transporte das crianças;
- Estar ciente das alterações de professores que poderão ocorrer nesse período.

7.4 Não poderá frequentar este período:

- As crianças que irão frequentar o 1º Ano do Ensino Fundamental no ano letivo de 2018;
- As crianças que foram matriculadas pela primeira vez para iniciarem na Rede Municipal de Ensino de Urussanga em 2018;
- As crianças cujos seus representantes não informaram tal necessidade de frequentar esse período de plantão;

**8. DOS HORÁRIOS PARA CRECHES E PRÉ ESCOLAS**

8.1. Para um melhor atendimento e organização, as Unidades Escolares terão início às 07h30min e finalizará às 17h30min, totalizando um período integral de 10 (dez) horas por dia, de segunda-feira à sexta-feira para as turmas de período integral no ano letivo de 2018, conforme prevê a Lei 12.796 de 4 de abril de 2013 e a resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009 do CNE.

8.2. Em consonância com o PARECER CNB/CEB Nº 17/2012 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, no ato da matrícula, considerar-se-ão as necessidades de recolhimento, intimidade e de convivência familiar da criança, evitando a permanência excessiva da criança em ambiente institucional.

8.3. As demais turmas que são de período parcial obedecerão aos horários conforme demonstrativo abaixo:

PERÍODO	HORÁRIO
Matutino	07h30min às 11h30min
Vespertino	13h às 17h

**9. Da Divulgação**

9.1 Caberão a Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares garantirem ampla divulgação deste edital.

**10. DO CRONOGRAMA**

10.1 Divulgação: de 25 de outubro a 06 de novembro de 2017.

10.2 Renovação de matrícula: de 07 a 09 de novembro de 2017.

10.3 Matrículas novas: de 13 a 14 de novembro de 2017.

**11. DO UNIFORME ESCOLAR**

11.1 O uniforme escolar é de uso obrigatório por todos os educandos, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, e sua aquisição é de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais.

11.2. Todo o aluno da Rede Municipal de Ensino deverá fazer uso do uniforme padrão do município, conforme cita o Art. 4º da Lei nº 2.603, de 04 de julho de 2013, que institui a padronização do uso de uniforme aos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de Urussanga.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 Admitir-se-á matrícula em apenas uma unidade escolar.

12.2 A equipe gestora da unidade escolar deverá, a partir do ato de matrícula, assegurar aos pais e responsáveis acesso ao Regimento Interno, às normas e ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

12.3 É responsabilidade do diretor e ou secretário escolar da unidade escolar manter atualizados os dados da organização escolar para devido preenchimento do Censo Escolar.

12.4 Com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais caberá a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção da unidade escolar analisarem a situação de cada aluno para tomarem as medidas necessárias, de modo a oferecer o atendimento adequado e necessário.

12.5 O número de crianças por sala poderá ser alterado, conforme espaço físico, respeitando os limites mínimos estabelecidos de 1,30 metros quadrados por aluno e de 2,50 metros quadrados por professor, excluídas as áreas destinadas a circulação interna e os equipamentos didáticos de cada sala de aula.

12.6 Entende-se por zoneamento, a divisão de área geográfica, por zona ou setor que delimita e estabelece o raio de atendimento de cada unidade escolar, em relação ao número de unidades escolares existentes, conforme LEI Nº 2.712, de 07 de maio de 2015. Alunos oriundos de outras localidades poderão efetuar sua matrícula, desde que os pais ou responsáveis se comprometam com o transporte dos mesmos. Para ter acesso ao veículo de transporte escolar todos os alunos a partir de 2018 deverão apresentar carteira de estudante expedida pela Secretaria de Educação.

12.7 O transporte escolar respeitará a LEI Nº 2.712, de 07 de maio de 2015. O pai ou responsável que desejar matricular seu filho em outra unidade escolar não estabelecida pelo zoneamento deverá se responsabilizar pelo transporte de seu filho conforme DECLARAÇÃO DE NÃO NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO MUNICIPAL, modelo anexo.

12.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Este Edital entra em vigor na presente data.

Urussanga, 25 de outubro de 2017.

Janea Possamai  
Coordenadora Educação Básica  
Secretaria de Educação

**DECLARAÇÃO DE NÃO NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO MUNICIPAL**

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo aluno, \_\_\_\_\_, matriculado na Escola \_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que o aluno acima citado não necessita fazer uso do transporte escolar, por entender que a Lei Municipal nº 2.712 de 07 de maio de 2015, que fixa normas para o Transporte Escolar Público no município, situa em seu artigo 2º, inciso III, a garantia de acesso e permanência dos alunos na escola do município mais próxima de sua residência. Ainda tratando-se da mesma Lei, tenho ciência do exposto em seu artigo 4º, § 3º, que para ter direito ao uso do Transporte Escolar Público, o aluno deverá matricular-se preferencialmente na unidade escolar mais próxima de sua residência, para possibilitar maior segurança ao aluno e evitar que façam um percurso maior que o necessário até a unidade escolar, como dispõe a lei.

Caberá aos gestores das unidades escolares no ato da matrícula informar aos pais sobre o procedimento correto, que culmine para o bom funcionamento do Transporte Escolar Público Municipal, como disposto no artigo 6º da referida lei.

A abrangência geográfica do Transporte Escolar Público Municipal está disposto no Anexo da Lei 2.712 de 07 de maio de 2015 e deve ser consultado a fim de orientar a área de matrícula dos alunos.

Urussanga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Responsável pela matrícula

Assinatura do(a) Diretor(a) da Unidade Escolar

### **EDITAL PL 64 2017 PMU TP 04 2017**

Publicação Nº 1416110

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA – CPLJ

#### **AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017/PMU**

Objeto: Material e serviços para construção de Capela Mortuária no Bairro São Pedro, no Município de Urussanga/SC, Convênio com o Governo do Estado de SC sob o nº 2017TR001627. Recebimento dos envelopes: até 14h do dia 22/11/2017, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 14h do dia 22/11/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser acessado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência, no ícone licitações da página principal. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou telefone (48) 3465-1188

Izolete Duarte Vieira Gastaldon. Presidente CPL Urussanga, 03/11/2017

### **EDITAL PL 65 2017 PMU TP 05 2017**

Publicação Nº 1416261

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA – CPLJ

#### **AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017/PMU**

Objeto: Material e serviços para pavimentação com lajota da rua Amâncio Damiani, convênio com o Governo do Estado de SC sob o número de contrato de repasse 1018688-42/2017. Recebimento dos envelopes: até 14h do dia 23/11/2017, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 14h do dia 23/11/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser acessado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência, no ícone licitações da página principal. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou telefone (48) 3465-1188

Izolete Duarte Vieira Gastaldon. Presidente CPL Urussanga, 06/11/2017

### **EDITAL PL 67 2017 PMU PR 52 2017**

Publicação Nº 1417781

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2017/PMU

Objeto: prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de Concurso Público e Processo Seletivo para seleção de candidatos para provimento de vagas na Prefeitura de Urussanga/SC, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, sem ônus à esta municipalidade. Entrega dos envelopes: até as 09h dia 16/11/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 dia 16/11/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, situação: aberta. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3465-1188.

### **EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 01/29/2017**

Publicação Nº 1417659

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Contrato: 01/29/2017



Processo de Licitação: 76/2016  
Data de assinatura: 01/11/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: DISTRIMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP  
CNPJ/CPF: 03.317.788/0001-52  
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.  
Aditado item 52,62,65,74,102.  
Valor Global Aditivo: R\$ 6.200,12

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 01/70/2017**

Publicação Nº 1418547

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Contrato: 01/70/2017  
Processo de Licitação: 06/2017  
Data de assinatura: 03/11/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: BELA VISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
CNPJ/CPF: 05.783.700/0001-13  
Objeto: fornecimento parcelado de artefatos de cimento  
Valor Global Aditivo: R\$ 10.483,35 (25% da quantidade de cada item)

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 260/2017**

Publicação Nº 1417097

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 260/2017  
Data de assinatura: 31/10/2017  
Processo de Licitação: 62/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: SBM – SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA  
CNPJ/CPF: 14.779.384/0004-40  
Objeto: fornecimento parcelado de asfalto quente usinado.  
Valor Global: R\$ 21.040,00

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 320/2017

Publicação Nº 1417226

#### EXTRATO DE CONTRATO nº 320/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a conclusão da unidade sanitária da sede do município de Vargeão, com área de 215,16m², com fornecimento de material e Mão de obra.

VALOR: R\$ 117.767,16 (cento e dezessete mil setecentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Tomada de Preços nº 03/2017, PROCESSO LICITATORIO 83/2017 e Contrato nº 320/2017. Vargeão, SC, 01 de NOVEMBRO de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EXTRATOS DE CONTRATOS DE Nº 321/2017 A Nº 324/2017

Publicação Nº 1418679

#### EXTRATOS DE CONTRATOS DE nº 321/2017 A nº 324/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: A.G.CALDAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de itens de iluminação natalina e demais materiais necessários a serem utilizados na decoração do Natal no município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 9.950,00 (NOVE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 93/2017, Pregão Presencial 84/2017 e Contrato nº 321/2017.

Vargeão, SC, 03 de Novembro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de itens de iluminação natalina e demais materiais necessários a serem utilizados na decoração do Natal no município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 93/2017, Pregão Presencial 84/2017 e Contrato nº 322/2017.

Vargeão, SC, 03 de Novembro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GAVEA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AGROPECUARIA LTDA.

OBJETO: Aquisição de itens de iluminação natalina e demais materiais necessários a serem utilizados na decoração do Natal no município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 8.253,00 ( OITO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 93/2017, Pregão Presencial 84/2017 e Contrato nº 323/2017.

Vargeão, SC, 03 de Novembro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: N1 PNEUMATICA E ELETRICA INDUSTRIAL LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de itens de iluminação natalina e demais materiais necessários a serem utilizados na decoração do Natal no município

de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 3.467,00 (TRES MIL QUATROCENTOS E SESENTA E SETE REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 93/2017, Pregão Presencial 84/2017 e Contrato nº 324/2017.

Vargeão, SC, 03 de Novembro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 172/2017

Publicação Nº 1418657

PORTARIA N. 172/2017

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a "FABIANA ALVES DA SILVA", brasileira, convivente, residente neste Município, nascida em 29/06/1981, inscrita no CPF n. 040.684.139-08, carteira de identidade n. 11/R 4.216.913, título eleitoral n. 0378 4759 0973, ocupante do cargo eletivo de "CONSELHEIRO TUTELAR", "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 30 de Outubro de 2017 a 26 de Fevereiro de 2018, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 30 de outubro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 173/2017

Publicação Nº 1418659

PORTARIA N. 173/2017

"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Servidor "ARAÍ ALVES", brasileiro, convivente, residente neste município, nascido em 24/05/1967, inscrito no CPF n. 692.769.949-04, carteira de identidade n. 1.888.290, ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA", "LICENÇA PATERNIDADE" pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos a contar de 30 de Outubro a 03 de Novembro de 2017, conforme o artigo 128, capítulo V do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 30 de outubro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 31 de Outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PROCESSO 062/2017 PR 049/2017**

Publicação Nº 1417333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Almoço durante a Festa Anual da Terceira Idade, a ser realizada no dia 02 de Dezembro de 2017, no Centro de Eventos do Município de Vargem Bonita, conforme condições estabelecidas neste Edital.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 17 de Novembro 2017 às 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 01 de Novembro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.411/17

Publicação Nº 1417876

DECRETO Nº 14.411/17, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Retifica o art. 2º do Decreto nº 14.303/17, que "Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ELENICE SALETE SCHNEIDER, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e de acordo com o Processo Administrativo nº 30422/2017,

#### RESOLVE

Art. 1º Fica retificado o Art. 2º do Decreto nº 14.303/17, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 99,26% (noventa e nove vírgula vinte e seis por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 5.478,94 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 2º As demais disposições constantes do Decreto nº 14.303/17, ficam mantidas em todos os seus efeitos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 25 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 14.418/17

Publicação Nº 1417146

DECRETO Nº 14.418/17, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração		
01 – Administração		
2.019 – Contribuição à AMARP		
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	11.000,00	
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	11.000,00	

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 30 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## DECRETO Nº 14.419/17

Publicação Nº 1418076

DECRETO Nº 14.419/17, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IRACILDA CAON PIROLI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 060/2017,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IRACILDA CAON PIROLI, inscrito no CPF nº 558.046.759-15, no RG 1.668-759 e no PIS/PASEP nº 170.25252.38-5, detentora da matrícula funcional nº 1784, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.126,70 (dois mil e cento e vinte e seis reais e setenta centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 8 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## DECRETO Nº 14.420/17

Publicação Nº 1418281

DECRETO Nº 14.420/17, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor MARILDA DO ROCIO SOARES, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e de acordo com o Processo Administrativo nº 058/2017,

RESOLVE

Art. 1º Fica aposentado por invalidez em caráter proporcional, nos termos art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARILDA DO ROCIO SOARES, inscrito no CPF nº 639.307.909-63, no RG 4.478.208-1 e no PIS/PASEP nº 120.13339.15-3, detentora da matrícula funcional nº 8369, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 96,83% (noventa e seis vírgula oitenta e três por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como a

metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.362,00 (hum mil trezentos e sessenta e dois reais) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017.

Videira, 30 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## DECRETO Nº 14.421/17

Publicação Nº 1417164

DECRETO Nº 14.421/17, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 76.350,00 (Setenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
2.054 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	64.614,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	11.736,00	
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	76.350,00	

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
2.054 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	64.614,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	11.736,00	
TOTAL ANULAÇÕES	76.350,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.422/17**

Publicação Nº 1418068

DECRETO Nº 14.422/17, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora VILMAIR SALETE RIBOLI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 059/2017,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora VILMAIR SALETE RIBOLI, inscrito no CPF nº 387.141.599-53, no RG 789.770-7 e no PIS/PASEP nº 106.60132.33-5, detentora da matrícula funcional nº 5466, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 5.233,20 (cinco mil duzentos e trinta e três reais e vinte centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 4 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.423/17**

Publicação Nº 1418282

DECRETO Nº 14.420/17, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor ADEMAR DREHER, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e de acordo com o Processo Administrativo nº 057/2017,

RESOLVE

Art. 1º Fica aposentado por invalidez em caráter proporcional, nos termos art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ADEMAR DREHER, inscrito no CPF nº 789.096.359-91, no RG 763.184.7 e no PIS/PASEP nº 170.18203.75-7, detentora da matrícula funcional nº 1057, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 95,76% (noventa e cinco vírgula setenta e seis por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 3.502,58 (três mil e quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017.

Videira, 30 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## DECRETO Nº 14.424/17

Publicação Nº 1418603

DECRETO N.º 14.424/17, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

DORIVAL CARLOS BORG, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 29.013/17, tendo por objeto pedido de desmembramento remembramento de áreas, formulado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Videira;

Considerando que o pedido do requerente, conforme Processo Administrativo nº 29013/2017, preenche as exigências legais,

### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 16 (dezesesseis) áreas distintas com: área nº 01 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 02 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 03 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 04 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 05 com 242,00 m2 (duzentos e quarenta e dois metros quadrados), área nº 06 com 286,00 m2 (duzentos e oitenta e seis metros quadrados), área nº 07 com 407,82 m2 (quatrocentos e sete metros quadrados e oitenta e dois décimos quadrados), área nº 8 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 9 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 10 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 11 com 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), área nº 12 com 247,44 m2 (duzentos e quarenta e sete metros e quarenta e quatro décimos quadrados), área nº 13 com 222,32 m2 (duzentos e vinte e dois metros e trinta e dois décimos quadrados), área nº 14 com 201,93 m2 (duzentos e um metros e noventa e três décimos quadrados), área nº 15 com 203,23 m2 (duzentos e três metros e vinte e três décimos quadrados), área nº 16 com 200,00 m2 (duzentos quadrados), constante da matrícula nº 34430, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 42.472,76 m² (quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e dois metros e setenta e seis décimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 29.013/17.

### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º A ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), portanto haveria necessidade de doação ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, porém sendo este de propriedade do município e os lotes que objetos iniciais da permuta serão incorporados à área pública, pela falta de características necessárias para a implantação de edificações, neste caso ficará o município isento da doação.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 31 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.425/17**

Publicação Nº 1418606

DECRETO N.º 14.425/17, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 29014/17, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Videira;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 4 (quatro) áreas totalizando 918,93 m² e remanescendo 22.934,99m², para fins de áreas que serão permutadas com os lotes do Loteamento Linha Bonita, aos quais apresentaram características físicas, impraticáveis aos padrões da Caixa Econômica Federal, para a continuidade e conclusão do processo de habitações populares no programa Minha Casa Minha Vida – Faixa II, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob nº 36.697, conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 29014/17.

**DA ÁREA PÚBLICA**

Art. 2º A ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), portanto haveria necessidade de doação ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, porém sendo este de propriedade do município e os lotes que objetos iniciais da permuta serão incorporados à área pública, pela falta de características necessárias para a implantação de edificações, neste caso ficará o município isento da doação.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 31 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.426/17**

Publicação Nº 1418601

DECRETO N.º 14.426/17, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 29015/17, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Videira;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 3 (três) áreas totalizando 800,00 m² e remanescendo 685,35m², definida como área institucional 2, para fins de áreas que serão permutadas com os lotes do Loteamento Linha Bonita, aos quais apresentaram características físicas, impraticáveis aos padrões da Caixa Econômica Federal, para a continuidade e conclusão do processo de habitações populares no programa Minha Casa Minha Vida – Faixa II, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob nº 34.427, , conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 29015/17.

**DA ÁREA PÚBLICA**

Art. 2º A ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), portanto haveria necessidade de doação ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, porém sendo este de propriedade do município e os lotes que objetos iniciais da permuta serão incorporados à área pública, pela falta de características necessárias para a implantação de edificações, neste caso ficará o município isento da doação.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 31 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.427/17**

Publicação Nº 1418571

DECRETO Nº 14.427/17, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera, a pedido, servidor público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e à vista do que consta do Processo Administrativo nº 31015/2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a pedido, VALDIR FOSCHIERA, do cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, admitida pelo Decreto nº 14.322/17.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2017.

Videira, 1º de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.428/17**

Publicação Nº 1418565

DECRETO Nº 14.428/17, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia Contador

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e a vista do que consta no Mem nº 039/DEPEW, resolve,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, RODRIGO VESCOVI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2017, homologado em 31 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador, criado pela Lei Complementar nº 23/2002 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº



2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **DECRETO Nº 14.429/17**

Publicação Nº 1418574

DECRETO Nº 14.429/17, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e à vista do que consta do Processo Administrativo nº 30712/2017,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARI FÁTIMA GONÇALVES SCHIPANSKI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida pela Portaria nº 1972/07.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de novembro de 2017.

Videira, 1º de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418331

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017 – PMV

PROCESSO Nº 207/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS – FEPESE – PARA EXECUÇÃO DE ESTUDOS DE MOBILIDADE URBANA, CONFORME PLANO APRESENTADO EM ANEXO AO TERMO DO REFERENCIA.

VIGÊNCIA: 03 de Novembro de 2017 até 03 de Novembro de 2018.

VALOR: R\$ 498.214,40 (Quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e quatorze reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 03 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
PREFEITO MUNICIPAL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418415

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 – PMV

PROCESSO Nº 208/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BIGGER CAMINHÕES LTDA , PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO CAMINHÃO CAÇAMBA MODELO FORD/CARGO 2629 6X4, PLACAS QIP 7014, PATRIMÔNIO 39714, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VIGÊNCIA: 03 de Novembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 996,75 (novecentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 03 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2017 – PMV**

Publicação Nº 1418539

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2017 – PMV

PROCESSO Nº 209/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MECÂNICA ATLAS LTDA , PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO FURGÃO PREFIXO ASU-437 (AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA -347) PLACA QIC 2775, DE USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

VIGÊNCIA: 03 de Novembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 1.305,77 (Hum mil trezentos e cinco reais e setenta e sete centavos.)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 03 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0481/17**

Publicação Nº 1417281

Extrato do Contrato n. 0481/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CRISTIANE ZANCANELLI

CPF: 092.875.819-24

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de setembro de 2017 a 10 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0494/17**

Publicação Nº 1417317

Extrato do Contrato n. 0494/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: PRESCILA WITTI

CPF: 083.277.569-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA GRAZIELE PERAZZOLI RIGO QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2017 a 01 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0496/17**

Publicação Nº 1417656

Extrato do Contrato n. 0496/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ELAINE DA SILVA FAVARETTO  
CPF: 056.536.139-24  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CELIA RAGADALLI QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO  
VIGÊNCIA: de 05 de setembro de 2017 a 04 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0497/17**

Publicação Nº 1417615

Extrato do Contrato n. 0497/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: KARINE MAIARA DE JESUS  
CPF: 093.441.339-80  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ZELITA LUZIA STRAPAZZON QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.  
VIGÊNCIA: de 06 de setembro de 2017 a 01 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0498/17**

Publicação Nº 1417620

Extrato do Contrato n. 0498/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JEFFERSON FIORELLI  
CPF: 003.537.509-48  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR EDUARDO CASSOL TAGLIAPIETRA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.  
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2017 a 04 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0499/17**

Publicação Nº 1417329

Extrato do Contrato n. 0499/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS  
CPF: 081.780.739-00  
OBJETO: ADMISSÃO PARA ATENDER EM CARÁTER DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE DEMANDA, EM FUNÇÃO DO PROJETO PILOTO PARA ESTE ANO DE 2017, PARA ATENDER OS PRÉS NAS ESCOLAS  
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2017 a 14 de novembro de 2017  
FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.633,89 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0500/17**

Publicação Nº 1417579

Extrato do Contrato n. 0500/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: KARINA LETICIA CARVALHO

CPF: 037.511.261-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 a 18 de novembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0501/17**

Publicação Nº 1417650

Extrato do Contrato n. 0501/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELSA PATRICIA CASTRO RAMIREZ

CPF: 021.727.140-54

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 a 18 de novembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0502/17**

Publicação Nº 1417291

Extrato do Contrato n. 0502/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANDREA CORREA MELO

CPF: 776.585.239-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 15 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.449,87 (um mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0505/17**

Publicação Nº 1417563

Extrato do Contrato n. 0505/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ELIANE APARECIDA DO NASCIMENTO

CPF: 034.155.619-09

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ROSANGELA COMERLATTO QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE

VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 a 18 de outubro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.633,89 (dois mil seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0506/17**

Publicação Nº 1417576

Extrato do Contrato n. 0506/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ELAINE BARBOSA DOS SANTOS

CPF: 083.184.959-26

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 a 18 de novembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0507/17**

Publicação Nº 1417572

Extrato do Contrato n. 0507/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: IZAMARA PALENTIR DE OLIVEIRA PAVLAK

CPF: 057.478.159-54

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 a 18 de novembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0508/17**

Publicação Nº 1417567

Extrato do Contrato n. 0508/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CRISLAINE DE MATIAS

CPF: 094.863.529-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 a 18 de novembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0509/17**

Publicação Nº 1417287

Extrato do Contrato n. 0509/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: KEILLA DE OLIVEIRA

CPF: 059.557.899-36

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 16 de setembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0510/17**

Publicação Nº 1417548

Extrato do Contrato n. 0510/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DAIANY DA SILVA MONTARROYOS

CPF: 116.863.387-75

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CLAUDIA JUDITE MARASCHIN QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO VIGÊNCIA: de 21 de setembro de 2017 a 21 de outubro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0511/17**

Publicação Nº 1417625

Extrato do Contrato n. 0511/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CRISTIANE FERNANDES THIBES DA SILVA

CPF: 004.881.259-52

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ROSANGELA ANDREOLA SCAPINELLO QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 21 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0513/17**

Publicação Nº 1417286

Extrato do Contrato n. 0513/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: BERNARDETE CONCEIÇÃO DOS SANTOS

CPF: 629.446.579-68

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA JUVILDE TEREZINHA PANISSON QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 20 de setembro de 2017 a 02 de outubro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0514/17**

Publicação Nº 1417631

Extrato do Contrato n. 0514/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SILVANA FABRECNEY OZELAMI

CPF: 893.435.229-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA IRACILDA CAON PIROLI QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 21 de setembro de 2017 a 07 de novembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)



**EXTRATO DO CONTRATO N. 0515/17**

Publicação Nº 1417637

Extrato do Contrato n. 0515/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS IVETE KUSINSKI GATTI

CPF: 079.789.129-30

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA SERIDONIA BENIGNEA ZAGO DIAS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 25 de setembro de 2017 a 10 de novembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0516/17**

Publicação Nº 1417587

Extrato do Contrato n. 0516/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JUREMA MARIA DE OLIVEIRA

CPF: 516.058.999-68

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARINES SALETE SILVA GUZZI QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

VIGÊNCIA: de 25 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0517/17**

Publicação Nº 1417261

Extrato do Contrato n. 0517/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: HELOIZA MARIELLI MIGNOL

CPF: 097.966.539-66

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 21 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: ODONTÓLOGO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 5.858,17 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0518/17**

Publicação Nº 1417270

Extrato do Contrato n. 0518/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONINHA MARINES SCHULZ GONÇALVES

CPF: 741.404.539-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARLENE SALETE DALPOSSO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 22 de setembro de 2017 a 04 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0519/17**

Publicação Nº 1417277

Extrato do Contrato n. 0519/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MARILIZA PIRES

CPF: 093.263.849-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 22 de setembro de 2017 a 22 de outubro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0520/17**

Publicação Nº 1417638

Extrato do Contrato n. 0520/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: TATIANE APARECIDA FRAGOSO CALDAS CAUM

CPF: 922.400.039-87

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA VALDENICE MARIA SCHNEIDER QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 22 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.255,48 (três mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0522/17**

Publicação Nº 1417295

Extrato do Contrato n. 0522/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SOLANGE MOREIRA BRANCO DOS SANTOS

CPF: 042.301.989-90

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA GRAZIELA GOETTEMES QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 22 de setembro de 2017 a 19 de outubro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR –

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0287/17**

Publicação Nº 1418595

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0287/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAÍS MAURER DE OLIVEIRA

CPF: 067.677.689-28

OBJETO: Alteração da justificativa de “e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista do parto” para: “e fica assegurada a contratação da funcionária até 01 de fevereiro de 2018, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto”.

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2017 até 01 de fevereiro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0306/17**

Publicação Nº 1418593

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0306/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIA OLIARI

CPF: 081.632.389-50

OBJETO: Alteração da justificativa e o prazo final de vigência do contrato de "em substituição à servidora ANDREA APARECIDA BERTO, em gozo de licença-maternidade, conforme portaria nº 0492/17" para: "em substituição à servidora ANDREA APARECIDA BERTO, transitoriamente afastado de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades de Diretora de Saúde, conforme Decreto nº 14.284/17".

VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2017 até 14 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0347/17**

Publicação Nº 1418584

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0347/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PRISCILA DE CASSIA ALVES

CPF: 074.930.489-83

OBJETO: Alterando-se a habilitação, carga horária, o vencimento e a justificativa de: Nível Magistério; 20 (vinte) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 1.316,94 (um mil, trezentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (ISABELA ZANOL WALTER), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira" para: "Habilitada; 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (ISABELA ZANOL WALTER e ANTONI GABRIEL RIBEIRO DIAS), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2017 até 21 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0350/16**

Publicação Nº 1418578

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0350/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA AUGUSTA NUNES DOS SANTOS DE MORAIS

CPF: 005.489.379-82

VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2016 até 01 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0395/17**

Publicação Nº 1418590

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0395/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRO ROBERTO ROMITTI

CPF: 544.579.200-53

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 até 27 de setembro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0401/17**

Publicação Nº 1418588

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0401/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIDEÃO VEIGA PEREIRA

CPF: 007.934.409-71

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 até 04 de novembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0431/17**

Publicação Nº 1418580

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0431/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDUARDA POLIANA DEMORI  
CPF: 112.312.329-27  
VIGÊNCIA: de 17 de julho de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 - FIA**

Publicação Nº 1417717

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017- FIA

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 - FIA

HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO PALESTRANTE "ANDRÉ VIANA CUSTÓDIO" PARA CAPACITAÇÃO COM CARGA HORÁRIA DE 07H/A, PARA OS CONSELHEIROS DO CMDCA, CONSELHEIROS TUTELARES E PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, A REALIZAR-SE NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2017 NO AUDITÓRIO DA UNOESC - CAMPUS VIDEIRA. FORNECEDOR: ANDRÉ VIANA CUSTÓDIO89382536949

VIGÊNCIA: 01/11/2017 até 31/12/2017.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", atendendo também com o Art. 13, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 01 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017- FIA**

Publicação Nº 1418670

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017- FIA

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 - FIA

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO PALESTRANTE "LUCIANO BETIATE" PARA CAPACITAÇÃO COM CARGA HORÁRIA DE 16H/A, PARA OS CONSELHEIROS DO CMDCA, CONSELHEIROS TUTELARES E PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, A REALIZAR-SE NOS DIAS 05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2017 NO AUDITÓRIO DA UNOESC - CAMPUS VIDEIRA. FORNECEDOR: LUCIANO BETIATE 01998336999

VIGÊNCIA: 03/11/2017 até 31/12/2017.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", atendendo também com o Art. 13, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 03 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418553

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2017

PROCESSO Nº 210/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "CURSO SOBRE PREGÃO: HABILITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PARA

FUNÇÃO DE PREGOEIRO" A SER MINISTRADO PELO EGEM - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS DIAS 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2017, EM FLORIANÓPOLIS, PARA OS SERVIDORES ALVAIR LÍRIO BARZOTTO, MÁRCIA REGINA VANZ E MAYNARA GUILL.

CONTRATADO: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL VALOR DA DESPESA: R\$ 900,00 (Novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II c/c art. 13, e atentando também com o Art. 26 todos da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 03 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1080/17

Publicação Nº 1417968

PORTARIA nº 1080/17

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012, bem como, Comunicação Interna do Departamento Pessoal datada de 26 de outubro de 2017.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, a servidora JAQUELINE LUZIA TURKOT, Professor, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 1º de outubro de 2014 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## PORTARIA Nº 1081/17

Publicação Nº 1417947

PORTARIA nº 1081/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo II da Lei Complementar nº 001/93 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora CARLA SANTIN MANENTI, Profissional de Educação Física – Terceira Idade, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 17 de abril de 2016 até 17 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1082/17**

Publicação Nº 1418004

PORTARIA nº 1082/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora CLAUDIA BERTOTTO, Agente Administrativo II, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 5 de abril de 2016 até 5 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1083/17**

Publicação Nº 1418005

PORTARIA nº 1083/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora FATIMA ANSILIERO DAROS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1084/17**

Publicação Nº 1418009

PORTARIA nº 1084/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LEONOR TORMEN CAMINTIA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para



a referência "L", relativa ao período de avaliação de 11 de abril de 2016 até 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1085/17**

Publicação Nº 1417949

PORTARIA nº 1085/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LUCIA APARECIDA NESI BALENA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2016 até 15 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1086/17**

Publicação Nº 1418010

PORTARIA nº 1086/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LUCIANA DE OLIVEIRA RAMOS RAMPON, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 2 de abril de 2016 até 2 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1087/17**

Publicação Nº 1417893

PORTARIA nº 1087/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LUCIMAR SALETE VINCENZI, Agente Administrativo II, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1088/17**

Publicação Nº 1418016

PORTARIA nº 1088/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARCILEI LUCIA ALANO CEOLLA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2016 até 15 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1089/17**

Publicação Nº 1418025

PORTARIA nº 1089/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA CANAL DE MORAIS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1090/17**

Publicação Nº 1417952

PORTARIA nº 1090/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARILIZA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, da referência "M" para a referência "N", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1091/17**

Publicação Nº 1417999

PORTARIA nº 1091/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora RENATA PITT HEINEMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a

referência "L", relativa ao período de avaliação de 11 de abril de 2016 até 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1092/17**

Publicação Nº 1417989

PORTARIA nº 1092/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora RITAMAR COSTA DEON, Auxiliar de Enfermagem, da referência "M" para a referência "N", relativa ao período de avaliação de 2 de abril de 2016 até 2 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1093/17**

Publicação Nº 1417966

PORTARIA nº 1093/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SAMIA ROBERTA SALHA PAZIN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2016 até 15 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1094/17**

Publicação Nº 1417986

PORTARIA nº 1094/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SONIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 7 de abril de 2016 até 7 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 7 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1095/17**

Publicação Nº 1417971

PORTARIA nº 1095/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SUZANA COSTA MIGLIORETTO, Técnico de Higiene Dental, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1096/17**

Publicação Nº 1417984

PORTARIA nº 1096/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SUZANA IZABEL KRAUCHUK, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2016 até 15 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1097/17**

Publicação Nº 1417957

PORTARIA nº 1097/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo II da Lei Complementar nº 001/93 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI, Profissional de Educação Física - Basquete, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1098/17**

Publicação Nº 1417979

PORTARIA nº 1098/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor FLAVIO ANTONIO MACHADO, Auxiliar Operacional, da referência "J" para a



referência "L", relativa ao período de avaliação de 9 de abril de 2016 até 9 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 9 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1099/17**

Publicação Nº 1417954

PORTARIA nº 1099/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo II da Lei Complementar nº 001/93 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor GUSTAVO COSTENARO BRANDALISE, Profissional de Educação Física – Atividades Adaptadas, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 20 de abril de 2016 até 20 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1100/17**

Publicação Nº 1417956

PORTARIA nº 1100/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo II da Lei Complementar nº 001/93 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor IVONEI DAMBROS, Profissional de Educação Física – Karate, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 10 de abril de 2016 até 10 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1101/17**

Publicação Nº 1417976

PORTARIA nº 1101/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JOÃO LUIZ GONÇALVES, Auxiliar Operacional, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 14 de abril de 2016 até 14 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1102/17**

Publicação Nº 1417890

PORTARIA nº 1102/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JOCELITO FELICETI, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1103/17**

Publicação Nº 1417992

PORTARIA nº 1103/17  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JORGE ADILSON DOS SANTOS, Auxiliar Operacional, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 14 de abril de 2016 até 14 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1104/17**

Publicação Nº 1417903

PORTARIA nº 1104/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo II da Lei Complementar nº 001/93 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MOISES GONZAGA PENSO, Profissional de Educação Física - Judô, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1105/17**

Publicação Nº 1417995

PORTARIA nº 1105/17

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 03 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 26 de outubro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ROBERTO LUIZ ZANATA, Auxiliar Operacional, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 1º de abril de 2016 até 1º de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2017.

Videira, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1111/17**

Publicação Nº 1417874

PORTARIA nº 1111/17

Autoriza o Uso de Parque Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 30662/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Parque do Rio do Peixe, em frente ao Corpo de Bombeiros, pela Fundação Municipal de Esportes, nos dias 07, 09, 14, 16, 21, 23, 28 e 30 de novembro; 05, 07, 12 e 14 de dezembro; 09, 11, 16, 18, 23, 25 e 30 de janeiro e; 01, 06 e 08 de fevereiro, para realização do Projeto Verão Saúde.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Parque do Rio do Peixe, quando da devolução do mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 31 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1112/17**

Publicação Nº 1417883

PORTARIA nº 1112/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30405/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora SILVANA CARNEIRO BORGES, Técnica de Enfermagem, a partir de 1º de janeiro de 2018 até 1º de abril de 2018, referente ao quinquênio de 05 de março de 2012 até 13 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Videira, 31 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1113/17**

Publicação Nº 1417880

PORTARIA nº 1113/17  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 29073/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora VANIR APARECIDA NOVAES, Professora, a partir de 18 de dezembro de 2017 até 18 de março de 2018, referente ao quinquênio de 03 de março de 2008 até 02 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Videira, 31 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1114/17**

Publicação Nº 1418579

PORTARIA nº 1114/17  
Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30677/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, pela BRF - SA, no dia 27 de novembro de 2017, das 19h00min às 21h00min, para a realização de uma reunião de pais e alunos do SENAI selecionados para a vaga de aprendizes na BRF - SA.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Condiicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o Centro de Eventos Videira – CEVI, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1115/17**

Publicação Nº 1418585

PORTARIA nº 1115/17  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 29998/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora SIRLEY TEREZINHA HASS, Atendente de Creche, a partir de 2 de janeiro de 2018 até 2 de abril de 2018, referente ao quinquênio de 23 de junho de 2006 até 22 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1074/17, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Videira, 1º de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1116/17**

Publicação Nº 1418563

PORTARIA nº 1116/17  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 28939/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora VERA LUCIA LOCATELLI, Atendente de Creche, a partir de 1º de dezembro de 2017 até 1º de março de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 7 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2017.

Videira, 1º de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino



**PORTARIA Nº 1117/17**

Publicação Nº 1418599

PORTARIA nº 1117/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 31024/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, no dia 4 de novembro de 2017, pelo Lions Clube Videira Centro, para divulgação do evento "13º Bingão da Visão", a realizar-se no dia 12 de novembro de 2017.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em calçadas e passeios pelo Lions Clube Videira Centro, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 1118/17**

Publicação Nº 1418582

PORTARIA nº 1118/17

Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 30467/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pela Escola de Educação Básica Professora Adelina Régis, no dia 27 de novembro de 2017, das 8h00min às 12h00min, para realização do IV Festival de Dança AR.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas

antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a Escola de Educação Básica Professora Adelina Regis, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418031

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 124/2017 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE BANHEIROS, PALCO, CAMARINS E SEGURANÇA PARA ATENDER AO EVENTO "A MAGIA DO NATAL", PROMOVIDO PELA PREFEITURA DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 22/11/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 01 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418412

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 125/2017 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO GNSS L1/L2 - RTK (EM TEMPO REAL) PARA USO NOS LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES INERENTES À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 23/11/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 03 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418310

Contrato nº.: 119/2017

Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA.

Valor ..... : R\$ 182.500,00

Vigência ..... : Início: 23.10.2017 Término: 23/10/2018

Licitação ..... : DL 25/2017-PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO URBANO, PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL APROVADO PELA LEI Nº 43/2006, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006, DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC.

**RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÕES PREFEITURA - MÊS 10/2017**

Publicação Nº 1417669

O Município de Videira no mês 10/2017, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2017

PROCESSO Nº 152/2017

HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CAMINHAS ESPUMADAS E BERÇOS EMPI-LHÁVEIS, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: ESCOMOVEIS - MOVEIS ESCOLARES LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 198.700,00 (cento e noventa e oito mil e setecentos reais)

CONTRATADO: LBT - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS - EIRE

VALOR DA DESPESA: R\$ 133.500,00 (cento e trinta e três mil e quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2017

PROCESSO Nº 158/2017

HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOTOCICLETA E EQUIPAMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DE VIATURAS, PARA O ÓRGÃO GERENCIA-DOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: AUTO MECANICA GERAL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 169.500,00 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: CARBONI VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 147.300,00 (cento e quarenta e sete mil e trezentos reais)

CONTRATADO: VIDEACROSS COMERCIO DE MOTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.500,00 (vinte mil quinhentos reais)

CONTRATADO: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

CONTRATADO: TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.047,00 (sete mil e quarenta e sete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017

PROCESSO Nº 162/2017

HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS E REDES DE ESCOAMENTO PLUVIAL DO MUNICIPIO DE VIDEIRA.

CONTRATADO: CONCRETOS CRUZEIRO IND.COM.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 101.283,00 (cento e um mil duzentos e oitenta e três reais)

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 141.330,00 (cento e quarenta e um mil trezentos e trinta reais)

CONTRATADO: DELCIR BOESING - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 108.690,00 (cento e oito mil seiscentos e noventa reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2017

PROCESSO Nº 164/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED'S PARA ILUMINAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL MEDALHÃO.  
CONTRATADO: REFLETT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.743,24 (sete mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

PROCESSO Nº 168/2017

HOMOLOGAÇÃO: 04/10/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE BANCALTEAMENTO E GEOMETRIA DOS VEÍCULOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, GABINETE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2017

PROCESSO Nº 169/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/10/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MEDALHAS PARA SEREM UTILIZADAS EM EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.740,00 (doze mil setecentos e quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

PROCESSO Nº 172/2017

HOMOLOGAÇÃO: 04/10/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO EM NYLON POLIAMIDA MALHA 5, PARA SEREM INSTALADAS EM RAMPAS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, E CEMEI AMBRÓSIO FIORESE.

CONTRATADO: JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

PROCESSO Nº 173/2017

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE KITS MULTIMÍDIA COM LOUSAS INTERATIVAS (INSTALADOS) E MÓVEIS EM MDF PARA ACOMODAR OS KITS, PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: MOVEIS LAZZARI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.950,00 (quinze mil novecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: ARACI FIDELIS RESENDE & CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 948.750,00 (novecentos e quarenta e oito mil setecentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017

PROCESSO Nº 177/2017

HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 73.340,00 (setenta e três mil trezentos e quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017

PROCESSO Nº 180/2017

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROUPAS DIVERSAS PARA SEREM UTILIZADAS NAS APRESENTAÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS NO FESTIVAL DE DANÇA QUE OCORRERÁ NOS DIAS 19 E 20 DE OUTUBRO, PELOS IDOSOS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL) E GRUPOS ATENDIDOS PELO CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.468,20 (dezoito mil quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

PROCESSO Nº 181/2017

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA, GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA DE EVENTO, E LOCAÇÃO DE TABLADO DE PALCO (INSTALADO) PARA O "XIII FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA" PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: PROEZA AUDIOVISUAIS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: JOVIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017

PROCESSO Nº 183/2017

HOMOLOGAÇÃO: 27/10/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FORMA PARCELADA, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, PLANEJAMENTO, GABINETE, JURÍDICO, JUNTA MILITAR, SINE E PROCON) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais)

Videira, 31/10/2017

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

## **TERMO ADITIVO 175/2017 - PMV**

Publicação Nº 1417111

Termo Aditivo nº 175/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 180/2014

Processo: TP nº 11/2014 – PMV

Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA.

Objeto Reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª, aplicando-se o INPC (IBGE) acumulado nos últimos doze meses (outubro/2016 a setembro/2017), no percentual de 1,6299200%.

Valor: 352,56 (trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Data: 02/10/2017

## **TERMO ADITIVO 176/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417148

Termo Aditivo nº 176/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 240/2014

Processo: IL nº 05/2014 – FMS

Contratada: INSTITUTO DE PATOLOGIA DO MEIO OESTE CATARINENSE - IPA.

Objeto Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 240/2014, com efeitos a partir de 01/12/2017 até 30/11/2018.

Valor R\$ 659.496,84 (seiscentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos)

Data: 01/11/2017.

**TERMO ADITIVO 177/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417251

Termo Aditivo nº 177/2017  
Contrato/Ata nº: CT nº 253/2015  
Processo: IL nº 05/2015 – FMS  
Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA EIRELI - EPP.  
Objeto Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 240/2014, com efeitos a partir de 01/12/2017 até 30/11/2018.  
Valor R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)  
Data: 01/11/2017.

**TERMO ADITIVO 178/2017 - FMS**

Publicação Nº 1417707

Termo Aditivo nº 178/2017  
Contrato/Ata nº: CT nº 257/2015  
Processo: IL nº 07/2015-FMS  
Contratado: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PRONTOFISIO S/S – ME.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 257/2015 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2017 até o dia 30 de novembro de 2018, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde.  
Valor estimado: R\$ 2.406,00 mensais.  
Data: 01/11/2016.

**TERMO ADITIVO 179/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418444

Termo Aditivo nº 179/2017  
Contrato/Ata nº: ATA nº 88/2017  
Processo: PR nº 43/2017-PMV  
Contratado: DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço nº 88/2017, com efeitos a partir de 06/11/17 até 05/04/18  
Data: 02/11/2017.

**TERMO ADITIVO 180/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418482

Termo Aditivo nº 180/2017  
Contrato/Ata nº: ATA nº 89/2017  
Processo: PR nº 43/2017-PMV  
Contratado: MARCO ESCAVAÇÕES LTDA ME.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço nº 88/2017, com efeitos a partir de 06/11/17 até 05/04/18  
Data: 02/11/2017.

**TERMO ADITIVO 181/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418551

Termo Aditivo nº 181/2017  
Contrato/Ata nº: ATA nº 90/2017  
Processo: PR nº 43/2017-PMV  
Contratado: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA EPP.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço nº 90/2017, com efeitos a partir de 06/11/17 até 05/04/18  
Data: 02/11/2017.

**TERMO DE RESCISÃO Nº 04/2017 - PMV**

Publicação Nº 1418226

Rescisão nº: 04/2017  
Contrato: ATA 131/2017 - PMV  
Contratada: SIRLEI RODRIGUES DOS SANTOS  
Licitação: PR 70/2017  
Objeto: Ata de Registro de preços rescindida tendo em vista o pedido de cancelamento apresentado pelo fornecedor, sem aplicação de penalidade, diante de fato superveniente e de força maior, devidamente comprovado.  
Data: 03/11/2017.

GABINETE DO PREFEITO



**DESPACHO**

Mantenho a decisão exarada no Despacho de fls. 147, tendo em vista a expressa desistência da empresa SAFRA DIESEL LTDA em manter o contrato firmado com esta Municipalidade, conforme pedido protocolizado pela mesma no Pregão Presencial nº 02/2013, devendo a penalidade aplicada à referida empresa ser anotada no registro cadastral.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Conferido AJUR

Renata Christina Melillo

Secretária Interina da Assessora Jurídica

OAB/SC 14082

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 035/2017 - CMV**

Publicação Nº 1418414

PORTARIA Nº 035/2017

Nomeia membros do Conselho Deliberativo da Escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Videira-SC.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear os Vereadores Edinei Antonio Menegon e Wilson Antonio Paeze Segundo e os Servidores Juliana Aparecida Munaretto Cantú, Letícia Paula Sartor, Nayara Moresco e Pamella Beltrame, com efeitos retroativos a contar de 02 de Agosto de 2017, sem qualquer ônus ao Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 03 de Novembro de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO EDUARDO ALISSON SPORR

Presidente Vice-Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS ALBERTINA DE BARROS

1º Secretário 2ª Secretária

**Vitor Meireles****PREFEITURA****DECRETO Nº 074/2017**

Publicação Nº 1417699

DECRETO 074/2017

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0965, de 08/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0201 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 – Manutenção da Segurança Pública

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33500000.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 – Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3600 – T Salário Educação ..... R\$ 40.000,00

1301 – SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA

04.123.003.2034 – Desenvolvimento do Distrito da Barra da Prata

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0201 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 – Manutenção da Segurança Pública

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 – Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3600 – T Salário Educação ..... R\$ 40.000,00

1301 – SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA

04.123.003.2034 – Desenvolvimento do Distrito da Barra da Prata

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 01 de novembro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## DECRETO Nº 075/2017

Publicação Nº 1417744

DECRETO N.º 075/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0965, de 08/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, pelo Superávit do Exercício Anterior:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 – Ampliação e Manutenção dos Serviços em Saúde

44000000.00 – Investimentos
-----------------------------

44900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.3.3554 – Transf. de Convênios da União Saúde ..... R\$ 20.041,27

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 01 de novembro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 231/2017**

Publicação Nº 1418022

PORTARIANº 231/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 39, inciso II, da Lei Municipal nº 880/2014, de 05 de maio de 2014, férias à conselheira tutelar abaixo relacionada, conforme cronograma estipulado:

Nome Conselheiro	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Carina Raitz Lunelli	10/01/2016	a	09/01/2017	01/11/2017	a	30/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, ratificando a Portaria nº 272/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2017

Publicação Nº 1417246

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0152/2017 – Inexigibilidade Licitação nº 0008/2017

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação para contratação de Apresentações Artísticas a serem realizadas no Festival de Linguagens nas Praças de Xanxerê, que acontecerá nos meses de Novembro e Dezembro de 2017 de acordo com o cronograma estabelecido pelo Departamento de Cultura, com as empresas: Doos Produtora Ltda, cnpj 16.882.174/0001-65, espetáculos "foi coisa do saci", "tem coroa mas não é rei" e "esticando as canelas", no valor total de R\$ 4.800,00, empresa Equipe Teatral Piliquinha Ltda, cnpj: 22.101.768/0001-94, espetáculos "Cantando e encantando com cantigas de roda", Segredos de um velho Baú" e "Contos Natalinos", no valor total de R\$ 2.100,00, empresa Fernando Martino Perri Grance Me, cnpj: 13.738.132/0001-67, espetáculos "El Duetto", "Contos da corte", "Tudo Passa" e "Safari Urbano" no valor total de R\$ 4.000,00, empresa Michele Silveira da Silva Me, cnpj:12.783.194/0001-28, espetáculos "Barrica Poraguabaixo com a palhaça Barrica" e "Intervenção Clow com a palhaça Barrica" no valor total de R\$ 3.500,00, empresa M. Dimbarre Eventos Ltda, cnpj: 24.337.092/0001-68, espetáculo "Borracho e Loko", no valor total de R\$ 3.600,00 e a empresa Daniel Henrique Savage Me, cnpj: 20.894.905/0001-60 espetáculo "Cambito Vocacionado" no valor total de R\$ 4.000,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, art. 25, inciso III. Xanxerê/SC, 31/10/2017 Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2015

Publicação Nº 1417143

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0045/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratada: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA Objeto: Serviços de Monitoramento Eletrônico 24 horas.

Fica transferido de local, os Serviços de Monitoramento Eletrônico 24 horas da Unidade Básica de Saúde Primo Tacca, para o endereço Rua Vitório Serena, Loteamento Serena, no Bairro Veneza, Xanxerê-SC, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde em anexo.

Xanxerê-SC, 05 de outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATAS RP DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0078/2017

Publicação Nº 1417304

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0130/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, traveseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 15.896,61

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0131/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, traveseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 7.965,00

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0132/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MERCADO KÁ E KÁ LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório,

armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 62.032,39

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0133/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: : TECIMAI COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 7.499,32

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0134/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: KALBRINK- MATERIAL PEDAGÓGICO E INFORMATICA LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 27.180,24

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0135/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 10.420,35

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0136/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: STAUDT E FRANCESQUET LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 38.850,10

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0137/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 53.039,98

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0138/2017



Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: GESUL COMERCIAL LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, traveseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 20.000,07

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0139/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, traveseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 11.930,08

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0140/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, traveseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 41.020,80

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0141/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: GOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, traveseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Descrição do Item: Conforme Anexo I.

Valor: 5.250,30

Vigência: 12 meses contados a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de Outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

## PORTARIA Nº AM 020/2017

Publicação Nº 1417257

PORTARIA Nº AM 020/2017

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR FATOS SOBRE SUPOSTA CONDUTA DE PROFESSORAS DO CEMEI MARIA E JOÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI e VIII do Art. 69 Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 140 do Estatuto do Magistério Público Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 1776/91 de 17 de junho de 1991, e

Considerando as informações que foram encaminhadas para a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, através do Ofício nº SME 422/2017, da Secretária Municipal de Educação, que solicita providências em relação aos fatos ocorridos no CEMEI Maria e João, turma do Berçário II, envolvendo as professoras efetivas, Sra. Rosane Cancelier Ferronato e a Sra. Isabel Cristina Santos Silveira e a infante Isabely Sembranelli, no dia 23 de outubro por volta das 9 horas, conforme registrado na Ata nº 035/2017 e imagens dos fatos;

Considerando a necessidade de assegurar o direito às garantias constitucionais ao contraditório e a ampla defesa, nos termos no art. 5º, LV, da Constituição Federal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a Instauração de Sindicância Administrativa para apurar a conduta das servidoras públicas municipais, Senhora Rosane Cancelier Ferronato e a Senhora Isabel Cristina Santos Silveira, professoras no CEMEI Maria e João, turma do berçário II, referente aos fatos ocorridos no dia 23 de outubro de 2017 por volta das 9 horas, conforme registrado na Ata nº 035/2017 e imagens, e se for o caso, aplicar penalidades, apontando responsável (is).

Art. 2º A Sindicância Administrativa será conduzida pelos servidores que compõem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pelo decreto nº AM 062/2017, de 17 de fevereiro 2017.

Art. 3º A Comissão deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza.

Art. 4º A Comissão processante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data para apuração dos fatos e apresentar relatório conclusivo, cujo prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa.

Art. 5º O Processo deverá seguir todos os procedimentos necessários para a solução do caso, e devendo ao final, a comissão, se comprovada qualquer irregularidade, proceder o enquadramento, no relatório conclusivo, para que sejam tomadas as providências administrativas de ordem legal.

Art. 6º A Comissão processante disporá do tempo e dos recursos materiais que forem necessários para seu regular funcionamento.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de outubro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 487/2017**

Publicação Nº 1417310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 487/2017  
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS  
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e Lei Complementar AM 2907/06 Artigo 237 Parágrafo Único.

**RESOLVE:**

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos por um período 30(trinta) dias a partir de 13.11.2017 a 12.12.2017 a Servidora Pública Municipal a Sra. ANDREIA VIEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 5.211.759-6 e CPF n.º 053.857.969-21, nomeada conforme Decreto n.º AJG 081/2013, no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0004609/2017 datado de 31.10.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 13.11.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Outubro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 488/2017**

Publicação Nº 1417323

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 488/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDER 30(trinta) dias de férias a partir de 14.11.2017 a 13.12.2017 a Servidora Pública Municipal Sra. ZELIA GONÇALVES PADILHA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.757.399-6 e CPF n.º 053.569.169-65, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 31.10.2017, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

11.01.2015 a 10.01.2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 31 de Outubro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 489/2017**

Publicação Nº 1418277

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 489/2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 11.10.2017 a 09.11.2017 ao Servidor Público Municipal, o Sr. ANDRE LUIZ NORA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 3.647.471 e CPF n.º 007.669.609-00, nomeado conforme Decreto n.º BLB 123/10 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

10.03.2013 a 09.03.2016 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 11.10.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Outubro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA 048/2017 VALTER SANTINON ME

Publicação Nº 1417690

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 048/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa VALTER SANTINON - ME, inscrita no CNPJ nº 76.381.094/0001-58, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. Valter Santinon, portador(a) do CPF nº 251.102419-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 048/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de materiais elétricos para a iluminação natalina do município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	200,00	UN	Conector de interconexão para mangueira luminosa de LED, 2 Fios, 13mm.		1,60	320,00
4	100,00	UN	Capa de terminação/tampa de vedação para mangueira luminosa de LED, 2 Fios, 13mm.		0,98	98,00
5	100,00	PCT	Abraçadeira de nylon, comprimento 10cm, largura de 2,5mm, na cor branca ou preta. Pacote com 100 unidades.		2,40	240,00
6	50,00	PCT	Abraçadeira de nylon, comprimento 15cm, largura 3,6mm, na cor branca ou preta. Pacote com 100 unidades.		5,96	298,00
10	200,00	M	Fio rígido, 750V , # 1,5mm².		0,58	116,00
11	30,00	RL	Fita isolante adesiva, PVC, largura 19mm, comprimento 20 metros.		3,54	106,20
12	20,00	UN	Disjuntor DIN, monopolar, 10A à 20A.		5,70	114,00
Total						1.292,20

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 048/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo Antônio de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de Outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
VALTER SANTINON - ME  
VALTER SANTINON - Representante

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

### ATA 049/2017 ODETE L. B. BEZ

Publicação Nº 1417692

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 048/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ODETE L. B. BEZ EIRELI, inscrita no CNPJ nº 08.248.067/0001-51, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sra. Odete L. B. Bez, portadora do CPF nº 589.153.460-68, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 048/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de materiais elétricos para a iluminação natalina do município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	2.500,00	M	Mangueira luminosa de LED, com diâmetro de 13mm, mangueira de 2 fios, consumo aproximado de 3 watts por metro, voltagem 220V, unidade de corte (com símbolo indicador) a cada 2,00 metros (60 leds), uso externo. Cores - branca, verde, azul, vermelha e amarela.	LUMANTI	5,79	14.475,00
2	50,00	M	Cabo de força para ligação de mangueira luminosa de LED, com 2 vias de ligação (para mangueira de 2 fios, com diâmetro de 13mm), em PVC, alimentação 220V.	LUMANTI	6,70	335,00
7	200,00	UN	Pisca composto por 100 lâmpadas Leds branco frio, leds estáticos, isolamento dos fios na cor verde, uso externo, cordão com plugue macho fêmea de interligação no final, incluso cabo de força, potência máxima de 15w, voltagem 220V.	CHIBRALI	20,90	4.180,00
8	20,00	UN	Refletor de LED, corpo em alumínio com vidro temperado, potência de 20w, temperatura de cor verde, fluxo luminoso decorativo, corpo na cor preta, voltagem 220V.	LUMANTI	54,50	1.090,00
9	20,00	UN	Refletor de LED, corpo em alumínio com vidro temperado, potência de 20w, temperatura de cor branca, fluxo luminoso decorativo, corpo na cor preta, voltagem 220V.	LUMANTI	49,50	990,00
Total						21.070,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 048/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo Antônio de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de Outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
ODETE L. B. BEZ EIRELI  
ODETE L. B. BEZ - Representante

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

## DECRETO 129/2017

Publicação Nº 1418274

DECRETO Nº 129, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme permissivo da Lei Municipal nº 1.623, de 03 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 38.234,00 (trinta e oito mil duzentos e trinta e quatro reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.04 – Fundo Municipal da Cultura	
Projeto Atividade: 2.031 – Manter as Atividades Culturais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 41) .....	R\$ 10.400,00
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0164 – (CR 128) .....	R\$ 27.834,00
TOTAL .....	R\$ 38.234,00

Art. 2º Para atender as suplementações de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.02 – Dpto Ensino Médio, Educação Superior e Especial	
Projeto Atividade: 2.010 – Auxiliar no Ensino Médio	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 33) .....	R\$ 10.400,00

Art. 3º Para atender a suplementação do artigo primeiro, serão utilizados ainda, recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0164 - Convênio Estado-Outros, oriundos do Contrato de Apoio Financeiro nº 2017TR1285 - R\$ 27.834,00.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 03 de Novembro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa



**LEI 1.623/2017**

Publicação Nº 1418265

LEI Nº 1.623, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 38.234,00 (trinta e oito mil duzentos e trinta e quatro reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.04 – Fundo Municipal da Cultura	
Projeto Atividade: 2.031 – Manter as Atividades Culturais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 41) .....	R\$ 10.400,00
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0164 – (CR 128) .....	R\$ 27.834,00
TOTAL .....	R\$ 38.234,00

Art. 2º Para atender as suplementações de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.02 – Dpto Ensino Médio, Educação Superior e Especial	
Projeto Atividade: 2.010 – Auxiliar no Ensino Médio	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 33) .....	R\$ 10.400,00

Art. 3º Para atender a suplementação do artigo primeiro, serão utilizados ainda, recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0164 - Convênio Estado-Outros, oriundos do Contrato de Apoio Financeiro nº 2017TR1285 - R\$ 27.834,00.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 03 de Novembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1.624/2017**

Publicação Nº 1418272

LEI Nº 1.624, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o Município de Xavantina a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado celebrar convênio com o ESTADO DE SANTA CATARINA, no valor de R\$ 37.112,00(trinta e sete mil cento e doze reais), objetivando promover evento democrático denominado I FESTIVAL DA CANÇÃO.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 03 de Novembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº 175/2017**

Publicação Nº 1418513

Portaria nº 175, de 25 de Outubro de 2017

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 105, da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e;

Considerando a concessão do benefício previdenciário de auxílio doença n. 6204842025 pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). UDECIR FRANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Esteiras, a contar de 25/10/2017, porquanto perdurar o Benefício nº 6204842025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 25 de Outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº 176/2017**

Publicação Nº 1418515

Portaria nº 176, de 01 de Novembro de 2017.

Concede licença prêmio a servidor público municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 23, § 2º, inciso XV do mesmo diploma e Art. 127, e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e, considerando requerimento apresentado por Servidor Público Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). ADEMIR ANTONIO PARAVISI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, licença prêmio remunerada de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 12/11/2010 a 11/11/2015, a contar de 01 de Novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 01 de Novembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº 177/2017**

Publicação Nº 1418516

Portaria nº 177, de 01 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, considerando requerimento apresentado por Servidor Público Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). CLARICE BURTULLI BETIATTO, ocupante do cargo de provimento eletivo de Conselheiro(a) Tutelar, a contar de 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 01 de Novembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 178/2017**

Publicação Nº 1418527

Portaria nº 178, de 01 de Novembro de 2017.

Concede férias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX do mesmo diploma legal, bem como o previsto no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). ADEMIR BABINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, referente ao período aquisitivo de 19/12/2015 a 18/12/2016, a contar de 01/11/2017 a 31/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 01 de Novembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 179/2017**

Publicação Nº 1418528

Portaria nº 179, de 01 de Novembro de 2017.

Concede férias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX do mesmo diploma legal, bem como o previsto no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). RODRIGO CARLESSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, referente ao período aquisitivo de 04/05/2016 a 03/05/2017, a contar de 01/11/2017 a 31/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 01 de Novembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 180/2017**

Publicação Nº 1418529

Portaria nº 180, de 01 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, considerando requerimento apresentado por Servidor Público Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). IRACEMA FRANA CHIOSSI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor(a) de Direção, a contar de 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 01 de Novembro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 181/2017**

Publicação Nº 1418530

Portaria nº 181, de 01 de Novembro de 2017.  
Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, considerando requerimento apresentado por Servidor Público Municipal;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). SANDRA COVATTI NAISSINGER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor(a) de Direção, a contar de 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 01 de Novembro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### **DECRETO 0396 - DISPÕE SOBRE A CAUÇÃO DE LOTES PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO "LOTEAMENTO BELMONTE", APROVADO PELA LEI Nº 4.235/2016**

Publicação Nº 1417644

DECRETO Nº 396/2017.

DISPÕE SOBRE A CAUÇÃO DE LOTES PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO "LOTEAMENTO BELMONTE", APROVADO PELA LEI Nº 4.235/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto na Lei Ordinária 4.068 de 28 de abril de 2015 em seu artigo 85, o qual dispõe sobre a possibilidade de caucionamento de lotes em favor da Administração Pública, até que as obras de infraestrutura de parcelamento do solo sejam concluídas;

Considerando o disposto no Artigo 96, inciso VII e o Anexo VII da referida lei, consoante o Termo de Cauçionamento anexo ao presente decreto;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam caucionados, os seguintes lotes, e respectiva quadra, como garantia para a execução das obras faltantes no prazo estabelecido, em relação ao LOTEAMENTO BELMONTE, de propriedade de SBL LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - ME, imóvel com matrícula no CRI sob o nº 27.077,

- Quadra nº 847 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16;
- Quadra nº 851 - Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15;
- Quadra nº 852 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19;
- Quadra nº 855 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13;
- Quadra nº 864 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26;
- Quadra nº 870 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24;
- Quadra nº 871 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24;

Art. 2º. Em relação à tal lote, deverá incidir hipoteca especial em favor do Município, onde somente será determinada a respectiva baixa, assim que houver a verificação da conclusão da infraestrutura.

Parágrafo único. Poderá eventual lote ser substituído, desde que demonstrada de modo fundamentada as razões para tanto.

Art. 3º. Caso as obras não sejam concluídas no prazo assinalado no termo de compromisso, os proprietários deverão arcar com multa no importe de 30% (trinta por cento) do importe despendido pela Administração Municipal para a conclusão dos trabalhos.

§1º: Dependendo do andamento das obras, as garantias poderão ser liberadas, da seguinte forma:

- a) Liberação de 5% da garantia, em caso de conclusão de 20% das obras;
- b) Liberação de 10% da garantia, em caso de conclusão de 50% das obras;
- c) Liberação de 20% da garantia, em caso de conclusão de 80% das obras;

§2º. A vistoria será realizada pelos Servidores da Secretaria de Infraestrutura;

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo-se cópia do presente, ser encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, com respectiva firma reconhecida dos proprietários dos imóveis indicados nos incisos do art. 1º.

Xaxim, 23 de outubro de 2017.

ADRIANO IVO BORTOLANZA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

De acordo:

SBL LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - ME

TERMO DE CAUCIONAMENTO

TERMO DE CAUCIONAMENTO A QUE SE REFERE O ARTIGO 85 DA LEI ORDINARIA 4.068 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

TERMO DE CAUCIONAMENTO GARANTIA E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAXIM E SBL LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - ME CONSTANTE DO PROCESSO Nº 3.235/2012, APROVADO EM 10/11/2016.

A partir do Dia 24 de outubro de 2017, passarão ao domínio do Município de Xaxim, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão do "Habite-se" para qualquer construção existente nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do

projeto de loteamento conforme Processo 4.235/2016. Como garantia fica caucionado os Lote:

- Quadra nº 847 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16;
- Quadra nº 851 - Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15;
- Quadra nº 852 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19;
- Quadra nº 855 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13;
- Quadra nº 864 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26;
- Quadra nº 870 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24;
- Quadra nº 871 – Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24;

avermados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderão em hipótese alguma ser vendidos antes da aceitação, por escrito, pelo Município.

Xaxim/SC 23 de outubro de 2017.

ADRIANO IVO BORTOLANZA  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SBL LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - ME



# Zortéa

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 095/2017 - ALTERA REDAÇÃO DO DECRETO 091 – DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1417350

DECRETO Nº 095/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA REDAÇÃO DO DECRETO 091 – DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da lei:

DECRETA

Art. 1º - Altera a redação do § segundo do Decreto 091/2017 de 27 de novembro de 2017.

§ Primeiro – .....

§ Segundo – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá seguir calendário letivo de 2017, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino exceto: o CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESTRELA DO AMANHÃ que deverá manter os serviços de atendimento de 0 a 03 três anos para as crianças que necessitarem, mantendo escalonamento de professores e profissionais necessários com compensação futura do dia trabalhado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 01 de novembro de 2017.

BIRAJARA CESAR DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Associações

## AMAUC

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - ABRIGO INSTITUCIONAL

Publicação Nº 1417871

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL

CNPJ: 23.095.152/0001-10

Endereço: Rua Paraguai, nº 47, Bairro das Nações, CEP 89770-000, Seara/SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 – REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Pregão Presencial nº 01/2017

Gestor: Consórcio Abrigo Institucional

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o O Consórcio Intermunicipal do Serviço Sócioassistencial de Alta Complexidade - Modalidade Abrigo Institucional, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 23.095.152/0001-10, e pertencente à administração indireta dos municípios consorciados, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. Janete Paravizi Bianchin, brasileira, casada, RG nº 2.694.279-8, CPF nº 798.515.849-51, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia, CNPJ nº 83.573.212/0112-00, estabelecida na Avenida Paludo, 1035, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Gerson Luiz Cavasin, brasileiro, casado, gerente, RG nº 11R 3305865, CPF nº. 029.490.619-31, residente e domiciliado na av. Sete de Setembro, nº. 64, apto. 301, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha para destinados ao abrigo institucional, gerido pelo consórcio intermunicipal do serviço sócio assistencial de alta complexidade, para fornecimento do objeto, conforme abaixo:

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA LTDA

Item	Un.	Descrição	Quant.	Unitário	Valor Total
2	Un.	AÇÚCAR MASCAVO: PACOTES DE 1 KG, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO	48	7,80	374,40
4	Un.	AÇUCAR DE BAUNILHA, PACOTES DE 01KG	4	9,90	39,60
5	Un.	AGNIOLINE, RECHEIRO DE FRANGO, PACOTES DE 400G	20	10,30	206,00
9	Un.	BANHA, PACOTE DE 1 KG	12	7,99	95,88
10	Un.	BICARBONATO DE SÓDIO, 100 G	6	1,99	11,94
14	Un.	BISCOITO DOCE, SORTIDO, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR REFINADO, GORDURA VEGETAL, AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL REFINADO, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE, PACOTES DE 650G	40	6,40	256,00
16	Un.	BOMBOM RECHADO, PACOTE DE 1 KG	10	34,80	348,00
21	Kg	CARNE DE FRANGO (COXINHA DA ASA), EMBALAGEM DE 1 KG	60	9,75	585,00
23	Un.	CHÁ, CAIXA COM 15 SACHES DE 15G. (CAMOMILA, ERVA- CIDREIRA, ERVA-DO-CO, MAÇÃ E HORTELÃ)	50	2,95	147,50
25	Un.	COCO RALADO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: COCO RALADO DESIDRATADO E CONSERVADOR INS 220, PACOTES COM 100G	24	3,50	84,00
29	Un.	DOCE DE FRUTA EM PASTA CREMOSO, SABORES DIVERSOS,	28	7,55	211,40

	EMBALAGEM DE 1 KG			
30 Un.	DOCE DE LEITE EM PASTA, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:	28	8,10	226,80
	LEITE PASTEURIZADO E/OU LEITE EM PÓ, AÇÚCAR,			
	BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, LACTOSE,			
33 Un.	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA TIPO 1, GRUPO SECA,	12	4,73	56,76
	CLASSE FINA, PACOTE DE 500G			
35 Un.	FARINHA DE TRIGO TIPO 1, PACOTE DE 5 KG, COM A SEGUINTE	24	8,50	204,00
	COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO, FERRO E ACIDO FÓLICO			
39 Un.	GRANULADO PARA COBERTURA DE BOLOS E DOCES EM	5	5,90	29,50
	GERAL, SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 300G			
40 Un.	IOGURTE, 900 ML, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: LEITE	300	5,30	1.590,00
	PASTEURIZADO, AÇÚCAR CRISTAL, POLPA DE FRUTA,			
	ESPESSANTE/CARBOXIMETIL CELULOSE, ACIDULANTE/ACIDO			
	LÁTICO, CORANTE ARTIFICIAL, CONSERVADOR/SORBATO DE			
	POTÁSSIO E ESTABILIZANTE/ESPESSANTE (GELATINA E			
	AMIDO), CORANTE NATURAL CARMIM DE CONCHONILHA E			
	FERMENTO LÁCTEO			
41 Un.	LEITE LONGA VIDA, UHT INTEGRAL, EMBALAGEM TETRA PACK,	1.080	2,39	2.581,20
	1 LITRO			
44 Un.	MAIONESE, SACHES DE 01KG	12	7,45	89,40
45 Un.	MARGARINA COM SAL, 20% DE LIPÍDEOS, EMBALAGEM DE 500	30	2,75	82,50
49 Un.	MEL DE ABELHA PURO, INSPECIONADO, EMBALAGEM DE 500G	15	13,70	205,50
54 Dz	OVOS FRESCOS	100	4,90	490,00
55 Un.	PEIXE - FILÉ DE TILÁPIA, PACOTES COM 500G	30	24,50	735,00
57 Un.	PIRULITOSORTIDO PEQUENO, PACOTES COM 500G	5	8,10	40,50
58 Un.	PÓ PARA PREPARO DE SORVETE, PACOTE DE 150G, SABORES	40	3,70	148,00
	DIVERSOS, RENDIMENTO 2 LITROS			
60 Kg	QUEIJO COLONIAL	120	26,50	3.180,00
61 Un.	QUEIJO RALADO, TIPO PARMESÃO, PACOTES DE 100G	60	5,60	336,00
66 Un.	SUCO DE FRUTAS CONCENTRADO, 500 ML, PRONTO PARA	80	8,15	652,00
	MISTURAR COM ÁGUA, SABORES DIVERSOS			
67 Un.	SUCO EM PÓ, EMBALAGEM DE 1 KG, RENDIMENTO 10 LITROS,	30	8,50	255,00
	ADOÇADO, SABORES DIVERSOS			
71 Un.	GÁS DE COZINHA, CARGAS DE 13 KG, COM TELE-ENTREGA	24	63,80	1.531,20
	PARA O ABRIGO			
74 Kg	PÃO TIPO FRANCÊS, COM 25 OU 50G	360	8,60	3.096,00
76 Un.	ABACAXI DE BOM QUALIDADE (ÉPOCA)	24	5,39	129,36
77 Un.	ALFACE EM PÉS	120	2,20	264,00
78 Kg	ALHO EM CABEÇA, DE BOA QUALIDADE	5	22,50	112,50
79 Kg	BANANA CATURRA DE BOA QUALIDADE	140	1,48	207,20
80 Kg	BATATA DOCE DE BOA QUALIDADE	60	2,25	135,00
81 Kg	BATATA INGLESA MONALSA DE BOA QUALIDADE	140	2,45	343,00
82 Kg	BETERRABA DE BOA QUALIDADE	60	2,25	135,00
83 Un.	BRÓCOLIS EM MAÇOS	80	4,49	359,20
84 Kg	CEBOLA DE CABEÇA, DE BOA QUALIDADE	100	2,45	245,00
85 Kg	CENOURA DE BOA QUALIDADE	55	3,95	217,25
87 Kg	CHUCHU DE BOA QUALIDADE	60	3,29	197,40
88 Un.	COUVE-FLOR DE BOA QUALIDADE	48	3,90	187,20
89 Kg	LARANJA DE BOA QUALIDADE	140	3,15	441,00
90 Kg	MAÇA FUJI E/OU GALA DE BOA QUALIDADE	100	4,35	435,00
91 Maço	MAÇOES DE TEMPERO VERDE (SALSA, CEBOLINHA)	50	2,65	132,50
92 Kg	MAMÃO DE BOA QUALIDADE	60	15,50	930,00
93 Kg	MANDIOCA COLONIAL DESCASCADA	60	4,99	299,40

94	Kg	MELANCIA DE BOA QUALIDADE	100	1,25	125,00
95	Kg	MELÃO DE BOA QUALIDADE	50	4,10	205,00
97	Kg	PIMENTÃO DE BOA QUALIDADE	6	8,00	48,00
99	Kg	REPOLHO DE CABEÇA DE BOA QUALIDADE	50	3,55	177,50
100	Kg	TOMATE DE BOA QUALIDADE	100	4,25	425,00
102	Kg	CARNE BOVINA - BIFE DE COXÃO MOLE, EMBALAGEM DE 1 KG	90	20,80	1.872,00
103	Kg	CARNE BOVINA MOÍDA. MAGRA. DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA, EMBALAGEM DE 1 KG	90	14,80	1.332,00
104	Kg	CARNE BOVINA PARA PANELA, SEM OSSO, EMBALAGEM DE 1 K	70	13,80	966,00
105	Kg	CARNE BOVINA SEM OSSO, TIPO CHURRASCO	30	17,80	534,00
106	Kg	CARNE SUÍNA - BIFE, EMBALAGEM DE 1 KG	90	11,70	1.053,00
108	Kg	CARNE SUÍNA, TIPO CHURRASCO	40	9,45	378,00
			Total do Fornecedor:		29.774,59

Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 29.774,59 (vinte e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 31/10/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/10/2018.

As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/10/2017.

Janete Paravizi Bianchin		Gerson Luiz Cavasin	
Abrijo Institucional	Coop. de Prod. e Consumo Concórdia		
			Contratada

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - ABRIGO INSTITUCIONAL

Publicação Nº 1417863

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL
CNPJ: 23.095.152/0001-10
Endereço: Rua Paraguai, nº 47, Bairro das Nações, CEP 89770-000, Seara/SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 – REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTROS DE PREÇOS - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº 01/2017
Pregão Presencial nº 01/2017
Gestor: Consórcio Abrigo Institucional

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o O Consórcio Intermunicipal do Serviço Sócioassistencial de Alta Complexidade - Modalidade Abrigo Institucional, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 23.095.152/0001-10, e pertencente à administração indireta dos municípios consorciados, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. Janete Paravizi Bianchin, brasileira, casada, RG nº 2.694.279-8, CPF nº 798.515.849-51, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Absoluto Distribuidora Ltda – EPP, CNPJ nº 16.738.785/0001-34, estabelecida na rua Albino Sa Filho, 1796 D, Vila Real, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Luiz Orlandini, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 2.996.158-0, CPF nº 020.285.509-02, residente e domiciliado na rua Heriberto Hulse, 177 D, bairro Passo dos Fortes, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha para destinados ao abrigo institucional, gerido pelo consórcio intermunicipal do serviço sócio assistencial de alta complexidade, para fornecimento do objeto, conforme abaixo:

## ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Item	Un.	Descrição	Quant.	Unitário	Valor Total
6	Un.	AMENDOIM DESCASCADO, SAFRA ATUAL, PACOTES COM 500G	25	4,00	100,00
8	Un.	ARROZ TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARABOILIZADO, PACOTE DE 5 KG	36	11,34	408,24
13	Un.	BOLACHA SALGADA TIPO CHACHER, PACOTE DE 370G, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM ACIDO FÓLICO E FERRO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E DE AMÔNIO,	40	4,45	178,00
15	Un.	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA, SABORES CHOCOLATE, LEITE, COCO, MILHO, PACOTES DE 650G	40	7,50	300,00
20	Kg	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRECOXA), EMBALAGEM DE 1 K	60	5,20	312,00
22	Kg	CARNE DE FRANGO (PEITO) SEM OSSO, TIPO SASSAMI, EMBALAGEM DE 1KG	50	9,65	482,50
24	Un.	CHOCOLATE EM PÓ SOLUVEL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR CRISTAL, CACAU EM PÓ E ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, EMBALAGEM DE 500G	18	6,45	116,10
28	Un.	CREME DE LEITE, CAIXA COM 200G	30	2,15	64,50
31	Un.	ERVILHA EM CONSERVA, SACHES DE 200G	120	1,50	180,00
34	Un.	FARINHA DE MILHO FINA (FUBÁ) PACOTE DE 1KG	60	2,05	123,00
36	Un.	FEIJÃO PRETO TIPO 1, SAFRA ATUAL, PACOTE DE 1 KG	96	3,65	350,40
37	Un.	FERMENTO EM PÓ PARA BOLO, LATAS COM 250G	14	5,30	74,20
42	Un.	LEITE CONDENSADO, CAIXA COM 395G	30	3,30	99,00
47	Un.	MASSA COM OVOS, TIPO ESPAGUETE, INDUSTRIAL, COM A SEGUINTECOMPOSIÇÃO:SÊMOLADETRIGOENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS, CORANTES NATURAIS URUCOM E CÚRCUMA, PACOTE DE500G	48	2,50	120,00
48	Un.	MASSA COM OVOS , TIPO PENE, INDUSTRIAL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS, CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA, PACOTE DE 500G	48	2,50	120,00
50	Un.	MILHO VERDE EM CONSERVA, SACHES DE 200G	180	1,80	324,00
52	Un.	ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 900 ML	120	3,40	408,00
56	Un.	PIPOCA CLASSE AMARELA, SAFRA ATUAL, PACOTES COM 400G	40	2,45	98,00

62	Un.	SAGU, PACOTE DE 500G	24	3,60	86,40
63	Un.	SAL DE COZINHA REFINADO, PACOTE DE 1 KG	24	1,30	31,20
70	Un.	VINAGRE TINTO, EMBALAGEM DE 2,9 LITROS	24	17,00	408,00
107	Kg	CARNE SUÍNA - ISCAS, EMBALAGEM DE 1 KG	80	12,70	1.016,00
109	Kg	LINGUIÇINHA DE SUÍNO PERNIL	60	12,50	750,00
Total do Fornecedor:					6.149,54

Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 6.149,54 (seis mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 31/10/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/10/2018.

As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/10/2017.

Janete Paravizi Bianchin		Gilberto Luiz Orlandini	
Abrigo Institucional	A	bsoluto Distribuidora Ltda – EPP	
		Contratada	

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - ABRIGO INSTITUCIONAL

Publicação Nº 1417868

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL

CNPJ: 23.095.152/0001-10

Endereço: Rua Paraguai, nº 47, Bairro das Nações, CEP 89770-000, Seara/SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 – REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Pregão Presencial nº 01/2017

Gestor: Consórcio Abrigo Institucional

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o O Consórcio Intermunicipal do Serviço Sócioassistencial de Alta Complexidade - Modalidade Abrigo Institucional, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 23.095.152/0001-10, e pertencente à administração indireta dos municípios consorciados, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. Janete Paravizi Bianchin, brasileira, casada, RG nº 2.694.279-8, CPF nº 798.515.849-51, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ nº 05.919.156/0001-94, estabelecida na rua Do Comércio, s/nº, centro, margens da SC 283, Planalto Alegre, SC, neste ato representada pelo Sr. Walter Ernest Ahlf, brasileiro, casado, RG nº 1270667, CPF nº 425.338.219-34, residente e domiciliado na rua Caiguangue, 12 D, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha para destinados ao abrigo institucional, gerido pelo consórcio intermunicipal do serviço sócio assistencial de alta complexidade, para fornecimento do objeto, conforme abaixo:



AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Item	Un.	Descrição	Quant.	Unitário	Valor Total
1	Un.	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, PACOTE DE 1KG, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR CRISTAL, CACAU EM PÓ, FERRO, MALTODEXTRINA, ESTABILIZANTE (LECITINA DE SOJA) E AROMATIZANTE (AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA)	40	8,40	336,00
3	Un.	AÇÚCAR CRIISTAL, PACOTE DE 5KG, ORIGEM VEGETAL	36	8,05	289,80
7	Un.	AMIDO DE MILHO, PACOTE DE 500G	12	2,60	31,20
11	Un.	BOLACHA MARIA OU MAISENA, PACOTE DE 740G, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO ENREQUECIDA COM ACIDO FÓLICO E FERRO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL (NÃO HIDROGENADA), AMIDO, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, SORO DE LEITE, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E DE AMÔNIO, ESTABILIZANTES: LECITINA DE SOJA E ÉSTER DE ÁCIDO DIACETIL TARTÁRICO COM MONO E DIGLICERÍDEOS, AROMATIZANTE E ACIDULANTE ÁCIDO LÁTICO	40	6,40	256,00
12	Un.	BOLACHA SALGADA, TIPO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM DE 400G	50	4,60	230,00
17	Un.	CAFÉ SOLÚVEL CLÁSSICO, GRANULADO, EMBALAGEM DE 200G	24	11,80	283,20
18	Un.	CANELA EM PÓ, FRASCOS DE 30G	4	2,20	8,80
19	Un.	CANELA EM RAMA, PACOTES COM 10 G	30	1,50	45,00
26	Un.	COLORAU, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: CALORÍFICO, FUBÁ, EXTRATO DE URUCUM E ÓLEO DE SOJA, SEM GLÚTEN, EMBALAGEM	18	3,70	66,60

DE 500G

27	Un.	CRAVO DA ÍNDIA, PACOTES DE 10G	24	1,80	43,20
32	Un.	EXTRATO DE TOMATE, LATA DE 850G, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TOMATE, AÇÚCAR, E SAL	35	8,40	294,00
38	Un.	GELATINA EM PÓ, CAIXA DE 45G, SABORTES SORTIDOS	120	0,90	108,00
43	Un.	LENTILHA, TIPO 1, CLASSE MISTURADA, PACOTE DE 500G	36	6,90	248,40
46	Un.	MASSA COM OVOS , TIPO CABELO DE ANJO , INDUSTRIAL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: SÊMOLA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS, CORANTES NATURAIS URUCOM E CÚRCUMA, PACOTE DE 500G	30	4,20	126,00
51	Un.	NOZ-MOSCADA EM PÓ, FRASCOS DE 30G	3	4,80	14,40
53	Un.	ÓREGANO DESIDRATADO, PACOTE COM 100G	8	5,80	46,40
65	Un.	SARDINHA AO PRÓPRIO SUCO, COM ÓLEO COMESTÍVEL, LATA COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: SARDINHAS, ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL E SAL. SEM CONSERVANTES, EMBALAGEM COM 250 G	96	6,50	624,00
68	Un.	SUCO DE UVA INTEGRAL, PARSTEURIZADO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E SEM CONSERVANTES, EMBALAGENS DE 1,5 LITROS	12	14,50	174,00

69	Un.	SUCRILHOS, CEREAL DE MILHO, PACOTE DE 500G, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: MILHO, AÇUCAR, SAL, MALTE, NIACINAMIDA (NIACINA), FERRO, REDUZIDO (FERRO), ÓXIDO DE ZINCO (ZINCO), RIBOFLAVINA (VITAMINA B2), AVIDO FÓLICO (VITAMINA DO COMPLEXO B)	60	9,00	540,00
		T	otal do Fornecedor:		3.765,00
Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 3.765,00 (três mil, setecentos e sessenta e cinco reais) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 31/10/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/10/2018.					
As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.					
Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/10/2017.					
Janete Paravizi Bianchin				Walter Ernest Ahlf	
Abrigo Institucional			AP Oeste Distribuidora e		
			Comércio de AlimentosLtda		
				Contratada	

## AMMVI

### RESOLUÇÃO Nº 09/17

Publicação Nº 1417428

#### RESOLUÇÃO nº 09/17

Declara ponto facultativo na sexta-feira que sucede ao feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que no dia seguinte ao feriado nacional de 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida) será sexta-feira, intercalando o feriado com o final de semana, e que as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI na data de 13 de outubro de 2017 (sexta-feira).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente nas datas de que trata o artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em datas a serem estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 10 de outubro de 2017; 48º Ano de Fundação.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Presidente da AMMVI

**RESOLUÇÃO Nº 10/17**

Publicação Nº 1417430

**RESOLUÇÃO nº 10/17**

Concede progressão vertical por nova titulação à empregada da AMMVI.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 40 a 47 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08 e alterações; e

Considerando-se o pleito da colaboradora, devidamente instruído com os certificados de capacitações, e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado de progressão vertical por nova titulação à empregada abaixo identificada, a contar de outubro de 2017, conforme segue:

Nome	Emprego	Referência Salarial	
		Anterior	Atual
Nair Teodoro Machado de Mello	Auxiliar de Contabilidade	35	36

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros à 03 de outubro de 2017.

Blumenau - SC, em 27 de Outubro de 2017; 48º Ano de Fundação.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Presidente da AMMVI

**AMNOROESTE****ANEXO RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA 001/2017**

Publicação Nº 1417554

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2017 .

ITEM 01	Projeto Ambiental (FATMA)
PREÇO MÁXIMO	R\$3.500,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Vital Engenharia	R\$3.300,00
Projetare	R\$3.400,00

EMPRESA VENCEDORA: Vital Engenharia VALOR FINAL R\$ 3.300,00

ITEM 02	Cálculo De Blindagem
PREÇO MÁXIMO	R\$ 1.500,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Projetare	R\$ 1.150,00

EMPRESA VENCEDORA: A empresa declinou da proposta VALOR FINAL R\$ 00,00

ITEM 03	Projeto de Gases Medicinais
PREÇO MÁXIMO	R\$ 4.000,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Projetare	R\$ 3.900,00

EMPRESA VENCEDORA: A empresa declinou da proposta VALOR FINAL R\$ 00,00

ITEM 04	Climatização
PREÇO MÁXIMO	R\$ 4.000,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Projetare	R\$ 3.900,00

EMPRESA VENCEDORA: A empresa declinou da proposta VALOR FINAL R\$ 00,00

ITEM 05	Sondagem
PREÇO MÁXIMO	R\$ 4.000,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Projetare	R\$ 2.900,00

EMPRESA VENCEDORA: A empresa declinou da proposta VALOR FINAL R\$ 00,00

ITEM 06	Projeto Estrutural
PREÇO MÁXIMO	R\$ 15.000,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
MPA	R\$ 11.000,00
Projetare	R\$ 4.900,00

EMPRESA VENCEDORA: MPA Engenharia VALOR FINAL R\$ 11.000,00

ITEM 07	Projeto Preventivo de Incêndio
---------	--------------------------------

PREÇO MÁXIMO	R\$ 5.000,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Bertoncello	R\$ 3.500,00
Projetare	R\$ 4.400,00
MPA	R\$ 3.500,00

EMPRESA VENCEDORA: MPA Engenharia (por sorteio) VALOR FINAL R\$ 3.500,00

ITEM 08	Projeto Elétrico Preventivo
PREÇO MÁXIMO	R\$ 19.000,00
EMPRESA PARTICIPANTE	VALOR DA PROPOSTA
Bertoncello	R\$ 13.890,00
Projetare	R\$ 5.400,00
Projetel	R\$ 14.950,00

EMPRESA VENCEDORA: Bertoncello VALOR FINAL R\$ 13.890,00

São Lourenço do Oeste, 01 de novembro de 2017

Comissão:

Eduardo Bratti

Solange do Amaral Muller

Rubens Ricardo Mocellin

Sezarlei Ferreira Bueno

Jorge Mاتيotti Neto

Tatiane Lussani Dal Pont

Marcio Alves Rodrigues

Empresas Participantes:

Projetel – Rosana Ecker

MPA – Marcio Nierotka

Bertoncello – Ricardo Bertonello

Projetare – Sérgio Galvão Junior

**ATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017**

Publicação Nº 1417550

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2017

ATA – Edital de Chamada Pública n. 01/2017

A Comissão designada pela Resolução nº 001/2017 deram início a sessão após o recebimento dos envelopes 1 e 2 das empresas participantes: Ranzan Engenharia e Construções LTDA ME, Projetare Engenharia LTDA, Projetel Materiais Elétricos LTDA EPP, MPA Engenharia LTDA, Bertoncello, Cardoso & Tondo LTDA ME, Progetto Materiais de Construção LTDA, Vital Engenharia LTDA EPP. Em seguida, a Comissão faz a abertura dos envelopes de documentação das empresas, verificando que a empresa Projetare Engenharia LTDA fica habilitada para os itens 01,02,03,04,05,06,07 e 08 a empresa Projetel Materiais Elétricos LTDA EPP fica habilitada para o item 08, a empresa MPA Engenharia LTDA fica habilitada para os itens 06 e 07, a empresa Bertoncello, Cardoso & Tondo LTDA ME fica habilitada para os itens 07 e 08, a empresa Vital Engenharia LTDA EPP fica habilitada para o item 01. A empresa Progetto Materiais de Construção LTDA fica inabilitada para o item 06, 07 e 08 e a empresa Ranzan Engenharia e Construções LTDA ME fica inabilitada para o item 07. Logo após a comissão faz a abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas, sendo que para o item 07 foi realizado sorteio para desempate das empresas. Os valores e respectivos vencedores constam na planilha anexo que também foi assinada por todos os membros. Indagado o representante da empresa Projetare acerca da discrepância entre os valores das propostas apresentadas para os itens 6 e 8 em relação ao preço máximo, o mesmo informou que cotou equivocadamente os valores imaginando se tratar de metragem inferior, pelo que declinou das propostas em relação a estes dois itens, por entende-las inexequíveis, bem como em relação a todas as demais propostas apresentadas nesta data. Sem mais haver constar todos subscrevem esta ata.

São Lourenço do Oeste 01 de novembro de 2017

Comissão:

Eduardo Bratti

Solange do Amaral Muller

Rubens Ricardo Mocellin

Sezarlei Ferreira Bueno

Jorge Matiotti Neto

Tatiane Lussani Dal Pont

Marcio Alves Rodrigues

Empresas Participantes:

Projetel – Rosana Ecker

MPA – Marcio Nierotka

Bertoncello – Ricardo Bertoneo

Projetare – Sérgio Galvão Junior



# Consórcios

## AGIR

### ATA Nº 060 DE 14.09.2017 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGIR

Publicação Nº 1418509

ATA Nº 060/2017, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos catorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2.337, Página 1.079, de 12.09.2017, no site e no mural da AGIR, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, no município de Blumenau/SC, às catorze horas em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, esta foi aberta às catorze horas e trinta minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Jean Michel Grundmann, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Benedito Novo para assumir os trabalhos. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Giovana Peron – Assessora de Diretoria da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença da senhora Simoni Mercia Mesch Nones, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho; senhor José Gerson Gonçalves, Prefeito do Município de Apiúna; senhor Lairton Possamai, Prefeito do Município de Ascurra; senhor André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do Município de Botuverá; senhor Ércio Kriek, Prefeito do Município de Pomerode; senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio; senhor José Ari Vequi, Vice-Prefeito do Município de Brusque, representando o senhor Jonas Oscar Paegle, Prefeito do Município de Brusque; senhora Helenice G. M. Luchetta, Diretora Geral do Gabinete do Prefeito de Blumenau, representando o senhor Napoleão Bernardes, Prefeito do Município de Blumenau; além de demais interessados. Os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 – Aprovação da ata anterior; 2 – Nomeação do “Gerente de Controle, Regulação e Fiscalização de Transporte Coletivo e Demais Serviços Públicos”; 3 – Assuntos Gerais. Dando início aos trabalhos, o senhor Jean Michel Grundmann, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Benedito Novo, agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes. Na sequência, no item 1 da pauta (Aprovação da ata anterior), esta teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia nove (09) de agosto de 2017, sendo então aprovada por todos. Dando continuidade, no item 2 - Nomeação do “Gerente de Controle, Regulação e Fiscalização de Transporte Coletivo e Demais Serviços Públicos”, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, que apresentou os currículos dos indicados para a referida vaga. Em seguida, salientou o currículo do senhor Daniel Antonio Narzetti, que se mostrou o mais capacitado para ocupar tal função, e que inclusive pode auxiliar a AGIR na implantação do programa para aplicação da Contabilidade Regulatória. Em seguida, passou a palavra ao próprio Daniel, e este fez uma breve explanação acerca de sua formação e experiência. Tomando a palavra, a Diretora Administrativa e Institucional da AGIR, senhora Vanessa Fernanda Schmitt, comentou sobre este início da regulação dos transportes públicos, da importância de se fortalecer o setor econômico e de tecnologia da informação, e ainda lembrou que a contratação deste Gerente já estava prevista no orçamento da AGIR. Na sequência, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, senhor Jean Michel Grundmann, colocou em votação a aprovação da indicação do senhor Daniel Antonio Narzetti para ocupar o cargo de Gerente de Controle, Regulação e Fiscalização de Transporte Coletivo e Demais Serviços Públicos, a qual foi aprovada por unanimidade. Passando ao item 3 (Assuntos Gerais), o senhor Heinrich Luiz Pasold tomou a palavra novamente, informando que todos os Prefeitos receberam em suas pastas Ofício com um CD contendo o Relatório Anual de Atividades Balanço Social da AGIR de 2016, juntamente com o vídeo institucional da Agência. Também comentou sobre a tramitação do Novo Protocolo de Intenções da AGIR no Município de Brusque, que foram feitas algumas emendas, e que não será aplicada a regulação do transporte público de passageiros. Em seguida, comentou sobre a visita de uma delegação de Prefeitos do Ceará no mês de novembro, que virão conhecer a AMMVI, a AGIR, o CIMVI, e também os serviços de reciclagem e turismo do município de Pomerode. Também abordou o convite recebido pela Câmara Municipal de Blumenau para participação na Sessão Solene em comemoração aos 30 anos de formação do Grupo RIC. Em seguida, solicitou a aprovação da concessão de função gratificada aos servidores André Domingos Goetzinger e Maria de Fátima Martins, e após breve discussão, ficou acordado que será realizada revisão do orçamento e da planilha de custos com os valores a serem aplicados, posteriormente as informações serão remetidas à Diretoria Executiva da AGIR, e a decisão ficará sob responsabilidade desta. Na sequência, tomando a palavra novamente, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt mencionou o X Congresso da ABAR, que será realizado em Florianópolis entre os dias 27 e 29 de setembro, onde a AGIR teve nove trabalhos técnicos aprovados, e também contará com um estande em parceria com a ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e com a ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Inclusive, estendeu o convite a todos os Prefeitos que quiserem participar do evento, salientando sua relevância, e informou que o Vice-Prefeito de Brusque, senhor José Ari Vequi, irá representar a AGIR. Em seguida, o senhor Jean Michel Grundmann comentou sobre as visitas do projeto “A AGIR quer ouvir você”, e o senhor Heinrich Luiz Pasold aproveitou o ensejo para informar sobre todas as fiscalizações realizadas pelo setor técnico da Agência nos sistemas de abastecimento de água nos municípios consorciados à AGIR. Dando seguimento, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR abriu a palavra aos demais consorciados, onde o senhor José Ari Vequi, Vice-Prefeito do Município de Brusque, tomou a palavra e informou que o Novo Protocolo de Intenções da AGIR irá para votação na Câmara Municipal na próxima semana, e que provavelmente será aprovado com as emendas que retiram a regulação do transporte público. Também informou sobre a concessão dos serviços de transporte público, e que, conforme orientações do Tribunal de Contas do Estado, será feito um novo Edital de Licitação. Também comentou-se sobre os outros municípios que já possuem a regulação do transporte público, e o Prefeito de Apiúna demonstrou o interesse de também aderir ao Novo Protocolo de Intenções, visto que há concessão deste serviço naquele município. Ficou acordado então, que o orçamento será revisto e apresentado na próxima reunião, com a inclusão dos municípios de Apiúna e Botuverá. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva, senhor Jean Michel Grundmann, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Extraordinária, e determinando que eu, Giovana Peron, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Presidente da  
Prefeito de Benedito Novo/SC

GIOVANA PERON  
Diretoria Executiva da AGIR Secretária "ad hoc"  
Assessora de Diretoria da AGIR

## ARIS

### **DELIBERAÇÃO Nº 026/2017 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES DO SAMAE DE ILHOTA.**

Publicação Nº 1417711

DELIBERAÇÃO n. 026/2017

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e de esgoto e dos preços dos serviços públicos complementares do SAMAE de Ilhota.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pelo SAMAE de Ilhota, responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município de Ilhota, recebida em 25/10/2017, na qual o SAMAE requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e considerando o Parecer Técnico da Diretoria de Regulação, vem DELIBERAR:

1. Conceder ao SAMAE de Ilhota o reajuste tarifário linear nas tarifas e preços públicos de 3,97% de acordo com o IPCA acumulado de 06/2016 a 07/2017, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS;
2. Os novos valores vigentes desta estrutura tarifária serão fixados de forma clara e objetiva, sendo aplicáveis 30 dias após sua publicação em jornal de circulação no município;
3. O SAMAE de Ilhota deve encaminhar a esta agência, cópia da publicação da nova tabela tarifária e cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município, bem como em seu sítio eletrônico, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
4. Fica determinado que o SAMAE de Ilhota deverá encaminhar à ARIS o modelo de fatura emitida pelo Prestador, conforme Lei Federal 11.445/07, Decreto Federal 7.217/10 e Resolução Normativa 001/11 da ARIS, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
5. O SAMAE de Ilhota deverá encaminhar à ARIS o cronograma de investimentos para os próximos 12 meses, com detalhamento físico e financeiro.

Florianópolis, 31 de outubro de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

## CIM-AMAVI

### **CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 - RELAÇÃO DE PRÉ-QUALIFICADOS**

Publicação Nº 1418548

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

#### RELAÇÃO DE PRÉ-QUALIFICADOS

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da pré-qualificação referente ao Edital de Credenciamento nº 01/2017:

#### SERVIÇOS DE AGRIMENSURA

1. SC Engenharia e Geotecnologia Ltda.
2. GEOMAPA Engenharia Ltda. – ME
3. GREIDE Engenharia Ltda. EPP
4. IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda.

#### SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA

1. SC Engenharia e Geotecnologia Ltda.
2. IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda.

#### SERVIÇOS DE GEOLOGIA

1. SC Engenharia e Geotecnologia Ltda.
2. Escritório de Geologia Norberto Corbellini Ltda. EPP
3. Metro Cúbico Engenharia EIRELI EPP
4. IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda.

Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação na pré-qualificação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



contados da data da publicação do resultado no órgão de publicação oficial do CIM-AMAVI.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2017.  
Agostinho Senem  
Diretor Executivo do CIM-AMAVI

## **CIS/AMARP**

### **RESOLUÇÃO 41/2017**

Publicação Nº 1417945

Resolução nº 41/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Sr. Luciano Paganini, Prefeito Municipal de Iomerê, usando das atribuições legais, contratuais e estatutárias;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Feriados e Ponto Facultativo no CISAMARP nas datas abaixo:

02 de novembro de 2017 - Quinta-feira, Finados.

03 de novembro de 2017 – Sexta-feira, Ponto Facultativo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 01 de novembro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Presidente CISAMARP

## **CIS/AMAUC**

### **TERMO ADITIVO 13 AO TC013 - EDITAL 2013**

Publicação Nº 1418537

13º TERMO ADITIVO  
AO TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar – Centro, CEP 89.700-905, Município de Concórdia – SC, CNPJ 07.654.807/0001-97 neste ato representado pela sua Presidente Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI– Prefeita de Peritiba e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO, situada à Rua Marechal Deodoro, 915, Centro, Município de Concórdia – SC, inscrita com CNPJ nº 83.506.030/0002-82, através de seus Procuradores, Sr. ÉDIO SANTO ROSSET, Diretor Geral e do Sr. André Brückmann, Diretor Financeiro, conforme instrumento de procuração lavrado no 14º Tabelião de Notas – Comarca - São Paulo, no Livro 4952-PP 075 a 078, ADITAM o TC 13/2014, com base na Tabela de Valores e Serviços, republicada e atualizada em maio de 2016 e com base na Solicitação de Credenciamento de 24 de outubro/2017, conforme cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Art. 1º A credenciada inclui o Dr. MARCOS FELIPE MALUF, CRM/MG 056345, CRM/SC 24930, CPF 086.276.967-13, com especialização em Cirurgia Geral, no Corpo Clínico credenciado ao CIS Amauc, para prestação de serviços aos usuários do CIS AMAUC de CONSULTAS e CIRURGIA GERAL, conforme documentação apresentada.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Valores e Serviços, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Art. 3º As partes ratificam as demais cláusulas do Termo de Credenciamento 13/2014, naquilo que não colidir com o presente instrumento.

E, para constar, lavrou-se o presente Termo Aditivo que, lido e conforme, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Concórdia - SC, 1º de novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Presidente

ÉDIO SANTO ROSSET ANDRE BRÜCKMANN  
Diretor Geral Diretor Financeiro  
BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO

## TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termo Aditivo 13 ao TC13 Benef Camiliana Sul Hosp São Fco Dr Marcos Maluf

**TERMOS DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2005 - TC040**

Publicação Nº 1418533

**TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita com CNPJ 07.654.807/0001/97, neste ato representado pela sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2005, CREDENCIA, através deste termo LAIRTON JOSÉ ANTONINI ME, inscrição CNES 9274146, inscrito com CNPJ 01.101.428/0001-93, estabelecido à Rua Assis Brasil, 713D, Bairro Santa Maria, Município de Chapecó - SC, CEP 89.812-220, com nome fantasia de Pronto Saúde, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

Art. 1º O credenciado prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em PSIQUIATRIA, através da Dra. DIRCE REGINA QUATRIN, CRM SC 7435, CPF 460.146.670-91, RG 5237344- SSP-SC, conforme Solicitação de Credenciamento anexa ao processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC Junho 2017 – Edital de Chamamento 2005, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO REAJUSTE**

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

**CLÁUSULA QUARTA  
DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo, município de origem e valor;

V - até o prazo de 30 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

**CLÁUSULA SEXTA  
DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 04 de setembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI LAIRTON JOSÉ ANTONINI ME  
PRESIDENTE PRONTO SAÚDE

**TESTEMUNHAS:**

CIS Amauc/Termo Credenciamento/Edital 2005/TC 40 Lairton J Antonini ME Psiquiatria Dra Dirce

**TERMOS DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2005 - TC041**

Publicação Nº 1418534

**TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita com CNPJ 07.654.807/0001/97, neste ato representado pela sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2005, CREDENCIA, através deste termo a empresa CLINICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - CDIPSUL, inscrição CNES 6749941, inscrita com CNPJ 09.427.099/0002-68, estabelecida à Rua Mal. Floriano Peixoto, 430-O, Centro, Município de Chapecó - SC, CEP 89.802-010, através da Gerente Administrativa, Sra. Cristiana Aparecida Barp, constituída procuradora através do 2º Tabelionato de Notas Pedro Ervino Paracena, do Município de Pato Branco – PR, no Livro 153 Fls. 183/184, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

Art. 1º O credenciado prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em EXAMES DE IMAGEM (RM, Tomografia, US e Doppler, Mamografia e Densitometria Óssea) conforme Solicitação de Credenciamento anexa ao processo, tendo como Especialista o Dr. Rodrigo Assmann de Oliveira, CPF 005.954.475-97, CRM SC 021606.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC Junho 2017 – Edital de Chamamento 2005, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO REAJUSTE**



Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo, município de origem e valor;

V - até o prazo de 30 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 12 de setembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI CRISTIANA APARECIDA BARP



Gerente Administrativa  
PRESIDENTE CDIPSUL

TESTEMUNHAS:

CIS Amauc/Termo Credenciamento/Edital 2005/TC 41 CDIPSUL Exames Imagem

## **TERMOS DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2005 - TC042**

Publicação Nº 1418535

### **TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita com CNPJ 07.654.807/0001/97, neste ato representado pela sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2005, CREDENCIA, através deste termo a Senhora ANGELICA MUCELIN, inscrição CNES 9185658, inscrita com CPF 074.686.099-42, RG 5.889.555 SSP SC, CRP-12/14491, estabelecida à Av. Porto Alegre, 79-D – Edif. Salutare Centro Clínico, Sala 202, Centro, Município de Chapecó - SC, CEP 89.802-130, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em PSICOLOGIA, conforme Solicitação de Credenciamento anexa ao processo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC Junho 2017 – Edital de Chamamento 2005, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE**

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

#### **CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo, município de origem e valor;

V - até o prazo de 30 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 9 de outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI ANGELICA MUCELIN

RESIDENTE PSICÓLOGA

TESTEMUNHAS:

CIS Amauc/Termo Credenciamento/Edital 2005/TC 42 Angelica Mucelin Psicologa

### TERMOS DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2013 - TC026

Publicação Nº 1418532

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CNPJ 07.654.807/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º Andar – Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, CNPJ 07.654.807/0001-97, neste ato representado pelo sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2013, CREDENCIA, através deste termo, MATEUS KOECHE PELLIZZARO – ME, estabelecido na Rua Marechal Deodoro, 772, 7º andar, Sala 74, Edif. Mirage Offices, Centro, Município de Concórdia – SC, inscrito com CNPJ 28.235.951/0001-69, CNES nº 9317562, através do Dr. Mateus Koeche Pellizzaro, CPF 064.329.359-03, RG 4.506.673 – SSP SC, CRM 20001 – SC, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Art. 1º O credenciado prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em CONSULTAS e EXAMES DE OFTALMOLOGIA, Conforme relação anexa à Solicitação de Credenciamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC 2013 – Anexo I do Edital de Credenciamento nº 01/2013, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para

a realização dos serviços pelo credenciado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será anual, de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido, dentro da cota mensal previamente estipulada pelas partes;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e município de origem;

V - até o prazo de 15 (quinze) dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, para a especialidade de Pediatria e 20 (vinte) dias para as demais especialidades;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VII - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou providenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 9 de outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Dr. MATEUS KOECHE PELLIZZARO

PRESIDENTE CIS AMAUC OFTALMOLOGISTA

TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termos de Credenciamento/Edital 2013/TC 26 Mateus K Pellizzaro ME Oftalmo

---

## CIS/AMFRI

---

### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO - CIS-AMFRI - 001 DE 2017 - OUTDESK

Publicação Nº 1418085

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO CIS/AMFRI DL Nº. 01/2017.

Contratado: OUTDESK INFORMÁTICA LTDA, CNPJ sob n.º 10.531.596/0001-00

Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Fica o presente contrato prorrogado, passando a vigorar com seus efeitos de 01/11/2017 à 31/12/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 31 de outubro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### PORTARIA Nº 03 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1417801

PORTARIA Nº 03 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE CONFIANÇA DE ASSESSOR JURÍDICO

Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07 e

CONSIDERANDO que de acordo com o Protocolo de Intenções Consolidado referido cargo é de livre admissão e demissão, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, o senhor DJONATAN BATISTA DE LIMA (OAB/SC 49.420) com carga horária de 10 (dez) horas semanais com salário correspondente de acordo com anexo II do protocolo de intenções consolidado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 01 de Novembro de 2017.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

**CIS/AMOSC****TERMO ADITIVO Nº54/2017**

Publicação Nº 1418333

TERMO ADITIVO Nº54/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR: R\$ 125.000,00

VIGENCIA: 01/11/2017 a 31/12/2017

**CIS/AMREC****PREGÃO 207 CISAMREC 2017- AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Publicação Nº 1417727

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA AMREC - CISAMREC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 207/CISAMREC/2017

OBJETIVO: Registro de preços de medicamentos, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais, destinados ao atendimento às necessidades da rede básica municipal de saúde dos 12 Municípios da AMREC consorciados (CISAMREC).

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de novembro de 2017 às 09h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria de Logística do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0359/3431.0318, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br).

Criciúma, 30 de outubro de 2017.

DIMAS KAMMER

PRESIDENTE CISAMREC

(assinado no original)

**CITMAR****PORTARIA Nº 02 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1418096

PORTARIA Nº 02 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO

Célio José Bernardino, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07 e

CONSIDERANDO que de acordo com o Protocolo de Intenções Consolidado referido cargo é de livre admissão e demissão, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar, o senhor DJONATAN BATISTA DE LIMA (OAB/SC 49.420) com carga horária de 10 (dez) horas semanais com salário correspondente de acordo com anexo II do protocolo de intenções consolidado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 01 de Novembro de 2017.  
CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Executivo do CITMAR

## CONSAD

### RESOLUÇÃO Nº 16/2017 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417580

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/2017 DE OUTUBRO DE 2017.

RESOLUÇÃO QUE ESTABELE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS (LDO) DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL, DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL- CONSAD PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
---

EU, MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Presidente Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Estado de Santa Catarina, faço a todos saber que em atendimento ao § 2º do artigo 165 e 241 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal 11.107/2005 e o Decreto 6.017/2007 e o estatuto social deste consórcio, faz saber a todos que submeteu a apreciação da Assembleia dos Prefeitos Consorciados, a seguinte Resolução que foi aprovada e fica sancionada a partir desta data.

Art. 1º– O Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local, para o exercício de 2018, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta resolução e a lei 4.320/64 e suas ementas, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da administração do consórcio público,
- II – A estrutura e organização dos orçamentos;
- III – As diretrizes gerais;
- IV – As disposições sobre a receita;
- V – As disposições sobre a despesa;
- VI – As disposições sobre os créditos adicionais;
- VII – As disposições sobre despesas com pessoal; e
- VIII – Das disposições gerais.

Art. 2º– O Presidente juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, deve adaptar a programação estabelecida, no que se refere a circunstâncias emergenciais a atualizar elementos quantitativos no plano administrativo deste consórcio e definidos no orçamento.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 3º– Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração do Consórcio para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas nos Anexos desta Resolução, e outras prioridades apresentadas pelas reivindicações dos consorciados e usuários dos serviços confirmadas pelos órgãos do consórcio. As metas e prioridades do Consórcio para o exercício financeiro de 2018 são os especificados no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Resolução.

§ 1º – Os recursos estimados na Resolução Orçamentária para o exercício de 2018 serão destinados preferencialmente para as prioridades e metas definidas no Anexo I desta Resolução, não se constituindo, no entanto, em limites à Programação das despesas.

§ 2º – O anexo de prioridades e metas conterà no que couber, o disposto nos artigos, parágrafos e incisos do Protocolo de Intenções e nos artigos, parágrafos e incisos do estatuto social do consórcio.

§ 3º – Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2018, o Presidente poderá alterar as metas definidas nesta Resolução, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

#### II – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º– O orçamento do consórcio, para o exercício financeiro de 2018, abrangerá a administração direta, os serviços e as ações, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional e deverá ser elaborada em conformidade com os diversos princípios contábeis, de igualdade, justiça social e transparência:

I – O princípio de justiça social implica em assegurar que os Programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados; e

II – O princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir



o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Art. 5º– A Resolução Orçamentária evidenciará sua Receita por rubrica na unidade gestora central e, a Despesa na Unidade Gestora central será evidenciada pela função, sub-função, programa, projeto, atividade, ou operações especiais, podendo ainda a critério da administração ser evidenciada a nível elemento e/ou sub-elemento e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6, da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XI – Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;
- XIII - Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2018 com indicação das medidas de compensação;
- IXV – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018;
- XV – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;
- XVI – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2018.

§ 1º– Os atos de doação ou contribuição integrarão o orçamento geral do Consórcio, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências dos municípios de forma financeira, ou seja, os registros contábeis do Consórcio dar-se-ão somente nos sistemas financeiros e compensação, fechando os balanços em sua consolidação.

§ 2º– Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

### III - DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 6º – O orçamento para o exercício de 2018, obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes da Assembleia dos consorciados e do Legislativo e Executivo de cada consorciado.

Art. 7º– Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 8º– Se a receita estimada para 2018, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, a assembleia dos consorciados, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º– Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, o Presidente, a diretoria Executiva ou a Assembleia dos consorciados, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I – racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;
- II – racionalização de despesas com horas extras;
- III – redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- IV – redução de investimentos programados, desde que não iniciados;
- V - adequação de despesas com material de consumo, serviços de terceiros;
- VI – adequação de número de funcionários;
- VII – adequação ou redução do número de funcionários.

§ 1º – Caso ocorra o disposto no caput deste artigo, o Presidente comunicará aos consorciados o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho, e movimentação financeira.

§ 2º – O Presidente, com base na comunicação recebida, publicará ato estabelecendo os montantes que estão disponíveis para movimentação e empenho.

§ 3º– Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 são as constantes no ANEXO II desta Lei.

§ 4º - Serão de obrigatoriedade do município, os custeios da taxa administrativa para fins de custear as atividades diárias administrativas do consórcio conforme previsto no estatuto social nos termos no artigo 64º e por força da lei autorizativa e retificativa ao consórcio.

Art. 10– Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Consórcio, aqueles constantes no ANEXO III desta Resolução.

§ 1º– Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

§ 2º– Sendo ainda, estes recursos insuficientes, o Presidente do consórcio encaminhará resolução específica ou autorização na própria resolução orçamentária anual, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 11– A transferência de recursos dos Tesouros Municipais ao consórcio, beneficiará somente aquelas de caráter de contrato de rateio e taxas administrativas de atendimento direto e gratuito ao público dos consórcios intermunicipais de inspeção sanitária animal constituídos exclusivamente por entes públicos e ainda as voltadas para o fortalecimento do associativismo, mediante prévia autorização da assembleia.

Art. 12– Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda a 1,00% da receita corrente líquida prevista (orçada) para o exercício.

Art. 13– Em conformidade com o Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração pública através de lei específica poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observando a legislação em vigor.

Art. 14– Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pelo Consórcio quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na lei orçamentária.

#### IV - DA RECEITA

Art. 15– A natureza da receita orçamentária a ser estimada na resolução do orçamento para o exercício de 2018 será de acordo com a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentada justificativa, de acordo com o § 3º do art. 12 da LRF.

Art. 16– O Consórcio poderá realizar operações de crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º– As operações de crédito a serem realizadas pelo Consórcio no exercício de 2018, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na resolução orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa aprovada pela Assembleia, observado o que dispõe a Resolução nº.43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º– De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 17– A operação de crédito por antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2018 e constará na resolução orçamentária.

Parágrafo Único– A operação de crédito por antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 18– A concessão, incentivos e benefícios de natureza financeira, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

Art. 19 – A Assembleia poderá proceder a reestimativa da receita na proposta orçamentária apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 20– A Receita de Alienação de Bens e Direitos deverá ser movimentada em conta corrente específica, vinculada a sua aplicação em despesas de capital, formalizando-se um processo de controle em separado para atender às informações posteriores.

#### V - DAS DESPESAS

Art. 21– A despesa será fixada pela resolução orçamentária, de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 22– Na execução orçamentária do exercício de 2018, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho por Unidade Orçamentária, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária, respeitando-se sempre os limites mínimos constitucionais de gastos com pessoal e seus encargos.

Art. 23– As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 24– A Secretaria de Administração e Fazenda fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica específica ao objeto.

Art. 25 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo processo de administração do Consórcio Público de que trata o artigo 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações em função de execução. Parágrafo Único – Os custos das ações serão apurados no mínimo através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas e financeiras realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 26 – Os programas priorizados por esta resolução e contemplados na Resolução Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 27 – O Presidente deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Resolução Orçamentária de 2018, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por unidades da administração direta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º – A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas ações na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas da LOA e as prioridades e metas constantes desta Resolução de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º – O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao consórcio, será efetuado até o dia 30 de cada mês, sob a forma de contrato de rateio, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no art.64º do estatuto social do consórcio, preconizados pelos art. 10º e 11º e seus parágrafos.

#### VI - DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 28 – Os recursos oriundos de convênios não previstos na Resolução de Diretrizes Orçamentárias, ou subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais ou suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Presidente do Consórcio.

Art. 29 – A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias na Resolução de Diretrizes Orçamentárias poderá ocorrer por intermédio da resolução orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 30 – O Presidente, por resolução de decreto no âmbito do Consórcio, poderá aumentar ou diminuir as metas financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 31 – Está o Presidente do consórcio devidamente autorizado a realizar abertura de créditos adicionais na Resolução de Diretrizes Orçamentárias, por decreto de resolução, dependendo da existência de recursos disponíveis, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Está o Presidente do autorizado a movimentar o excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II – Está o Presidente autorizado a movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

III – Está o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV – Está o Presidente do Consórcio autorizado a suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

Art. 32 – A abertura de créditos adicionais ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização da assembleia dos consorciados, podendo esta fazer parte da Resolução Orçamentária Anual, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64

e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Poderá o Presidente do Consórcio incluir na resolução da proposta orçamentária para o exercício de 2018, como Reserva de Contingência o percentual de até 5% (cinco por cento), de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

II – Poderá o Presidente do Consórcio incluir na resolução da proposta orçamentária para o exercício de 2018, autorização para movimentação do excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

III – Poderá o Presidente do Consórcio incluir na resolução da proposta orçamentária para o exercício de 2018, autorização para movimentar as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por resolução de decreto do Presidente no âmbito do Consórcio, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

IV – Poderá o Presidente do Consórcio incluir na resolução orçamentária anual para o exercício de 2018, autorização para utilização do superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

V – Poderá o Presidente do Consórcio incluir na resolução orçamentária anual, autorização para suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios e contratos de rateio, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio ou contrato de rateio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

VI – Poderá o Presidente do Consórcio incluir na resolução orçamentária anual, autorização para anulação de dotações vinculadas para suplementação de outras dotações não vinculadas de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por resolução de decreto do Presidente do consórcio, quando não houver a efetiva arrecadação das receitas vinculadas àquela finalidade.

Art. 33 – Durante a execução orçamentária de 2017, o Presidente do Consórcio autorizado por resolução, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018.

Art. 34 – Ao longo da execução orçamentária, o Presidente do Consórcio autorizado por esta Resolução, poderá incluir novas fontes de recursos nos projetos, atividades ou operações especiais previstas na LOA, na forma de créditos suplementares, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018.

Art. 35 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição, será efetivada mediante resolução de decreto do Presidente do Consórcio.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

## VII - DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 – Consideram-se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, cargos em comissão e ou funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras, funções de confiança, licenças-prêmio por assiduidade, e vantagens pessoais de qualquer natureza, insalubres, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 45 – Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2018, o presidente do consórcio poderá proceder à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratação de pessoal em caráter temporário na forma da lei, realizar processos seletivos para admissão de pessoal em caráter temporário, bem como realizar concursos públicos para provimento de cargos efetivos, observados a legislação pertinente e os limites e regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que aprovados por Assembleia.

Art. 46 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração do Consórcio poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 47 –A direção executiva do Consórcio adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário, e;
- IV – destituição de servidores das funções gratificadas.

Art. 48 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização”, sub-elemento de despesa: 3.1.90.34.00.

Parágrafo único – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos do Consórcio, ou ainda, atividades próprias da Administração do Consórcio, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 49 – A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, para o exercício de 2014, será autorizada por resolução específica, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº. 101/2000.

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50 – O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária do consórcio.

### I– PROGRAMA

Para que se caracterize da melhor forma possível à classificação da despesa dentro de cada unidade orçamentária, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

### II – PROJETO

Os Projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2018 serão os que foram previamente aprovados no Plano Plurianual em vigor e serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do Consórcio.

### III – ATIVIDADE

As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício de 2018 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura do consórcio e os programas específicos de manutenção continuada, devendo as mesmas ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamental as quais foram extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 51 – As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e contrato, nos termos da Lei 8.666/93, consolidada.

Art. 52- Para atendimento do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Presidente publicar relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 53 – O Presidente enviará a proposta orçamentária à Assembleia dos Consorciados no prazo estabelecido de conformidade a lei e no que preconiza o estatuto do consórcio, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 27/10/2017.

§ 1º– Se a resolução orçamentária anual não for encaminhada e apreciada em Assembleia dos consorciados a sanção da resolução até o início do exercício financeiro de 2018 fica o Presidente autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a respectiva apreciação do orçamento anual.

Art. 54 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Presidente, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 56 – O Presidente do está autorizado a contratar, quando de extrema necessidade, estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2º Grau, ensino médio e Supletivo, nos termos das Leis federais nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977; nº 8.859, de 23 de março de 1994 e outras normas que regulam a matéria.

Art. 57 – O Presidente do Consórcio está autorizado assinar convênios, contratos e repasses com o Governo Federal e Estadual e contratos de rateio com municípios através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 58 – São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 59 – A destinação de recursos para as ações de despesas com diárias ou outras eventuais de membros do Consórcio quando de atividades da política territorial e ou de comercialização no território obedecerá ao princípio da participação da representatividade das políticas nacionais estaduais e regionais de território e outras semelhanças sempre que devidamente comprovadas estão autorizadas por este orçamento.

Art. 60 – Esta resolução autoriza este consórcio a celebrar contratos e convênios com o ministério do desenvolvimento Social, Ministério Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração Nacional, Ministério do meio ambiente, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde (FUNASA), Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes ou Outro que couber, bem como autarquias, fundações e Secretarias da União, Estado e municípios, Universidades públicas ou privadas e Institutos Federais.



Art. 61 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, sendo que a publicação será em mural na mesma data da sua provação e de até 7 dias em site e em Órgão Oficial do Consórcio.

Art.62- Caso o Presidente não cumpra o artigo anterior no prazo, compete ao seu vice- presidente dobrado o prazo anterior o cumprimento do mesmo.

Art.63- Qualquer artigo estabelecido na Lei de Diretrizes e não cumprida pelo Presidente, diretoria ou assembleia, conforme sua disposição, ratifica a autorização para o Vice-Presidente proceda conforme necessita o consórcio.

Art. 64 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD.

Marco Aurélio Zandoná  
Presidente CONSAD

São Miguel do Oeste, 27 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se,

Elisete Simioni  
Diretora Administrativa e Financeira

#### ANEXO I

Prioridades e metas da Administração do Consórcio

- Manter o Consórcio;
- Fomentar as empresas nos municípios consorciados;
- Fomentar os municípios Consorciados;
- Fomentar o SIM nos municípios;
- Fomentar o SISBI nos Municípios;
- Fomentar Agricultura Familiar
- Fomentar a renda;
- Fomentar as Propriedades
- Fortalecer o emprego e renda;
- Incentivar a agricultura e indústria Familiar;
- Incentivar a permanência no Campo;
- Incentivar as boas pratica de manejo;
- Fomentar parcerias;
- Fomentar a vida saudável;
- Fomentar cursos e especializações;

Marco Aurélio Zandoná  
Presidente CONSAD

São Miguel do Oeste, 27 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se,

Elisete Simioni  
Diretora Administrativa e Financeira

#### ANEXO II

Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

- Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias com recursos financeiros, vinculados a convênios;
- Pessoal e Encargos Sociais;
- Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;
- Serviços da dívida;
- PASEP; e
- Despesas com energia elétrica, telefonia, internet, material de consumo, de água e aluguéis.

Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD.



Marco Aurélio Zandoná  
Presidente CONSAD

São Miguel do Oeste, 27 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se,

Elisete Simioni  
Diretora Administrativa e Financeira  
ANEXO III

Riscos Fiscais

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...) (Art. 1º § 1º da LRF).

A LDO conterá anexo de riscos fiscais para passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas (Art. 4º § 3º da LRF).

A LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base da RCL, serão estabelecidos na RDO destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos (Art. 5º III da LRF).

Passivos Contingentes: possíveis obrigações em processo, ações trabalhistas, indenizatórias, contratuais, de desapropriação; expectativa de despesa por alteração de legislação em curso, etc.

Riscos Fiscais: situação de emergência; calamidade pública, possibilidade de frustração de arrecadação de uma receita prevista; contestação judicial de tributo; crises financeiras e cambial com impacto nos preços, falhas de planejamento e na quantificação de necessidade, etc.

Eventos Fiscais Imprevistos: fato gerador de desequilíbrio financeiro não previsto; extinção de tributo; ocorrência de fatos não previstos na execução de obra ou serviço; campanhas de saúde, etc.

Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD.

Marco Aurélio Zandoná  
Presidente CONSAD

São Miguel do Oeste, 27 de outubro de 2017.

## RESOLUÇÃO Nº 17/2017 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1417584

RESOLUÇÃO Nº 17/2017 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTARIA DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL-INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL, DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL-CONSAD PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

EU, MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Presidente Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Estado de Santa Catarina, faço a todos saber que em atendimento ao § 2º do artigo 165 e 241 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal 11.107/2005 e o Decreto 6.017/2007 e o estatuto social deste consórcio, faz saber a todos que submeteu a apreciação da Assembleia dos Prefeitos Consorciados, a seguinte Resolução que foi aprovada e fica sancionada a partir desta data.

Artigo 1º - Orçamento Financeiro do CONSAD com sede na cidade de São Miguel do Oeste para o exercício financeiro de 2018, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 762.421,64 (Setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) discriminados nos anexos da proposta de receita e despesa integrantes desta Resolução.

Artigo 2º - As Receitas serão realizadas mediante a arrecadação das rendas de qualquer natureza, bem como através da manutenção e assinatura de Convênios com a União, Estados e Municípios, devidamente autorizados pela Assembleia Geral do CONSAD, na forma da legislação em vigor.

Artigo 3º - O poder Executivo da Presidência está autorizado a:

a) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

b) Abrir créditos suplementares, até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4320/64.

c) Abrir créditos suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Resolução.

d) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício, produto de anulações de dotações constantes do orçamento da despesa para o exercício de 2018.

e) Abrir créditos suplementares à conta de recursos de superávit, advindo de convênios ou próprios, para o exercício de 2018.

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a presidência deste consórcio ao remanejamento de saldo de Dotações Orçamentárias desde que pertençam ao mesmo Projeto ou mesma Atividade até o limite de seus saldos orçamentários.

Artigo 5º – Fica autorizado o Presidente deste Consórcio, a utilização para abertura de créditos adicionais (extraordinários, especiais e suplementares) os dispositivos de que trata o artigo 42 da Lei Federal 4.320 de 31 de março de 1964 e toda a legislação pertinente.

Artigo 6º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, sendo que a publicação será em mural na mesma data da sua publicação e de até 7 dias em site e em Órgão Oficial do Consórcio.

Artigo 7º - Caso o Presidente não cumpra o artigo anterior no prazo, compete ao seu vice- presidente dobrado o prazo anterior o cumprimento do mesmo.

Artigo 8º - Qualquer artigo estabelecido na Lei de Diretrizes e não cumprida pelo Presidente, diretoria ou assembleia, conforme sua disposição, ratifica a autorização para o Vice-Presidente proceda conforme necessita o consórcio.

Artigo 9º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD.

Marco Aurélio Zandoná

Presidente CONSAD

São Miguel do Oeste, 27 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se,

Elisete Simioni

Diretora Administrativa e Financeira